Revista Militar

Fundada em 1 de Dezembro de 1848
1º Fascículo publicado em Janeiro de 1849

2ª Época – 1905

Fusão da Revista Militar, Revista do Exército e da Armada,
Revista da Administração Militar e Portugal Militar
"Pessoa Colectiva de Utilidade Pública"



Volume 66º do II Século
2014

Redação e Administração: Campo de Santa Clara, 62 • 1100-471 LISBOA
rm@revistamilitar.pt • Tel/Fax: 218870754

FICHA TÉCNICA

Título: *Revista Militar*
Publicação mensal, N.º 2544, janeiro de 2014
Direção: Presidente: General José Luís Pinto Ramalho
Diretor-Gerente: Major-general Adelino de Matos Coelho
Diretor-Administrador: Coronel Alfeu Raul Maia da Silva Forte
Serviços Administrativos: Chefe da Secretaria: Cap Paulo José Belo Furtado
Adjunto da Secretaria: SCh António José dos Santos Candeias
Tesoureiro: 1Sar Jorge Manuel Jesus Henriques
Auxiliar: Sold Diogo Alexandre da Cunha Nunes
Propriedade/Edição: Empresa da Revista Militar – NIPC 501417370
Redação e Administração: Campo de Santa Clara, 62 – 1100-471 LISBOA
Correio electrónico: rm@revistamilitar.pt
Telefone/Fax: 218 870 754

Internet: www.revistamilitar.pt
Administrador do Portal: CFR Armando José Dias Correia

Composição, impressão e distribuição:
EUROPRESS, Editores e Distribuidores de Publicações, Lda.
Praceta da República, N.º 15, Póvoa de Santo Adrião
2620-162 PÓVOA DE SANTO ADRIÃO
Telef: 219381450 • Fax: 219381452 • LISBOA – PORTUGAL
ISSN: 0873-7630
Depósito legal: 110304/97
Tiragem: 600 exemplares
Registo ERC Nº 109323

CONDIÇÕES DE ASSINATURA (IVA 6%)

• **Assinaturas anuais (9 números)**	**Euros**
- Militares	10,00
- Civis	15,00
- Entidades	17,00
- Estrangeiro (acrescem portes de correio)	34,00
• **Número avulso**	7,00

DEFESA

Apoio: Montepio

Ordem Militar de Santiago da Espada (Grã-Cruz)
(Diário do Governo nº 232, 2ª Série, de 5 de Outubro de 1929)

Ordem Militar de Cristo
(Membro Honorário, 1999)
(Alvará de 28Out99 – Diário da República n.º 289, 2.ª Série, de 14Dez99)

Palmas Académicas de 1ª Classe
Academia das Ciências de Lisboa
(Conferidas em sessão plenária de 6 de Julho de 1933)

Medalha Comemorativa
Centenário da Guerra Peninsular 1912

Grande Prémio
Exposição Internacional do Rio de Janeiro 1922-1923

Medalha de Cobre
Exposição Nacional de Artes Gráficas 1913

Diploma de Mérito
Exposição da Imprensa 1890

Bandeira da "Revista Militar"

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministérios da Guerra, Marinha e Colónias, autorizar a Empresa da Revista Militar a usar a bandeira da mesma Empresa, que será de cor branca, tendo ao centro o emblema de cor verde-escura, espada e pena cruzadas e um laço distintivo com a inscrição Empresa da Revista Militar e, na parte inferior, a tradicional divisa Pró-Pátria.

(Portaria n.º 5.757 – Ordem do Exército n.º 12 – 1.ª Série – 1928)

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

Nos termos do art. 3º do Dec.-Lei 460/77, de 7-11, o Primeiro-Ministro declarou de utilidade pública, por despacho de 11-3-92 a Empresa da Revista Militar, com sede em Lisboa.

(Diário da República nº 74 – 2ª Série, de 28-3-1992)

Fundadores da «Revista Militar»

26 oficiais do Exército e da Marinha,
signatários do Acordo de 1 de Dezembro de 1848

Corpo de Estado-Maior:

Barão de Wiederhold (Augusto Ernesto Luís)
António de Mello Breyner
Silvino Cândido de Almeida Carvalho

Arma de Infantaria:

Bento José da Cunha Viana
Augusto Xavier Palmeirim
João Maria Fradesso da Silveira
Leopoldo Xavier de Miranda
Joaquim Henriques Fradesso da Silveira

Arma de Artilharia:

João Manuel Cordeiro
José Maria de Pina
José Frederico Pereira da Costa
Fortunato José Barreiros
João Tavares de Almeida
Francisco Xavier Lopes
António Florêncio de Sousa Pinto
Luís de Sousa Folque
António Ladislau da Costa Camarate

Arma de Cavalaria:

António José da Cunha Salgado

Arma de Engenharia:

António Maria de Fontes Pereira de Mello
José Maria Moreira de Bergára
Barão de Eschwege (Guilherme Luís)
José Carlos Conrado de Chelmicki
António José Gonçalves Chaves
Faustino José de Menna Apparício

Marinha de Guerra:

Francisco Maria Bordallo
Joaquim José Gonçalves de Mattos Corrêa

Empresa da «Revista Militar»

Sócios Honorários

General António dos Santos Ramalho Eanes (2002)
Tenente-general José Lopes Alves (2012)

Sócios Efetivos

(Por postos e por ordem de admissão)

General António da Silva Osório Soares Carneiro (1979)
General António Eduardo Queiroz Martins Barrento (1982)
General José Alberto Loureiro dos Santos (1984)
General Gabriel Augusto do Espírito Santo (1987)
General Luís Vasco Valença Pinto (1988)
General José Manuel da Silva Viegas (1997)
General Artur Neves Pina Monteiro (2004)
General José Luís Pinto Ramalho (2007)

Tenente-general Rui José Tavares Monteiro (1970)
Tenente-general Abel Cabral Couto (1975)
Tenente-general Adelino Rodrigues Coelho (1988)
Tenente-general António de Jesus Bispo (1992)
Tenente-general José Rodrigues Tavares Pimentel (1992)
Tenente-general João Carlos de Azevedo de Araújo Geraldes (1992)
Tenente-general Vasco Joaquim Rocha Vieira (2001)
Tenente-general Alexandre Maria de Castro Sousa Pinto (2010)

Major-general Eurico António de Carvalho e Melo Sales Grade (1972)
Major-general Manuel Alberto Simões Rios (1979)
Major-general Raul François Ribeiro Carneiro Martins (1984)
Major-general Manuel António Lourenço de Campos Almeida (1987)
Major-general Renato Fernando Marques Pinto (1989)
Major-general Joaquim Manuel Lopes Henriques (1994)
Major-general Adelino de Matos Coelho (1998)
Contra-almirante António Manuel Fernandes da Silva Ribeiro (1998)
Major-general Luís Augusto Sequeira (2004)
Major-general Victor Daniel Rodrigues Viana (2004)
Major-general Rui Mora de Oliveira (2007)
Major-general Carlos Manuel Martins Branco (2007)

Coronel Fernando Ferreira Valença (1959)
Capitão-de-mar-e-guerra Jaime de Oliveira Leandro (1964)
Coronel Joaquim Mendes Borges Ribeiro Simões (1964)
Coronel José Luís Vaz Nunes (1969)
Capitão-de-mar-e-guerra João Manuel Balançuella Bandeira Ennes (1979)
Coronel Esmeraldo Rosa Monteiro de Azevedo (1979)

Coronel António Joaquim Viana de Almeida Tomé (1980)
Coronel Alfeu Raúl Maia da Silva Forte (1987)
Coronel Alberto Ribeiro Soares (1989)
Coronel Luís Manuel Alves Fraga (1989)
Capitão-de-mar-e-guerra José António Rodrigues Pereira (1991)
Capitão-de-mar-e-guerra Fernando Alberto Gomes Pedrosa (1992)
Capitão-de-mar-e-guerra Orlindo Manuel Graça Gouveia Pereira (1993)
Coronel António de Oliveira Pena (1993)
Coronel Serafim de Oliveira Leitão (1994)
Coronel Pedro Jorge Veloso Amaro de Oliveira (1997)
Coronel Manuel Fernando Rafael Martins (1997)
Coronel Jorge Alberto Guerreiro Vicente (1998)
Coronel Manuel Carlos Teixeira do Rio Carvalho (1999)
Coronel João Jorge Botelho Vieira Borges (2001)
Coronel Nuno Correia Barrento de Lemos Pires (2002)
Coronel Nuno António Bravo Mira Vaz (2004)
Coronel Nuno Miguel Pascoal Dias Pereira da Silva (2005)
Coronel José Custódio Madaleno Geraldo (2009)

Tenente-coronel João José Brandão Ferreira (1980)
Tenente-coronel António Lopes Pires Nunes (1991)
Tenente-coronel Miguel António Gabriel da Silva Machado (1997)
Tenente-coronel Paulo Fernando Viegas Nunes (1998)
Tenente-coronel Manuel Alexandre Garrinhas Carriço (1998)
Tenente-coronel Francisco Miguel Gouveia Pinto Proença Garcia (1998)
Capitão-de-fragata Armando José Dias Correia (2002)
Tenente-coronel António Luís Beja Eugénio (2002)
Capitão-de-fragata Luís Nuno da Cunha Sardinha Monteiro (2007)
Tenente-coronel João Paulo Nunes Vicente (2010)
Tenente-coronel Luís Manuel Brás Bernardino (2010)
Tenente-coronel Abílio Augusto Pires Lousada (2012)
Capitão-de-fragata Jorge Manuel Moreira da Silva (2012)
Tenente-coronel Luís Fernando Machado Barroso (2013)
Tenente-coronel Ana Rita Duarte Gomes Simões Baltazar (2013)

Major Nuno Gonçalo Caseiro Miguel (2012)

A Revista Militar publicou, nos seus 165 volumes,
141 741 páginas

Revista Militar

Editorial 11
General José Luís Pinto Ramalho

Nota da Direção 15
General José Luís Pinto Ramalho

Somália – A esperança na paz e no desenvolvimento. A participação militar da União Europeia e de Portugal 21
Tenente-coronel Luís Manuel Brás Bernardino

Factos Relevantes da Saúde Militar nos últimos 200 anos 49
Tenente-coronel Rui Pires de Carvalho

Tenente Eduardo Valadim, Herói ou Mártir? 81
Tenente-coronel João José de Sousa Cruz

Crónicas

I – Crónicas Militares Nacionais 103
Coronel Nuno Miguel Pascoal Dias Pereira da Silva

II – Crónicas Bibliográficas 111
Major-general Manuel de Campos Almeida
Coronel Nuno António Bravo Mira Vaz

Bibliografia 119

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores.
A Direção agradece a colaboração segundo as normas tradicionais da "Revista Militar".

Corpos Gerentes – 2014

Assembleia Geral

Presidente: *General* José Manuel da Silva Viegas
Vice-Presidente: *Tenente-general PilAv* António de Jesus Bispo
Secretários:
Coronel Nuno Miguel Pascoal Pereira da Silva
Tenente-coronel Francisco Miguel G. P. Proença Garcia

Direção

Presidente: *General* José Luís Pinto Ramalho
Vogais Efetivos:
Tenente-general João Carlos de Azevedo Araújo Geraldes
Major-general Manuel António Lourenço de Campos Almeida
Major-general Adelino de Matos Coelho
Contra-almirante António Manuel Fernandes da Silva Ribeiro
Coronel Alfeu Raúl Maia da Silva Forte
Coronel Nuno António Bravo Mira Vaz
Coronel João Jorge Botelho Vieira Borges
Coronel PilAv Manuel Fernando Rafael Martins
Vogais Suplentes:
Tenente-coronel Paulo Fernando Viegas Nunes
Tenente-coronel PilAv João Paulo Nunes Vicente
Tenente-coronel Manuel Alexandre Garrinhas Carriço

Conselho Fiscal

Presidente: *Major-general* Luís Augusto Sequeira
Vogais Efetivos:
Capitão-de-mar-e-guerra José António Rodrigues Pereira
Tenente-coronel Luís Manuel Brás Bernardino
Vogal Suplente:
Major PilAv Nuno Gonçalo Caseiro Miguel

Revista Militar
N.º 1 – janeiro 2014
pp. 11-13

Editorial



General José Luís Pinto Ramalho*

Com este número da Revista Militar inicia-se o 66º Volume e o 165º ano da sua publicação ininterrupta. Continuaremos, Sócios e, naturalmente, Direção atentos às realidades nacionais e internacionais da Segurança e da Defesa e, também, da Instituição Militar.

No quadro da segurança e estabilidade internacional o ano que agora se inicia será marcado pelas consequências previsíveis da retirada, do Afeganistão, das tropas americanas e também europeias, deixando apenas efectivos residuais, retirada que estará concluída em dezembro. Do lado dos EUA, será o final de uma guerra longa, iniciada em 31 de dezembro de 2001, hoje tão impopular como foi a do Vietname, que causou, até agora, mais de 2000 militares mortos e próximo de 20000 feridos e materializa-se o assumir do seu novo empenhamento estratégico na região Ásia-Pacífico, a par de um recente reforço de cerca de 1500 Marines estacionados na Austrália.

Para a OTAN, para os Europeus e para a União Europeia coloca-se outra vez a questão da missão futura que justifique o seu papel estratégico de Aliança indispensável e de instrumento indiscutível da coesão estratégica transatlântica e, aos europeus, como demonstrar o seu carácter de aliados preferenciais e credíveis. Certamente que a UE voltará a ser confrontada, interna e externamente, com a realidade da sua PCSD e com a necessidade de alterar o seu discurso político, neste domínio, centrado nas políticas de cooperação, em matérias relacionadas com a base industrial europeia de defesa, perante uma prática de cortes orçamentais no domínio dos equipamentos de defesa e a necessidade de demonstrar uma efectiva capacidade militar.

* Presidente da Direção da Revista Militar.

A entrega da responsabilidade da segurança e defesa do seu País, aos afegãos, não está isenta de riscos para a paz e estabilidade, quer daquele Estado, quer para a região; se na verdade a saída americana não deixa atrás de si "um vazio", é igualmente real que os "talibans" não desapareceram e que a questão da luta pela estabilidade política, pelo desenvolvimento e pela paz vai continuar a ser um desafio permanente, em termos internos. Em termos externos, será igualmente de acompanhar o comportamento dos dois atores regionais, potências nucleares – o Paquistão acusado de apoiar os "talibans e grupos jihadistas" e de ser responsável por alguma instabilidade nas fronteiras com o Afeganistão, e a Índia, tradicionalmente apoiante dos "inimigos" daquele primeiro país. Daqui resulta a questão de como se irá processar a procura da influência, por parte de cada um destes dois países sobre o Afeganistão.

Também em termos internacionais a situação na Síria; os desenvolvimentos na bacia sul do Mediterrâneo, no Médio Oriente, em particular no Egipto; mas, igualmente, o permanente diferendo entre Israel e os Palestinos; a situação no Iraque; a concretização do acordo sobre o nuclear com o Irão; assim com o comportamento da Coreia do Norte, relativamente a esta matéria; em África, países como o Congo, a Serra Leoa, o Sudão, o Mali, a Nigéria e a África do Sul pós Mandela, são situações que irão marcar a agenda internacional.

A intervenção estratégica da Rússia e da China nestes domínios e o seu desafio à assumida liderança internacional dos EUA será determinante para a manutenção da paz e estabilidade internacional. Ainda relativamente à China, a recente visita do Primeiro-Ministro japonês Shinzo Abe, ao túmulo Yasukuni, que honra os seus mortos na IIª GM, incluindo aqueles que foram condenados como criminosos de guerra, exacerbou as tensões na região não só entre estes dois países, relativamente às ilhas Senkakus/Diaoyu e Okinawa, como também com a Coreia do Sul. Quanto à Rússia, estaremos confrontados com um Putin, cada vez mais confiante na sua intervenção política internacional, sendo previsível uma postura mais assertiva quer em relação à Geórgia, quer à Ucrânia.

Quanto à Europa, durante este ano continuaremos confrontados com a crise das dívidas soberanas dos Estados da EU e correspondentes políticas de austeridade e comportamento do Euro. Em função disso, uma avaliação internacional efectuada pela Economist Intelligence Unit, publicada em Dezembro do ano passado, feita a cento e cinquenta países, no que respeita aos riscos de instabilidade política e social, nos Estados da UE, coloca na classificação de "muito alto risco" a Grécia e "alto risco", a Croácia, o Chipre,

a Espanha, Portugal e a Roménia; a classificação tem cinco graus, "muito baixo", "baixo", "médio", "alto" e "muito alto".

Esta avaliação é feita a partir da análise das instituições políticas e das respectivas elites, das políticas de austeridade e diminuição de rendimentos das classes médias, dos níveis de desemprego, das políticas económicas percebidas como não respeitando a equidade dos sacrifícios, dos resultados das políticas governativas e da afectação de apoios e das políticas sociais.

Na Europa será ainda de seguir os desenvolvimentos relativos à Escócia e à Catalunha, ambas agitando a afirmação da autonomia política, a par da crescente instabilidade política e social, não só na Turquia como também na Bulgária.

Por último, relativamente à Instituição Militar, o novo ano nos mostrará as implicações das reduções efectuadas nas Forças Armadas e da desarticulação dos apoios sociais, designadamente na saúde, na sua efectiva capacidade operacional, assim como na resposta político-militar às solicitações internacionais da segurança cooperativa, em especial relativamente à presença militar nacional futura, quer no Afeganistão, quer no Kosovo, aos desenvolvimentos da PCSD, a nível da EU e ainda, da nossa Cooperação Técnico-Militar quer com os PALOP e Timor, quer no âmbito integrado da CPLP.


ANUNCIE
NA
Revista Militar
GRANDE EXPANSÃO
EM PORTUGAL
E NO ESTRANGEIRO

Nota da Direção

(…) O século em que vivemos tende, sem dúvida, a consomar o grande pensamento humanitário, que tem por base o predomínio da inteligência sobre a força. (…)

(…) Escrevemos somente para aqueles que desejam que tenhamos um exército instruído, e para os que, ainda nos pequenos postos, querem alcançar, facilmente, conhecimentos que contribuam para ocupar algum dia, com honra d'eles e vantagem pública, a elevada posição, a que subirem. Para estes é que vai redigir-se a Revista Militar, fruto das vigílias d'alguns oficiais, que, desejando ser úteis aos seus camaradas, querem também aprender, escrevendo. Oxalá que esta publicação mereça o acolhimento da maioria do exército, e dos homens instruídos dos pais, e que este atrevimento dos poucos anos, que só confia em Deus, e na sua boa vontade, desperte em penas mais hábeis o desejo de se ilustrarem, e de serem úteis a uma classe, que tanto merece da Pátria.

António Maria de Fontes Pereira de Mello
Tenente do Real Corpo de Engenheiros
(in *Introdução* «Revista Militar», nº 1, janeiro de 1849)

Os parágrafos acima transcritos são da autoria do Tenente António Maria de Fontes Pereira de Mello, fundador da *Revista Militar*, e constam do primeiro artigo publicado na *Revista Militar* (RM), a qual tem sido editada ininterruptamente, durante 164 anos, graças aos contributos escritos dos Sócios e de centenas de colaboradores.

Hoje, não se colocam os critérios que, há mais de cento e sessenta anos, subjaziam ao ambiente de instrução do País e que, naturalmente, se refletiam na Instituição Militar. Nas atuais Forças Armadas Portuguesas, os quadros têm formação de excelência e, mesmo, as praças têm uma visão com conheci-

mento mais abrangente do «mundo». No seu acervo literário, a RM espelha esta evolução.

Por isso, é neste contexto, numa relação de dever de solidariedade para com os que nos antecederam e numa perspetiva de preparar um legado para as gerações futuras que a Direção da RM lança o apelo a contributos dos atuais Sócios para a publicação de artigos de sua autoria, inseridos no quadro editorial (ciências militares, estratégia, defesa nacional, história, relações internacionais, assuntos de natureza militar, …).

Simultaneamente, pede-se aos Sócios a colaboração para, em nome da Direção dirigirem convites a outros investigadores, estudiosos ou outros, para publicarem trabalhos de sua autoria, inseridos no quadro editorial da RM.

General José Luís Pinto Ramalho
Presidente da Direção da Revista Militar

Resumo do Acervo Articular da Revista fornecido pelos autores

1. Somália – A esperança na paz e no desenvolvimento. A participação militar da União Europeia e de Portugal
Tenente-coronel Luís Manuel Brás Bernardino

O objetivo político das ações da União Europeia na Somália é contribuir para o fortalecimento do Governo Federal da Somália, como um governo funcional capaz de emergir da fragilidade e capacitar as novas instituições para servir os cidadãos somalis. Estas ações desenvolvem-se em várias dimensões, e a temática da segurança e da reedificação das *Somali National Armed Forces* assume um relevo especial. Neste contexto, a *European Union Mission Training in Somalia*, onde Portugal participa, desde meados de 2010, constitui um dos elementos preponderantes desta participação que procuramos, neste complexo enquadramento geopolítico que é a região do Corno de África, analisar ao longo deste artigo de opinião.

2. Factos Relevantes da Saúde Militar nos últimos 200 anos
Tenente-coronel Rui Pires de Carvalho

Cerca de um ano após o início de actividade do Hospital das Forças Armadas (HFAR), afigura-se oportuno recordar datas, eventos ou factos (e algumas curiosidades) relacionados com a Saúde Militar dos três ramos, nos últimos duzentos anos (duzentos e doze, para ser exacto…), muitos dos quais contribuíram para ou marcaram a Saúde, em sentido lato, em Portugal.

Segue-se, assim, um levantamento por ordem cronológica, com recurso a variadíssima bibliografia, arquivos e testemunhos pessoais, que se espera permitir uma abrangente percepção deste período da Medicina Castrense Portuguesa.

É objectivo do autor que o testemunho aqui registado não só constitua motivo de orgulho no passado da Saúde Militar (ontem como hoje com fre-

quentes remodelações: atente-se à segunda metade do século XIX), mas também que possa servir de incentivo à Excelência e às Capacidades que se pretendem manter e conseguir com a criação do HFAR e confirmar a razão de ser da Saúde Militar (prevenção, apoio operacional, recuperação de indisponíveis, apoio a missões humanitárias/medicina de catástrofes e complementaridade do Serviço Nacional de Saúde, nas suas capacidades excedentárias ou áreas técnicas específicas).

Espera, ainda, que esta revisão possa despertar interesse das novas gerações do Serviço de Saúde no estudo mais aprofundado de alguns temas e factos históricos.

Recordar o passado permite preparar o futuro. Não é tempo perdido: pode ser tempo ganho ao invocar lições aprendidas, evitando erros anteriores.

3. Tenente Eduardo Valadim, Herói ou Mártir?
Tenente-coronel João José de Sousa Cruz

No presente artigo, face ao incidente que vitimou o jovem tenente Valadim, no fim do século XIX, no norte de Moçambique, explana-se a situação, nessa data, em Moçambique e no Continente Português, as soluções escolhidas politicamente para esta colónia, resumidas na instalação de Companhias da Carta e as tentativas de ocupação do Niassa assentes em reconhecimentos "musculados".

Descreve-se a expedição do major Machado, enviada pela Companhia do Niassa, em 1899, para liquidar o Mataca, baseada numa publicação com data de 1939, de autoria de Georges Stucky, cidadão suíço, que a intitulou "Diário de Campanha da Expedição contra o Mataca".

Termina-se com um resumo da evolução, ao longo dos tempos, das tentativas de defesa da Colónia por parte do país colonizador.

4. Elementos de informação constantes dos capítulos das crónicas:

a) Crónicas Militares Nacionais:

- Prémio "Defesa Nacional e Ambiente 2012"
- Tomada de posse do Diretor do IDN
- "NRP Figueira da Foz" aumentado ao efetivo da Marinha
- Viaturas blindadas "PANDUR" no Kosovo
- IDN promove iniciativas de divulgação do CEDN 2013 junto de instituições do ensino secundário e superior

- Governo holandês aceitou prorrogar a missão do General Knud Bartels como Chefe do Comité Militar da OTAN
- Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas visitou unidades militares
- Balanço dos trabalhos Hidro-oceanográficos do "NRP Almirante Gago Coutinho", na Madeira
- Tomada de Posse do Chefe do Estado-Maior da Armada
- Seminário Internacional "Security Challenges in the Sahel"

b) Crónicas Bibliográficas:

- Guerra aérea remota. A revolução do poder aéreo e as oportunidades para Portugal
  Major-general Manuel de Campos Almeida
- Álvaro Gonçalves Coutinho, "O Magriço". O cavaleiro e o seu tempo
  Coronel Nuno António Bravo Mira Vaz


MARCA PREMIADA POR
ESCOLHA
DO CONSUMIDOR
CAFÉ FORA DO LAR
O CAFÉ PREFERIDO DOS PORTUGUESES
DELTA
O MELHOR EM TESTE DE SABOR
A VIDA PRECISA DO MELHOR CAFÉ
DESDE 1961
A vida quer o que é bom. E já se sabe o que isso é. O café Delta foi votado o café com melhor sabor e aroma num blind test, no âmbito do estudo Escolha do Consumidor realizado em Portugal. É sempre bom ver provado aquilo que já se sabe há mais de 50 anos.
www.delta-cafes.com
DELTA
CAFÉS
O CAFÉ DA SUA VIDA

Revista Militar
N.º 1 – janeiro 2014
pp. 21-48

*Somália – A esperança na paz e no desenvolvimento. A participação militar da União Europeia e de Portugal**



Tenente-coronel Luís Manuel Brás Bernardino**

"*Somalia marked a milestone in September 2012 with the establishment of a new federal government that has since won the support and r ecognition of the international community. After more than 20 years of conflict, crisis and statelessness and 12 years of ineffectual transitional authorities, the Somalia Federal Government has been widely welcomed as Somalia's first "post-transition" government…*".

Matt Bryden, "*Somalia Redux? Assessing the New Somalia Federal Government*", August 2013

Introdução

O Governo Federal da República da Somália, sob a liderança partilhada do Presidente Hassan Sheik Mohamud e do Primeiro-Ministro Abdi Farah Shirdon, tem-se mostrado empenhado em implementar, após o período conturbado do conflito entre Etiópia-Somália (*Ogaden War*) e das guerras internas que assolam o país, há mais de trinta anos, a designada "*Política dos Seis Pilares*". Esta "nova" política para a recuperação da Somália, como Estado, foi adotada em outubro de 2012, aquando da eleição da nova governação,

* Artigo elaborado enquanto Comandante da *Coy Commanders Training Team*, entre agosto e dezembro de 2013, em colaboração com os militares portugueses colocados na European Union Mission Training in Somalia – 6º *Intake* (2013): Capitão de Infantaria "Cmd" Nuno Alexandre de Sá e Figueiredo, Capitão de Infantaria Jorge Manuel Martins Magalhães; Capitão de Infantaria Rui Pedro Gomes Aguiar Cardoso e o Sargento-chefe de Infantaria Mário Jorge Rodrigues Moita Ferreira.

** Vogal Efetivo do Conselho Fiscal da Revista Militar.

na sequência do que foram consideradas, pela Comunidade Internacional, as primeiras eleições livres e democráticas na Somália pós-Independência (21 de outubro de 1969).

Neste contexto, importa, desde já, realçar que, no quadro desta política, uma das principais prioridades para alcançar a desejada boa governação é a aposta no fortalecimento dos pilares da segurança/defesa e na consolidação do desenvolvimento económico-social do país, aspetos que nos remetem para a importância crescente do nexo "segurança-desenvolvimento", pois como refere o professor Adriano Moreira "*sem segurança não pode haver desenvolvimento e sem desenvolvimento não existem condições de segurança*", sendo que, na Somália, esta é uma realidade que toda a Comunidade Internacional, e especialmente a União Europeia (UE), enfrenta atualmente.

Assim, no passado dia 3 de março de 2013, o Primeiro-Ministro, Abdi Shirdon, apresentou no Parlamento Federal Somali o relatório do processo evolutivo governamental, em que realçou, precisamente, o relativo sucesso nas questões da segurança e da defesa na Somália, aludindo à luta contra a *Al-Shabaab* (AS) e a diminuição no número de atos de pirataria nas costas da Somália[1], mais precisamente na região do Golfo de Áden. Estes importantes indicadores geopolíticos foram apresentados como resultado de uma estratégia integrada, implicando o reforço das capacidades do Governo da Somália e que refletem também um controlo, por parte dos governos regionais, na maioria das regiões centro-sul do país, afirmando que, consequentemente, *"se constata por essa via que os grupos extremistas e radicais estão em fuga para norte*", e que a costa da Somália é agora mais segura do que era num passado recente...

Contudo, o progresso efetivo para o estabelecimento das fundações basilares para uma efetiva reconstrução de um Estado Federal para a Somália está para durar, e a administração local e regional implementada mostra-se, ainda, incapaz de proporcionar as condições adequadas de governação, segurança e apoio social à população, em particular nas áreas recentemente controladas pelo Governo Federal da Somália. Neste enquadramento, o papel da EU e, concretamente, de Portugal é o de "produtor de segurança", contribuindo ativamente para a reabilitação das *Somalia National Armed Forces* (SNAF)[2] e para o desenvolvimento e segurança do país e da região.

1 http://xplored.garda-world.com/uploads/report_pdfs/Somalia_Xplored_Monthly-_Serial_8_October_2013.pdf.

2 http://eeas.europa.eu/statements/docs/new_security_forces_for_somalia.pdf.

O papel estratégico dos principais atores na Somália

Relativamente à prevalência de insurgentes a atuar na Somália, com ligações aos países fronteiros (Kenya, Uganda e Etiópia), esta constitui-se como a principal preocupação atual para o Governo da Somália e fator de instabilidade e insegurança para o país. Assim, o governo somali procura alinhar os contributos dos parceiros internacionais, no intuito de limitar e condicionar a atividade operacional dos insurgentes, tendo em vista criar condições de segurança no país. Esta tem, atualmente, sob seu controlo (com o apoio da *African Union Mission for Somália* – AMISOM) a cidade de Mogadíscio e uma área circundante até cerca de 200 km para o interior do país, tendo recuperado recentemente a região sul de Kismaayo (Figura 1).



Figura 1 – Mapa da Somália

Os cerca de 240 km de estrada entre Baidoa e Mogadíscio estão agora também sob controlo das forças militares afetas ao Governo Somali, contando com o imprescindível apoio da AMISOM, notando-se um fluxo dos insurgentes (principalmente da AS, mas também de grupos marginais) para as regiões mais montanhosas a norte, permitindo-lhes ainda uma razoável capacidade operacional no país. Enfraquecida pela perda de alguns pontos fortes, nomeadamente, na região de Mogadíscio, a AS voltou o seu "*modus operandi*" para táticas de guerrilha e adotou um modo mais flexível de recolher e disseminar informação provenientes das várias frentes do conflito.

Por conseguinte, as táticas mais usadas pelos insurgentes são os Engenhos Explosivos Improvisados (IED) e ataques do tipo "*hit and run*", essencialmente contra forças da AMISOM, das SNAF e das *Ethiopian National Defense Forces* (ENDF). A AS mostra-se, ainda, capaz de lançar ataques complexos e coordenados em Mogadíscio, tendo nomeadamente ocorrido um ataque contra o tribunal de Benadir e um segundo ataque contra as instalações das Nações Unidas, respetivamente, a 14 de abril e a 19 de junho de 2013. Esta organização terrorista tem, contudo, tido um significativo número de deserções e problemas internos com as lideranças, a acrescentar ao incremento da atividade operacional dos EUA na região, o que tem conduzido ao afastamento ou assassinato de líderes emblemáticos nesta organização terrorista, enfraquecendo assim as lideranças e retirando-lhe alguma capacidade de realizar operações no país.

Relativamente aos designados "Senhores da Guerra" (*Warlords*) ou ao relativo receio do ressurgimento destes poderes regionalizados e polarizados, especialmente nas zonas rurais recentemente libertadas, onde o poder local articulado com o poder federal não está ainda completamente assegurado (nem existe a presença da AMISOM), constata-se que não tem havido ressurgimento destes poderes autóctones, mas não deve ser descartado como uma possível ameaça e um potencial desenvolvimento conjuntural num futuro próximo. Previsivelmente, este compromisso irá depender do progresso conseguido na área política e nos acordos que se estabelecerem na fase da construção do federalismo, o que não tem sido fácil. Contudo, a situação de constante tensão e conflitos na região de Kismayo tem levado a renovadas tentativas de formação de milícias, na sua maioria baseadas nos clãs e lideradas por antigos Senhores da Guerra e/ou lideres locais, que pretendem retomar o poder, pelo que o Presidente da Somália continua "preocupado" com os conflitos locais e procura encorajar uma solução política, apoiado no importante papel de mediador de alguns países da região (Kenya e Uganda).

A AMISOM, constituindo a principal força militar internacional que auxilia o Governo da Somália a restabelecer a ordem e a segurança no país, possibilitou-se que, após 6 de março de 2013, através da adoção da Resolução do Conselho de Segurança da ONU, autorizasse os Estados-membros da União

Africana (UA) a manterem o empenhamento operacional, até 2 de fevereiro de 2016, garantindo-lhes inclusive um reforço em termos de efetivos e de meios militares, considerados fundamentais para garantir um clima adequado de segurança na região. Através da supracitada Resolução do Conselho de Segurança da ONU, o *Political and Security Committee* (PSC) da UA, durante o 356º *Meeting*, emitiu uma resolução consensual (que havia já sido adotada, em 27 de fevereiro de 2013, mas nunca posta em prática) e veio assim reiterar o reforço do empenhamento internacional à missão, assumindo-se um maior compromisso na melhoria das condições de segurança (e um reforço nas estruturas de defesa) do país e na região.

O objetivo principal desta cooperação para a segurança centra-se agora nas seguintes linhas de ação estratégica: manter a presença nos quatro setores operacionais definidos na Somália; apoiar o diálogo e a reconciliação através da livre circulação de pessoas e bens; providenciar, como julgado conveniente, proteção ao Governo da Somália, de modo a permitir o seu normal funcionamento como governo; apoiar, dentro das suas capacidades e em coordenação com outros parceiros, a implementação dos "Planos de Segurança Nacionais da Somália"; contribuir para criação das condições de segurança necessárias para garantir assistência humanitária às populações e apoiar o Governo da Somália no alargar da autoridade do Estado às áreas recentemente recuperadas à AS.

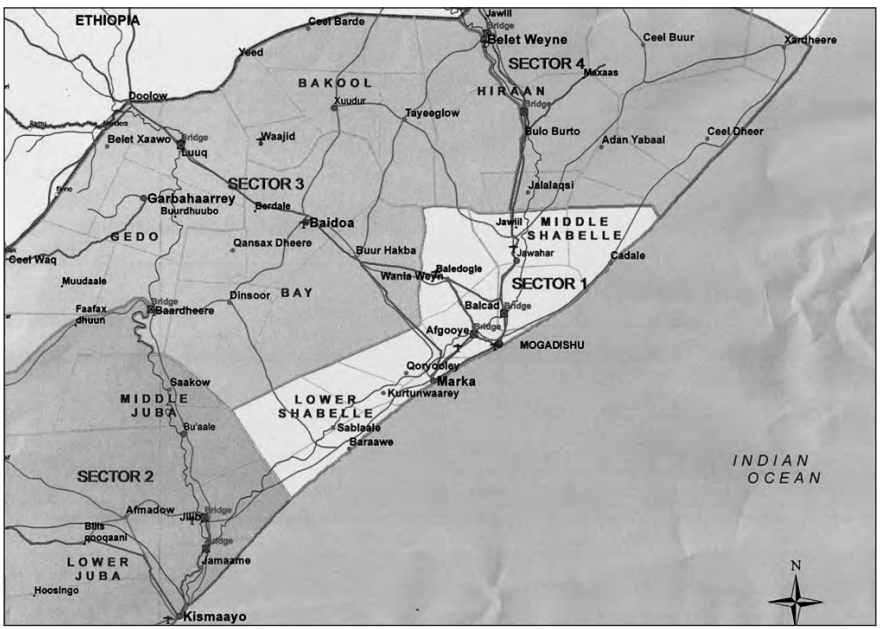


Figura 2 – AMISOM – Sectores Operacionais

Durante este período, a AMISOM vem cumprindo o seu mandato com cerca 17.731 militares (a maior operação da UA em África), muito devido ao recente reforço do contingente da Serra Leoa, ocorrido em finais de abril de 2013. Analistas internacionais reafirmam que a AMISOM e as SNAF contribuíram para uma melhoria significativa da situação de segurança na Somália e tiveram um papel relevante na recuperação de áreas que anteriormente se encontravam sob controlo da AS. Contudo, especialistas consideram ainda que a AMISOM atingiu o seu limite operacional e pensa-se que esteja debilitada devido, essencialmente, à falta de abastecimentos básicos e de meios críticos para efetuar as operações militares, para assegurar um clima de segurança em Mogadíscio e no país, nomeadamente, apoio sanitário, helicópteros de transporte e de ataque para realizar as operações e um efetivo reforço do efetivo no terreno.

As ENDF permanecem como um dos mais importantes atores no garante da segurança interna, especialmente na região fronteiriça entre a Etiópia e a Somália. Porém, as ENDF solicitaram por várias vezes a sua substituição (por forças da AMISOM) temendo não serem capazes de providenciar, na região, a segurança necessária. Veja-se que, em março de 2013, em Hudur (região de Bakool), e em Baidoa (Região de Bay), em julho de2013, as ENDF retiraram dessas povoações depois de uma ameaça da AS, deixando as cidades à mercê das forças terroristas, que as retomaram facilmente. Estes eventos isolados, mas com reflexos operacionais no dispositivo militar global, levaram à reconfiguração da AMISOM e conduziram ao alargar das áreas de responsabilidade por outros contingentes, o que veio a afetar a capacidade de levar a cabo operações ofensivas contra a AS, especialmente fora das grandes cidades e nas áreas de fronteira.

Relativamente às SNAF, os cerca de 3000 militares treinados pela EUTM-Somalia, até ao final de 2013, constituem a espinha dorsal da 5ª e 6ª Brigada das SNAF, sediadas na problemática área de Mogadíscio. A 5ª Brigada está instalada em Mogadíscio e apoia a AMISOM na segurança da capital, e é constantemente projetada para garantir a segurança de edifícios e infraestruturas oficiais tais como a "*Villa Somalia*", onde está sediado o palácio presidencial e a "*Villa Gashaandiga*", onde se situa o Ministério da Defesa e o Estado-Maior-General das SNAF. A 6ª Brigada, por sua vez, está projetada no setor 3 (contando com o apoio da AMISOM nas suas operações militares contra a AS) e tem como missão principal combater a AS.

Verifica-se, contudo, que, enquanto as SNAF tem demonstrado boas capacidades de combate ao lado dos soldados da AMISOM, a falta de apoio logístico básico, tais como munições, combustível e alimentação, bem como o deficiente, ou mesmo inexistente, apoio sanitário, não tem permitido potenciar e trazer melhorias significativas aos resultados das atividade ope-

racionais desenvolvidas pelas SNAF na região de Mogadíscio (Figura 2 e Figura 3).

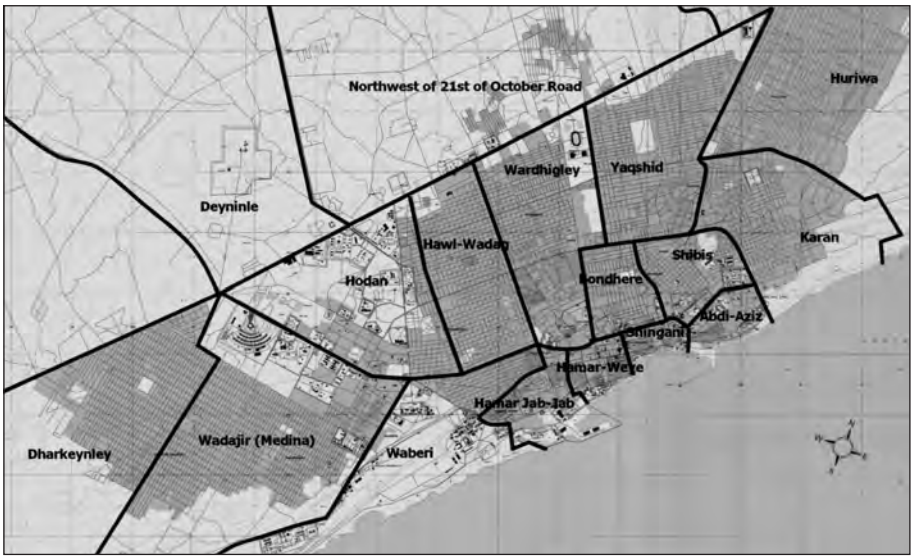


Figura 3 – Mapa da cidade de Mogadíscio

O enquadramento geopolítico

A implementação de instituições federais permanentes e soberanas na Somália está ainda, como vimos, numa fase embrionária de consolidação. Durante os últimos seis meses, o Governo da Somália tem procurado estabelecer e aumentar a sua autoridade interna, enquanto o apoio da Comunidade Internacional tem aumentado e permitido ganhos significativos em área específicas, nomeadamente, em Mogadíscio e ao longo da costa Sul do país.

A nível nacional, o Governo da Somália está empenhado em implementar a política dos seis pilares e a sua primeira prioridade é a aplicação da lei e da ordem, que inclui um reforço da segurança, a reforma do poder judicial e a adoção de práticas adequadas de governação. Recentemente, o Presidente da Somália abriu a segunda sessão do Parlamento Federal em Mogadíscio (no início de março de 2013), mostrando-se esforçado no desempenho do seu cargo, e referiu que foram aprovadas no parlamento vinte e duas leis durante a presente sessão parlamentar. Maioritariamente, leis que dizem respeito à área da justiça e reforma judicial, segurança e polícia, e vocacionadas

para as áreas da administração local e regional, pois para fazer evoluir o federalismo é importante reforçar as estruturas locais em detrimento das relações "clânicas" que ainda prevalecem na Somália. O parlamento começa agora a trabalhar a revisão da "Constituição Provisória" e na criação da "Comissão Independente de Revisão" e na "Comissão de Implementação da Constituição", que irão preparar o referendo constitucional para uma eventual adoção, em meados de 2016.

Entretanto, o Governo também tem trabalhado no sentido de aumentar a sua ligação com as administrações regionais e locais, já que esta ligação entre o centro e a periferia se constituiu como um dos maiores problemas políticos na Somália ao longo dos tempos. Neste contexto, o Primeiro-ministro fez recentemente uma visita oficial pelo país para ouvir os pedidos e as queixas da população e dos líderes locais e, ainda, para explicar a política do seu governo no domínio da administração local, essencialmente, nas regiões de Galgaduud, Puntland, Lower Juba, Gedo e Middle Shabelle. Esta iniciativa, já considerada como inovadora e construtiva, vem na sequência da melhoria das relações com Puntland, que têm sido mais positivas depois da assinatura do histórico acordo de cooperação[3]. Algumas tensões têm surgido, entretanto, em outras administrações locais, o que tem conduzido também a tensões internas e pedidos de autonomia regional, que se tem oposto ao projeto federativo Somali. Contudo, o maior desafio político-estratégico para o FGS (Federal Government of Somalia) surgiu após a designada "*Conferência de Kismayo*", tendo como ponto de agenda o estabelecimento do Estado de Jubaland, unindo as regiões de Juba e Gedo e congregando na federação duas das mais importantes regiões da Somália.

A AMISOM, como vimos, continua sendo o maior garante da segurança na Somália, apesar do evoluir gradual, mas ainda insuficiente, das SNAF. Se as operações conjuntas, levadas a cabo nos setores 1 e 3 têm contribuído para o reforçar da ligação entre a AMISOM e o governo Somali, os eventos recentes em Kismayo e a acusação feita por membros do atual governo contra o papel negativo desempenhado pelo contingente queniano, tem afetado as relações entre as SNAF e as *Kenya Defence Forces* (KDF). Ainda assim, as

3 Os anciãos locais concordaram com a constituição do Estado e elegeram Ahmed Mohamed Islam, líder da milícia Ras Kamboni, como presidente de Jubaland, enquanto o FGS rejeitou este processo, e contestou alguns dos anciãos locais. Os protestos sobre este processo resultaram em cinco dias de conflito armado, em Kismayo, entre as milícias locais criando tensão no governo e entre os atores regionais. Porem, depois dos dias de luta armada, Ahmed Mohamed Islam e representantes do FGS encontraram-se em Addis Ababa para negociarem o início da reconciliação e o processo de estabelecimento da administração local no sul da Somália.

autoridades quenianas reafirmam que irão continuar a apoiar o estabelecimento da paz na Somália e o diálogo entre os Presidentes Mohamud e Kenyatta têm sido estabelecido com uma periodicidade regular. Neste contexto, o recente encontro entre os Chefes de Estado e de Governo dos países contribuintes para a AMISOM, que decorreu em Kampala, a 4 de agosto de 2013, teve como principal objetivo reduzir as tensões intensas e implementar um processo mais inclusivo e participado, com o intuito de consolidar os ganhos conseguidos, especialmente na região sul da Somália.

Neste contexto, o Presidente Hassan Sheikh Mohamud viria a ser recebido pelo Conselho da UE como sinal do reconhecimento do novo cenário político na Somália, e significativo do fortalecimento e do reforço da parceria estratégica entre a UE e a Somália para os próximos três anos. Durante os últimos meses, a Somália tem estado também no centro dos interesses por parte da Comunidade Internacional, nomeadamente, através das iniciativas do governo turco, que acolheu uma reunião em Ankara, no início de 2013 (17 e 18 de janeiro), e durante esta conferência as autoridades turcas apresentaram um conjunto de propostas para a reconstrução das SNAF. Porém, nem a intenção do governo somali acerca deste plano nem a vontade dos outros parceiros em considerá-lo como o mais apropriado para o desenvolvimento das SNAF, parecem ter conduzido a adesões significativas. Contudo, a Turquia continua a ser um dos principais Estados cooperantes na vertente da segurança e defesa com o Governo da Somália.

Mais recentemente, a 7 de maio de 2013, o governo inglês, juntamente com o Governo Federal da Somália, foram os anfitriões da segunda conferência internacional sobre a Somália, designada por "*2nd Somalia Conference*", que contou com a participação de cinquenta e quatro parceiros internacionais envolvidos diretamente nos diversos programas de ajuda à reconstrução do país. O comunicado final da conferência referia o reforço da cooperação em três áreas estratégicas necessárias e vitais para a consolidação do processo político, nomeadamente: o reforço da segurança; a melhoria da justiça e do policiamento; e a melhoria da gestão responsável das finanças públicas. Foi ainda feita uma avaliação da situação interna da Somália apontando para a necessidade de uma maior racionalização dos fundos de estabilização, de um maior acompanhamento dos refugiados e deslocados, e viria a ser idealizada uma estratégia de estabilização e desenvolvimento envolvendo um vasto conjunto de organizações multilaterais, congregando o apoio internacional à causa somali.

A supracitada conferência foi considerada como um novo passo estratégico em direção à reconstrução da Somália, tendo, nesta altura, as autoridades somalis apresentado o seu "*Framework for a National Security Plan*" que melhorava e pretendia complementar o "Plano de Segurança e Estabilização

para o período de 2011-2014", idealizado em 2011. O *framework* apresentado consistia numa maior especificação para o desenvolvimento do sector da segurança e da defesa, a elaboração de um plano de ação para a justiça e policiamento, estando ainda numa fase de criação da documentação nacional enquadrante e de aperfeiçoamento da doutrina, que pensamos, eventualmente, poderá ser objeto de uma missão da UE específica, durante o ano de 2014 e seguintes. Na preparação da recente "Conferência de Bruxelas", todo o processo para desenvolver uma avaliação da fragilidade, e levando à adoção do acordo, fez despoletar a necessidade da criação de um mecanismo de coordenação e responsabilização para acompanhar a governabilidade política na Somália. Este mecanismo ficou designado por "*New Deal task force"* e constitui o elemento de acompanhamento estratégico desta nova política de desenvolvimento para a região do "Corno de África".

Como resultado da nova situação política na Somália, novos parceiros têm vindo a deslocar-se ou têm aumentado a sua presença na Somália, especialmente na área do sector de segurança e do apoio ao desenvolvimento. Neste enquadrante, a resolução da Nações Unidas (UNSR/2013), adotada a 2 de maio de 2013, elabora as principais recomendações feitas pelo Secretário General, na sua carta de 19 de abril, dirigida ao Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a necessidade de projeção de uma "*Missão Técnica de Avaliação para a Somália*", levando ao estabelecimento da "*Missão de Assistência das UN na Somália*" (UNSOM). Como parte do seu mandato, a nova missão, lançada a 3 de junho de 2012, visava apoiar o Governo da Somália e a AMISOM, proporcionando aconselhamento político-estratégico sobre a construção de um Estado e apresentar as principais medidas a adotar para implementação da paz, incluindo a reforma do sector da Segurança e da Defesa apoiando o governo somali (em coordenação com os apoiantes internacionais, em particular no apoio ao desenvolvimento da área da segurança)[4]. Contudo, existindo mecanismos de coordenação, especialmente ao nível tático, tais como o "*Military Tecnhical Working Group"* (MTWG), agora com novo nome "*Defense Working Group"* ou "*Training Steering Committe"*, continua-se a providenciar uma plataforma de orientação e coordenação numa base de reuniões mensais. Além disso, a participação neste grupo tem aumentado com o envolvimento, pela primeira vez, em maio de 2013, do adido militar da Etiópia no "*Defense Working Group"*.

Este grupo é considerado como o fórum privilegiado pelos diferentes participantes. Contudo, desde que o governo somali decidiu terminar com o "Comi-

4 O Embaixador Nick Kat, ex-director do "Departamento de Assuntos Estrangeiros em África" do Reino Unido, viria a ser nomeado Representante Especial do Secretário General das Nações Unidas para a Somália, sucedendo assim ao Embaixador Augustine Mahiga.

té de Segurança Conjunta" (JSC), criado através do "Acordo de Djibuti", assinado em 2008, ainda não foi substituído pelo, já anunciado, "Comité de Segurança Nacional" (NSC), fazendo com que a coordenação ao nível político não exista atualmente e o trabalho estratégico e de coordenação seja deficiente.

Os compromissos político-estratégicos para a Somália

O empenhamento dos líderes do governo somali focaliza-se, cada vez mais, no relacionamento com todos os parceiros estratégicos, nomeadamente os associados à missão da EUTM-Somalia, pois a prioridade tem sido manter um diálogo em todos os níveis de execução (político-estratégico e operacional) para que seja possível criar condições de segurança, e com o menor custo de vidas possível. Aspeto este que, no seio dos países das EU, não é, em nossa opinião, abordado convenientemente, pois a missão de treino que se desenrolou, até ao final de 2013, no campo de treino de Bihanga, no Uganda, não apresentava o grau de risco que a missão de treino em Mogadíscio irá ter em 2014, segundo a indicação dos especialistas. Elementos que, apesar das medidas de segurança que estão a ser implementadas nos locais onde se irá desenrolar a missão em Mogadíscio, mantêm o nível de risco elevado e não tardará a que o síndrome das "baixa zero" possa ser posto em causa…

O trabalho de assessoria e apoio às autoridades somalis tem sido, do ponto de vista da UE, muito eficiente e vêm contribuindo, significativamente, para o levantamento e consolidação das condições de operacionalidade do Quartel-General do "*Military Adviser Training Element*" (MATE HQ), em Mogadíscio, condição essencial para o êxito da missão. Como testemunho disso, o Presidente da Somália, no seu discurso em 15 de maio de 2013, durante a inauguração oficial do MATE HQ, reconheceu o trabalho e o empenhamento da UE e, em particular, da EUTM-Somalia, pelo significativo apoio no combate contra a AS e, consequentemente, no garante das condições de segurança no país.

Para a realização do trabalho de preparação do MATE HQ têm sido conduzidas reuniões, numa base regular, com as autoridades somalis, nomeadamente com o Ministro da Defesa e com o Chefe das SNAF, beneficiando a missão dos apoios e das facilidades de relacionamento que estão instituídas. Neste contexto, destaca-se a reunião de 15 de julho de 2013, realizada com o enviado especial da UE para a Somália e com os principais responsáveis pela segurança (Ministro da Defesa, Assessor para a Segurança Nacional,

Chefe das Forças de Defesa da Somália e o Secretário Permanente do Ministro da Defesa), tendo sido definidas as grandes linhas orientadoras para a aprovação do conceito de operação para a assessoria e aconselhamento pela EUTM-Somalia ao Governo da Somália e, ainda, definido o calendário de formação para o ano de 2014 envolvendo todos as parcerias neste processo de criação das SNAF.

Como vimos, o relacionamento com a liderança somali, ambos ao nível do General Comandante das SNAF e do Ministério da Defesa, tem como principal objetivo elaborar uma exata avaliação das necessidades de assessoria e formação, e assim desenhar um cronograma da programação dos cursos para o ano de 2014. A frequente rotina de conversações com o comando das SNAF e com o Ministro da Defesa da Somália tem sido fundamental, no sentido de se evitar atrasos na preparação dos novos cursos e para manter o diálogo como forma de assegurar que todos os requisitos somalis estão a ser tidos em consideração no planeamento das ações formativas, previsto no calendário para 2014, onde a UE é um dos principais agentes e Portugal se prepara para participar em Mogadíscio.

Neste contexto, importa salientar, ainda, o relacionamento com as *Ugandan People Defense Force* (UPDF), estabelecido a diferentes níveis. Ao mais alto nível, constata-se que existe uma excelente relação com o General Wamala, ex-Comandante do Exército do Uganda, agora Comandante das UPDF (e com o seu sucessor no comando do Exército, Major-general David Muhoozi), que tem sido a chave para estabelecer acordos formais com a AMISOM, em Mogadíscio. No Uganda, ao nível operacional, tem sido organizadas reuniões regulares e a boa relação tem tido resultados muito positivos, que se sentem ao nível de treino, onde a cooperação com as UPDF no *Bihanga Training Camp* (BTC) tem sido também fundamental para o bom desenrolar da EUTM-Somalia[5] no Uganda. Pensamos mesmo que o Uganda desenvolve, neste cenário, um papel estratégico, num equilíbrio de protagonismo entre o Kenya e o Rwanda (para além da Turquia), representando um parceiro regional importante na vertente da segurança e um dos maiores contribuintes para a AMISOM e, inclusive, para a formação dos militares das SNAF no *Al-Jaazira Training Camp* (JTC), em Mogadíscio, para o futuro.

5 A presença em Mogadíscio tem permitido à EUTM-Somália desenvolver uma importante relação com a AMISOM, principalmente através do Comandante da Força, Tenente-General Guti e do seu Segundo Comandante Major-General Karanja e, em particular, com o contingente Ugandês através do *Contigent Comander*, Brigadeiro Odonga e do seu sucessor Brigadeiro Olum. Esta relação é fulcral nos acordos para a área segurança e do apoio logístico para a missão EUTM-Somália.

No que diz respeito aos EUA, através do oficial de ligação na AMISOM, o relacionamento tem sido desenvolvido principalmente ao nível politico-estratégico, mas também ao nível tático-operacional, onde tem um papel relevante na preparação das rotações dos cursos (*Operation Crested Star*) entre a Somália e o Uganda e assegurando, desde meados de 2010, o apoio logístico-financeiro ao Governo da Somália, nomeadamente, no apoio ao setor da segurança e defesa. Contudo, enquanto o Comandante da Missão (MCdr) continua a manter informada a Embaixada dos EUA no Uganda, muitos dos problemas relacionados com a Somália são do âmbito do embaixador americano em Nairobi e não em Kampala, pois é através do embaixador em Nairobi que o oficial de ligação para a AMISOM, aí sediado, desenvolve as suas relações de apoio e de influência, sempre que são necessárias. No início de 2014, pensamos que o centro de gravidade da EUTM-Somalia irá deslocalizar-se de Kampala (Uganda) para Nairobi (Kenya), onde os principais atores estão localizados e as decisões sobre o futuro da Somália se irão processar. Por outro lado, a EUTM-Somalia tem reconhecido constantemente o imperativo de manter uma relação de trabalho próxima com o Estado-Maior Militar da EU e, em particular, com a "Equipa de Monitorização da Missão" (MMT). O Director-Geral do Estado-Maior da União Europeia (EUMS), Tenente-General Ton Van Osch, providenciou um constante apoio à missão durante a parte inicial do mandato, quando existiam algumas dificuldades no período de implementação (*Crisis Establishment*).

Assim, no sentido de fazer a ligação entre o que se passa nos quatro teatros de operações que envolvem a EUTM-Somalia (Kampala, Kenya, Mogadíscio e Bruxelas), o MCdr participa regularmente em reuniões do Comité-Militar da EU, no intuito de informar os Estados-membros sobre a situação no Teatro, enquanto, ao mesmo tempo, se realizam visitas de representantes da UE, tanto militares como diplomatas, ao Military Headquarter (MHQ), ao BTC e ao MATE, no intuito de acompanhar o evoluir da situação, pois a perceção no terreno, em conjugação com as avaliações do grau de risco, é tida em conta no momento de contribuir com meios materiais e humanos para a missão.

Em 7 de junho de 2013, a EUTM-Somalia, apoiada pelo Representante Especial da UE para a missão, organizou uma conferência interna onde juntou os principais serviços para discutir o futuro envolvimento da UE na região do "Corno de África" e, especialmente, para preparar uma "aproximação integrada" para a Conferência em Bruxelas, realizada a 16 de setembro de 2013. Deste entendimento, resultou um compromisso da UE para com o Governo da Somália, até 2016, e o estabelecimento de um "*comprehensive approach*" para a Somália, conjugando as missões civis e militares, sob a responsabilidade de coordenação militar (assunto que está ainda em discussão no seio

da UE). Esta abordagem permite uma melhor conjugação de esforços da UE para a região, permitindo uma economia de escala no esforço de ajudar à recuperação da Somália.

O papel da União Europeia na região do Corno de África[6]

Como vimos, as delegações da UE em Kampala e Nairobi tem garantindo, desde meados de 2010, um apoio substancial à EUTM-Somalia. Neste quadro, o MCdr encontra-se frequentemente com os enviados especiais da UE para a Somália e com a Direção da Delegação da UE em Kampala, enquanto os *politic advisers* trabalham em cooperação muito próxima com o representante da sua seção política, pois esta relação é considerada como princípio fundamental para a abordagem global integrada dentro do espírito do quadro estratégico da UE para o Corno de África. Neste contexto, salienta-se a troca de informações estratégicas entre a Missão e as delegações da UE, que constitui uma necessidade operacional e objetiva para o sucesso da missão. Neste princípio, a EUTM-Somalia estabeleceu também bons mecanismos de coordenação e cooperação com outros atores relevantes na vertente da segurança marítima projetados na região nomeadamente: EUNAVFOR[7], ATALANTA[8] e EUCAP NESTOR[9].

Recentemente, a reunião dos Ministros da Defesa da UE, que decorreu em Vilnius (República da Lituânia), entre 4 e 6 de setembro de 2013, teve como objetivo principal preparar a discussão do último Conselho Europeu (2013), essencialmente sobre os assuntos de segurança e defesa. Na reunião foi revisto o relatório interno provisório e preparado o relatório final para ser submetido ao Conselho Europeu, tendo sido solicitado aos comandantes das missões militares que elaborem brífingues sobre as operações *Common Security and Defence Policy* (CSDP) que estão em curso, nomeadamente a EUTM-Somalia. Esta prática é recorrente no seio da UE, onde os sistemas de comunicação estratégica são considerados eficazes e a troca de informação, quando ao nível político-militar, constitui uma prática comum.

6 http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/126052.pdf.
7 http://eeas.europa.eu/csdp/missions-and-operations/eu-navfor-somalia/.
8 http://www.mschoa.org/on-shore/about-us/eu-operation-atalanta.
9 http://www.eucap-nestor.eu/] [http://eeas.europa.eu/csdp/missions-and-operations/eucap-nestor/.

A conferência de Bruxelas, realizada em 16 de setembro de 2013, numa altura em estamos a oito anos do processo de transição da Somália terminar, com a troca pacífica do poder pelas instituições governamentais de transição para o novo Governo Federal, conjugado com a elaboração de uma Constituição provisória, preparou o caminho para a reconstrução e consolidação de novas instituições federais até ao final de 2016, altura em que as próximas eleições nacionais se realizarão.

A Somália iniciou, assim, um caminho para sair da fragilidade, em que o processo de reconstrução política, seguindo os princípios do "*New Deal*" para estados fragilizados acordados em Busan, em 2011, constitui a referência e o quadro político-estratégico. O marco fundamental deste processo de adoção do pacto, que proporcionará uma nova arquitetura política de segurança e de desenvolvimento, irá contribuir para moldar as relações entre a Somália e a Comunidade Internacional.

Como parceiros estratégicos, a Somália e a UE foram os anfitriões dessa conferência de alto nível, designada por "*A New Deal for Somalia*", que teve como objetivo principal apoiar o momento positivo que se vive na Somália, como forma de assegurar que o país se mantem no caminho da estabilidade, da paz e que permita prosperidade para a população somali, no futuro próximo. A conferência de Bruxelas representa, assim, mais um compromisso da Comunidade Internacional para a Somália, apoiando o pacto estratégico, comprometendo-se a implementá-lo e a empenhar-se no processo político de reabilitação do Estado e das suas instituições, nomeadamente na área da Segurança e Defesa.

O estabelecimento de uma base integrada da UE, em Mogadíscio, para 2014, parece apontar, como vimos, para uma estratégia do tipo "*comprehensive approach*", em que se procura integrar uma vertente civil e militar, colocando sob a coordenação militar no terreno todas as agências e organismos da UE na região. Procura-se colmatar o facto de, atualmente, a UE carecer de uma orientação para agir como um eixo político único e de, ao nível operacional, permitir uma aproximação integrada para gerir as atividades coletivas da UE para a Somália. O empenhamento da UE na Somália é substancial e está a crescer, operando-se cada vez mais a partir de Mogadíscio, mas, porém, o pilar político central para uma aproximação coordenada ainda se mostra insuficiente. Para além do facto de um considerável número de atores presentes na região pretenderem uma única plataforma partilhada, que se julga capaz de permitir uma economia de escala para todos os parceiros, incluindo a permissão para estabelecimento de uma delegação da UE em Mogadíscio. Afirma-se que a opção preferida é, para já, a sua localização dentro do Aeroporto Internacional de Mogadíscio (*Military International Airport*-MIA), mesmo ao lado (aproveitando as infraestruturas já existentes) da Base Inglesa. Este local pro-

porciona a melhor segurança possível, espaço disponível e o menor custo de entre todas as opções disponíveis, conferindo assim uma outra visibilidade à UE no seu papel de produtor de segurança na região do "Corno de África".

A estratégia militar da União Europeia

A EUTM-Somalia declarou a *Initial Operation Capability (*IOC), em Mogadíscio, a 7 de maio de 2013. Como precursor inicial desta declaração de IOC, a Missão projetou para o MIA, simultaneamente, um mentor, conselheiros e o QG (MATE HQ) com responsabilidade de coordenação sobre o treino, quando as condições para alcançar o Decisive-Point Nº3 (DP 3) estavam reunidas. A ambição da EUTM-Somalia ao nível estratégico, em Mogadíscio, consagrada em documentação própria (*Mission Plan*), consiste na projeção de assessores para o Ministério da Defesa somali e para o QG das SNAF, fora das instalações do MIA[10], em que, para se atingir esta situação, terão que ser atingidas as condições consagradas no DP 4.



Figura 4 – Soldado da AMISOM vigia o porto, em Mogadíscio

10 As instalações para onde está prevista a projeção dos assessores são "Villa Somalia", "Gashendiga" e JTC.

Atualmente, "Gashendiga", proposto como futura localização do Ministério da Defesa somali e QG das SNAF não está ocupado, nem controlado, por forças somalis, e estima-se que levará mais alguns meses até que isto se torne uma realidade. Assim, para um futuro próximo, as duas localizações restantes são as mais relevantes, pois o treino militar que envolve a maioria dos formadores europeus desenvolve-se no JTC, existindo uma pressão para o incremento das instalações relacionadas com a segurança, de forma a diminuir o risco de um atentado pela AS. Estes assessores (em várias áreas, num total de dezasseis) estão já em Mogadíscio, mas, ainda, sem condições de operar, pois as viaturas "MAMBA", que irão permitir o deslocamento entre o MIA e as outras localizações, onde se processa a formação/mentoria, ainda não funcionam. O programa de preparação e coesão para os assessores iniciou-se em julho de 2013 e, desde aí, prepara-se a transição para a Fase 3 da missão e o alcançar do DP4.

Existem alguns requisitos adicionais do DP4, em relação ao DP3, essencialmente relacionados com a segurança que importa ter em consideração, pois recentemente o nível de segurança em Mogadíscio melhorou, devido ao número de atores que foram projetados para a região e também ao maior envolvimento dos membros do governo somali. A análise do General Comandante da Missão refere a necessidade de adaptação de medidas de Proteção da Força, alinhadas com uma revisão constante da avaliação da segurança e do risco, realizada em simultâneo com a AMISOM e outras agências internacionais presentes na Somália.

Contudo, o conceito de *Force Protection* para a EUTM-Somalia, em Mogadíscio, está centrado em determinados requisitos específicos relacionados com a mobilidade (no interior de Mogadíscio) e, especificamente, nas localizações onde os assessores irão desenvolver o seu trabalho de mentoria. Está provado que o pessoal da missão está mais vulnerável durante os movimentos, e é nesse parâmetro que a missão deve evidenciar mais esforços, nomeadamente, reforçando a sua capacidade de transporte blindado, eventualmente, com o recurso a meios de transporte aéreos (helicópteros) e no reforço da condição de operacionalidade da Força de Reação Rápida (QRF) constituída (por um pelotão italiano).

Durante os deslocamentos todo o pessoal da missão utilizará viaturas "MAMBA MRAP" (viaturas blindadas de proteção contra minas), adquiridas expressamente para a missão e operacionais desde finais de 2013, com tripulação da AMISOM, que está a ser treinada pelo pessoal das células dos "*Security Support Elements*" (SSE) (Elementos de Apoio à Segurança) em termos de técnicas, táctitas e procedimentos, embora possam existir alguns considerandos, na medida em que a condução e a segurança das viaturas dos assessores a transportar são da responsabilidade da AMISOM (pessoal do Uganda),

o que não deixa de ser preocupante. Em complemento, as viaturas EUTM "MRAP" estão equipadas com contra-medidas eletrónicas quando em movimentos fora do MIA, operando numa banda indicada pela presente/atual análise das Informações que são as bandas eletrónicas conhecidas como utilizadas pela AS.

De acordo com as instruções expressas no *Mission Plan*, a passagem para o DP4 nunca será realizada antes destes meios críticos estarem presentes no Teatro de Operações (TO) e operacionais. Os requisitos adicionais do DP4 (em relação ao DP3), delineados pela EU, resumem-se em cinco categorias, nomeadamente:

– **Segurança**: o MATE/SSE está operacional e continua a realizar a análise da situação diária; a 30 de junho de 2013, os meios para equipar a *Force Protection* estática nas localizações fora do MIA e na base internacional da EUTM foram levantados no porto de Mogadíscio e entregues à EUTM-Somalia, no MIA. O Oficial Engenheiro (JENG) da missão foi projetado para Mogadíscio e aí permanecerá, até que todos os planos de Proteção da Força estática (dentro ou fora do MIA) estejam implementados e todas as coordenações necessárias para a realização de movimentos com a AMISOM tenham sido feitas; o treino das Técnicas, Táticas e Procedimentos (TTP), ministrado pelos elementos da célula de segurança aos elementos da AMISOM, está num estado avançado, bem como a análise dos padrões de atuação por parte do J2-Intelligence Analyst, J3-Operations e Counter-Improvised Explosive Devices (C-IED), ao nível do MATE HQ, já se encontram operacionais para serem utilizados no planeamento de movimentos, na área de Mogadíscio;

– **Apoio Médico**: os meios para projetar o apoio médico durante o movimento de colunas militares estão prontos, utilizando os meios orgânicos e as coordenações para o apoio médico em locais fora do MIA, e estão a ser realizadas ao nível do MATE HQ. Os meios orgânicos serão projetados durante o tempo que os assessores permanecerem fora do MIA nas atividades de formação e mentoria na região de Mogadíscio;

– **Infraestruturas**: as reuniões com as autoridades das SNAF, pela "Célula de Assessoria", são constantes, relativamente às infraestruturas para as atividades de assessoria; desde dezembro de 2012 que as autoridades da Somália têm sido informadas da intenção da EUTM-Somalia em colocar assessores no Ministério da Defesa e no QG das SNAF. Neste quadro, o MHQ entregou ao Ministro da Defesa da Somália um comunicado formal referindo os conceitos detalhados pelos representantes da EUTM e do Grupo de Trabalho Técnico Militar (MTWG), em Mogadíscio, sobre as intenções da missão. As infraestruturas a construir, durante o ano de 2013, no JTC precedem a criação de condições para a segurança dos formadores que aí irão desenvol-

ver as suas atividades, em 2014, onde se inclui a formação de Comandantes de Companhia, a qual, em princípio, caberá a Portugal;

– **Atividades de assessoria**: a aceitação do conceito da assessoria militar/ *mentoring* está perfeitamente estabelecido pelo MTWG e tem sido bem aceite pelas autoridades da SNAF e pelo *staff* do JTC. Os militares da SSE irão fornecer a proteção da força (*static in vehicles)*, no campo de treino Jazeera, enquanto os mentores e os formadores são transportados. Em acréscimo, novas infraestruturas para a proteção da força serão construídas, para que permitam aumentar o número de salas de aula e gabinetes de trabalho na EUTM-Somalia. O plano de treino anual está a ser preparado pelo MTWG e envolve as atividades a serem desenvolvidas no JTC, onde se inclui o *Coy Cdrs Course*, a iniciar-se em abril de 2014.

O MATE HQ completou a sua avaliação do risco e análise da estratégia para 2014 face aos principais atores internacionais em Mogadíscio, pois alguns atores, após o ataque do United Nations Coordination Center (UNCC), em 19 de junho de 2013, suspenderam (ou reduziram) temporariamente os movimentos fora da MIA, outros deslocaram-se para Nairobi, enquanto as instalações são reconstruídas e se consigam garantir os requisitos mínimos de segurança operacional. Outros organismos apenas autorizam movimentos essenciais e outros, ainda, reavaliam a sua postura operacional de forma a preparar a sua *Force Protection* para o futuro, como aconteceu com a UE.

Alguns atores internacionais usam viaturas blindadas *B6 4x4* para o transporte de pessoal em Mogadíscio, tendo sido elaborado um relatório com o objetivo de reforçar as medidas contra eletrónicas, dado que alguns atores já possuem este equipamento específico, como é o caso da AMISOM. A empresa "*Bancroft*" que é a principal empresa de segurança privada a operar na Somália não possui este equipamento (nem se espera que o venha a adquirir no futuro), dado ser necessário de um investimento financeiro avultado e que não parece estar ao alcance destas empresas privadas e de segurança.

A política da UN, em resposta ao supracitado ataque ao UNCC, foi desenvolver um comunicado público de inflexibilidade às atividades violentas, decidindo que nenhum elemento será retirado do terreno como resultado das pressões desenvolvidas pela AS. Contudo, a retirada de algum pessoal da UN para Nairobi é uma resposta de curto prazo e temporária, enquanto as várias agências da UN estão a reforçar as suas instalações na área de Mogadíscio.

Intenção operacional da missão para 2014

Segundo a a opinião de alguns especialistas, não existe a necessidade de se permanecer até ao final do ano de 2013 no DP3 e nem estender até ao DP4; por conseguinte, nos finais de 2013, foi proposta a passagem "parcial" para o DP4 com as seguintes observações:

– o movimento para o DP4 só terá início quando as viaturas "MAMBAS" e as contra-medidas eletrónicas (ECM) cheguem a Mogadíscio e estejam operacionais, prevendo-se que ocorram até ao final de 2013, e, ainda, que existam adequadas capacidades operacionais e condições de segurança para o movimento no interior de Mogadíscio;

– toda a situação operacional, nomeadamente o reconhecimento de itinerários, procedimentos e processos de extração por meio da QRF, juntamente com a elaboração de planos e realização de exercícios de treino deverão estar perfeitamente operacionais, incluindo os meios sanitários de apoio à operação terrestre;

– os requisitos de infraestruturas para a proteção da força em locais exteriores ao MIA, nomeadamente no JTC, estão planeados e serão concluídos em tempo, dispondo de condições de segurança exigidas para a missão;

– foram projetados os assessores para o MIA, desde final de julho de 2013, permitindo terem brífingues no local (MATE HQ), possibilitando, ainda, que analisassem e completassem os seus planos (trabalhando no MIA), enquanto o processo de consolidação da segurança não estiver terminado;

– adicionalmente, a projeção dos assessores irá fornecer uma ajuda preciosa e muito vantajosa para as autoridades da Somália concretizarem o plano do European Union Security Element (EUSE) e do MCdr para a EUTM-Somalia, criando condições de segurança na região de Mogadíscio e, principalmente, nas áreas de emprego dos formadores/mentores da UE.

É expectável que se atinja o DP4 no final de 2013 ou que este seja alcançado parcialmente, quando existam algumas das condições citadas. Este fator dará à missão tempo adicional para se verificarem e melhorarem as condições de segurança no terreno, sendo a análise do risco e da segurança um processo contínuo e dinâmico que importa acompanhar e, principalmente, entender numa forma proactiva e prospetiva. O movimento para o DP4 coincide com o alcançar do objetivo de nível estratégico da missão, devendo ser refletida na revisão do futuro Conceito Estratégico para a missão e em sintonia com o consagrado no Terceiro Mandato. Complementarmente, permite ainda vincar a mudança de paradigma no processo político da realidade atual na Somália, enquanto indica, num ponto de vista da opinião pública, a continuação do compromisso da UE para com a Somália no futuro próximo.

A visita do General da *European Union Military Committee* (EUMC) à área de missão, no início de dezembro de 2013, tendo assistido à *Final Parade* no BTC, em 4 de dezembro, seguindo-se a visita do Presidente da EUMC à região do "Corno de África", em meados de dezembro de 2013, é um significativo sinal deste compromisso da UE com a Somália, e contribui para o reforçar o empenhamento dos Estados-membros na reconstrução do país, nomeadamente, através do reforço das condições de segurança, onde Portugal esteve, está e estará na primeira linha de ação.

Por outro lado, a primeira Conferência de Geração de Forças (FGC) para o Terceiro Mandato da EUTM-Somalia, realizada em Bruxelas, no passado dia 17 de setembro de 2013, teve como objetivo gerar capacidades que a missão iria necessitar para a continuação da missão, em 2014. A FGC centrou-se no preenchimento dos lugares no MATE HQ e na estrutura de apoio, em Nairobi, deixando para uma segunda fase a constituição de Equipas de Formadores que irão dar a formação de especialistas no JTC, e se pensa venha a acontecer em janeiro de 2014. Adicionalmente, a missão procura providenciar informação necessária sobre o "Treino de Especialistas", em Mogadíscio, e identificar quais os Estados-membros que irão providenciar esse tipo de treino. A transição da Fase 2 para a Fase 3 implica, assim, que as nações, que atualmente têm cargos na EUTM-Somalia, preencham os lugares até ao final da Fase 2, prolongando o tempo de missão dos que se encontram no TO ou facilitar uma rendição no local. Aspeto que ocorreu com Portugal, onde o cargo de J2, mantido, a custo, por Portugal para a Fase 3, implicou um deslocamento do J2/MHQ, em Kampala, para Mogadíscio, em finais de 2013. Os principais lugares a serem ocupados para a Fase 3 da missão são: o Elemento de Assessoria; Assessoria e Treino, em Mogadíscio; o Gabinete de Ligação, em Nairobi, e a Célula de Apoio em Bruxelas; e, ainda, as funções no MHQ, em Mogadíscio, incluindo o MCdr e o *staff*. Neste quadro, para Portugal, no compromisso de continuar e apoiar a formação das SNAF, como tem feito desde meados de 2010, implica a projeção de uma equipa de formação de *Coy Cdrs*, em 2014, realizada, em princípio, em parceria com a Espanha.

A participação de Portugal na EUTM-Somalia

Desde o início da missão da UE na Somália, em 2010, foi incumbido a Portugal, no âmbito das contribuições nacionais para a EUTM-Somalia, projetar equipas de formação militar na vertente do Combate em Áreas Edificadas (CAE), designada por "Módulo de Formação em Áreas Edificadas" (MFCAE). A formação seria ministrada, desde o início, no BTC, no sudoeste do Uganda,

sendo o objetivo primário destas equipas (constituída por militares oriundos da extinta Escola Prática de Infantaria e de outras unidades de Infantaria do Exército Português) ministrar, fundamentalmente, técnicas, táticas e procedimentos relacionadas com o combate urbano. Esta formação estava destinada a soldados e a graduados (sargentos e jovens oficiais) das Forças Nacionais da Somália, a fim de contribuir para o aumento da estabilidade do Governo de Transição da Somália e assim reforçar a segurança no próprio país, pois sem segurança não existem condições de desenvolvimento e sem um desenvolvimento sustentado não existirão condições para desenvolver a segurança.

Passados quase três anos desde a projeção do 1º *Intake* para o BTC, em meados de 2010, existe a plena certeza de que o nível de segurança e de desenvolvimento na região do "Corno de África" tem vindo a consolidar-se. Os comentários e afirmações públicas dos governantes somalis e das chefias militares somalis, afirmam que o crescimento da estabilidade e da segurança no seio do país tem a ver, em grande medida, com a formação militar ministrada pelos representantes nacionais dos países que integram e integraram a EUTM-Somalia, nomeadamente Portugal, através do envio de sessenta e oito militares, ao longo destes três anos.

Em termos globais, até ao final de 2013, Portugal e os restantes membros participantes na EUTM-Somalia contribuíram para a formação e integração de vinte e quatro Capitães, noventa e seis Oficiais Subalternos, 706 Sargentos, 2043 Soldados e, ainda, cerca de vinte e seis formadores especialistas em determinadas áreas de formação, concorrendo, assim, para o fortalecimento dos alicerces das seis Brigadas que compõem as Forças Nacionais da Somália.

Contudo, a situação atual do país difere em muito da situação vivida no início de 2010, surgindo a necessidade de continuar a evoluir e a fazer crescer este sentimento de estabilidade na segurança do território. A esta vontade de mudança aliaram-se novas propostas por parte dos países e organizações diretamente envolvidos neste processo de estabilização das forças de segurança somalis. De um lado, os EUA, que defendem a transferência do centro de gravidade das ações de formação para a Somália, reduzindo progressivamente as atividades militares no exterior, contribuindo para reforçar a apropriação da Somália e o incremento do investimento direto em solo somali. Na mesma linha, as autoridades militares do Uganda expressaram o seu compromisso em prol do desenvolvimento do sector da segurança na Somália e mantiveram estreita parceria com a UE propondo a extensão da formação em Bihanga, até ao final do ano 2013, centrada, agora, na formação de especialistas a outros níveis de comando, nomeadamente Comandantes de Companhia e *staff* de Batalhão. O Uganda também viria, neste esforço integrado de contribuir para o desenvolvimento e segurança na Somália, a oferecer-se para fornecer uma formação mais estruturada e duradoura para fu-

turos oficiais somalis na sua Academia Militar, assunto que está a ser estudado e que será em breve uma realidade. O Uganda é um dos maiores contribuintes para a AMISOM e para a segurança na região.

Ambos os parceiros concordaram com as autoridades somalis que o treino militar básico deixaria de ser realizado no Uganda e que os oficiais subalternos poderiam ser formados em academias militares neste país (e existem ainda outras opções em estudo, como é o caso da Turquia), em vez de no Campo de Treino de Bihanga. Estes factos vieram a contribuir, decisivamente, para a transferência da formação para a Somália e para o encerramento das atividades formativas no BTC, no final de 2013. Portugal vira, assim, uma nova página da sua participação na missão EUTM-Somalia, deixando para trás a certeza que o tempo despendido a formar militares das SNAF, nas áreas do combate urbano, com a qualidade, saber fazer e as excelentes relações humanas que foram criadas e que caracteriza a nossa gente, tem contribuído para elevar o prestígio e bom nome de Portugal.

Entretanto, durante o ano de 2013, surgiu, então, a necessidade de melhor definir quais as áreas mais úteis de formação para as Forças de Segurança somalis, associada a novas linhas de pensamentos e uma conceptualização mais consistente e melhor estruturada da formação. As prioridades das autoridades militares somalis continuaram, contudo, a incidir sobre as áreas que permitam a realização de operações militares, no intuito de recuperar o controlo do país e a integração de todas as forças federais sob uma única estrutura de comando e controlo e, assim, permitir o desenvolvimento de umas Forças Armadas que integrem os feudos clânicos e as demais forças que proliferam na Somália.

O modelo de formação da EUTM-Somalia estava focado, no início, principalmente, no desenvolvimento de técnicas individuais do combatente, bem como em tarefas relacionadas com o comando e os aspetos logísticos de pequenas unidades, desenvolvido de acordo com uma situação de segurança completamente diferente da atualmente vivida no território. Neste cenário, foi necessário um reajustamento do modelo de formação inicial perante a evolução das necessidades de segurança, procurando evoluir para um sistema mais estruturado, com base em objetivos de formação de longo prazo e que possibilite a consolidação de um sistema de formação militar melhor coordenado e mais coerente com as reais necessidades futuras das forças somalis.

Aparece, assim, através de uma solicitação por parte do Vice-Primeiro-Ministro e Chefe das Forças de Defesa somalis, o pedido de inclusão no programa de treino de áreas especializadas, nomeadamente: *Intelligence, CIMIC, Combat Engineer, Military Police*, bem como no treino de comando e liderança através da formação de Comandantes de Companhia. Contudo, continuava óbvia a vontade de transportar todas essas formações para Moga-

díscio, mas a falta de segurança e a insuficiência a nível de infraestruturas de formação no campo de formação de Al-Jazeera, fizeram com que o BTC fosse utilizado como base de treino militar por mais um período de tempo, e a unidade hospedeira dessa formação fosse o Exército do Uganda, as UPDF.



Figura 5 – Coy Commanders Training Team – 6º *Intake*

Após decisão do Conselho da UE sobre os processos e principais linhas de ação da formação dos militares das forças nacionais da Somália e a Conferência de Geração de Forças, em fevereiro de 2013, foi atribuída a Portugal e ao Exército, a missão de preparar, aprontar e projetar para este novo mandato, duas equipas de formação na área de Comandantes de Companhia, conjuntamente com Espanha, constituindo assim o 5º e o 6º *Intake* da missão EUTM-Somalia. Foi também decidido que a primeira equipa de formação

destacada para o TO seria sob comando Espanhol e que Portugal lideraria a segunda equipa a ser projetada, na última fase do mandato em solo ugandês. Cada equipa de formação para o *Coy Cdrs* é constituída por um *Team Leader*, de posto Major, e oito formadores (quatro de cada país), constituindo equipas de formação que, rotativamente, se envolvem na missão de ministrar, em condições diferentes das existentes na Europa, a formação base em quinze semanas[11], no intuito de garantir os conhecimentos e ferramentas necessários para formar Comandantes de Companhia e elementos de *staff* do Batalhão.

A extinta Escola Prática de Infantaria, como unidade aprontadora dos últimos contingentes da EUTM-Somalia, recebeu como missão planear e executar o aprontamento e preparação dos militares portugueses nomeados para os últimos dois mandatos, incidindo no âmbito da formação a exigência de parâmetros de qualidade na prática pedagógica em inglês, na elaboração do *syllabus*, na vertente da proteção da força, e de todas as tarefas inerentes ao aprontamento administrativo-logístico. Para além disso, garantiu-se que, a todos os militares nomeados, fossem conferidas as competências necessárias para a tipologia da formação em questão, garantindo-se formação em C-IED, socorrismo de combate, inglês técnico, tiro, gestão de conflitos e de *stress*, bem como outras matérias que, ao longo de dois meses, permitiram um aprontamento que se considera ajustado para a missão.

A equipa de formação portuguesa e espanhola teve por objetivo facultar toda a informação possível e adequada aos militares do curso de capitães, para que estes, no final do período formativo, de cerca de três meses, estejam aptos a responder aos principais deveres e responsabilidades de um comandante de subunidade e colaborem como elementos constituintes de uma unidade de escalão batalhão. Deverão, ainda, ser capazes de tomar decisões acertadas nas suas acções de comando, de forma rápida ou em tempo eficiente, estudando as possíveis opções que dispõem ao seu alcance, e aptos para as comunicarem corretamente.

Tendo os anteriores objetivos em foco, a equipa de formadores concentrou os métodos de ensino em quatro áreas: liderança militar, prática de comando, planeamento de operações e desenvolvimento dos conhecimentos técnicos, táticos e procedimentos do emprego das unidades de escalão companhia,

11 *O syllabus* inicial aprovado por Portugal e Espanha dispunha de quinze semanas de formação, tendo sido aplicado na integra no 5º Intake, contudo, por dificuldades operacionais que se prendem com a chegada tardia dos militares somalis ao BTC e a pressão do encerramento das atividades formativas no Centro, até ao final de 2013, foi necessário fazer um ajustamento para o 6º Intake, acabando por se ter um *syllabu*s de dez semanas.

tendo sido, ainda, ministrados conhecimentos na área do tiro, treino físico, topografia e breves conhecimentos sobre o *staff* do batalhão e, em coordenação estreita com Espanha, reajustado o detalhe de instrução (*syllabus*), e elaborado um horário de acordo com uma fita do tempo e os requisitos estipulados pelo comando da missão EUTM-Somalia para os objetivos delineados. Das 392 horas de formação, distribuídas ao longo de dez semanas, seis dias por semana e oito horas por dia, destacam-se instruções de organização militar, tática geral de operações, ordens e planos, logística das subunidades, prática pedagógica relativa à prática de educação física e tiro, bem como exercícios práticos de planeamento ao escalão companhia, essencialmente na vertente de CAE, e localizado na região de Mogadíscio.

A primeira equipa de formação havia sido projetada para o TO em inícios de março e a segunda projetada no início de agosto de 2013, com o intuito de facilitar a integração plena das equipas portuguesa e espanhola, as quais passariam a trabalhar em conjunto nesta última parte do mandato no Uganda, aspeto que se revelou adequado e que contribuiu para o bom desenrolar da missão.

À chegada ao BTC, as equipas de formadores da EUTM-Somalia para o 6º *Intake* foram brifadas sobre as novas especificidades do treino para este novo mandato e, após um período de adaptação, seguiu-se a fase de preparação estrutural e documental, com vista a receber os futuros formandos. Por parte do comando da missão foram atribuídos os meios humanos e materiais para permitir o sucesso das instruções futuras, onde se destacam duas salas de aulas recentemente recondicionadas para o efeito, dois intérpretes de origem queniana (por cada curso) para auxiliar numa tradução da língua inglesa para somalis, bem como três oficiais do Exército Ugandês para auxiliarem na gestão logística e tática dentro do Bihanga Training School (BTS) (assistindo e participando no *Coy Cdrs Course*).

Após um demorado, e não muito fácil, processo de selecção e transporte aéreo dos futuros formandos, entre a Somália e Bihanga, o início do período de formação ocorreu em meados de setembro de 2013. Apresentaram-se para frequentar o *Coy Cdrs Course*, no 6º *Intake*, elementos com postos compreendidos entre tenente e capitão (e ainda dois sargentos) com idades compreendidas entre os vinte e os sessenta anos.

Após vencer as primeiras barreiras culturais e linguísticas, o curso decorreu sem problemas de maior e de forma como havia sido planeado, tendo sido realizado, na última semana de instrução, um exercício final com duração de cinco dias, para pôr à prova os conhecimentos adquiridos. Para este exercício, a equipa de formação adotou o método CPX, criando uma situação tática inicial e solicitando aos somalis a apresentação de documentos produzidos no planeamento das ações. Para isso, o curso foi articulado

em quatro grupos de trabalho, planeadas as ações de uma companhia, criando-se para o efeito o máximo de incidentes, com vista a permitir o planeamento possível aos futuros comandantes de companhia. Foi uma semana árdua para os alunos, que se viam pela primeira vez responsáveis pelo planeamento das suas operações, sentindo diretamente os efeitos de pequenos detalhes não pensados com o rigor necessário. No final do exercício, pudemos constatar, com agrado, que ambas as partes alcançaram os objetivos inicialmente pretendidos para o exercício. Na semana seguinte, chegou o fim do curso, com a cerimónia final do 6º *Intake*, onde foi possível constatar o sentido de dever cumprido e o orgulho de prestigiar Portugal e as Forças Armadas.

Conclusão

A região do "Corno de África" constitui uma das zonas com maior conflitualidade em África, e a Somália um dos países Africanos com maior índice de insegurança na região e no continente. Numa tentativa de inverter e apoiar a recuperação do Estado, e assim possibilitar criar condições para apoiar o desenvolvimento e a segurança, a Comunidade Internacional tem desenvolvido, desde 2010, estratégias de cooperação em conjugação com o governo da Somália.

Neste quadro, um dos mais importantes contribuintes para o incremento da segurança e defesa na Somália tem sido a UE que, desde 2010, através da missão EUTM-Somalia, tem formado mais de 3000 militares das SNAF e, assim, contribuído para consolidar um dos pilares mais importantes do Estado, o sector da segurança e da defesa.

A EUTM-Somalia tem desenvolvido as ações de formação a partir do Uganda, na área de Bihanga, onde Portugal, através do Exército, vem contribuindo com elementos de *staff* e equipas de formação para a consolidação das SNAF. Ainda com o apoio das UPDF e dos EUA tem sido possível executar rotações sucessivas de militares das SNAF para realizarem diferentes tipos de formações, nomeadamente, na vertente de CAE e, mais recentemente, desde início de 2013, a formação de Comandantes de Companhia, constituindo-se Portugal num dos Estados-membros que mais consistentemente tem contribuído para a missão da UE na região.

Referências

BIBLIOGRAFIA

BRYDEN, Matt (2013) – S*omalia Redux? Assessing the new Somali Federal Government. A Report of the CSIS Aton: Africa Program Washington*. Library of Congress, Center for Strategic and International Studies (CSIS), August 2013, ISBN 978-1-4422-2525-1 (pb). Disponível em: http://csis.org/files/publication/130819_Bryden_SomaliaRedux_WEB.pdf.

GAZIBO, Mamoudou (2010) – *Introduction à la Politique Africaine*. Deuxième Edition Revue et Augmentée. Canada: Les Presses de l'Université de Montréal, Québec, janvier 2010, ISBN 978-2-7606-2164-0.

HANSEN, Stig Jarle (2013) – *Africa Summary. Al-Shabaab in Somalia*. Chatham House Publications, 12 June 2013.

HUGON, Philippe (2007) – *Géopolitique de l'Afrique*. Paris: Editions Armand Colin, ISBN 978-2-200-34676-8.

OKSAMYTNA, Kseniya (2011) – *The European Union Training Mission in Somalia: Lessons Learned from EU Security Sector Reform*. Instituti Affari Internazionali. IAI Working Papers 11/16- June 2011. Disponível em: http://www.iai.it/pdf/DocIAI/iaiwp1116.pdf.

DOCUMENTOS

Resolução 1872, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, 26Mai09.

Resolução 2010/96/PESC, do Conselho da União Europeia, 15Fev10.

Resolução 2011/483/PESC, do Conselho da União Europeia, 28Jul11.

Resolução 2013/44/PESC, do Conselho da União Europeia, 17Jan13.

EUTM/Somalia Draft Revised Crisis Management Concept, 23Nov12.

EUTM/Somalia Combined Joint Statement of Requirements, 25Jan13.

EUTM/Somalia Informal Draft Mission Plan, 07Fev13.

DIROP 09/CEMGFA/13, EUTM-Somalia – Apoio à formação de Forças de Segurança da Somália – 3º Mandato, 06Mar13.

Diretiva 23/CEME/08 – Atribuições e responsabilidades na preparação e emprego de FND do Exército no âmbito das Missões Humanitárias e de Paz.

Diretiva 21/CEME/13 – Contingente Nacional para a European Union Training Mission/Somalia, 11Fev13.

Diretiva 580/CFT/13 – Contingente Nacional para a European Union Training Mission/Somalia, 15Abr13.

Diretiva 38/EPI/13 – Aprontamento do 6º Intake – EUTM – Somalia, 21Mai13.

Revista Militar
N.º 1 – janeiro 2014
pp. 49-80

Factos Relevantes da Saúde Militar nos últimos 200 anos



Tenente-coronel Rui Pires de Carvalho*

À memória de meu pai

Introdução

Cerca de um ano após o início de actividade do Hospital das Forças Armadas, afigura-se oportuno recordar datas, eventos ou factos (e algumas curiosidades) relacionados com a Saúde Militar dos três ramos, nos últimos duzentos anos (duzentos e doze, para ser exacto…), muitos dos quais contribuíram para, ou marcaram a Saúde, em sentido lato, em Portugal.

O autor solicita a máxima indulgência por eventuais erros e prováveis, mas inadvertidas omissões, certamente compreensíveis, dado o intervalo de tempo abrangido e o número e tipo dos factos registados, agradecendo eventuais correcções, aditamentos ou contributos para futuras revisões.

Segue-se, assim, um levantamento por ordem cronológica, com recurso a variadíssima bibliografia, arquivos e testemunhos pessoais, que se espera permitirem uma abrangente percepção deste período da Medicina Castrense Portuguesa.

* Licenciado em Medicina, pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. Chefe da Unidade Integrada de Neurocirurgia do Hospital das Forças Armadas. É autor e co-autor de comunicações e *posters* em congressos nacionais e internacionais, na área da Saúde Militar. Publicou artigos biográficos e de História de Saúde Militar (Revista da Ordem dos Médicos, Jornal do Exército, etc.). Autor do capítulo "A Medicina Militar (Exército) no tempo das Invasões Francesas", do livro "Medicina e Farmácia no tempo das Invasões Francesas".

Resenha Cronológica

1801

- Regulamento de Saúde Naval (em vigor até 1835).

1803 – 1817

- Encerramento progressivo das Aulas de Anatomia e Cirurgia dos Hospitais Militares (a primeira, em Almeida, fundada em 1773), o que foi precipitado pelas Invasões Francesas.

1804

- Carta Régia, de 22 de Setembro, encarrega o Físico-mor do Reino de fazer examinar as qualidades e préstimo das cascas amargas *brasilienses*.

1805

- Restaurados os postos de Físico-mor e Cirurgião-mor do Exército. O Serviço de Saúde do Exército passa a depender da Junta Central (que reporta ao Ministro da Guerra), constituída por aqueles e um Contador-Fiscal, sendo extinta a Junta do Proto-Medicato.
- Regulamento para os Hospitais Militares (exaustivo documento que estipula as funções de cada classe profissional, normas de funcionamento, inclusive regras, ainda actuais, para uma correcta transferência de doentes, etc.). (Figura 1)


REGULAMENTO
PARA
OS HOSPITAES MILITARES
DE
SUA ALTEZA REAL
O PRINCIPE REGENTE
NOSSO SENHOR,
TANTO EM TEMPO DE PAZ, COMO EM TEMPO
DE GUERRA.
LISBOA
NA IMPRESSÃO REGIA
M.D.CCC.V

Figura 1 – Regulamento de 1805



Figura 3 – Bernardino Gomes (pai)

- Concedida a graduação de "tenente" aos Cirurgiões-mores dos regimentos da Corte, medida que se torna posteriormente extensiva em todas as Unidades.
- O Dr. Bernardo José de Abrantes e Castro, substitui nas funções o Físico-Mor, Dr. Nunes do Vale, propondo ao Príncipe Regente a *união do Hospital Militar de Xabregas no da Marinha* por *(…) economia, e utilidade que rezultaria à Real Fazenda, e à saúde da tropa (…)*. Trata-se da primeira proposta (conhecida) de junção de Serviços de Saúde de diferentes ramos.

1806

- O novo Plano de Uniformes contempla o pessoal médico (militares e funcionários civis do Exército).
- Decreto concedendo as honras de coronel ao Físico-mor do Exército, a fim de poder exercer a sua jurisdição em tempo de guerra.
- Inauguração do primeiro hospital militar (construído de raiz): Hospital Real da Marinha, criado pelo Príncipe Regente D. João, em 1797 (Alvará de 27 de Setembro). (Figura 2)



Figura 2 – Hospital da Marinha – Santa Clara (vista actual)

1808

- O Príncipe Regente funda a primeira Escola de Cirurgia do Brasil, na Baía, em Fevereiro, e, posteriormente, em Novembro, cria a Escola de

Anatomia Cirúrgica e Médica no Hospital Real Militar e da Marinha da Corte, no Rio de Janeiro.

1809

- Ao Físico-mor é também atribuída a responsabilidade da inspecção e do licenciamento de venda de licores e bebidas nas lojas…

1810

- Instituída a Junta de Exames para Cirurgiões Militares, por iniciativa de Beresford (Aviso de 7 de Fevereiro).

1811

- É criado o Instituto Vacínico, por proposta de Bernardino António Gomes (médico naval). (Figura 3)

1812

- O mesmo médico e cientista publica o "Ensaio sobre o cinchonino, e sobre sua influencia na virtude da quina, e d'outras cascas".

1812-1814

- Em virtude do avanço das tropas aliadas em Espanha e no sul de França, é constituído um Hospital Militar Português em Santander.

1813

- Novo Regulamento para os Hospitais Militares.

1817

- Foi vedado o uso da banda[1] aos Médicos e Cirurgiões (concessão anteriormente deferida, a 12 de Dezembro de 1782).

1819

- Enviados os primeiros seis alunos portugueses a uma Escola Veterinária, para aprendizagem com base científica (Escola Veterinária de Alfort, em França).

1821

- Reestruturação do Serviço de Saúde Militar, por decisão das *Cortes Geraes*, de 14 de Dezembro, que consideraram que *o actual systema dos*

1 Faixa de tecido de retrós encarnado, distintivo específico da classe de oficiais e, até 1782, de uso exclusivo dos combatentes.

Hospitaes Militares, tendo sido formado para o tempo da Guerra, he mui dispendioso, e não póde ser conveniente, applicado ao estado presente da Paz (…).

- Extinção, não só dos cargos de Físico-Mor e Cirurgião-Mor (posteriormente reintroduzidos por D. Miguel), mas também do Deputado do Físico-Mor, sendo criado o cargo de Deputado Graduado. O Serviço de Saúde passa a ser dirigido por este último, que ficava colocado na Repartição de Saúde da Secretaria do Ministério da Guerra.

1822

- Fundação da *Sociedade de Sciências Médicas* de Lisboa: até 1866, a presidência era preponderantemente de médicos militares, como por exemplo Bernardino António Gomes (filho), médico naval e precursor da Psiquiatria Portuguesa.

1825

- Por influência do Cirurgião-Mor do Reino, Theodoro Ferreira d'Aguiar, D. João VI funda as Régias Escolas de Cirurgia de Lisboa e Porto. (Figura 4)



Figura 4 – Theodoro Ferreira de Aguiar


JULHO 1843.

JORNAL

DOS

FACULTATIVOS MILITARES.

Figura 5 – Jornal dos Facultativos Militares

1826

- Publicada a primeira Tabela de Lesões de que temos conhecimento (para a admissão ao serviço militar, servindo também para determinação de incapacidades).

1827

- Inauguração do Hospital Real dos Inválidos Militares (fundado pela Infanta D. Maria Francisca Benedita), cuja construção teve início em 1792.

1830

- No reinado de D. Miguel, é fundado o ensino veterinário em Portugal com a Escola Veterinária Militar, no sítio da Luz, em dependências do Real Colégio Militar.

1834

- Com a extinção das Ordens Religiosas, o Convento de Nossa Senhora da Estrela é adaptado a Hospital Militar, com a designação de Hospital Militar de Lisboa. Entre 1797 e o final da Guerra Peninsular, o Convento já havia sido usado como Hospital, sucessivamente, de Ingleses, Portugueses (1804-1805), Franceses (1807-1808) e, novamente, Ingleses (1808).

1835

- Um grupo de cirurgiões militares, auto-intitulado "Corporação Cirúrgica do Exército", fez um requerimento a D. Maria II solicitando que fossem cumpridos o Decreto de 7 de Fevereiro e o Aviso de 8 de Março de 1810 (que concediam a patente, direitos e honras das respectivas graduações), uma vez que tinham soldos inferiores aos oficiais de igual patente, estavam impedidos de terem as reformas dos demais, por não lhes ser permitido pagar para o Montepio, e estavam privados de usarem a banda. Chegaram a publicar as suas reclamações e reivindicações em folheto e proceder à sua distribuição pelos Ministros, Pares do Reino, Deputados e "pessoas influentes".

1837

- Criação do Conselho de Saúde do Exército.

1843

- Primeira publicação periódica militar – "Jornal dos Facultativos Militares". (Figura 5)

1844
- Criado o Asilo dos Inválidos da Marinha.
- Publicação de "Dos Estabelecimentos de Alienados nos Estados Principais da Europa, 1843", de Bernardino Gomes (filho), médico da Armada.

Década de 40 do séc. XIX
- Criado por Bernardino Gomes (filho) o primeiro Serviço de Psiquiatria em Portugal, no Hospital da Marinha.

1845
- Criação do Quadro dos Facultativos Veterinários do Exército.

1847
- Fundadas as Escolas Médico-Cirúrgicas de Goa e do Funchal, sob proposta de Bernardino Gomes (filho), subsistindo, a primeira, até aos dias de hoje como Faculdade de Medicina.
- Regulamento Geral do Serviço de Saúde do Exército.

1849
- Aprovado o quadro da Classe de Farmacêuticos da Marinha.



Figura 6 – Convento da Estrela (último quartel do séc. XIX)

1850
- Foram esvaziadas as atribuições do Conselho de Saúde do Exército, com a criação de uma Repartição de Saúde no Estado-Maior do Comando em Chefe do Exército.

1851

- Instituição do cargo de Cirurgião-em-Chefe do Exército, extinção do Conselho de Saúde do Exército e criação de uma Comissão Consultiva de Saúde do Exército (integrada por cirurgiões residentes em Lisboa, constituindo-se como órgão de consulta do Ministro da Guerra e do Cirurgião-em-Chefe).
- Criado, uma vez mais, no Convento da Nossa Senhora da Estrela, o Hospital Militar Permanente de Lisboa, onde se centralizaram todos os Hospitais Militares Regimentais da cidade. (Figura 6)

1856

- Determinação, de 7 de Março, que estabelece, nas capitais de Distrito, Juntas de Revisão para apreciarem as causas de isenção e julgarem da inaptidão ou incapacidade dos inspeccionados.

1859

- Criado o Quadro de Oficiais Farmacêuticos do Exército.



Figura 7 – Hospital Militar Regional nº1

- Constituída a 6ª Repartição da 1ª Direcção da Secretaria da Guerra que, chefiada por um Cirurgião-de-Brigada ou Cirurgião-Mor, tinha por atribuições: " a correspondência com o cirurgião chefe, preparar os trabalhos que dissessem respeito aos diversos ramos do Serviço de Saúde e que

tinham que subir à presença do Ministro, com os competentes relatórios (…)". O Serviço de Saúde estava, assim, dependente de duas entidades distintas (Cirurgião-em-Chefe e 6ª Repartição do Ministério da Guerra).

1862

- Inaugurado, no Porto, o Hospital Militar D. Pedro V (HMR1), primeiro Hospital do Exército construído de raiz para esse efeito. (Figura 7)
- Revista Médico-Militar da Índia Portuguesa.

1864

- Extinção da 6ª Repartição e criação de uma Repartição de Saúde, independente das Direcções da Secretaria da Guerra e chefiada pelo Cirurgião-em-Chefe.

1865

- É criada a "Comissão Portuguesa de Socorros a Feridos e Doentes Militares em Tempo de Guerra", na sequência da adesão ao movimento internacional denominado "Protecção aos Feridos e Doentes de Guerra" (resultado da assinatura da Convenção de Genebra, em 22 de Agosto de 1864, na qual esteve o Cirurgião de Brigada, Doutor António José Marques). (Figura 8)

1869

- Criada a 1ª Companhia de Tropas do Serviço de Administração Militar**,** de onde eram destacados elementos para maqueiros.
- Por Determinação de 28 de Abril, os mancebos que se auto-mutilaram (para conseguir isenção) ficam sujeitos a Divisões Especiais das Juntas de Revisão (sendo que a Tabela de 1870 previa a sua incorporação nas Companhias de Administração Militar, "segundo o serviço util que alli ainda possam fazer").
- Nova reforma: com a reorganização da Secretaria da Guerra, a Repartição de Saúde deixa de ser independente e retomou a designação de 6ª Repartição, passando a integrar uma Direcção-Geral única (esta disposição manteve-se até à 1ª República).

1877

- Fundada a Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha.

1881

- Nota de 25 de Maio, do Chefe da 6ª Repartição, aos Cirurgiões de Divisão e Brigada, alertando para frequentes casos de aptidão em Juntas



Figura 8 – Doutor António José Marques



Figura 10 – Publicação "Questões Médico-Militares – Estudos Militares sobre Serviços Sanitários de Campanha"

de Revisão com posteriores baixas de serviço, comunicando a decisão de apuramento de responsabilidades dos facultativos militares.

1884

- A Carta de Lei de 21 de Maio cria, em cada Distrito, uma Junta de Revisão composta *por um coronel ou tenente-coronel, que presidirá, por um capitão e por dois médicos militares e um civil* (art.º 22º da Carta de Lei). Este órgão procedia à inspecção sanitária dos mancebos, percorrendo todas as cabeças de Comarca na área do Distrito (art.º 23º da Lei).

1884-1886

- Cordão Sanitário ao longo da fronteira com a Espanha (epidemia de cólera), que incluía instalações sanitárias (lazaretos). Foram empenhados médicos militares, alguns civis, militares (4ª Divisão) e guarda-fiscal (em toda a campanha sanitária foram empregues 3000 guardas fiscais e 11183 militares).

1887

- Primeira legislação sobre Oficiais Médicos na Reserva (Ordem do Exército nº 8, de 14 de Março), regulamentando direitos e deveres. Na realidade, contemplava também farmacêuticos e alunos dos últimos anos de Medicina (Coimbra), das Escolas Médico-Cirúrgicas e de Farmácia.



Figura 9 – Formatura de pessoal/material sanitário Estrela, *circa* 1880-1890

Quando alistados no "exercito activo" eram colocados na 1ª Companhia de Administração Militar.

1889

- Publicado o livro "Questões Médico-Militares – Estudos Militares sobre Serviços Sanitários de Campanha", do Cirurgião de Brigada Cunha Belém, que lança a questão da necessidade de treino e formação do pessoal de saúde em ambiente operacional. (Figura 10)

1890

- Início de actividade do Hospital Militar de Belém (HMB), com a designação de Hospital Regimental de Infantaria nº 1.



Figura 11 – Exercícios na Cerca da Estrela



Figura 12 – Doutor Cunha Belém

1896

- Já Cirurgião de Divisão, Cunha Belém publica "Breves Noções de Hygiene Militar" para uso nas Escolas dependentes do Ministério da Guerra. (Figuras 12 e 13)
- Criação da Escola de Enfermagem da Armada – por muitos, considerada a mais antiga escola de Enfermagem de Portugal (encerrou em 1980)[2].


BREVES NOÇÕES

DE

HYGIENE MILITAR

PARA USO DAS

ESCOLAS DEPENDENTES DO MINISTERIO DA GUERRA

POR

A. M. da Cunha Bellem

Cirurgião de divisão

LISBOA
IMPRENSA NACIONAL
1896

Figura 13 – Publicação "Breves Noções de Hygiene Militar"


N.º 49

SECRETARIA D'ESTADO DOS NEGOCIOS DA GUERRA

27 DE NOVEMBRO DE 1909

ORDEM DO EXERCITO

(1.ª Serie)

Publica-se ao exercito o seguinte:

Decreto

Secretaria d'estado dos negocios da guerra — 6.ª Direcção — 1.ª Secção

Hei por bem, em nome de El-Rei, approvar e mandar pôr em execução, com principio no dia 1 de janeiro de 1910, o regulamento geral do serviço de saude do exercito, que faz parte d'este decreto e baixa assignado pelo ministro e secretario d'estado dos negocios da guerra.

O mesmo ministro e secretario d'estado assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 11 de novembro de 1909. — PRINCIPE REGENTE. — *José Manuel d'Elesa Cardoira.*

Regulamento geral do serviço de saude do exercito

TITULO I

Dos hospitaes

CAPITULO I

Classificação

Artigo 1.º Para tratamento e observação medica dos individuos pertencentes ao exercito haverá hospitaes militares que se dividirão em tres classes.

Art. 2.º Os hospitaes de 1.ª classe, em numero de dois, terão a sua séde: um em Lisboa e outro no Porto.

Art. 3.º Os hospitaes de 2.ª classe, em numero de tres, serão estabelecidos: um em Lisboa (Belem), outro em Elvas e o terceiro em Chaves.

Figura 14 – Regulamento 1909

1899

- Por Decreto de 7 de Setembro, publicado na OE nº 10, há nova organização do Exército e os cirurgiões passam a ser chamados pelos postos, seguido da palavra médico.

1902

- Criada a "Escola de Medicina Tropical", na Cordoaria, precursora do Instituto de Higiene e Medicina Tropical.

2 Luís Graça, na sua História do Ensino da Enfermagem, considera a Artur Ravara e Escola dos Hospitais de Coimbra como as mais antigas (Graça, L.; Henriques, A. Isabel (2000) – Evolução da Prática e do Ensino da Enfermagem em Portugal [*Practice and Teaching of Nursing in Portugal during the XX Century*].



Figura 15 – Relatório de otorrinolaringologia



Figura 16 – Comissão Portuguesa dos Soldados em Campanha

1909

- Regulamento do Serviço de Saúde do Exército. (Figura 14)
- Fundação dos Serviços de Oftalmologia (Coronel Médico Mário Moutinho) e Otorrinolaringologia (pelo, na altura, Alferes Médico Alberto de Mendonça) do Hospital Militar Permanente de Lisboa – primeiros serviços autónomos a nível nacional e onde se especializaram profissionais de várias gerações[3].

Década de 1910

- Funcionamento de uma Escola Preparatória de Oficiais Médicos Milicianos no Hospital Militar do Porto (onde, em 1917, se criou um Curso de Educação Física).

1911

- Criação da 1ª e da 2ª Companhia de Saúde (respectivamente, em Lisboa e Coimbra).

3 Otorrinolaringologia, Oftalmologia, Gastroenterologia, Urologia, Endocrinologia e Reumatologia foram Serviços do HMP que contribuíram, no séc. XX, para a formação e estágios complementares de inúmeros especialistas, muitos dos quais se notabilizaram na cena nacional e internacional. Mais recentemente, a Oftalmologia, a Urologia, a Gastroenterologia e a Endocrinologia têm, ainda, conseguido Idoneidade Formativa, total ou parcial, por parte da Ordem dos Médicos.





Figura 17 e Figura 18 – Instituto de Reeducação dos Mutilados de Guerra

1912

- Publicação da "Cartilha de Higiene", pelo Ministério da Guerra.

1914

- Novo Regulamento Geral do Exército, que apenas alterou os órgãos de cúpula e não o funcionamento do Serviço de Saúde em geral[4].

1914-1918

- Apoio Sanitário ao CEP (Corpo Expedicionário Português) e às Campanhas de Angola e Moçambique.

1916

- A Cruz Vermelha monta um hospital de apoio ao CEP, em Ambleteuse, e admite pessoal feminino (cinquenta e quatro enfermeiras com equiparação a alferes e vinte e seis praças). Posterior fundação da Escola de Enfermagem (Lisboa, 1917).

1917

- O Dec-Lei nº 3471, de 20 de Outubro, cria, no Exército, a Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos (CAMT).

4 Pelo que o Regulamento do Serviço de Saúde, actualmente em vigor, embora anacrónico, é o de 1909 (temos pois um Exército Republicano com um Regulamento do Serviço de Saúde do tempo da Monarquia…).

1918

- O Dec-Lei nº 3732, de 2 de Janeiro, determina que passem para a posse do Ministério da Guerra: o Instituto Clínico da Cruzada das Mulheres Portuguesas, em Campolide; o seu auxiliar nº 1; o Hospital Português de Hendaia; e o Instituto de Reeducação dos Mutilados de Guerra, de Arroios. (Figuras 17 e 18).
- Doze enfermeiras da CVP (Cruz Vermelha Portuguesa) desligam-se da Instituição e solicitam ao Comando do CEP a passagem à dependência directa da estrutura militar. Foi a primeira incorporação de mulheres nas fileiras, tendo-se formado o 1º Grupo Auxiliar de Damas Enfermeiras (GADE 1). Foram colocadas no Hospital de Sangue nº 8, em Herbelles.
- O actual Laboratório Militar foi criado como Farmácia Central do Exército (FCE), com a missão de fornecer medicamentos ao Exército e à Marinha, sendo uma das primeiras unidades industriais da, então, incipiente indústria farmacêutica portuguesa. (Figura 20)
- Um incêndio de grandes proporções destrói parte significativa do Hospital Militar do Porto. As obras de recuperação estarão concluídas em 1920.

1926

- Pelo Dec-Lei nº 11858, de 5 de Julho, é criada a Direcção do Serviço de Saúde do Exército (DSS).
- O Hospital Militar Permanente de Lisboa passa a designar-se Hospital Militar Principal (HMP) e o do Porto por Hospital Militar Regional nº1 (HMR1).

1927

- A assistência na luta antituberculosa é alargada às famílias dos militares afectados.



Figura 19 – Grupo de "Enfermeiras Militares"



Figura 20 – Farmácia Central do Exército

1928

- Pelo Dec-Lei nº 14957, de 25 de Janeiro, é criada a Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos dos Exércitos de Terra e Mar (CAMTETM).
- O Cor Médico Manuel Gião publica "Algumas notas para a História do Corpo dos Médicos Militares" e a "Organização do Serviço de Saúde Militar", apenas dois títulos da sua vasta obra no âmbito da investigação histórica e da organização da saúde militar. No último trabalho invocado, defende que "as capacidades excedentárias seriam usadas, em tempo de paz, para colaborar com o Serviço de Saúde dependente do Ministério do Interior".

1943

- A DSS fica sediada na Quinta da Alfarrobeira (antiga "casa de campo" do Arquitecto do Convento de Mafra, Frederico Ludovice). (Figura 21)

1945

- A assistência anti-tuberculosa é alargada à GNR e Guarda Fiscal.

1946

- Primeiro transplante de córnea em Portugal (Major Médico Henrique Moutinho, do HMP).
- O Hospital Militar da BA4 (Terra-Chã), na ilha Terceira, Açores, começou a funcionar a 9 de Setembro (sucedendo ao Hospital Militar da Terra Chã, fundado em 1943, para apoio ao Corpo Expedicionário), mantendo essa designação até 13 de Agosto de 1972, passando em seguida a designar-se Núcleo Hospital Especializado da Força Aérea nº 2 (NHEFA2).



Figura 21 – Quinta da Alfarrobeira (vista actual)



Figura 22 – Hospital Militar de Belém – HMB (vista actual do edifício conventual)

1948

- A FCE passou a designar-se "Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos" (LMPQF).
- O primeiro Serviço de Anestesia do universo hospitalar português nasce no Hospital da Marinha pela mão do, então, 1º Tenente Mário Santos.

Década de 1950

- Obrigatoriedade da vacinação com BCG na Marinha (antecedendo o Plano Nacional de Vacinação, que entrou em vigor em 1965), por proposta do Doutor Gualter Marques (Contra-Almirante).

1950

- A Portaria nº 13101, de 18 de Maio, constitui o Hospital Militar de Doenças Infecto-Contagiosas (HMDIC), no Hospital Militar de Belém (que, desde a década de 30, se dedicava preferencialmente a essa área) e entrega-o à ATE (Assistência aos Tuberculosos do Exército, criada em 1935). (Figura 22)

1953

- É fundada a Revista Portuguesa de Medicina Militar.

1955

- Criado um Sanatório Militar na Serra do Caramulo (encerrado em 1976).

1956

- Criação do Serviço de Saúde da Força Aérea (sendo o seu primeiro Director o Coronel Médico José Maria Fernandes Lopes), embora, desde 1952, pelo Dec-Lei nº 38805, de 28 de Junho, já houvesse, na estrutura do Subsecretariado de Estado da Aeronáutica, um Oficial Superior Médico e respectivo adjunto, para os "assuntos de saúde e higiene das tropas das forças aéreas", e se previsse que os oficiais médicos, que já prestavam serviço em Unidades da Aeronáutica, pudessem ingressar nos quadros privativos da FAP (ficando, porém, na situação de adidos nos ramos de origem).
- Tem início o primeiro Curso de Oficiais de Reserva Naval (curso por onde passarão gerações de médicos cumprindo o Serviço Militar).

1959

- A DSS é colocada na dependência do General Quartel-Mestre (Decreto nº 42564, de 7 de Outubro).



Figura 23 – Evacuação Sanitária no TO (anos de 1960)



Figura 24 – Publicação "Informação Terapêutica"

- Início das actividades do Centro de Medicina e Psicologia da Força Aérea, precursora do CMA (Centro de Medicina Aeronáutica, em 1972), sendo o seu primeiro chefe, na altura, o Major Médico João José Varela.

Década de 1960

- Publicação da "Informação Terapêutica", que passou a ser distribuída, por solicitação, aos Hospitais Civis. (Figura 24)

1961-1974

- Guerra Colonial – só pelo Exército são mobilizados cerca de 1100 Médicos Milicianos, permitindo, malgrado os inconvenientes e riscos, uma experiência técnica adicional e ímpar (exemplo do Prof Doutor Moisão, entre outros). O HMP, em particular, tem grande incremento e desenvolve capacidades e prestígio (Cirurgia Plástica, Fisiatria[5], Neurocirurgia, entre outras).

1961

- Pelo Dec-Lei nº 44131, de 30 de Dezembro, é criada a Assistência aos Tuberculosos das Forças Armadas (ATFA), pela fusão da ATE e ATA (Assistência aos Tuberculosos do Exército e Armada, respectivamente), visando a profilaxia, tratamento e recuperação dos militares dos três ramos das FA e familiares a seu cargo.
- Primeiro Curso de Enfermeiras pára-quedistas militares. (Figura 25)

5 Perdurando, desde essa altura, e nesta área, a colaboração com o Hospital Militar de Hamburgo.

- Duas Enfermeiras pára-quedistas participam na evacuação de civis da Índia Portuguesa.
- A 1 de Junho foi inaugurado o Hospital Militar de Luanda.

1962

- A Guiné dispunha quatro hospitais militares: um hospital central (em Bissau) e três regionais.

1964

- Em Moçambique, existiam os Hospitais Militares de Nampula, Beira e Porto Amélia (este foi mais tarde desactivado e criado o de Lourenço Marques). (Figura 26)

1965

- Regimento de Saúde (Coimbra) – extinto em 1975.

1966

- Constituído, por decisão do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA), o Centro de Diagnóstico e Tratamento do Quartel de Adidos da FAP, no Paço do Lumiar (compreendendo uma enfermaria geral e o Centro Médico Psicológico), considerado o embrião do Hospital da Força Aérea (HFA).



Figura 25 – 1º Curso de Enfermeiras Paraquedistas



Figura 26 – Hospital Militar de Lourenço Marques

1968

- O Laboratório Militar passou a estar instalado no actual edifício sede, na Avenida Alfredo Bensaúde, em Lisboa. (Figura 27)

Início da década de 1970

- Dá-se o alargamento de assistência médica e hospitalar aos familiares dos militares.

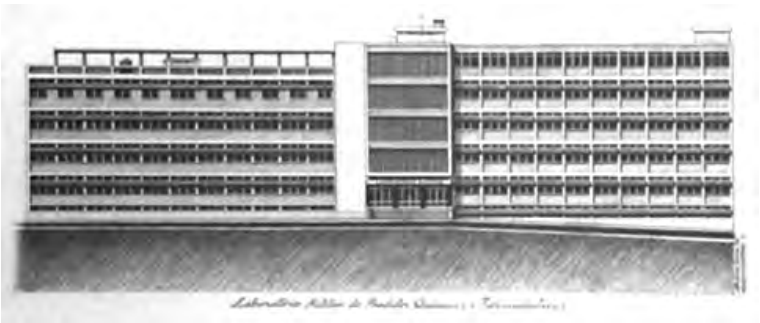


Figura 27 – Novo edifício do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos

Década de 1970

- Primeiras discectomias cervicais por via anterior – técnica de Cloward (Doutor Moradas Ferreira, do HMP) – e primeiro Microscópio Cirúrgico[6].

1972

- Primeiro Laboratório de Hemodinâmica (HMP – Doutor Fausto de Morais, Brigadeiro).
- O NHEFA2 (Hospital da Terra-Chã, encerrado pouco depois da Guerra do Ultramar, em 1975) e o NHEFA1 (antecessor do Hospital da Força Aérea – Paço do Lumiar) foram criados pelo Dec-Lei 296/72, de 14 de Agosto.

1973

- Estabelecem-se as bases da Assistência na Doença dos Militares, pelo Dec-Lei nº 585/73, de 6 de Novembro.
- Inauguração da Casa de Saúde da Família Militar (no HMP).
- Inaugurado o novo bloco hospitalar do HMB (onde, além da Pneumologia, com as valências de Fisiopatologia Respiratória e Broncologia, e da Infecciologia, se instalaram as de Oncologia, Medicina e Reabilitação Cardíaca). Nos anos 70, o sector de Fisiopatologia Respiratória dispôs do primeiro Pletismógrafo adquirido em Portugal.

6 O Exmo. Colega, Doutor Durão Maurício, Neurocirurgião, ex-Director do Hospital de S. José, e colaborador de longa data do HMP, refere-o como o primeiro em Lisboa.

1975

- A reforma da Saúde Militar é contemplada nas Actas do Conselho da Revolução (sendo criada uma Comissão para a Integração dos Serviços de Saúde das Forças Armadas – CPISSFA[7]).

1976

- Término da acumulação de carreiras médicas (civil e militar).
- Integração do ensino médico pré-graduado da Faculdade de Ciências Médicas nos serviços do HMP.
- A Portaria nº 67/76, de 4 de Fevereiro, regulamenta a Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (prevista no Dec-Lei nº 585/73), estabelecendo que a ADME funcionaria na Direcção do Serviço da Administração do Quartel-Mestre-General, a ADMA na Direcção do Serviço de Pessoal da Marinha e a ADMFA na Direcção do Serviço de Intendência e Contabilidade da Força Aérea.

1978

- Centro de Selecção Piloto de Coimbra.
- Criação da Unidade de Hemodiálise do HMP, que se viria a constituir em Serviço de Utilização Comum, por Despacho Conjunto, de 18 de Agosto, do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) e dos três Chefes de Estado-Maior dos ramos (tendo iniciado a actividade a 2 de Julho de 1979).

1979

- Criado o Hospital da Força Aérea (Dec-Lei nº 114/79, de 4 de Maio).
- Centros de Selecção de Setúbal, Porto e Coimbra.
- Criação da Escola do Serviço de Saúde Militar (ESSM), sendo extintas a Escola de Serviço de Saúde do Exército (que funcionou nos edifícios anexos da Basílica da Estrela) e a Escola de Enfermagem da Armada. (Figura 28)

Década de 1980

- A Unidade de Tratamento Intensivo a Toxico-dependentes e Alcoólicos (UTITA), no Hospital da Marinha, passa para instalações próprias e na dependência da Direcção do Serviço de Saúde, nos finais da década de 1990.

7 Fonte: Exmo. Major-general Esmeraldo Alfarroba.



Figura 28 – Escola do Serviço de Saúde Militar



Figura 29 – Módulo contentorizado do actual Hospital de Campanha

- Importantes contributos para a ecografia abdominal a nível nacional (Prof Doutor Carrilho Ribeiro, Brigadeiro, e colaboradores, no HMP).

1980

- É criado o Batalhão de Serviço de Saúde, em Setúbal (transferido para Coimbra, em 1993, e extinto em 2005).

1981

- É criado o Hospital Cirúrgico Móvel (actualmente, Hospital de Campanha). (Figura 29)

1986

- Início da construção de novo edifício adjacente ao HMR1 (concluído em 1993).

1989

- Desactivação do anexo de Campolide do HMP.
- Admitida a primeira Oficial Médica, no Exército.
- Entra em funcionamento o Centro de Medicina Hiperbárica, no Hospital da Marinha, prestando assistência aos três ramos (é um Serviço de Utilização Comum). Sendo usado maioritariamente por utentes civis, foi modernizado em 1999.

1991

- Primeira Cirurgia Laparoscópica em Portugal (Prof Doutor Alves Pereira e equipa, HMP) – colecistectomia.
- I Encontro Luso-Brasileiro de Medicina Militar (no Rio de Janeiro). Esta iniciativa, que se repetiu regularmente, veio a incluir participantes dos



Figura 30 – Comitiva Portuguesa na Reunião de Medicina Militar da CPLP

restantes países de Língua Portuguesa a partir do II Encontro (1993), sendo que o VI Encontro designou-se, cumulativamente, como "I Encontro de Medicina Militar da CPLP" (1999). Posteriormente, os seminários adoptaram apenas a última denominação, sendo que, em 2005 (Porto), se passaram a designar por "Encontros de Saúde Militar da CPLP". (Figura 30)

1992

- Início das Missões Humanitárias/Apoio Sanitário FND (Forças Nacionais Destacadas). Especial destaque para os apoios sanitários/humanitários na UNPROFOR (Fev93-Mai94, em que Portugal participou com três equipas cirúrgicas denominadas *Antena Cirúrgica Portuguesa*, operando no Hospital de Campanha Francês, em Bihac), na MONUA (Jul97-Dez98, em que foi empenhado o Hospital Cirúrgico Móvel), na SFOR (Dez95--2007), na KFOR (Jul99-) e na UNTAET (Fev00-Jan04) e na UNIFIL (Nov06 a Jun12).



Figura 31 – MONUA – Hospital Cirúrgico Móvel

- Início de actividade do Laboratório de Toxicologia do Exército, fazendo parte de um projecto de investigação e desenvolvimento do Ministério da Defesa Nacional, como elemento de apoio ao Programa de Prevenção e Combate à Droga e Alcoolismo nas Forças Armadas, no Exército.

1993

- Criação do Centro Militar de Medicina Preventiva (integrado no HMB).
- Extinção do Hospital Regional nº 3, em Tomar.
- Extinção dos Centros de Selecção de Coimbra e Setúbal, com criação do Centro de Selecção e Classificação de Lisboa.
- O Hospital Militar de Évora (HMR4) passa a designar-se Centro de Saúde da Região Militar Sul (CSMRS).
- Extinção da Escola Prática do Serviço Veterinário Militar e do Depósito Geral do Serviço de Veterinária.
- Em Dezembro, é inaugurado o Hospital de Equinos, em Mafra, dependendo do Centro Militar de Medicina Veterinária.

1994

- O Centro Militar de Medicina Veterinária é integrado na DSS, por Despacho nº 190/94, de 12 de Setembro, do General CEME.

1995

- Os Despachos nº 182/MDN/94, de 29 de Dezembro, e nº 188/MDN/95, de 31 de Julho, enunciaram princípios orientadores com prioridade para a implementação de Serviços de Utilização Comum (SUC), determinando oito SUC: na Marinha, Medicina Hiperbárica, UTITA e Laboratório de Hemodinâmica (este não implementado); no Exército, Serviços de Hemodiálise, Infecciologia e Imuno-hemoterapia; na Força Aérea, Centro de Medicina Aeronáutica e Serviço de Medicina Nuclear.
- Desactivação do Depósito Geral de Material Sanitário do Exército, na Quinta da Alfarrobeira (resultante da centralização global no Depósito Geral do Material do Exército, em Benavente).
- Criação do Instituto de Acção Social das Forças Armadas, pelo Dec-Lei nº 284/95, de 30 de Outubro, que integrou os Serviços Sociais das Forças Armadas, o Cofre de Previdência das Forças Armadas, o Lar de Veteranos Militares, o Complexo Social de Oeiras e o Complexo Social do Alfeite.

1998

- A ESSM passa a conferir o grau de bacharel aos cursos de Enfermagem e de Tecnologias de Saúde.

- Primeiro Curso de Medicina da Academia Militar (com um "Ano 0" na AM, iniciando o curso médico no ano lectivo 1999/2000, na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova).
- Primeiro Curso de Oficiais do Quadro Técnico de Enfermagem, Diagnóstico e Terapêutica (TEDT) do Exército, na Escola Superior Politécnica do Exército (ESPE).

1999

- Primeiros Cursos de "Médicos Navais" e de Medicina da Academia da Força Aérea (com início imediato na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa).
- No âmbito da cooperação técnico-militar com Angola, desenvolve-se, no Hospital Militar de Coimbra (HMR2), um programa de apoio fisiátrico a crianças angolanas amputadas – Projecto AFICRA (Despacho nº 68/MDN, de 20 de Abril). Além de preparação cirúrgica e fisiátrica para recepção de próteses, também se efectuaram, com sucesso, cirurgias oftalmológicas.
- Inaugurado o Laboratório de Análises Clínicas do Hospital Militar de Maputo, projecto iniciado em 1997, em colaboração com o HMB e a Engenharia Militar, no âmbito da Cooperação Técnico-Militar.

2001

- A ESSM passou a conferir o grau de licenciatura nos cursos de enfermagem (Portaria nº 853/2001, de 31 de Julho).

2002

- Primeira participação de Portugal na ISAF (Fevereiro), com um Destacamento Sanitário Conjunto (duas médicas – uma do Exército e outra da Força Aérea, três enfermeiros e três socorristas) integrado no 16º Regimento Sanitário Britânico, durante, aproximadamente, de três meses.
- Protocolo do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) com a ESSM.

2003

- Último concurso ordinário para a admissão de Oficiais Médicos com destino ao Quadro Permanente do Exército.

2004

- O Estado-Maior do Exército publica a "História da Medicina Militar Portuguesa", da autoria do Coronel Médico Carlos Vieira Reis.
- Fim da Inspecção Médica obrigatória para os cidadãos do sexo masculino.

2005

- Protocolo do INEM com o Exército.
- Projecto de Pós-Graduação em Saúde Militar, tendo-se realizado o primeiro Curso de Pós-Graduação de Saúde Militar para Médicos Militares, organizado pela DS, na ESSM, com vinte e oito Oficiais Médicos dos três ramos.
- Externalização dos cursos de licenciatura (nesse mesmo ano foi estabelecido um protocolo de formação de licenciatura em enfermagem, com a Escola Superior de Enfermagem Calouste Gulbenkian).
- Fusão dos subsistemas ADM na Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas, colocada sob gestão do IASFA (Decreto-Lei nº 167/2005, de 23 de Setembro).

2006

- Realizou-se, na ESSM, de 4 de Setembro a 13 de Outubro, o primeiro Curso de Pós-Graduação em Saúde Militar para Enfermeiros Militares e Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica dos três ramos e da GNR.
- A Direcção de Saúde do Exército (DS) sai da Quinta da Alfarrobeira e fica instalada no Edifício Ceuta (Comando da Logística). O seu núcleo museológico passa, posteriormente, para o Museu Militar de Elvas.
- No cumprimento do Despacho Conjunto nº 393/2006, de 2 de Maio, dos Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa Nacional, foi criado, na dependência do Ministro da Defesa Nacional, um grupo de trabalho para a Reforma do Sistema de Saúde Militar.
- Proposta de constituição de uma Sociedade Portuguesa de Saúde Militar, pelos Assessores para a Saúde Militar do Ministério da Defesa Nacional.
- Criado o Laboratório de Bromatologia e Defesa Biológica do Exército.

2007

- Em Dezembro, por despacho do General Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), o Hospital Militar de Coimbra (HMR2) passa a Centro de Saúde Militar.

2008

- Entra em vigor o primeiro protocolo entre os Ministérios da Saúde e da Defesa, em relação ao Internato Complementar dos Oficiais Médicos.
- Decisão de criar um Hospital das Forças Armadas (HFAR), na dependência do CEMGFA, com dois pólos, um em Lisboa e outro no Porto (Resolução de Conselho de Ministros nº 39/2008, de 7 de Fevereiro).



Figura 32 – Elemento de Defesa Biológica e Química do Exército

2009

- O anteprojecto dos Estatutos da Sociedade Portuguesa de Saúde Militar é apreciado a nível do Conselho Consultivo da Saúde Militar.
- Seminário "Medicina e Farmácia no tempo das Invasões Francesas", na Lourinhã, a 23 de Junho, por iniciativa conjunta da respectiva Câmara, do Ministério da Saúde e do Exército, integrado nas "Comemorações dos 200 Anos das Invasões Francesas". Desta iniciativa veio a resultar a publicação das respectivas comunicações, em livro com igual designação, a 19 de Agosto de 2012.
- A assistência na doença aos beneficiários titulares da ADM passa a abranger o pagamento das despesas de saúde decorrentes de acidentes de trabalho e doenças profissionais (Portaria nº 1034/2009, de 11 de Setembro).

2009-2010

- Participação de três equipas médico-sanitárias conjuntas (Força Aérea, Exército e Marinha, sendo a Entidade Primariamente Responsável a Força Aérea), no Hospital de Kaia, em Kabul.

2010

- Criação do Grupo de Trabalho para estudo e implementação do HFAR (Despacho nº 10825/2010, de 16 de Junho, do Ministro da Defesa Nacional).
- Constituição de vinte serviços conjuntos (primeira fase do redimensionamento da estrutura hospitalar em Lisboa) – doze na Estrela e oito no Lumiar – com entrada em funcionamento em Dezembro de 2010.



Figura 33 – Missão na Líbia – regresso (Figo Maduro)



Figura 34 – Hospital das Forças Armadas

2010-2011

- Revisão do conceito de Saúde do Exército e Planeamento (Unidades/Estabelecimentos/Órgãos e Quadros Orgânicos).

2011

- Em 9 de Fevereiro, inauguração do novo Laboratório de Toxicologia do Exército.
- Missão Humanitária à Líbia (Força Aérea e Exército), de quatro dias, com início a 27 de Outubro, pela qual foram trazidos vinte feridos líbios para o Hospital Militar Principal e Hospital da Força Aérea. (Figura 33)
- Escolhida a localização do Lumiar para o futuro Pólo de Lisboa do HFAR.

2012

- Por Despacho de 29 de Agosto, do Ministro da Defesa Nacional, foi nomeada a Direcção do Pólo de Lisboa do HFAR, iniciando funções efectivas a 5 de Setembro.
- O Decreto Regulamentar nº 51/2012, de 12 de Dezembro, estabelece a estrutura orgânica e a estrutura funcional do Pólo de Lisboa do HFAR, bem como os princípios de gestão que lhe são aplicáveis.

2013

- Concentração de todas as clínicas cirúrgicas no Pólo de Lisboa do HFAR, no Lumiar, a 1 de Abril.
- O Despacho nº 5055/2013, de 2 de Abril, do Ministro da Defesa Nacional, cria uma equipa técnica, com o objectivo de elaborar uma proposta para implementar um Centro de Simulação Biomédica, no *Campus*

de Saúde Militar, localizado no mesmo espaço do Pólo de Lisboa do HFAR.

- A 28 de Junho, é publicado o Despacho 8430/2003, que anuncia a desafectação do domínio público militar e preconiza a ulterior rentabilização dos seguintes imóveis, anteriormente ligados à Saúde Militar: Hospital da Marinha, Hospital Militar de Belém, Quartel de Campo de Ourique (ESSM), Cerca do Convento da Estrela, Alas Sul e Norte, e Casa de Saúde da Família Militar.
- O Jornal do Exército, no seu número de Agosto/Setembro, divulga a produção, pelo LMPQF, de medicamentos de uso hospitalar em falta no mercado, na sequência da descontinuação da sua produção, por ausência de interesse comercial, pela indústria farmacêutica

Conclusão

É objectivo do autor que o testemunho aqui registado, não só constitua motivo de orgulho no passado da Saúde Militar (ontem como hoje com frequentes remodelações: atente-se à segunda metade do séc. XIX), mas, também, que possa servir de incentivo à Excelência e às Capacidades que se pretendem manter e conseguir com a criação do HFAR, e confirmar a razão de ser da Saúde Militar (prevenção, apoio operacional, recuperação de indisponíveis, apoio a missões humanitárias/medicina de catástrofes e complementaridade do Serviço Nacional de Saúde, nas suas capacidades excedentárias ou áreas técnicas específicas).

Espera, ainda, que esta revisão possa despertar interesse das novas gerações do Serviço de Saúde, no estudo mais aprofundado de alguns temas e factos históricos.

Recordar o passado permite preparar o futuro. Não é tempo perdido: pode ser tempo ganho ao invocar lições aprendidas, evitando erros anteriores.

Fontes

Bibliografia

Algumas Notas para a História do Corpo de Médicos Militares – Coronel Médico Manuel Gião, Abril de 1927, Separata do Jornal da Sociedade de Sciências Médicas de Lisboa, Tomo XCI (B.E. nº 6407)

Batalhas de Portugal, Tribuna
– Salamanca, Mendo Castro Henriques

– Moçambique 1895, António José Telo
– La Lys, Mendo Castro Henriques e António Rosas Leitão
– Angola 1966-1974, António Pires Nunes

Cartilha de Higiene, Ministério da Guerra,1912, Imprensa Nacional

Diário da História de Portugal, José Hermano Saraiva, Maria Luísa Guerra, 1998, Difusão Cultural

Enfermeiras Pára-quedistas, Coronel Pára-quedista Luís A. M. Grão, 2006, Prefácio

O Exército Português na Guerra Peninsular, Vol I, João Centeno, 2007, Prefácio

Guerra Colonial, Aniceto Afonso e Carlos Matos de Gomes, 1998, Diário de Notícias

História da Medicina Militar Portuguesa, Coronel Médico Carlos Vieira Reis, 2004, EME

Hospital Militar Principal, Perspectiva Histórica, Secção Cultural do Gabinete de Estudos Técnicos do HMP, 1994, 2ª Edição, CEGRAF/Ex

Hospital Militar de Coimbra, 100 anos ao Serviço da Saúde Militar, Rafael Marques, 2011, Bookpaperdesign

Jornal do Exército
– Hospital Cirúrgico Móvel, Tenente-coronel Farmácia Tavares Belo, Mai2004
– Hospital Militar Principal, Um legado de 175 anos, Major-general Esmeraldo Alfarroba, Nov2009
– Pós-Graduação em Saúde Militar, Coronel Médico Abílio Gomes, Jan2005
– Serviço de Saúde Militar – Uma Síntese Histórica, Tenente-coronel PilAv Brandão Ferreira, Fev2007
– O Hospital Militar de Luanda, Tenente-general Aires Africano e Major-general Nunes Marques, Dez2010
– O Pioneirismo do Serviço de Otorrinolaringologia no Hospital Militar da Estrela em Portugal, Ago/Set 2011
– Medicina Militar no Tempo das Invasões Francesas, Tenente-coronel Médico Pires de Carvalho, Fev/Mar2012

Medicina e Farmácia no tempo das Invasões Francesas, Ago2012, Edição conjunta da Câmara da Lourinhã, Exército e *Leader Oeste*, Capítulo "O Serviço Veterinário Militar no tempo de Napoleão", Tenente-coronel Veterinário Luís Garcia

Nova História Militar de Portugal, Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, 2004, Círculo de Leitores

Opúsculo do Laboratório Militar, 2000

Organização do Serviço de Saúde Militar, Coronel Médico Manuel Gião, 1928, Relatório apresentado ao III Congresso Nacional de Medicina (B.E. nº 12180)

Os Uniformes Portugueses na Guerra Peninsular, Doutor Pedro Soares Branco, 2008, Tribuna

Portugal e a Grande Guerra, Aniceto Afonso e Carlos Matos de Gomes, 2003, Diário de Notícias

Portugal Século XX – Joaquim Vieira – Círculo de Leitores

Relatório Geral do Curso de Educação Física – 5ª turma – Escola Preparatória de Oficiais Médicos Milicianos do Hospital Militar do Porto, Tipografia Fernandes, Lisboa 1917

Resenha Histórica do Hospital Militar de Belém, Abílio Gomes, Esmeraldo Alfarroba, CEGRAF/Ex, 1995

Revista Militar
- Apontamento para a História da Medicina Militar. A Marinha, Contra-Almirante Médico Naval, Rui Manuel Rodrigues de Abreu, 21Out2006
- Brevíssima História do Serviço de Saúde do Exército, Coronel Médico Carlos Vieira Reis, 21Out2006
- Cirurgia nas Guerras Peninsulares, Sargento-ajudante Pára-quedista José Luís Assis, 22Jun2008
- Encontros de Saúde Militar da CPLP: Contributo para um Espaço Estratégico e Científico, Major-general Joaquim Augusto Silveira Sérgio e Coronel Médico Carlos Vieira Reis, 22Out2006
- Importância da formação pós-graduada em Saúde Militar, Coronel Médico Abílio Gomes, 22Out2006
- In memoriam e evocação ao Major-general Médico Prof Doutor José Manuel Carrilho Ribeiro, Tenente-general Cabral Couto, 22Jun2008
- Organização dos Serviços de Saúde Militares: uma visão actual, Major-general José Carlos Nunes Marques, 22Out2006
- Os Serviços de Saúde Militares e as Missões Internacionais, Major-general Jorge Duro Mateus Cardoso, 22Out2006
- Reforma da Saúde Militar – Uma Intenção muitas vezes adiada, Dr. Alberto Rodrigues Coelho, 21Out2006
- Resenha Histórica – O Serviço de Saúde da FAP, Major-general Rui M. L. Silva Gonçalves, 21Out2006
- Revista Portuguesa de Cirurgia, Órgão Oficial da Sociedade Portuguesa de Cirurgia – II Série, N.º 19, Dez2011
- The Portuguese Army of the Napoleonic Wars, Osprey, 1977 e 2000 (René Chartrand)

Arquivos

Direcção de Saúde

Pessoais

Fontes Oficiais da Internet

Associação dos Antigos Alunos do Colégio Militar

Convento de Cristo

Cruz Vermelha Portuguesa

Exército

Google Books (Coleção de Decretos, Resoluções e Ordens – 1821, Parte I)

Hospital de S. José

Hospitais Universitários de Coimbra

IASFA

INEM

Internet Archives – American Libraries

Junta de Freguesia da Lapa

Luís Graça – Evolução da Prática e do Ensino da Enfermagem em Portugal

Ministério da Saúde/Serviço Nacional de Saúde

Site da Sociedade Portuguesa de Cirurgia Minimamente Invasiva

Iconografia

Retirada de diversas fontes já mencionadas

Agradecimentos

O autor agradece a colaboração e a revisão do artigo ao Exmo. colega Doutor António Eduardo Fernandes Baptista.

O autor agradece, ainda, a colaboração das seguintes individualidades: Major-general Esmeraldo Alfarroba, Major-general Nunes Marques, Major-general Lopes Henriques, Coronel Médico António Machado, Coronel Médico Veterinária Pedro Crespo, Coronel Médico Luís Gusmão (Un Estrela/HFAR), Doutor Durão Maurício, Capitão-de-Mar-e-Guerra Médico Naval Jesus Silva, Tenente-coronel Médico Paulo Lúcio (Un Estrela/HFAR), Tenente-coronel Médico Eduardo Fazenda (Un Lumiar/HFAR), Tenente-coronel Médico Veterinária Luís Garcia (AM), Tenente-coronel Médico Regina Ramos (Un Lumiar/HFAR), Tenente-coronel Médico Joaquim Cardoso (CSMC), Capitão Médico Frederico Varandas (CCSL), Capitão TEDT Nelson Santos (Un Lumiar/HFAR), Sargento-ajudante SS/Med Jorge Dias (Un Estrela/HFAR)

Revista Militar
N.º 1 – janeiro 2014
pp. 81-101

Tenente Eduardo Valadim, Herói ou Mártir?



Tenente-coronel João José de Sousa Cruz*

1. Situação em Portugal e Moçambique nos fins do século XIX

A costa oriental africana foi, de há muitos séculos, conhecida de navegadores e comerciantes, árabes, indianos e chineses. Por isso, quando Portugal se instalou em Goa, além do ponto de escala na Ilha de Moçambique, tentou, e por vezes conseguiu, ocupar algumas enseadas que permitissem fazer aguadas às caravelas e naus, como foi o caso de Sofala, Mombaça e as Ilhas Quirimba.

No entanto, só em 1507 foi dada vida à Capitania Geral de Çofala e Moçambique, que, desde essa data, consta nos relatórios ultramarinos portugueses.

Volvidos alguns anos, em 1569, foi fundada a Capitania Geral de Moçambique, que, em 1609, muda de nome para Colónia de Moçambique, Sofala, Rios de Cuama e Monomotapa, ficando dependente de Goa. Esta capitania só se tornará independente de Goa em 1752.

As sangrentas e quase eternas lutas civis em Portugal, no séc. XIX, desgastaram de sobremaneira as energias vitais do Portugal europeu. Assim, os problemas coloniais, incluindo o Brasil, independente em 1822, foram todos

* Tenente-coronel de Artilharia. Professor Efectivo de Topografia e Geodesia da Academia Militar, Lisboa; Professor e Criador do Curso de Engenharia Topográfica no Instituto Politécnico de Beja, Professor de Topografia e Desenho Topográfico da Escola de Formação e Aperfeiçoamento do Instituto Geográfico e Cadastral em Lisboa, Professor Convidado da Universidade dos Açores para as cadeiras de Topografia e Desenho Topográfico, em Ponta Delgada, e Professor de Topografia da Universidade Lusófona em Lisboa.

afastados para um plano secundário, sendo mesmo abandonadas as preocupações de exploração e valorização dos vastos domínios africanos, que foram votados ao abandono pelas classes políticas dirigentes de Lisboa.

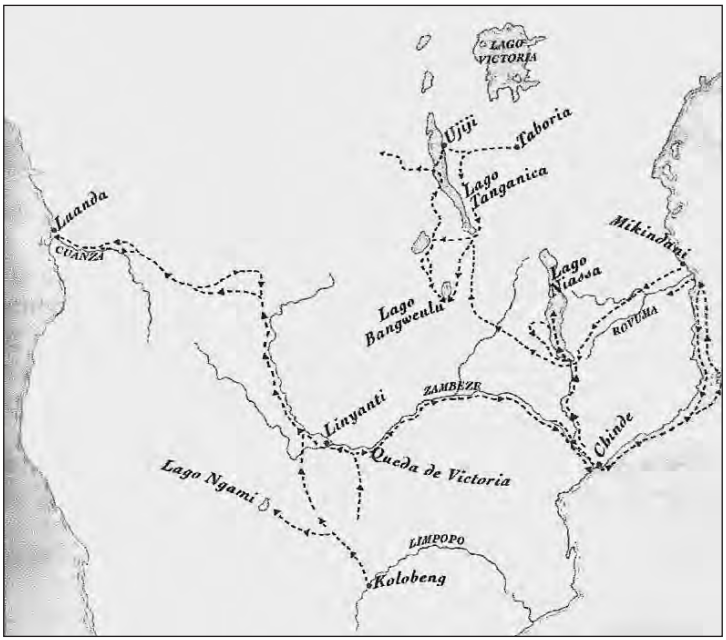


Figura 1 – Algumas das linhas de exploração europeia, no séc. XIX, entre Angola e Moçambique

Primeiro, as três invasões francesas e a fuga da família real para o Brasil, seguida da sua independência, ligada à penúria das populações portuguesas, originaram este desinteresse.

Bem lutou o marquês de Sá da Bandeira para que o regresso à política colonial lançasse em África os fundamentos de um segundo Brasil.

Mas o que, de facto, mais concorreu para esse regresso à política tradicional foram as, mal disfarçadas, ambições que por toda a Europa despertavam as grandes viagens de exploração do continente africano, iniciadas em 1820 por alguns exploradores e cientistas europeus, tais como:

– Claperton, que explorou o centro e o oeste de África, entre 1822 e 1826, saindo de Tripoli, passando por Kano, lago Chade e o império Fula;

– Denham, seu companheiro, até que se separaram por este ter acusado Clapperton de homossexualidade com criados árabes.

Estas viagens continuadas, depois, por:

– W. B. Baikie, que escreveu a narrativa de uma viagem de exploração do Rio Níger, em 1854;

– *H. Barth*, que escreveu "Viagens e descobertas na África do Norte e Central em 1857/1858", em cinco volumes;

– Ed. Vogel, referido por Herman Wagner, em 1860, na obra "Descrição da viagem e descobertas do Dr. Vogel".

– Heuglin, na sua "Odisseia no Rio Nilo";

– Baker, e muitos outros que, até 1856, trilharam em vários sentidos o interior africano e que, em patéticos relatórios, contavam depois as suas aventurosas travessias e os prodígios alcançados.

Mas, foram, sobretudo, as grandes explorações de um missionário, o senhor Livingstone que, de 1840 a 1867, em sucessivas viagens, percorreu toda a bacia do rio Zambeze até ao lago Ngami, em Angola, até ao lago Niassa e, ao longo do rio Rovuma, até Maravi Macro, Benguela, e o curso inferior do rio Congo, que mais vivamente chamaram para essas ignotas regiões as atenções da Europa científica, industrial e, principalmente, mercantil, até então absorvida, como Portugal, por estéreis debates e revoluções políticas.

Moçambique, até ao ano de 1870, não tinha ainda este nome e era conhecido por África Oriental Portuguesa, sendo constituído por: Ilha de Moçambique e Terra Firme, Ilhas Quirimba, Zambézia, Rios de Sena, Inhambane e Presídio de Lourenço Marques.

A palavra P*resídio* designava, então, uma espécie de quartel onde se alojava a tropa e que, por ser constituída quase exclusivamente por homens degredados, passou a ser essa a designação dos quartéis em Moçambique, ou seja, "*Presídio de Degredados*".

Alexandre A. Ferreira[1] apresenta outra opinião, afirmando que era o nome de uma oferta anual que os portugueses entregavam ao rei do Monomotapa, em paga do bom trata-



Figura 2 – Áreas ocupadas por portugueses, antes do Congresso de Berlim

1 Moçambique 1489-1975, A. A. Ferreira.

mento que estes lhe mereciam. Este pagamento durou até ao princípio do séc. XVIII.

No dicionário de sinónimos da língua portuguesa, de J. J. Roquete e José da Fonseca, apenas indicam *presídio* como prisão militar.

De uma antiga revista, chamada Arquivo Popular, datada de 1839, na sua página 242, pode ler-se:

> "*Na África Oriental, a Capitania Geral de Moçambique estende-se no hemisfério austral pelo espaço de 16 graus, com umas 400 léguas de costa, desde a bahia de Lourenço Marques a 25 graus, até ao Cabo Delgado a 10 graus de latitude… e mais a norte do* ***presídio*** *de Sofala…; O comércio destes* ***presídios*** *é semelhante ao da baía de Lourenço Marques…; No interior do país em manica, Zimbaboé e em outros lugares há alguns pequenos* ***presídios*** *portugueses a protegerem a mineração de oiro e as feiras*"[2].



Figura 3 – O Presídio de Lourenço Marques no séc. XIX

A África Oriental Portuguesa era um território completamente descontínuo, de muito difícil manutenção e ainda mais de apaziguamento.

Desde 1498, até cerca de 1870, quase trezentos e setenta e dois anos, era uma colónia virtual, dirigida por capitães-mores, capitães dos rios, donos de

2 Archivo Popular – Publicação 1839, Internet.

prazos e donas de prazos, estas mais eficazes do que os próprios donos, pois, sendo naturais, mais facilmente se fixavam às suas terras. Por diversas vezes, os capitães-mores dos Rios de Sena se tentaram separar dos governadores ou dos capitães generais instalados na Ilha de Moçambique.

O próprio lugar de Governador Geral foi uma vez licitado em leilão, o qual teve lugar em Goa, em 1641, tendo ganho Francisco da Silveira, que pagou a quantia de 30000 pardaus[3] para obter o lugar.

O Sul da colónia, infelizmente, só depois do aparecimento do ouro na África do Sul, Transval, em 1878, se desenvolveu e, apesar de ter juntado muitos aventureiros e bandidos, no que era somente um presídio militar, Lourenço Marques, conseguiu tornar-se numa grande cidade.



Figura 4 – Aspecto de uma mina sul-africana

As minas de diamantes e de ouro existentes, ainda hoje, na África do Sul tiveram início de exploração no séc. XIX, congregando muitos brancos e de outras raças, que se introduziram pelo porto de Lourenço Marques e se estabeleceram depois nas Rodésias, Transval e noutras zonas mineiras da África subsaariana.

Esta euforia só em 1895 se acalmou, depois das campanhas de Mouzinho e da política do Comissário Régio António Enes.

3 Moeda da Índia Portuguesa, de ouro ou de prata, valendo, respectivamente, 36 e 30 centavos.

A Zambézia, florescendo nos fins do séc. XVIII e no séc. XIX, ocupava uma grande área entre os rios Zambeze, Chire, e Lúrio, tendo ficado famosos os almoços da Zambézia, que incluíam doze pratos e muitos líquidos de acompanhamento.

Os Rios de Sena eram constituídos pela foz do rio Zambeze, a ligação fluvial para Quelimane, desde o rio principal, Sena, Tete e as feiras do Zumbo, estas já na fronteira com os territórios da colónia inglesa, futura Rodésia. Os traços de reunião desta área eram o rio Zambeze, e o rio Chire. A sua ocupação era pontual, devendo-se à marinha de guerra portuguesa a sua ocupação e a sua sobrevivência. Durante os governos de alguns capitães-mores de Massangano, deram muito trabalho às tropas portuguesas, negando-se a serem vassalos do rei de Portugal. Reagiram e deram luta nas suas "aringas" de Massangano, sobre o rio Zambeze, derrotando diversas vezes as tropas utilizadas pelas autoridades portuguesas, incluindo tropas expedicionárias metropolitanas. Só em 1888 foram destruídas as suas "aringas" e, assim, o tráfego no rio Zambeze foi liberado para o comércio português e internacional.

As ilhas Quirimba, a norte da costa de Moçambique, sempre foram objecto de ataques de árabes, de piratas, de franceses de Madagáscar, estes, para transaccionarem escravos ou comerciarem ouro, ou marfim. Desde muito cedo foi necessário artilhar a ilha de Ibo e a de Moçambique mas, para o interior, desde o mar, no Cabo Delgado, até ao lago Niassa quase nada se fez, até ao final do séc. XIX.

Andrade Corvo arranjou cobertura financeira para iniciar os trabalhos importantes das expedições científicas, e tentou acabar com a lenda de "*o Ultramar ser um local de perdição, de morte e de degredo*".

Em matéria de actividade colonial, quase todo o séc. XIX português é uma ininterrupta e árdua campanha, ora militar, ora diplomática, ora jurídica, pela conservação e defesa dos seus tradicionais domínios africanos. De notar que, em 1834, o domínio português na costa oriental africana era uma estreita faixa que descia ao longo do litoral, desde a baía de Tungue (Quionga), percorria as Ilhas Quirimba, seguia pela Ilha de Moçambique, entrando, mas pouco, no continente fronteiro, "a Terra Firme", saltando para Quelimane e pelo rio Zambeze, penetrando até Sena, Tete e Zumbo e, novamente, saltando para Sofala, Inhambane e para Lourenço Marques, com o seu obscuro presídio e a Ilha da Inhaca.

No mesmo ano de 1834, os capitães generais deram lugar aos governadores militares, com suprema direcção de todos os negócios internos, no referente a: presidência da junta de fazenda; nomeação de governos subalternos; despacho dos assuntos de administração civil; comando das forças armadas, com competência para conferir patentes a oficiais até ao posto de capitão, dependendo de sanção régia.

Embora os limites dos governos subalternos tivessem início nas costas marítimas ou fluviais do território, os limites no interior da colónia não podiam ser definidos por se desconhecerem, ou os indígenas não acatarem.

Tais nomeações abrangiam as zonas de Cabo Delgado, Quelimane, Rios de Sena (Zambézia), Sofala, Inhambane e Lourenço Marques.

Em 1840, os governos subalternos passaram a governos de distrito. Só em 1860 a ocupação efectiva do território de Moçambique entrou na sua fase definitiva, acção que durou até 1920.

Foram muitos os incidentes com europeus, na tentativa de pacificação das regiões menos frequentadas por portugueses, inclusive, com várias mortes de militares.

Mas, o incidente com o Tenente Valadim impressionou todo o país, porque foi quase em simultâneo com o *ultimatum* inglês e agitou muito o patriotismo de todos os portugueses.



Fig. 5 – As Ilhas Quirimba, em 1881

2. O incidente Valadim

É difícil e perigoso comentar as actividades dos heróis quando eles mereceram, nos séculos passados, honras de serem toponomizados, nomeadamente, em ruas, avenidas, largos, becos, travessas,etc., em cidades do continente europeu e, no caso vertente, em algumas cidades africanas que, no caso do Tenente Valadim, cerca de quarenta topónimos existem com o seu nome.

Eduardo António Prieto Valadim nasceu em 13 de Junho de 1865 e faleceu em Janeiro de 1890, às mãos do régulo Mataca. Frequentou o Colégio Militar, onde teve o número 132, entre os anos de 1876 e 1883, tendo assentado pra-



Figura 6 – O Tenente Eduardo Valadim

ça como voluntário, no Regimento de Caçadores nº2, com o posto de Primeiro Sargento graduado em aspirante, a fim de concorrer à Escola do Exército.

Nomeado para servir no Ultramar, em fins de Novembro de 1884, embarcou para Moçambique, em 22 de Fevereiro de 1885. Já como oficial do Exército, percorreu toda a Província Ultramarina de Moçambique, possivelmente, na altura, chamada de "Rios de Sena" e fez pelo sertão uma viagem até Manica, tomou parte numa campanha contra os Vátuas, foi com o governador a Zanzibar, e fez parte das forças que tomaram a Baía de Tungue (zona de Quionga, no Norte de Moçambique).

Em 1888 adoeceu, e seguiu para Quelimane a bordo da canhoneira Quanza. Voltou à Ilha de Moçambique, capital da província, por se terem agravado os seus males. Com licença da Junta de Saúde, seguiu para a cidade do Cabo (Cape Town) e depois para Lisboa, acompanhado do pai, então Chefe de Estado-Maior da Divisão Naval de Moçambique. Em 31 de Agosto de 1888 estava em Lisboa, onde foi tratado, seguindo novamente para Moçambique em 18 de Fevereiro de 1889.

António Maria Cardoso fez várias expedições à zona do Niassa onde chegou, em 12 de Novembro de 1888. Obteve a vassalagem de catorze régulos ao Rei de Portugal. Esta sua prática permitiu que fosse organizada a expedição de Valadim.

Do livro "Tenente Valadim, mártir do Niassa", escrito por Eduardo de Noronha, em 1936, resume-se a opinião deste escritor sobre Valadim:

> *"Em 15 de Junho de 1865 nasceu do casamento de seu pai português com sua mãe espanhola, Eduardo Valadim. Estudou em Lisboa e frequentou o Colégio Militar e quando acabou o liceu alistou-se no Batalhão de Caçadores nº2 na guarnição de Lisboa como sargento aspirante a oficial. Frequentou a Escola do Exército, mas não terminou o curso que tinha escolhido e seguidamente aceitou o posto de alferes para o Ultramar em 24 de Novembro de 1884, tinha então 19 anos. Escolhido por Augusto Castilho como ajudante de campo embarcou para a África Oriental Portuguesa, nome por que então era conhecida a Província de Moçambique, em 22 de Fevereiro de 1885."*

Valadim era uma pessoa simpática e convivia com facilidade com toda a espécie de pessoas. Diz o mesmo autor que, quando chegou à capital da colónia, então na Ilha de Moçambique:

"Tornou-se num instante o, por assim dizer, "menino bonito" da cidade. Mais alto que baixo, bem proporcionado, elegante no porte e esbelto na estatura, corado, a ressumar saúde por todos os poros, reunindo no conjunto a varonilidade portuguesa à vivacidade espanhola, de fisionomia aberta, de olhar claro e leal, penetrante e deixando-se facilmente penetrar, de cabelo quase alourado, distinto nas maneiras fáceis, apropriadas, a denotar convívio escolhido e de boa casta, inteligente, engraçado, espirituoso sem mordacidade, senhoras e homens, inferiores e serviçais, brancos, amarelos, mulatos, pretos, a todos impunha a atracção da sua presença. Adoravam-no, principalmente as mulheres de tez carminada, de pele baça, as alvas, as fuscas, as de pupilas veladas e as de íris de fogo. Talvez nem todos os maridos o encarassem com absoluta paz de espírito, mas as esposas viam-no aproximar sem nenhum segundo sentido – honni soit qui mal y pense – com agrado."

Esta era a opinião do escritor já referido, que com ele viajou no paquete Grantuly Castle, da "British Castle Mail Company", em Fevereiro de 1889, desde Lisboa até Port Elizabeth, onde foram transbordados para um navio mais pequeno que permitisse a entrada em certos portos, nomeadamente, em Durban, na África do Sul. Noronha ficou em Lourenço Marques e Valadim seguiu até à Ilha de Moçambique.

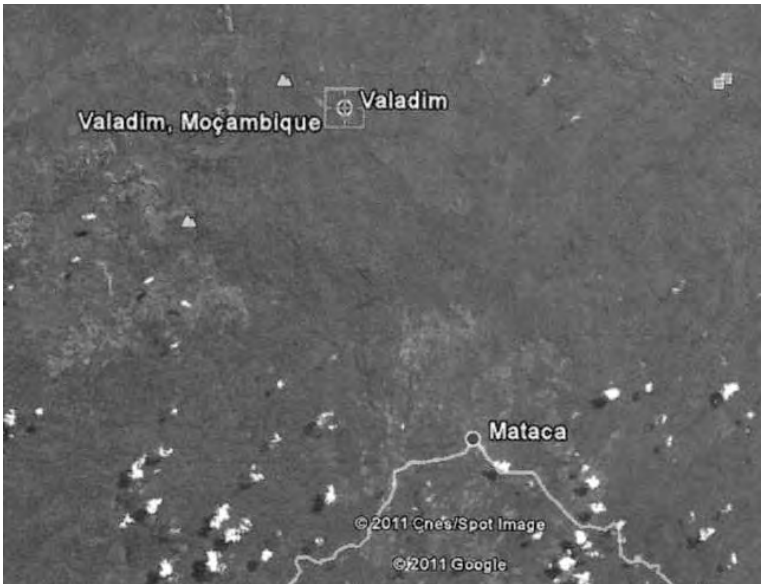


Figura 7 – Valadim e Mataca são povoações diferentes

Nomeado o alferes Valadim como chefe da missão ao régulo Mataca, situado no interior de Cabo Delgado, zona pouco conhecida, seguiu para o Ibo mas, não tendo conseguido carregadores, voltou à ilha, onde foi ajudante de campo do Conselheiro Neves Ferreira, novo Governador Geral da Província.

Valadim foi promovido a tenente, em 13 de Junho de 1889, e condecorado pelos seus serviços em África, com o Grau de Cavaleiro da Ordem de Cristo.

Em 6 de Outubro do mesmo ano seguiu para Quelimane, acompanhado pelo aspirante de Alfândega de Moçambique, José Tomáz de Almeida[4], e por uma força de cinquenta militares landins[5], além de duzentos e cinquenta carregadores contratados.

Primeiramente, foram a Meponda, junto ao lago Niassa (13º24'S 34º52'E), em apoio de quatro missionários, padres brancos, mandados pelo cardeal Lavigerie. Em seguida, dirigiram-se a Cuirássia, a fim de dar posse do governo militar ao Tenente Marques Lourenço, aí instalado. Após sessenta dias de viagem, marchou para leste do lago Niassa, para tomar termo da vassalagem do régulo de Macangira, onde demorou três dias, continuando pelas terras dos régulos Hamassinga, Matomangi e Nhembi, tendo sido, por todos eles, bem recebido. Ao régulo Nhembi, Valadim entregou uma bandeira portuguesa, na altura, azul e branca e, em troca, este entregou-lhe um filho para servir de guia e de salvo-conduto para as terras do audacioso régulo da região do Niassa, o Mataca. Valadim chegou lá seis dias depois e, tendo sido bem recebido pelo régulo, que aceitou os presentes e festejou o acontecimento com tiros de pólvora seca, nada fazia prever os acontecimentos que vieram a ter lugar. Como já tinha tido lugar o pôr-do-sol, combinaram que a bandeira seria hasteada na manhã do dia seguinte.

A noite decorreu tranquila e, pelas sete horas da manhã, Valadim, o criado José e o Aspirante Almeida procederam ao içar da bandeira, sem cobertura militar, no mastro improvisado. Tal significava o domínio da selva, a vitória e a submissão de mais um vassalo do reino de Portugal.

Então, alguns negros, súbditos principais de Mataca, acorreram a arriar o símbolo desse domínio, a fim de o esfrangalhar, pelo que Valadim, Almeida e o criado José quiseram impedir o desacato.

Mataca, então, aproximou-se, acompanhado de gente armada e sem a menor troca de palavras deitou mão ao Tenente Valadim e decepou-lhe a cabeça de um só golpe. Um dos maiorais que o acompanhavam fez o mesmo ao Aspirante Almeida e outro ao criado José. Parece, porém, que o Mataca,

4 Nos registos do Colégio Militar, onde Tomáz de Almeida foi aluno contemporâneo de Valadim, consta que Manuel Thomáz de Almeida, foi o nº41, de 1875 a 1877.

5 Eram chamados Landins os militares recrutados no sul da Moçambique, embora fossem de raça *Matsuasi* ou *Changana*.

antes da degolação, fez sofrer esse Aspirante a trucidação mais selvagem, assim como ao criado José e aos soldados landins, que não puderam defender-se porque as suas armas se encontravam guardadas. O mesmo aconteceu aos carregadores mais velhos, porque os mais novos foram vendidos como escravos a negociantes árabes que os levaram até Zanzibar. O cônsul de Portugal naquela ilha tratou do resgate de muitos, e foi pelas narrações desses libertos que se conseguiu reconstituir a tragédia.

Da Biblioteca do Macua[6] obteve-se a seguinte informação:

"*Diz-se, entre os Wayao, que Ce Buwonomali (o Mataca) teria devorado a cabeça do alferes Valadim depois de a polvilhar com piripiri e de ter declarado que "era peixe". Diz-se ainda, que guardou o crânio que passou a servir-lhe para fazer as suas libações, tendo-o legado ao seu sucessor, e que, daí para diante, todos os Mataca o usaram para o mesmo efeito.*"

Atribuída inicialmente a intrigas das autoridades inglesas, Rocha Martins, em 1931, indica que teriam sido intrigas de monhés, que teriam entrado em conversações secretas com Mataca, no decorrer da festa organizada à chegada de Valadim e sua comitiva. Acrescenta que esses monhés assistiram, à distância, ao embate de que resultou a matança.

Parece que, somente, em 27 de Maio de 1890, o governo de Lisboa teve conhecimento oficial do morticínio, ou seja, quatro meses depois do facto. Esta notícia emocionou tanto Portugal que foram propostas e atribuídas a mais de quarenta artérias e ruas de cidades e vilas do continente, ilhas e colónias o nome do Tenente Valadim.



Figura 8 – Topónimo existente na cidade do Porto

João de Azevedo Coutinho escreveu, em 1941, um livro[7] donde se transcrevem algumas passagens que referem Valadim:

"Apareceu o desditoso, alegre e despreocupado Valadim, que havia de vir a ser tragicamente trucidado no Mataca." (pág. 37)

6 Manuel Gama Amaral, em http://www.macua.org/livros/yao2.html.
7 Memórias de um velho marinheiro e soldado de África.

"O Ambrósio era mesureiro, bem falante (…) Havia escapado, milagrosamente ao massacre que o Mataca praticara nos desgraçados Valadim e Almeida e quasi todos os pretos que os acompanhavam." (pág. 151)

"Ir ao território do Mataca, aonde foi trucidada a expedição Valadim e vingar esse monstruoso crime…" (pág. 177)

"*Mandou chamar, aos limites norte do prazo, alguns cipaios que haviam escapado ao massacre da expedição Valadim, para darem informações seguras sobre o Mataca…*"(pág. 180)

"Foi efectivamente em Muemba que Eduardo Valadim foi morto. A sua expedição, fraca para ser de guerra, tinha bastante aparato para não poder ser tida como pacífica. O desditoso e valente explorador fizera-se acompanhar por uns cinquenta "macavilas" e landins das terras de Inhambane. Os Árabes que por essa ocasião visitavam o Mataca souberam convencê-lo de que aqueles "irmãos dos Mafites", ou "Maguanguras"que ali estavam sob as ordens dos brancos não podiam trazer outro fito senão o de o destronar, aprisionar e levar para a costa. Por outro lado Valadim inteiramente confiante e querendo evitar distúrbios na povoação, desarmara os landins. O resultado foi ser o número destes horrorosamente abafado pelas enormes massas de ajauas, e o sangue do malogrado oficial e do seu companheiro Almeida, regaram uns palmos de terra sobre que ficaram insepultas as ossadas de mais esses dois mártires da civilização…Dos crânios dos desgraçados brancos fez o Mataca copos para beber "pombe"[8]*. O Tenente Eduardo Prieto Valadim foi ajudante de Castilho, enquanto este ilustre oficial de marinha governou Moçambique. Era muito valente e folgazão, mas não tinha talvez a prudência necessária para dirigir uma missão daquelas. Bem sabemos que não havia razão para suspeitar que o Mataca lhe fizesse tal traição, devida principalmente à influência dos árabes de Zanzibar que estavam na sua povoação. A prudência do empregado da Alfândega Almeida, deveria no entanto compensar a impulsividade generosa do pobre Valadim e atenuar-lhe os ímpetos. Almeida tinha andado no Colégio Militar com Valadim e era seu íntimo amigo.*" (pág. 182/183)

Azevedo Coutinho considerou que a acção do Tenente Valadim foi pouco cautelosa e que a sua morte o tornou um *mártir da Pátria* e *não um herói.*

Segundo Valdez dos Santos[9], a expedição que teve lugar em 1889, "sob o comando do Alferes Eduardo António Prieto Valadim, acompanhado pelo Aspirante de Alfândega Manuel Tomás de Almeida, foi desbaratada em terras

8 Espécie de cerveja, ou vinho de milho, em Moçambique.

9 No livro "O Desconhecido Niassa", de 1964, pp. 70.

do régulo Mataca, sendo assassinados após vinte e quatro horas de tormentos. Classificada de *expedição pacífica*, era imensamente aguerrida para tal designação, pois continha cinquenta landins armados de espingarda e duzentos e cinquenta carregadores, alguns com armas gentílicas. Para ser uma *expedição militar* era uma força mínima, mal preparada e mal dirigida."

Segundo René Péllissier[10], na sua História de Moçambique, a págs. 353, indica como fracasso da expedição de Eduardo Valadim aos ajauas (1889--1890) o seguinte:

"*A partir de 1887 os portugueses tinham já compreendido que estavam a deixar-se desapossar* (dos territórios de Moçambique) *e que não tinham tempo a perder(…). Já não se pretendia explorar mas sim avassalar o mais depressa possível para pregar a partida aos Britânicos(…). Seria uma aventura muito arriscada a vassalização dos ajáuas do Mataca a partir da Zambézia(...). Em 1889 a expedição comandada pelo tenente Eduardo António Prieto Valadim acompanhado pelo aspirante de alfândega Luís Tomáz de Almeida, partiu de Quelimane a 6 de Outubro de 1889 e depois de ter deixado destacamentos no que seria futura Niassalândia, tinha apenas 250 carregadores escoltados por 50 landins. Era muito para uma penetração geográfica, mas muito pouco para infundir respeito nas colinas ajauas, mas o Governador Geral Neves Ferreira apontou-lhe como finalidade última chegar ao Mataca Bonomali em Mwembe, no coração da região ajaua, a fim de o vassalizar também. Valadim levava-lhe, é certo, um saguate* (presente)*, que lhe entregou ao chegar* (provavelmente no fim de Janeiro de 1890) *à sua capital."*

O mesmo René Pélissiér afirma:

"*Podemos classificar pelo menos três categorias para o sangrento fracasso desta expedição:*

- *Uma tentativa de extorsão por parte do Mataca, que quis apoderar-se das armas de Valentim e recusou todo e qualquer tratado;*
- *A teimosia de Valadim, que apesar da oposição do Mataca, que o proibira de ir à sua capital, ali se dirigiu e ali pretendeu içar a bandeira portuguesa;*
- *O mau comportamento dos portugueses, que importunavam as mulheres ajauas."*

E mais adiante, o mesmo escritor continua:

"É provável que se tenham combinado os três motivos, porquanto a única narrativa presencial da tragédia, por um soldado indígena da

10 Historiador Francês, conhecedor da história ultramarina portuguesa.

expedição, recolhida em 1908, ou sejam 18 anos depois do incidente, e mesmo assim em divergência com outras narrativas de outros soldados indígenas que se salvaram do massacre.

"*Em qualquer circunstância, a posição de Valadim era falsa, pois vinha para sujeitar, mas esperava-se que o tivesse feito diplomaticamente, à portuguesa. Mas ele não estava de visita ao pacífico Mataca Mnyenji, que recebera os anglicanos em 1880, mas sim a um verdadeiro senhor da Guerra que construíra a sua hegemonia no saque e no terror.*"

"*Valadim abriu a guarda por excesso de confiança, por ignorância ou por fadiga? De um modo ou de outro, não quis armar os soldados para içar a bandeira.*"[11]

"*Este primeiro passo nos domínios do sultão Bonomali, que com razão se julgava completamente independente, parece mais uma ingenuidade do que uma provocação, pois o sultão atraíu os brancos a uma cilada onde estes e o intérprete foram assaltados e chacinados e constou, diz René Pélissier, talvez erradamente, que o tenente foi degolado pelo Mataca em pessoa.*"

"*Mas há mais, os cinquenta landins (tropa do sul) foram ou abatidos ou presos juntamente com os 250 carregadores, sendo parte deles vendidos, como escravos, na costa a norte do Rio Rovuma e alguns em Lindi tendo estes a sorte de se terem ido queixar às autoridades alemãs que os mandaram soltar e de seguida enforcaram os seus guardas. Outros não tiveram essa sorte, mas parece que a maioria foi mantida em escravidão na região ajáua."*

"*Este episódio que deve ter decorrido em Janeiro de 1890,só foi conhecido em Lisboa depois do Ultimatum inglês que teve lugar em 11 de Janeiro do mesmo ano, e despertou profunda emoção numa Metrópole que se sentia vilipendiada pela sua mais antiga aliada e ridicularizada por uns inomináveis selvagens.*"

Do livro "Portugal Militar – Compêndio de História Militar e Naval de Portugal", extraiu-se uma passagem que se refere à guerra contra o Mataca:

"Também ao norte (de Moçambique) nas margens do Niassa, outro potentado rebelde se achava em 1898 ainda impune de todos os desacatos cometidos contra a autoridade portuguesa, de várias carreiras e assaltos no vizinho território inglês e sobretudo do massacre de que ti-

11 Tal facto deveria ser muito estranho num militar que, desde os dez anos de idade, se tinha habituado a que a Bandeira Nacional teria sempre de ser içada e arriada com honras militares em qualquer situação, mesmo no mato, como mais tarde sempre se fez em África e no restante Ultramar e com tropa armada em guarda de honra.

nham sido vítimas em 1888 (?) o tenente Valadim e os sipais da sua escolha, quando lá forem incumbidos de o chamar à obediência."

"Já em 1891 António Enes tinha decretado a organização de uma pequena expedição para ir às margens do lago Niassa vingar a morte de Valadim. Mas dificuldades de vária ordem e depois as campanhas do país de Gaza, tinham feito gorar esse projecto. Mas mais tarde como as correrias da gente do Mataca prosseguiram por toda a região portuguesa e no próprio território inglês, a Companhia do Niassa, já então arrendatária desse território, com poderes majestáticos, encarregou o capitão Eduardo Costa de elaborar um plano de campanha contra o Mataca, plano que a Companhia veio a desistir, por considera-lo excessivamente caro."

"Só portanto em 1899 o governo português se viu na necessidade de organizar e equipar à sua custa uma pequena expedição. O Mataca acerca de quem corriam fabulosas cousas, vivia de facto num nível superior ao de todas as populações negras vizinhas, mas sem por isso deixar de ser um potentado selvagem que urgia reduzir à estreita obediência e cujas forças, computadas por palpite, ficavam muito aquém em quantidade, qualidade e armamento, do que em Portugal se dizia. Por essa insuficiência de informações, forma de toda a ordem as dificuldades na organização da coluna e elaboração o plano de campanha."

Em 1900, estabeleceram-se postos militares nas terras do Chefe Metarika, no Lugenda, os fortes D. Luis Filipe e Mululuka, em Mandimba, foi construído um forte na Serra Tambala e, junto ao lago Niassa, estabeleceram-se três fortes, em Metangula, Luângue e Cóbué, estes em terras de nianjas.

Por esta altura, as autoridades alemãs do Tanganika procuraram atrair Ce Bwonomali, dizendo-lhe que fariam dele um grande potentado, tendo este respondido, orgulhosamente, que potentado já ele era desde há muito tempo em todas as terras de ajauas.

Uma pequena expedição a Mwembe, mal preparada e engodada pelo chefe Kuntelela, foi destroçada, nesta época, dizendo Yohannah Absullah:

"*Quatro europeus e todos os sipais foram assassinados pela gente do Mataka e comeram carne humana de europeus.*"

Finalmente, em 1912, uma coluna comandada pelo capitão Pottier de Lima, chefe do concelho de Metalika (possível Metarica, actual), apoiado por ajauas do régulo Metalika e nianjas de Metangula e Cóbué, invadiu Mwembe, a fim de subjugar o Mataca. Não houve resistência e Ce Cisonga, régulo em exercício, na altura, abandonou as suas terras, passando-se para o Tanganika com 45000 dos seus súbditos.

Acabou, assim, a linhagem dos Mataca no Niassa e nesse local foi construído o forte Tenente Valadim.

Consegue distinguir-se, na figura 9, a fronteira norte de Moçambique, a Oeste o lago Niassa e, quase no centro, o Forte.

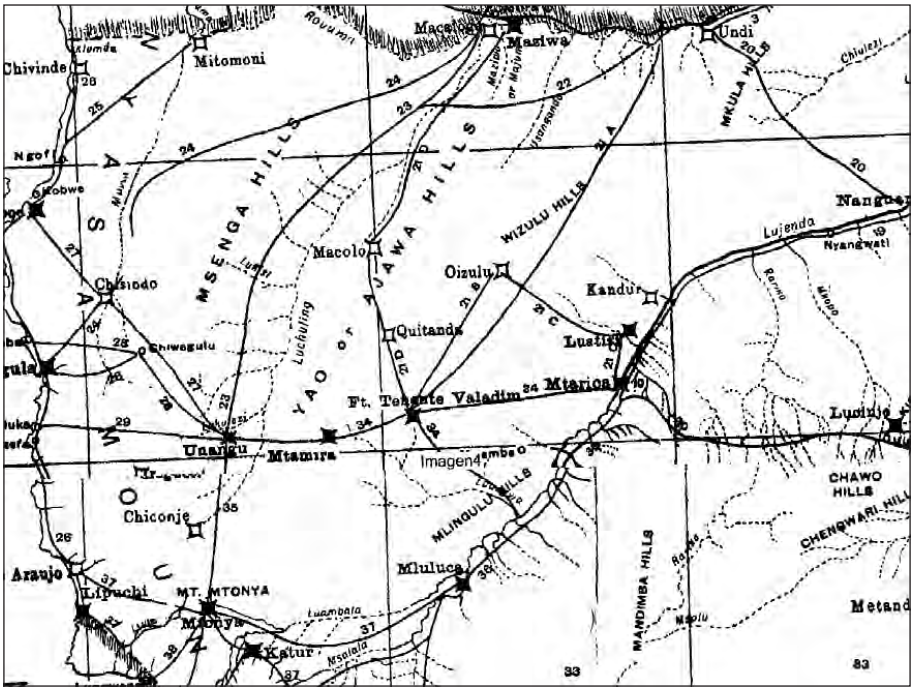


Figura 9 – O Forte Tenente Valadim, em carta inglesa, na I Grande Guerra

Em Moçambique, país revolucionário, que, após a independência, alterou todos os nomes de origem portuguesa, ainda existe um local chamado Valadim, suponho que no mesmo local onde foi erigido, em 1912, o forte Tenente Valadim (ver figura 9). No motor de busca *Google*, ainda se encontram as indicações toponímicas de Valadim e Mataca (ver figura 7). Em Luanda (Angola), ainda existe uma rua com o seu nome, que substituiu o nome de Luís de Camões.

3. As Companhias Majestáticas ou da Carta

As Companhias Majestáticas, também chamadas companhias privilegiadas ou companhias de Carta (do inglês, *Company Chartered*), eram companhias privadas, portadoras de carta de concessão de um governo que lhes conferia o direito a certos privilégios comerciais. Nas colónias administradas por con-

cessão, o poder público não se exercia directamente por meio de órgãos do estado soberano, mas era confiado pelo Estado a sociedades comerciais que o exerciam sob fiscalização do governo. Porque existiam?

Porque era difícil administrar directamente as colónias, quer porque estavam muito distantes da mãe pátria quer porque os administradores nomeados pela metrópole não eram os melhores gestores, quer ainda por dificuldades internas conotadas com guerras civis, tanto na metrópole como nas colónias. Foram, assim, aparecendo para Moçambique soluções que foram julgadas geniais, as companhias científico-comerciais.

As companhias criadas em Moçambique tiveram como exemplo a Companhia das Índias Orientais, criada por Filipe II de Espanha, em 1587. Em 1600, 1602 e 1664 foram criadas companhias com o mesmo nome da anterior mas, uma inglesa, outra holandesa e, ainda, outra francesa. Entretanto, em 1649, foi criada a Companhia General do Comércio do Brasil, esta holandesa, traficando escravos e açúcar para a Europa. Em 1676, foi criada a Companhia do Cacheu e Rios da Guiné e, em 1690, a Companhia de Cacheu e Cabo Verde, que só comerciava escravos. Em 1694, aparece uma Nova Companhia da Índia e, em 1755, o Marquês de Pombal criou a Companhia de Grão Pará e Maranhão e a Companhia de Pernambuco e Paraíba. Todas estas companhias gozavam de privilégios especiais, de forma a serem encorajadas a arriscarem os seus capitais nos perigos das navegações e do comércio. Uma das suas missões era apaziguar os régulos insubmissos nas suas zonas de acção e, para isso, dispunham de forças armadas próprias.



Figura 10 – Mapa das Companhias, em Moçambique

O caso de Moçambique

As Companhias do Niassa, da Zambézia (Quelimane e Tete) e de Moçambique foram Companhias Majestáticas utilizadas no desenvolvimento de Moçambique, e só foram montadas depois de 1888.

Em 11 de Fevereiro de 1888, Ndebele torna-se um protectorado inglês com o nome de Terra do Matabel ou Matabelandia administrado por Cecil Rhodes,o grande visionário e ambicioso inglês que queria unir, por caminho de ferro, sob a bandeira inglesa, todas as terras africanas, desde o Cairo, no Egipto, até ao Cabo, na União Sul Africana.

No mesmo ano, mas em Dezembro, a Matabelandia torna-se numa colónia inglesa.

A Companhia de Moçambique

A primeira companhia de Moçambique destinava-se a extrair minérios, tendo o Estado português concedido direitos soberanos, em 1888. Estes poderes foram modificados e alargados por decretos posteriores, de 1891, 1893 e 1897. A Companhia tinha um Governador residente na cidade da Beira e devia promover a colonização com 1000 famílias portuguesas. Até 1899 foram enviados, de Lisboa para a Beira, oitocentos e noventa homens, duzentas e trinta e quatro mulheres e cento e oitenta e sete crianças, que foram absorvidos na colónia, embora não fosse cumprido o plano inicial de colocar os colonos na terra agrícola a produzir.

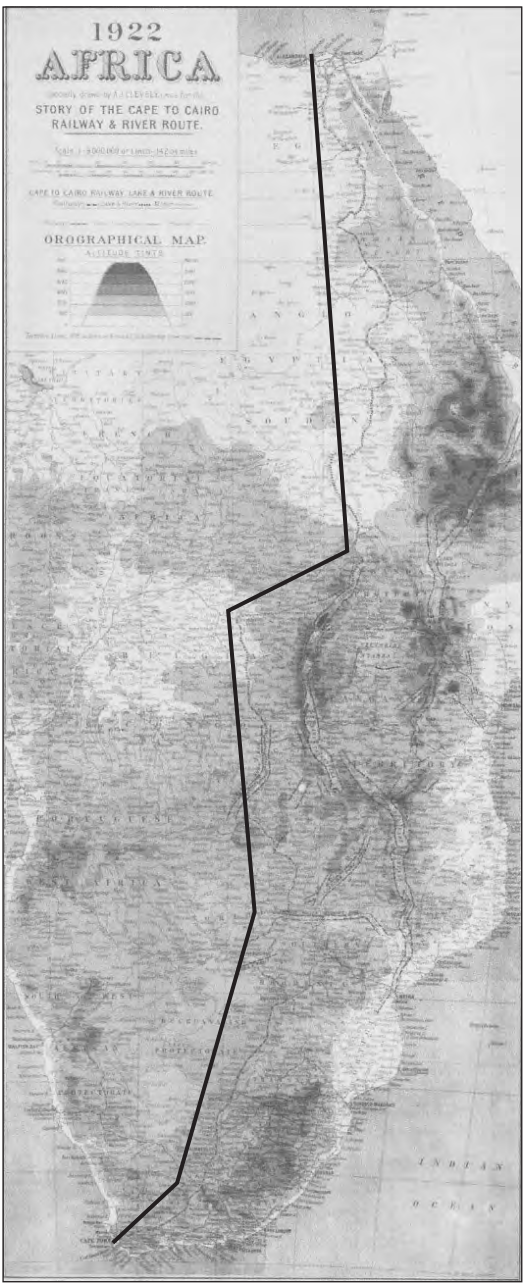


Figura 11 – O sonho de Cecil Rhodes

Face às más condições do porto de Sofala, foi escolhido Aruangua, onde foi instalado um posto militar. Era um local chamado Chiveve ou Chiveu, onde foi instalada a capital da Companhia, com o nome de Beira, em homenagem ao príncipe herdeiro nascido nessa data.

A povoação da Beira foi criada por Portaria nº 303, de 27 de Julho de 1887, e elevada a cidade em 29 de Julho de 1907, sendo seu prazeiro (de Cheringoma) o Senhor João Eduardo Coelho Barata.

Esta foi a companhia da carta que mais produziu em Moçambique e que mais demorou a ser desmantelada. No entanto, não teve qualquer acção no incidente Valadim.

A Companhia do Niassa

Esta companhia foi formada por alvará régio de 1890, com poderes para administrar toda a área, desde o rio Rovuma até ao rio Lúrio, e do Oceano Índico até ao lago Niassa, numa extensão de cerca de 160 mil quilómetros quadrados. Os termos da concessão eram semelhantes às da Companhia de Moçambique, com excepção dos prazos que eram apenas de trinta e cinco anos. Em 1893, um consórcio de capitais franceses e britânicos comprou a concessão, mudando a sede da companhia para Londres. Uma vez que o território não tinha sido ocupado militarmente pela potência colonial, no caso, Portugal, o consórcio tentou obter mais fundos para a sua operação.

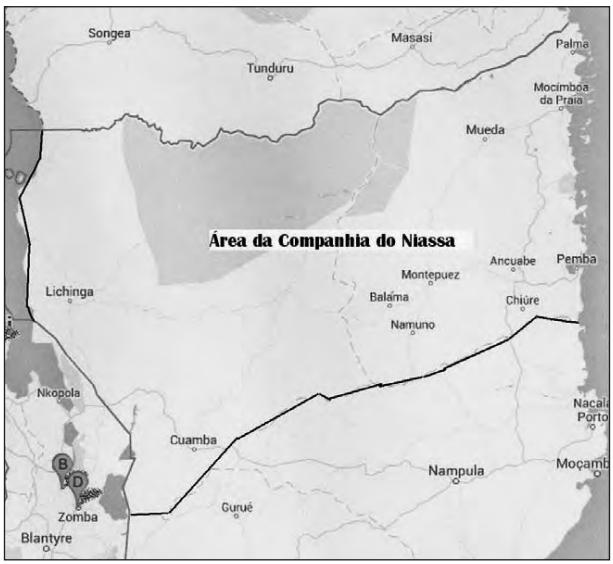


Figura 12 – Área da Companhia do Niassa

A área que lhe foi atribuída era a mais ignorada de toda a colónia, pelo que, em 1897, a Companhia projectou uma expedição contra o chefe Mataca, mas abandonou-o por prever uma grande resistência daquele régulo. De notar que o incidente Valadim já tinha tido lugar em 1890, ano em que esta companhia foi formada, mas o local estava na sua área de responsabilidade.

Gomes da Costa[12], em 1899, ofereceu-se para servir em Moçambique, nomeadamente para Pemba, onde se estava a implantar esta companhia. Não permaneceu muito tempo, porque, como a companhia era toda de capitais ingleses, o seu presidente entendia que nos locais ocupados por ela seria arvorada a bandeira da Companhia, com o que Gomes da Costa não concordou, preferindo hastear a bandeira portuguesa. Por isso, Gomes da Costa pediu a demissão e regressou a Portugal.



Figura 13 – Sátira inglesa, glosando a disparidade das forças inglesas com as portuguesas

Em 1900 e 1902, as tropas da Companhia tomaram Messumba e Metangula, nas margens do lago Niassa. Nessa altura, o consórcio dissolveu-se, alegadamente por ter chegado à conclusão que o lucro possível não justificava o esforço. A partir de 1908, a então conhecida por "Nyassa Consolidated", tendo contratos de fornecimento de mão de obra para as minas sul-africanas, passou a ser participada pelo capital mineiro sul-africano. Só em 1912, o projecto de dar caça ao Mataca teve êxito e um exército de trezentos soldados portugueses e 2800 cipaios conseguiu assegurar uma posição em Metarica. Em 1913/14, outro consórcio, agora alemão, comprou a maioria das acções da Companhia, na mira de uma partilha de Moçambique entre aquele país e a Inglaterra.

Com o início da I Grande Guerra, o governo britânico confiscou as acções alemãs e entregou-as a um grupo financeiro inglês.

Durante este conflito, a área da Companhia foi teatro de grandes combates entre tropas portuguesas e alemãs, tendo havido muito apoio às tropas

12 Foi Marechal de Portugal, após o 28 de Maio de 1926, e também serviu em Moçambique, tendo-nos deixado duas preciosas cartas geográficas da região entre o Zambeze, o lago Chirua e o lago Amaramba, até à costa de Quelimane, incluindo a foz do Zambeze, a Ilha de Moçambique, etc., datadas de 1909.

invasoras por parte de régulos locais, nomeadamente, na área dos Macondes. O governador da Companhia, residindo em Pemba, detinha a máxima autoridade e mantinha em funcionamento vários serviços públicos, tais como: a Secretaria Geral, a Fazenda, Correios e Telégrafos, Trabalho Indígena, Polícia, dividia a região em catorze concelhos e publicava um Boletim Oficial.

Durante os anos da sua vigência, a Companhia construiu uma estrada de trezentos quilómetros, entre Mocímboa do Rovuma e Pemba, para pacificar o planalto dos Macondes, coisa que só conseguiu em 1920.

A intervenção da Companhia, ao longo dos anos, no território, foi parasitária e em nada beneficiou o desenvolvimento do mesmo, quer no aspecto agrícola, quer na pecuária, quer na piscatória ou mesmo industrial, actividades que, no ano de 1929, estavam praticamente na "estaca zero" de desenvolvimento.

No entanto, esta Companhia tentou executar várias expedições para apaziguarem o Mataca e outros régulos do Niassa, sendo uma delas a expedição do Major Machado, a mando da mesma companhia. Era evidente que os interesses da Companhia se resumiam a arrecadar dinheiro rápido e pelas vias mais fáceis. No ano de 1929, não obstante já se encontrarem asseguradas por agentes do Estado as estruturas administrativas na maior parte o território da companhia, esta extingue-se, passando a administração o território para o governo da Colónia.



Figura 14 – Um selo emitido pela Companhia o Niassa

Continua …

Estabelecimento de ensino desde 1900

O Instituto de Odivelas, dependente do Estado-Maior do Exército, proporciona às suas alunas, a partir do 5.º ano de escolaridade, em regime de internato ou semi-internato os Planos Curriculares fixados pelo Ministério da Educação acrescidos das disciplinas de **Puericultura**, **Culinária**, **Drama Educativo**, **Higiene**, **Francês Prático** e **Inglês Prático**.

As alunas têm ainda à sua disposição diversas actividades:

- Circum-escolares:
  Instrução Militar,
  Esgrima, Equitação,
  Classe Especial de Ginástica,
  Teatro, Fotografia,
  Informática.
- Complemento Curricular:
  Actividades desportivas,
  Colónia de Férias,
  Intercâmbio escolar
  com **França.**



INSTITUTO DE ODIVELAS
Largo D. Dinis – 2675-336 ODIVELAS
Tel. 219 349 030
www.institutodivelas.com
io@mail.exercito.pt

Revista Militar
N.º 1 – janeiro 2014
pp. 103-109



Coronel Nuno Miguel Pascoal Dias Pereira da Silva*

I – Crónicas Militares Nacionais

Prémio "Defesa Nacional e Ambiente 2012"

Decorreu no dia 2 de novembro, nas instalações do Instituto de Defesa Nacional a entrega do Prémio da Defesa Nacional e Ambiente.

O prémio é uma iniciativa conjunta do Ministério da Defesa Nacional e do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, destinada a incentivar as boas práticas ambientais nas Forças Armadas Portuguesas.

A Estação Radar nº 1 da Força Aérea Portuguesa foi a vencedora da edição de 2012.

Situada no pico da Fóia, na Serra de Monchique, a 902 metros de altitude, a Estação Radar nº 1 tem como missões: "manter os sistemas de vigilância e deteção, comunicações e eletromecânicos em exploração pela Força Aérea em elevado estado de prontidão; zelar pela conservação das infraestruturas e restantes materiais distribuídos" e "tomar todas as medidas necessárias por forma a preservar o ambiente e o bem-estar da comunidade onde se insere".

O seu projeto de candidatura, intitulado "Meio ambiente, preservando o presente, garantindo o futuro", consiste na implementação de um Sistema de Gestão Ambiental enquadrado na Política Ambiental da Força Aérea, e que tem como objetivo atingir a certificação externa, nos termos da norma portuguesa EN ISO 14001:2004.

* Secretário da Assembleia Geral da Revista Militar.

O Ministro da Defesa Nacional, Dr. José Pedro Aguiar-Branco, que presidiu à cerimónia, referiu na sua alocução que "este é um bom exemplo de cooperação entre dois ministérios e de que as Forças Armadas estão a contribuir para um desenvolvimento sustentável".

Este Prémio incluiu ainda a atribuição de uma Menção Honrosa à candidatura do Exército, apresentada pelo Comando da Logística, com o projeto "Edifício Ceuta… edifício verde".

Tomada de posse do Diretor do IDN

Em 13 de novembro de 2013, no salão nobre do Ministério da Defesa Nacional, o Major-general Vítor Rodrigues Viana (Sócio Efetivo da Revista Militar) tomou posse como Diretor do Instituto de Defesa Nacional. Durante a cerimónia, o Ministro da Defesa Nacional, Dr. José Pedro Aguiar-Branco, destacou o contributo deste organismo para a "ação política no âmbito da defesa nacional", através da elaboração do Conceito Estratégico de Defesa Nacional e da Reforma 2020, entre outros, assinalando também o papel do IDN na "interação privilegiada entre as sociedades e as estruturas militares", que tem sido de "excelência", e o contributo que tem dado para a formação de "uma consciência de cidadania".

"NRP Figueira da Foz" aumentado ao efetivo da Marinha

O Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante José Carlos Torrado Saldanha Lopes, recebeu, em 26 de Novembro de 2013, o segundo patrulha construído pelos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, passando o mesmo a integrar o efetivo da Marinha.

Incorporando as mais recentes tecnologias, o Navio da República Portuguesa (NRP) Figueira da Foz é o segundo Navio de Patrulha Oceânica (NPO) construído nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Terá como funções primordiais exercer a defesa dos interesses nacionais e a realização de outras tarefas de interesse público nas áreas de jurisdição ou responsabilidade portuguesa.

À semelhança do "NRP Viana do Castelo" – o primeiro da classe entregue em abril de 2011 –, o "NRP Figueira da Foz" será guarnecido por trinta e oito militares.

Estes navios, com desenho próprio dos estaleiros, têm oitenta e três metros de comprimento, capacidade para receber até sessenta e sete pessoas e permitem o apoio a operações de aterragem/descolagem diurnas e noturnas de helicópteros de média dimensão.

Produzidos como navios militares não combatentes, podem ser utilizados para fiscalização, proteção e controlo das atividades económicas, científicas e culturais. Têm também capacidade para cooperar em operações militares de baixa intensidade, assim como em ações resultantes da promulgação do estado de sítio ou emergência e no apoio humanitário na sequência de desastre natural.

Viaturas blindadas "PANDUR" no Kosovo

Seis viaturas blindadas de rodas "PANDUR II 8x8", provenientes de Portugal, chegaram ao Teatro de Operações (TO) do Kosovo, em 26 de novembro de 2013, tendo iniciado a sua projeção para o TO no dia 3 de novembro de 2013, a partir do porto marítimo de Setúbal.

O transporte das seis viaturas foi realizado pelo navio mercante italiano "Grande Scandinavia" e teve como destino o porto de Pireus, em Atenas, Grécia. A projeção foi sempre acompanhada de perto por dois militares da secção de manutenção do 2BI/KFOR.

À chegada ao Porto de Pireus, em 22 de novembro de 2013, as viaturas foram recebidas e acompanhadas pelo Oficial de Logística do 2BI/KFOR e pelo Coordenador da Área de Defesa da UTI Portugal.

Após a chegada à Grécia, as viaturas foram transportadas por plataformas rodoviárias, que percorreram toda a Macedónia, em direção a Pristina, Kosovo, num itinerário com cerca de 850km, tendo chegado ao campo português de *Slim Lines*, no dia 26 de novembro de 2013.

As viaturas "PANDUR II" – cinco delas da versão Infantry Combat Vehicle (ICV) e uma da versão Recovery Vehicle (RV) –, pertencem ao Regimento de Infantaria Nº 14 (Viseu), Unidade Aprontadora do 2º Batalhão de Infantaria da Brigada de Intervenção, que se encontra atualmente em operações no Kosovo.

IDN promove iniciativas de divulgação do CEDN 2013 junto de instituições do ensino secundário e superior

Ao longo das últimas semanas de novembro de 2013, o Instituto da Defesa Nacional organizou um conjunto de atividades junto da comunidade

estudantil da Universidade do Minho para divulgação do conteúdo do novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN 2013), que culminaram no passado dia 29 de novembro com a simulação de uma reunião do Conselho Superior da Defesa Nacional, realizada por estudantes de Ciência Política e Relações Internacionais, onde foi discutida a participação das Forças Armadas portuguesas numa missão de paz a implementar, com base num cenário fictício de crise.

Idênticas iniciativas de divulgação do CEDN 2013 foram realizadas na Escola Secundária Aurélia de Sousa, no Porto, que tiveram o seu epílogo no mesmo dia, com uma apresentação de sete trabalhos de grupo dos alunos do 12º Ano de Humanidades, desenvolvidos com o objetivo de identificarem respostas para fazer face a ameaças e riscos à segurança nacional com base nos princípios, valores e interesses definidos no novo CEDN 2013. As "doenças e pandemias", os "conflitos regionais", a "cibercriminalidade", a "proliferação de armas de destruição maciça", as "catástrofes naturais", o "tráfico de pessoas" e o "terrorismo" foram os temas abordados.

O Ministro da Defesa Nacional, Dr. José Pedro Aguiar-Branco, assistiu às duas sessões realizadas no dia 29, na Universidade do Minho e na Escola Secundária Aurélia de Sousa, valorizando, com a sua participação, este conjunto de iniciativas que se inscrevem no objetivo mais vasto de promoção de uma cultura de segurança e defesa, a qual não pode prescindir da articulação com o sistema de ensino, desde o ensino básico e secundário até ao superior.

Governo holandês aceitou prorrogar a missão do General Knud Bartels como Chefe do Comité Militar da OTAN

No dia 3 de dezembro de 2013, o governo holandês aceitou que o General Knud Barte estendesse a sua missão como Presidente do Comité Militar da OTAN, até meados de 2015.

Durante as sessões do Comité Militar da OTAN, realizadas no período de 13 a 15 de Setembro, em Budapeste, os Chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas (CHOD) de todos os países da OTAN decidiram unanimemente solicitar ao General Bartels que considerasse prorrogar a sua missão por mais seis meses, tendo o General Knud Barte aceitado imediatamente, ficando a sua situação pendente da decisão do Governo Holandês.

Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas visitou unidades militares

O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas da República de Angola, General de Exército Geraldo Sachipengo Nunda, no decorrer da visita oficial às Forças Armadas Portuguesas, visitou várias unidades militares dos três ramos.

No dia 3 de dezembro, após audiência com o seu homólogo português, General Luís Evangelista Esteves de Araújo, a comitiva angolana visitou a Escola das Armas do Exército, em Mafra, tendo sido recebida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General Artur Neves Pina Monteiro. No local, foi realizada a apresentação de um brífingue alusivo à unidade, seguido de uma demonstração de operações de estabilização.

Na manhã do dia 4 de dezembro, após ser recebida pelo Chefe do Estado-Maior da Armada interino, Vice-Almirante João da Cruz de Carvalho Abreu e pelo Comandante Naval, Vice-Almirante José Alfredo Monteiro Montenegro, a comitiva angolana embarcou no "NRP Viana do Castelo", onde foi efetuada uma apresentação sobre a Marinha Portuguesa, bem como uma visita ao navio. Após a saída e a entrada da barra Norte do porto de Lisboa, o navio atracou no Alfeite, seguindo-se uma breve visita à Base Naval de Lisboa.

Na tarde do mesmo dia, a comitiva visitou a Academia da Força Aérea em Sintra, tendo sido recebida pelo Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, General José António de Magalhães Araújo Pinheiro. Após o brífingue relativo ao ramo e ao Sistema de Formação da Academia, a visita continuou para os laboratórios de investigação e para a "Esquadra 101" e foi concluída no Museu do Ar, onde foi assinado o Livro de Honra e trocadas oferendas institucionais.

Balanço dos trabalhos Hidro-oceanográficos do "NRP Almirante Gago Coutinho", na Madeira

O balanço dos trabalhos hidro-oceanográficos realizados recentemente na Região Autónoma da Madeira (RAM) pelo "NRP Almirante Gago Coutinho" e pelas equipas embarcadas do Instituto Hidrográfico (IH), foi efetuado, no passado dia 5 de dezembro, a bordo do navio atracado no porto do Funchal.

O evento, que contou com a presença do Diretor-geral do IH, Contra-almirante António Silva Ribeiro, permitiu divulgar as atividades do IH na Região, nomeadamente, os projetos em curso nas áreas da hidrografia, da

geofísica e da geologia marinha. Entre eles, destacam-se a atualização da cartografia portuária nos principais portos e o lançamento do projeto de cartografia sedimentar superficial no arquipélago (projeto SEDMAR), que se inserem na contribuição do IH para a segurança da navegação, para a proteção do ambiente marinho e para o desenvolvimento económico e científico do país.

Nesse dia, o Contra-almirante António Silva Ribeiro, acompanhado pelo Capitão-de-mar-e-guerra Carlos Ventura Soares, foi também recebido pelo Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, Dr. Manuel António Correia. A reunião permitiu avaliar as linhas de ação estratégica de uma, já presente, mas também futura, cooperação institucional entre o IH e a RAM.

Tomada de Posse do Chefe do Estado-Maior da Armada

Numa cerimónia presidida pelo Presidente da República, Prof. Doutor Aníbal Cavaco Silva, no dia 6 de dezembro de 2013, foi empossado o Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Luís Manuel Fourneaux Macieira Fragoso.

No final da cerimónia de tomada de posse, em declarações à imprensa, o Almirante Luís Macieira Fragoso agradeceu a confiança que o Governo e o Presidente da República lhe depositaram e afirmou esperar que a Marinha continue a proteger os interesses de Portugal no mar.

Após esta cerimónia, realizou-se na Casa da Balança, nas Instalações Centrais de Marinha, a cerimónia de apresentação do novo Chefe do Estado-Maior da Armada à Marinha, na qual o Almirante Luís Macieira Fragoso proferiu uma alocução.

Seminário Internacional "Security Challenges in the Sahel"

No âmbito das atividades da presidência portuguesa da "Iniciativa 5+5 Defesa", a Direção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN), o Instituto da Defesa Nacional (IDN) e a Universidade do Minho organizaram o Seminário Internacional "Security Challenges in the Sahel" que decorreu na Universidade do Minho, em Braga, no dia 13 de dezembro de 2013.

A sessão inaugural foi presidida pelo Ministro da Defesa Nacional (MDN), Dr. José Pedro Aguiar-Branco, e contou com a presença do Reitor da Universidade do Minho, do Diretor da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, do Diretor do IDN e do Diretor da DGPDN. Na sua intervenção, o MDN destacou o interesse desta iniciativa e o facto da mesma "possibilitar uma melhor compreensão da importância geostratégica da região do Sahel para a segurança da Europa". Realçou ainda que, "a segurança e defesa de Portugal, como ficou espelhado no Conceito Estratégico que recentemente foi aprovado, não se esgota dentro das suas fronteiras" e que, o IDN "deve manter-se como uma referência do nosso pensamento estratégico, na área da defesa e uma plataforma nuclear da relação entre as instituições".


ANUNCIE
NA
Revista Militar
GRANDE EXPANSÃO
EM PORTUGAL
E NO ESTRANGEIRO

Revista Militar
N.º 1 – janeiro 2014
pp. 111-117

II – Crónicas Bibliográficas

Guerra Aérea Remota
A revolução do poder aéreo e as oportunidades para Portugal



Esta obra é o resultado da investigação conduzida pelo Tenente-coronel João Vicente, ao longo dos últimos quatro anos, no âmbito do doutoramento em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Reflexão sobre o poder aéreo e sobre a Estratégia, o autor não se satisfaz em explicar os meandros da guerra aérea remota conduzida pelas grandes potências, em particular pelos Estados Unidos da América, mas evidencia qual será o modelo a ser seguido, no futuro próximo, por todos os Estados, incluindo Portugal.

O nosso país tem já em curso um programa de investigação, o PITVANT (Projeto de Investigação e Tecnologia em Veículos Aéreos não Tripulados), com o objetivo de dotar Portugal com os Sistemas Aéreos Não-Tripulados ou *UAS (Unmanned Aircraft Sistems).*

Convém distinguir os conceitos de *UAV (Unmanned Aerial Vehicle)* e de UAS. Neste último sobressai o termo *"sistema",* que pressupõe a existência

de uma panóplia de componentes, entre os quais a plataforma aérea que é o UAV, ou seja, uma aeronave que opera sem tripulação a bordo, operada de forma remota e reutilizável.

A plataforma pode ser dotada com diferentes tipos de sensores eletro-óticos, de movimento, de luz ou de radiações e alberga ainda o relé de comunicações e o armamento constituído por mísseis ou bombas guiadas por GPS ou *laser*, tudo isto conforme o tipo de missão.

O elemento humano é composto pelo piloto (operador), pelo operador de sensores (analista de informações), pelo comandante de missão e pelo pessoal de manutenção. O sistema é completado pela estação de controlo terrestre, pelos sistemas de comunicações e pelo apoio logístico para transportar, manter, lançar e recuperar o UAV.

Os UAS surgem como a quarta grande modalidade da guerra aérea.

A primeira evolução teve lugar com a introdução do bombardeamento estratégico, como alternativa à guerra das trincheiras da I Grande Guerra. A segunda, ocorreu com o advento do bombardeamento nuclear. A terceira, com o surgimento do armamento de precisão e com o incremento do apoio aéreo às forças terrestres. Os UAS surgem como uma evolução natural para um novo paradigma de guerra aérea, feita a distâncias cada vez maiores, com risco irrelevante para os operadores e com danos colaterais reduzidos.

Esta obra é, portanto, um registo notável sobre a emergência da guerra conduzida à distância e de forma unilateral, discreta, sem risco, assética, letal para o inimigo e com respeito acrescido pelo princípio da distinção.

Com o gradual afastamento humano do espaço de batalha, a guerra aérea remota passou a ser conduzida de um "*bunker*" com ar condicionado, a milhares de quilómetros de distância do impacto dos projéteis. Assiste-se, assim, à degradação do monopólio humano na condução guerra, com a alteração qualitativa do desempenho dos militares que passam de combatentes no terreno a distantes executantes, a supervisores e, eventualmente, no futuro, a simples observadores.

Os UAS introduziram a capacidade de manter aeronaves sobre um determinado objetivo, ou sobre uma determinada área, durante mais de vinte e quatro horas, executando tarefas de *ISR (Intelligence, Surveillance and Reconnaissance)* e transportando armamento de precisão, pronto a ser largado sobre alvos de oportunidade, sem qualquer risco para o piloto e outros operadores, que a grande distância visionam o espaço de batalha num monitor de computador e em imagens de alta definição.

Numa perspetiva meramente *economicista*, o uso de UAS traduz-se na redução de custos significativos em relação aos efeitos desejados, designadamente em vidas humanas e equipamentos e também no decréscimo dos custos de formação e treino dos pilotos tradicionais.

Circunstâncias também sedutoras, tanto do ponto de vista político como militar, porque transmitem uma falsa impressão de que o fenómeno guerra deixou de ter custos expressivos.

Passou a ser possível travar uma guerra sem ter que lidar com alguns dos tradicionais e severos constrangimentos, tais como enviar soldados, equipamentos e logística para o terreno. E isto porque um dos fatores mais dissuasores para se fazer a guerra tem sido o elevado custo para a sociedade, traduzido em *"sangue e tesouro"*. Ao reduzir-se o derramamento de sangue e ao limitar-se a quantidade de perdas materiais, ao combater-se de forma encoberta, longe da vista da sociedade e dos "*media*", torna-se a guerra menos dura, menos exigente e socialmente mais aceitável.

Circunstâncias bem recebidas nas sociedades avançadas pós-industriais em que as famílias são pequenas, em que o recrutamento militar obrigatório foi eliminado, onde já não há declarações de guerra, em que os orçamentos de defesa já não são uma prioridade, que demonstram uma tolerância reduzida para a existência de baixas em combate e em que a remoção dos combatentes humanos do *"espaço de batalha"* se afigura como a eliminação dos derradeiros custos políticos e sociais para se iniciar um conflito.

Da multiplicidade de missões que têm sido atribuídas aos UAS, ressaltam as chamadas *"execuções seletivas"* ou morte intencional de indivíduos que dificilmente possam ser capturados, ou que se encontram fora das zonas oficiais de combate e que tomam parte nas hostilidades. Geralmente, são operacionais inimigos, especialistas em explosivos, servindo em campos de treino ou em posições de liderança, com capacidades para planear e concretizar ações terroristas.

Enquanto as Forças Armadas, em tempo de guerra, têm legitimidade para desenvolver este tipo de operações, desde que respeitem os princípios da distinção e da proporcionalidade, nomeadamente, quando exista consentimento e colaboração dos Estados onde são consumados os ataques, já o emprego de UAS por outras agências governamentais, tem levantado sérias dúvidas e grande polémica.

O autor, no caso da CIA americana, refere que a doutrina tem encontrado um amplo consenso, tratando os seus agentes como combatentes ilegítimos, porque não portadores de uniforme ou insígnias militares, mas participando nas hostilidades ativas e empregando força letal de forma encoberta. Como tal, não enquadrados nos normativos das Convenções internacionais, nem nos Costumes da guerra.

O uso desta modalidade de emprego da força tem sido justificado como resposta legítima às ameaças terroristas e aos desafios da "*Guerra Irregular*", mas ameaça subverter o enquadramento legal aplicável aos conflitos armados,

convertendo-se em formas de execução extrajudicial, sem a existência de qualquer processo prévio de âmbito forense.

Desengane-se quem pensar que esta obra se esgota em considerações de natureza técnica, operacional, estratégica e doutrinária mais próximas dos meios académicos das escolas militares. Porque a sua grande e última contribuição reside na análise detalhada das consequências da guerra aérea remota na desumanização dos conflitos, nas relações internacionais, na política, no direito internacional, na moral e na ética e na dimensão social e cultural.

Envolvendo diretamente os políticos, militares e cientistas, o fenómeno da guerra fica por vezes afastado das preocupações primeiras do mundo académico e das Ciências Sociais. Por isso, a importância da abordagem multidisciplinar, desenvolvida pelo autor.

"Ir para a guerra" foi sempre um processo devidamente ritualizado, em que se pressupunha a assunção do risco da própria vida e que implicava a separação dos entes queridos e dos espaços paroquiais em que se vivia, que se trocavam pela exposição aos horrores do combate e pela dialética do *"matar ou ser morto"*. A operação remota dos UAS tornou mais difícil distinguir entre "*ir para a guerra"* e *"ir para o trabalho"*. Os operadores de UAS, findo o seu turno de oito horas, podem deslocar-se à escola para recolher os filhos, passar pelo supermercado e jantar tranquilamente em família.

Esta nova geração de *"guerreiros de consola"* transformou a conflitualidade numa modalidade de *"guerra sem virtudes"* isenta de coragem e heroísmo, poupada às condições austeras do combate e privados do sentimento de camaradagem e de pertença, característicos das unidades militares que são submetidas aos riscos do combate. Sem virtudes, ainda, porque impossibilitando a assunção do estatuto heroico, que se reflete na atribuição de condecorações por feitos em campanha, reduzindo o heroísmo e o valor em combate a simples "*metáforas virtuais"*.

Estes operadores de sistemas possibilitam ainda enormes poupanças, decorrentes de um menor custo da sua formação e treino, se comparados com a dos pilotos de aeronaves tripuladas sujeitos a uma seleção e a um rigoroso, demorado e dispendioso processo de aprendizagem das técnicas de combate.

Em termos estritamente *políticos*, os UAS oferecem mais alternativas aos estadistas, ao diminuírem as necessidades de grandes contingentes expedicionários e ao reduzir a indispensabilidade de negociar com terceiros a cedência de bases de trânsito ou avançadas, limitando o valor estratégico de certas parcerias regionais. Ao mesmo tempo provocam uma maior intromissão política na condução da guerra, desde o nível estratégico até ao operacional e tático.

Alguns autores defendem que o afastamento dos operadores do campo de batalha contribui para a desumanização do conflito e para a indiferença em relação à sorte das pessoas enquadradas no alvo a atacar.

Contrastando com aqueles, outros defendem que o facto dos operadores de UAS não estarem expostos ao risco e ao "*stress*" do combate, leva-os a tomar decisões eticamente mais corretas do que aquelas tomadas pelos soldados no terreno. Para além disso, os operadores estão sujeitos a uma maior supervisão, porque desempenham as suas funções integrados num ambiente em rede, que abrange toda a hierarquia, sendo ainda que todos os passos da tomada de decisão ficam gravados e portanto passíveis de escrutínio.

No que respeita à estrutura do exercício do poder, no interior das forças Aéreas, a introdução dos UAS vem seguramente provocar alterações ao nível da cultura organizacional, até agora centrada no estatuto dominante dos pilotos. Expostos ao risco e aos rigores do treino e do combate aéreo, habituados desde cedo a ter que liderar, os pilotos sempre foram encarados como os líderes naturais da aviação militar.

E, também, porque o avião foi o instrumento que justificou a existência destas instituições, de tal modo que a obsessão pelas máquinas voadoras levou mesmo a distinções e a diferentes categorias de relevância, dentro do próprio agregado dos pilotos, variando consoante o tipo, a missão e a sofisticação da aeronave voada.

Com a proliferação dos UAS, a imagem do combatente da guerra aérea, a figura heroica do *"Top Gun"*, exposta aos rigores do combate e figura central das produções de "*Hollywood*", com uma posição dominante dentro das Forças Aéreas, ressurge com um estatuto esbatido nas suas novas funções de operador de sistemas.

Instalado no confortável, seguro e partilhado ambiente do seu local de trabalho, situado a milhares de quilómetros da zona de operações, sem sofrer o risco de perda da vida e a degradação fisiológica associada à aviação tripulada, a guerra aérea remota vai provocar um novo paradigma funcional e organizacional das Forças Aéreas.

No caso de Portugal, defende o autor, a edificação de uma capacidade UAS nacional, deverá partir do projeto PITVANT, que funcionaria como polo aglutinador de sinergias, uma vez que congrega uma rede de entidades participantes. Gerido de forma centralizada, ao nível do Ministério da Defesa, a Força Aérea deverá ser o agente executivo da capacidade UAS, satisfazendo os requisitos das Forças Armadas e de outros beneficiários.

No momento atual, caberá ao decisor político definir uma estratégia para os UAS, a nível do CEDN, que estabeleça a visão, o roteiro e a articulação de competências.

Apesar de tudo, conclui o autor, os avanços da tecnologia nunca poderão substituir o homem na condução dos assuntos letais da guerra. Eles apenas providenciarão um acréscimo de capacidades. A *Guerra Aérea Remota* configura, contudo, uma mudança transformacional que extravasa o mero plano operacional, consubstanciando-se como princípio de uma autêntica RAM que pode levar ao fim das plataformas tripuladas e do aviador tradicional. Quando isso acontecer estaremos perante uma mudança de proporções épicas.

Criteriosamente apresentada, num volume de trezentas e cinquenta e três páginas, com excelente aspeto gráfico, inúmeras notas de rodapé, centenas de obras mencionadas na Bibliografia, um cuidado Glossário e de agradável leitura, fica esta obra à disposição dos leitores interessados, constituindo um valioso contributo para todos aqueles que se interessam pelos estudos da paz e da guerra.

A Revista Militar agradece a oferta do livro *"GUERRA AÉREA REMOTA, A revolução do poder aéreo e as oportunidades para Portugal"* e felicita o Doutor e Tenente-coronel PILAV João Vicente, sócio e membro da Direção da Revista Militar, pelo trabalho de excelência que realizou.

Major-general Manuel de Campos Almeida
Vogal Efetivo da Direção da Revista Militar

Álvaro Gonçalves Coutinho, "O *Magriço*"
O cavaleiro e o seu tempo



Fiel ao propósito anunciado no proémio, o autor empenhou-se em destrinçar a imagem turbulenta e aventureira do paladino que foi a Inglaterra defender a honra de damas inglesas – episódio sublimado por Camões nos *Lusíadas* –, do filho-segundo de um importante fidalgo português, forçado a abrir, por sua iniciativa e méritos, um trabalhoso caminho na sociedade feudal europeia na transição do século XIV para o século XV.

João Ferreira da Fonseca não faz concessões ao bairrismo ou à fantasia: embora uma antiga tradição local, apoiada nalguns elementos factuais, sugira que o *Magriço* pode ter nascido no castelo de Penedono, o livro não confirma o facto; da mesma forma, sendo

natural que a alcunha derive de uma compleição física pouco robusta, uma vez que não existem fontes primárias que o confirmem, o autor não se compromete com ela.

Fica-nos, em todo o caso, uma dúvida pertinente: numa época em que os jovens de origem fidalga eram treinados, desde a mais tenra idade, em atividades e jogos destinados a prepará-los para as exigência do combate, e sabendo-se que, quando adultos, eram com frequência solicitados para tarefas que requeriam uma enorme capacidade física, como é que um cavaleiro apodado de *Magriço* – que a novelística medieval aponta como personagem de proezas cavalheirescas – passa efectivamente à História como protagonista de relevantes serviços militares prestados durante cerca de dez anos ao duque da Borgonha.

Para que possamos entender as atribulações por que passou Álvaro Gonçalves Coutinho, o autor recorre a uma compartimentação bem estruturada como base para uma viagem através dos intrincados meandros políticos e sociais da época.

Filho de Gonçalo Vasques Coutinho, que fora nomeado Marechal do reino em 1389, o *Magriço*, jovem de estirpe fidalga, foi educado na corte de D. João I, sendo aí inequivocamente referenciado nos anos 1405-1406. Porém, por razões desconhecidas, terá caído em desgraça, vendo-se forçado a emigrar para o ducado da Borgonha, onde serviu *João Sem Medo,* na altura envolvido na *guerra dos cem anos*. E tão bem o serviu, que não só foi feito fez escudeiro da corte como recebeu, em mais de uma ocasião, pagamentos em numerário. É, porém, de justiça assinalar-se que, durante a sua permanência na Borgonha, Gonçalo Coutinho prestou bons serviços a D. João I, «negociando um conjunto de prerrogativas de mercês e privilégios para os mercadores e marinheiros portugueses». Desgraçadamente, os serviços ao duque não terminaram da melhor forma: em 1419, o *Magriço* foi espoliado dos seus bens e aprisionado na fortaleza de Carcassonne. Pouco mais se sabe dele, para além do seu regresso a Portugal ainda nesse ano, tão necessitado de dinheiro como quando partira, dez anos antes. A derradeira referência documentada coloca-o, em 1425, na cidade do Porto, litigando com o concelho da cidade a posse da Quinta de Vale de Amores.

O livro, na sua busca para encontrar o homem de carne e osso que habita por trás do imaginário medieval, deixa o leitor com água na boca. Fazemos votos para que seja coroada de êxito a «deslinda» prometida na última página.

A Revista Militar felicita o autor pela publicação desta obra e agradece o volume que foi ofertado para a Biblioteca.

Coronel Nuno António Bravo Mira Vaz
Vogal Efetivo da Direção da Revista Militar


ANUNCIE
NA
Revista Militar
GRANDE EXPANSÃO
EM PORTUGAL
E NO ESTRANGEIRO

Bibliografia

Publicações recebidas por permuta e oferta

Periódicos Portugueses

– **Caleidoscópio** – Revista de Comunicação e Cultura – Nº. 13 1º Semestre 2013

– **Elo** *(Boletim da ADFA, Associação dos Deficientes das Forças Armadas)* – Ano 39º, Nº. 446, dec2013 e Nº. 447, jan2014.

– **Mais Alto** *(Revista da Força Aérea)* – Ano 51º, Nº. 406, nov/dec2013.

– **O Centurião** *(Jornal das Forças Armadas e de Segurança)* – Ano 27º, Nº. 4, out/nov/dec2013.

– **Pela Lei e Pela Grei** *(Guarda Nacional Republicana)* – Ano 25º, Nº. 99, set2013.

– **Revista da ASMIR** *(Associação dos Militares na Reserva e Reforma)* – Ano 24º, Nº. 140, dec2013.

– **Revista do Ar** – *(Aero Club de Portugal)* – Ano 76º, Nº. 620, out/nov/dec2013.

– **ZacatraZ –** *(Revista da Associação dos Antigos Alunos do Colégio Militar)* – Ano 47º, Nº. 193, out/dec2013.

Periódicos Estrangeiros

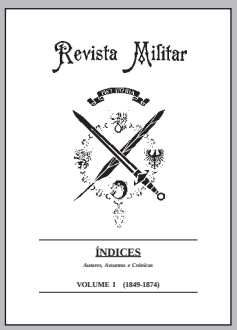
– **Revista do Clube Naval** *(Brasil)* – Ano 121º, Nº. 367, jul/ago/set2013.

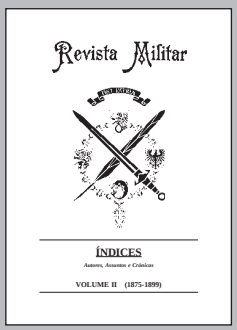
– **Revue Militaire Suisse** – Nº. 6 nov/dec2013.

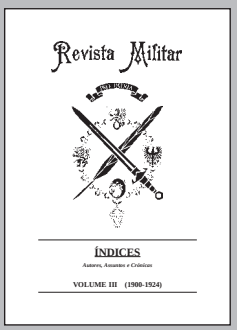
– **Revue Militaire Suisse** – Nº. Thématique Military Power Nº. 2, 2013.

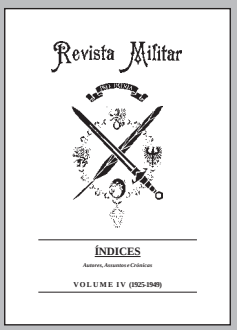
– **Sanidad Militar** *(Revista de Sanidad de Las Fuerzas Armadas de España)* – Vol. 69, Nº. 4, out/dec2013.

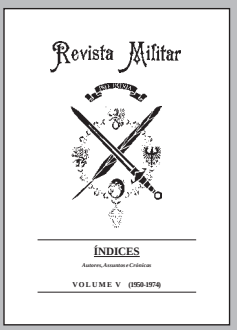
À venda na Revista Militar

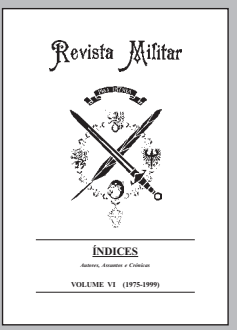




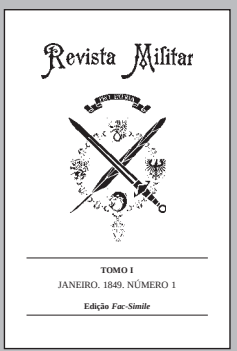








12,50 € cada



10 €

Revista Militar



Fundada em 1848 2ª Época 1905
Publicação iniciada em Janeiro de 1849

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

II Século – 66º Volume – N.º 2/3

N.º 2545/2546 – Fevereiro/Março de 2014

FICHA TÉCNICA

Título: *Revista Militar*
Publicação mensal, N.º 2545/2546, fevereiro/março de 2014
Direção: Presidente: General José Luiz Pinto Ramalho
Diretor-Gerente: Major-general Adelino de Matos Coelho
Diretor-Administrador: Coronel Alfeu Raul Maia da Silva Forte
Serviços Administrativos: Chefe da Secretaria: Cap Paulo José Belo Furtado
Adjunto da Secretaria: SCh António José dos Santos Candeias
Tesoureiro: 1Sar Jorge Manuel Jesus Henriques
Auxiliar: Sold Diogo Alexandre da Cunha Nunes
Propriedade/Edição: Empresa da Revista Militar – NIPC 501417370
Redação e Administração: Campo de Santa Clara, 62 – 1100-471 LISBOA
Correio electrónico: rm@revistamilitar.pt
Telefone/Fax: 218 870 754

Internet: www.revistamilitar.pt
Administrador do Portal: CFR Armando José Dias Correia

Composição, impressão e distribuição:
EUROPRESS, Editores e Distribuidores de Publicações, Lda.
Praceta da República, N.º 15, Póvoa de Santo Adrião
2620-162 PÓVOA DE SANTO ADRIÃO
Telef: 219381450 • Fax: 219381452 • LISBOA – PORTUGAL
ISSN: 0873-7630
Depósito legal: 110304/97
Tiragem: 600 exemplares
Registo ERC Nº 109323

CONDIÇÕES DE ASSINATURA (IVA 6%)

• **Assinaturas anuais (9 números)**	**Euros**
- Militares	10,00
- Civis	15,00
- Entidades	17,00
- Estrangeiro (acrescem portes de correio)	34,00
• **Número avulso**	7,00

DEFESA

Apoio: Montepio

Revista Militar

IN MEMORIAM | 125
General José Luiz Pinto Ramalho

Editorial | 127
General José Luiz Pinto Ramalho

Nota da Direção | 131
General José Luiz Pinto Ramalho

A Grande Guerra e a arte militar | 137
General Gabriel Augusto do Espírito Santo

Os assaltos de 4 de fevereiro em Luanda e o massacre de 15 de março no norte de Angola – antecedentes | 185
Tenente-coronel António Lopes Pires Nunes

A Defensão de Moçambique. Sua evolução | 201
Tenente-coronel João José de Sousa Cruz

Crónicas

I – Crónicas Militares Nacionais | 223
Coronel Nuno Miguel Pascoal Dias Pereira da Silva

II – Outros Assuntos de Atualidade | 227

III – Crónicas Bibliográficas | 229
Tenente-coronel PilAv João J. Brandão Ferreira

Bibliografia | 231

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores.
A Direção agradece a colaboração segundo as normas tradicionais da "Revista Militar".

Corpos Gerentes – 2014

Assembleia Geral

Presidente: *General* José Manuel da Silva Viegas
Vice-Presidente: *Tenente-general PilAv* António de Jesus Bispo
Secretários:
Coronel Nuno Miguel Pascoal Pereira da Silva
Tenente-coronel Francisco Miguel G. P. Proença Garcia

Direção

Presidente: *General* José Luiz Pinto Ramalho
Vogais Efetivos:
Tenente-general João Carlos de Azevedo Araújo Geraldes
Major-general Manuel António Lourenço de Campos Almeida
Major-general Adelino de Matos Coelho
Major-general PilAv Manuel Fernando Rafael Martins
Contra-almirante António Manuel Fernandes da Silva Ribeiro
Coronel Alfeu Raúl Maia da Silva Forte
Coronel Nuno António Bravo Mira Vaz
Coronel João Jorge Botelho Vieira Borges
Vogais Suplentes:
Tenente-coronel Paulo Fernando Viegas Nunes
Tenente-coronel PilAv João Paulo Nunes Vicente
Tenente-coronel Manuel Alexandre Garrinhas Carriço

Conselho Fiscal

Presidente: *Major-general* Luís Augusto Sequeira
Vogais Efetivos:
Capitão-de-mar-e-guerra José António Rodrigues Pereira
Tenente-coronel Luís Manuel Brás Bernardino
Vogal Suplente:
Major PilAv Nuno Gonçalo Caseiro Miguel

IN MEMORIAM

General "Comando" António da Silva Osório Soares Carneiro (1928-2014)



O General António da Silva Osório Soares Carneiro nasceu em 25 de janeiro de 1928, na freguesia de Custóias, concelho de Matosinhos, no Porto. Foi incorporado, como voluntário, em 29 de agosto de 1947, na então, Escola do Exército, onde frequentou, com grande empenho, o Curso da Arma de Infantaria, terminando em 1949 e seguindo para Mafra, como Aspirante a Oficial para a Arma de Infantaria, no ano seguinte.

Em 17 de outubro de 1953, marchou para Angola, numa comissão voluntária, com o posto de Tenente.

Com a promoção a Capitão, em 1 de dezembro de 1955, voltou a ser mobilizado para Angola, tendo sido colocado no Batalhão de Caçadores 5, para formar a 1ª. Companhia de Caçadores Especiais, tendo avançado para Cabinda onde, fruto da sua ação de comando e resultados alcançados, seria condecorado com a Medalha de Serviços Distintos com Palma, grau Prata.

Em outubro de 1966, iniciou nova comissão em Angola, como 2º. Comandante do Centro de Instrução de Comandos, frequentando, em paralelo, o 6º. Curso de Comandos, sendo-lhe averbada a especialidade em 22 de fevereiro de 1967; já como Major, atuaria no Leste daquela Província Ultramarina com duas Companhias de Comandos. Ainda em Angola, deve ser referido o seu desempenho, entre 1968 e 1972, como Governador da Lunda e depois, como Secretário-Geral do Estado de Angola. É nesta situação que, após o 25 de abril de 1974 e na sequência da exoneração de Governador, passa a desempenhar as funções de Encarregado do Governo, até junho de 1974, nesta data com o posto de Tenente-coronel. Após o regresso ao Continente, é colocado na Academia Militar como Comandante o Corpo de Alunos, sendo promovido a Coronel, por escolha, em 14 de setembro de 1974. Como Coronel, comandou o Regimento de Infantaria de Abrantes. Promovido para o Corpo de Generais, em 28 de junho de 1978, desempenhou as funções de Diretor do Departamento de Instrução do Estado-Maior do Exército, como Brigadeiro, Juiz Vogal do Supremo Tribunal Militar, como Tenente-general e, como General, as funções de Vice-Chefe do EMGFA e Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, de 29 de março de 1989 a 24 de janeiro de 1994.

Durante a sua carreira militar, desempenhou funções civis em Timor, como Chefe de Gabinete do Governador daquele território, de 7 de junho de 1963

a 22 de março de 1966, e, em Angola, como Governador do Distrito de Lunda, de 19 de novembro de 1968 a 2 de dezembro de 1972, Secretário-Geral do Estado de Angola, de 3 de dezembro de 1972 a 26 de abril de 1974, e Encarregado do Governo-Geral, de 26 de abril de 1974 a 25 de junho de 1974.

No domínio civil, destaca-se a sua candidatura ao cargo de Presidente da República, nas eleições de 1980.

A sua carreira militar fica também estreitamente ligada à criação e afirmação das tropas Comando, como instrumento operacional incontornável do Exército. Em 8 de março de 1955, colocado no Regimento de Infantaria de Nova Lisboa, instruiu e comandou um Pelotão de Comandos, com vista à participação nas Manobras Luso-Belgas, realizadas no Baixo-Congo, tendo sido louvado pelo General Comandante da Região Militar de Angola, pela "honrosa participação nas referidas manobras, sendo o único Pelotão que cumpriu a missão imposta no tema dos exercícios"; comandou o Centro de Instrução de Comandos em Angola e, no âmbito associativo da Associação de Comandos, foi seu Presidente da Assembleia Geral, de 8 de fevereiro de 1976 a 21 de março de 1989, Membro Vitalício do Conselho Superior até 2014 e, em 1989, foi-lhe atribuída a mais alta condecoração associativa, a "Adaga Comando".

Na sua folha de serviço constam diversos louvores, sendo dois concedidos pelo Ministro do Exército e doze por Oficiais Generais.

Foram-lhe atribuídas as seguintes condecorações:

- Grã-Cruz da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito;
- Ordem Militar de Avis;
- Comendador da Ordem do Império;
- Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul do Brasil;
- Grande-Oficial da Ordem Nacional do Mérito do Brasil;
- Grã-Cruz da Ordem do Mérito da Segurança Social da Coreia do Sul;
- Medalha de Serviços Distintos com Palma, grau Prata (2);
- Medalha de Mérito Militar, 1ª e 3ª Classe;
- Medalha de Comportamento Exemplar, grau Ouro;
- Medalhas Comemorativas das Expedições ao Norte de Angola e das Campanhas de África.

Era Sócio Efetivo da Revista Militar, desde 17 de dezembro de 1979, tendo sempre desenvolvido uma participação ativa em prol da mesma.

A Direção da Revista Militar, em seu nome e dos seus associados e assinantes presta uma homenagem à figura ímpar de militar e de cidadão do General "Comando" António da Silva Osório Soares Carneiro e apresenta à Ex.ª Família enlutada, sentidas condolências.

General "Comando" José Luiz Pinto Ramalho
Presidente da Direção da Revista Militar

Revista Militar
N.º 2/3 – fevereiro/março 2014
pp. 127-129

Editorial



General José Luiz Pinto Ramalho*

A recente situação na Ucrânia, para além de demonstrar a atual postura política da Rússia, na cena internacional, situação previsível, para a qual a Revista Militar alertava na última Edição, confirma também a fragilidade da estabilidade internacional, assim como a determinação política e atitude estratégica de outros grandes atores mundiais, como sejam a União Europeia, os EUA e a China.

Continuamos a viver, em termos de conjuntura internacional, um tempo particular de precariedade estratégica desconcertante, que gera inquietação perante um ambiente de incerteza, que tem permanecido após o fim da guerra fria. Estamos perante uma ordem internacional em que as características constantes são a incerteza, a ambiguidade e uma desregulação que tem vindo a gerar crises, um clima de instabilidade, que mina a confiança na garantia da construção do futuro, fruto também de uma fragilidade política, mesmo em regimes autoritários, que é desafiada nas ruas, nas redes sociais e perturbada ou mesmo paralisada, por influências ou acções extra-nacionais.

Esta incerteza resulta também das características desta "nova ordem internacional", em que um conjunto de atores dispõe de uma inesperada liberdade de ação e afirmação política que, no passado recente, era objecto de uma regulação por uma ordem bipolar e que, hoje, o fenómeno da globalização, lhes abre possibilidades e oportunidades para a promoção dos seus interesses, quer a nível regional, quer mundial.

Uma incerteza e uma passividade política, que tem permitido que poderes autoritários e, em alguns casos, novos atores da cena internacional se apropriem do poder do Estado em proveito próprio; sejam esses poderes autori-

* Presidente da Direção da Revista Militar.

tários, sejam as máfias e/ou os cartéis da droga, sejam os fundamentalistas radicais, ideológicos ou religiosos, mas por ausência de regulação, os "media", os mercados e o poder económico, surgem também, como participantes ativos dessa apropriação.

Incerteza e tais comportamentos são os primeiros responsáveis pelo sentimento de insegurança, que decorre do reconhecimento político de que a Segurança é um conceito amplo, multidisciplinar, que é fortemente condicionado pela percepção psicológica da sua realidade ou fragilidade ou, de uma forma dramática, a consciencialização de que está em causa a sua existência.

Em matéria de estratégia militar, esta incerteza e este clima penalizador da estabilidade e da paz não tem produzido a adoção de medidas cautelares, antes pelo contrário, tem-se assistido a opções naquele domínio estratégico, que não têm em conta a dimensão e a natureza sociológica dos conflitos abertos, sejam eles de dimensão maior ou menor, "intra ou inter" estatais; parece assumir-se igualmente que, em termos futuros, essa conflitualidade aberta não irá além do confronto assimétrico ou do terrorismo e que as guerras entre estados e de alta intensidade, estão definitivamente erradicadas das relações entre actores e que as estratégias nacionais deixaram de ser determinadas, politicamente, pelos interesses nacionais.

É esta perceção política que tem levado a propostas reducionistas a que temos assistido e à expectativa política de que um pequeno contingente de Forças Especiais seja suficiente para ser projectado, garantindo um qualquer compromisso internacional (multinacional ou no âmbito das alianças ou organizações em que estamos inseridos), em que seja indispensável participar.

Por extensão, esta visão admite que a defesa territorial tenha apenas preocupações de segurança interna e de vigilância e controlo de fronteiras, podendo assim ser atribuída a uma "gerdarmerie" ou guarda nacional, com capacidade para manter a ordem e alguma robustez operacional, com a dimensão e armamento adequado, para operações de intervenção, estabilização e segurança, incluindo, eventualmente, o seu emprego internacional.

Perante este entendimento e visão estratégica, cabe a questão de se saber como conciliar a resposta militar com todo o espetro do conflito, designadamente situações que ultrapassem a assimetria e o terrorismo; que instrumento militar vai restar ou se irá dispor para gerir o imprevisível, aquilo que em termos da estratégia militar e perante cenários possíveis, a doutrina diz que "se planeia para o mais provável, mas que se preveja aquele que pode ser o mais perigoso"; Como garantir esta circunstância?

Estas têm sido as preocupações expressas por quem teve a experiência de fazer planeamento estratégico e de comandar e sustentar tropas, em ambientes operacionais diversificados e que não vê no atualmente, designado processo de reforma do setor da defesa, que esses aspetos sejam considera-

dos e que, pelo contrário, se agudiza para níveis críticos a capacidade de resposta e se reduzem capacidades humanas, materiais e operacionais para responder ao imprevisível, podendo comprometer, inclusive, as capacidades militares para cumprir as tradicionais funções de soberania.

Personalizar estas críticas e discuti-las nessa perspetiva é uma demonstração de ignorância, quer relativamente à realidade da conjuntura estratégica internacional, quer às preocupações decorrentes de uma natural inquietação militar, quanto às reais capacidades militares para responder ao inesperado, à sua capacidade de sustentação logística e, em última análise, à garantia de segurança das tropas empregues. Quando a política escolhe ignorar a realidade da conjuntura estratégica e se substituir ao planeamento estratégico, a ironia serve apenas para disfarçar a incompetência, o provincianismo e a inexperiência.

Um processo de reforma estrutural do instrumento militar, quer em termos organizativos, quer no quadro do pessoal e do material, tem de garantir o seu emprego com oportunidade, eficiência e eficácia, nas solicitações operacionais que lhe forem determinadas, tem de prospectivar o êxito da missão atribuída e garantir a segurança das tropas empregues (efetivos, equipamentos, armamento, treino e cadeia de comando); tem de permitir a atuação integrada, em termos multinacionais, com os aliados e amigos nas organizações e alianças em que nos inserimos e, ainda, garantir a capacidade de sustentação logística das tropas empregues.

O êxito de um processo de reforma não se mede, seguramente, pela expectativa de uma atitude favorável por parte das opiniões públicas, insuficientemente informadas, ou por aquela que é veiculada por alguns "media", que se comportam como meras caixas de ressonância das informações passadas como "grandes decisões".


ANUNCIE
NA
Revista Militar
GRANDE EXPANSÃO
EM PORTUGAL
E NO ESTRANGEIRO

Nota da Direção

Em 17 de dezembro de 2013, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), em Lisboa, foi outorgado o grau de Doutor ao Coronel Nuno Correia Barrento de Lemos Pires, após prestar provas públicas na defesa da sua Tese de Doutoramento em História, Defesa e Relações Internacionais (Curso organizado numa parceria com a Academia Militar) sob o título "O Comando Holístico da Guerra: Wellington, Spínola e Petraeus" e cujo conteúdo se transcreve:

"Entender uma determinada situação de guerra implica uma visão completa e abrangente sobre todos os fatores presentes. Quem recebe a responsabilidade de comandar o esforço de guerra de uma nação, coligação ou aliança, deve ter uma visão holística que lhe possibilite usar todos os meios possíveis na implementação de uma política abrangente, global e completa.

O comando holístico da guerra desenvolve-se em quatro dimensões principais. A primeira dimensão advém da natureza das estruturas de forças existentes. Deve haver um efetivo comando sobre todas as diferentes forças presentes, armadas e de segurança, militares e paramilitares. A segunda dimensão abrange a coordenação efetiva entre organizações civis e militares, governamentais, não-governamentais e privadas, entre as organizações internacionais e os vários Estados, coligações e alianças. A terceira dimensão trata da coerência entre a política, a estratégia, as operações e a tática, num todo abrangente e interpenetrável onde, por um lado, se separa claramente quem pode decidir o quê e a que nível (patamar de decisão) e, por outro, se tenta incrementar a participação e partilha, de aconselhamento e acompanhamento, que permita as melhores decisões e consequentes alterações estratégicas. Na última e quarta dimensão, do tempo, as políticas decididas e as estratégias daí decorrentes, têm de ser pensadas concorrentemente para o antes, o durante e o pós-guerra (*ante, in et post bellum*), sem faseamentos ou períodos estanques.

Wellington, Spínola e Petraeus foram os principais responsáveis pelo trabalho de vastas equipas de civis e militares que, em determinados períodos da história e distintos palcos geográficos, ou seja, em situações de guerra bastantes diferenciáveis, tiveram a oportunidade de exercer um comando

holístico fazendo uso, ou não, destas quatro dimensões. O que conseguiram e obtiveram, ou não, das experiências efetuadas e das doutrinas utilizadas, do que a realidade no terreno lhes impôs e do que as decisões políticas lhes determinaram (de que enfermavam continuamente) e que condicionaram na ação estratégica de cada um, constituíram uma importante parte deste estudo.

Das reflexões sobre a temática e da aplicabilidade nas situações referidas em Wellington, Spínola e Petraeus pudemos então construir uma teoria geral sobre o comando holístico da guerra que agora se apresenta e propõe".

A Tese, aprovada por unanimidade com Distinção, foi defendida perante um Júri composto por: Prof. Doutora Maria João Vaz (Presidente do Júri), Prof Doutor Nuno Severiano Teixeira (Professor Convidado), Prof Doutor António José Telo (Professor da Academia Militar), Coronel Tirocinado João Jorge Botelho Vieira Borges (Professor da Academia Militar), Prof Doutor Bruno Cardoso Reis (Arguente Externo), General Gabriel Augusto do Espírito Santo (Arguente Externo), e Prof Doutor Luís Nuno Rodrigues (Orientador).

A *Revista Militar* regista com muito agrado a distinção académica deste Sócio Efetivo, felicitando-o cordialmente.

General José Luiz Pinto Ramalho
Presidente da Direção da Revista Militar

Resumo do Acervo Articular da Revista fornecido pelos autores

1. A Grande Guerra e a arte militar
General Gabriel Augusto do Espírito Santo

Até ao início do séc. XX, o controlo do globo era regulado, essencialmente, por potências como a Grã-Bretanha e a França.

Uma nova realidade emergiu, com a Alemanha a disputar a superioridade nos mares (à Grã-Bretanha), os territórios coloniais da França e das contendas nos Balcãs.

As declarações de hostilidade sucessivas entre os Aliados (França, Rússia e Grã-Bretanha) e os Poderes do Centro (Alemanha e Áustria-Hungria), conduziram à mobilização das respetivas forças e aos acontecimentos que conhecemos, hoje, como I Grande Guerra e que a história de encarregou de retratar, com a incapacidade da diplomacia para dissuadir os opositores, nos combate violentos e na afirmação de dotes militares de grandes comandantes alemães, russos, franceses, ingleses e americanos, a par das estratégias e dos desenvolvimentos tecnológicos e das mudanças geopolíticas que dela resultaram.

A entrada de Portugal na I Grande Guerra dá-se por força da defesa dos seus territórios ultramarinos (Angola e Moçambique), os quais se encontravam sob ameaça da Alemanha, a partir das suas possessões na África do Sudoeste e da África Oriental, tendo sido organizadas expedições militares para aquelas colónias.

Em nome da aliança que mantinha com a Inglaterra, a participação de Portugal na frente europeia, através do Corpo Expedicionário Português (CEP) e do Corpo de Artilharia Pesada Independente (CAPI), ficou marcada pelo sentimento de tragédia e nas consequências no seio da instituição militar e na sociedade.

2. Os assaltos de 4 de fevereiro em Luanda e o massacre de 15 de março no norte de Angola – antecedentes
Tenente-coronel António Lopes Pires Nunes

Em 2011, eram passados cinquenta anos após os acontecimentos ocorridos no Norte de Angola, que marcam o início de uma longa guerra de treze anos, e que culminou com a independência desta, então, Província Ultramarina Portuguesa. Na nossa opinião, a efeméride não foi devidamente relembrada de forma institucional, repetindo-se o esquecimento de 2004, quando ocorreu o centenário da morte de Mouzinho de Albuquerque. Como então, o que se passou em Angola foi sendo recordado sobretudo por iniciativas individuais.

Para marcar o evento preparei, então, três artigos: o primeiro, "Recordando o Início da Guerra do Ultramar 50 anos depois", foi publicado pela *Revista Militar*, no nº. 2512, de Maio de 2011, e o segundo, "A Sublevação da Baixa do Cassange", está inserido na *Revista Militar* nº. 2517, de Outubro de 2011.

Critérios editoriais justificáveis estavam a espaçar os três textos que preparara, e que deveriam constituir um todo.

Perdendo-se a oportunidade de publicar, de seguida, o terceiro dos artigos, entrou-se no ano de 2012 com o assunto a cair no esquecimento e a perder interesse.

Surge agora a possibilidade de completar a trilogia, porquanto a Revista Militar aceitou publicar esse texto "Os Assaltos de 4 de Fevereiro em Luanda e o Massacre de 15 de Março no Norte de Angola", resultante de uma conferência que proferi no dia 15 de Março de 2011 – exactamente no dia em que se perfaziam os cinquenta anos do "Massacre no Norte de Angola" –, no Núcleo de Castelo Branco da Liga dos Combatentes, com o qual considero encerrado, pela minha parte, este assunto.

3. A Defensão de Moçambique. Sua evolução
Tenente-coronel João José de Sousa Cruz

No presente artigo, face ao incidente que vitimou o jovem tenente Valadim, no fim do século XIX, no norte de Moçambique, explana-se a situação, nessa data, em Moçambique e no Continente Português, as soluções escolhidas politicamente para esta colónia, resumidas na instalação de Companhias da Carta e as tentativas de ocupação do Niassa assentes em reconhecimentos "musculados".

Descreve-se a expedição do Major Machado, enviada pela Companhia do Niassa, em 1899, para liquidar o Mataca, baseada numa publicação com data

de 1939, de autoria de Georges Stucky, cidadão suíço, que a intitulou "Diário de Campanha da Expedição contra o Mataca".

Termina-se com um resumo da evolução, ao longo dos tempos, das tentativas de defesa da Colónia por parte do país colonizador.

4. Elementos de informação constantes dos capítulos das crónicas:

a) Crónicas Militares Nacionais:

- A Força Aérea Portuguesa coopera com a Agência "FRONTEX"
- Protocolo entre o Ministério da Defesa Nacional e o Ministério da Agricultura e do Mar
- Tomada de posse do novo Chefe do Estado-Maior do Exército
- O Exército na consolidação da costa portuguesa
- Tomada de posse do novo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas

b) Outros Assuntos da Atualidade:

- Prémio "Almirante Teixeira da Mota"/2014

c) Crónicas Bibliográficas:

- Alpoim Calvão, Honra e Dever

Tenente-coronel PilAv João J. Brandão Ferreira


MARCA PREMIADA POR
ESCOLHA
DO CONSUMIDOR
CAFÉ FORA DO LAR
O CAFÉ PREFERIDO DOS PORTUGUESES
DELTA
O MELHOR EM TESTE DE SABOR
A VIDA PRECISA DO MELHOR CAFÉ
DESDE 1961
A vida quer o que é bom. E já se sabe o que isso é. O café Delta foi votado o café com melhor sabor e aroma num blind test, no âmbito do estudo Escolha do Consumidor realizado em Portugal. É sempre bom ver provado aquilo que já se sabe há mais de 50 anos.
www.delta-cafes.com
DELTA
CAFÉS
O CAFÉ DA SUA VIDA

Revista Militar
N.º 2/3 – fevereiro/março 2014
pp. 137-184

A Grande Guerra e a arte militar



General Gabriel Augusto do Espírito Santo*

A primeira guerra mundial foi um conflito desnecessário e trágico.
John Keegan, Historiador, 1998

O mundo e a Europa no início do século XX

No início do século XX, o mundo vivia uma nova globalização, não só económica, devida a um comércio crescente, mas também cultural e política, com a expansão imperial a tornar-se a sua face mais visível.

Em 1913, as exportações representavam entre um quinto e um quarto dos produtos nacionais da Inglaterra, da França e da Alemanha. O investimento estrangeiro (com mais de três quartos com origem na Europa) quase que duplicara, entre 1900 e 1914, com a Grã-Bretanha a dominar o comércio e o investimento fora da Europa. Durante a primeira década do século, a Europa assistiu a uma vaga de emigração, abrindo novas fronteiras para a agricultura, desde as pampas da América do Sul, às planícies da América do Norte e da Austrália, colocando a Europa no centro de uma cadeia de interrelações económicas. A França, a Alemanha e os Países Baixos repartiram a criação e a interdependência de um complexo de indústrias pesadas na baixa do Reno, ligadas por empresas multinacionais e trabalho migrante (polacos no Ruhr e italianos na Lorena) que se traduziram no fluxo de carvão e aço através das fronteiras comuns.

Esta crescente interdependência económica deveria levar os estados a cooperar, mas, de facto, o impacto dessa cooperação era limitado, apesar de

* Foi Presidente da Direção da *Revista Militar* (2001-2011).

os governos assinarem convenções para harmonizarem serviços postais internacionais, telégrafo e comunicações sem fios, ao mesmo tempo que regulavam os horários dos caminhos-de-ferro nas fronteiras.

O padrão ouro, desde 1870, sem leis escritas, estabelecia uma união monetária entre as potências europeias, o Japão e os EUA. Em 1914, a maior economia mundial estava nos EUA (98 milhões de habitantes, 37 biliões de dólares de PIB), seguida da Alemanha (65 milhões, 12 biliões), Grã-Bretanha (45 milhões, 11 biliões), Rússia (171 milhões, 7 biliões), França (39 milhões, 6 biliões), Áustria-Hungria (52 milhões, 3 biliões), Itália (37 milhões e 4 biliões) e Japão (55 milhões e 2 biliões)[1].

Uma obra de Norman Angell, com o título de *A Grande Ilusão,* aparecida no início do século, e que se tornou num *best-seller,* defendia que a interdependência financeira não tornava as hostilidades entre potências imprevisíveis e que o mercado internacional de ações iria facilitar o financiamento da guerra[2]. Corria também o pensamento de que as democracias não lutam entre si, mas ainda havia um longo caminho a percorrer, porque o processo de democratização estava incompleto. A Terceira República estabelecida em França, em 1870, tinha, talvez, a constituição mais avançada na Europa, mas o controlo político sobre a diplomacia e as questões militares ainda era fraco. As dinastias Habsburgo, na Áustria-Hungria, Hohenzollern, na Alemanha, e Romanov, na Rússia, exerciam forte poder discricionário sobre as relações externas.

Muitos países do Continente tinham partidos socialistas que, em conjunto com elementos progressistas das classes médias, se opunham à guerra, exceto em legítima defesa. Partidos da direita e do centro reclamavam atitudes firmes na defesa dos interesses nacionais, que eram apoiadas em grande parte por jornais e grupos de pressão. Em 1914, muitos políticos e militares reconheciam que qualquer guerra maior necessitava de apoio popular, mas nem a globalização nem a democratização tinham tornado a guerra impossível.

As políticas imperiais que dominavam a Europa no início do século estendiam as rivalidades entre as potências às partes mais distantes do globo. Entre 1800 e 1914, a proporção da superfície terrestre ocupada por europeus, quer em colónias quer em antigas colónias, crescera de 35% para 84,4%. Depois da partilha de África, após a Conferência de Berlim, em 1884-85, parecia que a China, o Império Otomano Turco e a Pérsia iriam sofrer o mesmo destino, já divididos informalmente em esferas de influência. Dois estados extra europeus seguiam as tendências das grandes potências, com os

1 CREVELD, 2006, p. 4.
2 STEVENSON, 2005, p. 6.

EUA a derrotarem a Espanha, em 1898, expulsando-a de Cuba e das Filipinas, e o Japão a derrotar a Rússia, em 1904-05.

A prestigiada *Enciclopédia Britânica,* na sua edição de 1901, dizia que "*a guerra civilizada limita-se, até onde possível, à incapacitação das forças armadas do inimigo; se assim não fosse, a guerra continuaria até ao extermínio de uma das partes. Há boas razões para que essa prática se tenha tornado um hábito nos países da Europa*". Nesse mesmo ano, no funeral da rainha Vitória, em Londres, todos os chefes de estado das potências europeias, com exceção do presidente da França, usavam uniforme ainda que, desde 1871, não tivesse havido qualquer guerra na Europa em que exércitos de grandes potências tivessem cruzado qualquer fronteira hostil. Houvera apenas uma curta guerra, em que mais de duas das grandes potências tinham combatido, a Guerra da Crimeia (1854-56), entre a Rússia, de um lado, e a Grã-Bretanha e a França, do outro. Além disso, a maioria das guerras envolvendo grandes potências foram comparativamente rápidas. A de maior duração não fora um conflito internacional, mas uma Guerra Civil dentro dos EUA (1861-65). As outras tiveram a duração de meses ou mesmo semanas, como a guerra entre a Rússia e a Áustria (1866). A guerra, e os seus horrores, deveriam ser banidos e, por iniciativa do czar Nicolau II, foram convocados dois congressos internacionais sobre a paz, nos Países Baixos, entre 1899 e 1907. Além de visarem uma limitação à corrida armamentista que se desenvolvia na Europa, e a aspetos humanitários relacionados com a guerra, procuravam também uma regularização dos conflitos pelo recurso à arbitragem.

A par destes pensamentos corria outra realidade. A Europa pressentia a guerra com o fim do Concerto das Nações, que regulava as relações entre potências, desde a queda de Napoleão Bonaparte, e as nações preparavam-se para essa guerra, numa escala nunca vista, até então. Num continente, em que poucas potências exerciam o controlo sobre um conjunto de povos subordinados, e onde a Grã-Bretanha e a França regulavam a maioria desses povos, era inevitável que as reações entre todos fossem influenciadas pela suspeita e a rivalidade. Essa rivalidade foi despertada pela Alemanha quando, em 1898, aprovou uma lei que permitia desenvolver uma marinha capaz de enfrentar a *Royal Navy* em batalha, o que a Grã-Bretanha considerou como uma ameaça ao seu domínio dos mares e lançou um programa naval, naquele mesmo ano, que levou à construção do maior navio de combate até então construído e concluído em 1906: o *HMS Dreadnought*. Rivalidade que a Alemanha continuou, com disputas sobre territórios coloniais da França, em Marrocos (1905, 1911), e disputas nos Balcãs (1912 e 1913).

Esta rivalidade teria de ser contida pela dissuasão, baseada em alianças e na preparação militar para um futuro conflito. As alianças principais existentes no início do século eram a da Alemanha com a Áustria, assinada em 1879,

e a da França com a Rússia, assinada em 1894, que eram alianças defensivas, visando dissuadir, respetivamente, a Rússia e a Alemanha de qualquer ação ofensiva. A Itália, desde 1882, tinha algumas ligações com a primeira aliança e a Grã-Bretanha relações ainda mais ténues com a segunda. A Grã-Bretanha, em 1904, regulou as suas disputas com a França, fora do continente europeu, pela *Entente Cordiale* e o mesmo fez com a Rússia, em 1907. Depois de 1907, Londres, Paris e S. Petersburgo estabeleceram um alinhamento diplomático que se designou por *Tripla Entente,* contra a Alemanha e a Áustria-Hungria, o que levava a Alemanha a dizer-se cercada. A Europa de interesses divergentes materializava-se por blocos que iriam juntar, à diplomacia, os instrumentos militares.

A corrida armamentista iniciada procurava romper com o equilíbrio de poderes. As evoluções tecnológicas tinham aumentado exponencialmente o poder de fogo dos navios e das formações terrestres, mas observadores ao conflito russo-japonês tinham constatado que boas formações de infantaria, com efetivos e moral, poderiam romper o potencial de fogo de outra infantaria, mesmo instalada em trincheiras e protegida por aquela invenção dos rancheiros americanos do Texas que era o arame farpado. Eram necessários efetivos e quase todas as potências (com exceção da Inglaterra) recorriam à conscrição, passando leis que permitiam estender esse serviço efetivo para dois e três anos, recrutando a partir dos dezoito anos (a Alemanha veio depois recrutar jovens estudantes abaixo dessa idade – os *Batalhões dos Inocentes*) e criando reservistas em vários escalões etários até aos quarenta e cinco anos. Em 1906, a França recrutou cerca de 0,75% dos seus cidadãos masculinos, a Áustria-Hungria 0,29%, a Rússia 0,35% e a Alemanha, 0,47%.

Na última guerra na Europa, que tinha envolvido as populações da Prússia e da França, as duas potências tinham colocado em ação cerca de sessenta divisões. Em 1901, as populações da Grã-Bretanha, França e Rússia atingiam os 280 milhões, podendo acionar 250 divisões. As populações da Alemanha e da Áustria-Hungria atingiam os 160 milhões, podendo levantar 140 divisões. A Itália, com 35 milhões de habitantes, podia levantar até 30 divisões. Os EUA, com 98 milhões de habitantes, poderiam com facilidade levantar 70 a 80 divisões, mas nem mesmo no final do conflito atingiu tais efetivos[3]. Essas divisões

3 Em 1914, uma Divisão de Infantaria do exército alemão compreendia 17.500 efetivos, 72 peças de artilharia e 24 metralhadoras. No exército francês, a Divisão tinha 15.000 efetivos, 36 peças de artilharia e 24 metralhadoras. No exército inglês, a Divisão tinha 18.073 efetivos, 76 peças de artilharia e 24 metralhadoras. Durante o conflito, quase todos os exércitos diminuíram os seus efetivos orgânicos, compensando-os com o aumento do potencial de fogo. As Divisões dos EUA deslocadas para França, em 1917, tinham cerca de 28.000 efetivos. A Divisão de Cavalaria no exército alemão compreendia 5.200 efetivos, 5.600 cavalos, 12 peças

eram constituídas por brigadas (4 a 5.000 efetivos), regimentos (2 a 3.000 efetivos), com batalhões, companhias, pelotões, secções e esquadras. As divisões eram depois juntas em *Corpos de Exército* (duas ou três divisões), *Exércitos* (dois ou mais Corpos de Exército) e *Grupos de Exército*, formados pela França, Alemanha e, em parte, pela Rússia, englobando *Exércitos* e com efetivos compreendidos entre 500.000 e um milhão de homens.

O emprego e o empenhamento de tão grandes efetivos passaram a exigir um novo fator: o planeamento estratégico militar. Planeamento introduzido na escola prussiana pelo General Helmuth von Moltke, *Sénior*, e que depois foi seguido por quase todos os exércitos europeus. Foi também elemento de dissuasão, como as ordens para mobilização, e que se tornou novo alvo para a espionagem que tentava conhecer os planos dos adversários. França, Alemanha, Áustria-Hungria e Rússia tinham planos para se oporem a invasões ou para invadirem vizinhos como medida preventiva. Sem ser o maior (o plano russo, era de facto o maior), o que ficou mais conhecido para a história foi o Plano Schlieffen, depois conhecido por Schlieffen-Moltke, que visava a invasão da França, com um grande movimento flanqueante, pela Bélgica a Norte, e ataques frontais em toda a fronteira para Sul até às montanhas dos Vosges. O Plano iria ser acionado no dia 1 de agosto de 1914 e, embora Liège só tivesse caído face ao ataque alemão em 16 de agosto, Bruxelas foi ocupada a 20 do mesmo mês e os alemães entraram em França a 24, dois dias depois da data prevista.

Embora as duas partes rivais vissem a guerra como evitável, ambas desejavam enfrentá-la. Em 1914, a Áustria-Hungria sentia-se cercada e considerava perigosa a situação na Europa do sudeste, e a Alemanha, sentindo o mesmo, entendia que o equilíbrio de poderes na Europa, como um todo, estava ameaçado. Para alguns intelectuais europeus, a paz tinha-se tornado aborrecida e a dissuasão, com variados instrumentos, iria deixar de funcionar no verão de 1914. O conflito regional e a tensão geral na Europa juntaram-se e a sua interação deu origem à Grande Guerra.

Uma guerra global, longa e total, envolvendo todos os recursos

O detonador do conflito, que passou a ser designado por Grande Guerra, nasceu com um ato terrorista, em Sarajevo, capital da Bósnia, em 28 de junho

de artilharia e 6 metralhadoras. No exército inglês, compreendia 9.269 efetivos, 9.815 cavalos, 24 peças de artilharia e 24 metralhadoras. (STEVENSON, David, *1914-1918)*

de 1914, quando um sérvio-bósnio matou a tiro o herdeiro do trono da Áustria, o arquiduque Franz Ferdinand e a sua mulher, que visitavam a cidade. A crise que se seguiu entre estados europeus deixou a diplomacia de parte, recordando com saudade Talleyrand ou Bismark, e tudo se preparou para a guerra, com declarações de hostilidades sucessivas entre *Aliados* (França, Rússia e Grã- Bretanha) e os *Poderes do Centro* (Alemanha e Áustria-Hungria) e uma imediata mobilização de forças. Homens e cavalos circulavam por toda a Europa na primeira semana de agosto. Os exércitos europeus, em 1914, continuavam na organização napoleónica da dependência do cavalo, quando os estados-maiores calculavam que a proporção cavalo/homem deveria continuar de 1 para 3. O exército austríaco mobilizou 600.000 cavalos, o alemão 715.000, o russo (com 24 divisões de cavalaria) mais de um milhão e mesmo o pequeno exército inglês mobilizou 165.000 montadas[4].

Os comboios enchiam-se de homens e animais. A secção de transportes do estado-maior alemão organizou o deslocamento de 11.000 comboios durante o período de mobilização e cerca de 2.150 comboios, com cinquenta e quatro carruagens, atravessaram a ponte Hohenzollern sobre o Reno, entre 2 e 18 de agosto. As companhias de caminho-de-ferro francesas deslocaram cerca de 7.000 comboios. A corrida era repartida em destinos. Os franceses deslocavam-se para nordeste a partir das guarnições de treino (Sedan, Nancy, Belfort e outras), atrás da fronteira de 1870. Para a *Força Expedicionária Britânica*, que tinha começado a desembarcar em Boulogne, a 14 de agosto, a sua direção era sudeste, a caminho de Le Câteau, perto da fronteira da Bélgica. Os alemães tinham marchas mais longas, primeiro para Oeste e depois para Sul, em direção a Paris. O I Exército do General von Kluck, o mais a Norte dos sete Exércitos alemães que atacaram de Leste para Oeste, ao longo das fronteiras com a Bélgica, Luxemburgo e França, tinha pela frente uma marcha de cerca de 320 quilómetros.

A 4 de agosto, forças alemãs entraram na Bélgica e começou a mortandade, incluindo civis, que iria prolongar-se por mais de quatro anos, até ao armistício, assinado a 11 de novembro de 1918.

A estratégia militar alemã procurava atacar a Oeste, conquistando a França e tomar uma atitude defensiva a Leste, com o esforço na Prússia oriental, para se opor à Rússia. Essa estratégia baseava-se em dispor, nos tempos escolhidos e para cada ação estratégica, de superioridade de potencial de combate que, dados os equilíbrios tecnológicos entre adversários quanto ao seu poder de fogo, teria de ser procurada na superioridade numérica. Tal nunca foi conseguido por parte da Alemanha, quer no início do conflito quer até

4 KEEGAN, 1999, p. 83.

1918. Em agosto, a Oeste, a Alemanha dispunha de um exército de cerca de 1,7 milhões de efetivos a que se opunham o exército francês (2 milhões), belga (100.000) e britânico (um pouco menos de 100.000)[5]. A Leste, onde a Alemanha tinha deixado um Exército, com três Corpos de Exército e alguns apoios, logo em agosto, teve de enfrentar o exército russo que, a partir do início do mês, empenhou 21 divisões contra as forças alemãs (13 divisões) e 53 contra a Áustria-Hungria (37 divisões). Os planos alemães para ataque a ocidente baseavam-se numa guerra de movimento, como vinham os ensinamentos do século anterior, atravessando regiões onde sabiam que a resistência seria mínima, confiando no caminho-de-ferro para deslocar tropas e abastecimentos para áreas mais próximas do combate. Mas esqueceram que os meios para um apoio logístico a tão grandes efetivos ainda eram escassos, baseado nos transportes rebocados por animais, que se mostraram insuficientes.

A história do conflito, quer a Oeste quer a Leste, durante o restante do ano de 1914, é uma história de combates violentos, procurando ganhar, manter ou reconquistar terreno, que tentaremos descrever mais à frente, e que se vão materializar, no tempo, e a Oeste, como "a batalha nas fronteiras", "a grande retirada" e "a batalha do Marne", e que a Leste se vai estender numa frente de Norte para Sul, desde a Prússia oriental até às montanhas dos Cárpatos. Conflito que, iniciado no continente europeu, se estende imediatamente aos oceanos. Com uma vantagem inicial da Grã-Bretanha no domínio do mar, com a esquadra austro-húngara limitada ao mar Adriático e com a Alemanha, com um conjunto de estações para reabastecimento naval e de carvão, que se estendiam pelo continente sul-americano, africano, ilhas do Pacífico e na China (Qingdao), e alguns navios modernos dispersos no Mediterrâneo, na costa sul-americana e no Índico, o conflito nos oceanos tomou a forma de ações dispersas e com a tentativa de pequenos bloqueios recorrendo à guerra de minas e à ameaça da arma submarina. A batalha de Coronel, ao largo da costa do Chile, a 1 de novembro de 1914, quando a esquadra do Almirante Graf von Spee afundou alguns navios ingleses comandados pelo Almirante John Cradock, marca o primeiro sucesso alemão e a primeira derrota inglesa no mar depois de cem anos de vitórias, que vai ter como reação uma nova aposta na sua estratégia militar naval.

É também uma história de alguma frustração política em França, com o território parcialmente ocupado pelo invasor nos seus dez distritos mais produtivos e industrializados, com a suspensão da atividade da Assembleia Legislativa e a transferência do executivo para Bordéus. É ainda a história da afirmação de generais e almirantes alemães (Paul von Hindemburgo, Hel-

5 STEVENSON, 2005, p. 47.

muth von Moltke, *Júnior*, Eric Ludendorff, Erich von Falkenhayn, Maximilian Graf von Spee), russos (Yahou Zhilinski, Alexander Samsonov), franceses (Joseph Joffre, Ferdinand Foch, Joseph Gallieni, Pétain), ingleses (Horatio Kitchener, John French, Douglas Haig), americanos, a partir de 1917 (John Pershing, Douglas Mac Arthur), e outros, que muitas vezes tiveram de tomar nas suas mãos, por falta de decisões e controlo político adequado, grandes responsabilidades no interesse da sobrevivência dos homens que comandavam.

Os primeiros meses do conflito mostraram, mais uma vez, que uma coisa são planos e outra é a ação. A movimentação de grandes efetivos exigia uma logística que ainda não respondia às necessidades, comunicações entre comandantes e velocidade na transmissão de ordens, que o telégrafo por linhas não satisfazia e, tal como as comunicações rádio nascentes, ofereciam oportunidade de interceção pelo adversário. Uma movimentação em combate que continuava limitada pela velocidade de marcha do homem ou dos cavalos, e uma capacidade industrial para produzir munições e outros recursos, que necessitavam mobilização de mão-de-obra e utilização de transportes marítimos que uma nova ameaça, o submarino, utilizado pela Alemanha, tornava vulneráveis. As populações e o seu moral, assim como as suas vidas, iriam ser afetados e as *grandes estratégias* concebidas para o novo conflito exigiram que o conceito de *guerra total* começasse a ser desenvolvido, entendido *como o conflito militar em que os intervenientes estão dispostos a fazer todos os sacrifícios em vidas humanas e recursos utilizados para atingirem a vitória*.

A batalha do Marne (setembro de 1914) trouxe ganhos importantes para os aliados. A superfície da França ocupada caiu de 7,5% para 4% e centros vitais para a rede ferroviária, tais como Reims ou Arras, tinham sido libertados, ainda que instalações industriais ou os centros mineiros da Lorena continuassem na mão do invasor.

O preço pago por estes primeiros meses de guerra foi terrível. O exército francês sofreu 528.000 baixas (com 265.000 mortos), entre agosto e dezembro de 1914. O exército belga perdeu metade da sua força combatente e as baixas atingiam 89.969 efetivos. Do contingente inglês que tinha desembarcado em França, em agosto, um terço estava morto e do total dos seus oitenta e quatro batalhões (cada um com um efetivo inicial de mil homens), em 1 de novembro, só nove tinham mais do que 300 efetivos. As baixas russas atingiam 1,8 milhões, das quais 396.000 eram mortos e 486.000 capturados. As baixas austro-húngaras atingiam 1,25 milhões. Só as baixas alemãs, durante 1914, foram menores do que nos anos seguintes, ainda que tenham atingido cerca de 800.000 (metade do seu exército), das quais 116.000 mortos, com 85.000 na frente ocidental. As invasões também tinham sido destruição. Os russos incendiaram as quintas da Prússia oriental e os alemães reduziram a cinzas a biblioteca de Louvain, o Salão dos Tecidos, em Ypres, e bombardearam

a catedral de Reims, justificando que estava a ser utilizada como posto de observação para a artilharia francesa.

No final de 1914, o conflito estava preparado para uma escalada e para uma evolução em direção a algo historicamente sem precedentes e a uma nova forma de guerra total[6]. A Turquia, que se tinha aliado à Alemanha e à Áustria, em 31 de Outubro, abria nova frente face à Rússia na região do Cáucaso.

O ano de 1915 começou com uma paralisia de atividades nas frentes ocidental e oriental. O inverno era rigoroso e algumas epidemias dizimavam as tropas, especialmente na frente oriental, enquanto as chuvas e a natureza do terreno dificultavam os movimentos nas planícies da Flandres. Os exércitos alemães seguiram a diretiva de Moltke para "*se entrincheirarem e aguentarem no terreno*".

Segundo David Stevenson[7], tentar analisar cronologicamente a evolução do conflito, desde o período de paralisação até às dinâmicas que se lhe seguiram, não será o melhor método, propondo, em alternativa, que a I Guerra Mundial seja analisada em oito áreas inter-relacionadas.

A primeira, será investigar porquê a guerra se alastrou a outras frentes e continentes, como a expansão do conflito com a entrada de novos beligerantes, as campanhas fora da Europa contra o império otomano e as colónias alemãs e o impacto alargado de fatores extra europeus sobre esse conflito. O empenho dos Aliados nas suas campanhas em África e no Médio-Oriente eliminou parcialmente os benefícios recolhidos com a participação dos seus impérios no esforço de guerra, embora esses benefícios tenham constituído, provavelmente, uma vantagem.

A segunda, é a evolução dos objetivos de guerra de ambas as partes, pelos quais os governos e os públicos supostamente lutavam, bem como os obstáculos que surgiam para um compromisso de paz. Também se verificou uma escalada na diplomacia e, em 1917, as duas partes estavam mais divididas do que no início do conflito.

A terceira, central, respeita às estratégias adotadas pelas principais frentes terrestres, e o que conduziu às ofensivas dos Poderes Centrais na Polónia e em Verdun, e aos contra-ataques coordenados dos Aliados, no verão de 1916 e na primavera de 1917.

A quarta, relaciona-se com considerações de ordem tática, tecnológica e logística que condicionaram aquelas estratégias e que conduziram a grandes batalhas de atrição.

6 STEVENSON, 2005, pp. 92-6.
7 STEVENSON, 2005, p. 104-5.

A quinta, diz respeito à forma como os beligerantes recrutaram os seus exércitos e marinhas, permitindo que soldados e marinheiros aguentassem sacrifícios, que a gerações futuras pareceram intoleráveis.

A sexta, relaciona-se com as economias e a forma como foram mobilizadas para a produção de guerra e como foi financiada essa produção, e o falhanço dos Aliados para explorarem em toda a sua extensão a sua aparente vantagem, quer em terra quer no mar.

Uma sétima área, relacionada com a anterior, diz respeito à superioridade nos mares. No início de 1915, os Aliados tinham o comando dos oceanos e passaram o resto do tempo da guerra para resistirem ao esforço dos navios de superfície e submarinos alemães para lhe retirarem aquele comando, ainda que os seus progressos tenham sido lentos.

Finalmente, convirá analisar a capacidade de resistência da unidade política e do moral das populações nas frentes internas, e o papel desempenhado pela repressão ou o verdadeiro consenso.

A estas áreas propostas acrescentaremos o combate, e a forma como se desenvolveu durante o conflito.

O alastramento da guerra, objetivos de guerra e estratégias

Independentemente da entrada dos impérios coloniais na guerra, o conflito foi globalizado pela decisão de estados independentes para intervirem. Muitos dos que intervieram (especialmente na América Latina), fizeram-no simplesmente como um gesto de afirmação. As últimas entradas que tiveram impacto foram: Japão e Império Otomano, em agosto e outubro de 1914, Itália e Bulgária, em maio e outubro de 1915, Portugal e Roménia, em março e agosto de 1916, e EUA, Grécia e China, em abril, julho e agosto de 1917. Cada estado tinha, ou alegava, as suas razões para entrar na guerra.

O Japão era suficientemente forte e afastado para se sentir seguro, qualquer que fosse a parte a ganhar. Mas apresentava três razões para entrar no conflito. Em primeiro lugar, desejava as ilhas do Pacífico norte em poder dos alemães e o território de Qingdao, desde há muito tempo alugado pela Alemanha à China, com uma base naval perto e caminho-de-ferro que conduzia às regiões mineiras do interior. Estava também alarmado pela revolta na China, em 1912-13, que tinha deposto a dinastia manchu e posto no poder um general com sentimentos anti japoneses. Em terceiro lugar, a recuperação russa, depois da derrota de 1904-05, e a construção do caminho-de-ferro transiberiano também preocupavam o Japão.

O Império Otomano Turco, contrariamente ao Japão, não era um estado unificado, mas um conglomerado étnico. Desde a revolta dos "*Jovens Turcos*", em 1908, que o país tentava modernizar-se, politicamente, nas suas instituições e nas suas forças armadas. Tinha perdido a Líbia para Itália, em 1911-12, e a maior parte do seu território na Europa durante as guerras nos Balcãs, em 1912-13. A Turquia viria a tornar-se um antagonista de peso, desviando recursos dos Aliados, mais do que a Itália e a Roménia desviaram da Áustria e, com a exceção dos EUA, tiveram mais impacto na evolução do conflito do que outro qualquer dos beligerantes. Lloyd George e Ludendorff estimaram, retrospetivamente, que a sua intervenção tenha prolongado a guerra por dois anos[8]. Os otomanos começaram por tomar a ofensiva, declarando tentar unir "todos os ramos da nossa raça" e proclamando uma *Jihad* ou guerra santa. Tentando uma ação no Canal de Suez, recorrendo a pontões montados por alemães, que foi repelida pelos ingleses, o seu esforço principal foi no Cáucaso, onde um exército de 150.000 efetivos tentou avançar, em dezembro de 1914. Terreno montanhoso, temperaturas glaciares, epidemias e distâncias enormes do apoio do caminho-de-ferro, reduziram a força turca a cerca de um quarto. Os Aliados começaram a pensar na campanha dos Dardanelos ao mesmo tempo que a Turquia iniciava o genocídio dos arménios.

A Itália entrou em guerra depois de uma crise interna desencadeada pela oferta da Áustria-Hungria e da Alemanha, da cedência do Trentino e do estatuto de cidade livre a Trieste. Ainda que os italianos procurassem ganhos territoriais em África e na Ásia Menor, as suas maiores exigências eram fronteiras defensáveis nos Alpes e na Istria e a presença nas ilhas e costas da Dalmácia, o que lhes garantia domínio no Adriático.

A Alemanha declarou guerra a Portugal, em março de 1916, depois de Lisboa aceitar um pedido da Grã-Bretanha para reter todos os navios alemães nos seus portos. Na sequência, Portugal enviou um contingente militar para a frente ocidental e a sua política foi influenciada para se distinguir da Espanha neutral e para obter o apoio dos Aliados à preservação do seu império em África.

Quanto à Bulgária e Roménia, as suas opções refletiam políticas influenciadas pela sua proximidade. A opção da Bulgária em se juntar aos Poderes Centrais serviu-a inicialmente, mas mostrou-se prejudicial mais tarde. Tinha recebido a promessa de que poderia obter ganhos territoriais na Sérvia e na Grécia, se esta se juntasse aos Aliados. A opção da Roménia de se juntar aos Aliados esteve também ligada a reivindicações territoriais na Transilvânia.

8 STEVENSON, 2005, p. 114.

As intervenções no conflito, em 1917, dos últimos participantes, nomeadamente dos EUA, estiveram mais relacionadas com a defesa de interesses próprios, como o comércio internacional, a sua economia e a coesão nacional, do que ganhos territoriais, mas também de resposta a opiniões públicas mais exigentes para a necessidade de a diplomacia voltar a funcionar.

Logo em agosto de 1914, os neozelandeses tomaram a Samoa alemã e os australianos a Nova Guiné. Os japoneses ocuparam as Ilhas Marianas, Carolinas e Marshall e, no mês seguinte, entre setembro e novembro, uma força japonesa de 50.000 efetivos, apoiada por navios e mais de cem canhões, cercou e destruiu as defesas de Qingdao. Nas colónias alemãs em África, o Togo, com uma estação naval alemã que coordenava todos os movimentos dos navios na área, foi conquistado por uma força franco-britânica, ao mesmo tempo que uma força de tropas sul-africanas, depois de dominarem uma rebelião interna africânder, entre janeiro e julho de 1915, conquistou o território alemão do sudoeste africano. Duas outras campanhas foram mais longas e levaram as forças alemãs a tomarem atitudes ofensivas. Nos Camarões, uma guarnição de cerca de 1.000 europeus e 3.000 africanos entrou na Nigéria opondo-se a uma invasão inglesa que, tendo conquistado Duala, em setembro de 1914, só em setembro de 1916 venceu as resistências que se lhes opunham. Na África Oriental Alemã, a mais valiosa das possessões alemãs, o comandante local, Paul von Lettow-Vorbeck, derrotou um ataque de tropas indianas da Grã-Bretanha, em Tanga, e continuou operações de guerrilha no território português de Moçambique e no inglês da Rodésia do Norte, onde se rendeu, duas semanas depois do armistício de 1918[9].

A decisão dos Aliados abrirem frentes nos flancos do Teatro da Europa, no intuito de desviarem forças do opositor das frentes ocidental e oriental, levou-os a deslocarem forças para os estreitos dos Dardanelos, que os turcos tinham fechado, e para a Mesopotâmia, onde as novas explorações de petróleo no território de Mosul (Iraque) despertavam os interesses britânicos. Durante as operações nos Dardanelos, de fevereiro de 1915 a janeiro de 1916, onde sobressai a ação em Gallipoli, envolveram-se centenas de milhar de efetivos e as baixas, mais uma vez, ultrapassaram algum esforço de guerra visto até então.

Apontam alguns autores, como causa para o impasse e escalada que se processaram a partir de 1915, a falta de habilidade dos opositores para negociarem. Falta de habilidade atribuída à incompatibilidade entre os objetivos políticos definidos pelos opositores em confronto ou, como se dizia na época, entre os seus *objetivos de guerra*, ditados por causas externas onde sobressaiam

9 STEVENSON, 2005, p. 123.

disputas territoriais ou de ganho de influência, mas também por causas internas, procurando o apaziguamento de opiniões públicas crescentemente críticas e no fortalecimento de unidades nacionais. Objetivos de guerra que eram definidos como opções a tomar, em cada momento, mas que não representavam objetivos vitais e que não pudessem ser negociados. Daí que o estudo do conflito, no tempo que durou e nas fases por que passou, mereça séria reflexão quanto à paralisia da diplomacia, quando as oportunidades surgiram para negociar. Ainda havia uma perceção difusa daquilo que mais tarde viria a ser conhecido por *gestão de crises,* e talvez generais, diplomatas e estadistas tenham esquecido Tucídides e a Guerra do Peloponeso.

Se os hipotéticos objetivos de guerra ditavam porque é que se combatia, as estratégias militares iriam ditar onde combater. Ainda que as orientações políticas detivessem algum controlo sobre as operações militares, as estratégias militares adotadas pelos opositores durante o conflito foram mais ditadas pelos generais, os seus estados-maiores e as suas conceções da guerra do que as orientações políticas dos governantes. Com diferenças entre os Poderes Centrais, onde a Alemanha ditava as estratégias a seguir, e os Aliados, que antes de coordenarem ações, a partir de 1916, na conferência de Chantilly, entraram em guerra por interesses divergentes, as estratégias prosseguidas foram influenciadas por generais como Falkenhayn, Ludendorff, Hindenburgo, Joffre, Foch, Sir John French, Sir Douglas Haig ou Mustafa Kemal.

Iniciado o conflito com estratégias militares ditadas pelo conceito de poder de fogo e movimento e o princípio da ofensiva, procurando aniquilar o adversário pela batalha ou rendição, essas estratégias foram paralisadas quando a Alemanha recorreu às trincheiras e o seu progressivo desenvolvimento na frente ocidental, procurando balancear meios entre essa frente e a frente oriental, onde o exército russo, o de maiores efetivos entre os beligerantes, sempre manteve o princípio da ofensiva até 1917, quando a revolução no seu interior paralisou o seu instrumento militar.

A paralisação do movimento em combate só foi modificada com a introdução planeada e organizada do carro de combate (*tank*) que, embora tenha sido experimentado pelos Aliados nas ofensivas de Somme e Arras, em 1916, só em Cambrai (novembro e dezembro de 1917) se mostrou decisiva. A paralisação do movimento deu origem ao desenvolvimento de estratégias defensivas e à adoção temporária do princípio de que a *melhor ofensiva assenta numa boa defesa* (Foch) e consequente aparecimento de grandes batalhas de atrição, como as de Verdun ou Somme, em 1916, mas que não conseguiram ganhos substanciais de terreno, já que, de finais de 1914 até 1918, as flutuações na linha da frente ocidental nunca ultrapassaram os cinco quilómetros. Os Poderes Centrais e os Aliados tinham seguido caminhos diferentes até chegarem a estes tempos de massacres.

Do lado dos Poderes Centrais, Falkenhayn adotou atitudes ofensivas, mas de objetivos limitados, de forma a segurar as fronteiras orientais da Alemanha e da Áustria-Hungria e forçar a Rússia a uma paz separada, ou pelo menos destruir a sua capacidade ofensiva. Conseguiu o suficiente para ser capaz de atacar a Ocidente, na primavera de 1916, como sempre tinha desejado, sem grande interesse em ganhos territoriais mas, antes, para provocar baixas nas forças francesas e que afetassem o seu moral. A operação foi desastrosa para aliados e alemães e, quando os aliados retaliaram, Falkenhayn foi forçado a retirar, tendo Hindenburgo e Ludendorff reparado o fracasso estratégico pelo recurso à guerra submarina e ao aumento da produção de armamento na Alemanha.

Os Aliados, a quem faltava uma direção central para a guerra, prosseguiram um conjunto de guerras paralelas, até que as derrotas de 1915 permitiram a Joffre orientar uma ação depois da Conferência de Chantilly, que servia os interesses da França, mas permitia também coordenar os esforços dos Aliados. Recusando-se a entrar em pânico depois das ofensivas de Conrad e de Falkenhayn, na primavera de 1916, os Aliados retomaram a ofensiva no verão e Haig, Foch, Brusilov e Cadorna perseguiram Falkenhayn, infligindo e sofrendo pesadas baixas. Mesmo que os Aliados desejassem continuar com a estratégia definida em Chantilly e com uma ofensiva de atrição, em 1917, nenhum dos governos aliados tinha os apoios políticos para tal, a que se juntavam as insubordinações no exército francês e da revolução russa, o que deixava os opositores sem estratégias viáveis. Alemanha, Áustria-Hungria, França e Rússia enfrentavam crescentes dificuldades em recursos humanos, que não eram compensadas pelo aumento do potencial de fogo. Grã-Bretanha e Itália aproximavam-se da mesma situação, levantando-se a questão sobre onde a guerra poderia ser ganha e se ganhar a guerra tinha algum sentido.

O falhanço dessas estratégias militares terrestres, em grande parte devido a falhanços táticos, tecnológicos e logísticos, conduziu os opositores, a partir de 1917, a procurarem novas formas de aproximações para a paz desejada, para o que foi decisiva a intervenção dos EUA, em abril de 1917, depois da queda do Czar Nicolau II da Rússia, no mês de março.

Estratégias totais: recrutamento, economia, novas tecnologias, populações e moral

A Grande Guerra foi uma guerra baseada na mobilização de recursos humanos para o combate, para o trabalho em organizações do terreno necessárias à campanha militar, para a produção industrial, incluindo o trabalho

feminino, que alimentasse a guerra em munições, navios e outros equipamentos e também da comunidade científica para encontrar soluções para alguns avanços tecnológicos nos armamentos. A I Grande Guerra, como afirmam alguns historiadores, foi voraz a pedir recursos humanos[10].

As forças armadas da Alemanha atingiram entre 6 e 7 milhões de efetivos, dos quais 5 milhões no exército de campanha e o país, durante os anos de guerra, mobilizou cerca de 13,2 milhões de homens, algo como 85% da sua população masculina entre os 17 e os 50 anos. A Rússia mobilizou entre 14 e 15,5 milhões. A França 8,4 milhões (7,74 milhões da metrópole e 475.000 das suas colónias). A Grã-Bretanha mobilizou cerca de 5,4 milhões, o que representou um terço da sua força laboral masculina. A Áustria-Hungria mobilizou cerca de 3,5 milhões de homens[11]. As várias potências, com a exceção da Grã-Bretanha, recorreram ao sistema de conscrição e mobilização para satisfazerem as suas necessidades de recursos humanos, que não impediram que se atingissem situações críticas, na primavera de 1917. O sistema misto de voluntariado e mobilização da Grã-Bretanha, e os seus maiores recursos humanos no império, permitiram-lhe maiores esforços pedidos a um contingente constituído na maioria por voluntários.

Considerando a elevada taxa de baixas que a guerra provocou em todos os participantes nos combates, desde as primeiras semanas do conflito, pode parecer estranho que a crise de efetivos só se tenha evidenciado em 1917. Apresentam-se várias razões para tal facto. A primeira pode relacionar-se com a guerra de trincheiras e a relativa proteção que proporcionava face ao fogo adverso, a que se juntou um melhor reabastecimento proporcionado pelo caminho-de-ferro e rações enlatadas. Também o apoio médico desempenhou papel importante. Enquanto na Guerra Civil Americana, a percentagem de mortos entre combatentes feridos atingiu 13,3 e na Guerra da Crimeia 10, esse número caiu para 8 na Grande Guerra. O número de médicos nas unidades combatentes aumentou significativamente (a Alemanha mobilizou 80% dos 33.081 médicos da nação), as técnicas de raio X, anestesia, cirurgia e medicina preventiva (vacinas) tiveram um desenvolvimento notável com a guerra, que foi considerado o primeiro conflito em que as mortes por ferimentos em combate foram superiores às provocadas por doença[12]. Às baixas provocadas pela guerra, com as consequências que provocaram na disponibilidade de efetivos para as forças armadas e no seu moral, foram ainda acrescentados outros motivos, como as deserções, diferentes entre Aliados e

10 STEVENSON, 2005, p. 198.
11 STEVENSON, 2005, p. 198.
12 STEVENSON, 2005, p. 207.

Poderes Centrais, e graves problemas de disciplina, materializados em insubordinações e abandono das fileiras, com especial incidência a partir de 1917. Alguma interrogação subsiste, para gerações vindouras, sobre os motivos que levavam os contingentes mobilizados a combaterem num conflito tão violento: patriotismo, sentido de grupo, ação de comando ou fatalismo face à ausência de alternativas. Diferentemente encarado face aos diferentes sistemas de recrutamento adotados, combater parecia ser um desígnio para as gerações mais jovens que tinham sido envolvidas no conflito.

A guerra iria afetar o moral das populações pela insegurança provocada nas regiões ocupadas e nas áreas de combate nas frentes ocidental e oriental, cujo território e culturas foram devastados pelos bombardeamentos da artilharia. Moral que foi diminuindo com o tempo e que, sem sofrerem as violências dos bombardeamentos que ocorreram na II Grande Guerra, ainda assistiram ao bombardeamento de Londres por duas aeronaves Zeppelin da marinha alemã, em maio de 1915, matando 127 indivíduos e ferindo 352 durante o resto do ano[13].

A guerra também iria consumir recursos financeiros das nações numa escala nunca vista e que só iria ter alguma comparação com os gastos da II Grande Guerra. As despesas públicas da Alemanha, a maioria consideradas despesas de guerra, cresceram entre 18% a 76%, no período de 1914 a 1917. Na Grã-Bretanha, as despesas militares em relação ao PIB atingiram 70%, em 1917, o que representa um aumento substancial relativamente ao que se tinha verificado em 1814-15 (10 a 25%) e ao que se iria verificar em 1943 (54 a 57%). Em França, as despesas com a guerra podem ter ultrapassado o PIB, compensando o *deficit* com empréstimos contraídos em 1917. Nos períodos de 1914-15 a 1916-17, os gastos da Alemanha com a guerra passaram de $2,920 para $ 5,936 milhões, os da França, de $1,994 para $3,827, os da Grã-Bretanha, de $2,493 para $7,195 e os da Rússia, de 2,540 milhões de rublos para 15,267 milhões[14].

Todas as nações, para financiarem estes custos, recorreram a impostos e a empréstimos de dívida pública, quer internamente quer no exterior. O recurso a impostos, variável de nação para nação, cobriu uma fração moderada dos custos de guerra, por razões diversas que cobriam aspetos técnicos com a cobrança, o legado moral e encargo que representavam para as gerações futuras e equilíbrios internos de consenso político para um esforço de guerra com opiniões públicas divididas. Em Inglaterra, que recorreu muito a impostos, essa fonte de financiamento representou 26,2% dos custos da guerra. Na Alemanha representou, provavelmente, 16,7%, em França, 15%, na

13 STEVENSON, 2005, p. 190.
14 STEVENSON, 2005, p. 219.

Itália 23% e na Rússia 26%. França e Rússia recorreram mais a impostos sobre o consumo do que sobre rendimentos[15].

O recurso ao financiamento externo variou entre Aliados e os Poderes Centrais. A Alemanha foi a principal fonte de financiamento para as nações mais pequenas deste bloco, garantindo subsídios mensais, como à Áustria-Hungria (100 milhões de marcos mensais a partir de 1915), e financiando-se, por sua vez, nalguns estados neutrais vizinhos como a Holanda, Dinamarca, Suíça ou Suécia. Quanto aos Aliados, a Grã-Bretanha e França, no início do conflito, foram os financiadores de Itália e Rússia, sendo para esta nação que foram canalizados cerca de 70% dos fundos emprestados pelos EUA àqueles países.

Os empréstimos e o comércio dos EUA foram importantes para o esforço de guerra, ainda que tenham passado por crises, quando o Presidente Wilson tentou mediar o conflito e encontrou a oposição dos Aliados ou durante a revolta da Páscoa, na Irlanda, em 1916, que deteriorou as relações entre a Grã-Bretanha e os EUA. Quando os EUA, quebrando a sua neutralidade, entraram na guerra, em abril de 1917, Londres só dispunha de mais três semanas de reservas de ouro e títulos para poder continuar a comprar nos EUA e só alguns adiantamentos de crédito por parte da firma J.P. Morgan permitiram ao tesouro inglês continuar a cumprir as suas obrigações financeiras. Mesmo que a Grã-Bretanha pudesse continuar a cumprir as suas necessidades em dólares sem a intervenção americana, teria grande dificuldade em apoiar os seus aliados. Manter o equilíbrio entre o dólar americano e o esterlino obrigou a fazer uma parceria das reservas de ouro dos Aliados e teve de recorrer-se à impressão de papel-moeda com reflexos na inflação.

O esforço de guerra das nações, a par do sofrimento das populações, distribuía-se entre custos financeiros e necessidades de produção de munições, armamentos, navios e equipamentos, que exigiam recursos e mão-de-obra. O que contava militarmente não era tanto o potencial económico, mas a capacidade para manter e apoiar as forças armadas. Os Aliados tinham mais população do que os Poderes Centrais. Em 1914, o Império Britânico, França, Rússia, Bélgica e Sérvia contavam 656 milhões de habitantes contra os 144 milhões dos Poderes Centrais, ainda que a maioria dessas populações vivesse afastada dos centros industriais. Nas vésperas do conflito deflagrar, a Alemanha e Áustria-Hungria produziam anualmente cerca de 20,2 toneladas de aço face a 17,1 toneladas produzidas pelos aliados e estavam à frente nalgumas especialidades da indústria química e engenharias[16].

15 STEVENSON, 2005, p. 223.
16 STEVENSON, 2005, p. 231.

Depois da fase inicial do conflito na frente ocidental, e em especial da batalha do Marne, tornou-se evidente que a produção de armamentos e equipamentos tinha de ser acelerada. O consumo de munições de artilharia e de metralhadora ultrapassou todas as previsões, os elevados efetivos necessitavam de armamentos e equipamentos individuais em número crescente, as organizações defensivas nas frentes necessitavam de maiores calibres e maior capacidade de explosiva, a guerra nos mares, com a perda crescente de tonelagem, devido à ameaça submarina, necessitava maior capacidade de construção naval e uma indústria aeronáutica nascente iria necessitar de mão-de-obra mais qualificada.

As necessidades de recrutamento para o combate afetaram a mão-de-obra disponível. Na Grã-Bretanha, em meados de 1915, o recrutamento afetou em 21,8% a força laboral no sector mineiro, em 19,5% a indústria mecânica, em 16% a produção de armamento ligeiro e em 23,8% a indústria química e de explosivos. Para compensar estas faltas foi chamado à ação o trabalho feminino que, em França, cresceu de 382.000 efetivos, em julho de 1915, para cerca de 1.500.000, em julho de 1917[17].

Na tentativa de encontrar medidas que permitissem diminuir os efeitos provocados, como a utilização de novas armas em combate, como os gases, o submarino, o avião, a artilharia e morteiro utilizados em posições desenfiadas das vistas do adversário, o lança-chamas ou o fogo da metralhadora, as comunicações elétricas por fios ou sem fios, entre outras, a comunidade científica foi chamada a pesquisas científicas e tecnológicas que conduziram a passos importantes na regulação do tiro da artilharia, na deteção acústica dos meios submarinos, na máscara antigás, na localização pelo som ou luz dos disparos da artilharia e morteiros do adversário ou na interseção e descodificação de comunicações.

Da ilusão de uma guerra curta ao realismo na procura de paz

No verão de 1917, três anos de mortandade tinham conduzido a Rússia a uma revolução e a França a insubordinações no seu exército. Os EUA forneciam com cuidado o apoio naval e financiamento, ainda que não tivessem colocado qualquer unidade em combate. Alemanha e Áustria-Hungria estavam próximo da exaustão, ainda que algumas inovações na tática do combate lhes proporcionassem vantagens operacionais. A Grã-Bretanha mantinha um exér-

17 STEVENSON, 2005, p. 234.

cito coeso, mas a nação estava nos limites das suas capacidades humanas e económicas. À ilusão de 1914 sobre uma guerra curta opunha-se uma realidade bem diferente.

No outono, os Poderes Centrais retomaram a iniciativa, contra-atacando as forças da Rússia, sob o Governo Provisório de Kerensky, e dando sinais ténues de uma nova guerra de movimento, com inovações na artilharia e uma nova tática para a infantaria.

Apesar dos ataques dos Aliados no Isonzo (Itália), na Flandres e na Palestina, as forças alemãs, em julho, expulsaram as russas da Galicia (região na Polónia-Ucrânia), em setembro, conquistaram Riga e, em outubro, infligiram uma pesada derrota às forças italianas, em Caporetto. Em novembro, com a tomada do poder na Rússia pelos bolchevistas, iniciaram-se conversações de paz, materializadas por um cessar-fogo em dezembro e a assinatura do tratado de Brest-Litovsk, em março seguinte.

Tentando alcançar a paz e mediar o conflito, em 8 de janeiro de 1918, o Presidente Wilson, dos EUA, apresentou ao Congresso a sua proposta de catorze pontos que a Alemanha rejeitou. A paz na frente oriental permitiu à Alemanha concentrar as suas forças a ocidente e preparar-se para uma grande ofensiva na primavera de 1918, lançando 191 divisões contra as 178 aliadas, o que lhe dava superioridade numérica, desde 1914, e que poderia conduzir a uma vitória final[18].

A ofensiva alemã começou com a operação "*Michael*", numa frente de cerca de oitenta quilómetros, entre Arras e Noyon, e que iria durar de 21 de março a 5 de abril de 1918. O ataque começou às 04h30 de 21 de março com um bombardeamento de artilharia e que concentrou o fogo de 6473 bocas-de-fogo de artilharia (incluindo 2453 peças de maiores calibres) e 2532 morteiros sobre os sectores dos III e V Exércitos britânicos, durante cinco horas. Foram disparadas 1,16 milhões de granadas que podemos comparar com os 1,5 milhões disparados pelos britânicos, em sete dias, durante 1916. O assalto da infantaria foi também prodigioso. Ludendorff reuniu 76 das suas 191 divisões de infantaria, dispondo 32 em primeiro escalão e com 28 a 32 em segundo escalão, face às cerca de 26 divisões dos III e V Exércitos britânicos que dispunham de 2084 bocas-de-fogo de artilharia. O ataque alemão conquistou, num único dia, cerca de 100 quilómetros quadrados de terreno, tanto quanto os Aliados tinham conquistado na batalha do Somme, em 140 dias. Os alemães sofreram 39929 baixas (10851 mortos), mas infligiram aos defensores quase o mesmo número: 38512 (7512 mortos)[19].

18 STEVENSON, 2005, p. 397.
19 STEVENSON, 2005, pp. 412-13.

Menos de uma semana depois, Ludendorff lança uma segunda ofensiva na região do rio Lys (Operação "*Georgette*"). A 9 e 10 de abril, os IV e VI Exércitos alemães atacaram numa frente de cerca de 32 quilómetros, com doze divisões em primeiro escalão, das vinte e sete empenhadas, com o apoio de 2208 bocas-de-fogo de artilharia e 492 aviões. Opunham-se-lhes cinco divisões inglesas e duas divisões portuguesas. O esforço do ataque alemão foi sobre uma divisão portuguesa, que tinha à sua responsabilidade uma frente de oito quilómetros, mas que não tinha sido reforçada, apesar das informações disponíveis alertarem para isso. A 12 de abril, os alemães estavam aptos a continuar a progressão numa frente de cerca de 45 quilómetros, forçando o dispositivo aliado a recuar dos seus ganhos de terreno no saliente de Ypres e vir parar às portas da cidade.

Enquanto outras operações continuavam a Sul, na fronteira de Itália com a Áustria, Ludendorff decide atacar de novo na frente ocidental, na região de Champagne, entre 27 de maio e 4 de junho, levando a cabo a operação "*Blücher*". Com menos perdas do que em ataques anteriores, esta ofensiva alemã causou grande preocupação política, já que as forças alemãs ficaram a menos de cem quilómetros de Paris e na posse do caminho-de-ferro que, da capital, se dirigia para Nancy. A 5 de junho, o governo inglês discutia evacuar todo o contingente britânico em França. Cerca de um milhão de pessoas abandonou Paris que, durante 1918, tinha sofrido *raids* aéreos mas também a flagelação do "canhão de Paris", óbuses alemães de grande alcance (55 milhas) que, de março a agosto, tinham disparado sobre a cidade 283 granadas e matado 256 pessoas[20]. Nos meses seguintes, o foco do combate manteve-se em volta das aproximações a Paris e a superioridade alemã ia desaparecendo. Ludendorff constatava que ia perdendo potencial de combate, já que a entrada das tropas dos EUA em teatro seguia mais rápida do que o previsto (entre abril e junho, tinham chegado efetivos correspondentes a quinze divisões) e, em junho, cerca de meio milhão de militares alemães tinham contraído a "gripe espanhola".

Durante a primavera e o verão de 1918, os alemães tinham capturado dez vezes mais território do que os Aliados tinham conseguido em 1917, estendendo a frente, da costa da Bélgica a Verdun, de 390 para 510 quilómetros. Tinham sofrido quase um milhão de baixas e, ainda que as baixas britânicas e francesas também fossem enormes, os Aliados contavam agora com o reforço americano, que iria atingir 1.872.000 efetivos, no início de novembro desse ano.

Era tempo de os Aliados retomarem a iniciativa. Às 04h30 do dia 8 de agosto, sem preparação de artilharia, a coberto de nevoeiro e progredindo

20 STEVENSON, 2005, p. 418.

em solo favorável, uma frota de 552 veículos blindados de várias categorias atacou seis divisões alemãs na região de Amiens e a meio da tarde tinham avançado mais de doze quilómetros, tendo sofrido cerca de 9000 baixas, mas infligindo quase o triplo ao opositor e capturando cerca de 12000 prisioneiros e 400 canhões. A 30 de agosto, o General John Pershing constituía o I Exército americano e, a 12 de setembro, lança a sua primeira ofensiva no saliente de St. Mihiel conseguindo uma vitória, quando os alemães já estavam a retirar para a sua linha de defesa final, a linha de Hindenburg, que seguia a linha de combates de 1914, agora mais fortificada, especialmente no sector central, depois da retirada do Somme, na primavera de 1917.

Foch lançou o seu grito inspirador de "todos à batalha" e, como resposta, a 26 de setembro, franceses, ingleses, belgas e americanos lançaram uma ofensiva de 123 divisões, com 57 em reserva, contra 197 alemãs.

Numa reunião com o Kaiser Guilherme II, em Spa, na Bélgica, a 26 de outubro, Ludendorff apresentou a sua resignação do cargo de Comandante-chefe, que foi aceite. A 9 de novembro, Guilherme II abdicava. Iriam iniciar-se as negociações para um armistício e a paz. A mortandade na Europa iria parar por pouco, ao mesmo tempo que quatro impérios ruíam. Outro império estava para nascer na Rússia onde a guerra civil ia tomando forma.

O combate

Quando as operações militares começaram, em agosto de 1914, as tropas terrestres, constituídas na maioria por jovens conscritos, marchavam para a frente com flores e aplausos das multidões nas gares dos caminhos-de-ferro, fazendo ainda uso de uniformes coloridos com que tinham combatido no século anterior e os seus oficiais ostentando o seu símbolo de comando: a espada. O armamento individual do combatente era a espingarda de repetição, de vários modelos (*Mauser*, *Steyr-Mannlicher*, *Mosin*, *Lee-Enfield*, *Lebel*, *Berthier*, *Springfield*), com calibres que variavam dos 6,5mm aos 9,0 mm, carregadores ou depósitos que podiam ir até aos dez tiros e utilizando a baioneta. Mas, a cada infante, nos exércitos envolvidos, afligia-o o peso que teria de carregar: a espingarda pesando cerca de cinco quilogramas, a baioneta, cartucheiras com cem munições, garrafa de água, uma embalagem com meias e camisa para muda, mochila com rações enlatadas e roupa eram o padrão comum. Os britânicos, depois das longas marchas nas savanas durante a guerra Boer, tinham inventado o sofisticado equipamento *Slade-Wallace*, de tecido reforçado que permitia uma melhor distribuição do peso pelo corpo. Os alemães fixavam-se no cabedal, com o capote enrolado sob uma mochila

à prova de água. Os franceses carregavam o seu equipamento de campanha às costas, encimado pela marmita que brilhava ao sol. Os russos enrolavam tudo no capote que, sobre o ombro, passava debaixo do outro braço. Tudo arranjado, cada infante transportava consigo cerca de 25 quilogramas e, com eles, usando botas cardadas, teria de marchar cerca de 25 quilómetros diários, levando a pensar que, em 1914, os pés eram tão importantes quanto os comboios. Uma Divisão, em marcha sobre um itinerário, estendia-se por cerca de 32 quilómetros[21]. Apoiar cada combatente tinha aumentado substancialmente nos últimos quarenta anos, estimando-se em cerca de 3,5 quilogramas a necessidade diária de reabastecimento por homem.[22]

Os cavalos ainda constituíam parte importante da força terrestre, quer para a cavalaria quer para rebocar a artilharia e ainda para assegurar transporte de abastecimentos para a frente, constituindo a sua alimentação uma grande necessidade logística para os comandantes. O I Exército alemão que invadiu a Bélgica, em 1914, com 84000 cavalos, consumia por dia cerca de 900 toneladas de ração que necessitavam de 900 carros diários para o seu transporte[23]. As viaturas motorizadas faziam o seu aparecimento, com grandes variedades de marcas e diferentes necessidades de peças sobressalentes, sendo os seus movimentos limitados a cerca de 60 quilómetros diários e sujeitos a acidentes frequentes dada a falta de experiências dos condutores[24].

Depois das experiências recolhidas na guerra franco-prussiana de 1870-71 e da guerra russo-japonesa, o combate terrestre era encarado, não com a finalidade de travar grandes batalhas, mas visando conquistar terreno, destruindo ou paralisando a ação do adversário. O potencial de combate terrestre assentava no potencial de fogo e a regra de três para um em efetivos regulava o princípio da ofensiva. Maiores efetivos e melhor artilharia eram pré-requisitos para o sucesso.

No combate naval, a finalidade continuava a ser a destruição dos navios adversários. O couraçado, com casco cada vez mais resistente e armado com artilharia de grandes calibres passou a constituir o *capital ship* das armadas, onde uma diversidade de navios aptos a realizarem outras missões o acompanhavam. O aparecimento do submarino e do torpedo, assim como a mina flutuante passaram a constituir uma ameaça séria para os navios de superfície.

A utilização do espaço aéreo foi evoluindo progressivamente, com o avião e o aeróstato utilizados inicialmente para a observação visual e para fotogra-

21 KEEGAN, 1999, p. 86.
22 CREVELD, 1977, p. 100.
23 STEVENSON, 2005, p. 124.
24 STEVENSON, 2005, p. 126.

far o terreno e só sendo utilizado para o bombardeamento estratégico de cidades ou para conseguir superioridade aérea momentânea sobre o campo de batalha, nos anos mais avançados do conflito. Nascia o combate aéreo com alguns heróis legendários a deixarem o seu nome para a história na nova forma de combater.

O combate terrestre

Durante os quatro anos que durou a Grande Guerra, o combate terrestre tomou variadas formas, condicionado pelos teatros de operações em que se desenrolou (frente ocidental ou frente oriental na Europa, terreno montanhoso dos Alpes, savanas de África, península de Gallipoli ou terrenos desertos da Palestina ou da Mesopotâmia), efetivos empenhados, armamento utilizado e, especialmente, a conceção dos comandantes das forças empenhadas em desenvolverem operações ofensivas ou de defesa.

Em agosto de 1914, o avanço dos exércitos alemães teve de enfrentar, a Norte, a linha defensiva do rio Meuse, na fronteira com a Bélgica, e as fortalezas que guardavam as suas passagens. Foi um ataque que se baseou na potência das artilharias disponíveis e nos calibres conhecidos até então (21 cm), que foram superados por calibres superiores desenvolvidos em segredo pelas fábricas *Krupp* e *Skoda*. O movimento alemão era apoiado por grandes concentrações de artilharia a que as forças francesas, belgas e depois inglesas tentavam opor-se, utilizando o terreno, a metralhadora e também a artilharia. O combate centrava-se na unidade tática elementar, a secção, e cada combatente tinha agora a seu cargo maior área de terreno do que em conflitos precedentes (cerca de 100 m^2). Os avanços no terreno não se processavam com a velocidade desejada, por deficiências logísticas e de comunicações, mas, passados trinta e cinco dias do início das operações, a 4 de setembro, as forças alemãs cercavam Rheims e estavam a 50 quilómetros de Paris.

No final da segunda semana de setembro, quando as forças francesas e inglesas em contraofensiva atingiram a frente que as forças alemãs tinham ocupado, encontraram trincheiras que corriam ao longo de uma linha contínua que se estendia sobre a crista de terreno atrás do rio Aisne e o seu afluente Vesle, entre Noyon e Rheims. As tentativas de ataque por ambos os opositores limitavam-se a uma faixa estreita de terreno junto da cidade belga de Ypres, onde se travou a batalha do mesmo nome, entre outubro e novembro de 1914, com baixas que os cemitérios da região testemunham. Nada se tinha visto assim na História. As perspectivas de novas ofensivas pelos Aliados ou pelos Alemães pareciam distantes, quando o inverno chegou. Uma linha contínua de trincheiras, com cerca de 600 quilómetros, estendia-se desde o

Mar do Norte até à região montanhosa da Suíça neutral. A manobra, em que cada opositor tinha pensado para desferir um ataque decisivo sobre o flanco vulnerável do adversário, tinha desaparecido, já que os flancos também se tinham fortificado, pelas trincheiras e inundações. Também o sucesso do ataque frontal tinha desaparecido, por incapacidade da artilharia disponível e do poder de fogo defensivo da metralhadora. No final da batalha de Ypres, as baterias inglesas só conseguiam disparar três tiros por boca-de-fogo/dia.

Na frente oriental, os exércitos alemães enfrentaram um combate diferente, face a tropas russas que se regiam ainda por princípios da guerra napoleónica, com uma tática a regulamentar que o pelotão de atiradores deveria estender-se numa frente de cem passos, com cerca de noventa centímetros entre cada homem. Com esta doutrina é fácil entender que as grandes batalhas na frente oriental, no final de 1914, tais como Tannenberg, lagos da Masúria ou mesmo a batalha de Varsóvia, se travassem de maneira diferente. Os atiradores mantinham-se de pé, sem procurar abrigo, as frentes de batalha estendiam-se por grandes frentes e a sua duração passava de um dia a uma semana. As montanhas dos Cárpatos e o inverno rigoroso encarregaram-se de fixar a frente ocidental e quebrar o ímpeto ofensivo.

No final de 1914, Wiston Churchill, primeiro Lord do Almirantado britânico, apresentou ao Gabinete de Guerra do seu Governo um *Memorando* importante. Avisava de que a guerra tinha caído num impasse, com poucas perspectivas de uma saída por qualquer das partes. Os generais poderiam decidir operações ofensivas que se traduziriam por um aumento significativo de baixas a juntar às já sofridas, pelo que Churchill sugeria que só por meios mecânicos se poderia ultrapassar o impasse, mas que o seu desenvolvimento ainda demoraria algum tempo.

Perante o desenvolvimento defensivo alemão, melhorando as trincheiras e dispondo-as no terreno de forma a proporcionar maior profundidade à defesa, que era uma inovação que também foi seguida pelos Aliados, ambas as partes procuraram desenvolver táticas novas. Táticas que foram desenvolvidas por maior descentralização do comando nas pequenas unidades e a sua capacidade para efetuarem *raids* sobre as linhas do adversário, pela utilização de novas armas, como a granada de mão disparada por espingarda, o lança-chamas e mesmo a utilização de gases. Que foram também conseguidas com o desenvolvimento do tiro de precisão da artilharia, agora ocupando posições desenfiadas das vistas do adversário, recorrendo à fotografia aérea e à preparação teórica do tiro, melhorada com a regimagem das bocas-de-fogo (medição das velocidades iniciais dos projéteis) e cálculo das trajetórias face ao ar atravessado, nas suas condições de temperatura e humidade e também nas condições de vento. Evitando-se a regulação do tiro, evitava-se a referenciação da artilharia pelo adversário.

As operações na península de Gallipoli, em abril de 1915, tentando modificar a situação estratégica e forçar a Turquia a abandonar o conflito, fazem reviver as operações anfíbias tentadas em séculos anteriores, agora com baixas terríveis causadas pelo fogo de metralhadoras, que esperavam o desembarque ainda sem o conveniente apoio de fogos.

Com a manutenção do impasse, os opositores decidem recorrer aos combates de atrição, tentando abalar os esforços nacionais e a vontade de combater. O ano de 1916 foi o ano das grandes batalhas de Verdun (fevereiro/março) e do Somme (julho), que ainda foram continuadas em 1917, com a batalha de Passchandaele (setembro), onde as baixas britânicas atingiram 300.000, as francesas 400.000 e as alemãs 270.000[25]. Foi durante esta fase intensa do combate terrestre que o matemático inglês Frederick Lanchester desenvolveu as suas equações (Equações *de Lanchester*)[26] tentando demonstrar a atrição (baixas) que um exército sofreria, em função do tempo de exposição às armas de fogo do adversário.

Quer Aliados quer Alemães tentavam, com a experiência, melhorar a sua tática do combate terrestre. No início de 1918, a Secção (ou *Gruppe*), constituída por nove atiradores e uma metralhadora ligeira, sob o comando de um sargento, tornava-se de facto a pequena unidade elementar e Ludendorff dedicava especial atenção ao treino das suas tropas nos princípios da nova tática. Reconhecendo que muitos dos seus efetivos estavam envelhecidos e cansados, estabeleceu uma distinção entre *divisões de posição* (efetivos mais velhos) e *divisões de ataque* (efetivos mais novos, melhor alimentados e melhor treinados). Cerca de 56 divisões eram retiradas durante três semanas da frente e sujeitas a um treino intensivo de marchas, tiro de carreira e simulação de combate em movimento. A par dos desenvolvimentos táticos, procurava-se melhorar o armamento. As divisões de assalto foram armadas com a metralhadora ligeira *MG08/15*, pistolas-metralhadoras e a metralhadora *MG08*. Os morteiros ligeiros foram levados para a frente para atacarem objetivos específicos e cada divisão passou a dispor de uma companhia de morteiros médios[27].

25 PARKER, p. 287.

26 Lanchester desenvolveu dois tipos de equações diferenciais (*linear* e *quadrada*), concluindo que os potenciais de combate de duas forças em confronto serão iguais quando o produto do quadrado dos seus efetivos (n^2) pelo seu coeficiente de eficiência (c) for igual ($c_1 \cdot n^2 = c_2 \cdot n^2$). Por outras palavras, o potencial de uma força combatente é igual ao produto do quadrado dos seus efetivos pela eficiência de uma unidade individual de combate ($c_i n_i^2$). Isto justificava o Princípio da Concentração, e Lanchester ilustra a sua dedução considerando o caso de uma metralhadora ter a mesma eficiência que 16 atiradores. Estava aberta a discussão sobre quantas metralhadoras seriam necessárias para substituírem 1000 atiradores (NA). (Lanchester F.W., "Mathematics in Warfare" in *The World of Mathematics*, Vol. 4 (1956) Ed. Newman, J.R., Simon and Schuster)

27 STEVENSON, 2005, p. 400.

A alternativa para o combate, conforme tinha sugerido Churchill, o *tank*, apareceu em novembro de 1917. A 20 desse mês, frente a Cambrai, depois de um breve bombardeamento de artilharia, os tanques britânicos atacaram as posições alemãs que ruíram, custando aos britânicos menos de 5000 baixas. Num dia de ataque, os novos instrumentos para o combate terrestre apoiados por infantaria conquistaram mais terreno do que a ofensiva em Passchandaele tinha conquistado em três meses[28].

Nascia nova tática para a ofensiva no ataque terrestre, agora com um movimento, poder de fogo e proteção capazes de se equilibrarem numa verdadeira manobra terrestre.

As operações militares em África, entre Aliados e Alemães, envolvendo contingentes expedicionários do continente europeu e contingentes recrutados localmente, conduziram ao desenvolvimento de novas táticas e técnicas do combate terrestre, como a guerrilha, bem ilustradas pelas operações levadas a cabo pelo general alemão Paul Emil von Lettow-Vorbeck (1870-1964), contra forças inglesas e portuguesas nos territórios do Tanganica, Moçambique e Rodésia[29].

As operações militares terrestres, com os seus sucessos e desaires, trouxeram algumas inovações para a arte militar. Entre a estratégia militar dos planos e a tática dos combatentes surge a arte operacional, ou tática das Grandes Unidades noutra designação, a cargo dos comandantes dos Teatros e que iria ser posteriormente aperfeiçoada pelo Exército Vermelho, da URSS. Avaliando a situação, o Comandante passou a balancear a defesa e o ataque no Teatro, e observando os princípios da guerra de massa, objetivo, esforço e sua reiteração e economia de meios, passou a concentrar a ofensiva em setores do adversário reiterando o esforço, dividindo a força em escalões de ataque. O conceito de defesa em profundidade foi também desenvolvido pelo exército alemão, publicando, em 1916, "Os princípios do comando na batalha defensiva na guerra de posição". A implementação deste conceito, em 1917, podia consistir em cinco linhas defensivas, ligadas por trincheiras, com uma "zona avançada", de 500 a 1000m que funcionava como "arame de tropeçar", uma zona de combate com 2 km ou mais em profundidade e uma zona de proteção da artilharia[30].

A batalha passou a ser a batalha de armas combinadas, com a artilharia a apoiar diretamente a infantaria, com a engenharia a vencer obstáculos e a abrir caminho, com a força aérea nascente, e dependente da visibilidade, a

28 STEVENSON, 2005, p. 287.
29 LETTOW-VORBECK, *My reminiscences of East Africa*.
30 JORDAN/KIRAS, 2008, pp. 84-85.

começar a apoiar algumas das operações em terra e com o *tank,* ainda em pequenos números, a levar o poder de fogo e o choque para o interior do adversário. Também a tática da infantaria, com formações mais pequenas e mais dispersas, novas armas e novas táticas evoluiu, entre 1914 e os anos finais da guerra. Voltava-se ao movimento que a trincheira tinha paralisado, esperava-se que a motorização trouxesse maiores capacidades de movimento à força, ainda muito dependente da capacidade de marcha do homem e da velocidade do cavalo.

O combate naval

Quando se iniciou o conflito, as esquadras dos Aliados e dos Poderes Centrais possuíam navios de superfície tecnicamente idênticos. Os Aliados possuíam 59% da tonelagem dos navios a vapor (o Império britânico 43%) contra 15% detida pelos Poderes Centrais[31]. Este poder naval permitiu aos Aliados transportar efetivos e abastecimentos e manter um fluxo de recursos fornecidos por todo o mundo, mesmo antes dos EUA se envolverem no conflito, que foi essencial para a ofensiva em 1916.

A partir de 1915, a guerra no mar assemelhou-se, no seu impasse, ao que acontecia em terra. Impasse em inatividade, pontuada por *raids* e emboscadas ocasionais entre navios que procuravam bloquear, nos portos, os navios adversários, sem sucessos visíveis, dado o aparecimento de defesas com base nas minas, torpedeiros e submarinos.

A contenção das esquadras adversas da Alemanha tinha de ser procurada nas saídas para o mar, através dos estreitos do Báltico e do Mediterrâneo. A Alemanha, para combater os navios Aliados, lançou mão do submarino, que afundou poucos navios durante 1914, mas que desencadeou algumas ações espetaculares em 1915, com o afundamento de três cruzadores ingleses.

Os Aliados não estavam preparados para o ataque submarino ao seu comércio e não possuíam qualquer resposta para esse ataque. Destruíram 46 submarinos em 1914-16, que só correspondia a um terço da regeneração da frota por parte da Alemanha, e destruíram 132 em 1917-18. As técnicas para a deteção submarina ainda eram incipientes, limitadas aos hidrofones que tinham alcance de deteção limitado. As ações contra os submarinos eram levadas a efeito pelos *destroyers,* que colocavam minas ou cargas de profundidade ainda incipientes e que só foram tecnicamente melhoradas a partir de

31 STEVENSON, 2005, p. 244.

1916. Nas 142 ações levadas a cabo pelos *destroyers* da marinha britânica contra os submarinos alemães, até final de 1917, só seis foram destruídos[32].

O afundamento do navio de passageiros *Lusitânia* por torpedos do submarino alemão U-20, a 15 de maio de 1915, ao largo da costa irlandesa, e de que resultaram 1201 mortos, na maioria mulheres e crianças, entre os quais 128 americanos, levou à suspensão temporária dos ataques dos submarinos alemães[33], devido ao choque que provocou nas opiniões públicas, com relevo para a americana.

Uma outra tática usada pelas esquadras, recorrendo ao que se tinha passado no século passado, foi o recurso ao bloqueio naval. A Grã-Bretanha tinha deslocado a base das suas esquadras do Canal de Inglaterra para uma base construída em Scapa Flow, nas ilhas Orkney, ao largo da Escócia. Dessa base, os britânicos impediam a liberdade de ação da esquadra alemã para sair do mar Báltico e que viesse para Sul Canal, permitindo assim que os transportes para França se processassem com segurança. Ao mesmo tempo, fechando o espaço entre a Escócia e a Noruega, deixava aos alemães para operarem só o Mar do Norte e o Báltico. De Malta, que tinham ocupado em 1798, os britânicos podiam impedir os movimentos da esquadra austro-húngara e, com as esquadras francesa e italiana, ter liberdade de ação no Mediterrâneo.

A 31 de maio de 1916, ao largo da península da Jutlândia, as esquadras inglesa e alemã encontram-se para o que iria constituir a grande batalha naval do conflito. Foi uma batalha que também terminou em impasse, já que a melhor proteção dos navios alemães e o seu controlo de danos lhes permitiu colocarem-se a salvo sem serem afundados. Como diriam críticos mais tarde, se o desfecho tivesse sido diferente o curso da guerra também teria sido diferente[34].

O combate aéreo

Em Agosto de 1914, cada um dos principais beligerantes possuía algumas centenas de aviões e um complexo militar industrial, pequeno mas dinâmico, que os produzia. Logo que se iniciou o conflito, os beligerantes pressionaram o uso dos meios aéreos para efetuarem reconhecimentos. Em agosto de 1914, os aviões desempenharam uma função importante, quando um avião francês

32 STEVENSON, 2005, p. 257.
33 STEVENSON, 2005, p. 257.
34 CREVELD, 2006, pp. 63-64.

observou o movimento do I Exército alemão, do General Kluck, torneando Paris, e aviões alemães seguiram os movimentos russos antes da batalha de Tannenberg, na frente oriental. Essa observação evoluiu para a fotografia aérea e também para a observação do tiro de artilharia e para a sua regulação. Os pilotos passaram a utilizar armamento individual, tentando disparar sobre o adversário no ar e tornaram-se imaginativos, utilizando pequenos dardos incendiários para atingir as telas dos aviões adversários.

A partir de 1915, a arma do avião passou a ser a metralhadora, que disparada para a frente atingia muito frequentemente a madeira com que era construído o hélice do próprio avião. Mas, em 1916, uma invenção holandesa, imediatamente utilizada pelos aviões alemães, permitiu sincronizar o disparo das armas com a rotação do hélice, facilitando o disparo.

O combate aéreo passou a desafiar a imaginação e valentia, e criou heróis de lenda como o *Barão Vermelho,* do lado alemão, e a *Esquadrilha Lafayette,* constituída por jovens voluntários norte-americanos, que se celebrizou nos combates aéreos e foi depois reconstituída em cinema (*FlyBoys)*. Os aparelhos foram também evoluindo, com os famosos *Albatroz, Nieuport* e *Spad*.

A configuração dos aviões e a potência dos seus motores não permitiam, ainda, a sua utilização no apoio às operações de superfície. Mesmo assim, aviões alemães lançaram bombas no terreno, na primeira fase da ofensiva de Verdun, e aviões ingleses bombardearam cinco comboios alemães, durante a batalha de Loos (1916), lançaram algumas bombas e cilindros com gás sobre as tropas alemãs e lançaram cinco toneladas de bombas durante a batalha do Somme[35].

O bombardeamento estratégico estava também na sua infância e as experiências levadas a cabo pelo *Zeppelin* sobre Londres, em maio de 1917, foram suspensas, já que Ludendorff abandonou a ideia de que tais bombardeamentos iriam afetar o moral das populações. O mesmo se passava com os Aliados.

O grande salto em frente deu-se depois de 1917, quando os beligerantes, percebendo a nova arma, procuravam obter superioridade aérea que permitisse o apoio a operações em terra. O número de aviões alemães duplicou entre 1917 (1200) e 1918 (2400), com cerca de 2000 empenhados na frente ocidental, agora todos em metal e asa simples, contrastando com os modelos de tela e madeira dos anos anteriores. Começava também a discussão entre as missões da nova arma, com os defensores do bombardeamento contra os que defendiam o apoio aéreo próximo.

Em abril de 1918, o governo inglês de Lloyd George autorizou uma ofensiva de bombardeamento aéreo, como represália aos bombardeamentos dos

35 STEVENSON, 2005, p. 190.

novos aviões alemães *Gotha* e, na sequência, face a um relatório do General Smuts, criou a Real Força Aérea e o Ministério do Ar (abril). Os bombardeiros *DH4* e *DH9* foram os principais instrumentos para a campanha, que atingiram cidades do Reno e centros industriais, quase sempre durante o dia. Sofreram uma firme oposição de peças de antiaérea e projetores e, no final da guerra, tinham sido perdidos cerca de 330 caças e 140 bombardeiros. O bombardeamento estratégico matou 746 civis na Alemanha, comparados com os 1414 em Inglaterra[36].

No mesmo ano, e durante as grandes operações desenvolvidas, quer aliados quer alemães recorreram à nova arma na sua missão de apoio a operações de superfície, desenvolvendo meios e doutrina para o apoio aéreo próximo. Novos aviões, de construção metálica e alguma blindagem, fortemente armados, como o alemão *Junkers JI* ou o inglês *Bristol F2B,* foram concebidos para aquela missão. Devidamente protegidos por caças, os ingleses utilizaram os novos meios no verão de 1917, em Passchandaele, e, em vagas maciças, os alemães começaram a utilizá-los, em 1918, na ofensiva "Michael"[37].

Portugal na Grande Guerra

Quando a guerra começou, em agosto de 1914, Portugal tinha 5,9 milhões de habitantes, com 44% menores de vinte anos, na denominada Metrópole, e um número desconhecido de súbditos nos seus domínios coloniais em África, na Índia e no Extremo Oriente (Macau e metade da ilha de Timor). Lisboa e Porto tinham crescido na sua população, em cerca de trinta anos, de 132% e 85%, respetivamente. Entre 1910 e 1912, tinha abandonado o País, com destino ao Brasil, cerca de 3,7% da população. Na capital, o analfabetismo atingia 37,5% dos homens e 49,5% das mulheres. O PNB, que em 1860 era 86% dos países mais desenvolvidos, em 1913 recuara para 45%. O setor agrícola tinha crescido a uma média de 0,9% ao ano, entre 1851 e 1913. O nível de industrialização atingido era 46% da média europeia e um consumo de carvão *per capita* que era menos de um sétimo do registado nas grandes potências. Em 1913, compravam-se 84 milhões de dólares de mercadorias e exportavam-se 32. Em 1910, a dívida pública tinha atingido os 670 mil contos, o correspondente a 71% do PIB[38,39]. Compreender a entrada de Portugal na

36 STEVENSON, 2005, p. 445.
37 MURRAY/MILLET, 1996, pp. 146, 149.
38 RAMOS, p. 596.
39 SARDICA, 2011, pp. 39-52.

Grande Guerra exige que se analisem os períodos entre 1910 e 1914 e depois, de 1914 até ao final do conflito.

Em 1900, o pavilhão português da Exposição Universal de Paris tinha uma secção com as melhores armas de terra e do mar ao dispor das Forças Armadas portuguesas. Como afirmava uma publicação explicativa[40], uma certa estabilidade e um conjunto de governos interessados na defesa tinham elevado o armamento da Nação ao patamar da média europeia e o seu volume era considerado adequado às necessidades de uma guerra defensiva ou às campanhas coloniais. Os efetivos militares rondariam os 40000 e, para campanha, poderiam ser mobilizados 185.000 homens. O sistema de recrutamento vigente permitia escapar ao recrutamento através de um sistema de remissões monetárias o que fazia que só os mais pobres, os menos saudáveis e os menos instruídos fossem para a tropa. A esquadra portuguesa, aos olhos das potências estrangeiras, parecia uma coisa exígua, desconexa e sem unidade orgânica. Como ficara explícito nas entrelinhas do Ultimato de 1890, um qualquer couraçado moderno e bem armado dizimaria rapidamente toda a marinha de guerra portuguesa junta[41].

Portugal tinha mudado de regime político em outubro de 1910, derrubando o sistema de monarquia constitucional vigente e implantando a República (numa Europa onde dominavam os regimes monárquicos), por uma revolta parcialmente armada e parcialmente popular circunscrita a Lisboa, depois de o monarca reinante e o príncipe herdeiro terem sido assassinados na via pública, cerca de dois anos antes. O novo regime político demorou oito meses, até maio de 1911, para eleger uma Assembleia Constituinte e dos 229 deputados, 91 foram nomeados pelo diretório republicano sem nunca terem recebido um voto. Em setembro de 1911, aprovada a Constituição, os membros da Assembleia Constituinte, decidiram transformar-se, sem novas eleições, no primeiro parlamento da República, com duas "secções": uns transformaram-se em deputados (163) e outros em senadores (71)[42]. As potências europeias mantiveram-se silenciosas até à aprovação da Constituição e da eleição do Presidente da República, em agosto de 1911, e depois reconheceram o novo regime.

Os conspiradores de 1910 tinham apostado na insubordinação dos quartéis do exército e da marinha de guerra, em Lisboa. O instrumento militar do Reino, que sob o *fontismo* tinha iniciado uma modernização que ia prosseguindo, era constituído por quadros permanentes e praças de pré permanen-

40 SARDICA, 2001, p. 14.
41 SARDICA, 2001, pp. 15-18.
42 RAMOS, p. 588.

tes (onde se incluíam os sargentos) e que tinha participado em algumas campanhas de afirmação de soberania, na viragem do século, nalgumas parcelas do Império. Valores de heroísmo, sacrifício e camaradagem de armas tinham sido fortalecidos. Os sentimentos de fidelidade à Coroa variavam entre oficiais, sargentos e praças, mas as sociedades secretas, como a *carbonária* e a *maçonaria,* procuravam minar essas fidelidades. Na noite de 3 para 4 de outubro nada correu bem. Os oficiais e sargentos conjurados só atuaram em dois dos dez regimentos de Lisboa, conseguindo juntar quatro centenas de soldados. Na marinha, apoderaram-se do quartel de Alcântara e dos cruzadores *São Rafael* e *Adamastor.* Declarada a República, a hierarquia do Exército aderiu em massa. Nos três dias a seguir ao 5 de outubro, 36 dos 48 oficiais do Estado-Maior e 554 dos 1163 oficiais de infantaria entregaram declarações escritas de lealdade ao novo regime. Foram demitidos 45 oficiais do Exército e 6 constituíram-se em desertores, sendo a maioria capitães e subalternos[43]. A 12 de outubro, foram extintas as Guardas Municipais e nomeada uma comissão para estudar a organização que viria a ser a Guarda Republicana, e depois Guarda Nacional Republicana, com implantação em todo o País.

Sem uma base sociológica de apoio consolidada (um dirigente republicano interrogava-se sobre como 300.000 republicanos podiam impor a república a 5,9 milhões de habitantes), os anos que se seguiram à implantação da República foram tumultuosos do ponto de vista político, com partidos tentando impor ideologias programáticas perante uma maioria de população indiferente que tentava seguir a sua vida sem grandes sofrimentos.

A ideologia do Partido Republicano Português (PRP), que se tinha instalado no poder, era mais uma vez uma ideologia importada, internacionalista e fomentada por elites, como dizia o povo "que não estavam habituadas a trabalhar com as mãos". O poder instituído procurava "mudar a sociedade", alterando legislação sobre a religião, poder local, educação e serviço militar, que transformou no sentido de "geral e obrigatório". Alguns conservadores convenceram-se que o anticatolicismo e o exclusivismo político eram causas pera derrubar o regime, e o capitão Paiva Couceiro, refugiado na Galiza e onde teria reunido uns mil seguidores, entrou no norte do País duas vezes (*as incursões monárquicas*), com homens armados, em outubro de 1911 e julho de 1912, sem qualquer sucesso[44].

Em 1911, o governo decreta a reorganização do Exército, que passa a ser um exército miliciano, com o serviço militar geral, pessoal e obrigatório para

43 OLIVEIRA, 1993, p. 112.

44 VALENTE, "A República Velha (1910-1917)".

todos os cidadãos masculinos. Reorganização que começa a gerar sentimentos de descontentamento, não só entre os quadros mas também entre a população e que vai ter resistência progressivas à sua execução. A continuada intervenção da *formiga branca* nos quartéis, em particular na transferência de oficiais, com frequência subordinada ao critério político dos partidos, aumentava o descontentamento.

Até se iniciar a guerra, em agosto de 1914, a vida nacional viveu nas disputas partidárias pelo poder, com as suas lutas internas e cisões, greves e tumultos e perturbações da ordem pública que se iam estendendo da capital ao país, e a que a imprensa europeia dava eco, transmitindo uma imagem negativa de Portugal[45].

A Câmara dos Deputados e o Senado da nova República, reunidos a pedido do Governo, a 7 de agosto, ouviram pela voz do Presidente do Ministério a declaração da posição da neutralidade de Portugal perante a guerra, "sem esquecimento porém dos deveres da aliança com a Grã-Bretanha". Com instabilidade interna, com uma reorganização do Exército que, decretada em 1911, ainda mal começara e perante uma situação internacional em evolução rápida, mas com ameaças concretas aos seus territórios de Angola e Moçambique, por parte da Alemanha, a partir das suas possessões vizinhas na África do Sudoeste e África Oriental, Portugal, logo em setembro de 1914, organiza expedições para proteção daquelas parcelas do Império e começa a preparar uma *Divisão Auxiliar* que estivesse preparada para prevenir qualquer ameaça ou necessidade de intervenção, mas só atuando na Europa a solicitação dos britânicos e em nome da Aliança.

A Inglaterra não pretendia que Portugal declarasse a neutralidade nem que participasse diretamente na guerra, que lhe traria encargos adicionais em financiamento, transportes e auxílio militar. Mas ia pedindo apoios a Portugal, solicitando que as suas tropas pudessem atravessar Moçambique ou que lhe fornecesse 20000 espingardas e munições. Pedidos que eram secundados pela França, que solicitavam algumas peças de *7,5 cm TR* recentemente adquiridas por Portugal.

Foram organizadas duas expedições para Angola, para onde seguiram, de 1914 a 1918, em unidades organizadas e rendições, 12430 efetivos do Exército e 600 efetivos da Marinha (organizados em companhias de metralhadoras), além dos navios que ali foram empenhados. Foram também enviados 2321 solípedes e 208 viaturas auto (segunda expedição). As campanhas nas regiões do Cunene e Cuamato evidenciaram grandes comandantes (Alves Roçadas, Pereira d'Eça) e uma forte e proveitosa ligação entre forças da Marinha, do

45 OLIVEIRA, 1994, pp. 68-72.

Exército Metropolitano e Colonial. As perdas atingiram os 1493 efetivos[46]. De 1914 a 1917, foram organizadas quatro expedições a Moçambique, cuja fronteira Norte estava ameaçada pelas tropas alemãs na África Oriental Alemã, sob o comando do General Paul von Lettow-Vorbeck. As forças expedicionárias totalizaram 18483 efetivos do Exército, 600 efetivos da Marinha (dois navios e um Batalhão a duas Companhias), a que se juntaram 12500 efetivos de unidades locais. As operações desenvolveram-se, inicialmente, nas margens do Rio Rovuma, que estabelece a fronteira Norte do território (1916 e 1917), transferindo-se para o interior (1917 e 1918) tendo as forças alemãs atingido quase Quelimane. As perdas destas campanhas atingiram os 6395 efetivos (4811 mortos, 143 em combate)[47].

Estas expedições, apoiadas pelas direções políticas em luta e pelas opiniões públicas, pois se tratava do interesse de Portugal, sofreram desgastes anormais devido a más condições de vida e doenças. A Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha (SPCV), que tinha sido organizada em 1865, enviou ambulâncias para apoio de saúde às tropas. Para Angola foi enviada uma, em 1915, que montou um hospital de campanha em Lubango e ali permaneceu cinco meses até ao final das operações. Para Moçambique foi enviada outra, que estabeleceu um hospital em Palma, no Norte do território, tendo ali permanecido seis meses. A missão continuou, a partir de 1917, com mais cinco hospitais montados na área de operações, tendo feito a evacuação de 8951 doentes para o Hospital de Lourenço Marques[48].

A participação de Portugal na guerra, e na frente europeia, foi mais uma das questões que desgastou a jovem República e fraturou a Nação. Muito debatida por historiadores contemporâneos, a intervenção, além das consequências do empenhamento de uma força mal preparada, mal armada e mal apoiada num Teatro de Operações, a Europa, onde o Exército não atuava desde o auxílio militar nas campanhas espanholas, no final da década de 1830, vai modificar a relação dos militares com o poder político e vai dividir a sociedade em "guerristas" e "antiguerristas", acrescentando à crise política a crise económica e social[49].

O Exército, que se tinha prestigiado perante a Nação nas Campanhas de África, na viragem do século, desde há décadas que se encontrava "remetido a quartéis", onde tinha assistido, com assinalável passividade, à revolta do 5 de outubro. Em 1907, o General Raul Esteves, numa obra intitulada *A Função*

46 OLIVEIRA, 1994, p. 191.
47 OLIVEIRA, 1994, p. 234.
48 OLIVEIRA, 1994, pp. 177-78.
49 SAMARA, p. 80.

do Exército, alertava para o facto de a política comunicar às instituições militares o seu caráter fundamental "a instabilidade"[50]. A 22 de janeiro de 1915, os oficiais do Exército, descontentes com um conjunto de medidas legislativas e com a cedência de armamento a França, resolveram fazer entrega das suas espadas ao Presidente da República, tendo sido impedidos de o fazer por uma pequena força. O ato, que ficou conhecido pelo *Movimento das Espadas*, conduziu à demissão do Governo que foi substituído por um Governo presidido pelo General Pimenta de Castro, o militar mais antigo na hierarquia. Entrou-se num período de ditadura, com suspensão das garantias constitucionais, que esteve no poder quatro meses. Uma *Junta Revolucionária*, formada por alguns militares que tinham participado no 5 de outubro, entre os quais o Major Norton de Matos, nos dias 14 e 16 de outubro, organizam uma revolta em Lisboa, cercam o Governo e o Presidente da República e, depois de cerca de 150 mortos e 1000 feridos, formam novo Governo, presidido por João (Pinheiro) Chagas, que sofre um atentado e é substituído por José de Castro. A interferência, de novo, dos militares na política iria continuar por anos.

No ano de 1916 iria agravar-se a situação que se vivia, piorando as condições económicas resultantes do curso da guerra, continuando o debate sobre a participação de Portugal na guerra e o agravamento da situação financeira do país.

A 23 de fevereiro, a pedido do Governo britânico, foram requisitados cerca de 70 navios alemães ancorados em portos portugueses, o que levou a Alemanha a declarar guerra a Portugal, em março. O Presidente da República, Bernardino Machado, e o governo de sua inspiração, a *União Sagrada*, com o Major Norton de Matos como Ministro da Guerra, vão tentar organizar um contingente para a luta na Europa, instalando em Tancos uma escola preparatória (iria ser o *milagre de Tancos*).

Para atuar na frente ocidental, Portugal mobilizou e organizou o Corpo Expedicionário Português (CEP) e o Corpo de Artilharia Pesada Independente (CAPI). No início de 1917, foi proposta a transformação do CEP em Corpo de Exército, que passaria a integrar duas Divisões, com um total previsto de 53472 efetivos, e um Corpo de Artilharia Pesada, com um efetivo de 2569 homens[51]. Foram também organizados os Serviços de Aviação do CEP, com material a fornecer pela Grã-Bretanha que nunca foi disponibilizado. A 2 de fevereiro de 1917, as primeiras tropas portuguesas embarcadas chegaram ao porto de Brest, e daí seguiam para a Flandres por via-férrea. O transporte do

50 SARDICA, 2001, p. 21.
51 OLIVEIRA, 1994, pp. 68-72.

contingente português para França, que decorreu até 20 de novembro de 1917, foi feito por navios ingleses e portugueses que realizaram 51 viagens.

O ano de 1917 assistiu ao agravamento da situação económica e social em Portugal, com a *Revolução da Fome,* em Lisboa, que leva à declaração do estado de sítio na capital e concelhos limítrofes (maio), movimentos grevistas (julho e setembro) e instabilidade social. Os atos de beligerâncias aumentavam, com o primeiro *raid* alemão ao setor português na Flandres (junho), o afundamento do caça-minas *Roberto Ivens* por uma mina, bombardeamentos de Ponta Delgada e Funchal por submarinos alemães e o combate da Serra Mecula, em Moçambique. A 5 de novembro de 1917, o Comandante do CEP instalou o seu Quartel-General em St.Venant, tomou inteira responsabilidade da defesa do sector do Corpo de Exército, subordinado ao I Exército britânico que tinha a seu cargo uma frente de cerca de 50 quilómetros dos 230 que estavam à responsabilidade britânica. A frente a cargo do CEP, limitado a duas divisões, nunca excedeu os 18 quilómetros.

A 5 de dezembro de 1917, pretendendo dar resposta ao profundo descontentamento que atravessava a sociedade portuguesa, uma revolta conduzida pelo Major Sidónio Pais, ex-adido militar de Portugal na Alemanha, apoiada por muitas unidades da guarnição de Lisboa e pelos cadetes da Escola do Exército, conquista o poder, demitindo o governo e prendendo alguns dos seus membros e o Presidente da República, que se demite e vai para o exílio. Sidónio Pais instaura um novo regime político presidencialista e ditatorial, que vai ser designado por *Sidonismo* ou *Dezembrismo,* ou ainda por *República Nova,* e que vai durar até 14 de dezembro de 1918, data em que é assassinado, depois de ter sido eleito Presidente da República, por votação direta e uninominal, por cerca de meio milhão de votos, então a maior votação da história eleitoral portuguesa.

As operações de combate na Flandres processavam-se como era usual na frente ocidental, com *raids* ocasionais de parte a parte e as perdas portuguesas, até 8 de abril de 1918, data em o sector português iria desaparecer devido a uma alteração do dispositivo na frente, totalizaram 5420 indivíduos, onde se contabilizavam 1044 mortos[52]. O terreno e condições climatéricas estranhas ao militar português, um apoio logístico inglês deficiente e progressivamente escasso, dificultava as condições de vida nas trincheiras. A falta do apoio da retaguarda de Portugal em recompletamentos para manter um efetivo escasso, e na implementação de um plano de rotações e de licenças, ia minando o moral, e cantava-se o *Fado do Cavanço*. Os relatórios de comando davam conta da situação, onde as insubordinações eram frequentes e a

52 OLIVEIRA, 1994, p. 102.

que mesmo o novo regime não dava respostas. O planeamento dos comandos ingleses, conhecedores da situação e, talvez, do local da próxima ofensiva alemã, sabiam que aquela tropa seria para sacrificar.

Em 6 de abril de 1918, às 7 horas, o Comando do CEP deixou de ter responsabilidade na defesa do seu sector. A 2ª Divisão ficava incorporada no XI Corpo de Exército britânico, ocupando sectores em Ferme du Bois, Neuve Chapelle e Fauquissart. Às 4 horas e 15 minutos do dia 9 de abril, os alemães lançaram um violento ataque contra as frentes da 2ª Divisão portuguesa e da 40ª Divisão britânica, precedido por uma forte preparação de artilharia com a utilização de gases tóxicos. Foi a batalha de La Lys que provocou 6983 baixas no contingente português (398 mortos e 6393 prisioneiros)[53].

A desmobilização e o regresso das tropas a Portugal continuaram a ser influenciados pelas disputas políticas em Portugal, e um submarino alemão ainda afundou o caça-minas *Augusto de Castilho,* em outubro, antes de ser assinado o Armistício, a 11 de novembro.

A História de Portugal na Flandes ficou assinalada pelo sentimento popular de tragédia e os cemitérios e monumentos evocativos, em França, em África e em Portugal a lembrar os que ali caíram.

O final da Grande Guerra e os desenvolvimentos na arte militar

Com o final do conflito desapareceram na Europa quatro impérios: o alemão, o russo, o austro-húngaro e o otomano. Só a Áustria-Hungria desapareceu do mapa da Europa, e das sete potências mundiais, cinco continuaram localizadas no continente europeu, onde se concentrava o potencial militar mundial. As derrotas sofridas pela Alemanha e Rússia viriam a tornar-se temporárias. O desmantelamento da Áustria-Hungria e o aparecimento na Europa Central e Oriental de pequenos estados iria fortalecer a posição da Alemanha. Grã-Bretanha e França aproveitaram para expandir as suas possessões coloniais no Médio Oriente (à custa dos turcos) e em África (onde a Alemanha perdeu as suas colónias), ainda que a França não conseguisse ocultar o seu progressivo declínio. A Itália, apesar das pretensões grandiosas e atitude agressiva de Mussolini, por falta de recursos e sem uma base industrial sólida para apoiar uma força militar, continuava uma média potência.

53 OLIVEIRA, 1994, p. 123.

Fora da Europa, as mudanças geopolíticas que resultaram de nove milhões e meio de soldados mortos (o número não merece consenso) também foram limitadas. As grandes potências continuavam a ser os EUA e o Japão. Os EUA tinham pago muito para a guerra, tornando-se pela primeira vez uma nação credora, com a sua economia a dirigir o mundo. Em 1929, a sua contribuição para a economia mundial atingia os 43,3% e, dez anos mais tarde, após a Grande Depressão económica e a recuperação da Rússia e Alemanha, ainda atingia os 28,7%. Tal como após a Guerra Hispano-Americana, os EUA desmantelaram o seu exército e confiaram quase, exclusivamente, na marinha para a sua defesa. O envolvimento do Japão na guerra tinha sido menor e sofrera menos perdas e danos do que os EUA, mas mesmo assim ainda entrou na posse de territórios no Extremo Oriente à custa da Alemanha. Por pressão dos EUA, a Grã-Bretanha quebrou a sua aliança com o Japão, que só veio encontrar novos aliados, em 1940, com a Alemanha e a Itália através do Pacto Tripartido[54].

Durante a década de 1920, a grande preocupação da Grã-Bretanha foi prevenir que o continente caísse demasiado sobre a influência do seu aliado na guerra, a França. A Alemanha estabeleceu uma quase aliança com a nova União Soviética, com vantagens mútuas, que lhe permitiram ir levantando uma força militar quase clandestina, e à União Soviética ter acesso a novas inovações tecnológicas. A França, tal como tinha acontecido antes da guerra, tentava conter a Alemanha pelo estabelecimento de um sistema de alianças, ao mesmo tempo que se preparava para resistir às pretensões italianas na Europa e em África. Os EUA retiraram-se da Europa e focaram-se principalmente nas tentativas japonesas para se expandir no Pacífico e Ásia Oriental. A marinha dos EUA preocupava-se com a necessidade de se preparar para a guerra no Pacífico, onde se incluíam, pelo menos até 1932, planos para enfrentar a *Royal Navy*.

Os gastos com a defesa diminuíram drasticamente para valores abaixo dos 5% do PIB e o mercado internacional foi inundado de excedentes de guerra. Muito armamento foi distribuído por pequenas potências na Europa, Ásia e América Latina e algum foi parar às mãos de movimentos de resistência e anticoloniais, desde Marrocos a Burma. A Alemanha, forçada pelos vitoriosos a várias restrições, teve de desmantelar para níveis mínimos a sua força militar. Os EUA e a Grã-Bretanha voltaram aos seus sistemas militares de antes da guerra, com marinhas fortes e exércitos pequenos com base no voluntariado. As forças armadas de França, Itália e Japão permaneceram quase intactas. Na Rússia, logo que os tremendos danos causados pela guerra, a

54 CREVELD, 2006, p. 82.

guerra civil e a guerra com a Polónia começaram a atenuar-se, o Exército Vermelho passou a organizar-se e em 1920 já era o maior na Europa, ainda que a sua qualidade merecesse reparos.

A "cultura da guerra" que tinha conduzido ao grande conflito mundial, mudava, com nações, governos e opiniões públicas a desenvolverem uma "cultura de paz". Os sinais foram evidentes na Grã-Bretanha, com os estudantes de Oxford a afirmarem que nunca mais lutariam pela nação ou pelo rei, nos Estados Unidos, onde as promessas do Presidente Wilson por um mundo melhor, e a sua Liga das Nações, conduziram muitos americanos a não pensarem mais na Europa e a desenvolverem um sentimento isolacionista e mesmo em França, onde um governo de Frente Popular criou um afastamento entre as forças armadas e a população.

Entre 1919 e 1939, a natureza das relações entre as grandes potências permaneceu idêntica ao que tinha sido antes do conflito, facto que nem a Sociedade das Nações (1924) nem o Pacto Briand-Kellog (1928) foram capazes de mudar. A passagem de um Concerto de Nações a uma Segurança Coletiva, conforme proposto pelo Presidente Wilson, dos EUA, que iria ter dificuldades em se materializar, trazia duas novidades: o fim dos blocos e o alinhamento dos derrotados por cima das diferenças ideológicas (Alemanha e URSS) e o desenvolvimento da segunda vaga de anticolonialismo (a primeira tinha sido a americana dos séculos XVIII e XIX).

No mesmo período, o pensamento militar dominante no mundo europeu foi orientado para encontrar soluções que evitassem o combate mortífero que se tinha verificado com a guerra de trincheiras. E, apesar de orçamentos reduzidos e de opiniões públicas contrárias a um rearmamento, que se materializou em mais uma Conferência sobre Desarmamento (1932-34; uma outra, mais ligada a problemas das Marinhas, tinha decorrido em Washington, em 1921-22), e que reuniu em Genebra sessenta nações, mas que terminou em falhanço, as forças armadas foram capazes de inovar. E essas inovações foram significativas. As marinhas dos EUA e do Japão mudaram o combate no mar com a criação do poder aéreo embarcado em porta-aviões, que acompanhavam as esquadras na batalha. Os alemães desenvolveram uma força blindada, baseada num conceito de armas combinadas, que desfez o equilíbrio de poderes na Europa quando, em 1940, irrompeu pelas margens do rio Meuse e explorou o sucesso até ao Canal de Inglaterra. Na Grã-Bretanha, uma política de investigação e de conceitos iria mudar a guerra no ar. Fixaram-se os requisitos operacionais para os aviões *Spitfire* e o *Hurricane* que começaram a ser desenvolvidos, estudou-se a possibilidade de utilizar ondas rádio para detetar alvos aéreos e implementou-se uma rede de defesa aérea baseada nestas inovações, conjunto que iria alterar todo o contexto da luta aérea e que iria permitir ganhar, mais tarde, a *batalha de Inglaterra*.

O pensamento militar seguiu as inovações tecnológicas que a segunda revolução industrial ia desenvolvendo e tentou conceber teorias de aplicação em sete áreas que viriam a mostrar-se fundamentais no próximo conflito: o combate entre formações blindadas, a luta anfíbia, o bombardeamento estratégico, o apoio aéreo próximo, a luta submarina, a aviação naval e o desenvolvimento do radar[55]. Os desenvolvimentos, com meios de financiamento diferentes nas várias nações europeias, vieram a ser experimentados em conflitos limitados ocorridos no período interguerras mundiais, como a Guerra Civil de Espanha (1936-39) ou as intervenções de Itália na Abissínia em 1935.

O desenvolvimento dos princípios teóricos da guerra conduzida com meios blindados e mecanizados, centrados no carro de combate *(tank)*[56], ficaram a dever-se, principalmente, ao inglês Major General John Frederick Charles Fuller (1868-1966) que, tendo participado no primeiro conflito mundial, se dedicou depois a escrever sobre a guerra, muitas vezes com o apoio de Basil Liddell Hart (1895-1970), que também tinha servido no conflito até ao posto de capitão. Ambos procuravam ultrapassar a vantagem da defesa, com o seu poder de fogo e trincheiras, sobre o ataque, o que se tinha verificado no grande conflito que tinha terminado. Enquanto Fuller advogava ataques de formações blindadas como capazes de ultrapassar aquelas defesas, Liddell Hart defendia a estratégia indireta (*Strategy: the indirect approach*). Em vez de atacar frontalmente o inimigo, este deveria ser desequilibrado, combinando rapidez de movimento com segurança e surpresa. Sem grandes apoios do poder político e com restrições financeiras, as experiências e os desenvolvimentos técnicos processavam-se com lentidão.

O carro de combate *Mark C* foi substituído pelo *Mark D*. Com uma autonomia de cerca de 350 km e com velocidade que poderia atingir os 40 km por hora, dispunha de blindagem capaz de resistir a munições perfurantes e dispunha de uma torre giratória com duas metralhadoras, que em modelos posteriores já podia ser armada com um pequeno canhão. Manobras do exército experimentando estes novos armamentos não convenciam a decisão política e só em 1939, e perante os desenvolvimentos havidos na Alemanha, é que foi criada uma Divisão Blindada.

A França, que tinha sofrido tremendamente com a I Grande Guerra, para onde tinha entrado com elevado espírito ofensivo, tentava redefinir a sua doutrina militar, com a *École Superieur de Guerre* a elaborar sobre os princí-

55 MURRAY/MILLETT, 2009, p. 3.

56 O termo "*tank*" resulta das primeiras experiências para desenvolver viaturas blindadas, levadas em segredo, procurando utilizar tratores agrícolas e divulgando que se tratava de desenvolver depósitos de água para irrigação.

pios de "*uma guerra metódica*". Seguia os desenvolvimentos em Inglaterra sobre a força mecanizada e um Coronel de Infantaria, o Coronel Charles de Gaulle, escrevia sobre o exército do futuro para a sua nação e advogava a constituição de uma força mecanizada para apoio da infantaria. A indústria ia desenvolvendo alguns modelos já experimentados na guerra.

Nos EUA, com um exército muito reduzido, e mais preocupados com os desenvolvimentos do Japão, no Pacífico, a indústria ia desenvolvendo modelos cada vez mais imaginativos, mas sem obedecerem a quaisquer requisitos operacionais definidos.

Foi na Rússia e na Alemanha, cooperando militarmente até à ascensão de Hitler ao poder, em 1933, que os desenvolvimentos da mecanização da força tomaram maiores desenvolvimentos. A Rússia, em 1939, possuía 25000 veículos, mais do que as outras potências juntas.

Na Alemanha, a doutrina desenvolvida depois da derrota realçou alguns princípios que se afastavam das conceções inglesa e francesa. Apostando na ofensiva, na iniciativa, no comando descentralizado e num elevado profissionalismo dos seus quadros, a que dedicou especial atenção, a partir de 1933, a *Reichswehr* desenvolveu conceitos e aplicação de uma verdadeira força blindada e mecanizada: a força *Panzer*. Embora limitada no acesso às viaturas blindadas imposto pelo Tratado de Versalhes, a Alemanha prosseguia com o desenvolvimento da sua doutrina sob a inspiração de Generais como Werner von Fritsch e Heinz Guderian, que advogavam que as divisões *Panzer* deveriam integrar, além dos blindados, unidades de infantaria motorizada, engenharia, artilharia e transmissões.

Perante o ceticismo de parte do seu corpo de oficiais, a campanha na Polónia, em 1939, confirmou as potencialidades da nova força, ainda que o apoio próximo da *Luftwaffe* só se mostrasse efetivo para o ataque inicial, quer nas ofensivas da Polónia e depois da França, em 1940. A utilização desse apoio para a exploração do sucesso mostrava-se tão perigosa para o inimigo como para o atacante e só em abril de 1940 a 1ª Divisão *Panzer* e a *Luftwaffe* conduziram os primeiros testes para o controlo do apoio aéreo tático por meios rádio, durante as operações móveis[57].

Por razões estratégicas diferentes, mas com algum passado em operações anfíbias, os EUA, a Inglaterra e o Japão foram as potências, no período interguerras, que dedicaram maior atenção às capacidades militares para desenvolverem aquele tipo de operações. Havia resistências a vencer na cooperação entre forças navais e forças terrestres, já que as forças aéreas ainda estavam no início do processo de autonomia como ramo. Havia também um

57 MURRAY/MILLETT, 2009, p. 43.

problema tático e técnico a resolver: encontrar uma embarcação que servisse para transportar homens e equipamentos, desde os navios de transporte até às praias de desembarque. A procura das lanchas de desembarque procedeu quase que em moldes idênticos por parte daquelas potências, ao mesmo tempo que corpos especializados, como os *Royal Marines* (Inglaterra) e o *Marine Corps* (EUA) se iam afirmando na sua especialização para este tipo de operações que vieram a ter relevo no conflito próximo que se anunciava, e em todos os Teatros de Operações.

Os meios aéreos, como vimos, já tinham sido utilizados na Grande Guerra, quer em apoio das operações ofensivas terrestres, que tentavam vencer as defesas inimigas, quer no denominado bombardeamento estratégico. Como em todas as inovações militares haveria que estabelecer aproximações conceptuais, que levassem à formulação de doutrina para aplicar o novo meio de influenciar a ação e novos desenvolvimentos tecnológicos que aperfeiçoassem as capacidades operacionais (autonomia de voo, velocidade, capacidade de carga, resistência às armas antiaéreas terrestres e capacidade de voar em qualquer tempo ou visibilidade), o que só estava ao alcance das nações com capacidades industriais.

Um general italiano, Giulio Douhet (1869-1930), assumiu a função de grande divulgador e defensor do poder aéreo, estabelecendo para o espaço aéreo a importância que Mahan tinha atribuído ao espaço marítimo. Em 1921, Douhet publicou *Il domínio dell'aria*. Resumindo, diria que, enquanto a guerra fosse só desenvolvida na superfície terrestre, seria necessário a um dos oponentes romper as defesas do adversário para conseguir uma vitória. Douhet sugeria que, quarenta aviões, lançando oitenta toneladas de bombas, poderiam destruir completamente uma cidade da dimensão de Treviso, na Itália. Calculava ainda que três aviões poderiam desenvolver um poder de fogo igual ao disparo das armas de um bordo de um navio moderno e um milhar de aviões poderia desenvolver um potencial de fogo dez vezes superior a toda a Royal Navy, contando com o disparo de ambos os bordos de trinta *Dreadnought*[58].

Três nações com capacidade industrial já desenvolvida (Inglaterra, Alemanha, e EUA), associando as suas realidades e ambições estratégicas às suas capacidades industriais, tentaram aproximações diferentes para conseguirem poder aéreo em duas das suas capacidades militares nascentes: o bombardeamento estratégico e o apoio aéreo próximo a operações militares de superfície.

Em Inglaterra, o poder aéreo recebeu grande apoio popular, quer pelos bombardeamentos que Londres tinha sofrido durante a guerra quer pela ação decisiva que tinha assumido na campanha na Palestina, durante 1918, quan-

58 CREVELD, 2006, p. 89.

do o apoio aéreo próximo foi decisivo para a derrota do VII Exército turco pelas forças britânicas sob o comando do General Sir Edmund Allenby, em Wadi el Far, a 21 de setembro[59]. A Força Aérea (*Royal Air Force-RAF*) ganhou a sua autonomia face aos outros ramos das Forças Armadas, com grandes resistências corporativas, em 1918, e teve de viver as duas décadas seguintes com grandes restrições financeiras. O primeiro Chefe do Estado-Maior da *RAF*, Sir Hugh Trenchard, colocou no bombardeamento aéreo a missão principal do novo ramo (o que lhe garantia uma certa independência nas missões) e foi desenvolvido o Comando de Bombardeamento (*Bomber Command*) e só depois o Comando de Caça (*Fighter Command).* Os meios aéreos para desempenharem as missões específicas destes comandos tinham de vencer desafios tecnológicos diferentes. Enquanto o primeiro procurava meios de grande autonomia de voo, capacidade de carga, condições de voo em todo o tempo e precisão no lançamento de bombas, o segundo tinha de vencer barreiras de velocidade e manobralidade no voo, transmissões terra-ar, identificação de amigo ou inimigo. Será o acelerado desenvolvimento tecnológico nos anos trinta que vem trazer as primeiras soluções para estas questões.

O desenvolvimento de uma força aérea na Alemanha seguiu caminhos diferentes. Primeiro, porque o Tratado de Versalhes impôs sérias restrições ao seu rearmamento, com ênfase no desenvolvimento de meios aéreos. Segundo, porque o período interguerras assistiu ao desenvolvimento de dois regimes políticos muito diferentes no país, que se materializaram na República de Weimar e depois na consolidação do nazismo, em 1933. Esse desenvolvimento materializou-se pela maior importância dada inicialmente ao apoio aéreo próximo, servindo um pensamento militar baseado na ofensiva de uma força terrestre apoiada por meios aéreos, pela conceção de meios aéreos, como o avião *Junkers,* inteiramente metálico e com boa proteção contra o fogo terrestre, e pelos avanços tecnológicos alcançados na identificação de alvos terrestres.

A participação de uma unidade constituída com meios aéreos (Divisão *Condor*) na Guerra Civil de Espanha (1936-39) veio trazer novos ensinamentos à doutrina que a *Luftwaffe* desenvolvia, assim como a ascensão de Hitler a Chanceler do Reich trouxera novas orientações à capacidade militar da Alemanha para o bombardeamento estratégico.

Os EUA e a sua política de isolacionismo dificilmente concebiam uma capacidade de bombardeamento estratégico. A não ser que tivessem de combater numa guerra prolongada contra o México ou Canadá (cenários improváveis), não viam outra missão para essa capacidade militar que não fosse a defesa costeira. Admitindo o Japão como um possível adversário, esperavam

59 MURRAY/MILLETT, 2009, p. 152.

resolver a questão com o poder naval de que dispunham e mesmo para a defesa das Filipinas não se punha a questão do poder aéreo. Apesar disso, os americanos olhavam o novo poder com grande entusiasmo, o *serviço aéreo* transformou-se no *Corpo do Ar* dentro do Exército, em 1926, e, a partir dos anos 30, o desenvolvimento do transporte aéreo e das grandes companhias de aviação deram novo impulso à indústria e ao desenvolvimento do avião plurimotor. O bombardeamento estratégico passou a determinar o desenvolvimento da nova arma, deixando para segunda prioridade o apoio aéreo próximo e a doutrina desenvolvida pela Escola Táctica do Corpo do Ar (*Air Corps Tactical School*) materializava esse pensamento. Foi no *Marine Corps* que o apoio aéreo próximo teve maior desenvolvimento, com experiências recolhidas nas intervenções no Haiti e Nicarágua, durante os anos de 1920, e nos desembarques anfíbios.

O período interguerras levou as potências a debruçarem-se, também, sobre as lições aprendidas com o último conflito nas operações no mar. Submarinos e aviação naval, com navios de onde pudessem operar os meios aéreos (porta-aviões) constituíram áreas de desenvolvimento em Inglaterra, Alemanha, EUA e Japão. Por razões estratégicas diferentes das potências, cada um daqueles meios recebeu também atenção diferente. A Alemanha, que chegou a produzir 320 submarinos, entre 1914 e 1918, perdeu, no mesmo período, 178, dos quais 134 devido a operações antissubmarinas[60]. Mesmo com as restrições impostas pelo Tratado de Versalhes, a Alemanha continuou a apostar no desenho e desenvolvimento de submarinos, recorrendo a estaleiros de países vizinhos, como a Holanda e a Finlândia, para ultrapassar as restrições. A Inglaterra, com grandes resistências da *Royal Navy* a operações no mar, que envolvessem outros meios além dos navios de superfície, procurou desenvolver equilibradamente os dois novos meios. EUA e Japão apostaram no desenvolvimento da aviação naval e no porta-aviões que permitiam projetar potencial aéreo mesmo para áreas onde não se pudesse dispor de bases terrestres seguras.

A transmissão de sinais utilizando as ondas rádio tinha sido iniciada durante o conflito que terminara, e os anos vinte e trinta viram desenvolvimentos significativos na utilização do espectro eletromagnético, agora mais voltados para altas frequências e ondas mais curtas que permitiam detetar objetos à distância pela reflexão de sinais emitidos. Esses desenvolvimentos, tecnicamente mais avançados na Alemanha, foram aproveitados operacionalmente com vantagem pela Inglaterra, lançando os fundamentos do *radar* (*radio detection and range*), que viria a tornar-se uma vantagem significativa no combate no mar e na defesa antiaérea de Inglaterra.

60 MURRAY/MILLETT, 2009, p. 321.

A par dos desenvolvimentos tecnológicos, o pensamento estratégico retomava os conceitos da guerra e da sua importância como um dos instrumentos da política, relendo Clausewitz. Contrariando o papel dominante que os comandantes tinham assumido no primeiro conflito mundial, e o predomínio das estratégias militares, a política procurava o seu caminho nas relações político-militares e no controlo dos militares pela direção política, caminho que iria encontrar vias diferentes no nacional-socialismo e no bolchevismo, a serem percorridas na Alemanha, Rússia, Japão e Itália ou na democracia liberal que se consolidava na Inglaterra e nos EUA. A França, herdeira da revolução da igualdade e da fraternidade, procurava vias intermédias com políticas de frentes populares que tentavam conciliar realismo com idealismo.

O pensamento militar tentava teorizar princípios que conciliassem a ofensiva com a defensiva, ao mesmo tempo que procurava definir Princípios da Guerra (com os conceitos de Ofensiva, Objetivo, Massa, Concentração de Esforços, Segurança, Economia de Meios e outros) e mesmo Leis da Guerra.

Os teorizadores da força militar mecanizada, do poder aéreo e do poder naval, e os seus seguidores, continuaram a escrever sobre a predominância de cada um destes meios num conflito futuro, e as escolas especializadas elaboravam *Manuais* e *Regulamentos* sobre o emprego tático das Armas e Serviços na força terrestre ou das forças navais e aéreas. O ensino militar especializado, em Academias e em Escolas de Estado-Maior e de formação contínua, dedicou-se aos *jogos de guerra* e aos *temas táticos* como forma de treinar os quadros nas funções de planeamento, de coordenação e de decisão. Pequenas e médias potências, e os seus militares, vão desenvolvendo conceitos e procedimentos para defenderem os seus territórios de prováveis invasões.

O General Eric Ludendorff, na Alemanha, em 1935, publica o livro *Guerra Total* (*Der totale Krieg*) que vai abrir caminho para o desenvolvimento de estratégias totais que permitissem conduzir a guerra, mobilizando recursos materiais e morais para a sua conduta.

Para Portugal, a experiência da Grande Guerra foi dolorosa, não só no seio da instituição militar como no tecido social profundo, e se as consequências dessa participação, pouco menos do que desastrosa do CEP, na Flandres, não acelerara a queda da I República, pelo menos contribuíram para o divórcio de vastos setores do país com o regime, pondo definitivamente fora de jogo grande parte das elites políticas que fizeram a revolução de 1910, ou que dominaram os anos imediatamente subsequentes[61].

Do ponto de vista estratégico, os analistas militares divergiram nos seus pontos de vista e prioridades, ainda que remetidos a um pensamento que

61 FERNANDES, p. 528.

privilegiava a estratégia militar e algumas dúvidas sobre a aeronáutica militar nascente. O General Adriano Beça, em 1919, ao refletir sobre o que seriam as lições a extrair do conflito mundial, argumentava que a mobilização total não era mais do que a complexificação do mecanismo militar, privilegiando o emprego tático do avião em direta conexão com o campo de batalha, referindo-se levemente às suas possibilidades de lançar bombas[62]. No mesmo ano, Pereira da Silva, parece pouco ter aprendido com o conflito mundial, desvalorizando a campanha submarina alemã e afirmando que são os combates navais que derrotam os antagonistas e não as campanhas submarinas[63]. Um seu camarada de armas, Alfredo Botelho de Sousa, também nas páginas dos *Anais do Clube Militar Naval,* em 1919, defende que a estratégia naval da guerra tinha sido dominada por dois elementos até aí secundários: a mina e o submarino[64].

Mais uma vez estavam em discussão conceções diferentes da defesa nacional entre visões continentais e do império. Pereira da Silva, numa conferência, na sede da Liga Naval Portuguesa, em 1930, intitulada "*A política militar e naval portuguesa e a influência dos pactos e dos acordos do desarmamento sobre a nossa diretriz política*" dá sinal da viragem para as colónias, talvez muito em função da nova política imperial nacionalista e centralizadora empreendida pela ditadura militar e depois pelo Estado Novo, a começar logo em 1926 pela promulgação, por João Belo, das *Novas Bases Orgânicas da Administração Colonia*l. Pereira da Silva defende a constituição de uma marinha para o exercício de ação à distância. Raul Esteves, em 1935, contrapõe a este ponto de vista a visão realista que a dimensão política do país não pode teoricamente justificar o predomínio do exército ou da marinha[65]. Continuava uma conceção militar da estratégia, resistindo o pensamento militar português para evoluir para os conceitos da estratégia total.

O novo regime, saído do golpe militar de maio de 1926, dá prioridade ao reequipamento da Marinha, que atinge pontos baixos na tonelagem deslocada em 1928 e 1929 e também devido a preocupações com revoltas em possessões, o que se vem a verificar na Madeira e nos Açores, mas rapidamente reprimidas. A partir de 1935, com o regime consolidado, a situação inverte-se e começa um apreciável programa de reequipamento do Exército incluindo a recém-criada aeronáutica militar naquele ramo.

O início da Guerra Civil em Espanha e divergências com o governo de Inglaterra sobre aquele conflito, levam o Exército Português a desenvolver o

62 BEÇA, pp. 463-5, 517-35, 581-92.
63 SILVA, "Os ensinamentos navais da grande conflagração mundial e a nossa acção marítima".
64 SOUSA, pp. 579-95
65 FERNANDES, p. 533.

seu programa de rearmamento na Alemanha, com Salazar a Ministro da Guerra e o Capitão Santos Costa, como seu homem de confiança, a dirigir esse rearmamento com um gabinete próprio no Ministério. O rearmamento do Exército assenta essencialmente em armamento ligeiro (espingarda *Mauser 98k* e a adoção do calibre 7,92 mm), alguma artilharia de campanha e aquisição simbólica de auto metralhadoras e blindados. Um programa de motorização é iniciado em 1935, iniciando-se por duas baterias de material antiaéreo.

O rearmamento é acompanhado pelo projeto de transformar a aeronáutica numa arma efetiva, mas como arma auxiliar do Exército ou da Marinha. Na primeira metade dos anos trinta, as atenções centram-se na aviação naval, com quatro hidroaviões centrados em Lisboa e S. Jacinto (Aveiro). A partir de 1935, a par do rearmamento do Exército, são adquiridos, depois de experiências, dez biplanos ingleses *De Havilland Tiger Moth* e licença para o seu fabrico nas Oficinas Gerais de Material Aeronáutico. O equipamento da aeronáutica militar vai voltar-se para a Alemanha e Itália, para a aviação de bombardeamento e ataque, continuando fiel a Inglaterra para a aviação de caça e treino. Quando a guerra começa na Europa, a aviação portuguesa é cerca de cinco vezes inferior à de Espanha. Reduzida a duas esquadrilhas de caças biplanos, a duas esquadrilhas de bombardeamento e a um conjunto obsoleto de mono motores de ataque, ao todo dispunha de cerca de setenta aparelhos[66].

A preparação dos oficiais do Exército para as novas conceções da guerra tinha sido pensada com a criação da Escola Central de Oficiais, em 1911, que passou a funcionar, a partir de 1926, em Caxias, com os Cursos de Estado-Maior e cursos de informação, para a promoção a Capitão, Major, Coronel e General. Nos cursos de 4º grau ali ministrados (Coronel) passou a constituir matéria nuclear a defesa de Portugal e a estratégia para essa defesa. Em 1932, da autoria do Coronel Tasso Miranda Portugal, são publicadas, em dois volumes, as *Conferências sobre Estratégia (estudo geoestratégico dos teatros de operações nacionais)* e, em 1937, é apresentada à Assembleia Nacional a proposta de Lei sobre o Recrutamento e o Serviço Militar que iria constituir a base de um Exército Nacional. O conflito no país vizinho merecia especial atenção (um destacamento nacional, sem declarado apoio governamental, *Os Viriatos,* participou ativamente ao lado das forças franquistas) e, quando aquele terminou, o *Pacto Ibérico*, firmado pelos dois regimes peninsulares, procurava obter segurança estratégica na Península, perante um conflito futuro que se adivinhava.

Com a reorganização do Exército, iniciada em 1937, apoiada por um rearmamento que continuava, foi criado o Instituto de Altos Estudos Militares,

66 TELO, "A Neutralidade Armada (1930-1945)", p. 423.

depois transferido de Caxias para Pedrouços e que foi o verdadeiro precursor do estudo da Estratégia no seu entendimento de ciência-arte que procura definir objetivos e adequar recursos para a sua execução.

Bibliografia por ordem alfabética de Autores

BEÇA, General Adriano, "Lições da Grande Guerra" in *Revista Militar* 1919, pp. 463--465, 517-535, 581-592.

CREVELD, Martin van, *Supplying War*, Cambridge University Press, 1977.

CREVELD, Martin van, *The changing face of war*, Ballantine Books: New York, 2006.

CREVELD, Martin van, *The Culture of War*, Ballantine Books: New York, 2008.

FERNANDES, António Horta "Da Grande Guerra aos Anos Trinta, ou da Nação em guerra à aurora da Guerra Total" in *Nova História Militar de Portugal*, Círculo de Leitores: Lisboa, 2004, Vol.4.

JORDAN David/KIRAS, James D. e outros, *Understanging Modern Warfare*, Cambridge University Press, Cambridge, 2009.

KEEGAN, John, *The First Word War*, Pimlico: London, 1999.

LETTOW-VORBECK, *My reminiscences of East Africa*.

MURRAY, Williamson/MILLET, Allan R. (Eds.) *Military Innovation in the Interwar Period*, Cambridge University Press: N.Y., 1996.

OLIVEIRA, General A. N. Ramires de (coord.) *História do Exército Português*, Vol. III, EME, Lisboa, 1994.

PARKER, Geoffrey, ed., *The Cambridge Illustrated History of Warfare*, Cambridge University Press, 1995.

RAMOS, Rui (coord.), *História de Portugal*, A Esfera dos Livros: Lisboa, 2009.

SAMARA, Maria Alice, "A Política Externa e a Política de Defesa, do 5 de Outubro ao Sidonismo" in *Diplomacia & Guerra*, Edições Colibri: Lisboa,2001.

SARDICA, José Miguel, "Os Militares e a Política entre o Ultimato e a República" in *Diplomacia & Guerra*, Edições Colibri: Lisboa,2001.

SARDICA, José Miguel, *Da Monarquia à República*, Alêtheia Editores: Lisboa, 2011.

SILVA, Fernando Augusto Pereira da, "Os ensinamentos navais da grande conflagração mundial e a nossa acção marítima" in *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1919.

SOUSA, Alfredo Botelho de "A Grande Guerra e a composição futura da Armada" in *Anais do Clube Militar Naval*, 1919.

STEVENSON, David, *1914-1918, The History of the First World War*, Penguin Books, 2005.

TELO, António José, "A Neutralidade Armada (1930-1945)" in *Nova História Militar de Portugal*, Círculo de Leitores:Lisboa, 2004, Vol.4.

Revista Militar
N.º 2/3 – fevereiro/março 2014
pp. 185-199

*Os assaltos de 4 de fevereiro em Luanda e o massacre de 15 de março no norte de Angola – antecedentes**



Tenente-coronel António Lopes Pires Nunes**

Abertura

Acontecimentos graves, desligados entre si, no espaço e nas motivações, mas concentrados no tempo – nos três primeiros meses do ano de 1961 –, despertaram inesperadamente a atenção do mundo para Angola, embora não dos portugueses, a quem foram ocultados ou apenas apresentados tardiamente, de forma parcial e em clima emocional. Foram eles: a sublevação da Baixa do Cassange, iniciada em 11 de Janeiro, o assalto ao paquete "Santa Maria", em 22 de Janeiro, por Henrique Galvão e alguns oposicionistas portugueses e espanhóis, numa operação então designada pelo governo português de "acto de pirataria", e que os assaltantes chamaram de "Operação Dulcineia", e o assalto às prisões, Casa de Reclusão e Esquadra da PSP de Luanda, em 4 de Fevereiro.

A estes três acontecimentos, que quase se relacionaram temporalmente, o que os faz parecer politicamente ligados, seguiram-se, um mês depois, quando as populações angolanas haviam já sossegado das emoções vividas, os massacres que se iniciaram em 15 de Março e se espalharam por todo o Norte de Angola. Marcando, quanto a nós, o início da Guerra do Ultramar, também eles não têm relação com os anteriores, senão de forma longínqua.

Sendo ocorrências independentes e qualquer delas de ressonância mundial, a sua concentração num tão curto espaço de tempo terá certamente a ver com o aproveitamento pelos seus agentes, actuando por si, de um ambiente

* Conferência proferida no Núcleo de Castelo Branco da Liga dos Combatentes, em 15 de Março de 2011.

** Tenente-coronel de Artilharia. Licenciado em História. Sócio Efetivo da Revista Militar.

muito hostil a Portugal que atingiu o seu auge neste primeiro trimestre de 1961. De facto, as organizações internacionais, nomeadamente a ONU e a OIT, já não aceitavam a arquitectura jurídica do governo português, consubstanciada na frase "Portugal é uno e indivisível do Minho a Timor" e instavam com veemência que Portugal prestasse informações sobre os seus territórios de Além-Mar que consideravam "territórios não autónomos".

A este clima internacional há que juntar a eleição para Presidente dos EUA, em 20 de Janeiro, véspera do assalto ao "Santa Maria", de John Kennedy, que nunca escondeu a sua simpatia pela autodeterminação dos povos africanos e pelos movimentos pan-africanos, e de Jânio Quadros – cujas ideias em relação a este assunto eram idênticas –, que assumiu a Presidência do Brasil, a 1 de Fevereiro. De repente, dois dos países amigos tradicionais deixaram de apoiar incondicionalmente Portugal e o seu regime, e constituíam-se como agentes inspiradores de actos como os que citámos. Entretanto, o número de países afro-asiáticos hostis com assento na ONU ia aumentando, ficando Portugal à mercê das suas iniciativas.

Tendo já abordado noutra ocasião a sublevação da Baixa do Cassange, passaremos agora a deter-nos no "Assalto ao Santa Maria", no "4 de Fevereiro", em Luanda, e no "15 de Março", no Norte, tentando pôr em evidência as considerações anteriores e clarificar alguns aspectos.

O assalto ao paquete "Santa Maria"

Em 24 de Janeiro de 1961, quando ainda decorriam as operações na Baixa do Cassange, o Ministro do Ultramar enviou ao Governador-Geral de Angola o telegrama secreto nº. 19, explicando, sem grandes pormenores, que o paquete "Santa Maria" havia sido assaltado:

> *"Por telegrama acabado de receber, teve-se informação paquete português Santa Maria foi assaltado Mar Venezuela por indivíduos fortemente armados, julga-se que não só nacionais mas também estrangeiros, tendo assassinado membros da tripulação e tomado conta do navio. Deve tratar-se tentativa golpe força com agitadores vindos Antilhas dirigido contra alguma parcela território português. Necessário tomar precauções de acordo autoridades militares fim evitar surpresas de um desembarque e ataque armado".*

A informação era ainda vaga, mas manifestava já a percepção de que a tomada do navio poderia ter em vista uma acção militar no Ultramar e alertava que o seu destino poderia ser Angola ou S. Tomé e Príncipe, conforme outro telegrama posterior.

Com o decorrer do tempo, veio a saber-se que o plano dos assaltantes consistia em ocupar a Ilha de Fernando Pó, nas Ilhas Canárias e, com meios

militares aqui capturados, rumar a Luanda e, a partir de Angola, fazer cair o governo de Lisboa. Sabia-se já que os assaltantes eram portugueses e espanhóis, capitaneados pelo oposicionista Henrique Galvão, tornando-se evidente que as preocupações demonstradas pelos ocupantes do navio, quanto à problemática do Ultramar, eram poucas e este apenas servia para alcançar os seus objectivos políticos.

A morte inesperada, e crê-se que acidental, de um piloto do "Santa Maria" e a existência de feridos teria forçado os assaltantes a uma alteração dos planos iniciais, que julgamos utópicos, e aportar ao Recife, depois de terem a garantia de que as autoridades brasileiras lhes concederiam asilo político. Porém, entre 22 de Janeiro e 2 de Fevereiro de 1961, período em que o navio esteve em mãos dos assaltantes, foi visível a preocupação das autoridades portuguesas, não apenas pelo incidente em si, que esse seria facilmente resolvido pela diplomacia mas, sobretudo, pela sua incidência em Angola, que já andava nas bocas do mundo por outras razões, assunto que competia às Forças Armadas prevenir.

Para que o navio não se aproximasse da costa africana, foi garantida a colaboração das marinhas inglesa, americana e brasileira, tendo em vista a intercepção do "Santa Maria", no alto mar. Para o caso de não se conseguir este objectivo, foi desencadeado um conjunto preventivo de medidas militares, tendente a fazer face à ameaça que incidia sobre Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Angola, com maior probabilidade sobre Angola.

Em 27 de Janeiro, já estavam em Cabo Verde aviões patrulha e navios, sendo o Comando Militar de Angola informado de que esses meios seriam deslocados para Sul, de acordo com o evoluir da situação.

Para S. Tomé e Príncipe foram enviados meios de luta anti-submarina, um destacamento de oitenta pára-quedistas e um navio patrulha, deslocado de Luanda.

Quanto a Angola, todas as Unidades foram colocadas em vigilância e feito um planeamento prevendo que forças do Regimento de Infantaria de Sá da Bandeia seriam deslocadas para Moçâmedes e Porto Alexandre, do Grupo de Artilharia de Luanda, para Ambriz e Ambrizete e, do Regimento de Infantaria de Luanda, para Porto Amboim e Novo Redondo. Enquanto isso, um navio patrulha seguia de Luanda para S. Tomé, outro para Cabinda e um terceiro ficava em Angola, pedindo o Comando Militar, a Lisboa, o reforço de duas companhias de caçadores especiais e uma de pára-quedistas.

Desta forma, toda a costa de Angola ficava sobre vigilância, e em condições de uma oposição ao desembarque, bem como os Arquipélagos de Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe e o Enclave de Cabinda.

Se o objectivo militar de Henrique Galvão ficou por concretizar, o mesmo não podemos dizer das incidências políticas do seu acto. Espalhando-se pelo

mundo a notícia de que Angola ia ser palco de grandes acontecimentos, nos dias 28 e 29, chegou a Luanda mais de uma centena de jornalistas, fotógrafos e operadores de televisão e de cinema estrangeiros, facto que naturalmente fez incidir todas as atenções para Angola, mesmo nada sucedendo ou prevendo-se vir a suceder, digno de menção.

Os assaltos de "4 de fevereiro"

Mal terminou a aventura do navio "Santa Maria", que Henrique Galvão designou de "Santa Liberdade", no dia 4 de Fevereiro, os luandenses acordaram em pânico, surpreendidos com graves acontecimentos ocorridos durante a noite e que ficaram conhecidos como o "4 de Fevereiro". Foi na madrugada deste dia que, segundo as autoridades militares apuraram, três grupos, com cerca de sessenta elementos cada um, armados de catanas e uma ou outra pistola, atacaram, quase de simultâneo, a 7ª. Esquadra da Polícia de Segurança Pública Móvel, a Cadeia de S. Paulo, perto uma da outra, e a Casa de Reclusão, esta mais afastada e localizada junto à Baía de Luanda. O objectivo dos assaltantes seria a libertação de presos, que se dizia iam ser transferidos, e ainda a captura de armas.

Os grupos de assaltantes eram constituídos por jovens, na sua maioria da região de Catete, apresentavam-se drogados, muitos deles de tronco nu, boina na cabeça e corpo engordurado, e gritavam enlouquecidos "mata, mata, Angola é nossa". Estavam convencidos de que as armas dos brancos não matavam e apenas lançavam água, tal como sucedera aos revoltosos na Baixa do Cassange. Desta acção resultou a morte de cinco guardas metropolitanos da PSP, um cipaio, um cabo da Casa de Reclusão e ainda de vinte e cinco assaltantes.

No ano evocativo "dos 50 anos desta ocorrência" relevou-se muito o "4 de Fevereiro", mas devemos dizer que não concordamos com este coro de exaltação heroica dos assaltantes. Somos de opinião que foi uma acção muito improvisada, realizada por grupos sem armas de fogo, à qual só com muita boa vontade se pode atribuir o início da guerra do Ultramar, não apenas pela desorganização que revelaram como pela constatação de que, ainda hoje, não tem uma paternidade clara, tão pouco um objectivo credível. A circunstância fortuita de um dos grupos ter encontrado no seu caminho um *jeep* da PSP parado e ter caído sobre os seus descuidados ocupantes, matando à catanada cinco guardas, é que deu ao "4 de Fevereiro" visibilidade acrescida. Como acção militar foi um fracasso de que o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que se apropriou indevidamente da data, não se devia orgulhar, muito menos fazer dela uma data nacional.

O historiador angolano, Carlos Pacheco, em "MPLA, um Nascimento Polémico", que descreve o fervilhar político em Luanda, no final da década de 50 e início da de 60 do século passado, elucida, de forma convincente, que o MPLA nasceu no início de 1960 e não em 1956, ano apontado pela história oficial e sugere-nos que este Movimento estava ainda, no início de 1961, numa fase crítica de afirmação. Sobre o "4 de Fevereiro" não mostra dúvida de que "quem arregimentou os revoltosos de 61, maioritariamente do concelho de Icolo e Bengo, foi a UPA[1] pela mão de Neves Bendinha".

Por outro lado, Iko Carreira, que foi Ministro da Defesa de Angola, em "O Pensamento Estratégico de Agostinho Neto", poderia ser afirmativo, mas não o faz e apenas escreve de forma muito vaga que "o 4 de Fevereiro" é reivindicado pelo MPLA como a data do início da luta armada.

Relativamente a este assunto, acusa-se o Governador-Geral, Dr. Silva Tavares, de ter atribuído o "4 de Fevereiro" a "um movimento vindo do estrangeiro" e fruto de "uma conspiração internacional"[2], mas sabemos bem que assim não foi, mesmo o Governador-Geral, que foi compelido a dizê-lo. O telegrama secreto nº. 58, de 15 de Fevereiro, do Ministro do Ultramar informava-o:

> *"No Conselho de Segurança da ONU esta manhã Libéria com apoio Rússia e RAU (República Árabe Unida) pediu que logo a seguir à discussão caso Congo se discutisse acontecimentos Angola. É de prever levem por diante seu propósito e estados amigos não podem usar veto por ser questão processual. Estados amigos estarão dispostos sustentar tese divulgando relação caso "Santa Maria" e também relação motins Angola segundo qual se tratou manobra orientada comunismo internacional. Pedem provas para tal efeito. Precisamos documentação e fotografias designadamente sobre presos mortos nosso lado, identificação europeus implicados motins, pretos e estrangeiros implicados e suas nacionalidades, marcas de armas de origem não portuguesa, panfletos de origem comunista. Engº. Jardim poderá auxiliar Vexa. É muito urgente porque sessão conselho segurança está a correr".*

No dia 16, por telegrama secreto nº. 59, o Ministro continua a insistir neste assunto:

> *"É indispensável e urgente todas as provas possíveis acção comunista vinda exterior para habilitar estados amigos apoiarem nossa posição".*

1 União dos Povos de Angola.

2 Cf. Dalila Cabrita e Álvaro Mateus, in "Angola 61".

A 17, por telegrama secreto nº. 67, o Ministro volta ao assunto:

"Talvez Jardim fique suficientemente a par do problema e esteja disposto deslocar-se Nova York. Em caso afirmativo, poderá ser portador documentos via Lisboa seguindo ONU".

Não sabemos qual o seguimento da questão, mas os documentos transcritos mostram que Silva Tavares não podia dizer toda a verdade, porque as suas declarações se inseriam num contexto nacional de defesa do Ultramar, e o assunto era um problema de Estado. O caso do "Santa Maria" não tem qualquer ligação com o "4 de Fevereiro", nem sequer apareceu qualquer movimento independentista a defender convenientemente essa tese.

Não obstante o MPLA considerar seu património o "4 de Fevereiro", a verdade é que se tivesse que ser atribuído a um Movimento ele seria à UPA, mas também esta o não reivindica. De facto, o obreiro destes assaltos tem sido atribuído ao cónego mestiço Moreira das Neves que era Vigário Geral da Diocese de Luanda e tinha ligações com a UPA. Actuava de forma praticamente a coberto de qualquer suspeita (na primeira fase de uma Guerra Subversiva "passam-se coisas sem que alguém saiba disso"), falava com outros sacerdotes, como o padre Joaquim Pinto de Andrade ou, diz-se, o futuro e conhecido Cardeal Nascimento, ia despertando a ideia de independência de forma imperceptível, tornou-se simpatizante da UPA, com quem teria ligações, e constituiu-se como referência de toda a actividade clandestina de gente dispersa por Luanda, mas unidos na ideia de independência de Angola. Sempre negou o seu envolvimento nos assaltos e foi preso pela PIDE. No seu relatório a esta Polícia, declarou que "os tumultos do 4 de Fevereiro nem chegaram a ser tumultos, foram estupidamente engendrados e o assalto à Casa de Reclusão foi um fracasso de tal ordem que basta dizer que um soldado preto e um furriel mestiço chegaram para dominar a situação"[3]. Estamos em sintonia com esta versão, como dissemos, e analisando tudo o que tem sido publicado sobre o seu envolvimento, quantas vezes afirmado por testemunhos contraditórios, conforme venham do MPLA ou da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), estamos convictos de que o cónego Moreira das Neves fora contactado, sabia do que se ia passar e teria tentado parar a acção, mas não podia denunciar os que confiavam nele. Foi deportado para a Metrópole, onde morreu.

A ligação real destes assaltos ao rapto do "Santa Maria" reside apenas no facto de se ter aproveitado o momento em que, por motivo deste, continuaram a afluir a Luanda vários jornalistas e poderia não haver outra ocasião tão

3 Cf. Dalila Cabrita e Álvaro Mateus, in "Angola 61".

propícia para chamar a atenção para Angola, que seria o seu verdadeiro objectivo. Também causa estranheza que fosse possível reunir quase duas centenas de homens para irem ao encontro de objectivos militares, praticamente desarmados. Ocorre-nos dizer que, à época, em Luanda dizia-se que, por motivo da tomada do "Santa Maria", o Governo-Geral organizou uma manifestação de repúdio, chegando a Luanda pessoas das populações vizinhas, muitas da populosa região de Catete, que foram desviadas e enganadas, por isso os drogaram pelos organizadores da acção.

Durante o funeral dos agentes da PSP, que atingiu uma manifestação gigantesca de pesar, estando o cemitério cheio de gente, ouviram-se tiros no exterior que provocaram o pânico generalizado, em especial no interior, onde as pessoas praticamente não cabiam. Na confusão estabelecida, e dos tiros disparados, resultaram dezanove mortos e numerosos feridos, incidente que deu origem a outro mito de massacre, que teria atingido centenas de mortos, feridos e presos, números completamente falsos. Deve dizer-se que muita daquela gente ia desarmada, provavelmente, até a força que ia fazer as salvas da ordem, a acompanhar as mais altas individualidades de Luanda e que foi uma viatura militar chamada na ocasião, que acorreu ao local, e pôs fim à desordem generalizada. Também ninguém explicou, até hoje, quem iniciou estes distúrbios e disparou os primeiros tiros.

Na noite de 10 para 11 de Fevereiro, outros grupos armados de catanas tentaram atacar de novo as cadeias e outros objectivos, como a Administração, mas como já encontraram gente prevenida tiveram mais vinte e dois mortos, sem provocar qualquer vítima. E pensaram voltar outra vez a outros objectivos citadinos nos dias 17 e 19, mas os planos foram descobertos pelas autoridades e desistiram. Luanda sossegou, não adivinhando os luandenses que seria apenas por um escasso mês.

Os acontecimentos de 15 de março – os massacres

Em 15 de Março de 1961, encontrava-se em Angola uma comissão militar, integrando as mais altas personalidades militares portuguesas, chefiada pelo Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, General Beleza Ferraz. Nesse dia, os membros dessa comissão foram surpreendidos, em Cabinda, com a notícia de que, no Norte, haviam ocorrido trágicos acontecimentos, os quais teriam provocado muitas vítimas. Luanda e Carmona acordaram com essas inquietantes notícias, mas pouco se sabia sobre o que havia acontecido e apenas nos dias seguintes, quando começaram a chegar a estas cidades os sobreviventes e numerosos feridos, se tomou progressivamente consciência de que tinha ocorrido um massacre generalizado numa vasta área do Norte

e só aos poucos foram tomando conhecimento da enorme vastidão da área sublevada. A vaga de terrorismo havia ultrapassado, com toda a impunidade, o que a mente mais pessimista imaginava.

Sem que houvesse consciência disso, iniciava-se uma longa guerra nacionalista, que visava a independência de Angola, como Salazar profetizara em 1959, que haveria de se estender a Moçambique e à Guiné.

Começou a ouvir-se falar da UPA, o Movimento responsável pelo massacre que a generalidade dos angolanos não conhecia, muito menos os portugueses da Metrópole, calculando-se que, entre 15 de Março e Maio, as suas hordas terroristas tenham chacinado centenas de europeus e milhares de nativos.

Em 15 de Março, a subversão activa revelava-se pelo terrorismo puro, em duas áreas distintas, distanciadas centenas de quilómetros; uma na fronteira de S. Salvador e outra no interior, na área de Quitexe, a partir das quais se alastrou rapidamente por todo o Norte, numa superfície equivalente a duas vezes a superfície de Portugal continental.

As autoridades civis e militares tinham conhecimento de que se preparava algo para o mês de Março e a PIDE foi mesmo estreitando o período provável para o fixar, dias antes, no exacto dia 15 de Março. Foram tomadas as disposições possíveis, mas os meios eram escassos e nem a mente mais delirante podia sequer conjecturar o que estava a acontecer. A bestialidade atingira todos, sem excepção de raças, religiões, profissões ou etnias que trabalhavam no Norte: a ordem era para destruir tudo e matar indiscriminadamente, no que seria o mais hediondo massacre que pode imaginar-se, sem precedentes, que teria surpreendido o próprio Holden Roberto, Presidente da UPA. Este teria começado por negar o envolvimento do seu Movimento, apercebendo-se de que era um erro estratégico que iria, a prazo, prejudicar a UPA, além de que deu todo o sentido ao "Angola, rapidamente e em força", de Salazar.

Também o património material foi totalmente destruído: viaturas e bombas de gasolina incendiadas, casas totalmente saqueadas e incendiadas, pistas de aviação, que quase todas as povoações tinham, cortadas de forma a impedir socorro de umas povoações para outras e chegada de reforços, pontes destruídas, fazendas danificadas e a produção estragada. Nada escapou a esta ferocidade. Só na região de Carmona foram destruídas cento e cinco fazendas, quase todas produtoras de café, a grande riqueza da região e de Angola.

Desolação, casas fumegantes e cadáveres mutilados e espalhados pelos terreiros era o que se podia ver da observação aérea. Na fronteira Norte, os terroristas cortaram mesmo pessoas vivas nas serras da indústria de madeiras.

15 de Março era o dia em que a "questão de Angola", apresentada pela Libéria, estava a ser discutida na ONU. Este facto causou embaraços ao

Governador-Geral de Angola que não pôde logo dar conhecimento público do que se estava a passar.

Naquele imenso Norte, as pessoas que escaparam, e puderam, reuniram-se, em geral, à volta da igreja ou do edifício da Administração, constituindo núcleos de resistência, o mais conhecido dos quais foi Mucaba, cuja defesa emocionou toda a Província.

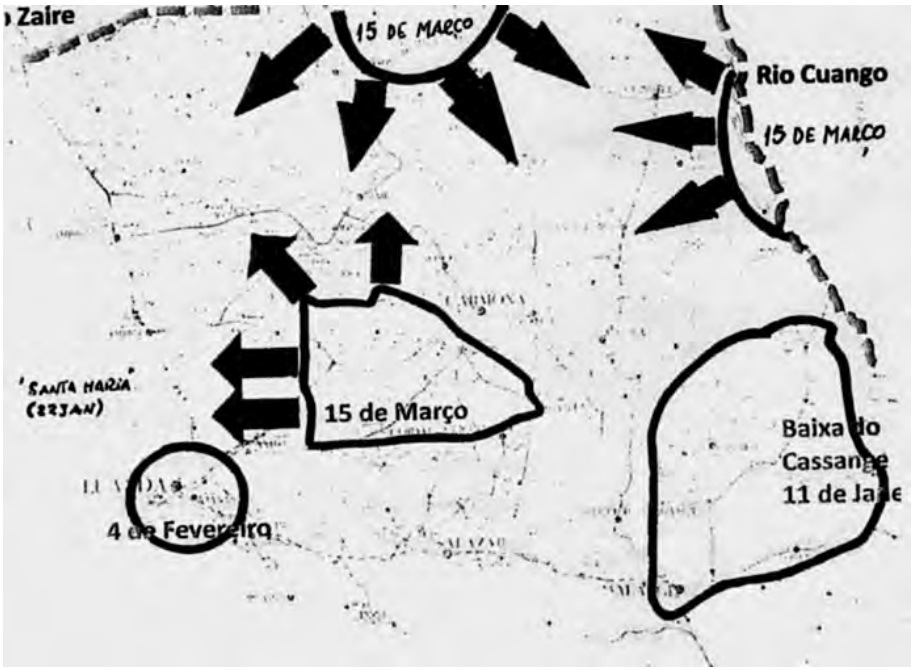


Figura 1 – As ocorrências em Angola no primeiro trimestre de 1961

A expansão da subversão

Os historiadores vindouros não deixarão de questionar a razão pela qual foi possível tamanho massacre e tão grande destruição no Norte de Angola, em curto espaço de tempo e numa área de grandes proporções. Impressiona, de facto, a rapidez da propalação das acções perpetradas pelos amotinados, que pouco mais dispunham do que catanas e armas rudimentares (canhangulos), qual incêndio que, em terreno favorável, soprado por um vento forte e sem meios capazes de o deter, foi ganhando proporções gigantescas.

Já muito afastados dos acontecimentos poderão ser tentados a pensar que, no dia 15 de Março de 1961, entraram pela fronteira norte numerosos grupos da UPA, cada qual com seu destino, os quais, sem oposição, foram destruindo tudo à sua passagem, ideia que não corresponde à realidade. Subjacente aos graves distúrbios está a independência do Congo Belga, em meados de 1960, que os propiciou, mas há factores directos a considerar, de que destacamos o "carácter transfronteiriço das etnias do Norte", a "questão dos deslocados" e o factor "tempo".

O carácter transfronteiriço das etnias do Norte

A eclosão do terrorismo activo não se fez de fora para dentro, mas na sua essência iniciou-se no interior e teria progredido pelas linhas de distribuição étnica. Os povos do Norte, praticamente todos bacongos (Baixo Congo), tinham acentuado carácter transfronteiriço, transitando os seus elementos livremente de um para o outro lado da fronteira, em grande parte convencional, de acordo com as suas conveniências. Conforme já sucedera na Sublevação da Baixa do Cassange, em relação aos maholos da fronteira de Malange, a partir da independência do Congo, os bacongos congoleses independentes, em contacto directo com os agentes da UPA e vivendo as fraquezas dos brancos belgas, facilmente foram induzidos a levar as ideias subversivas aos seus familiares portugueses, sujeitos a outras leis, mas certamente invejando a liberdade e a independência dos irmãos do outro lado do Congo. Acompanhando o mapa dos povos do Norte, a sua distribuição é elucidativa.

As principais etnias das áreas mais afectadas foram:

– os **SORONGOS**, irrequietos e cruéis, dispunham-se ao longo da costa, numa acentuada cunha que tinha por base a linha Nóqui-Santo António do Zaire e o vértice a sul de Ambriz, já bem perto de Luanda. A sua distribuição prolongava-se para o Congo até à fronteira de Cabinda;

– os **MUCHICONGOS (BACONGOS, QUICONGOS ou BUXICONGOS)**, o núcleo mais populoso de Angola, ocupava uma grande área central em forma de polígono com vértices em Nóqui, e Maquela do Zombo (a meio da fronteira convencional norte), Nambuangongo e Carmona (no interior), prolongando-se pelo Congo ao longo da estrada Boma-Kinshassa;

– Os **SUCOS**, na fronteira do rio Cuango. Dispunham-se ao longo deste rio, penetravam no Congo, atravessando o Cuango e tinham ainda um importante ramo sul na fronteira da Baixa do Cassange;

– Os **MAHOLOS**, já citados a propósito da Sublevação da Baixa do Casange.

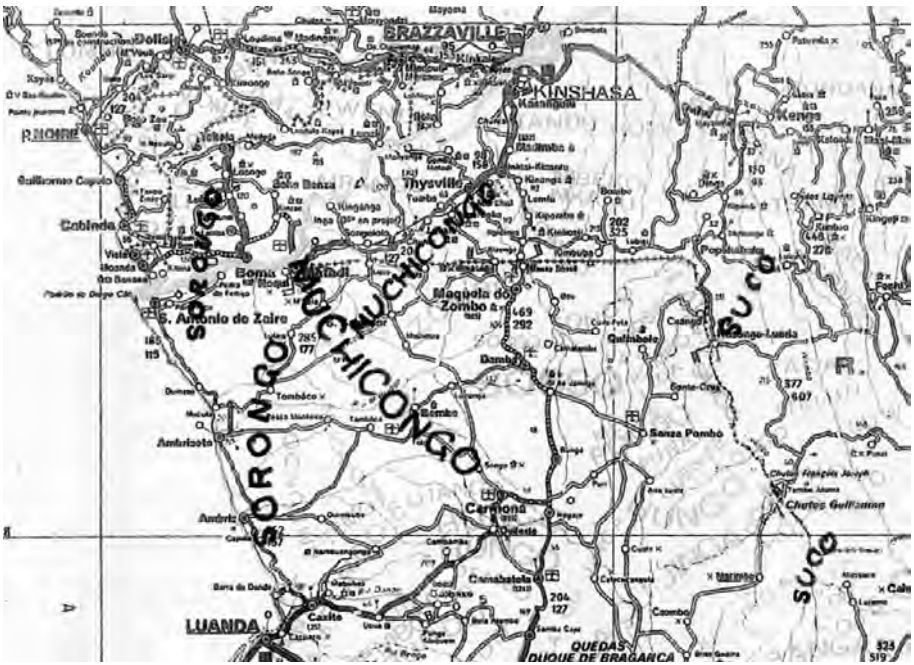


Figura 2 – Distribuição dos povos do Norte de Angola

Os Muchicongos

Destes povos, merecem uma atenção especial os Muchicongos que, na fronteira, estavam estabelecidos na região de S. Salvador, vivendo directamente acontecimentos políticos assinaláveis, nomeadamente a chegada à região, em meados de 1960, da UPA, cujo presidente, Holden Roberto, era natural de S. Salvador, capital do antigo Reino do Congo, desaparecido por ocasião da Conferência de Berlim de 1885. Esta cidade nunca perdeu o prestígio entre os bacongos, especialmente os ali nascidos, que a invocavam com orgulho.

Este povo vivia, por natureza, do comércio, sendo as relações com a parte do Congo, além do rio Congo, naturais e frequentes pelo que se foram embuindo de tudo quanto ocorria no Congo.

A agitação nesta área precedeu a independência do Congo Belga. No Baixo Congo e em território congolês fundou-se, em 1953, a ABAKO (Aliança dos Bacongos) que, em teoria, tinha carácter cultural, mas que visava

reconstituir o lendário Reino do Congo, reunindo os territórios do Norte de Angola, o Baixo Congo Belga, Cabinda e a parte do Congo Francês. Este Movimento era dirigido por Joseph Kasavubu, que defendia um Congo Belga independente e federal e ia mostrando uma crescente hostilidade para com a Bélgica. Como a capital do Reino do Congo era S. Salvador não admira que a agitação da ABAKO se tivesse propagado ao Norte de Angola, onde, a certa altura, já vendiam cartões e se falava do "Rei Kasa", como se este fosse angolano. Porém, a Bélgica não aceitava um Congo federal temendo que a rica província do Katanga do Alto Congo se viesse a separar. Foi o primeiro fermento lançado no Norte de Angola.

Surge, entretanto, Partice Lumumba, que defendia um movimento nacional congolês atinente a um Congo independente e unitário. Apesar de ser um demagogo, a Bélgica entendeu que era um mal menor e apoiou-o, aparecendo no Norte de Angola o mito de Lumumba, a par do de Kasavubu.

Enquanto a ABAKO ia perdendo influência com a independência do Congo Belga e Kasavubu ascendeu à presidência do novo país, ganhava notoriedade outro Movimento de caracter mais regional – A Liga Nacional dos Muchicongos –, criado com o objectivo de agrupar os nativos de S. Salvador. Em plena crise da eleição do Rei do Congo, já em 1961, a Liga transforma-se na Nwizaco, que interveio directamente nesta eleição. A UPA, já estabelecida no Congo Belga, foi-se insinuando nestes Movimentos, chegando Holden Roberto, seu Presidente, a ser apontado como candidato, com o apoio de organizações americanas, a ser eleito Rei do Congo, aparentemente para apoiar a reconstituição do Reino do Congo, mas com a verdadeira intenção de se lançar na luta pela independência de Angola.

As autoridades portuguesas mantinham sob vigilância, talvez demasiado frouxa, a eleição do Rei do Congo que era claramente uma oportunidade para a UPA se afirmar.

A questão dos deslocados

Durante o período de transição para a independência do Congo Belga geraram-se distúrbios, que foram pretexto para as autoridades belgas expulsarem para Angola dois a três mil negros que se diziam angolanos e que estavam desempregados. A maior parte deles nem conhecia Angola, embora lá tivesse nascido e poucos falavam português, exprimindo-se maioritariamente em francês. Tinham assistido às reuniões políticas de Kasavubu e Lumumba, nas quais a independência era exigida sem ambiguidade e, segundo as autoridades belgas, alguns deles estavam mesmo implicados nos tumultos. Não obstante a aparente submissão desses retornados, que ficaram conhecidos

por "deslocados", as autoridades portuguesas olhavam-nos com desconfiança, mas Angola recebeu-os de braços abertos ao ponto de o Governo-Geral arranjar emprego em Luanda aos mais qualificados e enviar os restantes para as roças onde lhes deram trabalho. Os fazendeiros não os receberam com grande agrado, tão pouco os trabalhadores que comentavam "aquela gente vem lançar fogo à terra". O Governador-Geral de Angola solicitou, então, ao Governador-Geral do Congo Belga que suspendesse a medida e o envio de mais gente, pedido que foi aceite mas, quando o território se tornou independente, a crise foi tão grande que os deslocados voltaram a Angola. Sobre o papel que desempenharam em favor da UPA, o próprio Holden Roberto, em entrevista ao "*Le Progresse*", em 1 de Abril de 1967, declarou "(...) eu quero lembrar que antes da independência do Congo nós tínhamos criado células clandestinas aqui em Kinshasa. Em Janeiro de 1959, houve tumultos e muitos angolanos, tendo sido acusados pelas autoridades coloniais belgas de terem participado neles, foram expulsos do Congo. Estes expulsos, entregues às autoridades portuguesas em Nóqui foram enviados para as fazendas. Foi aí que o colonialismo português cavou a sua própria sepultura pois ao enviar esses expulsos para as fazendas, introduziu o vírus da liberdade, pela simples razão de muitos deles militarem já nas células clandestinas que nós tínhamos criado em Leopoldeville. Eles serviram de precursores (...)".

O factor tempo

Com tamanha agitação de movimentos políticos na fronteira norte de Angola, as autoridades portuguesas foram dando oportunidade à UPA, desde a independência do Congo Belga, concedendo-lhe, por inacção, todo o tempo para preparar dentro de Angola e executar, com a maior surpresa e segurança, o massacre descrito. Isso mesmo é reconhecido pelas autoridades militares de Lisboa. Em 17 de Junho de 1961, em instrução escrita e pessoal entregue pelo Secretário-Geral da Defesa Nacional ao General Silva Freire, na véspera de assumir o Comando da 3ª Região Militar, consta de forma explícita que o inimigo desfrutara da iniciativa por largo tempo. Esta era a realidade e a grande explicação para o que acontecera. Tal constatação, em documento militar e oficial, três meses depois do início dos massacres e um ano após a independência do Congo Belga, é o reconhecimento claro da paralisia do governo que falhou na previsão e na capacidade de reacção. Nem os massacres, que ecoaram por todo o mundo, o fizeram despertar da letargia em que entrara, e tomar as medidas militares adequadas.

A independência do Congo Belga, em Junho de 1960, deveria ter servido de alerta e ser o ponto de partida para implementar um dispositivo militar

mínimo no Norte. Não o foi e, enquanto isso, a UPA saiu do Ghana e instalou-se na fronteira norte de Angola, frente a S. Salvador, e iniciou imediatamente a subversão das populações angolanas presentes no Congo e mesmo no interior de Angola, intervindo indirectamente na eleição do Rei do Congo para testar a reacção das autoridades portuguesas, distribuindo panfletos subversivos e procedendo mesmo à quotização de algumas populações. Toda esta actividade era denunciada pela PIDE e pelas autoridades administrativas portuguesas, mas os avisos eram tomados com alguma displicência.

A penetração da UPA no interior de Angola não se fez, pois, por estratégia directa, mas explorando os factores descritos.

Este factor juntou-se à problemática dos "deslocados", tendo como pano de fundo a impunidade de que dispunha, "oferecida" pelas autoridades portuguesas.

Síntese dos acontecimentos em 1961 com incidência em Angola

Data	Factos	Comandante Militar de Angola	Modalidade de Actuação do Inimigo	Modalidade de Actuação das Nossas Tropas
11 de Janeiro de 1961	Sublevação da Baixa do Cassange	General Monteiro Libório	Resistência passiva ao trabalho Terrorismo (Sublevação de carácter-laboral)	Operações de socorro sobre os itinerários Constituição de um Batalhão Eventual (comandante Major Rebocho Vaz)
22 de Janeiro de 1961	Assalto ao Paquete "Santa Maria"	General Monteiro Libório	Pirataria marítima	Dispositivo de defesa na costa dos territórios portugueses em África (Cabo Verde, S. Tomé e Cabinda) Defesa da costa de Angola contra desembarques Meios navais de vigilância da costa Acção diplomática internacional

4 de Fevereiro de 1961	Assalto à 7ª. Esquadra da PSP e Casa de Reclusão de Luanda	General Monteiro Libório	Terrorismo	Defesa dos objectivos atacados Prevenção contra acções futuras Defesa de objectivos estratégicos
15 de Março de 1961	Massacre generalizado no Norte de Angola pela UPA	General Monteiro Libório	Terrorismo	Operações de socorro Operações de defesa de povoações ameaçadas e outros objectivos económicos Constituição de um Batalhão Eventual
5 de Abril de 1961	Massacre de Cólua Morte do comandante da 7ª. CCE (Capitão Castelo da Silva)	General Monteiro Libório	Terrorismo. Início de uma guerrilha ainda incipiente	Operações de socorro
13 de Maio de 1961	Início da Reocupação com o primeiro contingente de tropas metropolitanas de reforço	General Monteiro Libório	Terrorismo e guerrilha	Início da Reocupação do Norte de Angola Início de uma malha defensiva militar cobrindo o Norte de Angola

Estabelecimento de ensino desde 1900

O Instituto de Odivelas, dependente do Estado-Maior do Exército, proporciona às suas alunas, a partir do 5.º ano de escolaridade, em regime de internato ou semi-internato os Planos Curriculares fixados pelo Ministério da Educação acrescidos das disciplinas de **Puericultura**, **Culinária**, **Drama Educativo**, **Higiene**, **Francês Prático** e **Inglês Prático**.

As alunas têm ainda à sua disposição diversas actividades:

- Circum-escolares:
  Instrução Militar,
  Esgrima, Equitação,
  Classe Especial de Ginástica,
  Teatro, Fotografia,
  Informática.
- Complemento Curricular:
  Actividades desportivas,
  Colónia de Férias,
  Intercâmbio escolar
  com **França.**



INSTITUTO DE ODIVELAS
Largo D. Dinis – 2675-336 ODIVELAS
Tel. 219 349 030
www.institutodivelas.com
io@mail.exercito.pt

Revista Militar
N.º 2/3 – fevereiro/março 2014
pp. 201-222

A Defensão de Moçambique. Sua evolução*



Tenente-coronel João José de Sousa Cruz*

Continuação da pág. 101

1. No início da colonização

No início da colonização, a enorme Costa Oriental de África estendia-se desde a baía de Espírito Santo, ou de Lourenço Marques, até Mombaça e Melinde, aproximadamente 2000 milhas marítimas.

A política militar portuguesa na África Oriental era dirigida para um fim económico, como na Índia (Goa). As operações revestiam-se muitas vezes de um carácter ofensivo, utilizando alianças com o indígena para conquistar novos centros de comércio ou para obter, como paga do auxílio, as regiões onde a tradição colocava filões de ouro ou de prata.

A soberania portuguesa assentava num certo número de fortes na costa e em presídios no interior, construções de terra batida com muralhas de estacaria, torres de madeira e um fosso à volta.

A defesa marítima do oriente português estava assente em três espécies de armadas: protecção do comércio contra embarcações indígenas; contra armadas de alto bordo; e segurança local.

* Termo usado arcaicamente na história da colónia.

** Tenente-coronel de Artilharia. Professor Efectivo de Topografia e Geodesia da Academia Militar, Lisboa; Professor e Criador do Curso de Engenharia Topográfica no Instituto Politécnico de Beja, Professor de Topografia e Desenho Topográfico da Escola de Formação e Aperfeiçoamento do Instituto Geográfico e Cadastral em Lisboa, Professor Convidado da Universidade dos Açores para as cadeiras de Topografia e Desenho Topográfico, em Ponta Delgada, e Professor de Topografia da Universidade Lusófona em Lisboa.

A segurança local, embora protegida por unidades navais privativas das fortalezas, assentava em unidades militares pagas, com agrupamentos tácticos, formados por tropa indígena e europeia. Como é natural, a defesa de cada feitoria, não fortificada, era pensada e executada localmente, sem planeamento algum. Mesmo como foi feito o povoamento de Moçambique não dava preocupações ao governo central, porquanto os colonizadores eram, como inicialmente, desertores das naus da Índia, ou, mais tarde, deportados efectivamente, enviados pelos tribunais de Lisboa ou, ainda mais tarde, do Rio de Janeiro e de Goa.

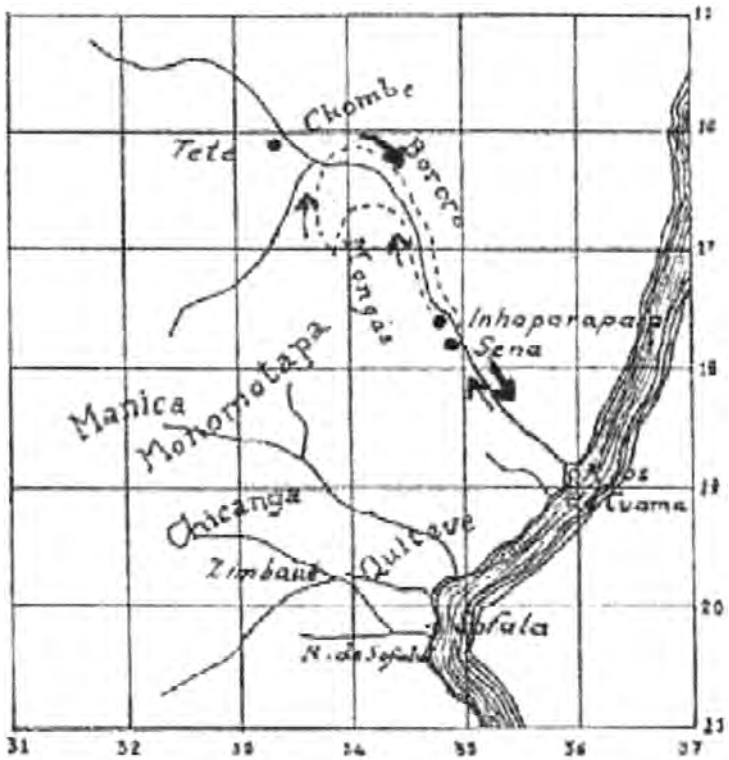


Figura 1 – Itinerário de F. Barreto, em 1571

Ainda se podem contar como colonos iniciais cidadãos portugueses ou goeses, que muito raramente se atreviam a instalar em Moçambique.

Se a feitoria era fortificada, então havia uma força militar, de constituição variável, que ia cumprindo, conforme podia, a sua função de defesa da zona.

Há notícias de que, em 1570, os mercadores dos "Rios de Sena" tiveram de se unir em auto defesa, porque as tropas do reino, só existindo em Sofa-

la e na Ilha de Moçambique, estavam muito longe para os apoiar, entre 300 e 400 milhas de distância.

Outras notícias informam que, em 1571, um contingente de 1000 soldados, sob o comando de D. Francisco Barreto, atacou o Monomotapa mas, após ter morrido o próprio comandante, somente regressaram a Sena cerca de 180 homens sobreviventes.

Os fortins, que dispunham de Capitão honorário, nomeado pelo Capitão general de Moçambique, eram habitualmente defendidos pelos moradores, mas as suas defesas eram muito fracas, normalmente construídas de estacaria e taipas (tranqueiras). Nas fortalezas principais o número de soldados e bombardeiros variava, sendo em geral reduzido.



Figura 2 – Tranqueira de Sofala

Em 1600, Moçambique dispunha de 100 arcabuzeiros e 5 artífices para a artilharia. Mas Sofala apenas tinha 30 homens, e Quelimane 14 militares.

Em 1629, Moçambique tinha, às ordens do Governador, um Tenente Mestre de Campo General, que comandava o Sargento-mor de Infantaria. Este dava assistência ao Capitão general na penetração, fundação de presídios, nas expedições contra régulos, etc.. Eram de nomeação régia.

Em 1677, o Reino enviou para o rio Cuama 600 soldados com família, mais 50 casais de povoadores-lavradores, com as respectivas alfaias.

Entre 1629 e 1693, foram registados como militares na colónia, e somente na Ilha de Moçambique e nos Rios de Sena: um tenente general, um feitor, um escrivão, e 50 pobres soldados espalhados pelas diversas zonas.



Figura 3 – Fortaleza da Ilha de Moçambique

Como já se referiu, estes eram normalmente de origem metropolitana, brasileira ou de outra colónia, condenados não só ao degredo, mas também para cumprirem anos de serviço na Guerra do Mato.

2. No tempo dos Prazos

O sistema de Prazos foi implantado, inicialmente, pelo Estado da Índia, ainda no século XVII, originando que os primeiros prazeiros foram goeses. Nestes prazos, os escravos, armados pelos seus senhores, eram conhecidos por "*achikundas"* e entre os serviços que executavam contavam-se o policiamento do Prazo, a cobrança de impostos e, quando necessário, constituíam "*exércitos privados*" do senhor do Prazo. Eram as forças que vieram a dar lugar às tropas de segunda linha.

Entre 1700 e 1760, a colónia de Moçambique dispunha de 300 militares em destacamentos. Em 1731, a povoação de Inhambane foi guarnecida com tropa portuguesa. Em 1753, foi enviado para Moçambique um contingente de 376 oficiais e praças reinóis[1], dos quais apenas 315 chegaram à colónia.

1 Pessoal natural do reino de Portugal, ou metropolitano.

Notícias de 1760 dizem que passaram a existir na colónia dez Companhias de Guerra, e no ano seguinte onze. Por esta altura, uma Companhia de Infantaria foi destacada do Regimento da Ilha de Moçambique para guarnecer a vila de Sena, no Zambeze.

Note-se que o efectivo reduzido das forças portuguesas não indicava fraqueza, porque a maioria das acções militares eram executadas pelos "*achikundas*" dos prazeiros.

Entre 1750 e 1800, também foram recebidos militares vindos do Brasil, mas normalmente na situação de degredados.

Em 1760, foi guarnecida militarmente a ilha de Ibo, nas Quirimbas, a Norte da Ilha de Moçambique.



Figura 4 – O velho forte da ilha de Ibo

Cerca de 1750, há notícias de existir uma companhia militar em Zimbaué, com um capitão, um alferes, dois sargentos, um tambor, um capelão, um cirurgião e 30 soldados.

E, simultaneamente, no Zumbo, um capitão-mor e uma pequena guarnição de um oficial e 24 soldados[2].

2 Desembargador Morais Pereira, no séc. XVIII.

Em 1767, o Estado da India enviou para a colónia uma companhia de cipaios, com um capitão, um alferes, dois sargentos e 59 praças. Os descendentes do Sargento Nicolau Pascoal da Cruz, desta companhia, o qual ficou em Moçambique após a comissão, vieram a dar muito trabalho às tropas portuguesas nas campanhas contra o Bonga, já no século XIX.

Só em 1779 a reforma do Conde de Lippe chegou à colónia, ficando o efectivo militar desta fixado em 1169 homens.

Em 1781, chegaram da Índia três companhias de cipaios, as quais, devido a desastres, e principalmente a doenças, ficaram rapidamente reduzidas a 11 homens.



Fig. 5 – Uniformes do Regimento de Infantaria para o Ultramar



Figura 6 – Os Caçadores de Inhambane

Em 1792, a unidade existente na Ilha de Moçambique, um Regimento, foi considerado inviável. Assim, o pessoal das dez companhias de infantaria, consistindo em 147 oficiais e 1022 praças, acrescidas das companhias de artilharia, não poderiam ser recompletadas através dos 40 a 60 degredados enviados anualmente para a colónia, embora o fossem desde Portugal, Brasil ou Índia.

Em 1850, há notícias de existirem na colónia cerca de 1000 militares das tropas regulares.

Pelo Decreto de 31 de Janeiro de 1861, determinou-se o seguinte: as praças de *pret*[3] dos corpos do ultramar serão europeias e indígenas, os oficiais serão, metade nativos e portugueses não europeus, e a outra metade serão reinóis.

Em 1864 existiam nas forças coloniais, em todo o ultramar, 6400 homens na infantaria e 1500 homens na artilharia.

Em 1868 foi organizado um batalhão reforçado para intervir na Zambézia. Mas estas forças militares dispunham de cerca de 6000 guerrilheiros irregulares, que possivelmente eram constituídos por "*achikundas*" e que ajudaram as tropas portuguesas na tomada da aringa do Bonga, em 1875. As tropas regulares eram constituídas por forças europeias de caçadores e de artilharia, reforçados por um batalhão oriundo de Goa. Tinham também apoio da marinha com uma canhoneira no rio Zambeze.

As forças de guerrilheiros irregulares, os chamados caçadores de Inhambane, usavam a farda da figura 6.

Em 1880, as tropas europeias no Ultramar passaram a usar o uniforme indicado na figura 5.

Entre 1890 e 1901, realizaram-se as seguintes expedições militares do Reino para Moçambique (quadro I).

Ano	**Mês**	**Oficiais**	**Praças**
1890	Dezembro	33	756
1894	Outubro	24	603
1895	Março	66	2193
1896	Março	9	306
	Junho	3	49
	Novembro	4	376
1897	Julho	25	733
1898	Junho	22	654
1899	Julho	22	654
1900	Março	20	710
	Setembro	55	1153
1901	Janeiro	17	371
Totais		**300**	**8558**

Quadro I – Expedições militares do Reino, para Moçambique

Entre 1893 e 1894, os cinco batalhões da Colónia foram reduzidos a três, cada um com quatro companhias indígenas e tendo anexa uma bataria de artilharia europeia.

3 *Pret* ou pré.

3. Organização em 1895

As forças a prestar serviço no Ultramar eram organizadas em duas frentes: *Frente Oriental*, com Moçambique, Índia, Macau e Timor; e *Frente Ocidental*, com Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe e Angola.

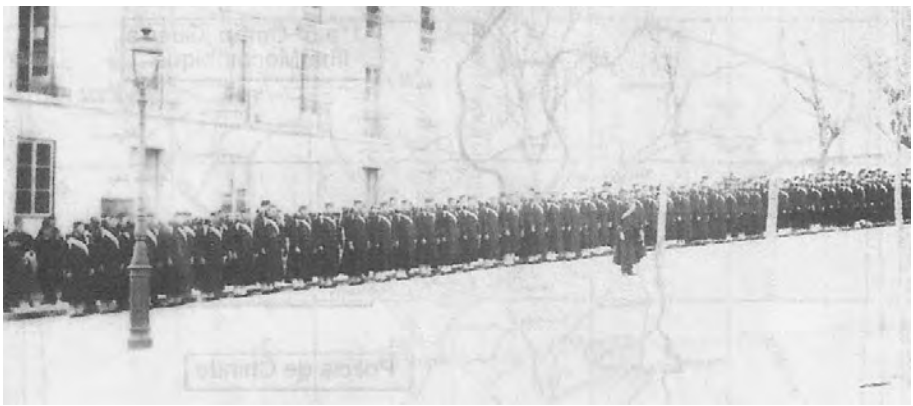


Figura 7 – Tropa metropolitana pronta para embarcar para Moçambique, em 1895

Pelo Decreto de 16 de Agosto de 1895, foram criadas as Companhias de Guerra Independentes, autónomas em diversos pontos do interior das colónias. A primeira esquadra de cada companhia continha o serviço de artilharia. O mesmo decreto acaba com a organização administrativa do Regimento, permitindo a organização das unidades tácticas de Batalhão.

Os quadros orgânicos para Moçambique contemplavam: 110 Oficiais, 97 Sargentos, 274 Cabos e 1862 Soldados. A distribuição pela colónia era a indicada no mapa da figura 8.

Em Moçambique, a Marinha portuguesa, neste fim de século, dispunha, principalmente, de navios do tipo Escunas e Palhabotes, além de pequenos barcos para trânsito fluvial, sendo de facto muito escassa para um território que dependia das ligações por mar e por rio, e com a uma costa de 2000km. A realidade era que, em Moçambique, apenas se dispunha do Iate Mindelo e da Escuna D. Maria da Glória.

O transporte de tropas para o Ultramar, em caso de expedições militares, era feito em barcos fretados, normalmente de companhias inglesas, pois Portugal não dispunha de meios navais compatíveis. E foi assim durante muitos anos, enquanto a marinha mercante portuguesa não foi reforçada, já nos meados do séc. XX. Podia assistir-se a um facto curioso, uma frota inglesa transportar militares que iriam lutar contra tropas inglesas, pois os interesses

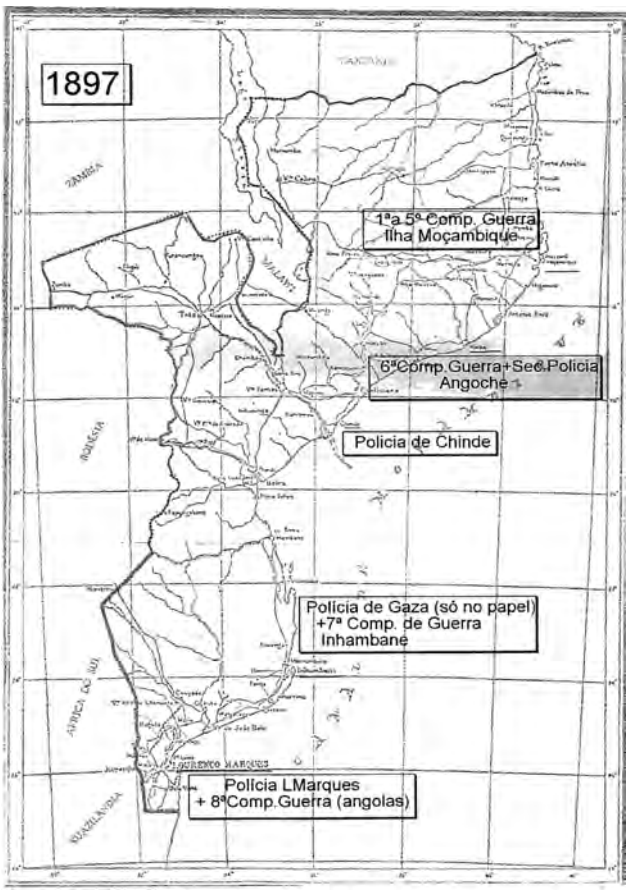
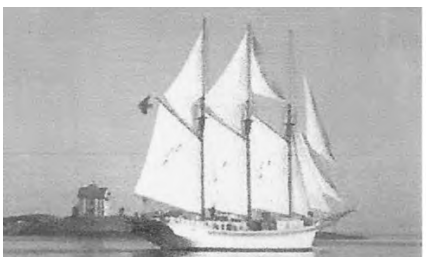
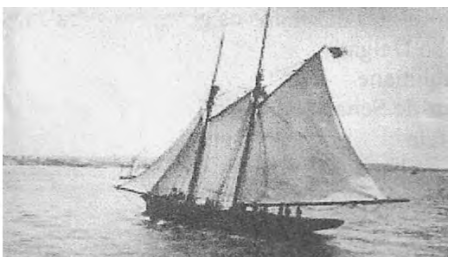


Figura 8 – Organização em 1897

desta nação eram antagónicos dos interesses portugueses, nomeadamente nos litígios de fonteiras com as colónias inglesas, vizinhas de Moçambique.





Figuras 9 e 10 – Navios tipo Escuna e Palhabote, da Marinha de guerra portuguesa



Figura 11 – Embarque de tropa portuguesa para o ultramar, em navio fretado inglês, neste caso de Londres, e sob a bandeira inglesa

4. Organização de 1901

No ano de 1901 foi publicado um decreto determinando que, como tropas de primeira linha na colónia, fossem criadas: dez Companhias de Infantaria indígenas; duas Companhias de Metralhadoras indígenas; um Esquadrão de Cavalaria; uma Bataria de Artilharia e três Companhias de Depósito e Recrutamento.

São também criadas unidades de Artilharia, de Cavalaria e de Infantaria, para apoio ao Governador, pretendendo-se assim prescindir das expedições metropolitanas enviadas por Portugal.

Entretanto, são permitidos efectivos mínimos e máximos, para cada colónia. Para Moçambique, podiam variar de 2213 a 3722 homens em armas.

Em 1909, são apresentadas pelo, então, Major Gomes da Costa duas cartas geográficas do centro de Moçambique, que vão ajudar ao desempenho de diversas expedições.

5. Organização na I Grande Guerra (1914/1918)

Entre 1914 e 1918, e durante a I Grande Guerra europeia, Portugal enviou para Moçambique 825 oficiais e 18613 soldados.

E, durante o mesmo período de tempo, mobilizou, com pessoal residente na colónia 1000 oficiais e sargentos europeus e 10000 soldados indígenas.

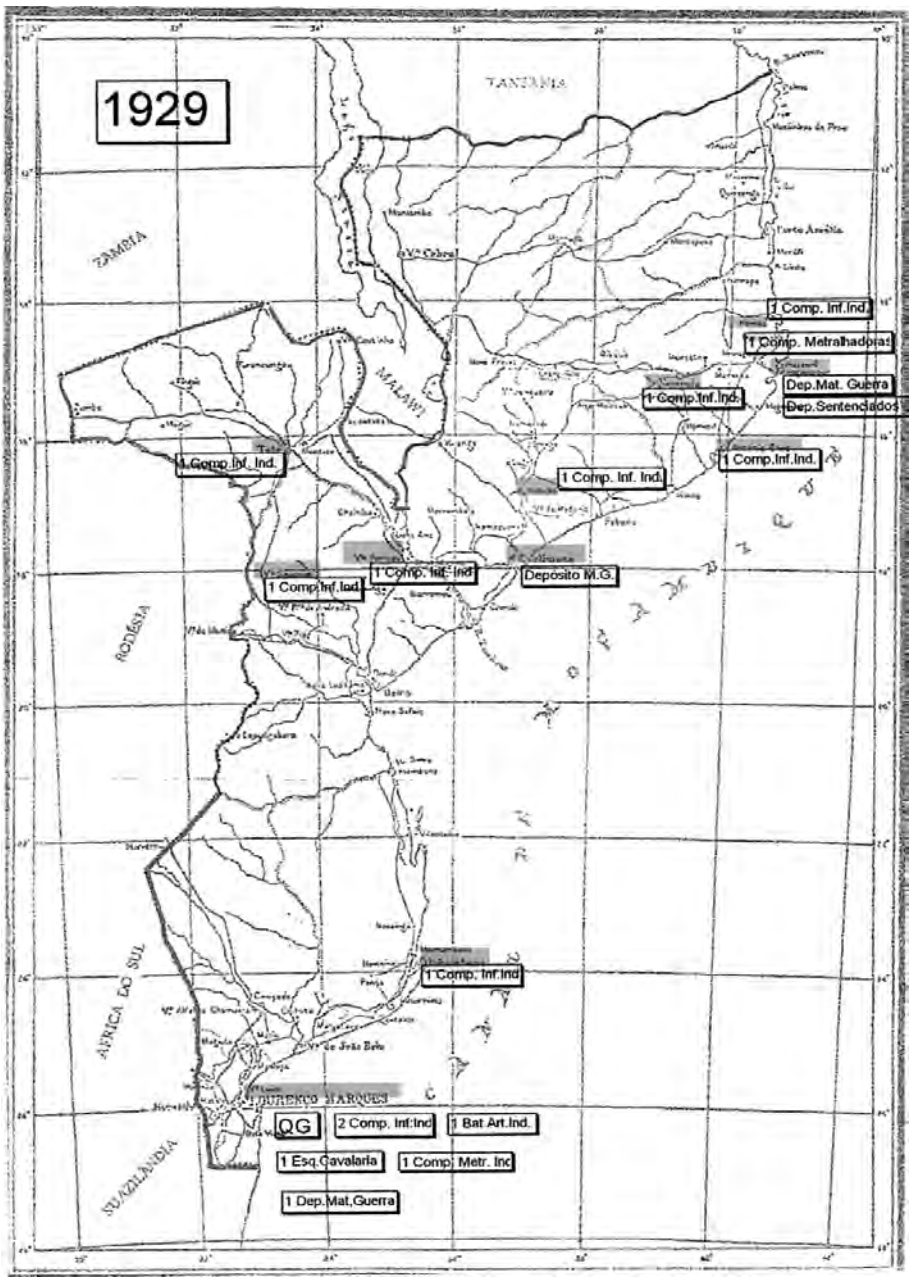


Figura 12 – Organização das tropas em Moçambique, em 1929

Durante este período, foram contabilizadas as seguintes baixas nas nossas tropas (NT): 54 em combate, 8 em acidentes e 1945 por doença.

Não foram contabilizadas as baixas de carregadores que acompanhavam as colunas, mas estimam-se que 50% dos efectivos contratados teriam desertado ou adoecido, durante este período de guerra.

Transcreve-se o parecer do General Gomes da Costa sobre a falta de preparação e de organização do povo português: *"(...) Preparação é coisa que não existe em Portugal: tudo se faz por impulsos, bruscamente, segundo as necessidades do momento, e por isso tudo nos sai torto e desafinado; será o que Deus quiser! O fatalismo muçulmano! A experiência, o saber, a inteligência para nada servem. Resultado: Desastre (...) as companhias indígenas (em* Moçambique*) tinham pouca instrução e o seu armamento era constituído pelas velhas Snider de cartuchame com invólucros de cartão. O papel e o equipamento desconjuntava-se (...) nestas campanhas (*em Moçambique*) Portugal iria enfrentar outros três inimigos de peso além das forças alemãs comandadas por von Lettow Worbeck: (1) o clima e as condições sanitárias inacreditáveis causadores de mais baixas do que o combate com os alemães ; (2) e a desorganização e ineficácia do Estado que se reflectiriam na preparação dos contingentes; (3) Os King's African Rifles Britânicos que se comportavam como um verdadeiro exército de ocupação e inclusivamente sublevavam as populações contra os portugueses."*[4]

Não foi uma guerra brilhante, nenhuma é, mas houve momentos de desespero, quando uma companhia de infantaria inteira (140 homens) foi abatida ao efectivo por doença.

6. Organização para a II Grande Guerra (1939/1945)

O Decreto nº 11746, de 16 de Junho de 1926, tornou o Exército único, extinguindo o quadro privativo das forças coloniais.

O Decreto nº 13309, de 23 de Março de 1927, normalizou o recrutamento do pessoal europeu. Em 1929, passam a existir no colónia de Moçambique 18 unidades militares.

O Decreto nº 19220, de 19 de Janeiro de 1931, cria o recrutamento militar nas colónias.

4 Em http://www.triplov.com/miguel_garcia/mozamb/mozamb_02.htm, Francisco Proença Garcia, "Moçambique na I Guerra Mundial – Do Rovuma a Nhamacurra".

Em 1935, as forças militares no Ultramar dependiam dos Governadores e, através deles, do Ministério das Colónias.

Nos anos de 1935 e 1936, existiam em Moçambique: um Quartel-General; uma Inspecção de Unidades; dez Companhias Indígenas de Infantaria; duas Companhias Indígenas de Metralhadoras; uma Bataria Mista de Artilharia; um Esquadrão de Dragões (cavalaria) e uma Banda de Música.



Figura 13 – Tropa indígena em Moçambique, em instrução de campo

Depois de 13 de maio de 1936, no chamado período "*Santos Costa*"[5], a política militar ultramarina deu uma grande volta.

Pelo Decreto nº 29686, de 14 de Junho de 1939, aumenta o efectivo da Região Militar de Moçambique para: três Inspecções de Infantaria; doze Companhias de Infantaria; três Companhias de Engenhos (com dois pelotões de morteiros e 1 pelotão de canhões); três Baterias de Artilharia e um Esquadrão de Dragões a cavalo.

Ainda em 1942, são montadas duas Baterias de Artilharia de Defesa de Costa, na baía de Lourenço Marques, operacionais em 1944.

A Bataria de Artilharia de Costa nº2, na qual o autor serviu, era a última fortaleza portuguesa no Oriente, e era constituída por quatro peças de 19cm *CTR m/44*, estava situada na ilha Xefina Grande, à entrada do porto de Lourenço Marques e cruzava fogos com a Bataria de Artilharia de Costa nº1, situada na margem sul da baía do Espírito Santo, ou seja na Ponta Mahone, Catembe.

As duas batarias de defesa de costa, montadas para defesa de Lourenço Marques, mantiveram-se operacionais até ao ano de 1959. A terceira bataria, prevista para a cidade da Beira não chegou a ser instalada.

5 Major Santos Costa, foi ministro da Guerra do Governo português e homem de confiança de Salazar.

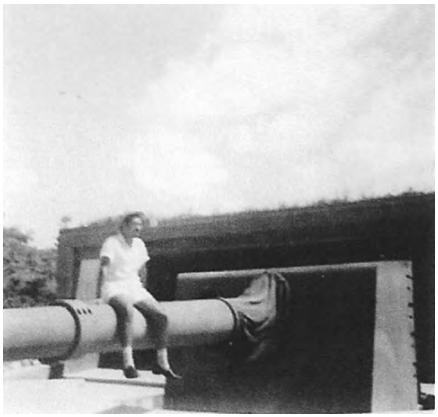


Figura 14 – Peça da Bateria da Xefina, 19cm m/44, com o autor em férias



Figura 15 – Outra imagem da mesma peça da Xefina, tirada de cima da blindagem protectora dos serventes

Finalmente, em 21 de Julho de 1942, o Decreto nº 32157 colocou sob as ordens do Ministro da Guerra – o já referido Major Santos Costa – todas as forças militares, em todas as colónias portuguesas.

Em 1939, deslocou-se a Moçambique a chamada "Missão Militar às Colónias", que propôs uma organização diferente (figura 16), onde apareciam três Regiões Militares e uma quadrícula que não foi implementada.

Entre 1939 e 1949, a organização militar da colónia consta da figura 17.

7. Organização Militar em 1945

O que realmente existia nos anos de 1950 era o seguinte:

– O *Comando Militar* da Colónia, em Lourenço Marques;

– Unidades de:

– *Infantaria* (três Batalhões de Caçadores de tropa indígena) sendo:
  - um em Boane, tendo destacada uma Companhia, em Inhambane;
  - um em Vila Gouveia, tendo destacadas Companhias em:
    – Mutarara
    – Tete
    – Vila Manica
    – Beira

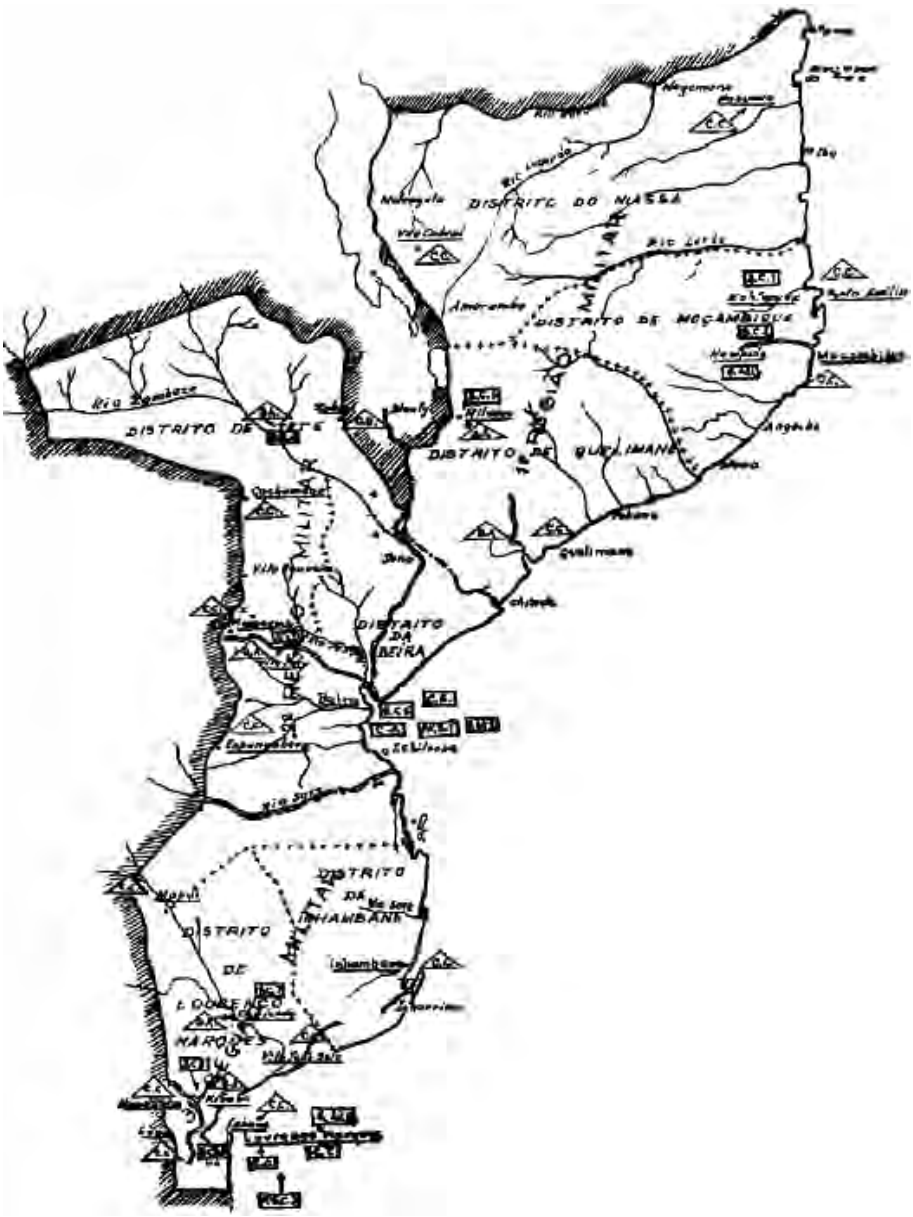


Figura 16 – Plano da Missão Militar à Colónias, em 1939

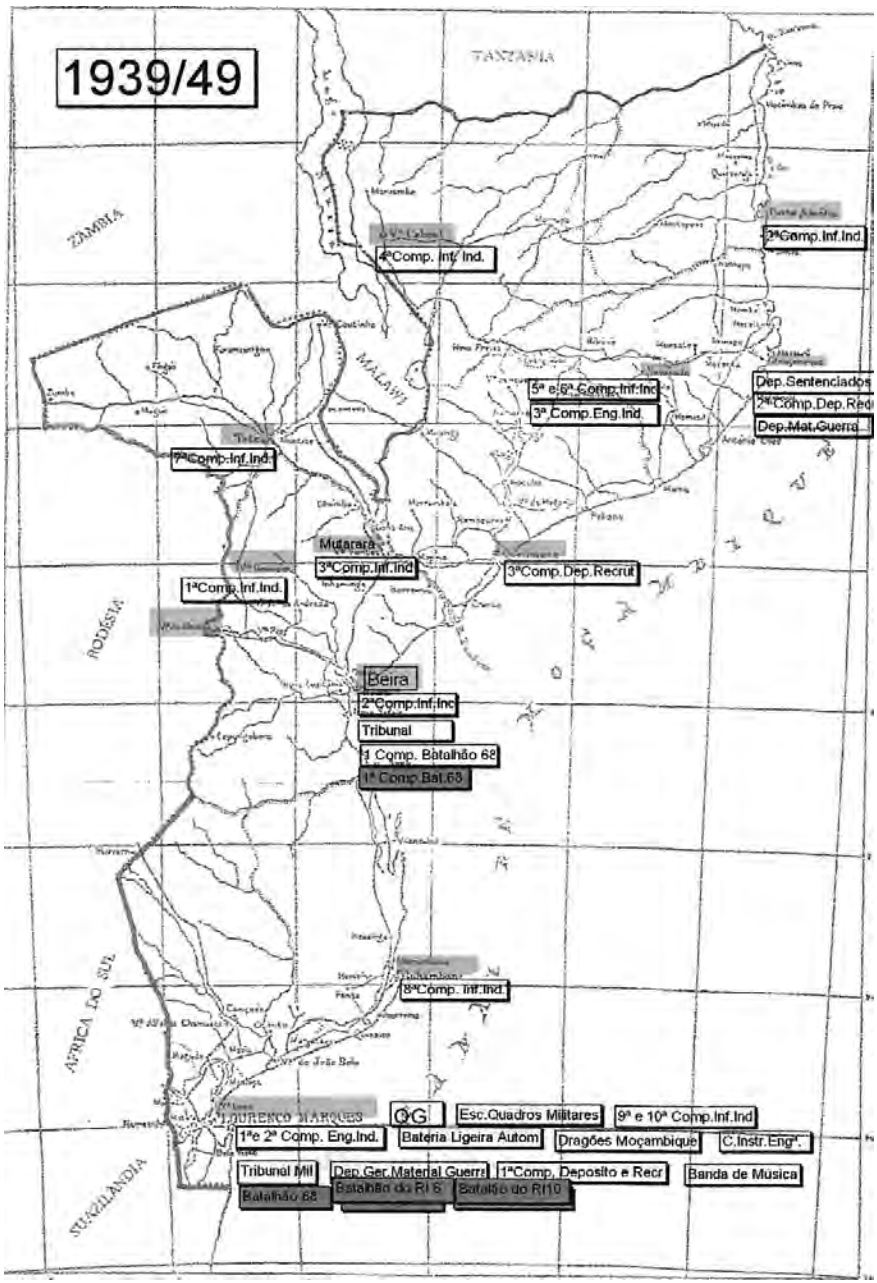


Figura 17 – Organização militar da colónia, de 1939 a 1949

- um em Nampula, tendo destacadas Companhias em:
  – Porto Amélia
  – Vila Cabral.

– *Artilharia de Campanha* (três Batarias Ligeiras – BLA), sendo:
- Comando da Artilharia, em Lourenço Marques;
- BLA nº1, em Lourenço Marques;
- BLA nº2, provisoriamente, na Beira;
- BLA nº3, em Nampula.

– *Artilharia de Costa* (três Batarias fixas – BAC), sendo:
- BAC nº1, em Ponta Mahone;
- BAC nº2, na ilha Xefina;
- BAC nº3, na Beira (esta nunca foi montada).

– *Cavalaria*
- Grupo de Esquadrões de Moçambique, em Lourenço Marques.

– *Engenharia*
- Centro de Instrução de Engenharia, em Lourenço Marques.

– *Diversos*
- Escola de Quadros Militares, em Lourenço Marques (mudou para Boane);
- Centro de Instrução de Saúde, em Lourenço Marques;
- Centro de Instrução de Subsistências, em Lourenço Marques;
- Centro de Instrução Automóvel, em Lourenço Marques (incluído na BLA nº1);
- três Companhias de Depósito e Recrutamento, em:
  – Lourenço Marques;
  – Ilha de Moçambique;
  – Quelimane.
- Depósito Geral de Material de Guerra e Oficinas, em Lourenço Marques;
- Depósito Geral de Material de Fardamento e de Aquartelamento, em Lourenço Marques;
- Tribunal Militar Territorial, em Lourenço Marques;
- Casa de Reclusão, em Lourenço Marques;
- Depósito de Sentenciados, na ilha de Moçambique.

Foi esta organização que existia na primeira comissão do autor e que praticamente durou até 1961.

8. Organização Militar de 1961 a 1974

Nestes treze anos, face ao incremento de actividades terroristas ou revolucionárias, em Angola e na Guiné, Moçambique reforçou-se militarmente e, além da tropa de quadrícula, passaram a contar-se com unidades metropolitanas de reforço à guarnição normal.

Nos quadros seguintes, podemos ver a situação das NT em 1963, num mapa de conjunto, e depois a evolução para 1974, em Abril, pouco antes da revolução e do caos que esta originou. Estas cartas de situação permitem destacar as zonas operacionais das de menor actividade.[6]

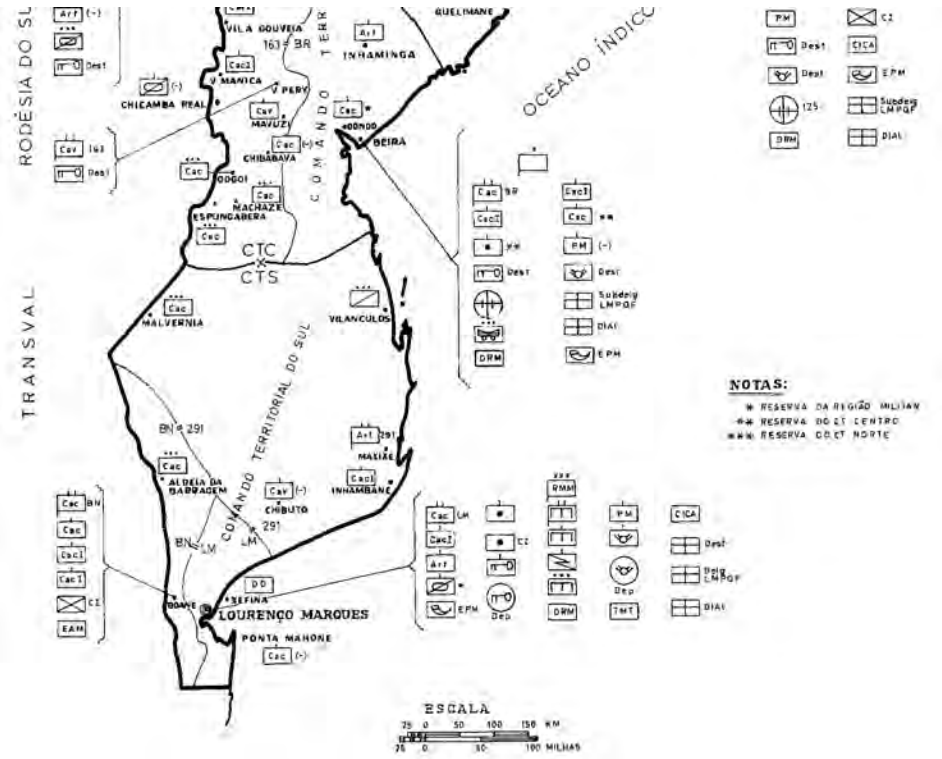


Figura 18 – Organização em 1963

6 Os esquemas apresentados foram obtidos na *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-74)*, 4º Volume, publicado pelo Estado-Maior do Exército, em 1989.

As cartas de situação seguintes referem-se a Abril de 1974.

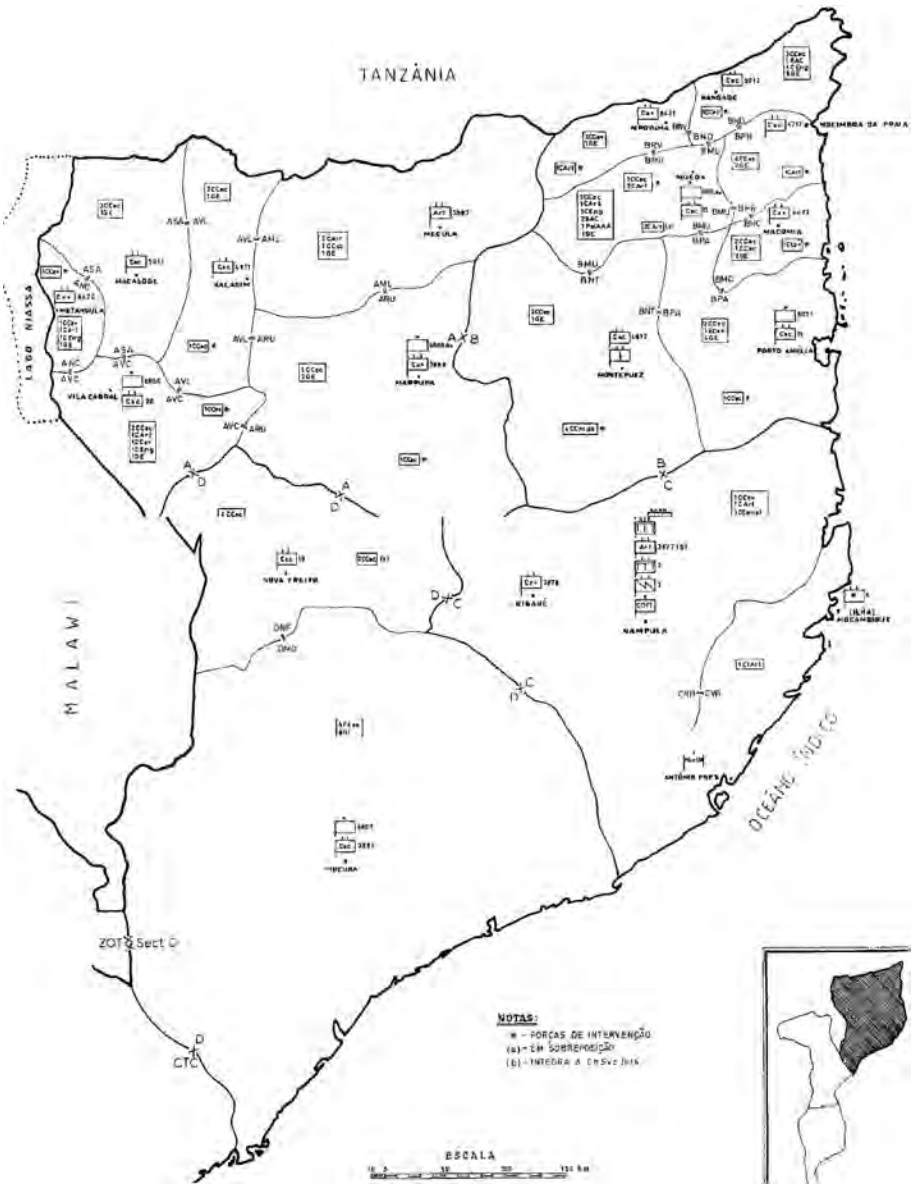


Figura 19 – Comando Territorial do Norte

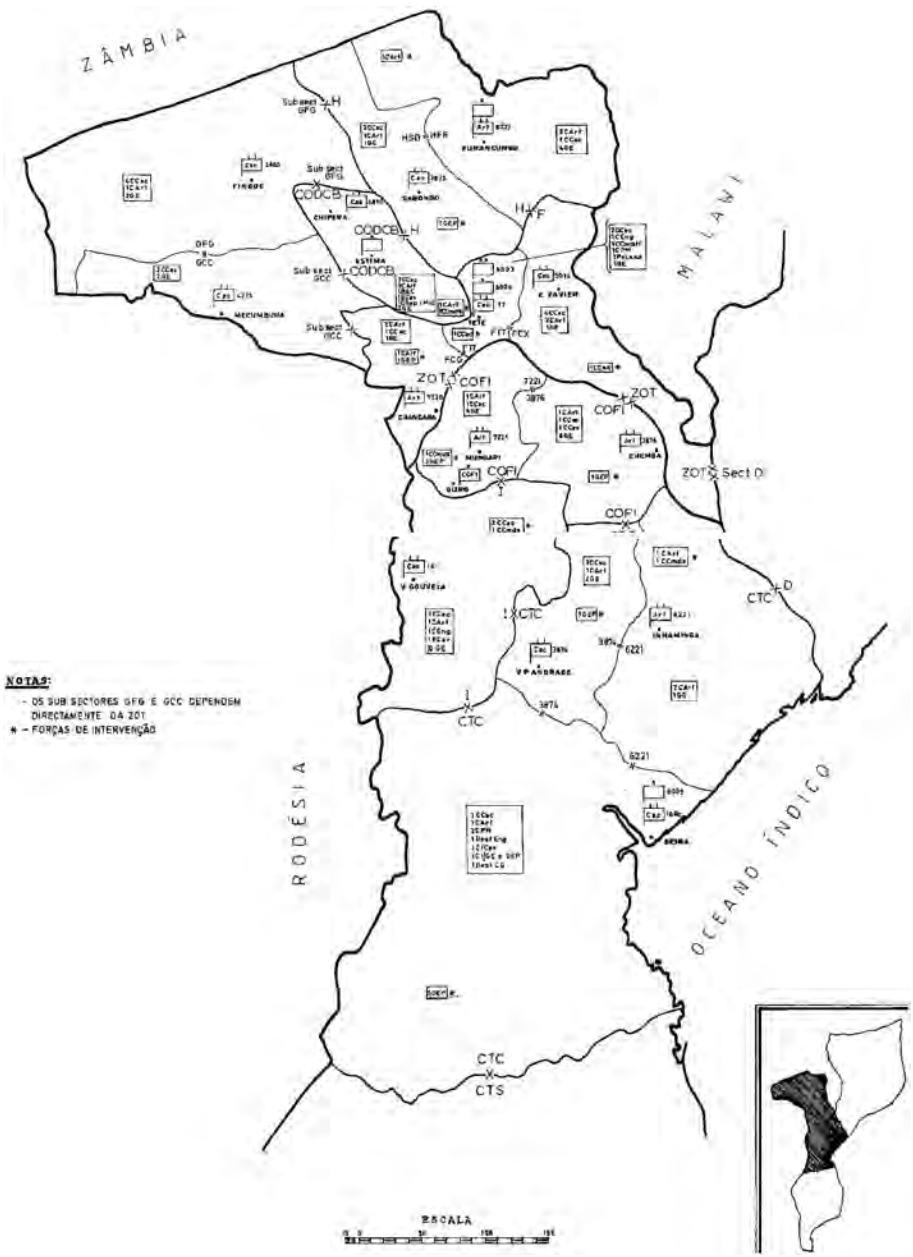


Figura 20 – Comando Territorial do Centro

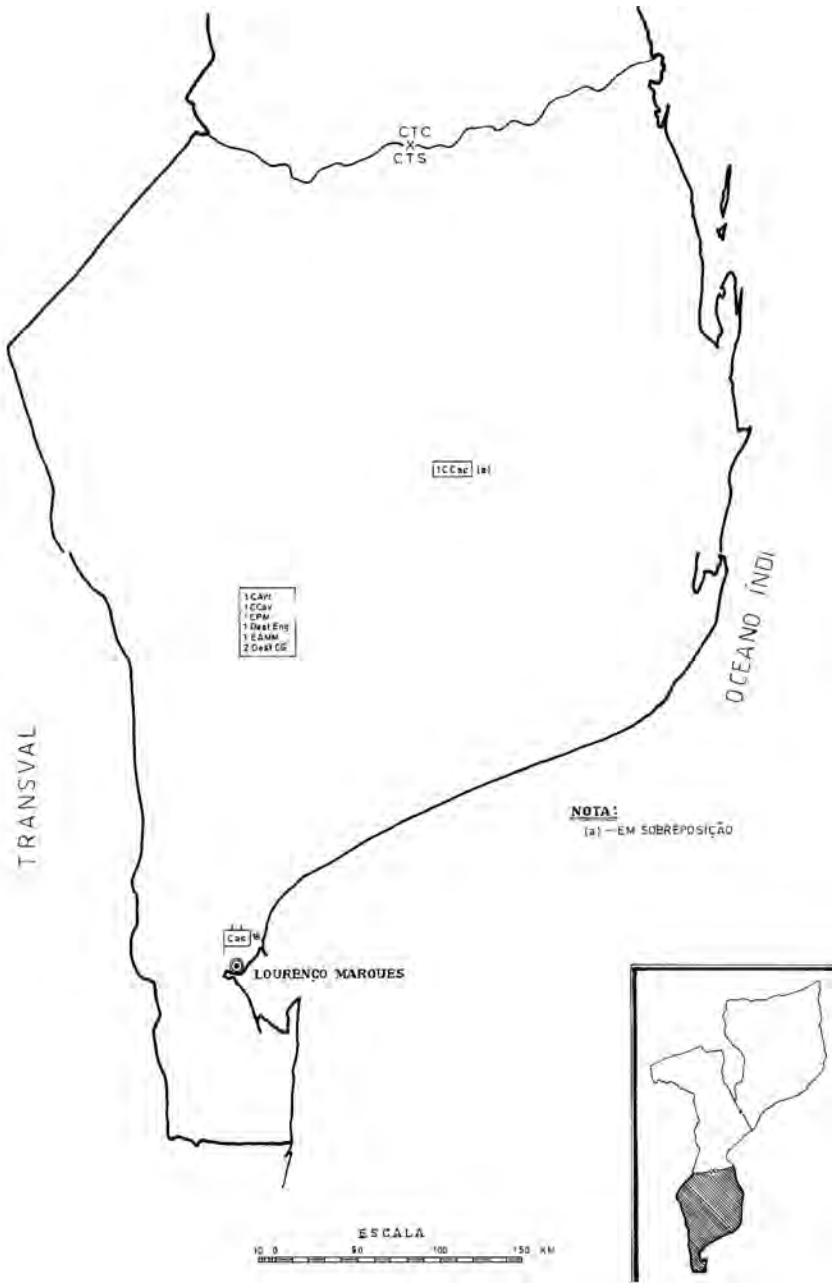


Figura 21 – Comando Territorial do Sul

Foi esta a situação encontrada aquando da revolução de 25 de Abril de 1974, e a partir daqui foi-se procedendo à desmobilização do pessoal, que já não queria ouvir falar em guerra nem em Frelimo.

Em 25 de Julho de 1975 Moçambique tornou-se independente de Portugal.

Revista Militar
N.º 2/3 – fevereiro/março 2014
pp. 223-226



Coronel Nuno Miguel Pascoal Dias Pereira da Silva*

I – Crónicas Militares Nacionais

A Força Aérea Portuguesa coopera com a Agência "FRONTEX"

Um destacamento da Força Aérea Portuguesa, com uma aeronave C-295M, volta a cooperar com a Agência Europeia FRONTEX, na vigilância da costa mediterrânica, integrando a «Operação Hermes», desde 6 de janeiro de 2014. Esta operação tem como objetivo detetar, seguir e identificar embarcações suspeitas de atividades ilícitas, na maior parte de imigração ilegal, sobretudo provenientes do Norte de África. A sua missão passa também por prestar apoio na busca e salvamento de embarcações e pessoas em perigo no mar.

Protocolo entre o Ministério da Defesa Nacional e o Ministério da Agricultura e do Mar

A Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional (SEADN), Dr.ª Berta Cabral, anunciou a formalização de um protocolo entre o Ministério da Defesa Nacional e o Ministério da Agricultura e do Mar, em 13 de janeiro de 2014, para reforçar a colaboração das Forças Armadas Portuguesas nas ações de prevenção e combate aos incêndios em espaço rural.

A intervenção dos militares irá verificar-se na rede primária, um elemento de compartimentação do território florestal, com faixas de redução de combustíveis estrategicamente localizadas, com a função de diminuir a superfície percorrida por grandes incêndios.

* Secretário da Assembleia Geral da Revista Militar.

A SEADN afirmou, a este propósito, que "a utilização de recursos das Forças Armadas a nível nacional é importantíssima e estende o que já é feito pontualmente, ao nível de algumas câmaras municipais", e que é importante "colocar ao serviço do País o '*know how*' existente nas estruturas militares", porque "a Defesa Nacional não se resume à atividade estritamente militar. Defesa é também defender os nossos recursos, como a floresta".

Tomada de posse do novo Chefe do Estado-Maior do Exército

Em 18 de janeiro de 2014, Sua Excelência o Presidente da Republica Prof Doutor Aníbal Cavaco Silva, deu posse ao novo Chefe do Estado-Maior do Exército, General Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo, que sucedeu no cargo ao General Artur Neves Pina Monteiro, atual Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

O General Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo, no seu discurso de tomada de posse, afirmou que iria concentrar a sua ação de comando nas pessoas, sem negligenciar a componente operacional do exército.

O Exército na consolidação da costa portuguesa

O Regimento de Engenharia N.º 3 (RE3) reconstruiu uma duna de areia e um talude de reforço para contenção do avanço do mar, em Espinho.

Entre 6 e 9 de fevereiro de 2014, na sequência do alerta vermelho lançado pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, decorrente das condições meteorológicas adversas previstas pela aproximação da tempestade *Stephanie*, a Câmara Municipal de Espinho solicitou o apoio de máquinas do RE3, a fim de prevenir o avanço do mar em direção à Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR).

Os trabalhos consistiram na reconstrução de uma duna de areia e da criação de um talude de reforço para contenção do avanço do mar, que colocava em risco o funcionamento da ETAR. Foram desenvolvidos trabalhos numa extensão de 150 metros, tendo-se percorrido a distância de 36 Km, num período temporal de 19 horas/máquina, tendo sido empenhado um efetivo de dois sargentos e onze praças, bem como uma *pool* de equipamentos constituída por duas escavadoras de lagartas, dois tratores de lagartas e duas viaturas táticas ligeiras.

Tomada de posse do novo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas

No dia 7 de fevereiro de 2014, o General Artur Neves Pina Monteiro tomou posse como Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA),

sucedendo ao General Luís Evangelista Esteves de Araújo. A cerimónia teve lugar no Palácio de Belém e foi presidida pelo Presidente da República, Prof Doutor Aníbal Cavaco Silva, cujo discurso se transcreve:

"Ao ser empossado como Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, assume Vossa Excelência, Senhor General Pina Monteiro, o mais elevado cargo da hierarquia militar, num processo que decorreu com a tranquilidade e segurança de procedimentos que a "rotina do render da guarda" determina e que a coesão e a estabilidade das Forças Armadas recomendam.

Uma palavra de reconhecimento é devida ao Senhor General Luís Araújo, no momento em que cessa funções, pela dedicação, competência e profissionalismo com que exerceu o seu mandato e pelos relevantes serviços prestados ao País e às Forças Armadas.

Assume o Senhor General Pina Monteiro as suas funções num momento particularmente difícil da vida nacional e de profundos desafios para a Instituição Militar. É um tempo que exige grande responsabilidade e consenso alargado entre os órgãos de soberania, para que, como é de interesse nacional e dever do Estado, sejam asseguradas as condições para a preservação da matriz em que assenta o normal funcionamento das Forças Armadas.

No quadro da complexa situação financeira em que o País tem vivido, as Forças Armadas têm continuado a revelar elevado profissionalismo e grande sentido de responsabilidade. Tem sido forte o esforço de contenção, tanto no plano individual, como no plano institucional, procurando as Forças Armadas superar a menor disponibilidade de recursos através da entrega e do alto sentido de serviço, quer no cumprimento exemplar das suas missões, quer na procura de soluções que melhor se adequem às capacidades do País. Esta atitude e esta cultura institucional, em que releva a preocupação permanente das Forças Armadas de pôr em primeiro lugar os interesses do País, tornam legítimas as expectativas dos militares de que as reformas necessárias assentem, de modo positivo e construtivo, numa ideia de futuro, para que não sejam percebidas apenas como um exercício de rigor orçamental.

A manutenção da estabilidade, coesão e disciplina das Forças Armadas, a união e a cooperação entre os Ramos, a existência das condições indispensáveis para o exercício do comando por parte dos Chefes Militares e, bem assim, uma relação entre os Chefes Militares e a Tutela baseada na lealdade e frontalidade, são pressupostos essenciais ao sucesso das reformas.

O envolvimento dos Chefes no estudo, desenvolvimento e execução das reformas é uma prática que assegura que a especificidade da Instituição é tida em devida conta no processo de tomada de decisão.

Senhor General Pina Monteiro,

A importância e o caráter institucional das Forças Armadas, pilar da soberania e da identidade nacional, exigem um compromisso sério e responsável no processo de reformas em curso.

Identifico duas áreas de atuação que devem merecer a especial atenção do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. Uma, a preservação da capacidade operacional, para assegurar o cumprimento das missões dentro e fora do Território Nacional, importante fator de motivação de quadros e tropas. A outra, as Pessoas. As Pessoas que são os fiéis depositários da determinação, do engenho, do saber e dos valores das Forças Armadas, e que são, afinal, o seu bem mais precioso.

A preservação da capacidade operacional requer recursos materiais e humanos adequados à manutenção de níveis suficientes de treino e operação das forças. A Saúde Militar assume-se aqui como um instrumento indispensável do Sistema de Forças Nacional, para assegurar a sua operacionalidade, aumentar a confiança, o moral, o rendimento, a autoestima e o bem-estar das tropas. Neste âmbito, é necessário que o processo de instalação e funcionamento do Hospital das Forças Armadas seja concluído com sucesso.

O desempenho das Forças Armadas muito deve ao valor e à qualidade individual dos seus militares. Todavia, nas situações de grande constrangimento, é sobre as pessoas que as dificuldades se fazem sentir de forma mais direta e intensa. É, por isso, importante que a ação de Comando seja centrada nas pessoas, dando especial atenção aos problemas concretos dos militares. Merecem especial cuidado, todos aqueles que, não estando ao serviço, se encontram em situação de particular carência e fragilidade, como é o caso dos Deficientes das Forças Armadas e dos ex-combatentes e suas famílias, aos quais a Nação tem o dever e a obrigação moral de prestar o merecido apoio.

Senhor General Pina Monteiro,

Detém Vossa Excelência invejável desempenho profissional numa já longa carreira militar, com profundo conhecimento das questões da Defesa Nacional e das Forças Armadas, assim como das organizações internacionais de Segurança e Defesa em que Portugal se insere, características que o qualificam para o exercício do cargo em que agora foi empossado.

Caber-lhe-á, como principal conselheiro militar dos órgãos de soberania na área da Defesa Nacional e com responsabilidades acrescidas a nível do comando operacional das Forças, da Saúde e do Ensino Militar, exercer o dever de tutela inerente à função de Comando, acompanhar a preparação das leis estruturantes, e contribuir para que as decisões sejam concretizadas num clima de cooperação, coesão e consenso com os responsáveis políticos da área, para bem do País e das Forças Armadas.

Reitero-lhe as minhas felicitações. Estou convicto de que o Senhor General saberá encontrar a forma mais adequada para cumprir a exigente missão que agora lhe é confiada, para o que contará com o apoio e a solidariedade institucional do Presidente da República e Comandante Supremo".

II – Outros Assuntos da Atualidade

Prémio "Almirante Teixeira da Mota" / 2014

Está aberto concurso na Academia de Marinha, até ao dia 1 de Outubro de 2014, para atribuição do Prémio "Almirante Teixeira da Mota", de cujo Regulamento se transcrevem as condições mais importantes:

O Prémio "Almirante Teixeira da Mota" destina-se a incentivar e dinamizar a pesquisa e a investigação científica nas áreas de Artes, Letras e Ciências ligadas ao Mar e às Marinhas.

O referido Prémio, é constituído por um diploma e por uma quantia pecuniária no valor de € 5000 (cinco mil Euros).

Podem concorrer a este Prémio os cidadãos nacionais e estrangeiros que apresentem trabalhos originais nos domínios referidos. Consideram-se originais os trabalhos inéditos ou cuja publicação tenha sido concluída no ano a que se refere o concurso ou, ainda, no ano anterior.

O Regulamento do Prémio está à disposição dos concorrentes na Academia de Marinha.

Para mais pormenores pode ser contactada directamente a Academia pelos telefones 21 098 47 07 / 13 / 15, ou, ainda, por escrito para:

Academia de Marinha
Edifício da Marinha
Rua do Arsenal
1100-038 LISBOA
e-mail: academia.marinha@marinha.pt


ANUNCIE
NA
Revista Militar
GRANDE EXPANSÃO
EM PORTUGAL
E NO ESTRANGEIRO

Revista Militar
N.º 2/3 – fevereiro/março 2014
pp. 229-230

III – Crónicas Bibliográficas

Alpoim Calvão, Honra e Dever



Felicitamos os autores, Dr. Rui Hortelão e os Comandantes Sanches de Baena e Melo e Sousa, pela qualidade da obra, bem como o trabalho da editora «Caminhos Romanos». O livro que escreveram é claro, preciso e conciso, não oferecendo dificuldades de entendimento ao leitor que percorra as suas 608 páginas.

O português é de Portugal; as ideias estão bem encadeadas; o fio da narrativa é escorreito; a pesquisa surte minuciosa; a documentação adequada. No livro aparece nítido o retrato do biografado, no seu perfil físico, psicológico, humano, militar, profissional, além de uma incursão algo exaustiva nos seus variados interesses.

Este seria, em síntese, o objetivo da obra, o que foi conseguido. Estão, por isso, os autores de parabéns!

Não pretendo falar, nem isso seria possível, sobre as minudências da vida do oficial de Marinha mais condecorado, ainda vivo. Alpoim Calvão não se limitou a uma postura defendida por esse outro grande português e militar,

chamado Mouzinho de Albuquerque – de que A. Calvão é admirador – "aproveitar na vida e na guerra as ocasiões e cair-lhe em cima como o milhafre sobre a presa". Alpoim Calvão ia mesmo à procura das ocasiões. Foi sempre ao encontro da vida, nunca esperando que a vida fosse ter com ele…

A *Revista Militar* agradece à Editora a oferta do volume para o acervo bibliográfico e cumprimenta os autores.

Tenente-coronel PilAv João J. Brandão Ferreira
Sócio Efetivo da Revista Militar

Bibliografia

Publicações recebidas por permuta e oferta

Periódicos Portugueses

– **Boletim da Associação dos Pupilos do Exército** *(APE)* – Ano 69º, Nº. 231, out/dec2013.

– **Boletim Informativo da Sociedade Histórica da Independência de Portugal** *(SHIP)* – Ano 29º, Nºs. 323/25 out/nov/dec2013.

– **Combatente** *(Liga dos Combatentes)* – Edição Nº. 366, dec2013.

– **Elo** *(Boletim da ADFA, Associação dos Deficientes das Forças Armadas)* – Ano 39º, Nº. 448, fev2014.

– **Jornal do Exército** *(JE)* – Ano 54º, Nº. 632, nov2013.

– **Pela Lei e Pela Grei** *(Guarda Nacional Republicana)* – Ano 25º, Nº. 100, dec2013.

– **Proelium** *(Revista da Academia Militar)* – VII Série, Nº. 6, 2014.

– **Relações Internacionais** *(Revista do IPRI-UNL)* – Nº. 40, dec2013.

– **Revista da Armada** – Ano 43º, Nº. 481 e 482, jan e fev2014.

– **Revista de Artilharia** – Nº. 1058 a 1060, out/dec2013.

– **Revista de Marinha** – Ano 77º, Nº. 977, jan/fev2014.

– **Segurança e Defesa** – Nº. 27, dec2013 a fev2014.

– **ZacatraZ** – *(Revista da Associação dos Antigos Alunos do Colégio Militar)* – Número Especial.

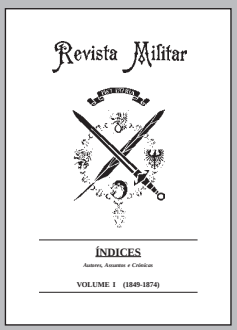
Periódicos Estrangeiros

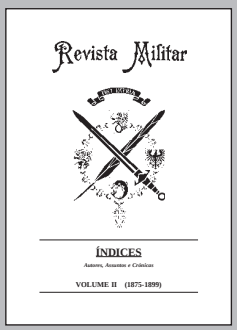
– **Ejército** *(Madrid)* – Ano 74º, Nº. 872, dec2013.

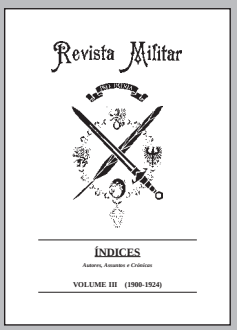
– **Revista Aérea** *(Ex-Aero-Digest)* – Vol. 148, Nº. 11 e 12, dec2013 e jan2014.

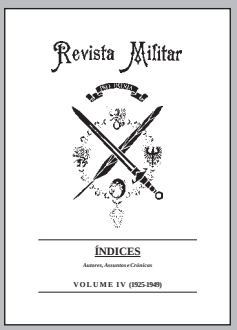
– **Revue Défense Nationale** – Nº 766, jan2014.

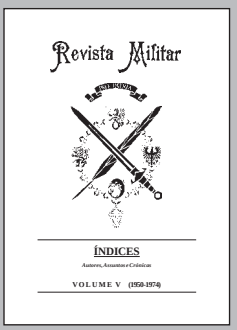
À venda na Revista Militar

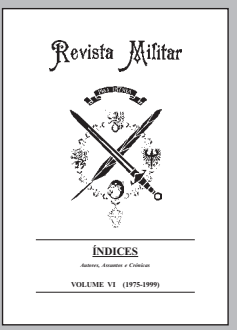




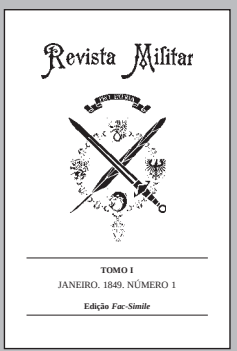








12,50 € cada



10 €

Revista Militar



Fundada em 1848 2ª Época 1905
Publicação iniciada em Janeiro de 1849

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

II Século – 66º Volume – N.º 4

N.º 2547 – Abril de 2014

FICHA TÉCNICA

Título: *Revista Militar*
Publicação mensal, N.º 2547, abril de 2014
Direção: Presidente: General José Luiz Pinto Ramalho
Diretor-Gerente: Major-general Adelino de Matos Coelho
Diretor-Administrador: Coronel Alfeu Raul Maia da Silva Forte
Serviços Administrativos: Chefe da Secretaria: Cap Paulo José Belo Furtado
Adjunto da Secretaria: SCh António José dos Santos Candeias
Tesoureiro: 1Sar Jorge Manuel Jesus Henriques
Auxiliar: Sold Diogo Alexandre da Cunha Nunes
Propriedade/Edição: Empresa da Revista Militar – NIPC 501417370
Redação e Administração: Campo de Santa Clara, 62 – 1100-471 LISBOA
Correio electrónico: rm@revistamilitar.pt
Telefone/Fax: 218 870 754

Internet: www.revistamilitar.pt
Administrador do Portal: CFR Armando José Dias Correia

Composição, impressão e distribuição:
EUROPRESS, Editores e Distribuidores de Publicações, Lda.
Praceta da República, N.º 15, Póvoa de Santo Adrião
2620-162 PÓVOA DE SANTO ADRIÃO
Telef: 219381450 • Fax: 219381452 • LISBOA – PORTUGAL
ISSN: 0873-7630
Depósito legal: 110304/97
Tiragem: 600 exemplares
Registo ERC Nº 109323

CONDIÇÕES DE ASSINATURA (IVA 6%)

• **Assinaturas anuais (9 números)**	**Euros**
- Militares	10,00
- Civis	15,00
- Entidades	17,00
- Estrangeiro (acrescem portes de correio)	34,00
• **Número avulso**	7,00

DEFESA

Apoio: Montepio

Revista Militar

Editorial | 237
General José Luiz Pinto Ramalho

Hospital das Forças Armadas (uma capacidade ameaçada) | 243
Tenente-general Joaquim Formeiro Monteiro

Risco Social no Ciberespaço. A Vulnerabilidade das Infraestruturas Críticas | 249
Tenente-coronel Paulo Viegas Nunes
Major Rui Manuel Piteira Natário

As Teorias Geopolíticas e Portugal | 287
Tenente-coronel Jorge Manuel Dias Sequeira

Uma figura da Resistência Anti-colonial em Angola no século XVII – Dona Ana de Sousa Njinga Mbanda, Rainha Njinga | 319
Tenente-general José Lopes Alves

Crónicas

I – Crónicas Militares Nacionais | 343
Coronel Nuno Miguel Pascoal Dias Pereira da Silva

II – Crónicas Bibliográficas | 347
Coronel Nuno António Bravo Mira Vaz

Bibliografia | 351

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores.
A Direção agradece a colaboração segundo as normas tradicionais da "Revista Militar".

Corpos Gerentes – 2014

Assembleia Geral

Presidente: *General* José Manuel da Silva Viegas
Vice-Presidente: *Tenente-general PilAv* António de Jesus Bispo
Secretários:
Coronel Nuno Miguel Pascoal Pereira da Silva
Tenente-coronel Francisco Miguel G. P. Proença Garcia

Direção

Presidente: *General* José Luiz Pinto Ramalho
Vogais Efetivos:
Tenente-general João Carlos de Azevedo Araújo Geraldes
Major-general Manuel António Lourenço de Campos Almeida
Major-general Adelino de Matos Coelho
Major-general PilAv Manuel Fernando Rafael Martins
Contra-almirante António Manuel Fernandes da Silva Ribeiro
Coronel Alfeu Raúl Maia da Silva Forte
Coronel Nuno António Bravo Mira Vaz
Coronel João Jorge Botelho Vieira Borges
Vogais Suplentes:
Tenente-coronel Paulo Fernando Viegas Nunes
Tenente-coronel PilAv João Paulo Nunes Vicente
Tenente-coronel Manuel Alexandre Garrinhas Carriço

Conselho Fiscal

Presidente: *Major-general* Luís Augusto Sequeira
Vogais Efetivos:
Capitão-de-mar-e-guerra José António Rodrigues Pereira
Tenente-coronel Luís Manuel Brás Bernardino
Vogal Suplente:
Major PilAv Nuno Gonçalo Caseiro Miguel

Revista Militar
N.º 4 – abril 2014
pp. 237-238

Editorial



General José Luiz Pinto Ramalho*

No passado 19 de março, teve lugar a Assembleia Geral da Revista Militar, atividade significativa da nossa vida associativa, que aprovou o Relatório de Atividades e Contas relativo ao exercício de 2013, assim como o Plano de Atividades para 2014. Foi igualmente reafirmada a concordância dos Sócios com a linha editorial da Revista, assim como a prioridade da sua focalização nos temas e questões que importam à Instituição Militar.

Naquele âmbito, merecem especial atenção a defesa e divulgação dos valores que são pilares e garantia da Instituição Militar e da Condição Militar, assim como a coesão daqueles que constituem esta comunidade, os Militares do ativo, da reserva, da reforma e a Família Militar que, de uma forma breve, se podem sintetizar no sentido do dever e de serviço, na estrutura hierárquica e na disciplina, na solidariedade e camaradagem e, ainda, no espírito de pertença.

Um conjunto de valores em que assentam a eficiência e a eficácia das Forças Armadas, traduzidos no empenhamento no cumprimento da missão mesmo com risco de perdas de vidas, na prática de uma disciplina auto assumida não como um constrangimento, mas sim como um conjunto de regras que definem a cada um, o limite das suas competências, obrigações e dos objectivos a atingir; a coesão, evidenciada em todas as situações, com raízes na tradição, na história, na solidariedade e na camaradagem, na disposição de preservar um passado e de o fazer viver nas realidades do presente.

No momento actual, fruto de uma desinformação sistemática, de uma ausência continuada de uma pedagogia política, quer por partes dessas elites, quer dos próprios Parlamentos, em especial numa situação de crise econó-

* Presidente da Direção da Revista Militar.

mica como a que estamos a viver, é natural que a sociedade civil, mostre pouca preocupação pelas questões militares e pelos alertas que da Instituição Militar vêm surgindo; lamentável é que as elites políticas tratem esses mesmos assuntos com superficialidade, muitas vezes com preconceito, ignorando as especificidades militares, optando pelo exercício impossível e perigoso de "adaptar" a realidade a modas e interesses específicos e não formular a estratégia militar em função da conjuntura.

Como já tive oportunidade de referir, só uma continuada desmobilização social, relativamente às questões de Segurança e Defesa, tem permitido que fossem tomadas pela Tutela, um conjunto de medidas, relativamente à Instituição Militar em geral e às Forças Armadas em particular, apelidadas de reformas, que mais não são do que um exercício contabilístico onde o objectivo é apenas reduzir o Orçamento da Defesa, sem ter em conta o que isso significa para o desempenho estrutural das missões de soberania e defesa atribuídas.

Mas é também um facto que as sociedades têm memória, que a prática das instituições é o melhor argumento para a percepção da sua importância junto dos seus concidadãos, da confiança que lhes merecem e daquilo que podem esperar dela. A recente sondagem publicada pela comunicação social sobre a necessidade e importância das Forças Armadas, em que dois em cada três portugueses discordam da possibilidade da irrelevância das Forças Armadas, constitui um bom instrumento de reflexão e mostra bem a diferença entre a perceção da sociedade sobre esta matéria e a forma como, politicamente, a mesma deve ser tratada.

Resumo do Acervo Articular da Revista fornecido pelos autores

1. Hospital das Forças Armadas (uma capacidade ameaçada)
Tenente-general Joaquim Formeiro Monteiro

O Hospital das Forças Armadas (HFAR) surgiu legalmente com a Lei Orgânica do EMGFA, em 2009, na sequência da reorganização do Serviço de Saúde Militar, com a concentração das diversas especialidades médicas comuns aos quatros hospitais militares dos três ramos das Forças Armadas.

Por ausência de uma direcção política suficientemente firme, que se arrastou em demasia, sem a eficácia necessária, tal processo continuaria, em 2012 e 2013, de forma precipitada e descoordenada, levando a uma manifesta capacidade de resposta às necessidades dos utentes, os quais vêm, progressivamente, procurando noutras instituições de saúde convencionadas, aquilo que não conseguem obter no HFAR, com os consequentes custos acrescidos para a Assistência na Doença aos Militares.

Clama-se para a atenção que os Chefes Militares devem dedicar a esta questão, exigindo à tutela a criação de condições que possam responder aos direitos consagrados nas leis da República, e claramente explicitados na Lei da Condição Militar.

2. Risco Social no Ciberespaço.
A Vulnerabilidade das Infraestruturas Críticas
Tenente-coronel Paulo Viegas Nunes
Major Rui Manuel Piteira Natário

As infraestruturas críticas suportam todos os aspectos do nosso quotidiano. São os alicerces da nossa civilização e a vanguarda do nosso futuro. Elas permitem a existência de cada elemento da nossa sociedade e não há maior prioridade do que garantir a sua segurança, preservando a sua integridade e garantindo a continuidade do seu funcionamento. Os Estados estão hoje tão dependentes das suas infraestruturas críticas que a sua protecção se tornou

um assunto de segurança nacional, e as suas vulnerabilidades uma matéria discutida ao mais alto nível.

A rápida banalização da internet e a integração das telecomunicações e dos computadores, ligaram as infraestruturas críticas entre si e criaram uma intrincada e vulnerável rede de interdependências que está exposta a um grande número de ameaças, internas e externas. Os sistemas de controlo industrial são extremamente vulneráveis a ataques vindos do ciberespaço e este facto foi já demostrado por diversas vezes numa série de incidentes que causaram grande impacto em várias infraestruturas críticas e na sociedade que delas depende. Esta vulnerabilidade é a génese de um crescente risco social que ameaça a segurança dos próprios estados. A identificação e gestão dos riscos associados a estas infraestruturas é hoje uma área de estudo de grande importância para assegurar um futuro mais seguro, minimizando o impacto das múltiplas ameaças que pendem sobre o conjunto de instalações industriais e serviços que estão na base do nosso modo de vida.

3. As Teorias Geopolíticas e Portugal
Tenente-coronel Jorge Manuel Dias Sequeira

Portugal, devido à sua posição geográfica, associada aos seus arquipélagos, dispõe de uma enorme área de mar, por onde transitam inúmeras embarcações de transporte de mercadorias; deve ser desencadeado um conjunto de acções de forma a integrar os portos nacionais no circuito dos principais armadores mundiais, que poderão acarretar ganhos significativos para a economia nacional.

Consideramos importante construir uma linha ferroviária de mercadorias (bitola europeia) que ligue as plataformas logísticas nacionais e que se ligue ao centro da Europa, segundo a direcção geral Aveiro/Coimbra, Salamanca, Valhadolid, Irún, Bordéus e Paris.

Escorámos o nosso racional em algumas teorias geopolíticas, principalmente de autores clássicos, procurando, em cada uma delas, "localizar" Portugal.

4. Uma figura da Resistência Anti-colonial em Angola no Século XVII – Dona Ana de Sousa Njinga Mbanda, Rainha Njinga
Tenente-general José Lopes Alves

Este artigo engloba o texto da comunicação feita pelo autor em sessão da Academia Portuguesa da História, de que é Académico Honorário, a cuja

Direcção muito se agradece a aquiescência à sua publicação na *Revista Militar* para conhecimento dos seus sócios e leitores. Nele se faz sucinta apresentação da figura da célebre Rainha Njinga, de Angola, uma lutadora contra o sistema colonialista que os portugueses ali implantaram, nos séculos XVI XVII.

De projecção africana e europeia, a par de outras mulheres destacadas da História Universal, a Rainha Njinga revelaria, durante o seu reinado, de trinta e nove anos, qualidades de inteligência, vivacidade, espírito arguto, sagacidade, férrea determinação e valentia que lhe auguraram pelo seu nascimento, sendo de destacar o empenho que sempre pôs na defesa dos seus territórios, quer contra a penetração dos portugueses quer contra a dos holandeses, e a forma como, orientada e apoiada pelos frades capuchinos e outros religiosos, fez, em 1657, a paz com Portugal e com outros reinos vizinhos.

5. Elementos de informação constantes dos capítulos das crónicas:

a) Crónicas Militares Nacionais:

- Visita da Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional à Academia da Força Aérea
- Visita da Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional à Academia Militar
- Visita da Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional à Escola Naval
- Designação do novo Secretário-geral da OTAN
- Curso de Cibersegurança e Gestão de Crises no Ciberespaço

b) Crónicas Bibliográficas:

- O terrorismo transnacional e o planeamento estratégico de segurança nacional dos Estados Unidos da América

Coronel Nuno António Bravo Mira Vaz


MARCA PREMIADA POR
ESCOLHA
DO CONSUMIDOR
CAFÉ FORA DO LAR
O CAFÉ PREFERIDO DOS PORTUGUESES
DELTA
O MELHOR EM TESTE DE SABOR
A VIDA PRECISA DO MELHOR CAFÉ
DESDE 1961
A vida quer o que é bom. E já se sabe o que isso é. O café Delta foi votado o café com melhor sabor e aroma num blind test, no âmbito do estudo Escolha do Consumidor realizado em Portugal. É sempre bom ver provado aquilo que já se sabe há mais de 50 anos.
www.delta-cafes.com
DELTA
CAFÉS
O CAFÉ DA SUA VIDA

Revista Militar
N.º 4 – abril 2014
pp. 243-248

Hospital das Forças Armadas (uma capacidade ameaçada)



Tenente-general Joaquim Formeiro Monteiro*

Após o términus das campanhas em África, com a correspondente retracção dos sistemas de forças existentes nos diversos Teatros de Operações, deu-se origem a um processo de reestruturação das Forças Armadas (FA), que incluiu, naturalmente, o Serviço de Saúde Militar (SSM). Assim, a reestruturação da saúde militar, hoje, assume-se como um desiderato, que desde há muito tem estado presente nas preocupações das estruturas superiores das FA.

Foi nesse sentido que, na segunda metade da década de setenta, se constituiu a Comissão para a Integração dos Serviços de Saúde das Forças Armadas (CPISFA), de que resultou a criação da Escola do Serviço de Saúde Militar (ESSM), em 1979, e mais tarde se assistiu à integração de alguns serviços hospitalares, designados como Serviços de Utilização Comum (SUC), como foram os casos da Unidade de Hemodiálise do Serviço de Nefrologia do Hospital Militar Principal (HMP), do Serviço de Medicina Nuclear do Hospital da Força Aérea (HFA) e do Serviço de Infecciologia do Hospital Militar de Belém (HMB), entre outros.

Posteriormente, diversas iniciativas foram sendo tomadas, como foi o caso dos projectos de construção de raiz de um hospital militar na Rua de Artilharia 1, ou na proximidade do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos, em Lisboa, ou, ainda, mais recentemente, o projecto da construção adicional de um edifício na área da Casa de Saúde Militar, na Estrela, no sentido de aumentar, expressivamente, a capacidade de internamento hospitalar instalada.

Goradas todas estas iniciativas, e por orientação do Ministro da Defesa Nacional (MDN) do XVII Governo Constitucional, constituiu-se um grupo de

* Ex-Quartel-Mestre-General do Exército. O autor escreveu este trabalho em consonância com o anterior acordo ortográfico, não autorizando a respectiva transição para o novo acordo.

trabalho (GT) presidido pela Dr.ª Ana Jorge, posteriormente ministra da saúde daquele governo, com elementos dos três ramos das FA, e com um representante do Ministério da Saúde (MS), dele resultando um relatório sobre a reorganização dos SSM, em que se destacava a proposta de levantamento de um hospital de agudos nos terrenos da Base Aérea do Lumiar, da Força Aérea, e de um de hospital de retaguarda, no HMB, do Exército.

Igualmente, na vigência do referido governo, e no quadro das orientações definidas pelo Programa para a Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), com vista à reorganização da Saúde Militar, preconizava-se a criação de um órgão na dependência directa do MDN, e de um Hospital das Forças Armadas (HFAR), na dependência do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), organizado em dois polos hospitalares, um em Lisboa e outro no Porto. O órgão a criar seria responsável pela concepção, coordenação e acompanhamento das políticas de saúde a desenvolver no âmbito militar, bem como de articulação com outros organismos congéneres do Estado, no qual deviam estar representados o MDN, as Chefias Militares e entidades relevantes com responsabilidade no âmbito da saúde, a nível nacional.

A nível hospitalar, apontava-se para a manutenção e valorização do Hospital Militar Regional N.º1, a par do redimensionamento da estrutura hospitalar militar existente na área de Lisboa, através da racionalização e concentração das capacidades existentes. Constituía-se como objectivo o estabelecimento do polo hospitalar das FA, em Lisboa, atendendo a um faseamento programado em que, no curto prazo, se procederia à racionalização e concentração de valências médicas, constituindo-se os designados SUC, guarnecidos por pessoal militar e civil dos três ramos das FA e, no médio prazo, se redimensionava a estrutura hospitalar militar, através da respectiva concentração.

Para garantir esse objectivo, haveria que ponderar a manutenção da cultura e das especificidade próprias dos Serviços de Saúde de cada ramo das FA, a par da necessidade de obter a eficácia e a prontidão do Sistema a implementar, tendo em vista evitar rupturas, provavelmente difíceis de superar, no curto prazo. Entretanto, de relevar que o modelo de SSM proposto não dispunha de qualquer organização administrativa e logística própria, quer no âmbito do Ministério da Defesa Nacional quer na orgânica do Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), capaz de responder aos problemas de um sistema complexo como é, efectivamente, um SSM. A sua implantação teria, assim, de ser criteriosamente monitorizada, de forma a minimizar os prováveis desfasamentos entre as medidas a implementar e os respectivos resultados, devendo procurar-se, em permanência, a eficácia indispensável na prestação dos respectivos serviços.

Por outro lado, no âmbito do programa do XVII Governo Constitucional, no que se referia à modernização administrativa e à melhoria da qualidade dos serviços públicos, importava concretizar os modelos organizacionais das estru-

turas superiores da Defesa Nacional e das Forças Armadas, em concordância, nomeadamente, com a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA), aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de Julho, tendo sido, neste quadro que, com a Lei Orgânica do EMGFA, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 234/2009, de 15 de Setembro, foi dada existência legal ao HFAR.

Deste modo, o XVII Governo Constitucional deu início a um conjunto de trabalhos, tendo em vista a reestruturação dos SSM que, perante a extrema sensibilidade do assunto, acabaram por não ter continuidade na respectiva vigência, levando o próprio MDN, Prof. Doutor Severiano Teixeira, a reconhecer que: *"(…) embora seja consensual a necessidade de criação de um hospital único para as Forças Armadas, por racionalização de infra-estruturas e recursos humanos, para garantir uma melhor qualidade de serviços (…) a reforma para o sector da Saúde Militar (…) ficou condicionada pela sensibilidade da questão (…) ficando por concluir este processo, em tempo útil, mas sendo necessário e urgente que se venha a concretizar, em prol do bem comum de todos os militares (…)".*

As acções concretas sobre esta matéria só viriam, entretanto, a ocorrer após a tomada de posse do novo MDN, Prof. Doutor Augusto Santos Silva, que, através de despacho próprio, implementou a constituição de um GT, para o efeito, presidido pelo Director-Geral de Pessoal e Recrutamento (DGPRM) do seu Ministério, e onde tinham lugar os representantes do CEMGFA e dos Chefes dos três ramos das FA, bem como dois representantes do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Aquele GT que, no decurso da sua actividade, desenvolveu várias sessões de trabalho com a colaboração de entidades exteriores, casos do Serviço de Utilização Comum dos Hospitais (SUCH) e da *Antares Consulting*, apresentou, nas respectivas conclusões, um programa funcional de um HFAR a construir em Lisboa, com um valor estimado da ordem dos 59 milhões de euros, não acrescido de IVA. Este relatório não foi, no entanto, subscrito pelo Exército, por discordância sobre o nível da urgência a implementar, que apresentava uma dimensão assaz redutora face ao serviço instalado no, ainda, HMP, bem como pela ausência de Unidades de Pediatria e de Hemodiálise no modelo proposto.

Entretanto, começaram a ser desenvolvidas acções de concentração das diversas especialidades médicas comuns aos quatro hospitais militares dos três ramos das FA, em Lisboa, de forma faseada, processo que, por ausência de uma direcção política suficientemente firme, se arrastou em demasia, sem a eficácia necessária e com evidentes prejuízos para os utentes do SSM.

Desta forma, aquando da demissão do XVIII Governo Constitucional, a situação dos hospitais militares, em Lisboa, era já notoriamente disfuncional e de certa forma caótica, com uma Unidade Hospitalar na Estrela e outra no Lumiar, com o Hospital de Marinha a funcionar sob a justificação dos Serviços da Câmara Hiperbárica ali instalada e, simultaneamente, deslocalizando meios

humanos e equipamentos para o Centro de Saúde do Alfeite, e com o HMB já desactivado.

Em 2011, ao tomar posse o XIX Governo Constitucional, a situação era comparável a estar-se no meio de uma ponte frágil, sobre um precipício. Seguir em frente, de preferência de forma bem estruturada, ou retroceder, haveria que tomar uma decisão.

Neste contexto, o MDN decidiu levantar uma equipa técnica para a análise da situação, constituída pelo Professor António Sarmento, seu familiar, da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, pelo Coronel médico António Cruz, na situação de reserva, ex-subdirector do Hospital Militar Regional nº1, pelo Capitão médico António Gonçalves, na situação de reforma, por representantes dos Ministérios das Finanças e da Saúde e, ainda, pelo incontornável DGPRM, que já tinha integrado o GT anteriormente referido, ao qual havia presidido.

As conclusões do relatório final da referida equipa técnica foram no sentido de organizar o polo de Lisboa do HFAR, no Lumiar, com uma remodelação dos horários de funcionamento, de forma a permitir o trabalho por turnos, obrigando, no entanto, a ocupar espaços cobertos, sem capacidade para o trabalho regular. Igualmente, dava lugar à constituição de um serviço de urgência, discutindo-se se deveria ser de nível básico ou com outra configuração funcional, contudo, sempre de nível inferior ao existente no ex-HMP. No mesmo relatório era, também, defendido o levantamento de uma área com vista à organização de um *Campus* de Saúde Militar, no espaço que, do antecedente, vinha sendo ocupado pela Base Aérea do Lumiar.

Para o efeito, foi estimado um valor da ordem de 20 milhões de euros o qual, apesar de muito superior aquele que tinha sido considerado como necessário pelo Exército para as remodelações e adaptações na área da Estrela, com vista à implementação do HFAR (1 milhão de euros), não terá constituído entrave (?) para a decisão ministerial que se seguiu, mesmo depois de se terem concretizado intervenções muito significativas no serviço de urgência do ex-HMP, com o apoio do MDN da altura.

Foi assim que, nos anos de 2012 e 2013, após a nomeação da direcção do HFAR, em 7 de Setembro de 2012, se deu início a uma calendarização forçada e irrealista, com acentuadas deficiências de planeamento da transferência e instalação de serviços para o Hospital da Força Aérea, co-localizado na Base Aérea do Lumiar, com data limite fixada para 31 de Dezembro de 2013. Encerrando primeiro o Hospital de Marinha e mantendo-se, no entanto, em funcionamento a câmara hiperbárica ali residente, com vista a integrar o futuro Centro de Medicina Subaquática e Hiperbárica, a levantar no HFAR, com um custo avaliado em 0,7 milhões de euros, sem IVA, seguiu-se, finalmente, a Unidade Hospitalar da Estrela, no prazo fixado.

Estas acções decorreram com a nítida percepção, por parte dos profissionais de saúde que prestavam serviço nos Hospitais Militares dos ramos, de que o

caminho que estava a ser percorrido se apresentava precipitado e confuso, contribuindo, decisivamente, para a respectiva afectação emocional e psicológica, pelos evidentes constrangimentos de ordem pessoal e profissional decorrentes, situação bem plasmada nas múltiplas queixas e reclamações, naquele âmbito, apresentadas. No mesmo sentido, constatou-se uma clara desvantagem para os militares e respectivas famílias pois, numa larga percentagem, idosos e dependentes transitaram de hospitais com uma excelente inserção urbana, em zonas de fácil acesso, para um local periférico e distante do centro da cidade e mal servido pela rede de transportes públicos existente.

Entretanto, a agravar a situação, devido à concentração dos universos de utentes dos três ramos das FA, em paralelo com uma deficiente organização dos serviços, vem-se assistindo, desde o início do processo, a uma manifesta falta de capacidade de resposta do HFAR às necessidades dos utentes, materializada na impossibilidade de marcações de actos médicos de qualquer natureza, por outra via, que não a exclusivamente presencial, ao mesmo tempo que as filas de espera para a marcação de consultas, exames e diagnósticos se prolongam por largos períodos de tempo, perante o desespero e os elevados prejuízos para as condições de saúde de quem procura o apoio médico a que tem direito, em claro desrespeito pelas suas necessidades e expectativas.

Esta realidade só não terá, ainda, atingido níveis de ruptura mais evidentes, porque os utentes, quebrando os seus laços tradicionais com o SSM, vêm, progressivamente, procurando noutras instituições de saúde convencionadas aquilo que não conseguem obter no HFAR, com os consequentes custos acrescidos para a Assistência na Doença aos Militares (ADM), que seria importante quantificar, a não ser que se pretenda escamotear a questão para se poder justificar, exclusivamente, a diminuição progressiva do apoio social prestado pelo IASFA, por via da continuada redução orçamental imposta (?).

Claramente que este impacto negativo nos cuidados de saúde prestados, bem como no número de doentes assistidos e na respectiva casuística, condição esta indispensável ao HFAR para permitir gerar as necessárias sinergias, no sentido de poder garantir serviços idóneos em termos assistenciais e formativos, veio acrescer reconhecidos prejuízos à qualidade do apoio que o Hospital presta, bem como à sua credibilidade junto do potencial universo que deveria apoiar.

Por outro lado, o denominado Serviço de Urgência do HFAR, funcionando num regime de atendimento de nível inferior ao anteriormente existente no ex-HMP, serve, não raras vezes, apenas como simples local de triagem e de reenvio para as urgências dos hospitais civis, provocando justificadas críticas, bem como situações graves para os doentes que a demandam.

A Direcção do Hospital, confrontada com esta realidade, a par de outras situações igualmente gravosas, nomeadamente a manifesta falta de camas hospitalares existente, vem tentando fazer passar, publicamente, uma realidade distinta, afirmando recentemente que *"(...) o Hospital das Forças Armadas*

está em pleno funcionamento e tem os recursos de internamento suficientes para receber os militares e os membros da família militar (…)", afirmação, que, infelizmente, se tem vindo a verificar não corresponder exactamente à realidade dos factos.

A actual falta de resposta funcional do HFAR assume uma dimensão de tal forma crítica que o actual MDN, o mesmo que impôs o processo de reorganização do sistema hospitalar militar, subscrevendo a sua organização e funcionamento com os resultados que estão à vista de todos, foi obrigado a dar cobertura à transferência dos utentes das áreas de hemodiálise e de psiquiatria para o Hospital da Cruz Vermelha e para a Clínica de São José, respectivamente, ao mesmo tempo que, em casos de falta de vagas para internamento no HFAR, situação, aliás, recorrente, se assiste ao reenvio de doentes para aquele Hospital.

Como nota final, conclui-se que a falta de eficiência e de sensibilidade demonstrada em todo este processo, só se justificará pelo facto do actual MDN se ter rodeado, neste âmbito, de entidades detentoras de conhecimento manifestamente insuficiente sobre a especificidade dum serviço de saúde militar, e sobre as necessidades concretas dos militares e respectivas famílias, neste domínio, prejudicando seriamente uma reestruturação que, sendo indispensável, acaba por levantar fortes dúvidas e legítimas suspeitas quanto à evolução pretendida para a Saúde Militar, a médio prazo.

Como resultado, os militares contam hoje com um hospital que resultou dum processo caracterizado por um planeamento mal formulado, baseado em hipóteses pouco fiáveis, mal conduzido e pior implementado, que conduziu à perda irreversível de valências clínicas de reconhecido mérito e de uma experiência forjada por décadas de organização, trabalho e dedicação de várias gerações de profissionais da saúde militar.

A ausência de uma capacidade de resposta eficaz e credível, acentuada pela falta progressiva de meios humanos, materiais e financeiros, a par de conceitos organizacionais de eficiência duvidosa, permite, com legitimidade, interrogar se a situação criada não estará programada para justificar, quando politicamente oportuno, a redução do HFAR a um mero centro clínico, com o encerramento de serviços hospitalares estruturantes, e tendo como fim último a sua integração nos hospitais públicos do SNS (?).

Perante uma ameaça desta natureza, deveriam os Chefes Militares estar atentos, não permitindo, de forma alguma, que a actual situação da saúde militar se continue a degradar de forma continuada, exigindo à tutela política as condições indispensáveis para o levantamento de um modelo hospitalar que possa responder com eficiência e prontidão às necessidades específicas dos militares, nos campos da saúde operacional e assistencial, e onde as suas famílias possam ter o lugar que lhes é devido, de acordo com os direitos que estão regulados nas leis da República, e claramente explicitados na Lei da Condição Militar.

Revista Militar
N.º 4 – abril 2014
pp. 249-286

Risco Social no Ciberespaço. A Vulnerabilidade das Infraestruturas Críticas





Tenente-coronel Paulo Viegas Nunes*
Major Rui Manuel Piteira Natário**

1. Introdução

O grande aumento da interligação dos sistemas informáticos ocorrido desde o final da Guerra Fria, particularmente da internet, revolucionou a forma como os governos, as empresas e os indivíduos comunicam e fazem negócios. No entanto, este advento de um mundo hiperligado trouxe também enormes riscos para os sistemas, para os computadores e, mais importante ainda, para o normal funcionamento das infraestruturas críticas (IC) que eles suportam. Embora a definição exacta daquilo que é considerado crítico varie de país para país, há um fio condutor que liga todas as concepções sobre o assunto: a sua importância para o funcionamento normal da sociedade.

Diversos estudos realizados sobre o assunto realçam a criticidade da protecção das infraestruturas de suporte a diversas actividades económicas, industriais e outras. À medida que cresce a ligação dos sistemas de controlo industrial às redes globais, sobem de tom os avisos acerca das crescentes vulnerabilidades que esta ligação acarreta. É hoje razoavelmente consensual afirmar que o impacto de um ataque cibernético sobre uma IC pode ser idêntico, ou mesmo superior, ao de um ataque físico convencional. Ou seja, o ciberespaço assume um papel preponderante, não só como ambiente informacional para a interligação das IC, mas também como origem das maiores ameaças ao seu normal funcionamento.

* Sócio Efetivo da Revista Militar. Doutorado em Ciências da Informação. Membro do Centro de Investigação da Academia Militar (CINAMIL) e da *Competitive Intelligence and Information Warfare Association* (CIIWA), em Lisboa, Portugal.

** Aluno do Mestrado em Guerra de Informação, na Academia Militar, em Lisboa, Portugal.

Assim, a análise das vulnerabilidades das IC, a identificação das ameaças, a avaliação dos impactos e a gestão dos riscos associados, são áreas da maior importância estratégica. Esta responsabilidade é, não só dos governos, mas também das empresas proprietárias e operadoras das IC, sendo assim uma tarefa que exigirá um esforço concertado a vários níveis.

2. Infraestruturas críticas

Embora não exista uma definição formal de "infraestrutura crítica", muitos governos têm tentado definir que partes das suas infraestruturas são verdadeiramente críticas. Existem várias definições de IC e todas elas tentam reflectir a importância que estas instalações e serviços têm para o funcionamento da sociedade moderna.

Todavia, estas definições tendem a ser genéricas uma vez que se destinam a dar uma perspectiva estratégica que, subsequentemente, deve ser analisada caso a caso, sector a sector.

2.1. Definição

Os EUA consideram que as IC são os sistemas e os activos (*assets*), tanto físicos como virtuais, tão vitais ao estado que a incapacidade ou a destruição desses sistemas ou activos terá um impacto debilitante na segurança, economia nacional ou saúde pública (Clarke & Olcott, 2012). O *Department of Homeland Security* (DHS) designou dezoito sectores como sendo críticos e esta classificação engloba tanto as IC ligadas à agricultura como as centrais nucleares, passando pelo sector financeiro. A nível europeu, o Conselho da União Europeia definiu genericamente as IC como sendo os activos e sistemas que são essenciais para a manutenção das funções vitais da sociedade e que, em caso de disrupção ou destruição, afectarão um ou mais estados membros (*Jornal Oficial da União Europeia*, 2008), concentrando-se apenas nos sectores da energia e dos transportes.

Existem muitas outras classificações de IC que reflectem os diferentes critérios adoptados pelos governos e instituições que as produzem. Nalguns casos, o critério enfatiza a finalidade da IC, noutros é salientado o impacto da sua ausência ou do seu funcionamento deficiente. No Reino Unido, as IC incluem as comunicações, os serviços de emergência, energia e outros, sem que exista uma definição clara do que é uma IC (Cornish, Livingstone, Clemente, & Yorke, 2011), mas considerando que existem certos elementos infraestruturais críticos cuja perda terá um sério impacto na disponibilidade ou integridade de certos serviços, o que levará a sérias consequências económicas ou sociais (Clemente, 2013). Na Alemanha, as IC são as estruturas físicas

e organizacionais, de tal modo vitais para o funcionamento da sociedade e economia que a sua falha ou degradação resultará em prolongados cortes nos abastecimentos, disrupção significativa da segurança pública, entre outras consequências dramáticas (BMI, 2009).

A Tabela 1 resume os resultados de um estudo (Brunner & Suter, 2008) sobre quais os sectores considerados como críticos em diversos países. Enquanto alguns são muito rigorosos na definição dos seus sectores críticos, e quais os bens e serviços por eles fornecidos, outros não têm uma lista oficial de sectores considerados críticos (KRITIS, 2004).

PAÍSES / SECTORES	AUS	AUT	BRA	CAN	EST	FRA	FIN	DEU	HUN	IND	ITA	JPN	KOR	MAL	NLD	NOR	NZL	POL	RUS	SWE	SGP	ESP	CHE	GBR	USA
Banca e Finanças	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Governo Central		•		•	•	•		•	•		•	•	•	•	•	•	•	•	•	•		•	•	•	•
Indústria Química e Nuclear				•						•				•	•			•				•	•		•
Serviços de Emergência	•		•	•	•	•			•	•	•		•	•		•	•	•	•			•	•	•	•
Electricidade/Energia	•	•		•	•	•	•	•	•	•	•	•	•		•	•	•	•			•	•	•	•	•
Agricultura/Alimentação	•			•	•	•	•	•	•		•	•			•	•					•	•	•	•	•
Serviços de Saúde	•		•	•	•	•	•		•		•			•	•	•					•	•	•	•	•
Comunicação/Media	•	•				•	•		•		•		•		•	•			•	•	•		•		•
Defesa						•			•	•			•	•		•			•					•	•
Monumentos Nacionais	•																								•
Esgotos/Resíduos	•										•			•	•	•		•					•	•	•
Telecomunicações	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•		•	•	•	•	•	•	•	•		•	•
Transportes/Logística	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•		•	•	•	•	•	•
Distribuição de Água	•		•		•	•	•	•	•		•	•		•	•	•				•	•	•	•	•	•

Tabela 1 – Sectores críticos em diversos países. Adaptado de Brunner & Suter (2008)

Estas diferenças podem ser explicadas pela adopção de diferentes abordagens, influenciadas por diversos factores sociais, políticos e económicos. Por outro lado, apesar destas variações, consideramos que a tabela reflecte aquilo que Tabanksy considera serem os três factores que definem uma IC: a sua importância simbólica, a imediata dependência daquilo que produz e, por último, a complexa rede de dependências a que está ligada (Tabansky, 2011). Importa aqui referir que a atribuição de criticidade a sectores como "água" ou "transportes", demasiado abrangentes e ambíguos, cria dificuldades acrescidas pois é necessário definir prioridades dentro de cada sector (Clemente, 2013).

2.2. Caracterização

Knapp (2011) refere que os termos "rede industrial" e "infraestrutura crítica" são várias vezes utilizados de forma algo confusa. Na sua opinião, uma rede industrial é uma rede que funciona de acordo com algum tipo de sistema de controlo automático que comunica digitalmente pela rede, e uma infraestrutura crítica é uma infraestrutura crítica em rede, que inclui qualquer rede utilizada na operação directa de qualquer sistema do qual dependa uma das infraestruturas definidas como críticas. A incorporação de sistemas informáticos fez com que as infraestruturas tradicionais se tornassem também infraestruturas informacionais. Além disso, foram criadas novas IC que são puramente informacionais: bases de dados que contêm informação vital, tal como registos financeiros ou dados científicos.

Na era da informação, o conceito de "infraestrutura" acaba sempre por, de alguma forma, incorporar um elemento informático o que faz com que, actualmente, a expressão "infraestrutura" seja praticamente indissociável da noção de "infraestrutura de informação" (Tabansky, 2011). Como já vimos, uma infraestrutura é considerada como crítica quando a sua eventual disrupção tem o potencial de afectar seriamente a estabilidade social e a própria soberania do Estado. Apesar de diferentes países terem diferentes concepções de IC, todas têm em comum a existência de um elemento computorizado do qual dependem outros elementos físicos. Assim, as IC incluem habitualmente elementos sensíveis de um ambiente mais vasto que vai além da infraestrutura física para incluir também dados, que podem ser considerados como uma forma de infraestrutura lógica ou "infraestrutura informacional crítica" (Clemente, 2013). Esta infraestrutura informacional é aquilo a que vulgarmente se convencionou chamar ciberespaço.

Contrariamente ao que ocorre com a maior parte dos termos informáticos, não existe uma conceptualização objectiva e universalmente aceite para o ciberespaço, sendo este apenas um termo lato utilizado para descrever o mundo virtual dos computadores e da internet. Embora estas tecnologias sejam importantes para a nossa concepção desta realidade virtual, é evidente que estes elementos constituem apenas uma pequena parte da globalidade das redes políticas, sociais, económicas, culturais e financeiras que constituem aquilo a que vulgarmente se chama ciberespaço (Whittaker, 2004). A génese do termo "*ciberspace*" remonta a 1984 quando foi popularizado na novela *Neuromancer* (Gibson, 1984), onde o autor o definiu como sendo uma alucinação consensual experimentada diariamente por biliões de utilizadores. Nos anos que se seguiram, surgiram na literatura da especialidade diversas análises e teorizações sobre este conceito. Um filósofo considerou que o ciberespaço era definido como sendo o espaço de comunicação aberto pela

interligação mundial dos computadores e das memórias dos computadores. Esta definição incluía o conjunto dos sistemas de comunicação electrónicos, na medida em que transmitiam informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização (Lévy, 1999).

Por outro lado, um conceituado especialista na área da defesa considerou que o ciberespaço era um domínio operacional cujo carácter distinto e único era enquadrado pela utilização da electrónica e do espectro electromagnético para criar, guardar, modificar trocar e explorar informação através de sistemas baseados em tecnologia de comunicação de informação interligados e as suas infra-estruturas associadas (Kuehl, 2009).

No entanto, quer a abordagem seja feita a partir uma perspectiva filosófica quer reflicta uma visão mais tecnocrática, todas as modernas definições de ciberespaço reconhecem o seu carácter omnipresente, e colocam-no no âmbito de um ambiente mais vasto, reconhecendo implicitamente as suas profundas ligações ao mundo físico onde estão as pessoas e as infra-estruturas de suporte da sociedade. Ou seja, o ciberespaço é hoje uma parte tão importante da vida moderna que, embora seja muitas vezes considerado com um sector à parte, na prática, está tão ligado aos outros sectores que a distinção deixa de fazer sentido. Assim, a criticidade das IC é avaliada também em função da sua vulnerabilidade à destruição ou interferência por meios informáticos (Tabansky, 2011), pois as modernas infraestruturas estão inteiramente dependentes dos componentes físicos e lógicos do ciberespaço e este é, em si mesmo, considerado como crítico (Clemente, 2013).

Neste contexto, o foco centra-se hoje nas infraestruturas informacionais críticas (IIC) onde a influência do ciberespaço sobre todos os outros sectores se torna evidente. As IIC fortalecem a vasta maioria das infraestruturas físicas e continuam a crescer à medida que estas infraestruturas são ligadas em rede. A natureza complexa das grandes redes distribuídas faz com que seja extremamente difícil avaliar e analisar isoladamente o nível "ciber", mas torna-o fácil de atacar devido à sempre crescente superfície de ataque. A Comissão Europeia (CE) definiu o nível das IIC como sendo o dos sistemas de tecnologias de informação e comunicação (TIC) que são IC por si próprios ou que são essenciais à operação de outras IC (Clemente, 2013). Ou seja, como refere Clemente, podemos estar a atingir um ponto em que a distinção entre "infraestrutura" e "infraestrutura informacional" é irrelevante, porque as duas noções se fundem num sempre crescente círculo de "coisas" críticas (Clemente, 2013). Há ainda a salientar o facto de muitas IC serem propriedade privada. Como se viu na Tabela 1, os sectores críticos são muito variados e, em muitos países, abrangem áreas de negócio que são da esfera da actividade empresarial privada. Esta é uma realidade global que, tanto nos EUA (GAO, 2013) como na CE (ENISA, 2011), acaba por ser uma característica marcante,

pois implica que os governos, embora possam decidir da sua criticidade, não podem controlar directamente a gestão de muitas IC.

2.3. Interdependência entre sistemas

Uma infraestrutura é, genericamente, um sistema que combina várias instalações, de forma a permitir diversas actividades ou a disponibilizar determinados serviços. Esta classificação é válida tanto para uma conduta que leva água de nascentes para casas e campos, como para as vias de comunicação que, incluindo estradas, túneis e pontes, permitem o movimento de pessoas e bens, ou para qualquer outra infraestrutura. Ou seja, uma das propriedades das infraestruturas é que várias esferas de actividade podem estar dependentes do seu correcto funcionamento. Como já vimos, a sociedade moderna depende das IC, mas estas, por sua vez, dependem umas das outras para o seu próprio normal funcionamento. Esta situação de crescente interligação e interdependência foi identificada há vários anos e reportada ao mais alto nível como sendo motivo de grande preocupação, pois a probabilidade um pequeno evento poder desencadear uma cascata de outros eventos com impacto muito alargado é cada vez maior (PC-CIP, 1997). Vivemos assim num ambiente em que não temos apenas relações de dependência, unidireccionais, mas sim relações de interdependência, que são bidireccionais.

Segundo Kelly (2001), as interdependências são de quatro tipos:

– Física: Duas infraestruturas são fisicamente interdependentes quando o estado de uma é dependente da saída material da outra;

– Ciber: Uma infraestrutura tem uma ciber interdependência se o seu estado depende da informação transmitida através da infraestrutura informacional;

– Geográfica: As infraestruturas são geograficamente interdependentes se um evento ambiental local puder causar alterações no estado de todas elas;

– Lógica: Duas infraestruturas são logicamente dependentes se o estado de cada uma depende do estado da outra por meio de um mecanismo que não seja físico, cibernético ou geográfico.

A Figura 1 ilustra a visão de Kelly sobre a complexidade da rede de dependências e interdependências existentes nas IC.

Numa outra perspectiva, o *Idaho National Laboratory* (INL) avançou com uma classificação que, embora com nomenclatura distinta, engloba a classificação anterior adicionando a interdependência de políticas ou procedimentos e a interdependência social ou colectiva (Pederson, Dudenhoeffer, Hartley, & Permann, 2006). A primeira destas ocorre quando uma alteração nos procedimentos aplicados a uma infraestrutura afecta o estado de outra, e a segunda está relacionada com o facto de as infraestruturas terem influência em factores sociais como a opinião pública, medo, confiança do público ou

outros factores culturais. Mas, além das diferenças, importa aqui realçar o papel do factor cibernético enquanto elemento estruturante em toda a rede de interdependências.

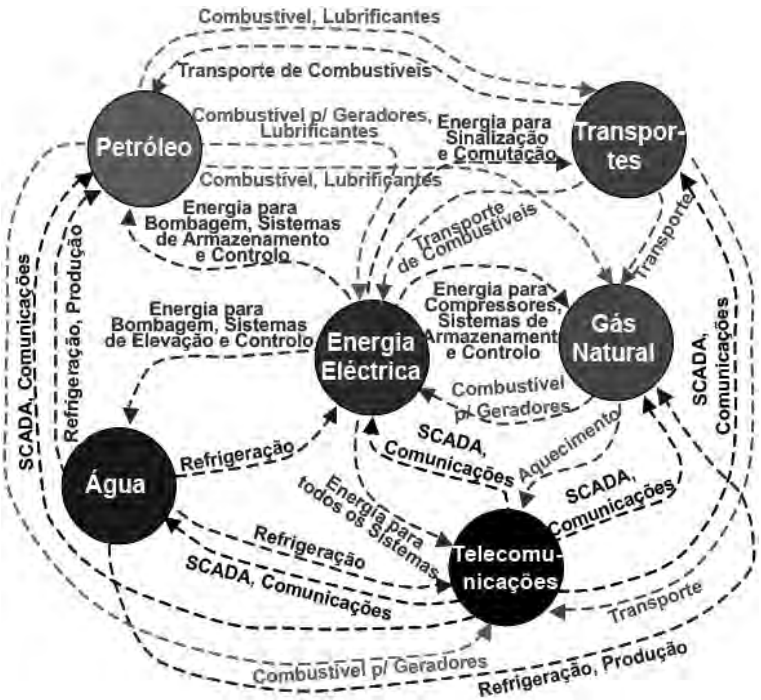


Figura 1 – Exemplos de dependência e interdependência de sistemas. Adaptado de Kelly (2001)

A importância do elemento cibernético neste âmbito foi identificada quando o já citado relatório (PC-CIP, 1997) refere que existe uma dependência colectiva da infraestrutura de informação e comunicações, isto é, essencialmente reconhece a existência de uma crescente e real dimensão "ciber" associada à manutenção e preservação das IC. Desde então, as IC não pararam de acentuar esta interdependência e a infraestrutura informacional está cada vez mais interligada com todas as outras infraestruturas, sejam elas IC ou não. Consequentemente, isolar as infraestruturas críticas das não-críticas é um verdadeiro desafio tendo em conta que o nosso conhecimento das causas de falha das infraestruturas é ainda limitado, especialmente no que diz respeito às suas relações de (inter)dependência (Hämmerli & Renda, 2010).

No passado, a interdependência derivava apenas das relações físicas ou geográficas. Com o desenvolvimento do ciberespaço, que inclui a comunicação de dados e métodos informáticos de comando e controlo automático, surgiram novas relações que, por sua vez, criaram vulnerabilidades adicionais. Estas relações são informáticas (por exemplo, comando e controlo por meios electrónicos), mas são também lógicas (por exemplo, o mercado financeiro internacional influencia o desempenho de muitas indústrias).

Como já vimos, diversos governos têm vindo a definir quais os sectores das suas infraestruturas que são verdadeiramente críticos, e os actuais sistemas de classificação de IC esforçam-se por ter em conta a complexidade do ciberespaço, do qual dependem muitas das infraestruturas modernas. É precisamente esta ligação entre o "ciber" e todas as áreas da vida moderna que leva a que o governo dos EUA considere, desde 2003, a existência de "Infraestruturas Críticas e Recursos Chave"[1]. Esta expressão é desde então utilizada em vários documentos oficiais para englobar tudo aquilo que o governo dos EUA considera que deve ser prioritariamente preservado (DHS, 2011, 2012). A Figura 2 ilustra esta situação em que a infraestrutura do ciberespaço é a base de todo um complexo edifício de interdependências sobre o qual assenta a vida nas sociedades modernas.

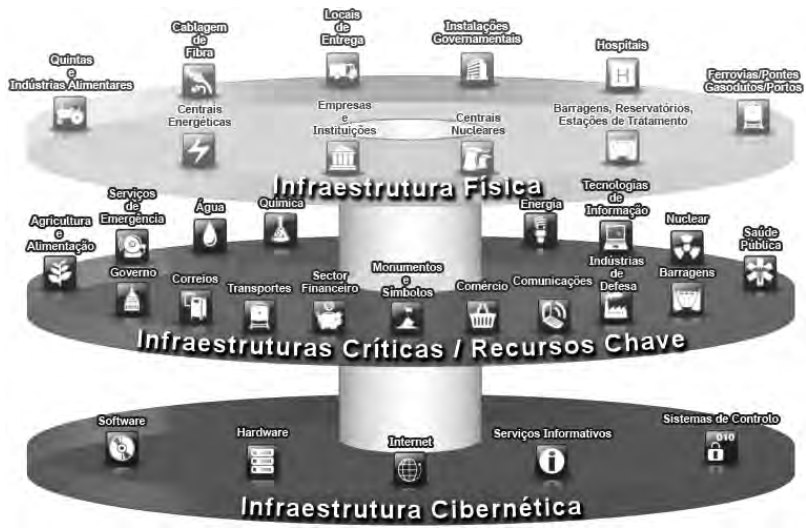


Figura 2 – A infraestrutura cibernética como base de todas as outras. Adaptado de Beggs (2010)

1 *Critical Infrastructures and Key Resources (CIKR).*

Seja através de ligação directa, proximidade geográfica, ou relações cibernéticas, é inquestionável que as IC não estão isoladas e que as suas interacções criam uma complexa rede de relações, dependências e interdependências que extravasam o âmbito das IC para afectar toda a sociedade (Pederson et al., 2006). Em suma, as relações de interdependência são uma intricada estrutura de múltiplos níveis onde as influências se fazem sentir em todos os sectores da sociedade e do Estado, do domínio público ao privado, e do âmbito regional à escala global.

3. Sistemas SCADA

Os sistemas de controlo industrial[2] são redes e sistemas de comando e controlo concebidos para apoiar processos industriais. Estes sistemas são responsáveis pela monitorização e controlo de uma grande variedade de processos e operações, tais como a distribuição de gás e electricidade, tratamento de água ou transporte ferroviário. O maior subgrupo dos ICS são os sistemas conhecidos por SCADA[3] (ENISA, 2011). Quase todas as IC industriais são geridas remotamente a partir de salas de controlo, utilizando computadores e redes de comunicação. Desde o controlo de processos químicos de fabrico até à sinalização das redes ferroviárias, passando pela gestão da rede elétrica e pelo abastecimento de gás, todos estes processos são controlados por algum tipo de sistema de controlo de supervisão e aquisição de dados, ou seja, tecnologia SCADA (Stouffer, Falco, & Kent, 2008). Os termos "controlo de processos" e "SCADA" eram, até há relativamente pouco tempo, desconhecidos fora do círculo restrito dos profissionais da área. Hoje em dia, são uma das principais preocupações no âmbito da protecção das IC.

3.1. Definição

Vários sectores da indústria, considerados como IC, utilizam algum tipo de sistema de controlo industrial nas suas actividades diárias. Este mundo dos ICS, como ocorre em tantos outros sectores da alta tecnologia, tem o seu próprio léxico para descrever as especificidades da sua actividade. Infelizmente, os termos exactos são muitas vezes mal utilizados e compreendidos.

2 *Industrial Control Systems* (ICS). De modo a tornar o texto mais perceptível, iremos doravante utilizar as siglas inglesas vulgarmente utilizadas na literatura de referência sobre esta temática.

3 *Supervisory Control And Data Acquisition*.

Por exemplo, é vulgar que os ICS sejam referidos como sendo SCADA, o que é simultaneamente pouco rigoroso e enganador (Knapp, 2011). Uma rede industrial é tipicamente constituída por diversas áreas distintas e os sistemas SCADA são apenas uma peça específica de um grande puzzle, separada dos sistemas de controlo propriamente ditos (NCS, 2004). Na realidade, os ICS podem incluir sistemas SCADA, sistemas de controlo distribuído[4], sistemas de controlo de processos[5], terminais remotos[6], ou ainda controladores de lógica programável[7] (NCS, 2004) (Stouffer et al., 2008) (ENISA, 2011). Cada uma destas áreas tem as suas próprias considerações de segurança física e lógica e as suas políticas e preocupações específicas (Knapp, 2011).

Nos sistemas SCADA são os computadores que monitorizam e regulam as operações da maior parte das IC industriais. Estes computadores ajustam automaticamente diferentes fases dos processos de fabrico, e outras actividades de controlo, com base em dados digitais recolhidos por sensores (Wilson, 2008). Ou seja, são ferramentas de *software* concebidas para construir sistemas de controlo industrial, e utilizadas para a monitorização remota e para o envio de comandos a válvulas e interruptores (NCS, 2004). Os sistemas SCADA são sistemas altamente distribuídos utilizados para controlar activos dispersos geograficamente, por vezes em áreas de milhares de quilómetros, onde a centralização da aquisição de dados e o controlo são críticos para a operação dos sistemas (Shea, 2003). Assim, é frequente que estes sistemas sejam colocados em locais remotos, operem sem intervenção humana, e sejam acedidos apenas esporadicamente por engenheiros ou pessoal técnico, através de ligações de telecomunicações (Wilson, 2008). No entanto, em nome da eficiência, estas ligações estão gradualmente a ser incorporadas nas redes locais empresariais ou mesmo na internet.

3.2. Evolução

Os sistemas SCADA vulgarizaram-se nos anos de 1960, com o crescimento da necessidade de controlar e monitorizar equipamento remoto. A primeira geração destes sistemas tinha uma arquitectura monolítica assente em computadores *mainframe* e funcionava isoladamente. A segunda geração de sistemas SCADA tinha já uma arquitectura distribuída e tirava partido dos desenvolvimentos nas redes locais e na miniaturização. A informação era partilhada em tempo real a partir de estações que cumpriam uma função

4 *Distributed Control Systems (DCS).*
5 *Process Control Systems (PCS).*
6 *Remote Terminal Units (RTU).*
7 *Programmable Logic Controllers (PLC).*

específica e estes sistemas eram normalmente constituídos por *software*, *hardware* e protocolos proprietários, isto é, específicos de cada firma. A actual terceira geração tem uma arquitectura em rede, semelhante à geração anterior, mas capaz de comunicar tanto através de redes WAN[8] como de redes LAN[9]. Além disso, os novos sistema SCADA utilizam já protocolos e equipamento *standard* (NCS, 2004).

Ou seja, os primeiros ICS eram redes ponto a ponto que ligavam um painel de controlo a um sensor remoto. Estes ICS evoluíram até se tornarem sistemas complexos que suportam a comunicação entre uma central e várias unidades remotas, através de grandes distâncias, por meios de complexas redes em malha (ENISA, 2011). Relativamente ao *software*, há décadas atrás, as grandes companhias proprietárias de muitas IC tinham departamentos internos de engenharia onde eram desenvolvidas aplicações à medida das suas necessidades. No entanto, a evolução da indústria fez com que surgissem cada vez mais e melhores soluções desenvolvidas por firmas externas (Clarke & Olcott, 2012). Isto resultou em menor investimento e custos operacionais e fez com que os ICS se transformassem em arquitecturas abertas, com tecnologias padrão, e altamente ligados a outras redes empresariais e à internet (ENISA, 2011).

Ao longo deste processo evolutivo, a segurança física foi sempre uma preocupação, contrariamente ao que ocorreu com a segurança da informação. Isto ocorreu porque os sistemas estavam isolados fisicamente, sem quaisquer sistemas comuns que quebrassem esse isolamento Assim, antes da banalização da ligação à internet, das aplicações assentes na *web* e dos sistemas empresariais de informação em tempo real, todos os sistemas industriais eram apenas concebidos para serem fiáveis (Knapp, 2011).

3.3. Vulnerabilidades

Em 1995, o governo dos EUA já reconhecia que as suas IC estavam extremamente dependentes das redes de informação, como a internet, e que eram vulneráveis a ataques originários dessas mesmas redes (SPB, 1995). Os sistemas ICS e as redes de TI empresariais estão hoje completamente interligados, e é vulgar ter sistemas ICS que comunicam através da internet. Assim, tornou-se absolutamente normal fazer administração remota de sistemas de controlo e dos dispositivos de rede a eles associados. Da mesma forma, os

8 *Wide Area Network*. O conceito associado a esta sigla é o de uma rede que cobre uma vasta área geográfica, com ligações que muitas vezes vão além das fronteiras nacionais.

9 *Local Area Network*. Estas são as redes locais que ligam computadores em casa, numa escola ou num escritório.

engenheiros encarregados das tarefas de controlo podem monitorizar todos os sistemas ICS a partir de diversos pontos fora da rede de controlo, tirando partido das redes globais. A consequência é que os ataques contra os sistemas SCADA podem ter origem em qualquer parte do mundo (ENISA, 2011). Assim, a grande desvantagem derivada da ligação dos sistemas SCADA a redes internas e outras abertas ao exterior, é a sua crescente vulnerabilidade a ataques informáticos.

Em Março de 2007, investigadores no INL levaram a cabo uma experiência chamada *Aurora Generator Test* onde demonstraram a possibilidade de um ciberataque afectar e destruir os sistemas de controlo de geradores vulgarmente utilizados na rede eléctrica (Wilson, 2008). Num vídeo[10] divulgado pelo DHS, um gerador semelhante a muitos outros em utilização nos EUA é forçado a sobreaquecer e parar dramaticamente depois de receber uma série de comandos maliciosos. Embora os investigadores tenham declarado que o teste se destinava apenas a averiguar o potencial impacto de uma falha já corrigida, o vídeo é explícito e deixa no ar a possibilidade da existência de muitas outras vulnerabilidades semelhantes, que podem ser exploradas da mesma forma.

No passado, muitos sistemas ICS eram proprietários e continham arquitecturas e comandos próprios. Os sistemas proprietários são produtos de *software*, customizados, únicos e destinados à instalação em poucos (ou num único) computadores e a sua exclusividade torna-os um alvo menos apetecível para os *hackers*. São menos atractivos porque a descoberta de uma vulnerabilidade leva tempo, e um *hacker* pode considerar que o esforço de vigilância e pesquisa para lançar um ataque a um sistema proprietário não é remunerador (Wilson, 2008). Hoje, os sistemas ICS são maioritariamente assentes em plataformas e sistemas padronizados aplicados a diversos dispositivos, e utilizam *software* COTS[11], o que levou a uma redução dos custos, facilidade de utilização e permitiu ainda a monitorização e controlo remoto a partir de diversas localizações (ENISA, 2011). Esta utilização generalizada de *software* comercial tornou os sistemas SCADA muito mais interessantes para os hackers, pois uma única vulnerabilidade descoberta num produto COTS pode estar integrada em milhares de computadores que tenham instalado esse software (Wilson, 2008).

Mas não foram apenas os protocolos de comunicação proprietários que foram modificados ou substituídos por outros padronizados e abertos. Os

10 Meserve, Jeanne, *Staged cyber attack reveals vulnerability in power grid*, Central News Network, 26 de Setembro de 2007, disponível em http://edition.cnn.com/2007/US/09/26/power.at.risk/, consultado em 6 de Junho de 2013.

11 *Commercial Off The Shelf*. É uma designação para o *software* comercial disponível para o público em geral.

próprios sistemas operativos e as aplicações, utilizados de forma generalizada nos sistemas ICS, migraram de versões proprietárias para versões normais de sistemas operativos (família Windows ou Linux) e aplicações (Microsoft SQL Server, Microsoft Excel, etc). Esta mudança torna estes sistemas vulneráveis ao mesmo tipo de ataques a que estão expostos os sistemas de TI convencionais (ENISA, 2011). Além disso, como os sistemas SCADA não foram originalmente concebidos tendo a segurança como prioridade, em muitos casos, é agora impossível implementar novos controlos de segurança para reduzir as vulnerabilidades já conhecidas (Wilson, 2008). Os antigos sistemas de controlo foram originalmente concebidos como redes isoladas, sem acesso à internet. Portanto, foi necessário adicionar acessos de rede aos sistemas originais de modo a integrá-los na restante estrutura empresarial (Shea, 2003).

No início do séc. XXI, a ligação dos sistemas SCADA à internet aumentou tremendamente e esta mudança levou à exposição de um conjunto de sistemas que nunca foram concebidos para ser ligados a uma rede pública (NCS, 2004). Mas, como os protocolos de comunicação dos ICS nunca foram concebidos para ser seguros, muitos destes protocolos foram originalmente projectados sem autenticação, sem cifra e sem qualquer tipo de garantia da integridade das mensagens, o que expõe a comunicação a uma grande variedade de ataques (ENISA, 2011).

Estes sistemas industriais têm requisitos de funcionamento diferentes daqueles normalmente exigidos a computadores de escritório. Por exemplo, o acompanhamento de um processo químico de fabrico implica uma monitorização continua por parte de um computador integrado numa IC. Na realidade, a maior parte dos sistemas SCADA desempenha tarefas simples como a abertura e fecho de válvulas ou o ligar e desligar de determinados componentes. Nestes casos, não se considera que seja necessário fazer qualquer tipo de actualização a um sistema que está a desempenhar as suas funções de forma adequada. Assim, as actualizações são raras e os sistemas obsoletos que funcionam, ainda que de forma insegura, não são substituídos. Ou seja, apesar de utilizarem *software* COTS, pode ser economicamente inviável suspender o funcionamento de um computador integrado num sistema SCADA para instalar periodicamente todas as novas actualizações de segurança (Wilson, 2008).

Em suma, o ambiente aplicacional de uma IC típica é hoje uma complexa amálgama de aplicações ligadas em rede, criadas por programadores internos e externos, incluindo vendedores de *software* comercial, integradores e criadores que fornecem soluções únicas e proprietárias (Clarke & Olcott, 2012). Ao longo dos últimos anos, têm sido muitos os especialistas que têm denunciado uma variedade de vulnerabilidades de carácter técnico associadas aos sistemas SCADA. Algumas dessas vulnerabilidades impossibilitam a utilização de antivírus nos computadores SCADA e impedem que sejam realizados os

mais elementares testes de segurança sem colocar em causa a segurança das próprias instalações e pessoal (Chiesa, 2007). Por outro lado, as ferramentas que podem ser utilizadas com intenções maliciosas estão gratuitamente disponíveis na internet e incluem módulos especialmente concebidos para atacar sistemas SCADA (Chiesa, 2010). Uma das tendências mais preocupantes é o surgimento de aplicações que permitem monitorizar sistemas SCADA a partir de dispositivos de computação pessoal (Brown, 2011). A pressão empresarial para fazer mais com menos tem levado a um crescimento exponencial do acesso remoto aos sistemas SCADA, considerando-se mais proveitoso que os sistemas sejam monitorizados a partir de casa, em vez de pagar horas extraordinárias a um técnico que trabalhe junto dos sistemas.

Neste contexto, os fabricantes de sistemas SCADA estão cada vez mais a apostar na mobilidade e é hoje possível adquirir *online* uma aplicação "SCADA Mobile" para um *smartphone*, por uma quantia verdadeiramente irrisória. Cumulativamente, o crescente movimento em direcção ao chamado BYOD[12] terá, a breve prazo, um grande impacto na segurança de todos os sistemas de controlo das IC. Não é fantasioso imaginar um cenário em que um técnico, responsável pelo controlo de uma IC, decide levar para o local de trabalho o seu *tablet* PC a partir do qual tem estado, em casa, a monitorizar o funcionamento e os parâmetros do sistema SCADA pelo qual é responsável. No entanto, sem que ele saiba, uma das aplicações que adquiriu recentemente *online* está infectada com um *malware* especificamente concebido para interferir com sistemas idênticos ao que ele próprio opera. Assim, de forma tranquila e segura, um atacante externo tem acesso interno e privilegiado a um sistema do qual depende o funcionamento de toda uma comunidade, ou mesmo de um país. A realidade é que o número de vulnerabilidades técnicas identificadas não pára de crescer (Pollet, 2012) e esse facto está amplamente documentado em diversos documentos oficiais (DHS, 2011) (ICS-CERT, 2013b).

Um outro aspecto que contribui para a vulnerabilidade das IC é o já referido facto de muitas delas serem operadas e geridas por interesses privados. Recentemente, as autoridades dos EUA diagnosticaram uma série de problemas de segurança na rede eléctrica que derivam desta realidade. Por exemplo, algumas companhias preocupam-se apenas em cumprir a lei e não em aplicar segurança efectiva nas suas instalações. Além disso, têm lacunas de seguran-

12 BYOD é uma sigla inglesa para *Bring Your Own Device* (Traga o Seu Próprio Dispositivo). Este fenómeno está directamente relacionado com o surgimento de um número cada vez maior de dispositivos de computação móvel bastante avançados. O BYOD implica que os funcionários possam utilizar os seus próprios dispositivos pessoais (*smartphones*, *tablets* ou *laptops*) no ambiente laboral e com eles possam aceder aos recursos da rede da empresa.

ça nos seus procedimentos e não têm nenhum mecanismo eficaz de partilha de informação sobre cibersegurança (GAO, 2012). Esta preocupação não é nova, já foi reportada em diversos estudos (NERC, 2010) e continua a constar dos mais recentes relatórios oficiais (GAO, 2013). Os resultados de um estudo publicado recentemente pela SANS (Luallen, 2013) são uma amálgama confusa que ilustra a vasta panóplia de problemas de segurança dos sistemas SCADA. Na realidade, embora 50% dos inquiridos afirme ter práticas de actualização dos sistemas, a verdade é que também admitiram a sua incapacidade para monitorizar eficazmente os PLC e as ligações ao equipamento no terreno devido à ausência de segurança nativa nos próprios sistemas de controlo. Ou seja, a maior parte dos inquiridos monitoriza os computadores que executam o *software* de controlo quando deveria estar a monitorizar os próprios controladores embebidos nos sistemas. Infelizmente, a maior parte das organizações não consegue implementar políticas de segurança, como autenticação ou auditoria, nestes controladores uma vez que os mesmos não dispõem de nenhum tipo de controlos de segurança nativos.

A tendência para a diminuição dos custos tem levado a que muitas empresas na área da produção e distribuição de energia tenham reduzido a redundância física dos seus sistemas e estejam dependentes de longas cadeias de abastecimentos de sobressalentes, muitos deles fabricados no estrangeiro. Estas cadeias de abastecimentos criam dependências externas nos sistemas de suporte e a sua ruptura pode provocar grande impacto. Ou seja, a própria cadeia de abastecimentos é uma vulnerabilidade importante (NERC, 2010). Ainda relacionado com este aspecto, importa referir que, desde 2005, as autoridades dos EUA têm confiscado grandes quantidades de *hardware* proveniente da China, preocupadas com a possibilidade desta tecnologia ser incorporada nas suas IC. Estas preocupações com a cadeia de abastecimentos são agora de tal maneira prioritárias que existem recomendações oficiais para que as companhias evitem a todo o custo a aquisição e instalação de *hardware* chinês, uma vez que há suspeitas relativamente à possibilidade deste ter vulnerabilidades propositadamente embutidas (GIT, 2013) (GAO, 2013).

Em face desta realidade, não admira que alguns especialistas afirmem que os EUA são um dos países mais vulneráveis a ciberataques às suas IC (Baker, Waterman, & Ivanov, 2009), ideia que parece ser comprovada pelo crescente número de incidentes nas IC norte-americanas (ICS-CERT, 2012).

4. Relevância Social

Uma IC é um alvo tentador para um inimigo, seja ele um terrorista ou um estado hostil. Do ponto de vista do ciberespaço, os sistemas SCADA são um

dos alvos mais atractivos para funcionários descontentes ou sabotadores que tencionem desencadear um evento em larga escala (Shea, 2003). Por isso mesmo, alguns especialistas acreditam que o papel fundamental desempenhado pelos sistemas SCADA no controlo das IC os torna atractivos para os terroristas (Wilson, 2008). As ameaças cibernéticas à segurança nacional vão muito além dos alvos militares e afectam todas as áreas da sociedade. Tanto *hackers* como governos estrangeiros são cada vez mais capazes de lançar sofisticados ataques de intrusão sobre redes e sistemas que controlam IC civis. Tendo a conta a natureza integrada do ciberespaço, as falhas induzidas por meios informáticos nas redes energéticas, de transporte ou financeiras, podem provocar significativos danos físicos e rupturas económicas.

4.1. Historial de Incidentes

Em Janeiro de 2003, o *worm*[13] *Slammer* conseguiu, durante algumas horas, corromper o sistema de controlo da central nuclear Davis-Besse, no Ohio, tirando partido do facto de este sistema ter múltiplas ligações à internet (Stouffer et al., 2008). Nesse mesmo ano, o *worm Blaster* contribuiu para o efeito cascata do apagão de 14 de Agosto que afectou cerca de 10 milhões de pessoas no Canadá e 45 milhões de pessoas em oito estados dos EUA (Wilson, 2008). Este incidente revelou, não só a fragilidade dos sistemas de controlo industrial, mas também a grande interdependência entre a rede eléctrica e outros sistemas vitais ao funcionamento da sociedade, como as telecomunicações, o fornecimento de água, etc. Em Novembro de 2009, foi iniciada uma série de ciberataques contra companhias do sector petrolífero e energético à escala global. Estes ataques, lançados a partir da China, envolviam engenharia social, exploração de diversas vulnerabilidades em *software* COTS e a utilização de ferramentas de administração remota para a recolha de informação empresarial classificada sobre financiamentos e projectos para novas explorações petroquímicas (McAfee, 2011).

Em 2010, o mundo foi surpreendido pela descoberta do *Stuxnet*[14], a primeira ciberarma realmente desenvolvida para ser usada contra uma nação

13 Um *worm* (verme) informático é um programa malicioso que se replica a si próprio de forma a expandir-se para outros sistemas, normalmente através de redes informáticas. Distingue-se dos vírus informáticos na medida em que não necessita "infectar" um outro programa para se multiplicar, sendo completamente independente.

14 O Stuxnet é um *worm* concebido especificamente para atingir as unidades de enriquecimento de urânio do Irão, em Natanz. O *worm* é incomum visto que, apesar de se propagar através de computadores com sistema operativo Windows, a sua carga útil é direccionada apenas para uma configuração específica de sistemas SCADA, ou seja, exactamente aquilo que o Irão tem nas suas centrifugadoras. Na altura da sua descoberta, o Stuxnet foi consi-

estrangeira. Esta arma cibernética, destinada a atingir o programa nuclear iraniano destruindo as centrifugadoras das instalações de enriquecimento de urânio, teve uma grande eficácia, mas abriu uma verdadeira caixa de Pandora. Além das implicações políticas, o *Stuxnet* e os seus sucedâneos catapultaram os sistemas SCADA para os cabeçalhos noticiosos, tornando públicas as suas vulnerabilidade e criando um generalizado clima de insegurança relativamente às IC de todo o mundo. A realidade é que, desde então, o número de ataques contra as IC nos EUA aumentou exponencialmente, tal como se pode comprovar na Figura 3.

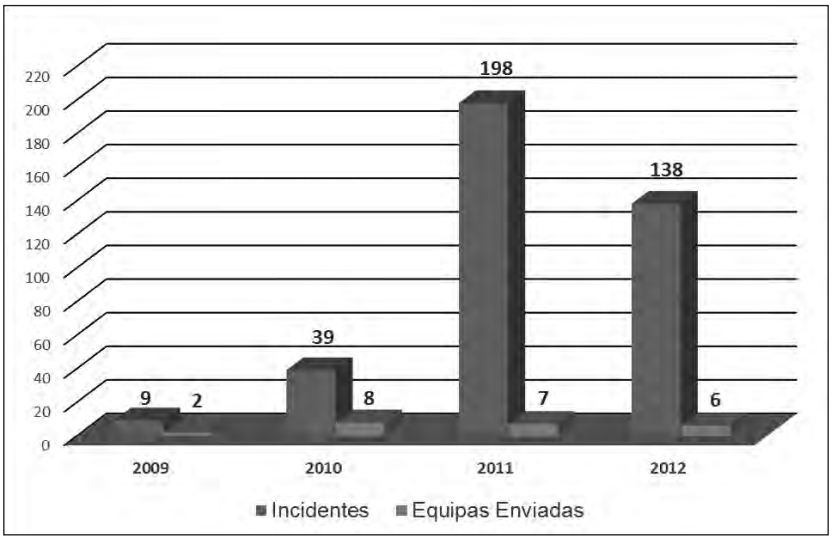


Figura 3 – Evolução do número de incidentes informáticos nas IC dos EUA.
Fonte: ICS-CERT (2012, 2013a)

É importante referir que estes são apenas os incidentes reportados e que muitas organizações optam por nunca dar conhecimento externo daquilo que

derado o mais avançado malware já estudado e aumentou significativamente o nível da ciberguerra. Actualmente, já é claro que se tratou de um ataque cibernético real sobre as instalações nucleares do Irão com a maioria dos especialistas a acreditar que Israel está por trás disso, com a ajuda dos EUA. O Stuxnet é a primeira arma cibernética de nível militar do mundo conhecida publicamente, capaz de destruir máquinas, e o ataque retardou significativamente o programa iraniano de enriquecimento de urânio ao danificar cerca de 1.000 centrifugadoras.

ocorre nas suas instalações. Além disso, o número extremamente baixo de equipas enviadas ilustra o facto de muitas organizações privadas não solicitarem ajuda para lidar com estes eventos (ICS-CERT, 2013a).

Notícias recentes[15] dão conta de uma intrusão numa base de dados com informação classificada sobre as barragens dos EUA, executada a partir de território chinês. A referida base de dados (*U.S. Army Corps of Engineers' National Inventory of Dams*) tem informação sobre cerca de 8.100 barragens em território dos EUA, e esta intrusão fez subir as preocupações sobre um eventual ataque à infraestrutura da rede eléctrica norte-americana. Estes incidentes demonstraram de forma inequívoca a existência de significativas vulnerabilidades nos sistemas de controlo das IC, facto que continua a ser exaustivamente abordado em diversos relatórios, não só do governo dos EUA (GAO, 2013), mas também de agências europeias (ENISA, 2011) e de grupos de trabalho independentes (Hämmerli & Renda, 2010). Recentemente, o último boletim trimestral da ICS-CERT dá conta da persistente ocorrência de ataques contra diversas IC nos EUA, além da sistemática descoberta de novas vulnerabilidades e ameaças (ICS-CERT, 2013b).

4.2. Ameaças e Impacto

O alerta sobre a dimensão destas ameaças foi oficializado quando, em 1997, o governo norte-americano reconheceu que um comando enviado através de uma rede informática a um computador no controlo de uma IC poderia ser tão devastador quanto uma mochila cheia de explosivos, e o agressor seria mais difícil de identificar (PC-CIP, 1997). Esta preocupação foi sendo sistematicamente transmitida às autoridades norte-americanas, realçando sempre a possibilidade da ocorrência de eventos em cascata resultantes da interdependência das diversas IC (Shea, 2003). Embora considerassem como sendo pouco provável a ocorrência de uma falha catastrófica numa IC, o efeito sinergístico que as diversas IC têm entre si sempre foi motivo de grande preocupação. Por isso mesmo, alguns especialistas lançaram o alerta sobre a possibilidade de acontecimentos em cadeia, nos quais o colapso de uma IC levaria à falha de muitas outras. Este cenário é aquele que provoca maior apreensão entre os especialistas, ou seja, a ocorrência de um ciberataque contra uma IC em combinação com um ataque físico, por exemplo, terrorista. É exactamente no contexto da ameaça terrorista que o DHS (2003) considera que um ataque a uma IC poderá desencadear três tipos de efeitos:

15 Gertz, Bill, *The Cyber-Dam Breaks*, The Washington Free Beacon, 1 de Maio de 2013, disponível em http://freebeacon.com/the-cyber-dam-breaks/, consultado em 6 de Maio de 2013.

– Efeitos directos na infraestrutura: falha parcial ou disrupção total das funções da IC ou de um recurso chave, e o consequente efeito em cascata, por meio de um ataque directo sobre os seus sistemas;

– Efeitos indirectos na infraestrutura: efeito em cascata e consequências políticas, económicas e sociais que advêm das reacções dos sectores público e privado a um ataque;

– Exploração da infraestrutura: aproveitamento de elementos da infraestrutura atacada para atacar outro alvo.

Uma hipótese, é um convencional ataque bombista ser apoiado por uma interrupção da rede eléctrica ou dos serviços de comunicação. A resultante diminuição da capacidade de resposta dos serviços de emergência fará rapidamente escalar o número de baixas (Shea, 2003), ou seja, o ciberataque aumentará o impacto do ataque físico. Embora a ameaça de um ciberataque, coordenado para amplificar os efeitos de um ataque terrorista convencional, continue a ser uma das grandes preocupações dos especialistas em segurança, não existe consenso sobre a dimensão real do impacto de um ataque directo sobre os sistemas informáticos que controlam as IC (Wilson, 2008). No entanto, o longo historial de incidentes relacionados com as vulnerabilidades das IC já evidenciou o impacto que um ataque premeditado pode ter sobre uma vasta área e grande número de pessoas. Além disso, como já vimos, as IC têm diversas vulnerabilidades, o que as deixa bastante expostas a inúmeras ameaças, tornando-as extremamente falíveis. Entrando em linha de conta com a dependência social das IC, e a grande interdependência entra elas, é lógico considerar que a ligação de todos os sistemas essenciais à vida moderna pode amplificar bastante o impacto de uma calamidade numa IC (GAO, 2012).

Mas o impacto de um ataque sobre os ICS das IC pode variar muito. É normalmente assumido que um ciberataque bem-sucedido causará poucas ou nenhumas baixas, embora possa causar alterações nos serviços. Por exemplo, um ataque contra a rede telefónica pode deixar os utilizadores sem esse serviço durante várias horas enquanto os técnicos reparam os danos provocados. Mas um ataque contra os sistemas de controlo de uma instalação química pode causar danos físicos sobre uma área alargada (Shea, 2003). Esta opinião é partilhada por outros especialistas, que consideram que as consequências de um ataque cibernético contra uma IC podem variar desde a simples, e relativamente inócua, interrupção temporária dos serviços, até actos de sabotagem intencional destinados a provocar elevado número de vítimas, como por exemplo grandes explosões em instalações industriais (Knapp, 2011). Por outro lado, as comunicações são hoje parte integrante da nossa sociedade e não é concebível viver num mundo sem meios de comunicação. Na realidade, as IC fornecem, entre outras coisas, o suporte para a comunicação sem a qual a nossa sociedade não existiria.

Nos últimos anos, as IC tornaram-se dependentes de complexas aplicações de *software* para desempenhar funções sociais vitais que incluem a distribuição de energia, finanças e transportes. Um evento cibernético que afecte uma IC pode, não só afectar a sua área de negócio, mas também afectar a saúde pública, a economia e a segurança nacional (Clarke & Olcott, 2012). Um dos aspectos mais emblemáticos desta nova sociedade é a capacidade para fazer negócios em qualquer fuso horário, a qualquer hora do dia. Como se pode ver na Tabela 1, todos os países consideram que o sector financeiro é uma das suas IC. Na verdade, o sistema financeiro internacional é um gigantesco alvo para cibercriminosos e ciberterroristas que tentam obter proveitos financeiros, afectando a economia global. Os ataques ao sistema financeiro internacional constituem uma das maiores ameaças do ciberterrorismo, mas acreditamos que é pouco provável que venham a ocorrer, uma vez que o sistema é de facto global. Ou seja, os únicos interessados em lançar ataques desse tipo serão os actores não ligados a nenhum estado em particular, e não será fácil que esses disponham de meios para o fazer. Os estados estão demasiados envolvidos financeiramente para considerarem sequer essa possibilidade. Segundo Wilson, alguns especialistas dos EUA consideraram a possibilidade de lançar ataques contra o sistema bancário chinês (Wilson, 2008). Da mesma forma, os jornais militares chineses especularam que os seus ciberataques poderiam provocar uma interrupção nos mercados financeiros norte-americanos. Mas a verdade é que um ataque deste tipo, lançado sobre *Wall Street*, poderia ter um impacto mais devastador sobre a China do que propriamente sobre os EUA, tal é a interdependência que existe no sistema financeiro internacional (Wilson, 2008).

Esta discussão acerca dos efeitos globais de um ataque sobre o sistema financeiro é indissociável do debate acerca do impacto de um ataque sobre o próprio ciberespaço, uma vez que será esse o veículo utilizado para afectar globalmente os mercados financeiros. Mas, à semelhança do que ocorre com o sector financeiro, nenhum Estado está interessado na destruição ou disrupção do ciberespaço dada a importância que este assumiu em todos os aspectos da nossa sociedade. Na realidade, o ciberespaço e toda a sua infraestrutura de suporte, desde os servidores base[16] do *Domain Name System* (DNS) até aos simples *routers* dos ISP[17] regionais, é uma gigantesca IC.

16 Estes servidores (*root name servers*) são uma parte crítica da infraestrutura da internet, porque são a base da tradução dos endereços em linguagem humana para endereços IP que são utilizados na comunicação entre máquinas na rede. Embora só existam treze servidores lógicos, desde Junho de 2013, por motivos de redundância, existem 374 servidores físicos dispersos por diversos países.

17 *Internet Service Providers*. É o nome vulgarmente dado às companhias que disponibilizam acesso à internet.

Num outro contexto, as redes eléctricas nacionais são de duplo uso, no sentido em que alimentam o sector público, incluindo a defesa, e o sector privado. Assim, um ataque sobre um ponto nevrálgico pode desligar um sector da rede eléctrica que alimente simultaneamente hospitais e bases militares (Lukszo, Deconinck, & Weijnen, 2010). Se, por um lado, é verdade que os países rejeitam os ataques contra hospitais, por outro é provável que atinjam alvos militares com armas cibernéticas. Nesse contexto, atacar a rede eléctrica pode ser a melhor forma de debilitar a capacidade militar de uma nação (DHS, 2012) (GAO, 2004, 2012). Ou seja, a existência de diversas vulnerabilidades e a complexa rede de interdependências entre as IC combinam-se para criar uma situação em que um ataque contra uma IC pode causar grande impacto sobre quem dela depende. Esta realidade tem sido abordada em diversos estudos conduzidos nos EUA, por exemplo, sob a designação de "alto impacto, baixa frequência"[18]. Num desses estudos (NERC, 2010), é referido que, embora o risco de um ciberataque coordenado contra as IC seja reduzido, o impacto pode ser muito alto, pois o ciclo de aquisição e substituição dos componentes afectados pode levar muitos meses, até anos. Esta é uma consequência das vulnerabilidades atrás elencadas: dependência do sector privado, orientado para lucro, e dependência de uma cadeia de abastecimentos pouco fiável.

Já em 1997, o presidente dos EUA foi informado acerca dos efeitos da desregulação e concorrência em muitas IC industriais. Nesse relatório (PC-CIP, 1997) é explicitamente referido que as organizações incorporaram as TIC para acelerar a entrega dos seus bens e serviços e evitar todo o tipo de desperdícios, o que levou a que muitas empresas estejam tão orientadas para os seus processos "*just in time*" que a recuperação de uma perturbação, por menor que seja, será extremamente difícil. Ou seja, o impacto pode ser muito elevado e o risco está longe de ser desprezável. Independentemente da natureza e da origem das ameaças, as vulnerabilidades da sociedade moderna são derivadas do facto de esta ser altamente industrializada, utilizando tecnologias complexas e organizadas em sofisticadas estruturas organizacionais. Assim, no decurso da sua evolução tecnológica, a sociedade tornou-se mais sensível à disrupção destas infraestruturas visto que os seus elementos constituintes estão concebidos para funcionar numa lógica de garantia total da cadeia de abastecimento. Esta situação cria um falacioso sentimento de segurança no qual o impacto de um incidente improvável será desproporcionalmente grave. Ou seja, à medida que a robustez dos sistemas aumenta e a susceptibilidade de um país a uma falha na sua cadeia de abastecimento diminui, mais grave

18 *High-Impact Low-Frequency (HILF).*

será o impacto real de um incidente disruptivo. Este fenómeno é conhecido como o paradoxo da vulnerabilidade (KRITIS, 2004).

5. Risco Social

O primeiro passo para um incremento na segurança dos processos e sistemas de controlo modernos é a compreensão aprofundada dos riscos no contexto da segurança electrónica. Só assim se poderão tomar decisões estratégicas informadas, relativamente aos níveis apropriados de segurança necessários em cada um dos contextos organizacionais. O risco é uma função das ameaças, das vulnerabilidades e dos impactos (NERC, 2010). Nos pontos anteriores foram elencadas diversas vulnerabilidades dos sistemas de controlo associados às IC e outras derivadas das suas relações de interdependência. Além disso, foram, não só analisados alguns dos impactos já provocados por incidentes no passado, mas foi também traçado um panorama geral sobre o impacto previsível de um ataque premeditado sobre uma IC. Ou seja, as ameaças são reais e a prová-lo está o facto de o presidente dos EUA ter recentemente emitido uma directiva[19] e uma ordem executiva[20] exactamente sobre esta temática. Portanto, a questão não é saber se há ou não riscos associados às IC; o problema reside em identificá-los, avaliá-los e mitigá-los.

5.1. Identificação e quantificação

Voltando à definição de risco, este é influenciado pela natureza e magnitude da ameaça, pelas vulnerabilidades a essa ameaça e pelas consequências que daí podem resultar (Chertoff, 2009). A ameaça é o acto em si mesmo, as vulnerabilidades são as partes ou características do sistema que podem ser afectadas por esse acto, e as consequências são o resultado da exploração da vulnerabilidade (NERC, 2010). Todas estas áreas têm que ser tidas em conta para uma verdadeira compreensão dos riscos. Assim, a avaliação do nível de risco associado às IC, utilizando uma abordagem abrangente, tornou-se uma prioridade com vista a permitir um melhor fluxo de informação e

19 The White House, Presidential Policy Directive/PPD-21, Critical Infrastructure Security and Resilience (Feb. 12, 2013), disponível em: http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2013/02/12/presidential-policy-directive-critical-infrastructure-security-and-resil, consultado em 16 de Julho de 2013.

20 The White House, Executive Order No. 13636, 78 Fed. Reg. 11737 (Feb. 12, 2013), disponível em: http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2013/02/12/executive-order-improving-critical-infrastructure-cybersecurity, consultado em 16 de Julho de 2013.

melhorar a eficiência das IC (Hämmerli & Renda, 2010). No entanto, muitas organizações têm grande dificuldade em avaliar correctamente o nível de risco a que estão expostas (Cornish et al., 2011) e estudos recentes mostram que muitas avaliações do risco são mal conduzidas, devido a um desconhecimento dos procedimentos adequados para o efeito e das métricas apropriadas para avaliar qualquer um dos parâmetros importantes (Clemente, 2013). O resultado é que os riscos podem ser exacerbados e afectados por outros factores, uma vez que a sua avaliação não é realizada de modo uniforme: alguns itens de grande importância para uma comunidade local podem ter impacto apenas limitado a uma pequena zona, enquanto outros de menor importância local podem ter impacto a nível nacional (DHS, 2012).

Além disso, há que ter em conta a falta de exactidão das métricas existentes quando aplicadas ao impacto do domínio "ciber" sobre as IC. O espectro de potenciais motivos, meios e oportunidades no ciberespaço está para lá do âmbito de qualquer ferramenta de análise de risco, e a rápida expansão da complexidade do sistema socio-tecnológico torna esta realidade imutável (Clemente, 2013). Os sistemas SCADA eram tradicionalmente encarados como sendo seguros e isolados, logo menos expostos a ciberataques. Consequentemente, as metodologias de avaliação do risco utilizadas eram ajustadas a estes sistemas antigos, sem preocupações de segurança. A recente evolução e integração dos sistemas SCADA nas redes empresariais, conjuntamente com o rápido avanço da tecnologia, alteraram o panorama das ameaças e alargaram as vulnerabilidades o que obriga a uma nova metodologia de avaliação do risco (ITSEAG, 2012).

Assim, apesar de todos os esforços para minimizar a incerteza, o risco pode ter um impacto inesperado devido à complexa teia de interdependências que liga todas as IC e que pode levar a surpreendentes efeitos em cascata (DHS, 2012). Daí a necessidade de desenvolver novas abordagens para avaliar o risco em modernos sistemas SCADA, acautelando as especificidades de cada sector e organização (ITSEAG, 2012). É provável que um sistema de baixo risco necessite menores medidas de protecção do que um sistema de alto risco, mas esta avaliação tem que ser um processo contínuo, à medida que novas vulnerabilidades vão sendo expostas e novas ameaças surgem no horizonte (CPNI, 2012). Embora todos os operadores e proprietários das IC refiram que a segurança é uma prioridade de topo, nem mesmo os países com taxas mais elevadas de implementação de medidas de segurança estão a salvo de ataques (Baker et al., 2009). É exactamente essa a razão que leva as autoridades norte-americanas a colocar no topo da lista de prioridades o desenvolvimento e implementação de novos programas de avaliação do risco (GAO, 2013), e faz com que os europeus sintam a necessidade de uniformizar a taxonomia, as métricas e a gestão do risco de modo a possibilitar uma

abordagem uniforme à problemática da protecção das IC (Hämmerli & Renda, 2010) (ENISA, 2011).

5.2. Gestão

Um dos estudos já citados (Cornish et al., 2011) conclui claramente que muitas organizações, por má avaliação do risco, não conseguem investir adequadamente na sua gestão e mitigação. Além disso, a realidade empresarial e política faz com que a gestão do risco seja muito mais difícil, visto que muitas IC estão fora da alçada geográfica ou jurídica dos governos que delas dependem (Clemente, 2013). Por outro lado, a realidade de contingência financeira leva a que muitas organizações estejam dispostas a aceitar altos níveis de risco numa tentativa de manter as margens de lucro, reduzindo os investimentos em recursos necessários a minimizar as suas vulnerabilidades (Cornish et al., 2011). Estas dificuldades não são novas e haviam sido já identificadas por Shea quando reportou que, em face da incerteza sobre a dimensão real do risco associado aos ataques cibernéticos, as indústrias privadas teriam grande dificuldade em justificar os investimentos necessários para modernizar os sistemas ICS de modo a melhorar os seus níveis de segurança (Shea, 2003).

A situação não melhorou muito nos últimos anos, e continua a não existir uma coordenação global para garantir que a indústria segue as melhores práticas aconselhadas. Além dos aspectos burocráticos relacionados com o facto de muitas IC serem privadas, há também que ter em conta que as ameaças estão em constante evolução. Assim, muitas indústrias escudam-se no facto de a segurança do ciberespaço ser responsabilidade governamental (GAO, 2012), e protelam a aplicação de medidas de segurança. De acordo com o estudo da SANS, que incidiu sobre 700 participantes, 70% dos operadores dos sistemas consideram que os riscos a que os seus sistemas estão expostos são graves ou muito graves, e 33% suspeitam já ter sido alvo de incidentes (Luallen, 2013). É pois urgente que a criação de uma moldura legal e técnica de gestão do risco seja encarada como responsabilidade dos mais altos níveis políticos, tal como já foi sugerido por estudos independentes (Hämmerli & Renda, 2010). É a única forma de resolver a contradição nas posições assumidas por muitas organizações com responsabilidades nesta área: por um lado, demonstram possuir grande consciência dos riscos existentes mas, por outro lado, estão dispostas a aceitar um elevado nível de risco relacionado com segurança cibernética (Cornish et al., 2011).

É impossível proteger completamente um sistema de todas as ameaças. Consequentemente, uma gestão do risco equilibrada tem que ter presente esta realidade e assumir uma abordagem holística com especial atenção para

a determinação do equilíbrio entre resiliência, restauração e protecção (NERC, 2010). Sempre foi impossível proteger completamente as IC, mas agora é cada vez mais difícil identificar exactamente aquilo que deve ser protegido. É mais do que apenas infraestrutura; é também informação crítica para o funcionamento da infraestrutura. Nalguns casos, a infraestrutura serve apenas como mero repositório dessa informação valiosa (Clemente, 2013). Os riscos associados às IC, nomeadamente os já referidos HILF, são um tipo de risco que não pode ser transferido, não pode ser completamente segurado e também não pode ser gerido isoladamente por apenas por uma firma. Este tipo de risco tem que ser considerado ao nível do sector em que se insere, particularmente em sectores em que as entidades estão altamente ligadas e interdependentes (NERC, 2010).

O desenvolvimento de novos métodos de avaliação de risco e planos para a sua gestão são a prova de que os governos e as organizações estão conscientes da impossibilidade de proteger completamente as IC. Este facto é assumido frontalmente pelas autoridades alemãs quando afirmam que, nem o Estado nem os operadores das IC poderão garantir a sua total protecção e a sua completa operacionalidade (BMI, 2009). A consequência, ainda segundo os alemães, é a necessidade de uma mudança de mentalidade de segurança, adoptando aquilo a que chamam uma nova "cultura de risco". Esta nova mentalidade de segurança assenta essencialmente numa partilha de informação sobre os riscos entre todas as entidades interessadas: governo, privados e público em geral. Além disso, preconiza um novo modelo de cooperação entre operadores e responsabilização acrescida pela prevenção e gestão de incidentes. Esta orientação parece ser generalizada e foi também identificada, embora de outra forma, em documentos do governo dos EUA que atribuem à avaliação e gestão do risco um papel preponderante na estratégia da futura protecção das IC (DHS, 2012), dando continuidade a planos já existentes (Chertoff, 2009).

No lado da UE, a situação parece estar um pouco mais atrasada devido à falta de coordenação entre governos e operadores privados (Hämmerli & Renda, 2010), mas ganhou todo um novo impulso em face do surgimento do *Stuxnet*, embora não existam ainda iniciativas específicas para a segurança dos ICS (ENISA, 2011).

5.3. Futuro

Já em 1997, era claramente identificado que a forma mais rápida e eficaz de garantir um melhor nível de segurança contra as ciberameaças seria através de uma estratégia de cooperação e partilha de informação entre os proprietários das IC e as autoridades governamentais (PC-CIP, 1997). No entanto, estudos recentes revelam que existem várias inconsistências, falhas

e omissões na forma como muitas organizações gerem as suas vulnerabilidades e ciberdependências, nomeadamente, no que diz respeito à garantia do funcionamento das suas áreas críticas (Cornish et al., 2011). As interligações permitem ganhos de eficiência, mas criam interdependências e, por acréscimo, vulnerabilidades. Aceitar a incerteza inerente a sistemas cibernéticos complexos acarreta riscos políticos, pois implica ausência de controlo. Mas esta realidade é inquestionável e os governos que acreditarem que conseguem controlar todo o ciberespaço estão a assumir uma estratégia de negação da incerteza que tem também grandes riscos associados (Clemente, 2013). A verdade é que existe um distanciamento entre a gestão de topo e os problemas associados ao risco, embora tal facto pareça dever-se apenas a falta de interesse e não a uma negligência deliberada. Mas a prática é que, o aumento do risco é encarado com uma diminuição dos recursos afectos à sua mitigação (Cornish et al., 2011). Neste contexto, parece óbvio que as organizações e os governos só irão reagir em conformidade com a realidade após sentirem o impacto real de um incidente de grandes proporções.

O sector eléctrico tem, a nível mundial, assumido a liderança destas preocupações. Embora seja muito dependente de outras infraestruturas para o seu correcto funcionamento, o sector eléctrico tem sido descrito como o "primeiro entre iguais" uma vez que tem um papel central entre as IC (NERC, 2010). Mas a natureza interligada do mundo das IC não permite que um sector seja analisado de forma isolada e, por isso mesmo, a grande prioridade do futuro é a melhoria das actividades de gestão e risco de forma transversal a todas as IC (DHS, 2012). Metodologias deste tipo estão, genericamente, a ser adoptadas um pouco por todo o mundo, alinhadas com *standards* internacionais (ITSEAG, 2012) e tentando dar resposta aos desafios apresentados pelo vida moderna. No entanto, esta tarefa é encarada com bastante cepticismo e, num estudo realizado com especialistas de diversos países desenvolvidos, 45% dos inquiridos afirmou que os seus governos não seriam capazes de prevenir convenientemente os ciberataques (Baker et al., 2009). O próprio governo norte-americano revelou recentemente que há falhas na gestão dos riscos associados à cadeia de abastecimentos e que esta, por si só, introduz riscos que as agências federais não conseguiram, até à data, colmatar (GAO, 2013). Talvez os mais cépticos tenham razão quando afirmam que não há um modelo que consiga acompanhar a evolução e sofisticação das ciberameaças às IC, porque as inovações tecnológicas não param de criar novas vulnerabilidades (Baker et al., 2009).

6. Situação Nacional

Em Portugal, as primeiras iniciativas para a protecção das IC tiveram início em 2003, simultaneamente com as primeiras medidas a nível da União Europeia (UE) com vista à elaboração de uma estratégia conjunta para a protecção das Infraestruturas Críticas Europeias (ICE). Nessa altura, considerando que a temática em apreço era de carácter marcadamente multidisciplinar e transversal a todos os sectores estratégicos nacionais, foi criado para esse efeito um grupo de trabalho, coordenado pelo então Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência (CNPCE).

6.1. Enquadramento Europeu

Em 20 de Outubro de 2004, a Comissão Europeia (CE) adoptou uma Comunicação efectuada ao Conselho e ao Parlamento Europeu, como estratégia global de protecção das IC e propôs a elaboração de um Programa Europeu de Protecção de Infraestruturas Críticas (PEPIC). Em 17 de Novembro de 2005, a CE adoptou um Livro Verde sobre PEPIC, que constituiu um marco importante no reforço do enquadramento comunitário em matéria de protecção das IC. Em Dezembro do mesmo ano, o Conselho Europeu solicitou à CE que apresentasse uma proposta de PEPIC, tendo a Comissão adoptado a Comunicação de 12 de Dezembro de 2006 sobre o assunto. Em Abril de 2007, o Conselho Europeu aprovou um conjunto de conclusões sobre o PEPIC, reafirmando que, em última instância, é a responsabilidade de cada um Estados-membro assegurar a protecção das IC em cada um dos respectivos territórios nacionais.

Esta dinâmica levou a que, em 8 de Dezembro de 2008, tivesse sido publicada a Directiva 2008/114/CE do Conselho Europeu (*Jornal Oficial da União Europeia*, 2008), relativa à identificação e designação das ICE, onde se estabeleceu um procedimento de identificação e designação das mesmas, e uma abordagem comum relativa à avaliação da necessidade de melhorar a sua protecção. De acordo com esta Directiva, uma ICE é a infraestrutura situada num Estado-membro, cuja perturbação ou destruição tenha um impacto significativo em pelo menos dois Estados-membros, sendo o impacto avaliado em função de critérios transversais, incluindo os efeitos resultantes de dependências intersectoriais em relação a outros tipos de infraestruturas. Devido ao elevado número de IC existentes na globalidade do espaço europeu, a CE orientou os seus esforços para a protecção das infraestruturas de dimensão transnacional, deixando a protecção das restantes ao cuidado de cada um dos Estados-membro. Além disso, como já foi referido, a Directiva concentra-se nos sectores da energia e dos transportes, embora perspective já a necessidade de futuramente incluir o sector das TIC.

6.2. Enquadramento legal e institucional

O projecto para a protecção das IC nacionais (Projecto PIC) foi iniciado em 2003, pelo CNPCE, com o objectivo de criar uma definição estratégica das IC a proteger, quer em situação de crise, quer do ponto de vista preventivo, através da definição de políticas mais adequadas para a sua protecção. Este projecto tinha duas fases: a primeira, seria a identificação e classificação das infraestruturas fundamentais para o normal funcionamento do país, e a segunda, consistiria na elaboração de um Programa Nacional para a Protecção de Infraestruturas Críticas (PNPIC), identificando e avaliando as vulnerabilidades das infraestruturas identificadas face às principais ameaças passíveis de as atingir. Na primeira etapa, os diversos sectores estratégicos nacionais foram classificados com base na sua importância relativa, e foram identificadas as respectivas IC. A segunda etapa foi também concluída, mas deveria ser um trabalho em permanente actualização de modo a responder ao constante surgimento de novas ameaças. De referir que, nesta altura, e em face do fatídico atentado ao *World Trade Center*, um dos principais objectivos destes trabalhos era a protecção contra eventuais ataques cinéticos cometidos por terroristas.

A protecção das IC ganhou o devido enquadramento legal quando, em 9 de Maio de 2011, foi publicado o Decreto-Lei nº 62/2011, o qual transpôs para o ordenamento jurídico nacional a supracitada Directiva 2008/114/CE, publicada no final de 2008. Para efeitos deste diploma, considera-se como "infra-estrutura crítica a componente, sistema ou parte deste situado em território nacional que é essencial para a manutenção de funções vitais para a sociedade, a saúde, a segurança e o bem-estar económico ou social, e cuja perturbação ou destruição teria um impacto significativo, dada a impossibilidade de continuar a assegurar essas funções". E como "infra-estrutura crítica europeia ou «ICE» a infra-estrutura crítica situada em território nacional cuja perturbação ou destruição teria um impacto significativo em, pelo menos, mais um Estado membro da UE, sendo o impacto avaliado em função de critérios transversais, incluindo os efeitos resultantes de dependências intersectoriais em relação a outros tipos de infra-estruturas".

O referido diploma define procedimentos relativos à identificação e designação de ICE, estabelece a obrigatoriedade de elaboração de planos de segurança por parte dos operadores e determina a existência de planos de segurança externos, da responsabilidade das forças de segurança e da protecção civil. Embora vocacionado para as ICE dos sectores da energia e transportes, o Decreto-Lei nº 62/2011 prevê igualmente a aplicação dos mesmos procedimentos às IC nacionais, competindo ao CNPCE a identificação das potenciais ICE de forma permanente, através de um processo faseado, informando a UE e o respectivo proprietário ou operador. Contudo, na

sequência da aplicação do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), este organismo foi extinto, por via do Decreto-Lei nº 73/2012, de 26 de Março, que transferiu as suas atribuições para a Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), no âmbito do Ministério da Administração Interna. Assim, a ANPC passou a ser o órgão responsável por assegurar o planeamento e coordenação das necessidades nacionais na área do planeamento civil de emergência, além dos acidentes graves e catástrofes.

6.3. Uma possível abordagem

O primeiro passo para a elaboração de um PNPIC terá, obrigatoriamente, que ser a identificação e selecção dos sectores estratégicos mais importantes. Embora Portugal seja um país relativamente pequeno, é completamente impossível proteger todas as áreas importantes e todas as infraestruturas existentes ou mesmo garantir, a cem por cento, a segurança de uma única. Existirão também algumas ameaças e riscos que não poderão ser evitados e cujos resultados serão devastadores. Além disso, a escassez de recursos humanos e materiais obriga a uma criteriosa selecção das infraestruturas que devem ser alvo de atenção prioritária. Apesar destas circunstâncias, será no entanto possível maximizar o nível de segurança das IC que se revistam de maior importância estratégica. Assim, torna-se necessário delinear, dentro daquilo que será economicamente sustentável, um PNPIC com vista a maximizar o nível de segurança de um conjunto de infraestruturas e recursos chave, fundamentais para o bem-estar da população portuguesa e para a segurança do Estado.

À semelhança do que ocorre em muitos outros países, grande parte das IC nacionais são propriedade e/ou operadas pelo sector privado o que obriga o Estado a fomentar um esforço de cooperação para o desenvolvimento de medidas de protecção adequadas. Embora não sendo, nem proprietário, nem operador de muitas IC, o Estado não pode eximir-se das suas responsabilidades e, por isso mesmo, é natural que os operadores privados esperem que sejam os organismos públicos a assumir a liderança deste processo. No entanto, esta postura de expectativa poderá contribuir para negligenciar a tomada de medidas preventivas a nível empresarial. Assim, o Estado deverá apostar na prevenção em detrimento da reacção, assumindo as suas responsabilidades, mas pressionando todas as outras entidades envolvidas, incentivando o sector privado a investir na sua própria protecção. Por outro lado, a situação geográfica particular de Portugal leva que seja necessário dar uma especial atenção à cooperação com Espanha, visto que sectores estratégicos, como a energia e a água, estão intrinsecamente ligados ao nosso vizinho ibérico. Como já vimos, o funcionamento das sociedades modernas deriva das IC não serem um elemento isolado, mas sim parte de um conjunto com-

plexo, interligado por relações de equilíbrio e interdependência, em que a falta de um único elemento pode colocar em causa todo o sistema. Desta forma, infraestruturas que se encontram dentro do território espanhol poderão desempenhar funções vitais no funcionamento de infraestruturas situadas no território português, e vice-versa.

Um programa nacional de protecção de IC não pode ser focado apenas na defesa contra eventuais ataques físicos de tipo terrorista. Como vimos anteriormente, as principais ameaças hoje são de tipo informático; intangíveis e invisíveis, mas muito reais. Ou seja, é necessário proceder a um levantamento exaustivo da situação dos ICS existentes, com espacial ênfase para os sistemas SCADA. O Estado deverá sensibilizar os operadores privados para esta realidade, divulgando periodicamente as vulnerabilidades detectadas internacionalmente, e mantendo um permanente esforço pedagógico. Assim, o PNPIC deverá dar atenção a um vasto conjunto de ameaças, incluindo os ataques físicos e cibernéticos além dos desastres naturais. Neste contexto, em que as ameaças são muito diversificadas, a gestão de risco assume particular importância. Embora existam diversas metodologias para a gestão do risco, aquela que consta da família de normas ISO 31000 parece ser a mais adequada às necessidades nacionais uma vez que, sendo genérica, pode ser facilmente adaptada e aplicada a qualquer um dos sectores estratégicos a proteger. Esta é uma área em que o Estado deve claramente liderar o processo, criando normas nacionais compiladas, por exemplo, num manual de boas práticas na gestão do risco, à semelhança do que ocorre noutros países.

Embora seja consensual afirmar que existem diversos sectores essenciais ao normal funcionamento de um Estado, a identificação daqueles que são mais importantes, os sectores verdadeiramente estratégicos, e as IC a eles associadas, é um processo sempre polémico e dinâmico. No entanto, a análise dos elementos constantes da Tabela 1 leva à conclusão que há alguns sectores que são considerados como sendo estratégicos na esmagadora maioria dos países considerados no referido estudo. Além disso, as relações de interdependência ilustradas na Figura 1 reforçam esta realidade; o número de sectores verdadeiramente estratégicos é relativamente reduzido. Assim, numa tentativa de focar a atenção naquilo que deve ser preservado a todo o custo, e sem prejuízo da existência de outros sectores essenciais, os sectores estratégicos em Portugal são os seguintes:

6.3.1. Energia

Este sector é particularmente crítico, quer pelo efeito imediato de um ataque às suas infraestruturas, quer pelo efeito que esse ataque provocará nos restantes sectores. Na realidade, este é um sector essencial ao normal

funcionamento de todos os outros sectores, uma vez que uma eventual perturbação no fornecimento de energia desencadearia, através das relações de interdependência, a paralisação de IC em diversas áreas de actividade, com consequências imprevisíveis. Neste sector incluem-se as instalações e redes de produção, armazenamento, transmissão e distribuição de energia, nomeadamente de combustíveis, gás e electricidade. Neste contexto, deve ser dada particular atenção à cibersegurança dos centros nevrálgicos de controlo da distribuição e aos ICS das infraestruturas de produção e armazenamento.

6.3.2. Telecomunicações

Contrariamente ao sector energético, a criticidade deste sector não deriva tanto do potencial efeito directo de um ataque às suas infraestruturas, mas antes do efeito catastrófico que a interrupção do seu funcionamento normal desencadeará nos restantes sectores. Por outro lado, é o sector mais exposto às ameaças cibernéticas uma vez que está na base do funcionamento do próprio ciberespaço. Neste sector estão incluídos os sistemas de informação, sistemas de controlo, redes de dados, internet, telecomunicações fixas e móveis e comunicações via rádio e via satélite. É um sector onde deve ser dado particular destaque aos centros de dados e às comunicações de emergência pois a falha neste último serviço pode colocar em causa todo o esforço de coordenação e resposta a uma crise.

6.3.3. Água

Num país em que grande parte do território é sistematicamente assolado por longos períodos de seca, este é um sector verdadeiramente crítico para a saúde pública e para a vida económica, sendo imprescindível proteger a população de roturas de abastecimento e eventuais contaminações. Uma perturbação grave do abastecimento de água acarretaria consequências imediatas no funcionamento de outros sectores, bem como na qualidade de vida dos cidadãos, e um ataque por contaminação causaria milhares de vítimas. Desta forma, torna-se necessário garantir a segurança dos sistemas de armazenagem de água potável e, dentro do possível, garantir a integridade e segurança das infraestruturas necessárias à sua distribuição.

6.3.4. Transportes e Logística

O transporte de passageiros e mercadorias é essencial ao normal funcionamento das sociedades modernas, dada a forte relação de interdependência com todas as áreas de actividade que dele dependem para a distribuição de grande parte dos bens essenciais. Este sector engloba todas as infraestruturas ligados ao transporte e distribuição por via aérea, marítima, fluvial, ferroviária e rodoviária. Sendo completamente impossível proteger todas as redes de

transportes, torna-se necessário identificar os seus pontos-chave de modo a minimizar o impacto que um ataque provocará no sistema de transportes e logística. Nesta área destaca-se a segurança dos aeroportos de Lisboa e Porto e dos terminais marítimos de Sines e Leixões. Além disso, são também importantes os centros de controlo de tráfego, onde se destaca o de Santa Maria, nos Açores, responsável pelo controlo de tráfego aéreo em boa parte do oceano Atlântico.

6.3.5. Banca e Finanças

O mundo actual gira em trono de mercados financeiros, cotações bolsistas e negócios de todo o tipo. Este sector engloba as redes de dados financeiros, os meios de pagamento e os valores mobiliários, entre outros elementos necessários ao normal funcionamento de todo o sistema económico mundial. É um sector completamente dependente dos sectores energético e telecomunicações e, além de assentar numa grande variedade de estruturas físicas e recursos humanos, depende essencialmente de serviços disponibilizados a partir de centros de dados. São exactamente estes centros de dados, inseridos no sector das telecomunicações, um dos alvos prioritários para todo o tipo de actividades ligadas ao cibercrime. Uma perturbação grave do sector financeiro pode levar a uma crise à escala global e, por isso, é particularmente importante preservar a integridade dos dados financeiros e a segurança do funcionamento de todo o sistema.

6.3.6. Governo

Este sector refere-se aos órgãos de soberania a quem compete a execução das funções governativas e administrativas do Estado. Na sua dependência funcionam todos os serviços públicos, em particular os serviços de emergência e protecção civil, aos quais compete uma primeira resposta em situações de crise. Numa situação de emergência, é imprescindível que as instituições públicas assegurem a prestação de socorro às vítimas e a manutenção da ordem pública. Destacam-se, neste âmbito, os órgãos do Governo Central capazes de assegurar o normal funcionamento da sociedade.

7. Conclusões

As economias baseadas no conhecimento estão numa fase de transição para uma situação de total dependência das tecnologias de informação, sem qualquer hipótese de retrocesso para os antigos processos e modos de funcionamento. Na base desta mudança estão as IC que sustentam a nossa de-

fesa nacional, o nosso desenvolvimento económico e a nossa qualidade de vida e que, por isso mesmo, devem ser encaradas à luz da Era da Informação. A velocidade das transformações no ciberespaço está a criar novas fronteiras e a revelar novas vulnerabilidades em diversas áreas de actividade pública e privada. Seja qual for o sector considerado, as organizações dependentes da tecnologia devem estar preparadas para enfrentar um crescimento das ciberameaças criadas pela proliferação e integração das telecomunicações e de sistemas informáticos em todas as IC. Os sistemas de controlo industrial, responsáveis pelo funcionamento das IC, não estão preparados para acompanhar esta mudança e a sua interligação criou uma rede de interdependências que adicionaram uma nova dimensão a todas as vulnerabilidades de que estes sistemas já padeciam.

Na realidade contemporânea, a existência de infraestruturas informatizadas pode ser explorada através da penetração das redes de comunicação, do *software* ou mesmo do *hardware*, de modo a perturbar, paralisar, e até destruir um sistema crítico. Esta ameaça deriva das vulnerabilidades inerentes às propriedades do ciberespaço e, devido a estas mesmas características, a ameaça ciberespacial difere fundamentalmente de todas as outras. Ou seja, às velhas vulnerabilidades somam-se agora as novas ameaças, numa verdadeira panóplia de riscos, muitos deles incomensuráveis. Toda a sociedade depende cada vez mais de um conjunto de infraestruturas, algumas das quais são verdadeiramente críticas para o funcionamento de empresas e governos. Uma ruptura no seu normal funcionamento pode dar origem a graves perturbações sociais e levar até à perda de vidas humanas. Embora a tecnologia hoje existente nos facilite a vida em inúmeros aspectos, é inquestionável que também nos expõe a um sem número de riscos e ameaças. Isto é, embora a tecnologia nos proteja de algumas ameaças, é imprescindível que seja posta ao serviço da protecção das infraestruturas das quais depende toda a nossa sociedade. À medida que caminhamos para um mundo cada vez mais dependente do todo o tipo de dispositivos electrónicos, é necessários termos todos a consciência do impacto potencialmente catastrófico que um pequeno erro pode ter na população de todo um país.

O crescente número de incidentes relacionados com ataques informáticos contra as IC atesta da sua relevância, enquanto alvos preferenciais para um potencial inimigo do Estado. Embora se continue a considerar que apenas os estados terão capacidade para desenvolver verdadeiras armas cibernéticas, a realidade não é assim tão simples. Tudo era mais evidente quando a guerra era feita apenas com viaturas blindadas, navios e aviões, e a comparação do potencial de combate era um exercício essencialmente aritmético. No ciberespaço tudo é diferente, e tentar aferir as capacidades cibernéticas de um inimigo pode ser apenas um exercício de pura futilidade.

Embora seja do conhecimento público que algumas grandes potências estão a desenvolver capacidades nesta área, as ameaças proveniente de pequenos estados e de grupos terroristas são impossíveis de avaliar com o mínimo grau de rigor. Na realidade, o problema passa, em grande parte, pelo carácter intelectual deste poder. As grandes potências podem investir imensos recursos em pesquisa e desenvolvimento, mas a uma pequena potência basta dispor de um génio talentoso para ser uma ameaça a considerar seriamente. Ou seja, contrariamente ao que ocorria com os meios tradicionais, no ciberespaço, mais recursos não se traduzem necessariamente em mais poder. Isto significa que a aritmética perde o seu valor neste novo contexto. Uma grande potência pode ter ao seu serviço um batalhão de *hackers* talentosos, mas a um grupo terrorista pode bastar ter apenas um *hacker* genial, mais interessado em ganhar dinheiro do que em contribuir para o bem-estar comum, para fazer pender o balanço de poder no ciberespaço para o lado supostamente mais fraco.

Esta situação de assimetria de poder, conjugada com a situação de crescente interdependência de todos os sistemas e tendo por pano de fundo a incerteza acerca da origem das ameaças, leva a que seja impossível avaliar com rigor o risco associado a uma ocorrência catastrófica envolvendo uma IC. No entanto, parece-nos seguro afirmar que a intrincada rede de relações de dependência existentes na sociedade moderna aumenta exponencialmente a superfície de ataque disponível, fragilizando diversos sectores de actividade. Consequentemente, o impacto previsível de uma ocorrência catastrófica numa IC também aumenta, como consequência lógica da rede de interdependências em que todas as IC estão hoje integradas. Ou seja, a tendência para um aumento das vulnerabilidades, acompanhada pela dependência tecnológica e agravada pela incerteza acerca da real dimensão das interdependências, contribuem, simultaneamente, para uma expansão da superfície de ataque e para um aumento no possível impacto de um ataque, logo para um aumento do risco social. Ou, dito de outra forma, o aumento das vulnerabilidades expande a superfície de ataque, a rede de interdependências aumenta o potencial impacto e a dependência tecnológica amplifica o risco social.

O mundo moderno valoriza a interligação em detrimento da segurança o que dificulta imenso a tarefa de todos quantos tentam desenvolver novas abordagens à cibersegurança. Todas as organizações, governamentais ou privadas, que procurem enfrentar estes problemas terão que encontrar novas formas de partilhar informação sensível acerca de ameaças e vulnerabilidades, envolvendo todas as partes interessadas num esforço colectivo com vista à protecção das IC. É necessário que as organizações sejam adaptáveis e capazes de acompanhar o ritmo da mudança, ajustando em permanência as suas

metodologias de avaliação do risco, tentando minimizar a dependência da cadeia de abastecimentos.

Há ainda que estabelecer uma clara hierarquia de prioridades, concentrando os investimentos onde eles são mais necessários e orientando esse esforço para sectores onde as dependências garantem algum tipo de redundância. Os desafios são complexos e até agora muitos esforços têm sido toldados pela inércia burocrática inerente a um mundo dominado por interesses que nem sempre estão em linha com os do bem-estar geral. Mas a protecção das IC tem que ser assumida como um verdadeiro desígnio nacional, para o qual devem contribuir todas as entidades privadas em parceria com os governos e organizações internacionais que lidam com ciberameaças.

Idealmente, seria desejável a criação de uma instituição nacional para a protecção das IC, que envolvesse os vários sectores estratégicos. No entanto, a criação desta estrutura dedicada exclusivamente às IC não é condição *sine qua non* para a condução de um programa de protecção eficaz. Seja qual for a instituição responsável, a ANPC ou outra, o verdadeiro problema passará sempre pela sensibilização dos responsáveis políticos e pela atribuição de recursos humanos e materiais a esta tarefa, que requere um trabalho permanente de monitorização e actualização, além da colaboração com Espanha e com as instâncias europeias responsáveis nesta área. Além disso, a protecção das IC portuguesas tem também que ser uma responsabilidade partilhada entre o sector público, o sector privado e os cidadãos, tanto para reduzir ameaças e riscos como para minimizar prejuízos. Assim, caberá ao Estado incentivar o sector privado a adoptar medidas adequadas à protecção das suas IC através de regulamentação adequada, da criação de parcerias que potenciem eventuais sinergias, e do apoio ao desenvolvimento de programas sectoriais, e até mesmo empresariais, de proteção de IC.

Bibliografia

Baker, S., Waterman, S., & Ivanov, G. (2009). *In the Crossfire: Critical infrastructure in the Age of Cyber War*. McAfee, Incorporated.

Beggs, P. (2010). Securing the Nation's Critical Cyber Infrastructure. *California Information Security Office Meeeting*. Department of Homeland Security.

BMI. (2009). *National Strategy for Critical Infraestructure Protection*. Bundesministerium des Innern.

Brown, J. (2011). Exploiting SCADA Systems. *Swiss Cyber Storm 3*. University of Applied Science Rapperswil.

Brunner, E. M., & Suter, M. (2008). *International CIIP Handbook 2008/2009: An Inventory of 25 National and 7 International Critical Information Infrastructure Protection Policies*. Center for Security Studies, ETH Zurich.

Chertoff, M. (2009). National Infrastructure Protection Plan. *Department of Homeland Security*.

Chiesa, R. (2007). SCADA (in)Security: Hacking Critical Infrastructures. *24th Chaos Communication Congress*.

Chiesa, R. (2010). SCADA Security: From physical security to cyberwarfare. *Security Canada Expo*.

Clarke, R. A., & Olcott, J. (2012). *Confronting Cyber Risk in Critical Infrastructure: The National and Economic Benefits of Security Development Processes*. Good Harbor Consulting.

Clemente, D. (2013). *Cyber Security and Global Interdependence: What is Critical?*. Chatham House.

Cornish, P., Livingstone, D., Clemente, D., & Yorke, C. (2011). *Cyber Security and the UK's Critical National Infrastructure*. Chatham House.

CPNI. (2012). *Process Control and SCADA Security: Guide 1 – Understand the Business Risk*. Centre for the Protection of National Infrastructure.

DHS. (2003). *The National Strategy for the Physical Protection of Critical Infrastructures and Key Assets*. Department of Homeland Security.

DHS. (2011). *Common Cybersecurity Vulnerabilities in Industrial Control Systems*. Department of Homeland Security.

DHS. (2012). *Office of Infrastructure Protection Strategic Plan: 2012–2016*. Department of Homeland Security.

ENISA. (2011). *Protecting Industrial Control Systems – Recommendations for Europe and Member States*. European Network and Information Security Agency.

GAO. (2004). *Technology Assessment: Cybersecurity for Critical Infrastructure Protection*. U.S. General Accounting Office.

GAO. (2012). *Cybersecurity: Challenges in Securing the Electricity Grid*. U.S. Government Accountability Office.

GAO. (2013). *Cybersecurity: A Better Defined and Implemented National Strategy Is Needed to Address Persistent Challenges*. U.S. Government Accountability Office.

Gibson, W. (1984). *Neuromancer*. Ace Science Fiction Books.

GIT. (2013). *Emerging Cyber Threats Report 2013*. Georgia Institute of Technology.

Hämmerli, B., & Renda, A. (2010). *Protecting Critical Infrastructure in the EU*. Centre for European Policy Studies.

ICS-CERT. (2012). *Incident Response Summary Report 2009 – 2011*. Industrial Control Systems Cyber Emergency Response Team, Department of Homeland Security.

ICS-CERT. (2013a). *Year in Review – 2012*. Industrial Control Systems Cyber Emergency Response Team, Department of Homeland Security.

ICS-CERT. (2013b). *ICS-CERT Monitor*. Industrial Control Systems Cyber Emergency Response Team, Department of Homeland Security.

ITSEAG. (2012). *Generic SCADA Risk Management Framework for Australian Critical Infrastructure*. IT Security Expert Advisory Group.

Jornal Oficial da União Europeia. (2008). (Vol. L 345/77). CE. Disponível em http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2008:345:0075:0082:PT:PDF

Kelly, T. K. (2001). Infrastructure Interdependencies. *A Workshop on Electricity Security and Survivability*. Carnegie Mellon University.

Knapp, E. D. (2011). *Industrial Network Security: Securing Critical Infrastructure Networks for Smart Grid, SCADA, and Other Industrial Control Systems*. Elsevier Science.

KRITIS, B. (2004). *Critical Infrastructure Protection: Survey of World-Wide Activities*. Bundesamt für Sicherheit in der Informationstechnik.

Kuehl, D. T. (2009). From Cyberspace to Cyberpower: Defining the Problem. In F. D. Kramer, S. H. Starr, & L. K. Wentz (Eds.), (pp. 24–42). Potomac Books, Inc.

Lévy, P. (1999). *Collective Intelligence: Mankind's Emerging World in Cyberspace*. Helix books. Perseus Books.

Luallen, M. E. (2013). *SCADA and Process Control Security Survey*. SANS.

Lukszo, Z., Deconinck, G., & Weijnen, M. P. C. (Eds.). (2010). *Securing Electricity Supply in the Cyber Age*. Topics in Safety, Risk, Reliability and Quality, 15. Springer.

McAfee. (2011). *Global Energy Cyberattacks: "Night Dragon*. McAfee Foundstone.

NCS. (2004). *Supervisory Control and Data Acquisition (SCADA) Systems*. National Communications System.

NERC. (2010). High-Impact, Low-Frequency Event Risk to the North American Bulk Power System. *A Jointly-Commissioned Summary Report of the North American Electric Reliability Corporation and the US Department of Energy's November 2009 Workshop*.

PC-CIP. (1997). *Critical Foundations: Protecting America's Infrastructures*. President's Commission on Critical Infrastructure Protection.

Pederson, P., Dudenhoeffer, D., Hartley, S., & Permann, M. (2006). *Critical Infrastructure Interdependency Modeling: A Survey of US and International Research*. Idaho National Laboratory.

Pollet, J. (2012). Hacking SCADA Systems – 2011 Year in Review. *Hacker Halted*. EC-Council.

Shea, D. A. (2003). *Critical infrastructure: Control Systems and the Terrorist Threat*. Congressional Research Service.

SPB. (1995, December). White Paper on Information Infrastructure Assurance. Security Policy Board.

Stouffer, K., Falco, J., & Kent, K. (2008). *Guide to Supervisory Control and Data Acquisition (SCADA) and Industrial Control Systems Security.* National Institute of Standards and Technology.

Tabansky, L. (2011). Critical Infrastructure Protection against Cyber Threats. *Military and Strategic Affairs, 3.*

Whittaker, J. (2004). *The Cyberspace Handbook.* Media Practice. Taylor & Francis Group.

Wilson, C. (2008). *Botnets, Cybercrime, and Cyberterrorism: Vulnerabilities and Policy Issues for Congress.* Congressional Research Service.

Revista Militar
N.º 4 – abril 2014
pp. 287-317

As Teorias Geopolíticas e Portugal



Tenente-coronel Jorge Manuel Dias Sequeira*

Introdução

Considerando o mar como uma das fontes estruturais do poder, além da terra, ar e ciberespaço, ele foi alvo de várias teorias. Assim, os designados teorizadores geopolíticos clássicos elaboraram as suas teorias valorizando uma delas como factor determinante para o "domínio do mundo", sendo catalogados com teorizadores dessa fonte estrutural. Por sua vez, aqueles que valorizavam mais do que uma fonte de poder ficaram conhecidos por teorizadores dos poderes conjugados ou poder dual.

Como sustentáculo do nosso artigo, adoptámos o seguinte conceito de geopolítica: "*estudo das constantes e variáveis do espaço acessível ao Homem ou que dele sofre efeito intencional que, ao objectivarem-se na construção de modelos de dinâmica de poder, projecta o conhecimento geográfico no desenvolvimento e na actividade da Ciência Política, com influência na acção externa dos diferentes intervenientes na Sociedade Internacional*". (Dias, 2012b, p. 205)

Nele, observa-se que geopolítica "trabalha" na «construção de modelos de dinâmica de poder», tendo em consideração a geografia, e visa apoiar a tomada de decisão da política, entendida em sentido restrito ou técnico, considerando a "polis" como objecto material e que tem correspondência na ciência política. Por outras palavras, os seus estudos procuram contribuir para a obtenção ou manutenção do poder[1].

* Professor de Geografia e Teoria Geral da Estratégia na Academia Militar.

1 O Poder, entendido como a "*capacidade de fazer valer a sua vontade relativamente a outros, tendo consciência de que a selecção e eventual aplicação dos instrumentos a utilizar, dependem quer do grau de importância atribuído aos objectivos, quer da conjuntura e das circunstâncias do momento*". (Dias, 2012a, p. 80)

Atendendo à proliferação de intervenientes no Sistema Internacional, associada às interdependências criadas entre as diferentes unidades, leva-nos a dizer que a geopolítica pode ser entendida e aplicada a uma determinada escala, mas sem menosprezar o que a rodeia e, sobretudo, sem ignorar as articulações inter-escalares que necessariamente se estabelecem. Ou seja, "*a disciplina é multidimensional e tanto pode ser percebida numa dimensão global, como à escala regional e o objecto tanto poderá ser determinada área em particular como um grupo em especial*". (Dias, 2006, p. 315)

A geopolítica permite-nos, pois, o conhecimento e significado do espaço, tanto a nível macro como micro; contudo, elabora também "*matrizes de tendências dos espaços estudados e visiona analiticamente possíveis futuros, com a inerente contribuição para a concepção de estratégias totais*". (Bessa e Dias, 2007, p. 60)

No presente artigo pretendemos relevar a excelência da posição geográfica portuguesa, associada à sua vasta plataforma continental. Deste modo, sustentados no pensamento geopolítico de alguns autores clássicos, mas sem esquecer a última obra de Saul Bernard Cohen (2009), procuramos localizar Portugal nessas teorias.

Pretendemos, ainda, argumentar a importância e extensão do "mar português" e como o poder político o poderia utilizar para aumentar o movimento nos portos portugueses e, assim, desenvolver a economia e, concomitantemente, a sua liberdade de acção, ou seja, o poder nacional.

A importância geopolítica do meio marítimo parece óbvia, muito embora a valia relativa das razões de que decorre possa, ao longo dos tempos, ter vindo a ser alterada, por questões que se prendem com a evolução do conhecimento na sua generalidade, com a evolução tecnológica, com as diferentes modificações no sistema económico, com a projecção de poder, com a demografia, com as diferentes escolas no âmbito das relações internacionais, da ciência política, da estratégia, entre outras. (Dias, 2005)

Inicialmente apresentamos os teorizadores do poder marítimo (Mahan e Castex), seguido dos do poder terrestre (Mackinder e Haushofer) e os do poder dual (Spykman e Cohen), segue-se a importância da posição portuguesa e as formas de "valorizar" o mar.

1. Teorizadores do Poder marítimo

Os teorizadores do poder marítimo consideravam o mar como a principal fonte estrutural do poder, uma vez que aquele que a dominasse controlava o mundo. Neste domínio, dois importantes pensadores são: o americano Alfred Thayer Mahan e o francês Raoul Castex.

O almirante americano Thayer Mahan (1840-1914) valorizava o comércio como um dos principais elementos para o poder nacional, desta forma era necessário assegurar a liberdade de circulação marítima nos oceanos e mares; assim, o controlo de "*choke points*" era determinante para a livre circulação da marinha mercante, devendo tal assentar no Poder marítimo, entendido como "*a soma de forças e factores, instrumentos e circunstâncias geográficas, que cooperam para conseguir o domínio do mar, garantir o seu uso, e impedi-lo ao adversário*". (IAEM, 1982, p. 72)

Segundo Mahan, o poder marítimo assenta em cinco factores (elementos básicos do poder marítimo): a posição geográfica, a configuração física e a extensão do território, o efectivo populacional, a psicologia nacional e as características do governo.

A «posição geográfica» constitui-se como um factor importante, dado que influencia ou determina o nível de esforço (recursos materiais, recursos económicos, localização de estruturas) que pode ser dedicado à vertente marítima. Por sua vez, a «configuração física e a extensão do território» associam-se às dificuldades apresentadas pelos acidentes orográficos, ao clima, à natureza do solo, aos recursos e à existência de hidrografia navegável, que permitia a penetração no interior dos territórios, aos conceitos de litoral e de permeabilidade das fronteiras. (Bonfim, 2005 e Ribeiro, 2010)

Na perspectiva da geografia humana, o «efectivo populacional» associa-se ao total da população (nacionais e estrangeiros), nomeadamente aqueles que se dedicam a actividades de natureza marítima; já a «psicologia nacional» diz respeito à propensão ou não de um povo para o mar, a sua vocação marítima, a receptividade a projectos de natureza marítima; por fim, as «características do governo» associam-se ao grupo de dirigentes, das elites e as características relacionadas com a sua permanência, com a sua competência, com a sua visão e com a sua coragem na condução do povo. Considerou as ditaduras (dada a maior permanência) com maiores capacidades do que as democracias para desenvolver este poder, o que levou a que fosse bastante criticado. (Ribeiro, 2010)

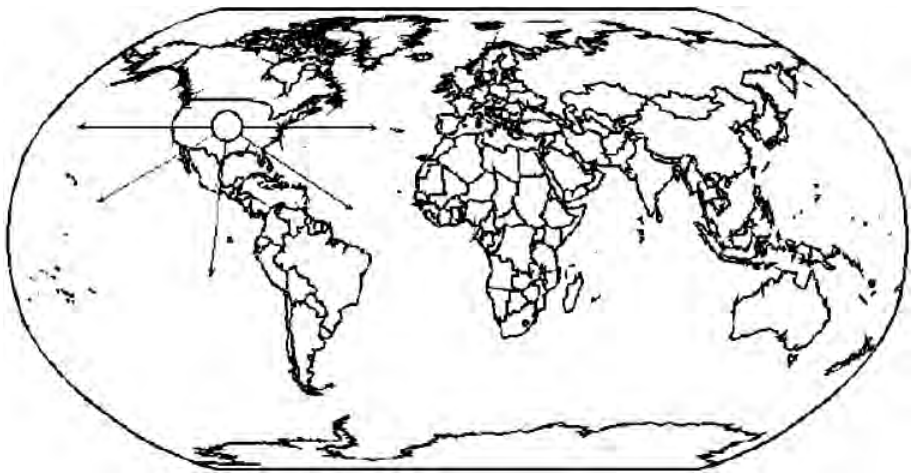
O pensamento do almirante norte-americano baseia-se na constatação de que cerca de 70% da superfície do globo está coberta de água (dos 510 milhões Km^2, 361 milhões estão submersos), pelo que, do seu domínio decorreria o domínio do Globo. Daí a máxima, quem domina o mar domina o mundo ou, por outras palavras, "*o domínio do mar é a forma dominante de poder político e o factor decisivo nas relações políticas entre os diversos estados nacionais*". (Sprout e Sprout, 1968, p. 7)

O domínio do mar passava, também, por uma vertente terrestre, que se materializava no controlo de bases terrestres situadas em locais estratégicos e que apresentavam vantagens, quer do ponto de vista do traçado das costas

quer na óptica do acesso a zonas no interior (com alguma profundidade), de forma a facilitar a defesa. Os "*choke points*" (pontos focais)[2] identificados foram: o estreito de Dover, o estreito de Gibraltar, o canal do Suez, a ilha de Malta, o estreito de Malaca, o cabo da Boa Esperança e o Golfo de S. Lourenço.

A ligação dos Oceanos Atlântico e Pacífico, através da construção de um canal na América Central (ainda durante a vida de Mahan, o canal do Panamá) foi defendida por Mahan, criando um «*choke point*» artificial, controlado pelos EUA e colmatando a lacuna da inexistência de um natural. Para além das facilidades inerentes do ponto de vista comercial, também permitia a "transferência" de forças e uma capacidade de concentração mais rápida. (Dias, 2005)

Em síntese, Mahan considera essencial desenvolver o poder marítimo, ou seja, dispor de um forte poder naval, uma grande marinha mercante e bases navais, estaleiros e portos eficientes, que permitam o controlo dos mares e oceanos e assim o comércio em todo o globo, contribuindo para aumentar a prosperidade e afirmar internacionalmente um país (Figura 1). (Bonfim, 2005)



Fonte: Bonfim, 2005, p. 57

Figura 1 – A Teoria do Poder Marítimo de Mahan (1890)

2 Pontos Focais: "*as rotas marítimas confluem, cruzam-se ou aproximam-se em determinados locais bastante bem definidos geograficamente (…)* são os estreitos (Gibraltar, Ormuz, Malaca, etc.), os canais (Mancha, Moçambique, Suez, Panamá), ou simplesmente zonas de concentração da navegação *(…) os pontos focais, porque neles se concentra a navegação são pontos de interesse geopolítico onde as probabilidades de o inimigo conseguir um ataque remunerador são altas*". (Sacchetti, 1987, p. 29)

Neste racional, justifica-se a importância atribuída aos conceitos de posição geográfica, configuração física, extensão do território, dimensão da população, ao carácter do povo e ao génio do governo. A posição geográfica expressa a sua localização em relação às rotas marítimas e ao território de outros países. A configuração e a extensão do território nacional influenciam a disposição com que o povo busca e pode vir a obter o poder marítimo. O carácter do povo é relativo à sua propensão para os assuntos marítimos. O génio do governo significa o seu empenhamento nas políticas destinadas à edificação e aplicação do poder marítimo. (Ribeiro, 2010)

O almirante francês Raoul Castex (1878-1968), na linha de Mahan, sustenta a importância do «domínio das comunicações marítimas» como sustentáculo do poder nacional e, nesta perspectiva, a superioridade do poder marítimo relativamente ao terrestre. A sua sustentação teórica assenta em três conceitos: o «espaço», a «posição» e o «perturbador continental». Relativamente à primeira noção, deve ser entendido, não no sentido ratzeliano de espaço vital, mas sim na relação com a manutenção de uma situação de isolamento, favorável à defesa contra agressões provindas do exterior; "*...o espaço como factor defensivo, enquanto possibilidade conferida pela extensão*". (IAEM, 1982, p. 76)

O conceito da «posição» geográfica é associado ao impulso dos países se «virarem para o mar» buscando recursos em "*outros mares e continentes*", socorrendo-se dos exemplos de Portugal, Espanha, França e Inglaterra. (Dias, 2005, p. 157)

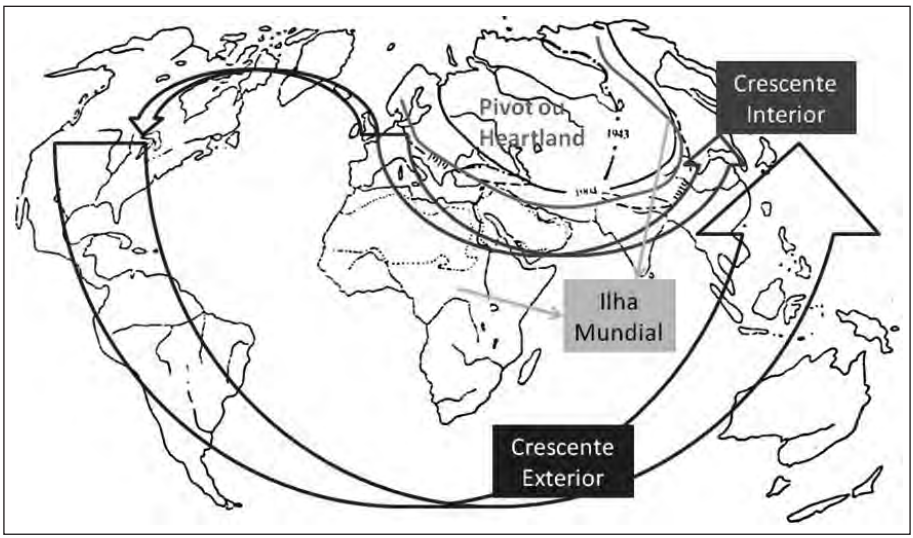
Relativamente ao terceiro conceito, a teoria das «posições geobloqueantes», ainda hoje actual, assenta na análise efectuada à postura inglesa de oposição à Holanda, à França e à Alemanha e que terá sido facilitada pela sua posição, visto que esta permitia a execução de um bloqueio marítimo às rotas comerciais utilizadas por esses países.

Advém deste autor a expressão da posição geobloqueante de Espanha em relação a Portugal no que concerne às comunicações de transporte terrestres (rodovia, ferrovia e conduta). Castex constata que, em cada século, a tranquilidade da Europa é perturbada por uma nação ou grupo político[3] que, em cada momento, aspira à hegemonia europeia, obrigando à coligação de outras nações para lhe fazer face. Qual será o perturbador do século XXI?

3 Castex caracteriza as potências perturbadoras da forma seguinte e que as induzem à expansão: países em pleno desenvolvimento; países de população jovem; países com vitalidade; países que mantêm na sua posse terras virgens e países com excesso de potencial humano. (Dias, 2005)

2. Teorizadores do Poder terrestre

O professor de Geografia Halford John Mackinder (1861-1947) é considerado um geopolítico do poder terrestre, dada a sua visão global que apresenta nas suas teorias a materialização da relação entre o espaço e o poder político, construindo à escala do globo modelos de dinâmica do Poder. (Dias, 2005) Numa maneira simples, podemos afirmar que as suas teorias baseiam-se num centro (pivot geográfico ou *heartland*), localizado na «Eurásia» (Europa+Ásia), em torno do qual se articulam todas as «dinâmicas geopolíticas» do planeta (Figura 2). (Chauprade e Thual, 1999)



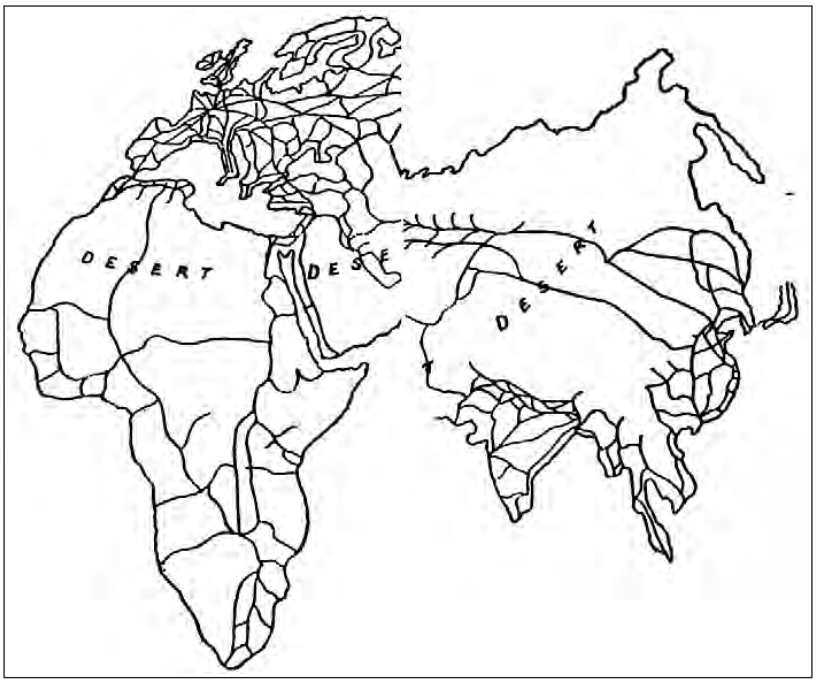
Fonte: Adaptado de Dias 2005 e Bonfim, 2005

Figura 2 – A primeira e segunda Teoria de Mackinder, 1904 e 1919

No crescente interior ou europa costeira, encontravam-se todos os países marítimos da Eurásia (o *rimland*, de Spykman), como por exemplo, Alemanha, Áustria, França, Espanha, Portugal, Turquia, Índia e China. Integravam o crescente exterior as ilhas, arquipélagos e continentes, susceptíveis de serem dominados pelas potências marítimas, como a Austrália, o Japão, os EUA, o Canadá e a Grã-Bretanha.

Na elaboração das teorias de Mackinder estava subjacente a sua preocupação de manter os britânicos como potência marítima (assente no comércio); neste racional viu o aparecimento do caminho-de-ferro, do avião e da artilharia como uma ameaça ao do domínio dos mares, face ao adversário ter-

restre. (Mackinder, 1919, p. 137) O adversário localizava-se na grande massa terrestre, da «Eurásia» e que, se fosse dominado por um único Estado (Rússia ou Alemanha), poderia, se desenvolvesse a capacidade naval, obter o domínio do mundo (Figura 3).



Fonte: Mackinder, 1919, p. 138 e 139

Figura 3 – *The World-Island united, as it soon will be, by part parallel with railways, and by aeroplane routes, the latter for the most the main railway*

Prevendo o perigo da emergência de uma potência terrestre, Mackinder (1919) adverte quando se negociava com o inimigo derrotado, a Paz de Versalhes, que o controlo do *heartland* passava, obrigatoriamente, pelo controlo da Europa de Leste (área extensa e que permite mobilidade no seu interior, com população numerosa e inacessível ao poder marítimo), assumindo-se este passo como o primeiro a dar na busca da hegemonia mundial.

A advertência é de grande importância e pertinência, uma vez que o Tratado de Versalhes configurava as novas fronteiras da Europa e consubstanciava a necessidade de criação de estados tampão que separassem a Alemanha da Rússia (Figura 4). (Mackinder, 1919)



Fonte: Mackinder, 1919, p. 198

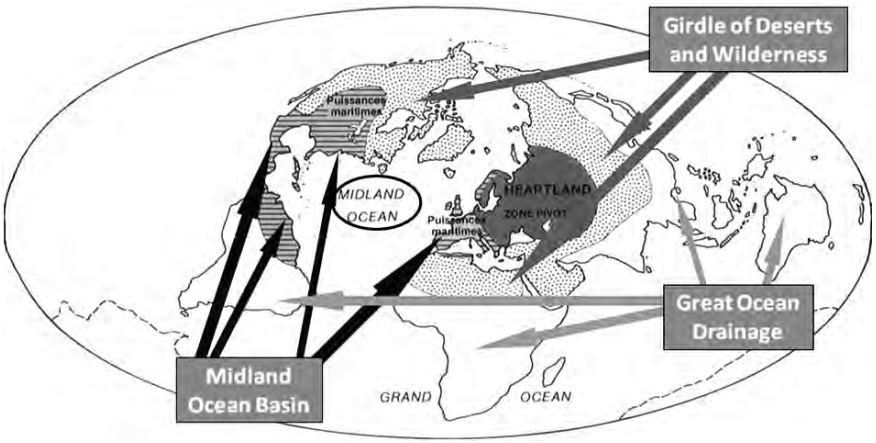
Figura 4 – The Middle Tier of States between Germany and Russia
Many boundary questions have still to be determined

É a partir deste entendimento que emerge a máxima de Mackinder (1919, p. 186):

> *"Quem domina a Europa Oriental, domina o heartland*
> *Quem domina o heartland, domina a Ilha mundial*
> *Quem domina a Ilha Mundial, domina o Mundo"*

Em 1943, Mackinder publica o artigo intitulado «*The round world and the winning of the peace*», na revista *Foreign Affairs*, onde introduziu o conceito de *midland ocean* (Atlântico Norte e zonas ribeirinhas) assente no pressu-

posto de que o continente americano possuiria potencialidades suficientes para poder equilibrar o domínio do *heartland*, desde que mantivesse a capacidade de intervenção na Europa. Pois considerava que a Alemanha só poderá ser contida, se cercada, numa acção conjugada entre os poderes terrestre (*heartland*), a Leste, e o marítimo (com capacidade anfíbia), a Oeste (bacia do *midland ocean*), sendo necessária *uma efectiva e permanente co -operação entre a América, a Grã-Bretanha e a França* (Figura 5). (IAEM, 1982, p. 58 e Bonfim, 2005) Relevam-se ainda no modelo o cinturão de desertos e selva (*girdle of deserts and wilderness*) e as regiões de drenagem do grande oceano (*great ocean drainage).*



Adaptado de: Almeida, 1994, p. 36

Figura 5 – A Terceira Teoria de Mackinder, 1943

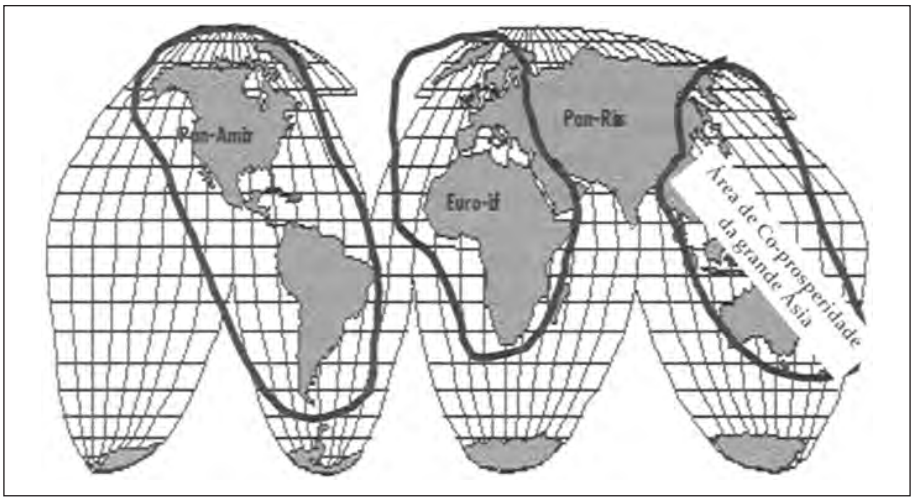
A cooperação efectiva e permanente entre a América, a Grã-Bretanha e a França permitiria uma testa-de-ponte em França, um aeródromo protegido por fossos na Grã-Bretanha e uma reserva de forças bem treinadas e recursos agrícolas e industriais nos Estados Unidos da América (EUA) e no Canadá (defesa em profundidade). A sua tese antecedeu a organização formal da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ao evidenciar os motivos geopolíticos que a impunham, e alertou para a necessidade de uma indispensável cooperação entre os seus membros, condição «*sine qua non*» do seu sucesso. (Dias, 2005)

Por outro lado, de acordo com Mackinder, seria necessário que as potências ocidentais vencedoras e a Rússia também cooperassem, a partir do momento que houvesse sinais indicadores de ameaça à Paz (*cooperação*

que de facto não foi materializada – pouco tempo depois teríamos a Guerra Fria).

Influenciado por Ratzel, e atendendo ao pensador britânico, o geopolítico alemão Karl Haushofer (1869-1956), na sua obra «Geopolítica das Ideias Continentalistas», de 1931, valorizou, também, o poder terrestre.

A sua teoria compreendia quatro pan-regiões[4] ("*divisões do Mundo em grandes áreas, com uma orientação no sentido dos meridianos*"), eram elas: a Pan-América, a Pan-Euro-África, a Pan-Rússia e a Pan-Ásia, as quais obedeciam a três condições essenciais, disporem de recursos e população suficientes e acesso ao mar (Figura 6). (Dias, 2005, p. 132 e 133)



Adaptado de: Fernandes, 2003

Figura 6 – As Pan-Regiões de Karl Haushofer

A Pan-América tinha como «estado director»[5] os EUA e abrangia todo o espaço centro e sul-americano. Ou seja, integrava todo o território do continente americano (desde o Alasca até à Patagónia, incluindo as ilhas próximas do Atlântico e Pacífico). Associe-se com a tentativa americana de criar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). (Bonfim, 2005)

4 O modelo de dinâmica de Poder concebido consistia na ampliação ao espaço mundial das suas ideias político-económicas, que sistematizaram utilizando agrupamentos de países e continentes. (IAEM, 1982)

5 Estados que "*deveriam bastar-se através de uma auto-suficiência económica, conferida pelo controlo ou conquista das Pan-Regiões*". (IAEM, 1982, p. 68 e 69)

A Pan-Euro-África tinha com estado director a Alemanha e incluía toda a Europa, a Arábia, parte do Irão e o continente africano. Estas regiões foram contestadas por outros geopolíticos, como Saul Bernard Cohen que sustentava, por exemplo, que a América do Sul estava igualmente distante dos EUA, como de África. (Dias, 2005) O continente africano era visto como o fornecedor de matérias-primas aos países da Europa, situação que se mantêm, só que, além desta, é disputado por outras potências, como sejam o caso da China, da Índia, Estados Unidos da América (EUA), entre outros. (Cohen, 2009)

A Pan-Rússia incluía a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), subtraindo a Sibéria, o Afeganistão, a restante parte do Irão e a Índia, com uma saída para o "mar quente", o oceano Índico, sonho desde os tempos de Pedro, o Grande. (Bonfim, 2005 e Dias, 2005)

A Pan-Ásia-Oriental (área de co-prosperidade da grande Ásia) teria como estado director o Japão e incluía a Ásia oriental, a Austrália, Filipinas, Indonésia e os demais arquipélagos e ilhas da área. (Bonfim, 2005 e Dias, 2005)

A «Ilha Mundial» preconizada por Mackinder, e a importância do controlo do «*heartland*» e a sua porta de acesso (Europa de Leste) para o domínio do Mundo, influenciou o princípio da «hegemonia mundial» de Haushofer; este preconizava uma paz pela hegemonia (ou império) que seria conseguida através de um "*jogo de alianças e que seria uma evolução da paz pelo equilíbrio existente*", a qual seria mantida através da acção dos estados directores. O «jogo de alianças» que aconselhava consistia na materialização de três eixos principais (Berlim-Roma; Berlim-Moscovo e Berlim-Tóquio) e quatro eixos secundários (Japão-Chile; Japão-Rússia; Japão-China e China-Rússia). (Dias, 2005, p. 135)

Após observarmos as teorias de pensadores que valorizam uma das fontes estruturais do poder[6] – a terra ou o mar – vamos agora analisar dois geopolíticos que viveram já numa época em que os espaços eram permeáveis e, por isso, o domínio do mundo não assentava, somente, no domínio de uma delas; estamos a referir-nos aos teorizadores dos Poderes Conjugados, nomeadamente a Nicholas J. Spykman e a Saul B. Cohen (Dias, 2005).

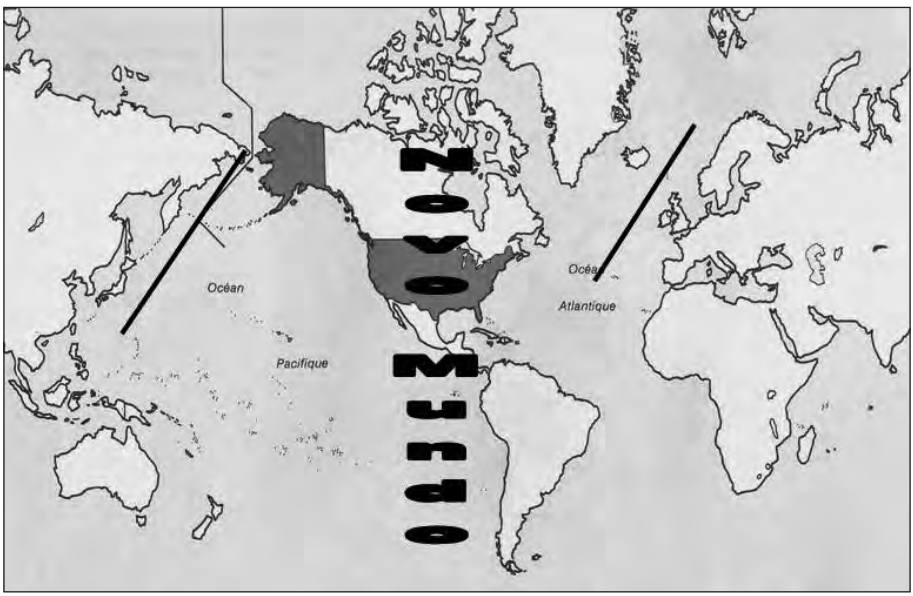
3. Teorizadores dos Poderes conjugados

Nicholas J. Spykman (1893-1943), holandês, naturalizado americano, elaborou o seu modelo de dinâmica de poder na base geográfica de Halford

6 Podemos mencionar como um dos principais teorizadores do poder aéreo o italiano Giulio Douhet (1869-1930) e o russo, naturalizado americano, Alexander De Seversky (1894-1974); não desenvolveremos as suas teorias dada a temática do artigo.

Mackinder, embora interpretada de forma diferente, pois sustenta-se nos pressupostos e entendimentos de «equilíbrio de Poder», «ameaça» e «cerco dos continentes». (Dias, 2005)

A ideia do «cerco dos continentes», de Spykman, obtém-se a partir de uma projecção de Mercator, na qual se constata que o Mundo Velho (Eurásia) e o Mundo Novo (América) têm costas para dois oceanos comuns, o Atlântico e o Pacífico que se envolvem mutuamente (Figura 7).



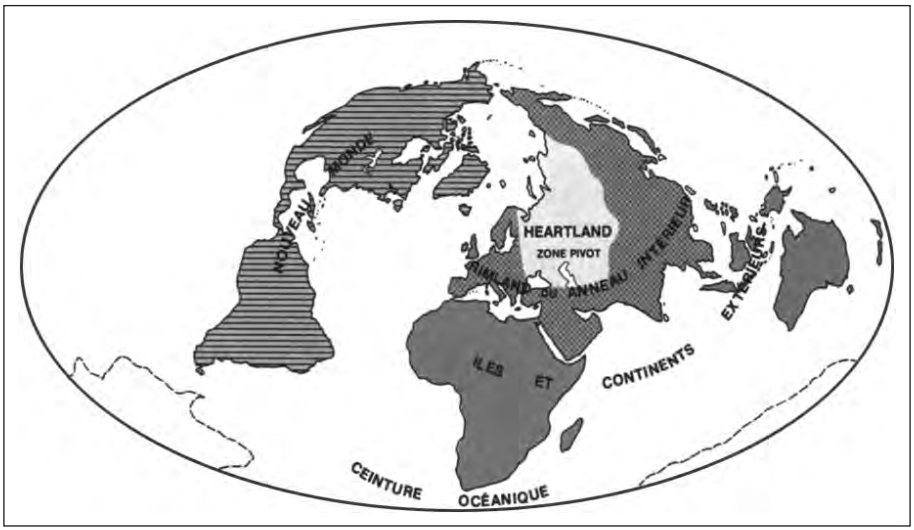
Fonte: Chaliand e Rageau, 1994, p. 22

Figura 7 – O cerco do Novo Mundo, de Spykman

Na teorização de Spykman, assente na ideia geográfica do teorizador britânico, observa-se a massa terrestre do globo dividida por três regiões concêntricas (*heartland*, *rimland* e as ilhas e continentes exteriores) às quais acresce uma cintura oceânica envolvente, o modelo exclui o continente americano, designado de Mundo Novo (Figura 8). (Dias, 2005 e Bonfim, 2005)

Para este geopolítico, o *heartland* tinha como limites a fronteira russo-finlandesa, os Cárpatos, os Balcãs, o Cáucaso, as fronteiras setentrionais do Irão e do Afeganistão, a fronteira da Mongólia e os gelos do Oceano Glaciar Árctico. O *rimland* corresponde às terras costeiras da Eurásia, ou seja, a Europa Marítima, o Médio Oriente, a Índia, o Sudeste Asiático e o Extremo Oriente (região idêntica ao crescente interior de Mackinder). Nas ilhas e con-

tinentes exteriores encontramos regiões como África, Madagáscar, Austrália, Nova Zelândia, Indonésia, Japão. A cintura oceânica integra os oceanos Atlântico, Índico e Pacifico. (Dias, 2005)



Fonte: Chaliand e Rageau, 1994, p. 31

Figura 8 – O Modelo de Spykman

A teoria de Spykman valoriza toda a região do *rimland*, sob o argumento que este espaço seria objecto de competição e conflitualidade por parte dos poderes terrestre e marítimo e o seu controlo significaria uma vantagem geopolítica importante, o que lhe confere uma característica dual. (Dias, 2005)

A elevada dimensão do *rimland* e a multiplicidade de estados aí existentes leva a que uns se aliem ao poder continental e outros ao poder marítimo, isto é, uns gravitam em redor das hegemonias terrestres e outros em torno de hegemonias marítimas (característica dual). Esta região, na época, tornou-se a «área chave» do pensamento geopolítico e da geografia política norte americana, pois os EUA passaram a implantar-se aí e a estabelecer alianças que lhe permitissem ganhar vantagem competitiva em relação à potência continental. (Dias, 2005)

O controlo do *rimland* por parte da potência marítima era fundamental para Spykman, pois tal significava que, mesmo que a URSS dominasse o *heartland* não teria condições para se expandir para a Ilha do Mundo (Mundo Novo) e, consequentemente, não teria acesso ao resto do mundo, ou seja, às ilhas e continentes exteriores. (Dias, 2005 e Bonfim, 2005)

Atentos à teoria de Spykman, após o controlo do "coração da terra" pela URSS, os países ocidentais passaram a ocupar o *rimland*, com o objectivo de impedir a expansão do comunismo para o resto do globo. Para isso, estabeleceram acordos e tratados, materializando a conhecida "geoestratégia da contenção", durante grande período da Guerra-Fria, da forma seguinte: com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), ocuparam a Europa ocidental; com a Organização do Tratado Central (OTCEN)[7], controlaram o Centro/Sul da Eurásia, com base no Irão[8] e com a Organização do Tratado do Sudeste Asiático (OTASE)[9], dirigiram o Oeste da Ásia, com base no Japão. (Bonfim, 2005)

A dificuldade de controlar um espaço com a dimensão do *rimland*, agravado com a diversidade e heterogeneidade dos Estados aí existentes, levou outro americano a criticar o modelo de Spykman; estamos a referirmo-nos a Saul Bernard Cohen que o acusava, também, de apenas ter actualizado as teorias de Mackinder.

De facto, o geógrafo norte-americano de ascendência hebraica, em 1964, na sua obra «*Geography and Politics in a World Divided*», dividia o mundo em duas Regiões Geoestratégicas, lideradas pelas duas super-potências existentes na altura. A região geoestratégica o «Mundo Marítimo Dependente do Comércio» e o «Mundo Continental Euro-Asiático». Cada uma destas estruturas dividia-se em outras mais pequenas, designadas de regiões geopolíticas. Estas eram estabelecidas considerando o seu "*significado regional, pela contiguidade da localização e pela complementaridade de recursos, constituindo-se como bases para o surgimento de «nódulos de poder» no interior das regiões Geoestratégicas*". (APUD Dias, 2005, p. 205)

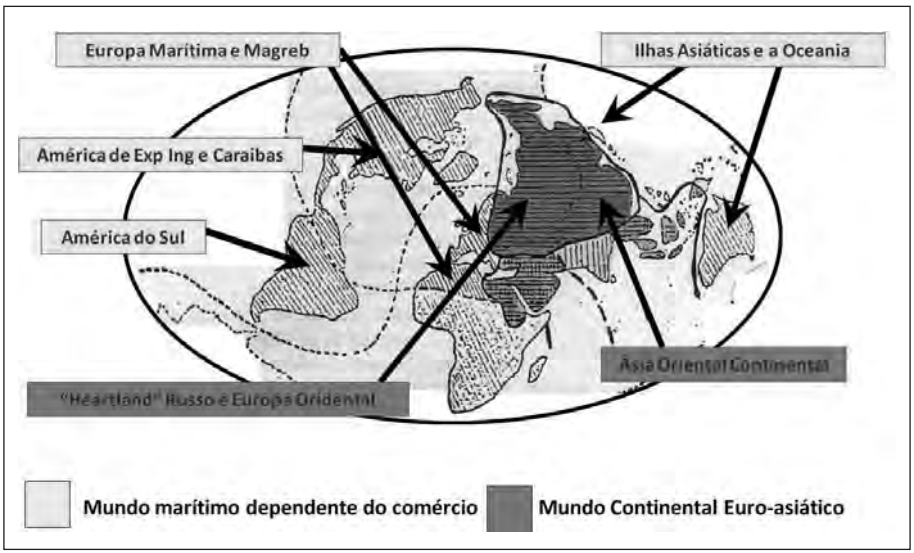
Na região dirigida pelos EUA existiam quatro regiões geopolíticas: América de Expressão Inglesa e Caraíbas; Europa Marítima e Magreb; Ilhas Asiáticas e Oceânia; e América do Sul. No espaço controlado pela URSS havia duas regiões Geopolíticas: *heartland* Russo e a Europa Oriental; e Ásia Oriental Continental (com destaque para a China como Módulo de Poder).

7 A OTCEN, também conhecida como Pacto de Bagdad, foi uma aliança militar fundada em 1955 por Irão, Iraque, Paquistão, Turquia e Reino Unido, e desfeita em 1976.

8 A "Geoestratégia de Contenção" começou a ser relegada, em virtude da desactivação da OTCEN provocada pela mudança de orientação política no Irão, após a revolução islâmica. O fim da OTASE ocorreu com a derrota americana no Vietname (Bonfim, 2005).

9 A OTASE foi uma organização internacional para a defesa colectiva, criada pelo *Tratado de Defesa Colectiva do Sudeste Asiático* ou *Pacto de Manila*, assinado em 8 de Setembro de 1954. A organização formal da OTASE foi estabelecida num encontro em Bangkok, Tailândia, em Fevereiro de 1955, onde se estabeleceu o quartel-general; tinha como objectivo principal bloquear possíveis avanços comunistas no sudeste da Ásia. A organização foi dissolvida em 30 de Junho de 1977.

O que é verdadeiramente novo na teoria de Saul Cohen é a integração da parte Este da Ásia Continental na Região Geoestratégica que inclui o *heartland* (indo contra as posições de Mackinder e Spykman). Também considerava que, apesar das profundas diferenças entre URSS e China (mesmo políticas), estas apenas materializavam diferentes Nódulos de Poder (Figura 9). (Dias, 2005)



Adaptado de: Silveira, 1998

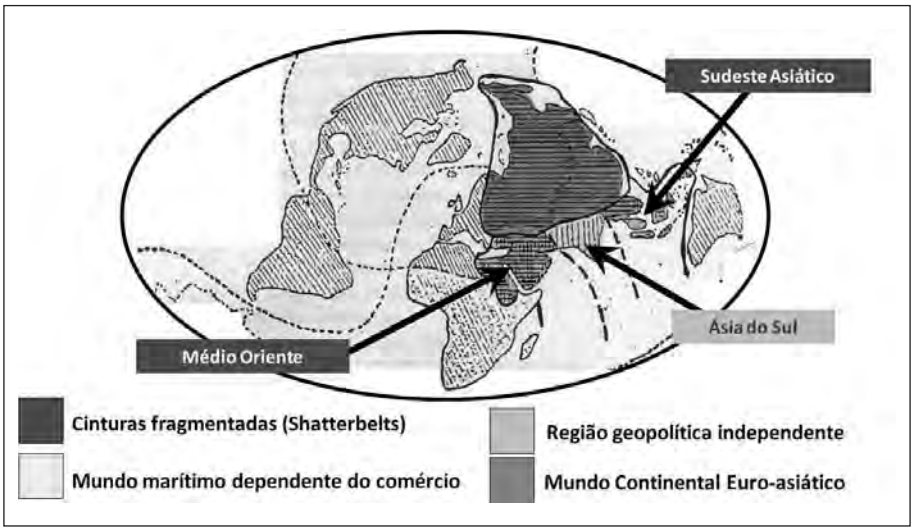
Figura 9 – As Regiões Geoestratégicas e Geopolíticas, de Saul B. Cohen

O modelo de Cohen apresenta também a noção de *shatterbelts* (Cinturas Fragmentadas); são grandes regiões constituídas por Estados desarticulados no seu alinhamento político e que estão amarrados ao conflito de interesses das grandes potências, que competem pelo seu controlo. Estes espaços destacam-se pela fragmentação política e económica que, conjugadas com diferenças culturais, físicas, políticas e até ambientais, tornam os Estados aí existentes bastante heterogéneos. Todas estas diferenças constituem obstáculos para as grandes potências executarem linhas de acção comuns e duradouras com os países aí localizados. Foram identificadas como *shatterbelts* as regiões seguintes: Médio Oriente (Eritreia, Etiópia, Sudão e os países da Península Arábica); e Sudeste Asiático (Laos, Cambodja e Indonésia) (Figura 10).

A Península Indiana (Índia, Paquistão e Bangladesh) é uma Região Geopolítica Independente.

Saul Cohen (2003), na sua obra «Geopolitics of the World System», considera vários níveis de Estruturas. Num primeiro nível, as regiões geoestratégicas, tendo mantido as duas do modelo de 1964 e acrescentando mais uma, (Leste Asiático) e redefinindo as áreas de cada uma.

Assim, a Região Marítima Dependente do Comércio integra as regiões Bordejantes para o Atlântico e para o Pacífico e retira-lhe as zonas voltadas para o Indico; integra os países do G7[10] que representam 70% do comércio mundial, sendo que 40% são de estados europeus (Inglaterra, França, Itália e Alemanha). A Região Continental Euro-Asiática, essencialmente ocupando o espaço da Rússia que representa 10% do comércio mundial e a Região do Leste Asiático, onde se inserem países como a China, Coreia do Norte e Indochina (Laos, Vietname e Cambodja). (Cohen, 2003)



Adaptado de: Silveira, 1998

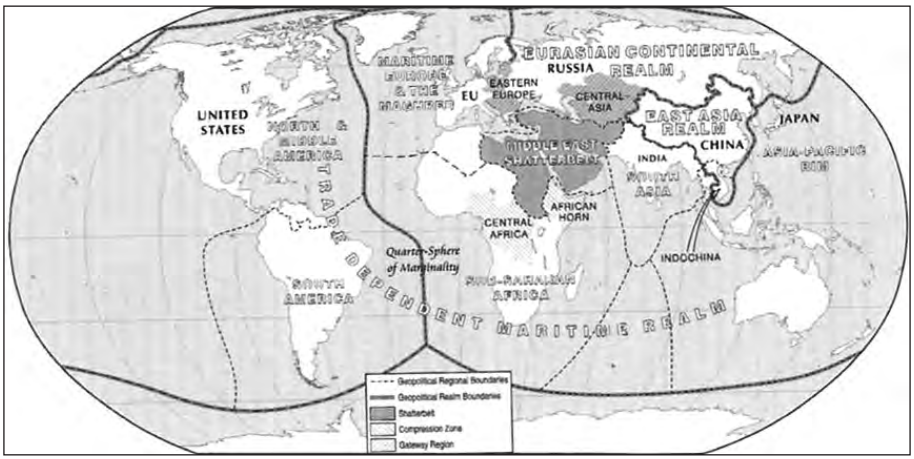
Figura 10 – As *shatterbelts*, de Saul B. Cohen

O grande desenvolvimento económico da China, essencialmente a partir de 1992, e a sua aposta no aumento do poder naval, como seja, a construção de mais de noventa portos. Além disso, controla importantes rotas de petróleo, gás natural e de comércio manufacturado. Foram estes os principais motivos que levaram Saul Cohen a considerar esta região como geoestratégi-

10 EUA, Canadá, França, Alemanha, Itália, Espanha e Grã-Bretanha.

ca retirando-a da Região Continental Euro-Asiática. Esta região é uma mistura entre a Maritimidade e a Continentalidade, pois grande parte da população (cerca de 50%) ainda vive no interior e dedica-se à agricultura de sobrevivência. (Cohen, 2003)

Ao nível das regiões geopolíticas, manteve as existentes na Região Marítima Dependente do Comércio, na Continental Euro-Asiática continua a haver duas, agora designadas de (1) heartland Russo e Trans-Cáucaso e (2) Ásia Central, e na região geoestratégicas do Leste Asiático considera duas regiões geopolíticas: China e Indochina. Mantém como região geopolítica independente a Ásia do Sul (Índia, Paquistão, Bangladesh, Sri Lanka, Maldivas, Diego Garcia e Myarmar) (Figura 11). (Choen, 2003)



Fonte: Cohen, 2003, p. 41

Figura 11 – Modelo de Dinâmica de Poder, 2003

Na teoria de 2003 existe apenas uma *shatterbelt*, o Médio Oriente. Considera que a Europa de Leste pode evoluir para uma nova *shatterbelt* ou para "*gateway*". Considera outro tipo de estrutura que designa de zonas de compressão (*compression zones*) considerando-as como áreas fragmentadas e objecto de competição entre estados vizinhos, mas não as principais potências. Considera como zonas de compressão o Corno de África (Somália) e a África Central (República Centro Africano e países vizinhos). (Choen, 2003)

Outra estrutura apresentada foi os Estados de Passagem (*gateway states*), como sendo pontos de contacto entre regiões, áreas ou estados, e que facilitam o movimento de pessoas, bens e ideias; considerou os seguintes: Singapura, Hong-Kong, Mónaco, Finlândia, Bahrein, Trinidad e Bahamas. (Choen, 2003)

Considera que o Estado manterá a sua primazia nas relações internacionais, contudo existe uma hierarquia de poder entre eles, classificando-os em: Potências Globais, ou de Primeira Ordem, onde considera os EUA, a UE (no seu conjunto, mas com relevo para o núcleo dos quinze), o Japão, a Rússia e a China, como aqueles que têm alcance Global e que se constituem como núcleos nas três regiões geoestratégicas; Potências Regionais, ou de Segunda Ordem: Canadá, México, Brasil, Argentina, Argélia, Nigéria, África do Sul, Polónia, Ucrânia, Sérvia/Montenegro, Turquia, Israel, Egipto, Iraque, Irão, Paquistão, Índia, Tailândia, Vietname, Indonésia, Austrália, Taiwan, Coreia do Sul; de Terceira Ordem, são exemplos países como a Arábia Saudita, Etiópia, Cuba, Angola, Síria, Chile, Colômbia, Venezuela, Costa do Marfim, Hungria; de Quarta Ordem, são exemplos, Sudão, Equador, Zâmbia, Marrocos e outras. (Choen, 2003)

O geopolítico americano salienta que existe uma proliferação de países; de facto, desde a Conferência de Viena, em 1815, passou-se de trinta Estados para cerca de duzentos. Este aumento deu-se, essencialmente, devido a dois fenómenos: desagregação e movimentos de libertação e independentistas. Prevê ainda que o número de entidades estatais continuará a aumentar até 2050; entre eles estará a ilha da Madeira, segundo Choen (2003).

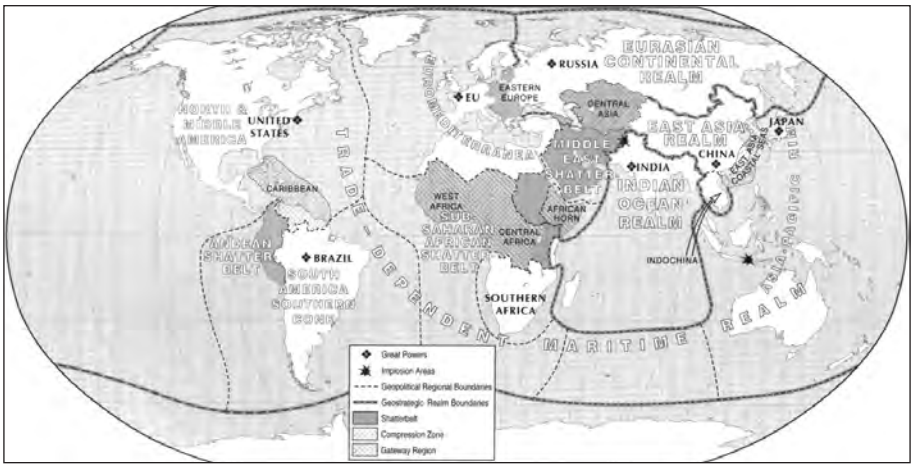
A obra de 2009, «*Geopolitics, The Geography of International Relations*», é uma actualização do livro publicado em 2003. O modelo de dinâmica de poder apresentado não tem alterações significativas relativamente ao apresentado na Figura 11. Contudo, quando perspectiva o mundo até 2025, já surgem alterações expressivas como se mostra na Figura 12. (Cohen, 2009)

Nela, destaca-se o aparecimento de uma quarta região geoestratégica composta pela Ásia do Sul (Índia, Bangladesh e Paquistão) e o Oceano Índico e a manutenção do Médio Oriente como *shatterbelt*, mas surgem mais dois: o Subsariano e o Andino. Salienta que as regiões mais instáveis do mundo são o Médio Oriente e a região subsariana, que geograficamente se podem juntar através do "Corno de África". Refere, ainda, que as fronteiras destas cinturas podem expandir-se ou contrair, uma vez que a competição das grandes potências por recursos energéticos e o controlo de *pipelines* poder estender a *shatterbelt* do Médio Oriente para Norte (Ásia Central).

Segundo Cohen (2009), a estabilidade global, no primeiro quarto do século XXI, está depende das políticas das Grandes Potências do mundo (*world´s Great Power*) que serão: EUA, UE, Rússia, China, Japão, Índia e Brasil[11]; e as prin-

11 Na Figura 12 aparece como grande potência, no entanto, no texto da obra de Cohen (2009, p. 421), o Brasil aparece como potência regional.

cipais potências regionais: Austrália, Vietname, Irão, África do Sul e Venezuela. Os destinos geopolíticos das grandes potências estão entrelaçados, por isso, elas não correrão o risco de entrar em conflito entre si. As rivalidades económicas marcarão o seu relacionamento, contudo, a interdependência económica levará a que, juntos, beneficiem da especialização económica, ou seja, do comércio, da transferência de tecnologia e dos fluxos de investimento. Outro aspecto que os une é a partilha das principais ameaças, como sejam o terrorismo internacional e a propagação de armas nucleares. (Cohen, 2009, p. 421)



Fonte: Cohen, 2009, p. 423

Figura 12 – Mapa Geopolítico do Mundo, até 2025

Saul B. Cohen (2009) deduz que o equilíbrio global será assegurado por um sistema multipolar.

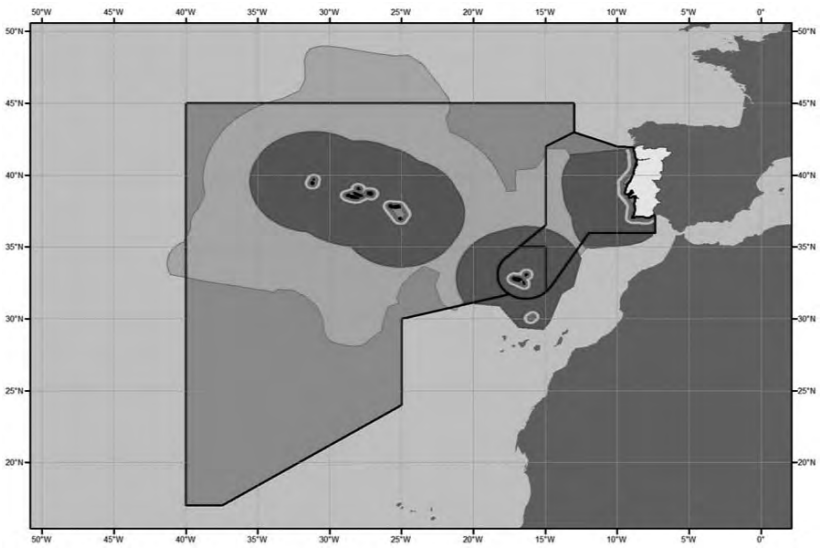
Socorrendo-nos dos ensinamentos destes teorizadores, podemos afirmar que Portugal tem uma excelente posição geográfica[12] expressa na sua localização em relação às rotas marítimas, dada a extensão da sua costa e a existência de Portos naturais de águas profundas (Leixões, Lisboa e Sines) e o seu povo já demonstrou (no passado) a sua apetência pelo mar, associem-se os ensinamentos de Mahan.

12 Os historiadores apontam a posição geográfica de Portugal, entre outras, como uma das razões para nos termos virado para o mar e termos efectuado os «descobrimentos»; foi também do mar que recebemos reforços (em virtude dos bons portos) quando as potências continentais nos pretenderam controlar. (Saraiva, 2011)

Portugal situa-se no «crescente interior» (teorias de 1904 e 1919) e no «*midland ocean*» (teoria de 1943) de Mackinder, na «área de contenção» de Castex, na Pan-Região «Euro-África» de Karl Haushofer, no «*rimland*» de Spykman e na região geoestratégica o «Mundo Marítimo Dependente do Comércio» (Pacífico e Atlântico), de Saul Cohen, incluso nas suas diversas actualizações de 1964, 2003 e 2009. (Almeida, 1994)

4. A Posição Geográfica de Portugal

A posição marítima de Portugal continental, associada aos arquipélagos dos Açores e Madeira, determina que tenhamos uma vasta Zona Económica Exclusiva (até 200 Milhas Náuticas (370Km)) perfazendo uma área de 1,66 milhões de Km^2; a que acresce a proposta nacional para a extensão dos limites da Plataforma Continental. Se a nossa proposta for aceite, ficaremos com uma área de cerca de 3,8 milhões de Km^2 sobre a qual teremos direitos; acresce a responsabilidade de busca e salvamento nas duas regiões de informação de voo (RIV) sob jurisdição portuguesa, perfazendo uma área de cerca de 5,8 milhões de Km^2 (Figura 13). (EMEPC, 2011 e Pacheco, 2013)



Fonte: Pacheco, 2013

Figura 13 – Limites exteriores da extensão da plataforma continental de Portugal e RIV

No espaço marítimo sob nossa jurisdição passam importantes rotas de navegação vindas do Índico (rota do cabo), do Atlântico Sul e do Pacífico, através do Canal do Panamá, sendo que a profundidade das águas e a ausência de obstáculos à navegação nas zonas costeiras são factores que podem potenciar o desenvolvimento do transporte marítimo e dos serviços portuários, sobretudo no Continente. São, contudo, actividades que têm tido um crescimento diminuto, tendo em consideração o que se passa no mundo, apesar de dispormos de portos[13] magníficos, especialmente o de Sines[14], capazes de acolher os maiores navios de transporte de mercadorias. (Matias, 2011)

De facto, no continente existem nove portos comerciais (Figura 14). Cinco constituem o sistema portuário principal – Leixões, Aveiro, Lisboa, Setúbal e Sines –, dirigidos por administrações portuárias com o estatuto de sociedades anónimas (SA) de capitais exclusivamente públicos. Os quatro portos secundários são: Viana do Castelo, Figueira da Foz (são SA detidas pelo Porto de Leixões e de Aveiro, respectivamente) e Faro e Portimão, administrados pelo Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM). (MOPTC, 2009)

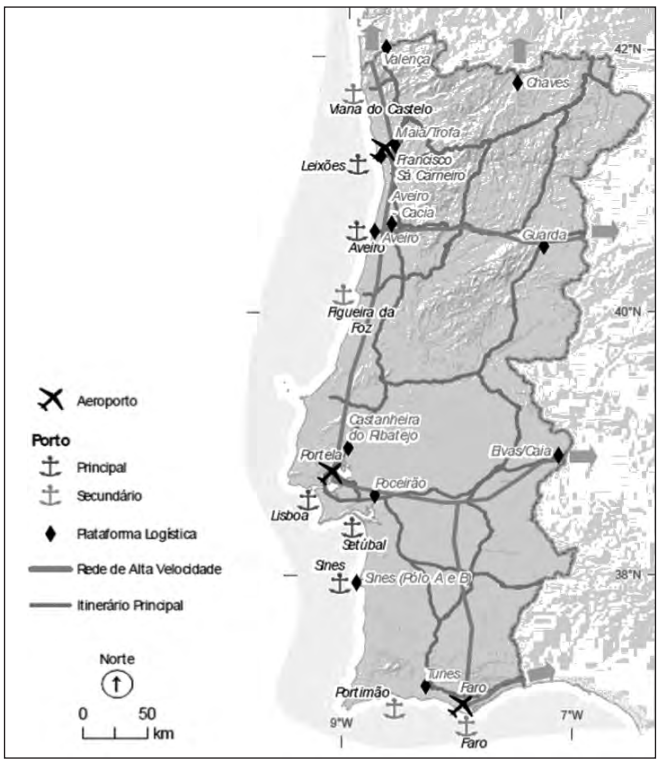
Com as medidas implementadas, nomeadamente, a organização administrativa, as obras realizadas, a elaboração de um plano estratégico para cada porto, entre outras, pretende-se alargar a área de influência (*hinterland*)[15] dos Portos nacionais a Espanha e, posteriormente, à restante Europa. Tal facto criará novas oportunidades para a economia nacional no contexto ibérico, dando a estes portos uma nova capacidade de criar mais riqueza de forma autónoma, que ultrapassa, o valor que deriva apenas das necessidades da economia portuguesa. (Mendonça, 2010)

---

13 "*Os Portos são pólos de desenvolvimento. São centros de refúgio onde o transporte marítimo se encontra com todos os outros: a estrada, o caminho-de-ferro, a via fluvial, o «pipeline» e o avião. Esta confluência de todos os transportes facilita a instalação de complexos industriais. Às indústrias que sempre forçosamente se localizam à beira-mar, como as de construção e reparação naval, ou as de conservas de peixe, acrescentam-se outras de mais recente desenvolvimento, como as refinarias e as siderurgias que, por dependerem muito do transporte marítimo, procuram implantar-se nas áreas portuárias ou perto delas. Da fixação e crescimento de agregados populacionais concentrados em torno dos portos resulta a formação de importantes mercados de consumo que, por sua vez, atraem indústrias de toda a espécie, e suscitam a expansão de actividades comerciais e de todo o sector económico terciário*". (Fonseca, 1973, p. 158)

14 O Porto de Sines permite navios com um calado até 16 m, estando projectado o aumento para 19 m. (Grade, 2011, p.33)

15 *Hinterland*: "*Land space over which a transport terminal, such as a port, sells its services and interacts with clients. It accounts for the regional market share that a terminal has relative to a set of other terminal servicing this region. It regroups all the customers directly bounded to the terminal. The terminal, depending on its nature, serves as a place of convergence for the traffic coming by roads, railways or by sea/fluvial feeders*". (Rodrigue et al, 2006, p. 263)



Fonte: MOPTC, 2009, p. 109

Figura 14 – Sistema Portuário comercial do Continente

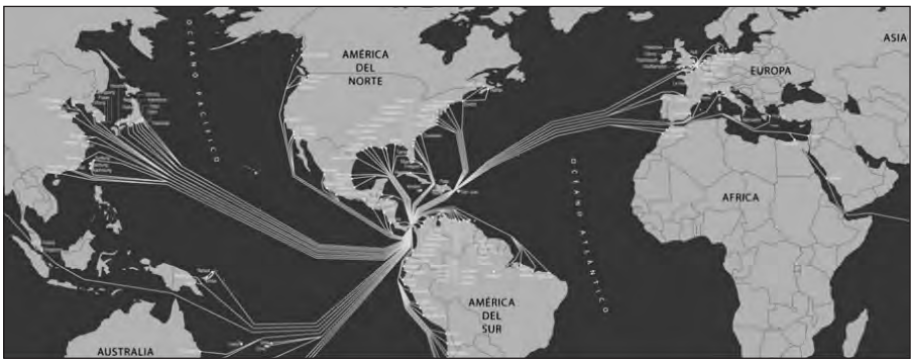
Assim, devemos transformar a vantagem comparativa[16] da posição de Portugal em vantagem competitiva[17] no espaço europeu; se por um lado, somos

16 Este conceito aplicado ao Comércio Internacional, por David Ricardo, consiste: "*Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à actividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais económico, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e de intercâmbio*". (1982, p.104)

17 "*A criação da vantagem competitiva em indústrias sofisticadas exige melhoramentos e inovação – encontrar melhores maneiras de competir e explorá-las globalmente e melhorar constantemente produtos e processos da empresa. Os países têm êxito nas indústrias se suas cir-*

um país periférico ao grande mercado constituído pelo espaço que liga o Reino Unido ao Norte de Itália, passando pelos Países Baixos, França e Alemanha; por outro, possuímos a primeira costa Atlântica da Europa, o "*ponto mais perto para os navios que das Américas Orientais ou do Extremo Oriente demandam a Europa*", que será ainda potenciado com a entrada em funcionamento do canal do Panamá redimensionado[18] "aproximando" o nosso país da costa Ocidental do continente americano e do oceano Pacífico (Figura 15). (Fonseca, 2011, p. 4)

Na prática, materializar aquilo que o Brigadeiro Pereira da Conceição (1952, p. 223) defendia: "*Portugal só pode continuar a desempenhar a sua missão histórica e universalista, como potência do mar, se se puder apoiar na potência do mar que tenha o domínio do mesmo*", salientando que a única aliança que lhe convém é com a potência que domina os mares, seja ela a Inglaterra, os Estados Unidos da América ou o Japão.



Fonte: Canal do Panamá, 2011

Figura 15 – Principais rotas comerciais que utilizam o Canal do Panamá

cunstâncias nacionais proporcionam um ambiente que apoia esse comportamento. A criação de vantagens exige percepção das novas maneiras de competir e disposição de correr riscos e investir na sua implementação". (Porter, 1993, p. 80)

18 A ampliação do Canal do Panamá, com conclusão prevista para 2014, permite o aumento da capacidade dos navios que o atravessam e, consequentemente, o número de toneladas, podendo chegar a 600 milhões ao ano (actualmente é de 340 milhões). De acordo com informações disponibilizadas pela Autoridade do Canal do Panamá, este aumento deve-se a um novo conjunto de eclusas que possibilitará a travessia de navios de grande porte baptizados de «pospanamax», cujas dimensões permitem economias de escala e, ao mesmo tempo, reduzem entre 7% e 17% o custo operacional por contentor. Os seus 366 metros de comprimento comportam no seu interior até 12.000 contentores. (Canal do Panamá, 2011)

A Figura 15 pode ser associada ao modelo geopolítico de Nicolas J. Spykman (1893-1943), nomeadamente, a sua projecção *Mercator*, em que salienta que o "Mundo Velho" (Europa+Ásia) e o "Mundo Novo" (América) têm costas para dois oceanos comuns, o Atlântico e o Pacífico; envolvendo-se mutuamente, a que designou de "*Cerco do Novo Mundo*" (Dias, 2005, p. 192) ou, no racional oposto, o cerco do «Velho Mundo», como se mostra na Figura 16; podemos verificar o continente americano a «cercar» a Eurásia através do oceano Atlântico e Pacífico. Note-se também o *rimland* de Spykman e a maior rota comercial do globo que o circunda, desde o Mar Branco até ao Mar da Sibéria Oriental.



Fonte: Sempa, 2006

Figura 16 – O Cerco do «Velho Mundo»

Outra maneira de constatarmos a posição privilegiada de Portugal é nos tempos de viagem dos navios de transporte marítimo; de facto, se considerarmos a velocidade média de um navio porta-contentores – 20 nós –, verificamos que seria mais rápido o transporte de mercadorias de qualquer parte do globo para a Europa ocidental, utilizando o Porto de Sines em vez do Porto de Roterdão (maior porto deste continente), desde que o porto nacional fosse servido por uma linha ferroviária que o ligasse ao centro da Europa, com uma duração da viagem inferior a um dia, como se constata no Quadro 1.

O Canal do Panamá[19] desempenha um papel importante para o comércio marítimo e, ainda mais, para a primeira potência económica mundial, como

19 A construção do Canal do Panamá foi sugerida pelo Almirante americano Alfred Thayer Mahan (1840-1914), teorizador do poder marítimo. (Dias, 2005)

se deduz nesta citação de Henry Kissinger a propósito das negociações sobre um novo tratado (entretanto assinado): "*Ainda que estivéssemos disponíveis para começar novas negociações a respeito do estatuto da Zona do Canal, por razões em grande medida geopolíticas, estávamos determinados a não deixar cair, quer a capacidade norte-americana de, em último caso, defender o canal, quer a legalidade de uma tal acção*". (2003, p. 632)

Quadro 1 – Tempos de viagem de Porta-contentores

Origem/Chegada (velocidade 20 nós)	**Porto de Sines**	**Porto de Roterdão**
Xangai (canal do Suez)	19 Dias e 9 horas	21 Dias e 16 horas
Santos (S. Paulo)	9 Dias e 3 horas	11 Dias e 7 horas
Los Angeles (Canal do Panamá)	14 Dias e 20 horas	16 Dias e 3 horas
Valparaiso (Chile) (Canal do Panamá)	14 Dias e 7 Horas	15 Dias e 14 horas

Fonte: Sea-Rates, 2012

A importância do Canal do Panamá será ainda maior a partir de 2014, uma vez que, o seu alargamento permitirá, pela primeira vez na história, circundar o globo pelo equador com navios de contentores de alta capacidade (8.000 a 12.000 TEU[20]). O sistema de transporte de mercadorias marítimo inclui rotas Leste-Oeste e Norte-Sul e a localização destas permite a conexão entre os principais marcados de transbordo (Figura 17). (Rodrigue, 2012)

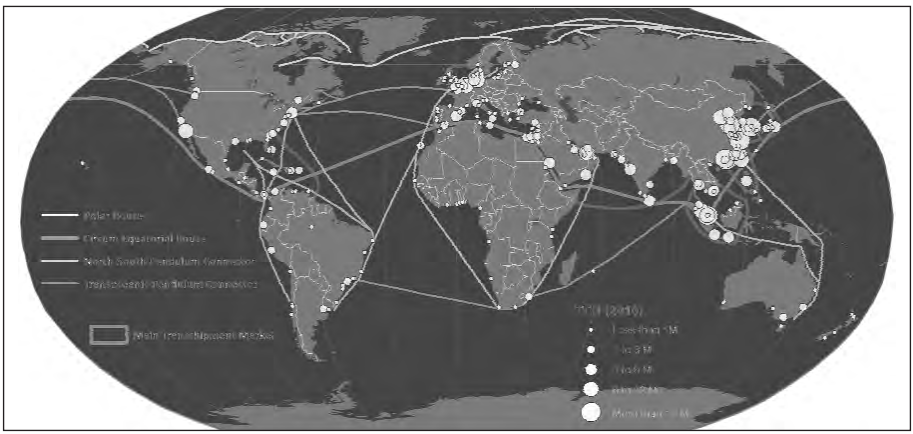
Reforçando o referido anteriormente, observe-se as importantes rotas que atravessam as águas sobre domínio nacional, assim como, a posição central de Portugal na ligação de duas *"Main Transshipment Market"*: a do golfo do México e Caraíbas com a do Mediterrâneo (incluindo o Mar Negro e de Azov).

As maiores dimensões do Canal do Panamá permitem economias de escala e reduzem o custo operacional por contentor; este parece-nos ser o momento oportuno para os portos nacionais captarem um maior número de atracagem dos armadores internacionais. Para isso, Portugal deve disponibilizar serviços de qualidade (preços competitivos, Janela Única Portuária) e boas ligações terrestres (rodoviárias e, principalmente, ferroviárias) ao centro da Europa.

Assim, consideramos fundamental para Portugal a construção de uma linha ferroviária de mercadorias, em bitola europeia, que ligue as plataformas lo-

20 *Twenty-foot Equivalent Unit* (TEU). Um TEU representa a capacidade de carga de um contentor marítimo normal, de 20 pés de comprimento, por 8 de largura e 8 de altura.

gísticas nacionais do Poceirão (servida pelos portos de Sines, Setúbal e Lisboa) e da Maia/Trofa (servida pelos Portos de Aveiro, Leixões e Viana do Castelo) e que deve ter continuação para Espanha, por exemplo, aproveitando a linha da Beira Alta, seguindo na direcção de Salamanca, Valhadolid, Irún, Bordéus e Paris. Esta ligação internacional permite a ligação a Madrid, a partir de Valhadolid e a Saragoça, em Vitória, na sua continuação, chega-se a Barcelona. Se a duração da viagem até ao centro da Europa for inferior a um dia, a probabilidade desta linha ser rentável é grande (pelas razões atrás referidas). Se assim for, podemos ainda mencionar outras actividades que serão incrementadas, como por exemplo, a reparação naval.



Fonte: Rodrigue, 2012

Figura 17 – Sistema Marítimo Global de mercadorias, 2014

Atendendo a que o transporte marítimo tem vindo a ganhar cada vez maior importância e sabendo que as grandes companhias de transporte marítimo (Maersk, MSC, Evergreen e outras) são companhias globais e que operam onde têm melhores condições (acessibilidade, custos, sistemas de transportes...), será uma vantagem competitiva para Portugal se conseguir que estas "usem" com maior frequência os Portos nacionais. Ainda mais, quando a frota de navios mercantes operacionais com bandeira portuguesa, matriculados no Registo Convencional ou no Registo Internacional de Navios da Madeira (RINM-MAR)[21], se limita a 118 unidades, em Julho de 2011, com uma carga

21 Para tentar inverter esta tendência de "*flagging out*" muitos países, como o Reino Unido, França, Holanda, Dinamarca, Noruega e também Portugal, decidiram criar registos Internacionais de navios, com um sistema fiscal concorrencial (Raposo, 2011). Em 2009, no RINM-

autorizada de 1.197.634 de toneladas métricas (IPTM, 2011), sendo utilizado o «Porte Bruto (TDW)» como unidade de medida (Quadro 2).

Quadro 2 – Frota Operacional de Bandeira Portuguesa, em 2011

	R. CONVENCIONAL		RINM-MAR		TOTAL	
TIPO DE NAVIOS	**Nº**	**TDW**	**Nº**	**TDW**	**Nº**	**TDW**
Passageiros	1	165	18	56399	19	56564
C. Geral	0	0	26	189647	26	189647
Graneleiros	0	0	7	80550	7	80550
P. Contentores	10	67308	7	44955	17	112263
Petroleiros	0	0	9	439427	9	439427
Outros	1	4270	11	54641	12	58911
T. Químicos	0	0	20	232382	20	232382
T. Gas	0	0	8	27890	8	27890
TOTAL	12	71743	106	1125891	118	1197634

Fonte: IPTM, 2011, p.3

Contudo, se considerarmos apenas o Registo Convencional[22] constatamos que dispomos somente de doze embarcações, das quais dez são porta-contentores, sendo esta uma das grandes lacunas do País. Esta vulnerabilidade[23] dificilmente poderá ser ultrapassada, pois o investimento nacional nesta área é escasso e a União Europeia privilegia a substituição de frotas, em detrimento da construção de novos navios mercantes (Leal, 2007); contudo, em 2011, importámos cerca de 48,4 milhões de toneladas de mercadorias, das quais 65,3% por transporte marítimo, 30,5% por modo rodoviário e somente 0,1% por transporte aéreo. No mesmo período, exportámos 29,5 milhões de toneladas de mercadorias, das quais 53,4% através dos portos marítimos, 42,2% por via rodoviária e 2,9% por via área. De referir ainda que os outros modos de transporte estiveram associados a 3,4% das entradas e a 0,3% das saídas. (INE, 2012, p. 54)

A posição geográfica do País e a configuração do território com dois arquipélagos, associados a uma grande Zona Económica Exclusiva e a perspec-

MAR estavam registados 103 embarcações, das quais vinte e seis eram controladas por armadores portugueses. (Correia, 2010)

22 Os designados Registos Convencionais, regem-se por "*um sistema fiscal antiquado, difícil de entender e pouco eficaz, não são alternativa para um armador registar os seus navios, sob pena de não poder competir no mercado internacional*". (Raposo, 2011)

23 Agravada pela posição geográfica de Portugal que, em situações de conflito, greves ou condições meteorológicas é facilmente bloqueado por via terrestre (rodovia e ferrovia).

tiva de alargamento da sua Plataforma Continental, à tradição marítima remanescente e localização na proximidade do mar de grande parte da população portuguesa, constituem, em conjunto com o "*conhecimento técnico e científico sobre o mar existente na Marinha de Guerra e nalguns centros de excelência de universidades e de laboratórios, mais-valias efectivas de Portugal*", o sustentáculo para implementar actividades económicas ligadas ao Mar. (SaeR, 2009, p. 137)

Por outro lado, a localização da capital portuguesa junto a um bom porto, a que se associam inúmeros monumentos históricos, uma grande beleza natural, um ambiente seguro e um clima ameno, pode beneficiar Lisboa com o incremento da escala de navios de cruzeiro aumentando, deste modo, o número de turistas que a visitam, revitalizando o comércio e fomentando o crescimento económico nacional.

Considerações Finais

Atendendo às teorias apresentadas, podemos afirmar que Portugal se situa no «crescente interior» (teorias de 1904 e 1919) e no «*midland ocean*» (teoria de 1943), de Mackinder, na «área de contenção», de Castex, na Pan-Região «Euro-África», de Karl Haushofer, no «*rimland*», de Spykman e na região geoestratégica o «Mundo Marítimo Dependente do Comércio» (Pacífico e Atlântico), de Saul Cohen. (Almeida, 1994) Nota-se que dispomos de vários elementos que alguns destes autores consideram essenciais para o desenvolvimento do poder marítimo.

A posição geográfica portuguesa é periférica relativamente ao centro da Europa e outras regiões mundiais, mas é central relativamente a mercados de países banhados pelo Atlântico, como por exemplo, o Brasil, Angola, Venezuela, Estados Unidos da América e Canadá. Com o alargamento do Canal do Panamá, os Estados ocidentais do continente americano também comercializam mais facilmente com o «velho continente» e, na sua trajectória de ligação à Europa, o primeiro país que encontram é Portugal.

Também, pela plataforma continental portuguesa passam importantes rotas de navegação, entre o Norte e o Sul, o Leste e o Oeste; atendendo à profundidade das águas marítimas onde existem bons portos, como o de Sines, com condições para ser um dos mais amplos da Europa, e a ausência de obstáculos à navegação nas zonas costeiras são factores que podem contribuir para o desenvolvimento do transporte marítimo e dos serviços portuários, capazes de acolher os maiores navios de transporte de mercadorias. A construção de uma linha ferroviária de mercadorias (bitola europeia) que ligue as Platafor-

mas Logísticas nacionais e que se ligue ao centro da Europa, segundo a direcção geral: Aveiro/Coimbra, Salamanca, Valhadolid, Irún, Bordéus e Paris, poderia contribuir para tal desiderato.

A posição geobloqueante de Espanha em relação a Portugal representa uma clara fragilidade para o nosso país. Esta poderia ser atenuada promovendo e valorizando o transporte marítimo, incluindo o de curta distância e de cabotagem, assim como o incentivo da reconstituição da marinha mercante.

Bibliografia

ALMEIDA, Políbio F.A. Valente de – *Ensaios de Geopolítica*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Instituto de Investigação Científica Tropical 1994.

BESSA, António Marques e DIAS, Carlos Manuel Mendes – *O Salto do Tigre, Geopolítica Aplicada*, Lisboa: Prefácio, 2007. ISBN 978-989-8022-28-8.

BONFIM, Uraci Castro – *Geopolítica, Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército*, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Brasil, 2005.

CANAL DO PANAMÁ – *Principais rotas comerciais que utilizam o Canal*, site oficial, 2011. [Consult. 27 Abr. 2011]. Disponível em: http://www.pancanal.com/.

CHALIAND, Gérard e RAGEAU, Jean-Pierre – *Atlas Strategique*, Paris: Editions Complexe, 1994.

CHAUPRADE, Aymeric e THUAL, François – *Dictionnaire de Géopolitique*, 2ª Edição, Paris: Ellipses, 1999. ISBN 2-7298-9984-7.

CONCEIÇÃO, Alfredo Pereira da – "A Estratégia nunca foi uma Ciência puramente Militar" in Revista de Artilharia, 1952, p. 215-228.

COHEN, Saul Bernard – *Geopolitics of the World System*, New York: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2003. ISBN-10: 0-7425-5675-1

COHEN, Saul Bernard – *Geopolitics, the Geography of International Relations*, 2ª Ed., New York: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2009. ISBN-13: 978-0-7425--5676-8.

CORREIA, Armando José Dias – *O Mar no Século XXI, contributo para uma análise estratégica aos desafios marítimos nacionais*, Aveiro: Fundação para o Estudo e Desenvolvimento da Região de Aveiro (FEDRAVE), 2010. ISBN 978-972-8046-13-2.

DIAS, Carlos Manuel Mendes – *Geopolítica: Teorização Clássica e ensinamentos*, Lisboa: Prefácio, 2005. ISBN 972-8816-74-x.

DIAS, Carlos Manuel Mendes – *Kissinger e Brzezinski*, Lisboa: Prefácio, 2006. ISBN 972-8816-95-2.

DIAS, Carlos Manuel Mendes – "Conceitos, Modelo de Análise de Dinâmicas Regionais e CPLP", *Revista* de *Geopolítica, o espaço da CPLP*, Aveiro: Centro Português de Geopolítica. ISSN 1646-8066, N.º 4 (2012a), p. 67-111.

DIAS, Carlos Manuel Mendes – *Geopolítica. Velhas mas novas aproximações e o contrário*, Aveiro: Mare Liberum, 2012b. ISBN 978-972-8046-20-0.

EMEPC – *Projecto de Extensão da Plataforma de Portugal*, Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental, 2011. [Consult. 2 Dec. 2011]. Disponível em: http://www.emepc.pt/.

FERNANDES, José Pedro Teixeira – "A Geopolítica Clássica Revisitada", *Nação e Defesa*, Lisboa: Instituto de Defesa Nacional. ISSN 0870-757X, n.º 105 (2003), 221-244.

FONSECA, Fernando Coelho da – "A Geopolítica do Mar", *Lições Inaugurais*, 2º Volume, Lisboa: Instituto Superior Naval de Guerra, 1973.

FONSECA, Carlos Correia da. *Intervenção do Secretário de Estado dos Transportes na Conferência Internacional "Iberian Rail Development 2011"*, 16 e 17 Fevereiro, Lisboa, 2011. [Consult. 10 Março 2011]. Disponível em: http://www.moptc.pt.

GRADE, Vasco – "Expansão do Porto de Sines impressiona Auditores", *Cidadania e Defesa*, Boletim informativo, Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional, n.º 42, (2011), p. 33.

IAEM – *Origens e Evolução Histórica do Pensamento Geopolítico: Síntese Histórica*, ME 71-00-00, Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares, 1982.

INE – *Estatística dos Transportes 2011*, Estatísticas Oficiais, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2012. ISBN 978-989-25-0162-8.

IPTM – *Armadores e Navios*, Lisboa: revista do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos IP, Volume 25, n. 7, Julho, 2011. [Consult. 22 Set. 2011]. Disponível em: http://www.imarpor.pt/informacao_tecnica/publicacoes.htm.

KISSINGER, Henry – *La Nouvelle Puissance Américaine*, Paris: Librairie Arthème Fayard, 2003.

MACKINDER, H. J. – *Democratic Ideals and Reality. A Study in the Politics of Reconstruction*, New York: Henry Holt and Company, 1919.

MARINHA – *A importância dos Submarinos para Portugal, Os factores Históricos e Geopolíticos que conduzem à necessidade da Capacidade Submarina*, 2011. [Consult. 2 Dec. 2011]. Disponível em: http://www.marinha.pt/PT/.

MATIAS, Nuno Vieira – *A Importância do Mar e a Localização do Espaço Português*, Atlas de Portugal (2011). [Consult. 1 Abril 2011]. Disponível em: http://www.igeo.pt/atlas/Cap1/Cap1a.html.

MENDONÇA, António – Intervenção do MOPTC na Câmara de Comércio e Indústria Luso-francesa, intitulada *As grandes Opções do Plano 2010-2013 e o seu impacto no desenvolvimento económico Português*, 6 de Outubro, Lisboa, 2010. [Consult. 10 Março 2011]. Disponível em: http://www.moptc.pt.

MOPTC – *Plano Estratégico de Transportes 2008-2020*, Lisboa: Projectos e Estudos de Organização e Desenvolvimento, S.A. da Universidade Nova de Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, 2009.

PACHECO, Miguel Bessa – "A Geografia Marítima de Portugal" in *Seminário do Mar Ciência e Visão Estratégica*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 18 de Abril de 2013.

PORTER, Michael E – *A Vantagem Competitiva das Nações*, Rio de Janeiro: Editora Campus, 1993.

RAPOSO, Rui – "A importância dos registos de navios para a definição de uma política de transportes marítimos" in *Ponto de Vista*, 2011. [Consult. 27 Out. 2012]. Disponível em: http://www.pontosdevista.com.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1089:a-importancia-dos-registos-de-navios-para-a-definicao-de-uma-politica-de-transportes-maritimos&catid=47:comentario&Itemid=82.

RIBEIRO, António Silva – "Mahan e as marinhas como instrumento político", *Revista Militar*. ISSN 0873-7630, N.º 5 (2010), p. 4465-483.

RICARDO, David – *Princípios de Economia Política e Tributação*, São Paulo: Abril Cultural, 1982.

RODRIGUE, Jean-Paul; COMTOIS, Claude e SLACK, Brian (2006) – *The Geography of Transport Systems*, New York: Routledge. ISBN 13: 978-0-203-00111-0.

RODRIGUE, Jean-Paul, 2012 – "Maritime Shipping and the Commercial Usage of the Oceans". [Consult. 18 Abril 2013]. Disponível em: http://people.hofstra.edu/Jean-paul_Rodrigue/jpr_conferences.html.

SACCHETTI, António Emílio – *Geopolítica e Geoestratégia do Atlântico*, Lisboa: Instituto Superior Naval de Guerra, 1987.

SaeR – *O Hypercluster da Economia do Mar, um domínio de potencial estratégico para o desenvolvimento da economia portuguesa*, Relatório Final, Lisboa: SaeR/ACL, 2009.

SARAIVA, José Hermano – *História Concisa de Portugal*, Mem Martins: Publicações Europa-América, 25ª Edição, 2011.

SEA-RATES – *Port to port distances*, 2012. [Consult. 15 Out. 2012]. Disponível em: http://www.searates.com/reference/portdistance/.

SEMPA, Francis P. 2006 – *Spykman`s World*. [Consult. 18 Abril de 2013]. Disponível em: http://www.unc.edu/depts/diplomat/item/2006/0406/semp/sempa_spykman.html.

SPROUT, Harold e SPROUT, Margaret – "Algumas Interpretações Geopolíticas", *Geopolítica Tropical*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1968.

Estabelecimento de ensino desde 1900

O Instituto de Odivelas, dependente do Estado-Maior do Exército, proporciona às suas alunas, a partir do 5.º ano de escolaridade, em regime de internato ou semi-internato os Planos Curriculares fixados pelo Ministério da Educação acrescidos das disciplinas de **Puericultura**, **Culinária**, **Drama Educativo**, **Higiene**, **Francês Prático** e **Inglês Prático**.

As alunas têm ainda à sua disposição diversas actividades:

- Circum-escolares:
  Instrução Militar,
  Esgrima, Equitação,
  Classe Especial de Ginástica,
  Teatro, Fotografia,
  Informática.
- Complemento Curricular:
  Actividades desportivas,
  Colónia de Férias,
  Intercâmbio escolar
  com **França.**



INSTITUTO DE ODIVELAS
Largo D. Dinis – 2675-336 ODIVELAS
Tel. 219 349 030
www.institutodivelas.com
io@mail.exercito.pt

Revista Militar
N.º 4 – abril 2014
pp. 319-342

Uma figura da Resistência Anti-colonial em Angola no século XVII – Dona Ana de Sousa Njinga Mbanda, Rainha Njinga



Tenente-general José Lopes Alves*

I. Prólogo

O contexto deste trabalho assenta, nomeadamente, em *"Relação"* da autoria do frade capuchino italiano Giovanni António Cavazzi, de Modena, que, com a designação de *"Historia Descricione de tre regni Congo, Matamba ed Angola*", foi publicada em Bolonha, em 1667 e, com os títulos *"L'Historica Descricione"* e *"Njinga, Reine d'Angola*", foi difundida em Paris, em 1690, e em princípios de 2010, respectivamente.

Descreve-se nessas publicações a vida da rainha angolana Dona Ana de Sousa Njinga Mbanda, que foi considerada, desde o primeiro quartel do século XVII, uma das personagens mais fascinantes da história do continente africano negro.

As circunstâncias que rodearam a longa vida de oitenta e um anos da rainha Njinga, como afirmam Cavazzi e outro franciscano italiano, António Gaeta, seus catequizadores e confessores no período da sua conversão ao cristianismo, conduziram a diversas interpretações mais ou menos romanescas do seu carácter e da sua acção como governante absoluta de um reino de fronteiras variáveis, comparando-a a outras figuras femininas da História Universal como Zenóbia, Cleópatra ou Semíramis. Idêntica opinião se encontra no historiador português António d'Oliveira Cadornega, militar e escritor, na sua descrição, que fez com mestria da colonização portuguesa, nos séculos XVI e XVII, ou seja, nos difíceis tempos da sua implantação e no início da sua afirmação ultramarina.

* Foi Presidente da Direção da *Revista Militar* (1991-2000).

II. Introdução

Tenho por certo que todos ouvimos e recordamos, das décadas de sessenta e setenta do século passado, enquanto decorria a Guerra Subversiva e Revolucionária, de 1961 a 1974, nos então territórios ultramarinos portugueses, o conceituado e muito aplaudido conjunto musical denominado *"Duo Ouro Negro"*, em cujo reportório de canções os seus dois principais componentes, Milo e Raul Índigo, incluíam um refrão do teor seguinte:

"Màmà ò aoe! ….Màmà ò aoe!...Ò àoe!..."

Pode ponderar-se sobre esta frase no sentido de concluir se, no campo da Segurança, ela encerraria qualquer grau de intencionalidade crítica contra os portugueses colonizadores e, nomeadamente, contra os soldados e marinheiros metropolitanos que, durante treze anos, se bateram naquela guerra. Mas, o assunto esqueceu. De qualquer modo, o refrão surge com valor histórico dado que, segundo afirmação do frade Cavazzi, quando a princesa Njinga nasceu, presume-se em 1582, os adivinhos e feiticeiros chamados à pressa pelo rei, seu pai, Mbanda Ngola Kilwangi, para se pronunciarem sobre a sina da recém-nascida, olharam temerosos uns para os outros com receio da hostilidade repentina do monarca perante o que iam dizer-lhe e pronunciaram em surdina aquela mesma frase: *"Màmà ò aoe! ….Màmà ò aoe!...Ò aoe!..."*, que significava "Ó *que monstro de selvajaria será esta criança!...Infelizes daqueles que estiverem sob seu domínio!* ".

Como iria efectivamente verificar-se durante a sua vida como rainha, as predições dos adivinhos e feiticeiros iam tomar-se pura realidade, assumindo até muito maior e mais negativa expressão do que aquela que eles auguravam.

O rei cedo se apercebeu de que a vivacidade física, o espírito arguto, a inteligência, a sagacidade e a férrea determinação da criança eram, de facto, especiais, levando-o a adorá-la mais do que aos outros três filhos, que eram o príncipe-herdeiro Ngola Mebandi que, de acordo com a tradição, o substituiria no trono, e as suas irmãs, as princesas Kambo e Finji, mais novas do que Njinga. E, logo que ela, ainda jovem, atingiu idade capaz, fê-la participar consigo nos negócios do reino e nas operações de guerra, isto em detrimento, de facto, da posição do filho herdeiro, o qual não via com bons olhos o pedestal de supremacia em que a irmã era colocada. Subsequentemente, o rei, acompanhando o crescimento de Njinga quando ela atingiu a puberdade, o que surge muito cedo nos climas quentes, como é conhecido, e procurou relacionar-se com homens, tomou outra medida que não era habitual: colocou permanentemente junto dela uma matrona preta, que não a alargava, a fim de a proteger da vida dissoluta que também cedo começou a praticar. Todavia, apesar desta protecção da ama, a princesa não tardou a gerar e a dar à luz um filho de pai incógnito que, de imediato, fez instalar na corte e que,

citando Cavazzi, se tomou naturalmente "a flor do seu seio e o enlevo do seu coração".

Esse filho, no entanto, por indómita maldade do irmão logo que subiu ao trono, iria acarretar-lhe desgosto que a marcaria por toda a vida, tomando-se um dos grandes modeladores da permanente dureza do seu carácter, em especial no que tinha de espírito vingativo e de comportamento violento e sanguinário. Fisicamente feia, de pequena estatura, mal feita e com o rosto cheio de manchas brancas, a ponto de castigar severamente quem apenas ousasse fixá-la directamente, passou a odiar todos os homens, embora deles se servisse para as suas contínuas guerras, para o serralho e para os fazer participar nas selvagens orgias que organizava. Mas odiava igualmente todas as mulheres, ainda que se fizesse acompanhar delas nos combates e nomeasse a mais válida "*2ª Mulher da Hoste ou da Comunidade" para* a coadjuvar, sendo ela, naturalmente, a *Primeira*.

Duas mulheres constituíam, no entanto, excepção ao ódio generalizado que a todas votava: as suas irmãs Kempo e Finji que, durante muitos anos, estiveram cativas dos portugueses, por elas se empenhando em guerras ou lutas esporádicas, envio de embaixadas, oferta de presentes e entrega de escravos. Todavia, só três antes de morrer conseguiria que fosse libertada e se lhe reunisse a princesa Kempo, antes baptizada Dona Bárbara; a princesa Funji havia já sido morta por enforcamento em Massangano, onde estava em prisão domiciliária, acusada de conivência com tropas holandesas e suas que, aliadas, haviam montado, em 1647, volumoso e persistente cerco, aliás infrutífero, à praça, então a segunda cidade de Angola e a sua segunda capital.

Presume-se que a princesa Njinga, a mais velha das três, terá nascido em 1582, no mesmo ano em que os portugueses, na sua penetração para sudeste de Luanda, atingiram Massangano.

III. Perfil da Raínha Njinga

Âmbito geográfico e histórico

Setenta e oito anos depois de, em 1482 e 1483, Diogo Cão, na sua *primeira expedição*, ter abandonado a ideia, então admitida, de chegar ao país do Preste João (Etiópia) pela costa do Atlântico e penetrado, então, primeiro, no Rio Zaire e, a seguir, no Reino do Kongo e, em 1555, numa *segunda expedição,* chegar à costa da actual Namíbia, o navegador Paulo Dias de Novais, em 1560[1], aproveitando o reconhecimento da costa africana daquele

1 Paulo Dias de Novais, neto de Bartolomeu Dias, foi nomeado capitão-de-armas e governador por D. Sebastião, por empenho dos Jesuítas e do capital privado (nomeadamente, do banqueiro

navegador, abordou a Ilha de Luanda apoiado por tropas do Kongo, com o objectivo de desembarcar também aí, no continente. O Rei Ngola Mbandi, que governava esse território, opôs-se acerrimamente ao desembarque e aprisionou o navegador que, no entanto, libertaria meses depois e deixaria regressar a Lisboa.

Teimosamente, no entanto, Paulo Dias de Novais voltou à Ilha quinze anos depois, em 1575, também com o apoio de tropas do Kongo, e conseguiu desembarcar no continente, em Fevereiro do ano seguinte, e fundar, com centro na fortaleza provisória construída no promontório de S. Miguel, a povoação de S. Pedro de Luanda. Iria alargar-se, então, a todo aquele planalto à beira mar a colónia já cristianizada do reino do Kongo.

Assim, na primeira metade do século XVII, a parte setentrional do território de Angola, então conhecido e sujeito a maior ou menor grau de penetração e colonização, era constituída:

– Pelo reino do Kongo, capital em Mbanza Kongo (São Salvador), entre os rios Congo (Zaire), Kwango, Cuilo, Loge e Dande;

– Pelo reino de Ngola ou Ndongo, capital em S. Paulo de Luanda, entre o limite sul do Kongo e os rios Kwanza, a sul, e o seu afluente Lucala, a leste;

– Pelo reino de Matamba, capital em Santa Maria de Matamba, entre os rios Lucala, a oeste, o Kwango e o seu afluente Lui, a leste, e as terras de Kara, além do Kwanza, a sul;

– Sobrepondo-se a estes reinos e áreas limítrofes, não pela sua continuidade territorial, mas pela influência que a sua selvagem civilização exercia, vivendo da guerra e da rapina, existia o reino Jaga Kasa ou Jaga Kassange, de raça maioritariamente Imbala, também denominado Jaga Jakas, Giapas ou com outras designações conforme as áreas da sua incerta proveniência.

Os Jagas

Os Jagas eram guerreiros indígenas violentos, excelentes combatentes, de costumes selvagens extremados e que praticavam largamente o canibalismo sobre o adversário e sobre as suas próprias populações. Constituíam-se em pequenos grupos nómadas que faziam "razias" e se batiam em combate para sobreviver, para capturar mancebos válidos para a sua hoste e cuja preparação bélica decorria depois em *"Kilombos",* ou seja, grandes acampamentos do "tipo romano" em que eram admitidas também algumas mulheres.

Jorge Silva, do Conselho Privado de S. Magestade), saindo de Lisboa, em 1574, com sete navios e 400 homens e a missão de expansão religiosa, fazer comércio de escravatura, em especial para o Brasil, e explorar, em Angola, a prata de Cambambe. Fundou Luanda no ano seguinte.



Figura 1 – Território setentrional de Angola, primeira metade do século XVII

Mercenários, desde que lhes pagassem com dinheiro, prisioneiros, escravos ou despojos da luta, combatiam assim as tropas indígenas dos reinos do Kongo, Ngola, Matamba e as holandesas, quando estas surgiram em 1641, ao lado dos portugueses, e não raro contra os portugueses ao lado daquelas. Temidos e respeitados, deviam os seus êxitos à sua organização política e militar, à dura disciplina que impunham ao pessoal e ao ambiente criado pelas suas práticas canibais. Eram, além disso, destacados fornecedores do centro principal de escravatura que, com o desenvolvimento da colonização, se estabeleceu em Luanda.

A conduta dos Jagas, assente na mais extremada selvajaria, como disse, era regulada por ancestrais normas estabelecidas também por uma mulher, a sua Rainha Temba-Ndumb, as quais visavam, citando Cavazzi, *"que os guerreiros dispusessem sempre da sua vida como entendessem, fossem implacáveis*

contra os inimigos e fossem ávidos de carne humana e de glória militar". Seria este conjunto de normas ou leis, as *Kijilas,* por demais violentas, selvagens e sanguinárias, este *código bestial* que a rainha Njinga também adoptaria e imporia aos seus súbditos, entre 1623 e 1651, durante cerca de vinte e oito anos, isto é, durante o período não católico romano do seu reinado, e seguiria também no seu relacionamento com os portugueses, quer como inimigos quer como amigos e aliados.

Os dois franciscanos que estiveram na corte da rainha elaboraram e deixaram nas suas "Relações" notícia pormenorizada dessas normas seguidas pelos Jagas que regulavam o seu comportamento individual e colectivo, quer na paz quer na guerra e, em especial, na organização e acção nos *Kilombos*, visando a guerra ofensiva ou defensiva. São exemplo dessas normas a de derramarem e se banharem no sangue dos inimigos vencidos ou deles próprios e a de se entregarem, por superstição e em pretenso benefício da comunidade, ao sacrifício por morte ou enterramento de outros indígenas Jagas ou familiares. Os feiticeiros ou adivinhos eram então os orientadores interessados de tais práticas, colhendo dessas cerimónias prebendas e benefícios de que o governante, rei ou rainha, respeitando inteiramente a tradição, não era avaro.

Na sua "Relação", Cavazzi refere, particularmente, o contexto e a aplicação de catorze leis do *"Código Jaga*", a cada uma das quais dá nome, e que, pela devotada aceitação e prática nos reinos vizinhos de Ngola e Matamba nos tempos da sua imponente rainha, podem ser consideradas integrantes também dum "*Código Njinga".*

Mas voltemos ao perfil da Rainha.

Colonização e Oposição

O rei Ngola Kilombo, que assistiu ao desembarque inicial dos portugueses de Paulo Dias de Novais na futura Luanda, foi substituído, em 1617, pelo filho Mbandi Ngola Kiluanji que cederia, por sua vez, o trono ao filho Ngola Mbandi. Este rei e depois sua irmã Njinga, que lhe sucedeu como rainha, seriam protagonistas sucessivos do período de ódio mais violento e sangrento vivido no seu reino, até cerca de 1655**.**

Na realidade, quando por morte do pai subiu ao trono, Ngola Mbandi, de carácter bárbaro, cruel, orgulhoso e imponderado, assumiu de imediato poder tirânico e absoluto, afastando pela violência todos os que se lhe opunham. Relativamente aos portugueses, foi, no entanto, prometendo relacionamento harmónico e pacífico, em especial nos domínios do comércio e da instauração da religião católica romana por todo o reino. Todavia, o mau ambiente gerado pelo seu governo, que ele sabia existir, fez-lhe temer em dado momento que, por acção interna, pudesse ser apeado do trono e, em sequência, decidiu tomar duas medidas, qual delas a mais bárbara: como, por tradição, só os homens podiam aceder ao trono, mandou matar o sobrinho, ainda

criança, filho da irmã Njinga, por ser o único elemento masculino que um dia poderia suceder-lhe; para que não pudesse haver mais filhos varões na família, mandou esterilizar as três irmãs Njinga, Kempa e Funji pelo sistema de ferro em brasa.

Perante o assassínio do filho, que idolatrava, Njinga jurou vingar-se do irmão na primeira oportunidade. E, já endurecido o seu espírito pela prática das normas jagas, fechou-se, então, ainda mais no seu ódio após o crime perpretado e não só contra o irmão, mas contra a generalidade dos súbditos masculinos e femininos. Só precisava ter poder para se manifestar.

Eventos Históricos Subsequentes

Em 1622, sendo governador de Angola João Correia de Sousa, denominado o "Átila do Kongo" pela extrema violência e espírito devastador com que, auxiliado por combatentes jagas, se empenhou na resolução de problemas da colonização surgidos nos dois reinos do Kongo e de Ngola, o rei de Ngola, para demonstrar espírito de cooperação, enviou lustrosa embaixada a Luanda com a irmã Njinga, então com quarenta anos, para ser baptizada, isto na mesma altura em que a "*Propaganda Fide*", em Roma, tomava a seu cargo a nomeação e envio de missões de interesse para o padroado português. Apadrinhada pelo governador e sua mulher, Ana, a princesa foi efectivamente baptizada com o nome cristão de Ana de Sousa Njinga Mbanda, evento a que se seguiria, em Dezembro desse ano, em combate esporádico e limitado, a derrota das tropas portuguesas e jagas em Mbundi, no Kongo, que foram massacradas. Deste modo, o ambiente pacífico e até festivo que se vivia em Luanda alterou-se então de imediato e, tendo o conjunto do seu comportamento sido considerado prejudicial à colonização, o governador Correia de Sousa foi mandado regressar a Lisboa, preso, acabando por morrer na prisão.

No ano seguinte, 1623, o rei Ngola envia a Luanda nova embaixada, agora com as irmãs Kempo e Funji para serem também baptizadas, retomando aparente bom relacionamento com os portugueses. Todavia, no último trimestre desse ano, ou já no primeiro de 1624, é destituído da governação do reino por um movimento interno, como temia, e foi refugiar-se numa ilha do Kwanza onde, pouco depois, aparece morto, atribuindo-se de imediato o seu assassinato à princesa Njinga para vingar a morte do filho.

Desaparecido o irmão, D. Ana de Sousa Njinga proclama-se de imediato rainha, mas, como às mulheres era interdito reinar, a sua entronização em substituição do irmão falecido teve, no entanto, como prelúdio uma sangrenta guerra civil, de 1624 a 1629, entre ela e um seu familiar, o governador Ngola-Hari do Reino de Mpungu, pequeno território junto do Rio Kwanza, o qual, baptizado com o nome de Filipe de Sousa, era apoiado pelos portugueses. A auto-proclamada rainha é derrotada, mas consegue fugir para leste com colaboradores, guerreiros e populações e estabelecer efectivamente um

novo reino, o Reino de Matamba, encostado ao Rio Kwango, o qual, em 1631, sempre sob sua suserania, se fundiria com o Reino Ngola-Ndongo.

Nos anos seguintes, sempre observando as selvagens normas jagas, conjuntamente com algumas do mesmo tipo, já por ela estabelecidas, a rainha organiza um numeroso e aguerrido exército, faz guerra de afirmação e conquista as terras do Songo, a sul do reino do Kongo, embora com pouco êxito, no sobado do Kassange, que consegue conquistar, e contra os portugueses. O apogeu da sua irrequietude permanente na defesa e tentativa de alargamento do seu território iria verificar-se, no entanto, de 1641 a 1648, durante a ocupação holandesa, período caracterizado por lutas contínuas em que se aliou aos portugueses contra os holandeses, primeiro, e aos holandeses e jagas contra os portugueses, depois.

Destacaram-se, de facto, nesse período, como mais relevantes, os seguintes encontros bélicos:

– Em 1644, emboscada e derrota de forças portuguesas e auxiliares indígenas, comandadas pelo capitão Francisco Saraiva, às quais produziram cerca de cem mortos e fizeram muitos prisioneiros brancos, mulatos e jagas, entre os quais o padre português Jerónimo Sequeira;

– Em 1646, retaliação das forças portuguesas no território Njinga, nas margens do Rio Dande, tendo libertado os prisioneiros de dois anos antes e aprisionado as princesas Kambo e Funji, que foram levadas para Luanda;

– Em 1648, o já referido cerco à praça de Massangano, por tropas njingas, coligadas com cerca de 500 efectivos holandeses e milhares de jagas, o qual seria desbaratado e vencido pelo governador e capitão-general Salvador Correia de Sá e Benevides, vindo do Brasil que, tendo já reconquistado Luanda, acorreu em socorro da praça.

Massangano tinha sido atingida pelos portugueses em 1582, no mesmo ano em que se admite ter nascido a princesa Njinga, era a segunda cidade da jovem colónia e a sua segunda capital. Nela estava captiva, em 1648, a princesa Funji, irmã da rainha, a qual, acusada de conivência com as tropas holandesas durante o cerco, foi enforcada pelas tropas portuguesas. Com a morte da irmã, incentivou-se naturalmente o ódio de Njinga contra os portugueses.

Culto da Religião Católica

A Rainha Njinga, desde que nasceu, em 1582, até à sua morte, em 1663, com oitenta e um anos, viveu cerca de quarenta em catolicismo, nos quais podemos considerar quatro períodos distintos:

– O primeiro, com início em 1622, em que se dá a sua conversão ao cristianismo e o seu baptismo, e se torna, então, cristã convicta e absoluta, renegando o "jagadismo";

– O segundo, de 1623 a 1653, durante cerca de trinta anos, em que se desliga dos votos cristãos que havia jurado e se entrega novamente ao culto

dos ritos e práticas selvagens dos jagas, que continuavam a ser observados por todos os seus súbditos;

– O terceiro, de 1653 a 1655 ou 1656, já então com mais de setenta anos, em que faz o exame de consciência que a conduz à "reconversão ao cristianismo e à paz com os portugueses".

– O quarto, de 1656 até à morte, oito anos depois, em 1663, em que regressará completamente, bem como os seus súbditos, ao catolicismo.

Relativamente ao segundo período, de 1623 a 1653, é inteligente e lógica a razão fundamental que a leva a renegar o cristianismo jurado no ano anterior e a voltar ao selvático e antigo culto: era este o culto que continuava a ser reconhecido e praticado pelos súbditos, e só através dele é que lhe era, portanto, possível impor e realizar a sua governação, sob pena de ter de abdicar.

Por 1651, no entanto, com o início do período da sua reconversão, tudo iria alterar-se. A Igreja Católica consegue estabelecer ligação directa com a rainha, através do padre italiano Francisco Serafano de Cortona, embaixador pessoal do Papa Alexandre III, e a *Propaganda Fide* coloca, desde então, junto dela, sucessivamente, os dois frades capuchinhos referidos, António Cavazzi e António Gaeta, que se tomarão seus confessores e conselheiros, e outros frades e missionários que iniciam de imediato no reino o apostolado cristão. A Rainha, também já com cerca de setenta anos, sente-se cansada da tensão constante resultante da governação e das guerras em que se empenhara, verifica que o governador Luís Martins de Sousa Chichorro, que substituiu Sá e Benevides, é homem mais cordato e acessível, renuncia definitivamente à guerra com os portugueses e envereda pelo relacionamento diplomático que conduziria ao tratado de paz. A libertação de sua irmã Dona Bárbara, que conseguirá, vai constituir a pedra cimeira da feliz conclusão das negociações.

Acrescente-se que a reconversão cristã da Rainha teve também a influenciá-la o aproveitamento sábio que os padres e capuchinhos fizeram, no seio da corte e das populações, de alguns eventos que então as molestavam, como doenças pontuais, epidemias, pestes e fomes, os quais, bem aproveitados na exploração milagreira da Fé Cristã, como mandam os preceitos da Igreja, os afirmaram definitivamente como enviados e intermediários de um Deus, cuja bondade milagrosa era reconhecida superior à de todos os outros deuses até então seguidos.

A entrada da Rainha no último período da sua posição pró-cristianismo foi, no entanto, por ela rodeada dos maiores cuidados, visto querer ressurgir serva arrependida perante Deus, respeitadora de todos os preceitos da sua religião e merecedora das bençãos que ele lhe quisesse conceder. Assim, quanto às suas relações pacíficas com o governo de Luanda, vai inicialmente procurar obter o consenso dos seus súbditos, cujas normas de procedimento continuavam a ser decalcadas das selváticas normas jagas. Reúne para isso,

por 1655, o seu conselho de anciãos, os cortesãos mais proeminentes e os generais, e expõe-lhes a situação e as suas ideias para a resolver, o mesmo fazendo depois perante o exército concentrado. A aprovação da conduta por ela proposta foi geral, nomeadamente quanto ao abandono das normas de vida jagas, apenas manifestando algumas reticências o general António Njinga Mona, então comandante-chefe do exército e futuro marido de sua irmã Bárbara.

Em meados de 1655, assina, então, o tratado de paz com os portugueses, nos termos do qual sua irmã será efectivamente libertada e ela se propõe, conjuntamente com o seu povo, converter-se definitivamente à Igreja Católica, casar-se religiosamente, abandonar a depravada e intensa vida sexual que até ai fizera e aceitar sem objecções a presença de todos os frades e missionários que se quisessem destinar aos seus territórios. Em carta conciliatória, de 13 de Dezembro desse mesmo ano de 1655, para o governador Luís Martins de Sousa Chichorro, contribui com muitas ideias válidas para esse tratado, o qual se tornará definitivo dois anos depois, em 1657.

A irmã Bárbara reuniu-se-lhe, de facto, na corte, em 1656, depois de retida ainda por algum tempo em Ambaca, no Kongo, em 1658 e 1659. Então, com o apoio dos capuchinhos António Gaeta e António Cavazzi, e outros religiosos, é erigida a primeira igreja de Santa Maria da Matamba.

Morte e Sucessão da Rainha Njinga

A rainha morreria de doença das vias respiratórias, em 17 de Dezembro de 1663, assistida por Cavazzi e outros missionários então presentes na corte, tendo sido amortalhada em capa dos capuchinhos e enterrada cristãmente em túmulo próprio. A sua irmã Bárbara foi então proclamada rainha e, casada também cristãmente com o general António Njinga Mona, iria procurar manter a situação pacífica e cordata estabelecida nos últimos anos pela desaparecida, continuando completamente arredados os já abandonados ritos jagas. Mas, morreria, também ela, três anos depois, em 1666.

A existência do reino iria sofrer, no entanto, logo de seguida, inteiro retrocesso. O general Mona tomou abusivamente o poder, em substituição de sua mulher, proclama-se rei absoluto, afasta todos os que se lhe manifestam contrários e retoma todas as práticas selvagens que a cunhada tinha abolido. A sua acção foi ao ponto de, tendo a Rainha Njinga sido enterrada segundo os ditames e as normas da Igreja Católica, como ela própria ordenara em vida, mandar desenterrar o corpo e repetir o enterro de acordo com os antigos rituais bárbaros, incluindo nestes elevado número de sacrifícios humanos de familiares próximos, cortesãos, prisioneiros e escravos. Entre estas vítimas conta-se o padre espanhol Calixto Zelotes dos Reis Magos que assistira, em Luanda, ao baptizado das três irmãs e era então confessor da rainha Bárbara.

No entanto, o general Mona pouco tempo sobreviveria à mulher. Morreria três anos depois, em 1669, em luta tribal com o chefe Francisco António Ngola-Canini, também seu familiar, que era apoiado pelos portugueses. Perdida a batalha, foi decapitado ou afogado no Rio Kwanza.

IV. Leis, normas, costumes e rituais

A Corte da Rainha Njinga

Embora não tivesse o apoio da corte exterior, como sucedia com a do Reino do Kongo em relação à de Lisboa, a corte da Rainha Njinga teria, no entanto, por imitação, estrutura e organização próximas da deste reino, com excepção do foro eclesiástico, cuja autoridade só lhe seria concedida a partir de 1640. Instalada em grandes cubatas com as comodidades possíveis, algumas oferecidas pelos governadores de Luanda, dispunha de 300 mulheres, entre damas e serviçais. Refere Cavazzi, o que é confirmado por António de Oliveira Cadornega, que uma das cubatas servia de harém ou serralho, no qual viviam sessenta robustos jovens do século masculino, seus concubinos, que ela mandava, no entanto, vestir com trajes femininos para aparentarem então mulheres concubinas. A esses jovens era interdito ter relações sexuais com o outro sexo mas, para os excitar e depois explorar nas suas leviandades, a rainha mandava encerrar na mesma cubata outras tantas raparigas. E se estes jovens, todos juntos, não conseguissem ultrapassar tal situação de oferecida e fácil intimidade e tivessem relações íntimas eram acusados de adultério e decapitados.

Este serralho acompanhava a Rainha nas campanhas e noutras saídas importantes. Um desses concubinos, naturalmente o que melhor satisfizesse as suas vontades, era nomeado, como já se referiu, *Segunda Mulher da Comunidade.* Esta segunda mulher merecia à rainha apreço e carinho muito especiais, não lhe admitindo que se relacionasse com alguém que não ela própria e não hesitando, se isso se dava, em lhe mandar também cortar a cabeça.

Nos grandes banquetes da corte fazia-se uso de rica e volumosa baixela de prata, usava-se vestuário de bons tecidos e uma banda com vários tipos de instrumentos fazia-se ouvir durante as refeições e nas cerimónias que as precedessem ou a elas se seguissem. Das ementas faziam parte diversos pratos e, como bebidas, além das gentílicas, servia-se vinho da Europa, este certamente oferecido pelos governadores portugueses ou obtido por contrabando, através das tripulações dos navios.

Havia na corte um corpo de intérpretes de português, latim e, certamente, também italiano, organizado e instruído pelos frades capuchinhos e pelos padres das missões.

Os Kilombos

Como se referiu já, os *Kilombos* eram grandes acampamentos com cerca, onde se fazia a concentração e a preparação para a guerra e nos quais eram incorporados todos os mancebos fortes e saudáveis que se apresentassem e fossem aceites, e os apanhados em razias para a mesma finalidade. Depois das campanhas em que participavam, esses mancebos tinham direito de constituir família e de dispor de bens próprios. A Rainha e os seus familiares, a corte e os membros do governo tomavam parte na concentração e aprendiam igualmente a usar o arco e a flecha e o machado pequeno, este pendente do pescoço, para o combate à distância e a luta corpo a corpo, respectivamente.

Cada oficial podia fazer-se acompanhar, no Kilombo, de quatro ou cinco mulheres para o seu serviço, não podendo estas, no entanto, aparecer grávidas. Se isso sucedesse seriam imediatamente mortas ou expulsas do cercado, ficando neste caso sujeitas aos perigos da floresta. No caso de morte, era muitas vezes o parceiro masculino encarregado de a executar, castigo que tinha lugar em público com a assistência obrigatória de toda a população do Kilombo.

Se alguma mulher chegasse a dar à luz, o seu castigo era o mesmo, ou seja, a morte e o recém-nascido também morto de imediato ou lançado às feras. Havia ainda lugar para banquetes de canibalismo com a carne dos sacrificados e para a sua "pilonagem" em grandes almofarizes para a obtenção do designado *"óleo da veneração" (Maji-a-Samba)*. A massa assim obtida era regada com óleo de ervas especiais e o unguento resultante utilizado para untar o corpo dos guerreiros antes de entrarem na luta, ficando com aspecto colorido e aterrador. A Rainha era a primeira a untar-se ou a ser untada, crendo-se que o óleo dava mais força aos guerreiros e que os protegia da vista e dos golpes do inimigo.

Ainda quanto aos recém-nascidos, duas outras normas podiam ser seguidas: os do sexo feminino eram imediatamente mortos e a sua carne destinada às finalidades indicadas; os do sexo masculino eram poupados se fossem fortes e bem constituídos, mas os que lhes nasciam primeiro os dois dentes incisivos superiores eram também imediatamente mortos, pois considerava-se que o seu corpo e o seu espírito, quando adultos, iriam ser prejudiciais à comunidade.

Esta última prática terá tido origem na América do Sul, no Peru, e terá entrado em Angola vinda do Brasil, por intermédio de escravos a ela regressados. As raparigas, quando por qualquer razão fossem poupadas ao morticínio inicial, não eram sujeitas a esta condição dentária, podendo continuar a viver.

Desta superstição surgiu depois a norma geral segundo a qual, para o bom futuro do reino, se determinava o "arrancamento" de dois ou mais dentes no centro do maxilar superior e o seu uso exterior com tatuagens, pintu-

ras ou inserções de contas ou outras marcas nas partes visíveis da pele. A Rainha e a sua irmã Bárbara exibiam nove ou dez desses dentes humanos entalhados nos braços por concubinos ou amantes, como expressão dos sentimentos extremados que os ligavam.

O missionário Serafino de Cardona, também já citado, que representou o Papa Alexandre III na corte da Rainha, atesta também estas práticas de selvajaria em "Relação" enviada, em Fevereiro de 1655, ao Concílio dos Cardeais, em Roma, na qual afirma:

"Se bem que cristã, aquela a que chamam Dona Ana pratica com os seus soldados todos os ritos pagãos, oferecendo sacifícios sangrentos com numerosas vítimas. Como os Jagas, manda matar à nascença, atirando-as aos cães ou enterrando-as vivas, todas as crianças de todos os soldados do seu exército, de modo que as mulheres têm de ir ter os partos a 4 ou 6 milhas (do Kilombo)".

Diz também Cavazzi que algumas mulheres já baptizadas e casadas cristãmente lhe confessaram ter tido na floresta vários filhos que haviam lançado aos cães, e que estes animais estavam especialmente atentos à sua caça, conhecendo já os gritos que as mães parturientes e os recém-nascidos soltavam, e saltando de imediato em torno deles para terem a sua parte. A Rainha, por sua vez, não tinha descanso enquanto tais sacrifícios se não verificassem, ficando então particularmente satisfeita quando o pai da criança, para lhe agradar, fosse ou não depois também sacrificado, assassinava ele próprio a parturiente que engravidara. Era o reconhecimento da lei njinga, da sua intervenção no acto como soberana e o reconhecimento da sua culpa pela martirizada.

Do Kilombo à Campanha

A Rainha Njinga, armada, marchando em regra na vanguarda, comandava pessoalmente as tropas, sendo seguida pelo corpo de 300 vigorosas mulheres (homens) também armadas, untadas e emplumadas como ela. Antes do choque com o adversário, incitava os combatentes a terem coragem, a que não fossem cobardes e a que usassem da maior crueldade para serem temidos. Instalada inicialmente em local elevado de onde pudesse conduzir o combate, lançava-se depois como possessa aos gritos de "vitória ou morte", levando de roldão os adversários. Acreditava que era invencível, visto comandar um exército real, o seu exército, o exército duma rainha.

Teria sido em virtude desta valentia descontrolada como lutadora que, em 1646, perdeu no Rio Dande uma das suas últimas batalhas contra os portugueses, fugindo depois a cavalo e deixando prisioneiras as irmãs Kempo e Funji.

Como nos grandes acontecimentos da corte, o exército fazia-se acompanhar nas campanhas de uma *relíquia* muito cara à Rainha: um cofre de prata trabalhada consagrado à memória do último rei masculino do reino, o seu irmão

Ngola Mbandi, o que lhe assassinará o filho e ela também supostamente matara. Nesse cofre guardavam-se artigos que o rei costumava utilizar em campanha e que, no seu conjunto, acreditava-se, materializavam a sua presença em espírito nos combates ou onde quer que o cofre estivesse depositado. Eram esses artigos: uma pele de cabra pintada de branco e preto em que o rei costumava sentar-se, um pedaço de gesso *(pemba),* um cinturão vindo de Londres, um dente e outros ossos pessoais, pedaços de corda e a cauda de um elefante. O cofre dispunha de uma guarda própria, permanente, e estava sempre junto dele o chamado *Kitele ou Kibele,* ou seja, um conjunto formado por um pote de farinha, outro de óleo e um terceiro de sal para que o morto pudesse alimentar-se, se o desejasse, no local onde o seu espírito estivesse.

Antes do início da luta, o cofre era aberto e exposto perante os guerreiros ajoelhados e depois voltado para o lado onde se encontrava o inimigo. Alguns guerreiros ofereciam de imediato a vida em honra do rei por entre cânticos, bater de palmas e toques ensurdecedores. O feiticeiro exibia-se, então, como se estivesse possuído pelo espírito do defunto e tomava o seu lugar no dispositivo do exército para a batalha, certamente ao lado da Rainha.

Iniciada a luta, determinavam as normas que os primeiros adversários mortos fossem retalhados e pedaços dos seus corpos agarrados entre os dentes para intimidar os que se lhe seguiam e ajudar à vitória, honrando os princípios jagas. Nessa altura, o cofre, sempre protegido, que havia sido mantido à retaguarda, era deslocado para um e outro lado da frente conforme o decorrer do combate. Uma vez a luta terminada com êxito, tocava à retirada e os combatentes iam concentrar-se em área previamente estabelecida onde tinham lugar sangrentas manifestações de regozijo e de agradecimento ao rei morto que se prolongavam por muitas horas.

Então, a toque de vários instrumentos, começavam por prender a postes os nobres e os comandantes do exército vencido, cortavam-lhes a cabeça e despelavam-na para consumo imediato da Rainha, dos feiticeiros e de outros dignatários, como faria o próprio rei se estivesse presente. Seguia-se a morte dos outros prisioneiros, ainda que com menor requinte, sendo a sua carne cozida ou assada para repasto da massa do exército. A carne que sobrasse era depois distribuída pela população do Kilombo e das aldeias próximas, tendo sempre o cuidado de reservar para a Rainha e pessoal da corte as partes que mais apreciassem.

A batalha encerrava-se, assim, com um grande, ruidoso e frequentado festim canibalesco em que as bebidas também não faltavam. Por vezes, os nobres e os comandantes inimigos, uma vez atados aos postes, eram entregues em vida à voracidade das formigas *"nsonde",* as quais, uma vez lançadas sobre eles aos milhares, lhes devoravam a carne até aos ossos em poucos minutos.

O horror desta selvajaria era tal que, em 1648, tentando melhorar as relações com a Rainha e, sem dúvida, receoso de que as suas práticas bélicas sanguinárias pudessem afectar o moral e o espírito combativo dos soldados portugueses, caso fossem capturados vivos, o governador Sá e Benevides enviou-lhe uma carta acompanhada de valiosos presentes a pedir que abandonasse tais práticas. Ela respondeu-lhe de imediato, mas pela negativa, e apenas sete anos depois, em 1655, cederia ao seu pedido quando decidiu enveredar pela paz com os governadores.

O Culto das Relíquias

De quando em quando, no periodo de sete dias de cada Lua, nomeadamente na sua fase de lua cheia, prestava-se homenagem às relíquias do rei morto com a presença da rainha, conselheiros, graduados militares e das concubinas mais destacadas, fazendo uso dos melhores vestuário e uniformes. O cofre era aberto e, durante os três primeiros dias, a banda da corte tocava permanentemente para se dançar e todas as populações da área, sob pena de serem severamente castigadas ou mesmo mortas, eram obrigadas a assistir à cerimónia. O feiticeiro, como sacerdote superior e mestre-de-cerimónias e, fazendo-se imbuído do espírito do rei defunto, presidia e orientava a sessão como as normas determinavam. Então, a rainha, ajoelhada à sua frente, venerava-o na sua função como se de um deus se tratasse "reconhecendo nele o irmão desaparecido", e concedia-lhe por isso tudo o que ele pedisse para as acções e sacrificios que determinasse.

Ao quarto dia era realizada a homenagem principal, a qual era iniciada pela abertura e aspergimento do cofre e das relíquias, primeiro com água e a seguir com licores de ervas e vinhos. O líquido que caia no solo era considerado refeição oferecida pelo rei desaparecido, sendo como tal sugado até ser completamente absorvido. Esta refeição constituia prerrogativa especial dos pagens da corte.

Outros Costumes e Normas do Reino

As catorze "leis" *(Kijilas)* que Cavazzi cita na sua "Relação" englobam ou descrevem costumes nos quais são, de modo geral, patentes a crueldade, a selvajaria, o canibalismo e a prática de sexo que o clima exacerbava e nos quais a rainha se destaca pelo respeito e fidelidade que lhes votava e pela imposição que, quer na paz quer na guerra, como se disse, delas fazia entre os súbditos.

Destacam-se, além das anteriores, as normas seguintes:

1) A rainha fazia-se sempre acompanhar nas suas saídas de alguns, se não de todos como sucedia em campanha, dos seus concubinos para satisfazer a sua enraivecida luxúria e autorizava a que, na euforia da preparação para as

batalhas, os comandantes do exército tivessem relações sexuais em público com elementos do sexo oposto, rodeados dos seus subordinados.

2) O outro costume ligado às campanhas englobava a utilização do sangue dos prisioneiros como bebida ou como líquido de lavagem e de mascaramento do rosto, isto quando pudesse ser-lhes retirado em tempo. Da mesma forma que sucedia com a carne, o sangue humano que sobrasse era armazenado em depósitos da Intendência para depois ser utilizado noutras campanhas ou, como sucedia com os reis jagas, nas cerimónias da assinatura de tratados ou alianças. Nestas cerimónias brindava-se, gritando o *"À KlWIA*", isto é, *à fé e à fidelidade juradas de fazer qualquer coisa*. Foi, por exemplo, um brinde deste tipo que a Rainha Njinga fez com o Rei Jaga Kassange Kalunga quando se aliaram para atacar os portugueses, cerca de 1631, e vingar todos os mortos de combates anteriores, convictos de que *"quando se tomava a kiwia e se prometia lealdade, a bebida se juntava ao sangue do ajuramentado, passando a ser o mesmo o comportamento de todos os que a ingeriam"*. Ainda quanto ao canibalismo, a rainha, embora gostasse pouco da carne humana, queria que ela fosse bem cozinhada, preferindo-a, então, à de veado ou de perdiz.

3) No sexto mês de vida, os recém-nascidos gémeos, coxos, cegos, surdos ou de qualquer forma fisicamente defeituosos, eram obrigatoriamente levados ao feiticeiro que, depois de os lavar, os apresentava perante a rainha com uma galinha para, conjuntamente com as mães, serem purificados. Armada de arco e flechas e outros apetrechos de guerra, a rainha levantava-se e o feiticeiro, agarrando a galinha pelas patas, mergulhava-a em óleo obtido de gordura humana, untando depois partes do corpo da rainha e da mãe da criança com esse óleo. O filho seria depois morto ou "pilonado" para obter "óleo da veneração", enquanto a mãe era considerada então reconciliada com os deuses e perdoada por ter dado à luz um "monstro".

4) Mais selvagem e sanguinária era a cerimónia que obrigava a reunir as raparigas que tivessem dado à luz filhos antes das festas das primeiras regras, período a que correspondiam grandes festas conforme as possibilidades das famílias das jovens. Então, eram escolhidas, admite-se que por simpatia ou empenho dos cortesãos, as que merecessem viver, sendo as outras e os seus filhos assassinados, pilonados, enterrados ou lançados às feras. A rainha Njinga entregava-se com grande entusiasmo a tais cerimónias e aos sacrifícios de vida e canibalismo que comportavam. Distribuía também, então, se o havia, o "óleo da veneração", tendo sempre presente, com honra e glória, a homenagem ao irmão que a antecedera na chefia do reino. Ainda a propósito do canibalismo, o padre português António Coelho deu notícia de que, em 1642, na euforia duma cerimónia em que a carne humana estava a ser consumida, vira a rainha e alguns cortesãos ornamentarem a cabeça e os ombros com alguns pedaços e que, a que restara, fora a seguir dependurada a secar numa árvore frondosa.

5) No enterro dos mortos eram seguidas normas, copiadas pelos jagas dos usos do Egipto Antigo e da Índia, que impunham o sacrificio simultâneo do marido e da mulher, conforme o falecido e, conjuntamente, de outros homens e mulheres. De início, essa prática abrangia apenas os familiares ou servidores próximos do morto ou morta, mas, depois, reconhecendo-se que a prática desta norma podia conduzir à extinção de famílias importantes para o reino, os sacrificados passaram a ser prisioneiros, eunucos, escravos e até animais, como cabras e galinhas, naturalmente em número tanto mais elevado quanto mais alta fosse a categoria social do falecido. Como sucedia com outras cerimónias, nos funerais, eram usados trajes espaventosos e servidas refeições e bebidas, conjuntamente com toques, danças e excessos corporais que levavam à nudez completa dos dançarinos.

6) Norma específica regulava a visita da rainha a casa dos seus súbditos, seleccionados por ela ou pelo feiticeiro. Para demonstrar fidelidade a "sua magestade", não poucas vezes, o súbdito visitado sacrificava pela morte a mulher, os filhos e outros parentes quando ela chegava e servia-lhe, bem como aos concubinos e outros acompanhantes, os miolos, o coração e o figado dos sacrificados. O não cumprimento desta norma poderia acarretar a morte do súbdito visitado e levar igualmente à morte alguns dos que ele devia, então, voluntariamente, ter sacrificado.

V. A paz com os portugueses

Considerações Gerais

A disposição da Rainha Njinga de renunciar à guerra contra os portugueses e passar a resolver as suas dissidências com eles por via do entendimento pacífico, encontrou em Luis Martins de Sousa Chichorro, que ocuparia o cargo de governador, desde Outubro de 1654 a Abril de 1658, um interlocutor capaz de ouvir as suas razões e de resolver com justiça os assuntos em aberto com o seu governo.

Depreende-se da "Relação" de Cavazzi que as normas da paz, por fim acordadas, tiveram mesmo origem em carta que a rainha, em resposta a outra do governador lhe escreveu, em 16 de Dezembro de 1655. As normas definitivas do tratado foram depois elaboradas pelo governo de Luanda, até 12 de Outubro de 1656, e definitivamente concluídas e aprovadas, em Abril de 1657, ou seja, dois anos depois de ela manifestar vontade de encetar relacionamento pacífico.

O envio da carta pela rainha seria precedido da sua audição pelos pareceres do Conselho dos Representantes dos Sobados do Reino e dos Jagas e de auscultação da opinião do exército, tomando-se como bom augúrio da nova situação, mutuamente desejada, a realização nesse mesmo ano de 1657

dos casamentos católicos da rainha, em 4 de Fevereiro, e da sua irmã Bárbara, em 9 de Setembro.

Carta da Rainha Njinga ao Governador

"Senhor. Recebi a carta que me enviou pelo capitão Manuel Fróis Peixoto, vosso embaixador. Disse-me que vos encontrais de boa saúde. Desejo que Deus vos aumente o número de anos de vida e que eles decorram na grande paz e sossego que para mim desejo. Eu estou de boa saúde e pronta a servir Vossa Senhoria com toda a minha boa vontade como podereis de futuro verificar. O vosso embaixador chegou aqui tão fraco e cansado da viagem e das chuvas que teve de se instalar e repousar. Mas, três dias depois, no sábado 5 de Dezembro, deu-me conhecimento dos assuntos da embaixada em nome de Vossa Senhoria que Deus guarde. Ele conduziu-se com tanta autoridade, habilidade, determinação e franqueza que vi imediatamente que era sincero. Eu tenho de lamentar, com efeito, o que se passou com o governador que vos antecedeu *(Sá e Benevides):* prometeu libertar e devolver-me a minha irmã Kempa, pela qual lhe entreguei considerável número de escravos e fiz milhares de outros presentes, mas ela não me foi entregue e, pelo contrário, o governador reiniciou de imediato a guerra, obrigando-me a seguir novamente as normas dos jagas e a imitar as suas práticas tiranas, como a de proibir o nascimento de crianças e de as mães deverem respeitar a disciplina dos kilombos e de outras cerimónias pagãs. Mas, agora, proponho-me abandonar todas essas práticas, dando a Vossa Senhoria a minha palavra de rainha. Peço, por isso, tão-somente, que me sejam enviados religiosos que dêem bom exemplo aos meus governadores e comandantes e os ensinem a viver segundo a Santa Fé Católica, como eu mesma farei. Assim, peço a Vossa Senhoria que me conceda o favor de me mandar o padre Serafino de Cartona e o padre Giovanni da Ordem do Canno, cujos hábitos desejamos ver entre nós, tanto mais que, disseram-me, o padre Serafmo é bom pregador e conhece a língua do reino Ndongo. Com estes religiosos, poderá Vossa Senhoria fazer o favor de me mandar minha irmã, dado que serão para ela boa companhia e virá então bem acompanhada. Mas, se Vossa Senhoria desejar que mais alguém venha com o grupo, como seja um soldado que faça descargas em honra dela, será como Vossa Senhoria quiser. E poderá vir outro soldado para servir de sacristão aos padres. Logo que receber a notícia de que minha irmã está em Ambaca, mandarei o capitão Manuel Fróis Peixoto ao seu encontro. Será uma das suas tarefas enquanto aqui estiver, visto precisar de ganhar novamente a confiança dos meus súbditos e chefes principais, confiança que se perdeu em virtude das mentiras e falcatruas passadas. Vossa Senhoria não pense que este capitão Manuel Fróis Peixoto me não merece crédito na sua missão de se entender com os meus chefes e de conseguir comigo os melhores resultados. A embaixada de que eu me queixo foi a do governador

Correia de Sá e Benevides, a quem forneci escravos e mandei presentes, como já disse. Para que fique ciente de tudo, ele mandou-me como embaixador em nome de Sua Majestade, que Deus guarde, o capitão-general Ruy Pegado, que me prometeu estabelecer e respeitar para sempre a paz. Acreditei que a promessa real era verdadeira, mas enganei-me. Ora, por causa dessa mentira, estou ainda a viver na floresta, fora das minhas terras e sem ter ninguém que me informe do que se passa. Sua Majestade, que Deus guarde, deu-me, no entanto, um pouco de tranquilidade, pois tenho grande vontade de viver em paz com o rei de Portugal e com o seu governador. Infelizmente, todos os que precederam Vossa Senhoria vieram apenas para tratar dos seus interesses e não do serviço do seu Rei. Fui informada de que Sua Majestade lhe havia recomendado vivamente este meu reino que é muito importante para os seus reais direitos. Na verdade, até tem agora mais importância visto vivermos em paz e tranquilidade e podermos realizar mais fácil aproximação aos pombeiros *(mercadores ambulantes),* aos quais custa agora menos trazer mercadorias para o interior, adquirindo-as também eu mais baratas. Finalmente espero em Deus que Vossa Senhoria, assim como Sua Majestade, que Deus guarde, me deixem viver em paz e tranquilidade, principalmente nesta altura em que a região de Kisama está conquistada. Ainda nenhum governador tinha tido a honra de lá chegar. De resto, ofereço-me para continuar a apoiar Vossa Senhoria nesta conquista sempre que se recusarem a obedecer. Então, se me pedires, enviarei um capitão com o maior número de tropas possível e conduzir-me-ei com a obediência que devo a Sua Majestade, que Deus guarde. Dou também a minha palavra, desde que chegarem os padres com a minha irmã, de tomar medidas no sentido de que todas as mulheres possam fazer e meter filhos ao Mundo, o que até ao presente não havia sido permitido visto ser essa a disciplina dos "kilombos" que estão em campanha. Isso não mais se dará logo que eu tenha a paz assegurada e ela seja perpétua. Deste modo, dentro de poucos anos as minhas terras povoarse-ão como antigamente, o que até agora só era possível com as gentes das outras provincias e nações que conquistei. Estas obedecem-me como sua rainha natural, mas umas por grande amor, é certo, mas outras por medo. Não podia Vossa Senhoria mandar-me embaixador que mais me agradasse do que o capitão Manuel Fróis Peixoto visto saber explicar tudo na língua do meu reino. Todos os meus conselheiros estão contentes com ele e tem declarado que só ele pode conseguir uma paz verdadeira. De facto, ele fala verdade, diz tudo o que Vossa Senhoria lhe ordenou nas suas instruções e, portanto, considero ter o presente sonhado que é viver estes dias em paz e tranquilidade. Já sou muito idosa e quero deixar os meus territórios a minha irmã e não aos meus escravos, o que, se assim não fosse, seria prejudicial visto eles não saberem obedecer a Sua Majestade, que Deus guarde. Minha irmã saberá fazê-lo pois ela tem vivido muitos anos entre os brancos e, diz-se, é uma uma excelente

cristã. E Vossa Senhoria não se importe com os falatórios dos habitantes de Luanda porque eles sempre procuraram manter contra mim a hostilidade dos governadores. Como parente que sou do antigo governador João Correia de Sousa, meu padrinho que Deus tenha na sua santa glória, Vossa Senhoria deve fazer-me o favor de conseguir esta paz anunciada e comunicar-ma por carta por si assinada a fim de que eu e os meus conselheiros possamos dispor de um testemunho autêntico. Eles poderão então viver em segurança e tratar das suas terras como noutros tempos. O capitão Manuel Fróis Peixoto pediu-me da parte de Vossa Senhoria que libertasse o jaga Kabuco. Fez o pedido com tanta cortesia que eu não podia recusar-me a satisfazê-lo, ainda que eu tenha muitas queixas dele por ter destroçado as minhas terras. Foi para pagar o mal que me fez que ele tem estado obrigatoriamente ao meu serviço há tantos anos. Afirmo, assim, que é tão grande o meu desejo de ver minha irmã, que, logo que ela chegar à minha corte, darei pronta autorização ao jaga Kabuko para acompanhar o capitão Manuel Fróis Peixoto quando partir, ficando então sob a sua autoridade. Vossa Senhoria pode estar certo de que, se forem necessárias, enviarei tropas para a expedição a Kisama e que cumprirei quaisquer outras ordens que me quiser dar. Os vossos amigos serão meus amigos assim como os vossos inimigos meus inimigos serão. A propósito dos 200 escravos que Vossa Senhoria me pede pela libertação de minha irmã Dona Bárbara, julgo ser preço muito elevado. Com efeito, como sabeis, forneci aos antigos governadores e embaixadores todos os escravos que me pediram, para além de enviar presentes aos secretários, servidores das suas casas e a numerosos habitantes de Luanda. Foram exigências de que ainda hoje me ressinto. Ora, estes factos levam-me a proceder da seguinte forma quanto ao vosso pedido: enviarei a Vossa Senhoria 130 escravos logo que minha irmã esteja em Ambaca e, como contrapartida, o embaixador Frei Peixoto ficará como refém até minha irmã chegar aqui à corte e eu poder vê-la pessoalmente. Não mais pode verificar-se em relação a mim o que se passou com os antigos governadores. Vossa Senhoria não deve estranhar que eu tome tais precauções e garantias e, pelo contrário, deveis desculpar estas contrariedades. Eu admito, sem dúvida, que esta embaixada é muito leal, mas os meus conselheiros estão hesitantes em vista do que ocorreu no passado. Desculpai a extensão desta carta, mas ela era necessária face da sua importância. O embaixador fez-me entrega de um presente, que muito agradeço, enviado por Vossa Senhoria. Gostei em especial da taça de madrepérola, mas Vossa Senhoria não deve estar a incomodar-se com o envio de presentes porque tenho muitos na corte, apenas me faltando minha irmã. A sua vinda levar-me-à a satisfazer tudo o que de mim desejar. Vossa Senhoria vai constatá-lo. O portador desta carta vai partir imediatamente a fim de que Vossa Senhoria seja de pronto informado do acordo que fiz com o seu embaixador e, para se deslocar mais depressa, leva com ele somente doze escravos com

presentes, o que é muito pouco em face das dádivas enviadas por Vossa Senhoria.

Escrita no meu Paço de Santa Maria de Matamba, em 13 de Dezembro de 1655.

R. Dona Ana de Sousa"

Proposta de Tratado dos Portugueses

Continuando a acompanhar Cavazzi, após mais um ano de divergências, algumas ainda sangrentas, em 12 de Outubro de 1656, o governador de Luanda, que não queria perder prestigio, mandou estudar e propor à Rainha um texto de tratado, que só seria concluído meio ano depois, em Abril de 1657, nos termos seguintes:

"1. Seria concedida à Rainha Njinga paz firme e perpétua pelo governador de Angola em nome do rei de Portugal, desde que se verificasse a sua reconversão à fé católica, cedendo-lhe em troca alguns terras do reino de Ndongo que os portugueses mantinham ocupadas.

2. A rainha, que não seria investida efectivamente nessas terras, pagaria à Coroa de Portugal um tributo anual que, se deixasse de ser satisfeito, voltariam à posse dos portugueses.

3. Seriam estabelecidas relações comerciais entre os dois Estados, quer para o comércio de escravos, quer para todos os tipos de mercadorias.

4. A rainha não molestaria os sobas dependentes ou feudatários dos portugueses ainda que em guerras passadas tivessem causado prejuízo ao reino de Matamba ou às províncias a ele submetidas.

5. A rainha tomaria à sua responsabilidade a entrega dos escravos que, durante os períodos de turbulência, fugiram das casas dos portugueses e se encontravam acoitados no seu reino.

6. Entregaria ao governador de Angola o Jaga Kalanda, que se revoltou contra os portugueses e estava a viver na Matamba, com a garantia de que lhe seria perdoado o acto de rebeldia.

7. Finalmente, a rainha juraria não ser mais amiga dos inimigos dos portugueses e ser inimiga dos seus inimigos".

Estas propostas foram analisadas pela Rainha e pelos seus conselheiros. Ela desejava seriamente viver em paz, mas não queria pactuar como vencida. Entretanto, cai doente com o mal que a levaria à morte e entrega-se às orações do padre António Gaeta, o qual lhe diz que a sua cura e, consequentemente, o bem do seu reino exigia que ela se recomendasse a Nosso Senhor Jesus Cristo e que pusesse termo a todas as divergências com os portugueses. Ela aceitou o seu conselho e foi já nesse sentido que respondeu à proposta de tratado do governador.

Contra-Proposta da Rainha

1. Não era para fazer a paz, nem por qualquer outra razão forçada que ela se acolhia de novo à Santa Igreja para nela permanecer durante o resto da vida, mas unicamente levada pela sua consciência como publicamente vinha afirmando.

2. A apostasia por que tinha enveredado devia-se aos maus tratamentos recebidos de Fernando de Sousa, quando governador de Luanda, mas já se tinha dela arrependido de todo o seu coração.

3. Se o rei de Portugal quisesse restituir-lhe uma parte do reino ocupado pela força das armas seria uma atitude digna de grande senhor que era e, se a restituição fosse total, digna dum monarca generoso, justo e católico.

4. Em relação ao tributo pedido, não tinha o coração e o espírito tão baixos que fosse ceder a homenagear quem quer que fosse *(referia-se ao rei do Kong, com quem esteve sempre de relações cortadas).* Se o não fez quando era jaga e escrava do Inferno, também o não faria agora que era católica e livre. Não se reconhecia vassalo nem tributária de quem quer que fosse, a não ser de Deus que lhe dava saúde e lhe concedera o reino.

5. Se o rei de Portugal se dignasse aceitar um presente da sua parte na oportunidade e da forma que mais lhe conviesse, ela, sem necessidade de quem a exortasse, encontraria maneira de satisfazer a generosidade do seu espírito, com a certeza de obter dele acolhimento e gratidão.

6. Quanto às outras propostas, não tinha mais do que se conformar, com o ardente e sincero desejo de se aliar à Coroa Portuguesa.

Finalmente, a Paz

A contra-proposta da Rainha Njinga não agradou inteiramente ao governo de Luanda que ambicionava alargar efectivamente a colonização e harmonizar as relações com os reinos já controlados. No entanto, a intervenção do capuchinho António Gaeta, através do prefeito católico que gozava da confiança do governador, conduziu ao estabelecimento da paz e em condições que satisfizeram as duas partes.

Tais condições foram as seguintes:

1. O Rio Lucala serviria definitivamente de fronteira entre os reinos de Matamba e de Angola.

2. De então em diante, nenhuma das partes daria guarida ou asilo a escravos fugitivos, comprometendo-se a entregá-los imediatamente, assim como aos prisioneiros desaparecidos que tinham sido capturados no último conflito.

3. A rainha ficaria dispensada de qualquer tipo de contributo com a condição de aceitar o conteúdo dos cinco outros artigos da proposta dos portugueses.

A Rainha aceitou de imediato os citados artigos e, em Abril de 1657, o governador informou o Rei D. João IV do tratado, cujo despacho de aprovação, datado de 24 de Novembro do mesmo ano, é do teor seguinte (tradução livre):

"Ao governador d'Angola, em Luanda, dom Luís Martins de Sousa: Nós, o rei, vos saudamos. Tomámos boa nota do que nos escrevestes em 22 de Abril último e do que nos dizeis relativamente à reconciliação da rainha Njinga com a Santa Igreja e connosco, assim como da obediência que ela presta ao Sumo Pontífice a instâncias dos missionários capuchinhos. É nosso dever comunicar-vos o quanto isso nos agrada e que aprovamos tudo o que fizestes e concluístes para o serviço de Deus e para o nosso. Ordenamos-vos que agradeçais da nossa parte a esses religiosos o que fizeram e tem feito todos os dias pela propagação da Fé nesses reinos, exortai-os da nossa parte a que continuem e assegurai-lhes a nossa protecção e o nosso apoio.

Mandámos que o Secretário de Estado escreva da nossa parte à Rainha Njinga e que dessa carta vos seja dado conhecimento.

Em Lisboa, a 24 de Novembro de 1657".

A paz e a tranquilidade que a Rainha pedia, e para a qual da sua parte contribuiria, estavam estabelecidas.

VI. Remate

Duas Notas Sobre o Texto

1. Segundo Cavazzi, citando o escritor Garcilaso de la Veja, a superstição relativa à falta dos dois incisivos superiores, indiciando que tal indivíduo não seria útil à comunidade do Reino, terá tido origem no século XVI, no Peru, como foi dito. E considera: deu-se uma revolta das populações contra o rei Tupac Yupangi, que foi vencido com grande número de mortos, entre os quais se contavam o comandante e o sacerdote da tribo; o rei, no entanto, organizou novo exército que, comandado pelo filho, acabou por vencer os rebeldes, mandou massacrar os chefes da revolta e, para humilhar e infamar anda mais os revoltosos, deu ordem para que lhes fossem arrancados os dois incisivos superiores.

O povo, no entanto, para honrar a valentia dos seus chefes massacrados, extirpou voluntariamente os seus próprios incisivos para ficar igual a eles. Esta prática transformou-se localmente num costume que exprimia hostilidade permanente à pessoa do rei, passou para os escravos africanos que aí se encontravam e, anos depois, quando alguns desses escravos conseguiram regressar a Ngola, instauram-na entre os Jagas como sinal de honra.

2. Cita também Cavazzi que, numa embaixada a Luanda para tratar de assuntos do reino, a Rainha foi recebida no salão nobre do palácio, tendo-lhe sido indicado para se sentar num tamborete colocado à frente do cadeirão do governador. Ela, de rosto carregado, fez sinal à comitiva que a acompanhava e tinha ficado ao fundo do salão, destacando-se de imediato uma das suas damas que prontamente acorreu a dobrar-se à sua frente de mãos no

chão e tronco levantado. Ela sentou-se nas costas da dama, arranjou o manto e aguardou calmamente o início da entrevista.

Quando o governador lhe fez sinal de que o diálogo havia terminado, ela levantou-se, fez uma vénia e encaminhou-se para a porta. Alguém, no entanto, lhe fez sinal de que tinha deixado a dama à frente do governador na mesma posição. Ela, então, voltou-se e, de cabeça bem levantada, exclamou em voz alta:

"– Deixa ficar! É para o governador!... A rainha Njinga nunca se senta duas vezes na mesma cadeira!..."

E juntou-se indiferente à comitiva, a caminho da saída.

Nota Final

É este o retrato que, sucintamente, se oferece fazer da figura de Dona Ana de Sousa Njinga Mbanda, rainha de Angola. À luz dos acontecimentos que esmaltaram os territórios do ex-Ultramar Português, na segunda metade do século XX, ela só pode ser considerada *proto-nacionalista,* ou seja, a primeira, a mais excelente e a mais devotada contra o colonialismo que neles se vivia nos séculos XVI e XVII, tendo-lhe essa qualificação sido reconhecida nos tempos actuais e materializada em estátua erigida em praça de Luanda. Também os eventos históricos e as atitudes da sua dilatada e atribulada existência pessoal e do seu reinado vêm sendo actualmente merecedores de estudo e ponderação.

Dois frades capuchinhos, em especial, nos permitiram chegar ao seu sentir íntimo, ao seu comportamento pessoal: os italianos António Gaeta e António Cavazzi. No entanto, ainda que ambos reconheçam o seu modo de ser duro, cruel e sanguinário com que se houve na defesa e consolidação do seu reino, e muito tenham contribuído, no período final da sua vida, para a libertar das influências selváticas a que conduziam as normas e costumes dos Jagas, expressam nas "Relações" que deixaram impressões um tanto distintas: enquanto Cavazzi a considera, como à generalidade dos súbditos do reino, desumana e ávida de sangue e sexo, Gaeta, mais tolerante e conciliador, destaca o que chama o "milagre da sua reconversão ao catolicismo" nos últimos anos de vida e considera-a nesse período "uma mulher exemplar, inteligente, espirituosa, encantadora, e, a concluir, uma santa".

E acrescentam, um e outro, em relação aos seus "pecados": Gaeta, "que um cordeiro com pele de lobo tem dificuldade em não se comportar como os outros lobos que o rodeiam"; Cavazzi, "que a rainha cumpria sempre as normas, práticas e costumes dos Jagas, excedendo-os mesmo na sua já extremada devoção e fidelidade, visto ter por princípio que, sendo nobre de nascimento, lhes não podia ser inferior, desonrando os antepassados".

E remata, Cavazzi, com uma confissão: "eu assisti a tais práticas e ouvi contar muitas outras a outras testemunhas".

Revista Militar
N.º 4 – abril 2014
pp. 343-345



Coronel Nuno Miguel Pascoal Dias Pereira da Silva*

I – Crónicas Militares Nacionais

Visita da Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional à Academia da Força Aérea

A Academia da Força Aérea (AFA) recebeu, no dia 12 de março de 2014, a visita da Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional (SEADN), Drª. Berta Cabral, que foi recebida pelo Chefe de Estado-Maior da Força Aérea, General José António de Magalhães Araújo Pinheiro, e pelo comandante da AFA, Major-general Joaquim Borrego.

A visita começou pelos Laboratórios de Ciências e Tecnologia, onde os alunos têm aulas de Ciências e Tecnologias. De seguida, foi visitado o Centro de Investigação da Academia da Força Aérea (CIAFA), onde são desenvolvidas as plataformas Aéreas Não-Tripuladas (UAV), no âmbito do projeto PITVANT, com uma breve explicação sobre as capacidades operacionais destes sistemas.

De realçar a visita ao Centro de Atividades Aéreas onde está instalado o simulador do Chipmunk, instrumento fundamental na formação dos alunos de pilotagem aeronáutica da Academia da Força Aérea.

A visita culminou com a receção da SEADN, pelos alunos, na sala de alunos, onde foi entregue uma oferta alusiva ao evento.

* Secretário da Assembleia Geral da Revista Militar.

Visita da Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional à Academia Militar

A Academia Militar (AM) recebeu, no passado dia 14 de março de 2014, a visita da Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional (SEADN), Dr.ª Berta Cabral.

A sessão de trabalho, que contou igualmente com a presença do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo, foi organizada em dois momentos: o primeiro, decorreu pela manhã nas instalações da Sede, em Lisboa, e o segundo, já ao início da tarde, no Aquartelamento da Academia Militar na Amadora, local onde viria a terminar.

Nas instalações da Sede da AM, após a apresentação de cumprimentos, na Sala do Conselho Académico, foram conduzidos dois brífingues de trabalho: o primeiro, pelo respetivo Comandante, Tenente-general José António Carneiro Rodrigues da Costa, com o objetivo de dar a conhecer aspetos relacionados com a natureza, missão e organização da Academia Militar; o segundo, conduzido pelo Coronel Tirocinado Corte-Real Andrade, no âmbito da área específica do Centro de Investigação da Academia Militar, onde foi apresentado o ponto de situação dos diversos projetos de investigação em curso.

A SEADN teve ainda a oportunidade de conhecer o inestimável património histórico e cultural do Palácio da Bemposta, edifício de Comando da AM, bem como tomar contacto com todas as infraestruturas que compõem a AM, especialmente as desportivas, de internato e de ensino.

Visita da Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional à Escola Naval

A Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional (SEADN), Dr.ª Berta Cabral, visitou a Escola Naval (EN), no dia 19 de Março de 2014, tendo sido recebida pelo Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Luís Manuel Fourneaux Macieira Fragoso, e pelo Comandante da Escola Naval, Contra-Almirante Bastos Ribeiro, o qual fez a apresentação da EN.

A SEADN, no discurso que proferiu, afirmou que "(…) as sinergias e o governo comum no futuro Instituto Universitário Militar permitirão às Escolas de Ensino Superior Militar (EESM) ganharem a dimensão e a escala que precisam para afirmarem como instituições de ensino superior de referência". Considerou ainda essenciais que "os projetos de investigação que estão a decorrer em todas as academias militares, incluindo a Escola Naval, são pro-

jetos importantes para as Forças Armadas mas também para indústria (…) as parcerias entre as academias a as empresas desta área são essenciais para podermos desenvolver capacidade científica e aplicá-la às necessidades da comunidade em geral (…)".

A SEADN realçou ainda "a importância da Escola Naval para o futuro da Marinha e da Autoridade Marítima, tendo em vista a extensão da plataforma continental e multidisciplinaridade e complementaridade que terá de existir entre os Ramos das Forças Armadas".

Designação do novo Secretário-geral da OTAN

No dia 28 de Março de 2014, o Conselho do Atlântico Norte (NAC) designou o Senhor Jens Stoltenberg (ex-Primeiro-ministro da Noruega) para as funções de Secretário-geral da NATO e Presidente do NAC, substituindo no cargo o Senhor Anders Fogh Rasmussen.

O Senhor Stoltenberg assumirá estas novas funções no dia 1 de outubro de 2014, data em que o atual Secretário-geral expirará o seu mandato, após cinco anos e dois meses liderando a Aliança Atlântica.

Curso de Cibersegurança e Gestão de Crises no Ciberespaço

O Instituto da Defesa Nacional (IDN), em parceria com a Academia Militar, está a realizar, no ano académico 2013/2014, a primeira edição do *Curso de Cibersegurança e Gestão de Crises no Ciberespaço* (I CGCiber 2014).

A criação do Curso de Cibersegurança e Gestão de Crises no Ciberespaço, tem por finalidade contribuir para a sensibilização e formação de quadros intermédios e superiores das estruturas do Estado e da sociedade civil, bem como de elementos com potencial para o desempenho de funções relevantes no futuro, habilitando-os a intervir em questões relacionadas com situações de crise no ciberespaço e os seus objetivos enfatizam a partilha do conhecimento, desenvolvimento de capacidades analíticas, cultura estratégica e o estudo e a investigação científica nos domínios da Segurança e Defesa do Ciberespaço.

O Curso tem uma estrutura modular, cada uma com a duração de um dia (seis horas), subordinados aos seguintes temas: "Perspetiva Global do Ciberespaço", "Economia, Tecnologia e Segurança", "Cibersegurança", "Ciberdefesa" e "Exercício de Decisão Estratégica".


ANUNCIE
NA
Revista Militar
GRANDE EXPANSÃO
EM PORTUGAL
E NO ESTRANGEIRO

Revista Militar
N.º 4 – abril 2014
pp. 347-350

II – Crónicas Bibliográficas

O terrorismo transnacional e o planeamento estratégico de segurança nacional dos Estados Unidos da América



Obra de marcada atualidade, o trabalho de Vieira Borges percorre de forma detalhada e profusamente documentada os meandros do pensamento estratégico, dos primórdios aos dias de hoje. Esta revisitação dos grandes clássicos, tornada obrigatória pela afirmação do terrorismo como uma ameaça global, é feita com maestria e atenta erudição, resultando numa narrativa aliciante.

O livro está organizado em quatro capítulos.

No primeiro, faz-se o enquadramento conceptual dos elementos que dominam a ossatura do trabalho: num primeiro plano, a Estratégia, a Segurança e a Defesa; o Terrorismo, noutro plano. A Estratégia, sucessivamente denominada por «das origens», «ao serviço da guerra» e «integral», tem hoje um entendimento «mundial», capaz de «integrar a segurança e a defesa, não só a nível interno dos Estados, mas também entre os Estados», com implicações na concertação internacional para a resolução de problemas que ultrapassam

os limites dos campos de batalha – na economia, nas finanças, na segurança humana e nas políticas ambientais, entre outras. A Segurança, por seu turno, partindo dum entendimento centrado nas alianças militares, típico da teoria realista, aproximou-se progressivamente da perspectiva liberal, segundo a qual a nova tipologia das ameaças forçou os atores do Sistema Internacional a preocuparem-se em simultâneo com a segurança humana e com a segurança global. Em terceiro lugar, a Defesa, tradicionalmente considerada como o conjunto das ações destinadas a garantir a segurança das unidades políticas.

Hoje, porém, face a ameaças transnacionais que visam diretamente a vida e a segurança do cidadão comum, tornou-se muito difícil demarcar com rigor a fronteira entre a segurança e a defesa. O Terrorismo, omnipresente nas abordagens que se fazem actualmente aos outros três conceitos, desempenha um papel de relevância crucial no pensamento estratégico e na formulação das estratégias. Embora Vieira Borges nos forneça uma perspetiva multifacetada desse fenómeno, fica-nos a amarga sensação de não se conhecer um conceito capaz de concitar a aprovação de todos os atores do sistema internacional. Ainda assim, o livro faculta um quadro de referências que nos permite entender a verdadeira dimensão do Terrorismo, a sua natureza e a forma como ele afeta as estratégias.

O Capítulo II é dedicado à evolução do conceito estratégico de segurança nacional dos Estados Unidos da América. O autor começa por explicar as razões da importância do planeamento estratégico, não só para a potência global, mas também para o resto do mundo. Para o efeito, passa em revista, de uma forma simultaneamente aprofundada e muito esclarecedora, os factores que influenciaram as opções estratégicas dos últimos presidentes americanos, desde Truman (1945-1953) até Clinton (1993-2001), bem como os seus principais protagonistas.

O Capítulo III aborda a relação entre o 11 de Setembro de 2001 e o planeamento estratégico de segurança nacional dos Estados Unidos da América, analisando o impacto dos atentados de Setembro de 2001 para os EUA e para o mundo, sem esquecer e sem desvalorizar as opções erradas que estiveram na origem da invasão do Iraque. A peça central consiste na avaliação do planeamento estratégico durante a Administração George W. Bush, anterior a 9/11, e das alterações introduzidas depois de o Presidente ter declarado enfaticamente que «A Nação está em guerra contra o terror», podendo concluir-se que «o terrorismo transnacional passou a ditar a agenda do planeamento estratégico e dos documentos estruturantes, quer ao nível da estratégia integral, quer das estratégias gerais e particulares», criando-se uma relação direta entre o terrorismo transnacional e o planeamento estratégico de segurança nacional dos Estados Unidos da América, e, consequentemente, agudi-

zando-se um dilema bem conhecido das democracias liberais: privilegiar a «liberdade» ou a «segurança».

De entre as transformações introduzidas nos órgãos de planeamento e de execução, devem destacar-se as que ocorreram no domínio da defesa militar, impulsionadas por Donald Rumshfeld e materializadas na *Transformation Planning Guidance*, de 2001, onde se fixavam os quatro elementos fundamentais para a reforma das Forças Armadas americanas: mudança tecnológica; desenvolvimento dos sistemas; inovação operacional; adaptação organizacional. Com este documento preparava-se, de certa forma, o que estava para vir: a NSS (Estratégia de Segurança Nacional) de 2002, que ficou famosa por trocar a estratégia de dissuasão e contenção, vinda da Guerra Fria, por uma estratégia pró-ativa que incluía ações unilaterais e ataques pré-emptivos por forças dos EUA.

No Capítulo IV caracteriza-se a forma como tem sido feito o planeamento estratégico de segurança nacional dos EUA, utilizando para o efeito um conjunto de variáveis que cobrem todos os matizes relevantes do processo. Para além, naturalmente, dos valores e interesses nacionais, considera factores como a mentalidade dos cidadãos norte-americanos, a organização dos órgãos de reflexão e análise, a formulação da estratégia global do Estado, o controlo do processo como um todo e, finalmente, os planos estratégicos.

No que espeita à «Grande Estratégia», Vieira Borges distingue dois períodos, marcados pela *National Defense Strategy* de 2005: entre 2001 e 2005, dominada pelos neoconservadores e isolacionistas e centrada no unilateralismo, com graves consequências para a imagem internacional dos EUA; após 2005, marcada pela Administração Obama, dominada pelos realistas e centrada na perceção da importância dos aliados na luta contra ameaças globais.

A NSS de 2010 assume-se explicitamente com uma Estratégia de Envolvimento Global, colocando a ênfase em objectivos políticos e conceitos de acção estratégica estruturados em torno dos interesses nacionais dos EUA, a saber: a segurança, dos EUA, dos seus cidadãos e dos seus aliados; a prosperidade, através do crescimento económico dos EUA e do mundo; os valores universais, a respeitar em todo o mundo; e a ordem internacional, liderada pelos EUA e empenhada em promover a paz e a segurança, através duma cooperação reforçada.

Esta perspetiva ajuda a compreender que, de facto, «o Terrorismo Transnacional foi a causa principal das importantes transformações estruturais que se efetuaram no período da Administração Bush, a par de alterações profundas que se sentiram em todas as fases do planeamento estratégico ao nível do Estado», como pode apreciar-se na Grande Estratégia da época, marcada

pela preempção e pelo unilateralismo. Por outro lado, também é possível apreciar as vantagens e as desvantagens da referida transformação. Como factores positivos, temos uma maior transparência de todo o processo, a maior coordenação entre todos os atores, o reforço da capacidade de resposta para apoio da tomada de decisão, um controlo mais apertado do processo e uma maior coerência entre o planeamento e a acção. Do lado das desvantagens, podem assinalar-se o desvio para segundo plano de temas com relevância mundial, tais como a proliferação nuclear, a segurança energética e a crise financeira, e, em especial, o facto de se ter entendido erradamente o Terrorismo Transnacional como um inimigo a combater e não como uma opção tática.

Estamos perante uma abordagem exaustiva, bem estruturada e abundantemente documentada, elaborada com rigor académico, mas permitindo uma leitura fluida e muito interessante, de uma temática de relevância indiscutível para todo o mundo. Está de parabéns o autor, um militar com sólida formação intelectual, de quem é legítimo esperar mais trabalhos importantes.

Coronel Nuno António Bravo Mira Vaz
Vogal Efetivo da Direção da Revista Militar

Bibliografia

Publicações recebidas por permuta e oferta

Periódicos Portugueses

– **Brigada de Intervenção** *(Revista da Brigada de Intervenção)* – Ano 7º, Nº. 11, dec2013.

– **Cidadania e Defesa** *(Boletim Informativo da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional – AACDN)* – Nº. 50, dec2013.

– **Jornal do Exército** *(JE)* – Ano 54º, Nº. 633, dec2013.

– **Mais Alto** *(Revista da Força Aérea)* – Ano 52º, Nº. 407, jan/fev2014.

– **Nação e Defesa** *(IDN, Instituto de Defesa Nacional)* – 5ª. Série, Nº. 136, 2013.

– **Pro Dignitate** *(Fundação de Direito Humanos)* – Nº. 92 set/dec2013.

– **Referencial** *(Associação 25 de Abril)* – Nº. 112, out/dec2013.

– **Revista da Armada** – Ano 43º, Nº. 483, mar2014.

Periódicos Estrangeiros

– **Ejército** *(Madrid)* – Ano 74º, Nº. 874 extraordinário dec2013.

– **Parameters** *(US Army War College Quarterly)* – Volume 43, Nº. 4, Winter 2013/14.

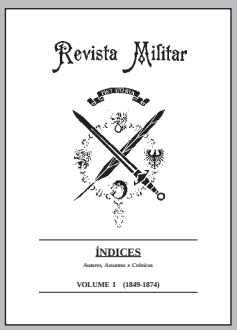
– **Revista do Clube Naval** *(Brasil)* – Ano 121º, Nº. 368, out/nov/dec2013.

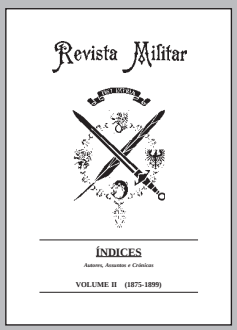
– **Rivista Militare** *(Roma)* – Nº. 4 out/nov/dec2013.

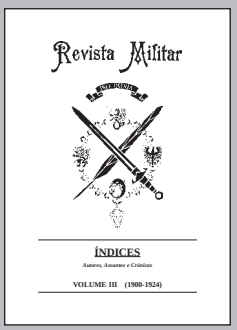
– **Revue Défense Nationale** – Nº 767 e 768 fev e mar2014.

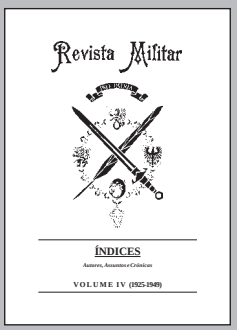
– **Revue Militaire Suisse** – Nº. 1 jan2014.

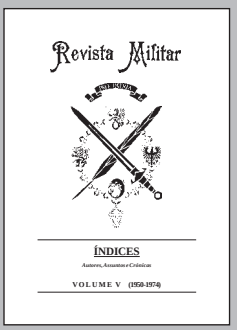
À venda na Revista Militar

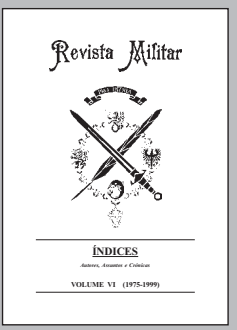




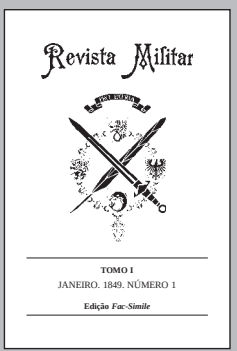








12,50 € cada



10 €

Revista Militar



PORTUGAL NA I GUERRA MUNDIAL
OPERAÇÕES EM ÁFRICA
(1914-1918)

Fundada em 1848 **2ª Época 1905**
Publicação iniciada em Janeiro de 1849

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

II Século – 66º Volume – N.º 5

Número Temático – Maio de 2014

FICHA TÉCNICA

Título: *Revista Militar*
Publicação mensal, Número Temático, maio de 2014
Direção: Presidente: General José Luiz Pinto Ramalho
Diretor-Gerente: Major-general Adelino de Matos Coelho
Diretor-Administrador: Coronel Alfeu Raul Maia da Silva Forte
Serviços Administrativos: Chefe da Secretaria: Maj Paulo José Belo Furtado
Adjunto da Secretaria: SCh António José dos Santos Candeias
Tesoureiro: 1Sar Jorge Manuel Jesus Henriques
Auxiliar: Sold Diogo Alexandre da Cunha Nunes
Propriedade/Edição: Empresa da Revista Militar – NIPC 501417370
Redação e Administração: Campo de Santa Clara, 62 – 1100-471 LISBOA
Correio electrónico: rm@revistamilitar.pt
Telefone/Fax: 218 870 754

Internet: www.revistamilitar.pt
Administrador do Portal: CFR Armando José Dias Correia

Composição, impressão e distribuição:
EUROPRESS, Editores e Distribuidores de Publicações, Lda.
Praceta da República, N.º 15, Póvoa de Santo Adrião
2620-162 PÓVOA DE SANTO ADRIÃO
Telef: 219381450 • Fax: 219381452 • LISBOA – PORTUGAL
ISSN: 0873-7630
Depósito legal: 110304/97
Tiragem: 1000 exemplares
Registo ERC Nº 109323

CONDIÇÕES DE ASSINATURA (IVA 6%)

• **Assinaturas anuais (9 números)**	**Euros**
- Militares	10,00
- Civis	15,00
- Entidades	17,00
- Estrangeiro (acrescem portes de correio)	34,00
• **Número avulso**	7,00

Apoios:

DEFESA

Montepio

100 ANOS 1914 1918 GRANDE GUERRA

Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da I Guerra Mundial

Revista Militar

Ministro da Defesa Nacional 357
Dr. José Pedro Aguiar-Branco

Editorial 359
General José Luiz Pinto Ramalho

Presidente da "Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da I Guerra Mundial" 363
Tenente-general Mário de Oliveira Cardoso

Artigos de Sócios Efetivos da *Revista Militar*

O Expansionismo alemão em África 365
Major-general Adelino de Matos Coelho

Reviver "A Grande Guerra na África portuguesa" de Henrique de Pires Monteiro 393
Coronel Tirocinado João Vieira Borges

A defesa de Angola: a estratégia militar Portuguesa no período da Grande Guerra, do Capitão Gastão Sousa Dias 403
Tenente-coronel Luís Manuel Brás Bernardino

Recordar o esforço Português em Moçambique durante a Grande Guerra (1914-1918) através da Revista Militar 429
Coronel Nuno Correia Barrentos de Lemos Pires

A Marinha na Grande Guerra. O Teatro de Operações de África 459
Capitão-de-mar-e-guerra José António Rodrigues Pereira

Republicação de artigos da *Revista Militar*

CÉSAR, Vitoriano, "O livro do General Bernhardi – A Alemanha e a próxima guerra" 473
RM, 68, 1, Jan, 1916, pp. 65-82

BARBOSA, Eduardo Alfredo Araújo, "Sul D'Angola: os alemães invadindo a província – o massacre de Cuangar e a retirada em Naulila" 489
RM, 67, 1, Jan, 1915, pp. 19-41

GIL, José César Ferreira, "A invasão da África Oriental Alemã pelos portugueses: o esforço da expedição de 1916" 509
RM, 71, 6/7, Jun/Jul, 1919, pp. 331-352

Bibliografia da *RM,* no âmbito da I Guerra Mundial (África) 527

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores.
A Direção agradece a colaboração segundo as normas tradicionais da "Revista Militar".

Corpos Gerentes – 2014

Assembleia Geral

Presidente: *General* José Manuel da Silva Viegas
Vice-Presidente: *Tenente-general PilAv* António de Jesus Bispo
Secretários:
Coronel Nuno Miguel Pascoal Pereira da Silva
Tenente-coronel Francisco Miguel G. P. Proença Garcia

Direção

Presidente: *General* José Luiz Pinto Ramalho
Vogais Efetivos:
Tenente-general João Carlos de Azevedo Araújo Geraldes
Major-general Manuel António Lourenço de Campos Almeida
Major-general Adelino de Matos Coelho
Major-general PilAv Manuel Fernando Rafael Martins
Contra-almirante António Manuel Fernandes da Silva Ribeiro
Coronel Alfeu Raúl Maia da Silva Forte
Coronel Nuno António Bravo Mira Vaz
Coronel João Jorge Botelho Vieira Borges
Vogais Suplentes:
Tenente-coronel Paulo Fernando Viegas Nunes
Tenente-coronel PilAv João Paulo Nunes Vicente
Tenente-coronel Manuel Alexandre Garrinhas Carriço

Conselho Fiscal

Presidente: *Major-general* Luís Augusto Sequeira
Vogais Efetivos:
Capitão-de-mar-e-guerra José António Rodrigues Pereira
Tenente-coronel Luís Manuel Brás Bernardino
Vogal Suplente:
Major PilAv Nuno Gonçalo Caseiro Miguel

Revista Militar
N.º Temático – maio 2014
pp. 357-358

Ministro da Defesa Nacional



Dr. José Pedro Aguiar-Branco

Um século após o início da «Grande Guerra» é nosso dever evocar e distinguir este acontecimento com um conjunto de iniciativas públicas que contribuam para o reforço da memória coletiva de um momento marcante da História Mundial e em particular da História de Portugal. Abordar de forma abrangente a realidade da participação portuguesa neste conflito, honrando o sacrifício de todos os que em nome de Portugal e na defesa dos seus interesses combateram quer em África quer na Europa.

Esta evocação, exaltando a tenacidade e a valentia dos milhares de portugueses que participaram nesta contenda, exige relembrar igualmente os erros cometidos que levaram à sua eclosão e os erros não corrigidos que nos levaram, vinte e um anos depois, a outro conflito à escala global.

O continente europeu vive atualmente um período de grande instabilidade, motivado pela crise económica e que a presente situação da Ucrânia, na sua fronteira oriental, veio trazer preocupação acrescida. Não poderia ser mais oportuno concretizar um alargado conjunto de iniciativas públicas que nos convocam para uma profunda reflexão sobre o sucedido há 100 anos atrás.

Desde a primeira hora que o Governo, e em particular o Ministério da Defesa Nacional, apoiou esta iniciativa, tendo sido constituída, em novembro de 2012, uma comissão para a coordenação das evocações do centenário da I Guerra Mundial, ao longo do período 2014-2018.

Foi celebrado também um protocolo, entre o Ministério da Defesa Nacional e o Ministério da Educação e Ciência com o intuito de assegurar o desenvolvimento de iniciativas pedagógicas sobre o tema, integradas nos projetos educativos dos estabelecimentos de ensino. Pretende-se deste modo transmitir às gerações mais jovens o dever de manter presente a coragem e a bravura, mas também as adversidades, dos seus concidadãos que estiveram envolvidos nesta guerra.

Contudo, e porque este protocolo apenas atinge parte do público-alvo destas evocações, foi igualmente formalizado, entre a Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial e a RTP-Rádio e Televisão de Portugal, um outro protocolo, tendo em vista a produção de uma série televisiva que irá retratar a participação do Corpo Expedicionário Português no teatro da Flandres.

Utilizando as potencialidades da Internet, está também disponível no domínio *defesa.pt* um memorial virtual em homenagem a todos os combatentes portugueses mobilizados para esta guerra, com a especial particularidade de ser possível consultar os dados relativos a todos aqueles de que há registo. Para tal, basta simplesmente digitar o respetivo nome.

Com o assinalar do primeiro centenário da «Grande Guerra», reconheçamos a dívida de gratidão que temos para com os que deram a vida por Portugal ao longo da sua História, em proveito da soberania, da segurança e do interesse nacional, em particular aos que a perderam neste conflito.

Revista Militar
N.º Temático – maio 2014
pp. 359-361

Editorial



General José Luiz Pinto Ramalho*

Este número temático da Revista Militar materializa a nossa participação na Evocação do 1º Centenário da Primeira Guerra Mundial (I GM), constituindo uma singela homenagem a todos os combatentes portugueses, oriundos, naquela data, de um Portugal pluricontinental e multiracial, assim como aos familiares, que sofreram os sacrifícios e a dor das baixas resultantes do conflito, incluindo os que, posteriormente, cuidaram dos inválidos que o mesmo provocou. Por outro lado, desta Evocação resulta uma oportunidade para revisitar o acervo bibliográfico produzido durante aquele período, tornando público o pensamento estratégico militar da altura, permitindo uma percepção mais clara das motivações, dos comportamentos e das decisões, então assumidas.

A participação nacional neste conflito tem duas dimensões, conhecidas de forma diversa. O desempenho do Corpo Expedicionário Português (CEP) no Teatro de Operações Europeu, mais concretamente na Flandres, bem conhecido e profusamente documentado e outra, que teve lugar antes da "declaração formal da guerra" pela Alemanha e que ocorreu no Teatro de Operações Africano, em Angola e em Moçambique, num esforço militar de defesa da integridade daqueles dois territórios. Este exemplar da Revista Militar aborda o empenhamento militar nacional do Exército e da Marinha, neste primeiro período da nossa participação na Iª GM.

Neste primeiro conflito, designado de mundial, confrontaram-se duas visões estratégicas da Guerra, que constituíram os fundamentos das modernas doutrinas militares, que vieram a ter expressão estratégica visível em 1939-45, na IIª GM. Em 1914, confrontaram-se o rumo da diplomacia e pensamento mili-

* Presidente da Direção da Revista Militar.

tar alemão, influenciado pela visão Clausewitziana do mundo e da sua percepção de que a Guerra era a continuação da Política por outros meios, com o pensamento militar francês, ainda fortemente influenciado pelas doutrinas napoleónicas, com o exército de massas, apoiado nos valores nacionais, continuado a apostar na ofensiva frontal, para provocar a ruptura física e moral do adversário.

Durante a Iª GM assistimos a uma concentração de efectivos e de meios de apoio de fogo, a par da necessária tonelagem de munições nunca vista, até então. Uma frente marcada por uma linha de trincheiras, guarnecidas por efectivos significativos, apoiadas por milhares de metralhadoras, morteiros, obuses e peças de artilharia de diversos calibres, dispondo ainda de reservas de efectivos, em quantidade e prontidão, para reconstituir as linhas de defesa. Vivia-se o paradoxo das condições de vida que tinham erradicado o flagelo da doença como principal causa de morte durante a guerra, o declínio da mortalidade infantil e um aumento de esperança de vida, em relação ao século anterior, para uma disponibilidade de recrutamento e mobilização de efectivos, que avançavam para uma chacina que aumentava de forma descontrolada de ano para ano.

Em Setembro de 1915, o exército francês já tinha contabilizado um milhão de baixas, cerca de um terço mortos nas batalhas de Marne, Aisne, Picardia e Champagne; na batalha de Verdun, em 1916,perdeu 500 mil soldados, entre mortos, feridos e desaparecidos e o exército alemão mais do que 400 mil. Em Novembro de 1918, a França tinha perdido 1,7 milhões de jovens de uma população de 40 milhões, a Itália 600 mil em 36 milhões, o império britânico cerca de 1 milhão, dos quais 700 mil, dos 50 milhões que viviam nas ilhas Britânicas. A Alemanha perdeu mais de 2 milhões de uma população de 70 milhões antes da guerra.

A industrialização, o caminho-de-ferro, a mecanização da agricultura, a par da disponibilidade dos exércitos nacionais de conscrição, permitiam concentrar nas frentes de combate, nas trincheiras, "uma multidão" de militares, toneladas de munições e sustentar os efectivos mobilizados; em termos militares, a velocidade logística e o recompletamento de efectivos eram superiores à velocidade operacional, o combate fazia-se a pé ou a cavalo, pois o motor só no final da guerra terá uma actuação mais preponderante, assim como o carro de combate e o avião que, só nessa altura, deixam de ser encarados como vectores de apoio ou de recurso.

Estas eram as realidades da estratégia militar nos teatros europeus. Nos "designados campos de operações exteriores", nos teatros extra-europeus, o planeamento metódico da guerra, nos moldes doutrinários praticados pelos estados-maiores, num quadro operacional de frentes bem definidas, nem sempre foram válidos ou possíveis. Nesses Teatros, o sucesso militar e polí-

tico foi obtido através de uma manobra militar, que combinava acções de combate tradicionais, com a revolta das populações autóctones, com acções militares clandestinas, incluindo a sabotagem e as acções sobre a retaguarda inimiga.

A pouca divulgação das operações que constituíram as campanhas no Médio Oriente e em África contribuiu para que se tornassem lições esquecidas, quer no domínio das acções clandestinas, quer da acção psicológica, que teriam evitado não só naquelas regiões, como também na Ásia, que o Ocidente fosse surpreendido pelo despertar dos nacionalismos e pelo sentimento de autodeterminação, espontâneo ou provocado, dos povos sob tutela. Merece especial destaque, a obra do Coronel T. E. Lawrence "Os Sete Pilares da Sabedoria", sobre a Guerra no Médio Oriente, nos domínios psicológico e ideológico, assim como a descrição de operações tácticas e de nível estratégico, mas conduzidas fora das normas doutrinárias da Iª GM.

A presente Edição da Revista Militar sobre as operações militares nos teatros africanos é a contribuição possível, para um melhor conhecimento do esforço patriótico dos militares portugueses, conduzido em condições particularmente difíceis e com uma logística de sustentação que se pode imaginar significativamente precária, a par de um apoio sanitário também deveras incipiente.


ANUNCIE
NA
Revista Militar
GRANDE EXPANSÃO
EM PORTUGAL
E NO ESTRANGEIRO

Revista Militar
N.º Temático – maio 2014
pp. 363-364

Presidente da "Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da I Guerra Mundial"



Tenente-general Mário de Oliveira Cardoso

Fundada em 1849, vem a *Revista Militar*, ao longo dos 165 anos da sua existência, a enriquecer o património cultural português com sua a publicação ininterrupta, divulgando assuntos de defesa nacional, em especial os militares.

É contemporânea, portanto, dos anos da Grande Guerra, existindo um valioso espólio nos seus arquivos do pensamento estratégico da época e das análises que foram sendo feitas com o evoluir da situação.

Na evocação do centenário daquele conflito, em que Portugal foi parte ativa, a sua participação foi considerada indispensável.

A proposta feita pela Comissão do Centenário da Grande Guerra ao seu Diretor, Exmo. General José Luiz Pinto Ramalho, de editar um número especial dedicado àquele momento da história mundial, foi prontamente aceite e considerada dever ser feita em dois momentos. Este, em 2014, tendo como objetivo central o envolvimento de Portugal nos Territórios Ultramarinos, em particular Angola e Moçambique, onde sem declaração formal de guerra para com a Alemanha houve combates; outro, em 2016, versando o Teatro de Operações Europeu, coincidente com o centenário da declaração de guerra a Portugal por parte da Alemanha (09MAR1916).

Para tornar ainda mais aliciante a sua leitura, considerou a Direção da *Revista Militar* ser importante proporcionar, em simultâneo, a reflexão dos mesmos assuntos à luz de uma visão de hoje, feita por reconhecidos especialistas de estratégia e de história, o que tem toda a oportunidade se tivermos em consideração que a dinâmica da política e dos interesses voltou a reconfigurar os espaços europeus, o que, como consequência, reacende a necessidade de saber quem os controla.

A Comissão Coordenadora das Evocações da Grande Guerra congratula-se com esta participação da *Revista Militar* e está ciente do valor da mesma,

não só para os que acompanham o estudo da estratégia mas, também, junto dos jovens, camada etária onde se propõe divulgar estes textos, como forma de apoio à promoção do conhecimento do nosso passado histórico e de contribuição para o reforço de um saudável espírito de coesão nacional.

Revista Militar
N.º Temático – maio 2014
pp. 365-392

O Expansionismo alemão em África



Major-general Adelino de Matos Coelho

1. Introdução

Desde o início do século XIX, os povos da Europa que se podiam organizar em Estados, tais como a Grécia (1829), a Bélgica (1830), a Itália (1861) e Alemanha (1871), sentiram-se encorajados a exercer os seus direitos de autodeterminação nacional e a reivindicar as respetivas independências. Porém, continuaram pendentes muitas das exigências nacionalistas, o que reavivou ou despertou tensões, nos grandes impérios, bem como conflitos territoriais, entre alguns países, pelo que o desenvolvimento dos Estados europeus, na segunda metade do século XIX, favoreceu o incremento do seu poder militar e, simultaneamente, novas formas de colonialismo.

Neste contexto, embora os ingleses tivessem mantido o seu lugar de pioneiros da Revolução Industrial, outros países se juntaram à industrialização, como a França, a Bélgica, os Estados Unidos da América, o Japão ou a Alemanha, sendo que esta última, a partir de então, desafiou a Grã-Bretanha em todos os domínios, incluindo os da via expansionista e da rivalidade colonial. Entre as causas que propiciaram o incremento do colonialismo, encontrava-se a necessidade de desenvolver a industrialização.

O século XIX foi marcado pela institucionalização de um sistema de congressos diplomáticos com vista à construção de consensos internacionais, relativamente às pretensões das potências, para inviabilizar a possibilidade de qualquer novo conflito de grandes proporções[1]. Este "concerto" surgiu das necessidades de conter a França, após décadas de guerras napoleónicas, e de alcançar um novo equilíbrio de poder, entre as potências europeias, na

* Vogal Efetivo da Direção da Revista Militar.

sequência do Congresso de Viena de Áustria (1814-1815). Contudo, este também foi o século da emergência dos nacionalismos que fomentaram as independências da Grécia (contra o Império Otomano) e da Bélgica (contra os Países Baixos) e a eclosão, em 1848, de uma série de revoluções, de natureza social e nacional[2], que reclamavam, na generalidade, a revisão das fronteiras definidas no Congresso de Viena, tendo em consideração as linhas de "demarcação" das identidades nacionais[3].

Em meados do século XIX, os territórios africanos ocupados por Estados europeus, ainda limitados a pequenas faixas ao longo do litoral mediterrânico, atlântico e índico, estenderam-se para o interior, onde eram disputados interesses contraditórios e irreconciliáveis. Para evitar conflitos, as principais potências europeias decidiram, na Conferência de Berlim, em 1885, "repartir" a África entre si, segundo o «princípio da ocupação territorial efetiva», isto é, as terras pertenceriam a quem tivesse meios para as "ocupar de facto".

Apesar do seu reduzido peso político internacional, Portugal mantinha grandes esperanças nos seus territórios ultramarinos, tanto mais que a independência do Brasil, em 1822, privara o País da sua mais importante colónia, obrigando-o a olhar com renovado interesse para as suas possessões africanas, onde, à semelhança do resto do continente, apenas o litoral era efetivamente ocupado. Tornou-se claro que Portugal deveria também definir uma nova política africana já que as crescentes presenças inglesa, francesa e alemã, naquele continente, ameaçavam a tradicional hegemonia portuguesa nas zonas costeiras de Angola e Moçambique. Com base no chamado «direito histórico», alicerçado na primazia da "ocupação de terras", Portugal reclamava vastas áreas do continente africano, embora, de facto, apenas dominasse feitorias costeiras e pequeníssimos territórios ao redor destas.

A partir da década de 1870, ficou claro que apenas o «direito histórico» não seria suficiente e que a presença portuguesa dependia do alargamento territorial para o interior e do correspondente controlo das possessões reclamadas. Para tal começaram a ser organizados planos para promover a exploração do interior da África. Em 1877, foi lançado um conjunto de iniciativas exploratórias, destinadas a conhecer os territórios compreendidos entre Angola e Moçambique, que levaram às famosas expedições de Serpa Pinto e de Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens. O primeiro fez, entre 1877 e 1879, a ligação entre Benguela (Angola) e Durban (África do Sul). Os segundos partiram de Moçâmedes (Angola), em 1884, e atingiram Quelimane (Moçambique), cerca de um ano depois. Posteriormente, foram enviadas algumas expedições militares, entre 1885 e 1890, a fim de reclamar esses territórios à luz do princípio da «ocupação efetiva do território»[4].

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, José Vicente Barbosa du Bocage, personalidade muito ligada à Sociedade de Geografia, desejava efetivar o

projeto do Mapa-cor-de-rosa, o "velho" sonho de ligar Angola a Moçambique, com a consciência de que esse plano interferia com os interesses britânicos na África Central, designadamente, com o projeto inglês, liderado por Cecil Rhodes, da construção de uma linha de caminho-de-ferro, ligando a Cidade do Cabo ao Cairo, estendendo a influência britânica, através da Bechuanalândia (atual *Botswana),* dos territórios da Matabelândia e da Mashonalândia (no Zimbabwé) e do Barotze (Botswana), até à região dos Grandes Lagos[5].

Para a execução do seu plano, oposto ao plano realista da década de 1870, Barbosa du Bocage iniciou negociações com a França e a Alemanha, em 1886, que vieram a ser concluídas pelo seu sucessor, Henrique de Barros Gomes. Em resposta ao Mapa Cor-de-rosa, a Inglaterra surpreendeu com o «Ultimato», de 11 de janeiro de 1890, exigindo a retirada das forças portuguesas desses territórios. A reação antibritânica na opinião pública portuguesa e o esfriamento das relações diplomáticas luso-britânicas, resultantes deste incidente, esfumaram-se durante a Guerra Anglo-*boer*, de 1899-1902[6].

2. Antecedentes de comércio colonial alemão

Apesar dos contatos comerciais estabelecidos nos séculos XVI e XVII, as relações alemãs com o continente africano, não contemplam uma cultura tradicional de "colonização". Efetivamente, a Alemanha que só passou a administrar colónias em África, após a Conferência de Berlim, perdeu-as com a sua derrota na I Guerra Mundial.

Finda a Guerra dos Trinta Anos, Frederico Guilherme I definiu a entrada de Brandeburgo no comércio colonial como um dos pilares estratégicos do desenvolvimento de um "Estado moderno". Na corrente da época, o «Grande Eleitor», defensor do mercantilismo e dos monopólios, subsídios e taxas, fomentou um projeto de "expansão territorial"[7]. As nações europeias imitaram o sistema colonial holandês, apoiando os mercadores, que não se podiam lançar no comércio colonial sem que fossem membros ou tivessem o apoio de uma companhia colonial, que suportasse a construção e a manutenção de fortes e feitorias[8].

Falhada a tentativa de comércio com a Índia, para a instalação de uma feitoria em Tranquebar (atual Tharangambadi)[9], onde chegou a adquirir um forte aos dinamarqueses, em 1651, Frederico Guilherme optou pela Costa do Ouro[10]. Para concretizar a sua opção, apelou aos cidadãos para produzirem manufaturas e alimentos necessários à subsistência interna e às empresas marítimas e contratou, com o holandês Benjamim Raule (comerciante, construtor e armador naval), a utilização de dez dos seus navios, organizando, assim, uma "frota" sob a bandeira de Brandeburgo.

No ano de 1680, partiu uma armada para explorar a costa ocidental africana. Um ano depois, foi criada a Companhia Eleitoral do Brandeburgo Africano (*Kurfürstliche Brandenburgisch-Afrikanische Compagnie*) que, em 1682, fundou uma pequena colónia na Costa do Ouro, constituída por *Groß Friedrichsburg* (Princes Town, atual Pokesu, entre Axim e o Cabo das Três Pontas, atual Ghana), e *Fort Dorothea* (atual Akwida). A partir de 1683, a Companhia de Brandeburgo interessou-se também pela ilha de Arguim[11], na Costa da Mauritânia, escolhendo-a, em 1685, como importante local estratégico e de escala nas rotas dos seus navios na região ocidental de África, incluída na colónia alemã de Brandeburgo, que durou até 1720, ano em que o rei Frederico I da Prússia a vendeu aos holandeses[12].

3. A Conferência de Berlim

O expansionismo britânico em África levou o governo de Londres à tentação de se apoderar de alguns territórios portugueses: em 1860, na Guiné, a Grã-Bretanha proclamou a anexação da ilha de Bolama e uma porção do território continental, à Serra Leoa; em 1861, em Moçambique, a marinha britânica apossou-se da Baía de Lourenço Marques e de terrenos a sul da mesma. Não conformado com ambos os casos, o governo português submeteu os litígios a arbitragem internacional, tendo conseguido "ganhos de causa" nas sentenças proferidas[13]. Mas, se estas arbitragens resolveram alguns problemas importantes da soberania portuguesa em África, as mesmas não consolidaram critérios de solução para os limites dos domínios portugueses, num tempo em que as potências europeias demonstravam interesses particulares em expandir-se em terras africanas, o que prefigurava um problema de enorme magnitude e excecional gravidade, para Portugal.

Em 12, 13 e 14 de setembro de 1876, teve lugar Conferência Geográfica de Bruxelas, a qual é vista por muitos historiadores como o início efetivo da "partilha da África", mas que teve (formalmente) como objetivos a "exploração cientifica das partes desconhecidas de África, facilitar a abertura de vias que façam penetrar a civilização no interior do continente africano e procurar medidas para suprimir os maus tratos dos negros em África. Convocada por Leopoldo II da Bélgica, sem a participação de Portugal, serviu para discutir o futuro das atividades dos europeus, em África, perante a emergência do Estado Livre do Congo. O rei utilizou as reuniões para ouvir uma comunidade de especialistas em assuntos de África, o que pôde servir para ocultar o significado da própria conferência, no âmbito da exploração de África, tendo em conta as suas ambições imperialistas, pelo que tentou, sem sucesso, delimitar áreas de influência[14].

Entretanto, as conversações de Lisboa com o governo de Londres, sobre os limites de Moçambique e a bacia do Zaire, conduziram à assinatura do Tratado de Lourenço Marques, de 30 de maio de 1878, o qual não chegou a ser aprovado pelo Parlamento português, em virtude da campanha de resistência dirigida por alguns políticos e importantes forças económicas, contra a política liberal do Ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Andrade Corvo, de "abrir a África portuguesa ao investimento estrangeiro"[15].

As negociações sobre a bacia do Zaire foram retomadas em 1882 e culminaram com a assinatura do Tratado luso-britânico de 26 de fevereiro de 1884. A demora na assinatura deste Tratado, que veio a ser desvalorizado pela Inglaterra, permitiu à França e à Alemanha organizarem as oposições à sua ratificação, até à realização da Conferência de Berlim (15 de novembro de 1884 a 26 de fevereiro de 1885), sob a égide de Otto Bismark, que aproveitava mais esta oportunidade para manifestar o "domínio alemão" nos palcos diplomáticos europeus e confirmar a sua imagem de árbitro das relações internacionais na Europa. Ao apoiar as iniciativas ultramarinas gaulesas, desviava a atenção do governo francês, relativamente à Alsácia-Lorena.

O abandono do Tratado do Zaire, pelo governo britânico, o papel passivo da Grã-Bretanha na Conferência de Berlim e a falta de apoio inglês às posições portuguesas criaram um fervoroso e patriótico ressentimento nacional contra a Inglaterra, despertando a ideia de que Portugal deveria procurar apoio junto de outras potências, nomeadamente, da França e da Alemanha. A expansão alemã dirigiu-se em vários sentidos, tanto a norte como a sul do equador. Mais tardia do que as suas congéneres inglesa e francesa, cedo se chocou com elas, levando a problemas de partilha de território de difícil resolução.

O chanceler alemão, Otto von Bismark, definiu uma *Realpolitik,* transformando a política externa alemã num desafiante jogo de forças, sem provocar percalços na Europa "que originassem uma preocupação britânica pelo equilíbrio" e manteve a Alemanha fora da "corrida colonial"[16]. Mas, em 1883, os alemães entraram na corrida para África, embora pelo "risco" de particulares que (aparentemente) tomaram a iniciativa de conquistar posições que, mais tarde, o Governo Imperial apoiou, reconheceu e protegeu[17].

A Conferência de Berlim teve como objetivos a garantia do livre comércio e da navegação nos principais rios africanos da costa atlântica – o Congo e o Níger – e a regulação das novas ocupações territoriais, na costa ocidental Africana. Sabe-se hoje que a partilha da África foi incorretamente atribuída à Conferência de Berlim, mas o mito permanece, apesar dos esforços dos historiadores para restituírem o sentido do evento e definirem os mecanismos do encadeamento de factos posteriores[18].

Participaram nos trabalhos da Conferência, que não contou com a presença de membros africanos, os representantes da Grã-Bretanha, França, Alema-

nha, Portugal, Holanda, Bélgica, Espanha e EUA, e estiveram presentes como observadores, diplomatas da Áustria-Hungria, Suécia-Noruega, Dinamarca, Itália, Turquia e Rússia. Estes trabalhos, apesar da sua notoriedade historiográfica e tendo a África como objeto exclusivo duma conferência internacional, só *a posteriori* assumiram a importância, real ou simbólica, que não tiveram no momento em que decorreram.

Bismarck defendia que os Tratados bilaterais em vigor já não tinham valor internacional, pelo que era necessário o reconhecimento dos mesmos e a ratificação dos mais importantes, tendo como critério de referência a navegabilidade do rio Congo, que suscitava a possibilidade da sua navegação e comércio, tal como os rios Reno e Danúbio, na Europa. Neste desiderato, a Conferência adotou os seguintes textos:

– Declaração referente à liberdade do comércio na Bacia do Congo, na sua foz e nos países circunvizinhos, com algumas disposições conexas;

– Declaração relativa ao tráfico dos escravos e às operações que, por terra ou por mar, forneçam escravos ao tráfico negreiro (assunto que não foi abordado com profundidade, tal como não o foram os grandes ideais humanitários que se supunha terem inspirado a Conferência);

– Declaração referente à neutralidade dos territórios compreendidos na bacia convencional do Congo;

– Ata de Navegação do Congo que, tendo em conta circunstâncias locais, estende a esse rio, aos seus afluentes e às águas que lhes são assimiladas os princípios gerais enunciados nos artigos 108.º e 116.º da Ata final do Congresso de Viena e destinados a regular entre as Potências signatárias dessa Ata, a livre navegação dos cursos de água navegáveis que separam ou atravessam vários Estados, princípios convencionalmente aplicados depois a rios da Europa e da América, e notadamente ao Danúbio, com as modificações previstas pelos Tratados de Paris (1856), de Berlim (1878), e de Londres (1871 e 1883);

– Ata de Navegação do Níger que, tomando em conta as circunstâncias locais, estende ao rio e a seus afluentes os mesmos princípios inscritos nos artigos 108.º a 116.º da Ata final do Congresso de Viena;

– Declaração introduzindo nos relatórios internacionais regras uniformes referentes às ocupações que poderão no futuro realizar-se nas costas do continente africano.

4. Política colonial de Bismark

4.1. Os interesses da Alemanha em África

A seguir à Conferência de Berlim, o império colonial alemão em África chegou a ser constituído por:

– África Oriental Alemã [*Deutsch-Ostafrika*, que incluía os territórios do Tanganica (hoje, parte continental da Tanzânia), o Ruanda-Urundi (hoje, Ruanda e Burundi), o Wituland (integrado no Quénia, desde 1890) e o Triângulo de Quionga (em Moçambique)];

– Sudoeste Africano Alemão [*Deutsch-Südwestafrika* (atual Namíbia) e o sul da Faixa de Caprivi, no Botswana];

– África Ocidental Alemã [*Deutsch-Westafrika*, que integrava os Camarões e a Togolândia (hoje, o Gana e o Togo)].

Bismarck definiu a expansão da Alemanha como um conjunto de atividades das quais não poderiam advir perigos internacionais, o que fez com que a política colonial alemã obedecesse ao princípio geral da política externa do País – *Die Flagge folgt dem Handel* ("A Bandeira segue o comércio")[19]. O chanceler não queria utilizar dinheiros públicos na fundação de colónias, tanto mais que o Parlamento (*Reichstag*) também tinha relutância em autorizar despesas para expedições longínquas. Sem o apoio popular e receando a conflitualidade internacional, dada a fraqueza naval da Alemanha, Bismarck pretendia desenvolver uma política colonial alemã discreta, nos planos externo e interno. Por isso, os empresários com êxitos comerciais no ultramar deveriam participar no desenvolvimento colonial, apesar das reconhecidas dificuldades individuais, o que suscitava a necessidade de se agremiarem em companhias.

Assim, o governo alemão não fundava colónias, não conquistava territórios, nem instalava organizações administrativas pesadas, limitando-se a dar proteção aos seus súbditos e a auxiliar companhias de iniciativa privada, sem se envolver em guerras com os indígenas ou com outros Estados[20]. Mas, se num primeiro momento, os comerciantes europeus não estavam interessados na partilha formal, isto é, no colonialismo, porque este poderia significar despesas com direitos alfandegários e outras limitações, a crescente concorrência acabou por alterar o cenário, isto é, os mesmos comerciantes, com o aumento do interesse europeu sobre o continente, passaram a pedir a interferência do Estado[21].

As colónias alemãs em África, exceto a Togolândia e os Camarões, foram administradas por "companhias" soberanas ou privilegiadas, a par de muitas "sociedades" que, não tendo um fim tão amplo, também investiam os seus capitais em determinadas empresas coloniais. Assim, foram constituídas a Companhia Alemã da África Oriental (*Deutsch-Ostafrikanische Gesolschaft*) e a Sociedade Colonial Alemã da África do Sudoeste *(Deutsche Kolonialgesolschaft für Südwestafrika*). Para a África Ocidental, em 1885, foi fundada a Sociedade Alemã da África Ocidental (*Deutsch-Westafrikanische Gesechschaft*), com responsabilidades de exploração nos protetorados alemães do Togo e dos Camarões, mas que não chegou a governá-los, tendo, após alguns anos de pouco lucro, sido absorvida pelo Império Alemão, em 1903.

As companhias concessionárias, como empresas internacionais privadas, pagavam impostos ao governo, com direito a cobrar taxas em dinheiro ou em trabalho dos africanos, importar e exportar, realizar comércio, criar e gerir grandes plantações, construir infraestruturas e garantir a ordem e os serviços de comunicações. Para proteger os cidadãos e os bens nas suas colónias africanas, o governo alemão organizou três tipos de forças: força de polícia («*polizeitruppen*») no Togo e, inicialmente, nos Camarões e no Sudoeste Africano, exército colonial («*schutztruppe*») nos Camarões e na África Oriental e força imperial de proteção («*Kaiserliche schutztruppe*»), com tropas exclusivamente europeias, no Sudoeste Africano (a partir de 1887).

Em 1898, quando a Alemanha ouviu o *Kaiser* proferir a famosa frase "o futuro da Alemanha está sobre a água"[22], percebeu o anúncio de uma nova política externa (*Weltpolitik*), apoiada no desenvolvimento das marinhas de guerra e mercante, que dava a Berlim capacidades para intervir em questões internacionais, com possibilidade de obter compensações coloniais. No mesmo ano, o Parlamento alemão aprovou a Primeira Lei Naval que deu início à construção acelerada de uma marinha de guerra que contribuiu para desencadear a rivalidade naval com a Grã-Bretanha.

O criador da marinha alemã, almirante Alfred von Tirpitz, dizia, ao discursar no parlamento: "Os interesses marítimos da Alemanha cresceram de uma forma completamente inesperada desde a fundação do Império. A sua defesa tornou-se, para Alemanha, numa questão de sobrevivência. Se se interferir ou prejudicar esses interesses marítimos, o país enfrentará a decadência, primeiro, económica e, depois, política."

À demissão de Bismark, em 18 de março de 1890, por divergências com Guilherme II, seguiu-se uma reformulação do conceito estratégico alemão. A nova política externa berlinense seguiu a doutrina dos intelectuais germânicos, segundo a qual "o Mar" era um fator de poder determinante da política mundial. Segundo esta conceção geopolítica, desenvolvida essencialmente por Friedrich Ratzel[23], "as poderosas nações continentais teriam, necessariamente, que tornar-se também potências navais, pelo que só assim seria possível a uma nação adquirir supremacia mundial"[24].

Ratzel introduziu também, no pensamento político alemão, a noção de "espaço vital" (*Lebensraum*), segundo a qual todo o Estado está "necessariamente" em luta para defender o "seu espaço". Um grande Estado seria concebido como um ser vivo que crescia, retirando espaço aos pequenos países, que não teriam possibilidade de viver[25]. A geopolítica ratzeliana fornecia assim o suporte ideológico justificativo da expansão territorial do Império Alemão. Por seu lado, a Liga Pangermânica[26] defendia que só se podiam expandir as nações que possuam uma "história com raízes culturais, de valor incontestável" (*kultur*), pelo que as "nações dominantes", como a Alemanha, deveriam

expandir-se à custa de pequenos povos "inaptos à vida e incapazes de formar um Estado". Assim, a partir da década de noventa do século XIX, sob impulso de Guilherme II, os governos da Alemanha passaram a apoiar planos de expansão em África, estimulados pelo crescimento económico do País e pela doutrina "social-darwinista", pelo que o *Kaiser* se sentia compelido a intervir com mais determinação em questões não europeias, mesmo que para tal tivesse de entrar em rotura, ou mesmo em conflito, com a Grã-Bretanha.

4.2.África Ocidental Alemã

4.2.1. Togolândia

Em 1880, ingleses e franceses ocupavam, respetivamente, a Costa do Ouro (atual Gana) e o Daomé (atual Benim), tendo instalado postos aduaneiros nas fronteiras, onde obtinham o essencial dos seus recursos, a partir de produtos tais como o tabaco e o álcool.

Entretanto, Bismarck pretendeu impor um protetorado na região e, em 5 de julho de 1884, o explorador alemão Gustav Nachtigal assinou, em Togoville, com o "chefe" Mlapa III, representante da autoridade religiosa local, um Tratado de protetorado sobre um território costeiro que, gradualmente, se estendeu ao interior. A colónia, conhecida, a partir de então, por Togolândia, tornou-se um modelo da colonização (*muster kolonie*), utilizado pela propaganda alemã, para contrapor aos índices de desenvolvimento britânicos e franceses, por considerar a Togolândia financeiramente autossuficiente, com estradas, pontes, caminhos-de-ferro e uma indústria agrícola, economicamente ativa, baseada nas exportações de cacau, café, e algodão.

Após a conferência de Berlim, a costa togolesa foi formalmente atribuída à Alemanha que, à semelhança das outras potências coloniais da época, não demorou a fazer valer os seus direitos no interior. Desta forma, anexou rapidamente, em apenas alguns anos, uma área de 85.000 km^2, fundando o porto de Lomé e desenvolvendo as plantações de cacau e de café, em particular na região de Kpalimé. No entanto, a chegada dos alemães enfrentou uma forte resistência por parte dos africanos. Vários acordos foram assinados com alguns reinos, mas as revoltas, apesar de violentamente reprimidas, não cessaram de aumentar em intensidade, principalmente quando os ocupantes alemães penetraram nos territórios interiores. A Alemanha incentivou os seus cidadãos a instalarem-se na colónia togolesa, proporcionando-lhes concessões em condições muito vantajosas e mandando também construir as infraestruturas necessárias à exploração, tais como linhas de caminho-de-ferro, recorrendo em massa aos trabalhos forçados.

Na realidade, a ocupação no Togo não foi menos brutal do que noutras colónias, tendo os alemães criado uma «*polizeitruppen*», cujos membros pro-

vinham das terras dos «*hauçás*» (do Gana) e dos «*mossis*» do Alto Volta (atual Burkina Faso), bem como do Daomé e da Libéria, com efetivos reduzidos, mas bem equipados, incluindo metralhadoras, "sempre eficazes, ao mínimo pretexto". Mesmo no sul do território, onde a aliança económica entre os comerciantes alemães e os intermediários africanos, tal como a influência dos missionários no povo «*ewe*», favoreciam uma colonização suave, verificou-se o recurso à força. Em todo o território, foram utilizados indígenas partidários da Alemanha, encarregados de dar continuidade à ação da força de polícia.

4.2.2. Camarões

A Firma *Carl & Adolf Woermann* foi fundada em 1837 pelo comerciante Carl Woermann, em Hamburgo, e entrou no mercado da África Ocidental, em 1849, dominando o comércio na região. Johannes Jantzen e Wilhom Thormahlen, inicialmente, agentes de Adolph Woermann, respetivamente, no Gabão e na Libéria, estabeleceram as suas próprias empresas, em 1875, mantendo relações com aquela Firma.

Para explorar os recursos nos Camarões, em 1884, foi criada a Sociedade *Jantzen & Thormählen*, vocacionada para o comércio de armas e bebidas em troca de produtos de palma. Sem interesse no processo de colonização, operava sem pessoal europeu e sem responsabilidades de administração territorial, tendo ao seu serviço apenas funcionários africanos, que trabalhavam com credibilidade, bons resultados, a baixo custo e sem propensão para contrair doenças tropicais[27].

O comércio com o interior dos Camarões era intermediado pelo povo Duala, estabelecido na foz do rio Wouri (hoje, cidade de Douala), composto pelas fações «*Bol*» e «*Akwa*», grupos rivais quase sempre em conflito, dirigidos por dois "chefes" que buscaram a proteção europeia no apoio à sua autoridade e à estabilização do comércio camaronês. Em 12 de julho de 1884, os "chefes" Ndumbe Lobé Bol e Dika Mpondo *Akwa* assinaram um Tratado que atribuiu todos os direitos de soberania, legislação e administração do seu território às empresas de *Carl Woermann* e *Jantzen & Thormählen*, estabelecendo que a administração alemã cobrava os impostos, garantindo os contratos existentes, os direitos de propriedade e o respeito pelos costumes locais, bem como a continuidade das receitas dos "chefes".

No dia seguinte ao da assinatura do Tratado, o cônsul da Alemanha, em nome do *kaiser*, assumiu o controlo dos Camarões, com poderes soberanos atribuídos e a responsabilidade de resolver os litígios apresentadas quer pelos "chefes duala" quer pelas Empresas que, tendo estabelecido localmente armazéns e plantações, exigiam segurança e proteção militar. Os alemães começaram por organizar, em 1891, uma «*polizeitruppen*» com indígenas da etnia «*kru*» (da Libéria), «haúças» (do Gana) e «daomenses» (atual Benim) que, na realidade, eram escravos comprados ao "rei" do Daomé.

Após um grave levantamento popular, em 1893, seguido por um motim dos «daomenses», os alemães criaram, em 1895, uma «*schutztruppe*» dotada de estruturas próprias e que coabitava com as forças de polícia. Os efetivos aumentaram, em finais dos anos 1890, quando da conquista do Adamawa, a noroeste dos Camarões, e, em 1904-1907 (insurreição dos «namas» e dos «hereros», no sudoeste africano), em que os alemães temiam a formação de um vasto conluio indígena para os expulsar de África.

Desde 1907, a colónia alemã dos Camarões tentava adquirir territórios do Congo francês, junto às suas fronteiras leste e sul, para ter um melhor acesso à via navegável do rio Congo, o único grande rio da África Central. No Norte de África, a França e a Alemanha disputavam Marrocos. Na sequência da Crise de Agadir (1911) e após a França ter enviado tropas a Marrocos, para apoiar o sultão Abd al-Hafid a sufocar uma revolta popular, a intenção francesa de anexar o território marroquino originou uma reação alemã de protesto, com o envio de uma canhoneira ao porto de Agadir. Perante a iminência de um conflito armado entre a Alemanha e a França, os dois países negociaram o Tratado de Fez, de 4 de novembro de 1911, no qual a França, em troca do reconhecimento dos seus direitos em Marrocos, cedeu, à Alemanha, parte do Congo francês e uma faixa de terra no nordeste dos Camarões, entre os rios Logone e Chari – os Novos Camarões (*Neukamerun*).

4.2.3. Sudoeste Africano Alemão

Em 1882, o comerciante Adolf Lüderitz pediu proteção ao governo alemão para os projetos que desejava desenvolver na África do Sudoeste[28], tendo-se dirigido a Angra Pequena e penetrando no interior, onde adquiriu diversos territórios. *A* Sociedade Colonial Alemã da África do Sudoeste *(Deutsche Kolonialgesolschaft für Südwestafrika)* foi fundada em 1885, para explorar os territórios adquiridos por Adolf Lüderitz e exercer os direitos de soberania obtidos através de Tratados com os "chefes" indígenas. A 3 de abril de 1885, o comerciante vendeu os seus direitos àquela sociedade que o nomeou seu delegado local e conseguiu, por intermédio dos seus agentes, obter novas concessões.

Bismarck quis conceder direitos soberanos à nova Sociedade; porém, esta escusou-se a assumi-los, alegando o caráter pacífico dos indígenas e o pequeno número de europeus existentes nos seus domínios. Apesar de, na realidade, a Sociedade não poder suportar os encargos duma administração regular, o chanceler concedeu-lhe direitos privados e também direitos públicos, prometendo ceder-lhe o rendimento das alfândegas e dos impostos da colónia, logo que estivesse apta a assumir a administração colonial. A Sociedade recebeu, em 1888, o monopólio da exploração das minas, na colónia, podendo autorizar outras sociedades a explorar minas sob a sua fiscalização, com pagamento de uma taxa. Mais tarde, perdeu parte deste privilégio, mas recebeu

do governo uma concessão de 135.000 km² de terra, pela transferência dos seus direitos soberanos para o Estado. Nestas circunstâncias, a Sociedade enviou para a colónia poucos europeus, apoiados por uma «*polizeitruppen*».

A Sociedade organizou várias expedições de exploração no território, não sendo animadoras as informações acerca da sua riqueza; no entretanto, agentes do governo alemão continuaram a celebrar diretamente Tratados com "chefes "indígenas. Pouco tempo depois, as intrigas dos ingleses fomentaram revoltas indígenas contra os alemães que se acolheram na Baía das Baleias (*Walvis Bay*), controlada pelos ingleses. A polícia dominou a insurreição, mas não conseguiu evitar a destruição das instalações mineiras e agrícolas.

No querendo a assumir a responsabilidade de uma "carta territorial", continuando por organizar a administração dos seus domínios, bem como dos adquiridos pelo governo alemão, na África do Sudoeste, a Sociedade pediu então um subsídio governamental. Vendo que nunca poderia confiar à Sociedade o exercício da administração na colónia, Bismarck decidiu, em 1889, colocá-la sob administração direta do Estado, retirando-lhe o privilégio mineiro, constituindo-se a mesma numa simples sociedade comercial de natureza privada. De resto, as esperanças dum alargamento da colónia da África do Sudoeste estavam perdidas, pois os ingleses tinham ocupado os territórios que a separavam das Repúblicas *boer* e a Alemanha viria a reconhecer, em 1890, a legitimidade dessa ocupação.

Em maio de 1886, Heinrich Ernst Göring foi nomeado Comissário Imperial Alemão no Sudoeste Africano, estabelecendo a sede administrativa em Otjimbingwe, no centro da colónia, apoiado pela «*kaiserliche schutztruppe*». O território cresceu, pelo Tratado anglo-alemão de Helgoland-Zanzibar (1890)[29], o que dinamizou novas rotas comerciais, tendo sido a única colónia africana em que um grande número de alemães se estabeleceu, graças às possibilidades económicas das minas de diamantes e de cobre e, sobretudo, das fazendas. Heinrich Göring, sem força organizada nem condições para prestar assistência, estabeleceu com Maharero, o principal "chefe" dos «herero», uma tribo de pastores de gado que vivia na Damaralândia[30], um Tratado de proteção, que não era válido sob o ponto de vista formal.

Quando Maharero morreu, a 5 de outubro de 1890, a sua sucessão foi seriamente disputada entre o seu irmão Kavezeri e o sobrinho Nikodemus, filho de Kavikunua (outro irmão que também já tinha falecido, em 1858). A sucessão recaiu em Samuel, filho de Maharero que, no princípio da sua liderança, manteve uma boa relação com o governador alemão e comandante da «*schutztruppe*», Theodor Leutwein. Mais tarde, começaram a surgir diversos problemas, cada vez mais intensos, incluindo ataques de agricultores alemães e a utilização de terras dos indígenas para a construção de vias férreas, o que fragilizou a relação.

Samuel Maharero planeou em segredo, com os demais "chefes" indígenas, uma revolta contra o domínio colonial[31]. Os primeiros ataques iniciados, a 12 de janeiro de 1904, foram bem sucedidos, com a morte de várias famílias de agricultores alemães. Leutwein foi substituído, no comando militar, por Lothar von Trotha que, tendo chegado à colónia com 15.000 soldados europeus, ofereceu uma recompensa de 5.000 marcos pela captura do chefe rebelde. Na sequência desta posição de força alemã, os «herero» foram derrotados na Batalha de Waterberg, em 11 de agosto de 1904, tendo os sobreviventes sido expulsos para deserto de Omaheke, onde a maioria deles morreu de sede e à fome. Apesar deste desaire, Samuel Maharero conseguiu levar parte de seu povo para o protetorado britânico de Bechuanalândia (atual Botswana), continuando líder dos «herero» exiliados, e converteu-se num importante vassalo de Sekgathôlê un Letsholathêbê, um importante "chefe" do norte de Bechuanalândia.

Em 1893 e 1894, já tinham ocorrido as primeiras rebeliões «hotentotes», lideradas por Hendrik Witboi, que terminaram com o Tratado de Gurus, em 15 setembro de 1894, em que os «namaquas» acordaram render-se, apoiando militarmente os alemães, contra outras tribos, designadamente os "herero». A 3 de outubro de 1904, depois de terem servido como membros da «*schutztruppe*», lutando contra os "herero», os "nama" revoltaram-se de novo contra os alemães do Sudoete Africano. Em 1904-1905, Witboi convenceu o seu povo de que Deus o escolheu para guia da luta pela sua liberdade, contra os imperialistas. Witboi foi morto em combate, um ano depois, em Vaalgras, perto de Koichas, tendo sido substituído por Fransman Nama, até à rendição dos "nama", em 1908. O tratamento desumano dos povos "herero» e «namaqua», pelos colonos alemães, ainda hoje, é alvo de polémica e censura[32].

4.3. África Oriental Alemã

A Companhia Alemã da África Oriental (*Deutsch-Ostafrikanische Gesolschaft*) foi fundada pela Sociedade Alemã de Colonização (*Gesolschaft für deutsche Kolonisation*), em 27 de fevereiro de 1885[33], para explorar os territórios adquiridos na África Oriental, por Carl Peters, Joachim Graf von Pfeil e Karl Ludwig Jühlke. Rapidamente, a Companhia adquiriu novos territórios aos "chefes" de Uzeghua, Nguru, Usagara e Ukami, no Tanganica, que juntou aos anteriormente adquiridas pela Sociedade Alemã de Colonização, cujos agentes tinham desembarcado em Zanzibar, disfarçados de mendigos, e penetrado no continente. Mais tarde, a Companhia ocupou quase todos os territórios da esfera de influência alemã na região, assinando com a Inglaterra o Tratado de 29 de outubro de 1886, pelo qual os alemães se instalavam numa zona de influência no território continental, excetuando uma faixa ao longo da costa, que permanecia sob a autoridade do sultão de Zanzibar.

A Companhia Alemã da África Oriental, entrou em colapso, em 1888, face à resistência africana, vendo-se obrigada a pedir ajuda a Bismarck que, de início, recusou. No ano seguinte, o capitão Hermann Wissmann foi nomeado Comissário Imperial (*Reichskommissar*) para a Região, ficando incumbido da supressão da revolta liderada por Abushiri Abushiri ibn Salim al-Harthi. Para o efeito, Wissmann contratou mercenários sudaneses, na sua maioria de unidades de intervenção do exército anglo-egípcio a quem, mais tarde, se juntou um grupo de «zulus» da África do Sul. Constituindo a «*schutztruppe*» da África Oriental Alemã, os famosos "*askari*" que, recrutados num rigoroso processo de seleção, estavam sujeitos a duras regras de disciplina militar, porém, bem pagos (com salário duas vezes maior do que os que serviam no *British King's African Rifles*), treinados e comandados por oficiais alemães, tinham um elevado poder de fogo. As forças de Wissmann, consolidaram a defesa da faixa costeira do Tanganica, com o apoio da Marinha Britânica, começando por fortificar Bagamoeo, Dar-es-Salaam e retomaram Tanga e Pangani. Simultaneamente, fortificaram e guarneceram Mpwapwa, no interior, reabrindo a principal rota de caravanas.

A prisão de Abushiri e a sua execução, em Pangani, a 16 de dezembro de 1889, acalmou a insurreição dos povos na região, o que levou Wissmann a emitir, em janeiro de 1890, um perdão geral para os restantes rebeldes. Por Acordo de 20 de novembro de 1890, a Companhia Alemã da África Oriental entregou a administração do Tanganica ao governo alemão.

5. Os intuitos alemães nas colónias portugueses

No início da segunda metade do séc. XIX, parecia que as relações luso-germânicas tinham à sua frente um futuro promissor. A evolução da política, contudo, veio perturbar este panorama: a fundação do *II Reich* e a evolução da questão colonial envenenaram gradualmente a convivência entre os dois Países, tendo sido, efetivamente, a segunda que cavou as mais fundas desinteligências entre Portugal e a Alemanha[34].

Em agosto de 1890, as Cortes portuguesas recusaram o apoio à assinatura de um Tratado luso-britânico que pusesse um fim à "querela do Ultimato", seguindo-se queda do Governo regenerador e nova crise política interna. Berlim considerou a possibilidade mediar indiretamente a querela luso-britânica, através do seu embaixador em Viena[35].

Quando o ministro plenipotenciário de Portugal em Viena solicitou o auxílio diplomático da Áustria-Hungria, o governo de Berlim deu instruções ao seu embaixador em Londres, para que este chamasse a atenção do Primeiro-ministro britânico, para o facto de que a "querela" colocava também em jogo interesses germânicos na África Oriental. Dado que a Alemanha prometeu à

Grã-Bretanha que a mediação permaneceria secreta, o chefe do governo inglês aceitou a intermediação alemã nas negociações com Portugal, com vista a um novo Tratado. O ministro português dos Negócios Estrangeiros, Barbosa du Bocage, viu com agrado a mediação alemã, dando de imediato o seu consentimento, em abril de 1891.

Mas, em Lisboa, previa-se que os alemães fariam tudo para minorar a amplitude das exigências britânicas. Com efeito, o embaixador da Alemanha em Londres tentou que a Grã-Bretanha cedesse uma parte do planalto de Manica, na região centro de Moçambique, o que não conseguiu devido à grande pressão do Cabo e da própria opinião pública inglesa. Berlim conseguiu que, em junho de 1891, fosse assinado, em Londres, um do Tratado Luso-britânico, o qual sujeitava Portugal a duras exigências que se podem sintetizar nos seguintes termos[36]: liberdade plena de navegação no Zambeze, Chire e suas ramificações; perda, por Portugal, da parte mais rica dos distritos de Manica e de Sofala, da margem ocidental do lago Niassa, dos territórios do Chire e de Mashona, e dos territórios a oeste do Zumbo; sujeição a cláusula de preempção na divisória a sul do Zambeze; liberdade de missionação nos territórios da África Oriental e Central abrangidos; direitos de trânsito limitados a 3% *ad valorem*, por um período de 25 anos, mas com opção (pela Inglaterra) de redução desse período para cinco anos, ao fim dos quais ficaria isenta; inexistência de uma cláusula geral de resolução de conflitos (resolução arbitral em casos específicos) e manutenção da margem oriental do lago Niassa e reconhecimento da esfera de influência de Portugal a sul de Lourenço Marques.

O fator determinante que levou Berlim a interferir na "querela luso-britânica", a favor de Portugal, foi a Revolta de 31 de janeiro de 1891, receando a instauração do regime republicano, em Portugal, com reflexos na Península Ibérica. Se esta passasse a regimes republicanos, Portugal e Espanha poderiam unir-se à França, o que constituía perigo para as velhas monarquias europeias, de que a Alemanha fazia parte. A pretexto da situação financeira do País – de grande dificuldade e melindre –, o embaixador alemão em Lisboa, Conde de Tattenbach, tentou sensibilizar outras potências para uma «demonstração naval» no Tejo a semelhança do que já acontecera nas costas sul-americanas[37]. Simultaneamente, o governo alemão aproveitava a situação para obter vantagens, quer nas colónias portuguesas, quer noutras partes de África.

Portugal atravessava grave crise financeira e necessitava de acelerar o desenvolvimento dos territórios africanos. Devido à escassez de fundos, a 16 de maio de 1896, encetou negociações com Londres para a obtenção de um empréstimo, fornecendo em troca a garantia sobre as alfândegas coloniais. A Alemanha interveio, pois pretendia o empréstimo em comum e não que as potências o fizessem em separado. Assim, propôs à Inglaterra, um empréstimo comum a Portugal, garantido pelos rendimentos das alfândegas coloniais,

atribuídos a um e a outro país de acordo com uma divisão em "esferas de influência». No caso hipotético de Portugal não pagar ou se houvesse distúrbios graves que levassem à queda do Império, cada país assumiria as respectivas responsabilidades dentro da sua esfera de influência.

A Inglaterra não desejava a Alemanha como inimiga, pelo que iniciou conversações, em junho de 1898. Era importante garantir a neutralidade alemã, dado que esta só deixaria de apoiar os *boer* se a Inglaterra assinasse um acordo para a "redivisão" da África Austral em «esferas de influência». A 30 de agosto de 1898, procedeu-se à assinatura, entre ingleses e alemães, de três documentos: convenção sobre o possível pedido de empréstimo feito por Portugal; convenção secreta para a hipótese de Portugal não poder manter as suas colónias africanas ao Sul do Equador e a ilha de Timor; nota secreta sobre concessões nas «esferas de influência». Os dois Países comprometiam-se a um empréstimo comum, dividindo os rendimentos das alfândegas de Angola, Moçambique e Timor.

As convenções secretas não alteravam nada aos ingleses, uma vez que, pelo Acordo com Portugal, assinado em 1891, os mesmos já detinham o direito à preferência do território a Sul do Zambeze. O Governo britânico, não desejando dividir o Império Português, pretendia que os alemães deixassem de apoiar os *boer* e o Transval, conseguindo, deste modo, evitar um conflito europeu. Portugal acabou por obter o auxílio financeiro junto da França, o que lhe permitiu recusar aquele "presente envenenado"[38]. Os acordos secretos de 1898, além de "um simples exercício no papel para excluir os Alemães da África do Sul, teve o efeito de dividir as colónias portuguesas em «esferas de influência» para atividades comerciais, investimentos e até atividade missionária, removendo assim as constantes fontes de atrito, fruto da suspeição mútua das grandes potências[39]."

Apesar das posições adotadas por Inglaterra, que punham em causa a aliança secular, numa declaração secreta luso-britânica, de 14 de outubro de 1899, Portugal comprometeu-se a não deixar passar armamento e munições destinados ao Transval e a não declarar neutralidade em caso de guerra, entre este último e a Inglaterra, e esta garantiria a segurança das colónias portuguesas[40]. A diplomacia inglesa conciliou as suas afirmações de lealdade à aliança com as ambições da Alemanha, no apoio à guerra anglo-*boer*; "forçando" a assinatura das convenções anglo-alemãs para a divisão do Império Ultramarino Português, conduziu à reafirmação da "velha aliança", ficando a Convenção com a Alemanha sem aplicação, no momento.

A postura de Portugal neste processo desencadeou uma onda de críticas internas, com graves acusações ao governo e à monarquia. Apesar de reafirmada a "velha aliança", se os interesses vitais da Inglaterra estivessem em jogo, esta não hesitaria em se servir de Angola e de Moçambique, como moeda de troca, para salvaguardar os dois corredores estratégicos de acesso ao Índico.

Em 1912, a Inglaterra questionou a aliança com Portugal, que se encontrava fragilizado pela conjuntura pós-revolucionária da Primeira República[41], iniciando uma revisão formal do acordo secreto de 1898, com a Alemanha, o que agravava a situação financeira de Portugal, provocando um empréstimo mútuo, com a garantia das alfândegas coloniais. Desta vez, as promessas e facilidades oferecidas pela Inglaterra procuravam desencorajar os alemães de prosseguirem o seu programa naval (para a partilha da Ásia), desenvolvido na última década do séc. XIX e que só "poderia ser um desafio direto a Inglaterra".

Segundo a versão alemã, o preâmbulo da Convenção deveria prevenir e obviar as "complicações internacionais de uma possível crise financeira em Portugal, nomeadamente mantendo a sua integridade e independência e preservando os interesses das colónias alemãs e inglesas contíguas às portuguesas." Os trabalhos para a revisão decorreram em 1913, nunca tendo sido publicado um texto final, entre outros motivos, porque a França teve conhecimento das negociações, sobre as quais começou a suscitar dúvidas[42].

Seguiu-se a Grande Guerra, o que impediu a conclusão do "famigerado" acordo. A propósito do "plano estratégico alemão", já em 1911, na sua obra *Deutschland und der Nächste Krieg* (A Alemanha e a próxima Guerra)[43], o general Friedrich Von Bernhardi referia-se a Portugal e às suas colónias, nos seguintes termos:

– "Também devemos fomentar, por todos os meios, a expansão dos nossos territórios coloniais e precisamente com colónias aptas a receber o nosso excesso populacional. Recentes sucessos demostram ser possível adquirir regiões equatoriais africanas, através de procedimentos pacíficos. Um desastre financeiro ou político de Portugal poderia dar-nos ocasião de adquirir parte das colónias portuguesas. Podemos inclusive supor que existem, entre Inglaterra e Alemanha, certos acordos sobre a eventual divisão das ditas colónias, ainda que não tenha sido dada publicidade aos mesmos. Se realmente existem tais acordos e se a Inglaterra estará disposta a honrá-los, quando chegar a hora, o futuro o dirá. A Inglaterra poderia até encontrar meios de tornar o convénio ineficaz, e, a dizer a verdade, após troca de informações com a Alemanha, a respeito deste ponto, sabe-se que o governo inglês garantiu a Portugal, em convénio separado, a posse das suas colónias."

6. As derrotas africanas dos alemães

6.1. A rendição na Togolândia

O Togo tinha fronteiras, a oriente, com a colónia francesa do Daomé, e, a ocidente, com a colónia britânica da Costa do Ouro. A 6 de agosto de 1914, dois dias após a declaração de guerra da Grã-Bretanha à Alemanha, as forças

francesas do Daomé (*Tiraicheurs senegalais*) e britânicas da Costa do Ouro (*Gold Coast Regiment*) exigiram a rendição da «*polizeitruppen*» da Togolândia, a que as autoridades locais se recusaram.

Em 9 de agosto, numa operação combinada, forças britânicas e francesas invadiram a colónia[44]. Os ingleses cercaram Lomé, a capital, e grande parte da faixa costeira do Togo, sem resistência, e progrediram para norte, no encalce dos alemães, que se encontravam em retirada para Kamina, onde se localizava a estação de comunicações, vital para as ligações com a Alemanha, as suas forças navais no Atlântico e as restantes colónias alemãs. Na retirada, os alemães destruíram pontes de caminho-de-ferro e outras vias de comunicação, fazendo retardar o avanço britânico.

A 22 de agosto, ocorreu a única ação de campanha com significado durante a invasão aliada, a Batalha de Chara, entre britânicos e alemães entrincheirados, que tentavam bloquear o avanço britânico para Kamina. As forças britânicas tinham pela frente cerca de 60 alemães e 500 soldados togoleses a defender na margem norte do rio Chara. A força germânica aguentou a sua linha de defesa durante dois dias, até recuar para Kamina, cuja estação de rádio foi destruída pelos próprios alemães, em 24 de agosto, tendo as forças britânicas feito 200 prisioneiros.

6.2. A rendição nos Camarões

Após a eclosão da guerra na Europa, também os Camarões foram invadidos por tropas da África Equatorial Francesa, o que não foi contestado pelos alemães, dado que a região era muito pantanosa e pouco desenvolvida. A administração da colónia ainda tentou garantir o estatuto de "neutralidade", face à Grã-Bretanha e à França, nos termos da Ata da Conferência de Berlim de 1885[45], mas os aliados rejeitaram a proposta, até porque os franceses queriam recuperar o terreno cedido para a Alemanha, no Tratado de Fez (1911).

A 25 de agosto de 1914, os Camarões voltaram a ser atacados, agora por uma força anglo-francesa. Os ingleses entraram pelo centro-oeste da colónia, a partir da Nigéria, progredindo em três direções: para norte, para conquistar Maroua, para o centro, para ocupar Forte Garoua, e, para sul, para controlar a região de Nsanakang. Os franceses atacaram no sentido oposto, a partir da fronteira com o Congo Francês, e capturaram a localidade de Kouusseri.

No primeiro contacto, junto ao posto fronteiriço de Tépé, as forças coloniais alemãs retiraram para Forte Garoua. O cerco ao forte teve lugar em 29 de agosto, com uma carga em campo aberto, de que resultou apenas a conquista de uma das cinco trincheiras defensivas. No dia seguinte, os alemães contra-atacaram e recapturam a trincheira, tendo as tropas colónias britânicas fugido para além do território camaronês, deixando os oficiais europeus sozinhos nas trincheiras. Resultou deste ataque a perda da maioria dos oficiais

britânicos, incluindo a morte do comandante da coluna e quase metade das suas forças indígenas; em comparação, os alemães tiveram baixas insignificantes. As outras duas colunas também sentiram uma resistência feroz, por parte dos alemães, acabando por retirar do território.

No início de setembro de 1914, os franceses, reforçados por uma força militar belgas (maioritariamente europeus)[46], com embarcações fluviais e artilharia, conquistaram Limbe, na costa atlântica. A 27 do mesmo mês, uma força aliada (britânicos, francesas e belgas) atacou Douala, a capital, que resistiu até maio de 1915. Também, até março de 1915, as forças alemãs, exceto as que se encontravam em Moroua e Garoua, retiraram para Eaunde (atual Eaoundé), a nova sede da capital, onde resistiram aos ataques aliados, chegando mesmo a travar a Batalha de Gurin (29 de abril), na fronteira da Nigéria. Os ingleses ripostaram com novo ataque a Forte Garoua (31 de maio a 10 de junho), conquistando-o, com o auxílio de uma força francesa. Os alemães, perseguidos pelos aliados, retiraram para Ngaunderéré, onde ofereceram pouca resistência. A 6 de agosto e a 1 de setembro, os franceses tentaram tomar Kilwe, sem êxito.

Assim, o único foco resistente era Eaounda, mas os aliados tinham que aguardar a estação seca para o terreno estar em condições de avançarem numa nova ofensiva. A força franco-belga seguiu a ferrovia alemã, onde encontrou resistências que foram sendo ultrapassadas. O ataque a Eaounda, em novembro, foi executado por uma força conjunta aliada, composta por quatro cruzadores britânicos e franceses e com o apoio de uma flotilha costeira e fluvial improvisada. A maioria dos soldados alemães sobreviventes deslocaram-se para a Guiné Espanhola (atual Guiné Equatorial), que era território neutro, onde foram internados durante o resto da guerra. No início de 1916, as autoridades coloniais alemãs perceberam que a campanha estava perdida, com as forças aliadas a pressionarem Eaunde. Então, o comandante da «*schutztruppe*» ordenou que todas as unidades alemãs, bem como os civis, retirassem para Rio Muni, naquela colónia espanhola.

6.3. A rendição no Sudoeste Africano

A campanha no Sudoeste Africano foi uma "questão de brancos", pois nem os sul-africanos nem os alemães queriam fazer participar os negros nos combates. Em agosto de 1914, o primeiro-ministro sul-africano Louis Botha, ex-general *boer* que emergira como líder político dos «africâneres» moderados, assegurou a Londres que a África do Sul tinha meios para se defender, permitindo que a guarnição britânica partisse para a França, e também se comprometeu-se a invadir o Sudoeste Africano Alemão.

Uma vez que, em setembro, a esquadra alemã do almirante Maximilian von Spee ainda navegava com liberdade, a Marinha Real Britânica bombardeou e destruiu as estações de rádio alemãs em Swakopmund e na baia de

Luderitz[47]. No terreno, esta ação teve o apoio da Força de Defesa da União, liderada por Botha, porque, entre os oficiais sul-africanos, os "velhos *boer*" viram na iniciativa britânica uma oportunidade para reafirmar a sua independência. No entanto, as forças sul-africanas, que iniciaram as hostilidades, em 13 de setembro de 1914, com um ataque ao posto policial de Ramansdrift, na fronteira sul, ainda tiveram o contratempo de debelar a revolta «afrikander», liderada pelo general Manie Maritz, que teve o apoio de forças alemãs, entre 15 de setembro de 1914 e 4 de fevereiro de 1915.

Continuando a progressão para norte, os sul-africanos, com esmagadora superioridade, foram ganhando terreno aos alemães que apenas ofereciam resistência, como retardamento tático, pois não estavam em condições de complementar as suas unidades europeias nem mobilizar soldados africanos, dado que a população indígena tinha sido significativamente reduzida, uma década antes, com o genocídio dos «herero». Depois dos sul-africanos terem tomado WindhoeK, em 12 de maio de 1915, Erich Victor Carl August Franke, o último comandante da «*kaiserliche schutztruppe*», rendeu-se perto de Knorab, a 9 de julho seguinte[48], tendo os prisioneiros alemães sido transportados para campos de concentração perto de Pretória e, depois, transferidos para Pietermaritzburg, na região oriental, a 80 km de Durban.

Até outubro de 1914, dadas as boas relações entre as guarnições dos postos de Angola e da Damaralândia, embora os alemães receassem que os portugueses os poderiam atacar por causa da aliança luso-britânica, não existiam medidas especiais de segurança na fronteira, o que facilitou o episódio de Naulila (19 de outubro), o massacre em Cuangar (31 de outubro) e o ataque alemão a Naulila (18 de dezembro). A 19 de dezembro, perante a ameaça vinda do território alemão, as forças portuguesas abandonaram o Humbe, depois do paiol do Forte Roçadas ter explodido, e retiraram para norte, para Gambos, com intenção de defender Lubango. Motivados pelos combates entre forças europeias, as populações africanas da Huila, tinham-se revoltado, chefiadas pelo soba Mandume, do povo «cuanhama».

A chegada a Angola das expedições militares portuguesas, no final de 1915 e em março seguinte, tinha por missão fazer frente ao ataque alemão vindo do sul da colónia. Em face dos desenvolvimentos na Damaralândia, a missão das forças portuguesas foi reformulada, pelas necessidades de acabar com a revolta das populações da Huíla e reocupar o Forte do Cuamato. Foi neste contexto que se deu o Combate da Mongua (18, 19 e 20 de agosto de 1915) e a consequente ocupação da "embala de Mandume", em 4 de setembro.

6.4. A rendição na África Oriental Alemã

No princípio de 1914, Paul Emil von Lettow-Vorbeck foi nomeado comandante das forças da África Oriental Alemã, no Tanganica. No início da guer-

ra na Europa, ignorou as ordens recebidas do governo de Berlim e do governador da colónia que recomendavam a manutenção da "neutralidade" colonial alemã e aprontou as suas forças para combate. Por isso, quando a Grã-Bretanha tentou ocupar a localidade costeira de Tanga, entre 2 e 5 de novembro de 1914, os alemães responderam rápida e violentamente, fazendo gorar a invasão e repelindo os ingleses.

Conservando os desígnios de combater os ingleses, Lettow-Vorbeck preparou-se para tomar a iniciativa e atacar as linhas de caminho-de-ferro britânicas na África Oriental, conseguindo a supremacia num novo confronto em Jassini (a norte de Tanga), em 18 de janeiro de 1915, o que lhe permitiu vantagens logísticas, designadamente, a captura de armamento moderno, munições e abastecimentos necessários, difíceis de obter, dado o isolamento das forças alemãs em relação à Europa, em resultado do bloqueio naval aliado ao Império alemão.

O plano germânico, no contexto da guerra na África Oriental, consistia em afrontar e capturar o maior número possível de tropas britânicas, mantendo o máximo de pressão sobre as forças remanescentes, com o objetivo de forçar a *Entente* a desviar o efetivo do teatro de guerra na Europa, para África, o que só facilitaria a vitória alemã na Europa. Para minorar as perdas de pessoal, Vorbeck passou a evitar confrontos diretos com forças britânicas, desencadeando ações de guerrilha nas províncias do Quénia e da Rodésia, atacando os fortes britânicos, as ferrovias e as comunicações. Para o efeito, aproveitou tudo o que encontrava disponível, sendo, disso, exemplo paradigmático a utilização do pessoal e armamento, incluindo o material de artilharia, do cruzador alemão *SMS Königsberg*, afundado no delta do Rio Rufiji, em 11 de julho de 1915).

Em março de 1916, os britânicos sob o comando do general Jan Smuts lançaram uma ofensiva, com 45.000 homens. Lettow-Vorbeck, pacientemente, "geriu", a seu favor, as condições climáticas e de terreno enquanto suas tropas lutavam contra os britânicos em suas condições para sua vantagem. Os britânicos, entretanto, continuaram a enviar mais tropas forçando Lettow-Vorbeck a ceder território. Não obstante, ele conseguiu impor por diversas vezes pesadas derrotas aos britânicos, com destaque para os combates de Mahiwa (no sueste de Tanganica), entre 15 e 18 de outubro de 1917, onde perdeu apenas cerca de uma centena de homens, enquanto os britânicos perderam 1.600.

Como a possibilidade de reforçar e manter os efetivos, por parte da Grã-Bretanha, era real e decisiva, Lettow-Vorbeck fez uma incursão para sul e atravessou o rio Rovuma, em novembro seguinte, penetrando em Moçambique, até perto da costa, entre Angoche e Quelimane, onde desenvolveu atividade operacional, durante cerca de nove meses, com ataques a guarnições portuguesas para capturar pessoal e subsistências. Reentrou no território da África Oriental Alemã, em 28 de setembro de 1918, para rumar para sudoeste, em direção

a Kasama, e atacar os ingleses na Rodésia do Norte, evitando a armadilha que os britânicos, entretanto, lhe haviam preparado na África Oriental Alemã.

A 12 de novembro de 1918, um dia após a assinatura do Armistício de Compiègne, tomou Kasama, que os britânicos haviam evacuado, naquela que foi a "última vitória alemã" no conflito. Daí continuou para sul, em direção ao Katanga, tendo chegado às margens do rio Chambeshi, na manhã de 14 de novembro, onde o inimigo o informou de que "a Alemanha manifestara a rendição incondicional de todas as tropas que operavam na África Oriental". Aceitou então as instruções dos britânicos para se dirigir com as suas forças para norte, até Abercorn (atual Mbala) para aí formalmente se render, o que ocorreu a 23 de novembro.

Entretanto, em 25 de agosto de 1914, ocorrera em Moçambique, junto ao rio Rovuma, o primeiro incidente de fronteira, com um ataque alemão ao posto fronteiriço de Maziúa. Em junho de 1915, as forças militares portuguesas receberam a missão de reocupar Quionga, ocupada pelos alemães, desde 1894, e invadir o território da África Oriental Alemã, tentativas que apenas se materializaram no segundo semestre do ano seguinte.

Assim, num primeiro episódio, em 27 de maio de 1916, já depois da declaração de guerra da Alemanha a Portugal (9 de março) as forças portuguesas, reforçadas por forças da Guarda Republicana de Lourenço Marques, levadas para o Norte de Moçambique, pelo governador Álvaro de Castro, tentaram a passagem do Rovuma, mas foram rechaçadas violentamente pelos alemães. Posteriormente, em 19 de setembro, efetivou-se a travessia do Rovuma pela força expedicionária portuguesa, com uma incursão na África Oriental Alemã. Entre 4 de outubro e 28 de novembro, as forças portuguesas desenvolveram uma atividade operacional intensa, na margem esquerda do Rovuma, no eixo Newala, Mahuta, Mikindani, com sucessos de parte a parte, acabando por ser rechaçadas pelos alemães que, em 1 de dezembro, acabaram por incendiar o posto de Nagande, em Moçambique.

Em 1917, as operações, no território moçambicano, tiveram lugar em confrontos entre portugueses e os "askari" de Lettow-Vorbeck e culminaram com o Combate de Negomano, em 28 de novembro, com surpresa para os nacionais, que tiveram baixas substanciais nas tropas europeia e indígena, com mortos, feridos e prisioneiros de guerra, e com o Combate da Serra Macula, de 3 a 8 de dezembro, em que a força expedicionária portuguesa, reforçada com tropas africanas, resistiu a uma coluna alemã que se dirigia para o interior da colónia.

Entre 1 e 3 de julho de 1918, antes das tropas alemãs retornarem à margem esquerda do Rovuma e abandonarem Moçambique, teve lugar o Combate de Nhamacurra, quando as tropas alemãs, chegando a 40 km de Quelimane, no centro de Moçambique, atacaram o depósito de uma grande companhia açucareira, defendido por tropas anglo-portuguesas comandadas pelo tenente-coronel inglês Gore Brown dos *King´s African Rifles*, que morreu em combate.

7. Conclusão

A tentativa alemã de colonização dos territórios africanos, visando o monopólio do comércio internacional, não foi um processo pacífico, confrontado mais com a resistência dos povos do interior, uma vez que os do litoral, ainda não totalmente saneados dos vícios do tráfico negreiro, estavam em transição para outras atividades comerciais. A assinatura de Tratados de protetorado deveria tranquilizar o processo de ocupação, comprovando a extensão dos domínios. Porém, este formalismo provocou frequentes conflitos entre os colonizadores[49], pela corrida às povoações (para "chegarem primeiro" e "venderem proteção e exclusividade de comércio"), os quais, nunca redundando em conflitos militares, foram sempre resolvidos, na Europa, pela via político-diplomática[50].

NOTAS

1 AMORIM (2008), pp. 60-61.

2 França, Alemanha, Prússia, Áustria, Hungria, Milão, Veneza e Palermo.

3 Congressos de Aix-la-Chapole (1818), Carlsbad (1819), Troppau (1820), Laibach (1821), Verona (1822), São Petersburgo (1825), Londres (1830) e Berlim (1878 e 1885).

4 Henrique Dias de Carvalho (1884-1888), ao território da Lunda (Nordeste de Angola) para estabelecer relações de amizade com o potentado local, Francisco Newton (1880-1907), à região de Moçâmedes, e José Pereira do Nascimento, a Benguela e Moçâmedes (1888-1911).

5 Lago Niassa (Moçambique, Malawi e Tanzânia), Lago Tanganica (República Democrática do Congo, a Tanzânia e o Burundi), Lago Kivu (Ruanda e República Democrática do Congo), Lago Eduardo e Lago Alberto (Uganda e República Democrática do Congo), Lago Vitória (Quénia, Uganda e Tanzânia e Lago Turkana (Quénia e Etiópia).

6 Portugal manifestou disponibilidade para se reaproximar e colaborar com a Grã-Bretanha. A historiografia portuguesa tem dado mais ênfase ao episódio do "ultimato" do que à reaproximação diplomática anglo-lusa.

7 LOPES (2005).

8 WONDJI (2010), p. 463.

9 Sede de um *panchayat* do distrito de Nagapattinam (Tamil Nadu, Índia), na Costa de Coromando, 15 km a norte e Karaikal, na foz de um dos canais do rio Kaveri. Foi capital da Índia dinamarquesa (1620 a 1845). O *panchayat* é um sistema político indiano que agrupa cinco vilas num quincôncio (uma vila central rodeada de quatro vilas periféricas), cada uma das quais tem tarefas e responsabilidades próprias, sendo que a central, normalmente a maior, armazena os bens alimentares e é sede administrativa.

10 Inspirado no modelo estabelecido pelos Países Baixos com a *Verenigde Oostindische Compagnie* («Companhia Unida das Índias Orientais»), também conhecida por «Companhia Holandesa (Neerlandesa) das Índias Orientais», foi uma companhia majestática formada, em 1602, em Amsterdão (dois anos depois da formação da «Companhia Inglesa das Índias Orientais»). Para apoiar o comércio colonial, enquanto fonte de metais preciosos, foi criado, em 1609, o Banco de Amsterdão. O atual conceito de "ações" surgiu na dinâmica financeira desta companhia holandesa, a qual, devido aos bons resultados, se tornou cada vez mais um organismo estatizado, com autoridade militar e poder bélico, para administrar ou impor os seus direitos e pretensões nos mares.

11 Descoberta por Nuno Tristão, em 1441, a ilha de Arguim foi um local muito cobiçado pelas nações mercantis da Europa, devido à sua localização estratégica. Os portugueses mantiveram-se ali até fevereiro de 1633, data em que a ilha foi conquistada pelos holandeses das Províncias Unidas, então em plena Guerra dos Oitenta Anos (1568 a 1648) contra a Espanha,

à qual Portugal se encontrava ligado desde 1580. A presença neerlandesa em Arguim prolongou-se até 1678, com uma breve interrupção em 1665, devido à ocupação da ilha por forças britânicas. Forças francesas ocuparam a ilha em setembro de 1678, pondo fim à dominação holandesa, mas a ilha foi de seguida quase abandonada pelos europeus, assim permanecendo por cerca de cinco anos. Em 1701, a incorporação de Brandemburgo na Prússia, fez transitar Arguim para o controlo deste reino. Numa tradição antiga de comportamentos despóticos dos governadores, ocorreram graves incidentes; em abril de 1714, o governador Jan de Both esmagou com inaudita crueldade uma revolta da guarnição, torturando os sublevados aprisionados e pendurando os mortos como "*cordeiros no carniceiro*", tendo alguns dos torturados sido abandonados em ilhas desertas; seguidamente, Jan de Both transformou a ilha numa base de piratas, manipulando os árabes contra a guarnição e negando-se a obedecer ao rei da Prússia.

12 Em 1721, perante o desinteresse da Prússia pelas suas colónias africanas, o território voltou à posse da França, apenas para ser perdido para os holandeses no ano imediato. Semiabandonada pelos holandeses, em 1724 a ilha de Arguim voltou à posse dos franceses, que ali permaneceram até 1728, ano em que abandonaram a ilha ao controlo dos líderes tribais mauritanos. A fortificação foi explodida na ocasião da retirada. A ilha voltou ao controlo francês nos princípios do século XX, quando foi incorporada no protetorado da Mauritânia. Em 1960, com a independência da Mauritânia, Arguim passou a fazer parte do território do novo Estado. Durante a sua conturbada história, a ilha foi um centro do comércio da goma-arábica e durante muitos anos um importante local de caça de tartarugas marinhas. A aridez do solo, a crescente escassez de água potável e a as dificuldades em aceder à ilha com navios de grande calado dificultaram o desenvolvimento do povoamento, levando a um prolongado declínio.

13 Bolama (presidente dos EUA, Ulisses S. Grant, 21 de abril de 1870); baía de Lourenço Marques (presidente da República Francesa marechal Mac Mahon, 24 de julho de 1875).

14 BANNING (1878), pp. 127-129 (Discurso de abertura, pelo Rei da Bélgica) e pp. 130-133 (Declaração da Conferência).

15 MAGALHÃES (2000).

16 KISSINGER, Henry, *Diplomacia*, Lisboa: Ed. Gradiva, 1996, p. 125. Cf. SANTA-RITA, José Gonçalo, *A África nas Relações Internacionais depois de 1870*, Lisboa, Estudos de Ciências Políticas e Sociais, Junta de Investigação do Ultramar, 1959, p. 81. Santa-Rita defende que "(...) era opinião geral que a Alemanha, desejando manter a supremacia na Europa, não se arrojaria a conquistas ultramarinas (...)".

17 O "impulso africano" resultou, entre outros aspetos, dos baixos preços dos produtos africanos, o que criou demanda para controlar os mercados africanos e incrementar a produção no interior do Continente.

18 M'BOKOLO (20011), Tomo II, p. 311.

19 PETER (2007).

20 Na prática, não pôde ser seguido à risca o plano de Bismarck. Várias vezes ingleses e franceses reclamaram contra a ocupação de territórios pelos alemães e o governo alemão teve que entrar em negociações com os respetivos governos.

21 STOGIANNOS (2013).

22 SCHECK (1919), pp. 2-5.

23 Ratzel deixou bem claro na *Antropogeografia* que é contra o "determinismo simplista".

24 SMITH (1980), pp. 51-68. Ratzel advogava colónias ultramarinas para a Alemanha, na Ásia e África, mas não uma expansão em terras eslavas.

25 Em 1859, Charles Darwin (1809-1882) publicou *Origem das Espécies*. A ideia de que os seres vivos evoluem já estava formulada desde meados do século XVIII e início do século XIX. Lamarck (1744-1829) foi o primeiro a fazer uma sistematização dessa ideia concluindo que o organismo se adapta ao meio onde está inserido e acaba por se modificar.

26 Criada em 1890, exaltava o nacionalismo alemão, "devendo ser combatida qualquer nação contrária a este objetivo, para não prejudicar o orgulho alemão". Este ideal deveria ser difundido na sociedade, nas leis nacionais e nas escolas. Os seus membros, amparados na lei alemã, buscavam a educação das crianças de acordo com os seus objetivos ideológicos. Eram

extremamente favoráveis à expansão militar, com a finalidade de trazer benefícios, "custasse o que custasse", para o desenvolvimento da Alemanha.

27 CHILVER (1996).

28 Desde 1842, tinham-se estabelecido algumas missões prussianas no Sudoeste Africano.

29 Também designado Acordo Anglo-Germânico, foi assinado entre Grã-Bretanha e a Alemanha, sobre os seus interesses em África. A Alemanha ganhou as ilhas de Helgoland (originalmente no Holstein-Gottorp dinamarquês, Mar do Norte), a Faixa de Caprivi (Namíbia), e a possibilidade de controlar e adquirir a costa de Dar-es-Salaam (África Oriental Alemã). A Alemanha, sob o compromisso de não interferir nas ações do Reino Unido, que havia declarado um protetorado no Sultanado insular de Zanzibar (Zanzibar e Pemba), cedeu o protetorado sobre o Sultanato de Wituland (*Deutsch-Wituland*, no Quénia) e partes da África Oriental, para construção do caminho-de-ferro até ao Lago Vitória. Adicionalmente, o tratado estabeleceu a esfera de interesse alemã no Sudoeste Africano Alemão e confirmou as fronteiras entre a Togolândia alemã e a Costa do Ouro britânica, e os Camarões alemães e a Nigéria britânica.

30 Região limitada pela Ovambolândia (norte), pelo Deserto do Namibe (oeste), pelo Deserto do Kalahari (este) e pela região de Windhoek (a sul). Ali, viviam os povos de etnia «herero» que, no século XIX, eram referidos pelos europeus como os "damaras". O termo caiu em desuso com o fim da presença alemã no Sudoeste Africano, mas foi retomado na década de 1970 pelo regime do *apartheid* sul-africano que iniciou a constituição de um "bantustão" (terra do povo) designado por *Damaraland*, destinado ao estado autónomo do povo «damara».

31 HULL (2005).

32 De acordo com o relatório Whitaker das Nações Unidas, de 1985, cerca de 65.000 «hereros» (80% do total) e 10.000 «namaquas» (50% do total) foram mortos entre 1904 e 1907.

33 Patent of Patronage for Carl Peters's Society for German Colonization (February 27, 1885), http://www.germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub_document.cfm?document_id =1869&language=english.

34 MARQUES (1999), pp. 279-294.

35 Os "apetites" de três grandes potências coloniais europeias da época (Inglaterra, Alemanha e França) em relação a Angola, Moçambique e Guiné (respetivamente). Eram também três dos grandes credores internacionais, de Portugal, no início da 1.ª República. A dívida portuguesa era, como hoje, um dos «calcanhares de Aquiles» da economia portuguesa e havia quem advogasse a entrega das colónias para apaziguar os "apetites devoradores" estrangeiros.

36 PATRÍCIO, Miguel, *Do Ultimatum de 1890 ao Tratado Luso-britânico de 1891 – Ensaio de História Diplomática*, http://www.idbfdul.com/uploaded/files/2013_10_11371_ 11413.pdf.

37 GUEDES (1935), pp. 424 e seg. Os alemães denotavam uma grande preocupação com a revolta republicana do Porto, de 31 de janeiro de 1890. Anos mais tarde, o embaixador da Alemanha em Lisboa, Christian von Tattenbach, relataria para Berlim que o descontentamento com a Monarquia chegara ao Exército e à Marinha.

38 Quando Portugal tentou negociar um empréstimo com a França e surgiu a hipótese de o garantir com o rendimento da Alfândega dos Açores, os EUA revelaram, pela primeira vez, interesse por aquele arquipélago, ao que os ingleses se opuseram.

39 PORTUGAL (1993), pp. 185 e 249-250.

40 Indevidamente designada "Tratado de Windsor", a declaração secreta luso-britânica resultou das conversações do ministro de Portugal, em Londres, com Lord Salisbury, e reforçou os tratados de 1642 e 1661. Desde 1879, a Inglaterra desejava anexar o Transval e Orange, pelo que sempre se interessou pelo controlo da Baía de Lourenço Marques, disputando esse acesso com o Transval. Os interesses nos portos da Beira e de Lourenço Marques eram sobretudo pelo controlo do tráfego comercial e pela possibilidade de, em caso de guerra, ali desembarcar forças. V. tratado com Portugal, em 1879, e os acordos que proibiam a importação de armamento e o trânsito de tropas inglesas. Assim, o grande objetivo inglês, na década de 1890, era impedir o apoio da Alemanha ao Transval e assegurar o isolamento dos *boer*.

41 Afonso XIII de Espanha revelou intenções de entrar em Portugal, pois não lhe convinha a vizinhança de uma República anárquica. Esta intervenção foi evitada pela Inglaterra.

42 ALMADA (1946), p. 147. A revisão decorreu ao longo de todo o ano de 1913, nunca tendo sido definida uma data para a sua publicação, em virtude da existência de inúmeras negocia-

ções sobre uma diversidade e multiplicidade de áreas de interesse. Outros factos vieram provocar o adiamento da publicação, concretamente o conhecimento pela França das negociações.

43 BERNHARDI (1916), p. 164. Cf. CESAR (1916), pp. 19-41.

44 http://www.britishcolonialafrica.com/PDFS/10_LIEUT_COLONEL_BRYANT_8_Sing le_20_3. pdf.

45 Artigos 10.º e 11.º, do *Cap. III – Declaração referente à neutralidade dos territórios compreendidos na bacia convencional do Congo.*

46 A força belga reforçou os franceses, até final de outubro.

47 SONDHAUS (2013).

48 No início da Primeira Guerra Mundial, e muito antes da declaração formal de guerra entre Portugal e a Alemanha, Erich Franke comandou a retaliação alemã contra as forças portuguesas na região do Cunene, Angola, incluindo o ataque a Cuangar, de que resultou a morte do tenente Ferreira Durão, e o ataque a Naulila, que desencadeou o envio de uma força expedicionária para a região, comandada pelo general Pereira d'Eça. Franke assumiu, a 12 de novembro de 1914, o comando da «*Schutztruppe*» da colónia após o falecimento de Joachim von Heydebreck. Nessas funções dirigiu a guerra contra as forças da União Sul-Africana comandadas por Louis Botha que invadiram o território sob soberania alemã. Após uma dura luta, foi obrigado a render-se com 2 166 homens, entregando-se às forças da União Sul-Africana nas proximidades de Khorab, a 9 de julho de 1915, aí assinando um acordo de capitulação que ficou conhecido como Tratado de Khorab. Menos de cinco semanas depois, as forças sul-africanas controlavam todo o território da colónia alemã.

49 Na África Oriental, entre alemães e ingleses, e, África na ocidental entre franceses e ingleses.

50 LAMY (2010), pp. 19 e 20.

Bibliografia

AFONSO, Aniceto (1989), *A Primeira Guerra Mundial e a situação das colónias portuguesa. A intervenção de Portugal no conflito*, in *Portugal no mundo*, dir. Luis de Albuquerque, Lisboa, Alfa, Vol. 6, p. 282-294.

AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos de Matos (2010), *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918,* Lisboa, Quidnovi.

ALMADA, José de (1946), *Convenções anglo-alemães relativas às colónias portuguesas*, Lisboa, Estado-Maior do Exército, p. 147.

AMORIM, F. (2008) – «A Europa dos nacionalismos imperiais: Berlim, 1885», in MOITA, Luís [dir. de] – *Janus 2008*, Lisboa, Ed. Público e Universidade Autónoma, 2008.

ARRIFES, MARCO FORTUNATO (2004), *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa: Angola e Moçambique (1914-1918)*, Lisboa, Edições Cosmos e Instituto de Defesa Nacional.

BANNING, Emile Theodore Joseph Hubert (1878), *L'Afrique et la Conference géographique de Bruxelles*, Bruxelles, Librairie Européenne C. Muquardt.

BERNHARDI, Friedrich von (1916), *Deutschland und der Nächste Krieg,* 6.ª ed., trad. Língua espanhola, A*lemania y la próxima guerra* http://fama2.us.es/fde/ocr /2011/ alemaniaYLaProximaGuerra.pdf.

BRAZ, Moura (1952), *A Guerra Anglo-boer*, In *Boletim da Sociedade de Ggeografia de Lisboa, S*érie 70, nº 7-9 (jul-set), pp. 227-255.

BÜHRER, Jules (1922), *L'Afrique orientale allemande et la guerre de 1914-1918*, Paris, L. Fournier.

BUKASA, Mayele e TSHIYEMBE, Mwayila (2013), *A África Face aos Seus Problemas de Segurança e de Defesa*, Mangualde, Edições Pedago.

CESAR, Vitoriano (1916), «O livro do general Bernhardi – "A Alemanha e a próxima guerra", *Revista Militar,* Ano 68, N.º 2, Fev, pp. 19-41.

CHILVER, Elizabeth Millicent (1996), *Zintgraff's Explorations in Bamenda, Adamawa and the Benue Lands, 1889-1892*, Oxford, Friends of the Buea Archives, http:// books. google.pt/books?id=7SJp9RX0v3sC&pg=PA31&lpg=PA31&dq=Zintgraff's+Explorations+in +Bamenda,+Adamawa+and+the+Benue+Lands,&source=bl&ots=u67xLonuMt&sig= OAZZNCn19nfLJpva2gAvWXg8j8&hl=pt-PT&sa=X&ei=IRh9U7y7MKrmywOtuoLICw&ved =0CEkQ6AEwBA#v=onepage&q=Zintgraff's%20Explorations%20in%20Bamenda% 2C%20Adamawa%20and%20the%20Benue%20Lands%2C&f=false.

COSTA JUNIOR, José Ribeiro da (1921), *Serviços administrativos na campanha do sul de Angola em 1914-1915*, Lisboa, Edição do "Boletim de Administração Militar", 2.ª edição.

COSTA, Fernando Carlos das Dores (1995), *Portugal e a Guerra Anglo-Boer (1899-1902) – Política externa e opinião pública*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

DE WET, Christiaan Rudolf (1903), *A Guerra Anglo-boer. Impressões do Transvaal*, Lisboa, Typographia Universal, Volume II.

GARCIA, Francisco M. Proença, *Análise Global de uma Guerra (Moçambique 1964-1974)*, http://www.triplov.com/miguel_garcia/mocambique/capitulo1/grandes_poderes.htm.

GUEDES, Armando Marques, in PERES, Damião (1935), *História de Portugal*, Volume VII (Quinta Época – 1816-1918), Barcelos.

GUEVARA, Gisela (2006), *As relações entre Portugal e a Alemanha em torno da África: finais do século XIX e inícios do século XX*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros.

HULL, Isabel Virginia (2005), The military campaign in Southwest Africa, 1904-1907, http://www.ghi-dc.org/publications/ghipubs/bu/037/6hull.pdf.

KISSINGER, Henry (1996), *Diplomacia*, Lisboa: Ed. Gradiva.

LAINS, Pedro e COSTA Fernando (2002), "Portugal e a guerra Anglo-Boer", in *Ler História*, n.º 42, pp. 153-174.

LAMY, Phillippe (2010), *A Ocupação Colonial da África. Da Conferência de Berlim à Primeira Guerra Mundial*, São Paulo, Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores, Col. Textos para Debate, http://5c912a4babb9d3d7cce1-6e2107136992060ccfd52e87c213fd32.r10.cf5.rackcdn.com/wp-content/files/Caderno16Africa.pdf

LOPES, Marília dos Santos (2005), *Otto von der Groeben: uma viagem ao Atlântico em nome de Brande-burgo*, http://cvc.instituto-amoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/marilia_santos_lopes. pdf.

MAGALHÃES, José Calvet de (2000), *Portugal e Inglaterra: de D. Fernando ao mapa cor-de-rosa (II)*, http://www.janusonline.pt/1999_2000/1999_2000_1_25.html#dados.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1999), "*Relações entre Portugal e o Mundo Germânico nos Séculos XIX e XX"*, Lisboa, Separarata de *CULTURA – Revista de História e Teoria das Ideias,* Vol. XI (2.ª Série), pp. 279-294.

MARTINS, Luís Augusto Ferreira (1942, *A cooperação Anglo-Portuguesa na Grande Guerra de 1914-1918*, Lisboa, Serviços de Informação e Imprensa da Embaixada Britânica.

M'BOKOLO, Oikia (20011), *África negra. História e civilizações (Do século XIX aos nossos dias)*, trad. Manuel Resende, rev. Alfredo Margarido e Isabel Castro Henriques, Lisboa, Ed. Colibri, Tomo II.

PATRÍCIO, Miguel (2013), *Do Ultimatum de 1890 ao Tratado Luso-britânico de 1891 – Ensaio de História Diplomática*, http://www.idb-fdul.com/uploaded/files /2013_10_11371_11413.pdf.

PETER Wolfgang (2007), *Die Kolonialpolitik des Deutschen Kaiserreichs in Afrika*, http://www.mgfa.de/html/einsatzunterstuetzung/downloads/meuhva07petteru.pdf.

PORTER, Andrew (2011), *O imperialismo europeu 1860-1914*, Lisboa, Edições 70.

PORTUGAL, José Maria de Almeida Correia de Sá (1993), *Memórias do sexto Marquês do Lavradio*, 2ª ed. Lisboa: Editora Ática.

PROTHERO, G.W. (1920), *German Colonization*, London, Handbooks Prepared Under the Direction of the Historical Section of the Foreign Office, Published by HMSO.

SANTA-RITA, José Gonçalo (1959), *A África nas Relações Internacionais depois de 1870*, Lisboa, Estudos de Ciências Políticas e Sociais, Junta de Investigação do Ultramar.

SANTOS, Victor Marques dos (2011), "As negociações anglo-alemãs sobre a partilha das Colónias Portuguesas", In *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa,* Série 129, nº 1-12 (jan-dez), pp. 58-75.

SARMENTO, José Estevão de Morais (1930), *A expansão alemã: causa determinante da guerra de 1914-1918: suas tentativas e perigos na África portuguesa*, Lisboa, Guimarães & Cª.

SCHECK, Raffael (1919), *Alfred von Tirpitz and German right-wing politics, 1914-1930*, New Jersey, Humanities Press, 1998, p. 2-5, http://books.google.pt/books?id=o6cgn85Wy2sC&pg=PR3&hl=pt-PT&source=gbs_selected_pa ges&cad=2#v=onepage&q&f=false.

SELVAGEM, Carlos (1931), Portugal Militar – Compêndio de História Militar e Naval de Portugal desde as Origens do Estado Portucalense até ao fim da Dinastia de Bragança, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, Col. Estudos e Temas Portugueses.

SMITH, Woodruff D. (1980), "Friedrich Ratzel and the Origins of Lebensraum", *German Studies Review*, vol. 3, n.º 1 (fevereiro), pp. 51-68.

SONDHAUS, Lawrence (2013), *A Primeira guerra mundial: história completa*, http://books.google.pt/books?id=esdnAwAAQBAJ&pg=PT149&lpg=PT149&dq=Luderitz+e+Swakopmund,+onde+se+encontram+esta%C3%A7%C3%B5es+de+r%C3%A1dio&source=bl&ots=qLEh-EL46x&sig=69vlqdTyDE3Id9KdA4DE4K3uir4&hl=pt-PT&sa=X&ei=MM18U 4X7G-bLg7Qa_jYGYDw&ved=0CC4Q6AEwAA#v=onepage&q=Luderitz%20e%20Swakopmund%2C%20onde%20se%20encontram%20esta%C3%A7%C3%B5es%20de%20r%C3%A1dio&f=falseT&sa=X&ei=MM18U4X7GbLg7Qa_jYGYDw&ved=0CC4Q6AEwAA#v=onepage&q=Luderitz%20e%20Swakopmund%2C%20onde%20se%20encontram%20esta%C3%A7%C3%B5es%20de%20r%C3%A1dio&f=false

STOGIANNOS, Alekos (2013), *Friederich Ratzel nd the Eastern Question: Flag Follows Trade*, http://cg.turkmas.uoa.gr/index.php/cg/article/view/33/47.

TEIXEIRA, Nuno Severiano (1996), *O Poder e a Guerra (1914-18) – Objectivos Nacionais e Estratégias (…)*, Lisboa, editorial Estampa, Col. Histórias de Portugal.

ULRICH, Rui Enes (1909), Política colonial: *Lições feitas ao curso do 4º ano juridico no ano de 1908-1909*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

WONDJI, Christophe (2010), *Os Estados e as culturas da costa da Alta Guiné*, in «História geral da África: África do séc. XVI ao XVIII, Vol. V, ed. Bethwol Allan, Brasília, UNESCO.

WORBECK, Von Lettow (1923), *As minhas memorias da África oriental,* trad. Abílio Paies de Ramos.

Revista Militar
N.º Temático – maio 2014
pp. 393-402

Reviver "A Grande Guerra na África Portuguesa" de Henrique de Pires Monteiro



Coronel Tirocinado João Vieira Borges*

1. Introdução

Neste número dedicado à memória da participação de Portugal na I Grande Guerra (I GG) em terras de África, ficámos com a incumbência de revisitar um dos vários artigos publicados na Revista Militar que abordasse, de modo mais genérico, a participação de Portugal naquele conflito, na África Portuguesa.

Marcados pelos vários escritos relativos ao "esforço português em África", da autoria do Coronel Eduardo Alfredo Araújo Barbosa e pelos inúmeros artigos sobre a I GG escritos pelo General José Estevão de Morais Sarmento (então presidente da direção da Revista Militar), escolhemos para análise mais cuidada um artigo intitulado "A Grande Guerra na África Portuguesa", da autoria do Coronel Henrique de Pires Monteiro (1882-1958), publicado no nº 9/10 de Setembro/Outubro de 1923, do ano LXXV, da *Revista Militar* (pp. 456-473).

Este artigo consiste na transcrição e revisão do discurso proferido pelo autor, na sala Portugal da Sociedade de Geografia de Lisboa, durante a "sessão solene comemorativa do Esforço da Raça", em 9 de Abril de 1923, presidida pelo Presidente da República, Dr. António José de Almeida. O Coronel Pires Monteiro[1] era então o secretário-geral da Comissão dos Padrões da Grande Guerra, numa altura de grande exaltação dos valores nacionais e em particular dos combatentes da I GG, de que também era um representante reconhecido pelos seus pares. Oficial de Administração Militar e baluarte do pensamento republicano, Pires Monteiro tinha um pensamento esclarecido

* Vogal Efetivo da Direção da Revista Militar.

1 Sobre o pensamento de Pires Monteiro aconselhamos a seguinte leitura: Duarte, António Paulo, *Henriques Pires Monteiro: Teoria Social e Teoria da Guerra,* Revista Militar, n.º 2539/2540, Agosto/Setembro 2013 (http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=842).

sobre a guerra (como ciência social) e a estratégia (estritamente relacionada com o vetor militar), consolidado com a sua participação na I GG, designadamente como Chefe de Estado-Maior da coluna de Pereira de Eça, em Angola (1915) e como Chefe da Repartição de Organização de Instrução do Quartel-General do Corpo Expedicionário Português, entre 1917 e 1918. Claro defensor do papel pacificador das Organizações Internacionais (caso da Sociedade das Nações), foi depois Ministro, Deputado e Governador civil, tendo mais tarde sido afastado pela "purga" salazarista dos anos trinta.

Apesar da conjuntura do discurso e necessariamente das expressões de oralidade constantes no artigo em análise, Pires Monteiro tinha o dom da palavra, do saber e da experiência como combatente na I GG, nos teatros de operações africano e europeu. Nesse sentido, faremos uma leitura com especial ênfase para a parte mais ligada especificamente ao teatro africano, na linha da metodologia deste número, mas sem deixar de cuidar da guerra no seu conjunto e da conjuntura política, económica e social que Portugal então atravessava.

Reviver (citando – de acordo com a metodologia deste número) as histórias da história, com o necessário equilíbrio entre o rigor e a isenção, constituiu um desafio aliciante, com a consciência assumida de que, cem anos depois da I GG, a historiografia tem necessariamente um discurso mais rigoroso, distante e factual do que foi a participação de Portugal naquele conflito e na África Portuguesa em particular[2].

2. "A Grande Guerra na África Portuguesa"

Num discurso centrado na evocação dos feitos de bravura e dos atos de "abnegação dos marinheiros e soldados [...] que combateram em França e lutaram em África", Pires Monteiro começa por sublinhar a importância da História para a construção de uma nova "Terra Portuguesa". Destaca logo, nas suas primeiras palavras, que falará da recente epopeia africana, entendida, já então, como uma "tragédia menos conhecida mas de contornos igualmente violentos". Ressalva igualmente, que a Comissão dos Padrões da Grande Guerra, na sua missão de erguer em Luanda e Lourenço Marques dois padrões, pretende marcar o esforço coletivo e afirmar o direito de Portugal a essas duas vastas colónias.

Exaltada a "página brilhante da nossa política externa que foi a intervenção militar na Grande Guerra", começa por fazer alusão ao 9 de Abril de

2 Para uma leitura mais cuidada de Portugal na I GG ver: Afonso, Aniceto & Gomes, Carlos de Matos, *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918,* QuidNovi, 2010.

1918, numa linguagem de afirmação da memória (típica da época), que faz a ligação permanente entre os ilustres antepassados e o povo português do século XX, "bravo e dócil […], trabalhador e inteligente". Estas palavras plenas de exaltação, envoltas de um patriotismo assente nos símbolos são, no entanto, entrecortadas com chamadas à razão, com alusões pontuais às divisões internas e às "lutas estéreis e prejudiciais."

Pires Monteiro justifica ainda o significado moral e material da intervenção militar da República Portuguesa na I GG, destacando "os tratados da velha aliança"[3], a defesa dos princípios do Direito, o protesto imediato contra a violação das fronteiras, e a necessidade de proteger os extensos domínios coloniais[4]. Sublinha a responsabilidade da intervenção e o papel de Portugal na I GG destacando:

> *"[…] somos a Nação detentora do triângulo do Atlântico e de ainda hoje extensos domínios coloniais, 23 vezes superiores ao pequeno Portugal, que é este querido torrão, cuja herança nos cumpre respeitar, tornando-a maior. Não podíamos ser meros espectadores desse prélio, em que milhões de homens deviam cair nobremente defendendo as suas Bandeiras, mantendo-as como símbolos augustos das almas ancestrais […]. Dessa Grande Guerra deveriam resultar profundas transformações no mapa político do mundo. […] As antigas colónias do vencido deveriam atribuídas aos vencedores e – ai de Portugal! Ai das nossas colónias! – se não tivéssemos sentido, se os dirigentes e, finalmente, a alma sonhadora, o pressentimento da raça, a consciência colectiva do Povo, não tivessem compreendido a alta significação desse conflito quando ele surgiu […]*
>
> *A nossa intervenção militar foi a afirmação do nosso direito e foi a confirmação das virtudes dos nossos maiores, não adormecidas. Foi o nosso Passado, que nos guiou! Foi a Epopeia das Descobertas e das Conquistas que nos impôs esta nova Epopeia do Direito e da Justiça*." (pp. 459-460)

Estas palavras representam, na sua generalidade, o discurso oficial e patriótico, em 1923 (numa altura de profunda crise política, económica e financeira)[5], independentemente das divisões internas que estiveram e estavam

3 É na sequência da (discutível e muito discutida) declaração governamental feita em Lisboa, a 7 de agosto de 1914, que o aliado inglês solicitou ao governo português, no dia 13, que uma força militar britânica desembarcasse na cidade da Beira e atravessasse o território de Moçambique para completar o contingente da Niassalândia.

4 Sugere-se a leitura de: Fraga, Luís Alves de, *Portugal a Europa e as colónias,* Combatente, Edição 367, Março 2014, pp. 18-21.

5 Em janeiro desse ano de 1923 tinham falido cinco bancos e, por altura da conferência, Portugal procurava obter (mais) um empréstimo no meio da agitação social (não só em torno

ainda presentes relativamente à participação de Portugal na I GG, em especial no que concerne ao teatro de operações europeu. Na realidade, as três principais razões externas que nos levaram à participação na I GG passaram pela manutenção da soberania sobre as colónias, pela independência nacional face a uma possível atitude hegemónica por parte da Espanha, mas também pelo desejo de algum afastamento relativamente ao aliado sufocante que constituía a Grã-Bretanha. Estas razões estão "diluídas" no artigo, com maior destaque para a necessidade de manutenção da soberania sobre as colónias (as razões internas fundem-se, sobretudo, nas várias mensagens que deixa entre as principais linhas). Efetivamente, "as colónias portuguesas em África eram objecto de interesse económico e estratégico por parte das grandes potências: a França, a Inglaterra e a Alemanha. […] por duas vezes antes da guerra, em 1898 e em 1912-1913, a Inglaterra e a Alemanha negociaram, entre si, secretamente, a partilha das colónias portuguesas. Durante a guerra, várias potências se interessaram pelo destino eventual das colónias portuguesas: a França, a Bélgica e a própria Itália. Mas, como é óbvio, mais do que todas elas, a Alemanha e a Inglaterra"[6].

E sobre a Batalha de La Lys fala ainda durante alguns minutos, resumindo que a divisão portuguesa cumpriu o seu dever, pois "resistiu e morreu ou foi feita prisioneira, mas não faltou ao cumprimento do seu glorioso dever." Termina esta parte do seu discurso, fazendo alusão à homenagem tecida por um adversário (seu também, porque ali combateu…) numa inscrição escrita em alemão junto de uma aglomeração de farrapos humanos: "Aqui jaz um valente português."

Finalmente, aborda o que foi "a Grande Guerra na África Portuguesa", numa perspetiva de sentida homenagem e respeito pelos "gloriosos combatentes do Sul de Angola e do Norte de Moçambique". A recente epopeia em terras de África, "teatro das primeiras lutas de ambições, o pretexto dos modernos planos de imperialismo, quando conhecidos os recursos soberbos do seu solo e as riquezas das suas inexploradas entranhas", traduz o essencial das razões de estado, pois as emoções de quem sofreu em terras de Angola estão imbuídas nas palavras que se seguiram, traduzidas num "esboço flagrante dessa página da nossa epopeia colonial", do seguinte modo:

do preço do pão, que tinha dado origem a assaltos a padarias no final do ano anterior). Apesar de tudo "o ano de 1922 foi excecionalmente bom (crescimento de 35,5% do PIB)" e o de 1923 atingiria um crescimento próximo dos 4,5% do PIB. Para mais pormenores relativos a este período da Primeira República é obrigatório ler: Telo, António José, *Primeira República II: Como cai um Regime,* Editorial Presença, 2011.

6 Teixeira, Nuno Severiano& Barata, Manuel Themudo, *Nova História Militar de Portugal,* Círculo de Leitores, Vol 4, 2004, p. 17.

"Angola e Moçambique confinavam com possessões alemãs […] No Sul de Angola se iniciaram as hostilidades. Em 18 de Dezembro de 1914 ocorreu Naulila. […] Naulila e Môngua são os dois nomes a registar […] Naulila é um combate indeciso e finaliza com honra para as nossas armas. Os vizinhos da antiga Damara invadem o nosso território e atacam com notável superioridade numérica, mas não alcançam a decisão. Cento e trinta portugueses combatem rijamente, cobrindo-se de glória e os bravos e indómitos dragões dão o exemplo de audácia e de resolução. […] Todo o Sul de Angola revoltado, os nossos fortes abandonados com armas e munições, os nossos postos – sentinelas isoladas e gloriosas e gloriosas na imensidão do sertão – tinham sido trucidados ou as suas diminutas guarnições, dolorosamente perdidas, debatiam-se na incerteza do seu destino.

Que trágicos episódios, que nobres atitudes de energia moral não registaria, quem pacientemente coligisse os depoimentos dos poucos sobreviventes […]. Foi assim o Sul de Angola em princípios de 1915! A centenas de quilómetros da costa, num clima de tormento, as febres calcinado e matando, as comunicações difíceis, sem um rápido socorro, permaneceram os gloriosos sobreviventes de Naulila. Que energia magnífica de chefes e de soldados para resistirem a tão largo período de incertezas! […].

Em Agosto dão-se os combates de Môngua. Realiza-se a marcha, que definitivamente pacificaria toda a vasta região Além Cunene. Três colunas são lançadas com objectivos bem determinados. […] O heroico quadrado Môngua fora cercado! A cavalaria dizimada pela sede! Os homens reduzidos a um quarto de ração e a dois decilitros de água em cada dia! Retirar era impossível! […]. Foram quatro dias de incertezas! Que força moral demonstraram os sitiados. Que magnifica energia evidenciou a minúscula coluna de socorro, realizando a assombrosa marcha de 110 quilómetros em três dias e três noites consecutivas, facto único nas campanhas coloniais e todo o mundo! Naulila e Môngua são os episódios que definem a Grande Guerra na nossa província de Angola." (pp. 464-467)

Esta abordagem da I GG em terras de Angola[7] é circunscrita a dois momentos compreensivelmente glorificados (Naulila e Môngua), no entanto, nas

7 A Alemanha, que era detentora da colónia do Sudoeste Africano, tinha pretensões a estender a sua presença no espaço africano, com especial destaque para o Sul de Angola. Os primeiros incidentes com as tropas alemães deram-se em Maziúa, no Norte de Moçambique, em Agosto de 1914. Entretanto, a expedição portuguesa, sob o comando de Alves Roçadas (seria substituído por Pereira de Eça), partiu a 10 e 11 de setembro de 1914 e desembarcou em Moçâmedes a 27 do mesmo mês e a 1 de Outubro (seria reforçada por novos contingentes em novembro e dezembro). A expedição para Moçambique seria comandada por Massano

entrelinhas de quem combateu junto do General Pereira de Eça, notam-se as profundas fragilidades de uma tropa portuguesa impreparada para o teatro de operações, desde o terreno, às gentes, passando por um inimigo de maior dimensão e com melhor preparação. Também por isso, não esquece os camaradas mortos em campanha, como o Major Afonso Pala, o Capitão Ferreira Durão, o Capitão Sebastião Roby, o Tenente Passos e Sousa e o Alferes Damião Dias, entre outros nomes "gravados eternamente no Livro de Ouro, extenso e brilhante, do nosso soberbo martirológio colonial". Não esquece, ainda, a luta no mar que tirou a vida a Raul Cascais e Carvalho Araújo.

Apesar de Naulila ter marcado o início da intervenção portuguesa na I GG e do pessoal mobilizado para Angola[8] ter atingido números importantes no final do ano de 1914, o desenrolar da situação no teatro de operações africano transportaria o protagonismo para Moçambique, onde o número de baixas foi bastante superior (de 2133 homens, com 810 mortos em Angola, para 13.872 homens, com 4811 mortos em Moçambique!).

Relativamente a Moçambique, Pires Monteiro é mais ligeiro e distante na análise (assume inclusivamente que só conhece os episódios pelos relatos…), apesar de interpretar essa luta como "mais áspera" e indiscutivelmente mais "contínua no tempo", entre meados de 1916 e setembro de 1918. De entre as suas palavras destacamos:

> *"Essa região, difícil, compreendida entre os Rios Rovuma e Zambeze, limitada pelo Oceano Índico e Lago de Niassa foi o vasto quadrilátero, onde a a*ção das nossas tropas metropolitanas e indígenas, se exerceu durante esses prolongados meses. *Aí a guerra teve as dificuldades tremendas do clima e as complicações provocadas pela coordenação das tropas aliadas, aumentadas pela atividade prodigiosa dum adversário, que tão criteriosamente soube aplicar os princípios da guerra moderna, num teatro de operações em que todos os obstáculos só permitiam a famosa guerra de armazéns, como se praticava no século XVIII na Europa. Esse adversário foi digno do nosso esforço. […] O General v. Letow Forbeck merece bem esta homenagem. Foi um adversário, mas foi inimigo leal e decidido; as suas lições trazem-nos ensinamentos, que devemos considerar.*

de Amorim. Em outubro do mesmo ano deram-se os ataques alemães aos postos de Naulila e Quangar, seguidos de uma incursão em território angolano, acompanhada da tentativa de sublevação das populações indígenas contra a soberania portuguesa. Estes confrontos iniciais atingem o seu ponto mais alto em dezembro de 1914 no combate de Naulila.

8 Expedições: primeira, a 11-09-14, com 1525 homens; reforço da primeira, a 11-11-14, com 2803 homens; segundo reforço da primeira, a 28-12-14, com 4318 homens; segunda, a 11--9-15, com 1789 homens; Batalhão de Marinha com 563 homens. (in *Portugal e a Grande Guerra*, p. 521).

Nesta campanha de Moçambique há os mais emocionantes episódios. Encontram-se gritos de tragédia, gestos soberbos de leonina bravura, desprendimentos e atitudes, que constituíram o orgulho da Raça." (p. 467)

Descreve ainda, as travessias do Rovuma, o cerco de Nevala, o episódio de Negomano, os combates de Nhamacurra, a defesa da cidade de Quelimane e os pormenores associados à valentia demonstrada por alguns heróis mortos em combate, com especial realce para o Major Leopoldo da Silva, o Tenente Viriato Sertório Correia de Lacerda, os Alferes Lemond e Campos Rego e o Major Teixeira Pinto.

Termina esta campanha destacando que "no interior de África, o tradicional quadrado era vencido pela manobra" e que os alemães souberam utilizar o soberbo princípio napoleónico – *dividir-se para viver, concentrar-se para combater*[9]. Na sua perspetiva, os alemães dispuseram de um excelente serviço de informações, souberam tirar partido dos indígenas e trabalharam muito bem os reconhecimentos, razões que levaram a que só se tivessem rendido na sequência do armistício, a 11 de novembro. "Foi assim áspera, com laivos de sangue, com martírio e com gestos de tenacidade e de legitimo orgulho, de valor e de persistência a *Grande Guerra em Moçambique*".

Na parte final do seu discurso, Pires Monteiro carateriza de modo particularmente feliz a I GG em África (em contraponto com o teatro de operações europeu):

"Se a guerra europeia teve as tempestades de fogo, que se desencadeavam, a perseguição tenaz dum adversário que surgia debaixo da terra nas suas minas e no ar, se essa guerra teve as terríveis barragens asfixiantes, a guerra de África teve o clima mortífero, a nostalgia do isolamento, a certeza de que a fusilaria activa não atrairia reforços, a convicção de que o remuniciamento era impossível, a confiança na vitória ou a certeza de

9 Para o General Júlio Botelho Moniz (in *Visões Estratégicas no Final do Império*, Tribuna, 2007, pp. 180-181), a denominada Campanha da África Oriental Alemã (agosto de 1914 – novembro de 1918) pode ser resumida a quatro fases: primeira (1914-1915), em que os alemães tomam a ofensiva e se apoderam do lago Kiwu, do lago Tanganika e Ruguwa, com o objetivo de atingirem Stanleyville (atingem a linha férrea Monbassa-Nairobi, sem resultados decisivos; segunda (1916), em que os aliados (belgas, ingleses e portugueses) tomam a ofensiva visando a via férrea Dar-es-Salam-Tanganika, altura em que as forças portuguesas procuram invadir, pelo Sul, a colónia alemã, tendo sido repelidas ao tentarem passar o Rovuma (progridem depois até Massari, mas são batidas de novo pelos alemães que invadem o território português); terceira (1917), em que têm lugar os ataques aliados em direção ao curso do Rufigi, onde expulsam os alemães ocupando o Leste Africano Alemão (que retiraram sobre o Rovuma repelindo os portugueses e invadindo Moçambique sob o comando do General Vorbeck; quarta (1917-18), em que se dá a perseguição dos alemães em Moçambique, no Leste Africano e na Rodésia, com a rendição a 15 de novembro, já depois do Armistício.

uma derrota. A guerra nas trincheiras, tinha a morte gloriosa, a guerra colonial foi o martírio obscuro!". (pp. 471-472)

Resume ainda, as duas frentes do teatro de operações africano do seguinte modo:

"Em Moçambique foi conseguido o comando único dos aliados. A leitura atenta dos documentos publicados diz-nos as dificuldades e os melindres, que diversidades de temperamento e ambições insofridas tantas vezes ocasionaram.
Já no Sul de Angola, a uma intervenção impertinente, o altivo e nobre espírito do General Pereira de Eça respondera com a mais categórica repulsa, afirmando ao emissário: «Não há questões de hostilidades entre as forças do meu comando e o gentio chefiado pelo soba Nandume. A questão é de pura rebelião e deverá ser tratada como todos os estados soberanos tratam tais actos.»". (p. 472)

Estas linhas servem depois de mote para uma parte final dirigida à coesão nacional, ao superior interesse da solidariedade, à fé nos destinos superiores da Humanidade. Exorta ainda os mais jovens, nomeadamente os alunos da Escola Naval e da Escola Militar, para a importância da "missão superior de orientar e conduzir a Nação Portuguesa, quando as circunstâncias nos obrigam a defender o solo sagrado da Pátria, a Honra da Bandeira da República, estabilidade social como condição de progresso".

3. Dos ensinamentos de Henrique de Pires Monteiro

O facto do Coronel Pires Monteiro ter sido, simultaneamente, secretário-geral da comissão dos Padrões da Grande Guerra e combatente dos teatros de operações africano e europeu da I GG, resulta num artigo que agrega um misto de sentimento patriótico e de discurso institucional.

Na dimensão política, os argumentos da história, da memória e do direito assistem, na perspetiva de Pires Monteiro, a decisão da defesa das terras de África contra os "imperialistas alemães", o que reforça a tese colonial como razão da entrada na guerra (olvidando a tese europeia-peninsular, que se desenvolveria na década de setenta e uma tese mais recente, relacionada com a evolução da política interna). Esse "interesse nacional", descrito com poucos pormenores (estavam presentes os adidos dos vários países aliados que tinham manifestado, por várias vezes, interesse pelo destino das colónias portuguesas…), numa linguagem claramente política e ideológica, sustenta a defesa da intervenção militar portuguesa na I GG, salvaguardada pelos resultados poste-

riores de outra luta (com a pena) que se daria em Versalhes, contra os nossos próprios aliados, ciosos das riquezas das terras da África Portuguesa. Efetivamente, a necessidade de manutenção da soberania sobre as colónias foi materializada no teatro de operações com a mobilização de cerca de 49.131 homens (incluindo os soldados das forças indígenas), que combateram e morreram na defesa da terra portuguesa de África, mas também nas conferências da paz de Versalhes[10], onde os diplomatas portugueses, desde Egas Moniz a Afonso Costa, souberam enfrentar os próprios aliados, que encontravam sistematicamente argumentos para ocuparem esses territórios, da costa à contracosta[11].

Na dimensão militar, Pires Monteiro assume (até por experiência própria em Angola) as limitações portuguesas no que concerne a meios materiais e humanos, à falta de preparação, à quase ausência das informações, e mesmo a opções táticas desajustadas. Efetivamente, cem anos depois, a historiografia comprova que, em 1914, os efetivos militares do exército colonial estavam mal armados, mal equipados, mal preparados, mal enquadrados e muito pouco disciplinados. Essa foi a principal razão porque foram, de imediato (a 18 de agosto de 1914), mobilizados efetivos da ordem dos 1525 homens para Angola e 1539 para Moçambique (em novembro de 1914, já tinham sido mobilizados 4328 militares). Pires Monteiro não descreve em pormenor as questões associadas à organização e ao reforço de efetivos nas duas frentes da África portuguesa[12]. Por outro lado, descreve com alguma ligeireza, a sublevação das populações indígenas ao Sul de Angola, matéria claramente incómoda em termos políticos, mas também para quem tinha estado no território ao lado do General Pereira de Eça.

Apesar da simplicidade do discurso, Pires Monteiro quis deliberadamente diferenciar as duas frentes do teatro de operações africano (Sul de Angola e Norte de Moçambique), tendo destacado a especificidade, a dureza e a longevidade da frente de Moçambique. A frente de Angola, circunscrita a Naulila, a Môngua e às revoltas internas, foi claramente ultrapassada pelas operações na frente de Moçambique, que se estenderiam até ao final da Guerra. Em

10 Ver: Borges, João Vieira. *Do Armistício a Versalhes: Uma Nova Ordem Internacional*, In Portugal e a Grande Guerra, pp. 526-531; Borges, João Vieira. *Portugal do Armistício ao Tratado de Paz,* In Portugal e a Grande Guerra, pp. 532-535.

11 Casos das aspirações da Bélgica ao enclave de Cabinda e ao Norte de Moçambique, da União Sul Africana a Lourenço Marques e da própria Inglaterra ao porto de Moçâmedes.

12 De acordo com o disposto em *Portugal e a Grande Guerra* (p. 522), foram mobilizados para o teatro de operações africano (incluindo indígenas), entre 1914 e 1918, cerca de 49.131 homens (de um total de 105.542), a saber: Angola – 18.430 homens; Moçambique – 30.701 homens. Entre as baixas gerais, calculadas em 38.012 militares (dos quais 7760 mortos) destacam-se, no teatro de operações africano, um total de 16.005 baixas (42, 1% do total; das quais 5621 mortos – 72,4% do total!), a saber: Angola – 2133 (810 mortos); Moçambique – 13.872 (4811 mortos).

Moçambique podemos hoje simplificar os dois objetivos portugueses no plano militar: 1. reocupação de Quionga, território português ocupado pelos alemães no final do século XIX; 2. passagem do rio Rovuma e ocupação de uma parcela Sul do território da colónia alemã. Nesta frente, mais uma vez na linha dos escritos do General Ferreira Martins, se reconhece "o leal adversário dos portugueses", o General Von Lettow Vorbeck, a par da assunção da incapacidade (desorganização e incompetência a par de "gestos soberbos de leonina bravura") dos portugueses. Pires Monteiro centra as suas palavras nas travessias do Rovuma, no cerco de Nevala, no episódio de Negomano, nos combates de Nhamacurra, na defesa da cidade de Quelimane e muito especialmente nos mártires, deixando entre linhas a incapacidade e a incompetência do comando militar português, os erros e as limitações das tropas portuguesas (o tal martírio obscuro), situações que foram posteriormente alvo de estudos mais cuidados (que desenvolveram as três expedições e a ocupação de Kionga, entre outras questões pertinentes) e menos sentidos ou politizados[13].

Apesar dos anos, e na linha da escrita de Pires Monteiro, a historiografia continuou a descurar de algum modo o teatro de operações africano (apesar de ter reunido o consenso da sociedade portuguesa!), em detrimento do teatro europeu simbolizado por La Lys (causador de profundas clivagens na sociedade portuguesa), pois o essencial da guerra jogava-se na Europa. Apesar da maioria dos historiadores contemporâneos (caso de Nuno Severiano Teixeira) defender que "a intervenção militar no teatro de guerra africano não era decisiva em termos militares e diplomáticos", os números relativos às baixas portuguesas na I GG, muito superiores no teatro africano (16.005 baixas, das quais 5621 mortos – que representaram 72,4% do total!), relativamente ao Europeu, têm constituído um dos principais argumentos para uma reorientação do esforço historiográfico naquele sentido. No âmbito das várias evocações dos cem anos da I GG esse esforço está finalmente a ter o espaço que merece, desde a espada de Naulila à pena de Versalhes e, inclusivamente, com o apoio dos novos Estados soberanos de Angola e Moçambique.

Como nascemos e vivemos nessa mesma África portuguesa, à "sombra" dos nomes que Pires Monteiro recordou neste artigo, os quais constituem um estandarte dos combatentes que deram a vida por Portugal e pela liberdade contra o "imperialismo alemão", não podemos deixar de "reviver" as suas palavras finais, sempre atuais para um Portugal que deve continuar a preservar a sua memória: *Honremos a sua grandiosa herança moral!*

13 Ver in *Portugal e a Grande Guerra*, os seguintes artigos: Martelo, David, *Guerra em África: Colónias Alemãs,* pp. 137-139; Fraga, Luís Alves de, *Portugal entre a Europa e as Colónias,* pp. 140-143; Fraga, Luís Alves de, *Naulila 1914,* pp. 144-146; Telo, António José, *Campanha de Moçambique 1914-1915,* pp. 147-149; Telo, António José, *Campanha de Moçambique 1916-1918,* pp. 427-436.

Revista Militar
N.º Temático – maio 2014
pp. 403-428

*A defesa de Angola: A estratégia militar Portuguesa no período da Grande Guerra, do Capitão Gastão Sousa Dias**



Tenente-coronel Luís Manuel Brás Bernardino**

Nota Introdutória

Escrevo esta nota introdutória para esclarecer o leitor que este texto, intitulado "*A defesa de Angola*", foi escrito (publicado na Revista Militar) em 1932, pelo Capitão Gastão Sousa Dias, um africanista que acompanhou o período antes, durante e após a Grande Guerra, em Angola, onde elabora algumas considerações sobre os principais paradigmas da estratégia militar portuguesa, em Angola, ao longo da sua História. No complemento ou contraditório das ideias expressas pelo autor resultou um conjunto de anotações, em pé de página, que procuram, com recurso a literatura da época e a abordagens de autores recentes, fazer uma análise mais específica e detalhada e quiçá controversa, sobre as envolventes da "*A estratégia militar Portuguesa no período da Grande Guerra*", em Angola.

* Artigo publicado pelo Capitão Gastão Sousa Dias (1887-1955) na Revista Militar, em Set/Out de 1932 (pp. 598-620), no qual elabora uma perspetiva histórica do dispositivo para a defesa militar de Angola, desde a sua descoberta e povoamento até ao período pós Grande Guerra, e no qual se incluem alguns comentários com vista a perceber-se como se chegou à estratégia militar portuguesa no período da Grande Guerra em Angola. O Capitão Gastão Sousa Dias nasceu em 1887 e passou parte da sua vida em Angola, onde serviu o Exército Português, nomeadamente no período da Grande Guerra. Foi distinto professor no Liceu Nacional da Huíla e conta com vasta publicação de artigos sobre Angola, como se pode constatar na base de dados da Biblioteca do Exército, destacando-se as seguintes obras «No Planalto da Huila», «Africa Portentosa», «Cartas de Angola» e o presente artigo, publicado na *Revista Militar* em Setembro/Outubro de 1932, sob o título de «A *defesa de Angola*». O Capitão Gastão Sousa Dias faleceu em 1955.

** Vogal Efetivo do Conselho Fiscal da Revista Militar.

Ao desafio lançado pela Direção da Revista Militar, procuramos, do vasto conjunto de artigos que foram publicados sobre a estratégia militar de Portugal no período da Grande Guerra em Angola, escolher aquele que nos pareceu melhor transmitir a forma como Portugal olhava para a sua colónia e refletia as principais dificuldades que os colonos sentiam por parte da Metrópole. Pelas eventuais omissões ou dessincronia entre a abordagem do autor (o texto está reproduzido na sua versão original) e os meus comentários ou modestos contributos, são certamente objeto da minha incapacidade de o perceber, ou de trazer para os dias de hoje as preocupações e visões de um Oficial que em Angola viveu intensamente o período da Grande Guerra.

Neste contexto, os sentimentos e valores que caracterizam esses episódios da História Militar de Portugal e de Angola de que tanto se escreve e que estamos agora a comemorar o seu centenário ficaram expressos por Alves Roçadas, no seu Relatório da Campanha no Sul de Angola (1914), onde salienta:

"*Patriotismo! É um termo que todos os bons portugueses desejariam ver declinado por cá com mais parcimónia; mas quem quiser encontrar belos exemplares da sua verdadeira significação prática folheie os anais de África*."

1. O que foi no passado

Na carta-doação em que D. Sebastião confiava a Paulo Dias de Novais a conquista de Angola, dizia-se terminantemente que todas as operações deveriam ser realizadas «sem da minha fazenda lhe haver de ser dado ajuda alguma de dinheiro nem outras coisas»[1].

Tendo de combater um inimigo que supria a imperfeição das suas armas pelo número considerável em que se apresentava na acção, o conquistador

1 A colónia portuguesa de Angola viria a formar-se em fevereiro de 1575, com a chegada de Paulo Dias de Novais, com cerca de 100 famílias de colonos e 400 soldados, às designadas terras do "Reino do Congo". Luanda seria cidade em 1605, sendo Paulo Dias de Novais o primeiro Governador e Capitão-Geral de Angola (1575-1589). Através de bula papal de Clemente VIII, *"Super Specule"*, de 20 de maio de 1656, Angola e a região do "Reino do Congo" viriam a ser integrados no Bispado do Funchal, sendo o primeiro Bispo, D. Frei Francisco de Soveral (Selvagem, 1999, p.332). Neste período, o comércio na colónia era na maior parte feito com a outra margem do Atlântico Sul, o Brasil, e os navios europeus eram os mais numerosos nos portos de Luanda e Benguela, David Birmingham refere a este propósito que *"…os mercados de escravos eram a vanguarda da penetração europeia em África, mas exibiam poucas provas de cultura, língua, literatura, religião, tecnologia, e moeda europeia, ou de qualquer outro componente desse conceito efémero chamado civilização…"* (Birmingham, 2003, p.51)

de Angola, que teve consigo mais de 400 soldados brancos procurou o apoio incondicional de alguns sobas, que aproveitavam o momento para de eximirem à tirania do Rei de Angola, organizando assim a *guerra preta* de empacasseiros [soldados negros] e jágas[2], representados atualmente pelas forças indígenas de Angola. Parece que os cavalos, desconhecidos do gentio, e, portanto, exercendo sobre êle um verdadeiro terror, foram também um elemento de acção moral de que lançou mão esse guerreiro ilustre, que foi o 1º governador de Angola (1575-1589).

Pouco a pouco, os moradores de Luanda foram-se interessando pela guerra e as forças brancas foram organizadas em «companhias pagas de arcabuzeiros sem número determinado e de alguns ginetes mantidos pelos capitães e senhores mais ricos, por quem se repartiam em parte os despojos e a cuja sombra se fazia o negócio do sertão, de cujos presídios, feiras e distritos eram êles os capitães-móres». Mas as circunstâncias mudavam dentro em pouco: o inimigo passou a ser de consideração, porque em voltadas colónias rondavam franceses, ingleses e holandeses, atraídos pelos lucros do tráfico.

Após o duro cativeiro holandês (1641-1648), a criação de um organismo mais apto para defesa impunha-se claramente. Por isso em 15 de Abril de 1666, foi passada provisão de reforma à infantaria de Angola, que ficou constituída por 10 companhias, sendo 8 em Luanda a 100 homens, uma em Benguela, com o seu capitão, além do capitão-mór, também a 100 homens, e a última a 25 homens por cada um dos presídios de Ambaca. Cambambe, Massangano e Muxima «tudo de tropa paga a regular, afora os empacassadeiros». Em cada um dos fortes de S. Miguel, Nossa S.ª da Guia, Santo Amáro e Penedo, havia além de um capitão, morador benemérito, sem vencimento, sargento, cabo de esquadra e 10 soldados tirados da lotação de Luanda. A organização mantinha os cargos de *capitão-mór do reino*, substituído nos impedimentos pelo *sargento-mór da praça*, havendo mais um *capitão de artilharia*, que cumulativamente desempenhava as funções de *refinador da pólvora*.

Nas proximidades da Guerra da Sucessão, a par de uma grande atividade defensiva, pela qual se renovavam quasi todas as fortalezas de Angola, fôram tomadas medidas importantes, tendentes à valorização da força militar. Restringindo a isenção absoluta do serviço militar concedida aos moradores de Luanda em 1660, a provisão real de 29 de Janeiro de 1695 mandava organizar na capital um *terço de ordenanças* e mais 17 companhias das mesmas

2 Elias Alexandre da Silva Correa define os "jágas" como guerreiros itinerantes, considerando que "…*os jágas são governadores de gente belicosa e ambulante que admitem variedade de nações, e debaixo do mesmo nome se entendem os governadores e os governados que forma este corpo…*", In, História de Angola, 1782, volume II, p. 50.

tropas aos distritos e presídios, organização que subsistiu até que, em 1752, o governador Conde de Lavradio, criou as *milícias*.

A qualidade das tropas angolanas pode aquilatar-se, sabendo que aos degredados, de longa data enviados para Angola para espiação dos seus crimes, era desde logo assentada praça, com êles se organizando as forças regulares, em cujas mãos se entregava a defesa e ordem duma colónia, na sua maioria constituída por traficantes, endurecidos pelos baixos interêsses da escravatura!

Mais de uma vez, de facto, a segurança das colónias esteve comprometida pela indisciplina dessas tropas; no governo de Tristão da Cunha (1666--1669), quando este projectava realizar uma campanha no Libolo, a infantaria, fazendo causa comum com a população agitada pelo lançamento de pesados impostos para dote da princesa D. Catarina, rainha de Inglaterra, revoltou-se, obrigando o governador a embarcar e a abandonar a colónia. Mais tarde, quando em 1694 foi introduzida na província a moeda de cobre, ainda, mais uma vez, as tropas se rebelaram, recusando-se a receber o seu pagamento na nova moeda[3].

Anos depois, quando o governador António de Vasconcelos (1758-1764), avisado pela metrópole das ameaças de guerra com Espanha e França (1762), mandou descer a Luanda tropas dos presídios, a situação militar da colónia mantinha-se no mesmo pé: «nesta certeza me acabei de confirmar com a ocasião de manda vir 20 soldados de cada presidio para recrutar este regimento, os quais não só vieram todos os preto, e assim os sargentos e alferes que os acompanhavam, mas tão bisonhos, que com grande paciência e trabalho vão principiando a saber apresentar a arma e mais manejo, para que têm tão crassa negativa e confusão, que nenhum modo é bastante a instrui-los».

E comtudo, apesar de disporem de tropas de baixa qualidade, em que o condenado constituía a base fundamental das unidades regulares, realisaram os portugueses feitos militares de grande envergadura. Lembramos a ocupação inicial de Paulo Dias de Novais, a resistência gloriosa de Massangano contra

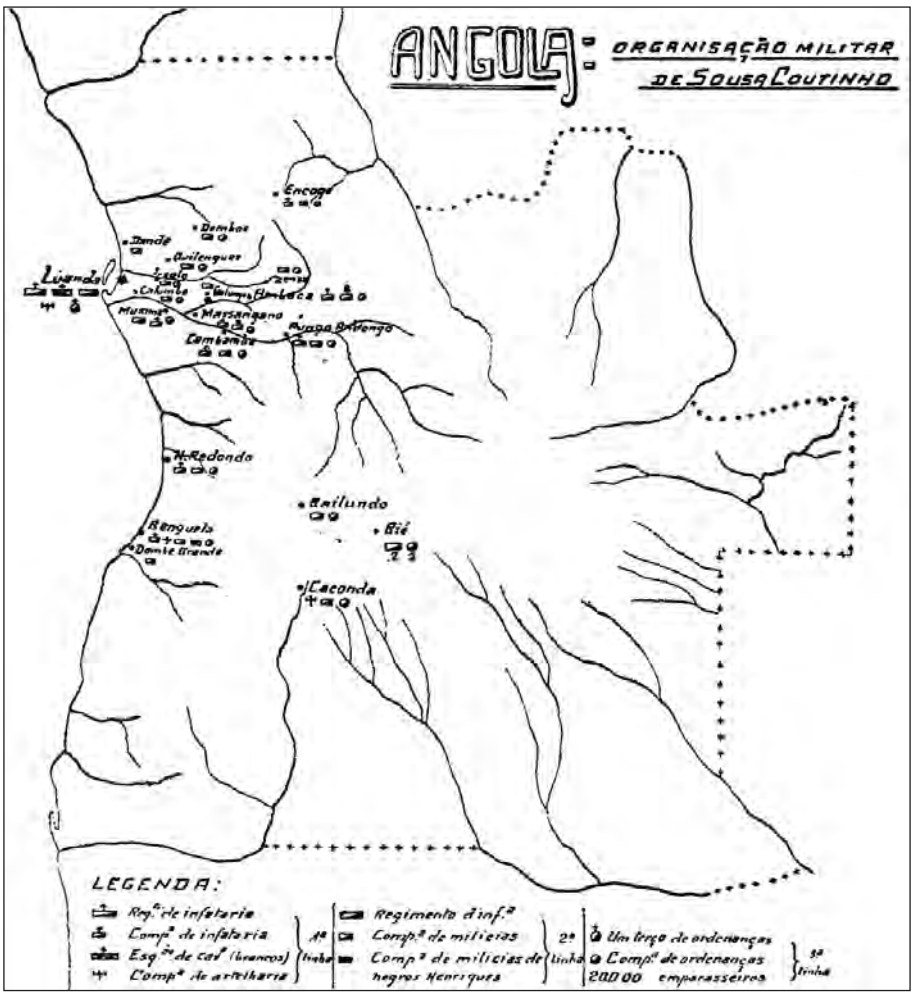
3 Interpretando, fielmente, a pobreza militar da colónia e a conveniência inquietação dos sertões, Coelho de Carvalho [Governador de Angola] empenhou-se em fugir a grandes cometimentos, receoso de algum insucesso, tanto mais que a prudência, perante a grave concorrência de holandeses, franceses e ingleses, aconselhava a concentração permanente de todo o poder mobilizável, para assegurar a integridade territorial. Referia o governador «*Faço todo o possível para evitar guerras em ocasião que se fazem tão prejudiciais e arriscadas – explicou ele para Lisboa – pela falta em que nos achamos de poder para elas*». In, Ralph Delgado, História de Angola, 4º Volume (1648-1836), Editado pelo Banco de Angola, 1946, p. 298.

a invasão holandesa, a derrota em Ambuíla do grande exército do rei do Congo (1665), bem como a tomada das Pedras de Pungo-Andongo, em que sossobrou o poderío do rei de Angola (1671), ambas estas últimas levadas a cabo pelo valoroso guerreiro angolano Luíz Lopes de Sequeira[4].

O ilustre governador, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (1764--1770), que a Angola trouxe o influxo renovador das doutrinas pombalinas, procurando como verdadeiro reformador, transformar as atividades da colónia, de exclusivamente mercantís em industriais e agrícolas, não deixou de encarar o problema da defesa da Província, como um dos mais dignos de atenção. As reformas por êle introduzidas no organismo militar foram profundas: reduzir o tempo de serviço das tropas; renovou os quadros pela promoção de oficias novos, usando das atribuições que lhe haviam sido conferidas para fazer nomeações até ao posto de capitão, e pela reforma de oficias incapazes; desenvolveu a instrução, introduzindo a táctica do Conde de Lippe, fiscalizando-a activa e pessoalmente, cuidou da disciplina, dando aos presídios por comandantes oficias brancos. E, a par destas medidas, vasou a organização militar da Província, em moldes que subsistiram até princípios do século XIX.

O exército passou a ser constituído por 3 escalões: a *primeira linha*, com 1 regimento de infantaria em Luanda, 4 companhias a 100 praças em Benguéla, Pungo-Andongo, Ambaca e S. José do Encoje, 4 companhias a 60 praças em Muxima, Mássangano, Cambembe e Novo-Redondo, 1 esquadrão de cavalaria em Luanda, e 3 companhias de Artilharia em Luanda, Benguéla e Caconda; a *segunda linha* (milícias), com 1 regimento de infantaria em Luanda, 8 companhias em Ambaca, formando um corpo com comandante próprio, e 20 companhias distribuídas pelo Dombe Grande da Quinzamba, Muxima, Mássangano, Pungo-Andongo, Cambambe, Encoje, Novo-Redondo, Calumbo, Icólo e Bengo, Dande, Golungo, Zenza e Quilengues, Dembos, Benguéla, Bailundo, Bié, Caconda, e outra em Benguéla de *negros henriques*; a *terceira linha* (ordenanças) com um terço em Luanda e mais 17 companhias nos locais onde havia milícias, bem como uma companhia em Ambaca. Como tropas de *terceira linha* eram igualmente considerados os 20.000 empacasseiros que os sobas eram obrigados a fornecer em caso de guerra.

4 Luiz Lopes Sequeira, ilustre cabo de guerra, crioulo, natural de Luanda, filho de Domingos Lopes de Sequeira, que em 1643 fora a Portugal pedir socorro para os defensores de Massangano e que, regressando a Angola, com este socorro veio a morrer massacrado pelos jagas, em junho de 1645, quando à testa da guarda avançada dessa coluna, demandava o rio Cuanza. Depois de vencer o rei do Congo em Ambuíla, Luiz Lopes Sequeira dominou o rei de Dongo nas Pedras de Pungo-Andongo (1671) e, ainda o rei de Matamba, caindo morto nesta última acção (1681). [*http://quitexe-historia.blogs.sapo.pt/93629.html*]



Esboço nº 1

Apesar da introdução da moeda de cobre, o pagamento dos soldados do interior continuáva a efectuar-se em fazendas, panos de palha vindo do Congo, a que chamavam *libongos*; Sousa Coutinho tinha determinado que em Ambaca, Pedras, Cambambe, Mássangano, e Muxima, fossem pagos em sal muito abundante nas minas do Quissama.

No governo de Manuel de Almeida e Vasconcelos (1700-1795) foi publicado o *Regimento de Fronteiras de Angola*, criando um esboço de pagadoria, com *védor geral*, 4 *oficiais de soldo*, e outros tantos *comissários de mostras*

«que servirão de as tomar aos soldados, e de fazer todos os papeis que fôrem necessários». O mesmo diploma estabelecia as condições para a nomeação (eleição) dos capitães de infantaria, «pessoa em quem concorra o haver sido 6 anos efectivos soldado, debaixo de *bandeira*, e 3 de alferes, ou 10 anos efectivos de soldado»; as condições para nomeação dos alferes «pessoa que tenha partes para o poder ser, e terá servido 4 anos efectivos» e ainda dos sargentos, que deveriam ter o mesmo tempo de serviço dos alferes e ser «deligentes, porque são o governo ordinário das companhias». As nomeações de alferes e sargentos eram feitas pelos próprios capitães de infantaria, mediante aprovação do Mestre do Campo, «em que se declare concorrêrem no nomeado as qualidades de reputação, e valor que convem».

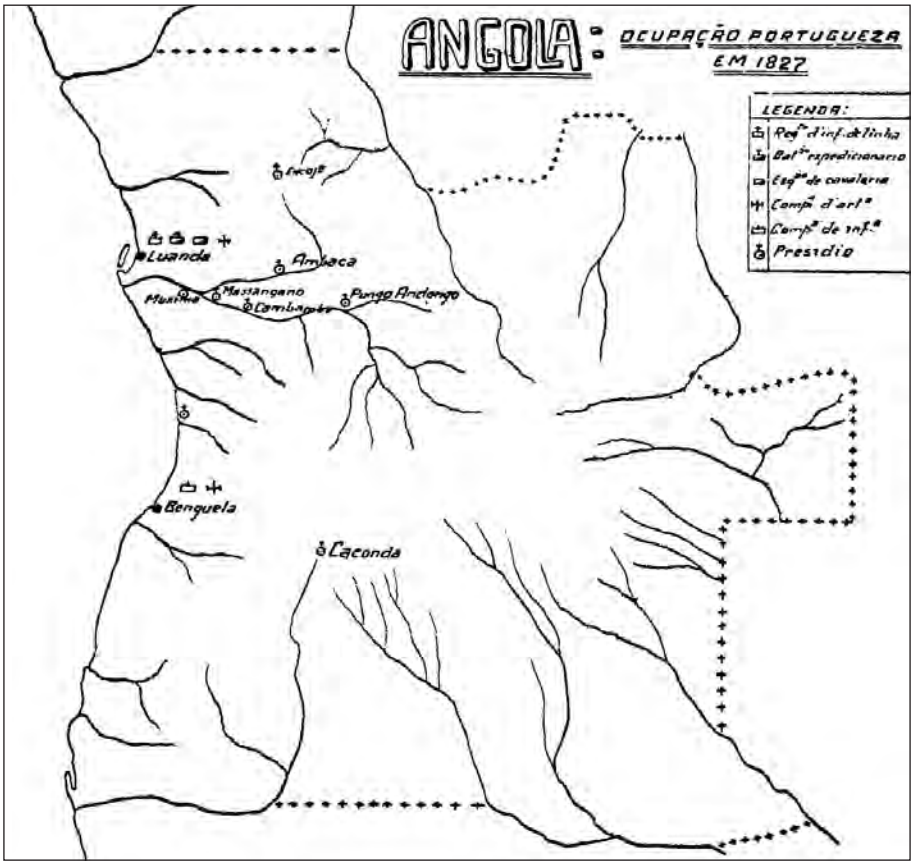
Assim se mantiveram as forças militares até ao princípio do século XIX, tendo deixado por vezes de constituir elemento de segurança e ordem, para se transformarem em perigoso factor de indisciplina; e, se bem que no seu activo se contem feitos de guerra de incontestável valor; é certo que nos momentos difíceis sempre o recurso consistiu em solicitar da Metrópole o envio de expedições de socorro. Assim aconteceu, por exemplo, no início da conquista, quando em 1584 Castanho Velez trouxe de Portugal tropas a Paulo Dias, que achava em Mássangano, em posição desesperada; quando, quasi perdida a posse de Angola, do Brasil vieram os socorros de Souto Maior (1645) e de Salvador Correia (1648), que por fim a reconquistou ao holandês; e ainda quando, para a conquista das Pedras de Pungo-Andongo, o governador Francisco de Távora (1671) recebeu um importante auxilio enviado pelos governadores da Baía e de Pernambuco. E, na moderna história militar de Angola, estes exemplos foram, como é do conhecimento comum, frequentemente repetidos.

*

Em 1816, governando a província Luis de Mota Fêo e Torres (1816-1819), foi preciso adoptar medidas de excepcional rigor para conter em ordem as tropas brancas, cercando a cidade de Luanda por uma linha de barreiras, cuja guarda foi confiada aos empacasseiros, com ordem de «prender, e amarrar qualquer soldado ou individuo de desconfiança que observem querer sair fóra da linha». Os soldados na sua grande maioria degredados, vexavam os povos com contínuos roubos e assaltos, arrebatando aos pretos, nas estradas, os seus produtos.

Este estado de latente indisciplina atingiu a gravidade máxima por influência dos acontecimentos políticos da Metrópole. No dia 6 de Fevereiro de 1822 o povo insurgiu-se, depondo o governador e elegendo uma Junta Provisória [1822-1823]. Pouco tempo as tropas se mantiveram em sossego: o regimento de infantaria e a companhia de cavalaria sublevaram-se, obrigando a Junta a

pedir socôrro para as Côrtes, Em 1823 chega a Luanda um batalhão expedicionário sob comando de Cristóvão Avelino Dias, a quem haviam sido confiadas as mais largas atribuições como *Governador das Armas da Província.* Nesse mesmo ano, pela quéda da Constituição, o Governador das Armas dissolve a Junta e toma conta do governo. Mas o próprio batalhão, que trouxera de Portugal, se insurrecciona, sendo necessário chamar a Luanda as tropas dos presididos, que o cercaram e renderam na fortaleza de S. Miguel. No ano de 1827 era a seguinte a distribuição das unidades de *primeira linha* em Angola (*Vidé esboço nº 2).*



Esboço nº 2

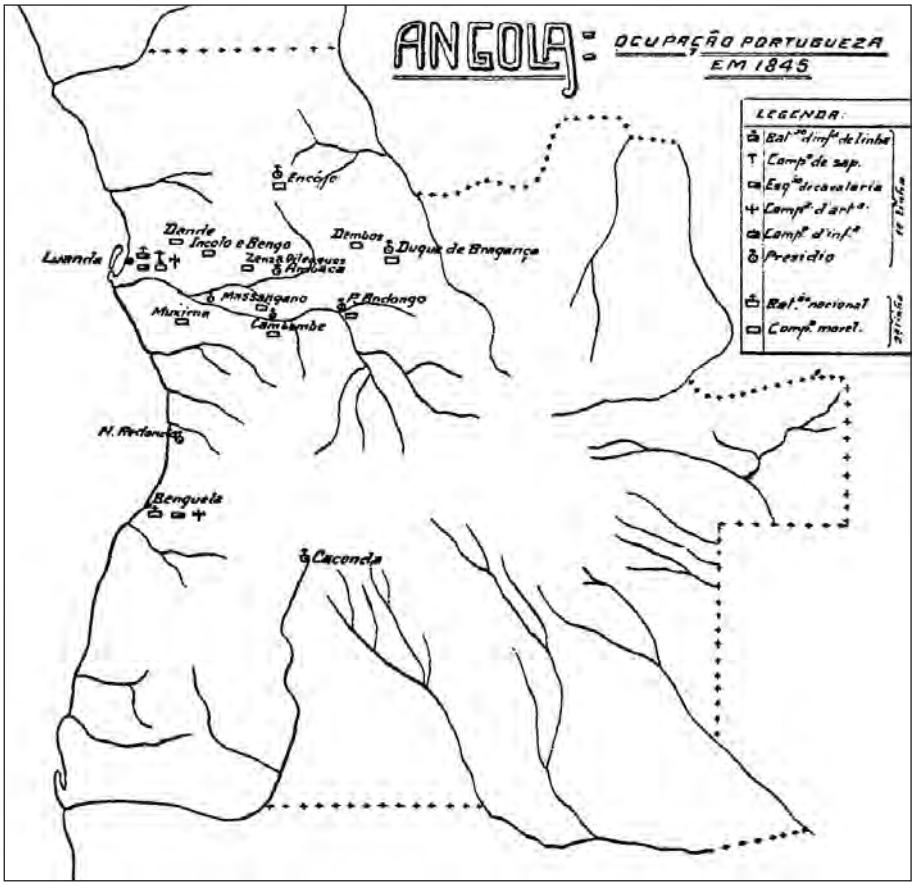
– Cidade de Luanda: Regimento de Infantaria de linha; Batalhão Expedicionário de Portugal; Esquadrão de cavalaria; Companhia de artilharia;

– Cidade de Benguela: Companhia de infantaria; Companhia de artilharia;
– Presídios: Cacondo, Novo-Redondo, Muxima, Massangano, Cambambe, Pundo-Andongo, Anbáca e Encoje.

As milícias e ordenanças mantinham sensivelmente a mesma organização planeadas por Sousa Coutinho. Mas o governador Nicolau de Abreu Castelo Branco (1824-1829) apontavam a sua inutilidade, aconselhando abertamente a sua substituição por empacasseiros. «Existe a denominação de diferentes *companhias de ordenanças* nos Presídios de todo este Reino: a saber, Muxima, Massangano, Cambambe, Pungo-Andongo, Ambaca, Encoge, Novo-Redondo, Calumbe, Icólo, Bendo, Zenza e Quilengues, Dembos, Cidade de Benguela, Caconda, Bailundo, e duas no Bié; cumpre porém notar que além de não têrem alguma realidade aquelas que são pertencentes a paizes não avassalados, tais como as do Bié e do Baillundo, ou serem meros títulos, bem como acontece às milícias dos mesmos lugares, que vem ainda a ser como não existentes todas as outras *companhias de ordenanças* mencionadas nos Presídios e Distritos do Pais avassalado; porquanto; à excepção das *ordenanças* de Luanda e Benguela, nenhuma outra companhia tem organização ou armamento; sendo os títulos de oficias deles todos puramente como graça honoríficas por arbítrio dos capitães generais antecedentes, sem a menor atenção à efectividade de serviço, porquanto acontece que a maior parte dos oficiais são pessoas existentes nesta cidade, ou em diferentes lugares daqueles de suas companhias.

Deve contudo advertir-se que existe uma classe de pretos, que se denominam empacasseiros, derivado este titulo do antigo emprego que tiveram seus antecedentes, da caça das empacassas e outros animais ferozes, os quais, tendo seus oficiais nomeado dentre si próprios, prestam ordinariamente serviços de policia, e mesmo de guerra, quando as circunstancias o exigem, tendo em remuneração o privilegio de serem isentos dos serviços de carregadores e outros mais. Esta classe é verdadeiramente útil; e por isso, devendo subsistir, deverão aniquilar-se as denominadas ordenanças, visto que os títulos dados de oficias delas no interior do país, além de imaginários só podem servir de autorizar alguma opressão aos desgraçados pretos, e de tornar em despreso as distinções militares».

Em 25 de Junho de 1834 é proclamado em Angola a realeza de D. Maria II e em Fevereiro de 1836 toma posse do governo de Angola o irmão do Marechal Saldanha, Domingos Saldanha de Oliveira Daun [1836]. Extintas as milícias e ordenanças, procurando criar uma força de apoio às idéas liberais, organizou o governador *um batalhão de infantaria e um esquadrão de cavalaria nacionais*, exemplo que foi seguido pouco tempo depois pelo governador de Benguela, Chateauneuf, que ali levantou igualmente um *batalhão nacional*. Mas a disciplina das tropas continuava sendo um grave problema. Uma nova rebelião



Esboço nº 3

foi sufocada pelo major J. Filipe de Andrade (1836), que depois foi assassinado, contando-se entre os assassinos um capitão Assis, a favor de quem em Dezembro de 1839 o Conselho de Governo resolvia suspender a aplicação da pena capital, até resolução da Rainha. O governador Manuel Bernardo Vidal vê-se na necessidade de criar em Luanda *uma companhia de segurança pública*, constituída por empacasseiros, que então fizeram um excelente serviço de polícia, companhia extinta em Fevereiro de 1841 pelo Conde de Bomfim, sob pretexto de ser «composta por negros buçais». O mesmo governador criou as chamadas *companhias móveis* nos presídios e distritos de Angola.

Sá da Bandeira, procurando unificar a organização das tropas ultramarinas, dando-lhe composição idêntica ás da metrópole, determina em 7 de Agosto

de 1838 «que o Regimento de infantaria de Angola seja organizado em um Batalhão com a mesma composição que tem os Batalhões de infantaria do Reino» e logo em 26 do mês seguinte é estabelecido o plano de organização da força militar de primeira linha, constituída por uma companhia de sapadores, uma companhia de artilharia, um esquadrão de cavalaria e um batalhão de infantaria. No mesmo ano era organizada a tropa de segunda linha «que por sua organização possa subsistir e preencher melhor os fins a que eram destinados as extintas milícias», criando os *Batalhões Provisórios*, comandados por um major de 1ª linha e nos quais deveriam ser alistados todos os habitantes dispensados de servirem o primeiro escalão do exercito.

Encontramo-nos nos papéis oficiais dessa época frequentes referências a várias organizações para defesa do constitucionalismo, tais como um *batalhão de voluntários de Luanda*, que ainda em 1849 recebia comandante e ajudante de 1ª linha, por achar «sem instrução militar, sem disciplina e com um sistema de administração muito irregular», e o *batalhão de caçadores da rainha*, para o qual Sales Ferreira foi nomeado comandante interino, ainda em 1852.

Em 1845 prevalecia a seguinte organização, pela qual as forças militares eram distribuídas por dois escalões (*Vidé esboço nº 2)*:

1ª Linha:
– *Guarnição de Luanda*: batalhão de infantaria de linha; companhia de sapadores; esquadrão de cavalaria e companhia de artilharia.
– *Guarnição de Benguela*: companhia de infantaria; companhia de artilharia.
– *Guarnição dos Presídios*: em Caconda (73 h.), Novo-Redondo (50 h.), Muxima (107 h.), Mássangano (58 h.), Cambambe (104 h.), Pungo-Andongo (99 h.), Duque de Bragança (122 h.), Encoje (95 h.) e Ambaca (50 h.).

2ª Linha:
– Governo de Luanda: batalhão nacional da cidade; companhias moveis em: Muxima, Cambambe, Massagano, Pungo-Andongo, Ambaca (4 companhias), Duque de Bragança (2 companhias), Encoje, Dande, Icólo e Bengo, Zenza e Quilangues, e Dembos.
– Governo de Benguela: batalhão nacional da cidade; (as companhias moveis que deveriam ser criadas no Bié, Dombe Grande, Caconda, e Quilangues, não chegaram a ser organizadas).

As tropas de 2ª linha apesar das constantes reformas, em pouco haviam mudado, é curioso lêr o «*Itinerário de huma jornada de Loanda ao Distrito de Ambaca*» de Manuel Alves de Castro Francina (1846) e comparar a descrição dos soldados das companhias moveis, com a feita pelo governador António de Vasconcelos, dos soldados dos presídios, que teve de chamar a Luan-

da. Pouco ou nada se avançára: a mesma falta de aspecto militar, a mesma carência de instrução, a mesma miséria de armamento!

E que assim era, pode concluir-se da necessidade frequente de lançar mão de tropas irregulares, tais como o *Batalhão de Comercio de Luanda* e *a Companhia dos Empregados Publicos*, organizada em 1851, para a manutenção da ordem. Mas mesmo assim, à medida que cresciam as necessidades da ocupação, novas unidades se iam criando: em 1855 estabelecia-se uma companhia móvel no Egito; em 1856 organizava-se uma companhia de linha no distrito do Ambriz, uma companhia móvel para o Alto-Dande e um corpo de empacasseiros (a 5 companhias) para Ambaca; e no ano seguinte um outro corpo de *guerra preta* era estabelecido no Golungo-Alto.

É que realmente na segunda metade do século XIX e princípios do século XX, desenvolve-se uma intensa atividade de ocupação, em que ao explorador sucede o militar, numa sequência de esforços verdadeiramente admiráveis![5] Em 1855 Coelho do Amaral toma o Ambriz; em 1856 Sales Ferreira ocupa o Bembe; em 1859 o domínio português atinge o Humbe e a Camba; em 1860 Baptista de Andrade, toma S. Salvador do Congo; em 1883 os portugueses estabelecem-se nos territórios de Cacongo e Massabi e reocupam Santo António do Zaire; em 1885 Cassinga cai em nosso poder; em 1886 Artur de Paiva ocupa os territórios do Cunéne e o Alto-Cubango e em 1890 o Bié; em

5 Neste contexto, referia-se Marcello Caetano, professor da Faculdade de Direito de Lisboa, ao poder de influência exercido pelas novas potências europeias sobre o continente Africano, na busca de novos mercados para a expansão do comércio europeu, estimulado pelo aumento e embaratecimento da produção que o processo industrial provocara. Na demanda africanista, começavam a surgir na imprensa da época, relatos e crónicas de novos exploradores que demandavam a África no intuito de darem a conhecer ao mundo os segredos de um continente conhecido antes do século XV mas, no século XVII ainda pouco explorado. Luciano Cordeiro, na sua obra "*L'hydrographie Africaine aux XVIémeSiécle d'après les premières explorations Portugaises*", nas palavras ainda de Marcello Caetano, referia por ironia, as regiões que os portugueses já haviam percorrido séculos antes e que estavam guardadas nas narrativas inéditas, de pequena tiragem e num estilo rude, sem sedução para o grande público, aspeto que não impediu contudo a multiplicação da realização de expedições geográficas ao continente Africano neste período. (Caetano, 1965, p. 72). Para aprofundar a temática recomenda-se a leitura da expedição geográfica portuguesa (1877 e 1880) empreendida, segundo Marcello Caetano e citando Luciano Cordeiro "*...já muito tardiamente...*" (Idem, p. 76) por Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, oficiais da Armada Real Portuguesa à região dos Rios Congo-Zaire, entre Angola e Moçambique (lei de 12 de abril de 1877), patrocinada pela Sociedade de Geografia de Lisboa e pelo Governo Português (com destaque para João de Andrade Corvo e o Visconde de S. Januário, no Ministério da Marinha e do Ultramar). Viagem descrita nos dois volumes da obra "*De Benguela às Terras de Iaca*" (13 de abril de 1881) republicado em 1996 pela Editora Publicações Europa-América (ISBN 972--1-04104-1) e ainda nos dois volumes "*De Angola à Contra-Costa – Descrição de uma viagem através do continente Africano*", Imprensa Nacional (1886) e as narrativas de Serpa Pinto – "*Como eu atravessei a África do Atlântico ao Mar Índico...*" (1881).

1893 realizam-se os primeiros trabalhos de conquista do Libolo (A Conferência de Berlim ocorria em 1884-1885).

Tantos anos de luta tinham-nos trazido ensinamentos definitivos: «a formas de conseguir uma ocupação eficaz dos vastos territórios das nossas províncias ultramarinas é escalonar do litoral para o interior unidades tácticas independentes, as quais, constituindo centros de ocupação de onde irradiem as forças destacadas para os postos militares, formarão as malhas da rêde que deve estender-se em todo o território ocupado». Conforme, refere o preambulo do Decreto de 14 de Novembro de 1901.

Nesse sentido fôram já organizadas as forças ultramarinas, por decreto de 16 de Agosto de 1895, que não chegou a ter inteiro cumprimento. E seis anos depois, porque o problema continuava sem solução satisfatória, visto que «quando a ordem pública é perturbada, quando a Bandeira Portuguesa é desrespeitada, ha necessidade de recorrer às expedições extraordinárias dispendiosíssimas», novamente se reorganizaram as forças do ultramar, por decreto de 14 de Novembro de 1901, cujos largos benefícios se estão ainda sentindo eficazmente[6]. A composição das forças em Angola passou a ser a do quadro seguinte.

Tropas de 1ª Linha:

- Bateria mixta de artilharia de montanha (1)
- Companhia mixta de artilharia de montanha e infantaria (2)
- Esquadrão de Dragões (1)
- Companhia europeia de infantaria (1)
- Companhias indígenas de infantaria (16)
- Batalhão disciplinar (1)
- Companhias de depósito (4)

As *tropas de 2ª linha* constituídas pelas forças que só prestavam serviço militar em circunstâncias excepcionais, de revolta, insurreição, guerra interna ou externa, e pelos corpos irregulares formados exclusivamente de elementos indígenas, cujos quadros dirigentes não estavam em proporção com a força enquadrada, segundo as regras da tática.

Com forças assim constituídas se realizou a campanha do Bailundo (1902), se ampliou a ocupação do planalto de Benguela, e se desenvolveram as operações a sul, de Angola (1904). Mas, nem por isso fôra vencida a antiga deficiência, que obrigava à pratica do envio das dispendiosas expedições

6 A política de transporte de condenados e exilados políticos para a África Portuguesa, concretamente para a Província de Angola, foi um factor essencial e constante ao longo da história de Angola. Ainda assim a presença de exilados políticos republicanos não seria suficiente para desencadear uma revolução ou uma revolta separatista, que viria a acontecer em 5 de outubro de 1910, com impacto no governo de Angola e na postura militar na colónia. Douglas Wheeler e René Pélessier, In "História de Angola", Edições Tinta da China, 2009, p.161.

metropolitanas[7]. Assim Roçadas ocupa definitivamente o Cuamato em 1907[8,9].

Mas os serviços prestados pelas forças da Província tornam-se por sua vez valiosíssimos: a ocupação do Evale e do Baixo-Cubango até ao Mucusso (1909), bem como a pacificação do distrito de Huila, a elas se devem. Em 1913 são extintas definitivamente as tropas de 2ª linha; e, tendo-se iniciado o regimen de ocupação civil, foi possível montar a nova máquina administrativa sobre as sólidas bases deixadas pela rêde de ocupação militar.

Na Europa estalára a Grande Guerra. As operações militares no sul de Angola (1914)[10,11] haviam conduzido à acção indecisa de Naulila, que

7 Carlos Selvagem refere, a titulo de exemplo, sobre as campanhas militares no sul de angola, o balanço da acção de ocupação de João de Almeida, à data, Governador de Huíla, referindo «*…durante o tempo que estivemos à frente do governo do distrito de Huíla, fizemos avançar a ocupação desde as margens do Cunene às do Cuito e Cuando, isto é, 300 a 1200 quilómetros, e a área pacificada de 14.000 quilómetros quadrados, que a pouco mais se estendia do que aos núcleos de população branca e aos postos e às curtas e estreitas faixas de comunicação, nem sempre seguras, foi estendido o nosso domínio efectivo a uma área muito superior a 100.000 quilómetros, como se pode ver pelo esboço de ocupação e pacificação em 1907 e 1910…*». Carlos Selvagem, "Portugal Militar – Compêndio de História Militar e Naval de Portugal, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999 (reedição), p.680.

8 Em agosto de 1907 a coluna de Alves Roçadas ocupa o Cuamato, e recolhe as ossadas dos militares portugueses falecidos em combate no vau do Pembe a 25 de setembro de 1904, vestígios de um dos momentos mais marcantes das campanhas do sul de Angola e superiormente descrita pelo Major Artur de Moraes (um dos únicos 4 sobrevivente dessa batalha), em "Memórias de Angola", reeditado pela Editora Caleidoscópio, 2007, pp. 126-132.

9 Recomenda-se pelo testemunho e pelas fotografias o livro da campanha do Cuamato e do despenho de Paiva Couceiro, a obra escrita pelo alferes Velloso de Castro, intitulada "*A campanha do Cuamato em 1907– Breve narrativa acompanhada de photographias*", Loanda, Imprensa Nacional, 1908, existente nos arquivos da Revista Militar.

10 No dia 18 de Agosto de 1914, o general Pereira de Eça, Ministro da Guerra, voltaria a convidar o agora tenente-coronel do Corpo do Estado Maior Alves Roçadas a aceitar o comando do primeiro daqueles corpos, constituído por um quartel general, um batalhão de infantaria, uma bateria de metralhadoras, uma bateria de artilharia de montanha, um esquadrão de cavalaria, serviços de saúde, engenharia, administração militar, transportes e de etapas, e tendo por missão assegurar a obediência do gentio e vigiar a fronteira sul nos pontos importantes. A campanha foi organizada pelos Decretos de 18 e 20 de Agosto de 1914 (respectivamente O. E. nºs 19 e 20 – pp. 1212 e 1222), o efectivo total desta força expedicionária era de 61 oficiais, 1534 praças e 335 solípedes. O tenente-coronel do Corpo do Estado Maior Alves Roçadas era um oficial já experimentado e notabilizado no serviço das Colónias, pois tinha sido Governador do Distrito da Huíla e dominara os Cuamatos em 1907 – o que lhe havia valido a promoção a tenente-coronel por distinção, viria a ser promovido a coronel em 1915, e em 1918, foi graduado em general, para assumir, em França, o comando da 2.ª Divisão do C.E.P. (V. cap. XXVII, 2.º vol. p. 115). Cf. Coronel António Maria Freitas Soares, «A Campanha de Angola» in General Ferreira Martins (dir.), "Portugal na Grande Guerra", Vol. 2, Lisboa, Editora Ática, 1934, pp. 193-205.

11 Alves Roçadas escreve no prólogo (25 de outubro de 1915) do "Relatório sobre as Operações no Sul de Angola em 1914" a este propósito, refere o seguinte: "…*Tivemos em vista, embora*

tivera como consequência a inutilização da soberania no Cuamato, no Humbe e no Evale[12]. Nova expedição metropolitana chega a Angola em 1915, sob comando do General Pereira d'Eça[13], e desta vez a ocupação atinge a atual fronteira a sul[14], abrangendo os territórios perdidos no ano

sacrificando a concisão do presente trabalho, apresentarmos, não só aos nosso camaradas mas a todos os nosso concidadãos, uma narrativa das operações militares realizadas no Sul de Angola, no ano de 1914, emolduradas numa sucessão de factos que, quer pelo lado histórico, quer pelo militar, quer pelo lado politico e mesmo pelo lado internacional, constituem o mais belo testemunho do que tem sido a obra nacional deste pequeno mas glorioso pais que se chama Portugal; obra que representa uma verdadeira operação mundial, ininterrupta desde a origem da nossa nacionalidade até hoje, e sempre honesta, desinteressada e lial em prol do progresso e da liberdade…", Lisboa, Imprensa Nacional, 1919.

12 No começo do ano de 1915 «beligerância não estava nitidamente declarada» embora a Província de Angola tivesse sido invadida por forças alemãs em 1914. Como consequência de Naulila e da retirada do tenente-coronel Alves Roçadas em finais desse ano, ficaram ao abandono, todos os postos da região Além-Cunene, originando a ocupação temporária dos alemães (antes da retirada para a Damaralândia) consequente sublevação do gentio que deu origem à campanha do general Pereira d'Eça, no comando das Tropas Expedicionárias ao Sul de Angola, que culminou em 20 de Agosto de 1915 com os combates da Môngua, na região dos Cuanhamas, contra a coligação dos povos do sul de Angola chefiados pelo soba Mandume. In, Coronel Emygdio Duarte Cadima, "*Môngua 1915*", publicado na Revista Militar em Agosto/Setembro de 1958, pp. 433-466 e Capitão Zarco da Câmara, "*Campanhas do Sul de Angola em 1915*", publicado na Revista Militar em Abril de 1940, pp. 226-242 e pp. 645-652.

13 O general Pereira de Eça tinha as seguintes intenções político-estratégicas e que se repercutiram na estratégia operacional montada para a maior operação militar desencadeada por Portugal, até essa época, em Angola: 1. Recuperação de todo o território abandonado e conjuntamente a reconquista directa do nosso prestígio sobre o gentio do Sul de Angola e indirecta sobre a população indígena de toda a Província; 2. Fazer face a qualquer investida dos alemães, ou mesmo penetrar no território, vingando o insucesso de Naulila, se a situação permitir adoptar, sem perigo, uma atitude ofensiva; 3. Simultaneamente preparar a ocupação do território Cuanhama e 4. Cooperar com os nossos aliados da África do Sul, se eles forçarem os alemães a dirigir-se para a nossa fronteira. Relatório do general Pereira de Eça, que no ponto 2 seria ajustado (para aprovação) em «*fazer face a qualquer incursão no território da Província e defender a sua integridade e a honra da nação*».

14 Em termos operacionais, era importante realizar a companha com urgência, pois as operações teriam de ser realizadas num reduzido espaço de tempo, pois deveriam estar terminadas antes do início da época das chuvas (setembro). Em segundo lugar existia também alguma urgência em que as operações tivessem bom êxito nesse ano de 1915, pois para o Portugal era absolutamente necessário que desaparecessem os efeitos da política alemã no sul da Província e se anulassem igualmente os efeitos causados na população indígena pelo insucesso da expedição do ano anterior. Era importante ainda obter a submissão completa dos Cuamatos – vencidos 7 anos antes (1907) de se manifestarem abertamente contra o domínio português após a retirada de Naulila e o consequente abandono de todos os Fortes do Cuamato e finalmente, garantir a ocupação da vasta região habitada pelo aguerrido povo Cuanhama, onde apenas os alemães tinham livre circulação, e comerciavam em grande escala, distribuindo armamento aos indígenas e fazendo a sua política contra a ocupação

anterior e o Cuanhama[15] até então impenetrável[16].

Como lição desta rápida resenha das organizações militares de Angola, podemos tirar os seguintes ensinamentos que, constituirão as bases para o prosseguimento do nosso trabalho[17]:

– É inconveniente a organização de forças brancas com carácter permanente, recrutadas na Província que cedo se transformam em perniciosos elementos de indisciplina;
– Há na Província uma forte tradição de organização de forças brancas de carácter miliciano;

portuguesa do sul de Angola. Cf. Coronel Emygdio Duarte Cadima, "Môngua 1915", Revista Militar, 1958, p. 435-466.

15 Para melhor se compreender os incidentes relacionados com o Cuanhamo, na sequência "… *de uma vingança…*" aos acontecimentos de 25 de setembro de 1904, onde a coluna do capitão de artilharia Pinto de Almeida na região de Cunéne foi praticamente, segundo o autor, "…*quasi aniquilada…*" (p. 8), recomendamos a leitura do livro "*A questão do Cuanhama*", de Eduardo da Costa, Lisboa, Typographia Universal, 1906, disponível nos arquivos da Revista Militar.

16 Por iniciativa do governador-geral, a totalidade das forças metropolitanas, requisitadas e estacionadas a partir de 28 de março de 1915 no Sul da província, era de 5 batalhões de infantaria, 1 batalhão de marinha, 3 esquadrões de cavalaria, 5 baterias de artilharia montada, 3 de artilharia de montanha e 8 de metralhadoras. In, João Freire, "*Olhares Europeus sobre Angola. Ocupação do território, operações militares, conhecimentos dos povos, projectos de modernização (1883-1918)* ", Edições Culturais da Marinha, Lisboa, 2011.

17 Sintetiza o autor nestes quatro pontos as principais aspectos do dispositivo militar existente em Angola no período da Grande Guerra, donde me permitem salientar (e acrescentar), os seguintes aspectos da estratégia militar portuguesa em Angola que contribuíram para as reflexões nacionais que conduziram à implementação da Portaria Provincial nº 34 de 16 de fevereiro de 1917 (relativa ao recrutamento) e mais tarde, o decreto-lei nº 19.220 de 9 de Janeiro de 1931, relativo aos aspectos da defesa militar de Angola, nomeadamente: A concentração de unidades, tipo companhias, em Fortes ou Presídios, resultante de uma exígua e pouco articulada ocupação do território, associado às dificuldades na mobilidade, matriz que vinha do século XVII, revelou-se insuficiente e contribuiu, em nossa opinião, para o incentivo à revolta das populações e para a incursão alemã a sul de Angola. O dispositivo militar assente em tropa negra, com poucos quadros e em que a tropa branca era de baixo valor ético, resultou na incapacidade para responder às situações de emergência na colónia, levando recorrentemente à criação de expedições militares vindas da Metrópole, costume que já vinha desde o século XVII e que teve a máxima expressão com o envio das "Tropas Expedicionárias ao Sul de Angola" comandadas pelo general Pereira d'Eça. E considera-se ainda as deficientes condições da instrução militar e do equipamento e armamento, mais nas unidades de base negra, a sua maioria (de 2ª linha que viriam a ser desactivadas) que impossibilitava uma adequada capacidade de fazer face a situações mais complexas de ocupação, como veio a acontecer. Conclui-se, em suma, pensarmos que Angola não representava uma prioridade e uma preocupação constante para a metrópole, que viu na participação militar no período da Grande Guerra, a par da presença no teatro de operações de França, lhe permitiu na Conferencia de Paz subsequente manter a posse dos territórios ultramarinos por mais umas décadas.

– As forças indígenas, que sempre constituíram preciosos recursos de guerra e de manutenção da ordem, e ainda hoje representam o grosso das tropas de ocupação da Província, são elementos indispensáveis para o delineamento de qualquer organização militar;
– Até hoje, nas grandes crises, foi impossível dispensar o auxílio da Metrópole, podendo, sem probabilidades de erro, considerar-se que de futuro, esse auxílio continue a ser igualmente indispensável.

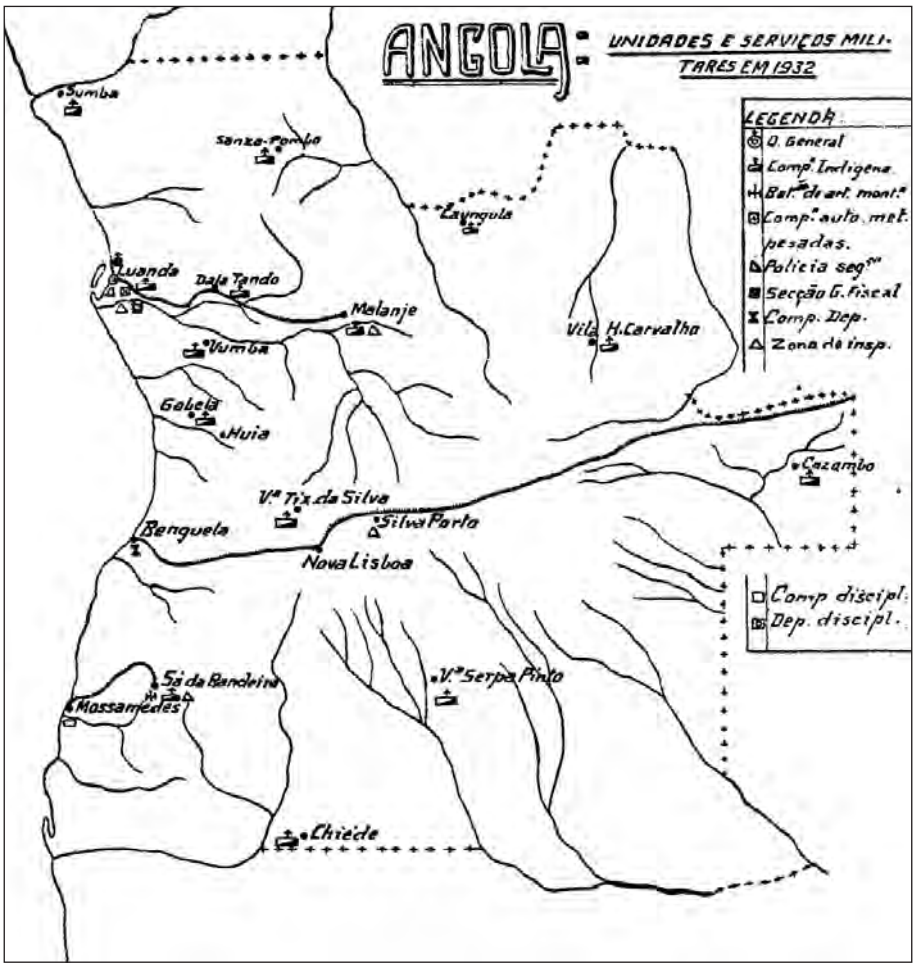
2. O que poderá ser o futuro

Examinado, o esboço nº 4, que contem esquemáticamente a distribuição actual (1932), das unidades militares na Província de Angola, uma conclusão ressalta imediatamente: o critério que presidiu à colocação das unidades em *dispersão* foi o da defesa contra o inimigo interno, procurando acudir prontamente a qualquer ponto de agitação indígena.

Ora a pacificação de Angola é quási perfeita, pois que o gentio, completamente desarmados, não manifesta quaisquer tendências de insubordinação, nem poderia levantar-se que não fôsse logo dominado. A modelar rêde de estradas, lançadas por Norton de Matos, facilitou consideravelmente o acesso das forças militares aos pontos mais afastados do sertão e a intensificação da ocupação administrativa permitiu uma permanente fiscalização das intenções e dos sentimentos do indígena[18]. Também o número de estrangeiros em Angola não apresenta uma proporção alarmante. No distrito de Huila, onde outrora eles se achavam estabelecidos em quantidades considerável, é hoje apenas 22 para 5.070 portugueses, o número de estrangeiros fixados.

Em contraposição, creio ter demonstrado, por outros trabalhos repetidamente insistentes sobre este ponto, que outras ameaças de caracter externo impedem sobre a nossa colónia da África Ocidental, bem mais sérias e bem mais perigosas. E para essas precisamente não vejo que tenham sido tentados quaisquer remédios! O momento é de economias. Mas há economias que podem transformar-se repentinamente em avultadas despesas, porque, quando de longe deixam de se prevêr os acontecimentos, estes, no seu momento próprio, precipitam-se, obrigando a gastar o que há e o que não há.

18 Norton de Matos, governador de Angola [1912 –1915] reconduzido em 15 de Agosto de 1914 (cumpriu dois mandatos seguidos), teve uma importância no incremento das infraestruturas rodoviárias e ferroviárias em Angola, procurando colmatar umas das maiores fragilidades (condicionamento) para a mobilidade, fazendo com que a dispersão das unidades pela colónia tornasse possível uma maior flexibilização e ajustamento do dispositivo quando necessário. Segundo o autor, teve um impacto directo na estratégia militar de Portugal para Angola no período inicial da Grande Guerra.



Esboço nº 4

Desde a campanha do Cuamato que se reclamava a continuação do caminho de ferro de Mossamedes, parado na base do Chéla, lançando-se no sentido das terras recentemente conquistadas. Assim se poderia ter feito a ocupação pacífica dessa região e se teria facilmente estendido a ocupação ao Cuanhama. Tal obra não se fez, a título de economia. Passados anos, poucos anos, tudo se perdia, sendo necessário enviar do continente a expedição do General Pereira d'Eça, com cujo dispêndio se poderiam ter feito quatro linhas férreas…E a linha férrea continua por fazer…

Em França, onde presentemente se olha com o maior interesse para o império ultramarino, pois êle foi uma das fortes razões da sua salvação[19], o efectivo global do exército antes de 1914, era de 800.000 homens e 32.000 oficiais, dos quais 100.000 homens e 2.000 oficiais serviam no ultramar. Hoje [1932] para 317.000 homens na metrópole, há 205.000 no ultramar com 9.000 oficias, tanto metropolitanos como coloniais. Despesas: em 1931-32 o exército da metrópole custou 4.745 milhões de francos; o das colonias 2.440 milhões. O esforço é dividido entre a metrópole e as colonias na proporção de 3/5 para efectivos e 1/2 para despesas. Desde 1900, a organização, recrutamento, instrução e equipamento das forças além-mar estão confiadas ao Ministério da Guerra, reservando-se a sua utilização local aos governadores ou residentes gerais.

Mas a política de restrições, conjugada com as consequências da pacificação colonial, está ferindo, quere-nos parecer, a alma do próprio exército. DE facto, com as colónias, absolutamente dominadas, deixaram de ser campo de façanhas temerárias, os oficiais portugueses vão perdendo o interesse por elas e, a dentro do exército, vai deixando de se sentir aquêle salutar influxo exercido pelos oficiais que serviram no ultramar, onde ganhavam faculdades de iniciativa, de acção e de confiança, como em nenhuma outra parte poderiam adquiri. Essa educação militar, que criára a pleiade admirável de coloniais da escola de António Ennes levou ainda à Grande Guerra verdadeiros valores de comando e heroísmo[20].

Depois, o verdadeiro amôr pelas colónias, só se ganha conhecendo-as e deixando nelas uma parcela da nossa existência. E a fermentação desse amôr é um factor de valorização que não é lícito desprezar…Sob pena de se dar

19 Esta ideia é reforçada por Armelle Enders, que refere «*...Para ter hipótese de conservar as suas colónias, Portugal abandona a sua neutralidade em Abril de 1916 e alinha com os Aliados. Infelizmente, porém, para os Portugueses, o principal teatro de operações situa-se na África Oriental, onde os Britânicos desde 1914 que tropeçam na resistência obstinada do responsável militar do Leste africano alemão, Paulo von Lettow-Vorbeck (1870-1964). Assim que entram em guerra as tropas portuguesa atravessam o Rovuma, caminho que voltarão a fazer em sentindo inverso, alguns meses mais tarde, abandonando o seu material, prosseguidas por uma companhia Schutztruppe, De Novembro de 1917 a Setembro de 1918, vários colunas alemãs jogam às escondidas com as forças aliadas…*». «*…Por seu lado os, os Portuguese perdem tantos homens (cerca de 2000) nesta guerra africana, quantos os que morreram na frente europeia. Para os Africanos, o balanço das vítimas é, por vezes calculado em cerca de 130.000…*», In "História da África Lusófona", Editora Inquérito, 1977, p.71.

20 O autor faz uma clara alusão aos feitos e bravuras dos militares portugueses que nas campanhas de pacificação do sul de Angola tinham feito Escola e os Oficiais ganho uma experiência e bravura que tinha contribuído para o bom desempenho no teatro de operações europeu durante a Grande Guerra.

razão aos pessimismos que se afirmam – o que não é verdade – que a metrópole não dá as colónias nem capitais, nem missionários, nem colonos, nem militares! Mas, tornemos de novo ao fio do nosso trabalho, procurando tirar das premissas estabelecidas ao fim do primeiro capítulo, as conclusões práticas que elas comportam. Dada a impossibilidade de dispensar as expedições enviadas pela metrópole nas horas críticas, o que convém fazer? Evidentemente organizar as forças da colónia, de forma a dispensar o mais possível o envio de forças metropolitanas e, ao mesmo tempo, a poderem prestar-lhes uma eficaz colaboração, quando, por força maior, se tenha de recorrer a esse remédio externo. Para esse fim, vejamos em separado a questão, primeiramente para as forças indígenas e de seguida para as europeias a recrutar na colónia.

O que vamos dizer não tem intenção de ser, sequer, um esboço de organização. Limita-se a um conjunto de sugestões, cuja adopção, queremos crê-lo, nalguma coisa poderia contribuir para aumentar a capacidade das forças angolanas. Falamos de forças indígenas, cuja organização a nosso vêr apenas necessita de aperfeiçoamento. Até aqui, o seu recrutamento foi orientado pelo *Regulamento Provisório para o Recrutamento militar na Província de Angola* (Portaria Provincial nº 34 de 16-2-1917)[21]. Esse diploma não conseguiu evitar que o recrutamento, à falta de um prévio e regular recenseamento, continuasse a ser uma verdadeira fonte de violências. As normas do seu artº 50º eram impossíveis de cumprir, e o próprio parágrafo único do artº 51º dava claramente a perceber.

Sem recrutamento regular, elemento de salvaguarda de todas as injustiças, o serviço militar, perdido o seu caracter de plena obrigatoriedade, era imposto apenas àqueles que o cipaio, o soba, ou o chefe do posto entregavam anualmente, correspondendo assim a uma imposição pela qual o gentio manifestava uma profunda repugnância. Por outro lado um processo tão primitivo de recrutar só trazia às fileiras os piores. A essa repugnância somava-se a rude particularidade de os recrutados sofrerem imediatamente uma deslocação de meio, os do Congo para o Huila, os da Huila para Luanda…E isto operado por vezes em épocas do ano em que as diferenças do clima eram fatais para muitos! Nestas condições o voluntariado era naturalmente nulo.

21 O *Regulamento Provisório para o Recrutamento militar na Província de Angola* (Portaria Provincial nº 34 de 16 de fevereiro de 1917) seria publicado na sequência do *Regulamento para a Instrução na Guarnição Militar de Angola,* aprovado e mandado pôr em execução por Portaria Provincial nº 21 de 22 de janeiro de 1917 (que pela sua relevância para melhor se compreender a estratégia militar adoptada por Portugal em Angola se reproduz no final do texto).

– Não seria possível fixar a época do recrutamento de modo a que estas desvantagens graves pudessem atenuar-se?
– Não seria possível efectuar um recrutamento semi-regional, que desfizesse no espirito do indígena grande parte da sua má vontade pelo serviço militar?
– Não seria possível instruir as unidades nos próprios locais de recrutamento e fazer depois a sua deslocação, se esta fosse indispensável, com os seus graduados, já quando o espirito de corpo tivesse fundido os elementos heterogéneos, constituindo unidades?

Eis três perguntas que parecem dignas de alguma meditação. O decreto-lei nº 19.220 de 9 de Janeiro de 1931, que lançou as bases para o recrutamento militar nas colonias procura remediar já alguns inconvenientes apontados. Na mira de promover o voluntariado (artº 52º 1.), permite aos mancebos nesta condição escolha das unidades de incorporação e manda (artº 52º 4.) atender às condições climatéricas da origem e da unidade de destino. Oxalá tais determinações sejam respeitadas como convém! Também o mesmo decreto manda organizar nas unidades indígenas aulas de português, é esta uma medida de transcendente alcance, pois, bem aplicada apressará a nacionalização de Angola pela difusão da língua.


GOVÊRNO GERAL DE ANGOLA

Quartel General

Regulamento para a instrução da guarnição militar de Angola

Aprovado e mandado pôr em execução por portaria provincial n.º 21, de 22 de Janeiro de 1917 : : : : :

Loanda — Imprensa Nacional — 1917


REPUBLICA PORTUGUESA

Govêrno Geral de Angola

QUARTEL GENERAL

Regulamento provisório para o recrutamento militar na província de Angola

Aprovado por portaria provincial n. 34, de 16 de Fevereiro de 1917 : : : : :

Loanda — Imprensa Nacional — 1917

Mas há outros pontos que, à primeira vista aparecem como de restrito alcance, e que, aos olhos de quem conhece a psicologia do indígena, assumem uma importância fundamental. A questão do uniforme é aqui de uma importância capital. Estamos convencidos de que um dos meios que em Moçambique facilitou a regulação do serviço militar indígena foi o rigor do asseio, e correcção, importa no vestuário do soldado. O uso de distintivos e medalhas brilhantes, a organização de frequente festas desportivas, o estabelecimento de prémios de licenciamento, as reduções moderadas do tempo de serviço como prémio de comportamento e aplicação, o acesso aos postos inferiores, tudo contribuiria para afastar progressivamente a má vontade indígena pelo serviço militar.

Como valorização nas próprias unidades, urgia dotar as companhias indígenas com, pelo menos, uma metralhadora ligeira por pelotão, metralhadoras possivelmente do tipo Lewis, por ser muito conveniente o seu processo de arrefecimento e fácil a aprendizagem e o funcionamento. A exagerada independência das companhias indígenas tem grandes inconvenientes, mormente sob ponto de vista da instrução. O seu agrupamento em batalhões, embora separadas nos seus actuais quarteis, permitiria exercer sobre elas uma importante acção e fiscalização, unificando o comando, que presentemente não têm. Na época em que as companhias realizam os seus habituais exercícios de marcha, a unificação táctica do batalhão poderia efectuar-se com facilidade. Por último desejaríamos vêr estabelecida uma mais íntima ligação das tropas negras que a vida do continente e das outras colónias, de forma que a noção de Pátria se impusesse ao espirito do indígena com toda a sua impressionante grandeza.

Falámos um dia no Cuanhama com um velho cipaio que acompanhou Serpa Pinto na sua travessia e depois foi por este levado à metrópole. Com o navio que o transportou tivesse tocado exclusivamente em portos portugueses, o bom do negro traduzia as suas impressões por esta forma deslumbrada: «Maniputo muito rico! Muita casa grande! E tudo Portugal!...»

*

Tratemos finalmente das tropas brancas a recrutar na colónia.

O decreto nº 11.664, que estabeleceu as bases para a reorganização das forças ultramarinas, contem a expressão inconveniente de *exército ultramarino*. Não deve haver exército ultramarino. O exército é um só: o Exército Português. Mas as bases desse decreto encerram doutrina excelente, em especial a da sua base IX, que torna o serviço militar obrigatório para os mancebos brancos nascidos ou residentes das colónias. Injustiça inexplicável seria, de facto, continuar a exigir ao preto um pesado sacrifício, de que o branco se achava e acha, por enquanto, dispensado, Mas não é este o único

aspecto grave da questão. Está-se criando na colónia – e não sei se infelizmente na metrópole também – uma geração que, absorvida pelos desportos, não dá mostras de alimentar qualquer outra preocupação nem de acalentar qualquer outro ideal! Não sabemos mesmo até que ponto este alheamento das altas obrigações cívicas, que condicionam a nossa existência colectiva, levará um dia esta mocidade, a quem nunca foi exigido o cumprimento de qualquer dever para com a Nação, se um grande estremeção a viér arrancar à existência descuidada que vai vivendo…

Um pequeno exemplo para demonstrar o fundamento das nossas apreensões. No distrito de Huila deve haver cerca de 1.500 brancos em idade de pegar em armas; desses estão recenseados aproximadamente 716. E existindo em Sá da Bandeira sede de distrito, uma carreira de tiro, a sua freqúencia limita-se a números exíguos (1928: 91 inscritos e 26 com aproveitamento). É esta a única instrução militar que os mancebos brancos poderiam ter recebido!

Felismente que o decreto 19.220 de 9 de Janeiro de 1931 estabelece as nórmas de recrutamento militar, determinando que cada colónia elabore com brevidade o seu regulamento privativo de recrutamento, estabelecendo desde logo (artº 7º) que «os mancebos, filhos de europeus e seus descendentes, nascidos nas colonias e nelas residentes, são obrigados à prestação do serviço militar na colonia da sua naturalidade». E no artº 67º indica que «os mancebos europeus serão incorporados e instruídos em depósitos provisórios junto das unidades existentes». A execução, porém, desta última determinação oferece enormes dificuldades. Em primeiro lugar as unidades existentes, em condições de receber brancos, são em número limitadíssimo. Deverão os mancebos receber a sua instrução nas unidades indígenas, com armamento e equipamento de indígenas?

Pensamos que, antes de lançar qualquer regulamentação sobre o assunto, se deveria estudar cuidadosamente a organização das «*Defense Rifle Associations*» da União-Africana e a sua aplicação a Angola. Por outro lado estamos convencidos da impossibilidade de realizar a incorporação dos mancebos brancos para efeitos da instrução, sem que gravíssimos inconvenientes resultem para a economia da Província. Mas, o Estado pode e deve intervir na vida interna dos clubs desportivos, que por toda aparte se multiplicam, obrigando-os a incluir nos seus estatutos, o dever, fiscalizado por agentes oficias, de ministrarem aos seus associados a instrução militar e, muito em especial, a instrução e tiro.

Entre os mancebos existentes na colónia, dado o nível bastante elevado da sua ilustração, seria possível recrutar em quantidade suficiente, não só os graduados precisos para o enquadramento das forças indígenas e brancas, mas inda os próprios oficias subalternos indispensáveis à organização das unidades de carácter miliciano. Para isso bastaria por a funcionar nas Provín-

cias as necessárias escolas preparatórias, orientadas pelas suas congéneres metropolitanas. Exercícios periódicos de conjunto, com os instruendos das escolas e dos clubes devidamente comandados por oficias dos quadros permanentes, complementariam a instrução ministrada dentro desses organismos. De resto, foram sempre estes os moldes tradicionais das forças brancas recrutadas na Província de Angola.

Mas, para tudo isto se poder levar a cabo, seria indispensável pôr em prática, quando antes, a base V do decreto 11.746 de 16 de Junho de 1926, que estabelece *comandos gerais* nas províncias de Angola e Moçambique, separado de vez as funções administrativas das funções militares, com vantagens para ambas. Os governadores de distrito, por vezes de classe civil, outras vezes de graduação inferior a capitão, não podem continuar a ter atribuições e competências militar elevada sobre tropas que necessitam de permanente instrução e de permanente acção fiscalizadora e orientadora. Mas sobretudo, para que as medidas preconizadas pudessem ter eficácia, seria necessário que os oficiais metropolitanos de novo procurassem as colonias onde o campo é largo para o exercício da sua atividade. Uma legislação apropriada, incluindo a obrigatoriedade da vinda às colonias dos subalternos, como condição de promoção a capitão, animaria talvez essa corrente, tão favorável à valorização das tropas ultramarinas e igualmente à das metropolitanas.

Para um outro ponto desejamos chamar a atenção de quem nos lê. A experiencia diz-nos que a organização das expedições ao ultramar realizadas quási sempre sob a pressão do tempo, peca por forçada improvisação no recrutamento do seu pessoal. O próprio soldado ou vem como voluntário, o que nem sempre é de recomendar, ou vem convocado após um período mais ou menos alargado de ausência das fileiras e portanto desvalorisado. Não conviria manter na metrópole *unidades coloniais* de composição mixta, fortemente dotadas de metralhadoras e artilharia ligeira, prontas a embarcar á primeira voz para onde as reclamasse a insegurança de qualquer das nossas colónias?

Não podemos fechar esta série de sugestões sem falar na aviação. Parecendo à primeira vista, uma arma cara, ela será neste caso um valioso factor de economia, pois um avião nas operações que por ventura tivesse de realizar-se contra qualquer núcleo de rebelião indígena, corresponderia bem à vontade, pelos efeitos morais da sua acção, a um batalhão. Tomadas as lições da primeira tentativa realisada em Angola em 1918 para o estabelecimento da aviação no planalto da Humpata e depois em 1921 no Huambo, queremos crêr que altos serviços estariam reservados a essa arma, hoje imprescindível em qualquer operação de mediana envergadura.

*

Começamos por fazer a resenha de várias organizações pelo tempo fóra experimentadas em Angola. Dissemos de seguida o que nos pareceu resultar

das lições do passado. Que progressos se conseguiram, depois de tão longos e por vezes sangrentos ensinamentos?

Um grande passo se deu em frente pela extinção das tropas de *2ª linha* (1913) e, paralelamente, pela criação das *companhias indígenas*, que prestaram e prestarão ainda excelentes serviços. Um outro passo é expresso pelo seguinte facto: durante séculos, as forças brancas foram constituídas por degregados, a que se assentava praça mal punham pé na colónia. Pois o decreto 19.220, pelo artº 36º, veio *excluir terminantemente do serviço militar os condenados a pena maior*. É um pregresso incontestável; mas outros têm de realizar-se urgentemente.

Na nossa vizinhança desenham-se acontecimentos cada vez mais graves, perante os quais não poderemos deixar de estar em guarda bem vigilantes e bem atenta! Os jornais anunciam que na União Sul-Africana o movimento de separação e independência assumiu um caracter agudo: «trata-se de um vasto movimento nacional e quasi mística que alastrou a todas as camadas do povo». Evidentemente, nós não temos que contrariar nem que favorecer esse movimento. Cada um em sua casa governa-se como quere e entende. Mas temos obrigação de nos precaver, porque essas convulsões de caracter místico cegam os povos, dando-lhe a ilusão de serem impelidos por Deus para caminhos, por vezes, bem inesperados.

E a fórma mais eficaz de precaução consiste por um lado em valorizar o nosso organismo defensivo e por outro em promover, como tantas veses temos aconselhado, a colonização do Sul de Angola, mormente dos planaltos da Huíla e de Benguéla, directamente expostos a qualquer investida do sul. Um dia alguém perguntou ao Marechal Foch se entendia que as colónias portuguesas corriam perigo…. O Marechal, um pouco surpreendido pela inépcia da pergunta, respondeu: – «*Correrão perigo, se os senhores as não souberem defender*». Não é verdade que esta resposta na sua luminosa simplicidade, contem uma grande dose de sabedoria?

Notas Conclusivas

Esta análise, breve, sintética mas estruturada e até inovadora abordagem das incongruências da estratégia militar portuguesa para Angola e da relação entre a Metrópole e a Colónia, explicada e analisada nesta parceria pouco comum, procura retractar e trazer para a reflexão pública, neste momento, alguns elementos que podem contribuir para se melhor perceber como se chegou ao dispositivo militar em Angola no período antecedente à Grande Guerra, quais as consequências e que orientações politicas saírem dessas vivências.

Reparamos que muitas das questões e problemas apontados são comuns ao longo dos séculos, um dispositivo pouco apoiado por Portugal, reforços

e períodos de muito empenhamento com um esquecimento quase total, conduziu frequentemente a conflitos internos na disputa por influência e na sequência da conferência de Berlim, numa disputa externa com potenciais interesses. Nomeadamente a presença dos alemães no sul de Angola que nos impeliu a uma participação na Grande Guerra, em que a defesa de Angola, feita em teatros e de forma diferente teve impacto na História de Portugal e de Angola e trouxe ao mundo, o conhecimento de bravos militares portugueses que, como referia o General Pereira da Eça, na época, "*Patriotismo! É um termo que todos os bons portugueses desejariam ver declinado por cá com mais parcimónia; mas quem quiser encontrar belos exemplares da sua verdadeira significação prática folheie os anais de África*".

No pós Grande Guerra, fruto das experiências vividas, alguns ajustamentos foram feitos, contudo, o autor, critico e conhecedor dos problemas vividos, nesse período, aponta um conjunto de propostas e iniciativas, que tem ao mesmo tempo a virtude de nos retractar os principais problemas vividos na relação colónia-metrópole-colónia no período da Grande Guerra, contribuindo, em nossa opinião, para melhor percebermos a "A estratégia militar Portuguesa no período da Grande Guerra" e "A Defesa de Angola".

Bibliografia Auxiliar

BENDER, Gerald J. (2004) – Angola Under the Portuguese's-The myth and the reality. Africa World Press, 2004, ISBN 1-592-212-581.

BIRMINGHAM, David (2003) – Portugal e África. Lisboa: Veja Editora, 1ª Edição – 2003, ISBN 972-699-717-8.

CAETANO, Marcello (1965) – Portugal e a Internacionalização dos problemas Africanos (História duma batalha: Da liberdade dos Mares às Nações Unidas). Lisboa: Edições Ática, 3ª Edição revista e aumentada, 1965.

CAVAZZI, João António (1965) – Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 2 Volumes – 1965.

DIAS, Jill R. (1984) – Uma Questão de Identidade: Respostas Intelectuais às Transformações Económicas no Seio da Elite Crioula da Angola Portuguesa entre 1870 e 1930. Lisboa: Revista Internacional de Estudos Africanos Nº 1, janeiro/junho 1984.

IVENS Roberto e CAPELLO Hermenegildo (1886) – De Angola à Contra-Costa – Descrição de uma viagem através do Continente Africano. Lisboa: Imprensa Nacional, Volume I e II, 1886.

MORAES, Major Artur de (2007) – Memórias de Angola. Casal de Cambra: Editora Caleidoscópio, Comissão Portuguesa de História Militar, ISBN 978-989-8010-62-9.

PÉLISSIER, René (1986) – História das Campanhas de Angola: Resistência e revoltas, 1845-1941. Lisboa: Editorial Estampa, 2 Volumes (II Volume – 1987), ISBN: 972-33-1224-7.

WHEELER, Douglas e PÉLISSIER, René (2009) – A História de Angola. Lisboa: Editora Tintada China, 1ª Edição, 2009, ISBN 978-989-671-005-7.

Revista Militar
N.º Temático – maio 2014
pp. 429-458

Recordar o esforço Português em Moçambique durante a Grande Guerra (1914-1918) através da Revista Militar



Coronel Nuno Correia Barrento de Lemos Pires*

Uma das questões recorrentes quando se analisa o papel de Portugal na Grande Guerra é a de tentar entender quem iniciou as hostilidades em África, se foram os alemães ou se foi Portugal que forçou a beligerância. Nas dezenas de artigos publicados pela *Revista Militar* (RM), quer ainda durante a guerra, quer nos anos seguintes, essa questão aparece refletida de formas distintas e com interpretações diversas. "*Fomos atacados por surpresa pelas forças de Sudeste e Leste Africano*" (Barbosa, 1917: 836). Teria sido uma surpresa ou uma provocação portuguesa?

Nos artigos escritos em cima dos acontecimentos nota-se o fervor patriótico: "*em Moçambique, em Maziua, façanha igual que a História apreciará como um ato de banditismo, operações estas que nem de guerra se podem denominar*" (Barbosa, 1917: 836). Nada de novo na História Militar, os argumentos são milenares e, muitas vezes nas primeiras fases da guerra, os adversários são descritos como bandidos, foras da lei e terroristas. Mais tarde, veremos como estes "*bandidos*" foram muitas vezes admirados pelo seu espírito inovador, como percussores da guerrilha do século XX e, no caso do comandante alemão na África Oriental, Paul Emil Von Lettow Vorbeck, ficando mesmo reconhecido como um invulgar génio militar (assunto que retomaremos nas reflexões finais). Uma leitura atenta da nossa RM mostra como conhecíamos bem o valor do adversário, e de como esse fator da eficácia alemã foi usado como justificação para muitos dos insucessos portugueses: "*se não temos a registar brilhantes vitórias, não haja, pelo contrário, atos que nos deslustrem ou envergonhem*" (Barbosa, 1917: 837) em face de forças militares oriundas de uma nação que tinha conseguido, em menos de vinte anos,

* Sócio Efetivo da Revista Militar.

criar um vasto império colonial com "*3 milhões de quilómetros quadrados, 30.000 europeus e 12 milhões de indígenas (…) África Oriental, Camarões, Tojo, Sudoeste Africano, Nova Guiné, Carolinas, Samoa, Kiau-Techou*" (Morais Sarmento, 1918: 597).

O esforço militar português em África era então, como ainda o é hoje, pouco conhecido e pouco falado em Portugal, quando comparado com o esforço e a visibilidade do envio de forças para a Flandres europeia: "*A organização e partida das forças expedicionárias a Angola e Moçambique quase que despercebida tem passado*". O Tenente-coronel de infantaria Barbosa tenta justificar esta apatia pública pela necessidade de se garantir o deslocamento por mar em segurança num "*fundado receio de ataques inesperados em alto mar"* e, por isso, na hora do embarque vão *"quase que abandonados, como que esquecidos, atravessam as ruas da cidade (…) cabisbaixos, silenciosos*" e termina este autor: "*parece que um misterioso silêncio envolve tudo quanto diga respeito ao nosso trabalho em África*" (Barbosa, 1917: 837). Palavras premonitórias, infelizmente, ainda plenas de atualidade, passados quase cem anos.

Sentimos o esforço de tentar explicar o inexplicável, ou seja, a grande impreparação das sucessivas expedições para Moçambique, "a *nossa Colónia mais cobiçada*" (Martins, 1920: 102) e de, simultaneamente, tentar preservar a memória dos combatentes e os seus atos mais distintos em combate: "*mostrar a grandiosidade do esforço levado a efeito em África, e mormente em Moçambique*" (Barbosa, 1917: 840), como bem ilustra o artigo da redação da RM com a publicação, ainda em 1918, do quadro de honra da Grande Guerra "*baixas contra a África Oriental*" (Redação, 1918, 621-624).

Desde muito cedo que se assumiu a péssima preparação para estas operações e se identificaram as falhas mais graves, ou seja, nos sistemas de sustentação da força (Barbosa, 1917: 841). Portugal nunca teve um sistema que permitisse, rapidamente, reforçar as colónias com uma expedição: "*lacuna imperdoável na organização militar colonial é não existir uma preparação conveniente, para que uma força expedicionária da metrópole possa económica e prontamente marchar para apoiar as forças coloniais, nada está feito nesse sentido*". Era ainda reconhecido como devia ser privilegiado o recrutamento local em desfavor das expedições europeias, porque "as tropas europeias custam muito mais caras e esgotam-se mais depressa do que as i*ndígenas*". Finalmente, reconhecia-se o enorme desconhecimento do terreno e da região em geral: "*O grande e sintético ensinamento colhido nesta campanha da África Oriental foi que, os nossos adversários sendo conhecedores do terreno e incansáveis na instrução de tropas (…) enquanto nós ignorantes do terreno e negligentes na instrução das tropas ficámos quase sempre reduzidos a uma atitude passiva*" (Martins, 1920: 110-111 e 411).

Face a um teatro de operações muito difícil "*no interior de África onde as comunicações não existem ou são rudimentares*", em que as colunas de marcha tinham de transportar consigo tudo o que necessitavam para várias semanas de campanha e sem quaisquer estruturas de apoio na região (tiveram todas de ser construídas, de origem, numa base principal inicialmente em Palma, no norte de Moçambique). Em Portugal não existiam os equipamentos, os fardamentos e os armamentos necessários para equipar os milhares das forças expedicionárias (agravado com os processos morosos de aquisição no estrangeiro, numa época em que toda a Europa se encontrava em guerra): "*estações de telegrafia sem fios, lençóis impermeáveis, automóveis e os seus pertences, por vezes os soros e as especialidades farmacêuticas, metralhadoras e munições, aviões e pertences*". Na Metrópole, tinham de se criar condições para "*manufaturar nos estabelecimentos fabris do exército ou na indústria particular muitos artigos considerados indispensáveis, como hastes e arreios para o transporte a dorso de metralhadores e munições, víveres (…), material sanitário (…) forragem para os solípedes*". Depois era necessário assegurar o transporte até Moçambique "*somente em navios portugueses porque outros não havia*". Temos assim uma imagem muito real de como tudo praticamente faltava e pouco, ou quase nada, estava preparado para efetuar estas ambiciosas expedições a milhares de quilómetros da Europa. Barbosa é claro num dos seus artigos da RM, quando afirma que aquilo a Inglaterra tinha para preparar as suas forças era exatamente o que mais faltava em Portugal: "*dinheiro, dinheiro e dinheiro!*" (Barbosa, 1917: 841-842).

Em 1917, três anos após o início das operações em Moçambique, o diagnóstico do estado das forças portuguesas era inequívoco: "*a nula preparação do nosso exército para a guerra, a falta de recursos financeiros e ainda mais o tempo perdido na definição da nossa situação perante a guerra europeia*". Não se soube, ou deliberadamente não se quis, definir um claro objetivo político em 1914 sobre o que fazer em Moçambique. A indefinição prolongou-se até 1917, fundamentalmente, porque "*não nos contentámos em cooperar em África com a nossa velha aliada*" e, como ambicionámos fazer muito mais do que as condições permitiam, foram assim criadas "*dificuldades insuperáveis para uma cabal e perfeita organização*" (Barbosa, 1917: 842-843).

A Área de Operações – A Fronteira do Rovuma

O Rio Rovuma, que faz os 700 Km da fronteira norte de Moçambique é "*notável pela sua extensão de perto de mil quilómetros*". Em termos militares, o rio é "*caudaloso na época das chuvas mas na estação seca oferece numerosos vaus (…) navegabilidade diminuta (…) barra larga de 1500 metros,*

mas assoreada, desagua numa baía de canais estreitos, comunica com Quionga", o que fazia com que os navios portugueses de abastecimento e apoio não conseguissem entrar muito profundamente no rio: "*o cruzador Adamastor fundeava na Baía a duas milhas da barra e a canhoneira Chaimite entrava na barra na praia-mar, pequenos barcos à vela podiam subir o rio uns três quilómetros*" (Martins, 1917: 27). A questão da delimitação de fronteiras e territórios neste ponto específico, entre Portugal e Alemanha, pode ser lido no extenso e detalhado artigo do General Morais Sarmento (1918: 589).

As campanhas em Moçambique podem ser estudadas por "*fases anuais, devido a cada época das chuvas paralisar as forças adversas, não só por tornar impraticáveis os caminhos, como ainda por exigir um trabalho de reorganização, rendendo as tropas fatigadas (…) para preencher os desfalques provenientes de um mortífero clima*". Entre outras características importantes do ponto de vista militar interessa destacar a "*caça abundante*", mas também os perigos permanentes "*leão (…) crocodilos pululam no rio (…) mosca tsé-tsé que não deixa viver os cavalos mais de quatro meses, o mosquito, a impertinente matacanha, pequena pulga que se introduz sob a pele dos pés, ferindo e inflamando-os quando não se conseguir extrair a tempo, inutilizando por isso muitos indígenas e alguns europeus*" (Martins, 1919: 93).

As "*comunicações nesta zona são difíceis apresentando o rio poucos vaus por ser cávado*" e a ponte mais importante ser de madeira e ter "*cem metros de comprimento e dois de largo*" lembrando-se que "*as cheias não permitem pontes permanentes*". Em 1918, havia uma via de comunicação principal no extremo norte de Moçambique, "*o caminho de Porto Amélia* [atual Pemba] *a Matangulo no Lago Niassa, passando por Montepuez*" e, para esta extensa fronteira existiam apenas três postos militares com "*importância de polícia*", notando-se que a população indígena era escassa, porque, embora "*a agricultura esteja desenvolvida (…) a criação de gado é impossibilitada pela tsé-tsé*" (Martins, 1917: 28).

O "Protetorado da África Oriental Alemã" e o Princípio da Guerra

Este território surgiu pela "*iniciativa individual do Dr. Carl Peters, que em 1884, obteve de alguns chefes indígenas, doze tratados de concessões territoriais, logo perfilhados pela Alemanha (…) e assim se constituir em 1914 a mais próspera colónia alemã*". Interessa referir que "*em 1887 foram comprados pelos alemães ao sultão de Zanzibar os seus poucos efetivos direitos aos territórios do Oceano Índico*" (Martins, 1919: 94-95). Com o dobro da área da Alemanha e capital em Daressalem (Dar es Salem), este protetorado assistiu

a um prolongado desenvolvimento dos seus portos, linhas férreas e o aproveitamento do fértil planalto do Kilimanjaro junto à montanha mais alta de África. Em 1914, estimava-se a sua população em "*5 mil alemães, 15 mil indianos e 8 milhões de indígenas*" e contava, para a sua força armada local, com "*67 graduados e 2140 praças indígenas, enquanto as tropas contavam com um efetivos de 240 europeus enquadrando catorze companhias indígenas, dotadas cada uma com duas metralhadoras, uma secção de sinaleiros, um comboio de carregadores e um depósito de companhia*" (Martins, 1919: 96-97). O Tenente-coronel Azambuja Martins, que foi o chefe de estado-maior na expedição de 1916, diz-nos que estas tropas estavam, desde o início da campanha, "*muito bem enquadradas e (…) com quadros muito bem preparados*".

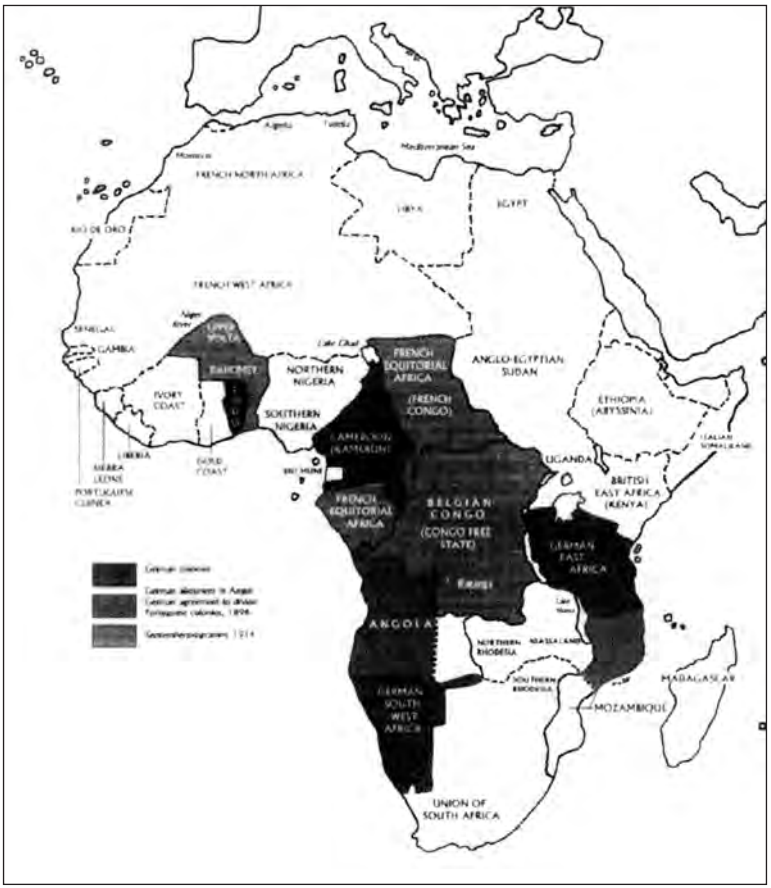


Figura 1 – Objetivos Coloniais Alemães no início da Grande Guerra

As primeiras ações militares foram essencialmente navais, com um ataque britânico sobre a capital da Colónia Alemã, Daressalam, que destruíram os navios alemães que estavam no porto e a estação de telegrafia. No entanto, as primeiras operações terrestres foram iniciadas pelos alemães sobre os territórios ingleses, no denominado posto de Taveta, com o objetivo de danificar o caminho-de-ferro britânico entre Mombaça e Nairobi. Os combates intensificaram-se então sem que nenhum dos lados tivesse atingido grandes resultados. Contra o Congo Belga tiveram os alemães melhores resultados imediatos, conseguindo logo "*a supremacia no Lago Tanganica*". Em novembro de 1914, os ingleses concentraram um significativo conjunto de forças, sob o comando do General Aitken, para iniciar um ataque coordenado sobre os alemães, no entanto, sem sucesso (Martins, 1919: 129-133).

Em 25 de agosto de 1914 (segundo o Tenente Costa, este ataque foi em 24 de Agosto, 1930: 367), os alemães atacaram "*o posto português de Maziua, massacrando os soldados indígenas e o sargento europeu seu comandante*" constituindo-se assim como o primeiro incidente com a Alemanha. Este posto era "*isolado sem telégrafo, a 400 km do litoral*" e os alemães justificaram esta ofensiva porque se consideravam os sucessores do "*Sultão de Zanzibar*" que teria, supostamente, a soberania daquela região (Martins, 1919: 93). Ainda que sem declaração de guerra, desta forma se iniciaram as operações em 1914. A 18 de Agosto de 1914 é assinado, em Lisboa, um decreto para o envio de duas expedições "*para guarnecerem alguns pontos da fronteira de Angola e Moçambique*", mas vamos apenas referir os acontecimentos referentes a Moçambique (Costa, 1930: 367).



Figura 2 – Fronteira Norte de Moçambique

Em agosto, o primeiro destacamento expedicionário para Moçambique, sob o comando do Coronel Massano de Amorim (que voltará a comandar no final da Grande Guerra), era composto pela "*4ª bataria de artilharia de montanha, 4º esquadrão de cavalaria 10, 3º batalhão de infantaria 15, serviços auxiliares e de engenharia, administração militar e de saúde, num total de 1.527 homens e 322 solípedes*" (Barbosa, 1918: 21). A expedição partiu de Lisboa no dia 11 de setembro "*em péssimas condições"*, no paquete inglês *Durban Castle* escoltado pelo navio de guerra português *Almirante Reis*. Chegaram a 16 de outubro a Lourenço Marques e, embarcados a 28 desse mesmo mês no navio *Moçambique*, chegaram a Porto Amélia no dia 1 de novembro "*exaustos e desmoralizados ainda antes de serem levados para a fronteira"* (Costa, 1930: 367-368 e Cann, 2002: 369).

O Tenente-coronel Barbosa afirma que este destacamento "*não teve uma missão bem definida, sendo-lhe dada apenas a de guarnecer alguns pontos da fronteira norte da província de Moçambique*" e resume o que esta expedição deixou para as futuras: "*estabelecimento de alguns postos militares, nas edificações de múltiplas dependências do aquartelamento, na abertura de várias estradas e montagem de linhas telegráficas*" (Barbosa, 1918: 21).

As Expedições de 1915 e 1916

A superioridade naval britânica ficou bem demonstrada em 1915 com os inúmeros ataques navais sobre a colónia alemã, que iria culminar com a destruição do cruzador Konigsberg e o domínio sobre o Lago Tanganica. No final de 1915, os alemães tinham-se concentrado sobre Nyasaland e, ajudados por uma revolta local contra os ingleses, estabeleceram aí uma importante base de apoio (Martins, 1919: 135-136).

Sob o comando do Tenente-coronel de artilharia Moura Mendes foi criado um destacamento expedicionário composto por "*5ª bataria de artilharia de montanha, 4º esquadrão de cavalaria 3, 3º batalhão de infantaria 21, 2ª bataria do grupo 7 de metralhadoras, tropas de engenharia, saúde e administração militar, num total de 1.543 homens*", sabendo-se que nesta expedição "*não seguiu material de guerra nem solípedes*" e também, tal como na anterior expedição de 1914, não teve uma "*missão definida*". Explica Barbosa que vivíamos uma situação "*nublosa, e em que ora se afirmava a neutralidade ora nos dizíamos, senão beligerantes, pelo menos abertamente ao lado da velha Inglaterra*" (Barbosa, 1918: 21-22). A expedição partiu para Moçambique no dia 14 de Outubro (Costa, 1930: 268).

Permaneceram a maior parte do tempo em Porto Amélia sendo apenas de registar a ocupação de Quionga mas, no final da expedição, a situação sani-

tária era péssima: "*o violento e extenuante serviço de vigilância nos postos avançados, nas insalubérrimas margens do Rovuma, aonde eram constantemente inquietados por frequentes ataques do inimigo, tinham-nos por tal forma abatido física e moralmente, que urgente se tornava repatriar todos ou em parte*" (Gil, 1919: 335). Acabariam os efetivos desta expedição por serem repatriados e, alguns, aproveitados para reforçarem a expedição do ano seguinte mas, devido à péssima situação sanitária, pouco significaram no esforço que de seguida se descreve.

"*O terceiro ano foi considerado o mais importante da campanha*" com os ingleses, sob o comando do General Smuts (antigo ministro da defesa sul-africano, de origem bóer e que tinha conseguido a derrota na África Ocidental Alemã – Damaralândia, viria agora a desempenhar a sua primeira comissão no exército britânico tendo-lhe sido atribuído o posto de tenente-general). Em 1916, o objetivo principal de Smuts foi o de conquistar os planaltos do Kilimanjaro. O objetivo foi efetivamente atingido (embora com elevadas baixas para ambos os lados) ficando assim os britânicos na posse "*da zona mais rica da antiga colónia alemã (…) Mochi*", a que se somaram os 160 km conquistados pelo General Van Deventer "*no troço médio do caminho-de-ferro central*" permitindo assim um grande avanço, tanto a forças britânicas como também às belgas. Como resultado destas operações, os alemães deslocaram o "*centro de gravidade da sua resistência*" para "*o sul da sua colónia e vizinhança da colónia portuguesa que ia sofrer o embate do grosso inimigo*".

A 25 de maio de 1916 começou uma ofensiva britânica a partir de Nyasaland, com duas colunas, comandada pelo General Northey. No ano de 1916, a campanha teve dois períodos distintos: até à tomada da cidade de Taborda e até à queda da capital da colónia, Daressalam. Em outubro, Taborda foi capturada e os alemães que a defendiam seguiram a direção de sueste "*caindo*" sobre as forças do General Northey. Depois de severas perdas britânicas, Northey reconquistou a iniciativa, em finais de outubro, e depois de uma ofensiva coordenada fizeram a junção com as forças do general Deventer, no final de novembro. Os alemães estavam agora confinados à área entre os Rios Rufigi e Rovuma junto à fronteira portuguesa. As chuvas de dezembro interromperam o continuar das operações aliadas contra os alemães (Martins, 1919: 193-195). A 4 de setembro tinha caído em poder dos britânicos a capital da colónia alemã, Daressalam, tendo os alemães mudado a capital para Morogoro e os belgas ocupavam agora a cidade de Tabora encurtando assim significativamente a colónia alemã. (Martins, 1919: 137- 144).

A Alemanha declara guerra a Portugal no dia 9 de março de 1916 (Costa, 1930: 368) e Portugal iniciou as suas ações em 10 de abril de 1916. O "*destacamento misto expedicionário*", comandado pelo Tenente-coronel Moura

Mendes, que tinha partido de Porto Amélia em direção ao Rovuma e ocupado o triângulo de Quionga com 700 Km², permitiu então estabeleceram-se, na margem direita do Rovuma, os postos de "*Namaca, Namiranga, Namôto e Nachinamoca*", tendo, por sua parte, os alemães estabelecido na outra margem, os postos de "*Fábrica, Migourba, M'chinga, Marunga e Tchidia*" (Marques, 1920: 299-302 e Martins, 1919: 195-196).

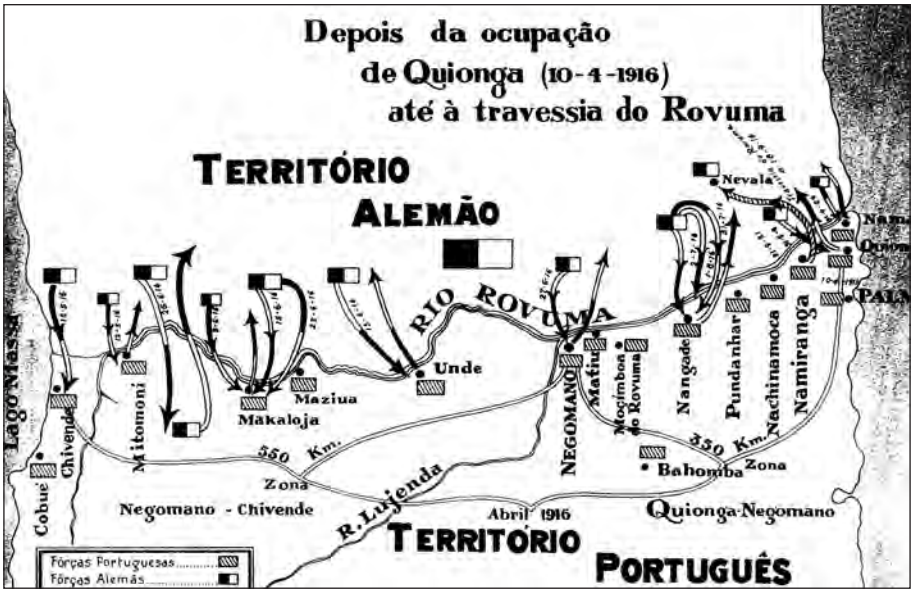


Figura 3 – Escaramuças na fronteira Alemã-Portuguesa

No dia 25 de abril, os alemães atacaram o posto de Namôto "*tendo a sua guarnição resistido algumas horas, o que obrigou aqueles a retirar*", no dia 8 e 12 de maio atacaram Nhica "*sendo repelidos*", a 15 ocuparam o posto de Chivinde, mas foram repelidos em Mocímboa. No dia 26 de maio foi assinado o decreto que determinava a 3ª expedição a Moçambique (Costa, 1930: 368).

Em 1916, com Portugal "*abertamente em guerra, o Governo decidiu tomar em África uma atitude decisiva, cooperando com os aliados na campanha contra a colónia alemã da África oriental*". Esta expedição "*grande*", inicia o seu aprontamento em abril de 1916 e para a comandar foi nomeado o coronel de estado-maior Garcia Rosado "*profundo conhecedor da província, e por este motivo, com alta envergadura para o desempenho de tão espinhosa missão*". A expedição era composta por: "*companhia mista de engenharia, 1ª, 2ª e 4ª*

batarias de montanha, 3 batalhões dos regimentos de infantaria 23, 24 e 28, 3 batarias dos 4º, 5º e 8º grupos de metralhadoras, serviços de saúde, administração militar e transportes num efetivo total de 4.642 homens, 1378 solípedes e 159 viaturas" (Barbosa, 1918: 22) (Gil refere apenas 945 solípedes, 1919: 334).

Antes da expedição chegar ao território tinham sido enviados "*praças para completar o esquadrão de cavalaria 3 e 3 estações de telegrafia sem fios*". Em maio, sai o navio *Portugal*, em junho, o *Moçambique* e o *Zaire*, em julho, o *Moçambique,* o *Amarante* e o *Beira*, terminando assim o envio de toda a expedição e respetivos apoios exceto o envio importantíssimo dos "*camiões, automóveis, indispensáveis para o início das operações e sem os quais a coluna ver-se-ia obrigada a ficar inativa*". As viaturas, entretanto encomendadas, "*20 do sistema Kelly da América e 20 Fiat de Itália*" chegariam apenas em 12 de setembro (Barbosa, 1918: 23).

A 27 de maio, foi esta região reforçada com mais forças e feita a ligação às forças navais representadas pelo cruzador *Adamastor* e a canhoneira *Chaimite*. O objetivo desta operação conjunta foi o posto alemão de Fábrica "*na margem inimiga a 150 m da nossa margem*". Às 08h00 iniciou-se o ataque "*segundo o determinado na ordem de combate*" feito pelas "*peças da marinha e do exército*". Às 09h00 os fogos diminuíram de intensidade para permitir que as tropas embarcadas nas baleeiras passassem o rio e atacassem o inimigo. De "*ilha a ilha, passando os canais entre elas ora a vau ora em baleeiras*", prosseguiu o ataque até que uma ação concertada de metralhadoras alemãs sobre as colunas do exército e sobre os navios da marinha que fizeram "*encalhar as baleeiras*" impedindo assim a continuação da ofensiva e obrigando a regressar à margem portuguesa os "*poucos sobreviventes*". O combate durou desde as 08h00 até às 15h30 e registaram-se as seguintes baixas entre militares do exército e da marinha: "*prisioneiros 2 oficiais e 6 praças, feridos 4 oficiais e 20 praças, mortos e desaparecidos 3 oficiais e 30 praças*". Até julho, a situação manteve-se estável, com continuados ataques de um lado e outro, ficando a norte do Rovuma os alemães a controlar, e a sul os portugueses (Marques, 1920: 299-302, Costa, 1930: 369 e Martins, 1919: 195-196).

Uma importante parte da expedição prende-se com a ação ofensiva desencadeada contra a África Oriental, em 1916. Esta ação foi comandada pelo General Ferreira Gil que, em 1919, escreve na Revista Militar um artigo descrevendo-a. Gil começa por louvar o "*heroísmo*" e "*louvor*" que merecem os seus soldados e lembra que esta ação foi fundamental para o esforço aliado (belgas e ingleses) contra os alemães. O inimigo, refere ele, não era um, mas dois, as tropas africanas muito bem preparadas e o "*mortífero clima africano*" (Gil, 1919: 331-332).



Figura 4 – O combate do Rovuma

A missão tinha sido determinada pelo Ministro das Colónias e pretendia-se conquistar os portos alemães do litoral "*afora Quionga, ao sul, que já tinha sido ocupado na expedição de 1915*" importavam agora ocupar "*Mikindane, Lindi, Quilôa (Kisivane e Quilôa (Kiwingi) até ao delta do Rufigi, a partir de onde se procederia conforme as circunstâncias: ou avançando para oeste, sobre Lewale, importante posto militar, ou sobre Mahenge*". Mas Gil clarifica a verdadeira intenção da missão das forças portuguesas dentro do esforço aliado: "*atrair para si parte das forças adversas conduzindo-as ainda a maior dispersão do que a que naturalmente seria determinada pelas cinco colunas inglesas e belgas*". O ataque coordenado com os aliados iria sofrer, como veremos, significativos atrasos devido fundamentalmente à "*falta de transportes marítimos*".

Os efeitos da expedição anterior, do Tenente-coronel Moura Mendes, não ajudavam no lançamento desta ofensiva porquanto todos os hospitais estavam cheios "*com a circunstância agravante de faltarem por completo os mais indispensáveis elementos para serem convenientemente tratados os impaludados e disentéricos*". Assim, a expedição de 1916, que devia incorporar a de 1915, não pôde contar com esta, ou seja, partiu para a ofensiva com menos "*uma bataria de artilharia, uma de metralhadores e todo o batalhão de infantaria*

21", além de diversas companhias de indígenas. Diz Gil que "*eram as primeiras e sérias contrariedades*" (Gil, 1919: 335). À falta de transportes marítimos somava-se um corte substancial nas forças disponíveis e "*desprovido de montadas*" partiu para o ataque. O remanescente das forças de Moura Mendes, "*os mínguos restos da expedição de 1915*", embarcou a 6 de novembro no paquete *Moçambique* e atracou e a 13 de dezembro de 1916 no cais da Areia (Lisboa) "*trazendo a bordo umas 300 praças das 1.500 com que partira da ponte do Arsenal no dia 07 de Outubro de 1915*" (Marques, 1920: 304).

A preparação da operação começou com os habituais trabalhos da engenharia que "*levantou pavilhões para os hospitais e anexos, construiu depósitos para os víveres, material e equipamento (…) auxiliado neste labor contínuo por empregados e operários civis idos de Lourenço Marques*". Evacuaram-se os militares da expedição anterior "*cerca de 900*" e prepararam-se as unidades que iriam ser projetadas para a África Oriental com "*algumas horas de instrução tática e do serviço de campanha e na teoria e prática do tiro*" (Gil, 1919: 338). Seguiu-se o reconhecimento por parte do quartel-general e começaram os "*primeiros preparativos para as operações ativas*": um pelotão de sapadores mineiro foi encarregue de abrir uma estrada entre Palma e N'Chica; uma brigada telegráfica estabeleceu as comunicações entre estes dois extremos e aprofundaram-se os reconhecimentos com vista a identificar locais de passagem e itinerários. Por fim, o comandante da companhia mista de engenharia recebeu a ordem de escolher o melhor local para erguer uma ponte sobre o Rovuma.

Todas estas ações decorreram em permanente ambiente de combate, porque os alemães "*sempre que podiam, atacavam por surpresa, fazendo uma guerra sem tréguas e de extermínio*". No dia 9 de junho, os alemães atacaram Macaloja obrigando à retirada da guarnição portuguesa, no dia 13 atravessam o Rovuma e atacaram Namoca também levando à retirada da guarnição, em 15 de junho foram eficazmente repelidos em Undo e Nachinamoca e a 27 de junho atacaram Negonamo. A expedição de Ferreira Gil chegou a Lourenço Marques nesse mesmo dia. Registaram-se ataques dos alemães em 31 de julho, 1 e 15 de agosto o que levou a respostas a 8 e 12 de agosto (registaram-se baixas em ambos os lados) (Gil, 1919: 339-341, Costa, 1930: 369 e Martins, 1919: 197-199).

A descrição de um destes ataques foi feita num artigo publicado em 1929, pelo Tenente Mário Costa, sobre o posto de Nangadi, a 1 de agosto de 1916, que vale a pena aprofundar. As forças em Nangadi eram as seguintes: uma secção da 21ª Companhia Indígena Expedicionária, um Pelotão da 1ª Indígena dos Territórios e dezasseis praças do Corpo de Polícia do Niassa. Comandava o posto o Capitão Pedro Curado. O ataque começou por uma ação alemã "às 5 e meia da manhã" cortando as linhas telegráficas, isolando assim

Nangadi dos outros postos portugueses. As populações, que até então nunca tinham sido atacadas, entraram em pânico e muita desordem pelo que, os que puderam entraram no reduto e assim o fizeram mas, os que não chegaram a tempo, tiveram de se instalar num "*fosso*" preparado para o efeito. Para tentar travar o avanço alemão foi destacada uma coluna de forças "*de 15 praças sob o comando de um oficial*" para a estrada de Mocímboa do Rovuma conseguindo progredir apenas 300 metros até ficar debaixo de forte fogo inimigo. Ao tiro constante de três metralhadoras alemãs responderam os soldados cercados "*puxando o gatilho sem se importarem com as pontarias ou até simplesmente com a direção*" (1929: 360). Na palavras do próprio comandante da força, o Capitão Curado, "*era despejar cartuxos com a cabeça escondida atrás do parapeito e com os olhos fitos em mim em lugar de olharem para o inimigo*". Curado, perante este inútil desperdiçar de munições, mandou cessar o fogo. Reorganizou as forças, mandou então executar tiro com disciplina e ordem e, ao final de duas horas, o inimigo acabou por retirar cerca das 9 horas da manhã. Os alemães sofreram "*1 oficial e 5 soldados mortos, 2 desparecidos e 10 gravemente feridos*" e do lado português foram contabilizados "*feridos 2 oficiais e 12 soldados indígenas*" (1929: 362). Costa concluiu que, além do medo demonstrado em combate, "*os cartuchos falharam devido à má qualidade das munições, a todos os defeitos das espingardas, e principalmente às molas dos percutores terem perdido parte da sua força de impulsão*". A defesa de Nangadi acabou por ser eficaz, devido fundamentalmente à ação de comando e iniciativa demonstrada pelo Capitão Curado, mas outras defesas assim não o seriam por estas ou outras razões, fica no entanto esta ação como um exemplo esclarecedor da campanha que se iria seguir.

Fixou-se então, como vimos já, com bastante atraso, "*uma das madrugadas da segunda quinzena de setembro*" para iniciar a planeada e coordenada ofensiva. Foi criado um destacamento para passar e garantir a segurança na outra margem do Rovuma (posteriormente teria a missão de fazer a segurança do flanco esquerdo da progressão), e que era comandado pelo Capitão Gordo do 23, constituído por "*1 secção TSF, 1 pelotão de infantaria montada, 1 divisão de artilharia de montanha, 1 companhia de infantaria 23, a 1ª bataria do 4º grupo de metralhadoras e as 19ª, 21ª e 24ª companhia de indígenas*". Simultaneamente, foram feitos movimentos ofensivos a partir de Mocímboa do Rovuma e de Unde (Gil, 1919: 339-341 e Martins, 1919: 197-199).

No dia 15 de agosto tinha sido feito o reconhecimento aos vaus do Rovuma para a futura passagem das colunas tendo sido decidido utilizar os vaus denominados de Nacôa, Namoto e Quionga. A 29 do mesmo mês, deu-se a defesa de Negonamo (Costa, 1930: 369). Este posto, colocado na confluência entre os rios Lugena e Rovuma, foi palco de dois importantes combates

durante a Grande Guerra (29 de Agosto de 1916 e 25 de Novembro de 1917). Vamos referir o de 1916.

Guarnecido este posto por um pelotão da 17ª Companhia Indígena, comandado pelo Alferes Marcos, um pelotão de soldados Landins e o Corpo de Polícia do Niassa, comandados pelo Tenente Tavares, foram atacados na madrugada do dia 29 de agosto. Às 07h00 da manhã continuava intenso o tiroteio entre as duas forças, "*tinham consumido 4.000 cartuxos*" sem que se tenha registado um avanço para qualquer das partes. Às 09h00 da manhã, doze dos soldados do pelotão do Alferes Marcos fizeram uma investida contra os alemães e o "*inimigo, apavorado, desmoralizado, diante de tanta temeridade, retira desordenadamente, abandonando tudo o que podia estorvar a sua fuga*". Às 10h00, os alemães contra-atacaram com cerca de trinta homens, mas a ação concertada entre os que estavam em Negonamo e os que tinham partido em perseguição dos outros alemães levara a uma retirada do inimigo fazendo com que, às 12h45, "*ouviu-se o último tiro dos atacantes*" levando a esta afirmação espantosa, e bem relevadora do espírito da campanha e as críticas que se seguiram nos anos seguintes, do Tenente Costa: "É que nesta campanha da África Oriental, por pior que se diga – ainda houve quem se batesse!" (Costa, 1930: 164-167).

Logo no início desta ofensiva, que se queria coordenada em vários pontos da frente, uma das colunas, a do Major Campos, que tinha a missão de seguir junto ao Niassa para conquistar Songuea, na África Oriental Alemã, devido ao "*seu pequeno efetivo e ao aproximar da época das chuvas, teve de retrogradar*". No dia 13 de setembro, a coluna britânica, vinda de norte, tinha ocupado e conquistado Mikindane, que devia ter sido um dos objetivos da força portuguesa mas, devido aos atrasos já enunciados, foram os britânicos a chegar primeiro, deixando assim, naturalmente, "*o comando deveras embaraçado*". O General Ferreira Gil culpa por esta ação (que ele diz fácil para os britânicos, porque os alemães, sabendo da aproximação das colunas portuguesas, tinham abandonado os "*postos das margens norte e se tinham internado*") o General Smuts, porque "*sempre se manifestara desfavoravelmente à nossa ação no litoral*". Entretanto, o grosso das forças portuguesas tinha montado o seu QG em Namôto.

A 19 de setembro, transpuseram a ponte, a vau (cavalaria) e em jangadas, sobre o Rovuma, sob proteção da artilharia, com três colunas de batalhão e as metralhadoras organizadas em duas alas e uma reserva geral. Já com as forças internadas na África Oriental, o General Ferreira Gil, em Migomba, dirigiu palavras de incitamento às tropas. De seguida, montaram-se ligações telegráficas, apropriaram-se caminhos e estradas, fez-se a ligação com as forças britânicas em Mikindane e preparou-se uma expedição de forças (sob o comando do Capitão Liberato Pinto) para se dirigiram até Newala.

Enquanto a coluna avançava, o "*inimigo retirava sempre, queimando o que não podia transportar*" travando-se o primeiro combate no dia 4 de outubro, tendo sido o "*inimigo desalojado das suas posições defensivas*" numa ação denominada de Mahuta (Maúta), que causou a morte a trinta e dois portugueses, quinze feridos e vários desaparecidos sabendo-se que "*as baixas do inimigo foram muito superiores*". À medida que as forças iam progredindo iniciaram-se operações para atrair as populações locais para o lado português, tendo sido então distribuídos "*panos e alimentos, pelo que se mostravam reconhecidíssimos, submetendo-se, sem a menor relutância, ao domínio português*". Faltava agora, depois de se coordenar o esforço com os britânicos, ocupar Massassi e Newala. (Gil, 1919: 345-347).

Gil critica a demora da coluna de Massassi a cumprir o seu trajeto que "*tendo partido nos primeiros dias de outubro (…) só chegou a 26*" e que esta demora podia ter posto em "*risco a escolta de reconhecimento*". Mas, a 22 tinha ocorrido um "*violento e demorado*" combate junto a Newala "*obrigando o inimigo a retirar precipitadamente*". Azambuja Martins aproveita este ataque a Newala para destacar a ação das "*duas companhias indígenas, comportando-se no fogo os Macuas e os Landins, que são considerados os nossos melhores soldados indígenas (…) carregando à baioneta e entoando cantos guerreiros*" (Martins, 1919: 197). Mas só a 26, com a chegada da coluna de Massassi, é que se fez o assalto final sobre Newala tendo sido "*apreendido muito material de guerra e uma peça*". Os alemães, mais a norte, deram um novo combate em Kiwambo e, a 18 de novembro, era já visível um reforço significativo de forças alemãs. Foram "*importantes forças inimigas vindas do norte*" que chegaram para combater contra os portugueses. A 22 de novembro, os alemães atacaram a ribeira de Newala e, depois de uma forte resistência portuguesa, conseguiram retomar a povoação.

Sabendo dos acontecimentos em Newala, foi então dada ordem para enviar uma coluna de reforço aos portugueses aí sitiados. O relato desta expedição de socorro está bem documentado num artigo escrito em 1928, pelo Tenente Simões da Mota. Depois de uma semana de cerco em Newala apresentou-se em Maúta, no dia 27 de novembro, o Capitão Benedito Pereira de Azevedo, "*convalescendo de uma grave enfermidade*", para receber as suas ordens. A coluna foi organizada retirando elementos em vários postos das proximidades: "*Mahuta, Nitchichira, Sicumbiriro e Nangadi (…) 230 homens, entre europeus e indígenas, com 2 metralhadoras (…) elementos de uma grande heterogeneidade e muitos deles faltos de energia*" (1928: 461). A marcha iniciou-se às 05h00 da manhã do dia 28 de novembro. Logo que iniciaram a marcha foi a coluna emboscada por forças alemã e, na frente da mesma, a "*flecha, sob o comando do 2º sargento Rodrigues Machado*", atacou de mediato o inimigo "*tentando apoderar-se das duas metralhadoras*" quando caiu

sob o fogo de mais duas metralhadoras que não tinha anteriormente detetado. Não recebendo do grosso da coluna qualquer reforço aguentou este sargento, ainda assim, "*um vivo tiroteio, comandando sempre os seus homens, durante 4 horas consecutivas, sendo a última hora com um grave ferimento, produzido por uma bala de metralhadora que, entrando no peito, lhe perfurou o pulmão e veio a sair às costas*". Finalmente pôde o comandante da coluna mandar reforçar esta posição com "*uma carga de baioneta que foi executada por um pelotão da 19ª Companhia Indígena Expedicionária sob o comando do Alferes José Maria Gomes, carga que teve de ser suspensa atenta a dificuldade, ocasionada pela cerração do mato, que as praças tinham em avançar*" (1928: 463).

Mota continua a descrição desta ação de socorro dizendo que "*tinham saído de Mahuta com a quase certeza de chegar a Newala tendo de sustentar, quanto muito, uma ligeira escaramuça com um reduzido contingente alemão, afinal saiu-lhes ao encontro um forte contingente que os não deixou avançar mais e os obrigou a um combate de 6 horas*" (1928: 467). O capitão Pereira, sem mais reforços e esgotadas as munições, a água e os restantes abastecimentos, decidiu então retirar para Mahuta. Chegaram às 23h00 trazendo um morto e vinte e sete feridos, calculando Mota que os alemães tenham sofrido "*46 ou 48 baixas*" incluindo dois prisioneiros. Mota concluiu sobre a impossibilidade de reforçar Newala devido ao estado das tropas que compunham a coluna e à falta de ligação que nunca existiu, nem com as forças em Newala nem com as que ficaram em Mahuta,"*uma lição mais que os factos nos dão*" (1928: 467).

No dia 28 de novembro, após a descrita infrutífera expedição de socorro, as forças portuguesas dentro do fortim tiveram de, e conseguiram, sair e iludir o cerco alemão. Foi uma retirada, como quase sempre são as retiradas, triste e de má memória: "*passos cautelosos de soldados, ouve-se o quebrar dos arbustos, o estalar dos ramos (…) cheios de sede, mortificados de oito dias de cerco, desanimados e sem alma própria para se guiarem*" (Costa, 1930: 298). Mas o autor destas linhas, o Tenente Mário Costa, clarifica que foi uma retirada militar e não uma "*fuga*", de tal forma foi bem executada, e que só dez horas depois de executada é que os alemães deram pela saída das forças portuguesas. O comandante da força de retaguarda, o Capitão Curado, foi claro no seu relatório, "*foi uma retirada brilhante*". O Tenente Gemeniano Saraiva, que teve a missão de proteger o flanco durante a retirada, afirmou então: "*confesso que já não confiava na força física ou moral dos meus soldados (…) nem um soldado mostrou contrariedade*". No entanto, o pânico esteve bem presente entre os que retiravam quando, por exemplo, "*ao ouvirem-se dois tiros soltados pelos soldados da flecha pôde convencer os seus homens para evitar a debandada, de que o tiro havia sido soltado contra uma fera e*

não contra qualquer soldado inimigo" (Costa, 1930: 300-301). Depois de um breve descanso na margem direita do Rovuma, ou seja, já em território português, as forças foram para Nangadi. A perseguição alemã não tardou e "*eram 13.00 horas quando o inimigo lançou sobre este posto a primeira granada*". O relatório do comandante alemão, Primeiro-tenente Loof, clarifica a eficácia deste bombardeamento: "*A peça do Konigsberg (…) a uma distância de 9.550 metros, sobre o posto de Nangadi, que era bem visível (…) muitas granadas caíram dentro do recinto de arame do posto (…) cerca de 25% atingindo o alvo desejado*". Para evitar a fuga e a debandada de muitos dos soldados, o Tenente Saraiva chegou a disparar sobre alguns dos seus em fuga "*feri uma das praças na perna direita*" o que garantiu que "*nem um soldado mais tentou fugir*". No dia 2 de dezembro, Nangadi foi atacado por uma patrulha alemã e os defensores que aí restavam "*talvez uns 30 homens, obrigados a retirar*". Ao cansaço das tropas portuguesas juntava-se agora o cansaço das forças perseguidoras alemãs, o que evitou um avanço alemão mais profundo em direção a Palma. Afirma o comandante alemão, Loof: "*perseguir o inimigo em território português era impossível naquela circunstância (…) ao estado de cansaço das tropas que estavam em operações desde há 14 dias*" (Costa, 1930: 304-307).

O Rovuma tinha sido passado nos dias 29 e 30 de novembro, estando as forças portuguesas visivelmente desgastadas pelas trocas de fogo com o adversário e pela pouca água de que dispunham (apenas meio cantil por homem por dia). Com uma da peças de artilharia (10,5 cm) retirada do navio Konigsberg a fazer fogo sobre as forças portuguesas em Nangadi, "*a 6 km ao sul do Rovuma, onde se tinha estabelecido um depósito da linha de comunicações, cortando assim esta linha e paralisando a ofensiva dos portugueses*" (Martins, 1919: 198), passaram as últimas forças portuguesas a fronteira para Moçambique. Entre os dias 1 a 3 de dezembro atacaram os alemães de novo Nangadi forçando à retirada das forças portuguesas. Em 12, 15 e 19 de dezembro, os alemães conseguiram ocupar os postos de Lucombe, Macarote e Mecama (Costa, 1930: 372). Em dezembro, já em plena época das chuvas, o caudal do Rovuma atingiu proporções tais que inviabilizaram, para ambos os lados, mais incursões profundas nos territórios alheios (Gil, 1919: 350-351). Aproveitou-se então para reorganizar as forças e para "*reocupar os postos da margem sul*" (Martins, 1919: 198).

O ano de 1916 demonstrou ainda, uma vez mais, que um dos maiores prolemas para todas as forças em conforto era, sem dúvida, o clima. O comandante aliado, General Smuts, resume a situação anunciando a média de doentes: "*brancos hospitalizados, atingia 3.500 praças e 150 oficiais mensalmente (…) mil cavalos reduzido a 90 no decurso de seis semanas*". Sobre a atuação portuguesa, os britânicos sintetizaram a sua avaliação nestes três

pontos: a ofensiva coordenada a norte do Rovuma, o excelente apoio do porto de Lourenço Marques que permitiu que "*os navios alemães ali internados tornaram-se disponíveis para os serviços de transportes*" e a clara posição demonstrada pelos portugueses, que evitou que se repetisse o que tinha ocorrido noutra colónia alemã: "*no Camarão, na África Equatorial, onde evitaram* [os alemães] *serem aprisionados, por retirarem para território neutral constituído pela vizinha colónia espanhola*" (Martins, 1919: 199-200).

As Operações de 1917

No princípio do ano de 1917, o comando britânico passou do General Smuts para Hoskins e este aproveitou o final da época das chuvas para proceder a uma reorganização das suas forças (europeias, indianas e africanas). Segundo Azambuja Martins o número de carregadores indígenas atingiu então o número de "*395.000, número assombroso*". Os alemães, comandados ainda por Von Lettow, tendo como governador da África Oriental, Schnee, também aproveitaram a época para se reorganizarem e para fazerem incursões em direção a norte, com a finalidade de destabilizar a ação dos aliados. A reação aliada, contudo, não se fez esperar e, em junho de 1917, já os britânicos concentravam forças contra as duas colunas alemãs enviadas na sua direção. Em outubro, a expedição alemã, a norte, tinha sido detida mas, efetivamente, tinha de alguma forma, perturbado a reorganização aliada (Martins, 1919: 257-259).

Em abril e maio, os alemães atacaram com sucesso muitos dos postos portugueses junto ao Rovuma, como, por exemplo, os postos de Muembe, Luís Filipe, Mandimba, Licopole, Metangula e Nanguar. Em alguns foram eficazmente repelidos, como, por exemplo, a 10 de julho, no posto de Montepuez (Costa, 1930: 372). A 2 de julho de 1917, o paquete *Moçambique* levou um novo contingente para Mocímboa da Praia com parte da expedição do Coronel Sousa Rosa (Ponte, 1940: 437). É interessante ler a descrição sobre o estado em que as forças eram enviadas da metrópole para Moçambique. Quase três anos depois do início das hostilidades, os problemas não só permaneciam como ainda se agravavam. As palavras do Brigadeiro Nunes de Ponte são elucidativas: "*a 5ª bataria chegou a Vendas Novas a 3 de março e a 7ª no dia 5, desarmadas, inteiramente desequipadas, faltando-lhes tudo (…) apenas 11 muares, sem arreios nem hastes*". Pensava Ponte que ira encontrar o material na Escola Prática de Artilharia, mas "*foi com a maior surpresa declarado que nem uma peça ali se encontrava*" e concluiu: "*sem material de artilharia de campanha, sem armamento de espécie alguma, sem equipamentos, sem arreios, sem gado, sem nada, apenas podia ministrar-se aos soldados*

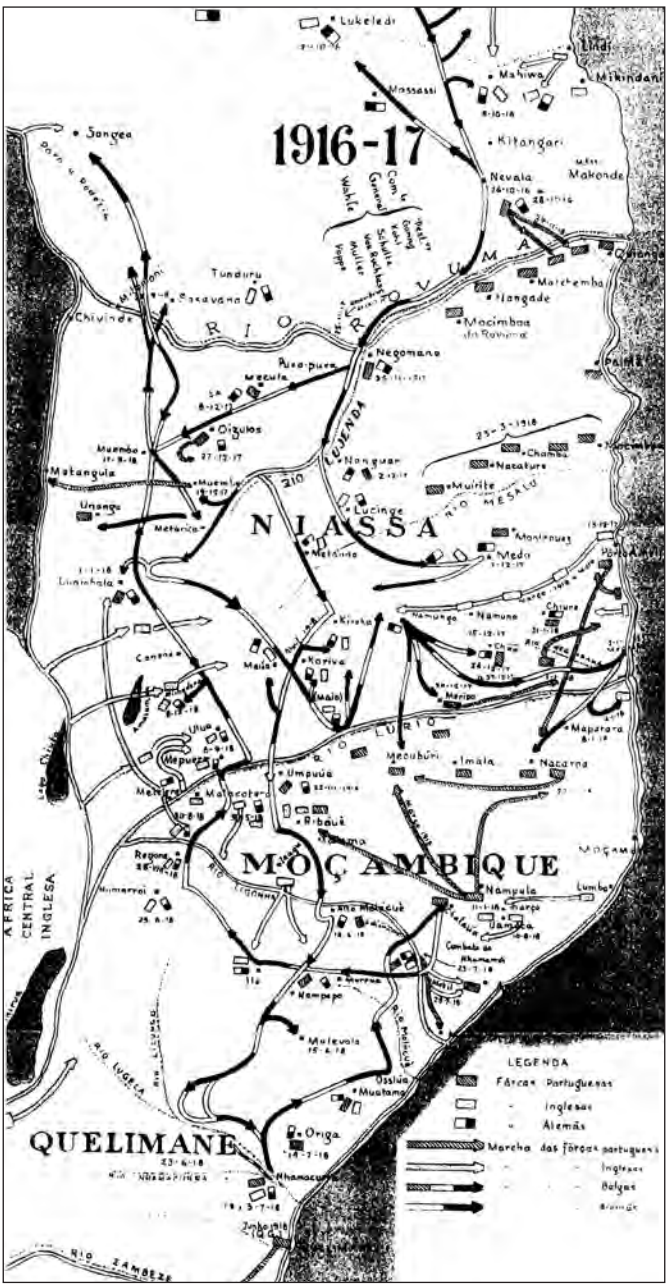


Figura 5 – Percurso e empenhamentos das Forças Alemãs

instrução a pé. A tanto ficaria reduzida a apregoada instrução intensiva" (1940: 347).

Vamos aprofundar um pouco mais a preparação e expedição desta força de artilharia. Devido à evidente falta de material, não se podendo assim fazer instrução e preparar o pessoal, os soldados pediam licenças para poderem voltar às suas terras para ajudar no sustento das suas famílias, "*dada a intensidade dos trabalhos agrícolas da época*". O comando da Escola Prática de Artilharia apenas suspendeu as licenças quando se confirmou a chegada "*iminente*" de material importante mas, infelizmente, "*nenhuma das anunciadas peças fez a sua aparição*". Só depois de decorridos mais de cinco meses da convocação é que "*receberam os equipamentos, carabinas e pistolas*", no entanto, demasiado tarde, porque tiveram de embarcar imediatamente, sem ter sido possível ministrar qualquer tipo de treino ou instrução. A viajem no paquete *Moçambique* para Mocímboa da Praia também se torna interessante descrever: para os 814 lugares máximos permitidos na lotação do navio, eram "*1.020 (…) e os meios de salvação existentes só chegavam para 460*". Chegaram a 4 de agosto e, à chegada, tiveram de dormir em tendas e "*barracas de lona para abrigo dos oficiais*". Ou seja, passados mais de três anos desde o início das hostilidades, ainda não havia instalações prontas para acolher as sucessivas expedições. Ao desembarcarem receberam notícias que, de imediato, os preocuparam, sobre o "*deplorável estado em que se encontrava o Batalhão de Infantaria 31, desembarcado dois meses antes (…) dos 1.034 homens que compunham este batalhão não se aproveitavam mais de 100. Já tinham falecido 165, só num dia morreram 14*". Para começar uma campanha, esta imagem dos que já se encontravam no norte de Moçambique não podia ser pior: "*era confrangedor o aspeto de grande número de carregadores, magros, esqueléticos, os ossos a furar-lhes a pele, semelhando cadáveres ambulantes, alguns ainda a trabalharem a custo, outros tombados no chão inanimados*" (Ponte, 1940: 348-349).

A descrição continua, então, sobre as condições existentes no final de 1917: "*o clima era mau, depauperante, insalubre, porque um lençol de água que corre a pequena profundidade, se achava inquinado devido à grande aglomeração de europeus e indígenas*". Descreve-nos Ponte os perigos locais, dos leões à matacanha, das cobras e dos ratos, dos maus serviços de saúde e de subsistências "*que maus foram até final da campanha*" e afirmou: "*urgia sair de Mocímboa o mais breve possível (…) haja em vista o que sucedeu ao BI 31*". Para agravar o mau ambiente, também as notícias da campanha geral em Moçambique eram pouco animadoras: "*lamentável incidente do brioso alferes Gorgulho que, ao primeiro voo realizado em Mocímboa da Praia, caiu desastradamente, incendiando-se o aparelho debaixo do qual morreu carbonizado (…) foi a causa da aviação não mais ter atuado até ao*

final da campanha". O apoio aéreo, uma novidade ainda em experimentação, mas que já era considerado na época como uma mais-valia para apoiar os militares naquela região, acabava assim de ser cancelado (Ponte, 1940: 340-342).

Mais ou menos, simultaneamente com a descrição destes factos, decidiram os alemães fazer incursões para sul, passando o Rio Rovuma, dentro do território britânico de Nyasaland. Esta coluna alemã era comandada pelo Capitão Stuemer com "*três companhias de askaris e seis metralhadoras*". Responderam britânicos e portugueses com duas colunas: a do Major Shorthose a partir de Nyasaland e do Capitão Melo a partir do Zambeze, neste último, com um grupo constituído por uma "*companhia de indígenas, com metralhadoras e duas peças*". As duas colunas fizeram uma progressão paralela, estando a britânica na margem esquerda e a portuguesa na direita do rio Lugenda. Tendo-se registado apenas um pequeno confronto junto ao posto português de Montepuez, retiraram os alemães, em agosto de 1917, de volta ao território alemão, resultando ainda a perseguição aliada num combate já a norte do Rovuma que permitiu aos britânicos a conquista do porto de Tunduru. De referir ainda que os alemães estiveram em operações a oeste da sua colónia, contra os Belgas em Mahenge. A 9 de setembro de 1917, os belgas ocuparam a cidade de Mahenge mas decidiram, por falta de recursos, parar aí a sua ação contra os alemães (Martins, 1919: 259-261).

As referidas colunas portuguesas e ainda mais quatro colunas comandadas, respetivamente, pelos Majores Teixeira Pinto, Quaresma, Paço e pelo Tenente-coronel Salgado, também receberam ordem de seguir em direção ao Rovuma, respetivamente para Negonamo, Lago e Palma. Surgiram imediatamente "*grandes dificuldades*" em abastecer todas estas colunas pela ausência de "*camiões e respetivos motoristas*" o que levou a que apenas duas dessas colunas fossem efetivamente enviadas. De 11 a 13 de outubro, fizeram-se exercícios de artilharia para preparar a expedição e de imediato notou-se que "*as peças funcionavam mal e as espoletas pior ainda (…) material velho, muito gasto*". Sinal evidente das muitas dificuldades porque passavam todas as forças, encontramos na coluna comandada por Teixeira Pinto, que teve de ficar parada a 60 Km de Mocímboa "*por falta de abastecimentos*". O mesmo sucederia à coluna do Capitão Neutel (Ponte, 1940: 443-445).

Em novembro de 1917, os alemães concentraram cerca de catorze companhias a "*cem askaris cada uma*", organizadas em três colunas em direção a sul, calculando-se o efetivo de cada uma destas colunas em "*50 brancos e 500 askaris, com mil carregadores, todas sob o comando superior de Tafel*". Esta força, que tentou sem sucesso passar o Rovuma tendo encontrado resistência da parte portuguesa, acabou por render-se aos britânicos no dia "*27 de novembro: 157 brancos, 1.378 askaris, 2.841 carregadores*" e, com eles,

"*vieram 50 prisioneiros ingleses, 3 belgas e 5 oficiais portugueses*". A oeste, as forças alemãs comandadas por Von Lettow com "*15 companhias, 250 brancos e 3.000 askaris*", executaram inúmeras manobras contra as britânicas e, em 27 de novembro, os últimos combates de 1917 tinham terminado para os britânicos. Mas ainda não para os portugueses. Durante este ano as ações portuguesas, sob o comando do Coronel Sousa Rosa, além da coluna já referida do Capitão Melo, tinham-se restringido a "*demonstrações sobre o rio Rovuma, com o fim de cooperar retendo nesta margem algumas forças alemãs*", a dominar uma revolta local "*do Barué*" e a lidar com uma greve em Lourenço Marques ("*greve metalúrgica do porto e caminho de ferro*"), até ao momento em que Von Lettow decidiu atacar em força as posições lusas (Martins, 1919: 262-265 e Ponte, 1940: 516-520).

Ainda pensaram os aliados em dar a Portugal a missão de tentar, de novo, a conquista de Newala mas, em outubro de 1917, foi enviado a Chomba (onde estava o QG português) um coronel francês "*delegado do comando inglês*", para transmitir a ordem que "*nos limitássemos a uma ação defensiva (…) e se conseguíssemos atingir esse objetivo, grande, inestimável serviço teríamos prestado aos ingleses*". Como resultado desta ordem, as missões entregues às várias colunas de marcha, foram revistas e alteradas "*inesperadamente*" e com "*poucos preparativos*". Os novos postos, aquém do Rovuma, foram ocupados e os problemas logísticos agravaram-se: "*a alimentação deficiente (…) rações de reserva compostas de atum, sardinha e o mal confecionado rancho de conserva, para o gado não havia ração de espécie nenhuma (…) a água era má e pouco abundante, os medicamentos continuavam a faltar*". Na preparação da ação eram as forças portuguesas ajudadas pelo britânico "*Mr. Cohen que com os seus bem instruídos askaris prosseguia no serviço de informações*", uma vez que a capacidade de informações, entre as forças portuguesas, era praticamente inexistente (Ponte, 1940: 444-445).

No dia 25 de novembro, Von Lettow caiu sobre Negonamo (entre o Lugenda e o Rovuma) e, ao fim de algumas horas de forte de resistência, venceu os portugueses deixando mortos "*o major Teixeira Pinto e mais cinco oficiais, alguns sargentos e praças e cerca de 100 soldados indígenas*". Foi uma ação de surpresa, "*os alemães transpuseram o rio perfeitamente a descoberto num autêntico golpe de audácia*". Diz o Brigadeiro Ponte, que então comandava a 5ª bataria do Regimento de Artilharia de Montanha, num artigo publicado em 1940, que Teixeira Pinto, um reconhecido herói das campanhas em África, em especial na Guiné, que pagou com a vida "*o seu exagerado otimismo*", que este desfecho teria sido evitado com um conveniente entrincheiramento das forças em Negonamo. Esta vitória inimiga "*foi particularmente desastrosa para nós por ter dado o ensejo à entrada dos alemães em território português*" (Ponte, 1940: 520-521 e Costa, 1930: 373).

Ainda no final de 1917, regista-se a defesa desesperada do posto da Serra Mecula. Atacado em 3 de dezembro, conseguiram os portugueses aguentar as sucessivas investidas até ao dia 8 de dezembro. O Capitão Curado mandou fazer fogo até ao último dos cartuxos e, quando finalmente os alemães entraram em Serra Mecula, "*não puderam ocultar a sua admiração ao certificarem-se de que se tinham batido com tão reduzido número de portugueses*" e, num gesto magnânimo, "*deram-lhes no dia seguinte a liberdade, sem a exigência de qualquer formalidade*" (Ponte, 1940: 523-524). O avanço alemão era impossível de deter e, no dia 27 de dezembro, a guarnição portuguesa de Oizulos rendeu-se aos alemães (Costa, 1930: 373). No outro lado da fronteira o panorama era diferente e, a 1 de Janeiro de 1918, os territórios alemães foram formalmente ocupados pelos britânicos. Desde essa data que as forças alemãs atuavam, quase exclusivamente, apenas no território português de Moçambique.

As Operações de 1918

Os portugueses operaram a partir de três localizações em Moçambique: Mocímboa da Praia, Metangula e Memba. No dia 2 de janeiro, os alemães tomaram o posto de Megufi, que era defendido por tropas inglesas e portuguesas e, nos dias 4, 8, 20 e 31 de janeiro, os alemães continuam a conquistar mais postos portugueses: Lúrio, Maparara, Nacaroi e Chiure. A 30 de janeiro de 1918, foi assinado um acordo entre aliados, que permitiu entregar o comando de todas as forças ao General Van Deventer, mas os sucessos alemães em território moçambicano continuaram imparáveis (com a conquista de mais postos: Malema, Nauava, Umpuúa, Ile a Alto Molócué) (Martins, 1919: 267-270 e Costa, 1930: 374-375).

Os dias corriam "*monótonos e as noites não tinham fim*", assim descreve o Brigadeiro Ponte os primeiros meses de campanha de 1918. O vento "*não parava de soprar*" provocando um som "*cavo, soturno, tenebroso, apavorante*". A morte do Alferes Almeida Negreiros e dos seus doze soldados indígenas, vítimas de um ataque surpresa alemão, agravara a tensão entre as forças portuguesas. Ponte fez a sua análise sobre o maior dos problemas no início de 1918 e que já referimos anteriormente: "*as informações não funcionavam*" porque, se do lado inglês e alemão esses serviços eram muito eficazes, "*entre nós esse serviço não existia (…) só recebíamos informações de origem inglesa*". Assim, sem se saber muito bem por onde tinham penetrado os alemães, os portugueses atuavam de forma dispersa na defesa da denominada "*Linha de Etapas*" que ia de Mocímboa da Praia até Chomba (Ponte, 1940: 706-707).

Ponte continuou a sua descrição das operações com alguns episódios que nos dão uma imagem muito real do ambiente verdadeiramente hostil que se

vivia nesta região, como, por exemplo, o ataque de um leopardo a um alferes inglês deixando-o "*horrivelmente ferido*" que, não conseguindo devorar o inglês, ainda assim, acabou por "*devorar um desgraçado carregador*". O indício da má preparação da defesa portuguesa era evidente, por exemplo, na rendição do Capitão Benigno Tavares que, ao fim de três dias de resistência, ficou sem munições. Ou no aumento gradual de casos de escorbuto devido à "*insuficiência e invariabilidade da alimentação, da falta de vegetais sobretudo*". Outro fator era a reduzida mobilidade das forças portuguesas porque, enquanto para cada alemão havia "*um carregador*", os portugueses tinham de, para além do seu armamento ainda carregar "*um malote*" de vestuário "*que lhes dificultava os movimentos*". Os carregadores, além de serem em número insuficiente, como não eram pagos, "*fugiam constantemente*". No dia 9 de fevereiro, o General Van Deventer foi nomeado comandante das forças aliadas e o Coronel Sousa Rosa comandante das forças portuguesas de Moçambique e do Niassa (Ponte, 1940: 708-710).

No final de fevereiro, foi decidido criar uma "*coluna móvel, composta por 1.500 homens*", pronta para marchar ou embarcar para um porto a sul de Porto Amélia. Para a comandar foi nomeado o Tenente-coronel Salgado e era constituída por: "*QG, um pelotão de pioneiros, uma secção de TPF, um pelotão de cavalaria, uma bataria de artilharia de montanha, 3 grupos de companhias indígenas (…) coluna de munições, ambulância e restantes serviços*". Os problemas eram os de sempre: "*falta de camiões e carregadores*" contrastando com a "*abundância dos recursos ingleses*", que tinham na região de Porto Amélia mais de 30.000 homens. Parecia então bastante claro que os alemães de Von Lettow queriam continuar a avançar para sul e sueste. Os ingleses (sofrendo mais de 110 baixas) conseguiram retomar Montepuez forçando ainda os alemães a retirar mais para sul deixando assim a "*coluna móvel (…) condenada à mais completa inação, para nada servia!*". Ponte fez então um desabafo, que ilustra bem o estado da moral das tropas: "*positivamente a sorte não nos bafejava*", ou os portugueses recebiam missões "*impossíveis*" ou então eram-lhes atribuídas missões caracterizadas por "*falhas de utilidade*" (Ponte, 1940: 711-715).

Embora muitos dos combates tenham ocorrido apenas entre ingleses e alemães, outros foram combatidos em conjunto por ingleses e portugueses ou, noutros casos, somente por portugueses. Em maio de 1918, os alemães, já bem a sul do rio Lúrio, "*abandonavam um hospital com 100 europeus, 33 askaris, 43 carregadores, e 6 médicos*". A julho de 1918, os alemães tinham chegado a quarenta quilómetros de Quelimane e conseguiram penetrar no território moçambicano até cerca de "*300 quilómetros de Nhamacurra*", ficando este combate para a história, como o "*limite da incursão do inimigo para o sul do território*". Neste conhecido combate de Nhamacurra, participaram duas companhias inglesas e três portuguesas. Foi mais um dos combates com

desfecho positivo para os alemães e que causou a morte ao comandante aliado, "*um tenente-coronel graduado inglês que após o combate veio a morrer afogado ou comido por algum crocodilo no rio Nhamacurra*". Este evento veio criar ainda mais "*desolação e ansiedade*", porque nem isolados, nem em conjunto, conseguiam deter os alemães e a tensão aumenta entre os próprios aliados. Sobre este ambiente tenso é ilustrativo o teor dos diferentes relatos da batalha porque, se por um lado, os ingleses tentam provar que foram os portugueses, "*embora com valentia mas devido aos indígenas pouco habituados à guerra*", que tinham deixado o inimigo penetrar num dos flancos, nos relatos portugueses, como por exemplo os feitos na primeira pessoa, como o do Major Lopes Mateus, a interpretação foi bem diferente: a responsabilidade da ocorrência deve ser partilhada porque até foi nítido que, no final, "*o movimento de recuo, feito precipitadamente, alguns oficiais e graduados, morreram na refrega e, dos ingleses, incluindo o comandante, lançaram-se muitos ao rio*", concluindo que "*nenhum dos oficiais portugueses abandonou o seu posto, todos sem exceção, ficaram prisioneiros*". (Ponte, 1941: 23-28, Martins, 1919: 267-270 e Costa, 1930: 374-375)

A indefinição sobre a direção que os alemães podiam tomar era grande e o pânico instalou-se entre as populações de Quelimane, que embora estivessem decididas a "*oferecer resistência ao adversário até à última extremidade*", felizmente, os alemães tomaram outro caminho. Devido à continuada, e não prevista, permanência dos alemães em território português, foi então determinado aos militares, que após um ano deviam ter regressado à metrópole, que estendessem a sua comissão por tempo indefinido, o que deixou "*desapontados todos quantos ansiavam pelo regresso*". Os combates seguintes foram quase todos apenas entre ingleses e alemães, porque os portugueses "*junto ao mar, não tomávamos parte em qualquer ação*" (Ponte, 1941: 85-89).

Num dos artigos escritos, em 1924, da RM, "*Uma noite em Nhamirrué – 4 de Julho de 1918*", temos um relato feito na primeira pessoa, do Tenente Rego, do RI 23, que nos mostra bem a realidade difícil desta campanha. Nesta fase dos combates, Lettow Vorbeck tinha decidido passar o Rio Lúrio e, depois de derrotar as referidas forças em Nhamacurra, passou o Rio Licungo deixando um pequeno destacamento para trás, sob o comando do Capitão Koelh, para lhe garantir a segurança. Foi sobre estas forças que uma unidade inglesa tentou um ataque, onde o tenente Rego "*e mais 15 oficiais seus camaradas*", prisioneiros dos alemães, puderam assistir, à distância, à dureza dos combates ansiando por uma possível libertação. Vale a pena ler a descrição em que se encontravam estes prisioneiros, numa situação verdadeiramente deplorável: "*esfomeados, alquebrados pelas privações e pelas fadigas, com o calçado despedaçado (…) todos feridos pelas marchas quase contínuas desde pela manhã até à noite (…) com as roupas em farrapos, imundos, esqueléticos, anemiados,*

impaludados a maior parte, todos inçados de parasitas (…) escoltados por brutais askaris (…) com uma ração diária de amendoim cru e de farinha de mapira que nos faziam comer sem sal, cozida num alguidar infecto e repugnante". Durante o ataque efetuado pelos ingleses, esperaram estes desgraçados um desfecho favorável, "*que noite pavorosa e que tão tristes reminiscências ela nos evoca (…) quantas vezes desejámos ver os ingleses vencedores*" mas, mais uma vez, foi uma ação sem sucesso. O desespero para os destroçados prisioneiros portugueses, agora aumentados com mais ingleses, continuava e agravava-se: "*e a nossa triste odisseia mais uma vez recomeçou*" (1924: 633-638).

Numa reflexão posterior, produzida em 1933 pelo Tenente Mário Costa, sobre o tratamento dado aos prisioneiros portugueses podemos também ler estas palavras bem elucidativas: "*os alemães na África Oriental, não primavam pela maneira como tratavam os prisioneiros portugueses, pretendendo mesmo humilhá-los*". Os oficiais portugueses tinham alimento permanente, como vimos anteriormente, mas apenas "*mapira e sal, sempre em quantidade extremamente deficiente*" e muito raramente "*arroz, feijão cafreal*". Embora existisse pessoal médico entre os alemães "*em número suficiente (…) dificilmente os prisioneiros portugueses conseguiram um tratamento em tempo*". A higiene pessoal era "*a mais desoladora*" e o estado físico "*sem meias, calçado absolutamente rôto e os pés feridos (…) roupa coberta de imundice*". Mas se este era o tratamento aos oficiais, a forma como eram tratados os soldados indígenas "*era o pior possível*". Retiravam-lhes as fardas e ficavam apenas com um pano branco, usados como carregadores, amarrados em grupos de dez a quinze "*por meio de cordas ou até de arames (…) pelo pescoço ou cintura*", quase sem alimentação e, quando caíam de fadiga ou por doença, eram simplesmente abandonados (Costa, 1933: 198-202).

Noutra das memórias de um prisioneiro de guerra, publicadas na RM, em 1936, do Capitão Ribeiro de Carvalho, extraímos ainda estas informações adicionais: sobre as marchas dos prisioneiros que eram "*contínuas e extenuantes*" marcadas por sucessivos encontros contra forças portuguesas e inglesas. Marchava-se desde o nascer do sol, sempre a corta-mato e até ao anoitecer. À noite, os prisioneiros eram colocados tal como tinham marchado, à retaguarda do dispositivo e "*tratavam muito melhor os prisioneiros ingleses*". Refere as duas tentativas de fuga do Capitão Affonso, porque "*estava no meu ânimo fugir*" e, no fundo, de muitos outros prisioneiros "*tais eram as privações, fadigas e trabalhos (…) eramos oito os que tencionávamos fugir*". A primeira tentativa fracassou, porque a tentou sozinho, mas à segunda teve sucesso. Depois de dois dias de fuga tinham de estar atentos não só aos alemães, felizmente já suficientemente longe, mas também dos "*nossos indígenas (…) por conhecerem que íamos em fuga, redobravam de atitude suspeita"* mas depois de mais dois dias *"estávamos pois salvos*" (1936: 666-669 e 824-830).

A 6 de setembro, os alemães retiraram em direção à companhia do Niassa. Em outubro, tinham passado de novo o Rovuma para norte e, em novembro, depois de saberem da assinatura, na Europa, do armistício, no dia 11, acabaram, praticamente invictos, as operações em 1918 (Martins, 1919: 267--270 e Costa, 1930: 374-375).

Reflexões Selecionadas e Considerações Finais

Parece claro, apenas pela leitura dos inúmeros relatos da RM, que praticamente tudo falhou. Esta síntese ilustra bem uma das observações mais contantes: "*Conservar forças do exército metropolitano, em campanha, nos países tropicais, por mais de seis meses, se humanitariamente é um nefando crime, sob o ponto de vista militar constitui um erro monstruoso (…) a ação do clima é implacável*" (Gil, 1919: 336). Em 1922, foram publicadas as memórias do General Von Lettow Vorbeck e, na RM, surgiram imediatamente algumas reações ao seu testemunho que aqui selecionamos.

Azambuja Martins resume assim os "*ensinamentos mais importantes*" e que explicam a eficácia das forças alemãs: primeiro, sobre a importância de um comandante, Lettow Vorbeck, que até o próprio Kaiser "*nunca tinha visto no mundo tão férrea determinação*"; em segundo lugar, sobre a preparação das tropas indígenas com uma "*capacidade combativa surpreendente*", com uma "*dedicação dos carregadores indígenas, mal alimentados e ultimamente sem pagamentos, mas não fugindo*" e, finalmente, sobre a inteligente "*exploração dos recursos locais, elevada a um grau incomparável em campanhas coloniais*" (1922: 59-59). Vamos detalhar um pouco mais o lado alemão.

O General Lettow Vorbeck, desembarcou como Tenente-coronel, em janeiro de 1914, na África Oriental Alemã. Nas suas tarefas iniciais destacaram-se: os reconhecimentos profundos ao território, a instrução dos indígenas, a preparação militar dos colonos, a reorganização do sistema de transportes, novos armamentos e abastecimento de munições. Durante a campanha soube aproveitar "*todas as peças de artilharia*" do destruído cruzador Konigsberg e utilizou profusamente técnicas de camuflagem para dissimular as suas ações, numa época em que praticamente ninguém o fazia. "*Não foi o material nem o número, mas sim a força moral e a instrução que valorizaram as forças alemãs*", resume Azambuja Martins. O General Ferreira Martins, por ocasião do falecimento de Lettow, em 1964, escreve um artigo na RM em sua homenagem e refere que o prestígio do general alemão era tão elevado que, depois da II Guerra Mundial, e porque ele tinha perdido o direito à sua pensão, foi o General Smuts "*e alguns oficiais portugueses quem o socorreu*" (1964: 390). Nas palavras do próprio Lettow preferimos destacar o que ele refere como

"*permanente espírito de iniciativa, sem o qual o sucesso das operações seria impossível*". Numa análise, muito crua, que faz das forças portuguesas prefere realçar a péssima situação sanitária "*pela maior parte infetados de sífilis e imprevidentes na economia das subsistências, não eram realmente soldados para campanha*". O que corrobora, não só as muitas análises e descrições dos sucessivos comandantes e responsáveis militares portugueses (Martins, 1922: 64-65) como também provocou veementes desmentidos por parte destes, especialmente, dos prisioneiros portugueses vítimas do cativeiro alemão: "*nada mais injusto, nada menos exato*" (Rego, 1924: 633).

O Tenente-coronel Pires Monteiro, em 1923, na sua qualidade de secretário-geral dos Padrões da Grande Guerra fez uma interessante síntese da participação de Portugal em África: "*a nossa intervenção foi a afirmação do nosso direito*" (1923: 460), mas acrescenta, de imediato, as principais três dificuldades da guerra em Moçambique: o clima, a falta de coordenação entre aliados e a "*atividade prodigiosa do adversário*", reforçando para este último fator, que o General Lettow Vorbeck "*merece bem esta homenagem*" (1923: 467). O destaque da longa campanha em Moçambique vai, como para muitos outros autores, para a referida "*surpresa de Negonamo*" onde acaba por falecer o Major Teixeira Pinto, "*a quem a morte tantas vezes roçara nos campos de batalha da Guiné, de Angola e de Moçambique*". Monteiro reproduz um dos relatos presenciais da batalha, onde se afirma que o dispositivo escolhido era o correto, mas que as metralhadoras "*constantemente se encravam*" pelo que os Askaris acabaram por alvejar o comandante da força portuguesa. A análise continua e Monteiro ainda elenca outros fatores para os sucessivos sucessos alemães: o uso inteligente dos indígenas, os ataques direcionados sobre os depósitos e as linhas de comunicação, a "*rapidez vertiginosa*" dos movimentos alemães, a aplicação africana de um princípio napoleónico, isto é, o "*dividir-se para viver, concentrar-se para combater*" e o excelente serviço de informações. Num longo e detalhado artigo termina, fazendo uma homenagem à coragem dos muitos portugueses, escolhendo um exemplo, elogiando a atitude do Capitão Humberto Ataíde, que "*comandando os bravos landins foi ferido sete vezes (…) preferiu suicidar-se*" a entregar o pequeno fortim à sua guarda (1923: 468-471).

Importa dar o devido destaque, não só às forças indígenas que alimentavam grande parte das forças de combate como aos milhares que acompanhavam as colunas. O Primeiro-tenente Pessoa de Amorim faz-nos a seguinte síntese: "*os cipais prestaram relevantes serviços, assim como os auxiliares*" e mais à frente reflete que, "*quando eram bem comandados e organizados desempenhavam a contento os serviços de campanha que lhes eram destinados*" (Amorim, 1931: 504). Dois artigos publicados, em 1947, merecem distinção por tratarem de assuntos fundamentais para a análise das campanhas da Grande Guerra em Moçambique, por um lado, o papel pouco relevante que

teve a cavalaria (Bruto, 1947) e, por outro, a forma pouco organizada como se utilizaram as forças na utilização eficaz da tática de guerrilhas (Correia, 1947). Estes dois artigos revelam dois dos aspetos operacionais que vários participantes nas campanhas em Moçambique destacaram: a ausência de informações (que podia ter sido muito ajudada por uma ação eficiente da cavalaria) e a pouca coordenação das forças para atuarem de forma "*menos convencional*" e mais adaptadas ao território através de uma técnica mais de guerrilha e menos de confronto convencional.

Por fim, entre as inúmeras análises globais às campanhas em África durante a Grande Guerra, selecionamos a síntese que o britânico John P. Cann fez na RM de 2002: " *os políticos da República foram autores de um desastre económico em espiral. O exército ficou, assim, sem fundos e, despojado desses recursos, sofreu uma grave decadência. Não estava de modo algum preparado para uma guerra e, quando o fez, nunca lhe foi dado oportunidade de ter sucesso. Não podia lutar efetivamente sem um treino apropriado, armas modernas e apoio logístico adequado e estes foram-lhe negados"* (Cann, 2002: 391).

A História, assim contada pela mão de quem a viveu e a contou, a quente (em artigos ainda publicados durante a Grande Guerra) e depois, com maior ou menor reflexão, com mais ou menos distância ou paixão, ou ainda, quando muito mais tarde, por quem nela refletiu e analisou, é um bem de valor incalculável que nossa RM nos lega, nos incentiva e nos ajuda, sempre, a refletir e aprender.

Principais Revistas Militares Consultadas

AMORIM, Ruy Padrão Pessoa de (1931), "Cipais de Moçambique", *RM* 83, Set/Out, pg. 497-508.

BARBOSA, Eduardo Alfredo Araújo (1917), "O nosso esforço militar em África", *RM* 69 de 12 de dezembro, pg. 836-843.

BARBOSA, Eduardo Alfredo Araújo (1918), "O nosso esforço militar em África", *RM* 70 de 1 de janeiro, pg. 21-26.

BRITO, Viriato Mamede de (1947), "A cavalaria na defesa de Moçambique", *RM* 99, Dezembro, pg. 655-668.

CANN, John P. (2002), "Moçambique, Africa Oriental Alemã e a Grande Guerra", *RM* 151, Maio, pg. 361-392.

CARVALHO, Filipe Cândido de Sousa Dias Ribeiro de (1936), "A campanha na África Oriental – Notas de um prisioneiro", *RM* 88, Setembro, pg. 652-668 e Novembro, pg. 823-834.

CORREIA, António Mendes (1947), "A guerra de guerrilhas em Moçambique", *RM* 99, Ago/Set, pg. 443-459.

COSTA, Mário Augusto da:

(1929), "Nangadi: 1-8-1916", *RM* 81, Mai/Jun, pg. 358-363.

(1930), "Grande Guerra em Moçambique", *RM* 82, Mai/Jun, pg. 298-307 e Mar/Abr, pg. 161-175.

(1930), "Efemérides da Grande Guerra em Moçambique", *RM* 82, Jul/Ago, pg. 367--375.

(1933), "Grande Guerra em Moçambique: como eram tratados os prisioneiros de guerra portugueses" *RM* 85, Mar/Abr, pg. 198-202.

GIL, José César Ferreira (1919), "A invasão da África Oriental Alemã pelos portugueses: o esforço da expedição de 1916", *RM* 71 de Junho/Julho, pg. 331-352.

MARTINS, Eduardo Augusto de Azambuja:

(1918), "A fronteira do rio Rovuma", *RM* 70, Fevereiro, pg. 27-31.

(1919), "A Conquista da África Oriental Alemã", *RM* 71, Fevereiro, pg. 92-97, Março, pg. 129-144, Abril, pg. 193-200 e Maio, pg. 257-270.

(1920), "Estudo de um regulamento de expedições coloniais", *RM* 72, Julho, pg. 411-420.

(1921), "Esboço da geografia militar da Província de Moçambique", *RM* 73, Fev/Mar, pg. 102-111.

(1922), "O comando alemão na África Oriental", *RM* 74, Fevereiro, pg. 58-66.

MARTINS, Luís Augusto Ferreira (1964), "O general Von Lettow e a campanha da África Oriental", *RM* 116 de Julho, pg. 389-408.

MARQUES, Fernando Pimentel da Motta (1920), "A passagem do rio Rovuma", *RM* 72, Maio, pg. 299-304.

MONTEIRO, Henrique Sátiro Lopes Pires (1923), "A Grande Guerra na África portuguesa", *RM* 75, Set/Out, pg. 456-473.

MORAIS SARMENTO, José Estêvão de (1918), "Episódios da guerra actual: de como foi conquistado em 20 anos e perdido em 4 meses um famoso império colonial", *RM* 70, de 10 de Outubro, pg. 579-601.

MOTA, António Emílio Simões da (1928), "A coluna de socorro a Newala", *RM* 80, Set/Out, pg. 458-467.

PONTE, Luís Monteiro Nunes da:

(1940), "Notas da campanha de Moçambique: 1917-1918", *RM* 92, Julho, pg. 437--445, Agosto, pg. 515-525 e Novembro, pg. 706-719.

(1941), "Notas da campanha de Moçambique: 1917-1918", *RM* 93, Janeiro, pg. 23--28 e Fevereiro, pg. 84-90.

REDACÇÃO (1918), "Quadro de honra do Ultramar português", *RM* 70, de 10 de Outubro, pg. 621-624.

RÊGO, António José de Campos (1924), "Reminiscências de um combate da Grande Guerra na África Oriental", *RM* 76, Nov/Dez, pg. 631-638.

Revista Militar
N.º Temático – maio 2014
pp. 459-471

A Marinha na Grande Guerra
O Teatro de Operações de África



Capitão-de-mar-e-guerra José António Rodrigues Pereira*

Preâmbulo

O Século XX iniciou-se sob o espectro do confronto entre o Império Britânico e o Império Alemão, pela hegemonia mundial.

Numa tentativa para acalmar os ímpetos germânicos, a Grã-Bretanha negociara a divisão do Império Ultramarino Português, caso Portugal não conseguisse pagar os empréstimos concedidos pela banca internacional, e que a instabilidade política nacional fazia prever.

Mas estes factos não foram suficientes para que os sucessivos governos portugueses (da monarquia e da república) pusessem em execução, apesar das muitas propostas elaboradas, um programa de reequipamento naval que dotasse o país de uma força naval compatível com os seus extensos e dispersos domínios ultramarinos.

É neste contexto que se inicia, em Agosto de 1914, o primeiro grande conflito mundial.

A Marinha no Conflito

A actuação da Marinha na Grande Guerra é praticamente desconhecida, com a excepção do combate da patrulha de alto-mar[1] *Augusto de Castilho* com o cruzador-submarino alemão *U-139*.

---

* Vogal Efetivo do Conselho Fiscal da Revista Militar.

1 Embora habitualmente referido com *caça-mi*nas, o *Augusto de Castilho*, o arrastão *Elite*, mobilizado para o serviço naval, foi oficialmente classificado como *Patrulha de Alto-Mar* e utilizado na escolta de navios mercantes.

Quando, em Agosto de 1914, rebentou o conflito que ficaria conhecido como a *Grande Guerra*, Portugal tinha grandes extensões de fronteira com a Alemanha. Recordemos que eram colónias alemãs os actuais territórios da Tanzânia, na fronteira Norte de Moçambique, e da Namíbia, na fronteira Sul de Angola.

Nessa época, a Armada Portuguesa contava com um conjunto de unidades navais muito heterogéneas, de que se destacavam cinco cruzadores, três contratorpedeiros classe *Douro* e três canhoneiras da classe *Beira*, mas que a rápida evolução dos armamentos navais verificada nos primeiros anos do Século XX, tornara obsoletos.

Quadro dos Navios da Armada em 1914

Tipo	Nome	Data Aquisição	Deslocamento (Ton)	Potência (CV)	Armamento (mm)	Guarnição (Homens)
Cruzador	*D. Carlos I* (depois *Almirante Reis*)	1898	4.253	12.730	4 peças de 150 8 de 120 14 de 47 2 de 37 3 metr 5 tubos lança-torpedos	318
	Adamastor	1896	1.757	4.000	2 peças de 150 4 de 105 2 de 65 3 metralhadoras 3 tubos lança torpedos	237
	São Gabriel	1898	1.838	3.000	2 peças de 150 4 de 120 8 de 47 2 de 37 2 metralhadoras 1 tubo lança-torpedos	242
	Rainha D. Amélia (depois *República*)	1899	1.683	5.000	4 peças de 150 2 de 100 4 de 47 2 de 37 2 tubos lança-torpedos	263
	Vasco da Gama	1876 1902	3.030	6.000	2 peças de 203 1 de 150 1 de 76 8 de 47 4 metralhadoras	259
Iate Real (depois Aviso de Esquadra)	*Amélia* (depois *Cinco de Outubro*)	1900	1.365	1.800	2 peças de 47 4 de 37	74

→

Tipo	Nome	Data Aquisição	Deslocamento (Ton)	Potência (CV)	Armamento (mm)	Guarnição (Homens)
Contratorpedeiro	*Douro*	1913	670	11.000	1 peça de 100 2 de 76 2 tubos lança-torpedos	73
	Liz [1]	1914	550		4 peças de 76 2 tubos lança-torpedos	75
Submersível	*Espadarte*	1912	300	650	1 peça de 76 2 tubos lança-torpedos	58
Canhoneira torpedeira	*Tejo*	1901	536	7.000	1 peça de 100 1 de 65 1 metralhadora 2 tubos lança-torpedos	111
Canhoneira	*Rio Sado*	1875	645	500	2 peças de 105 2 de 65 1 de 37 1 metralhadora	107
	Zambeze	1886	616	510	3 peças de 100 1 de 37 1 metralhadora	107
	Zaire	1884	558	500	2 peças de 100 2 de 37 1 metralhadora	107
	Limpopo	1890	288	523	2 peças de 47 1 metralhadora	48
	Açor	1886	335	360	1 peça de 47	53
	Chaimite	1898	341	480	2 peças de 47 2 metralhadoras	31
	Lúrio	1907	305	500	2 peças de 47 1 metralhadora	55
	Save	1908	305	500	2 peças de 47 1 metralhadora	
	Pátria	1903	636	1890	4 peças de 100 6 de 47 1 metralhadora	157

[1] Este navio seria cedido ao Reino Unido.

→

Tipo	Nome	Data Aquisição	Deslocamento (Ton)	Potência (CV)	Armamento (mm)	Guarnição (Homens)
Lancha Canhoneira	*Sena*	1904	70	100	2 peças de 37 1 metralhadora	7
	Tete	1904	70	100	2 peças de 37 1 metralhadora	7
	Zagaia	1909			3 metralhadoras	27
	Flecha	1909			3 metralhadoras	27
	Macau	1909	135	250	2 peças de 57 3 metralhadoras	28
	Cacheu	1901	40	100	2 peças de 37 1 metralhadora	7
	Infante D. Manuel (depois *Rio Minho*)	1904	38	64	1 peça de 37	49
Torpedeiro	*Nº 1*	1882	54	450	1 peça de 37 2 tubos lança-torpedos	15
	Nº 2	1886	66	700	1 peça de 37 2 tubos lança-torpedos	17
	Nº 3	1886	66	700	1 peça de 37 2 tubos lança-torpedos	17
	Nº 4	1886	66	700	1 peça de 37 2 tubos lança-torpedos	17
Navio Escola	*D. Fernando II e Glória*	1843	1.849	à vela	1 peça de 120 2 de 105 2 de 76 4 de 47 1 de 37 2 metralhadoras	91
	Duque de Palmela	1869	750	à vela	1 peça de 76 1 peça de 47	66
Transporte	*Salvador Correia*	1895	300	450	1 peça de 75 2 de 37	47
Rebocador	*Lidador*	1884	252	400	1 peça de 37 1 metralhadora	35
	Bérrio	1898	408	1070	---	42
Vapor	*Vilhena*	1882	159	80	1 peça de 80	21
	Dilly	1909	[2]	[2]	[2]	
	Vulcano	1910	179	412	1 tubo lança-torpedos	27
	Lince	1911	151	412	2 peças de 37	17

[2] Desconhecido.

Apesar da declaração de neutralidade assumida pelo Governo Português, no início do conflito, a Marinha teve de enfrentar, de imediato, a organização de escoltas para os navios mercantes portugueses, tarefa que a Armada iniciou logo que eclodiu o conflito e mesmo antes de Portugal se tornar uma nação beligerante.

Em África, no entanto, e apesar da neutralidade portuguesa, as forças militares alemãs hostilizavam as guarnições portuguesas nas fronteiras.

A 25 de Agosto de 1914, forças alemãs atravessam o rio Rovuma (Moçambique) e atacam o posto de Mazúia, massacrando a pequena guarnição: seis soldados africanos, comandados pelo Sargento de Marinha Eduardo Rodrigues da Costa, que seria o primeiro militar português morto no conflito.

A 31 de Outubro de 1914, o posto de Cuangar (Angola) foi atacado e a sua guarnição chacinada.

O Governo Português, mandou preparar duas expedições militares com destino aos territórios, onde existiam extensas fronteiras com a Alemanha: Angola e Moçambique.

O Transporte de Tropas

A Marinha empenhou, na escolta dos transportes de tropas, os seus mais poderosos meios navais – os cruzadores.

A 11 de Setembro, largaram de Lisboa os paquetes *Moçambique* e *Durban Castle*[2] com os Corpos Expedicionários do Exército destinados a Angola e a Moçambique, escoltados pelo cruzador *Almirante Reis* e pelas canhoneiras *Beira* e *Ibo*.

A 1 de Outubro, partiu o paquete *África* com os primeiros militares do Corpo Expedicionário para Angola. Sendo o navio escoltado pelo cruzador *São Gabriel*.

A 5 de Novembro de 1914, largou de Lisboa o paquete *Beira* com o *Batalhão de Marinha Expedicionário a Angola*.

A 22 de Novembro de 1914, largou de Lisboa o vapor *Cazengo* com os noventa homens da *Força Expedicionária de Marinha para Cabo Verde*.

A 1 de Dezembro, largaram de Lisboa os paquetes *Ambaca* e *Peninsular* com as restantes forças destinadas a Angola, sob a escolta do cruzador *Vasco da Gama*. Nas Canárias a escolta passou para o cruzador *São Gabriel*.

A 20 de Janeiro, largou de Lisboa o cruzador Vasco da Gama escoltando os paquetes Moçambique e Zaire com tropas para Angola, onde chegaram a 5 de Fevereiro.

2 Os paquetes *Durban Castle* (britânico) e *Britannia* (francês) foram os únicos navios estrangeiros utilizados no transporte de tropas para África.



Desenho do Autor/José Cabrita

Figura 1 – A fronteira do Rovuma

A 3 de Fevereiro de 1915, largaram de Lisboa os paquetes portugueses *Ambaca* e *Portugal* e o francês *Britannia*, com tropas para Angola, escoltados pelo cruzador *Adamastor*, que, devido a uma avaria, teve de regressar a Lisboa.

Em 28 de Maio de 1916, largou de Lisboa o paquete *Portugal* com as primeiras forças da expedição do General Ferreira Gil, com destino a Moçambique. Seguiram-se o Moçambique (3 de Junho), o Zaire (24 de Junho), o Machico (28 de Junho) e o Amarante (8 de Julho), cujas chegadas a Palma se iniciaram a 5 de Julho.

Angola

Foi preparado, ainda em 1914, um *Batalhão de Marinha* destinado a operar em terra. O Batalhão, composto por 545 militares (dezoito oficiais, trinta e três sargentos e 512 praças), embarcou a 5 de Novembro, no paquete *Beira*, com destino a Angola.

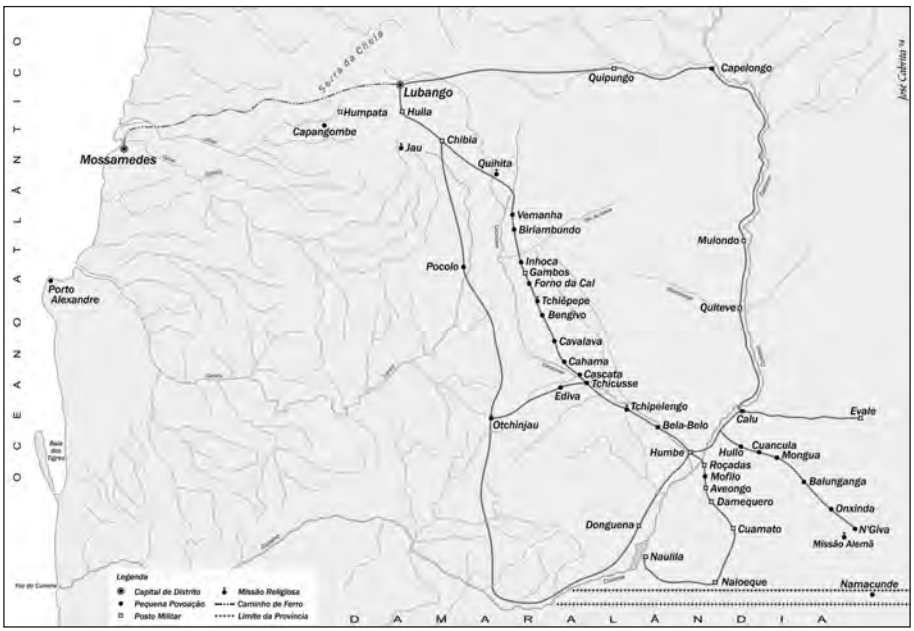
Chegado a Moçâmedes, a 23 de Novembro, seguiu de imediato para o interior, primeiro por caminho-de-ferro até à serra da Quilamba; e dali, numa penosa marcha sob sol abrasador e com falta de água, carregando um equipamento individual que pesava 37 kg. A subida daquela serra marcou o início da dura campanha e provocou um enorme desgaste nos homens e nos animais, registando-se logo aqui as primeiras baixas.

Durante seis meses, os homens do Batalhão de Marinha foram dispersos pelos vários postos avançados. Foi da base de Tchicusse que partiu o ataque ao Tchipelongo por um destacamento constituído por um pelotão de Marinha e outro de landins, comandados pelo Primeiro-tenente Afonso de Cerqueira,

em defesa da missão francesa que, assim, pode ser evacuada em segurança, com os seus haveres. Esta acção obrigou as forças portuguesas a uma marcha, quase sem descanso, de 54 km.

Para além do inimigo, o Batalhão teve de enfrentar as difíceis condições da campanha, com temperaturas a variar entre os 39º C (de dia) e os 4ºC (de noite), a falta de abrigos apropriados, a deficiente alimentação e, muito especialmente, a falta de água ou a má qualidade da existente que provocou numerosas baixas – o tifo, a disenteria e o paludismo reduziram os efectivos a 15 oficiais e 314 praças[3].

A pequena, mas importante, vitória de Tchipelongo, moralizou as forças portuguesas que decidiram avançar para Sul em direcção ao Cuamato e Cuanhama.



Desenho do Autor/José Cabrita. Adaptado de "O Batalhão de Marinha Expedicionário a Angola", F. Oliveira Pinto, Anais do CMN, Abr 1918, pág. 280

Figura 2 – Mapa das Operações no Sul de Angola

Após penosas marchas onde se perdeu muito gado, por sede e cansaço – obrigando a abandonar os carros com munições, a coluna acampou, a 17

3 Destes destacam-se o Comandante Coreolano da Costa e o Primeiro-tenente Carvalho Araújo.

de Agosto, na pequena *chana* da Mongua, com a mata a apenas 300 metros do quadrado português.

No dia 18, a força portuguesa é atacada por 12.000 guerreiros – que dispunham de mais de 5.000 modernas espingardas M*auser* – e que lançavam sobre os portugueses toda a espécie de projécteis, desde zagalotes atém balas *dum-dum*.

Rechaçados pelas forças portuguesas – que, além das espingardas, dispunham de dezasseis metralhadoras e oito peças de artilharia – o inimigo afastou-se.

Voltaram no dia seguinte (19 de Agosto) e voltaram a ser rechaçados; mas a situação no quadrado português começava a mostrar-se dramática pelo cansaço, pela sede e pela perspectiva da falta de munições. Nessa noite, um pelotão de Marinha participou num assalto que desalojou o inimigo das cacimbas próximas, permitindo o abastecimento de água.

Na manhã do dia 20, o soba Mandimba lança novo ataque sobre a face do quadrado onde estava o Batalhão de Marinha. O combate durou das 7h00 até às 15h00 e tornava-se necessária uma acção que o terminasse; a solução era uma carga. Mas só havia sete cavalos, pelo que se decidiu por uma carga à baioneta, executada por um pelotão de Marinha e outra de Infantaria 17. Mas toda a 2ª Companhia do Batalhão saltou do quadrado[4]. O inimigo, surpreendido pelo arrojo da iniciativa portuguesa, recusou a luta corpo-a-corpo, e debandou definitivamente.

O *Batalhão de Marinha* teve, neste combate, 74 feridos ficando reduzido agora a 279 dos 545 militares que o compunham inicialmente. A 20 de Setembro, o Batalhão foi retirado da área de operações, regressando a Lisboa a bordo do *Zaire*, a 15 de Outubro de 1915.

E, como afirmou Cerqueira no seu Relatório "*viu ainda, triste e com surpresa, a indiferença e a frieza com que o Batalhão de Marinha foi recebido à chegada a Lisboa, em 15 de Outubro de 1915 (...) no Quartel de Marinheiros só se encontrava o oficial de serviço para o receber!*".

Sobre a acção desta força de Marinha, referiremos o que sobre ele escreveu o general Pereira d'Eça:

"*Todas as unidades cumpriram o seu dever por forma a jus ificar o grande orgulho que tive em tê-las comandado, porém julgo merecedor de especial menção o Batalhão de Marinha. Foi, sem o menor exagero, uma unidade de elite, cuja têmpera fica definida dizendo que foi a mais resistente nas marchas e a mais esforçada nos combates*".

Numa homenagem ao Batalhão de Marinha, o General Pereira d'Eça ofereceu a sua espada ao *Corpo de Marinheiros da Armada* que, em formatura

4 E só não saiu todo o Batalhão, porque Cerqueira energicamente se opôs.

geral e perante as altas hierarquias do Exército e da Marinha, a recebeu, em Novembro de 1917, e hoje, orgulhosamente, a exibe no *Museu de Marinha*.

Cabo Verde

A Marinha teve também intervenção importante na defesa dos portos que, no caso do Ultramar, teve especial importância o Mindelo, na ilha de São Vicente (Cabo Verde).

O porto do Mindelo era um importante ponto de amarração dos cabos submarinos, fundamentais, na época, para as comunicações telegráficas da Europa com a América e a África; o Mindelo era também, naquela época, um estratégico porto abastecedor de carvão para a navegação e, então, especialmente para a esquadra britânica em serviço naquela área do Atlântico.

Em Novembro de 1914, a Marinha enviou para aquela ilha o seu primeiro contingente para o Ultramar; uma força de noventa homens para efectuar a vigilância e defesa dos cabos submarinos.

Em Setembro, foram enviadas para Cabo Verde as canhoneiras *Ibo* e *Beira*, a que se seguiria, mais tarde, a *Bengo*.

Quando, em Fevereiro de 1916, se procedeu à requisição dos navios alemães e austríacos estacionados em portos portugueses, a *Beira* participou nessas operações, no porto do Mindelo, onde se encontravam oito navios alemães[5]; a sua guarnição ficou ainda com responsabilidade da guarda daqueles navios e da escolta das suas tripulações até à ilha de São Nicolau, onde ficaram internados.

Entre Março e Novembro de 1916, a esquadra britânica do Atlântico, depois de um período baseada no Funchal, transfere a sua base para o Mindelo devido ao aumento, naquela região, da ameaça submarina alemã.

Mesmo depois da saída da esquadra britânica, o porto do Mindelo continuou a ser um alvo para os submarinos alemães; em 4 de Dezembro de 1918, surgiu diante do porto um submarino que, atacado a tiro pela *Beira* e a *Ibo*, foi obrigado a mergulhar.

Mais tarde, a 2 de Novembro de 1917, o cruzador-submarino alemão *U-151* torpedeou os vapores brasileiros *Guahyba* e *Acary*, mas a reacção da *Ibo* fez o inimigo abandonar o ataque.

5 Eram os vapores *Beta* (depois *Maio*, 2.179 ton), *Burgmeister-Hachmann* (*Ilha do Fogo*, 4.315 ton), *Dora Horn* (*São Nicolau*, 2.679 ton), *Heimburg* (*Santo Antão*, 4.196 ton), *Santa Barbara* (*Santiago*, 3.763 ton),*Theoder Wille* (*Boavista*, 3.667 ton), *Fogo* (*Brava*, 3.184 ton) e *Wurzburg* (*São Vicente*, 5.085 ton).

No início de 1918, com o aumento da ameaça submarina, a Marinha montou um sistema de barragens submarinas e peças de artilharia em terra; simultaneamente, passaram a organizar-se comboios cujas saídas eram coordenadas pelos navios portugueses.

Moçambique

O cruzador *Adamastor* partiu de Lisboa, em 15 de Dezembro de 1915 a caminho da Índia; mas, em Fevereiro de 1916, quando da declaração de guerra alemã, o navio encontrava-se em Lourenço Marques e foi decido que ali ficaria; iria juntar-se à canhoneira *Chaimite*, aos vapores *Luabo*, *Pebane* e *Pungué* e às lanchas canhoneiras *Salvador, Sena* e *Tete*, da *Esquadrilha do Zambeze*.

A 20 de Maio de 1916, quando os escaleres do navio procediam a um reconhecimento na foz do rio Rovuma, na fronteira Norte, as tropas alemãs, estacionadas na margem esquerda, abriram fogo contra aquelas embarcações, o que obrigou o *Adamastor* a bombardear as posições alemãs.

No dia seguinte, e com a colaboração da *Chaimite*, o *Adamastor* voltou a bombardear as posições alemãs, enquanto uma força de desembarque ocupava o posto alemão na ilha da Namaca onde, apesar das baixas sofridas (três mortos e seis feridos), ficou estabelecido um reduto artilhado, guarnecido por pessoal da Marinha.

No dia 27 de Maio de 1916, depois de um intenso bombardeamento pela artilharia dos navios e pelo posto da Namaca, uma força do Exército Português, incluindo soldados africanos, embarcados nos escaleres dos navios, iniciou a travessia do rio para ocupar a margem Norte[6].

Recebidos por intenso fogo de metralhadoras, as forças portuguesas foram rechaçadas com elevadas baixas. Da Marinha, faleceram o Guarda-marinha Rodrigues Janeiro e dez praças, ficando feridos o Guarda-marinha Maia Rebelo, um sargento e sete praças.

Ficou ainda prisioneiro dos alemães o Primeiro-tenente Matos Preto, comandante da *Chaimite*, quando tentava, no rescaldo da acção, resgatar possíveis sobreviventes portugueses nos bancos de areia da margem alemã.

Só três meses mais tarde se conseguiu ocupar a margem alemã; Matos Preto, no entanto, só seria libertado a 29 de Setembro de 1917.

Em 1917, durante as operações de recrutamento de indígenas moçambicanos, para as forças auxiliares, o descontentamento, instigado pelos agentes alemães,

6 Estavam presentes, a bordo do Adamastor, o Governador-Geral de Moçambique, Capitão Álvaro de Castro, e o comandante militar, Major Moura Mendes.

ameaçou transformar-se numa revolta que foi subjugada com o auxílio de uma força de Marinha comandada pelo Guarda-marinha Prestes Salgueiro.

Na região do Barué também entrou em acção uma força de Marinha desembarcada do cruzador *Adamastor*, e que já se tinha distinguido nas operações do Rovuma. As lanchas-canhoneiras da *Esquadrilha do Zambeze* também tiveram papel de relevo na defesa da região de Tete e evitando a sublevação das populações incitadas por agentes alemães das companhias e missões religiosas.

Em 26 de Abril de 1918, partiu do Tejo o cruzador *São Gabriel* com destino a Moçambique e que, 100 milhas a Noroeste da Madeira, teve um encontro com um submarino alemão que atacado a tiro submergiu.

Na cidade do Cabo, o navio português colaborou, durante quatro dias, na defesa da cidade, num período em que se esperavam levantamentos dos indígenas e havia apenas cinquenta polícias na cidade.

Os navios ingleses tinham largado para o mar em perseguição de alguns submarinos alemães avistados nas proximidades e o porto estava sem defesa em caso de quaisquer tumultos. Desembarcando 112 marinheiros e quatro oficiais, com armamento individual e as metralhadoras do navio, durante quatro dias, o porto daquela cidade – a única área que podia ser defendida – esteve à guarda da Marinha Portuguesa até ao regresso dos navios britânicos que estavam no mar, empenhados na busca de submarinos alemães.

Na sequência do golpe militar que levou ao poder o Major Sidónio Pais (8 de Janeiro de 1918), foram deportados para Moçambique 240 praças da Marinha que tinham lutado contra aquele movimento.

O Ministro da Marinha, Comandante Carlos da Maia, entendeu preparar um novo *Batalhão de Marinha*, força sempre útil em qualquer situação de emergência, como a que então se vivia, e a que se juntariam aquelas praças que assim voltariam ao serviço da Armada[7].

Embora sem o entusiasmo do precedente, o Batalhão foi organizado, em Abril de 1918, maioritariamente com voluntários, a bordo do cruzador *Almirante Reis*; dali seguiu para o paquete *Lourenço Marques* onde seguiu para Moçambique.

O Batalhão era constituído por três companhias e uma bateria de seis metralhadoras, com dezoito oficiais e 746 praças, a que se juntariam, em Moçambique, mais quatro Guardas-Marinhas dos cruzadores *Adamastor* e *São Gabriel* e as 240 praças ali deportados.

7 Esta atitude de Carlos da Maia foi mal aceite por alguns sectores e terá sido uma das causas que concorreram para a tragédia que o vitimou.

O paquete Lourenço Marques largou de Lisboa, a 17 de Junho de 1918, e chegou a Lourenço Marques a 22 de Julho; a 3 de Agosto, estava já o Batalhão instalado no Mussoril, pronto para operações. Seguiu para Quelimane a 25 de Agosto, a bordo do Luabo, por se aguardar um ataque dos alemães contra a cidade, cuja defesa era garantida apenas pelos marinheiros do *Adamastor*; seguiu depois para Regone e Gilé onde a passagem dos alemães deixara uma onda de sublevação entre as populações.

Uma companhia comandada pelo Primeiro-tenente João Capelo, embarcou no vapor *Capitania*, a 23 de Setembro, para Moábani, e depois, em marcha até Regone, onde estacionaram algumas semanas. Subiram depois o rio Maloqué pacificando toda a região com a colaboração de *ensacas* que atacavam a áreas revoltadas; ali permanecerem durante cerca de três meses, após o que regressaram a Quelimane, a 22 de Dezembro.

Naquela cidade, onde grassava um surto de pneumónica, o Batalhão sofreu vinte e três mortos, incluindo dois oficiais.

Regressou a Lisboa em Abril de 1919, a bordo do paquete *Lourenço Marques*.

Os Navios Mercantes Alemães

O início da guerra surpreendeu no mar numerosos navios da marinha mercante alemã, levando-os a procurar abrigo em portos neutros, evitando ser apresados pela *Royal Navy*. Nos portos portugueses do Ultramar encontravam-se imobilizados, desde o início da guerra, vinte e três navios de comércio alemães e um austro-húngaro, totalizando 110.500 toneladas[8]. Foi ainda apresada, no rio Zambeze, a lancha *Salvador* pertencente à missão de jesuítas austríacos de Boror.

A falta de navios mercantes[9] para garantir a manutenção do comércio marítimo, não só pelas perdas provocadas pela acção da guerra submarina como ainda pela necessidade de mobilização de elevado número de navios para fins militares, levou o Governo Português a encarar a requisição daqueles navios para suprir as faltas, utilizando-os para a navegação comercial nacional ou integrados na Armada.

8 No total, estavam em portos portugueses setenta navios alemães e dois austro-húngaros, representando 250.00 toneladas.

9 O total da Marinha Mercante portuguesa, em 1914, era de 73.000 toneladas, insuficiente para garantir as necessidades nacionais.

Fracassadas as negociações com os armadores alemães, para a compra ou afretamento dos navios, a sua requisição viria a ser concretizada em 23 de Fevereiro de 1916, o que provocou a *Declaração de Guerra* da Alemanha, em 9 de Março.

Para suprir a falta de meios materiais, requisitaram-se ainda todos os pequenos vapores e lanchas que, sem grave prejuízo das actividades comerciais, podiam ser armados; mobilizaram-se no ultramar mais cinco embarcações[10] que foram utilizadas nos serviços de transporte e de vigilância da costa.

A Marinha de Comércio

Não se pode deixar de fazer uma referência ao notável serviço desempenhado pela Marinha de Comércio, durante a guerra, conduzindo forças militares, passageiros e mercadorias. Representaram muitas horas de inquietação e de perigo que era encarado sem desfalecimento ou hesitação no cumprimento da missão, são actos que nunca deverão ser esquecidos.

Conclusão

Ficaram assim, sucintamente, relatadas algumas das missões que a Marinha cumpriu com pesados sacrifícios, nos teatros de operações em África, em cumprimento do seu lema:

A Pátria Honrai,
Que a Pátria vos contempla!...

10 De um total de trinta, mobilizadas em todo o país.


ANUNCIE
NA
Revista Militar
GRANDE EXPANSÃO
EM PORTUGAL
E NO ESTRANGEIRO

Revista Militar
N.º Temático – maio 2014
pp. 473-487

*O livro do general Bernhardi A Alemanha e a proxima guerra**

Vitoriano César
RM, 68, 1, Jan, 1916, pp. 65-82

O general Bernhardi é um dos mais distintos oficiais do exército alemão, sendo conhecidissimos no nosso meio militar alguns dos seus livros.

Ainda não há muito tempo que se publicou a *Guerra de hoje*, obra em dois volumes, e que um grande numero de oficiais do nosso exercito mui bem conhece.

Não menos notavel, porém, é o seu mais recente trabalho – *A Alemanha e a próxima guerra*.

Esta obra, publicada em alemão em 1912, obteve um verdadeiro sucesso, pois já em 1913 contava seis edições.

E´ esta ultima edição (a versão espanhola de 1916) que conhecemos e de que nos vamos ocupar, tão notavel se nos afigura o que o autor ai expõe, e que vem lançar um jorro de luz nas causas da atual guerra.

Publicado pouco antes de se ter desencadeado essa luta tremenda que no momento atual assola o mundo, toma um valor extraordinario, visto que põe bem em evidencia quais as intenções e fins que a Alemanha formava e premeditava.

Não venho fazer a defesa de doutrinas alemãs, nem das idéas imperialista que de ha muito a dominavam, mas tão sómente pôr em relevo as correntes de opinião que nessa nação preponderavam, e que são tão lucidamente expostas pelo general Bernhardi no seu referido livro.

Contém ainda o livro um certo numero de conceitos filosoficos, que se oferecem á nossa meditação e que, para um país pequeno como o nosso, mas ainda com um vasto dominio colonial, muito convém examinar e que devem ser ponderados não só por militares, mas por governantes.

* Selecionado pelo Coronel Nuno António Bravo Mira Vaz, Vogal Efetivo da Direção da Revista Militar.

Sobre eles, muito terão que refletir os nossos homens de Estado.

Em primeiro logar, vejamos como Bernhardi considera a guerra. Esta, diz o ilustre general, representa uma necessidade e um beneficio para a conservação e progresso das sociedades humanas. A guerra é a pedra de toque do valor politicao fisico e intelectual de uma nação. Sem a guerra as raças inferiores degeneradas constituiriam um enorme obstaculo ao desenvolvimento dos elementos sãos, e d´ai resultaria uma decadencia universal. Na guerra triunfa a nação que pode apresentar em luta uma maior potencia fisica e mental, material e moral, social e politica. A guerra é não só uma necessidade biologica, mas ainda um meio indispensavel para se fazer a selecção das raças, um dos maiores factores de civilização e de cultura.

Citando Hegel, diz que a guerra é a condição *sine qua non* do desenvolvimento espiritual da humanidade, pois vigorisa as nações que a paz tem enervado, consolida os Estados, dá o imperio aos mais dignos, e comunica o movimento, a luz e a vida a tudo, que contribue para a grandeza da humanidade. Põe ainda em evidencia que Renan professa as mesmas idéas.

Friza ainda, com um certo proposito, que «*a guerra conduzida de uma maneira cavalheiresca, com armas liaís, representa uma luta com um caracter mais moral do que a que é feita, sob aparencia pacifica, pelo dinheiro, e pelas intrigas diplomaticas*».

Acrescenta que a guerra deve ser imposta aos Estados que começam a degenerar, e apresenta a seguinte frase de Guilherme II: – "que enquanto houver homens, haverá inimigos e invejosos, e, emquanto houver inimigos e invejosos, é licito combatê-los, e portanto recorrer á guerra".

A Alemanha, diz Bernhardi, tendo 67 milhões de habitantes, não pode permitir que 45 milhões de ingleses queiram ser os arbitros do Velho Mundo e persistam em ter a supremacia dos mares. Tambem a França, com 40 milhões de habitantes, não pode ser considerada no mesmo pé de igualdade que a Alemanha.

Os povos débeis não teem o mesmo direito á existência como os fortes e poderosos, e serão estes que terão o direito de impôr a sua civilização aos pequenos.

A potência naval inglesa assoberba a Alemanha, diz Bernhardi, e por isso é preciso preparar o aniquilamento daquela; e, emquanto isso não se torna possivel, deve-se organizar a defesa. Devemo-nos preparar para a próxima guerra e organizar todos os meios que garantam o aniquilamento daqueles que procuram opôr-se á expansão alemã.

Todo o povo alemão sente a necessidade dessa guerra, de forma que o pangermanismo, com a sua tendencia militarista e imperialista, é o fruto de um convencimento, e a sua base está no patriotismo, e não na imposição do elemento militar.

Em 1911 (questão de Agadir) todo o povo alemão estava convencido que só a guerra iria resolver a questão de honra e patriotismo, sendo para todos uma magoadora desilusão a ação diplomática do governo.

Formada a *Triplice Entente*, radicado está no povo alemão a iminencia da guerra, que para a Alemanha importa *o ser, ou não ser*. Necessario é, pois, que todos os alemães conjuguem os seus esforços para a defesa comum, sujeitando-se a todos os sacrificios para dar ao exercito a maxima potencia.

A guerra, diz Bernhardi, não assusta ninguem, pois só os espiritos fracos se deixam levar por ideais filantropicos de caracter geral, quando o mundo politico se rege unicamente pelo interesse.

E´ apoz a guerra de 1870 que o comércio e a indústria alemãs tomaram o maior desenvolvimento. As casas de comercio alemãs estabeleceram-se por todo o mundo, e até uma parte do comercio inglês está nas mãos dos alemães.

O comercio alemão é mais industrioso que o inglês; os engenheiros e mecanicos alemães são superiores aos dos ingleses, tanto que em Manchester numerosas fabricas são dirigidas por alemães.

A Alemanha, que até aqui tem imperado no dominio do pensamento, precisa agora tomar o seu logar no dominio comercial e industrial do mundo.

Uma proxima guerra torna-se, pois, uma necessidade, e que terá as consequencias da *guerra dos sete anos*, e é por isso que o exercito deve ser sustentado e alentado pelas forças morais e materiais da nação; e, não só as tropas, mas todo o povo unido, deve ter uma fé ardente em lutar pela defesa dos seus mais sagrados interesses.

E´ preciso que o povo alemão tenha uma plena confiança na missão especial que a Providencia lhe ha confiado, visto que é o maior povo civilizado que tem existido.

Bernhardi, no capítulo I do seu livro, procura demonstrar o *direito á guerra*, rebatendo a opinião de Kant, que no seu livro *Tratado sobre a Paz perpetua*, considerava a guerra como a destruição de todo o bem e a origem de todo o mal.

Avança o mesmo general que a creação dos *tribunais arbitrais*, que os Estados Unidos quizeram organizar, não era mais que uma mistificação, e que nisso a Inglaterra andava representando um idealismo teatral. A guerra é a lei suprema. O Direito só é respeitado emquanto é compatível com as vantagens que dele se obteem. A guerra é a luta supersocial que guia o desenvolvimento externo das sociedades, das nações e das raças.

A colonização é um direito que os povos mais civilizados teem, ocupando o território dos menos civilizados. O povo mais culto não reconhece o direito de independência ao que é menos progressivo.

O Direito está da parte do vencedor, e não do possuidor.

Ainda modernamente dão-nos exemplos disto a Italia na Tripolitana, e a França em Tunis, na Argelia e em Marrocos.

A vida dos homens e dos povos deve ser considerada como um fragmento da existencia universal, e, portanto, deve ter em vista o desenvolvimento das energias espirituais e morais. O homem deve considerar-se como um elemento do organismo social, procurando trabalhar para a coletividade. O individualismo puro é um criminoso egoismo.

A pequenez do homem deve desaparecer perante a grande idéa do Estado.

Os actos isolados de barbarismo que se dão nas guerras são incidentes de pequena monta perante levantado idealismo em que a mesma guerra se inspira.

A politica de um grande Estado, diz Bernhardi, deve ter em vista fins politicos; e, *recorrer às armas, é um sagrado direito de Estado, quando se trate de resolver conflitos que influam de uma maneira decisiva no progresso e bem estar da nação, devendo-se procurar manter bem viva esta convicção na alma popular*.

Se se tem o *direito á guerra*, ter-se-há o *dever de fazer a guerra*, isto é, de provocar a guerra?

Bernhardi responde afirmativamente, e desenvolve esta afirmação no *capítulo II* do seu livro.

Assim diz – que o homem de Estado, tendo reconhecido a necessidade politica de fazer a guerra, não deve deixar escapar a melhor oportunidade de fazê-la, devendo para isso *provoca-la*, se tanto fôr preciso. O homem de Estado deve empregar toda a energia e decisão, sendo uma debil política causa desastres.

Frederico o Grande, reconhecendo a necessidade politica de aumentar a Prussia, não hesitou em provocar a Austria; emquanto que a indecisão de Guilherme III em 1805, querendo a todo o custo conservar-se em paz, levou o país á ruina em 1806.

A energia e decisão de Guilherme I e de Bismarck lançaram a Prussia na guerra, e só esta deu lugar á unificação alemã.

Da mesma forma o Japão se tivesse hesitado em fazer guerra á Rússia em 1904, teria deixado escapar a ocasião de se engradecer e teria perdido toda a influencia na Coréa e na região de Amur. Uma nação mesmo pequena, não deve hesitar em fazer, se o povo tem as necessarias energias para entrar na luta.

E, Bernhardi, cita o exemplo dos Booers, declarando a guerra á Inglaterra. Esta, ainda que vencendo pelo numero, não conseguiu dominar aquela forte raça, considerando de boa politica obter uma fusão politica pacifica, sob a bandeira inglêsa.

De forma que a guerra levada a efeito por um homem politico energico, ainda que trouxe a derrota dos Booers nos campos de batalha, com tudo a sua importancia politica não foi aniquilada, e, moralmente, foram eles que sairam vencedores.

Portanto, todo o homem de Estado digno deste nome, todo e qualquer meio lhe é permitido para proteger e desenvolver os interesses da colectividade. Meios considerados imorais, quando empregados pelo individuo, não teem a mesma significação quando empregados pelo Estado. A moral do Estado deve guiar-se pela natureza e razão de ser do próprio Estado, e não pela moral privada, só propria do individuo.

Comtudo um Estado tem obrigação de ser sincero nas suas relações com os outros Estados. Os subterfugios são prova de fraqueza e de ruim espirito diplomatico.

Todavia, se entre dois Estados existe uma guerra latente, *licito é proceder como na guerra, empregando-se ardís e enganos. O direito estabelecido terá em muitas ocasiões de ser protraído pela politica, pois aquele direito não é incondicional, e até muitas vezes assenta em tratados impostos pela força, tendo portanto uma base imoral.*

Portanto, conclue Bernhardi, o direito de recorrer ás armas existe e constitue um dever para um Estado, não só quando este seja atacado, mas quando a politica seguida por outro Estado é atentatoria do proprio Estado e o põe em perigo. É preciso estar sempre preparado para a guerra, pois, dizia Frederico, *negociações sem armas é musica sem instrumentos.*

Circunstancias ha em que fatalmente se terá de recorrer á guerra: 1º – Quando a um Estado se torna materialmente impossivel suportar por mais tempo as despezas de armamento, impostas pelo poderío dos adversários; 2º – Quando se reconhece que o poder dos adversarios vai aumentando, e que se não poderá igualar, se se deixa decorrer mais tempo; 3º – Quando se tem noticia de uma aliança entre Estados, que estão esperando uma ocasião favorável para nos fazer a guerra.

É preciso que o homem de Estado não deixe fugir a ocasião; pois de contrario, como já dizia Schiller, tarde ou nunca esta voltará. Reconhecida a necessidade e a oportunidade de fazer a guerra, todos os interesses particulares e quaisquer idéas de sentimentalismo teem de se calar, não se devendo pensar nas diversas calamidades inherentes á guerra.

Já Lutero dizia, que a guerra, quando visa a um fim moral elevado, torna-se um dever divino, tão necessário e tão util, como o comer e o beber são para o corpo humano.

Tais são, em sintese, as idéas apresentadas por Bernhardi.

Depois, num novo capítulo (III.º), apresenta um *breve resumo do desenvolvimento histórico da Alemanha.*

Esboça as fases porque teem passado os povos da raça germanica, mostrando que, apoz a queda do Imperio romano, na organisação dos estados modernos exerceram a maior influencia os germanos e o cristianismo. Este, pregando igualdade dos direitos dos homens, formolou o codigo mais elevado de moral até então conhecido; os germanos, vindo fundir-se com os povos decadentes do Império romano, trouxeram novos elementos de vida, dando ensejo a uma nova organisação social.

Os germanos que vieram estabelecer-se ao sul dos Alpes, são os que mais assimilaram a civilisação romana, mas tambem os seus vicios. São os povos da raça latina. Os germanos que se fixaram mais do Norte conservaram-se mais puros.

Inutilmente teem os povos latinos procurado formar um grande imperio. Efémera foi a tentativa de Carlos Magno para reconstruir o Império romano do ocidente.

Também os germanos propriamente ditos, procuraram sob Othão o Grande formar um vasto imperio. As lutas com o Papado fizeram fracassar esta nova tentativa: porém o valor moral e material dos povos germanicos não desapareceu, manifestando-se de uma maneira intensiva na *Liga Hanseatica*.

Ainda nas grandes lutas religiosas o sangue germano corre em torrentes, fundamentando o grande progresso intelectual da humanidade. E´ em vão que, primeiro a Espanha, depois a França, procuram subjugar o espirito de liberdade dos alemães. Estes consomem as suas forças nessas lutas, fracionam-se em pequenos estados, e assim não podem tomar parte nas grandes descobertas.

Um desses estados, porém, a Prussia, em luta constante com a natureza, conserva as qualidades atavicas da grande raça germanica, e consegue, por diversas etapes, em luta armada, exercer a hegemonia e realisar o *ideal germanico*. Bismarck, um dos fundadores do novo Imperio, não conseguiu ver completa a sua obra, que era levar o dominio germanico desde o Mar do Norte até ao Adriatico e Mediterraneo.

O desenvolvimento e consolidação do poder germanico devia inevitavelmente provocar invejas, lesionar interesses criados, e provocar da parte dos interessados uma aproximação, que os levaria a constituir uma aliança verdadeiramente ofensiva.

Por outro lado, diz Bernhardi, a situação interna da Alemanha tem-se modificado nos ultimos quarenta anos. As industrias, o comercio e a agricultura tomaram um crescente desenvolvimento e deram lugar ao socialismo, em luta com as classes burguesas; as antigas rivalidades entre o Norte e o Sul tambem não teem permitido a constituição de uma homogenea e forte nacionalidade. Como contribuir então para alcançar essa fusão?

A história já o tem mostrado – recorrendo a uma guerra.

Eis, pois, postas em evidencia por Bernhardi as causas da guerra actual. Foi uma necessidade resultante da situação externa e interna da Alemanha.

Ainda Bernhardi aponta o perigo que corre a Alemanha da invasão eslava pacifica, pois é enorme a massa de eslavos que se teem infiltrado na Alemanha, vindo estabelecer-se até no centro da Vestefalia. A Austria corre também o perigo das influencias eslavas, e não é por meios pacificos que esse perigo será desviado. E´ preciso recorrer á guerra. E assim se vê, pela comunidade de interesses; a necessaria aproximação da Alemanha e da Austria.

Ainda a Alemanha precisa colocar o excesso de população, a superprodução das suas fabricas, e para isso carece de extensas colonias; e, para ter mercados nas colonias, precisa ter livre os caminhos maritimos. A França tem aumentado o seu dominio colonial e a Alemanha, diz Bernhardi, tem o pleno direito de ter uma parte mais importante no dominio da terra.

Esta necessidade da Alemanha se tornar uma *grande potencia colonial e mundial* pois de contrario será *arruinada* pelos seus adversarios, é plenamente desenvolvida por Bernhardi num outro capitulo.

Ele ahi diz: O *direito*, e até o *dever*, em nome de civilisação, que a Alemanha tem em se tornar uma potencia mundial, será coartado pelas condições de posse das outras nações que a precederam, e que procurarão defender pelas armas os seus dominios.

Sendo, pois, indispensavel a guerra, é evidente que o *poder politico* da Alemanha tem de se apoiar no *poder militar*.

Acidentalmente a Italia está aliada á Alemanha e á Austria.

Os interesses da Italia são antagónicos com os da Austria.

Esta nação e a Alemanha, diz Bernhardi, cometeram um grande erro em não terem auxiliado a Italia na sua expansão na Africa. Assim teriam feito desaparecer o *irredentismo*.

Se a Italia tivesse ocupado Tunis, ter-se-ia creado um poderoso motivo de antagonismo entre a Italia e a França, que se traduzia em beneficio da *Triplice*. Porém a Austria e a Alemanha deixaram que a Inglaterra e a França se aproximassem da Italia na questão da Tripolitana, de forma que, é de esperar que no caso de uma guerra contra aquelas nações, esta ultima nação se conservará, pelo menos, neutral (não se enganou Bernhardi na suas previsões).

Tambem os interesses balkanicos são antagonicos entre a Italia e a Austria.

A Alemanha cometeu ainda outro erro permitindo que a França anexionasse Marrocos, o que deu ensejo a que esta nação aumentasse o seu poder colonial; e é esta expansão colonial que permitirá á França aumentar o seu poder militar, pois em breve poderá recrutar forças importantes nas suas colonias africanas.

A aliança da Russia com a França e a Inglaterra terá no futuro uma importancia grande. Actualmente o exercito russo não é para temer. Os seus

quadros são insuficientes e pouco instruidos; o soldado russo é uma massa sem iniciativa e sem decisão. Comtudo, diz Bernhardi, devemos contar com o seu ressurgimento, e que a sua politica futura será apoderar-se da desembocadura do Vistula, dando-lhe a supremacia do Baltico, e procurara exercer o seu predomínio na Peninsula Balkanica, e o livre acesso ao Mediterraneo.

A Russia não tem grandes interesses ligados á França, e a sua aliança tem antes por fim obter os recursos monetarios que lhe faltam para a sua reconstituição.

Também os convenios da Russia com a Inglaterra relativamente á Asia oferecem pouca estabilidade e por isso a sua aliança não terá grande consistencia.

É, possível porém que a Rússia, antes de consolidar o seu poder militar, se veja forçada a provocar uma guerra, para assim desviar as atenções e afastar os graves perigos que ameaçam, de um intenso movimento revolucionário.

Já a aliança franco-inglesa oferece mais segurança, pois a Inglaterra tem o maior interesse em provocar uma guerra com a Alemanha, visto que esta lhe está criando graves dificuldades na Turquia asiatica e na Africa Central.

O movimento nacionalista na India e no Egipto e o crescente poder do islamismo podem pôr em risco o poder inglês.

A´ Alemanha compete explorar este campo.

A Aliança com a Turquia será, pois, de uma boa politica, pois este Estado pode eficazmente ameaçar por terra o dominio inglês no Egipto, e uma guerra entre estes paizes deve reflectir-se no movimento islamico que assim ameaçará o poder mundial da Inglaterra.

A´ Alemanha interessa ainda que a Turquia conserve Constantinopla e Andrinopla.

Do Japão, diz Bernhardi, que puco ha recear na Europa; mas para a Alemanha manter as suas possessões na China, deverá procurar manter a rivalidade entre esta nação e o Japão.

Bernhardi também julga conveniente que a Alemanha tenha uma aliança com a Espanha, aproveitando as rivalidades que esta nação tem com a França por causa de Marrocos, e com a Inglaterra por causa de Gibraltar, cuja perda muito fére o orgulho nacional.

Nos países Balkanicos deve-se contar com o odio irreconciliavel da Servia á Austria, mas como a Bulgaria é inimiga daquela, ha toda a conveniencia em procurar um entendimento com esta nação, o que constituirá um importante auxílio.

Relativamente a Portugal, diz o general Bernhardi, apenas contaremos com ele para nos apoderamos das suas colonias. A Alemanha precisa de colonias que já estejam em condições de receber o seu excesso de população.

Um desastre financeiro ou político em Portugal poderá dar *ocasião a que adquiramos uma parte das suas colonias. Um acordo já existiu entre a Alemanha e a Inglaterra para essa partilha, acordo que não tem tido publicidade, e que até parece ter sido posto de parte pela Inglaterra, visto que num convenio recente garantia áquele país a posse de todas as suas colonias.*

Bernhardi ainda aborda a questão de se respeitar o território dos países neutros no caso de uma guerra europêa.

A este proposito, diz ele, – os tratados internacionais feitos no começo do seculo XIX em condições e até com conceitos muito diferentes sobre a essencia do Estado, não teem actualmente valor.

Assim quando a Belgica foi declarada neutral, ninguem pensava que viesse a ocupar o Congo, e esta ocupação, mudando a essencia do Estado, fez *ispo facto* desaparecer a neutralidade, por isso que, toda a nação que se subtrai ao perigo da guerra não tem direito a entrar em competencia política com outros Estados.

Num outro capitulo (o VI) trata Bernhardi da *importancia social e politica da preparação para a guerra*, e nele desenvolve a tese, (aliaz sabida), de que hoje os exercitos devem estar preparados desde o tempo de paz nos mais insignificantes promenores para que possam mostrar a maxima potencia na guerra, e que essa preparação deve ser considerada sob o ponto de vista *militar*, *politico* e *social*.

O sistema e a extensão da preparação para a guerra dependem das condições politicas exteriores de uma nação e do conjuncto de interesses internos.

Quando um estado carece de condições para uma vida nacional independente, quando não tem os meios de cultura própria, quando não dispõe da força para defender a sua existencia politica, está sempre ameaçado na sua integridade por um Estado visinho mais poderoso, ainda que a sua independencia seja justa, ou a sua neutralidade esteja declarada por convenios internacionais. Um país pequeno deve porém ter meios defensivos que lhe permitam lutar até que seus aliados possam intervir.

Os provaveis aliados teem porém o direito de ter uma certa influencia a exercer a sua intervenção na preparação para a guerra de um tal Estado, aproveitamento ao mesmo tempo as suas circunstancias locais, a sua posição geográfica e a natureza do seu território[1].

Os pequenos Estados não devem confiar demasiado nas alianças, pois as combinações politicas podem confiar demasiado nas alianças, pois as combinações politicas podem variar, e todo o Estado que quer manter a sua in-

1 Naturalmente Bernhardi quer referir-se á acção da Alemanha na Turquia.

dependencia deve procurar desenvolver a maior potencia militar, ainda que tenha de fazer sacrificios; e, se tiver por visinho um Estado mais forte, mais uma razão terá para procurar desenvolver um maior esforço militar e a maxima actividade politica. Todavia o desenvolvimento militar não deve exceder a capacidade dos recursos economicos, baseando-se sempre no desenvolvimento harmonico de todos os elementos de forças fisica, intelectual, moral, financeira, e militar.

Tratando do sistema organico do exercito, Bernhardi diz, que *o sistema de improvisar massas armadas ou mal instruidas não pode dar um exército consistente, podendo até constituir um perigo.*

Dada a perfeição da tecnica e das armas modernas, maior necessidade ha em aumentar o grau de preparação para a guerra tanto em relação ao pessoal, como ao animal e material. *A instrução superficial dos soldados constitue um mero engano.* A preparação de todas as forças vivas da nação para a defesa, é uma verdadeira preparação para a guerra, e que deve abranger a preparação moral do povo.

Todo o homem de Estado tem pois o dever de estimular e coordenar todas as forças vivas da nação, interessando-as e aproveitando-as para a defesa comum.

Em novo capítulo (o VIII) examina Bernhardi qual deverá ser o *caracter da proxima guerra.* Para isso aprecia as forças militares dos países que entrarão no conflito armado, analizando as da França, Russia, Inglaterra, Italia, Austria, Turquia, Servia, Bulgaria, Montenegro, Grecia, Romania, Belgica, Espanha, etc.

Tratando do exercito inglês, considera-o com um fraco valor tático, como se manifestou nas mais recentes manobras de 1912. Conta que a acção da Russia será em parte paralisada com movimentos revolucionarios internos, como já sucedeu na guerra com o Japão.

A próxima guerra, diz Bernhardi, terá o caracter de uma grande energia, será uma guerra de destruição, pois os exitos medianos dariam logar a que se renovasse a guerra dentro de um curto prazo, e isso não convirá aos interesses dos aliados.

A guerra terá, pois, de ser decisiva e importará o aniquilamento dos vencidos.

Em capítulos especiais, trata o escritor de que nos vimos ocupando, da *organização do exercito, da instrução militar e da educação nacional.*

Como axioma estabelece – *que toda a preparação para a guerra deve procurar desenvolver a maior força combatente e a maior capacidade tática para que seja possível realizar com êxito a guerra ofensiva.*

A força combativa de um exercito, diz Brenhardi, fundamenta-se na instrução, no armamento, no elemento humano e na organização das tropas.

Para que um exercito seja organicamente forte, é necessário que possua desde o tempo de paz os quadros de oficiais correspondentes aos efectivos de guerra; que sejam grandes a capacidade e o espirito dos chefes, oficiais e sargentos; que em todos exista a mais completa disciplina, decisão e iniciativa.

Emquanto á força numérica dos quadros, diz que, sendo dependente do orçamento, torna-se dificil ter numerosos quadros de sargentos, visto que para chamar a concorrencia é necessário dar-lhes um regular vencimento e vantagens pecuniarias futuras ou empregos civis.

Tratando da composição das unidades, diz que a *capacidade operativa* provém, não só da boa relação das diversas armas, mas ainda da organização das unidades em cada uma.

Condena a organização binaria, porque dificulta a constituição das reservas, visto que, para formar estas, tem-se de desfazer as unidades, deixando os chefes sem comando.

Considera muito superior a organização ternaria, tornando-a até extensiva ao corpo d´exercito, dotado de 3 divisões, e estas a 3 regimentos, suprimindo-se assim as brigadas.

Relativamente á cavalaria, julga indispensavel dotar cada divisão com um regimento de cavalaria a 3 esquadrões, e que as unidades ciclistas que devem apoiar a cavalaria devem-lhe estar distribuidas desde o tempo de paz, para aprenderem a atuar em conjunto.

Tratando da *instrução militar*, diz que ela deve vizar o desenvolvimento da personalidade e da individualização, especialmente na infantaria e na artilharia, e que na cavalaria em exploração deve haver a maxima iniciativa.

Os terrenos cobertos ou acidentados, obrigarão frequentemente a artilharia a constituir-se em grupos, e em formações separadas e escalonadas, isto é, a dispersão, mas concentrando os fogos sobre o objectivo tático mais importante. Tal dispersão dificulta a acção do comando é certo, mas torna-se necessaria.

Ainda que seja conveniente dar grande importancia á técnica do tiro, comtudo, não se deverá descurar o emprego tático da artilharia.

Bernhardi julga indispensavel que no tempo de paz se façam marchar atravez dos campos brigadas e divisões, tanto de dia como de noite, levando secções de sapadores nas vanguardas, e que se deveriam organizar colunas com a profundidade de 25 a 30 quilometros, ainda que esta profundidade não correspondesse aos efectivos dessas coluna, mas para assim se formar uma idéa mais exacta do funcionamento do serviço de reabastecimentos.

Não se pode aprender teoricamente, diz Bernhardi, o mecanismo do reabastecimento de grandes unidades, sendo preciso pratica-lo, e para isso deverse-ha nas manobras efectuar os reabastecimentos como no tempo de guerra.

Ainda o mesmo autor chama a atenção para o facto de algumas vezes se dar o comando nas grandes manobras a generais que estão prestes a ser reformados.

Tratando da instrução dos oficiais de cavalaria, diz que estes precisam ter uma grande preparação scientifica, pois na cavalaria a parte operativa é ainda mais essencial que o combate, mas devendo-se ligar este com aquela, e que estes oficiais não se devem limitar a praticar só a equitação, e que as escolas de equitação muito tem contribuido para que a cavalaria siga por um mau caminho.

Diz Bernhardi que a Academia superior de guerra na Alemanha apenas prepara para o Estado Maior, tornando-se necessario um Instituto Superior de instrução militar, onde os oficiais se habilitassem para o alto comando, estudando os grandes problemas militares sob um ponto de vista filosofico, como a legitimidade da guerra, as suas relações com a politica, a cooperação das forças materiais a importancia da personalidade nos sucessos da guerra, etc.

Ocupando-se da *educação nacional*, diz que o poder militar assim como a força politica do Estado, teem suas raíses na educação do povo, não só fisica, mas espiritualmente.

É preciso educar a vontade do povo, porque é preciso que o Estado se apoie neste. Sob o ponto de vista militar, é necessário cuidar do desenvolvimento corporal e intelectual da juventude, para que esta, ao entrar na vida militar, cuja duração é hoje muito reduzida, traga já uma preparação que facilite a aprendizagem, e mesmo os quadros actuam mais facilmente sobre individuos de inteligencia desenvolvida e bem dispostos. Esta preparação deve ser ministrada nas escolas, onde o ensino deve ser orientado neste sentido.

O ensino da historia patria é duma alta importancia, mas encontra-se muito descurado na Alemanha, como se viu em 1910, em que sendo interrogados 63 recrutas de uma companhia, nenhum soube dizer quem tinha sido Bismarck.

Sob este ponto de vista, o ensino nas escolas japonêsas é digno de ser imitado; de forma que, quando os rapazes são chamados ás fileiras, é isso um motivo de festa nas famílias, que celebram com alegria o cumprimento do mais honroso dever civico. Foi este espirito educativo que fez com que o Japão triunfasse da Russia, onde se considerava a guerra como um anacronismo, e o serviço militar como uma deshonra.

Não são menos interessantes os dois capítulos em que Bernhardi trata da *preparação para a guerra naval e do caracter que a proxima guerra naval deverá ter*.

O futuro da Alemanha está no mar, diz Bernhardi, e para isso é necessario que se torne uma potencia naval de tal ordem, que possamos combater

contra a Inglaterra. Só Guilherme II soube reconhecer essa necessidade, de forma que só a partir de 1900 é que se estabeleceu um criterioso plano naval, que deverá estar completo em 1914. As hesitações que tinham havido, procurando-se resolver o problema gastando pouco, foi um erro que muito demorou o desenvolvimento naval da Alemanha. Ao princípio só se pensou em defender as costas e o comercio marítimo, mas não se viu que, para garantir a liberdade dos mares, seria preciso combater, tornando-se assim necessario ter unidades de combate de alto mar.

Estas unidades devem ter superioridade sobre tipos ingleses em velocidade e poder ofensivo. Torna-se indispensavel desenvolver o mais possivel a construção de submarinos com grande velocidade e grande raio de ação, podendo atuar a grandes distancias no alto mar. É preciso ainda desenvolver o serviço aeronautico, que deverá coorperar com a ação naval. Os aeronavios deverão empreender ataques estrategicos ás costas inglêsas, e procurar destruir os navios de comercio dos inimigos, devendo os cruzadores auxiliares ter T.S.F para receber ordens e se transformarem em navios de guerra.

Diz ainda: A organização defensiva das costas deve permitir ter fortes bases navais, onde se recolham as nossas esquadras, e donde possam saír, logo que chegue a oportunidade de tomar a ofensiva. A nossa ação deve vizar principalmente a Inglaterra que foi quem impediu que fossem satisfeitos os nossos interesses em Marrocos, e devemos ter presente que a Inglaterra não hesitará em provocar a guerra antes que nós tenhamos completado o nosso programa naval.

Emquanto não adquirimos a superioridade naval, teremos de adoptar a a defensiva, pelo menos ao principio, mas sem perdermos a esperança de passar á ofensiva.

Bernhardi, considera depois a forma como a Inglaterra procurará realizar o bloqueio das costas alemãs, e a maneira de contrariar esse bloqueio não só fortificado determinados pontos de apoio, mas procurando evitar desembarques, empregando de dia os submarinos e de noite estes e torpedeiros.

A posse de Sund e so Grande Belt, dará aos alemães a chave do Baltico e permitirá o ataque á linha de bloqueio inglêsa.

O ataque aos navios de comercio será feito de uma maneira energica e surpreendente. As destruições devem ser completas, sem nos embaraçarmos em fazer prezas, atacando mesmo os navios neutrais, que conduzem contrabando de guerra. O trafico maritimo inglês deverá também ser embaraçado semeando nas linhas de navegação sistemas de minas.

Relativamente á maneira da Alemanha continuar a receber viveres e materias primas para as suas industrias, Bernhardi julga indispensável que sejam tomadas as disposições necessarias para que a Alemanha possa receber tudo

por intermedio da Holanda, da Belgica e mesmo da Dinamarca, e, acrescenta ele, se estas nações, receando a acção naval da Inglaterra, tentassem pôr embaraços ao comercio alemão, deveríamos ataca-las pelas suas fronteiras terrestres. Todas as medidas necessarias para que nos seja garantido o comercio teem de ser preparadas com antecipação em tempo de paz, devendo haver uma repartição especial para este serviço, e pelo qual se tornará responsável, repartição que deverá fazer parte do ministerio do comercio, e que procederá de acordo com as mais importantes casas comerciais.

Finalmente, ainda Bernhardi se ocupa num ultima capitulo da *preparação financeira* e *política da guerra*, cuja necessidade põe em evidencia, tendo-se em vista as imensas despesas que exigirá uma guerra moderna, e sendo indispensavel que se organize a *mobilização politico-comercial*, que deverá assegurar o abastecimento de todas as materias necessarias á industria e á alimentação do povo.

Torna-se também indispensavel uma preparação politica externa, procurando-se, por meio de alianças, isolar o mais possível os inimigos provaveis na guerra.

Dever-se-ha considerar como fazendo parte de preparação para a guerra, tudo que tenha em vista desenvolver a riqueza pública, a capacidade produtora dos ceriais e da carne, assim como de todas as industrias que mais directamente se tenham de utilizar no fabrico de artigos militares.

O aumento da riqueza publica importa uma melhoria nas condições do trabalho operario, cujos salarios aumentarão.

E´ preciso que o Estado procure auxiliar as classes trabalhadoras, pois estas bastante contribuem para o aumento da riqueza pública. E´ preciso, porém notar, que se deverá antes melhorar as condições em que se executa esse trabalho, do que reduzir o numero de horas de trabalho.

Não se deve, porém, procurar melhorar a situação economica á custa dos orçamentos da guerra e da marinha.

A força militar é o maior apoio do crédito; e por isso, diminuir a força militar, equivale a pôr em perigo a segurança financeira. A nação que tem um forte exercito e poderosas esquadras oferece garantias de credito.

Relativamente ás alianças politicas, diz Bernhardi que – um verdadeiro estadista só deve contrair alianças quando tenha a convicção que cada um dos contratantes te nisso um verdadeiro interesse. "Não ha no mundo aliança que possa considerar-se sólida, senão se funda em comuns e reciprocos interesses; se o proveito pertence somente a uma das partes e nenhuma á outra, a desproporção anula a obrigação". Assim dizia Frederico o Grande, o melhor mestre em politica. Um Estado que procura numa aliança só os seus interesses, sem favorecer os interesses do aliado, corre risco de não encontrar este na ocasião do perigo.

A política que se não fundamente em bases sólidas, é uma política de aventuras, como foi a de Napoleão III no México e da Italia na Abissinia. A guerra deve ser preparada politica e militarmente, como fez o Japão antes de atacar a Russia.

*
* *

Já vai longo este artigo, mas pelo que deixamos dito acêrca do livro do general Bernhardi, o leitor concluirá a importância dos assuntos nêle tratados, alguns dos quais dizem respeito a Portugal. Muitos dos meios de ação empregados na actual guerra ali estavam indicados. Resalta com toda a evidencia, pelo que diz Bernhardi, que esta guerra era inevitavel, e que tanto a Inglaterra como a Alemanha, se estavam preparando para ela. As alianças que Bernhardi apontava como necessárias á Alemanha, esta as rializou. Emquanto ao importante papel da Turquia na presente guerra, não tardaremos em vêr se se confirmam as previsões de Bernhardi. Emquanto á teoria, de que os países fortes absorverão os pequenos, porque estes não teem razão de existir, a propria historia se encarrega de demostrar que isto não é de uma exactidão absoluta. A missão historica dos povos não é unicamente função da sua extensão territorial. Na propria natureza se vê que os pequenos organismos também são chamados a desempenhar um papel importante no vasto e complexo funcionamento do universo.

VICTORIANO CESAR


ANUNCIE
NA
Revista Militar
GRANDE EXPANSÃO
EM PORTUGAL
E NO ESTRANGEIRO

Revista Militar
N.º Temático – maio 2014
pp. 489-507

Sul D'Angola: os alemães invadindo a provincia

*O massacre de Cuangar e a retirada em Naulila**

Eduardo Alfredo Araújo Barbosa
RM, 67, 1, Jan, 1915, pp. 19-41

Ao rebentar o agosto ultimo o conflito europeu envolvendo nas suas malhas as maiores potencias mal pensávamos que Portugal, país pequeno, de quasi nulos recursos militares, colocado no extremo ocidente da Europa, afastado portanto do teatro de operações, havia também de sofrer tão amargamento, como acaba de sofrer, as consequências das ambições do povo germanico, que firmando no seu valor militar pretende impôr ao mundo civilizado a sua supremacia.

Mal pensavamos, diziamos nós, mas é que, como todos os outros, não havíamos refletido um momento sequer sobre a nossa situação perante o conflito armado, não como potencia de valor, mas como potencia colonial.

Esqueceramo-nos, como todos os outros, que tínhamos por vizinhos no sul da nossa provincia de Angola, essa Alemanha, ambiciosa, sem preconceitos, despresadora do direito das gentes, é certo, mas mostrando em todos os seus actos e vitalidade dum povo a grandiosidade dum Nação.

Póde-se sentir por ela horror, desprezo mesmo, mas o que se não póde negar é que existe ali um povo, muito cônscio do que quer e deseja, e marchando, sem se desviar, do objectivo que pretendia atingir, com uma dedicação, e patriotismo dignas, senão de elogio – porque os processos empregados são desleaes, – mas de admiração, pelo menos.

E foi por esse esquecimento por parte de todos que se creou ao país esta triste situação – afastado da guerra na Europa, mas em guerra na Africa!

Poder-se-ía ter evitado esta situação?

A meu ver, não.

* Selecionado pelo Coronel Nuno António Bravo Mira Vaz, Vogal Efetivo da Direção da Revista Militar.

Não apreciando agora neste lugar, porque outro é nosso intento, essa louca campanha feita a favor da participação de Portugal na guerra da Europa, quando quem a alimentava mui bem sabia os nulos recursos militares que dispúnhamos e que seria, a levar deante tal intento, não só caminharmos para um suicídio inglorio mas talvez desfazer os creditos de que gosamos na Historia, chegamos no entanto á conclusão, de que *exactamente por esse motivo se encontra na guerra, quem tanto fez por ai para a guerra.*

Era isto que se devia ter visto e não se viu.!

No meu humilde modo de vêr, porém, julgo que se essa campanha muito há contribuído para a má vontade da Alemanha contra nós, não devemos considera-la como o *casus belli* o factor primordial da sua ação. Não.

E´ certo que Portugal pondo-se incondicionalmente ao lado da sua aliada secular – a Inglaterra, – e dando desse procedimento tão solene demonstração enviou, por assim dizer, o seu cartel de desafio á Alemanha, porquanto ainda se não descobriu o meio de estar bem com uma Nação contra o qual nos coligamos com outra, mas ainda que o não houvéssemos feito o resultado seria o mesmo.

Se não vejamos.

Ninguem acredita que o mobil da actual guerra europêa fosse o assassínio em Saravejo dos archiduques de Austria. e, pelo contrario, todos creem que esse assassínio, senão atê preparado, foi, pelo menos, o pretexto futil de ha muito esperado para fazer arrebentar o conflito, pois que era necessário *agarrar a ocasião pelos cabelos.*

Para atingir o seu objetivo tinha a Alemanha tudo preparado, não esquecendo, com uma ordem e precisão admiraveis, o mais insignificante detalhe, tudo prevendo, tudo marcando como se a Europa fosse um largo taboleiro de xadrez, e ela jogasse uma partida contra todos os outros parceiros.

Ora nessa sua previdência não se podia ela ter esquecido de que possuia colonias.

E não se esqueceu.

É assim que, para impedir a invasão de sua colonia da Daraland, no sudoeste africano, pelas tropas inglesas da União Sul Africana, ela alimentou e preparou ali uma revolta dos boers, aproveitando-se para tal fim dos desejos da independencia absoluta que muitos ainda nutrem, saqueosos de se libertarem da influencia da Inglaterra; é assim que – e agora entramos nós na combinação – a Alemanha, prevendo a hipotese- já dada – de se ver privada de enviar recursos áquela sua colonia, procurou os meios de poder ir ao nosso território buscar aquilo de que necessitasse, já por meios pacificos, empregando para isso a astucia dos seus concidadãos residentes na Huila, e até das autoridades consulares, já usando de meios violentos, se tanto preciso fosse.

Portanto quer-me parecer que, quer nós quizessemos quer não, seriamos pela força das circunstancias levados á actual situação, porquanto, ao passo que – como de costume – deixamos correr tudo ao desbarato, e confiadamente permitíamos que uma missão de engenheiros alemães fosse enviada a Angola para estudar o prolongamento do nosso caminho de ferro até á fronteira, a Alemanha dava a essa missão outro objectivo muito diferente, para cujo êxito o primeiro era apenas aparência enganadora para os cegos como nós, incumbindo-a, ou de promover uma revolta boer no Planalto contra nós, ou de procurar reconhecer em todos os seus detalhes os recursos de que dispunhamos!

E essa missão partiu para Angola pouco tempo antes de se romperem as hostilidades, á qual foram agregados dois ilustres oficiais do nosso exercito.

A primeira expedição

Qual a missão do comandante Roçadas?

Rebentara a guerra. Uma torrente de fogo preparava-se para destruir uma civilização levando aos países em luta todo um cortejo de horrores: a fome, o luto, e a miseria.

Estava-se a 2 de agosto de 1914 e poucos dias depois o governo portuguez tomava a resolução de enviar ás colonias portuguêsas de Angola e Moçambique dois destacamentos de tropas expedicionarias confiando respectivamente os seus comandos a dois ornamentos do nosso exercito, os tenentes coronéis Alves Roçadas e Massano de Amorim.

Qual a missão destas forças. Ainda ninguém o sabe porque pessoa alguma o disse.

A «Ordem do Exercito», porém, que punha á disposição do ministério da colonias essas forças expedicionárias declarava que elas tinham por missão guarnecer as fronteiras, sul de Angola e norte de Moçambique. Seria essa a sua única missão?

Talvez não, pelo menos pelo que respeita ao destacamento d'Angola.

Pela brilhante campanha de 1907 dirigida pelo próprio Roçadas nós havíamos conseguido dominar os cuamatas, mas, como sempre, operando por doses, deixaramos por submeter os cuanhamas, não menos inquietadores do que os primeiros, de modo que continuaramos a não ter no território cuanhama nem domínio nem prestigio.

As suas costumadas razzias nas povoações limítrofes, o nulo respeito que nutriam pelas nossas autoridades havia-os levado a atacar, poucos mezes antes, uma força nossa de comando de um 1º sargento, desbaratanda-a apreendendo-lhe uma peça Ehrardth.

Receou-se, pois, que os cuanhamas levados por influencias estranhas aproveitassem a ocasião para se sublevar, e, assim, por ser azado o momento, nós enviávamos a Angola um corpo expedicionário para regular de vez a situação no sul da provincia.

Ter-se-hia pensado no perigo alemão?

Não decerto; ninguém pensou em tal, e Roçadas partindo para Angola a 11 de setembro levando uma força insignificante sob o seu comando – 61 oficiais, e 1.500 praças – constituida apenas por um batalhão de infantaria, uma bateria de artilharia, um esquadrão de cavalaria, e uma bateria de metralhadoras, mal imaginava que iria encontrar no Sul de Angola uma situação difícil a resolver, para a qual se não havia nem o haviam preparado.

Nessa ocasião poucos eram, segundo parece, os conhecimentos que se possuía de que a Alemanha poderia dispôr tropas no sudoeste africano: ou cálculos optimistas em extremo, ou exagerados em pessimismo.

Ao passo que uns afirmavam que na Damaraland se poderia organisar um forte exercito de 9 a 10.000 homens, dispondo de excelentes cavalos, magnifica artilharia, outros limitavam a 4 ou 5 mil os recursos militares de referida colonia.

Quem acertava afinal?

Ninguem o sabe, e estou mesmo em afirmar que ao passo que nós desconheciamos tudo quanto dizia respeito aos nossos incómodos visinhos, eles, pelo contrario, conheciam perfeitamente o que se passava em nossa casa!

Impulsivos em extremo, supozemos ao dar o adeus aos nossos soldados, que eles iriam ali buscar sómente louros, não imaginando sequer numa possivel e provavel derrota!

E a essa hora já a Fatalidade nos espreitava!

Fatalidade, pela grave imprudencia praticada organisando á pressa um corpo expedicionário, sem uma missão definida, sem – e é este um dos maiores erros que se praticaram – o estabelecimento prévio duma linha de etápes, que garantisse ás forças em operações o seu rapido abastecimento.

Fatalidade, porque se não mediram as consequencias da nossa situação perante o conflito europeu, e não se viu de antemão que havia 99 probabilidades contra uma a favor de não virmos ás mãos com os alemães em Africa e que a dar-se tal caso era insuficientissima a força que ali poderiamos opôr aos invasores do nosso territorio.

Fatalidade, porque tudo isto se fez, regateando á defeza de Angola tudo quanto esta carecia, só pensando em enviar uma divisão a França, nós que de exercito apenas possuiamos um simulacro, e que, agora mesmo, temos de cercear a ida de medicos para o ultramar sob pena de ficarmos sem eles na metropole, tão reduzidos são os nossos quadros; em enviar uma divisão auxiliar, nós, que destacámos as baterias de artilharia sem a dotação completa

de tiros por não possuirmos munições em numero suficiente; que comprámos á pressa cavalos e muares para com eles dotarmos as unidades expedicionarias; que nos temos visto em apuros e serias dificuldades para organisar os quadros inferiores de sargentos e cabos; que enviamos para uma campanha, artilheiros, que mal sabem servir-se de peças, e soldados com insuficiente instrução de metralhadoras!

Fatalidade, porque organisar, assim expedições, mercê do estado actual do nosso exercito é, não tentar alcançar uma vitória, mas preparar de antemão uma derrota.

Hoje, portanto, que perante as forças alemãs fomos obrigados a retroceder depois de havermos sofrido baixas apreciaveis, ocorre-nos o direito de preguntar:

Qual era a missão que foi confiada ao tenente coronel Roçadas?

Que objectivo houve em vista ao enviar a Angola o primeiro destacamento expedicionário?

E qualquer que seja a resposta, quasi podemos afirmar que dela resultará a convicção de que em tão meticulosa questão *apenas houve*, imprevidencia!

No entanto não se pode admitir que num ministerio de que fazia parte Freire de Andrade, colonial prestigioso e militar distinto, que sabe por experiencia propria o que seja uma campanha colonial, se podesse ignorar ou esquecer o muito que haveria a fazer para dotar o corpo expedicionario de Roçadas para o desempenho dessa missão dificil, com todos os elementos de defesa.

O que se teria dado, pois?

Num interessante artigo, pelo sr. Freire de Andrade publicado já depois de haver deixado a pasta dos estrangeiros, na *Revista Colonial*, ocupando-se da campanha de Angola, diz aquele ilustre oficial:

«A Africa Ocidental alemã, tem uma população de perto de 12:000 europeus e uma força armada de perto de 3:000 homens, incluindo a policia. Como uma grande parte dos colonos são antigos soldados, *agora mobilisados*, é de bom aviso contar que aquela colonia poderá dispôr de uma força de 9:000 homens, bem armados, dispondo de artilharia e metralhadoras, força esta que terá de fazer face aos ingleses do Cabo, e, no caso de nos tornarmos beligerantes, ás nossas proprias tropas. Devemos contar que uma parte das tropas alemãs sejam montadas porquanto, segundo as estatísticas de 1913, alem de 13:000 cavalos, a colonia dispunha de 12:000 mulas e de 790 camêlos.

«Os caminhos de ferro do Oeste alemão, poderão, com relativa facilidade transportar as forças alemãs do norte para o sul e vice-versa, levando-as até pouco mais de 200 quilometros da nossa fronteira, sendo o territorio a atravessar para atigir esta, arido, e com pouca agua.

«Comparando as facilidades de transporte de Angola com as da colonia alemã *ver-se-há que elas são a favor desta ultima* e com pouco se pode contar com carregadores indigenas para operações de guerra, prudente será enviar desde já para Angola, um numero grande de muares não inferior a 3:000, se quizermos dar mobilidade ás forças que ali temos; como é indispensavel, tanto mais que não será fácil contar com os carros boer, porquanto estes são em numero e os *spans* de bois de tração não se podem improvisar com rapidês.

«Desde que se rompam as hostilidades entre Portugal e a Alemanha será provável que esta ataque a nossa colonia de Angola?

«E´ possível, mas não é provavel que o faça com energia e vigor, porquanto desejará reservar as suas forças para se opôr ao ataque inglês, quer ele seja dirigido do Cabo, quer ele seja feito com tropas de desembarque que entrem em Swakopmund, quer por Angra Pequena.

«Se, porém, a Alemanha atacar a nossa colonia, tudo deveremos fazer para vingar a injuria e castigar com vigor os que atentarem contra a nossa soberania.

«A nova zona de defesa deverá concentrar-se perto do terminus do caminho de ferro de Mossamedes, a fim de evitar uma extensa linha de serviços da rétaguarda, que será difícil de manter.

«*Em vez de espalhar as nossas forças de modo a procurar ocorrer á defesa duma fronteira de mais de mil quilómetros*, deveremos concentra-las e deixar que os obstáculos naturais desordenem e cancem os invasores.

«Deveremos tomar como exemplo, a campanha da Russia e pelos mesmos motivos seguir a mesma tática!!»

Assim põe o ex-ministro dos estrangeiros por uma forma bem clara e positiva a questão d`Angola.

Pois bem.

Sabia-se que os alemães poderiam dispôr de forças bem montadas, e nós só enviámos com Roçadas um esquadrão de cavalaria, e compráva-se á pressa gado para a reconstituição dos esquadrões de dragões, um dos quais fôra suprimido pouco tempo antes, por desnecessário, pelo atual governador geral Norton de Matos.

Sabia-se que os alemães disporiam de boa artilharia, e nós mandávamos apenas com Roçadas, uma simples bateria de montanha.

Sabia-se que os alemães disporiam de metralhadoras e nós apenas enviávamos a Angola uma bateria.

Sabia-se que as unidades de Angola tinham os seus quadros de oficiais reduzidos e nós não satisfaziamos as requisições dali vindas, senão por dóses homoepaticas, porque o ministerio da guerra não nol`as podia fornecer, sob pena de desfalcar os efectivos da lendária divisão auxiliar.

Sabia-se que nas unidades de Angola havia falta de sargentos e cabos e pelos mesmos motivos não os podíamos mandar.

Sabia-se que as forças enviadas a colonia devia ter outra missão que defender a fronteira sul, de mais de mil quilometros, e no entanto foi esta missão oficial que se deu ao destacamento de Roçadas!

Portanto, somos forçados a concluir, que não foi a ignorancia que levou a praticar erros cujos consequências desastrosas principiámos já a sofrer, mas que simplesmente se ha procedido com uma boa fé que não daria motivo a censuras, se camaradas nossos não houvessem perdido a vida no solo africano, uns em luta com tropas alemãs, outros por elas massacrados.

A explicação de tudo isto, é, porém, facil. Contára-se com a invasão de Damaralandia pelas tropas inglesas e a revolta boer tudo fez fracassar!

Deu-se comnosco o mesmo que se deu com a Alemanha ao contar com a Italia.

Falhou.

O combate de Naulila ou o incidente de fronteira

As breves considerações que acima fizemos sobre a imprudência que se praticou enviado Roçadas a Angola sem uma missão definida, são apenas o reflexo do nosso estado de alma perante o que temos visto, e o muito temos ouvido sobre a nossa situação naquela Colonia, e que tem a justifica-las de sobejo a narração sucinta que vou fazer no drama que ha pouco se desenrolou nas margens do Cunene.

Não está ainda feita oficial a historia do que se ha passado entre as nossas tropas e as alemãs, mas o que a tal respeito se sabe por via particular com relação ao primeiro incidente da fronteira, – chamemos-lhe assim – dispensa e subestibem o relato oficial.

Após ocupação do Cuamato em 1907 foram estabelecidos na região diferente postos militares, e, posteriormente, montado outros, como sentinela vigilantes da fronteira sul.

Era presentemente o de Naulila o mais próximo da zona neutro que separa as fronteiras luso-germanica, e havia de ser ele que teria a primasia de sofrer o embate da acção brutal dos alemães.

Comandava-o o alferes Sereno, de nome, mas oficial enérgico e valente, pertencente a um dos esquadrões de dragões.

Subordinado com estava ao comando militar do Cuamato, recebia ordem em meiados de outubro para prenderem e desarmar uma força alemã, composta de 2 oficiais, 1 sargento e 12 soldados europeus e 20 indigenas que se achava no nosso território e á distancia de 12 quilometros de posto militar de Naulila.

Cumpriu aquele oficial a ordem recebida e chegou ao contacto com a força alemã em 18 de outubro.

Interrogando o oficial alemão sobre os motivos da sua permanencia com praças armadas em territorio português recebeu como resposta que vinha em perseguição dum desertor e que pretendia alem disso falar com a autoridade do Humbe para obter licença para ir para o Lubango.

O alferes Sereno que fez vêr ao oficial alemão, que só o capitão-mór do Cuamato lhe poderia conceder a licença desejada, pelo que o convidou a acompanha-lo junto daquela autoridade.

No dia seguinte marchou o alferes Sereno para Naulila acompanhado pelo comandante alemão, 2 oficiais, 1 soldado europeu e 3 indigenas.

Mandou, ao chegar áquele ponto, apear, desaparelhar e dar ração ao gado e em seguida fazer o almoço a fim de receber condignamente os oficiais alemães e findo êle seguir para o Cuamato.

Emquanto, porém, eram executadas as suas ordens, um 1º cabo vinha avisar o alferes Sereno de que as praças alemãs estavam aparelhando á pressa.

Em face da informação dada o oficial português disse ao comandante alemão que não mandasse aparelhar pois que depois do almoço é que deviam seguir para o Cuamato.

O oficial alemão fez-se no entanto desentendido, dirigiu-se-com os seus para as montadas, e, sem fazer caso das observações do aferes Sereno, saltaram para os cavalos dispostos a partir.

Ao vêr-se assim ludibriado e reconhecendo que outro era o intuito da força alemã, que não o invocado por eles, o alferes Sereno lançou as mãos ás rédeas da montada do comandante da força intimando-o a não partir, pois que tinha de o apresentar na capitanía-mór do Cuamato.

O oficial alemão não se intimidou.

Julgando, talvez, forte desconsideração para o seu orgulho germanico, o acto do alferes Sereno, lançou rapidamente mão da sua carabina e apontou-a ao peito daquele oficial que ali representava a soberania de Portugal.

A scena passou-se rapidamente.

Avisado, a tempo, por um 1º cabo do movimento do oficial alemão o alferes deu ordem de fogo.

O comandante e os oficiais alemães foram mortos, o soldado europeu ficou prisioneiro, evadindo-se os soldados indigenas!

Era este o prologo do drama que se ia desenrolar; e das tensões pacificas dos alemães são testemunho eloquente a recusa dos oficiais alemães em irem á presença do capitão-mór do Cuamato e na sua retaguarda se encontrarem mais força, que retrocederam.

O seu objectivo era levarem os generos de 11 carros boers que o próprio alferes Sereno aprisionou durante o serviço de vigilancia de fronteira em que andou durante 27 dias.

Os géneros destinavam-se á Damaraland e eram enviados pelo consul alemão no Lubango G. Schõss!

A simples narração dos factos passados justifica bem o que atraz dissémos: a necessidade de obter recursos no nosso territorio havia obrigar os alemães a adquiri-los já pela astucia, pela força.

Encheu-nos de legitimo orgulho o desforço tomado pelo alferes Sereno ao vêr-se assim desrespeitado.

Parece, porém, que o seu acto não caíu no agrado, porque o governador geral de Angola exonerava pouco depois de comandante militar do Cuamato e do posto de Naulila os oficiais que exerciam essa funções.

Como receberam os alemães o desforço dos nossos soldados?

A breve trecho eles o iam demostrar patenteando que, quer em africa, quer na europa, os seus processos de fazer a guerra são sempre revoltantes não tendo a enobrece-los nenhum acto de grandesa moral, que compense os horrores que a guerra causa.

O massacre de Cuangar

Colocados no extremo sudoeste do distrito de Huilla haviam sido estabelecidos, durante a acção governativa de João de Almeida, que áquele distrito dedicou as suas grandes faculdades de trabalhador incansável, os postos militares do Cuangar, Bungà, Sambio, Dirico e Mucusso, fazendo os dois primeiros parte da capitania-mór do baixo Cubango.

Ao passo que entre nos tudo esta quasi por fazer, e que mantínhamos aqueles postos militares puramente isolados do centro do distrito sem haver meio de prontamente lhes ser prestado qualquer socorro, a uma distancia de algumas centenas de quilómetros, os alemães, pelo contrario, teem dado na Damaraland um grande desenvolvimento ás vias de comunicação, estando todos os postos militares ligados por linha telegráficas e estradas carreteiras.

Ao passo que entre nos o caminho de ferro de Mossamedes pouco mais adeantado está do que nos dois primeiros anos de construção – e já lá vão oito anos! – os alemães têm também mui desenvolvida a sua rêde ferro-viaria.

Para bem se compreender isto basta dizer que a linha férrea parte do porto de Swakopmund para Atavi, centro de uma importante mineira na colonia do qual partem dois ramais.

Um destes ramais segue aproximadamente para a nossa fronteira na direcção de Naulila e o outro dirige-se para o leste da colonia em direcção ao Cuangar e Dirico.

Este ultimo ramal dista 3 a 4 dias, a cavalo, do Cuangar.

Sofrendo o vexame de Naulila e vendo infrutiferos os seus esforços para se aprovisionarem, conduzindo para o seu território os mantimentos que carreteiros boers, bem pagos, decerto, os levavam, os alemães imaginaram obter esses recursos pelo extremo sudoeste do distrito, onde a vigilancia era frouxa, e diminuto o efectivo das forças que lhes poderiam opôr.

Podiam, no entanto, usando de processos dignos, invadir a nossa provincia de Angola por esse ponto, derrotando, mas em combate leal, as força que ali representavam a soberania de Portugal.

Mas isso, obedecendo ás leis da guerra, poderia causar-lhe ainda perda de vidas, pois eles não ignoravam que a peito descoberto ter-se-iam de haver com Ferreira Durão, oficial valente e duma coragem por mais duma vez posta á prova, que saberia morte com honra no posto que lhe havia sido confiada.

Não que eles desejavam, não lhe fosse a sorte adversa, e por um acaso de guerra não pudessem levar por diante o seu intento.

Foi posto, pois, de lado esse plano executaram outro de mais tenebroso, é certo, mas mais em harmonia com os seus usos e costumes.

Surpreender de noite a pequena guarnição do forte, sufoca-la, matando primeiro os oficiais, para que ao seu infame acto não podesse corresponder a menor reacção, foi o grande plano estratégico que os mestres da arte da guerra resolveram pôr em pratica nas margens do Cubango!

E se bem o pensaram melhor o executaram.

O assalto ao posto militar do Cuangar, cuja guarnição se sabia haver reduzida, e á qual socorro algum poderia se prestado, pela forma barbara como foi praticado, parece mais um ataque por surpresa levado a cabo por tribos selváticas, que uma acção de pequena guerra dirigida por oficiais europeus.

Parece que os oficiais alemães despeitados por não poderem levar a melhor em Naulila e não haverem conseguido internar na Damaraland os mantimentos dos carros boers aprisionados pelas autoridades portuguesas quizeram, como revanche, e com uma atrocidade sem nome, vingar-se do que não fôra mais do que o exercício dum direito da nossa parte.

Eis como os factos se passaram.

Os alemães aproximando-se da nossa fronteira mantiveram-se porem, a uma distancia tal que permitisse ás autoridades portuguesas continuar no desconhecimento da visinhança de forças alemãs, mas que podessem também ser facilmente transposta, apenas em algumas horas de marcha, para cair de súbito sobre a pobre guarnição adormecida.

E foi o que se deu.

Estava-se a 31 de outubro.

Oficiais e praças descançavam, mal imaginando no seu isolamento, afastado de todo o convívio, que *aves de rapina* aguardavam o momento propi-

cio para saltar sobre eles, não lhes dando tempo sequer para se defenderem com armas na mão.

Talvez mesmo que, apesar de decorridos já três meses que na europa se achava travada a guerra, eles desconhecessem ainda esse facto, e que pessoa alguma se houvesse lembrado de participar a essas vedetas da soberania portuguêsa no sertão, que deviam redobrar de vigilancia e de cautela.

Talvez!

O que é positivo, é que no posto militar do Cuangar não havia mais do que a vigilancia ordinaria insuficiente para um ataque por surpresa, e demais a mais ataque em que foram convenientes, – se não tomarem parte eles próprios – indígenas das margens do Cubango.

A guarnição dormia, mas o seu despertar iria ser terrivel!

De repente, no silencio da noite – eram 3 horas da madrugada – a guarnição foi sobresaltada pelos tiros disparados pelas sentinelas, que ecoando no espaço, eram como que o grito de *álerta* dado por quem, firme no seu posto lhe respondia a um ataque imprevisto e inesperado.

As praças levantam-se como desvairadas e, supondo que eram vitimas de algum ataque traiçoeiro do gentio correm a armarem-se.

Era já tarde!

No forte de Cuangar tremulava já a bandeira alemã, e assestadas contra a guarnição, metralhando-a, as peças e metralhadoras do próprio forte!

Se haveria passado?

Não há meio de o saber com precisão, porque dos graduados foram mortos o tenente Ferreira Durão, o 1º sargento Angelo de Almeida Xavier e desapareceu o tenente Henrique José Sousa Machado.

Teriam os dois primeiros sido assassinados no seu próprio leito, ou tendo tentado organizar a defesa do forte, foram metralhados? Ignora-se.

A rapidez do ataque, o facto dos alemães se terem apoderado das peças e das metralhadoras do proprio forte, leva a crêr, que eles tinham prefeito conhecimento do que se passava a dentro da fortalêsa e que com a conivência dos indígenas da região puderam praticar um acto infame que não os enchendo de legitimo orgulho enxovalhou pelo contrario a farda de quem dirigiu semelhante ataque.

Só os indígenas selvagens poderiam proceder por esta fórma!

O que ocorreu depois?

Facil é calcula-lo.

Aqueles que puderam escapar á carnificina, impotentes para se defenderem, procuraram na fuga o único recurso que lhe restava, e, semi-nús, arrastando-se pelo mato, vivendo de frutos selvagens, assim se mantiveram durante alguns dias, até alcançarem o posto mais próximo onde apavorados levaram a noticia do massacre.

Senhores do forte do Cuangar ter-se hão os alemães ali estabelecidos fazendo base de aprovisionamentos para a sua colonia, ou, praticado o acto revoltante de massacrarem uma pequena guarnição, teriam recolhido ao seu quartel general levando atraz como trofeu, á guisa de gentio, a cabeça de algum soldado português?

Não sabemos, porque de tais detalhes não têm os governos dado conhecimento ao público e as informações particulares são a tal respeito mui deficientes e até contraditórias. Poder-se hia e dever-se hia ter evitado o desastre do Cuangar?

Certamente que sim. Se, apos, o rompimento das hostilidades na Europa, alguém tivesse pensado na situação em que nos poderíamos vir a encontrar, atenta a visinhança da colonia alemã no sul da nossa provincia de Angola, e se, quem tinha dever de o fazer, houve-se refletido sobre o perigo em que se encontravam todos esses postos militares fronteiriços, abandonados a si próprios, quasi que sem elementos de defeza para uma luta seria, uma resolução teria sido tomada – abandonar esses postos, concentra-los á retaguarda em pontos, onde mais facilmente lhes podesse ser prestado auxilio.

Nada disso se fez, e a imprevidência deu como resultado perdemos a vida de camaradas nossos, e termos recebido um grande enxovalho.

O segundo ataque a Naulila – A brilhante acção da cavalaria Portuguêsa

Estava, porém, escrito que o outro revez e de maior importância nos estava ainda reservado sofrer.

Logo depois do incidente de Naulila, em que desempenhou um papel preponderante o alferes de cavalaria Sereno, marcharam para o sul forças do destacamento expedicionario de Roçadas, constituidas principalmente pelas companhias de infantaria 14, a bateria de matralhadoras, e da guarnição da provincia, artilharia, esquadrões de dragões e companhia indígena, landins, cujo valor e coragem são por de mais conhecidos.

O plano, segundo parece era impedir a travessia do rio Cunene ás forças alemãs, que pretendessem atingir o Planalto, objectivo esse que estes não poderiam alcançar sem serias dificuldades a vencer, mas que a prudencia aconselhava a considerar como possivel conhecida a firmesa com que os alemães executam qualquer plano, ainda ou mais audacioso.

Não veio ainda a publico o relato do que se passou por ocasião do 2º ataque a Naulila.

O governo, que a estas horas já deve ter em seu poder informações detalhadas e minuciosas, limitou-se a dar a publico uma nota oficiosa narrando

sumariamente o que se tem passado, e indicando as perdas sofridas pela nossas forças.

O que se sabe, porem, e por si só bastante para se avaliar que nesse formidável embate ocorrido em meiados de dezembro nas margens Cunene entre forças portuguêsas e alemães, os nossos soldados se foram repelidos perante a superioridade numérica do inimigo não retrocederam se lhes haver infligido perdas importantes.

Boatos propalados de propósito, malsinando tudo, davam o desastre, não como resultante de uma retirada, mas sim como consequência de uma fuga desordenada, em que a honra do exercito ficara manchada, e em que o «salve-se quem poder» fôra a ordem mais de pronto cumprida pelos bisonhos soldados da expedição.

Não. Bastava o acto heroico praticado pelo esquadrão de dragões da Huila para salvar a honra da força armada.

Teria havido desfalecimentos, hesitações, menos firmesa no sustentar o ataque por parte dos nossos?

Sim, é possível, e até natural que isso se desse, desde que todos sabemos a fórma como entre nós se organisam expedições coloniais, mormente agora, pelo sistema miliciano, em que o aldeão de hoje, arrumando ao canto da choupana a sua enxada ou a ferramenta do oficio, e o soldado de amanhã, chamado ao activo, tendo perdido durante o periodo do licenciamento, os poucos conhecimentos militares que lhe foram ministrados numa instrução intensiva; sabendo-se, que enviamos ás colonias soldados na edade mais impropria para poderem resistir ás fadigas das marchas executadas muitas vezes sobre um sol abrasador, á ação deleteria de vigilias depauperantes, e a todos esses males, que constitui a caracteristica das campanhas coloniaes.

Parece que efectivamente o tenente coronel Roçadas ao dar conhecimento do que se passava se referiu á pouca firmesa dos soldados do 14 e até dos próprios landins, cuja a fama dos soldados insensiveis á fadiga e corajosos é por todos apreciada.

Assim seria com efeito.

Esquecemo-nos, porém, todos de que se a organisação das nossas forças foi deficiente e cheia de defeitos, os alemães, pelo contrario, haviam de ter enviado á invasão do nosso território em Africa topas escolhidas, constituídas por soldados de saber, e não por curiosos; por homens aclimados á vida dura do sertão e não por pobres recrutas a maioria dos quais talvez tivessem visto o mar pela primeira vez quando atravessaram o Atlantico em direção a Africa!

Essa diferença era essencial, e a narração sucinta que vou fazer do combate da Naulila provará o que acima digo: teria havido actos de menos firmeza, vacilações, mas o que não houve foi fuga desordenada, como o principio se propalou.

O esquadrão de dragões sacrifica-se permitindo aos nossos uma retirada honrosa

Estavamos meiados de dezembro.

Forças alemãs, cuja concentração se vinham fazendo havia pouco, atravessaram a fronteira na direcção de Naulila e pretendem atravessar o Cunene. Nós defendíamos essa passagem em dois pontos: em Calveque e em Naulila.

Superiores em numero e possuindo boa cavalaria estavam os alemães em excelentes condições para tomar a ofensiva.

Em compensação, nós de pouca cavalaria dispúnhamos.

Os alemães tomando posições primeiramente proximo de Calveque, afastam-se em seguida em direcção a Naulila, ponto que parece estava de antemão escolhido para ser teatro das suas façanhas.

Em Naulila não tinhamos nós cavalaria, em contrario do que dava em Calveque.

E` contra Naulila o inimigo se lança com ardor, destruindo primeiramente pela artilharia as instalações do posto militar ali montado.

Recebem os nossos o seu embate e ao fogo inimigo respondemos com igual ardor.

A luta desde o principio manifestou-se, porém, desigual.

Perante a impetuosidade do ataque, as nossas forças hesitam e vacilam, mas essa hesitação é por pouco tempo.

Os oficiais impondo-se, conseguem levar os soldados, e tomando a ofensiva, efectuar contra-ataques, mas a superioridade das forças alemãs esmaga-os.

A retirada impõe-se, mas é necessário proceder por forma que ela não represente uma fuga.

E` então que entra na luta o esquadrão de dragões que se encontrava em Calveque, e que sabedor do que se passava, vinha a marchas forçadas, prestar o seu valioso concurso ás forças de Naulila, onde, como dissemos, não havia forças desta arma.

Ao entrar em campo, o comandante da força, – o tenente Aragão, segundo desde logo se presupõz – viu de relance a situação critica em que as forças portuguêsas se encontravam.

Lutáva-se desesperadamente, mas a derrota era já inevitável, porque o inimigo dispondo, como dissémos, de boa cavalaria, tentava envolver-nos, colocando-nos, portanto, entre dois fogos.

E` então que o esquadrão de dragões se lança como um furacão sofre o flanco do adversário, em cujas fileiras, quais cavaleiros da idade média, os nossos soldados abrem sulcos, levando a confusão, embrulhando-os e desnorteando-os.

Luta-se com ardor febril; o inimigo sofre perdas importantes, mas eis que a seu turno lança sobre o heroico esquadrão as suas reservas que causaram aos nossos grande numero de baixas.

O efectivo dos pelotões de dragões é reduzido como por enquanto; uns jazem no campo, outros perdem-se ou ficam prisioneiros, mas os heroicos dragões, cumprindo o seu dever haviam, sacrificando-se, permitindo que as nossas forças se tivessem retirado em ordem, concentrando-se á retaguarda, em pontos estratégico, e onde a defensiva se podia efectuar mais eficazmente!

São as duas companhias d`infantaria 14 e esquadrão de dragões, que sofreram o maior numero de baixas, e que na totalidade orçam por sessenta entre mortos e feridos.

Perante esses que no campo da batalha pereceram descobrimo-nos respeitosos, pobres camaradas a quem uma luta desigual prestou no cumprimento do seu dever de soldados.

Resta-nos, porém uma consolação na dôr que nos aflige: é que ali, batalhando nas margens do Cunene, bisonhos soldados duma nação pequena, de nulos recursos militares, fizeram frente a soldados de uma nação essencialmente militar, lutando com coragem e bravura e disputando palmo a palmo o terreno invadido.

Honra, pois, a todos esses que se sacrificaram pela Patria, e souberam morrer com brio e gloria!

A linha de etápes – Mal estabelecida creou ás tropas em operações uma critica situação

Vae já longo em demasia este nosso artigo.

Escrito, porém, para camaradas é necessário dizer-lhes tudo para que se saiba toda a verdade nesta questão «Sul de Angola» ressuscita tão abruptamente e que já deu lugar ao cometimento de erros importantes.

Um dos principais, foi, como dissemos, o não se ter estabelecido previamente uma linha de etápes que garantindo ás tropas os necessarios abastecimentos lhes permitisse resistir aos males fisicos que atacam o europeu em Africa e mormente em serviços de campanha.

Tendo de se operar a perto de 500 quilometros do litoral de Mossamedes, existindo um caminho de ferro, cuja a construcção parece que foi malfadada, permitindo o acesso sómente até á base de Chelas, calcula-se e avalia-se bem que cuidadoso e meticuloso não deveria ser o estabelecimento dessa linha, onde em armazéns de antemão construidos se guardassem com religioso cuidado a alimentação dos homens e dos solípedes.

Principiam já a levantar-se na imprensa protestos contra a forma como foi organizada a primeira expedição do comando do tenente-coronel Roçadas, a que já respondeu o então ministro das colonias engenheiro Lisboa de Lima, mostrando que áquele oficial fôra dada a maior iniciativa para o deempenho da sua missão, e que por parte do ministério das colonias peia algumas lhe fôra imposta.

Efectivamente assim é. Dos defeitos que houve na sua organisação ninguém tem culpa, porque a expedição organisou-se com os elementos que o exercito possuia.

Eram bons eram maus?

Não sei. Era os que havia.

A Roçadas marchando para angola jámais de certo passou pela mente a ideia de que chegaria alí ás mãos com os alemães ou, pelo menos, nas condições em que este facto se deu.

Contava-se, como já mostramos, com a invasão de Damaraland pelas forças inglêsas de União e a revolta boer veio, retardando essa acção, tornar possível a invasão dos alemães na nossa provincia de Angola, facto este com que jámais se contou não resta duvida.

Mas do que também não ha duvida, é que Roçadas procurou dotar a sua coluna com todos os elementos que carecia para o bom desempenho da sua missão e ainda para que aos seus subordinados cousa alguma faltasse.

Um mez antes de partir Roçadas telegrafara para Angola pedindo se trabalha-se na constituição de linha de etápes, para que ao chegar ali tudo se encontrasse montado.

Enganou-se, porém.

O que devia ter feito era enviar logo a Angola um oficial de sua confiança e de comprovado merecimento para a execução daquele importante trabalho, preliminar das operações a efectuar.

A fórma como se desempenharam em Angola da ordem de Roçadas todos aqueles a quem incumbia o indeclinavel dever de preparar aos soldados idos da metropele todo o conforto demonstra-o a seguinte carta que recebemos dum camarada nosso, e que patenteia bem como muitas vezes são tratadas entre nós questões de maior importância:

Margem do Cunene, em frente do Forte Roçadas em 27 de novembro 1914.

Meu caro B.

Permite-me que eu venha desabafar um pouco comtigo e dar-te uma pequena ideia da má sorte da expedição ao Sul de Angola, que sob o comando de Roçadas partiu em 11 de setembro.

Todos os jornais apregoaram e festejaram a magnifica organização da colúna expedicionaria, que partia com todos os elementos necessarios e superiores aos de todas as outras em expedições até em todas organisadas.

Pois, nesse caso, vais ficar deveras admirado quando eu te disser que temos passado tormentos horrorosos, e que além de chuva, frio, calôr, vento, sêde, febres e doenças próprias da região temos passado com absoluta falta de comodidades que poderiamos ter, e principalmente que temos tido fome, repara bem, sim *Fome*, com todas as letras.

A expedição parece realmente que veio provida de generos, com os serviços administrativos, medicos e veterinarios, bem organisados.

Acreditamos que assim fosse.

Mas o que é facto é o seguinte: desde que partimos do Lubango (1 de novembro) a expedição trouxe excelente vinho e nós apenas nos primeiros dias tivemos 2 decilitros para todo o dia, e há mais de 20 dias que não provamos uma gôta; trouxe muito chouriço mas, ... ficou para trás; trouxe grande quantidade de conservas mas... ficou para trás; trouxe bela farinha de trigo mas… temos passado muitos dias sem pão, outros com um pãosinho pequeno, de pessima farinha e ainda peor fabricado; trouxe esplendidas conservas mas… ficaram á retaguarda; trouxe a bela aguardente, mas apenas no foi distribuida, em 4 ou 5 dias, uma horrível aguardente de preto, etc., etc.; trouxe enorme quantidade de medicamentos mas há unidades que nem sequer possuem um frasco de quinino, outras que não encontram nas ambulancias uma pitada de mentol nem um simples rôlo de gaze; trouxe grande quantidade de material de bivaque mas… há unidades que nem sequer tem tendas abrigos e de noite está quasi tudo ás escuras porque petróleo é pouquíssimo; trouxe muita fava, aveia e belas forragens, mas… o gado morre de fome e de *surmenage* porque apenas come mau capim e pessimo milho, duro e com gorgulho, etc.

A nossa alimentação (oficiais e praças) tem sido o seguinte: De manhã, café ou chá e pão, *quando o há*; ao almoço, ou um pedaço de carne, cosida de vespera, fria e um bocado de pão, ou uma sopa de feijão, ervilha ou grão, qual deles mais duro; ao jantar, novamente feijão, grão ou ervilha, que parece pedra e carne cosida.

Ora num clima destes excessivamente insalubre atravessando dezenas e dezenas de quilómetros sem uma gôta de agua, ou que, quando se encontra, é um liquido barrento, sujo, mal cheiroso, e em pequena quantidade; numa região, em que se andam 20, 25, 30 quilometros por dia, em terrenos arenosos, e em que os pés se enterram por completo, com um sol tão ardente que derrete por completo as velas de stearina, qual é o europeu que póde resistir ás febres, ás disenterias, emfim ás doenças proprias do país se não lhes dão comer, nem lhe fornecem medicamentos? Medicamentos!

Imagina, que durante uma marcha de centenas de quilometros, não se encontrou um hospital, uma enfermaria, nem um simples barracão onde os doentes podessem ser tratados, de fórma que ou haviam de ser abandonados, ou tinham de ser conduzidos, *como realmente foram*, em cima de caixotes e sacos, aos trambolhões dos carros boers!

Que dó tive desses desgraçados!

Ficar por aqui: … Muito mais tinha a dizer, mas isto é o bastante para que o aí se avalie as condições em que estamos, e que não é o triplo de vencimento que compensa a perda da saúde e energia, nem faz calar a revolta e a indignação de que todos, oficiais e praças, estão possuídos, por vêr tanto desleixo e tanta incúria!

De quem é a culpa de tudo isto? De muita gente, mas principalmente e *em primeiro lugar, dos governadores de cá, que não fizeram nada*, absolutamente nada apesar de para isso terem recebido instruções e ordens de dois meses antes da nossa vivenda. Tiveram descaramento de dizer que estava tudo pronto, tudo arranjado! Vergonhoso!

X.

A carta em acima fica transcripta mostra bem o erro cometido em não se haver montado, como devia ser, a linha de étapes e o serviço de abastecimento.

O que é certo é que metropole está fazendo um esforço colossal para manter em Africa um tão elevado efectivo, e que daqui tem ido para Mossamedes toneladas e toneladas de géneros, não faltando entre os abastecimentos remetidos, vinhos generosos, congnac tabaco, etc. enfim tudo quanto pudesse dar aos nossos oficiais e soldados um certo conforto.

Mas… com um caminho de ferro que parece sistêma Décauville, e com um serviço de abastecimento feito quasi exclusivamente por carros boers, que devido á grande estiagem não puderam o rendimento calculado, não é de admirar que as tropas em operações tivessem sofrido privações.

Hoje a situação deve ter melhorado e tende a melhorar.

A caminho de Angola vão 100 carros alemtejanos exclusivamente destinados ao serviço de abastecimentos, outros 300 se lhe seguirão em breve; nas Canarias vão ser adquiridos 100 camelos, que ainda durante o corrente mês partirão para Mossamedes, e com as unidades embarcadas ultimamente seguem as respectivas viaturas e 40 automoveis tambem estão sendo adquiridos.

Com estes elementos, pois ficam, segundo é de esperar, bem montados os serviços de abastecimento.

O ideal teria sido, porem, ter enviado primeiro a Angola todos esses recursos para o estabelecimento de aqueles serviços e depois enviarmos as

tropas mas… a situação impunha uma resolução rapida, e assim fomos amontoando em Mossamedes toneladas e toneladas de viveres, forragens e material de guerra, que com inumeras dificuldades ia sendo transportado para o interior.

Felizmente que presentemente á frente deste importante serviço está um oficial de reconhecida inteligência e actividade o tenente coronel de estado maior Ilidio Nazareth, que tem a seu cargo os abastecimentos até á Chibia.

Num país como o nosso, onde cousa alguma está montada, e onde tudo é deficiente, não é para admirar que deficiencias se notem e apontem na execução da organização dum corpo expedicionário que em Angola vai contar dentro em breve o efectivo aproximado de 10.000 homens e 3.000 solipedes.

Refletindo um pouco ver-se há que esforço enorme se está dispendendo em manter em Africa aquele efectivo que terá de ser alimentado da metropole, bastando dizer que o ministerio das colonias tendo a embarcar 900 solipedes pertencentes ás unidades que foram destinados ao distrito de Benguela, terá de enviar para bordo do barco que conduzir esse gado o *exclusivamente para a sua alimentação* durante a viagem, 180 toneladas de forragens!

Quer dizer, para alimentar 3.000 solipedes em Africa será necessário enviar da metropole, *mensalmente* um mínimo de 600.000 kilos de forragens, ou seja quasi que o carregamento dum navio.

Estes números dizem o suficiente para se avaliar as dificuldades que surgirão para o abastecimento das nossas forças e que só poderão ser vencidas, com muito bôa vontade, patriotismo e resignação.

Que os esforços empregados sejam coroados de êxito é o nosso maior desejo, pois entendemos que tudo quanto se faça é pouco para darmos áqueles que se encontram em Africa uma pequena compensação dos sacrifícios, trabalhos e agruras porque estão passando para salvarem a honra do exercito e do País.

E.B.


MARCA PREMIADA POR
ESCOLHA
DO CONSUMIDOR
CAFÉ FORA DO LAR
O CAFÉ PREFERIDO DOS PORTUGUESES
DELTA
O MELHOR EM TESTE DE SABOR
A VIDA PRECISA DO MELHOR CAFÉ
DESDE 1961
A vida quer o que é bom. E já se sabe o que isso é. O café Delta foi votado o café com melhor sabor e aroma num blind test, no âmbito do estudo Escolha do Consumidor realizado em Portugal. É sempre bom ver provado aquilo que já se sabe há mais de 50 anos.
www.delta-cafes.com
DELTA
CAFÉS
O CAFÉ DA SUA VIDA

Revista Militar
N.º Temático – maio 2014
pp. 509-526

*A invasão da Africa Oriental Alemã pelos portugueses. O esforço da expedição de 1916**

José César Ferreira Gil
RM, 71, 6/7, Jun/Jul, 1919, pp. 331-352

No actual momento histórico em que se extinguem os derradeiros écos da temerosa e cruenta guerra que, durante mais de quatro anos, paralisou a vida mundial, e em que as Nações aliadas, que tomaram parte nessa luta, a mais terrível e sanguinária de que resam as crónicas guerreiras, estudam as laboriosas negociações de paz, procurando cada uma delas fazer valer e sublinhar os seus serviços e pugnar pelos seus sagrados direitos, não devemos nós os portugueses deixar no olvido a grandeza e elevação do nosso esforço para nela participarmos também, honrando os compromissos tomados e as velhas alianças.

Não devemos igualmente permitir que seja esquecido mas antes exltado e agradecido, o heroísmo dos nossos soldados que, nos campos de batalha da Europa e de Africa, souberam, como sempre, honra e pátria e exalçar os brios do exército e do povo luso.

É por isso que, tendo-me cabido a honra de ser nomeado para comandar a expedição a Moçambique de 1916, que operou na colónia alemã da Africa Oriental, vou esboçar apenas nas suas linhas gerais o proceder da gente que tive sob o meu comando, para que o país saiba quão digna de louvor e reconhecimento foi a sua acção.

Na exposição singela e rápida dos principais feitos de armas ocorridas na desoladora região do Rovuma, no desenvolvimento dessa campanha tão apaixonadamente discutida e apreciada, outro intento não tenho que não seja o de mostrar também – no cumprimento dum dever sagrado – como foi importante, valioso e digno de consideração, o auxílio que, no limite das nossas forças, dos nossos apoucados recursos, prestamos aos aliados nessa homérica contenda.

* Selecionado pelo Coronel Nuno António Bravo Mira Vaz, Vogal Efetivo da Direção da Revista Militar.

Ao assumir tao grave responsabilidade, não desconhecia que a luta em que íamos empenhar-nos era bem mais difícil e perigosa do que aquelas que anteriormente se haviam efectuado, com êxito glorioso e brilhante, no Continente Negro.

Não nos defrontaríamos com pretos sem organização e sem preparação militar, pelo contrário, teríamos de medir-nos com um inimigo numeroso, audaz, valente e maravilhosamente educado e aprestado para a guerra, e ainda com o traiçoeiro, envenenador e mortífero clima africano.

Não importava.

Punha a maís ardente fé no triunfo da nossa causa, contando para isso com o saber profissional, valor e patriotismo dos chefes e dos quadros, e com a lendária resistência, inexcedível valentia e admirável e estóica sobriedade dos soldados. Contava, e devia contar, com as virtudes guerreiras ingénitas na lusa gente, nunca até hoje desmentidas e nunca até hoje ultrapassadas.

Elas supririam até certo ponto os predicados militares e uma cuidada instrução que, por ventura, faltassem às tropas que iam entrar em operações.

A composição e efectivo do corpo expedicionário, em harmonia com a missão que lhe era atribuída, bem como a escolha do mais conveniente objectivo a alcançar e o plano de campanha a seguir, operando de acordo com os ingleses e belgas, os quais já havia tempo tinham invadido a vasta colónia alemã, foram previamente combinados entre o governo da republica e o general Sr. Garcia Rosado, um dos nossos mais distintos profissionais, que primeiro foi convidado para chefe da expedição.

Como objectivo para a coluna portuguesa adoptará o ministro das colonias os portos do litoral da possessão alemã para o norte do Rovuma – afóra Kionga do sul, que já tinha sido ocupada por um destacamento da expedição de 1915 – isto é Mikindane, Lindi, Quilôa, (Kisivane) e Quilôa (Kiwingi), até ao delta do Rufigi, apartir donde se procederia conforme as circunstancias: ou avançando para oeste, sobre Liwale, importante posto militar; ou sobre Mahenge.

Fôra jogado preferível e escolhido este objectivo depois de uma troca de telegramas com o Governador Geral de Moçambique que, por seu lado, se tiver em comunicação e trocara impressões com o alto comando inglês.

A principal missão da pequena hoste portuguesa, cooperando com os aliados, consistia em atrair para si parte das forças adversas conduzindo-as ainda a maior dispersão do que a que naturalmente seria determinada pelas 5 colunas inglesas e belgas que, por pontos diferentes, investiram com aquela colonia, e por isso o que importava principalmente era acelerar de preferência a data em que ela invadisse o território alemão, do que aproxima-la da direcção a seguir por qualquer da referidas colunas, sem probabilidade de fazer sentir a sua acção em tempo útil.

Infelizmente tudo se havia de conjurar para que essa data se retardasse mercê de circunstâncias várias, avultando como principal a falta de transportes marítimos. Surgiram ainda dificuldades e deficiências de tal natureza, tão insuperáveis, que a maior energia, dedicação e patriotismo não conseguiram dominar e vencer.

E depois para firmarmos os nossos créditos de potência colonial de primeira grandeza, para exaltarmos o valor do nosso exército, para garantirmos a posse da Província de Moçambique, cobiçada por tantos, muito nos conviria conquistar parte da zona litoral do Rovuma ao Rufigi. Nesse sentido deviam orientar-se os nossos esforços da expedição, dentro dos limites do possível, e não nos escasseando os meios de o podermos fazer, se não com gloria pelo menos com honra.

Nela tremulára ovante, em tempos idos, á épica bandeira de Portugal desde a data gloriosa em que as caravelas do Gama solcarão aqueles mares em demanda da India das lendas e das especiarias, até que, séculos depois, fomos complidos pela invasão das tribos tão aguerridas como selváticas, vindas do centro do Continente Negro, a abandonar aquelas paragens.

A verdade, porém, que ninguém pode destruir porque não ofusca o sol da história, é que diversos monumentos que por lá se encontram ainda, como em toda a costa africana, até á embocadura do mar vermelho, que atestam as nossas antigas grandezas, no que nenhuma outra nação nos iguala, e demonstram à sociedade a prioridade dos portugueses na descoberta e ocupação da maior parte da costa africana beijada pelas águas do Índico e do Atlântico.

Organizando o corpo expedicionário que tinha a seguinte composição: quartel general, 3 batalhões de artilharia de montanha, 3 batalhões de infantaria, 3 baterias metralhadoras, uma mixta de engenharia e o competente serviço de saúde, administrativo e de transportes, no total de 4642 homens, 945 solipedes e 159 viaturas[1], partiu o seu primeiro troço nos paquetes "Portugal" e "Moçambique" da Empresa Nacional de Navegação, respectivamente nos dias 28 de maio e 3 de junho, em demanda da Baía de Tungue, sendo Palma também previamente escolhida para base marítima das operações.

O embarque das forças nos paquetes *Portugal* e *Moçambique* fez-se sem a mais leve nota discordante. Neste ultimo vapôr seguiu o quartel general.

1 As unidades que a constituíam eram: Infantaria – Os terceiros batalhões dos regimentos 23, 24 e 28. Metralhadoras – As primeiras baterias do 4º e 5º grupos e 2ª do 8º grupo. Artilharia – As 1ª, 2ª e 4ª baterias do regimento de artilharia de montanha. Da companhia mixta de engenharia faziam parte: meia companhia de sapadores mineiros e secções de ponteneiros, de telegrafistas de campanha, de praça e sem fios.

Ninguém faltou à chamada. O aspecto das tropas a sua apresentação marcial e a despreocupação que se lia em todos os rostos, sorridentes e alegres, produziram a mais lisonjeira impressão entre a numerosa assistência que fôra despedir-se dos que partiam em defesa da honra nacional.

Eles, os que embarcavam, sabiam bem que os esperava a imensidade inóspita dos sertões africanos; que seguiam para os bivaques na atmosfera envenenadora dos pântanos para uma rude e aspérrima campanha enfim. Que importava!

Exigia-o a honra da pátria. Era o dever partir e o exército lusitano não sabe e nunca soube furtar-se ao seu dever. Se lho impõe a disciplina e a honra, exige-lho também o coração.

No dia 3 de julho, fundiava na Baía de Tungue o *Portugal* e no dia 5 o *Moçambique*.

No próprio dia da chegada e pouco depois de o *Moçambique* haver lançado ferro, foi o quartel general informado pelo malogrado tenente coronel Moura Mendes, comandante da expedição de 1915, da pouco animadora situação sanitária em que se encontravam do seu comando. Apesar de permanecerem em porto Amelia desde que chegaram de Metropole a abril de 1915, a marcha sôbre Kionga e o violento e extenuante serviço de vigilância nos postos avançados, nas insalubérrimas margens do Rovuma, aonde eram constantemente inquietados por freqüêntes ataques do inimigo, tinham-nas por tal forma abatido física e moralmente, que urgente se tornava repatriar todo ou a maior parte do destacamento, e o mais breve possível.

Assim opinava o capitão médico Jaime Ribeiro, chefe do serviço de saúde, profissional que bem conhecia, por uma longa pratica, os profundos estragos causados nos europeus pelas doenças próprias pelos países quentes.

O hospital de M`Lamba regurgitava de doentes, cheios também estavam os hospitais improvisados em Kionga e Palma, com a circunstância agravante de nestes últimos, faltarem por completo os mais indispensáveis elementos para serem convenientemente tratados os impaludados e disentéricos.

Alguns homens sofriam até de violentos ataques de loucura.

Uma tão confrangedôra, situação impunha ao comando o dever de mandar substituir, sem delongas, as forças em primeira linha, o que se faz realmente, e mostrava-lhe, como a evidência palpitante, o que esperava a gente que tinha sob o seu mando.

E como o comandante da expedição tinha instruções para incorporar a de 1915 na da sua chefia, via-se, como é óbvio, privado do concurso duma bataria de artilharia, duma de metralhadoras e do batalhão de infantaria 21, com que contava, e ainda de algumas companhias indígenas, as quais pela longa permanência em campanha, estavam impossibilitadas de poderem exercer qualquer esforço útil e proveitoso. Eram as primeiras e sérias contrariedades.

Tive depois ocasião de verificar pessoalmente que não eram carregadas em demasia as côres do lúgubre quadro que aquêle chefe me pintára, e desde então arreigou-se no meuespírito a convicção inabalável de que conservar forças do exército metropolitano, em campanha, nos países tropicais, por mais de seis meses, se humanitariamente é um nefando crime, sob o ponto de vista militar constitui um êrro monstruoso que conduz os chefes às mais difíceis e irredutíveis situações.

Não há que esperar deles trabalho aturado e eficiente. A acção do clima é implacável.

Só poderia então comando contar com o quartel general e com os restos do esquadrão do 3, que ainda permanecia em Porto Amelia, mas desprovido de montadas que só mais tarde foram adquiridas na Africa o Sul, pelo governo da província de Moçambique. Prestou ainda assim valioso concurso no movimento de avanço pela colonia alemã, no serviço privativo da cavalaria, difícil e perigoso de executar no mato.

*
* *

Enquanto se aguardava a chegada do *Zaire*, do *Machico* e do *Amarante*, que deviam conduzir o restante pessoal, gado e material para completo da expedição; enquanto se esperava ansiosamente a remessa de *camions*, trabalhava-se sem descanso, febrilmente nas construções precisas e fazia-se surgir uma base marítima num local pantanoso e assoriado.

A engenharia, que começou logo a produzir trabalho valioso, levantou pavilhões para os hospitais e anexos, construiu depósitos para viveres, para material e para fardamento, oficinas, garagens, paióis para munições de guerra, etc.,etc.; tudo o que era indispensável para o resguardo das tropas e para a conservação do material e do gado, porque em Palma nada existia. O seu pessoal inexcedível em dedicação e patriotismo foi auxiliado neste lavor continuo, por empregados e operários civis de Lourenço Marques.

Para conjurar as inúmeras contrariedades e vencer todas as deficiências determinadas pela força das circunstâncias provenientes do estado de guerra e da enorme distância à Metrópole, das quais portanto ninguém era responsável, durante esses intermináveis meses de preparação, todos a porfia, chefes e soldados, empregavam o melhor da sua energia e atividade para que tudo se apresta-se afim de, sem demora, se iniciarem as operações. Só por isso bem merecem da Pátria esses valentes que ali se sacrificaram quási todos a saúde e um grande número a própria vida.

O extenuante serviço de desembarque arrastava-se com grande morosidade, por falta de material adequado e pela má disposição do local em que se

efetuava, apesar do inexcedível zelo e dedicação do inteligente esforço e atividade, com que o dirigia o capitão tenente da armada, Sr. João Belo. Comandante da *Chaimite*, que dele estava encarregado.

Logo que as circunstáncias o permitiram, foram evacuados os doentes da expedição anterior, em numero de 900, aproximadamente, entre oficiais e praças, sendo a maior parte dele repatriados, muito desses infelizes não voltaram mais a pisar o sólo querido da pátria, tiveram como rude cemitério, as areias do deserto africano ou o fundo do mar. o que restava dela não merecia confiança pela sua minguada resistência física.

Urgia, pois, reconstituir o destacamento de 1915, para que foram requisitados telegraficamente, os competentes reforços.

E, porque era a minha convicção que as forças chegadas então da Metrópole estariam completamente esgotadas, pela influencia do clima e pela agruras duma companhia violenta e prolongado quando começassem as grandes chuvas, declarei para o ministério das colonias, que julgavam necessária a chegada ao teatro da guerra, em princípios de novembro, duma nova expedição, para substituir ou reforçar a do meu comando, que então estaria exausta.

Tudo dependia de, para esse tempo, estar ou não terminada a guerra.

Não se pode dizer, com verdade, que o quartel-general não previa e prevenia, com bastante antecedência, todas as hipóteses.

O estado-maior e os oficiais em geral, ao mesmo tempo que procuravam sugestionar a gente que tinham sob as suas ordens para vencer, com a coragem e resignação própria de portugueses, a ação danificadora do clima, para arcar, em aspérrima luta, com uma natureza tão opulenta e exuberante de vida, como profundamente devastadora e cruel, não se esqueciam um momento da preparação para a guerra.

Todas as unidades e formações consumiam algumas horas na instrução tactica e do serviço de campanha e na teoria e prática de tiro.

Visto que teríamos que medirmos, disse já, com o inimigo tão inexorável perverso, como exímio na arte de combater, visto que não batalharíamos com pretos selvagens ignorantes, urgia que nos preparássemos o melhor e mais rapidamente possível. Mesmo porque, se excepcionais eram os predicados do adversário, maior seria a nossa glória submetendo-o.

Depois do quartel general haver procedido ao reconhecimento de Rovuma, para uma passagem à viva fôrça bem como ás posições e postos estabelecidos no território de Kionga, diferentes medidas eram tomadas sucessivamente que constituíam os preliminares, os primeiros preparativos para as operações activas:

Um pelotão de sapadores mineiros foram encarregados de abrir uma estrada directa de Palma a Nomôto a qual facilitava consideravelmente as

comunicações deste posto com a base, e a concentração das forças nas proximidades do Rovuma, quando se toma-se a ofensiva; uma brigada telegráfica estabeleceu comunicação directa entre Palma e N`hica; procedia-se ao reconhecimento do terreno ao norte de Palma até ao Rovuma e dêsde N`hica até à foz deste rio e ao estudo dos recursos da região a atravessar; e efectuava-se o levantamento itinerário das estradas e caminhos que nela se encontravam.

Era também ordenado ao comandante da companhia mixta de engenharia para proceder à escolha do local mais recomendado para o lançamento de uma ponte sobre o Rovuma, destinada a dar passagem a viaturas automóveis e a tropas de todas as armadas.

Entretanto os alemães não estavam inactivos além Rovuma. Sempre que podiam, atacavam por surpresa fazendo uma guerra sem tréguas e de extermínio.

Na noite de 31 de julho tentávam êles surpreender o posto de Nangadi; sendo descobertos, ouve ligeira escaramuça. Retiraram. No dia 1 de agosto atacaram em fôrça o reduto que defendia o posto, depois préviamente terem cortado a linha telegráfica para isolárem o mesmo reduto. Do nosso lado, ficou ferido um tenente e 3 soldados indígenas. O inimigo teve 1 oficial e 5 soldados mortos, 10 soldados gravemente feridos e 1 desaparecido.

A pólvora com fumo, empregada por parte das nossas forças coloniais, não permitiu que se visse o atacante e se pudessem conhecer os seus progressos no ataque.

As tropas portuguesas, por seu lado, não perdiam o ensejo de incomodar o adversário.

Em 8 de agosto, o tenente de infantaria Pais Gomes, o 2º sargento Manuel Ferreira e 20 praças da 21ª companhia indígena expedicionária, de guarnição em Maziua, atravessaram o Rovuma e atacaram por surpresa o posto alemão, fazendo 1 prisioneiro e apreendendo armamento, munições e o arquivo. Foram louvados.

Mereceram também louvor o 2º sargento Quitério da 21ª companhia indígena expedicionária, e 40 praças que comandava, pela enérgica resistência que fizeram a um ataque do inimigo ao posto de Unde, durante 4 horas; e o 2º cabo Camossi, do corpo de polícia dos territórios do Nyassa, porque na mesma ocasião, com 15 soldados, atravessou o rio perseguindo os alemães em retirada, causando-lhe baixas.

No dia 15 de agosto foi atacado um comboio de víveres que ia de Namoto para Nachinamoca. A escolta resistiu, repelindo o adversário, mas fugiram alguns carregadores, abandonando as cargas o que era frequente.

Antes de se efectuar a invasão da colonia alemã, pequenos reencontros se continuaram a dar entre fracções portuguesas e gente alemã, além daque-

las a que venho fazer referencia, e nas quais o inimigo foi geralmente batido e louvado o processador dos nossos, em varias ordens de serviço.

*
* *

Emquanto, numa ansiedade mortal, esperávamos que se preparassem os preparativos para a ofensiva, tudo se ia dispondo também, metódica e persistentemente, para se operar a travessia do Rovuma, 1ª empresa a realizar e de não pequena monta. Era de querer que o inimigo procurasse a evitar, por todas as formas, pondo em prática os meios mais violentos, que transpusésemos aquela artéria fluvial, ou que, pelo menos tentasse retardar, o mais possível, o nosso intento.

Primeiramente, em agosto, o chefe de estado maior da expedição, tenente coronel do estado maior, Azambuja Martins, e mais oficiais adjuntos, procederam ao reconhecimento do rio, a montante da foz até Nachinamoca, para uma passagem à viva força, explorando os vales ai existentes que pudessem ser aproveitados para a travessia por tropas. E como fosse necessário construir jangadas num dos vales e preparar o acesso a todos eles, por meio de caminhos cobertos e trincheiras, foi esta missão cometida à engenharia, que dela se desempenhou briosamente.

Operando o reconhecimento e escolhidos os locais de passagem, fixou-se uma das madrugadas da segunda quinzena de setembro para a travessia, e isto tendo em consideração a hora a que se produzia a baixa mar.

Encarada fria e serenamente a situação militar e considerando que o malogro da tentativa de passagem, em 27 de maio, e a passividade das nossas tropas depois disso, deviam ter levantado a força moral do adversário; considerando ainda que ele dispunha, segundo as indicações da espionagem e as informações colhidas por via dos aliados, de forças importantes nos distritos de Lindi, Quilôa e Mahenge, tudo aconselhava a que a empresa que íamos tentar, das mais difíceis na guerra, fosse cuidadosamente preparada e levada a efeito com tropas numerosas.

Nesta conformidade, foram tomadas todas as disposições para se atravessar o Rovuma com um destacamento mixto[2], que pudesse resistir a um forte ataque adverso, nas proximidades de N`hica, 40 quilometros a montante de Namôto, na madrugada de 19. O destacamento devia concentrar-se em Na-

2 A coluna de N`hica era assim formada: 1 secção T.S.F., 1 pelotão de infantaria montado, 1divisão de A.M., 1 companhia de infantaria 23, 1ª bateria do 4º G.M. e as 19ª, 21ª e 24ª companhias indígenas. Comandava-a o capitão Gordo do 23, tendo como o chefe do E.M. o capitão do E.M. Liberato Pinto e adjunto o capitão de artilharia Zilhão e o tenente Matias. Estes oficiais ocupam actualmente postos mais elevados.

quidanga e depois demandar o seu objectivo: atravessar o rio e seguir para Mikindane, devendo cobrir o flanco esquerdo do grosso das forças, que procurariam alcançar o mesmo objectivo, depois de invadirem a colónia alemã. Simultaneamente deviam executar movimentos ofensivos forças concentradas em Mocimboa do Rovuma e no Unde, das que guarneciam os respectivos sectores, reforçadas com outras que, porventura, podessem ser dispensados. A gente de Mocimboa procuraria atingir Newala e, sendo possível, Massassi, e a do Unde seguiria na direcção de Sassavára e Songêa.

A coluna do Lago, do comando do major Campos, ordenou-se que marchasse com a possível celeridade na direcção do Lago Nyassa, que invadisse a colónia alemã e procurasse também alcançar Songêa.

Esta coluna ainda chegou a partir de Porto Amelia, mas, em consequência do seu pequeno efectivo e por se aproximar a época das chuvas, teve que retrogradar.

Como só no dia 6 de setembro havia chegado a Palma o paquete "Beira" conduzindo alguma infantaria, a companhia de transportes – que devia ter sido a primeira gente a partir a fim de organizar o importante serviço da sua especialidade – o estado maior dum grupo de artilharia, e muito e vário material de toda a espécie, indispensável às diferentes unidades e formações; e como só no dia 12 se ultimasse o desembarque, feito febrilmente, tendo até tomado parte nêle soldados do exército metropolitano, só no dia 14 foi possível ordenar a marcha para Namôto, das primeiras fracções do grosso das forças que ali teriam de passar o Rovuma.

Já em dez se tinham deslocados algumas unidades do destacamento que devia operar a montante de N´hica e que, como sabemos, se devia concentrar previamente em Naquidanga.

O movimento de concentração continuou nos dias imediatos.

O quartel general seguiu para Namôto em 16.

Tudo assim estava disposto, quando, no dia 13 se recebia, ainda em Palma, um radiograma do almirante inglês comunicando que em Mikindane, que fôra ocupada por forças indianas, ali desembarcadas, já tremulava a bandeira britânica. O inimigo evacuára a cidade dias antes.

Uma tal comunicação que vinha inutilizar todos os esforços empregados, esforços épicos, de cuja grandeza só pode fazer ideia quem os presenciou, para atravessarmos o Rovuma e seguirmos em demanda do nosso objectivo, deixou o comando deveras embaraçado.

O alto comando inglês, mandando ocupar Mikindane e deixando outros portos mais ao norte em poder do adversário impedia que os portugueses avançassem pelo litoral. Opunha-nos uma barreira invencível.

No quartel general houve a impressão, fundamentada, de que se os alemães abandonaram aquele pôrto é porque tinham firme certeza de que nós,

com forças relativamente importantes, iriamos ataca-los além Rovuma e bate-los. Imaginou-se também que eles haviam retirado para o sul a fim de se oporem com todos os meios de que dispunham à travessia dos portugueses. Tudo o fazia acreditar.

Tínhamos já, pois, prestado, só com a nossa atitude ofensiva, um serviço dos aliados.

O General Smuts, que sempre se manifestára desfavorável à nossa acção na zona do litoral, desejava antes que operássemos no vale do Rovuma, isto é precisamente onde ela seria mais difícil, mais demorada e, sem duvída, mais inutil e perigosa. Aquela região é não só insaluberrima, com fálha de vias de comunicação, sem recursos de qualquer espécie e onde a devastadora *tsé-tsé* destrói, implacavelmente o gado cavalar e muar.

Instalado o quartel general em Namôto, foram minuciosamente inspecionados os trabalhos efectuados pela engenharia; procedeu-se ao reconhecimento do rio e dos vaus; e fixaram-se, de acordo com o comando respectivo, as posições que a artilharia devia tomar para auxiliar e favorecer o avanço das colunas.

Do nosso lado ignorava-se absolutamente que os alemães tivessem abandonado os postos da margem norte do rio e se tivessem internado.

Ainda no dia 17, pela tarde, foram vistos pelos oficiais do estado maior do quartel general, que acompanhavam o comando no reconhecimento, vedetas inimigas naquela margem.

Contávamos pois, ao contrário do que sucedeu, que o adversário iria oferecer-nos tenaz oposição. Assim era de supor.

Finalmente, depois de tão laboriosa preparação, transpunhamos o Rovuma, junto a Namôto, na madrugada de 19 de setembro, em três colunas de batalhão com metralhadoras[3], sob a protecção da artilharia.

A coluna da direita passou em jangadas, num canal de cento e tantos metros de largura e sete de profundidade, sendo o acesso às jangadas por caminhos cobertos e trincheiras abertas numa vertente escarpada; a do centro,

3 As colunas eram assim constituídas: *A da direita*: por 1 pelotão de S.M., uma divisão de A.M. a 9ª,10ª e 10ª companhias do 24,25ª companhia indígena e a 1ª bateria do 5º G.M. Comandava-a o major José Pires, do 28, tendo como adjunto o capitão do E.M. Mesquita. *A do centro*: pela 9ª.10ª e 11ª companhias do 23, companhia indígena da G.R.L.M. e por uma bateria de metralhadoras do 7º G. Comandava-a o major Aristides Cunha e adjunto era o capitão do E.M. Brito. *A da esquerda*: pela 22ª companhia indígena, pela 9ª,10ª e 11ª companhias do 28. Pela escolta do Q.G. e pela 2ª bateria do 8º G.M. Comandava-a o major Gama Lobo, tendo como oficial do E.M. o capitão Machado. *A reserva geral*: sob as ordens do general comandante, era formada pela 12ª companhia do 24, pela 12ª do 28 e 1ª companhia expedicionária, além da cavalaria e da artilharia. A força presente na madrugada de 19 de setembro contava: 120 oficiais 4.060 praças, representando 2.682 espingardas, 10 metralhadoras e 14 peças de tiro rapido.

a vau, com água por cima dos joelhos numa extensão de 300m, chegando a atingir os quadris num trajecto dalgumas dezenas de metros; a da esquerda, também a vau, atravessando vários canais com água pela cintura.

A divisão de artilharia, que havia ficado com reserva, passou à margem norte nas jangadas, e foi posta às ordens do comandante da coluna direita. A cavalaria transpôs o rio a vau seguindo em reconhecimento para o norte. Foram logo ocupados os postos de Marunga, Migomba e Fabrica, sendo em todos êles asteada a bandeira portuguesa.

Era deveras emocionante o espetáculo que se divisava do local em que se encontrava o quartel general: As tropas, mal esboçadas nos alvores da madrugada, avançavam para os vaus, caminhavam para o desconhecido, atirando-se à água denodadamente, e, apesar de esperarem ser, a cada momento, alvejadas pelas balas inimigas, progrediam sempre, sem uma hesitação, e com energia e um vigor admiráveis.

Se não houve resistência da parte do adversário, contra a espectativa gral, nem por isso essa acção guerreira deixou de construir um feito importante pela forma audaciosa e firme como foi executada. Tanto assim o pensou o comando que levou as tropas pelo seu honroso proceder.

Quando chegou a Migomba, o general comandante dirigiu aos seus soldados palavras de incitamento. Aos do 23 lembrou que eram os mantenedores das heroicas tradições dos valentes que, em Albuera, fizeram, pelo seu homerico esforço, pender a vitória para o lado dos já então aliados, portugueses e ingleses, desses mesmos que hoje combatiam os alemães. Aos do 24 disse que esperava que nesta campanha fossem sempre tão bravos como aqueles seus camaradas, que muito se distinguiram na heroica defesa da Ponte de Amarante, contra as hostes de Soult.

A coluna de Nakidanga, depois de reconhecer o vau de Mayembe, no dia 16, sem que o inimigo se denunciasse, explorava, no imediato, o de Nhica, havendo tiroteio.

Em 18, atravessou o Rovuma, sem resistência, a uns 6 quilometros a montante do posto de N´hica e 40 da foz daquele rio.

No dia 19, ocupou Mayembe, depois de uma penosa marcha em que demorou 9 horas a percorrer 12 quilometros, atravessando vaus com 1,m20 e 1,m40 de altura de água, e no dia 20 estabelecia-se em Tschidia, sem combate[4]*. O inimigo retirou na direcção de Mahuta. A coluna, seguindo primeiro para Curaza, partia depois para Migomba.

4 Foram encontradas trincheiras a cavaleiro do rio, fortemente organizadas e, numa altura próxima, em reduto. Era apreendido muito e vário material de guerra. Entre diferentes espingardas Mauser foram encontradas algumas do modelo português. Apreendeu-se uma peça de bordo, sem culatra.

*
* *

Não afrouxaram os nossos esforços, depois de efectuada a travessia do Rovuma.

Estabeleciam-se vários postos: um em Madimba, na estrada para Mikindane, o qual dias depois era transferido para Karibos, 14 quilometros para o norte; outro em Mnasi, na baía do mesmo nome e ainda um terceiro em Tokôto, na foz do Rovuma.

Reparavam-se as estradas da margem norte e ligavam-se pelo telegrafo e telefone os postos conquistados, montando-se também uma linha para Mikindane.

Era enviado um reconhecimento de oficial a esta cidade para se pôr em ligação com as forças britanicas e notificar ao comandante militar inglês quais as unidades de que dispúnhamos, naquele momento, para uma acção conjunta ao longo da costa.

O nosso desejo era colaborar eficazmente com os aliados.

Impossibilitados de podermos seguir em demanda do objectivo que nos fôra designado, e constando que no quartel general, por informações seguras, que o inimigo retirára para Newala e Massassi, dizendo-se também que os prisioneiros portugueses que estavam em seu poder, desde 27 de maio, tinham seguido de Lindi para a ultima daquelas localidades, deliberou-se, enquanto se aguardavam instruções superiores, enviar um reconhecimento a Newala[5], como preparativo de empresa de maior monta.

Além do dever que assistia ao comando português de perseguir o inimigo, procurando bate-lo, muito desejava ele também poder dar a liberdade aos nossos prisioneiros. Urgia resgatar, fosse como fosse, esses desventurados que havia tanto tempo estavam em poder dum adversário que não primava pela generosidade.

Organizou-se o reconhecimento sob a direcção do sub-chefe do estado maior, hoje major Liberato Pinto, sendo a escolta composta de duas companhias indígenas e uma bateria de metralhadoras.

Partiu em 25, chegando a Mayembe em 28; e no dia 30 atingia Miambua. O gado sofreu grandes baixas devido principalmente ao excessivo trabalho, por isso os caminhos estavam intransitaveis.

Os indígenas recebiam os portugueses amigavelmente.

5 Newala era um centro de administração e recrutamento e sede duma missão religiosa. Sabia-se que nesta praça, assim a denominavam na região, existiam 18 brancos e 200 askaris, com artilharia e metralhadoras.

O inimigo retirava sempre, queimando o que não podia transportar.

No dia 14 de outubro, pelas 15 horas, foi atacada a escolta, quando marchava de Mahuta para Nkundi. Travado o combate era o inimigo desalojado das suas posições defensivas.

A nossa gente veio para Ntshishira e Cikumbiriro por se aproximar a noite e haver falta de água. O combate de Mahuta foi relativamente um dos mais mortíferos de toda a campanha[6].

Ao passo que avançavamos na colonia alemã, era invariavelmente seguida com os indígenas uma politica de atração e carinho, baseada na mais declarada protecção. Para os cativar, a centenas dêles, que se achavam na mais compungente miséria porque os alemães lhes subtraiam tudo quanto podia servia para alimentar os seus askaris, foram distribuídos panos e alimentos, pelo que se mostravam reconhecidissimos, submetendo-se, sem a menos relutância, ao domínio português.

Depois de vários telegramas trocados entre o quartel general e o comando em chefe do exercito britanico, fixou-se de comum acôrdo qual devia ser acção da gente lusitana e a sua colaboração com os aliados. Toda essa correspondencia, que os acanhados moldes dum simples artigo nos não permite reproduzir, constitue a prova provada, de que o comando português, sem quebra da mais absoluta independencia, procurou sempre e dentro dos limites do possivel, proceder de acôrdo com o general que comandava as hostes inglesas e usou tambem com ele da mais pura lealdade.

Apesar de se reconhecer a dificuldade do empreendimento, acordou-se, por ultimo, em que os portugueses avançariam na direcção de Liwale pela linha do Rovuma[7], precurando alcançar, no mais breve tempo, Massassi e Lukuledi, ocupando também, se possível fosse, Bengala e Tonduruz, e isto com o fim de evitar que fracções alemãs dispersas se podessem fornecer nessa área.

Tendo o reconhecimento que marchava para montante, pela margem norte do Rovuma, encontrado o inimigo em Mahuta, para se proceder em harmonia com os desejos do general Smuts, foi organizada a coluna Massassi, com o fim de continuar as operações ofensivas. Estabeleceu-se logo uma nova linha de comunicações, por Nangadi, desde Palma para a margem nor-

6 Perdas dos portugueses: mortos – 1 segundo sargento, 1 1º cabo e 30 soldados; feridos – 1 capitão, 1 2º sargento e 12 soldados, alguns gravemente desaparecidos – 1 alferes e algumas praças. As baixas do inimigo foram muito superiores.

7 Considerando irrealista a marcha directa do baixo Rovuma sobre Liwale, por falta de caminhos, o comando português propôz que a coluna seguisse ao longo da costa, por Mikindane e Lindi até Quilôa, para onde seria transferida a base marítima, internando-se depois. Assim se procurava voltar ao primeiro objectivo. Não foi aceite alvitre.

te do Rovuma, abrindo-se estradas para automóveis, porquanto o reabastecimento para os postos da margem sul daquele rio era feito por caminhos de carregadores.

O comando da coluna foi dado ao então major de infantaria 24, José Pires, tendo como chefe de estado maio, o actual Major Mesquita. Era constituída pelas unidades do reconhecimento de Newala e mais 2 companhias indígenas, 1 pelotão de infantaria montada, 1 divisão de artilharia, 1 bateria de metralhadoras e uma secção de ambulancias.

Marcharia pela margem norte do Rovuma para Newala e Massassi, atacando o inimigo onde o encontrasse. Logo que a capacidade do reabastecimento de viveres permitiu aumentar as forças da coluna, foi esta reforçada com 2 companhias de infantaria, 1 divisão de artilharia e 1 pelotão indigena.

Comandava o reforço o major Gama Lobo, levando como adjunto do estado maior o capitão Armando Machado. Novas unidades foram ainda postas à disposição do comandante da coluna, assim como uma secção de T.S.F.

Determinou-se depois que o chefe do Estado Maior, tenente coronel Azambuja Martins marchasse com uma escolta[8] a reconhecer a nova linha de comunicações, procurando atingir Newala e cooperar com a coluna de Massassi.

Entretanto era organizada a ocupação dos territórios recentemente conquistados ficando a acção politica e civil dos indígenas a cargo do comissário de policia.

A par da ocupação militar organizaram-se capitanias mores.

Foi demorada a marcha da coluna de Massassi,pois que, tendo partido nos primeiros dias de outubro, só em 18 seguiu de Ntshira em direcção a Newala, chegando ali em 26. Teve, é certo, que vencer contrariedades e obstáculos de toda a espécie, mas podia muito bem tal demora ter comprometido o bom êxito da empresa, pondo em risco a escolta do reconhecimento que, sem duvida, foi bastante mais enérgico no avanço[9].

O reconhecimento, com a escolta recomposta, partiu de Mocimboa do Rovuma no dia 20; em 21 estabelecia o contacto com o inimigo em Lakalala, forçando-o a retirar; e no dia 22 tomava a Ribeira de Newala, que abastece de água o fortim e a localidade, depois dum violento e demorado combate, obrigando o inimigo a retirar precipitadamente. Apreenderam-se armas e munições.

8 Comandava a escolta o capitão de cavalaria Conceição. Esta era constituída pelo 4º esquadrão de cavalaria 3 e 2 pelotões indígenas, juntando-se-lhe depois a 1ª bateria do 5º G.M.

9 Foi notável a marcha efectuada pela 1ª bateria do 5º G.M. de Palma para Pundanhar, percorrendo 60 quilometros em 24horas.

Tendo-se aguardado a chegada da coluna de Massassi para colaborar no ataque, pelas 18 horas do dia 26, entravam os portugueses em Newala, depois de se ter travado luta em que tomou parte a nossa artilharia bombardeando a fortaleza.

Foi apreendido muito material de guerra e uma peça. A cavalaria num *raid* audacioso alcançava a vasta região de Lulinde, repelindo o adversário.

Merecido louvôr tiveram muitos dos vencedores de Newala e em especial o tenente coronel Azambuja Martins, pelo acerto e competência com que dirigiu o reconhecimento e depois o ataque geral.

O alto comando inglês reconhecia tacitamente o sucesso da ofensiva dos portugueses que, em pouco tempo e com bem parcos recursos, haviam avançado mais de 200 quilómetros no território inimigo, batendo-o em sucessivos e sempre violentos recontros, pretendendo mandar para junto do nosso quartel general o major Adler, um colonial de mérito, para auxiliar o comando na administração da zona conquistada.

Assim sucedeu com os belgas, dizia o general em chefe do exército britanico.

*
* *

Até aqui havia-nos sido propícia a sorte das armas. Levavamos o inimigo de vencida, tendo os soldados de Portugal, dado mostras, nos mais difíceis lances, de suprema tenacidade, abnegação e valor. Não desmentiam as gloriosas tradições da nossa raça, raça de herois.

Encorporada a escolta na coluna de Massassi, e organizada a linha de comunicações pela margem norte do rio, abriam-se estradas desde a Frabrica até Sicumbiriro. Mas como os ingleses, que estavam em Mikindane e já tambem em Lindi, não avançassem para o interior da colónia, ficava esta linha muito exposta, pelo que foi adoptada a de Nangadi, devidida em três troços[10], correspondentes a obstáculos que cortavam o movimento de camions.

A coluna de Massassi, cujos efectivos iam sucessivamente diminuindo por doença, baixando aos hospitais dezenas de praças e oficiais em cada dia, era reconstituída com 2 baterias de artilharia e uma companhia de infantaria.

Já começava a sentir-se a falta de reforços.

Depois de concentrados os abastecimentos indispensáveis em Newala, que passou a constituir uma base secundária, e de reorganizadas as diferentes

10 1º troço – De Palma ao alto da Serra do Nangadi: 120 quilometros,
2º troço – Desde o sopé da Serra ao vau do Rovuma: 12 quilometros;
3º troço – De Sicumbririro a Newala: 48 quilometros.

unidades, o destacamento iniciou o movimento de avanço no dia 8 de novembro, sob a direcção do seu novo comandante, o major de artilharia, Leopoldo da Silva. Encontrando o inimigo no fim da primeira etape, em Kiwambo, bateu-o em porfiado combate e repeliu-o na direcção de N.O., para além de Nangôma, 25 q. de Newala, tendo sofrido perdas importantes.

Foi ferido o comandante da coluna, vindo a falecer em resultado dos ferimentos, e o alferes Leite, seu ajudante. Bem mereceram referencia especial, na ordem de serviço, muitos valentes de Kiwambo.

Causou profundo pesar e geral consternação a perda daquele distinto oficial, um dos mais hábeis profissionais da artilharia lusitana e que honrava o exército pelo seu saber e amor à disciplina. Mostrou também naquele lance fatal que era valente até à temeridade e ousado até à loucura.

Foi mortalmente ferido quando, no mais rijo da luta, procurava dar à sua gente um nobre exemplo de heroico valor.

No mesmo dia em que se feriu o combate de Kiwambo atacaram os alemães o posto militar de Mahuta, deixando no campo 2 europeus e 15 askaris mortos e 5 prisioneiros. Foram sem demora restabelecidas as comunicações.

Era também espingardeado um camion que conduzia doentes, havendo mortos e feridos.

Nomeado comandante da coluna de Massassi o hoje tenente coronel Aristides Cunha, de infantaria 23, conservou-se a mesma em Nangôma até à sua chegada.

Em 18 de novembro comunicava de ali que importantes forças inimigas vindas do Norte se estavam concentrando em Massassi e proximidades, preparando-se para cortar as comunicações com Newala e para atacar a praça, que não dispunha de artilharia. No dia imediato, confirmava aquelas informações e declarava que por julgar deveras critica a situação na Ribeira de Newala retrogradava para reforçar Newal, que deviamos manter a todo custo. Efectivamente os alemães, procedendo a uma concentração de forças, atacavam na madrugada de 22 a Ribeira de Newala, resistindo os nossos energicamente e só abandonando a posição ao terceiro assalto, efectuado por um adversário muito superior em número[11].

Depois, tendo sido anulado o esforço duma coluna de socorro, constituída por gente combalida, por doente, cercavam o fortim que os nossos, por falta de água, abandonaram, na noite de 28, com perdas mínimas, iludindo o cêrco.

11 As forças alemãs que investiram o fortim e ocuparam a Ribeira eram constituídas por 9 companhias, com avultado número de metralhadoras e artilharia. Eram ao que parece, na sua maioria tropas vindas de Liwale e Mahenge. Comandava-as um oficial de elevada patente.

Durante dias permaneceu a fraca hoste em Newala, dispondo sómente de meio litro de água por dia e por cabeça, mas resistia com inegualavel valentia aos constantes ataques do adversário que varejava o defensor com o fogo das suas numerosas metralhadoras, e suportava com estóica resignação todas as privações, todos os infortunios.

A coluna, que iniciara a marcha mantendo a mais austera disciplina, internando-se no mato por caminhos desconhecidos fraccionou-se, alguns elementos dispersos desorientaram-se por lhes faltarem os guias e foram ao encontro dos postos avançados alemães – que só então deram pela saída dos nossos – travando-se combate.

Vencendo inumeras dificuldades, guiados pelos oficiais e graduados, transpunham os elementos desconexos da coluna o Rovuma nos dias 29 e 30 e chegavam extenuados, famintos, tendo percorrido uma verdadeira via dolorosa, a Mocimboa e Nangadi.

Paralisada a ofensiva dos portugueses após o bombardeamento de Nangadi, da margem norte do rio, com uma peça de 10,5 centimetros do Koenisberg, o que mostra nitidamente a importancia dos recursos concentrados pelos alemães contra nós, segue-se o movimento retrogado sobre a base e sobre os postos proximos.

Eis o que foi retirada de Newala, que como operação de guerra em nada esmoreceu e maculou os tradicionais brios e o épico valôr da gente portuguesa, mas que até deu causa à pratica de inumeros actos heroicos, da nossa parte.

Bem injusta, apaixonada e levianamente, para o pundonor do exército e da Nação, foi julgada esta fase da campanha. E todavia esse passageiro infortúnio não atormentou por tal forma a alma dos nossos soldados que se extinguissem nela as sublimes virtudes patrióticas e de valentia que deram aos antigos guerreiros lusitanos a grandesa de semi deuses e dao aos modernos a bravura dos herois.

Nos meados de dezembro, começou a época das chuvas na zona de operações sendo tao torrenciais que as águas do Rovuma rápidamente se avolumaram de modo a constituírem um obstáculo insuperável. Esta circunstância permitiu que apesar do esgotamento geral da nossa gente, fossem reocupados os postos da margem sul do rio, transitoriamente abandonados.

Contando que se evolaria breve a nuvem negra que nos apagára momentaneamente a chama fascinadora da vitória, aguardavam-se os reforços para, em tempo oportuno se empreender um retorno ofensivo.

São pois dignos de louvor e agradecimento a energia e valor dos chefes e a bravura dos subordinados em tão emocionante campanha. Lutando nas condições mais defavoraveis sob a acção do clima dos trópicos, que não só conduz à incapacidade física, como também à mais terrivel e intensa depres-

são moral e inutiliza as maiores e mais provadas energias, conseguiram êles levar na ponta das suas baionetas o mais perigoso dos inimigos, só cedendo terreno perante uma superioridade esmagadora e quando já esgotados.

E depois não devemos esquecer que as marchas realizadas, dias e dias, atravez do matagais africanos, em que a visão se limita a alguns metros apenas em que o perigo sempre se oculta próximo, sem nunca se tornar visível, constitue uma tão dura prova que excede os maiores sofrimentos humanos.

Toda a minha admiração pois por esses bravos que, se não alcançaram um triunfo retumbante, pelo seu inegualavel esfôrço, patriotismo, resignação e valôr, bem merecem o reconhecimento da Patria que nunca negou aos seus filhos o devido galardão.

Maio de 1919.

General FERREIRA GIL.

Revista Militar
N.º Temático – maio 2014
pp. 527-551

Bibliografia da RM, no âmbito da I GM (África)

Legenda

APELIDO, Nome, "Título", Volume, Nº (ano), Mês, Ano, páginas

ABREU, Francisco Aires de, "Curado: soldado de África", 98, 5, Mai, 1946, 215-217.

AFONSO, Francisco Marcelino, "Massangano", 97, 6, Jun, 1945, 292-295

AGUIAR, Joaquim José Ferreira de, "Na Índia: o esquadrão de dragões indianos", 53, 17, Set, 1901, 513-520.

AGUIAR, Joaquim José Ferreira de, "Na Índia: o esquadrão de dragões indianos", 53, 18, Set, 1901, 548-556.

AGUIAR, Joaquim José Ferreira de, "Os promotores da justiça no Ultramar", 55, 13, Jul, 1903, 385-389.

ALMEIDA, João de, "Relatório das operações militares nos Dembos em 1907", 60, 12, Dez, 1908, 999-1031.

ALMEIDA, Genipro da Cunha d'Eça e, "Organização militar da província de Angola", 64, 7, Jul, 1912, 509-563.

ALMEIDA, Genipro da Cunha d'Eça e, "A situação militar em Angola", 67, 5, Mai, 1915, 322-341.

ALVES, Carlos, "Nível mental do soldado africano", 83, 11/12, Nov/Dez, 1931, 637-640.

ALVES, Carlos, "As fortalezas do Ibo", 84, 7/8, Jul/Ago, 1932, 461-464.

ALMEIDA, João de, "A cooperação dos nativos na expansão e na defesa do Império", 86, 7/8, Jul/Ago, 1934, 521-535.

ALMEIDA, A. P. Teixeira d', "Os tractores da Bateria Mixta de Artilharia de Moçambique", 88, 8, Ago, 1936, 571-578.

AMORIM, Ruy Padrão Pessoa de, "Cipais de Moçambique", 83, 9/10, Set/Out, 1931, 497-508.

ANDRADE, P. D', "As forças ultramarinas e a prosperidade das Colónias", 57, 9, Set, 1905, 707-712.

ANJOS, José dos, "O monumento de Mocimboa da Praia aos mortos da campanha de Moçambique", 73, 1, Jan, 1921, 41-47.

ARTHUR, Bartholomeu Sesinando Ribeiro, "Uma página brilhante dos anais do governo de Angola", 51, 22, Nov, 1899, 673-677.

ATHAYDE, Luiz de Mello e (tradução), "Ensinamentos práticos da Grande Guerra", 73, 4/5, Abr/Mai, 1921, 221-229.

ATHAYDE, Luiz de Mello e, "Administração colonial", 70, 7, Jul, 1918, 402-411.

ATHAYDE, Luiz de Mello e, "Administração colonial", 70, 11, Nov, 1918, 668-686.

ATHAYDE, Luiz de Mello e, "Administração colonial", 70, 12, Dez, 1918, 739-744.

BARATA, Francisco António Pires, "Resistência e restauração de Angola", 100, 8, Ago, 1948, 460-464.

BARBOSA, Eduardo Alfredo Araújo, "Ocupação militar de Angola", 62, 11, Nov, 1910, 889-899.

BARBOSA, Eduardo Alfredo Araújo, "Um herói e um benemérito", 62, 12, Dez, 1910, 992-1003.

BARBOSA, Eduardo Alfredo Araújo, "Organização militar do Ultramar", 63, 3/4, Mar/Abr, 1911, 223-240.

BARBOSA, Eduardo Alfredo Araújo, "Um belo exemplo", 63, 5, Mai, 1911, 448-453.

BARBOSA, Eduardo Alfredo Araújo, "Organização militar das Colónias", 63, 8, Ago, 1911, 649-673.

BARBOSA, Eduardo Alfredo Araújo, "Campanhas coloniais: a ocupação do Oio na província da Guiné", 66, 2, Fev, 1914, 81-98.

BARBOSA, Eduardo Alfredo Araújo, "Exército Colonial: sua reorganização", 64, 4, Abr,1912, 243-258.

BARBOSA, EDUARDO Alfredo Araújo, "Na Guiné portuguesa o gentio revoltado na região do Churo massacra o alferes José Nunes", 66, 6, Jun, 1914, 401-408.

BARBOSA, Eduardo Alfredo Araújo, "Campanhas coloniais: as operações militares em Cacheu", 66, 8, Ago, 1914, 594-600.

BARBOSA, Eduardo Alfredo Araújo, "Os alemães invadindo Angola", 67, 1, Jan, 1915, 19-41.

BARBOSA, Eduardo Alfredo Araújo, "O nosso esforço militar em África", 69, 12, Dez, 1917, 836-843.

BARBOSA, Eduardo Alfredo Araújo, "O nosso esforço militar em África", 70, 1, Jan, 1918, 21-26.

BARBOSA, Eduardo Alfredo Araújo, "O nosso esforço militar em África", 70, 2, Fev, 1918, 104-112.

BARBOSA, Eduardo Alfredo Araújo, "O nosso esforço militar em África", 70, 3, Mar, 1918, 129-134.

BARBOSA, Eduardo Alfredo Araújo, "O segredo da vitória", 71, 3, Mar, 1919, 145-154.

BARBOSA, Eduardo Alfredo Araújo, "O segredo da vitória", 71, 4, Abr, 1919, 201-211.

BARBOSA, Eduardo Alfredo Araújo, "Por terras de África", 71 6/7, Jun/Jul, 1919, 427--443.

BARBOSA, Eduardo Alfredo Araújo, "Organização militar do Ultramar", 94, 5, Mai, 1942, 270-273.

BARROSO, Luis Fernando Machado, "A Diplomacia, 1890-1910: a chave para a manutenção do Império africano", 160, 5, Mai, 2008, 559-584.

BEÇA, Adriano Accácio de Madureira, "Lições da Grande Guerra", 71, 8, Ago, 1919, 453-465.

BEÇA, Adriano Accácio de Madureira, "Lições da Grande Guerra", 71, 9, Set, 1919, 517-535.

BEÇA, Adriano Accácio de Madureira, "Lições da Grande Guerra", 71, 10, Out, 1919, 581-592

BEÇA, Adriano Accácio de Madureira, "Lições da Grande Guerra", 71, 11, Nov, 1919, 645-654.

BEÇA, Adriano Accácio de Madureira, "Lições da Grande Guerra", 72, 1, Jan, 1920, 5-18.

BEÇA, Adriano Accácio de Madureira, "Lições da Grande Guerra", 72, 2, Fev, 1920, 65-70.

BEÇA, Adriano Accácio de Madureira, "Lições da Grande Guerra", 72, 3, Mar, 1920, 129-138.

BEÇA, Adriano Accácio de Madureira, "Lições da Grande Guerra", 72, 5, Mai, 1920, 279-283.

BEÇA, Adriano Accácio de Madureira, "Lições da Grande Guerra", 72, 6, Jun, 1920, 321-333.

BEÇA, Adriano Accácio de Madureira, "Lições da Grande Guerra", 72, 7, Jul, 1920, 385-393.

BEÇA, Adriano Accácio de Madureira, "Lições da Grande Guerra", 72, 8, Ago, 1920, 453-462.

BEÇA, Adriano Accácio de Madureira, "Lições da Grande Guerra", 72, 10, Out, 1920, 537-545.

BEÇA, Adriano Accácio de Madureira, "Lições da Grande Guerra", 72, 11, Nov, 1920, 585-594.

BEÇA, Adriano Accácio de Madureira, "Lições da Grande Guerra", 72, 12, Dez,1920, 633-650.

BEÇA, Adriano Accácio de Madureira, "Lições da Grande Guerra", 73, 1, Jan, 1921, 5-15.

BEÇA, Adriano Accácio de Madureira, "Lições da Grande Guerra", 73, 4/5, Abr/Mai, 1921, 169-201.

BEÇA, Adriano Accácio de Madureira, "Lições da Grande Guerra", 73, 6/7, Jun/Jul, 1921, 265-298.

BEÇA, Adriano Accácio de Madureira, "Lições da Grande Guerra", 73, 8/9, Ago/Set, 1921, 361-384.

BEÇA, Adriano Accácio de Madureira, "Lições da Grande Guerra", 73, 10/11, Out/Nov, 1921, 474-493.

BESSA, Carlos da Costa Gomes, "O vôo de um zeppelin alemão e a I Grande Guerra na África Oriental", 138, 7/8, Jul/Ago, 1986, 629-653.

BOTELHO, José Nicolau Raposo, "As vitórias das armas portuguesas em África", 47, 22, Nov, 1895, 673-694.

BOTELHO, José Nicolau Raposo, "As expedições ultramarinas", 52, 18, Set, 1900, 545--566.

BOTELHO, José Nicolau Raposo, Os blokhaus na África do Sul", 54, 8, Abr, 1902, 225-228.

BOTELHO, José Justino Teixeira, "Arquivo colonial", 76, 4/5, Abr/Mai, 1924, 169-180.

BRANQUINHO, Alberto David, "Vencimento dos oficiais no ultramar", 55, 23, Dez, 1903, 705-708.

BRANQUINHO, Alberto David, "A vida económica do oficial no ultramar", 56, 1, Jan, 1904, 11-15.

BRANQUINHO, Alberto David, "A vida económica do oficial no ultramar", 56, 5, Mar, 1904, 135-138.

BRANQUINHO, Alberto David, "A vida económica do oficial no ultramar", 56, 10, Mai, 1904, 289-292.

BRANQUINHO, Alberto David, "Serviço de Campanha em África", 56, 13, Jul, 1904, 385-389.

BRANQUINHO, Alberto David, "A Administração Militar nas Colónias", 58, 6, Jun, 1906, 663-666.

BRAZ, César Augusto de Oliveira Moura, "Lourenço Marques, posição militar", 91, 7, Jul, 1939, 499-519.

BRAZ, César Augusto de Oliveira Moura, "Lourenço Marques, posição militar", 91, 8, Ago, 1939, 597-619.

BRAZ, César Augusto de Oliveira Moura, "A Marinha na colonização portuguesa", 94, 5, Mai, 1942, 287-292.

BRAZ z, César Augusto de Oliveira Moura, "Zumbo: posição aero-militar", 94, 10, Out, 1942, 581-589.

BRAZ z, César Augusto de Oliveira Moura, "Zumbo: posição aero-militar", 94, 11, Nov, 1942, 660-620.

BRAZ, César Augusto de Oliveira Moura, "A Marinha na defesa de Moçambique", 100, 5, Mai, 1948, 267-277.

BRAZÃO, Arnaldo, "A contribuição dos serviços militares para a economia de Angola", 85, 9/10, Set/Out, 1933, 593-599.

BRITO, Constantino José de, "Resposta ao artigo do Sr. Barahona publicado na Revista Militar nº. 20 (I)" , 12, 24, Dez, 1860, 765-788.

BRITO, Constantino José de, "Resposta ao artigo do Sr. Barahona publicado na Revista Militar nº. 20 (II)", 13, 1, Jan, 1861, 7-16.

BRITO, Viriato Mamede de, "A cavalaria na defesa de Moçambique", 99, 12, Dez, 1947, 655-668.

CADIMA, Emídio Duarte, "Sul de Angola: Môngua 1915", 110, 8/9, Ago/Set, 1958, 433-466.

CÂMARA, Zarco Gomes Pereira da, "Campanha do Sul de Angola em 1915", 92, 4, Abr, 1940, 226-242.

CÂMARA, Zarco Gomes Pereira da, "Campanha do Sul de Angola em 1915", 92, 10, Out, 1940, 645-652.

CANN, John P., "Moçambique, Africa Oriental Alemã e a Grande Guerra", 151, 5, Mai, 2002, 361-392.

CANN, John P., "Angola e a Grande Guerra", 152, 1, Jan, 2003, 99-121.

CAROÇO, Jorge Frederico Velez, "Índole guerreira dos Guinéus", 98, 7, Jul,1946, 342--347.

CAROÇO, Jorge Frederico Velez, "Grande pioneiro da Guiné", 98, 12, Dez, 1946, 641--650.

CARVALHO, Filipe Cândido de Sousa Dias Ribeiro de, "A campanha na África Oriental", 88, 9, Set, 1936, 652-668.

CARVALHO, Filipe Cândido de Sousa Dias Ribeiro de, "A campanha na África Oriental", 88, 11, Nov, 1936, 823-834.

CARVALHO, Filipe Cândido de Sousa Dias Ribeiro de, "Louvor do soldado africano", 94, 5, Mai, 1942, 303-306.

CASIMIRO, Augusto, "Oitenta anos de vida colonial: 1849-1929", 81, 7/8, Jul/Ago, 1929, 404-422.

CASIMIRO, Augusto, "Oitenta anos de vida colonial: 1849-1929", 81, 11/12, Nov/Dez, 1929, 713-722.

CESAR, Victoriano José (tradução), "Os ensinamentos da guerra: valor que actualmente têm e como devem ser considerados", 72, 12, Dez, 1920, 649-659.

CESAR, Vitoriano, "O livro do general Bernhardi – A Alemanha e a próxima guerra", 68, 2, Fev, 1916, 19-41.

CHAVES, Francisco José d'Oliveira Sá, "Moçambique 1896-1898" (Cap. I-II), 51, 10, Mai, 1899, 289-296.

CHAVES, Francisco José d'Oliveira Sá, "Moçambique 1896-1898" (Cap. III-IV), 51, 11,Jun, 1899, 333-342.

CHAVES, Francisco José d'Oliveira Sá, "Moçambique 1896-1898" (Cap. V), 51, 12, Jun, 1899, 361-367.

COELHO, Bernardino Peixoto P., "A Guerra do Humbe de 1885" (Cap. I), 50, 1, Jan, 1898, 23-27.

COELHO, Bernardino Peixoto P., "A Guerra do Humbe de 1885" (Cap. II), 50, 4, Fev, 1898, 115-118.

COELHO, Bernardino Peixoto P., "A Guerra do Humbe de 1885" (Cap. III), 50, 5, Mar, 1898, 138-143.

COELHO, Bernardino Peixoto P., "A Guerra do Humbe de 1885" (Cap. IV), 50, 7, Abr, 1898, 208-212.

COELHO, Bernardino Peixoto P., "A Guerra do Humbe de 1885" (Cap. V), 50, 8, Abr, 1898, 242-245.

COELHO, Bernardino Peixoto P., "A Guerra do Humbe de 1885" (Cap. VI), 50, 9, Mai, 1898, 279-282.

COELHO, Bernardino Peixoto P, "Uma questão por liquidar", 50, 21, Nov, 1898, 646--647.

COELHO, Bernardo Peixoto Pinto, "As tropas no ultramar", 56, 8, Abr, 1904, 229-234.

COELHO, Bernardo Peixoto Pinto, "A África sob o ponto de vista militar e político", 56, 14, Jul, 1904, 431-435.

COELHO, Ilídio Aníbal Botelho, "A Administração Militar nas Colónias", 87, 7, Jul, 1935, 521-534.

CORDEIRO, L., "Campanhas portuguesas em África", 44, 2, Jan, 1892, 33-34.

CORREIA, António Mendes, "A guerra de guerrilhas em Moçambique", 99, 8/9, Ago/Set, 1947, 443-459.

CORREIA, António Mendes, "A cobertura terrestre da colónia de Angola", 102, 8/9, Ago/Set, 1950, 507-532.

CORREIA, António Mendes, "Soldados de Angola", 104, 2/3 Fev/Mar, 1952, 187-197.

CORREIA, António Mendes, "Pelas mundas do Huambo à procura de mucubais", 104, 8/9, Ago/Set, 1952, 593-606.

CORREIA, Joaquim dos Santos "Ocupação do Cuamato: 1907", 110, 8/9, Ago/Set, 1958, 426-432.

CORRESPONDENTE DA REVISTA MILITAR, "Expedição a Moçambique", 47, 13, Jul, 1895, 390-392.

Correspondente DA REVISTA MILITAR, "Expedição a Moçambique", 47, 14, Jul, 1895, 432-435.

COSTA, Carlos Pedro Barahona e, "Exército do Ultramar", 12, 17, Set, 1860, 574-577.

COSTA, Carlos Pedro Brahona e, "Algumas palavras sobre as adições e alterações feitas ao Projecto de Lei do Exm.º Senhor Luiz Travassos Valdez", 12, 20, Out, 1860, 641-646.

COSTA, Carlos Pedro Barahona e "Portugal e as suas Colónias", 17, 8, Abr, 1865, 155--157.

COSTA, Eduardo Augusto Ferreira da, "A questão do Cuanhama", 57, 10, Out, 1905, 773-782.

COSTA, Eduardo Augusto Ferreira da, "A questão do Cuanhama", 57, 11, Nov, 1905, 863-942.

COSTA, Eduardo Augusto Ferreira da, "A questão do Cuanhama", 57, 9, Set, 1905, 734-741.

COSTA, Victorino Gomes da, "A Marinha portuguesa na última guerra", 71, 6/7, Jun/Jul, 1919, 377-403.

COSTA, Mário Augusto, "Pelo recrutamento europeu em Moçambique", 79, 11/12, Nov/Dez, 1927, 497-505.

COSTA, Mário Augusto da, "A Grande Guerra na África Oriental Portuguesa", 80, 9/10, Set/Out, 1928, 483-490.

COSTA, Mário Augusto da, "Nangadi: 1-8-1916", 81, 5/6, Mai/Jun, 1929, 358-363.

COSTA, Mário Augusto da, "Grande Guerra em Moçambique", 82, 3/4, Mar/Abr, 1930, 161-175.

COSTA, Mário Augusto da, "Grande Guerra em Moçambique", 82, 5/6, Mai/Jun, 1930, 298-307.

COSTA, Mário Augusto da, "Efemérides da Grande Guerra em Moçambique", 82, 7/8, Jul/Ago, 1930, 367-375.

COSTA, Mário Augusto da, "Um relatório de paz em tempo de guerra", 83, 5/6, Mai/Jun, 1931, 311-316.

COSTA, Virgílio Pereira da, "Recursos económico-militares de Angola", 84, 3/4, Mar/Abr, 1932, 211-230.

COSTA, Mário Augusto da, "Grande Guerra em Moçambique: como eram tratados os prisioneiros de guerra portugueses", 85, 3/4, Mar/Abr, 1933, 98-202.

COSTA, Mário Augusto da, "Cantos guerreiros", 86, 7/8, Jul/Ago, 1934, 518-520.

COSTA, Mário Augusto da, "A revolta de John Chilemba", 89, 2, Fev, 1937, 111-115.

COSTA, Mário Augusto da, "A história de Moçambique é a sua história militar", 90, 5, Mai, 1938, 363-367.

COSTA, Mário Augusto da, "Moçambique militar: roteiro do seu estudo", 95, 8, Ago, 1943, 424-441.

COSTA, Mário Augusto da, "Massangano", 100, 8, Ago, 1948, 475-478.

COSTA JÚNIOR, José Ribeiro da, "Serviços administrativos em campanha no Sul de Angola", 67, 2, Fev, 1915, 102-110.

COSTA JÚNIOR, José Ribeiro da, "A Administração Militar nas Campanhas de ocupação das nossas Colónias", 94, 5, Mai, 1942, 284-286.

COSTA JÚNIOR, José Ribeiro da, "Caldas Xavier", 94, 5, Mai, 1942, 298-302.

COUTINHO, Victor Hugo de Azevedo, "A província de Moçambique e a sua força armada", 76, 3, Mar, 1924, 86-87.

CRUZ, Frederico Jaime César de, "A frente marítima de Angola", 105, 12, Dez, 1953, 813-845.

CRUZ, João José de Sousa, "O rio Rovuma", 161, 11, Nov, 2009, 1439-1504.

CUNHA, Francisco Júlio Matias Barão da, "Os militares e as instituições tradicionais africanas", 122, 2/3, Fev/Mar, 1970, 157-183.

CURADO, Francisco Pedro, "Recrutamento dos oficiais para a província de Moçambique", 55, 15, Ago, 1903, 460-466.

CURADO, Francisco Pedro, "Duas palavras acerca de assuntos do Exército colonial", 55, 16, Ago, 1903, 481-487.

DIAS, Gastão Adalberto Antunes de Sousa, "A defesa de Angola", 84, 9/10, Set/Out, 1932, 598-620.

DIAS, Gastão Adalberto Antunes de Sousa, "Os auxiliares nas campanhas do Sul de Angola", 95, 5, Mai, 1943, 280-287.

Dias, Gastão Adalberto Antunes de Sousa, "O desastre do vau do Pembe", 97, 12, Dez, 1945, 636-653.

DIAS, Luís Casimiro de Mesquita, "A navegação a vapor nos rios africanos", 98, 6, Jun, 1946, 305-310.

DIAS, Gastão Adalberto Antunes de Sousa, "A reconquista de Luanda", 100, 8, Ago, 1948, 465-474.

DIAS, Gastão Adalberto Antunes de Sousa, "A tomada das Pedras de Pungo-Andongo", 106, 2/3, Fev/Mar, 1954, 127-152.

DIAS, Gastão Adalberto Antunes de Sousa, "A tomada das Pedras de Pungo-Andongo", 106, 4, Abr, 1954, 259-272.

DIRECÇÃO, "A reorganização das forças defensivas das Colónias", 64, 4, Abr, 1912, 241-242.

DIRECÇÃO, "A Infantaria e os seus mortos", 72, 6, Jun, 1920, 321-321.

DIRECÇÃO, "Pela Pátria: honra ao soldado desconhecido, o Exército e à raça portuguesa", 73, 2/3, Fev/Mar, 1921, 65-70.

DIRECÇÃO, "O centenário de Mousinho de Albuquerque", 107, 10, Out, 1955, 633-638.

DIRECÇÃO, "Ocupação do Sul de Angola" 110, 8/9, Ago/Set, 1958, 425-426.

DIRECÇÃO, "Noventa anos após Marracuene", 137, 3/4 Mar/Abr, 1985, 219-221.

DUARTE, António Paulo David Silva, "Esboço para uma leitura estratégica sobre a campanha de Moçambique: 1914-1918", 150, 8/9, Ago/Set, 1998, 667-704.

F. G., "Oficiais para o Ultramar", 54, 7, Abr, 1902, 201-203.

F. R., "O problema colonial", 43, 13, Jul, 1891, 400-407.

FARO, José Dionísio Carneiro de Sousa e, "O fomento colonial", 57, 1, Jan, 1905, 45--48.

FARO, José Dionísio Carneiro de Sousa e, "Zambézia", 57, 3, Mar, 1905, 199-205.

FARO, José Dionísio Carneiro de Sousa e, "Zambézia", 58, 4, Abr, 1906, 281-291.

FARO, José Dionísio Carneiro de Sousa e, "Administração colonial: regime concessionário", 59, 4, Abr, 1907, 302-311.

FAUSTINO, Francisco dos Anjos, "10ª Companhia Indígena de Infantaria: Moçambique", 84, 1/2, Jan/Fev, 1932, 7-81.

FELGAS, Hélio Augusto Esteves, "Chaimite contado por Mousinho", 105, 1, Jan, 1953, 45-52.

FELGAS, Hélio Augusto Esteves, "Emigração indígena de Moçambique para os países limítrofes", 106, 12, Dez, 1954, 903-944.

FELGAS, Hélio Augusto Esteves, "Os carregadores nativos em possíveis operações militares em Angola", 107, 12, Dez, 1955, 811-830.

FELGAS, Hélio Augusto Esteves, "A campanha dos balantas em 1914", 111, 5, Mai, 1959, 291-297.

FELGAS, Hélio Augusto Esteves, "Dembo, sentai-vos", 112, 4, Abr, 1960, 215-220.

FELGAS, Hélio Augusto Esteves, "As comunicações na defesa militar do Congo Português", 112, 12, Dez, 1960, 803-842.

FELGAS, Hélio Augusto Esteves, "A evolução política dos territórios franceses e ingleses da África",113, 4, Abr, 1961, 187-208.

FERREIRA, Carlos Ivo de Sá, "Breves notas sobre a organização das forças indígenas na África Central Inglesa", 56, 23, Dez, 1904, 710-716.

FERREIRA, Carlos Ivo de Sá, "Forças indígenas da Província de Moçambique", 57, 12, Dez, 1905, 1040-1042.

FERREIRA, Carlos Ivo de Sá, "Exército colonial", 63, 1, Jan, 1911, 11-13.

FERREIRA, Carlos Ivo de Sá "Exército colonial", 63, 11, Nov, 1911, 889-902.

FERREIRA, João, "Forças indígenas da Província de Moçambique", 58, 6, Jun, 1906, 660-662.

FERREIRA, Octávio de Sousa, "Alimentação do soldado indígena", 85, 3/4, Mar/Abr, 1933, 203-221.

FERREIRA, Manuel António, "Cêrco de Chaúl", 91, 2, Fev, 1939, 120-135.

FERREIRA, Manuel António, "Façanhas heróicas", 91, 3, Mar, 1939, 214-222.

FERREIRA, João Brandão, "A implantação da República Portuguesa numa perspectiva geopolítica", 140, 2/3, Fev/Mar, 1988, 105-174.

FERREIRA, João Brandão, "Direito Internacional aplicado aos Descobrimentos até à Conferência de Berlim", 150, 3,Mar, 1998, 163-193.

FERREIRA, João Brandão, "A especificidade da colonização portuguesa", 151, 2/3, Fev/Mar, 1999, 615-626.

FERREIRA, João Brandão, "Aspectos do comércio com o ultramar português até ao final do séc. XIX", 151, 10, Out, 1999, 1477-1495.

FEYO, Barata, "Reorganização das forças ultramarinas", 51, 10, Mai, 1899, 308-311.

FIGUEIREDO, António, "A guerra anglo-boer", 80, 5/6, Mai/Jun, 1928, 243-253.

FONSECA, António Marciano Ribeiro da, "A propósito do Regimento de Infantaria do Ultramar" (Cap I), 30, 10, Mai, 1878, 302-307.

FONSECA, António Marciano Ribeiro da, "A propósito do Regimento de Infantaria do Ultramar" (Cap II), 30, 13, Jul, 1878, 407-409.

FONSECA, António Marciano Ribeiro da, "A propósito do Regimento de Infantaria do Ultramar" (Cap III), 30, 14, Jul, 1878, 434-437.

FONSECA, António Marciano Ribeiro da, "O Exército e as Colónias, 32, 24, Dez, 1880, 751-757.

FONSECA, António Marciano Ribeiro da, "A propósito do Regimento de Infantaria do Ultramar" (Cont. do Cap III), 30, 17, Set, 1878, 525-528.

FONSECA, António Marciano Ribeiro da, "A propósito do Regimento de Infantaria do Ultramar" (Cap IV-VI), 31, 15, Ago, 1879, 466-472.

FONSECA, António Marciano Ribeiro da, "A propósito do Regimento de Infantaria do Ultramar" (Concl.), 32, 1880, 454-458.

FONSECA, António Marciano Ribeiro da, "Mais uma desilusão", 33, 9, Mai, 1881, 275--278.

FONSECA, António Marciano Ribeiro da, "A Expedição", 43, 4, Fev, 1891, 102-106.

FONSECA, António Marciano Ribeiro da, "Algumas verdades", 43, 5, Mar, 1891, 129-135.

FONSECA, António Marciano Ribeiro da, "A questão colonial" (I), 43, 7, Abr, 1891, 199-203.

FONSECA, António Marciano Ribeiro da, "A questão colonial" (II), 43, 8, Abr, 1891, 236-240.

FONSECA, António Marciano Ribeiro da, "A questão colonial" (III), 43, 9, Mai, 1891, 274-281.

FONSECA, António Marciano Ribeiro da, "O Rei do Congo D. Pedro V" (I), 43, 10, Mai, 1891, 292-302.

FONSECA, António Marciano Ribeiro da, "O Rei do Congo D. Pedro V" (II), 43, 11, Jun, 1891, 324-330.

FONSECA, António Marciano Ribeiro da, "*Quod natura non dat salamantica non praestat*", 46, 6, Mar, 1894, 168-171.

FONSECA, António Marciano Ribeiro da, "A Kionga", 46, 18, Set, 1894, 560-563.

FONSECA, António Marciano Ribeiro da, "O Exército no ultramar", 46, 20, Out, 1894, 625-627.

FONSECA, António Marciano Ribeiro da, "O Exército no ultramar", 46, 22, Nov, 1894, 678-682

FONSECA, António Marciano Ribeiro da, "Organização militar colonial", 47, 2, Jan, 1895, 46-49.

FONSECA, António Marciano Ribeiro da, "Organização militar colonial", 47, 6, Mar, 1895, 161-164.

FONSECA, António Marciano Ribeiro da, "Organização militar colonial", 47, 13, Jul, 1895, 385-390.

FONSECA, António Marciano Ribeiro da, "Organização militar colonial", 47, 20, Out, 1895, 609-614.

FONSECA, António Marciano Ribeiro da, "A expedição a Moçambique", 47, 23, Dez, 1895, 708-713.

FONSECA, António Marciano Ribeiro da, "Mais uma glória", 48,1, Jan, 1896, 9-12.

Fonseca, José António Nunes da, "O general Pereira d'Eça", 137, 9, Set, 1985, 601-63.

FOUVILLE, General, "O desgaste alemão", 69, 10, Out, 1917, 695-700.

FRAGA, Luís Manuel Alves de, "Portugal na Grande Guerra: razões económicas de beligerância", 137, 12, Dez, 1985, 841-887.

GARCIA, Henrique António do Nascimento, "Condições de serviço do soldado indígena em Moçambique", 107, 12, Dez, 1955, 831-874.

GARCIA, Henrique António do Nascimento, "Problemas militares de Moçambique", 109, 11, Nov, 1957, 657-697.

GARCIA, Henrique António do Nascimento, "Alguns aspectos da organização militar de Moçambique", 111, 11, Nov, 1959, 649-698.

GIÃO, Manuel Rosado Fernandes, "Sobre organização do Serviço de Saúde em campanha", 74, 8, Ago, 1922, 400-417.

GIL, José César Ferreira, "Campanha desastrosa", 63, 10, Out, 1911, 832-848.

GIL, José César Ferreira, "Campanha desastrosa", 63, 11, Nov, 1911, 924-945.

GIL, José César Ferreira, "A preparação da infantaria para a guerra", 67, 2, Fev, 1915, 65-82.

GIL, José César Ferreira, "A preparação da infantaria para a guerra", 67, 5, Mai, 1915, 283-302.

GIL, José César Ferreira, "A invasão da África Oriental Alemã pelos portugueses: o esforço da expedição de 1916", 71, 6/7, Jun/Jul, 1919, 331-352.

GOMES JÚNIOR, Joaquim Rodrigues, "Cavalaria de África", 89, 3, Mar, 1937, 171-182.

GOMES JÚNIOR, Joaquim Rodrigues, "Serviços militares em Moçambique", 92, 10, Out, 1940, 615-633.

GOMES JÚNIOR, Joaquim Rodrigues, "Serviços militares em Moçambique", 92, 11, Nov, 1940, 720-729

GOMES JÚNIOR, Joaquim Rodrigues, "Mouzinho de Albuquerque", 93, 3, Mar, 1941, 132-134.

GOMES JÚNIOR, Joaquim Rodrigues, "Reconhecimentos e patrulhas em África", 93, 8, Ago, 1941, 455-459.

GOMES JÚNIOR, Joaquim Rodrigues, "Reconhecimentos e patrulhas em África", 93, 11, Nov, 1941, 671-679.

GOMES JÚNIOR, Joaquim Rodrigues, "Reconhecimentos e patrulhas em África", 93, 12, Dez, 1941, 734-739.

GOMES JÚNIOR, Joaquim Rodrigues, "Cavalaria moderna em Moçambique", 95, 9, Set, 1943, 499-507.

GONÇALVES, Júlio, "A expedição de 1891 a Moçambique", 95, 5, Mai, 1943, 270-276.

GOUVEIA, João Filippe de, "Ultramar", 12, 9, Mai, 1860, 321-324.

GOUVEIA, João Filippe de, "Ultramar", 12, 12, Jun, 1860, 433-435.

GOUVEIA, João Filippe de, "Ultramar", 14, 6, Mar, 1862, 175-180.

GOUVEIA, João Filippe de, "Ultramar", 14, 16, Ago, 1862, 463-465.

GRANATE, Luciano Ernesto da Silva, "Dragões de Moçambique", 88, 3, Mar, 1936, 189-199.

HESPANHA, Jaime Rebelo, "Serviço de Subsistências das tropas nas campanhas coloniais: bases para a sua organização e funcionamento em Angola", 89, 3, Mar, 1937, 142-158.

HESPANHA, Jaime Rebelo, "Serviço de Subsistências das tropas nas campanhas coloniais: bases para a sua organização e funcionamento em Angola", 89, 7, Jul, 1937, 467-495.

LEAL, Fernando da Costa, "Duas palavras acerca da actual organização da força militar de Angola e da sua reforma em harmonia com as circunstâncias e necessidades da Província (Cap I-V)", 13, 13, Jul, 1861, 415-422.

LEAL, Fernando da Costa, "Duas palavras acerca da actual organização da força militar de Angola e da sua reforma em harmonia com as circunstâncias e necessidades da Província (Cap. VI-VII)", 13, 14, Jul, 1861, 451-455.

LEAL, Fernando da Costa, "Duas palavras acerca da actual organização da força militar de Angola e da sua reforma em harmonia com as circunstâncias e necessidades da Província (Cont. Cap. VII)", 13, 15, Ago, 1861, 477-480.

LEAL, Fernando da Costa, "Duas palavras acerca da actual organização da força militar de Angola e da sua reforma em harmonia com as circunstâncias e necessidades da Província (Cont. Cap. VII)", 3, 16, Ago, 1861, 510-514.

LEAL, Fernando da Costa, "Duas palavras acerca da actual organização da força militar de Angola e da sua reforma em harmonia com as circunstâncias e necessidades da Província (Cap. VIII- X)", 13, 17, Set, 1861, 546-551.

LEITÃO, Rogado, "Um volver de olhos sobre a Força Pública de Angola", 31, 23, Dez, 1879, 723-729.

LIBERATO, António de Oliveira, "O capitão Freire da Costa", 98, 6, Jun, 1946, 278-284.

LIMA, Luís Constantino, "Campanha de Bissau em 1894", 98, 5, Mai, 1946, 209-214.

LOPES, Rui Silvino de Freitas, "Da habitação tradicional dos povos pastores da África Meridional a Mousinho", 144, 4, Abr, 1992, 231-241.

M, "Crónica Colonial", 92, 3, Mar , 1940, 193-196.

M. O., "Keonga", 68, 5, Mai, 1916, 292-295.

MACEDO, Carlos Lemonde de, "Nhamacurra: caderno de guerra e de paz", 133, 1/2, Jan/Fev, 1981, Apênd.

MACEDO, Carlos Lemonde de, "Nhamacurra: caderno de guerra e de paz", 133, 3, Mar, 1981, Apênd.

MACEDO, Carlos Lemonde de, "Nhamacurra: caderno de guerra e de paz", 133, 4, Abr, 1981, Apênd.

MACEDO, Carlos Lemonde de, "Nhamacurra: caderno de guerra e de paz", 133, 5, Mai, 1981, Apênd.

MACEDO, Carlos Lemonde de, "Nhamacurra: caderno de guerra e de paz", 133, 6, Jun, 1981, Apênd.

MACEDO o, Carlos Lemonde de, "Nhamacurra: caderno de guerra e de paz", 133, 7/8, Jul/Ago, 1981. Apênd.

MACEDO, Carlos Lemonde de, "Nhamacurra: caderno de guerra e de paz", 133, 9, Set, 1981, Apênd.

MACEDO, Carlos Lemonde de, "Nhamacurra: caderno de guerra e de paz", 133, 10, Out, 1981, Apênd.

MACEDO, Carlos Lemonde de, "Marracuene: evocação de um combatente", 137, 3/4, Mar/Abr, 1985, 223-234.

MAGALHÃES, Manuel Barbedo de, "Trabalhos e divertimentos dos expedicionários", 95, 7, Jul, 1943, 386-391.

MAGNO, David José Gonçalves, "Anais militares do ultramar", 62, 8, Ago, 1910, 592--596.

MAGNO o, David José Gonçalves, "Quadros coloniais", 63, 3/4, Mar/Abr, 1911, 346--357.

MAGNO o, David José Gonçalves, "A ocupação dos Dembos", 66, 10, Out, 1914, 752--769.

MAGNO, David José Gonçalves, "A ocupação dos Dembos", 66, 9, Set, 1914, 680-690.

MAGNO, David José Gonçalves, "Os Dembos nos anais de Angola e Congo: 1484--1912", 68, 8, Ago, 1916, 526-541.

MAGNO, David José Gonçalves, "Os Dembos nos anais de Angola e Congo: 1484--1912", 68, 9, Set, 1916, 595-610.

MAGNO, David José Gonçalves, "Os Dembos nos anais de Angola e Congo: 1484--1912", 68, 10, Out, 1916, 687-700.

MAGNO, David José Gonçalves, "Os Dembos nos anais de Angola e Congo: 1484--1912", 68, 11, Nov, 1916, 771-785.

MAGNO, David José Gonçalves, "Os Dembos nos anais de Angola e Congo: 1484--1912", 68, 12, Dez, 1916, 851-862.

MAGNO, David José Gonçalves, "Os Dembos nos anais de Angola e Congo: 1484--1912", 69, 1, Jan, 1917, 48-63.

MAGNO, David José Gonçalves, "Os Dembos nos anais de Angola e Congo: 1484--1912", 69, 2, Fev, 1917, 132-144.

MAGNO, David José Gonçalves, "Os Dembos nos anais de Angola e Congo: 1484--1912", 69, 3, Mar, 1917, 221-225.

MAGNO, David José Gonçalves, "Os Dembos nos anais de Angola e Congo: 1484--1912", 69, 4, Abr, 1917, 262-277.

MAGNO, David José Gonçalves, "Granjas militares coloniais", 81, 7/8, Jul/Ago, 1929, 443-452.

MAGNO, David José Gonçalves, "Nos Dembos", 94, 5, Mai, 1942, 295-297.

MARQUES, Fernando Pimentel da Motta, "A passagem do rio Rovuma", 72, 5, Mai, 1920, 299-304.

MARTINS, Luiz Augusto Ferreira, "A mobilização do Exército da República", 67, 9, Set, 1915, 578-589.

MARTINS, Luiz Augusto Ferreira, "A mobilização do Exército da República", 68, 1, Jan, 1916, 83-96.

MARTINS, Eduardo Augusto de Azambuja, "A fronteira do rio Rovuma", 70, 2, Fev, 1918, 27-31.

MARTINS, Eduardo Augusto de Azambuja, "Termos da rendição alemã no Sudoeste Africano em 1915", 70, 7, Jul, 1918, 396-401.

MARTINS, Eduardo Augusto de Azambuja, "A conquista da África Oriental Alemã", 71, 2, Fev, 1919, 92-97,

MARTINS, Eduardo Augusto de Azambuja, "A conquista da África Oriental Alemã", 71, 3, Mar, 1919, 129-144.

MARTINS, Eduardo Augusto de Azambuja, "A conquista da África Oriental Alemã", 71, 4, Abr, 1919, 193-200.

MARTINS, Eduardo Augusto de Azambuja, "A conquista da África Oriental Alemã", 71, 5, Mai, 1919, 257-270.

MARTINS, Eduardo Augusto de Azambuja, "Episódios das campanhas de África", 71, 6/7, Jun/Jul, 1919, 404-407.

MARTINS, Eduardo Augusto de Azambuja, "Estudo de um regulamento de expedições coloniais", 72, 6, Jun, 1920, 347-356.

MARTINS, Eduardo Augusto de Azambuja, "Estudo de um regulamento de expedições coloniais", 72, 7, Jul, 1920, 411-420.

MARTINS, Eduardo Augusto de Azambuja, "Estudo de um regulamento de expedições coloniais", 72, 8, Ago, 1920, 463-467.

MARTINS, Eduardo Augusto de Azambuja, "Esboço da geografia militar da Província de Moçambique", 73, 2/3, Fev/Mar, 1921, 102-111.

MARTINS, Eduardo Augusto de Azambuja, "O comando alemão na África Oriental", 74, 2, Fev, 1922, 58-66.

MARTINS, Eduardo Augusto de Azambuja, "Operações militares na vizinhança de Moçambique", 76, 7/8, Jul/Ago, 1924, 345-352.

MARTINS, Eduardo Augusto de Azambuja, "Reorganização militar de Moçambique", 79, 9/10, Set/Out, 1927, 389-395.

MARTINS, Eduardo Augusto de Azambuja, "Acção civilizadora da Força Armada", 81, 1/2, Jan/Fev, 1929, 154-163.

MARTINS, Eduardo Augusto de Azambuja, "Táctica colonial", 82, 11/12, Nov/Dez, 1930, 646-664.

MARTINS, Eduardo Augusto de Azambuja, "Situação militar de Moçambique" 83, 3/4, Mar/Abr, 1931, 184-190.

MARTINS, Eduardo Augusto de Azambuja, "Recrutamento nas Colónias", 83, 9/10, Set/Out, 1931, 482-494.

MARTINS, Eduardo Augusto de Azambuja, "Centros militares de instrução nas Colónias", 84, 3/4, Mar/Abr, 1932, 169-179.

MARTINS, Eduardo Augusto de Azambuja, "Operações militares nas Colónias: sua evolução", 86, 7/8, Jul/Ago, 1934, 454-482.

MARTINS, Luis Augusto Ferreira, "Mentalidade e actividade colonial", 86, 7/8, Jul/Ago,1934, 424-437.

MARTINS, Eduardo Augusto de Azambuja, "A defesa do nosso domínio africano", 87, 7, Jul, 1935, 573-589.

MARTINS, Eduardo Augusto de Azambuja, "Exercícios com tropa africana", 88, 8, Ago, 1936, 543-553.

MARTINS, Eduardo Augusto de Azambuja, "Operações no Baru", 89, 5, Mai, 1937, 281-307.

MARTINS, Eduardo Augusto de Azambuja, "Os territórios do Niassa", 81, 11/12, Nov/Dez, 1929, 699-708.

MARTINS, Eduardo Augusto de Azambuja, "Estudo demográfico indígena em Moçambique considerando a defesa militar da Colónia", 91, 8, Ago, 1939, 569-596.

MARTINS, Eduardo Augusto de Azambuja, "Selecção de recrutas europeus para quadros coloniais", 93, 8, Ago, 1941, 449-454.

MARTINS, Luís Augusto Ferreira, "A nossa história colonial contemporânea na educação militar da juventude", 94, 5, Mai, 1942, 267-269.

MARTINS, Eduardo Augusto de Azambuja, "A função do cronista colonial na propaganda e na educação do espírito colonial militar" , 94, 5, Mai, 1942, 280-283.

MARTINS, Eduardo Augusto de Azambuja, "O Ultramar Português na Revista Militar", 94, 8, Ago, 1942, 453-457 (v. 94, 9, Set, 1942, p. 521).

MARTINS, Eduardo Augusto de Azambuja, "A formação colonial dos futuros oficiais", 95, 5, Mai, 1943, 264-269.

MARTINS, Eduardo Augusto de Azambuja, "A defesa de Moçambique", 95, 10, Out, 1943, 545-557.

MARTINS, Eduardo Augusto de Azambuja, "A defesa do nosso domínio africano", 87, 6, Jun, 1935, 421-437.

MARTINS, Eduardo Augusto de Azambuja, "Moçambique: um relatório instrutivo acerca da evolução militar", 96, 11, Nov, 1944, 372-376.

MARTINS, Eduardo Augusto de Azambuja, "Monumentos militares", 97, 3,Mar, 1945, 115-119.

MARTINS s, Eduardo Augusto de Azambuja, "Defesa de Moçambique, considerando o seu potencial humano", 97, 11, Nov, 1945, 549-561.

MARTINS s, Eduardo Augusto de Azambuja, "Literatura militar colonial", 100, 9, Set, 1948, 522-528.

MARTINS, Luís Augusto Ferreira, "Os antigos combatentes e as relações luso-belgas", 106, 12, Dez, 1954, 877-885.

MARTINS, Luís Augusto Ferreira, "Mouzinho e a génese da sua acção de Chaimite", 107, 10, Out, 1955, 639-650.

MARTINS, Luís Augusto Ferreira, "O general Von Lettow e a campanha da África Oriental", 116, 7, Jul, 1964, 389-408.

MATOS, José Mendes Ribeiro Norton de, "A missão do Exército na colonização portuguesa", 86, 7/8, Jul/Ago, 1934, 420-423.

MATOS, José Mendes Ribeiro Norton de, "Tarefa ingente", 91, 6, Jun, 1939, 433-453.

MATOS, José Mendes Ribeiro Norton de, "Os imperativos nacionais na transformação de Angola", 94, 5, Mai, 1942, 263-266.

MATOS, José Mendes Ribeiro Norton de, "Imperativos internacionais na transformação dos regimes coloniais", 95, 5, Mai, 1943, 241-252

MATOS, José Mendes Ribeiro Norton de, "A nossa sorte em África", 96, 6, Jun, 1944, 293-299.

MATOS, José Mendes Ribeiro Norton de, "Angola", 100, 8, Ago, 1948, 437-439.

MAYA, Fernando da Costa, "As Alianças", 40, 17, Set, 1888, 518-523.

MAYA, Fernando da Costa, "O soldo dos reformados dos exércitos do continente e ultramar", 41, 17, Set, 1889, 527-530.

MAYA, Fernando da Costa, "As guerras coloniais", 47, 22, Nov, 1895, 677-685.

MAYA, Fernando da Costa, "A guerra sul-africana", 52, 1, Jan, 1900, 5-14.

MAYA, Fernando da Costa, "Reorganização das forças ultramarinas", 51, 12, Jun, 1899, 353-357.

MAYA, Fernando da Costa, "A aliança luso-inglesa", 52, 23, Dez, 1900, 705-709.

MAYA, Fernando da Costa, "Considerações várias", 56, 3, Fev, 1904, 65-72.

MENEZES, Ruy da Cunha e, "A Revista Militar e a Grande Guerra", 87, 11, Nov, 1935, 861-867.

MONÇÃO, Nuno Côrrea, "Serviço militar no Ultramar", 16, 3, Fev, 1864, 73-76.

MONIZ, Júlio Botelho, "Conduta das operações coloniais" 96, 6, Jun, 1944, 308-311.

MONIZ, Júlio Botelho, "A defesa de Moçambique na luta pelo poder mundial", 102, 5, Mai, 1950, 205-226.

MONTEIRO, Henrique Sátiro Lopes Pires, "Glória aos mortos", 74, 4, Abr, 1922, 169-172.

MONTEIRO o, Henrique Sátiro Lopes Pires, "A Grande Guerra na África portuguesa", 75, 9/10, Set/Out, 1923, 456-473.

MONTEIRO, Henrique Sátiro Lopes Pires, "Os europeus nas tropas coloniais", 88, 3, Mar, 1936, 200-211.

MONTEZ, Caetano de Carvalho, "Serviço nas Colónias", 82, 9/10, Set/Out, 1930, 552--559.

MONTEZ, Caetano de Carvalho, "Soldados e terras de África", 84, 7/8, Jul/Ago, 1932, 451-460.

MORAES SARMENTO, José Estêvão de, "A Defensa Nacional e as alianças defensivas", 27, 9, Mai, 1875, 187-195.

MORAES SARMENTO, José Estêvão de, "O Congresso de Bruxelas", 27, 11, Jun, 1875, 221-231.

MORAES SARMENTO, José Estêvão de, "O Congresso de Bruxelas", 27, 12, Jun, 1875, 243-254..

MORAES SARMENTO, José Estêvão de, "Exército Colonial", 30, 5, Mar, 1878, 144-147.

MORAES SARMENTO, José Estêvão de, "Uma questão colonial", 30, 17, Set, 1878, 513-520.

MORAES SARMENTO, José Estêvão de, "Tropas europeias no Ultramar", 31, 17, Set, 1879, 533-535.

MORAES SARMENTO, José Estêvão de, "Um herói obscuro", 36, 19, Out, 1884, 583-585.

MORAES SARMENTO, José Estêvão de, "O cordão sanitário", 37, 4, Fev, 1885, 97-100.

MORAES SARMENTO, José Estêvão de, "Tropas coloniais", 37, 13, Jul, 1885, 389-439.

MORAES SARMENTO, José Estêvão de, "O Recrutamento das tropas coloniais", 38, 2, Jan, 1884, 38-43.

MORAES SARMENTO, José Estêvão de, "Um protesto isolado", 41, 17, Set, 1889, 530--531.

MORAES SARMENTO, José Estêvão de, "Portugal e a Alemanha em África", 44, 18, Set, 1892, 545-550.

MORAES SARMENTO, José Estêvão de, "O perigo de amanhã", 54, 1, Jan, 1902, 5-10.

MORAES SARMENTO, José Estêvão de, "A evolução dos serviços de fardamento em Portugal", 58, 7, Jul, 1906, 697-709.

MORAES SARMENTO, José Estêvão de, "A Defesa Nacional: preparação política da guerra", 59, 3, Mar, 1907, 177-193.

MORAES SARMENTO, José Estêvão de, "A Defesa Nacional: preparação política da guerra", 59, 4, Abr, 1907, 257-274.

MORAES SARMENTO, José Estêvão de, "A aliança luso-inglesa", 61, 11, Nov, 1909, 937-948.

MORAES SARMENTO, José Estêvão de, "Episódios das glórias ultramarinas", 62, 1, Jan, 1910, 25-30.

MORAES SARMENTO, José Estêvão de, "Episódios das glórias ultramarinas", 62, 7, Jul, 1910, 492-505.

MORAES SARMENTO, José Estêvão de, "Episódios da preparação da guerra para a conquista do domínio do mar", 64, 2, Fev, 1912, 81-95.

MORAES SARMENTO, José Estêvão de, "A preparação da guerra europeia sob o ponto de vista anglo-alemão", 64, 3, Mar, 1912, 166-183.

MORAES SARMENTO, José Estêvão de, "A rivalidade anglo-alemã", 66, 1, Jan, 1914, 5-25.

MORAES SARMENTO, José Estêvão de, "Episódios da guerra actual: o esforço português", 69, 11, Nov, 1917, 729-740.

MORAES SARMENTO, José Estêvão de, "Episódios da guerra actual: de como foi conquistado em 20 anos e perdido em 4 meses um famoso império colonial" 70, 10, Out, 1918, 579-601.

MORAES SARMENTO, José Estêvão de, "Consequências do derruimento de dois Impérios", 72, 4, Abr, 1920, 193-210.

MORAES SARMENTO, Júlio Ernesto de, "Um episódio da acção da cavalaria na Grande Guerra", 74, 4, Abr, 1922, 203-211.

MORAES SARMENTO, José Estevão de, "A Revista Militar durante o largo período de 1849 a 1929", 81, 1/2, Jan/Fev, 1929, 8-13.

MORAES SARMENTO, José Estevão de, "Portugal na Guerra Mundial", 135, 11/12, Nov/Dez, 1983, 889-908.

MORAIS, Tancredo Octávio Faria de, "As antigas estações coloniais", 94, 5, Mai, 1942, 274-279.

MORAIS, Alberto Faria de, "Três cartas de Mousinho", 95, 6, Jun, 1943, 323-331.

MORAIS, Joaquim Henrique de Freitas, "A Engenharia na campanha de 1895 em Moçambique", 95, 11, Nov, 1943, 614-623.

MORENO JÚNIOR, Mateus Martins, "Aspectos da defesa militar de Angola", 92, 10, Out, 1940, 634-644.

MORENO JÚNIOR, Mateus Martins "Valores do Império: João Ortigão Peres", 96, 6, Jun, 1944, 322-326.

MOTA, António Emílio Simões da, "A coluna de socorro a Newala", 80, 9/10, Set/Out, 1928, 458-467.

MOURA, Jacinto José do Nascimento, "Conferência do Desarmamento e a defesa das Colónias", 84, 5/6, Mai/Jun, 1932, 305-321.

MOURA, Jacinto José do Nascimento, "Educação do soldado indígena", 86, 7/8, Jul/Ago, 1934, 495-517.

MOURA, Jacinto José do Nascimento, "A expedição de Francisco Barreto ao Monomopata", 112, 11, Nov, 1960, 715-719.

NETTO, L. S., "Sobre quadros transitórios do Ultramar", 56, 15, Ago, 1904, 457-465.

NORONHA, Eduardo de, "Um episódio da 2ª guerra do Transvaal em o monte Majuba", 71, 2, Fev, 1919, 65-80.

NORTON DE MATOS, José Mendes Ribeiro, "O Exército em Angola", 76, 3, Mar, 1924, 83-85.

O. S., "Notas para a história da campanha de Moçambique em 1895-96", 48, 2, Jan, 1896, 33-37.

O. S., "Notas para a história da campanha de Moçambique em 1895-96", 48, 3, Fev, 1896, 71-77.

O. S., "Notas para a história da campanha de Moçambique em 1895-96", 48, 8, Abr, 1896, 225-229.

OLIVEIRA, João Xavier d'Athayde de, "África", 46, 20, Out, 1894, 609-617.

OLIVEIRA, José Carlos, "Terras do Fim do Mundo – Campanhas do Cuamato (1905, 1906, 1907)", 157, 12, Dez, 2005, 1469-1477.

P., "Reorganização das forças ultramarinas", 52, 5, Mar, 1900, 134-140.

PAIVA, Arthur, "Expedição ao Bié", 44, 2, Jan, 1892, 34-39.

PAIVA, Arthur, "Expedição ao Bié", 44, 3, Fev, 1892, 80-86.

PAIVA, Arthur, "Expedição ao Bié", 44, 4, Fev, 1892, 114-118.

PAIVA, Arthur, "Expedição ao Bié", 44, 5, Mar, 1892, 151-154.

PAIVA, Arthur, "Expedição ao Bié", 44, 6, Mar, 1892, 177-182.

PAIVA, Arthur, "Expedição ao Bié", 44, 7, Abr, 1892, 208-212.

PAIVA, Arthur, "Expedição ao Bié", 44, 8, Abr, 1892, 230-235.

PAIVA, Arthur, "Expedição ao Bié", 44, 9, Mai, 1892, 266-269.

PAIVA, Arthur, "Expedição ao Bié", 44, 10, Mai, 1892, 299-304.

PARRA, António Francisco Neto, "A artilharia em Moçambique", 101, 4, Abr, 1949, 231-239.

PARRA, António Francisco Neto, "A artilharia em Moçambique", 101, 5, Mai, 1949, 301-314.

PARRA, António Francisco Neto, "Organização dos serviços militares de Moçambique", 101, 12, Dez, 1949, 715-722.

PASSOS, Humberto, "As Colónias portuguesas prolongamento de Portugal: Angola", 98, 11, Nov, 1946, 599-606.

PEDROSA, Augusto Frederico Pinto de Rebello, "Abre-se um parêntesis", 36, 22, Nov, 1884, 696-699.

PEIXOTO, Francisco, "Relatório que a S. Exª. o conselheiro Adrião Accácio da Silveira Pinto, governador geral de Angola, dirigiu o major Francisco PEIXOTO, comandante do Batalhão de Infantaria de Linha de Luanda", 2, 3, Mar, 1850, 137-139.

PERES, João Ortigão, "A organização militar do Ultramar", 57, 4, Abr, 1905, 305-311.

PERES, João Ortigão, "A organização militar do Ultramar", 57, 5, Mai, 1905, 403-412.

PERES s, João Ortigão, "Táctica de combate a empregar contra o gentio de Angola", 58, 1, Jan, 1906, 13-22.

PIMENTEL, Luiz Augusto, "O Exército do continente e as possessões de além-mar", 12, 12, Jun, 1860, 394-398.

PIMENTEL, António Sepulveda, "Correspondência – Ultramar", 12, 18, Set, 1860, 599--603.

PIMENTEL, Luiz Augusto, "Serviço militar no Ultramar", 13, 2, Jan, 1861, 53-59.

PIMENTEL, António Sepulveda, "Considerações: Serviço militar no Ultramar", 13, 19, Out, 1861 619-623.

PIMENTEL, Luiz Augusto, "A Grande questão do dia", 15, 10, Mai, 1863, 273-279.

PIMENTEL, Miguel António, "O Governo das colónias", 30, 7, Abr, 1878, 201-203.

PIMENTEL, Miguel António, "A Força militar da Guiné", 49, 15, Ago, 1897, 458-466.

PIMENTEL, Miguel António, "A guerra de Bissau em 1894", 49, 20, Out, 1897, 616-623.

PIMENTEL, Miguel António, "A guerra de Bissau em 1894", 49, 21, Nov, 1897, 653-660.

PIMENTEL, Miguel António, "A guerra de Bissau em 1894", 49, 23, Dez, 1897, 714-719.

PINTO, Adolfo do Amaral Abranches, "Mouzinho: o Africano", 93, 3, Mar, 1941, 129-131.

PINTO, Guilherme António do Amaral Abranches, "Higiene do soldado metropolitano em campanha na Colónia de Moçambique", 94, 9, Set, 1942, 545-554.

PINTO, Guilherme António do Amaral Abranches, "Higiene do soldado metropolitano em campanha na Colónia de Moçambique", 94, 10, Out, 1942, 615-622.

PINTO, Guilherme António do Amaral Abranches, "Higiene do soldado metropolitano em campanha na Colónia de Moçambique", 94, 12, Dez, 1942, 724-749.

PINTO, Adolfo do Amaral Abranches, "O campo de instrução militar de Boane nas comunicações entre Lourenço Marques e a fronteira", 98, 8/9, Ago/Set, 1946, 388--415.

PONTE, Luís Monteiro Nunes da, "Notas da campanha de Moçambique: 1917-1918", 92, 7, Jul, 1940, 437-445.

PONTE, Luís Monteiro Nunes da, "Notas da campanha de Moçambique: 1917-1918", 92, 8, Ago, 1940, 515-525.

PONTE, Luís Monteiro Nunes da, "Notas da campanha de Moçambique: 1917-1918", 92, 11, Nov, 1940, 706-719.

PONTE, Luís Monteiro Nunes da, "Notas da campanha de Moçambique: 1917-1918", 93, 1, Jan, 1941, 23-28.

PONTE, Luís Monteiro Nunes da, "Notas da campanha de Moçambique: 1917-1918", 93, 2, Fev, 1941, 84-90.

PONTE, Luís Monteiro Nunes da, "Recordando uma campanha na Guiné", 95, 5, Mai, 1943, 253-263.

PONTE, Luís Monteiro Nunes da, "A Guiné em 1907-1908", 98, 8/9, Ago/Set, 1946, 377-387.

PONTE, Luís Monteiro Nunes da, "Recordações da Guiné", 99, 7, Jul, 1947, 361-368.

RATO, Raúl Frederico, "A organização e os dispositivos de combate de infantaria na Grande Guerra", 72, 1, Jan, 1920, 30-38.

RATO, Raúl Frederico, "A organização e os dispositivos de combate de infantaria na Grande Guerra", 71, 12, Jan, 1919, 729-739.

REBELO, Horácio José de Sá Viana, "A evolução das fronteiras na antiga Angola portuguesa", 139, 1/2, Jan/Fev, 1987, 13-55.

REDACÇÃO, "Plano da Organização da Força militar de primeira linha da província de Angola", 9, 9 Set, 1857, 459-471.

REDACÇÃO, "Plano da Organização da Força militar de primeira linha da província de Angola", 9, 10, Out, 1857, 493-506.

REDACÇÃO, "Extracto do discurso do Senhor Ministro da Guerra na Câmara dos Deputados sobre o serviço militar no Ultramar", 15, 3, Fev, 1863, 92-103.

REDACÇÃO, "Serviço militar nas Províncias Ultramarinas", 15, 9, Mai, 1863, 252-268.

REDACÇÃO, "Projecto de lei acerca do serviço militar prestado nas Províncias Ultramarinas", 15, 11, Jun, 1863, 311-321.

REDACÇÃO, "Projecto de lei acerca do serviço militar prestado nas Províncias Ultramarinas", 15, 12, Jun, 1863, 327-334

REDACÇÃO, "Plano de organização das forças militares das Províncias Ultramarinas", 21, 21, Nov, 1869, 424-437.

REDACÇÃO, "Exército do Ultramar", 26, 23, Dez, 1874, 476-481.

REDACÇÃO, "O Major Mateus da Conceição e as vítimas do Bonga", 32, 24, Dez, 1880, 749-751.

REDACÇÃO, (transcrição), "Ocupação do Zaire", 37, 3, Fev, 1885, 101-104.

REDACÇÃO, "A Nova travessia da África", 37, 15, Ago, 1885, 449-453.

REDACÇÃO, (tradução), "Glórias nacionais", 37, 18, Set, 1885, 568-570.

REDACÇÃO, "Estatísticas Ultramarinas", 37, 18, Set, 1885, 567-568.

REDACÇÃO, (transcrição), "Uma Campanha em África" (I), 42, 18, Set, 1890, 557-562.

REDACÇÃO, (transcrição), "Uma Campanha em África" (II), 42, 19, Out, 1890, 596-602.

REDACÇÃO, (transcrição), "Uma Campanha em África" (III), 42, 20, Out, 1890, 626-630.

REDACÇÃO, (transcrição), "Uma Campanha em África" (IV,), 42, 21, Nov, 1890, 660--664.

REDACÇÃO, "A Expedição a Moçambique", 42, 24, Dez, 1890, 737-739.

REDACÇÃO, "O Conflito anglo-luso", 42, 1, Jan, 1890, 5-7.

REDACÇÃO, "A Expedição a Lourenço Marques", 47, 7, Abr, 1895, 193-194.

REDACÇÃO, "A Expedição a Moçambique", 47, 13, Jul, 1895, 390-392.

REDACÇÃO, "Organização das forças ultramarinas" (Tít. I), 50, 2, Jan, 1898, 46-48.

REDACÇÃO, "Organização das forças ultramarinas" (Cont. Tít. I), 50, 16, Ago, 1898, 481-487.

REDACÇÃO, "Organização das forças ultramarinas" (Tít. II), 50, 17, Set, 1898, 536-540.

REDACÇÃO, "Organização das forças ultramarinas" (Tít. III), 50, 18, Set, 1898, 562-570.

REDACÇÃO, "Organização das forças ultramarinas", 50, 19, Out, 1898, 593-600.

REDACÇÃO, "Organização das forças ultramarinas", 50, 20, Out, 1898, 634-637.

REDACÇÃO, "Organização das forças ultramarinas", 50, 21, Nov, 1898, 665-666.

REDACÇÃO, "Organização das forças ultramarinas", 50, 22, Nov, 1898, 700-703.

REDACÇÃO, "Organização das forças ultramarinas", 50, 23, Dez, 1898, 727-735.

REDACÇÃO, "Organização das forças ultramarinas", 50, 24, Dez, 1898, 752-759.

REDACÇÃO, "Organização das forças ultramarinas", 51, 1, Jan, 1899, 13-22.

REDACÇÃO, "Organização das forças ultramarinas", 51, 2, Jan, 1899, 53-61.

REDACÇÃO, "Organização das forças ultramarinas", 51, 3, Fev, 1899, 84-91.

REDACÇÃO, "Organização das forças ultramarinas", 51, 4, Fev, 1899, 116-125.

REDACÇÃO, "Organização das forças ultramarinas", 51, 5, Mar,1899, 151-160.

REDACÇÃO, "Reorganização das forças militares ultramarinas", 51, 8, Abr, 1899, 226-238.

REDACÇÃO, (transcrição), "Documentos para a história", 54, 4, Fev, 1902, 123-124.

REDACÇÃO, (transcrição), "O Exército Ultramarino", 54, 12, Jun, 1902, 360-363.

REDACÇÃO, "Em legítima defesa, por Joaquim Teixeira Moutinho", 56, 10, Mai, 1904, 311-312.

REDACÇÃO, "Alves Roçadas", 59, 10, Out, 1907, 697-698.

REDACÇÃO, (transcrição), "Quadro de honra do Ultramar português", 70, 4, Abr, 1918, 236-240.

REDACÇÃO, (transcrição), "Quadro de honra do Ultramar português", 70, 6, Jun, 1918, 363-364.

REDACÇÃO, (transcrição), "Quadro de honra do Ultramar português", 70, 8, Ago, 1918, 494-497.

REDACÇÃO, (transcrição), "Quadro de honra do Ultramar português", 70, 10, Out, 1918, 621-624.

REDACÇÃO, (transcrição), "Quadro de honra do Ultramar português", 71, 4, Abr, 1919, 232-236.

REDACÇÃO (transcrição), "Quadro de honra do Ultramar português", 71, 5, Mai, 1919, 293-300.

REDACÇÃO, (transcrição), "Quadro de honra do Ultramar português", 71, 10, Out, 1919, 619-624.

RÊGO, António José de Campos, "Reminiscências de um combate da Grande Guerra na África Oriental", 76, 11/12, Nov/Dez, 1924, 631-638.

ROÇADAS, José Augusto Alves, "Relatório das operações de guerra no distrito da Huíla em 1905", 59, 7, Jul, 1907, 542-550.

ROÇADAS, José Augusto Alves, "Relatório das operações de guerra no distrito da Huíla em 1905", 59, 8, Ago, 1907, 596-610.

ROÇADAS, José Augusto Alves, "Relatório das operações de guerra no distrito da Huíla em 1905", 59, 9, Set, 1907, 671-680.

ROÇADAS, José Augusto Alves, "Relatório das operações de guerra no distrito da Huíla em 1905", 59, 10, Set, 1907, 737-748.

ROÇADAS, José Augusto Alves, "Relatório das operações de guerra no distrito da Huíla em 1905", 59, 11, Nov, 1907, 801-806.

ROÇADAS, José Augusto Alves, "Relatório das operações de guerra no distrito da Huíla em 1905", 59, 12, Dez, 1907,869-872.

ROMA, Bento Esteves, "Uma campanha em Angola", 86, 7/8, Jul/Ago, 1934, 483-494.

ROQUE, Raúl, "Mentalidade do soldado indígena", 84, 7/8, Jul/Ago, 1932, 439-450.

RUAS, Óscar, "Marcos miliários de Angola", 101, 6, Jun, 1949, 337-338.

RUAS, Óscar, "Marcos miliários de Angola", 100, 8, Ago, 1948, 450-451.

SÁ DA BANDEIRA, Marquês de, "Serviço militar nas Províncias Ultramarinas", 15, 13, Jul, 1863, 362-367.

SACCHETTI, António Emílio de Almeida Azevedo Barreto Ferraz, "A acção da Armada nas campanhas de África", 149, 3, Mar, 1997, 169-191.

SANTOS, J. Antunes dos, "Forças ultramarinas", 49, 22, Nov, 1897, 673-685.

SANTOS, José Gonçalves Macieira, "Serviço de Subsistências das tropas nas campanhas coloniais", 88, 10, Out, 1936, 691-721.

SANTOS s, José Gonçalves Macieira, "Sobre a organização económica", 94, 6, Jun, 1942, 355-356.

SANTOS, José Gonçalves Macieira, "Escola de quadros militares de Moçambique", 98, 7, Jul, 1946, 348-351.

SANTOS, José Gonçalves Macieira, "O Ultramar na Revista Militar", 100, 9, Set, 1948, 514-521.

SANTOS, José Alberto Loureiro dos, "O contexto da emergência da Revista Militar", 151, 12, Dez, 1999, 1963-1970.

SARSFIELD, Alexandre José, "A Questão colonial", 46, 13, Jul, 1894, 390-394.

SARSFIELD, Alexandre José, "O Exército e as colónias", 46, 21, Nov, 1894, 641-649.

SARSFIELD, Alexandre José, "Questões coloniais", 49, 5, Mar, 1897, 129-136.

SILVA, António Emílio da, "Aviação militar: os aeroplanos de Henri e Maurice Farman: uma esquadrilha aérea", 64, 5, Mai, 1912, 357-373.

SILVA, Fernando Augusto Pereira da, "A defesa do nosso Império Ultramarino", 86, 7/8, Jul/Ago, 1934, 438-453.

SILVEIRA, Carlos Henrique Jones da, "Pelas colónias: questões militares", 76, 9/10, Set/Out, 1924, 497-509.

SILVEIRA, Carlos Henriques Jones da, "De Tete ao Niassa", 82, 3/4, Mar/Abr, 1930, 125-132.

SILVEIRA, Carlos Henriques Jones da, "Os Serviços Policiais nas Colónias", 85, 7/8, Jul/Ago, 1933, 506-515.

SILVEIRA a, Carlos Henriques Jones da, "A defesa militar das Colónias: utilização de recursos locais em Moçambique", 90, 7, Jul, 1938, 534-549.

SILVEIRA, Carlos Henriques Jones da, "A defesa militar das Colónias: utilização de recursos locais em Moçambique", 90, 8, Ago, 1938, 587-614.

SILVEIRA, Carlos Henriques Jones da, "A defesa militar das Colónias: utilização de recursos locais em Moçambique", 90, 9, Set, 1938, 672-690.

SIMÕES, Joaquim Mendes Borges Ribeiro, "Reflexões sobre as campanhas de Teixeira Pinto na Guiné", 117, 11, Nov, 1965, 610-620.

SIMÕES, Luís Henrique Pacheco, "O eco das velhas páginas da Revista Militar: notícia histórica do Regimento nº 2 de Caçadores da Rainha: a expedição a Lourenço Marques", 137, 3/4, Mar/Abr, 1985, 237-293.

SOARES, F P Celestino, "Expedição para Moçambique e recrutamento na Índia", 21, 4, Fev, 1869, 41-43.

SOARES, F P Celestino, "Expedição da Zambézia", 21, 17, Set, 1869, 331-336.

SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA COMMERCIAL DO PORTO, "Exército colonial", 37, 5, Mar, 1885, 136-145.

SOUSA, Manuel Alves de, "As Províncias Ultramarinas", 10, 22, Nov, 1858, 771-773.

SOUSA, Manuel Alves de, "Serviço no Ultramar e o projecto de lei do Sr. Luiz Travassos Valdez", 12, 12, Jun, 1860, 386-3907.

SOUSA, Manuel Alves de, "O Regulamento do serviço militar para as tropas ultramarinas", 15, 13, Jul, 1863, 353-357.

SOUSA, Manuel Alves de, "As Províncias Ultramarinas", 23, 23, Dez, 1871, 490-492.

SOUSA, Manuel Alves de, "A África portuguesa", 31, 3, Fev, 1879, 65-71.

SOUZA, José Ellias da Conceição e, "Defesa das Colónias", 42, 4, Fev, 1890, 101-105.

SOUZA, José Ellias da Conceição e, "Defesa das Colónias", 47, 4, Fev, 1895, 102-107.

TELLES, Wenceslau, "O Serviço colonial" (Cap. I-II), 42, 13, Jul, 1890, 393-403.

TELLES s, Wenceslau, "O Serviço colonial" (Cap. III-IV), 42, 14, Ju, 1890, 425-434.

TELLES s, Sebastião Custódio de Souza, "A preparação da guerra em Portugal", 59, 1, Jan, 1907, 5-9.

TELO, António José, "General Moraes Sarmento: a evolução do seu pensamento com a 1ª Guerra Mundial", 146, 5, Mai, 1994, 475-490.

Um Antigo, "A questão colonial", 46, 19, Out, 1894, 577-581.

V. R., "Sargentos e oficiais do ultramar", 61, 8, Ago, 1909, 532-533.

VALDEZ, Luiz Travassos, "Serviço militar no Ultramar", 12, 9, Mai, 1860, 288-309.

VALDEZ, Luiz Travassos, "Serviço militar no Ultramar", 12, 12, Jun, 1860, 385-386.

VALDEZ, Luiz Travassos, "Relatório do Ministro do Ultramar Mendes Leal", 15, 2, Jan, 1863, 49-56.

VELLEZ, António Martins de Andrade, "Mouzinho", 88, 2, Fev, 1936, 89-91

VELLEZ, José Augusto da Conceição Alves, "A Guiné Portuguesa em 1893", 98, 3, Mar, 1946, 133-137.

VIEGAS, Luís António de Carvalho, "História Militar da Guiné", 97, 8/9, Ago/Set, 1945, 403-405.

VIEGAS, Luís António de Carvalho, "A história militar da Guiné na sua história geral", 98, 12, Dez, 1946, 629-640.

VIEIRA, José Augusto de Melo, "Transportes no Sul de Angola", 67, 9, Set, 1915, 570--577.

X. (tradução), "Os portugueses na África do Sul", 53, 1, Jan, 1901, 20-22.

X., "Tendências tácticas da infantaria alemã", 54, 24, Dez, 1902, 746-748.

XAVIER, Caldas, "A Expedição dos voluntários de Lourenço Marques a Manica", 44, 5, Mar, 1892, 143-151.

XAVIER, Caldas, "A Expedição dos voluntários de Lourenço Marques a Manica", 44, 6, Mar, 1892, 181-186.

XAVIER, Caldas, "A Expedição dos voluntários de Lourenço Marques a Manica", 44, 7, Abr, 1892, 212-216.

XAVIER, Caldas, "A Expedição dos voluntários de Lourenço Marques a Manica", 44, 8, Abr, 1892, 235-239.

XAVIER, Caldas, "A Expedição dos voluntários de Lourenço Marques a Manica", 44, 9, Mai, 1892, 269-275.

Z., "Ocupação militar da Baía de Tungue", 39, 4, Fev, 1887, 97-104.

Estabelecimento de ensino desde 1900

O Instituto de Odivelas, dependente do Estado-Maior do Exército, proporciona às suas alunas, a partir do 5.º ano de escolaridade, em regime de internato ou semi-internato os Planos Curriculares fixados pelo Ministério da Educação acrescidos das disciplinas de **Puericultura**, **Culinária**, **Drama Educativo**, **Higiene**, **Francês Prático** e **Inglês Prático**.

As alunas têm ainda à sua disposição diversas actividades:

- Circum-escolares:
  Instrução Militar,
  Esgrima, Equitação,
  Classe Especial de Ginástica,
  Teatro, Fotografia,
  Informática.
- Complemento Curricular:
  Actividades desportivas,
  Colónia de Férias,
  Intercâmbio escolar
  com **França.**



INSTITUTO DE ODIVELAS
Largo D. Dinis – 2675-336 ODIVELAS
Tel. 219 349 030
www.institutodivelas.com
io@mail.exercito.pt

Revista Militar



Fundada em 1848 2ª Época 1905
Publicação iniciada em Janeiro de 1849

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

II Século – 66º Volume – N.º 6/7

N.º 2549/2550 – Junho/Julho de 2014

FICHA TÉCNICA

Título: *Revista Militar*
Publicação mensal, N.º 2549/2550, junho/julho de 2014
Direção: Presidente: General José Luiz Pinto Ramalho
Diretor-Gerente: Major-general Adelino de Matos Coelho
Diretor-Administrador: Coronel Alfeu Raul Maia da Silva Forte
Serviços Administrativos: Chefe da Secretaria: Maj Paulo José Belo Furtado
Adjunto da Secretaria: SCh António José dos Santos Candeias
Tesoureiro: 1Sar Jorge Manuel Jesus Henriques
Auxiliar: Sold Diogo Alexandre da Cunha Nunes
Propriedade/Edição: Empresa da Revista Militar – NIPC 501417370
Redação e Administração: Campo de Santa Clara, 62 – 1100-471 LISBOA
Correio electrónico: rm@revistamilitar.pt
Telefone/Fax: 218 870 754

Internet: www.revistamilitar.pt
Administrador do Portal: CFR Armando José Dias Correia

Composição, impressão e distribuição:
EUROPRESS, Editores e Distribuidores de Publicações, Lda.
Praceta da República, N.º 15, Póvoa de Santo Adrião
2620-162 PÓVOA DE SANTO ADRIÃO
Telef: 219381450 • Fax: 219381452 • LISBOA – PORTUGAL
ISSN: 0873-7630
Depósito legal: 110304/97
Tiragem: 600 exemplares
Registo ERC Nº 109323

CONDIÇÕES DE ASSINATURA (IVA 6%)

• **Assinaturas anuais (9 números)**	**Euros**
- Militares	10,00
- Civis	15,00
- Entidades	17,00
- Estrangeiro (acrescem portes de correio)	34,00
• **Número avulso**	7,00

DEFESA

Apoio: Montepio

Revista Militar

Editorial 557
General José Luiz Pinto Ramalho

As Revoltas Liberais de 1842: o Império consolidado 565
Tenente-coronel Carlos Roberto Carvalho Daróz

O luso-tropicalismo enquanto modelo ideológico da gestão colonial portuguesa 577
Mestre Marco Pais Neves dos Santos

As "Primaveras Árabes", suas principais consequências, e a Política Europeia de Vizinhança 605
Coronel Nuno Miguel Pascoal Pereira da Silva

50 anos da Operação Tridente 617
Mestre Daniel F. Gomes
José Matos

A Inovação Militar no período entre guerras e o início da II Guerra Mundial. O desenvolvimento da Blitzkrieg, a tradição germânica e os contactos germano-russos nos anos 1920 629
Tenente-coronel Luís Fernando Machado Barroso

Crónicas

I – Crónicas Militares Nacionais 649
Coronel Nuno Miguel Pascoal Dias Pereira da Silva

II – Crónicas Bibliográficas 659
Tenente-general João Carlos de Azevedo de Araújo Geraldes
Coronel Tirocinado João Vieira Borges

Bibliografia 671

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores.
A Direção agradece a colaboração segundo as normas tradicionais da "Revista Militar".

Corpos Gerentes – 2014

Assembleia Geral

Presidente: *General* José Manuel da Silva Viegas
Vice-Presidente: *Tenente-general PilAv* António de Jesus Bispo
Secretários:
Coronel Nuno Miguel Pascoal Pereira da Silva
Tenente-coronel Francisco Miguel G. P. Proença Garcia

Direção

Presidente: *General* José Luiz Pinto Ramalho
Vogais Efetivos:
Tenente-general João Carlos de Azevedo Araújo Geraldes
Major-general Manuel António Lourenço de Campos Almeida
Major-general Adelino de Matos Coelho
Major-general PilAv Manuel Fernando Rafael Martins
Contra-almirante António Manuel Fernandes da Silva Ribeiro
Coronel Alfeu Raúl Maia da Silva Forte
Coronel Nuno António Bravo Mira Vaz
Coronel João Jorge Botelho Vieira Borges
Vogais Suplentes:
Tenente-coronel Paulo Fernando Viegas Nunes
Tenente-coronel PilAv João Paulo Nunes Vicente
Tenente-coronel Manuel Alexandre Garrinhas Carriço

Conselho Fiscal

Presidente: *Major-general* Luís Augusto Sequeira
Vogais Efetivos:
Capitão-de-mar-e-guerra José António Rodrigues Pereira
Tenente-coronel Luís Manuel Brás Bernardino
Vogal Suplente:
Major PilAv Nuno Gonçalo Caseiro Miguel

Revista Militar
N.º 6/7 – junho/julho 2014
pp. 557-559

Editorial



General José Luiz Pinto Ramalho*

As comemorações relativas à evocação do centenário da participação de Portugal na I Guerra Mundial (I GM) têm vindo a permitir uma reflexão mais objetiva, quer sobre as razões da participação nacional no conflito quer sobre as condições em que essa participação foi conduzida, em termos militares, nos teatros de operações, primeiro, em África – em Angola e Moçambique – e depois, no centro da Europa – na Flandres.

É habitual referir-se que a História não se repete. Porém, é importante conhecê-la quando se analisa o presente e se prepara o futuro, designadamente em termos estratégicos, políticos e militares, para que os erros do passado não se repitam, pois as consequências serão sempre igualmente nefastas ou mais gravosas ainda, face às novas realidades da conjuntura estratégica.

Na análise da conjuntura estratégica atual, não pode deixar de continuar a considerar-se, para além de todo o discurso político, a favor da Paz e estabilidade internacional, a existência dos interesses nacionais que prevalecem e são determinantes na definição das estratégias nacionais e para a coerência das capacidade dos seus instrumentos políticos e militares, para os defender ou afirmar na cena internacional. As situações na Ucrânia, na Síria, em África e, mais recentemente, no Médio Oriente e no Iraque, com as consequentes reações dos Estados Unidos e da Rússia, são uma clara prova disso.

Perante a indiferença europeia, leia-se, dos seus Estados, relativamente às questões de segurança que ocorrem nos seus espaços de interesse e também de influência, não podem deixar de se levantar legítimas preocupações, até pelo que se vai assistindo, relativamente à prevalência de políticas de defesa,

* Presidente da Direção da Revista Militar.

centradas na redução de orçamentos e nas consequentes diminuições de efetivos e capacidades militares.

Já são públicas as vozes que alertam para a desatualização dos conceitos estratégicos, definidos nos pressupostos de ausência de ameaças, privilegiando os sistemas de forças vocacionados para os conflitos de baixa intensidade e para as operações de paz. Vivemos hoje, quer queiramos assumir quer não, um novo ambiente estratégico, mais exigente, de grande conflitualidade, em que a gesticulação militar recorre a meios e processos que se tinham por ultrapassados; os conceitos estratégicos em vigor, da OTAN, da UE e dos respetivos Estados membros, necessitam de ser ajustados a este novo ambiente estratégico.

Seria também uma atitude responsável que os parlamentos e os governos não encarem os pareceres militares e os alertas daqueles que estudam e se preocupam com estas matérias e têm a experiência de funções desempenhadas neste ambiente, apenas como "reivindicações desprovidas de sentido, desajustadas às realidades financeiras e económicas actuais e movidas apenas por sentimentos corporativos".

Neste contexto, as reuniões da Comissão Parlamentar de Defesa com as Chefias Militares, perante as reduções efetuadas nas Forças Armadas, com impacto nos efetivos e capacidades dos ramos, devendo efetuar uma rigorosa avaliação das mesmas, para o cumprimento, não só das normais funções de soberania mas, igualmente, dos níveis de empenhamento de forças e sua duração temporal, previstos no Conceito Estratégico Militar, em vigor, assim como a consistência e realidade do Sistema de Forças Nacional, estabelecido e aprovado.

Paralelamente, considerar a efetiva capacidade de crescimento da componente militar de defesa nacional, perante uma situação internacional mais gravosa, a exigir uma participação nacional, no quadro das Alianças e Organizações Internacionais a que Portugal pertence, para defender o interesse nacional.

Importa ter presente que as atuais ações reducionistas, apelidadas de reformas, procuram apresentar um quadro de forças, segundo o lema "menos forças, melhores forças", em que aquilo que é real é a redução de efetivos, com as inerentes diminuição e degradação das capacidades militares existentes, assim como a ausência do lançamento de quaisquer programas de modernização ou de reequipamento, cancelando ou truncando, os programas que já estavam a decorrer, desperdiçando verbas aplicadas, da ordem das dezenas de milhões de euros, para além daquelas já investidas em infraestruturas e formação de pessoal, a par das também sempre consideradas desajustadas ou dispensáveis verbas necessárias a manutenção das capacidades ainda existentes.

No atual contexto geostratégico, em qualquer parte do mundo e nos quadros das alianças em que as forças armadas de diferentes Estados partilham "experiência militar internacional", valorizar apenas "a coragem e a bravura do soldado", sem promover as adequadas condições de formação, treino operacional, armamento e sobrevivência em ambiente de combate, não é uma condição suficiente para sustentar o moral da tropas.

Tal atitude valorativa, como expressão utilizada desde que o Homem se conhece, até pode "parecer bem", do ponto de vista literário, ou ser sugestiva, como "apelo patriótico"; no entanto, por não dispensar outros conceitos doutrinários e nem ser exclusiva de critérios operacionais que possam conduzir "à vitória", só por, "entusiasmo" ou "imprudência", pode ser invocada, como alternativa a orçamentos na área da defesa militar.

Os alertas que nos últimos dois anos e meio têm vindo a ser feitos relativamente a estas matérias tiveram a sua última expressão pública, no discurso de Sua Excelência o Presidente da Republica, nas Cerimónias Militares do passado 10 de junho, na Cidade da Guarda, chamando a atenção para a necessidade da preparação ao invés da improvisação e da negligência, a par da atenção para os problemas concretos e específicos dos militares, que têm reflexos diretos na operacionalidade, na coesão, no moral e na disciplina.

Esperemos que não seja apenas a História a não se repetir; que os erros se não repitam também e, mais uma vez, a Lição da I GM não pode ser, levianamente, esquecida, pelo que merece ser citada, para meditação, uma frase do Discurso efetuado, relativamente à preparação nacional para a participação no conflito: "Pode dizer-se que os militares que foram para a Flandres e para África nada tinham senão a coragem."


ANUNCIE
NA
Revista Militar
GRANDE EXPANSÃO
EM PORTUGAL
E NO ESTRANGEIRO

Resumo do Acervo Articular da Revista fornecido pelos autores

1. As Revoltas Liberais de 1842: o Império consolidado
Tenente-coronel Carlos Roberto Carvalho Daróz

A disputa política entre Liberais e Conservadores, subsequente à maioridade do Imperador do Brasil D. Pedro II, deu origem, em 1842, a duas revoltas, nas províncias de São Paulo e Minas Gerais. Na ocasião, o Exército Imperial brasileiro foi empregado para sufocar os levantes, sob o comando do Barão de Caxias, que já surgia como uma das principais lideranças militares do Império. O presente artigo analisa a atuação do Exército Imperial brasileiro na pacificação desses movimentos, com destaque para os aspectos militares e para a atuação de Caxias.

2. O luso-tropicalismo enquanto modelo ideológico da gestão colonial portuguesa
Mestre Marco Pais Neves dos Santos

Neste artigo refletimos sobre a teoria luso-tropicalista, enquanto modelo ideológico da gestão colonial portuguesa. Esta teoria ganhou força com a obra Casa-grande & Senzala (1933), de Gilberto Freyre, que apresentava o colonialismo português como o mais filantrópico de todos, devido à predisposição para uma colonização híbrida, e à grande capacidade de integração e de aclimatação, que permitiu aos portugueses fixarem-se mais pacificamente em vários territórios africanos, asiáticos e americanos, e criarem sociedades multirraciais e com mestiçagem. Centrando o debate em torno da relação estabelecida entre colono e colonizador, concluímos que o luso-tropicalismo nunca foi incorporado plenamente no discurso oficial, e como tal não representa o modelo ideológico da gestão colonial portuguesa. É, portanto, uma aspiração, de um mito, só utilizado pelo Regime para legitimar a sua "missão civilizadora".

3. As "Primaveras Árabes", suas principais consequências, e a Política Europeia de Vizinhança
Coronel Nuno Miguel Pascoal Pereira da Silva

Iniciando com um breve enquadramento histórico da região onde ocorreram as designadas "Primaveras Árabes", o autor vai procurar provar se os países por elas atingidos continuam a receber apoios externos e quais as principais consequências para esses mesmos países e para o equilíbrio da região, principalmente para as fronteiras a sul da UE.

4. 50 anos da Operação Tridente
Mestre Daniel F. Gomes
José Matos

A Operação Tridente foi uma das maiores operações executadas pelas Forças Armadas portuguesas durante a Guerra Colonial. Esta operação apresenta alguns predicados que a tornam um dos momentos militares mais marcantes de todo o conflito na Guiné, quer para as forças portuguesas, quer, inclusivamente, para o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que a utilizará abundantemente na propaganda interna e externa. Do lado português, a execução de uma operação convencional de grande envergadura, nos inícios de 1964, acabou por marcar o final de um período de certo desajuste estratégico, que viria a culminar na aglutinação da governação política e da chefia militar numa única pessoa, o, então, brigadeiro Arnaldo Schultz.

5. A Inovação Militar no período entre guerras e o início da II Guerra Mundial. O desenvolvimento da *Blitzkrieg*, a tradição germânica e os contactos germano-russos nos anos 1920
Tenente-coronel Luís Fernando Machado Barroso

O principal objetivo deste texto é enfatizar a importância das relações germano-russas durante os anos 1920 e a tradição militar prussiana no desenvolvimento do "modo alemão" de combater, que ficou conhecido como *Blitzkrieg*. O seu desenvolvimento foi o resultado de uma combinação de condições únicas, das quais pretendemos destacar duas: o contacto com as ideias do general soviético Mikhail Tukhachevskii, que desenvolveu o conceito de "batalha em profundidade" como método de ultrapassar o imobilismo resultante da sobreposição do potencial de fogo sobre o movimento na

I Guerra Mundial; e a tradição militar prussiana, que colocava ênfase no espírito crítico e intrepidez dos oficiais e que foi essencial para que as unidades de *panzers* pudessem ser utilizadas de forma independente em toda a profundidade do campo de batalha. Por esta razão, a invasão da França, em maio de 1940, que é utilizada como o seu paradigma, não pode ser explicada unicamente pela superioridade doutrinária, mas também pelo arrojo da liderança alemã e o risco que correu ao levar a cabo o seu plano.

6. Elementos de informação constantes dos capítulos das crónicas:

a) Crónicas Militares Nacionais:

- FINABEL – Reunião do Comité de Chefes de Estado Maior/Reunião do Comité de Peritos Militares Principais em Chipre
- "Strategic Decision Making Course & Exercise on Cyber Crisis Management"
- Exercício "TRIDENT JAGUAR 14"
- Comemorações do Dia da Marinha
- Visita do Ministro da Defesa da República da Tunísia ao Instituto Geográfico do Exército
- 250º Aniversário de Francisco António Ciera
- Integração dos Museus Militares do Porto e de Elvas na Rede Portuguesa de Museus
- Exercício "Morsa 14", da Zona Militar da Madeira
- XV Reunião de Ministros da Defesa da CPLP, sob a presidência Portuguesa
- Portugal e Espanha preparam novo acordo bilateral na área da defesa
- Seminário "O desenvolvimento de capacidades na Força Aérea Portuguesa e as potenciais oportunidades para a Indústria Portuguesa"
- Fragata portuguesa integrada na EUROMARFOR
- Cerimónia Militar comemorativa do Dia de Portugal, 10 de junho de 2014

b) Crónicas Bibliográficas:

- Da Arte da Guerra à Arte Militar
  Tenente-general João Carlos de Azevedo de Araújo Geraldes
- Reflexões sobre Estratégia VII: Tempos de Crise
  Coronel Tirocinado João Vieira Borges


MARCA PREMIADA POR
ESCOLHA
DO CONSUMIDOR
CAFÉ FORA DO LAR
O CAFÉ PREFERIDO DOS PORTUGUESES
DELTA
O MELHOR EM TESTE DE SABOR
A VIDA PRECISA DO MELHOR CAFÉ
DESDE 1961
A vida quer o que é bom. E já se sabe o que isso é. O café Delta foi votado o café com melhor sabor e aroma num blind test, no âmbito do estudo Escolha do Consumidor realizado em Portugal. É sempre bom ver provado aquilo que já se sabe há mais de 50 anos.
www.delta-cafes.com
DELTA
CAFÉS
O CAFÉ DA SUA VIDA

Revista Militar
N.º 6/7 – junho/julho 2014
pp. 565-575

As Revoltas Liberais de 1842: o Império consolidado



Tenente-coronel Carlos Roberto Carvalho Daróz*

Quando D. Pedro I abdicou, em 1831, seu filho, Pedro de Alcântara, herdou o trono imperial brasileiro, mas possuía apenas cinco anos de idade. O Brasil passou então a ser governando por regentes que conduziram o governo até que o herdeiro atingisse a maioridade e assumisse o trono. O Período Regencial brasileiro, contudo, foi marcado pela instabilidade política, provocada pela reorganização das forças políticas nacionais e por diversas rebeliões sediciosas. As revoltas eclodiram em diversas províncias do Império e por pouco não foram motivo de sua fragmentação, não fosse o papel desempenhado pelo Exército Imperial brasileiro, que conseguiu subjugar os revoltosos.

O Segundo Reinado iniciou-se com a declaração de maioridade de Dom Pedro II, oficializada no dia 23 de julho de 1840. Na época, o jovem imperador tinha apenas quatorze anos de idade e só conseguiu ocupar o posto máximo do poder executivo nacional graças a um bem arquitetado golpe promovido pelos grupos políticos liberais. Nos anos finais das Regências, os conservadores dominavam o cenário político nacional, sob a direção do regente Pedro de Araújo Lima.

Em 1840, quando o novo Imperador assumiu o trono, o Exército estava empenhado na pacificação de movimentos armados nas províncias do Pará (Cabanagem) e do Maranhão (Balaiada), e lutando para debelar a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul. Tais rebeliões refletiam a instabilidade política gerada pela disputa entre liberais e conservadores, a qual se arrastou

* Tenente-coronel de Artilharia do Exército Brasileiro e historiador. Mestre em Operações Militares e pós-graduado em História Militar. Membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Professor do Colégio Militar do Recife e do programa de pós-graduação em História Militar da Universidade do Sul de Santa Catarina.

durante todo o período regencial[1]. O Partido Liberal reunia defensores de ideias renovadoras, enfatizando a maior autonomia das províncias e contrapondo-se ao Partido Conservador.

Durante o Império, tanto liberais como conservadores adotaram a violência e a fraude para defender seus interesses. Já nas primeiras eleições legislativas do Segundo Reinado, ocorridas em 13 de outubro de 1840, os liberais pagaram capangas para espancar adversários, roubar urnas e modificar resultados. Com isso, venceram as eleições que, por causa do uso de violência, foram chamadas de "eleições do cacete" e ganharam o irônico lema: "para os amigos pão, para os inimigos pau"[2].

O Conselho de Ministros, formado na maioria por políticos conservadores, solicitou a D. Pedro II que exercesse seu Poder Moderador e anulasse os votos da eleição. Em 1842, a Assembleia Geral dos liberais, que ainda se encontrava trabalhando em suas sessões preparatórias, foi dissolvida e os conservadores novamente retomaram o poder. Reagindo à dissolução da Assembléia, os liberais articularam um movimento armado contra a ascensão ao poder do Partido Conservador, inicialmente na província de São Paulo, depois expandindo-se para Minas Gerais. Os liberais visualizaram a derrubada do Gabinete de Ministros conservadores, sob o argumento de verem nele indícios de autoritarismo.

Com o objetivo de angariar apoio político e popular, os liberais divulgaram a falsa notícia de que o imperador havia sido coagido para aprovar a legislação conservadora, e que estava em prisão domiciliar em seu palácio.

A Revolta em São Paulo

Em São Paulo, a oposição à legislação conservadora do governo central evoluiu para uma revolta armada. O pretexto para a rebelião paulista foi a substituição do Coronel Rafael Tobias de Aguiar[3], Presidente da Província, pelo Barão de Monte Alegre, José da Costa Carvalho.

A revolta liberal eclodiu na manhã de 17 de maio de 1842, na cidade paulista de Sorocaba – cuja câmara aprovou, por aclamação, o nome de To-

1 O Exército na História do Brasil – Volume II. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora; Salvador: Odebrech, 1998.

2 SALGADO, Eneida Desireé. O processo eleitoral no Brasil Império. Disponível em: http://www.paranaeleitoral.gov.br/artigo_impresso.php?cod_texto=158. Acesso em 20/abr/2013.

3 O Coronel da Guarda Nacional Rafael Tobias de Aguiar (1795-1857), havia presidido a província de 1831 a 1835 e de 1840 a 1841. Detinha alta popularidade, pois tinha utilizado recursos do próprio salário nas escolas, obras públicas e na caridade.

bias de Aguiar como Presidente da Província –, agitação que se estendeu às cidades de Taubaté, Pindamonhangaba, Silveiras e Lorena. Os rebeldes conseguiram também o apoio do padre Diogo Feijó e de Nicolau Vergueiro – senadores e ex-regentes do Império – além da população de algumas vilas, entre elas Itapetininga, Itu, Porto Feliz e Capivari.

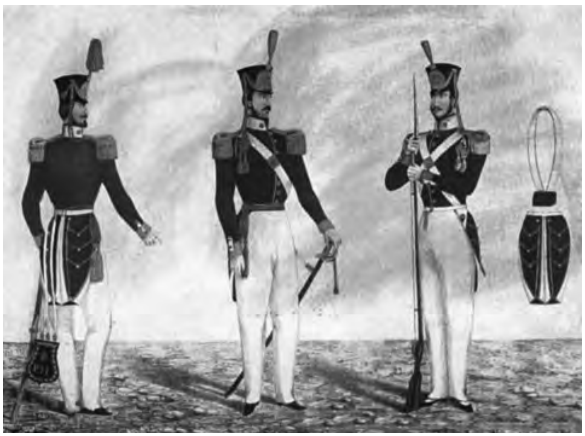


Figura 1 – Soldados do Exército Imperial brasileiro em 1842

Mesmo idoso e doente, Feijó deslocou-se para Sorocaba – então denominada capital provisória da província – sendo recebido por Tobias de Aguiar. Juntos, os dois líderes rebeldes começaram a escrever um jornal revolucionário, *O Paulista*, de tom arrogante, violento, e trazendo grave ameaça de separatismo.



Figura 2 – Senador Padre Diogo Feijó



Figura 3 – Senador Nicolau Vergueiro



Figura 4 – Coronel Rafael Tobias de Aguiar

Sob o comando do Major Francisco Galvão de Barros França, foi constituída a *Coluna Libertadora*, com efetivo de, aproximadamente, 1.500 homens, para marchar até a capital paulista, a fim de depor o barão de Monte Alegre.

O grupo revoltoso possuía bases de apoio logístico em diversas vilas do interior, como Itu, Itapetininga, Sorocaba e Capivari.

Monte Alegre, por sua vez, solicitou o apoio do Ministro da Guerra José Clemente Pereira. Preocupado com a possibilidade de separatismo, o governo imperial adotou medidas para debelar a rebelião e, para tal, designou o Brigadeiro Luís Alves de Lima e Silva[4], Barão de Caxias, que havia pacificado a Balaiada na província do Maranhão[5].

A ação de Caxias e o combate de Venda Grande

Tão logo recebeu a tarefa de comandar as tropas do Exército Imperial, Caxias rumou para o litoral paulista a bordo do navio *Todos os Santos*, conduzindo apenas 400 homens pouco experientes. Em São Sebastião desembarcou o 2º Regimento de Artilharia e um batalhão de caçadores, com a missão de marchar em direção a Guaratinguetá e atuar como força de cobertura. A parcela principal das tropas imperiais chegou a Santos, em 21 de maio de 1842, onde desembarcou. Antes de deslocar suas forças em direção ao planalto interior, Caxias expediu ordens para que unidades se deslocassem de Curitiba para a região de Itararé, com o objetivo de isolar a província de São Paulo de possíveis reforços rebeldes procedentes do sul do Brasil[6].

Ciente do fato de que possuía efetivo inferior ao dos rebeldes, o Barão de Caxias marchou em direção ao interior, procurando dar a impressão de que comandava força mais numerosa. Nesse sentido, expediu requisições para serem preparadas rações para 2.000 soldados. Tal fato ludibriou os rebeldes que bivacavam na Ponte dos Pinheiros, fazendo com que se retirassem em direção a Sorocaba.

Os revoltosos, após se reorganizarem, enviaram uma força para tomar de assalto a cidade de Campinas, já em poder de Caxias. Aproximadamente 300 liberais acantonaram na localidade denominada Venda Grande, nos arredores de Campinas, em 7 de junho, quando foram alcançados pelas tropas imperiais. Os rebeldes não perceberam a aproximação de soldados enviados por Caxias e, surpreendidos por um ataque de cavalaria, com o apoio de 120 infantes,

4 Depois de uma longa carreira a serviço do Império, já com o título de Duque de Caxias, Luís Alves de Lima e Silva faleceu no Rio de Janeiro, em 1880. No ano de 1962, foi escolhido como Patrono do Exército Brasileiro. O dia do seu nascimento, 25 de agosto, é considerado o Dia do Soldado.

5 O Exército na História do Brasil, Op. Cit.

6 FROTA, Guilherme A. Quinhentos Anos de História do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.

artilheiros e guardas nacionais, sob o comando do Coronel Amorim Bezerra, alguns debandaram e outros, apesar de desorganizados, sustentaram a resistência possível. Após a rendição da tropa paulista, contabilizou-se 17 mortos – inclusive seu comandante, Capitão Boaventura Soares do Amaral – e foram feitos 15 prisioneiros[7]. Os legalistas perderam um capitão, duas praças e alguns feridos leves[8]. Os rebeldes remanescentes não tiveram alternativa senão recuar e retornar a Sorocaba, onde acabaram se dispersando tão rapidamente quanto se organizaram.

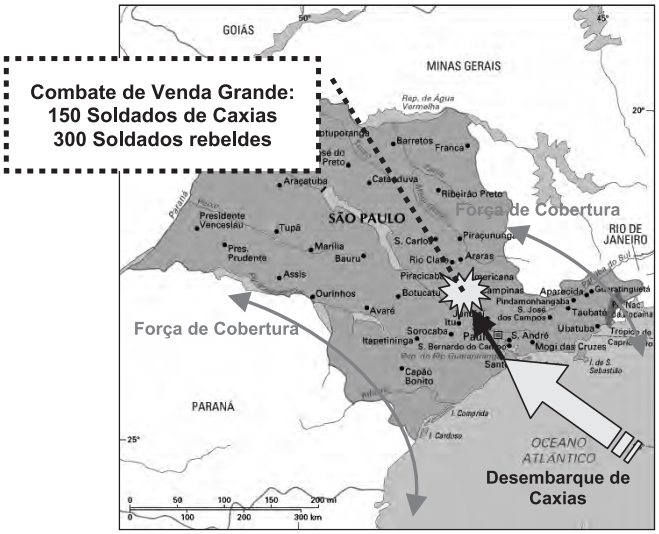


Figura 5 – Ação de Caxias contra os Liberais em São Paulo

As forças revoltosas foram eliminadas antes da marcha planejada sobre São Paulo. Rafael Tobias de Aguiar tentou fugir para o Rio Grande do Sul, tentando unir-se aos Farrapos, mas foi capturado e levado ao Rio de Janeiro[9]. Caxias tomou a cidade de Sorocaba e ali prendeu o Padre Feijó que assumira, após a fuga de Tobias de Aguiar, o exercício da "presidência" da província. A troca de mensagens entre ambos é interessante, pois Caxias havia atuado sob as ordens de Feijó quando este era Ministro da Justiça e depois Regente.

7 O Exército na História do Brasil, Op. Cit.

8 DONATO, Hernâni. Dicionário das Batalhas Brasileiras. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

9 Detido a caminho do Rio Grande do Sul, nas proximidades de Vacaria, ficou preso na Fortaleza da Laje, no Rio de Janeiro, até a anistia concedida em 1844.

Quando se aproximava de Sorocaba com sua coluna, o barão de Caxias recebeu uma carta de Feijó que dizia: "Quem diria que, em qualquer tempo, o Sr. Luís Alves de Lima seria obrigado a combater o padre Feijó? Tais são as coisas deste mundo [...]", em seguida, se referia ao "vilipêndio que tem feito o governo aos paulistas e às leis anticonstitucionais da Assembleia [...] estaria em campo com minha espingarda, se não estivesse moribundo: mas faço o que posso", escreveu. Propunha o padre na carta que fosse concedida anistia a todos sem exceção, "embora seja eu só o excetuado e se descarregue sobre mim todo o castigo".

Caxias respondeu no mesmo tom: "Quando pensaria eu, em algum tempo, que teria de usar da força para chamar à ordem o Sr. Diogo Antônio Feijó? Tais as coisas do mundo: as ordens que recebi de S. M. o Imperador são em tudo semelhantes às que me deu o Ministro da Justiça em nome da Regência, nos dias 3 e 7 de abril de 1832, isto é, que levasse a ferro e fogo todos os grupos armados que encontrasse, e da mesma maneira que então as cumpri, as cumprirei agora".

Quando Caxias entrou na cidade, encontrou o ex-regente do império gravemente enfermo, quase paralítico, e conservou-o em sua própria casa, sob a custódia do 1º tenente Tristão Pio dos Santos. Mais tarde, o presidente, Barão de Monte Alegre, mandou que Feijó seguisse para São Paulo; e Caxias, para por "a salvo de qualquer insulto que ousassem fazer-lhe", incumbiu de acompanhá-lo o mais graduado oficial de seu exército, o coronel José Leite Pacheco[10]. Pouco depois, o governo obrigava Feijó a seguir desterrado para Vitória, no Espírito Santo, para cumprir pena de seis meses.

Caxias retornou à Corte, em 23 de julho, sendo recebido pelo imperador, que lhe confiou nova missão: pacificar novo movimento liberal, desta vez na Província de Minas Gerais.

A Revolta em Minas Gerais

Na Província de Minas Gerais, a revolta teve início em 10 de junho de 1842, na cidade de Barbacena, escolhida como sede do governo revolucionário. Os liberais, liderados por Teófilo Ottoni, conseguiram a adesão da Guarda Nacional, depondo o presidente da província, Bernardo Jacinto da Veiga, e substituindo-o por José Feliciano Pinto Coelho da Cunha.

Novamente, coube ao Barão de Caxias a tarefa de dominar a sublevação liberal. Embora Caxias temesse que os rebeldes tomassem Ouro Preto, capital da província, estes tinham por objetivo principal conquistar Queluz[11], abrindo

10 CARVALHO, Affonso. Caxias. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1976.
11 Atual município de Conselheiro Lafayete.

caminho para a capital. Assim, Queluz foi atacada, em 26 de julho, pelos revoltosos comandados pelo Coronel Antônio Nunes Galvão. Mesmo tendo fortificado a cidade, o Brigadeiro reformado legalista Manoel Alves de Toledo Ribas, que a defendia, não conseguiu evitar o desastre e a fuga desordenada de suas tropas. O Presidente Bernardo da Veiga tentou minimizar o revés de Queluz:

"No combate, a nossa perda foi pequena e apenas consta de três ou quatro mortos e poucos mais feridos; na referida retirada feita à noite e principiando em boa ordem, uma emboscada dos rebeldes produziu uma forte debandada, especialmente porque com a nossa coluna se retiraram cidadãos e famílias, fugindo dos facciosos, pelo que a marcha não podia ser mui regular"[12].

Na verdade, vários legalistas foram feitos prisioneiros e houve um total cinqüenta mortos[13]. A conquista de Queluz pelos rebeldes abriu-lhes o caminho para o ataque a Ouro Preto.



Figura 6 – Teófilo Ottoni



Figura 7 – Brigadeiro Luís Alves de Lima e Silva, Barão de Caxias

A notícia da derrota dos revoltosos paulistas, no entanto, arrefeceu o ânimo dos liberais mineiros e dividiu a opinião de seus líderes sobre a viabilidade de Ouro Preto. Buscando ocupar uma posição mais segura, os revoltosos seguiram para Lagoa Santa, onde se entrincheiraram, após terem sido cercados pelas forças imperiais no arraial de Santa Luzia.

Novamente Caxias entra em cena – o combate de Santa Luzia

As forças do Barão de Caxias rapidamente se deslocaram do Rio de Janeiro para Ouro Preto, onde chegaram após, apenas, onze dias de marcha for-

12 ANDRADE, Martins de. A revolução de 1842. Rio de Janeiro, 1942.
13 Idem.

çada, via Valença e Paraíba do Sul. A parada da coluna revoltosa em Santa Luzia permitiu que Caxias reunisse mais tropas procedentes da capital.



Figura 8 – Ação de Caxias contra os Liberais em Minas Gerais

Aumentando seu efetivo para 2.000 homens, Caxias rumou de Ouro Preto para Sabará, a fim de alcançar o arraial de Santa Luzia, onde se encontravam entrincheirados 3.300 rebeldes liberais com uma peça de artilharia[14]. Em seguida, determinou que o engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld levantasse a planta local, para estudar a estratégia que melhor se aplicasse.

A posição de Santa Luzia consistia em um pequeno arraial erguido na margem direita do Rio das Velhas, sendo possível transpor o curso d´água pela Ponte Grande. Para atacar o arraial, Caxias dispunha de dois batalhões de linha, dois da Guarda Nacional do Rio de Janeiro, quatro da Guarda Nacional de Minas Gerais, dois esquadrões de cavalaria da Guarda Nacional e dois canhões[15]. Dividiu suas forças em três colunas: uma comandada pelo Coronel da Guarda Nacional José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho – irmão de Caxias – que seguiria pela estrada do arraial da Lapa; outra, sob o comando do Coronel Francisco de Assis Ataíde, em direção ao Rio das Velhas, enquanto ele próprio avançaria contra a posição rebelde através da estrada de Sabará.

14 As trincheiras e defesas de Santa Luzia foram erguidas segundo as instruções do engenheiro Wisner von Morgenster que, pouco depois, ofereceu seus serviços ao Marechal Francisco Solano Lopez, no Paraguai.

15 DONATO, Op. Cit.

Na manhã do dia 20 de agosto, Caxias investiu sobre os revoltosos empregando a tática de envolvimento. Ordenou um avanço frontal, pela estrada de Sabará, enquanto as forças do flanco esquerdo, 460 homens conduzidas pelo Coronel Assis Ataíde, aproximavam-se da Ponte Grande, as quais não conseguiram, contudo, transpor o rio. Simultaneamente, as forças do flanco direito, comandadas pelo Coronel Lima e Silva Sobrinho, alcançaram o arraial de Santa Luzia pela retaguarda, tomando-o com facilidade e colocando os rebeldes em retirada, justamente na direção da coluna de Caxias.

As baixas das forças imperiais foram mínimas, totalizando 72 mortos e feridos; enquanto os rebeldes perderam 60 mortos, 100 feridos e 300 prisioneiros. Os vencidos, entre os quais se encontravam Teófilo Ottoni e Camilo Maria Ferreira Armond (conde de Prados), foram enviados para a prisão em Ouro Preto e Barbacena.

O viajante inglês Richard Burton, deixou seu testemunho do combate de Santa Luzia e destacou a atuação de Caxias:

> "Santa Luzia, o pequeno arraial, tornou-se, em 8 de julho de 1842, a sede da Presidência provisória e aqui, em 20 de agosto do mesmo ano, terminou o movimento revolucionário. O presidente intruso desapareceu durante a noite e o então gênio bom do Partido Conservador, General Barão (hoje Marquês) de Caxias, atacou os insurgentes. O combate travou-se em torno da ponte, começando às primeiras horas da manhã; o desfecho era ainda duvidoso às três da tarde, quando o 8º Batalhão das Forças Regulares ocupou o ponto mais alto da aldeia e levou o inimigo à debandada. Os chefes, Srs. [Teófilo Benedito] Ottoni, José Pedro, Padre Brito e outros, foram feitos prisioneiros do estado, e, desde aquele dia desastroso, os ultraliberais foram chamados *'luzias'*"[16].

Tanto os liberais de São Paulo quanto os de Minas Gerais foram derrotados e presos pelos comandados de Caxias. Os que conseguiram escapar refugiram-se no Rio Grande do Sul, onde foram acolhidos pelos Revolucionários Farroupilhas.

Considerações finais

A Revolta Liberal teve pequena duração mas, em razão de sua forte motivação político-militar, abalou a Corte no Rio de Janeiro, levando o governo imperial a uma reação rápida e enérgica no sentido de sufocá-la. Apesar dos

16 BURTON, Richard. Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.

conflitos armados, o Imperador concedeu, em 14 de março de 1844, anistia aos envolvidos. Um ministério liberal foi constituído neste ano. A vitória sobre os revoltosos rendeu a Caxias a promoção a Marechal-de-Campo[17].

As operações militares realizadas em São Paulo e Minas Gerais e, principalmente, a ação de comando de Caxias, foram ricas em ensinamentos. Em primeiro lugar, Caxias tratou de colocar a província de São Paulo fora do alcance de possíveis reforços rebeldes, estabelecendo duas forças de cobertura nas regiões de Lorena, divisa com a província do Rio de Janeiro, e Itararé, com tropas procedentes de Curitiba. Tal medida teve por objetivo limitar a área de conflito, o que foi realizado com sucesso.

Nas duas rebeliões, as tropas imperiais bateram-se contra os revoltosos com inferioridade numérica. Caxias não esmoreceu diante dessa desvantagem e conseguiu superá-la dividindo adequadamente suas tropas e empregando táticas de combate indireto, realizando o duplo envolvimento no combate de Santa Luzia.

Merece destaque, também, o emprego de operações psicológicas, quando Caxias, por intermédio de uma requisição de alimentação falsa, fez parecer aos adversários que possuía efetivo maior do que o real. A inteligência de combate foi empregada pelas forças imperiais, que buscou levantar o dispositivo defensivo dos liberais no arraial de Santa Luzia antes da realização do ataque.

A liderança de Caxias foi essencial para conduzir suas tropas em marcha forçada sob condições climáticas desfavoráveis, visto que as ações ocorreram sob rigoroso inverno, possibilitando o rápido deslocamento em grandes distâncias. Mesmo com a precariedade da rede de estradas, as tropas imperiais levaram apenas onze dias para vencer os cerca de 340 km que separavam o Rio de Janeiro de Ouro Preto, surpreendendo os revoltosos em Santa Luzia. A mobilidade também foi decisiva em São Paulo, quando as tropas de Caxias alcançaram Campinas antes dos rebeldes, o que permitiu a vitória no combate de Venda Grande. No combate de Santa Luzia, o Barão de Caxias dirigiu pessoalmente uma carga de baioneta contra os revoltosos.

Finalmente, a atuação do Exército Imperial brasileiro contra os revoltosos liberais foi decisiva para a manutenção da coesão nacional e da integridade territorial brasileira. A vitória do governo imperial nas Revoltas Liberais representou a consolidação do Império e, com exceção da Revolução Praieira, ocorrida em Pernambuco, entre 1848 e 1849, o Brasil experimentou um longo período de estabilidade política e calmaria interna.

17 Caxias recebeu a notícia de sua promoção em Ouro Preto, em 29 de agosto de 1842.

Bibliografia

ALMEIDA, Aluísio de. A revolução liberal de 1842. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

ANDRADE, Martins de. A revolução de 1842. Rio de Janeiro, 1942.

AZEVEDO, Pedro Cordolino de. História Militar. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.

BARROSO, Gustavo. História Militar do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.

BURTON, Richard. Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.

CARVALHO, Affonso. Caxias. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1976.

DONATO, Hernâni. Dicionário das Batalhas Brasileiras. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

FARJALLAT, Célia. O Combate da Venda Grande. Correio Popular, Campinas, 7 jun. 1997.

FROTA, Guilherme A. Quinhentos Anos de História do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.

MAGALHÃES, J.B. Civilização, Guerra e Chefes Militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.

O Exército na História do Brasil – Volume II. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora; Salvador: Odebrecht, 1998.

SALGADO, Eneida Desireé. O processo eleitoral no Brasil Império. Disponível em: http://www.paranaeleitoral.gov.br/artigo_impresso.php?cod_texto=158. Acesso em 20/abr./2013.

SANTOS, Francisco Ruas. A Arte da Guerra . Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.

Estabelecimento de ensino desde 1900

O Instituto de Odivelas, dependente do Estado-Maior do Exército, proporciona às suas alunas, a partir do 5.º ano de escolaridade, em regime de internato ou semi-internato os Planos Curriculares fixados pelo Ministério da Educação acrescidos das disciplinas de **Puericultura**, **Culinária**, **Drama Educativo**, **Higiene**, **Francês Prático** e **Inglês Prático**.

As alunas têm ainda à sua disposição diversas actividades:

- Circum-escolares:
  Instrução Militar,
  Esgrima, Equitação,
  Classe Especial de Ginástica,
  Teatro, Fotografia,
  Informática.
- Complemento Curricular:
  Actividades desportivas,
  Colónia de Férias,
  Intercâmbio escolar
  com **França.**



INSTITUTO DE ODIVELAS
Largo D. Dinis – 2675-336 ODIVELAS
Tel. 219 349 030
www.institutodivelas.com
io@mail.exercito.pt

Revista Militar
N.º 6/7 – junho/julho 2014
pp. 577-604

*O luso-tropicalismo enquanto modelo ideológico da gestão colonial portuguesa**



Mestre Marco Pais Neves dos Santos**

O presente trabalho aborda o luso-tropicalismo enquanto modelo ideológico da gestão colonial portuguesa e foi estruturado em três partes: uma primeira, como enquadramento, procede à contextualização histórica, essencial para a compreensão dos factos; uma segunda, desconstrói o que foi o colonialismo português, sendo possível comprovar uma realidade bem diferente daquela que é ainda muitas vezes transmitida, de que o colonizador português era melhor face aos seus congéneres; e uma terceira, que aborda o fundamento, características e objetivos da teoria do luso-tropicalismo, e procura responder se essa representou o modelo ideológico da gestão colonial portuguesa. Concluímos refletindo de forma concisa sobre o tema estudado.

Parte I – Contextualização Histórica

> "As nações validas teem tão naturalmente colonias como os indivíduos vivem sujeitos à lei da propagação da espécies pela paternidade. Acabou a velha concepção do systema colonial de sujeição. As colonias não são feitas «pela metrópole e para a a metropole», como d´antes se dizia. As colonias são filhas da Mãe-patria, e como taes teem direito à protecção da metrópole no intuito de lhes dar civilização, grandeza e independencia". (Moura, 1910, p. 1)

* Trabalho realizado no âmbito da UC de Antropologia e Colonialismo, pertencente à Licenciatura em Antropologia, frequentada na FCSH/UNL.

** Universidade Aberta. Doutorando em Desenvolvimento Social e Sustentabilidade. Técnico Superior na Direção de Qualificação e Licenciamento (DQ) do Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P. (InCI, I.P.).

Antes da chegada dos portugueses aos vários territórios coloniais, os povos aí residentes tinham um peculiar *modus vivendi*, caracterizado por seculares instituições económicas, políticas, sociais e religiosas[1]. Todas as suas atividades eram condicionadas pela obediência aos hábitos, usos e costumes, isto é, pelo cumprimento intransigente do direito consuetudinário. Não obstante a quezílias normais da vida em sociedade, inter e intragrupais, o respeito pelos velhos, a obediência aos chefes, a adoração dos deuses, a crença nos mitos, o temor dos feiticeiros e bruxos, eram as pedras angulares de todas as normas de conduta social, capazes de assegurar só por si a boa harmonia das relações sociais e a manutenção da ordem pública.

Com a emergência dos primeiros tentames de colonização em grande escala (século XVI)[2], baseados em objetivos económicos, políticos e religiosos, debelou-se essa ordem social[3], e os povos colonizados foram, não poucas vezes, subjugados e espoliados, escravizados, o que, aliás, levou ao aparecimento de uma abordagem humanista, de defesa dos colonizados e de luta contra a escravatura, que começou a ser defendida sobretudo por membros clericais, ainda no século XVIII. É disso exemplo a obra do Padre Raynal, publicada em 1770, *Histoire Philosophique Politique des Établissements et du commerce dês Européens dans le deux Indes*, considerada um dos principais manifestos do anticolonialismo, esmagando não só os colonos como os príncipes coloniais (Ferro, 1996). Aliás, esta corrente de pensamento do final do séc. XVIII e do séc. XIX trouxe novas ideologias, nomeadamente, através da Revolução Francesa, cujas consequências foram, por exemplo, a abolição da escravatura ou a hipótese de dar independência às colónias e estabelecer com elas novas formas de comércio. (Ferro, 1996)

O contempto social foi uma dura realidade no colonialismo português, que acontecia por via de estratégias de dominação e de determinação de uma

1 A colonização e o imperialismo são fenómenos que já vêm da Antiguidade Clássica. Depois deste período, só se ouve o termo colono e colonização depois do séc. XI, salvo situações pontuais em Veneza e Génova. (Ferro, 1996)

2 Em 1568, é oficializado pelo governador Salvador Corrêa de Sá o tráfico de escravos africanos. Cada senhor de engenho de açúcar ficou autorizado a comprar até 120 escravos por ano. Eles substituem, nas grandes plantações, os indígenas, considerados ineficientes para o trabalho agrícola. Com isso fica garantido um custo competitivo dos produtos para o mercado externo. O próprio tráfico torna-se um negócio lucrativo para os portugueses.

3 O papel dos negros e dos índios é complexo, porque, enquanto as leis portuguesas proibiam a escravatura de índios, com algumas exceções, a escravidão africana era comummente aceite, até porque, em África, os senhores negros tinham direito de vida e morte sobre os seus escravos, escravizavam e vendiam os inimigos que capturavam em guerras e, muitas vezes, os seus próprios súbditos (Lacombe, 1979, p. 48). Tal como advoga Ferro (1996, p. 104-108), apesar de tudo e ao contrário do que acontecia aos negros, os índios eram indivíduos livres.

superioridade cultural e civilizacional face aos africanos, como advoga Pereira (1998, p. VIII), que também enfatiza as questões da escravatura, distanciando o esclavagismo indígena que antecede os descobrimentos da escravatura e do tráfego negreiro emergente no século XV, responsável por alterar as formações sociais africanas. Tal como refere Ferro (1996), o argumento humanitário de que as "raças superiores" deveriam cumprir o seu dever para com as "raças inferiores", ainda não orientadas nas vias do progresso, está hoje desacreditado. Para o autor, os colonizadores europeus teriam consciência de uma identidade europeia, e a convicção de que encarnavam a ciência e a tecnologia, e que o seu saber fazia progredir as sociedades submetidas ao seu domínio. No entanto, é hoje largamente consensual a ideia de que o aumento do poder dos Estados sobre as suas colónias nem sempre ocorreu por via política, mas sim por via das circunstâncias. A própria colonização era quase sempre feita por revoltosos, delinquentes e criminosos, o que não era atrativo para a opinião pública europeia.

Com base nesta consciência de superioridade ocidental, nas colónias portuguesas africanas, os negros eram considerados *"raças inferiores"* ou *"arremedos grotescos de homens brancos"*, como lhe chamou o então governador-geral da Angola, Vicente Ferreira (Bender, 1980, p. 26-27); aliás, motivos justificativos da *"missão civilizadora"*, legitimada pelo designado luso-tropicalismo, de Gilberto Freyre, formulação que deu os primeiros passos na obra *Casa-Grande & Senzala* (1933), dedicada à pesquisa específica da idiossincrasia do povo brasileiro (Castelo, 1999 e 2011; Moreira, 2000, p.19), e que germinou na obra *O mundo que o português criou* (1940), onde autor revela ser possível uma teoria sobre o mundo luso-tropical. A teoria ganharia vida numa conferência realizada em Goa (Índia), em novembro de 1951, e numa conferência realizada em Coimbra (Portugal), em 1952, sendo que, efetivamente, a teoria foi materializada nas obras *Um brasileiro em terras portuguesas* (1953b) e *Integração Portuguesa nos Trópicos* (Freyre, 1958), e acaba na obra *O luso e o trópico* (1960). (Castelo, 1999 e 2011)

Não obstante, devemos contextualizar a *"missão civilizadora"* empreendida pelo Estado Novo à luz do momento e da conjuntura, e sem negligenciar o pensamento que vinha do antecedente, ou o posterior. Por exemplo, Karl Marx e Friedrich Engels, dois grandes pensadores europeus, consideravam a colonização francesa da Argélia, nos anos 40 do século XIX, em grande parte um processo civilizatório (Engels, 1849). Já depois do términus da colonização, Marc Ferro, na emblemática obra: *História das Colonizações, Das Conquistas às Independências – Sécs. XIII-XX*, apesar de evidenciar a faceta profundamente negativa da colonização, também levanta algumas questões positivas, por exemplo, focando a questão das miscigenação, ou a reformulação do papel da mulher branca e da mulher negra nas novas sociedades que surgem com

o fenómeno da colonização, em territórios onde o sexo feminino era uma clara minoria, e até a efetiva emancipação da mulher, já que, segundo o autor, esta "contrabalançou o seu estatuto subalterno no âmbito tribal ou familiar e contribuiu para a sua libertação". (Ferro, 1996, p. 162-224

Para Ferro (1996), terá a sua relevância referir que a primeira derrota de um "grande país de raça branca por um povo de cor", foi a vitória do Japão face à Rússia, em 1904, em que a Rússia acaba por reconhecer a soberania do Japão na Coreia e o Porto Artur volta a estar sobre o domínio japonês.

No entanto, independentemente do colonizador e do processo (de exploração ou de povoamento), a colonização é sempre um processo em que uma ou mais civilizações exercem dominação sobre outra (Balandier, 1955)[4], relação que não atrai muitos aspetos positivos (Wright, 1995)[5], até porque, tal como advoga Jorge Dias, citado por Lara (2000, p. 15), "da colonização resulta sempre uma imposição dos padrões de cultura da sociedade tecnologicamente mais evoluída". No entanto, sem qualquer intenção, o colonialismo europeu, e sobretudo o português, assente numa colonização de exploração, que visava extrair recursos naturais e minerais dos países colonizados, para posterior comercialização (Moog, 1954 [1943]), contribuiu para a africanização de África, não pela importância de levar a civilização ocidental ou o cristianismo até África, mas por reforçar a identidade africana, ao lembrar aos povos africanos que eles eram todos africanos e tinham os mesmos objetivos (é disso exemplo o papel de Mário Pinto de Andrade, que lutou pela independência de todas as colónias). (Pereira, 2000, p. 1)

O racismo, na forma como as populações negras foram tratadas (desenvolvido na segunda parte do trabalho), é a prova mais evidente de que não existiu intenção dos europeus contribuírem para esta africanização. (Mazrui & Wondji, 2010, p. 11[6])

Depois da Segunda Guerra Mundial, com a derrota das potências do Eixo, os povos dos países coloniais e dependentes aumentaram a sua luta libertadora (Bastos, 1998, p. 422). Todo o continente asiático se põe em movimen-

4 Balandier (1955) cristaliza a definição de colonialismo, isto é, apresenta a primeira definição, a mais holística, que abrange os vários campos das Ciências Sociais, e desmistifica a existência de processos de colonialismo melhores ou piores, porque, considera o autor, ainda que a forma de colonizar varie de acordo com os condicionalismos locais, a essência de todos os processos coloniais é a mesma.

5 Richard Wright, após presença em Bandung, em 1955, publica, no ano a seguir, este trabalho onde arrasa de críticas todos países Ocidentais, responsabilizando-os pela ignorância e pobreza dos povos coloniais.

6 "A humilhação e o rebaixamento de que os africanos negros foram vitimas, por razões raciais, no curso dos séculos, contribuíram a levá-los a se reconhecerem mutuamente como "irmãos africanos". (Mazrui & Wondji, 2010, p. 11)

to. Mesmo em África, até então designada por "continente adormecido" (Mazrui & Wondji, 2010, p. 68-69)[7], os povos começaram a opor-se afincadamente à opressão colonial, recebendo estímulo da desagregação do Império Britânico. Não obstante, teria sido o seu maior estímulo o acumular de sentimentos nacionalistas e a perceção de que podiam opor-se aos colonizadores, disposição que se afirmou no pós-II Guerra. (Mazrui & Wondji, 2010, p. 2)

Em 1947, os ingleses reconhecem a independência da Índia, colónia de maior relevância, em consequência da intensidade das lutas nacionalistas, que eram permeadas pelas divergências religiosas entre hinduístas e muçulmanos, e pela perda de poder económico e militar decorrente da Guerra; começa a decadência do Império Britânico (Talbot & Singh, 2009). Índia e Paquistão, por divergências religiosas, constituem dois novos Estados: a União Indiana, governada por Nerhu, com maioria hinduísta, e a Liga Muçulmana, governada por Ali Jinnah, com maioria islamita, respetivamente. Em 1948, a Birmânia, que resistia à ocupação japonesa, proclama a independência, e o Ceilão (hoje Sri Lanka), com maioria budista, segue o mesmo caminho.

A luta libertadora contra o imperialismo britânico instala-se em África. Os sudaneses começam a reivindicar a independência e, em 1953, conseguem a autonomia gradual, concedida pelo Reino Unido e pelo Egito, antecâmara duma independência alcançada em janeiro de 1956; mas também os ganeses,

7 Segundo Pereira (1998, p. XI), não existiu qualquer movimentação significativa de reivindicação de autonomia politica nas colónias até 1960, e fundamenta-se em Pélissier (1978), *La colonie du Minotaure. Nationalismes et révoltes en Angola (1926-1961)*, ed. Pélissier, Orgeval, p. 235, quanto à "geração silenciosa" dos anos 50. No entanto, mesmo em concordância, temos de considerar a forte emergência de partidos/movimentos políticos nesta década, de que é exemplo a criação do Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (1953), primeiro partido político a reivindicar a independência de Angola, formado por separatistas angolanos, bem como as reiteradas comunicações destes movimentos de libertação direcionadas a Oliveira Salazar, inclusive o "ultimato" que lhe foi dirigido pela União dos Povos de Angola (UPA), antes do início da guerra colonial, que visava a saída dos portugueses de Angola, e que foi negligenciado. Tudo situações que reforçam o intuito de autonomia política, ainda que não nutram o impacto do massacre de fevereiro de 1961, na zona sublevada do Norte de Angola. As pressões dos movimentos de libertação eram constantes, mas Salazar menosprezava a sua capacidade de luta. Aliás, isso justifica a imensa mortandade inicialmente no Uíge, Zaire e Cuanza Norte, porque o regime não estava à espera nem estava preparado para a Guerra, e sobretudo porque pensava que a UPA estava a fazer *"bluff"*. Em suma, pressões para a autonomia política existiram, mas foram todas desconsideradas e/ou ocultadas pelo regime, como foi ocultado aos portugueses o início da guerra colonial (Salazar comunicou tratar-se de um pequeno conflito na fronteira), ou depois a natureza do conflito (não se designava de guerra mas antes de ações de policiamento contra bandidos e terroristas), e o já referido sentimento de Homem espoliado traduziu-se num tremendo massacre à catanada (de brancos, pretos e crianças). Se as ameaças tivessem sido encaradas com o devido respeito, como reivindicações de autonomia politica que eram, poderiam ter sido evitados 13 anos de guerra.

depois de 1952, altura em que Kwame Nkrumah se torna Primeiro-ministro e começa a trabalhar para a descolonização de África (Holland, 1985). Aliás, já em 1945, no 5º Congresso Pan-africano de Manchester, que teve a adesão de intelectuais negros vindos de todos os cantos do mundo, e que conseguiram fazer aprovar uma resolução em que se condenava o colonialismo tal como existia e apelava a reformas várias económicas e sociais nas colónias, K´Nkrumah, sem rodeios, exigiu a independência imediata e incondicional dos territórios africanos ocupados, criticando o que considerava ser a "balcanização" de África – a estratégia Ocidental de "dividir para reinar" –, que consistia na fragmentação de África em pequenos Estados, como estratégia imperialista de dominação sobre o continente. (Nkrumah, 1977)

No império francês, a luta anticolonial teve a mesma evolução. Em 1945, os franceses deixaram de controlar o Líbano. No mesmo ano, foi proclamada a República do Vietnam, ainda que a independência só tenha chegado depois de 1954, com a derrota militar francesa em Dienbienphu. Em 1946, depois de muita luta, os franceses retiram definitivamente da Síria e, no Norte de África, no ano seguinte, o sultão Sidi Mohamed pronuncia-se a favor da independência, tendo sido deposto e exiliado; no entanto, aproveitando a derrota francesa na Indochina, e a insurreição anticolonial na Argélia, revestida de muita violência depois de 1954, regressa e sobe ao trono de Marrocos, em 1955, com o nome de Mahamed V e, em março de 1956, proclama a independência de Marrocos. No mesmo ano, após dura resistência armada ao colono, o movimento nacionalista tunisiano, liderado por Habib Bourguiba, força com sucesso a independência do país, sendo eleito para a Presidência em 1959. Em 1962, através dos Acordos de Evian, a Argélia obtém a independência.

O fim da colonização inglesa da Índia, e francesa da Argélia, marcam o início da descolonização na maior parte das colónias europeias em África e na Ásia.

O império holandês, com menor número de territórios coloniais, penalizado desde cedo pela incapacidade de rivalizar com as potências emergentes, como a inglesa e a francesa, apresentava, nesta altura de pós-guerra, sintomas semelhantes. Em 1945, Ahmed Sukarno liderou o movimento de independência, e após muita luta armada com a metrópole, em 1949, os Países Baixos reconheceram formalmente a independência da Indonésia[8], muito pressionados internacionalmente, ainda que a independência absoluta só tenha surgido em 1954[9]. A proclamação da República da mais importante colónia holan-

8 Não obstante, a parte ocidental da ilha de Nova Guiné (Nova Guiné Holandesa) permaneceria holandesa até 1962.

9 Quando a Indonésia rompeu a união com a Holanda e se aproximou dos estados Sudeste Asiáticos para efeitos de cooperação económica, afastando-se da influência europeia sem perder integridade.

desa significou a desagregação do Império Colonial Holandês (Holland, 1985), até porque só restavam duas colónias aos holandeses, o Suriname, que se tornou autónomo ainda em 1954, apesar de ter recebido a independência, em 1975, e as Antilhas Holandesas, um conjunto de cinco pequenas ilhas nas Caraíbas (Hart-Davis, 2007), dissolvidas em 2010, enquanto uma entidade autónoma da coroa holandesa, passaram a constituir dois países autónomos, e três ilhas voltam a integrar o território da Holanda.

A desagregação dos impérios coloniais na Ásia e na África aconselha o regime de Salazar a redobrar de cuidados, até porque, em 1947, com a França em esforço para conservar a Indochina, e com a Holanda prestes a perder a parte substancial do seu antigo império asiático, realizava-se em Nova Dehli, na Índia, uma conferência convocada por Nehru, Primeiro-ministro da União Indiana, país que chegará à independência nesse mesmo ano (Venâncio, 2002, p. 234), onde é apontada a necessidade de constituir um bloco de nações capazes de influenciar as decisões mundiais, o que atua excelentemente como reforço do sentimento nacionalista dos povos colonizados africanos e asiáticos.

Começam a surgir de forma mais intensa organizações e atividades de índole política, com uma conotação acentuada de esquerda. Com efeito, é através da conferência de Bandung (Indonésia, abril de 1955), a primeira conferência afro-asiática significativamente anticolonialista, na qual se preparou o batismo do Terceiro Mundo[10], que acontece no seguimento da conferência de 1947, com os mesmos princípios e objetivos, que emergiria o maior apoio aos africanos na sua demanda pela soberania; "pilar" histórico e basilar na luta contra racismo e contra o imperialismo colonial (Mackie, 2005). É disso exemplo a contribuição de Richard Wright, conferencista em Bandung, que viria a ser considerado o percussor do multiculturalismo e um agente defensor da transformação global, pelo ataque concretizado às nações ocidentais, a quem responsabilizou pela pobreza e ignorância dos povos coloniais, aconselhando essas nações a trabalhar em direção à modernização e industrialização dos espaços coloniais sob um sistema político democrático e livre, ou seja, dando aos povos coloniais o direito à autodeterminação e liberdade de escolha, relativamente aos seus próprios sistemas políticos (Wright, 1995). Como refere Cann (1998, p. 36), "os «ventos da mudança» sopravam através de África, mas [em Portugal] o regime de Salazar recusava efectuar eleições democráticas ou descolonizar".

10 Estiveram presentes cinco países africanos (Egipto, Líbia, Libéria, Etiópia e Sudão) e representantes da Costa do Ouro, ainda colónia britânica, mas que se tornaria independente dois anos depois, passando a chamar-se Gana.

A conjuntura política internacional, os reiterados abusos cometidos pelos colonos e o consequente empolar independentista, a recusa do direito das colónias à autodeterminação e à independência, o menosprezar das ameaças feitas pelos movimentos de libertação, e o não cumprimento das recomendações das organizações internacionais, por parte do Estado Novo, estão na base da Guerra Colonial, iniciada em fevereiro de 1961, e findada com a Revolução dos Cravos, em abril de 1974.

Apesar de todas as evidências e pressões externas, sabendo que as potências internacionais reprimiam o colonialismo e a escravatura, e apoiavam os movimentos de libertação, estes movimentos estavam inspirados numa ideologia comunista, acoitados pelos países africanos pró-comunistas (ex. Guiné-Conakry e o Congo ex-Belga), e mesmo recebendo recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU) para ceder a independência às colónias, como aconteceu desde que Portugal integrou este organismo em 1955, ainda assim, mesmo sem parceiros ou apoios internacionais, Salazar manteve-se inabalável, numa política de "orgulhosamente sós"[11], socorrendo-se do luso-tropicalismo para justificar a persistência no sistema colonial (Bastos, 1998, p. 422), " (…) ideologia que persistiu para além da brutal contradição evidenciada pelas práticas" (Bastos, 1998, p. 428). Salazar sabia que, ao defender pela força das armas as colónias, estava a preservar o regime prepotente que tutelava. (Cann, 1998, p. 59)

> "(…) this interpretation [Lusotropicalism] is then used by the Portuguese colonial regime to legitimize its claims in Africa against growing anticolonial pressure as of the late 1950s and until the demise of the colonial and dictatorial regime in the early 1970s". (Almeida, 2008, p. 2-3)

No entanto, e por isso mesmo, procurou através de uma operação de cosmética desviar a pressão exercida pela ONU, e acalmar a insubordinação colonial, afirmando que Portugal não possuía "colónias" mas sim "províncias ultramarinas" (Bender, 1980:6-7); mas, no entanto, foi insuficiente para acalmar os independentistas africanos, enredados num profundo sentimento de espoliação, e cada vez mais "unidos" em torno de um "(…) sentimento nacionalista, alicerçado na ideia de que o desenvolvimento almejado deixava de ser possível noutro quadro político-jurídico que não o do Estado-Nação" (Venâncio, 2002, p. 234). E, depois de muita luta, conseguiram partir "(…) as correntes do domínio estrangeiro [português] e tudo o que elas tinham repre-

11 Inclusive, ao longo da década de 1960, os EUA e a Grã-Bretanha vão deixar de vender armamento que possa ser enviado para as colónias por uma questão de princípios e, neste sentido, Salazar é forçado a procurar novos apoios internacionais, destacando-se a França do general De Gaulle, a Alemanha Federal, a Bélgica, a Itália, a Espanha, a África do Sul, a Rodésia e, em determinado momento, a Líbia.

sentado em termos de privação moral e social" (Davidson, 2000 [1992], p. 163), remetendo a ideologia luso-tropicalista ao silêncio da repressão, sem abrir a questão ao debate público e democrático, tal como advoga Cristina Bastos, ao referir que não foi "sujeita à terapia coletiva de discussão do tema". (Bastos, 1998, p. 428)

Parte II – O colonialismo português

> "Sem coação da parte do europeu, não teria se dado a tão violenta revolução social como a representada por este deslocamento do trabalho agrário das mãos da mulher para as do homem. Sem coação, só, não.. Sejamos francos e empreguemos a expressão exata: sem escravidão. Foi o regime de trabalho escravo que permitiu ao português, nos primeiros séculos de colonizador europeu da África, fazer o homem de Angola trabalhar contínua e regularmente nos campos". (Freyre, 1953a, p. 405)

O trabalho compulsório e esclavagista foi o principal eixo da organização social na sociedade colonial, aliás, o que viria a ser considerado um arcaísmo improdutivo pelos economistas liberais. Os povos colonizados eram tidos como mão-de-obra barata e pagadores de impostos (Zamparoni, 2001, p. 207-208)[12], recebiam um tratamento desumano reiterado num quotidiano de violência, pernoitavam amontoados em senzalas, "casas" pequenas e húmidas, sem o mínimo de conforto, distanciando-se "da casa-grande do homem de cabedal e governo" (Koshiba & Pereira, 1987), "estavam sujeitos ao arbítrio das autoridades coloniais, e eram submetidos a julgamentos sumários e a medidas discriminatórias ou mesmo vexatórias" (Mateus & Mateus, 2011, p. 41), o que levou ao presságio de que a solução só podia passar pela independência.

Entre 1890 e 1940, foram formuladas e implementadas as bases do regime colonial em Moçambique (diga-se, segregadoras, tal como acontecia nos territórios adjacentes, de outro domínio colonial, como no território hoje pertencente à África do Sul), e que persistiram até 1960, quando eclodiu a luta armada anticolonial (Zamparoni, 2001, p. 191). Este modelo de gestão colonial visava e legitimava a marginalização dos negros. Por exemplo, em Lourenço Marques, existiam clubes só para os nascidos na Metrópole (Mateus, 2004, p. 95). No entanto, também descriminava outras minorias, com a mesma

12 "Os africanos estavam sujeitos a um imposto de capitação, cujo principal objetivo era forçá-los a trabalharem para os brancos. Até ao início da década de 60 do séc. XX, tal imposto correspondia ao trabalho pago ao nível do salário mínimo por um período de dois meses e meio a quatro meses. Os colonos tinham muita dificuldade em admitir que um africano, negro ou mestiço, pudesse ganhar tanto como um branco". (Mateus & Mateus, 2011)

intensidade, sobretudo a comunidade dos *monhés*, que era altamente segregada, mas também a pequena comunidade de chineses, grosso modo concentrada nas cidades da Beira e de Lourenço Marques (cf. Zamparoni, 2001). Aliás, nestas duas cidades, o africano só podia circular pelos passeios públicos desde que por aí não passassem brancos em simultâneo. (Mateus & Mateus, 2011)

Em Angola, poucos portugueses eram capazes de separar as distinções entre raça e cultura: o branco estava associado à cultura portuguesa, e o negro a uma cultura diferenciada, classificada de "africana", ou seja, vingava uma gradação na discriminação relacionada com a cor, muito vinculativa na sociedade, motivo pelo qual "até ao início da Guerra Colonial nenhum natural de Angola, branco ou negro, podia desempenhar funções de oficial no exército ou ascender a cargos de públicos de relevo e, durante muito tempo, nem sequer podiam fazer a tropa" (Mateus & Mateus, 2011, p. 42). Apesar de ser uma regra repleta de exceções, porque o sistema de indigenato e a teoria luso-tropical permitia os assimilados (racialmente negro, mas culturalmente português), em geral, quanto mais clara fosse a pele, mais elevada era a posição social do indivíduo. Aliás, oficialmente, os africanos assimilados representavam menos de 1% da população. (Bender, 1980, p. 301)

A elite colonial portuguesa, que era uma minoria originária da metrópole, seguia uma política de segregação e de ação cultural, firmada num sentimento de superioridade face aos povos colonizados (Cann, 1998, p. 35) e, por isso, o africano ser "arrebanhado à força pelas autoridades coloniais, que recebiam avultadas quantias por cada trabalhador enviado para as plantações e empresas, onde, longe das famílias, em instalações sórdidas, mal alimentado e com salários de miséria era forçado a um trabalho desumano que se convertia em riquezas enormes de que não beneficiava". (Mateus & Mateus, 2011, p. 42)

Muitos revoltosos eram enviados para África, o que agravada a situação das populações locais, que tinham de suportar a fúria destas pessoas, e o seu descontentamento, e ainda, indiretamente, eram alvo da política de opressão e censura de Salazar, que servia para reprimir a oposição que se manifestasse nas colónias, negra ou branca. (Boahen, 2010, p. 815)

Nos anos 60 século XX, o reordenamento ou reagrupamento das populações, sob a designação de aldeamentos, aldeias estratégicas, agrupamentos, concentrações, reordenamento rural, desenvolvimento comunitário, aldeias fortificadas e "sanzalas da paz" (Cann, 1998, p. 208-209), realizado com o objetivo de separar as populações dos guerrilheiros e dificultar o alastramento subversivo para Sul, agravou incomensuravelmente as condições de vida dos africanos, já de si muito débeis. Só no Norte de Angola foram deslocadas mais de um milhão de pessoas (Bender, 1980, p. 226). Tal política, militarmente eficaz, cul-

turalmente destrutiva, e socialmente indesejada, levou à destruturação da agricultura tradicional (sobretudo da produção de milho), e traduziu-se na ocupação pelos senhores de terras pertencentes aos africanos (para produção de café, algodão ou sisal), e na formação de depósitos de mão-de-obra onde os senhores iam recrutar negros, muitas vezes para trabalhar nas suas próprias terras, ocupadas de forma coerciva. (Moutinho, 2000, p. 104)

> "O reagrupamento dos africanos em aldeamentos artificiais (…) assinalava outro capítulo triste na crónica da destruição dos padrões sociais, económicos e políticos tradicionais de Angola – uma crónica que começou com a escravatura, prosseguiu com as «guerras de pacificação» e o período do trabalho de contrato e veio a culminar com a reinstalação forçada de mais de um milhão de africanos durante a guerra". (Bender, 1980, p. 104)

A descriminação racial atingia todos os nascidos nas colónias, inclusive os chamados "brancos de segunda", e ocorria sem ser necessário recorrer a legislação específica, porque "o sistema virulento de discriminação cultural e de classe impedia eficazmente os africanos de participarem como iguais nas instituições sociais, económicas e politicas portuguesas" (Bender, 1980, p. 302). Nas cidades, o africano também estava sujeito a medidas discriminatórias e vexatórias: em Lourenço Marques, a "gente de cor" (como eram designados os não brancos pelas mulheres brancas, no Jornal *Lourenço Marques Guardian*), estava proibida de tomar banho no recinto protegido da praia e, como tal, se quisesse banhar-se, teria de o fazer em áreas costeiras não protegidas, correndo o risco de ataque por tubarões (Zamparoni, 2001, p. 206). Em Angola os "brancos de segunda" sentavam-se atrás dos "brancos de primeira", o que acontecia, por exemplo, nas escolas e ou nos transportes públicos. Aliás, no Lobito existiam carreiras para brancos e carreiras para pretos.

Aos africanos estava vedado o acesso aos cinemas, restaurantes e cafés frequentados por brancos, não podiam olhar as mulheres brancas, ou até mesmo gesticular no seu sentido, e deveriam manter a cabeça baixa, sob pena de serem presos (Mateus, 2004, p. 95). Tinham os movimentos condicionados, por exemplo, durante a noite tinham de pedir autorização para circular, não podiam passar num passeio onde estivessem brancos, e não podiam exercer atividades profissionais relevantes (Carvalho, 2001, p. 25). Aliás, em Lourenço Marques, os salários eram fixados de acordo com a raça dos profissionais (Zamparoni, 2001, p. 207-208). Nos serviços públicos existiam locais de atendimento específicos para brancos e negros, e, quando não existiam, os negros eram atendidos depois dos brancos, ficando imenso tempo em filas de espera, tempo que teriam de faltar ao trabalho e que não lhes era remunerado. (Mateus & Mateus, 2011)

Regras informais de organização da sociedade, não escritas, mas muito vincadas, que criavam uma barreira invisível de exclusão, imposta ao africano

e às pequenas minorias étnicas, e que favoreciam a procrastinação da escravidão nas colonias (Vellut, 1989); mesmo após decretado o fim progressivo da escravatura, em 1858, ou a sua abolição em 1878, porque acontecia de forma camuflada (Valério & Fontoura, 1994, p. 1196-1197), o que é revelador do fracasso da legislação da abolição da escravatura (Torres, 1989). Situações de abusos coloniais que ainda fazem eco na contemporaneidade, mesmo no Brasil, tal como é percetível em Dantas (1998), referindo-se à dureza a que eram expostos os negros transplantados de África para a Bahia/Brasil[13], ou em Holanda (2005 [1936]), no que se refere à ausência de uma ética do trabalho do colonizador português, ou em Bonfin (1905), que refere que, quando os portugueses se sedentarizaram tornaram-se parasitas, trabalhando com recurso ao trabalho escravo, não velando pelo bem comum, só explorando e regrando a sociedade de forma a perpetuar um poder parasitário, ou em Moog (1954 [1943]), que faz um diagnóstico alargado do atraso brasileiro apontando o dedo à colonização portuguesa, que considerou predadora e extractivista, ou também em Romero (1888 [1943]) e Prado (1928), entre outros.

O descontentamento dos povos colonizados, e o clima de instabilidade política internacional no pós II Grande Guerra, deu campo de manobra aos movimentos nacionalistas africanos (as elites negras tinham retornado durante a guerra, e muitos dos que tinham sido recrutados para a guerra, ou retornaram, ou abriram os olhos para um mundo diferente; melhoraram a escolaridade ou concluíram mesmo cursos, superiores ou não). Depois da descolonização da África britânica, francesa e belga, da anexação de Goa pela Índia, e após eclodirem as rebeliões em Angola (1961), Guiné-Bissau (1963) e Moçambique (1964), intensificaram-se as pressões internacionais contra Portugal, agravadas pelo facto dos Estados Unidos da América (EUA), liderados pelo Presidente John F. Kennedy, retirarem o apoio em relação a esta matéria, e alinharam com a União Soviética (URSS) na condenação da política africana de Portugal. (Cann, 1998, p. 59-60)

No entanto, antes do Presidente Kennedy tirar o apoio político, fez deslocar a Portugal, em agosto de 1963, o subsecretário de Estado dos Assuntos

13 Num ensaio antropológico sobre cultos afro-brasileiros, em que é objeto evidenciar a excessiva africanização a que foi submetido o candomblé, tese até então mais trabalhada pelos cientistas sociais, Dantas realizou várias entrevistas a uma mãe-de-santo designada de Bilina, de um terreiro "Nagô Puro" do Sergipe; o que aconteceu no início da década de 70 do séc. XX, portanto várias gerações após o fim da escravatura. No entanto, no que a este estudo importa, salienta-se que apesar de esta mãe-de-santo representar a terceira geração sem escravatura, ainda revela estar muito ligada à dureza da submissão colonial em África, já que o autor refere que as "(…) suas representações de África se constroem num mundo dividido entre branco dominantes e negros dominados". (Dantas, 1988, p. 70)

Europeus, George Ball, para propor a Salazar que reconhecesse às colónias o direito à autodeterminação e iniciasse o processo de descolonização, num prazo máximo de dez anos (Rodrigues, 2003, p. 22-27), durante os quais os EUA ajudavam financeiramente Portugal a promover melhoramentos de infraestruturas básicas, de educação, de saúde, de condições sociais, de agricultura e de quadros técnicos nas suas colónias. Salazar recusou a proposta, também chamada de "Plano *Ball*", o que acentua a sua obstinação pelo domínio colonial, não só com base no argumento de que o país tinha parcos recursos e deveria aceitar a proposta, mas também a fazer fé no que escreveu George Ball, onde se lê que o pensamento demonstrado por Oliveira Salazar remete para uma política "(…) ditada pelos mesmos princípios de "orgulho nacional", de "sentido de missão cristã" e de "mística de dilatação das fronteiras da fé e do império" que tinham guiado os "descobridores portugueses dos séculos passados" (Ball, 1983, p. 276). Para o autor, Salazar era inflexível e ultra reacionário, não só por todas as suas crenças e preconceitos, mas por ser sectário de uma visão medievalista para o mundo português. Aliás, Ball relata dessa viagem que Portugal era governado por um triunvirato, ou *troika*, expressão muito em voga, composto pelo Infante Dom Henrique, Vasco da Gama e pelo próprio Salazar. (Ball, 1983, p. 277)

Militarmente confrontado, diplomaticamente censurado[14], politicamente desprovido, e ideologicamente isolado, Salazar insistiu em defender pela força das armas os territórios ultramarinos, acreditando veementemente que a guerra era para o "bem dos africanos", e para a preservação das sociedades multirraciais (Bender, 1980, p.7). Ainda, inteligentemente, socorreu-se da mortandade provocada pela UPA, nos inícios de 1961, no norte de Angola, em revolta por séculos de escravatura, para justificar a Guerra Colonial e para evidenciar a natureza tribal desta União, ou seja, que estes povos ainda não tinham atingido a modernidade, e que tinha razão quando insistia na necessidade da missão civilizadora dos povos coloniais. (Pélissier, 1978, p. 235)

No entanto, segundo John Cann e Gerald Bender, fica claro que a política colonial, mais importante do que pretender a preservação da "secular convivência fraterna" entre bancos, negros e mestiços, tinha o propósito de preservar o regime (Cann, 1998, p. 58;62). Os autores justificam-se, entre outros, na ausência do "luso-tropicalismo" no decurso da guerra, porque, após um curto período inicial de vantagem dos independentistas (Cann, 1998, p. 7), ao terror negro contrapõe-se veementemente o terror branco. (Cann, 1998, p. 56)

14 Em 9 de junho de 1961, o Conselho de Segurança da ONU aprovou uma moção que aconselhava Portugal a cessar a sua defesa em Angola.

A conjuntura portuguesa era complicada, tanto na metrópole como nas colónias. Primeiro, os africanos descontentes com a colonização queriam a independência; segundo, os portugueses da metrópole, descontentes com o aumento do esforço de guerra (material e humano), e com o atraso socioeconómico de Portugal, por falta de investimentos produtivos, começavam a não compreender a teimosia em preservar as províncias ultramarinas (Pinto, 2001, p. 30); terceiro, os militares incumbidos da obrigação de combater os movimentos de libertação (Cann, 1998, p. 58), céticos de que essa fosse a melhor via de negociação, e também descontentes pelo esforço de guerra (Pinto, 2001, p. 30), constituíram um movimento militar, organizado na clandestinidade, designado de Movimento das Forças Armadas (MFA), que executou com êxito o 25 de abril de 1974. Devemos ainda considerar a crise financeira mundial, decorrente do choque petrolífero de 1973, que obrigou ao rigor e à contenção financeira, sobretudo da indústria ligada ao mar (Santos et al., 2012); e ainda o aproveitamento da ex-URSS, que soube criar condições políticas favoráveis e dinamizadoras da sua esfera de influência, tanto na metrópole como nas colónias (ex. embaixador Daniel Solod). (Cann, 1998, p. 44)

Após o 25 de abril de 1974, e na presença de reciproca disposição de negociar, Mário Soares recém-empossado Ministro dos Negócios Estrangeiros do I Governo Provisório, inicia negociações com os movimentos de libertação para a obtenção de um cessar-fogo nos territórios ultramarinos, o que faz de forma muito dinâmica, no sentido de ultrapassar as imprecisas formulações da nova política ultramarina portuguesa, sustentadas por António Spínola. (Oliveira, 1983, p. 43) Trata-se das primeiras formulações do processo de transferência de poderes, e das dinâmicas políticas, com fundamento na Lei n.º 7/74, de 27 de julho (reconheceu aos povos dos territórios sob administração portuguesa o direito à autodeterminação e independência), que deram resultado, logo em 26 de agosto de 1974, através do acordo Argel, onde Portugal reconheceu a independência do Estado da Guiné. Também nesse mês de agosto se iniciaram as negociações com Moçambique, e na conferência de Moussaka, de 7 de setembro desse mesmo ano, foi agendada a independência total de Moçambique para o dia 26 de junho de 1975.

A transferência de poderes, uma saída atrapalhada das colónias, traduziu-se num clima de instabilidade e violência, e as respostas sociais não se fizeram tardar. Só em Angola, os números oficiais registaram um êxodo de quase 90% dos portugueses, e de muitos naturais que não aguentaram o processo, pelas violências ocorridas, valor onde não estão incluídas as fugas incontroladas pelas fronteiras terrestres, que se sabe terem tido lugar (Heimer, 1980, p. 91). Moçambique mergulhou numa onda de agitação que paralisava quase por completo o sector dos transportes e da indústria, agravando a já de si difícil situação económica. Por exemplo, a luta política pós-independência pelo

controlo dos meios de comunicação social, que assumiu várias formas, levou à destruição das instalações e do parque gráfico. (Heimer, 1980, p. 91-92)

Parte III – Fundamento, características e objetivos da teoria do luso-tropicalismo

O luso-tropicalismo não é uma "ideologia", um "conceito", um "sistema" ou um "método de colonização", tal como observa Mário Pinto de Andrade (Fele, 1955, p. 7), mas uma teoria que constrói uma interpretação teórica do que terá sido, na opinião devidamente fundamentada de Gilberto Freyre, a integração portuguesa nos trópicos. Esta teoria é aqui relevada pela distinção entre raça e cultura, desde logo, porque permite valorizar em pé de igualdade a contribuição das diferentes raças para a civilização luso-tropical, enquanto uma unidade de sentimento e cultura. (Araújo, 1994)

> "Distinguindo raça de cultura e por isso valorizando em pé de igualdade as contribuições do negro, do português e – em menor escala – do índio, nosso autor [Gilberto Freyre] ganha forças não só para superar o racismo que vinha ordenando significativamente a produção intelectual brasileira mas também para tentar construir uma outra versão da identidade nacional, em que a obsessão com o progresso e com a razão, com a integração do país na marcha da civilização (…). Dessa forma, essa terceira posição dará ao Brasil a oportunidade de superar o "inacabamento", definitivo e temporário, que habitualmente o caracterizava, fornecendo-lhe um passado, minimamente aceitável (…). Reconhecendo o valor da influência dos negros e dos índios, a reflexão desenvolvida por Gilberto parecia lançar, finalmente, as bases de uma verdadeira identidade coletiva, capaz de estimular a criação de um inédito sentimento de comunidade pela explicitação de laços, até então insuspeitos, entre diferentes grupos que compunham a nação". (Araújo, 1994, p. 28)

Com base na tese da mestiçagem, entre portugueses (simbolizando os europeus), negros e índios (em menor dimensão), Gilberto Freyre lançou as bases da identidade do povo brasileiro, inserindo o seu trabalho nos debates teóricos sobre a identidade nacional do Brasil (Araújo, 1994). Convém referir que, de uma forma transversal, as Teorias da Identidade Nacional seguem duas ideias: (i) procuram as particularidades reais e imaginárias da formação da nação, para que se consigam individualizar perante os outros "nós somos diferentes"; (ii) essas particularidades são objeto de avaliação, que na maior parte das vezes é positiva, mas também pode acontecer de ser negativa. No caso do Brasil, as reflexões iniciais sobre a identidade nacional ocorreram sob o signo do pessimismo, com base no determinismo racial[15] e, por isso,

15 No século XIX, e em boa parte do século XX, culpou-se o racismo pela sociedade híbrida, mestiça e doente. O determinismo racial seria substituído pelo determinismo económico.

nos anos 1920, o lugar de Gilberto Freyre é central na redescoberta do Brasil e na passagem do pessimismo para o otimismo. Neste processo é central o nativismo e o cosmopolitismo, que coexistem em simultâneo no século XX, e a Semana de Arte Moderna, que aconteceu em São Paulo, em 1922, que simboliza o segundo grito de revolta, agora de independência cultural (o primeiro seria o Grito do Ipiranga, que trouxe a independência política), e marca a rotura com as velhas estruturas oligárquicas dominantes, tornando como objetivo o futuro, o modernismo.

Gilberto Freyre realçou a melhor relação entre o colonizador português e os povos colonizados, por via da miscigenação, e por comparação com outras potências coloniais, onde essa miscigenação era menos significante, lutando contra o determinismo racial, mostrando os benefícios da mistura de raças, o que não deve ser confundido, nem nós o queremos fazer, com a expressão "democracia racial", um mito atribuído a Gilberto Freyre, mas que nunca é referido na obra Casa-Grande & Senzala (1933), tal como advoga Vianna (2000).

> "O escravocrata português (…) foi o colonizador europeu que melhor confraternizou com as raças chamadas inferiores (…) o menos cruel com os escravos". (Freyre, 1933 [1957], p. 191)

Neste período, Sérgio Buarque de Holanda (1936), tal como Gilberto Freyre (1933), também tematiza a Identidade Nacional com uma linguagem erudita e culturalista, mas não procura evidenciar se a colonização foi boa ou má, até porque, como já vimos, qualquer colonização é sempre má, mas, antes, se foi bem-sucedida ou não, e os motivos desse sucesso e insucesso. Isto revela as várias posições perante o passado e a perspetiva do futuro. Freyre, com influências de Boas, a escrever a partir do Nordeste, da Casa Grande, enfatiza a mestiçagem e a contribuição positiva dos portugueses; Holanda, com influências de Max Weber, a escrever de São Paulo, do ponto de vista das cidades, crítica o passado, atribuindo aos portugueses a responsabilidade do atraso brasileiro. A constituição da identidade por referência a um outro "nós – outros", no Brasil far-se-ia com Portugal, comparação historicista, e com os EUA, comparação para a modernidade. Atente-se que, as identidades não existem, o que existe são discursos que formulam as identidades, ao vincarem as singularidades, mostrando que nós somos assim, por comparação com outros, que têm outras características.

A obra de Gilberto Freyre e a teoria do luso-tropicalismo, que visou combater os modelos deterministas raciais que existiam no Brasil, e a própria ideologia salazarista, receberam influências do cenário geopolítico mundial, pelo que, mesmo de forma resumida, não podemos deixar de referir o racismo na Alemanha nazi e nos EUA, que em parte justifica o otimismo com que Freyre observa a realidade da sociedade brasileira, o fascismo italiano e

espanhol, a doutrina social católica, e sobretudo o integralismo lusitano, no caso da ideologia salazarista. (Cruz, 1982, p. 137)

A questão do luso-tropicalismo enquanto "modelo ideológico de gestão colonial", com que iniciamos o trabalho, de certa forma, remete para o assumir implícito de que o luso-tropicalismo influenciou a ideologia colonial portuguesa. E, de facto, influenciou, tal como advoga Cláudia Castelo para o período entre 1933 e 1961, ou seja, entre a publicação de *Casa-Grande & Senzala*, que coincide com a entrada em vigor da Constituição do Estado Novo (e disposições do Ato Colonial), e o início da Guerra Colonial em Angola e da abolição do Estatuto dos Indígenas. Na apropriação pelo Estado Novo, para resistir às transformações, representava o igualitarismo racial e insistia na realidade pluricontinental e multirracial da nação portuguesa. Para a autora, nesse período, existem dois momentos distintos do luso-tropicalismo: receção inicial (anos 1930/40) e apropriação (anos 1950/60). (Castelo, 1999, p. 13;69)

Gerald Bender, que sustenta a divisão temporal proposta por Castelo (1999, p. 13;69), prolonga a fase de apropriação até ao golpe militar de abril de 1974, referindo que, em todo este período, o luso-tropicalismo foi a ideologia mais fervorosamente aceite pelos portugueses (Bender, 1980, p. 7); mas não a única, acrescentaríamos nós, pois existiram bastantes críticas, nomeadamente de Henrique Galvão, e uma forte ideologia anticolonialista coordenada por nacionalistas como Mário Pinto Andrade, Eduardo Mondlane e, sobretudo, Amílcar Cabral (Sanches, 2011)[16], que, como veremos mais à frente, lutaram veementemente contra o regime português.

Bender também refere que a violência caracterizou o essencial das relações com os africanos, diabolizados pelas suas origens e pelas suas opções culturais, e que essa cresceu com o evoluir da guerra colonial (Bender, 1980, p. 228). No entanto, segundo Freyre, a violência não era característica do luso-tropicalismo (Freyre, 1958), muito pelo contrário, já que realça como positiva a atitude colonizadora portuguesa, quando comparada com a dos europeus boreais para com as gentes tropicais e suas culturas[17]; o que é elucidativo de como existiam várias formas de pensar este conceito, das quais

16 SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.), *Malhas que os Impérios tecem – Textos Anticoloniais Contextos Pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, 2011. Em particular, nesta obra referimo-nos ao texto de Eduardo Mondlane *"A estrutura social – mitos e factos"* (pp. 333-354), de Amílcar Cabral *"Libertação nacional e cultura"* (pp. 355-377), e de Mário Pinto de Andrade *"Prefácio à Antologia Temática de Poesia Africana"* (pp. 185-197).

17 "Quando os Ocidentais chamam a um povo europeu «indígena» colocam-no fora de sua compreensão e consideram-no semelhante a animais selvagens (…). Esta tem sido na verdade a atitude tipicamente europeia da parte dos europeus boreais para com as gentes tropicais e suas culturas; mas não a atitude característica portuguesa". (Freyre, 1958, p. 44)

destacamos: (i) a conceção do regime salazarista; (ii) que não é nem tem que ser a de todos os portugueses, nem a do próprio Gilberto Freyre; e (iii) a conceção dos não portugueses. Estas três linhas, sem pretender esgotar o tema, são sequencialmente apresentadas a seguir:

(i) Para Gerald Bender, que escreve na senda de George Ball (1983), o regime acreditava verdadeiramente que a política, a prática e os objetivos eram fiéis ao luso-tropicalismo, e que este constituía uma explicação exata do igualitarismo racial português (Ball, 1983, p. 276-277)[18]. Inclusive, apenas alguns dias antes do golpe de abril de 1974, Marcelo Caetano, Presidente do Conselho de Ministros, declarava oficialmente: "Estamos a lutar em defesa do direito que têm todos os homens de viverem juntos na África e, acima de tudo, defesa da sociedade multirracial que lá formámos" (Bender, 1980, p.7);

(ii) No entanto, tal como nos dá conta Morais & Violante (1987, p. 142--146), alguns portugueses discordavam e denunciavam a política colonial, nomeadamente os abusos humanos. Começamos pelo Capitão Henrique Galvão, inspetor-chefe da Administração Colonial (Cann, 1998, p. 58), que apresentou, em 1947, à porta fechada na chamada Comissão das Colónias, um famoso «Relatório sobre os Problemas Nativos nas Colónias Portuguesas»[19], onde dizia:

> "Em certo ponto de vista, a situação é mais grave que a criada pela escravatura pura. Na vigência desta, o negro comprado, adquirido como um animal, constituía um bem que o seu dono tinha interesse em manter são e escorreito, como tem em manter são e escorreito o seu cavalo ou boi. Agora, o preto não é comprado, é simplesmente alugado ao Estado, embora leve o rótulo de homem livre. E ao patrão pouco interessa que ele adoeça ou morra, uma vez que vá trabalhando enquanto existir – porque quando estiver inválido ou morrer, reclamará outro. Há patrões que têm 35% de mortes entre o pessoal, durante o período do contrato. E não consta que alguém tenha sido privado do fornecimento de mais, quando precisar". (Almeida, 1979, p. 268-274)

Mário Pinto de Andrade, "a quem Cândido Mendes chamou de "o Simon Bolívar" das colónias portuguesas na África, por ele ter lutado pela independência de todas elas" (Pereira, 2000, p. 1), através do artigo *"Qu'est-ce que c'est le luso tropicalism"*, que publicou na revista *Presènce Africaine*, utilizando o pseudónimo de Buanga Fele, crítica de forma irrefutável as teses luso-tropicalistas da assimilação e da integração, que diz não serem válidas para explicar a formação do Brasil, e muito menos as circunstâncias do colonialismo portu-

18 Como já vimos, George Ball corrobora desta ideia, ao afirmar que Oliveira Salazar governa Portugal com base em pressupostos dos tempos dos descobridores portugueses, ou seja, tem uma visão retrógrada.

19 Salazar baniu o relatório e prendeu o Capitão sob acusação de traição, em 1952. (Boahen, 2010, p. 416)

guês na África. Para isso, comprova, através dos censos demográficos das colónias, de 1950, que nem sequer 1% da população tinha atingido o estatuto de civilizado, apresentando a Guiné o pior cenário, onde esse número nem sequer excedia 0,3%. (Fele [Mário Pinto de Andrade], 1955, p. 24-35)

Jorge Dias, o maior vulto da Antropologia portuguesa do século XX, nos vários relatórios que resultaram das expedições a Moçambique, no âmbito da Missão de Estudo das Minorias Étnicas do Ultramar Português, também crítica algumas vezes de forma profunda a gestão colonial portuguesa[20]. Rui M. Pereira, que faz uma interpretação objetiva desses relatórios de Jorge Dias, cita algumas passagens que importa aqui referir:

> "O branco habituou-se a considerar-se, de tal maneira, um ser superior, que não dá por nada destas coisas, nem mostra a mínima cortesia ao falar com pretos instruídos ou assimilados, nem muito menos pensa estender-lhes a mão. Desta maneira vai-se cavando um abismo absolutamente desnecessário entre pretos e brancos, que me parece contrário às superiores diretrizes estabelecidas pelos responsáveis." (…) "Para o comum dos europeus mantem-se a mentalidade colonialista, que considera o negro como mão-de-obra barata e não procura assimila-lo". (Dias, 1957, p. 60-61. *apud* Pereira, 1998, p. XLIII)

Através do trabalho de Rui M. Pereira, podemos ainda ler que Jorge Dias, no *Relatório de 1957*, refere que muitos dos responsáveis residentes no nordeste de Moçambique consideravam que o modelo colonial não se aguentaria mais de vinte anos (Dias, 1957, p. 85. *apud* Pereira, 1998, p. LII), ou seja, não só critica os abusos dos colonos como recomenda ao regime uma mudança de política, por a existente estar a "autodestruir" a relação com os africanos e, naturalmente, a fazer perder a posição portuguesa em África.

Se alguns portugueses civilizados discordavam, alguns portugueses assimilados encetavam uma profunda luta anticolonialista, desde logo Eduardo Mondlane e Amílcar Cabral, que resolveram aquilo a que António Tomás chama uma profunda contradição: a de se sentirem "negros e portugueses ao mesmo tempo" (Tomás, 2007, p.67). Estes denunciaram o conceito de civilizado (colono), de assimilado e de indígena (Pereira, 1998, p. XV)[21], e de como esta segregação agravou conflitos étnicos devido a desigualdades raciais (Sanches, 2011)[22]. Estes importantes nacionalistas dos territórios coloniais, que

20 Este terá sido um dos fatores que condicionou que Jorge Dias a voltar a Moçambique: "por questões de segurança, é certo, mas também porque, seguramente, o regime, perante a consumação da instabilidade social e politica, acharia gratuito prosseguir no patrocínio de estudos que se queriam preventivos, não voltou Jorge Dias a trabalhar entre os macondes e outras etnias do norte de Moçambique". (Dias, 1958. *apud* Pereira, 1998, p. XLIII)

21 Segundo o autor, na realidade colonial, esta estratificação era ainda mais acentuada pelo próprio regime.

22 Em particular, nesta obra referimo-nos ao texto de Eduardo Mondlane *"A estrutura social – mitos e factos"* (pp. 333-354), de Amílcar Cabral *"Libertação nacional e cultura"* (pp. 355-377),

foram a maior oposição ao luso-tropicalismo de Gilberto Freyre, lutavam contra o racismo existente na elite intelectual portuguesa, nomeadamente contra: Mendes Correia, ilustre antropólogo físico da Universidade do Porto, que repudiava taxativamente a miscigenação (Castelo, 1999, p. 112-114); Marcelo Caetano que, em meados dos anos 1950, referia que os indígenas eram meros recetores, passivos e dirigidos, que não tinham nada para dar à troca a não ser o seu trabalho (Castelo, 1999, p. 124); António Enes e Mouzinho de Albuquerque, administradores coloniais, no exercício das suas funções, sempre mostraram um linguajar carregado de conceitos racistas, sempre apontando para uma desigualdade entre portugueses e africanos (Sanches, 1970, p. 333-354)[23]. Mas distingamos Amílcar Cabral, fundador do Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde, expoente máximo da luta anticolonialista, defensor de que os africanos deveriam encarar a luta armada como instrumento de unificação e de progresso cultural, porque esse sim, compensava a derrota da cultura do colonialismo. (Cabral, 1970)

Por outro lado, também não era nem teria necessariamente de ser essa a essência do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre, que tinha fundamento num multiculturalismo com o denominador comum de uma língua como pátria (Martins, 2004, p.7), ou seja, valorizava os diferentes contributos (africanos, ameríndios, orientais e europeus) para a civilização comum, luso-tropical, bem como a unidade de sentimento e de cultura (Castelo, 1999, p. 139). Essa foi a forma encontrada pelo regime, veiculando uma versão simplicista e manipulada da tese gilbertiana (Castelo, 1999, p. 139), para mostrar ao mundo quanto amistosa era a "missão civilizadora portuguesa", e sobretudo, que era determinante para libertar os indígenas da barbárie[24]; uma retórica que ocultava os interesses politico-ideológicos conjunturais, e os interesses económicos nas riquezas naturais e minerais africanas por parte do Estado Novo. (Castelo, 1999, p. 14; Jerónimo, 2009)

e de Mário Pinto de Andrade *"Prefácio à Antologia Temática de Poesia Africana"* (pp. 185--197). Tal como refere Pereira (1998, p. XV), eram muitas as diferenças entre civilizado e assimilado, e muitas as dificuldades para quem não era civilizado, mas que pretendia obter esse estatuto social: "em primeiro lugar, poucos africanos estavam interessados em «civilizar--se»; depois, aqueles que desejavam tal estatuto confrontavam-se com toda uma série de obstáculos: perda de enquadramento social, por impedimento legal de acesso pleno ao contexto cultural de origem; sobrecarga fiscal, tão mais gravosa quanto não era fácil obter um emprego no mercado de trabalho «civilizado», em concorrência com os europeus pobres e os mestiços; por último, a obtenção do estatuto de «civilizado» era manifestamente dificultada pela morosidade e pelos custos do processo, não sendo de excluir, igualmente, uma certa seletividade política".

23 Referimo-nos ao texto de Eduardo Mondlane *"A estrutura social – mitos e factos"*.

24 Recorde-se que, tal como já referimos, depois da revolta no norte de Angola (fevereiro de 1961), este foi um dos argumentos utilizados por Salazar para legitimar a Guerra Colonial.

(iii) No oposto, os não-portugueses consideravam que o luso-tropicalismo exprimia um mito que ignorava as realidades de arrogância racial, genocídio cultural, degradação humana e exploração (Bender, 1980, p. 21). Para estes, a teoria luso-tropicalista, a ser amplamente filantrópica e potenciadora de uma sociedade multirracial, teria condicionado a revolta do norte de Angola; o que não aconteceu, tendo esta nascido do desespero e da raiva, que refletia o instinto elementar do homem espoliado, a quem, durante toda a vida, se negam todos os direitos[25], e também como resposta às brutalidades na Baixa do Cassange (Carvalho, 2001, p. 122.). Aliás, Gerald Bender rótula de utópico o luso-tropicalismo, por considerar que não pode existir harmonia racial numa sociedade multirracial em que os indivíduos de uma raça se consideram a si mesmos superiores e querem pela força dominar aqueles que julgam inferiores, ou alterar comportamentos e transformar as estruturas sociais dos povos dominados, algo que o autor diz ter acontecido nas colónias portuguesas por todo o mundo (Bender, 1980, p. 295). Tal reflete-se no trabalho de Rui M. Pereira, no sentido de que eram os portugueses que queriam civilizar os africanos, e por isso vangloriavam a sua missão civilizadora; algo que apregoavam… mas nunca fizeram, até porque "poucos africanos estavam interessados em «civilizar-se»" (Pereira, 1998, p. XV). Não obstante, ao acontecer, essa representava a vontade do colonizador, e do seu poder face à cultura dominada, concessão que embatia nos desígnios do luso-tropicalismo.

Na linha do referido na Parte II, importa refletir sobre uma questão: se os parceiros internacionais de Portugal não se opusessem à manutenção do império colonial, nomeadamente os EUA, liderados pelo Presidente John F. Kennedy, e a ex-URSS, ter-se-ia o Estado Novo associado e/ou apoiado no luso-tropicalismo de Gilberto Freyre? Julgamos que era muito difícil de acontecer, com base no seguinte, mais uma vez sem esgotar o tema:

(I) Sabemos que nos anos 1930-40 as teses de Freyre não tiveram qualquer aceitação oficial junto do regime português (Castelo, 1999, p. 84) e, inclusive,

25 O Estatuto do Indigenato determinava os direitos (ou "deveres"!) dos indígenas das colónias portuguesas, e foi aprovado em 1926, através do *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique:* Decreto n.º 12533, de 23 de outubro de 1926, *Boletim Oficial da Província de Moçambique*, n.º 48, 1ª. série, de 27 de novembro de 1926, p. 351--353, tendo sido abolido com a aprovação do *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias Ultramarinas*, Decreto-Lei nº. 43 893, de 06 de setembro de 1961, por Adriano Moreira, enquanto Ministro do Ultramar. Com a abolição do indigenato, os cidadãos nativos das colónias passariam a ser cidadãos portugueses de pleno direito; pelo menos no plano formal e jurídico, já que na prática continuou a existir discriminação, por exemplo na identificação civil, feita por bilhete de identidade para os antigos cidadãos e por cartão de identidade para os que eram indignas, conforme advoga Mondlane (1995, p. 46).

foram criticadas por vários ideólogos do regime[26]; o que se justifica pelo facto do regime estar em processo de afirmação, e defender ideais contrários aos desígnios desta doutrina (Bastos, 1998, p. 422). Só a partir dos anos 1950 é que o luso-tropicalismo foi "incorporado e adaptado pelo discurso oficial do salazarismo" (Castelo, 1999, p. 69), altura em que o regime estava a ficar isolado, sem parceiros nem apoios internacionais. (Cann, 1998, p. 59-60)

(II) Sabemos que George Ball, na sua visita de agosto de 1963, escreveu que Salazar era reacionário: não aceitava "alforriar" as colónias e ainda considerava que o Brasil tinha recebido a independência demasiado cedo[27], entre muitos outros motivos já explanados (Ball, 1983, p. 226-277). Assim, o luso-tropicalismo poderá ter sido uma forma de escape determinante para abrandar a pressão externa, e para convencer os parceiros internacionais da necessidade de preservar os seus territórios ultramarinos.

(III) Sabemos que Salazar estava obstinado a «civilizar os selvagens» e também a isolar a «raça portuguesa» (nós ou eles), porque considerava que a miscigenação tinha consequências negativas e que os mestiços eram biologicamente inferiores[28]; o que ia totalmente contra os desígnios da doutrina luso-tropicalista, desde logo, porque defendia o igualitarismo racial (Alexandre, 1979, p.7).

(IV) Quando Gilberto Freyre foi convidado pelo ministro português do Ultramar para viajar pelo império e escrever as suas impressões, lamentou-se por não ter sido convidado vinte anos antes, "(…) quando a energia juvenil

26 "Armindo Monteiro e demais ideólogos do regime partem do postulado da inferioridade da «raça» negra e repudiam a ideia de mestiçagem e de interpretação de culturas no império português. Registe-se, contudo, que Norton de Matos, do lado da oposição, também rejeita a doutrina luso-tropicalista. A crença na superioridade da civilização europeia impede-o de considerar a possibilidade de aculturação em África". (Castelo, 1999, p. 138)

27 Salazar era uma personagem reacionária que encabeçava um regime sectário, que defendia princípios ultraconservadores, contrários à evolução política, ou social e, como tal, não lhe passava pela cabeça a possibilidade de conceder o direito à autodeterminação às colónias. De facto, isso era impensável para Salazar, que chega ao cúmulo de afirmar em conversa com George Ball, em agosto de 1963, que o Brasil tinha recebido a dependência demasiado cedo.

28 Um dos principais vultos que se insurgia contra a mestiçagem era Vicente Ferreira, Ministro das Finanças e Colónias durante a República, que considerava que produzia efeitos nefastos, nomeadamente degenerescências dos caracteres psíquicos, não *aceitando o* erro cometido nos primeiros tempos de colonização do Brasil (ou seja, também é contra a mistura racial do Brasil que Gilberto Freyre tão afincadamente defendia). Vicente Ferreira apoiava-se na Teoria da Degeneração ou da Degenerescência, baseada no pressuposto que haveria progressiva degeneração mental, conforme se sucedessem as gerações: "nervosos gerariam neuróticos, que produziriam psicóticos, que gerariam idiotas ou imbecis, até a extinção da linhagem defeituosa". (Oda, 2001, s/p)

lhe permitiria percorrer os espaços lusos" (Bastos, 1998, p. 422); mesmo que o tenha referido em jeito de ironia, a expressão não esconde a vontade de que as coisas tivessem sido diferentes, ou seja, que esse reconhecimento tivesse chegado mais cedo. De facto, o convite surgiu tardiamente, e ainda assim com exigências quanto ao programa da visita, procurando o Ministro do Ultramar evitar a ida de Freyre a Timor. Podemos perceber que foi uma visita forçada, realizada não de acordo com o tempo de Freyre, mas sim do regime, no fundo, uma estratégia do governo português para reverter a seu favor o prestígio internacional de Gilberto Freyre, e assim mostrar aos parceiros internacionais a natureza diferenciadora da colonização portuguesa. (Castelo, 1999, p. 89;96)

(V) Podemos ainda indagar se Gilberto Freyre estava consciente de que o convite do governo português era "interesseiro" e visava exclusivamente atingir objetivos de política externa. De facto, é provável, e por isso o ter recusado por duas vezes, por considerar que poderia ser comprometedor, e só não o recusou uma terceira vez porque tal gesto seria considerado uma afronta. Não podemos negligenciar que era um dos críticos do regime, ainda que bastante moderado. Criticava sobretudo as práticas racistas da Companhia de Diamantes de Angola[29], e de outras companhias ou empresas, que injuriavam os valores humanos[30], bem como a existência de censura, que por ironia o atingiu, quando foi "dissuadido" a não visitar Timor durante a viagem aos territórios ultramarinos (Castelo, 1999, p. 89). Também sabia que não podia agradar a todas as frações na sua viagem, o que de facto aconteceu, tendo sido amplamente criticado pelo comandante Vilhena, de quem foi acusado de errar ao desvalorizar a questão do crioulo enquanto instrumento literário. (Castelo, 1999, p. 93)

29 Tais práticas racistas, bem como outras formas de descriminação, quer entre brancos e negros, ou brancos de primeira e portugueses de segunda (nascidos nas colónias de imigrantes portugueses), estão visíveis no documentário de Diana Andringa sobre a exploração humana e discrepâncias sociais no Dundo, na margem esquerda do Rio Luachimo, que era o principal centro administrativo da DIAMANG, na Lunda. A realizadora considera mesmo existir aí um "appartheid" não declarado. (Diana ANDRINGA [realizadora], (2009), *Dundo, Memória Colonial*. Documentário de 60 minutos produzido pela LX Filmes, Portugal)

30 Estas companhias atuavam com superior autoritarismo, tal como o faziam as antigas companhias majestáticas ainda que, durante o salazarismo, a administração colonial fosse mista. Cobravam a palhota, exportavam mão-de-obra para as plantações e para as minas da África do Sul e utilizavam o trabalho forçado não pago com frequência nas machambas dos administradores.

Considerações Finais

A doutrina do luso-tropicalismo[31], apadrinhada pelo Estado Novo, explicava o "sucesso" da expansão portuguesa pelo carácter cristocêntrico do povo português, pela predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata, e pela capacidade que mostrou para se unir aos povos das regiões tropicais através da miscigenação e interpenetrarão cultural, assente em três abordagens: miscigenação (facilitada pela apetência para a mobilidade e aclimatabilidade), reciprocidade cultural e "missão" evangelizadora. Ainda, postulava como verdadeira e positiva a realidade pluricontinental e multirracial da nação portuguesa (Cabral, 2010, p. 11), e apresentava o colonialismo português como o mais filantrópico de todos, com base no primado da efetiva integração (por parte do colonizador) de fatores de diferenciação (sociais, raciais, culturais, políticos, económicos, gastronómicos, educacionais, de indumentária, princípios de medicina tradicional, etc.). (Pereira, 1998, p. XXX)

O aparente apoio do regime a esta doutrina, nomeadamente através do convite a Gilberto Freyre para visitar as colónias portuguesas, como que para aferir a validade do modelo (Pereira, 1998, p. XXX), foi uma forma interesseira que o regime encontrou de manipular a seu interesse a tese gilbertiana quando começava a ficar isolado (Ball, 1983, p. 226-277; Rodrigues, 2003, p. 22-27; Cann, 1998, p.59-60), nos anos cinquenta e sessenta (Martins, 2004, p.7), o que é justificado pelo facto de esta doutrina nunca ter sido verdadeiramente incorporada no discurso oficial do regime, que se manteve sempre profundamente nacionalista (Castelo, 1999, p. 139). Tal como expusemos, se não fosse tão intensa a oposição anticolonialista internacional, sobretudo por parte dos EUA, dificilmente o Estado Novo inspiraria a defesa do império colonial com base no luso-tropicalismo de Gilberto Freyre.

O luso-tropicalismo nunca foi incorporado plenamente no discurso oficial, contrastava em grande medida com a prática de gestão colonial, e o regime salazarista só usou o luso-tropicalismo para justificar a persistência do sistema colonial quando se intensificaram as pressões externas. Não passou de uma aspiração, de um mito, "inventado de costas voltadas para os factos históricos e para a realidade concreta" (Castelo, 1999, p. 140), que "forneceu ao regime um sustento ideológico de grande rentabilidade política e a que grande parte da *intelligentzia* portuguesa se rendeu acriticamente, ou por desconhecimento da situação do terreno, ou por conveniência e conivência política" (Pereira, 1998, p. XXXI). Tanto é que, acabou-se a submissão a um regime

31 Para seguir o critério de Bastos (1998, p. 415): "Menos que teoria, talvez doutrina, o luso-tropicalismo (…)".

político colonial, mas continuaram a persistir formas de colonização económicas e ideológicas.

Referências Bibliográficas

ALEXANDRE, Valentim. *Origens do colonialismo português moderno*. 1ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1979.

ALMEIDA, Miguel Vale de. Portugal's Colonial complex: from colonial lusotropicalism to postcolonial lusophony. In: *Queen's Postcolonial Research Forum*. Belfast: Queen's University, p. 2-3, 2008.

ALMEIDA, Pedro Ramos de. *História do Colonialismo Português em Africa. III. Cronologia Século XX*. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.

ANDRINGA, Diana. *Dundo, Memória Colonial*. Portugal: LX Filmes – Documentário, 2009.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Editora 34, 1994. 224p. ISBN: 85-85490-41-1.

BALANDIER, Georges. *Sociologie Actuelle de l´Afrique Noire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1955.

BALL, George W. *The Past Has Another Pattern: Memoirs*. 1ª ed. New York: W. W. Norton & Co., 1983.

BASTOS, Cristiana. Tristes trópicos e alegres luso-tropicalismos: das notas de viagem em Lévi-Strauss e Gilberto Freyre. *Análise Social*, vol. XXXIII (146-147), p. 415-432, 1998.

BENDER, Gerald. *Angola sob o Domínio Português: mito e realidade*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1980.

BOAHEN, Albert Adu (editor). *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: Unesco, 2010. ISBN: 978-85-7652-129-7.

BONFIN, Manuel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1905.

CABRAL, Amílcar. *Libertação Nacional e Cultural*. Conferência apresentada à Universidade de Siracusa, Estados Unidos, em 20 fevereiro de 1970. Primeiro "In Memoriam" de Eduardo Mondlane. 1970.

CABRAL, Thais Pimentel. *O Luso-tropicalismo: reflexões sobre a cultura política luso-brasileira*. Lisboa, 2010. Tese (Mestrado em Relações Internacionais e Ciência Política) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. (2010),

CANN, John P. *Contra-Insurreição em África 1961-1974: O modo português de fazer a guerra*. Lisboa: Atena, 1998.

CARVALHO, Américo. *Angola, anos de esperança*. Coimbra: Minerva, 2001.

CASTELO, Cláudia. *"O modo português de estar no mundo" – O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa* (1933-1961). Porto: Edições Afrontamento, 1999.

CASTELO, Cláudia. Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre. In: *Blogue de História Lusófona*, Ano VI. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, p. 261--280, 2011.

CRUZ, Manuel Braga da. O integralismo lusitano nas origens do salazarismo. *In: Análise Social*, Vol. XVIII, n.º 70, p. 137-182, 1982. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223399539G6uXJ0ze0Sv59SR4.pdf. Acesso em 28 março 2013.

DANTAS, Beatriz Góis. *Vovó Nagô e Papai Branco. Usos e Abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. GRAAL, 1988.

DAVIDSON, Basil. *O fardo do homem negro. Os efeitos do Estado-nação em África*. Porto: Campo das Letras, 2000.

DIAS, Jorge. *Relatório da Campanha de 1956*. Lisboa: Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português, Centro de Estudos Políticos e Sociais, Junta de Investigação do Ultramar, 1957.

DIAS, Jorge. *Relatório da Campanha de 1957*. Lisboa: Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português, Centro de Estudos Políticos e Sociais, Junta de Investigação do Ultramar, 1958.

ENGELS, Friedrich. Dans The Northern Star. *Journal Chartist Movement*, n.º XI, 22 de janeiro, 1849.

Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias Ultramarinas. Decreto-Lei n.º 43893, de 06/09/1961.

Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique. Decreto n.º 12533, de 23/10/1926, *Boletim Oficial da Província de Moçambique*, n.º 48, 1ª. série, 27/11/1926, p. 351-353.

FELE, Buanga [Mário Pinto de Andrade]. Qu'est-ce que c'est le luso tropicalism? *Presènce Africaine*, Paris, n.º 4 (Out.-Nov.), p. 24-35, 1955.

FERRO, Marc. *História das Colonizações, Das Conquistas às Independências – Sécs. XIII-XX*. Lisboa: Editorial estampa, 1996.

FREYRE, Gilberto. *Aventura e Rotina*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953a.

FREYRE, Gilberto. *Um brasileiro em terras portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953b.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Lisboa: Livros Brasil, 1933 [edição de 1957].

FREYRE, Gilberto. *Integração Portuguesa nos Trópicos*. Lisboa: Ministério do Ultramar / Junta de Investigações do Ultramar, 1958.

HART-DAVIS, Adam (Editor). *History*. ISBN: 978-989-550-607-1. Londres: Dorling Kindersley, 2007.

HEIMER, Franz Wilhelm. *O Processo de Descolonização em Angola (1974-1976)*. Lisboa: CEDEP & A Regra do Jogo, 1980.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005 [1936].

HOLLAND, Robert. *European Decolonization 1918-1981: An Introductory Survey*. Basingstoke: Macmillan, 1985.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira. *Livros Brancos, almas Negras – a «Missão Civilizadora» do Colonialismo Português c. 1870-1930*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

KOSHIBA, Luís; PEREIRA, Denise. *História do Brasil*. São Paulo: Atual Editora, 1987.

LACOMBE, Américo Jacobina. *História do Brasil*. São Paulo: ed. Nacional, 1979.

LARA, António de Sousa. *Colonização Moderna e Descolonização: sumários para o estudo da sua História*. 173p., Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política / Universidade Técnica de Lisboa, 2000.

MACKIE, Jamie. *Bandung 1955: Non-alignment and Afro-Asian Solidarity*. Singapore: Didier Millet, 2005.

MARTINS, Moisés de Lemos. *Lusofonia e Luso-tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários*. Portugal: Universidade do Minho / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2004. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1075/1/mmartins_LusotropiLusofonia_2004.pdf. Acesso em 03 jan. 201312.

MATEUS, Dalila Cabrita. *A PIDE / DGS na guerra colonial (1961-974)*. 1ª ed. ISBN: 9789727103690, 458p. Lisboa: Terramar, 2004.

MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro. *Angola 61 guerra colonial: Causas e consequências*. 2ª ed., 279p., ISBN: 9789724742809. Alfragide: Texto Editores, 2011.

MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (editores). *História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: Unesco, 2010.

MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Maputo: Livraria Universitário / Coleção Nosso Chão, 1995.

MOOG, Viana Clodomir. *Bandeirantes e Pioneiros; paralelo entre duas culturas*. Porto Alegre: Livraria O Globo, 1954 [1943].

MORAIS, João; VIOLANTE, Luís. *Contribuição para uma Cronologia dos Factos Económicos e Sociais. Portugal 1926-1985*. Lisboa: Coleção Horizonte Económico / Livros Horizonte, 1987.

MOREIRA, Adriano. Revisitar Gilberto Freyre. IN: MOREIRA, Adriano; VENÂNCIO, José Carlos (Org.). *Luso-Tropicalismo: Uma Teoria Social em Questão*. Alpiarça: Veja e Autores, 2000.

MOURA, Carneiro de. *A Administração Colonial Portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A.M. Teixeira (tipografia da Empresa Litteraria e Typographica), 1910.

MOUTINHO, Mário. *O Indígena no Pensamento Colonial Português*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000.

NKRUMAH, Kwame. *A África deve unir-se*. Parte 1 e 2. Trad. de João Fagundes. Lisboa: Ulmeiro, 1977.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. A teoria da degenerescência na fundação da psiquiatria brasileira: contraposição entre Raimundo Nina Rodrigues e Juliano Moreira. *Psychiatry On Line Brazil*, v. 6 (dezembro), n. 12, 2001. Disponível em: http://www.polbr.med.br/ano01/wal1201.php. Acesso em 01 fev. 2013.

OLIVEIRA, Mário António Fernandes de (dir.). *A Descolonização Portuguesa – aproximação a um estudo*. Lisboa: Instituto Amaro da Costa, 1983.

PEREIRA, José Maria Nunes. *Mário de Andrade e o Lusotropicalismo*. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, 2000. Disponível em http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/nunes. Acesso em 24 fev. 2013.

PEREIRA, Rui M. Introdução à reedição. In: DIAS, Jorge. *Os macondes de Moçambique. Aspectos históricos e económicos*, Vol. I, 1ª reed. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical e Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

PINTO, António Costa. *O Fim do Império Português*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

PRADO, Paulo da Silva. *Retrato do Brasil: Ensaio sobre a Tristeza Brasileira*. São Paulo: Duprat-Mayença, 1928.

RODRIGUES, Luís Nuno. "O Homem do Presidente": George Ball em Lisboa, 1963. *História*, n.º 61, ano XXV (novembro), p. 22-27, 2003.

ROMERO, Sílvio. *História de Literatura Brasileira*. Vol. I., Rio de Janeiro: José Olímpio, 1888 [1943].

SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). *Malhas que os Impérios tecem – Textos Anticoloniais Contextos Pós-coloniais*. Lisboa Edições 70, 2011. Em particular, nesta obra referimo-nos ao texto de Eduardo Mondlane *"A estrutura social – mitos e factos"* (p. 333-354), de Amílcar Cabral *"Libertação nacional e cultura"* (p. 355-377), e de Mário Pinto de Andrade *"Prefácio à Antologia Temática de Poesia Africana"* (p. 185-197).

SANTOS, M.P.N.; SEIXAS, S.; AGGIO, R.B.M.; HANAZAKI, N.; COSTA, M.; SCHIAVETTi, A.; DIAS, J.A.; AZEITEIRO, U.M. A Pesca enquanto Atividade Humana: Pesca Artesanal e Sustentabilidade. *In: Revista de Gestão Costeira Integrada* / Journal of Integrated Coastal Zone Management 12(4):405-427 (dezembro/2012). DOI:10.5894/rgci385.

TALBOT, Ian; SINGH, Gurharpal. *The Partition of India*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

TOMÁS, António. *O Fazedor de Utopias, uma Biografia de Amílcar Cabral*. Lisboa: Tinta da China, 2007.

TORRES, Adelino A. Legislação do Trabalho nas Colónias Africanas no 3º Quartel do século XIX: Razões do Fracasso da Política Liberal Portuguesa. *In: I Reunião Internacional de História de África. Actas*, Lisboa: LI.C.T., p. 65-80, 1989.

VALÉRIO, Nuno; FONTOURA, Maria Paula. A evolução económica de Angola durante o segundo período colonial – uma tentativa de síntese. *In: Análise Social*, vol. XXIX (129), 1994 (5.º), 1193-1208. Disponível em http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223378499Z0nPY8gw2Ur97QN4.pdf. Acesso em 27 março 2013.

VELLUT, Jean-Luc. L´ Economie Internationale des Côtes de Guinée Inférieure au IXI Siécle. *In: I Reunião Internacional de História de África. Actas*, Lisboa: LI.C.T., p. 134-201, 1989.

VENÂNCIO, José Carlos. Terceiro Mundo e Criação Literária: O lugar do romance. *In: As Ciências Sociais nos Espaços de Língua Portuguesa: Balanços e desafios: actas*, Vol. 2, p. 233-240, 2002.

VIANNA, Hermano. Leitura apressada criou mito da "democracia racial" em "Casa-Grande & Senzala". Equilíbrio de antagonismos. *In: Folha de São Paulo, Caderno Mais!,* 12/03/2000. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1203200010.htm (22/04/2012)

WRIGHT, Richard. *The Color Curtain: A Report on the Bandung Conference*. Jackson: University Press of Mississipi, 1995.

ZAMPARONI, Valdemir Donizette. Monhés, Baneanes, Chinas e Afro-maometanos. Colonialismo e racismo em Lourenço Marques, Moçambique, 1890-1940. In: Michel Cahen. (Org.). *Lusotopie 2000: Lusophonies asiatiques, Asiatiques en Lusophonies*. Paris: Karthala, 2001, v., p. 191-222. Disponível em http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/zamparoni.pdf. Acesso 03 março 2013.

Revista Militar
N.º 6/7 – junho/julho 2014
pp. 605-616

As "Primaveras Árabes", suas principais consequências, e a Política Europeia de Vizinhança



Coronel Nuno Miguel Pascoal Pereira da Silva*

1. Introdução

Neste artigo, escrito a propósito duma discussão dirigida no curso de auditores Defesa Nacional de 2013/2014, que o autor frequenta, vai tentar-se provar se os apoiantes externos da Primavera Árabe deixaram de a apoiar, e quais as principais consequências da Primavera Árabe nos Países da Região e nas principais Potências Mundiais.

2. Breve enquadramento histórico da região

O desmembramento do Império Otomano[1] como consequência da aliança da Turquia com as potências do eixo, fizeram com que, no final da I Guerra Mundial, o território imperial fosse dividido pelas potências vencedoras do conflito. Britânicos e franceses, no acordo "*Sykes-Picot*", dividiram toda a região do crescente fértil (Médio Oriente)[2].

A divisão do território do Médio Oriente e parte do Norte de África, entre Britânicos e Franceses, e o posterior estabelecimento de novos países, com grandes clivagens étnicas e religiosas, provocaram, e provocam

* Secretário da Assembleia Geral da Revista Militar.

1 O Império Otomano durou de 1299 a 1922, compreendia territórios no Norte da África, sudeste da Europa e Oriente Médio. O Império Otomano é considerado a última potência global do mundo islâmico.

2 A Síria e o Líbano ficaram sob influência francesa e o Egipto, Iraque, Palestina, Jordânia e Arábia Saudita, sob influência britânica, com o beneplácito da, então, Sociedade das Nações, antecessora das Nações Unidas.

ainda, hoje em dia, conflitos de difícil solução em toda a região do Médio Oriente[3].

Quase toda a região do Médio Oriente e parte do Norte de África é constituída por diversos grupos étnicos, compostos por inúmeras tribos, com distintas religiões.

Na região do Médio Oriente, em particular, coabitam judeus, cristãos de várias denominações, islamitas (xiitas e sunitas), curdos, drusos, e diversas outras etnias, facto que muito dificulta e estabelecimento da paz na região.

3. Tunísia

A Tunísia foi o país onde se originou o movimento designado por Primaveras Árabes[4].

"Na sequência das manifestações que deram origem ao movimento designado por Primavera Árabe, na Tunísia o regime de "Ben Ali" foi afastado do poder, tendo sido substituído pelo partido religioso "Ennahda", que se viu assediado dum lado pelos radicais e terroristas da Jihad islâmica local e do outro pelos partidos laicos e militares"[5].

A Tunísia encontra-se, três anos após o início da revolução, numa situação de grande instabilidade política, muito embora grandes progressos tenham sido realizados recentemente, com a aprovação, a 26 de janeiro de 2014, pela Assembleia Constituinte, da nova Constituição Tunisina.

"A nova lei fundamental, considerada como uma das mais modernas do mundo árabe, foi aprovada com uma expressiva maioria de 200 votos a favor, doze contra e quatro abstenções.

O novo texto constitucional consagra um regime com um executivo bicéfalo, em que o Primeiro-ministro terá uma função decisiva, mas com o chefe de estado a ter importantes poderes, designadamente nas áreas da Defesa e Política Externa.

3 Na Conferência do Cairo, em 1920, os britânicos decidiram a maior parte da divisão dos territórios que lhes tinham sido atribuídos para administrar pela Sociedade das Nações, dando origem a vários novos estados. Nessa Conferência foi decidido não se atribuir um estado aos Curdos, malgrado Winston Churchill o pretender praticamente até ao início da Conferência, que durou dois dias. A India foi o modelo seguido para administrar os territórios, nomeando-se, quais marajás, os novos reis do Iraque, da Arábia Saudita, da Jordânia, etc..

4 Historicamente, a Tunísia foi incorporada, em 1574, no Império Turco Otomano e permaneceu administrada pelos turcos até 1881, quando se torna um protetorado francês.

5 Pinto, Jaime, "*Médio Oriente da Primavera ao Caos*", A Forma das coisas, Jornal Semanário Sol, de 20 de dezembro de 2013.

O Islão não foi consagrado como fonte de direito, mas as referências à religião são numerosas, permitindo um importante espaço à interpretação e num processo que diversos observadores já designaram como a "laicização do islamismo tunisino"[6].

Outro dos progressos também recentemente efetuados na Tunísia tem a ver com o facto de, no dia 19 de março de 2014, o partido islâmico "*Ennahda*" ter aceitado voluntariamente, embora com alguma pressão dos militares, sair do poder, malgrado ter sido eleito democraticamente.

Atualmente, não conseguimos prospetar se o partido islâmico retornará ou não ao poder.

"O primeiro-ministro tunisino, Ali Laridi, apresentou hoje demissão e a de todo o Executivo ao presidente do país, Moncef Marzouki, «de acordo com as exigências do roteiro» acordado entre o governo e os partidos da oposição (…)". Al Laridi anunciou "(…) que o seu governo permanecerá em funções «até à conclusão dos assuntos correntes à espera da formação do futuro governo», que será dirigido por Mehdi Yumaa"[7].

4. Egipto

Apesar de não ter sido o primeiro país árabe onde deflagrou a "Primavera Árabe", o Egipto é o país líder do mundo árabe, sendo visto como um exemplo por todos os outros, malgrado o tratado de paz com Israel e o alinhamento de Mubarak com os EUA ter reduzido a sua influência no mundo árabe, nas últimas décadas.

Na sequência dos conflitos ocorridos no Egipto, que levaram à queda da ditadura militar, os *irmãos muçulmanos*, grupo islamita integrista, tomaram o poder democraticamente e começaram a reformar o Estado, tendo em vista torná-lo um estado fundamentalista islâmico. Este facto provocou novos conflitos entre a população que levaram os militares a retomar o poder, com a "aparente" concordância do Ocidente.

"No Egipto o povo e os islamitas da irmandade muçulmana, defenestraram Mubarak e elegeram "Morsi", à tangente; e depois os laicos instigaram, na rua, os militares a correr com "Morsi". E os militares não voltaram para os quartéis, ficaram no poder"[8].

Após um passo dado no Egipto, aparentemente a caminho da democracia, os militares parecem estar a impor novamente uma ditadura de caráter militar.

6 UAVV; Jornal, Notícias ao minuto, de 27 de fevereiro de 2014.
7 UAVV; Jornal, Diário Digital, de 19 de março de 2014.
8 Pinto, Jaime, artigo citado.

Os militares neutralizaram todos os oponentes, decretaram que o grupo dos *irmãos muçulmanos* passasse a ser designado por terrorista, tendo os seus principais líderes sido presos, incluindo o Presidente democraticamente eleito "Morsi".

A nova constituição, imposta pelos militares, recentemente referendada no Egipto[9], por larga maioria da população, cerca de 90%, marginaliza todos os oponentes ao novo poder vigente.

9 Here is an overview of the main elements of the proposed constitution, which constitutional experts say deepened the influence of the military, police and judiciary: FREEDOMS AND RIGHTS – Political parties cannot be formed on the basis of gender, race, sect or geography. Parties must not be secretive or have military or paramilitary components. Citizens have the right to organize public meetings and demonstrations and all forms of peaceful protests, though they must notify authorities and follow a law that the constitution does not define. The constitution bans all forms of slavery, the sex trade and "abuse of human beings". The state "guarantees the achievement of equality between women and men in all civil, political, economic, social and cultural rights". THE MILITARY – The defense minister must be an army officer. The military budget is to be discussed by a national defense council made up of top state officials including the president, the prime minister and the minister of defense. The constitution does not say who has the power to approve the budget. Civilians may be tried by military courts in a range of crimes related to the army such as direct assaults on military facilities, camps, military areas, borders, military equipment and vehicles. RELIGION – Islam is the religion of the state and the principles of Islamic law, or sharia, are the main source of legislation. In personal status affairs, Christians and Jews follow their religious codes. Political parties may not be formed on the basis of religion. Al-Azhar is the state`s main reference in religious sciences and Islamic affairs and is funded by the state. Its top cleric will be picked by the Senior Scholars Authority of Al-Azhar according to a law that the constitution does not define. PRESIDENTIAL POWERS – The president can serve only two four-year terms. Candidates must be at least 40 years old. The president must be Egyptian and born to Egyptian parents. Neither he, his parents, nor his wife may have foreign nationality. The president appoints a prime minister who must secure the approval of parliament. If parliament rejects the choice, the president must accept the nomination of the prime minister picked by the party or alliance that has the majority. The government must also win parliament's approval. If it does not, parliament is dissolved and new parliamentary elections must be held. The president can dismiss the government with the approval of the majority of parliament. He must secure the approval of the majority of the parliament to reshuffle the cabinet. The president is the supreme commander of the armed forces. The parliament can withdraw confidence from the president provided that the majority of its members approve the move. PROVISIONS FOR POLITICAL TRANSITION – The draft constitution would give the authorities the option of holding a presidential election before parliamentary polls, or calling both elections at the same time. The original plan was to hold parliamentary elections first. It also stipulates that "election procedures" should start within six months of the ratification of the constitution. It is currently up to interim head of state Adly Mansour to decide when and how the elections will be held. Mansour will have presidential powers until an elected president is sworn in. The transitional provisions also stipulate that the Supreme Council of the Armed Forces (SCAF) must approve the choice of defence minister for a period of two full presidential terms after the ratification of the constitution. CAIRO, Jan 14 (Reuters), Reuters Agency, Reporting by Yasmine Saleh and Asma Alsharif; Editing by Michael Georgy.

As próximas eleições a que a população do Egipto vai ser chamada a votar serão as eleições presidenciais, para as quais o General Sissi[10] é o candidato do regime, facto que o torna no mais bem posicionado candidato para as vencer[11].

Desde o início da Primavera Árabe, o Egipto perdeu a maioria dos investidores externos, bem como de turistas, necessitando por isso de investimentos externos urgentes para fazer sair o país da situação em que se encontra, de quase banca rota.

Na península do Sinai, território que faz fronteira com Israel, há problemas graves, dada a existência de vários grupos de insurgentes, de que destacamos o Hamas, o qual, durante o período em que a irmandade muçulmana exerceu o poder no Egipto era por ela apoiada. Com o novo regime militar no poder é de encarar a possibilidade de o Hamas poder, a partir do Sinai, efetuar ataques terroristas no Egipto.

De acordo com várias notícias, a situação atual no Sinai é incontrolável, o exército egípcio não se tem mostrado capaz de combater eficazmente os insurgentes, facto que, aparentemente, só conseguirá concretizar em cooperação com Israel.

"(…) The Rafah border crossing between Egypt and Gaza was kept open for much of Mursi`s rule, allowing vital food and goods to flow into Gaza (…) after Mursi`s overthrow, the army took over command of the Sinai and started destroying hundreds of tunnels. No Hamas official has been allowed to travel into Egypt since then (…) Last month, Egypt`s public prosecutor accused Hamas ofconspiring with Mursi and Iran to stage terrorist attacks in Egypt (…) Gaza prime minister and Hamas deputy leader Ismail Haniyeh has said repeatedly since July that his group is focused exclusively on confronting arch-foe Israel and has no armed presence in Egypt"[12].

O futuro peso do Egipto na região ainda é muito incerto. O Egipto, embora seja o país árabe mais influente e mais populoso de todos os países

10 The referendum appeared to be a public vote of confidence in Sisi, 59, widely viewed as the most powerful figure in Egypt and by his supporters as the man needed to restore stability. "I believe this is the most convenient time for Sisi to make an announcement if he has the intention to run," said Mohamed Qadri Said, a retired army general who works at the state`s Al-Ahram Centre for Strategic and Political Studies. "I do not see anyone else running against him. He has done great things to the country and the people like him".

11 Num país em que os militares retomaram o poder e em que a Constituição foi referendada por cerca de 90% da população, não será difícil que o candidato presidencial do regime atinja uma votação semelhante à do referendo.

12 By Yasmine Saleh, CAIRO, Jan 14 (Reuters), Reporting by Yasmine Saleh and Asma Alsharif; Editing by Michael Georgy, Reuters A*gency.*

árabes, ainda não estabilizou completamente, reinando em todo o seu território uma grande instabilidade, estando aparentemente paralisado.

A situação no Egipto está a influenciar toda a região e tem contribuído muito para a frustração islâmica, que anseia, há muito, pela restauração do Califado. Como consequência do afastamento do poder no Egipto, a *Irmandade islâmica* perdeu grande parte da influência que detinha na Tunísia e na Síria.

A maioria dos países ocidentais aplaudiu o frágil contexto no Egipto e os Estados Unidos da América apoiam claramente o novo regime militar no Egipto. O exército egípcio é considerado por Israel como um parceiro de paz.

5. Líbia

"A Líbia libertou-se do Coronel Kadhafy mas mergulhou num caos de clãs, milícias e bandos de Salafitas, enquanto o governo tenta apresentar alguma normalidade"[13].

No país continua a luta armada, ainda existe muita gente da fação e da tribo do Coronel Kadhafi que não depôs as armas e lutam contra as milícias islâmicas que governam o país, as "milícias estão a lutar contra as tribos".

Internamente, o primeiro-ministro e as "novas Forças Armadas" não conseguem controlar o país e livrá-lo das milícias, e o Congresso Nacional Líbio não conseguiu completar a transição para a democracia. A nova Constituição líbia não está terminada.

Os EUA e a Rússia apoiam a ideia de que, na Líbia, seja estabelecido um estado federal, em que a província da "Cyrenaica", onde existem grandes reservas petrolíferas, venha a ter uma grande autonomia face ao estado central.

Podemos afirmar, à laia de conclusão, que parece não haver estado, sendo o que existe muito fraco, incapaz de impor a lei e a ordem, e que as forças armadas existentes no país são completamente inoperantes.

13 Pinto, Jaime, artigo citado.

6. Síria

Na Síria[14], como consequência do movimento denominado por "Primaveras Árabes", está atualmente a ocorrer uma das mais brutais guerras civis que assolam a região do Médio Oriente.

Em 26 de janeiro de 2011, ocorreram uma série de protestos populares contra o governo de Bashar al-Assad. Os conflitos prolongaram-se nos dias e semanas seguintes, tendo sido o "catalisador" da revolta armada que teve início em 15 de março de 2011 e que conduziu à guerra civil que atualmente grassa no território.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas, desde o início do conflito, tem estado completamente bloqueado, devido ao veto da Federação Russa e da China, não tendo tomado nenhuma resolução que legitime uma intervenção armada para impor a paz.

Na sequência da guerra civil, Banki Moon, Secretário-geral das Nações Unidas, veio, durante o mês de março de 2013, apelar para o fim da mesma, tendo em vista acabar com a carnificina, facto que foi corroborado pelo Papa Francisco, no dia 31 de março de 2013, domingo de Páscoa, que se referiu à Síria como "amada Síria".

14 Parece-nos importante realçar, a propósito da Síria, um pouco da sua cronologia histórica, por forma a enquadrarmos o que se está a passar no seu território, após o eclodir da "Primavera Árabe". Em 1920, a França ocupou militarmente a Grande Síria, tendo dividido a região em cinco estados coloniais. O emir Faiçal (futuro rei do Iraque) estava no poder desde a revolta árabe, que eclodiu no decorrer da I Guerra Mundial, muito patrocinada pelos britânicos através das campanhas do "Sir Lawrence Olivier", como forma de enfraquecer os Otomanos. Em 1932, os Sírios elegeram um presidente e um parlamento, facto que gerou grande oposição das autoridades francesas, dando origem a uma série de conflitos que terminaram quatro anos depois, em 1936, com o estabelecimento de um acordo entre a potência ocupante e os Sírios, onde foi reconhecida a reunificação com o Líbano. Em 1941, uma operação conjunta liderada por forças francesas, em conjunto com forças britânicas, ocupou novamente a região. Em 1943, foi eleito Chikiri Al-Quwatti como presidente na Síria, e Bechara al Kuri como presidente do Líbano. O presidente eleito do Líbano, país com grande representação católica, logo após a sua eleição, defendeu a supressão de cláusulas da Constituição relativas ao domínio francês, o que levou as autoridades francesas a prendê-lo, dando origem a novos conflitos no Líbano que rapidamente se espalharam para a Síria. Em março de 1946, os conflitos terminaram após uma determinação das Nações Unidas que ordenava a retirada das forças europeias dos territórios da Síria e do Líbano, e o fim do domínio francês na região. Em 1963, ocorre uma revolução popular que levou ao poder o Partido *Baath* (partido que, como sabemos, é o mesmo que existia no Iraque e que elegeu Saddam Hussein como seu Presidente, sucedendo a Faiçal. Em novembro de 1970, o general Hafez al Assad, pertencente ao grupo étnico-religioso alauita, grupo que constitui cerca de 10% da população Síria, assumiu o poder tendo governado ininterruptamente o país até ao ano de 2000, data da sua morte. Em 10 de junho de 2000, morre Hafez al-Assad, sendo sucedido no cargo pelo seu filho, Bashar al Assad, mantendo-se no poder até à atualidade.

A Síria continua, na atualidade, a "ferro e fogo", a guerra civil que alastra no seu território, corporiza mais um conflito étnico e religioso entre os xiitas – minoritários no poder (alauitas) – e os sunitas – maioritários existentes na região.

No território sírio, o regime de Assad, no poder, é apoiado pelo Irão, que suporta e apoia o exército governamental, e envia combatentes para apoiar os xiitas alauitas no poder.

Por sua vez, na oposição ao regime, existem diversos grupos terroristas da "*AlQaeda*", misturados com dissidentes do exército sírio, numa amálgama que não tem nada a ver com a perceção maniqueísta inicial, vendida por parte da imprensa europeia, que dum lado estariam os "bons" e do outro os "maus".

Em nossa opinião, uma das causas do atual conflito sírio está, entre muitas outras, diretamente relacionada com a guerra no Iraque, país que acolheu os exilados do exército iraquiano que foi desmantelado no final da 1ª fase da Campanha do Iraque, e que mantinha excelentes relações com o antigo regime sírio, malgrado os seus dirigentes professarem diferentes correntes do Islão.

O conflito na Síria foi sobrestimado desde o princípio, tendo havido dois movimentos contraditórios por parte dos países da região: a Turquia, o Qatar e a Arábia Saudita apoiaram oposição, e o Irão apoiou o regime do Assad.

O exército sírio está do lado de Assad, tendo conseguido suster o regime no país desde o início do conflito.

A perceção dos diferentes analistas do conflito é de que Assad está ficando cada vez mais forte e estável de dia para dia, devido fundamentalmente ao apoio russo, que conseguiu, "*in extremis*", evitar uma intervenção ocidental liderada pelos EUA, a pretexto de destruir as armas químicas, que aparentemente o regime de Assad terá lançado contra os seus opositores.

Os russos[15] conseguiram que fosse firmado um acordo, em que o regime de Assad entregaria o seu arsenal químico para ulterior destruição, facto que está, correntemente, a ocorrer.

15 Como sabemos, os russos têm uma importante base naval no território sírio e têm apoiado, desde sempre, o regime de Assad.

7. Breve análise da Região do Médio Oriente e do Norte de África, de alguns estados e outros atores na cena Internacional

a. O Irão parece ter perdido o "*soft power*" que exercia na região, o apoio ao regime Sírio fez com que perdesse esse poder. O recente acordo firmado com os EUA, a propósito da renúncia à corrida ao nuclear, é o resultado provado da perda de poder iraniana após a Primavera Árabe, muito embora o tenham trazido novamente às luzes da ribalta internacional. O Irão, aparentemente, parece ter perdido esse poder – "*soft power*" – em benefício da Arábia Saudita, a outra potência regional com a qual disputa o poder. O "*Herzbola*", movimento "terrorista" patrocinado pelo Irão, teve um incremento das suas ações militares na Síria apoiando o governo de Assad.

b. A Turquia tem sido o país de acolhimento da maioria dos sírios refugiados da guerra civil que grassa no seu território. A formação de uma autonomia curda nas suas fronteiras com o Iraque enfraqueceu o seu poder. A Turquia gostaria que a sua forma de poder, laico e democrático, que constitui o seu "*soft power*", fosse duplicada noutros países da região, facto que poderia ser importante para a democratização e estabilização de todo o Médio Oriente e Norte de África. Atualmente, em termos de política interna, o governo turco está a ter uma grande contestação às políticas laicas do Presidente Erdorgan e à alegada corrupção do seu governo, o que, conjugado com a grande diversidade étnica que existe no seu território, pode provocar uma situação de secessão territorial explosiva. A Turquia gostaria de aparecer como um negociador credível na região, no entanto parece ter sido ultrapassada após a Primavera Árabe.

c. O Qatar, inicialmente, apoiou o presidente eleito no Egipto, Sr. Morsi, e a *Irmandade Muçulmana* que foi derrotada. O Emir está muito preocupado com a situação da *Irmandade Muçulmana* e com a atual situação no Cairo, após a prisão de vários jornalistas da "*Al Jazeera*" na região. Apesar da situação económica e financeira do país ser desafogada o país tem pouca credibilidade internacional e uma influência insignificante.

d. A Arábia Saudita, proeminente nos países do Golfo, foi derrotada com a abertura das negociações sobre o desenvolvimento de armamento nuclear entre os EUA e o Irão, tendo, por esse motivo, recusado assumir o papel no Conselho de Segurança das Nações Unidas, para o qual estava designada. A Arábia Saudita opõe-se a qualquer revolução, su-

portando financeiramente[16] o exército egípcio nas suas fronteiras. A Arábia Saudita está disputando, com o Irão, a sua intervenção na Síria, suportando a luta dos sunitas.

e. A China parece só querer fazer negócio na região, com o fim de satisfazer as suas necessidades próprias.
f. A Federação Russa parece querer ter um papel determinante na região, e no mundo, conforme foi demonstrado recentemente na abordagem que fez ao conflito sírio, evitando, quase "*in extremis*", uma intervenção armada dos EUA num país de sua influência.
g. A União Europeia, malgrado ter perdido alguma importância na região, resultado da crise financeira e económica[17] que atualmente grassa no seu território, parece ter ganho influência na região, dado o papel decisivo que Catherine Ashton, Chefe da Diplomacia da UE, desempenhou na assinatura do acordo entre o Irão e os EUA.
h. Os EUA continuam a ter um papel importante e relevante, tendo conseguido pressionar o Irão, para que não desenvolvesse armas nucleares. A decisão de não intervenção militar no conflito da Síria foi importante, uma vez que esta teria inevitavelmente o mesmo fim da guerra do Iraque.
i. A Federação Russa está novamente de volta ao Médio Oriente, tendo desempenhado um papel muito ativo em prol do diálogo na Síria.
j. Uma "nova *AlQaeda*" apareceu no conflito, uma vez que a anterior foi decapitada nas suas estruturas dirigentes. A "nova *AlQaeda*", embora mais fraca a nível de organização central[18], continua a lutar e a controlar vários grupos, no Iraque e na Síria. Recentemente, no Iraque, a "*AlQaeda*" controla, juntamente com os sunis da região, a cidade de Faluja.

8. Política Europeia de vizinhança a Sul

A UE pretende garantir a segurança e estabilidade nas suas fronteiras a Sul, facto que tem sido difícil de atingir, uma vez que o resultado das "Primaveras Árabes", foi o oposto do inicialmente esperado, tendo na maior

16 A Arábia Saudita injetou 12 milhões de dólares na economia egípcia para manter os militares no poder.

17 A atratividade do "*soft power*" da UE na região parece estar a desvanecer-se.

18 Despacho da Reuters sobre o alargamento da influência da *Al-Qaeda*, By Peter Apps, London, Jan 16.

parte dos países, como vimos, atingido o poder partidos radicais e fundamentalistas Islâmicos.

A maioria dos países do sul têm posições diferentes em relação à Europa, não a vendo normalmente como um todo, resultado da falta de visibilidade da Politica Externa de Segurança Comum (PESC) e das muitas tomadas de decisão individuais por parte de estados-membros, pouco coerentes e às vezes mesmo contraditórias. O "*soft power*" da Europa é único, podendo "*malgré tout*", ser um fator importante para a pacificação e estabilização dos países da região, a Sul.

Muito embora os países do sul da UE vejam na região uma ameaça à sua segurança, tal perceção não é igual por parte dos países do norte e centro da União, que estão mais interessados no estabelecimento de Políticas de Vizinhança a Leste do que ao Sul, o que faz com que os incentivos financeiros que a UE atribui a estes países não sejam suficientes para fomentar reformas políticas sérias na região.

Há analistas que advogam que deveria ser estabelecido uma espécie de "Plano Marshall" para o Norte de África e para o Médio Oriente, tendo em vista combater, na origem, as causas do terrorismo que, como sabemos, são provocadas pela pobreza extrema, aliada a um sentimento de pertença e pela falta de esperança no futuro.

9. Conclusões

A "Primavera Árabe" que, no início, parecia ser uma abertura dos países do Norte de África à democracia e a valores mais consentâneos com a modernidade, foi uma desilusão tendo, em grande parte dos casos, tidos resultados opostos ao que a maior parte dos países ocidentais esperava.

"A vaga de protesto que, da Tunísia ao Egipto à Síria, se levantou contra líderes e dinastias autocráticas, depois de ter logrado os seus efeitos imediatos, parece ter deixado de entusiasmar os iniciais apoiantes externos"[19].

Muitos analistas internacionais, ingenuamente, viam na "Primavera Árabe" uma quase repetição do 25 de abril, em Portugal, em que, após uma ditadura de cerca de quarenta anos, o país, sem derramar sangue, conseguiu transitar para uma democracia.

Na maior parte dos países árabes onde ocorreram estes movimentos apelidados de "Primavera Árabe" houve, ao contrário do que era esperado ou ansiado pelo ocidente, um reforço do islamismo com a ascensão dos funda-

19 Pinto, Jaime, artigo citado.

mentalistas islâmicos ao poder, principalmente nos países circundantes de Israel, facto que ainda mais contribui para a insegurança na região.

As pessoas que inicialmente estiveram no centro das revoluções árabes, que pareciam ser um novo ator político em emergência, rapidamente foram substituídas pelos velhos atores políticos que as puseram de parte, tendo surgido partidos políticos muito islamizados que congregaram o descontentamento, tendo nalguns deles acedido ao poder democraticamente. Malgrado este afastamento, as pessoas passaram a merecer maior atenção, ganharam força e protagonismo. A "Primavera Árabe" não correspondeu aos anseios do povo que a iniciou.

Existem dois modelos que poderiam ter sido adotados pelos países onde se deflagraram as "Primaveras Árabes", o modelo turco ou o modelo iraniano, ou seja, a adoção dum islamismo moderado ou a formação de uma república islâmica fundamentalista.

A maioria dos países onde ocorreram "Primaveras Árabes" não escolheu nem um nem outro dos modelos islâmicos, tendo surgido uma dinâmica própria local, diferente entre todos os países.

A maioria dos jovens, nos países onde ocorreu o movimento das "Primaveras Árabes", continua no desemprego e não encontra soluções para o seu futuro. Este fator de instabilidade permanente só pode ser combatido criando condições de crescimento económico nos países árabes, papel que a UE pode e deve desempenhar tendo em vista securizar o seu flanco sul.

Podemos resumir o movimento das "Primaveras Árabes" no seguinte lema: primeiro a Primavera, depois o Inverno e no final o Inferno.

Revista Militar
N.º 6/7 – junho/julho 2014
pp. 617-628

50 anos da Operação Tridente*





Mestre Daniel F. Gomes**
José A. Matos***

Introdução

Ao contrário do que é, ainda hoje, veiculado pela historiografia dedicada ao assunto, de acordo com fontes militares portuguesas, cremos que o conflito armado na Guiné não se iniciou em Janeiro de 1963, mas alguns anos antes, mais propriamente em meados de Julho de 1961, com ataques efectuados na fronteira norte da colónia. Estas acções acontecem na noite de 17 para 18 de Julho, quando um pequeno grupo de elementos vindo do Senegal, do chamado Movimento de Libertação da Guiné (MLG), corta a linha telefónica entre S. Domingos e a tabanca de Beguingue e tenta, ainda, incendiar a ponte de Campada, no norte da Guiné. Três noites depois, um grupo, desta vez mais numeroso, ataca *"o aquartelamento de S. Domingos fazendo uso de terçados, armas de caça, espingardas e garrafas de gasolina"*. No dia 25, outro grupo armado provoca danos materiais na estância turística da praia de Ponta Varela e, ainda em Susana, "*fazendo depredações e pilhando a maioria dos edifícios públicos, inclusive um posto sanitário*"[1]. Estas acções fazem com

* Os autores agradecem ao Arquivo da Defesa Nacional e ao Arquivo Histórico-Militar o apoio dado a esta investigação.

** Mestre em História pela FCSH-UNL. Actualmente, é aluno do 3º ciclo em Estudos Contemporâneos, Curso de Doutoramento do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20), Centro do qual é Investigador Colaborador.

*** Investigador não filiado em História Militar. Tem feito investigação sobre as operações da Força Aérea na Guerra Colonial, principalmente na Guiné. É colaborador da *Revista Mais Alto*, da Força Aérea Portuguesa, e tem publicado também o seu trabalho em revistas europeias de aviação militar, em França, Inglaterra e Itália.

1 Ordem de Batalha 1 – Serviço de Informação Militar/CTIG. Efemérides da Subversão na Guiné – 2ª Rep/QG/CTIG – Bissau, 31 de Outubro de 1967, Arquivo da Defesa Nacional/ Fundo Geral/ADN/FG/SGDN, Cx. 4445.8.

que muitos europeus espalhados pelo interior do território fujam em direcção a Bissau[2]. Estes primeiros ataques levam o Governo em Bissau a destacar efectivos militares para as zonas atingidas, o que parece ter dissuadido novos ataques por parte do MLG[3].

Perante este cenário, Lisboa mantinha no Governo da província o Comandante Peixoto Correia, que aí estava desde finais de 1958, e que, nessa altura, acumulava as funções de Governador e de Comadante-Chefe[4]. Mas, com a saída deste militar, em finais de 1962, o Governo de Lisboa volta a separar os dois cargos, nomeando para Governador o Comandante Vasco Rodrigues e para Comadante-Chefe o Brigadeiro Louro de Sousa[5]. Esta bipolarização entre a parte política e a parte militar, resultaria, na Guiné, numa clara confrontação entre os dois detentores dos cargos, que não se entendiam quanto à sua esfera de competências[6]. Esta incompatibilidade e, ao mesmo tempo, um certo vazio estratégico, uma falta de capacidade de reacção, foram, na nossa opinião, os principais factores para o avanço militar do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), em 1963, especialmente no sul do território, usando o país vizinho, a Guiné-Conakry, como base de apoio.

A Operação Tridente

É neste contexto que é organizada, nos finais de 1963, a *Operação Tridente*, com o objectivo militar de eliminar a guerrilha do partido de Amílcar Cabral no arquipélago do Como, no sul do território, onde se havia instalado. Formado pelas ilhas de Como, Caiar e Catunco, o arquipélago era considerado pela guerrilha como a primeira região libertada da Guiné, tendo os guerrilheiros fundado no Como, a chamada República Independente do Como, num claro desafio às autoridades portuguesas. Sendo assim, a acção militar portuguesa visava, sobretudo, desalojar a guerrilha das três ilhas, de forma a garantir de novo a soberania portuguesa[7].

2 LOBATO, António, *Liberdade ou Evasão – o mais longo cativeiro da guerra*, Editora Erasmos, 2ª edição, Amadora, 1995, p. 18.

3 FELGAS, Hélio, *Guerra na Guiné*, Serviço de Publicações do Estado-Maior do Exército, SPEME, Lisboa, 1967, p. 61.

4 Secretariado-Geral da Defesa Nacional, Carta de Comando para o Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné, Lisboa, 23 de Maio de 1961, ADN/F2/93/311/1.

5 Secretariado-Geral da Defesa Nacional, Carta de Comando para o Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné, Lisboa, 13 de Março de 1963, ADN/F2/93/311/1.

6 CUNHA, Silva, *O Ultramar, a Nação e o 25 de Abril*, Atlântida Editora, Coimbra, 1977, p. 111.

7 Testemunho do Coronel Fernando Cavaleiro, in *A Guerra*, de Joaquim Furtado, episódio 9, RTP, 2007.

Ao nível da estratégia geral do conflito, a execução desta larga acção militar é completamente desajustada do ponto de vista militar e, sobretudo, do ponto de vista político. Em termos militares, as operações de guerra convencionais não são aplicáveis à guerra subversiva e irregular, principalmente porque as forças de guerrilha não actuam como um exército convencional, facto que está comprovado em vários manuais sobre o assunto, entre eles portugueses, incluindo obras escritas antes do início do conflito armado na Guiné, como *Guerra Revolucionária*, de Hermes de Araújo Oliveira, publicada em 1962[8]. Além disso, a guerrilha tinha o apoio da população e o próprio terreno era favorável à guerrilha com várias áreas florestais muito cerradas, rodeadas por terrenos pantanosos com acessos fáceis de controlar pelos guerrilheiros. Desta forma, a aproximação às matas era feita de forma muito exposta, controlando a guerrilha os acessos, o que dificultava imenso a penetração da tropa portuguesa na mata[9]. Estes factores dificultavam, obviamente, uma operação convencional em larga escala, não havendo qualquer garantia de uma vitória efectiva sobre a guerrilha.

A directiva que estabelece e organiza a operação é emitida a 23 de Dezembro de 1963, pelo Comandante-Chefe da Guiné. De acordo com as informações portuguesas, a guerrilha do PAIGC tinha-se instalado, desde os inícios desse ano, nas ilhas de Caiar, Como e Catunco, região que constituía a mais importante base da guerrilha, a partir da qual dificultava a navegação para o extremo sul do território, ao mesmo tempo que se constituía como um ponto de apoio fundamental para os reabastecimentos, até porque era uma região importante na produção de arroz e na criação de gado. As chefias militares portuguesas julgavam que o PAIGC tinha nas ilhas alguns dos seus principais chefes, assim como depósitos de material militar, abrigos à prova de ataques aéreos e uma grande quantidade de armas automáticas, suposições que se revelaram durante a operação erradas[10].

Louro de Sousa procurava, declaradamente, efectuar uma operação *"em força no conjunto das três ilhas"*[11], dividida em três fases: em primeiro lugar, através de desembarques nas referidas ilhas, com o intuito de eliminar a presença de grupos de guerrilha e ocupar as suas posições na região; na segunda fase, o objectivo principal era impedir a fuga dos guerrilheiros para o exterior do pequeno teatro de operações instalado naquelas três ilhas; por

8 OLIVEIRA, Hermes de Araújo, *Guerra Revolucionária*, 3ª Edição, Lisboa, 1962.

9 FELGAS, op. cit., p.88

10 *Directiva N.º8 – Operação Tridente, 23DEZ63*, Comandante-Chefe das Forças Armadas na Guiné, Brigadeiro Fernando Louro de Sousa, ADN/FG/Cx. 6896.5.

11 *Idem.*

fim, na terceira fase, a finalidade era ocupar a ilha do Como e recuperar psicologicamente a população que até então dava cobertura ao PAIGC.

A operação envolvia os diferentes ramos das Forças Armadas, sendo que o Exército tinha a fatia maior das acções, ficando a Força Aérea e a Marinha com a incumbência de dar apoio às forças no terreno, quer logístico quer apoio de fogo, no caso dos meios aéreos. Ficaremos pela análise das tropas terrestres, que envolviam também alguns destacamentos de fuzileiros especiais que ficariam sob o comando das forças terrestres após os desembarques[12].

De acordo com o planeado pelo Comandante-Chefe, participariam no terreno três companhias de cavalaria, uma de caçadores e três destacamentos de fuzileiros especiais. Os objectivos delineados para estas eram, sobretudo, de desembarque, com ajuda dos fuzileiros especiais, e de ocupação das ilhas, procurando, posteriormente, recuperar as populações, controlar os recursos utilizados pela guerrilha e, por fim, criar condições para o estabelecimento da autoridade administrativa[13].

A ordem de operações

Estas ideias vão estar presentes nas ordens de operações elaboradas para os três ramos das Forças Armadas, que envolvem já um estudo pormenorizado sobre o modo como há-de decorrer a operação, dentro dos moldes previstos pela referida directiva proveniente do Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné, que acabámos de analisar.

A ordem de operações para as forças terrestres, de 6 de Janeiro de 1964, oriunda do comando das forças terrestres, cujo comandante era o Tenente-Coronel de Cavalaria Fernando Cavaleiro, indicava, num primeiro momento, a composição e a articulação das forças, que seriam compostas por cinco agrupamentos. O Agrupamento A, com a Companhia de Cavalaria 487 e o Destacamento de Fuzileiros Especiais 7, comandado pelo Major Romeiras. Este agrupamento tinha como missão, na primeira fase da operação, ocupar a povoação de Caiar, tentando isolar as forças de guerrilha estabelecidas na ilha de Caiar e na ilha do Como; na segunda fase, este agrupamento deveria efectuar a *limpeza* da zona que lhe fora destinada, ocupando-a militarmente, procedendo à recuperação das populações e ao controlo dos recursos locais, de modo a reduzir a probabilidade de reabastecimentos das forças guerrilhei-

12 *Idem*.
13 *Idem*.

ras; por fim, na terceira fase, em conjunto com as forças da ilha do Como, deveriam participar na operação de limpeza da mata de Cassacá[14].

Quanto ao Agrupamento B, era constituído pela Companhia de Cavalaria 488 e pelo Destacamento de Fuzileiros Especiais 8, e era comandado pelo Capitão Ferreira. Estas forças deveriam ocupar a região de Cauane, de maneira a facilitar, posteriormente, o desembarque do Agrupamento C, devendo isolar, ainda, as forças guerrilheiras da ilha do Como das da ilha de Caiar e de Catunco; na segunda fase, ficava definida a limpeza da sua área, incluindo a ocupação militar e o controlo dos recursos locais; na última fase da operação, deveriam participar com o Agrupamento A na limpeza da mata de Cassacá[15].

O Agrupamento C, comandado pelo Capitão Cabral, era composto, apenas, pela Companhia de Cavalaria 489 e tinha como objectivo, numa primeira fase, ocupar a região de Catunco Balanta; na segunda fase, era seu objectivo a ocupação militar da zona determinada pelo comando, tal como os agrupamentos anteriormente referenciados, não se encontrando prevista nenhuma acção para a terceira fase. No que respeita ao Agrupamento D, era constituído pelo Destacamento de Fuzileiros Especiais 2, comandado pelo Primeiro-Tenente Faria de Carvalho. Esta pequena força tinha como missão a ocupação da região de Cametonco, procedendo, de seguida, ao isolamento dos guerrilheiros instalados na parte este da ilha do Como dos da parte oeste da mesma, devendo, na segunda fase, proceder à ocupação militar e controlo da população dessa zona.

Finalmente, o Agrupamento E era composto, somente, pela Companhia de Caçadores 557, comandada pelo Capitão Ares. Numa primeira fase, um pelotão desta companhia deveria desembarcar para fazer a segurança imediata da base logística, enquanto, numa segunda fase, devia desembarcar de modo a proceder à ocupação da mata de Cachil, colaborando, posteriormente, com as outras forças na limpeza da mata de Cassacá. Para esta companhia estava destinada a missão de manter a ocupação militar da ilha do Como, após o reembarque das restantes forças em presença, de modo a garantir a segurança dos reembarques[16].

Através desta análise, podemos constatar, de facto, a grandeza da operação, pelo menos no que respeita aos meios humanos empenhados. Se considerarmos que cada companhia tem, aproximadamente, 130 homens e os destaca-

14 *Operação Tridente*, Ordem de Operações Nº1/64 – Bissau, 06JAN64, pelo Comandante das Forças Terrestres, Tenente-Coronel de Cavalaria Fernando Cavaleiro, ADN/FG/Cx. 6896.5.

15 *Idem.*

16 *Idem.*

mentos de fuzileiros especiais, cerca de 80, resulta que, nesta operação, participaram no terreno, cerca de 760 homens; números enormes, tendo em conta a exiguidade do território que servia de base à operação.

A ofensiva terrestre

Depois de uma intervenção inicial a cargo da Força Aérea, as forças portuguesas desembarcam sem grande resistência em cinco locais do arquipélago, entre os dias 15 e 17 de Janeiro[17]. Os dois primeiros agrupamentos de intervenção desembarcam logo no dia 15. O Agrupamento A desembarca em Caiar, no sul da ilha, e avança para a tabanca com o mesmo nome. Chegam à tabanca no dia seguinte, depois de uma penosa marcha, mas encontram a povoação abandonada. O Agrupamento B desembarca na parte sul da ilha do Como, e avança para Cauane, onde encontra resistência. Depois dos primeiros combates, os guerrilheiros refugiam-se na mata, mas são desalojados pelos fuzileiros do Destacamento 8. Nos dois dias seguintes desembarcam os outros três agrupamentos de intervenção, sem encontrar resistência, completando o cerco à guerrilha[18]. Os combates, no entanto, intensificam-se na zona de Cauane e as condições no terreno vão tornar-se cada vez mais adversas para as forças portugueses.

Além dos guerrilheiros, os soldados portugueses enfrentam também outros problemas que a logística não acautelou devidamente. Devido à falta de água potável na ilha, as tropas portuguesas são obrigadas a escavar poços conseguindo apenas obter uma água salobra e de má qualidade, e a este primeiro tormento associaram-se outras contrariedades, como a má alimentação e o calor.

Sensivelmente a meio da operação, no dia 9 de Fevereiro, o Comando da *Operação Tridente* apresenta um estudo da situação, em que analisa a reacção da guerrilha à actividade das forças portuguesas, o que vai levar a que sejam apresentados novos planos de acção. As tropas da guerrilha foram caracterizadas como sendo numerosas, bem armadas e instruídas, com um domínio do terreno[19], de tal forma a garantir a sua protecção e a conseguir rápidas deslocações que lhe permitem o reforço de pontos atacados, assim como a tentativa de isolamento e cerco de pequenos núcleos das forças portuguesas

17 Testemunho do Almirante Ribeiro Pacheco, in *A Guerra*, de Joaquim Furtado, episódio 9, RTP, 2007.

18 CATARINO, Manuel, *As Grandes Operações da Guerra Colonial – Operação Tridente*, Cofina media books, Lisboa, 2010, pp. 45-52.

19 Através dos reconhecimentos feitos, é concluído que as tropas de guerrilha se encontram concentradas na zona da mata densa entre Cassacá, Curco e Cauane.

desembarcadas. Assim, no "*início da operação não só se defendeu fortemente, como ainda tomou a iniciativa de acções ofensivas com forte acção de fogo e por vezes muito prolongadas*"[20].

Apesar de perder algum fulgor, devido ao prolongamento das operações e ao isolamento a que foi submetido e ao consequente corte dos reabastecimentos, verificável através da comparação das munições usadas, que começam a mostrar a *"acção do tempo"*[21], o PAIGC parecia ter perdido a iniciativa, o que não significava, porém, um refrear da defesa da mata que lhe servia de posto defensivo. Uma das acções que mais dificuldade criou às tropas portuguesas foi a combinação de acções de movimento com o tiro dos flancos ou da zona frontal com metralhadoras pesadas e ligeiras, situação que se torna possível graças à sua capacidade de manobra, mobilidade e rapidez de execução e pensamento. Assim, conclui-se que a execução de *"acções numa única direcção, e que não sejam simples golpes de mão"* [22], facilitam o reforço substancial do inimigo, o que lhes confere uma forte resistência.

Neste contexto, são delineados quatro novos planos de acção, partindo de dois pressupostos fundamentais: a pretensão de continuar o desgaste da guerrilha por mais algum tempo, de forma a conseguir resultados importantes *"com um máximo de garantia e um mínimo de perdas"*[23]; e a necessidade de preparar acções reduzidas em zonas determinadas.

Verificamos, deste modo, que, a meio da operação, as forças portuguesas envolvidas na *Operação Tridente* passavam já por algumas dificuldades, essencialmente devido à organização militar do PAIGC, que possuía uma mobilidade capaz de resolver os problemas causados pela tropa portuguesa e ainda, numa primeira fase, de a conseguir atacar. Por outro lado, o desgaste por esta altura já se fazia sentir nas forças portuguesas, quando se reconhecia a necessidade de diminuir a duração das operações.

Cerca de um mês depois deste estudo da situação, o Primeiro-Tenente João José de Freitas Ribeiro Pacheco, comandante do Destacamento de Fuzileiros Especiais 7, apresenta um relatório de operações, bastante resumido, onde afirma que já *"não têm sido detectados elementos inimigos na ilha de Caiar"* [24], e que *"uma parte da população vive escondida no tarrafo"* [25]. Como

20 *Operação Tridente – Ilha de Como*, estudo da situação – COMOPTRIDENTE, 09Fev64, às 20h00, Arquivo Histórico Militar AHM/DIV/2/4/312/1.

21 *Idem.*

22 *Idem.*

23 *Idem.*

24 *Operação Tridente – Ilha de Como*, Comando das Forças Terrestres na Ilha do Como – 09MAR64, 10h00, AHM/DIV/2/4/312/1.

25 *Idem.*

exemplo, a missão levada a cabo no dia 10 de Março, efectuada por esse Destacamento de Fuzileiros Especiais e pelo terceiro Grupo de Combate da Companhia de Cavalaria 488, consistia em fazer um desembarque de surpresa e fazer uma batida na região de Cumule, Caiar, Tabanca Velha e Camuntudu, aprisionando ou eliminando eventuais elementos da guerrilha detectados. Porém, os resultados obtidos ficaram muito aquém do esperado, resumindo-se à apreensão de livros escolares, cadernetas e de dois canhangulos em mau estado, sendo ainda de destacar a destruição de cerca de cinquenta toneladas de arroz e o abate de gado, situação que, mesmo prejudicando o eventual abastecimento da guerrilha, produzia um efeito psicológico negativo nas populações em relação às forças portuguesas, diminuindo a possibilidade da sua recuperação para o lado português, afinal o principal objectivo de conquista de uma guerra subversiva.

Precisamente uma semana depois, num relatório elaborado pelo Comandante da Companhia de Cavalaria 489, assinado pelo oficial de operações, Major de Cavalaria Domingos Magalhães, é relatada uma operação de batida à mata do Como, uma vez que se sabia ser essa mata percorrida por grupos guerrilheiros. O objectivo era bater a mata do Como, desde a Casa Brandão, para Norte, até à região de Cassacá, e daí para Sul, até Cauane, com o intuito de prender ou aniquilar os elementos guerrilheiros encontrados, destruindo, também, tudo o que pudesse constituir refúgio ou recurso para o PAIGC. Grande parte do relativo sucesso desta acção ficou a dever-se à sua planificação para a noite, que garantia o efeito surpresa, durante a qual as tropas portuguesas deviam progredir e desenvolver emboscadas até ao nascer do dia, o que, no entanto, dificultava o apoio aéreo, que seria classificado, pelo comandante da companhia, de deficiente. Os resultados desta operação resumiram-se, contudo, ao aniquilamento de dois inimigos armados e outro ferido, e à destruição de um acampamento com cerca de quinze casas de mato, e de cerca de quinze toneladas de arroz[26].

No dia seguinte, 17 de Março, o Destacamento de Fuzileiros Especiais 7 efectuou mais uma acção, na zona de Cametonco, isto porque havia indícios de que alguns elementos do PAIGC, que tinham fugido da ilha de Como, se encontravam refugiados nessa tabanca, cuja população continuava a colaborar com as forças guerrilheiras. Segundo estes dados, foi decidido efectuar uma operação que consistia, nos mesmos moldes da anterior, num desembarque surpresa com o fim de aprisionar ou eliminar os elementos inimigos

26 *Operação Tridente – Ilha de Como*, Comando das Forças Terrestres na ilha do Como, Cópia do relatório sobre a batida à mata do Como, em 16MAR64, elaborado pelo Comandante da Companhia de Cavalaria 489, AHM/DIV/2/4/312/1.

encontrados, através de um cerco e batida na referida tabanca, onde o Destacamento de Fuzileiros Especiais 7, um Pelotão de Pára-quedistas, uma Secção do Destacamento de Fuzileiros Especiais 2 e um guia fula deviam pernoitar, devendo *"destruir tudo o que possa constituir abrigo ou abastecimento para o inimigo e que não possa ser recuperado"* [27]. A missão ficou concluída por volta das 10 horas da manhã do dia 18, mas os resultados obtidos não podem ser considerados relevantes, uma vez que, para além da eliminação de um elemento que tentava fugir, apenas foi capturado material de pouca monta: seis cartuchos de 7,9 mm; dois invólucros de 9 mm; três projécteis de 20 mm; três catanas; para além do abate de cerca de cento e cinquenta cabeças de gado e de trezentos animais de criação. A destruição dos meios de subsistência das populações locais, amplamente colaboradoras com as forças guerrilheiras, pode significar que a esperança em reconquistar estas populações seria já diminuta, ou tida como fora de hipótese pelas forças portuguesas, tentando, desse modo, minimizar o seu apoio ao PAIGC.

A última grande acção

A última grande acção realizada dentro da *Operação Tridente* ocorreu nos dias 23 e 24 de Março, na região de Uncomené, na ilha do Como. Aliás, esta é mesmo considerada a *"acção final conjunta das diferentes forças empenhadas"* [28], com a finalidade de reduzir, ou mesmo eliminar, a acção inimiga na mata de Cassacá, numa acção que envolvia a Companhia de Cavalaria 487, comandada pelo Capitão Rui Cidraes, dividida em três Grupos de Combate, cada um com um guia negro e onze carregadores, também negros. Esta companhia, que estava estacionada na povoação de Caiar, deveria desembarcar no dia 23, por volta do meio-dia, junto ao dique em Uncomené. Depois de se instalar nessa região, devia iniciar acções contra as forças guerrilheiras, com o intuito de *"reduzir a mata de Cassacá"* [29], uma vez que se pensava existir um forte e numeroso grupo inimigo na zona, razão principal pela qual era levada a efeito esta acção, que foi dificultada, em especial, pela escolha do local para o desembarque, pois somente no dique a vegetação permitia o desembarque, dificuldade que advinha do fraco conhecimento da região, uma vez que a operação foi planeada tendo em consideração a cartografia

27 *Operação Tridente – Ilha de Como*, Comando das Forças Terrestres na Ilha do Como – 16MAR64, AHM/DIV/2/4/312/1.

28 *Operação Tridente – Ilha de Como*, Relatório da operação realizada na região de Uncomené (Como) nos dias 23 e 24, integrada na Operação Tridente, AHM/DIV/2/4/312/1.

29 *Idem.*

de um ligeiro reconhecimento aéreo. Como consequência destas dificuldades resultaram dois mortos e dois feridos ligeiros para as forças portuguesas, tendo sido perdidas três espingardas G3, duas dos soldados mortos, *"mais a do soldado 375 que quando ferido a entregou ao soldado 820 que veio a ser um dos mortos"* [30], e ainda uma maca que ia buscar um ferido inimigo.

Segundo o relatório, as forças de guerrilha sofreram duas baixas confirmadas, tendo sido apreendidas uma espingarda de guerra, com cerca de cinquenta cartuchos, e uma granada de morteiro de origem russa. É nesta última acção que um dos guias diz ter visto na mata João Bernardo "Nino" Vieira, um dos mais altos chefes militares do PAIGC que comandava uma das acções[31]. Para se perceber a dimensão deste último combate, no comunicado que o Comandante das Forças Terrestres envia para o Comando-Chefe da Guiné, é contabilizado o número de munições gastas no apoio à Companhia de Cavalaria 487, concretizando, 2014 balas, 14 bombas e 7 foguetes, relembramos, só no apoio. Números que permitem perceber as dificuldades porque a referida companhia passou durante os dois dias desta última acção, que acabou por ser o último fôlego da *Operação Tridente*.

No entanto, apesar da resistência encontrada durante a operação, as tropas portuguesas conseguiram eliminar os principais comandantes da guerrilha, restando apenas Agostinho de Sá. A situação chegou mesmo a ser dramática para os guerrilheiros do PAIGC. Já depois do fim da operação, as forças portuguesas interceptaram um mensageiro com uma carta do comandante da frente sul, Nino Vieira, (que não estava no Como), para outros chefes da guerrilha, queixando-se que não conseguia retirar do Como (como tinha ordenado Amílcar Cabral) e que estava numa situação muito difícil, pedindo, por isso, que lhe enviassem reforços[32]. De facto, temendo baixas entre os civis, Cabral tinha ordenado a retirada da população, só que a própria população insiste em ficar juntamente com a guerrilha comandada por Agostinho de Sá[33]. Seriam precisos três longos meses, para o Tenente-Coronel Fernando Cavaleiro, dar por terminadas as operações militares e, no dia 24 de Março, embarcar de regresso a Bissau.

Para marcar presença na zona, o Exército decidiu deixar uma companhia na mata do Cachil, a norte da ilha do Como, com a missão de patrulhar a ilha e controlar as margens do rio Cobade, muito importante no abastecimen-

30 *Idem.*

31 *Idem.*

32 Batalhão de Cavalaria 490 – História da Unidade, Colecção particular de Armor Pires da Mota, p. 37.

33 Testemunho de Agostinho de Sá, in *A Guerra*, de Joaquim Furtado, episódio 9, RTP, 2007.

to a Catió[34]. Não seria preciso esperar muitos dias para ver esta companhia ser atacada pelos guerrilheiros, provando assim que estes nunca tinham abandonado efectivamente a ilha[35].

As lacunas da operação

Uma das principais lacunas desta operação residiu na falta de informações suficientemente credíveis sobre a presença do PAIGC na região. Em primeiro lugar, partia-se do pressuposto de que a guerrilha estava numa situação psicológica pouco favorável e, apesar de assumir a insuficiência de informações suficientes acerca da capacidade defensiva da guerrilha, o Comandante-Chefe, Louro de Sousa, acreditava que esta não deveria oferecer oposição capaz ao desembarque e à ocupação das ilhas. Por outro lado, haveria demasiada confiança na superioridade técnica e militar das Forças Armadas portuguesas. Embora não fosse conhecido o número de guerrilheiros que estavam nas ilhas, as tropas terrestres contavam com o apoio da Marinha e da aviação, duas vantagens que a guerrilha não tinha. A Força Aérea empenhou na operação, além de helicópteros, caças F-86 *Sabre,* aviões de ataque leve T-6 *Texan*, aviões de patrulha marítima P2V5 *Neptune*, além de aviões de transporte. Durante a operação, um avião foi abatido e outros seis atingidos (5 T-6 e 1 C-47). O avião em causa era um T-6 pilotado pelo Alferes João Santos Pité, tendo sido abatido em finais de Janeiro, na zona de Cauane, quando participava numa operação com outro T-6, pilotado pelo Capitão Gomes do Amaral. Tudo indica que Pité foi atingido directamente por disparos de terra tendo perdido rapidamente o controle do avião[36].

É preciso reconhecer também que as Forças Armadas portuguesas não estavam, ainda, totalmente preparadas para uma contra-insurreição, o que as terá levado a optar por tentar uma solução dentro da sua organização convencional.

Por fim, há que levar em linha de conta que a operação foi motivada por questões políticas. Por um lado, a guerrilha estava no Como declarando o arquipélago zona libertada do poder colonial português, uma situação que era intolerável para as autoridades portuguesas. Por outro, Louro de Sousa estava, já nessa altura, numa posição muito fragilizada em relação ao poder político em Lisboa. Uns meses antes, o Comadante-Chefe da Guiné tinha

34 FELGAS, op. cit., p. 88.

35 Testemunho do Alferes Rogério Leitão, in *A Guerra*, de Joaquim Furtado, episódio 9, RTP, 2007.

36 Informação prestada aos autores pelo Coronel Gomes do Amaral, em 31/1/2014.

manifestado ao Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, Silva Cunha, a opinião de que a guerra na Guiné estava perdida, o que tinha causado uma péssima impressão junto de alguns membros do Governo[37]. Neste contexto, a *Tridente* servia também como uma demonstração de iniciativa militar por parte de Louro de Sousa.

As consequências da operação

Em suma, apesar do planeamento e esforço desenvolvido, a verdade é que as forças portuguesas não conseguiram erradicar completamente a guerrilha no Como, embora tenham limitado de forma significativa a sua acção na zona. O PAIGC encarou o desfecho da operação como uma vitória. Apesar das enormes dificuldades que enfrentaram no confronto com as forças portuguesas, os guerrilheiros conseguiram resistir, não abandonando a ilha e o mesmo se pode dizer da população. Pouco tempo depois do fim das operações, a ilha é visitada por uma delegação da direcção do partido chefiada por Luís Cabral, que percorre a ilha para saber como tinha corrido a batalha e que necessidades tinham os habitantes e os guerrilheiros[38].

Como é óbvio, o resultado alcançado seria usado abundantemente pelo PAIGC na sua propaganda interna e externa. Podemos ver isso numa entrevista que Amílcar Cabral dá, em 1969, à revista *Tricontinental*, em Conakry, onde comenta a batalha como uma grande vitória para o seu movimento. De forma exagerada, Cabral refere que as tropas portuguesas rondariam os 3 mil homens e que tinham perdido 900 militares e muito material, sendo obrigadas a retirar e que o Como continuava a ser uma área libertada dominada pelo PAIGC[39]. Na verdade, as forças portuguesas sofreram 9 mortos e 47 feridos e foram evacuados para o hospital de Bissau 193 militares por motivos de doença[40].

No entanto, a principal consequência desta operação foi a mudança estratégica que foi operada nas chefias políticas e militares do território, com a destituição de Louro de Sousa e de Vasco Rodrigues, Comandante-Chefe e Governador, respectivamente, juntando de novo os dois cargos numa única pessoa, como já tinha acontecido no tempo de Peixoto Correia. Arnaldo Schultz foi o militar escolhido para estas funções, tendo chegado a Bissau, a 20 de Maio de 1964, cerca de dois meses após o final da *Operação Tridente*.

37 CUNHA, op. cit., pp. 111-113.
38 CABRAL, op. cit., pp. 209-216.
39 CABRAL, Amílcar, *Guiné-Bissau – Nação Africana Forjada na Luta*, Textos de Amílcar Cabral nº1, Publicações Nova Aurora, Lisboa, 1974, p. 65.
40 CATARINO, op. cit., p. 54.

Revista Militar
N.º 6/7 – junho/julho 2014
pp. 629-648

*A Inovação Militar no período entre guerras e o início da II Guerra Mundial**



Tenente-coronel Luís Fernando Machado Barroso**

O desenvolvimento da Blitzkrieg, a tradição germânica e os contactos germano-russos nos anos 1920

A palavra "*Blitzkrieg"* tinha como objetivo descrever um novo método de combate alemão utilizado na II Guerra Mundial, entrado na linguagem comum quando jornalistas e observadores militares o utilizaram para explicar o sucesso militar alemão na campanha da Polónia (1939) e da França (1940)[1]. Relativamente ao impasse militar típico da guerra de trincheiras na frente Ocidental na I Guerra Mundial, a *Blitzkrieg* representava uma alteração radical.

A perícia da máquina militar alemã foi claramente demonstrada, em maio de 1940, e evidenciada pela ocupação da Bélgica e da Holanda através combinação de ataques com paraquedistas e formações blindadas. A França, embora reforçada com o Corpo Expedicionário Britânico, seria derrotada em seis semanas. Depois da vitória sobre a Polónia, muitos dos oficiais de topo da hierarquia militar, educados segundo a tradição prussiana do Estado-Maior

* Texto resultante da comunicação intitulada "Inovação Militar no período entre guerras e o início da II Guerra Mundial", no âmbito do II Encontro Anual "A Europa no Mundo: A Europa entre Guerras (1919-1939)", ocorrido em 3 e 4 de abril de 2014, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa.

** Sócio Efetivo da Revista Militar.

1 "Editor's Introduction", in Guderian, Heinz, *Achtung Panzer! The Development of Tank Warfare*, London: Cassel Military, 2007, p. 16.

Imperial, não tinham muita fé na opção militar para derrotar os aliados que considerasse os *panzer* como solução para a vitória, nem confiavam na capacidade da Alemanha em conduzir uma guerra prolongada. Esta foi uma das razões para que Hitler utilizasse o sucesso militar na França para demonstrar a superioridade militar alemã. Como modelo, a *Blitzkrieg* foi apenas colocada em prática na invasão da União Soviética, devendo ser entendido como um produto da conjugação entre um exército que encorajava a agressividade, uma ideologia política expansionista (guerra entre sociedades) e constrangimentos económicos que obrigavam a batalhas decisivas de curta duração em grandes extensões de território[2].

O desenvolvimento da *Blitzkrieg* tem sido associado ao espírito inovador alemão para resolver o impasse criado pela sobreposição do fogo sobre a manobra na I Guerra Mundial. Tem servido também de exemplo perfeito para justificar parte dos processos de transformação em curso nas forças armadas norte-americanas, durante os anos 1990 e 2000[3]. A campanha da França é utilizada como exemplo do sucesso de uma Revolução em Assuntos Militares, porque emergiu de uma combinação de avanços tecnológicos, doutrinários, e como justificação de utilização de forças para uma guerra que a Alemanha teria de vencer rapidamente[4]. Referir a *Blitzkrieg* como um exemplo de Revolução em Assuntos Militares sem referir as circunstâncias únicas que explicam a sua emergência leva-nos a uma confrontação entre o que é um puro assunto de história militar e o que são os estudos de guerra. Estudar a guerra obriga a compreender as dimensões social, política

2 Laub, Thomas J., *After he Fall: German Policy in Occupied France, 1940-1944*, NY: Oxford Press, 2001 , p. 25; Manstein, *Lost Victories*, pp. 127-47.

3 Cf. Krepinevich, Andrew F., *The Military-Technical Revolution: a Preliminary Assessment*, Washington DC: Center for Strategic and Budgetary Assessments, 2002, p. 5; p. 30; Idem, 'Cavalry to Computer: The Pattern of Military Revolutions', *The National Interest* (1994), p. 37; Fitzsimmonds, James R. and Jan M. Van Tol, 'Revolutions in Military Affairs', *Joint Force Quarterly* (Spring 1994), p. 24 e segs; Murray, Williamson, 'Armoured Warfare: The British, French and German Experiences', in Murray, Williamson and Allan R. Millett (eds.), Military Innovation in the Interwar Period, Cambridge: CUP 1996, pp. 6-49; Hundley, Richard O., *Past Revolutions, Future Transformations: What Can the History of Revolutions in Military Affairs Tell Us About Transforming the US Military?*, Santa Monica, CA: RAND, 1999, p. 11; Rogers, Clifford J. and Williamson Murray, 'May 1940: Contingency and Fragility of the German RMA', in Knox, MacGregor and Williamson Murray (eds.),*The Dynamics of Military Revolution, 1300-2050*, Cambridge: CUP, 2001, p. 155; Boot, Max, *War Made New: Technology, Warfare, and the Course of History, 1500 to Today*, New York: Gotham Books, 2006, p. 13.

4 Cf. Cooper, Jeffrey R., *Another View of the military Revolution in Military Affairs*, Carlisle Barracks, PA: U.S. Army War College, Strategic Studies Institute, 1994, pp. 13-14; Cf. Metz, Steven e James Kiewit, *Strategy and the Revolution in Military Affairs: From Theory to Policy*, Carlisle Barracks, PA: U.S. Army War College, Strategic Studies Institute, pp. 14-15.

e militar num período de tempo que envolve a sua preparação, a sua condução e os seus efeitos[5].

Até que ponto a *Blitzkrieg* representava uma doutrina melhor do que a francesa ou do que a britânica é um ponto que também merece alguma reflexão. Em maio de 1940, nenhum dos contendores detinha superioridade militar em termos numéricos, embora se reconheça que, naquele momento, a vitória esmagadora sobre os franceses e britânicos se deveu em parte à sua *superioridade* doutrinária. Porém, é necessário considerar que o Plano de Manstein foi muito mais audaz e arriscado do que o que tinha sido inicialmente proposto pelo comando alemão[6]. Além do mais, há ainda a acrescentar os erros defensivos que os aliados cometeram, em especial a má utilização das suas reservas e a inação em relação às extensas colunas de blindados nas estradas das Ardenas[7]. Ao nível estratégico deve ainda acrescentar-se a total incapacidade de franceses, britânicos e belgas anteciparem o ataque alemão[8]. Portanto, as circunstâncias da derrota aliada incluem muitos fatores para além da genialidade militar alemã, cujo apogeu foi o emprego inovador de unidades blindadas apoiadas pela aviação.

Na realidade, a invasão da França (maio de 1940) foi um dos mais decisivos momentos da II Guerra Mundial por dois motivos principais e que contribuiriam para a derrota alemã em 1945. Em primeiro lugar, ao permitir a fuga de parte considerável do Corpo Expedicionário Britânico, manteve parte considerável da capacidade de resistência britânica. Em segundo lugar, convenceu Hitler de que uma invasão da União Soviética seria muito mais fácil, porque considerou que o seu exército tinha inventado um novo modelo de guerra. Por isso, exprimiu ao Marechal Wilhelm Keitel que a destruição da União Soviética seria uma "brincadeira de crianças"[9]. O sucesso da *Blit-*

5 Barkawi, Tarak, "From War to Security: Security Studies, the Wider Agenda, and the Fate of the Study of War", *Millennium – Journal of International Studies* (March 2011), pp. 1-16.

6 Cf. Manstein, *Lost Victories*, pp. 103 e segs.

7 Cf. Alexander, Don W., "Repercussions of the Breda Variant", *French Historical Studies* 8(3), pp. 459-88.

8 Ao contrário dos holandeses, que o previram e resistiram aos alemães (Mosier, John, *The Blitzkrieg Mith. How Hitler and the Allies Misread the Strategic Realities of World War II*, New York: Hapercollins Publisher, p. 117).

9 Apud Hobson, Rolf, "Blitzkrieg, the Revolution in Military Affairs and Defense Intellectuals", *Journal of Strategic Studies*, 33 (4), p. 630. Hitler não contava alcançar tanto sucesso, uma vez que os objetivos eram claramente limitados. A diretiva de Hitler tinha como objetivo derrotar o máximo de forças aliadas e conquistar o máximo terreno na Holanda, Bélgica e norte da França para estabelecer uma base de operações de apoio ao ataque a efetuar por mar e ar contra a Grã-Bretanha (cf. Manstein, Erich von, *Lost Victories*, St. Paul, MN: Zenith Press, 2004, p. 97).

zkrieg, em França, ajuda a explicar a expansão da guerra à União Soviética, marcando também o início da viragem no destino de Hitler e dos Aliados, na Europa.

O problema dos recursos necessários a uma guerra prolongada era o grande "calcanhar de Aquiles" da estratégia alemã. A sua posição central na Europa obrigava a expandir-se à custa de potências que, em conjunto, somavam um potencial superior ao alemão. O final da I Guerra Mundial, com as condições impostas pelo Tratado de Versalhes e os graves problemas económicos e sociais, levou a elite militar alemã a considerar que tinha de garantir a segurança nacional e restaurar o seu estatuto de potência na Europa[10]. Nesse período, a estratégia alemã baseou-se na autonomia dos assuntos militares em relação à sociedade civil e política. O pensamento estratégico alemão foi impulsionado por duas correntes principais: uma, com o objetivo de unificar todos os assuntos do Estado, que seria levada a cabo por Hitler[11]; e outra, com o objetivo de modificar a conduta da guerra, essencialmente relacionada com o que ficou designado como a "revolução estratégica" da guerra mecanizada[12]. Estas correntes fundiram-se na aproximação operacional para o emprego de forças blindadas, cuja essência se centrava na utilização de divisões independentes de *panzers* beneficiando de apoio aéreo próximo, a quem eram atribuídos objetivos na profundidade do adversário. As hierarquias militares na Grã-Bretanha e a França, conservadoramente inflexíveis, ficaram agarradas à "mentalidade da linha Maginot" que não concebia o emprego de blindados e da aviação para além do apoio à infantaria.

A chegada de Hitler ao poder foi um novo passo para o cumprimento do desejo dos militares. Mesmo prometendo-lhes os meios para que pudessem assegurar a defesa militar da Alemanha, a visão do Partido Nacional Socialista sobre a guerra era muito diferente. Enquanto o exército enfatizava o controlo institucional da violência, o Partido dava mais importância às dinâmicas societais que corporizassem a vontade de domínio de conquista de espaço vital a leste. Não aceitava a subordinação da política aos imperativos técnico-militares da conduta da guerra, em que a destruição da força armada adversária era apenas o primeiro passo na criação da superioridade rácica alemã.

10 Geyer, "German Strategy…", p. 554.

11 Hitler foi o líder supremo da Alemanha devido à sua dupla função como chanceler e líder do seu partido (os adversários do Partido Nazi foram eliminados), e como comandante supremo da *Wehrmacht* depois da reorganização do comando das forças armadas ocorrido em fevereiro de 1938, que estabeleceu o Comando Supremo da Wehrmacht (OKW) sob a sua direção direta (Craig, "The Political Leader as a Strategist", pp. 481-509).

12 Cf. Addington, Larry H., *The Blitzkrieg Era and the German General Staff, 1865-1941*, N. J.: New Brunswick, 1971; Geyer, "German Strategy…".

Misturava-se a tecnocracia militar com um conceito de guerra baseado num processo de purificação da raça[13].

A guerra como mecanismo primordial na resolução de problemas de política internacional e a mobilização da sociedade para a guerra encontraram na *Blitzkrieg* a ponta da lança para a guerra total do regime nazi[14]. Apesar dos objetivos alcançados terem claramente ultrapassado os inicialmente previstos, constata-se que, ao nível tático, algumas vitórias alemãs foram-no por margens mínimas. Os alemães basearam o sucesso mais em aspetos táticos, operacionais, estratégicos e de liderança tradicionais do que em aspetos revolucionários. A proliferação de literatura militar, nomeadamente nos EUA, sobre a *guerra de manobra*[15], que tem na campanha da França um dos seus paradigmas, transformou perigosamente a *Blitzkrieg* num exemplo a seguir na atualidade, porque focaliza a guerra aos níveis tático e operacional. Não se deve esquecer que a guerra se vence ao nível estratégico.

Como conseguiram os alemães desenvolver a *Blitzkrieg* no quadro das restrições decorrentes do Tratado de Versalhes é muito mais complexo do que o que pretendemos apresentar com este texto. Porém, há que referir três pontos essenciais nesse processo. Em primeiro lugar, a *Blitzkrieg* é o resultado do emprego de forças blindadas concentradas em frentes estreitas deficientemente defendidas, apoiadas pela aviação, com a intenção de explorar os intervalos no dispositivo dos defensores até conseguir levar o combate a toda a profundidade do adversário, para o paralisar e aniquilar[16]. Este método não era inovador nos anos 1930, uma vez que estava em franco desenvolvimento junto dos militares soviéticos desde os anos 1920. Destes, destacamos a figura do general Mikhail Tukhachevskii que desenvolvia o conceito de *Deep Battle* e que consideramos ser a base do modelo alemão. Essa é a razão pela qual consideramos decisiva a cooperação secreta entre os dois exércitos, no início do anos 1920, e que teve o seu auge na troca de ideias e de experiências no campo militar de Kazan na Rússia. Em segundo lugar, a *Blitzkrieg* apoia-se numa abordagem ao comando e controlo de forças que

13 Geyer, "German Strategy…".

14 Strachan, Hew, *European Armies and the Conduct of War*, London: Allen & Unwin, 1983, p. 163 e segs.

15 Lind, William S., *Maneuver Warfare Handbook*, Westview Special Studies in Military Affairs, Boulder, CO: Westview Press, 1985; Leonhard, Robert R., *The Art of Maneuver: Maneuver-Warfare Theory and Airland Battle*, Novato, CA: Presidio Press, 1991; Hooker, Richard D., *Maneuver Warfare: An Anthology*, Novato, CA: Presidio Press, 1993.

16 Neste contexto, aniquilar não é a destruição completa das forças adversárias, mas refere-se à ação necessária para impedir que funcione de forma coerente como força de combate. É o oposto à atrição, ou erosão, que implica a destruição física do adversário até que este não consiga combater.

explora a iniciativa e agressividade aos mais baixos escalões de comando. Esta abordagem encontrou na tradição militar prussiana, desenvolvida durante o século XIX nas academias militares, um campo propício ao seu desenvolvimento. Em terceiro lugar, há que considerar o aproveitamento que Hitler fez da "superioridade" tática alemã, que lhe servia na exata medida da sua estratégia: procurar o espaço vital necessário à grandiosidade da Alemanha exigia uma modalidade de guerra capaz de derrotar os adversários de forma rápida, violenta e espetacular. Pretendia a sobreposição da estratégia de aniquilamento à estratégia de erosão, que a Alemanha não conseguiria suportar.

Apesar de crítica, a mecanização do exército alemão foi apenas uma parte de um processo muito mais abrangente no qual a unidade estratégica se dividiu em duas dimensões: o desenvolvimento da arte da guerra; e a "estratégia" ideológica desenvolvida pelo Partido Nazi. Seria no período entre 1938 e 1941 que aquelas duas dimensões se fundiriam na decisão de Hitler em avançar para a II Guerra Mundial[17]. A intenção de Hitler era fazer da Alemanha a potência dominante no mundo[18].

Delimita-se a análise ao desenvolvimento da máquina militar terrestre alemã que deu origem à *Blitzkrieg*, embora esta não se possa resumir a este único aspeto[19]. Todavia, parece-nos evidente que foi o desenvolvimento da guerra blindada o principal fator para que a Alemanha alcançasse os primeiros êxitos na Polónia e na França e que Hitler se convencesse que já possuía um *modus operandi* capaz de lhe garantir o sucesso na Rússia.

* *

Sob a chefia de Hans von Seeckt (1919-1926), as forças armadas alemãs fizeram um esforço para incorporar as lições da derrota da I Guerra Mundial[20]. Um dos resultados mais importantes foi o desenvolvimento de doutrinas operacionais que pretendiam resolver o principal problema da guerra de

17 Geyer, Michael, "German Strategy in the Age of Machine Warfare, 1914-45". In Paret (Ed.), *Makers of Modern Strategy: from Machiavelli to the Nuclear Age*, Princeton University Press, 1986, pp. 527-97.

18 Craig, Gordon A., "The Political Leader as a Strategist". In Paret (Ed.), *Makers of Modern Strategy: from Machiavelli to the Nuclear Age*, Princeton University Press, 1986, pp. 481-509.

19 Sobre a evolução do poder aéreo alemão e o desenvolvimento da *blitzkrieg*, consultar Corum, James, "Airpower Thought in Continental Europe between the Wars". In Meilinger, Col. Phillip S. (Eds.), *The Paths of Heaven: The Evolution of Airpower Theory*, Maxwell Air Force Base: Air University Press, 1997, pp. 150-81.

20 Liddell Hart considera que Hans von Seeckt foi o militar alemão com mais influência na II Guerra Mundial, ao considerar que foi a sua herança que mais contribuiu para o desenvolvimento da Blitzkrieg (Hart, Liddell B., *The German Generals Talk: Strarling revelations from Hitler's high command*, NY: Perennial, 2002, p. 10).

trincheiras em que o fogo se sobrepôs à manobra. Heinz Guderian tomou boa nota dessas novas abordagens, ao contrário do que fizeram os franceses e britânicos. Uma nova estrutura de forças, combinada com as novas táticas desenvolvidas no final da guerra colocava um elevado prémio na flexibilidade e na iniciativa dos comandantes subordinados. A motorização e a mecanização teriam como finalidade restaurar a guerra de movimentos para tornar possível a vitória através de combates de encontro.

Seeckt estava numa posição privilegiada para dar início a um processo de adaptação para libertar a Alemanha das imposições do Tratado de Versalhes e que favorecia a modernização e a mecanização, desde que subordinados à tradição germânica da não ingerência política nos assuntos militares[21]. As limitações impediam efetivos superiores a 100.000 homens, blindados, aviação e negavam as condições políticas para o desenvolvimento do aparelho militar. Porém, a autonomia do *Reichswher* permitiu-lhe desenvolver um processo de adaptação autónomo da política, bem evidenciada pelos acordos secretos com a Rússia e com a Suécia para testar blindados e aviões[22]. Curiosamente, apesar do distanciamento político, foi a União Soviética que desempenhou um papel preponderante. Em meados dos anos 1920, os contactos entre alemães e soviéticos serviram para testes e treinos com blindados, gás e aviões para preparar um quadro de especialistas que mais tarde partilharia os seus ensinamentos nos respetivos exércitos[23]. Ambos os exércitos foram influenciados pelos avanços doutrinários relacionados com blindados desenvolvidos na Grã-Bretanha por Liddel Hart e por J. F. Fuller, o que teria facilitado a integração das novas tecnologias (motor a explosão; telegrafia sem fios – TSF) em conceitos operacionais ideais para aquele período[24]. Porém, determinar até que ponto a influenciou é ainda motivo para discussão, mas não a consideramos decisiva.

Os contactos entre russos e alemães foram desenvolvidos a vários níveis, com expressão ao nível da produção industrial e técnico-militar. Os alemães

21 Geyer, "German Strategy…", pp. 555-58.

22 Macksey, Kenneth, "Guderian". In Barnet, Corelli (Ed.), *Hitler's Generals*, London: Weidenfeld and Nicholson, 1989, p. 441.

23 Macksey, Kenneth, *Guderian, The Creator of the Blitzkrieg*, 1976, p. 42.

24 Hart, Liddel, *The Current Of War*, 2nd Impression, London: Hutchinson & CO. (Publishers) Ltd. (s.a.) (Neste livro, L. Hart publicou "The Next Great War" (Chapter I) e "New Model Army" (Chapter II), publicados pela primeira vez em 1922, que enfatizam a necessidade de adaptação aos desígnios de um novo campo de batalha dominado pelo movimento e poder de fogo concentrado em locais decisivos); Fuller, J. F. C., *Tanks in the Great War*, New York: E. P. Dutton and Company, 1920. Cf. Simpkin, Richard, *Deep Battle: The Brainchild of Marshal Tukhachevskii,* London: Brassey's Defence Publishers, 1987; Gat, Azar, *British Armour Theory and the Rise of the Panzer Arm: Revising the Revisionists*, London: Macmillan, 2000.

pretendiam que os soviéticos pudessem acolher tecnologia para o desenvolvimento e fabrico de armamento proibido pelo Tratado de Versalhes. Por seu lado, aos soviéticos interessava sobretudo crédito financeiro e fornecimento de carvão. Ao nível técnico-militar, ambos pretendiam a partilha de projetos e experiências entre oficiais que cobrisse o emprego de submarinos, aviões e blindados. Aos oficiais alemães era permitido treinar com as unidades soviéticas, e aos oficiais soviéticos permitido visitar escolas e academias na Alemanha. Em 1922, o aeródromo de Smolensk estava essencialmente ocupado por pilotos alemães[25].

Mas terá sido no campo de treino em Kazan, no centro da Rússia, que os contactos entre russos e soviéticos foram mais profícuos, uma vez que pode ter daí resultado o gérmen do desenvolvimento das ideias alemãs que seriam colocadas em prática por Heinz Guderian. Entre 1929 e 1933, e depois de algum desenvolvimento doutrinário na Alemanha derivado da experiência da I Guerra Mundial, os alemães dispunham em Kazan de terreno ideal para o emprego de *panzers*, desenvolver protótipos, treinar guarnições e trocar experiências com os soviéticos[26]. Em agosto de 1929, ocorreu mesmo uma conferência entre os oficiais dos dois países que se focalizou nas considerações doutrinárias de nível operacional e tático. Não há evidências documentais de que a experiência de Kazan tenha influenciado os alemães, mas terá certamente contribuído para a sua inspiração[27]. Um deles foi certamente Heinz Guderian, considerado o pai da *Blitzkrieg*. Apesar de nunca ter referido a "batalha em profundidade" desenvolvida pelos generais soviéticos Tukhachevskii e Triandafilov, há que considerar que o modelo que propõe em *Achtung Panzer* apresenta uma singular semelhança com aquela abordagem[28]. J. F. C. Fuller e B. L. Hart são também referenciados como influência nos soviéticos e nos alemães, mas a verdade é que os seus trabalhos só foram publicados depois de desenvolvidas as ideias de Tukhachevskii. Isso é claramente evidente no prefácio que escreve a uma edição soviética (1931) da obra de Fuller, *The Reformation of War* (1923), e na qual afirma que as suas ideias [de Fuller] são desadequadas à necessidade de levar o combate a toda a profundidade do adversário, em simultâneo, com blindados. Por isso, refere que a fragilidade da sua tese é

25 Cf. Carr, Edward Hewlett, *The Russian Revolution: From Lenin to Stalin*, NY: The Free Press, 1979, p. 87; Cf. Carsten, F. L., *The Reichswher and Politics, 1918 to 1933*, Los Angeles, CA: University of California Press, 1974, p. 135-47.

26 Corum, James S., *The Roots of Blitzkrieg: Hans von Seeckt and the German Military Reform*, KS: University Press of Kansas, 1992, pp. 192-5.

27 Cf. Simpkin, Richard, *Race to the Swift: Thoughts on Twenty-First Century Warfare*, pp. 25-6.

28 "Editor's Introduction", in Guderian, Heinz, *Achtung Panzer!*, pp. 15-6.

o seu desinteresse pela utilização extensiva dos meios aéreos como meio de transporte[29].

As ideias de Tukhachevskii foram desenvolvidas antes de 1923 e baseavam-se em ideais operacionais em torno de conceitos como simultaneidade, frentes extensas, unidades mecanizadas, armas combinadas e profundidade. Estes só poderiam ser coerentes quando se desenvolvessem os meios com proteção, mobilidade e velocidade suficientes para paralisar o adversário, através da penetração e envolvimento simultâneos. Os blindados seriam utilizados em três escalões com missões muito distintas. Os dois primeiros escalões de blindados apoiavam a infantaria no combate próximo, dando-lhe poder de choque e poder de fogo para facilitar o assalto. O terceiro escalão, apoiado por artilharia autopropulsada e aviação (incluindo paraquedistas), tinha como missão explorar as brechas dos dois escalões da frente e penetrar as defesas na profundidade necessária à destruição das bases logísticas, postos de comando e centros de comunicação[30]. Estas ideias são sumariamente referidas por Guderian, que cita como fonte um outro militar soviético, Kryzhanovsky, muito menos conhecido do que Mikhail Tukhachevskii[31].

Para a batalha de profundidade gizada por Tukhachevskii, era também necessário que os comandantes aos mais baixos escalões tivessem a confiança dos seus comandantes superiores e conhecessem como as suas ordens (que deveriam ser genéricas) se encaixavam em toda a operação. Assim, no caso de quebra de comunicações, os subordinados estavam em condições de decidir de forma independente e continuar a contribuir para toda a operação[32]. O sucesso da "batalha de profundidade" dependia em larga medida da antecipação (*preemption*) e da ação de surpresa. As missões atribuídas aos mais baixos escalões seriam logicamente relacionadas com o objetivo estratégico e orientadas às forças ou recursos inimigos. O terreno só raramente podia ser objetivo, exceto quando a posição permitisse uma nítida vantagem, como são os exemplos de cidades, aeroportos ou bases militares.

* *

A I Guerra Mundial tinha demonstrado que a força militar não era recurso suficiente para decidir uma longa guerra da era industrial, em que a atrição se sobrepunha ao movimento de forças, o que evidenciava que o potencial nacional era muito mais importante do que a perícia operacional dos coman-

29 Simpkin, *Deep Battle,* pp. 125-34.
30 Cf. Ibidem, pp. 33-9.
31 Guderian, *Achtung Panzer*, pp. 152-3; cf. Simpkin, *Deep Battle*, p. 38.
32 Simpkin, *Deep Battle*, pp. 98-9.

dantes. Isto estava em nítida oposição com a tradição prussiana, razão pela qual alguns militares, entre eles o tenente-coronel Joachim von Stulpnagel e o general Werner von Blomberg (ministro da defesa de Hitler, entre 1933-38), pensaram em militarizar a sociedade alemã como precondição para o sucesso da guerra[33]. Numa outra linha, Wilhelm Groener (antecessor de Seeckt e ministro dos transportes, entre 1920-23) considerava que o novo exército só poderia ser reconstruído depois de a Alemanha recuperar economicamente, um objetivo que dependeria da ajuda norte-americana. Depois de intensa discussão interna, o grupo de oficiais liderado por Stulpnagel instigou a uma reforma em torno da "guerra do povo" e da "guerra móvel". A guerra do povo era o meio mais "desesperado" para utilizar em "situações desesperadas" que virtualmente extinguia a diferença entre soldados e civis, e que transformava a população no meio principal da guerra[34]. A maioria dos oficiais da ala tradicional considerava que a única forma de ultrapassar as fraquezas alemãs era livrar-se das imposições do Tratado de Versalhes e aumentar os efetivos e os armamentos das forças armadas. Como consequência, o rearmamento (em segredo) passou a ser o aspeto mais importante nos anos seguintes[35].

Em meados dos anos 1920, a mecanização do exército estava englobada num amplo programa de modernização das forças armadas. Em finais de 1926, uma diretiva do estado-maior indicava que os *panzer* se deviam combinar apenas com forças com igual mobilidade e formar unidades independentes. Em 1927, Werner von Fritsch, chefe da divisão de operações do estado-maior, concluiu que as unidades *panzer* se transformariam na "arma ofensiva" mais importante se fossem concentradas em brigadas blindadas. Em 1929, foi dada prioridade ao esforço para criar, equipar e treinar unidades *panzer* capazes de atuar de forma independente. Com este conceito minimizava-se o papel das linhas da frente e reconhecia-se a importância da batalha na profundidade do adversário através de uma torrente de movimento auto sincronizado com artilharia autopropulsada e apoio aéreo ofensivo. Era também obrigató-

33 Stulpnagel pretendia um alinhamento entre os objetivos da guerra e a vontade do povo, pelo que era necessária uma mudança radical na política interna através da eliminação das restrições impostas pelo parlamento e da transformação da República num regime ultramilitarista. Isto era uma ideia muito diferente da ideia de autonomia das forças armadas conforme Seeckt pretendia. Para Stulpnagel tratava-se do tudo ou nada, era necessária uma vitória total sobre os inimigos, não havendo lugar a objetivos limitados (Diest, Wilhelm, "The road to ideological war: Germany 1918-1945", in Murray, Williamson; Knox, MacGregor; Bernstein, Alvin (Eds.) (2005), *The Making of Strategy*, Cambridge University Press, p. 358).

34 Geyer, "German Strategy…", pp. 555-8.

35 Bennett, Edward W., *German Rearmament and the West, 1932-1933*, Princeton, 1979, pp. 235-41; pp. 338-55.

rio reconhecer que o estilo de comando e controlo teria de mudar através da implementação de estruturas mais ligeiras apoiadas pelas comunicações sem fio. Em 1930, os jogos de guerra levados a cabo no estado-maior demonstravam que Alemanha não era capaz de conduzir uma guerra de atrito dependente do apoio da opinião pública, economia e logística. Em caso de guerra, esta deveria ser rápida e decisiva[36].

De facto, alguma da elite militar considerava que era necessária uma nova abordagem ao emprego de meios, que veio a ter em Heinz Guderian um elemento decisivo. Apesar das proibições de Versalhes, em 1922, acolheu com entusiasmo o estudo da motorização do exército. Isso levou-o a um estudo intensivo de livros e documentos, tornando-o numa autoridade em guerra blindada junto dos seus pares. O seu conhecimento era essencialmente teórico, mas Guderian tinha contactos com oficiais que tinham sido destacados para campos de treino militar na Suécia e em Kazan. Em 1929, levou a cabo jogos de guerra com miniaturas de viaturas para confirmar as suas leituras e contactos, concluindo que os *panzer* seriam a arma decisiva no futuro[37]. O segredo seria encontrar uma combinação de armas (*panzer*, infantaria, artilharia) apoiadas por aviação e apoio logístico adequados à velocidade de progressão. Este método, aplicado em grandes unidades, era capaz de paralisar um país, dada a confusão que criaria na profundidade dos adversários. Os comandantes, tirando partido da TSF, podiam comandar desde a frente[38]. Em finais de 1933, num boletim publicado pelo seu comando, Guderian visualizava as divisões *panzer* a realizar ataques simultâneos e independentes contra os flancos do adversário. A sua utilização em perseguição do adversário facilitava a sua destruição. Porém, considerava que essas forças não eram adequadas para conquistar territórios. O seu empenhamento em combate seria por períodos curtos em situações em que o tempo era fator primordial e com ordens de operações muito curtas. O princípio para o seu emprego era a concentração de unidades de *panzers* no ponto decisivo da operação[39].

No primeiro encontro com Hitler, em 1934, então chefe de estado-maior na Direção de Tropas Motorizadas, Guderian teve a oportunidade de lhe mostrar o que considerava serem os elementos a introduzir nas divisões *panzer*: combinações de motos, viaturas de transporte, viaturas de lagartas e *panzers*. Apesar de ser um projeto, Hitler mostrou-se entusiasmado, tendo afirmado que era o que "ele precisava" e o que "queria ter"[40]. Provavelmen-

36 Geyer, "German Strategy…".
37 Guderian, General Heinz, *Panzer Leader*, 2ª Ed., New York: Da Capo Press, 2002, p. 24.
38 Macksey, Kenneth, "Guderian", pp. 441-60.
39 Idem, *Guderian: Creator of the Blitzkrieg*, p. 46.
40 Guderian, *Panzer Leader*, pp. 29-30.

te, Hitler não pretendia nada mais do que ser simpático, porque estava rodeado de oficiais que favoreciam a primazia da infantaria e da artilharia, à semelhança da I Guerra Mundial. Por isso, Guderian teve de lutar nos "corredores do poder" para impor o seu projeto no Exército Alemão. Em 1935, conseguiu ver aprovada a sua petição para a criação de três divisões *panzer*, apesar da desconfiança de alguns dos generais próximos de Hitler[41].

Um outro fator importante no desenvolvimento das unidades *panzer* teria sido o "laboratório" espanhol. Este aspeto deve ser entendido, não tanto como "lições aprendidas", mas como deduções do que poderia ser, ou não, o emprego de forças blindadas. A maioria das experiências com material cedido por alemães, italianos e russos não se pode transpor diretamente para a *Blitzkrieg*. Em primeiro lugar, o número de veículos blindados em cada batalha não ultrapassava uma ou duas dezenas, em companhias ou batalhões diferentes. Em segundo lugar, a maior parte das guarnições não estava treinada para o combate blindado, especialmente do lado republicano. Em terceiro lugar, os blindados foram utilizados essencialmente em áreas e sob condições meteorológicas que desaconselhavam a sua utilização fora de itinerários[42]. Em quarto lugar, as posições atacadas por unidades com blindados estavam bem guarnecidas de armas anticarro, causando um enorme impacto no ataque antes da linha da frente[43]. Contudo, os alemães não estavam somente a ceder material aos nacionalistas. Estavam também a testar novas táticas, tendo sido enviados alguns oficiais em missões de assistência militar. Um deles, o general von Thoma, conseguiu impor uma nova abordagem ao general Franco, fazendo-o utilizar os blindados em unidades puras em vez de serem utilizados em apoio à infantaria como o líder nacionalista desejava[44]. Este teria sido um dos motivos para os sucessos das tropas nacionalistas, em Bilbao, em junho de 1937, e nas ofensivas de Aragão, do Ebro e da Catalunha, a partir de março 1938[45]. Não se tratava de utilizar blindados, mas de saber como o fazer de forma decisiva.

A dedicação ao desenvolvimento de unidades *panzer* e conceitos doutrinários para o seu emprego como a força decisiva culminou na publicação do

41 Macksey, "Guderian", pp. 441-60.

42 Sobre este ponto, Zaloga, Steven, *Spanish Civil War Tanks: The Proving Ground for Blitzkrieg*, pp. 40-6. No final deste livro, o autor propõe uma extensa bibliografia sobre as experiências alemãs na Guerra Civl de Espanha.

43 Sobre este ponto cf. Miksche, F. O. ,*Blitzkrieg*, London: Faber and Faber Limited, 1941, pp. 35-42; Zaloga, Steven, *Spanish Civil War Tanks: The Proving Ground for Blitzkrieg*, 2010, pp. 40-6.

44 Hart, *The German Generals Talk*, p. 92.

45 Miksche, *Blitzkrieg*, pp. 41-2.

livro *Achtung-Panzer,* que tinha como objetivo principal agregar oficiais do estado-maior que pretendessem adaptar a doutrina aos desenvolvimentos sociais, económicos e técnicos, tendo em conta os ensinamentos dos adversários da Alemanha[46]. Com o desenvolvimento dos blindados, Guderian propunha uma nova forma de combate que se basearia em princípios como a surpresa, massa e terreno adequado. A massa de blindados deveria ser concentrada em frentes estreitas onde se pretenderia obter a decisão, aproveitando o terreno mais adequado para a sua progressão e escalonamento. O movimento era apoiado pelos meios aéreos para se protegerem da aviação inimiga, obter e transmitir as informações necessárias para conduzir o combate na profundidade do adversário e transportar paraquedistas para dificultarem a ação das reservas e controlar terreno importante. Só assim se pode atacar o inimigo em toda a profundidade e provocar-lhe a paralisia[47]. Este foi o método que os alemães utilizaram com mestria, em 1940, em França, imortalizado pelo primeiro-ministro francês Paul Reynaud num discurso ao Senado, em 21 de maio: "A verdade é que a nossa conceção clássica de guerra teve de enfrentar uma nova. Não é só a utilização massiva de divisões blindadas com apoio de aviões, mas a criação da desordem nas nossas retaguardas com paraquedistas, informações e ordens falsas transmitidas por telefone às autoridades civis"[48].

* *

A *Blitzkrieg*, que teve início na Polónia e seria mitificada em França, deve muito do seu sucesso à tradição militar prussiana, especialmente a Helmuth von Moltke. Durante o período em que dominou o pensamento estratégico e militar alemão (década de 1860), o foco da formação dos oficiais de estado-maior orientou-se na excelência tática. Os assuntos do Estado estavam muito para além das suas preocupações e interesses. O modelo de combate da era Moltke era baseado nos conceitos da guerra napoleónica[49] melhorada com as inovações da era industrial. Os oficiais de estado-maior acreditavam que as guerras do futuro seriam caraterizadas por ações militares rápidas e decisivas[50]. O seu principal elemento de estudo era a guerra ao nível tático e operacional, cujo patrono foi Moltke, deixando de parte o que Clausewitz

46 Guderian, *Achtung Panzer*, p. 24.
47 Ibidem, pp. 200-11.
48 Apud Miksche, *Blitzkrieg*, p. 23.
49 Manobra rápida e concentração de forças para a batalha decisiva.
50 Cf. Herwig, Holger H., "The Prussian Model and Military Planning Today", *Joint Forces Quarterly* (Spring 1998), p. 69.

tinha legado à sua geração. Esta abordagem teria um enorme impacto no pensamento estratégico (militar) alemão até ao final da II Guerra Mundial.

O intelecto de Moltke, iluminado por anos de estudo, permitiu-lhe compreender claramente os desafios estratégicos que a Prússia enfrentava, particularmente no que respeita ao exercício do poder militar. Considerava que a Prússia estava rodeada de adversários e que não dispunha de recursos para alimentar grandes exércitos que se podiam perder na guerra. Por conseguinte, a batalha de atrito não era o método adequado, nem mesmo a troca de tempo por espaço pela sua extensão ao territorial[51]. Moltke tinha uma aproximação à guerra que tinha semelhanças com a de Clausewitz quanto aos atributos da guerra, essencialmente os que se relacionam com a fluidez, caos e desordem que desaconselhavam o estabelecimento de dogmas[52]. Como consequência, oficiais bem treinados e com experiência, capazes de improvisar e com autoridade para agir de forma independente quando enfrentam situações novas, teriam maior probabilidade de sucesso do que aqueles que se guiavam pelos dogmas doutrinários. Pelo menos, essa capacidade é traduzida num importante elemento no campo de batalha: velocidade.

Moltke estava convencido que para uma nação vencer a guerra era necessário velocidade e ação decisiva, com as quais era possível destruir o adversário. Uma vez decidido entrar em guerra, o aniquilamento do adversário era o caminho mais correto para a vitória, não era o exercício de qualquer outro instrumento de poder[53]. Portanto, Moltke, que durante mais de trinta anos foi o chefe de estado-maior, considerava a primazia do movimento de forças segundo a tradição napoleónica, utilizando os melhores eixos de progressão para se deslocar e concentrar na batalha decisiva. Tal como Clausewitz, considerava a defesa como a forma mais pujante do combate, mas considerava que a melhor defesa de uma nação era dispor de um exército bem treinado e com mobilidade suficiente para agir pela ofensiva, através da combinação de ataques frontais com envolvimentos sobre o adversário[54].

Após a vitória sobre a França, em 1871, a nova Alemanha unida entrou num período de paz que durou quarenta anos. Durante este período, a liderança política e militar teve a oportunidade para ponderar qual a melhor maneira de defender o país. Moltke, que sabia que a Alemanha não tinha recursos para

51 Hughes, Daniel J. (Ed), *Moltke. On the Art of War: Selected Writings*, NY: Ballantine Books, 1995, pp. 124-8.

52 Cf. Ibidem, p. 124; Cf. Echevarria, Antulio J., "Moltke and the German Military Tradition: His Theories and Legacies," *Parameters* (Spring 1996), p. 92.

53 Hughes, *Moltke...*, pp. 125-6.

54 Hughes, *Moltke...*, pp. 68-9.

guerras longas, era apologista de uma aproximação baseada em guerras rápidas e decisivas. Tendo como máxima de que nenhum plano sobrevive ao primeiro contacto com o grosso das forças do adversário, considerava que a estratégia não era mais do que um conjunto de expedientes que se devia focalizar na mobilização, transporte e projeção de forças controlados por um estado-maior que explorasse os caminho-de-ferro e o telégrafo[55].

As ideias de Moltke estavam alinhadas com o programa dos cursos da Academia Militar prussiana, em meados do século XIX. O sistema educacional militar teve origem no período das guerras napoleónicas, estando diretamente ligadas às derrotas contra Napoleão. Envolveu uma série de reformas lideradas por uma elite militar em que se destaca David Gerhard von Scharnhorst, que se traduziu numa alteração de currículos e da seleção de oficiais. No final do século XVIII, os oficiais eram recrutados tendo em conta a sua origem nobre, sem olhar às suas capacidades. Durante as guerras napoleónicas, em 1808, foi promovido o recrutamento baseado na capacidade em vez do estrato social. A criação da Academia Militar (*Allgemeine Kriegsschule*), em Berlim, em 1810, por Scharnhorst, tinha também como objetivo ombrear com a Universidade de Humboldt, com um rigoroso currículo de disciplinas como geografia, artilharia, física, química, para além de estudos de tática e estratégia[56]. A reforma teve também impacto na reorganização do estado-maior da Prússia, em 1823, que assim podia dispor de oficiais mais bem instruídos e treinados para apoio aos seus comandantes. O currículo do curso que Moltke frequentou sob o comando de Clausewitz (1818-1830), tinha uma duração de três anos (1823-26) e demonstrava a preocupação em dar aos oficiais uma formação de "banda larga" que passava pelos estudos militares, matemática, literatura e língua estrangeira. Entre 1872 e 1882, o currículo não sofreu alterações significativas, mas na viragem do século é curioso notar a aparente expansão dos estudos de tática em todos os três anos do curso[57]. É certo que a atividade da guerra se relaciona essencialmente com o nível tático e operacional. Também parece lógico este enfoque no seguimento da mitificação criada com as vitórias da unificação da Alemanha e da guerra Franco-Prussiana, entre 1864 e 1871. Por isso, enquanto o papel do estado-maior se sacralizou, os aspetos políticos e diplomáticos foram relegados para segundo plano[58].

55 Ibiem, p. 124.

56 Cf. Clemente, Steven E., *For King and Kaiser: The Making of the Prussian Army Officer*, Westport, CT: Greenwood Press, 1992, p. 39; p. 176.

57 Clemente, *For King and Kaiser*, pp. 175-6.

58 Herwig, Holger H. "Strategic uncertainties of nation-state: Prussia-Germay, 1871-1918". In Murray, Williamson; Knox, MacGregor; Bernstein, Alvin (Eds), *The Making of Strategy: Rulers States and Wars*, Cambridge University Press, 2005. p. 243.

Apesar de algumas exceções, como Hans Delbruck, a elite militar alemã estava muito mais preocupada com o nível tático do que com os assuntos de estratégia e política. Moltke, que foi a referência militar principal na segunda metade do século XIX, apesar de conhecer a importância e o significado da estratégia, estava muito mais confortável com a tática. Por isso, a geração de oficiais por si influenciada, e que viria a ter papel determinante na I Guerra Mundial e a influenciar a geração que participou na II Guerra Mundial, considerava a tática muito mais apelativa do que a estratégia e a política. Por conseguinte, a emergência da Alemanha como a principal potência europeia ficava ligada a uma importante lacuna na cultura estratégica. A liderança militar, que tinha uma enorme influência na sociedade civil e política alemã, analisava o ambiente numa perspetiva meramente militar. A desconexão entre as autoridades políticas e militares resultou em planos estratégicos desenvolvidos pelo estado-maior que não tinham nada de estratégico, sendo apenas planos operacionais. A II Guerra Mundial viria a demonstrar o mesmo, depois dos sucessos operacionais na Polónia e em França.

* *

Guderian foi também um excelente exemplo da tradição militar prussiana, que desde o século XIX enfatizava o espírito crítico, a iniciativa e a intrepidez nos oficiais. Só assim se pode compreender o desenvolvimento de uma aproximação ao comando e ao controlo, normalmente designado de "controlo diretivo" que tem as suas bases no conceito *Auftragstaktik*. O conceito não foi introduzido por decreto no exército, mas foi o fruto de uma lenta maturação que remonta às derrotas do Exército Prussiano contra Napoleão. As reformas iniciais, especialmente orientadas aos comandantes das grandes unidades, traduziram-se na abolição doutrinária da conduta metódica na batalha, tornando-se mais importante a iniciativa e a independência intelectual. Contudo, continuava a impor-se a rigidez tática aos mais baixos escalões[59].

Moltke foi também o principal responsável pela introdução do *Auftragstaktik* no exército germânico. Considerava que as rápidas mudanças da situação na guerra contrariavam os planos detalhados e privilegiavam orientações baseadas em princípios e pontos de vista genéricos. A vantagem que as novas situações apresentavam só poderiam ser completamente exploradas se os comandantes subordinados não estivessem à espera de ordens[60]. As guerras Austro-Prussiana (1866) e a Franco-Prussiana (1871) testemunharam a neces-

59 Widder, Major General Werner, "Auftragstaktik and Innere Fuhrung: Trademarks of German Leadership", *Military Review* (September-October 2002), pp. 3-4.

60 Hughes, *Moltke...*, pp. 382-4.

sidade de dispersão das forças devido ao aumento da letalidade das armas. Os comandantes das divisões, regimentos e batalhões não conseguiam observar nem controlar as suas forças em detalhe, em virtude da evolução técnica do armamento, que cada vez mais potenciava o combate em ordem dispersa. Os comandantes mais jovens eram obrigados a empregar as suas forças em situações que exigiam rapidez sem as ordens dos seus escalões superiores, ou seja, decidir em situações que eram normalmente da responsabilidade dos comandantes superiores. Frequentemente, os resultados eram desastrosos por não estarem treinados para essa tarefa. Consequentemente, o Exército Prussiano estudou o problema para procurar o obter soluções adequadas à necessidade de iniciativa e ação independente dos comandantes subalternos[61]. Em 1888, foi emitido um regulamento de técnicas e perícias para a infantaria, em que se expressava a necessidade de dar orientações genéricas sobre o que fazer, deixando liberdade de ação aos subordinados para escolher como fazer. Esta aproximação tinha como objetivo estimular a iniciativa para julgar cada situação de forma distinta. No início da I Guerra Mundial este conceito estava já enraizado no pensamento militar alemão, tendo-se desenvolvido ainda mais durante a guerra[62]. A necessidade de desenvolver a iniciativa estava em plena consonância com a perceção que os alemães tinham dos atributos da guerra apresentados por Clausewitz: fluidez, dimensão humana, desordem, fricção. O recrutamento de oficiais junto das classes médias prussianas, fortemente influenciadas pelas ideias liberais, veio facilitar o desenvolvimento desta abordagem. Um oficial britânico que serviu no estado-maior prussiano, notou que os seus camaradas alemães oriundos da classe média tinham um espírito muito mais aberto do que os oficiais oriundos de famílias nobres[63]. Porém, esta aproximação tinha também detratores, uma vez que era considerado um perigo para a disciplina militar, não tendo sido muito fácil a sua completa inclusão no pensamento militar alemão.

Seja como for, um dos conceitos mais importantes no sucesso da *Blitzkrieg*, o *Aufrollen*, dependia essencialmente do *Auftragstaktik*. *Aufrollen*, que literalmente significa "empurrar para a frente", é o conceito que descreve a irradiação de forças a partir do eixo de penetração das defesas adversárias e que serve essencialmente para proteger a força principal dos contra-ataques. Conduzir esse movimento no interior e na retaguarda da defesa do adversário requeria unidades independentes e capazes de combater sem apoios da

61 Sobre estes desafios, consultar Bernhardi, Frederick von, *Cavalry in Future Wars*, New York: E. P. Dutton and Company, 1906, p. xxviii; pp. 72-3; p. 115; p. 224; p. 236.

62 Nelsen II, John T., "Auftragstaktik: A Case for Decentralized Battle, *Parameters* (September 1987), pp. 22-3.

63 Clemente, *For King and Kaiser*, p. xiii; p. 215.

unidade mãe. Por isso, essas unidades tinham de ser comandadas por oficiais que aceitassem que os seus subordinados tivessem a iniciativa para aproveitar as oportunidades que lhes surgissem[64].

* *

Como se pretendeu evidenciar, o surgimento da *Blitzkrieg* (ou modelo alemão de fazer a guerra) deveu-se essencialmente à combinação de condições únicas: os efeitos de uma tradição militar prussiana que privilegiava a excelência tática, porque considerava que a guerra era essencialmente um assunto de militares; aos contactos com os militares russos como mecanismo de evitar que as potências aliadas acusassem a Alemanha de romper as obrigações impostas pelo Tratado de Versalhes; ao papel que alguns militares alemães desempenharam na insistência da necessidade de desenvolver o projeto de motorização do Exército Alemão para resolver uma guerra com o mínimo de recursos possível.

Destas condições, relevamos os contactos com os militares soviéticos que estavam alertados para as novas aproximações propostas por Tukhachevskii, uma vez que a similaridade entre a *Blitzkrieg* e "batalha em profundidade" nos leva a afirmar que eram as faces de uma mesma moeda: a tentativa de resolver os desafios que a I Guerra Mundial tinha revelado nos campos de batalha, especialmente a sobreposição do fogo à manobra no combate tático. A campanha da Polónia e, essencialmente, a da França testemunharam de um novo método de combate que parecia muito superior ao dos seus adversários e que permitiu que Hitler considerasse ter a chave para derrotar Estaline. Contudo, o sucesso na França, que é utilizado como o grande modelo para a *Blitzkrieg*, só foi possível pela audácia dos planos alemães e do elevado risco que se correu. Novas doutrinas e novos equipamentos não são suficientes para alterar significativamente as dinâmicas do campo de batalha. É necessário ter os comandantes certos nos momentos e locais certos.

Seja como for, a *Blitzkrieg*, que Hitler pretendia utilizar para demonstrar a supremacia militar alemã, foi uma das principais causas para o fim do Reich quando aprovou o plano para a *Operação Barbarossa*.

Bibliografia

Addington, Larry H., *The Blitzkrieg Era and the German General Staff, 1865-1941*, N. J.: New Brunswick, 1971.

64 Cf. Miksche, *Blitzkrieg*, pp. 52-4; Cf. Lind, *Maneuver Warfare*, p. 78.

Alexander, Don W., "Repercussions of the Breda Variant", *French Historical Studies* 8(3), pp. 459-488.

Barkawi, Tarak, "From War to Security: Security Studies, the Wider Agenda, and the Fate of the Study of War", *Millennium – Journal of International Studies* (March 2011), pp. 1-16.

Bennett, Edward W., *German Rearmament and the West, 1932-1933*, Princeton, 1979.

Bernhardi, Frederick von, *Cavalry in Future Wars*, New York: E. P. Dutton and Company, 1906.

Boot, Max, *War Made New: Technology, Warfare, and the Course of History, 1500 to Today*, New York: Gotham Books, 2006.

Carr, Edward Hewlett, *The Russian Revolution: From Lenin to Stalin*, NY: The Free Press, 1979.

Carsten, F. L., *The Reichswher and Politics, 1918 to 1933*, Los Angeles, CA: University of California Press, 1974.

Clemente, Steven E., *For King and Kaiser: The Making of the Prussian Army Officer*, Westport, CT: Greenwood Press, 1992.

Cooper, Jeffrey R., *Another View of the military Revolution in Military Affairs*, Carlisle Barracks, PA: U.S. Army War College, Strategic Studies Institute, 1994.

Corum, James S., *The Roots of Blitzkrieg: Hans von Seeckt and the German Military Reform*, KS: University Press of Kansas, 1992.

Corum, James, "Airpower Thought in Continental Europe between the Wars". In Meilinger, Col. Phillip S. (Eds.), *The Paths of Heaven: The Evolution of Airpower Theory*, Maxwell Air Force Base: Air University Press, 1997, pp. 150-81.

Craig, Gordon A., "The Political Leader as a Strategist". In Paret (Ed.), *Makers of Modern Strategy: from Machiavelli to the Nuclear Age*, Princeton University Press, 1986, pp. 481-509.

Diest, Wilhelm, "The road to ideological war: Germany 1918-1945". In Murray, Williamson; Knox, MacGregor; Bernstein, Alvin (Eds.) (2005), *The Making of Strategy*, Cambridge University Press, pp. 352-392.

Echevarria, Antulio J., "Moltke and the German Military Tradition: His Theories and Legacies," *Parameters* (Spring 1996), pp. 91-99.

Fitzsimmonds, James R. and Jan M. Van Tol, 'Revolutions in Military Affairs', *Joint Force Quarterly* (Spring 1994), pp. 24-31.

Fuller, J. F. C., *Tanks in the Great War*, New York: E. P. Dutton and Company, 1920.

Gat, Azar, *British Armour Theory and the Rise of the Panzer Arm: Revising the Revisionists*, London: Macmillan, 2000.

Geyer, Michael, "German Strategy in the Age of Machine Warfare, 1914-45". In Paret (Ed.), *Makers of Modern Strategy: from Machiavelli to the Nuclear Age*, Princeton University Press, 1986, pp. 527-97.

Guderian, General Heinz, *Panzer Leader*, 2ª Ed., New York: Da Capo Press, 2002.

Guderian, Heinz, *Achtung Panzer!: The Development of Tank Warfare*, London: Cassel Military, 2007.

Hart, Liddel, *The Current Of War*, 2nd Impression, London: Hutchinson & CO. (Publishers) Ltd. (s.a.)

Hart, Liddell B., *The German Generals Talk: Strarling revelations from Hitler's high command*, NY: Perennial, 2002.

Herwig, Holger H., "The Prussian Model and Military Planning Today", *Joint Forces Quarterly* (Spring 1998), pp. 67-75.

Herwig, Holger H. "Strategic uncertainties of nation-state: Prussia-Germay, 1871-1918". In Murray, Williamson; Knox, MacGregor; Bernstein, Alvin (Eds), *The Making of Strategy: Rulers States and Wars*, Cambridge University Press, 2005, pp. 242-277.

Hobson, Rolf, "Blitzkrieg, the Revolution in Military Affairs and Defense Intellectuals", *Journal of Strategic Studies*, 33 (4), pp. 625-643.

Hooker, Richard D., *Maneuver Warfare: An Anthology*, Novato, CA: Presidio Press, 1993.

Hughes, Daniel J. (Ed), *Moltke. On the Art of War: Selected Writings*, NY: Ballantine Books, 1995.

Hundley, Richard O., *Past Revolutions, Future Transformations: What Can the History of Revolutions in Military Affairs Tell Us About Transforming the US Military?*, Santa Monica, CA: RAND, 1999.

Krepinevich, Andrew F., 'Cavalry to Computer: The Pattern of Military Revolutions', *The National Interest* (1994), pp. 30-42.

Krepinevich, Andrew F., *The Military-Technical Revolution: a Preliminary Assessment*, Washington DC: Center for Strategic and Budgetary Assessments, 2002.

Laub, Thomas J., *After he Fall: German Policy in Occupied France, 1940-1944*, NY: Oxford Press, 2001.

Leonhard, Robert R., *The Art of Maneuver: Maneuver-Warfare Theory and Airland Battle*, Novato, CA: Presidio Press, 1991.

Lind, William S., *Maneuver Warfare Handbook*, Westview Special Studies in Military Affairs, Boulder, CO: Westview Press, 1985.

Nelsen II, John T., "Auftragstaktik: A Case for Decentralized Battle, *Parameters*, (September 1987), pp. 21-34.

Macksey, Kenneth, "Guderian". In Barnet, Corelli (Ed.), *Hitler's Generals*, London: Weidenfeld and Nicholson, 1989.

Manstein, Erich von, *Lost Victories*, St. Paul, MN: Zenith Press, 2004.

Metz, Steven e James Kiewit, *Strategy and the Revolution in Military Affairs: From Theory to Policy*, Carlisle Barracks, PA: U.S. Army War College, Strategic Studies Institute.

Miksche, F. O. ,*Blitzkrieg*, London: Faber and Faber Limited, 1941.

Mosier, John, *The Blitzkrieg mith. How Hitler and the Allies Misread the Strategic Realities of World War II*, New York: Hapercollins Publisher.

Murray, Williamson, 'Armoured Warfare: The British, French and German Experiences'. In Murray, Williamson and Allan R. Millett (eds.), *Military Innovation in the Interwar Period*, Cambridge: CUP 1996, pp. 6-49.

Rogers, Clifford J. and Williamson Murray, 'May 1940: Contingency and Fragility of the German RMA'. In Knox, MacGregor and Williamson Murray (eds.), *The Dynamics of Military Revolution, 1300-2050*, Cambridge: CUP, 2001, pp. 154-174.

Simpkin, Richard, *Deep Battle: The Brainchild of Marshal Tukhachevskii,* London: Brassey's Defence Publishers, 1987.

Strachan, Hew, *European Armies and the Conduct of War*, London: Allen & Unwin, 1983.

Simpkin, Richard, *Race to the Swift: Thoughts on Twenty-First Century Warfare,* London: Brassey's Defence Publishers, 1985.

Widder, Major General Werner, "Auftragstaktik and Innere Fuhrung: Trademarks of German Leadership", *Military Review* (September-October 2002), pp. 3-9.

Zaloga, Steven, *Spanish Civil War Tanks: The Proving Ground for Blitzkrieg*, 2010.

Revista Militar
N.º 6/7 – junho/julho 2014
pp. 649-658



Coronel Nuno Miguel Pascoal Dias Pereira da Silva*

I – Crónicas Militares Nacionais

FINABEL – Reunião do Comité de Chefes de Estado Maior/Reunião do Comité de Peritos Militares Principais em Chipre

A *National Guard* de Chipre que, como membro da FINABEL, assegurou a presidência durante o ano de 2013/2014, organizou a reunião de 2014 do Comité de Chefes de Estado-Maior (CEM), a segunda reunião de 2014 do Comité de Peritos Militares Principais (PMP) e uma Conferência de Alto Nível entre a FINABEL e a Agência Europeia de Defesa, eventos que decorreram no período de 7 a 9 de abril de 2014, em Nicósia.

Estiveram presentes representantes dos dezassete Estados membros da FINABEL. A representação portuguesa foi constituída pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Hernandez Jerónimo, pelo Diretor de Doutrina e Perito Militar Principal (PMP) para a FINABEL, Major-General Cardoso Perestrelo, pelo Adjunto do PMP para a FINABEL e Major Silva Bartolomeu. Tendo sido avaliados os resultados da atividade desenvolvida na FINABEL no último ano, foi aprovado para debate e estudo, em 2014 e 2015, o tema genérico de «*The future role of Land Forces*».

Na reunião, foram tomadas decisões concernentes à dinamização da cooperação com outras organizações, tendo em vista proporcionar uma maior

* Secretário da Assembleia Geral da Revista Militar.

visibilidade da FINABEL e potenciar a adesão de novos membros. No seguimento da rotação, definida por períodos de um ano, caberá à Eslováquia assumir a presidência da FINABEL até à próxima reunião do Comité de CEM, em 2015. Seguir-se-ão Malta, em 2015/2016, e Portugal, em 2016/2017.

"Strategic Decision Making Course & Exercise on Cyber Crisis Management"

Decorreu, entre 12 e 14 de maio de 2014, nas instalações do Instituto da Defesa Nacional e da Academia Militar, o curso internacional "*Strategic Decision Making Course & Exercise on Cyber Crisis Management*".

Esta iniciativa conjunta do Ministério da Defesa Nacional e do Ministério da Defesa da Estónia foi organizada pelo Instituto da Defesa Nacional, pela Academia Militar e pela "*MTU European Cyber Security Initiative*" da Estónia, sob os auspícios da Agência Europeia de Defesa**.**

Exercício "TRIDENT JAGUAR 14"

Decorreu, entre 2 a 17 de maio de 2014, a fase de execução do exercício "Trident Jaguar 14", a bordo do navio *USS Mount Whitney*. O navio largou a 2 de maio de Lisboa, esteve ao largo da ilha de Menorca (Espanha), entre 9 e 10 de maio, para o *Distinguished Visitor's Day* com 67 altas entidades e atracou em Gaeta (Itália), a 16 de Maio.

O exercício teve como objetivo a certificação da *Naval Striking and Support Forces NATO* (STRIKFORNATO-SFN), sediada em Oeiras, como o primeiro Comando Conjunto Expedicionário Marítimo JHQ (ME). Dos 278 militares e civis que estiveram no exercício, excluindo a tripulação do referido do navio, 28 eram portugueses (24 militares dos três ramos das Forças Armadas e 4 civis).

Comemorações do Dia da Marinha

As comemorações do Dia da Marinha realizaram-se de 13 a 20 de maio em Cascais, em homenagem ao grande feito de Vasco da Gama que, a 20 de Maio de 1498, pela primeira vez na história, ligou por via marítima a Europa ao oriente, e integradas nos 650 anos da elevação de Cascais a vila. As comemorações englobaram uma semana de atividades militares, culturais, religiosas e desportivas.

Visita do Ministro da Defesa da República da Tunísia ao Instituto Geográfico do Exército

No passado dia 20 de maio de 2014, o Instituto Geográfico do Exército (IGeoE) recebeu a visita do Ministro da Defesa Nacional da República Tunisina (MDN/RT), Dr. Ghazi Jeribi.

A visita iniciou-se com a cerimónia de receção às Altas Entidades presentes, com as honras militares regulamentares. De seguida, o General Chefe do Estado-Maior do Exército deu as boas-vindas à comitiva tunisina, após o que o Diretor do IGeoE efetuou a apresentação sobre a missão e estrutura orgânica do Exército Português, bem como do IGeoE, evidenciando as capacidades existentes, os projetos em desenvolvimento e a mostra de produtos cartográficos produzidos, terminando com uma especial referência às atividades de cooperação técnica bilateral já concretizadas com a República Tunisina.

Da visita fez também parte a passagem pelas áreas do IGeoE que mais interesse têm suscitado nas ações de cooperação técnica bilateral, desde o ano de 2005, nomeadamente, o laboratório de fotogrametria, o departamento de conceção e desenvolvimento de projetos e, no âmbito da topografia e geodesia, a estação de controlo da rede SERVIR (Sistema de Estações de Referência GNSS Virtuais).

A visita terminou com assinatura do Livro de Honra do IGeoE, onde o MDN/RT manifestou o agrado e interesse proporcionado pelo que lhe foi dado a assistir e observar, enaltecendo o conhecimento técnico e capacidades existente no IGeoE, exortando para que se mantenham e, se possível, intensifiquem as relações entre o Instituto e o CNCT (Centro Nacional de Cartografia e Teledeteção), seu congénere tunisino.

250º Aniversário de Francisco António Ciera

No dia 21 de maio de 2014, a Direção de História e Cultura Militar, em parceria com a Rota Histórica para as Linhas de Torres e os Correios de Portugal-CTT, organizou um evento alusivo a Francisco António Ciera, personalidade que influenciou muitas vertentes do saber, da matemática à astronomia, da geografia à geodesia, da cosmografia à cartografia e das transmissões à metrologia.

A cerimónia foi presidida pelo Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, Tenente-general António Carlos de Sá Campos Gil, e do seu programa fizeram parte uma conferência e uma exposição temática alusiva ao homenageado,

bem como o pelo lançamento de um Inteiro Postal temático por parte dos CTT.

A conferência foi moderada pelo General Amadeu Garcia dos Santos e contou com duas palestras, a primeira proferida pela Prof Doutora Maria Helena Dias (Professora Universitária e estudiosa de Cartografia e Geodesia), cujo tema foi "Francisco Ciera & a Configuração da Carta de Portugal", sendo a segunda da autoria do Coronel Engenheiro de Transmissões Jorge Costa Dias, subordinada ao tema "Francisco António Ciera e o Corpo Telegráfico".

O patrocínio técnico/científico deste evento foi protagonizado pelo Instituto Geográfico do Exército, pela Comissão da História das Transmissões e pela Direção de Infraestruturas do Exército, através do seu Gabinete de Estudos Arqueológicos.

Integração dos Museus Militares do Porto e de Elvas na Rede Portuguesa de Museus

No passado dia 22 de maio de 2014, pelo despacho Nº 6946/2014 do Secretário de Estado da Cultura, Dr. Jorge Barreto Xavier, o Museu Militar do Porto e o Museu Militar de Elvas passaram a integrar a Rede Portuguesa de Museus. O processo de credenciação que permitiu a integração dos dois museus militares na referida rede nacional decorreu em estreita colaboração com a Direção Geral do Património Cultural, visando impulsionar a harmonização das regras e normas dos Museus Militares no âmbito da Lei-Quadro dos Museus no que concerne, nomeadamente, à requalificação das funções museológicas, classificação de bens culturais móveis de valor museológico, controlo de acervos, melhoria da função social e educativa e melhoria da comunicação com o público, procurando dar aos museus referenciais de cariz nacional.

Exercício "Morsa 14", da Zona Militar da Madeira

Integrado no programa de Treino Operacional para 2014, decorreu, no período de 26 a 30 de maio de 2014, o Exercício do tipo FTX/LIVEX *"MORSA 14"*, na região do Paul da Serra, subordinado ao tema *"Participação das Unidades e Órgãos da ZMM em ações de Proteção Civil"*.

Além das Forças e Meios da Zona Militar da Madeira (ZMM), o exercício contou com a colaboração de diversos agentes de Proteção Civil, designadamente do Serviço Regional de Proteção Civil (SRPC), IP-RAM, das corporações

de Bombeiros Voluntários da Calheta, de S. Vicente e Porto Moniz, do Corpo de Polícia Florestal, da Guarda Nacional Republicana e do Aeroclube da Madeira, que demonstrou as potencialidades dos seus UAV's *(Unmanned Aerial Vehicle)* nas operações de busca, em zonas remotas e de difícil acesso.

No dia 29 de maio, ocorreu o *Distinguished Visitor's Day,* durante o qual foi apresentado um brífingue sobre as finalidades e objetivos do exercício, culminando com uma demonstração da Capacidade de Resgate em Montanha da ZMM, em atuação conjunta com as equipas do SRPC, IP-RAM.

Das diversas entidades presentes destacam-se as presenças do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira, Juiz Conselheiro Ireneu Cabral Barreto, do Secretário Regional da Educação e Recursos Humanos, Dr. Jaime Freitas, e do Secretário Regional dos Assuntos Sociais, Dr. Jardim Ramos.

XV Reunião de Ministros da Defesa da CPLP, sob a presidência Portuguesa

Os Ministros da Defesa da CPLP de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, estiveram reunidos, no dia 26 de maio, na Fortaleza de S. Julião da Barra, em Oeiras.

No final da conferência de imprensa todos os responsáveis pela Defesa dos países da CPLP expressaram o seu voto conjunto para que a Guiné-Bissau enverede, agora, "por um caminho de paz, de estabilidade e de consolidação do Estado de direito democrático", perante os resultados das últimas eleições.

Inserida no âmbito do programa da XV Reunião dos Ministros da Defesa da CPLP, o Ministro da Defesa Nacional, Dr. José Pedro Aguiar-Branco, acompanhado pelos seus homólogos da CPLP, efetuou uma visita ao Navio Patrulha Oceânico (NPO) "Viana do Castelo", na Base Naval de Lisboa, no Alfeite, no dia 4 de junho, a qual ficou assinalada pelo embarque de uma guarnição composta por militares destes países, para uma missão de treino, durante dois meses, num navio da mesma classe.

Portugal e Espanha preparam novo acordo bilateral na área da defesa

O IV Conselho Luso-Espanhol de Segurança e Defesa decorreu, no dia 4 de junho, no âmbito da XXVII Cimeira Luso-Espanhola em Vidago, Chaves.

No âmbito desta cimeira reuniu-se também o IV Conselho Luso-Espanhol de Segurança e Defesa, tendo estado presentes os Ministros da Defesa de Portugal e Espanha, respetivamente, Dr. José Pedro Aguiar-Branco e Don Pedro Morenés Eulate, e o Primeiro-ministro português e espanhol, respetivamente, Dr. Pedro Passos Coelho e Mariano Rajoy.

Na sequência desta reunião, o Primeiro-ministro português comunicou que os governos de Portugal e Espanha estão a trabalhar na negociação de "um novo acordo bilateral de defesa". Referiu-se, ainda, ao "degradar da situação de segurança no continente europeu", aludindo à atual situação da Ucrânia, afirmando que esta questão representa "uma séria ameaça à estabilidade euro-atlântica", e à ameaça que representa a instabilidade que atualmente reina na maioria dos países do Sul do Continente Europeu. Neste último domínio referiu-se mais especificamente à situação no Sahel e no Golfo da Guiné e às respetivas consequências para a segurança europeia, tendo os dois países reafirmado a necessidade de melhorar a atuação conjunta, especialmente no Golfo da Guiné.

No que diz respeito à Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia, o Primeiro-ministro português destacou ainda a importância, para ambos os países, da definição duma Estratégia Europeia de Segurança Marítima para a União Europeia, que se prevê seja apresentada e aprovada na Cimeira de julho do corrente ano.

Seminário "O desenvolvimento de capacidades na Força Aérea Portuguesa e as potenciais oportunidades para a Indústria Portuguesa"

Organizado pela Força Aérea Portuguesa e pela EMBRAER, teve lugar na Academia da Força Aérea, em Sintra, no dia 4 de junho, o Seminário "O desenvolvimento de capacidades na Força Aérea Portuguesa e as potenciais oportunidades para a Indústria Portuguesa".

O Seminário contou com as presenças da Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional (SEADN), Dr.ª Berta Cabral, do Secretário de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade, Mestre Pedro Gonçalves, do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, General José António de Magalhães Araújo Pinheiro, do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea do Brasil, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito e do presidente da EMBRAER para a Europa, África e Médio Oriente, Eng.º Luiz Fernando Fuchs.

Fragata portuguesa integrada na EUROMARFOR

A Fragata Vasco da Gama largou da Base Naval de Lisboa, em 5 de junho, dirigindo-se para a Base Naval de Rota, no sul de Espanha, onde ocorreu a integração na "Força Tarefa da EMF".

O objetivo do MCE14 visa testar a interoperabilidade entre as unidades da EUROMARFOR e da Marinha Real Marroquina em diversas áreas das operações navais, como sejam a busca e salvamento marítimo, segurança marítima, comunicações e manobras e evoluções, contribuindo desta forma para a segurança e estabilidade na faixa marítima entre o Sul da Europa e o Norte de África. Este exercício incluiu uma visita a Casablanca (Marrocos), de 9 a 11 de junho, e foi dividido em duas fases:

– Fase de terra: com os navios da EMF atracados em Casablanca, onde decorreram reuniões setoriais, palestras e ações de formação para militares da Marinha Real Marroquina.

– Fase de mar: que decorreu de 11 a 13 de junho e contou com a participação de uma unidade naval marroquina, a operar em conjunto com a força tarefa da EMF.

A EUROMARFOR é uma Força Marítima Europeia que visa a segurança e defesa da União Europeia em ambiente marítimo, através da condução de operações navais, aéreas e anfíbias. A sua composição depende da missão atribuída.

A EUROMARFOR foi criada em 1995 pela França, Itália, Portugal e Espanha na sequência da Declaração de Petersberg (1992). As quatro nações fundaram uma Força Marítima Multinacional com capacidade para ser empregue de forma independente ou em conjunto com outras forças em missões humanitárias ou de evacuação de não combatentes, de manutenção de paz e de combate. A EUROMARFOR é uma força naval multinacional, não permanente, podendo ser ativada num prazo máximo de cinco dias.

Cerimónia Militar comemorativa do Dia de Portugal, 10 de junho de 2014

O Presidente da República, Prof. Doutor Aníbal Cavaco Silva, presidiu à Cerimónia Militar comemorativa do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, que se realizou no Parque Urbano do Rio Diz, na Guarda, tendo, na qualidade de Comandante Supremo das Forças Armadas, proferido o discurso que se transcreve:

"Nesta cidade que fez do granito o seu corpo e alma, que viu atribuída a nobre função de defesa da Nação que se formava, comemoramos hoje o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

A toponímia da Guarda, de origem visigoda, significa vigia e sentinela. Foi essa a grande missão que desempenhou durante séculos, desde os alvores da nacionalidade.

A sua importância, rapidamente reconhecida, desencadeou um conjunto de decisões de povoamento e fortificação que revelam, à época, uma visão estratégica notável, mobilizando a vontade de uma gente determinada em manter a sua terra sob a tutela do reino. Uma vontade e uma determinação sempre confirmadas ao longo da nossa História.

Militares,

Este ano, evocamos o centenário do início da Primeira Grande Guerra. Importa recordar todos aqueles que sucumbiram e se sacrificaram ao serviço da Nação nos campos de Batalha da Flandres, de Angola e de Moçambique, mas cabe também refletir sobre as circunstâncias que rodearam a nossa participação no conflito.

Recordar para entender as gerações que nos precederam, as razões das suas lutas, os caminhos que trilharam e as opções que fizeram. Recordar para aprender com os nossos feitos e os nossos erros, porque o País que ignora a História, que não recorda e não aprende com o seu passado, tende a repetir os mesmos erros no futuro.

A Grande Guerra foi antecedida, na Europa, por um período marcado pelo progresso tecnológico e pela inovação artística e cultural. Alguns chamaram-lhe a "idade dourada da segurança". Em pouco tempo, esta situação alterou-se, com o desencadear de um conflito mundial que surpreendeu pela sua brutalidade e destruição, dilacerando povos e países.

A eclosão deste conflito encontrou Portugal extremamente fragilizado. Internamente, via-se a braços com uma profunda crise política, económica e social e, externamente, defrontava-se com ameaças aos seus territórios ultramarinos e com a necessidade de reconhecimento e legitimação internacional do novo regime republicano.

A decisão de participar na Guerra foi tomada sem os indispensáveis consensos e sem ter em conta a débil capacidade militar existente.

Um combatente de então retrata bem a realidade da época: "lançado, inesperadamente, numa Guerra que estava longe de prever, o país viu-se em dificuldades, com um exército desprovido de organização apropriada, sem uniformes, sem armamento, sem munições, sem transportes e sem dinheiro".

A falta de preparação do País para assumir tão importante compromisso refletiu-se, por um lado, no aprontamento apressado do Corpo Expedicionário Português, que ficou conhecido, sugestivamente, como o "Milagre de

Tancos", e, por outro lado, na incapacidade de projetar e apoiar as Tropas portuguesas em França e em África, remetendo-as ao total abandono.

Houve incúria na preparação, alheamento na execução e esquecimento no regresso. As decisões tomadas nos corredores de Lisboa não se revelaram ajustadas, ignoraram os avisados pareceres militares, interferindo abusivamente na ação de comando.

Pode dizer-se que os militares que foram para a Flandres e para África nada tinham senão a coragem.

E foi somente a coragem, a valentia demonstrada pelos soldados no Campo de Batalha que permitiu honrar Portugal com o desfile do seu contingente, ao lado dos aliados, na parada da Vitória sob o Arco do Triunfo e que permitiu a salvaguarda das possessões ultramarinas.

Portugueses,

A memória da Grande Guerra deve constituir-se num tributo ao sacrifício, ao valor e ao caráter do combatente português que, em França, em África, e nas "trincheiras do tempo", à Pátria tudo deu.

Portugal e os Portugueses têm uma dívida de gratidão e não podem, não devem esquecer aqueles que, ao longo de quase nove séculos, em seu nome combateram e em seu nome morreram.

Combater é um ato supremo de cidadania. Nunca é demais recordá-lo. É por isso que, mais uma vez, nas celebrações do Dia de Portugal, rendemos homenagem aos antigos combatentes aqui presentes, dando público testemunho da consideração e do respeito que nos merecem.

Portugueses,

Este centenário deve, também, constituir-se para a Europa e para o Mundo como um momento de reflexão sobre os rumos e as opções que diariamente se assumem.

Assiste-se hoje a uma perigosa indiferença perante importantes questões de segurança, negligenciando-se as causas geradoras de conflitos, nomeadamente o recrudescimento dos nacionalismos e a irrupção das tendências separatistas. Os recentes acontecimentos no Mundo e, em particular, na Europa aí estão para o comprovar.

A reflexão que nos merece esta página da nossa História é que a segurança e a paz não são dados adquiridos. Dependem da vontade e das decisões de terceiros e da confluência de circunstâncias várias.

Em termos nacionais, é essencial a existência de Forças Armadas prontas e preparadas para servir o País, com uma capacidade de resposta adequada e assente na eficácia da organização, na qualidade dos equipamentos e na motivação dos seus quadros e tropas. A complexidade do processo obriga a uma preparação rigorosa e demorada. Os Exércitos não se improvisam. Preparam-se.

Militares,

O Portugal de hoje continua a bater-se pelos valores da Paz, da Liberdade e da Democracia e a transportar, além-fronteiras, o código moral, a competência e o profissionalismo dos seus militares, qualidades amplamente reconhecidas e elogiadas pelos nossos parceiros e aliados, o que constitui fator de credibilidade e de prestígio para o País.

Mantendo-se embora a missão primária da defesa de Portugal e dos Portugueses, a segurança e os interesses do Estado afirmam-se, atualmente, longe das fronteiras tradicionais, nas alianças e organizações internacionais de segurança coletiva, realidade que nos traz responsabilidades acrescidas.

Sob pena de nos tornarmos um parceiro dispensável e irrelevante na cena internacional onde se joga o nosso futuro e o nosso desenvolvimento, a nossa participação requer a existência de meios e recursos que evitem a degradação das capacidades existentes e que permitam assegurar os necessários níveis de operacionalidade.

Neste quadro, e como afirmei recentemente, identificam-se duas importantes áreas de atuação.

Uma, a salvaguarda da capacidade operacional. Portugal precisa de umas Forças Armadas credíveis, coesas e treinadas, capazes de assegurar o cumprimento das suas missões dentro e fora do território nacional.

A outra, as pessoas. Porque é nelas que reside a força, a determinação e o culto dos valores nacionais das Forças Armadas. É sobre elas que recai a responsabilidade do exercício da função e que se fazem sentir as maiores dificuldades. É por isso que a ação de comando deve ser centrada nas pessoas, dando especial atenção aos problemas concretos dos militares.

Pela sua importância e pelos reflexos na coesão, no moral e na disciplina, é legítima a expectativa dos militares quanto ao processo de instalação do Hospital das Forças Armadas e, também, quanto ao resultado do trabalho conjunto, entre os Chefes Militares e a tutela, em relação à proposta de revisão do seu Estatuto.

Militares,

O alto sentido do dever, o espírito de serviço e a total disponibilidade das Forças Armadas no cumprimento das suas missões honram o seu passado e as suas tradições, creditando-as como uma das instituições nacionais mais prestigiadas e em que os Portugueses mais confiam.

Como Comandante Supremo das Forças Armadas, reafirmo, perante os Portugueses, a minha confiança nos homens e nas mulheres que servem na Instituição Militar. Incentivo-vos a partilhar a vossa força, o vosso vigor e entusiasmo, em nome de um futuro de esperança.

Portugal precisa de todos. Portugal precisa das suas Forças Armadas."

Revista Militar
N.º 6/7 – junho/julho 2014
pp. 659-670

II – Crónicas Bibliográficas

Da Arte da Guerra à Arte Militar



Sem prejuízo dos esforços para o mitigar, o conflito de interesses é uma constante verificável na evolução das sociedades humanas – na impossibilidade de negociar, a violência armada surge como forma extrema de coacção para impôr a vontade. O Exmo. General Gabriel Augusto do Espírito Santo, nosso consócio e Diretor da Revista de 2000 a 2011, nesta sua Obra "Da Arte da Guerra à Arte Militar" descreve e analisa as envolventes da violência organizada, enquanto fenómeno social que é, retirando conclusões para o futuro. Neste contexto, a Guerra, olhada em toda a sua extensão, é dissecada pelo Autor para, através da análise das suas origens, desenvolvimentos e consequências, tirar ilações sobre a sua natureza e razão de ser.

Profundo conhecedor das Ciências Militares, alicerça o seu pensamento na sólida estrutura que a História, a Estratégia, a Geografia, a Tática e a Logística proporcionam para, situado no espaço e no tempo, dar corpo à compreensão do desempenho do "guerreiro" quando chamado a intervir nos conflitos sociais.

Nos onze Capítulos por onde se repartem as 374 páginas da Obra, o General Espírito Santo percorre os marcos significativos dos 4000 anos da história do " mundo ocidental atlântico", ao longo dos quais a Ciência e a Arte se fundem no "militar". Com referência aos conceitos de poder e de ordem e ao

modo como podem ser atingidos, conduz-nos às tendências prováveis da concepção, organização e utilização da força militar.

Nos ciclos da Guerra que elenca disseca a evolução do combate que relaciona com o desenvolvimento da "Arte da Guerra" e com a relação entre o poder militar e o poder político. Na procura da resposta à pergunta "que transformações na guerra e que progressos para a paz", desenvolve as leituras da Guerra, como instrumento do poder, para fazer emergir o imperativo da adopção de estratégias diferenciadas, pondo desta forma em relevo a importância do enquadramento político e cultural no exercício e no controlo da violência. Admite, assim, que a projecção da dicotomia entre a Paz e a Guerra no conteúdo da "Arte Militar" lhe imprime um amplo sentido de "arte para construir a paz".

Em todo este processo de construção conceptual, o Autor dialoga com os mais conceituados tratadistas, questionando-se sobre as diversas vertentes dos contributos que nos foram chegando, acrescentando conteúdos aos conceitos ditados pelo conhecimento experimentado na guerra, para reiterar a essencialidade do enquadramento histórico e geográfico na estruturação do saber que alicerça a "Arte Militar". Neste percurso inicial da "Arte da Guerra" para Estratégia Militar, considerada como ciência-arte, são predominantes os desenvolvimentos da Ciência e das tecnologias, cuja complexidade, exponencialmente crescente, se projecta, sem recuos, na procura de eficácia na coacção que, sem se despir do seu carácter de violência que inclui o sacrifício extremo e a morte, se vai tornando mais consentânea com o ambiente civilizacional evolvente.

Aos estrategistas da Idade Moderna é dedicado particular relevo, ponte que são entre os arranjos espaciais, as organizações militares e as campanhas dos Séculos XVIII e XIX (com as ideologias a darem sinal de constituírem multiplicadores dos potenciais), e as questões sociais, económicas e políticas que se conjugaram nos antecedentes e nas razões que conduziram às "Guerras Totais".

A Primeira Grande Guerra é dissecada segundo diversas perspectivas, entre as quais: a dos Objectivos de Guerra a atingir pelos intervenientes, a das políticas de Alianças, a da evolução verificada nas Estratégias Totais, a das formas de combate (terrestre, naval e aéreo nascente) adoptadas nos espaços geográficos envolvidos com ênfase no europeu, e, também, a dos caminhos envidados para a construção de uma Paz que se pretendia duradoira. As conclusões retiradas, a partir da análise que o Autor desenvolve com base em nove submodelos que enuncia, objectivam-se em detalhados comentários sobre: a organização dos espaços políticos para a Guerra e as três fases no desenvolvimento das Grandes Estratégias nas duas frentes europeias; a sistematização do conhecimento na "Arte Militar" e a evolução do conceito de Estratégia; e, por último, as formas a os níveis de relacionamento político-militar. No pós guerra são sublinhados: o significado dos arranjos estratégicos encontrados no ambiente da "segurança colectiva", o impacto nos meios e processos de combate na evolução dos sistemas de armas, o conteúdo do ideário político ensaiado na "Sociedade das Nações" e os resultados da segunda vaga da descolonização.

Na Segunda Grande Guerra que se conta "entre os conflitos mais devastadores da história da humanidade", o General Espírito Santo coloca ênfase na adopção das "Grandes Estratégias", onde avulta a componente ideológica a par do incremento nas capacidades dos diversos componentes dos sistemas de armas nos três Ramos das Forças Armadas. Merecendo-lhe detalhado estudo crítico as condições de ascensão da Alemanha nazi, o carácter expansivo da progressiva anexação de territórios e o Pacto de não-agressão com a União Soviética, analisa a "blietz krieg" como modo de acção na conquista do "espaço vital" e sublinha o significado geoestratégico da campanha da Noruega. Sustenta, com profundidade, as consequências para a "Arte Militar" da ofensiva alemã na frente ocidental com a consequente anexação da França, retirando ilações sobre a "concepção e execução de grandes estratégias inovadoras" pelos Aliados. Com este enquadramento, discorre, pormenorizada e fundamentadamente, sobre as três fases em que se pode decompor a implementação das "Grandes Estratégias" pelos Aliados no período que decorre entre 1939 e a Conferência de Yalta. Nas importantes conclusões que retira no âmbito das inovações na "Arte Militar" e na forma de conduzir a guerra, o Autor coloca em destaque a influência decisiva da evolução científica e da inovação tecnológica nas componentes, genética, estrutural e operacional, da estratégia, na táctica (particularmente, nas vertentes da vigilância, da segurança e do comando e controlo) e na logística, cujos reflexos significativos no combate, em terra, no mar e no ar trata detalhadamente. Nestas conclusões inclui, por último, uma muito esclarecedora "sistematização de conhecimentos na arte militar" que coloca em relevo o "zénite" no conceito de guerra total, cujos "princípios" enumera, clarificando os diversos níveis de responsabilidade na sua conduta e os naturais reflexos nas relações civis-militares.

O período do pós-guerra, a "Guerra Fria" e o seu enquadramento na Carta das Nações Unidas, na contenção implícita no sistema de segurança colectiva, na Doutrina Truman, no Plano Marshal e no Cominform, e acima de tudo, vinculado à omnipresença da ameaça da arma nuclear, é analisado e comentado, facultando uma vasta perspectiva político-estratégica que, enfatizando o marco que a Guerra da Coreia constituiu, se objectiva na consolidação dos dois Blocos antagonistas com a institucionalização da OTAN e do Pacto de Varsóvia. O Autor caracteriza, então, na sequência de Bandung que estará na origem do Movimento dos Países Não-Alinhados, a evolução das relações internacionais no globo que, "teoricamente reguladas pela ONU e o seu Conselho de Segurança, percorreram o tempo da Guerra Fria com uma bipolarização entre URSS e os EUA e as suas esferas de influência", entre outros desenvolvimentos, incluiu a "proliferação de organizações regionais de segurança, cooperação e comércio". Na sequência, desenvolve uma profunda reflexão sobre "A Arma Nuclear e a Guerra", "A Preparação para o Combate numa Guerra Nuclear", "A OTAN e o Pacto de Varsóvia" e os "Conflitos du-

rante a Guerra Fria e Novas Formas de Combate". No tratamento destas questões o Autor faz sobressair os grandes parâmetros balizadores das políticas e estratégias que caracterizaram o período até à queda do muro de Berlim. Entre outros: o medo da destruição mútua assegurada como contributo para a não guerra total; a evolução na estratégia operacional, na táctica e na logística de terra, mar e ar, como resposta às exigências de um confronto clássico em ambiente nuclear; a teorização levada ao limite na estratégia de gestão de crises para evitar o confronto directo entre os blocos; e a procura, em termos de conceitos e procedimentos, de outras dimensões para a defesa para além ou em complemento do vector militar. Neste último parâmetro é sublinhada a sua larga aplicação, nomeadamente em conflitos violentos de baixa intensidade, característicos dos fenómenos de insurreição que foram evoluindo para lutas que levaram à independência de territórios ainda sob administração de países europeus e outros em que, sem sucesso, os EUA e a URSS se envolveram, como foram os casos do Vietnam e do Afeganistão.

Um outro tema tratado com particular desenvolvimento foi o que o Autor intitulou "A Guerra Denominada Irregular ou Não Convencional". Esta forma de conflito, classificável segundo cinco diversos tipos de Guerra Irregular, teve particular destaque na segunda metade do Século XX. Relembrando os antecedentes, designadamente nos três Séculos anteriores, o General Espírito Santo trata, com profundidade, as quatro "aproximações estratégicas" seguidas pela guerra irregular e o esforço de teorização que foi desenvolvido, particularmente entre o final da Guerra e o envolvimento das tropas norte americanas no Vietname. Objectiva-se, depois, nas cinco fases em que se articula, no tempo, a estratégia da Guerra Revolucionária. Fundamentado no "saber de experiências feito", a sua vasta experiência de combatente e de pensador como Comandante e Professor, o Autor aprofunda "O emprego da força militar em conflitos não convencionais", "O Combate" e a "A arte Militar, a guerra irregular e o futuro". Ilações retiradas das lições aprendidas, quer através da análise histórica, quer do estudo de campanhas recentes, com realce para os conflitos na antiga Indochina, na Malásia, na Argélia, no Vietnam, na Índia, na África e no Afeganistão, conduzem a observações e ensinamentos que põem em equação os elementos essenciais de combate. Complementarmente, questionam o significado: do emprego da força na resolução deste tipo de conflitos, do valor da batalha decisiva e da manobra de atrição, do movimento e do poder dos fogos terrestre, naval e aéreo com realce para o apoio próximo, das opções entre as acções ofensivas e defensivas, da oportunidade do emprego de forças especiais e de forças irregulares e do valor da força moral, do apoio das populações e da opinião pública. Por último, nas conclusões sobre o impacto da "Guerra Irregular" no futuro da "Arte Militar", são apontadas algumas singularidades que se projectam na sua teorização e sistematização, primeiro como "Guerrilha Contraguerrilha" e, mais tarde, como "Guerra Revolucionária" ou como "Guer-

ra Subversiva". A projecção no futuro decorre no ambiente pós desmembramento da União Soviética e consequente extinção do Pacto de Varsóvia, através das conclusões retiradas dos desafios colocados pelos conflitos entretanto surgidos e do novo conceito estratégico da OTAN que se passou a reger por uma concepção "alargada de segurança, baseada no diálogo, na cooperação e na manutenção de um potencial de defesa colectiva". Os conceitos de "*peacemaking*", "*peacekeeping*" e "*peacebuilding*", sugeridos pelas Nações Unidas, são incluídos nesta evolução da "Arte Militar", onde a doutrina de contrainsurreição (considerada mais como uma técnica da "Arte Militar" do que como uma Estratégia Militar) se alicerça na conjugação de duas correntes de pensamento: a que se centra na identificação e na neutralização do inimigo pela coacção e a que considera ser fulcral entender a natureza da insurreição e proteger a população, retirando-a à influência do inimigo. Ao chamar a atenção para as novas dimensões do campo de batalha que as tecnologias de ponta balizam, a conclusão aponta para que "o combate na guerra irregular tende, crescentemente, para o confronto entre forças simétricas nas suas capacidades e possibilidades" com um predomínio de operações em ambiente urbanizado.

O tratamento da modernidade na "Arte Militar" é conduzido através de uma exaustiva e muito bem sustentada análise das razões que suportam as diferentes posições sobre o significado útil do peso relativo da dimensão tecnológica da Guerra, como instrumento da adaptação da "Arte Militar" às novas exigências das sociedades. Os multiplicadores de forças são apresentados qualitativa e quantitativamente, nomeadamente em termos de custos, seguindo as duas "fases de modernização" apontadas pelo autor: uma primeira respeitando ao "comando e controlo, precisão de armas e protecção de plataformas no mar, em terra e no mar", e, uma segunda voltada para o "espaço, ciberespaço e satélites artificiais". As conclusões que o Autor retira da análise das evoluções tecnológicas permitem-lhe distinguir três momentos na evolução: um primeiro, já muito experimentado, com incidência na precisão, na furtividade e nos sensores; um segundo, em curso e que permanece como influenciador de transformações previsíveis na "Arte Militar", focado na informação e na operação em rede de combatentes, equipamentos, sistemas de armas e estruturas de forças e de serviços; um terceiro, orientado para armas, cujo funcionamento se não baseie nos explosivos e que ultrapassem os efeitos das actuais, e para aplicações militares da biotecnologia e da nanotecnologia, entre outras. Destes desenvolvimentos retira consequências: uma tendência crescente para operações conjuntas de cuja sinergia resultarão exigências, para os efectivos e estruturas, qualitativamente maiores e quantitativamente menores e, consequentemente, uma diferente repartição de custos, tendencialmente agravados por um imprescindível esforço na investigação e desenvolvimento.

A Guerra do Golfo – "a primeira guerra da idade da informação" – mereceu ao General Espírito Santo uma longa e pormenorizada análise, da qual resultou

a formulação de interessantíssimas hipóteses a incluir na construção de modelos para estudo da concepção e emprego da força na idade da informação. Incidem estas hipóteses sobre a diminuição da autonomia estratégica dos Teatros de Operações e a descontinuidade no campo de batalha, sobre os sistemas de armas como organização militar preponderante, sobre a influência das armas inteligentes e da redução das assinaturas no reforço da vantagem dos sistemas ofensivos sobre os defensivos, sobre o impacto no campo de batalha do desenvolvimento de sistemas não tripulados, sobre o aumento da importância relativa da manobra e do combate no "terreno da informação", sobre o possível impacto das armas de última geração e da ciberguerra e sobre a participação nos conflitos de novos actores e de recursos como os comunicacionais que levam a guerra a centrar-se não só no adversário como na população também. Da operação destes modelos, a conclusão a retirar é que a "Arte Militar terá de desenvolver pensamento e meios mais adaptados a este novo tipo de guerras, aperfeiçoando métodos de liderança de gestão de crises e de procedimentos para actuar em missões para além da guerra" – em síntese, "terá de se ir adaptando ao seu objectivo alargado que é o poder e que ultrapassa o desiderato de combater, prevenir ou controlar a guerra".

Daqui parte o Autor para "A Arte Militar Para Além da Guerra", tema que desenvolve através da análise detalhada dos conflitos da Bósnia-Herzegovina e do Kosovo para concluir sobre "O Pensamento Militar no final do Século XX" como ponte para o último Capítulo que intitula "As guerras do Futuro e a Arte Militar". Comentando a influência que as acções violentas do terrorismo transnacional exerceram sobre o pensamento e o comportamento dos diversos actores e, mesmo, sobre as regras de conduta no sistema internacional, debruça-se sobre três conflitos (Afeganistão, Iraque e Faixa de Gaza) que considera "terem trazido lições importantes para conceitos operacionais sobre o emprego de forças militares em novas guerras, caracterizadas por diferentes actores do passado e com meios a que a tecnologia proporcionou melhores capacidades". No detalhado estudo que desenvolve sobre estes conflitos do início do Século XXI, conclui que, embora a guerra continue a ser orientada pelo seu objectivo final – o Poder – poderá assumir formas variadas e desenvolver-se em espaços diferentes do passado: assim, "a arte militar, tendo começado pela arte da guerra para a combater, terá de evoluir para outras formas de a controlar antes de a combater, vigiando, prevenindo ou dissuadindo as causas que a podem provocar", designadamente, através de uma equilibrada combinação de "*soft e hard power*" e do desenvolvimento de conceitos de "*smart power*" na cooperação civil-militar para encontrar as melhores soluções para atingir os objectivos fixados. Nas últimas passagens da Obra são tecidas importantes considerações que sublinham e caracterizam o actual ambiente de conflito – um "século de guerra, onde a violência armada, criando perdas e sofrimento, se manterá omnipresente". A Guerra do futuro, enquadrada nas actuais correntes de pensamento, podendo assumir diferentes categorias como

sejam as insurreições, as guerras de teatro, o terrorismo, guerra nuclear e contingências diversas, onde o espaço e o ciberespaço serão, certamente, dimensões de importância crescente, parece não se afastar da "trindade" de Clausewitz. Permanecendo a força militar como o objecto da futura "Arte Militar", esta é, por último, caracterizada na perspectiva das componentes "concepção, organização e emprego operacional" da força, imprescindível instrumento da "arte para construir a paz".

Nesta Obra repleta de informação onde, com grande profundidade e ajustado critério, é tratado o complexo percurso que da Arte da Guerra nos conduz à Arte Militar, ressalta uma tão interessante, quanto importante, particularidade: ao longo de todo o texto vai sendo sublinhada a singularidade de Portugal. Com referência aos valores culturais, à peculiaridade geográfica, à vivência histórica, aos vultos que nos legaram conhecimento, o leitor é, em cada momento e acutilante oportunidade, confrontado com o "estado da arte" no nosso País, num espelhar das nossas capacidades e limitações e, sem dúvida, estimulante alerta para o futuro.

É com compreensível orgulho que a Revista Militar se revê no General Gabriel Augusto do Espírito Santo que, nesta sua Obra, reitera o peso institucional de experimentado Chefe Militar, cuja capacidade de produzir conhecimento é exemplo de vasta cultura e saber postos ao serviço do País.

Em nome da nossa Revista, obrigado meu General.

Tenente-general João Carlos de Azevedo de Araújo Geraldes
Vogal Efetivo da Direção da Revista Militar

Reflexões sobre Estratégia VII: Tempos de Crise



O General Loureiro dos Santos, que viveu intensamente "Tempos de Guerra" e que construiu paulatinamente "Tempos de Paz", dedica este "Tempos de Crise" aos portugueses íntegros, preocupados com a independência de Portugal e com o bem-estar dos seus compatriotas. Quase cinco anos depois da publicação do volume VI da coleção Reflexões sobre Estratégia, esses mesmos portugueses aguardavam com alguma expectativa a publicação do volume VII, entremeado com algumas obras de leitura obrigatória, caso das "Forças Armadas em Portugal", publicada em Maio de 2012.

Valeu a pena esperar…

"Tempos de Crise", tem uma linguagem simples, percetível tanto pelo público em geral como por políticos, militares ou diplomatas mais ligados a estas temáticas e apresenta uma perspetiva simultaneamente realista e crítica do presente, sustentada no passado mas virada sempre para o futuro. O General Loureiro dos Santos trabalha tanto a I GG como a Cybersegurança, numa demonstração ímpar de capacidade de adaptação aos novos tempos, qualidade que o levou, inclusivamente, a ser alvo de ataques cibernéticos no passado mês de abril, perpetrados por piratas informáticos da rede global que lhe roubaram a identidade e o colocaram algures em Chipre.

Ao longo das 262 páginas deste livro, percebemos claramente a evolução e a interligação entre os diferentes patamares da crise: Mundial, Europeia e Nacional. No entanto, Portugal está sempre presente, porque é ferido regularmente na sua liberdade, independência, soberania e na qualidade de vida das suas gentes, mas também porque o ideal de liberdade e prosperidade do povo português é um desígnio estrutural ao pensamento do General Loureiro dos Santos.

Para além de novos textos, como o "Quadro Geopolítico Europeu e Cenários Futuros", o livro inclui uma seleção de artigos publicados ao longo dos últimos quatro anos no *Jornal Público,* na *Revista Militar,* na *Revista Janus* e na *Revista Nação e Defesa,* para além de intervenções proferidas no IDN, na Academia das Ciências de Lisboa, na Academia Militar, na Universidade Lusófona, no Instituto Internacional da Casa de Mateus e na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

"Tempos de Crise" está organizado em três partes, relacionadas com o espaço e a dimensão da crise, respetivamente: "o Mundo em crise"; "a Europa em crise"; e "Portugal em crise".

No entanto, antes do Mundo em Crise, o General Loureiro dos Santos começa por dar especial Destaque ao "Quadro Geopolítico Europeu e Cenários Futuros", onde discorre acerca dos efeitos da atual crise das dívidas soberanas na Europa sobre a evolução geopolítica do velho continente, sem deixar de abordar as mais recentes questões associadas à Ucrânia, e às relações entre atores do sistema político internacional como os EUA, a Rússia, a Alemanha, a China, a OTAN e a União Europeia. O General Loureiro dos Santos relembra ainda a História e os fatores geopolíticos, antes da abordagem mais contemporânea relativa à atual crise financeira global.

A sua visão geopolítica e geoestratégica está centrada, essencialmente, em três atores fundamentais, sem deixar de cuidar das consequências dos novos cenários para os interesses de Portugal. Fala-nos concretamente da Alemanha, da Rússia e dos EUA, "grandes potências cujos objetivos poderão ser condicionados por fortes motivações resultantes da sua situação no âmbito do atual quadro geopolítico europeu."

No caso da UE destaca que nestes momentos complicados, "cada Estado age em função do que considera ser o seu interesse específico", pressuposto

que terá levado à consolidação do diretório Alemanha, numa perspetiva muito próxima da escola realista das relações internacionais de Hans Morgenthau. O General Loureiro dos Santos reitera esta posição, quando refere que "por várias vezes, os elementos de insatisfação dos países e dos povos, em especial dos periféricos e dos mais pobres, estão associados ao perigo potencial que constitui a Alemanha, o que tem dado origem à expansão crescente do nacionalismo e a «tendências desagregadoras»."

Dá depois luz à denominada "teoria geopolítica dos sistemas solares", em que, na galáxia geopolítica atual, os EUA e a China são as estrelas; a Índia e o Brasil são antigos planetas que passaram a estrelas, cujo brilho e aquecimento se encontra em ascensão; em que a Rússia foi uma estrela que se apagou no fim da guerra-fria, mas que já regressou à situação de estrela em ascensão, o mesmo tendo acontecido com a Alemanha e o Japão, apagadas com a derrota na segunda guerra mundial, e cujo brilho já voltou e está, inclusivamente, em crescimento.

No cenário atual considera ainda a possibilidade de uma união perigosa entre a Rússia e a Alemanha, num ambiente em que "a Rússia passou a ser percecionada como ameaça geopolítica significativa, depois dos recentes acontecimentos na Ucrânia."

Feita a análise geopolítica, o General Loureiro dos Santos considera, "corajosamente", três cenários possíveis, do ponto de vista do interesse nacional, tendo como variáveis a evolução da OTAN, dos EUA, da União Europeia (e em especial da Rússia, Alemanha e França) e, curiosamente, da CPLP. Os mapas, que desta vez acompanham a análise geopolítica, constituem um importante auxiliar para uma melhor compreensão dos três cenários criados.

Seguem-se então os artigos cuidadosamente organizados no "Mundo em crise", na "Europa em crise" e no "Portugal em crise". E dizemos cuidadosamente porque o leitor fica com uma visão clara da evolução e interdependência dos acontecimentos ao longo dos últimos cerca de quatro anos.

No Mundo em Crise, dominado pela Era da Informação, a linha mestra dos conflitos internacionais analisados está centrada no Norte de África e no Médio Oriente, com destaque para a Líbia, Afeganistão, Irão e Síria. Trata, ainda, de assuntos tão importantes e estruturantes como a primavera árabe, a estratégia dos EUA ou o conceito estratégico da OTAN, organização que, na sua perspetiva, continua a ser a aliança estruturante da estratégia nacional.

As razões da crise são identificadas com "os grandes beneficiários do tipo de globalização económica que o mundo vive, os quais pertencem a um grupo restrito de indivíduos que têm as alavancas do sistema financeiro e económico." Na sua perspetiva, o produto mais negativo da globalização é a globalização da violência e dos seus derivados. E esta pode agora desenvolver-se em três novos espaços onde podem ser conduzidas operações de combate, além dos três teatros de operações tradicionais (terrestre, marítimo e aéreo).

Nas suas palavras, são eles o espaço exterior, o ciberespaço e o espaço mediático, onde os Estados e outros atores políticos ou até criminosos procurarão marcar novas fronteiras (espaciais, digitais e mediáticas).

Para o General Loureiro dos Santos, a nova Era da Informação, em que todo o enfrentamento entre atores é sempre potencialmente global, transformou o Mundo num paraíso da estratégia, em que se continuarão a debater as lógicas dos Interesses e da Segurança. Nesse Mundo do Presente e do Futuro, em que se assiste ao "desaparecimento da Europa como centro de dinamização de poder", as soluções de Paz continuam a estar na esfera dos EUA, apesar das dificuldades económicas condicionarem a disputa de poder global face às potências emergentes. A este propósito cito as suas palavras: "paradoxalmente, num mundo que já não é unipolar, numa época em que o poder dos EUA, embora bem destacado do das outras grandes potências, perdeu posição em termos relativos, passou a ser mais indispensável do que nunca […] nenhum dos grandes problemas que afetam o planeta ou cada uma das suas regiões geopolíticas se resolve sem a colaboração dos EUA."

Passo agora ao capítulo da Europa em crise, cujo foco está centrado na União Europeia e no protagonismo crescente da Alemanha na condução da crise económica e financeira. Para o General Loureiro dos Santos "a União, que os europeus sempre pensaram ser uma união de solidariedade e de entreajuda, está em vias de se transformar numa verdadeira «União do Medo»", fundamentalmente devido às divisões entre ricos e pobres e à evolução para aquilo que denomina de uma Europa Alemã. Na maior parte dos artigos alerta para a crise do euro, para o perigo alemão e para a elevada probabilidade de uma futura luta política entre os países pagadores e devedores. A este propósito passo a citar: "O que Merkel está realmente a tentar fazer é, aproveitando a oportunidade conferida pela movimentação tectónica dos fluxos de poder mundial que se encontram na base de um processo de profunda alteração da ordem internacional, procurar atingir o objetivo que nem o Kaiser nem Hitler conseguiram alcançar: posicionar-se como a sexta grande potência global do próximo futuro com assento no restrito grupo de governo mundial […]". Para o General Loureiro dos Santos, uma resposta a este facto geopolítico poderá ser dada pela consolidação de dois grupos, respetivamente: "os atlantistas, à volta do Reino Unido e da França, tendo por referência principal os EUA; e os do Centro-Leste, à volta da Polónia, que estreitam relações entre si e com os EUA, com receio da Rússia e eventualmente da Alemanha." Mais uma vez é a visão geopolítica aliada à teoria realista do Estado, do Interesse Nacional e do Poder que domina este pensamento, neste caso mais na linha do dilema da segurança de John Herz.

No Portugal em crise, conseguimos percecionar, claramente, a capacidade de antecipação do General Loureiro dos Santos. O agravamento da crise nacional e os momentos de perda assumida de soberania com a dependência

da Troika e da Alemanha, são permanentemente analisados com uma voz simultaneamente independente e firme, como é o caso da parte que passo a citar: "Com perto de nove séculos de existência, Portugal, não vendo outra solução, sujeitar-se-á às limitações de soberania propostas para evitar uma calamidade social inaceitável. Mas os responsáveis políticos eleitos por cidadãos de um país que pensavam ser independente não devem esquecer que teremos de recuperar a soberania logo que possível, criando as condições económicas e financeiras que o permitam e mostrando a vontade de o conseguir."

O livro inclui ainda outros temas, abordados com especial sentido crítico e construtivo, como o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, que começa por apelidar de Conceito Estratégico de Segurança e Defesa Nacional. Elogia o facto do Conceito entretanto aprovado dispor de uma estratégia abrangente aos diversos vetores de ação, e não limitada ao vetor militar, o que permite alcançar e manter a liberdade de ação indispensável para defesa dos interesses nacionais. Apresenta ainda diversas sugestões (como a operacionalização de um Núcleo/Pólo/Unidade de Segurança Nacional que funcionasse no Gabinete do Primeiro-ministro) e alerta para a necessidade de serem adotadas medidas que assegurem a integração, a partilha de informação e a responsabilização das entidades encarregadas de implementar as linhas de ação. O General Loureiro dos Santos sublinha por várias vezes a necessidade da Reforma do Estado, em especial no sector da Segurança. Alerta regularmente os decisores políticos para o facto de deverem ser aplicados, judiciosamente, os princípios da concentração de meios e da economia, mas sem ferir o princípio da segurança, pois sem Forças Armadas o nosso país ficaria reduzido à expressão de "Estado Insuficiente" ou "Estado Exíguo" e, por outro lado, com umas Forças Armadas insuficientes ou desadequadas às necessidades do país, as mesmas poderiam transformar-se num fator perturbador da sua estabilidade. Chama por várias vezes a atenção do, então, Ministro das Finanças, para a importância do interesse nacional em face das imposições de Berlim, pois estão em causa o bem-estar, a autoestima, a esperança e o sentido de destino dos portugueses, que querem continuar a ser portugueses.

Entretanto, continua a missão de serviço público com a sua intervenção sobre questões tão diferentes como: a televisão pública, o feriado do 5 de outubro e a revisão constitucional (em que, entre outras propostas, sugere a substituição da expressão "defesa nacional" por "segurança nacional", propõe maior abertura da missão das FA a uma democracia consolidada, e a criação do "Conselho Superior de Segurança Nacional").

Em todas as posições continua a manter a matriz constante no seu livro "Como Defender Portugal", ou seja, a colocar Portugal no centro do mundo. Na sua visão, devemos "centralizar a nossa posição geopolítica e agir em todos os azimutes, sem voltar costas à Europa; apostar decididamente no mar e para além do mar, para não ficar refém da União Europeia; aumentar o nosso peso

internacional e a nossa liberdade de ação no campo externo; e criar condições para partilharmos segurança cooperativa com a finalidade de defendermos os nossos interesses."

Curiosamente, o último artigo, de março de 2010, aborda a questão de "Salvar o Presente e Preparar o Futuro" em face dos constrangimentos económicos e financeiros. As soluções então apresentadas passam por conhecermos e sentirmos o projeto nacional, pela ética enquanto centro de todas as atividades, pela criação de um serviço cívico nacional e por elites ativas, interventivas e com sentido de Estado. E é com uma voz de alerta relativamente às elites nacionais que termina este livro e passo a citar: "Portugal não pode ser entregue aos profissionais da baixa política, aos oportunistas, aos maldizentes e aos incompetentes e incapazes, aos desonestos e àqueles para quem os valores humanos e patrióticos não têm sentido. Aos que invocam em vão os valores éticos, mas simplesmente os desprezam."

Estas palavras, escritas por quem vem combatendo diariamente pela democracia e pela liberdade, estão em linha com as críticas aos vícios dos governantes, feitas por Diogo do Couto no "Diálogo do Soldado Prático", têm um significado claramente estrutural para a Nação portuguesa, e visam, fundamentalmente, a segurança e o bem-estar dos portugueses e a restauração da Fama Portuguesa.

Este livro constitui assim, um documento muito importante para entendermos melhor os Tempos de Crise nas dimensões nacional, europeia e mundial. O General Loureiro dos Santos, com a sua capacidade invulgar de interligar didaticamente a política, a economia, a história, a estratégia, e a segurança e defesa, transmite-nos uma visão translúcida do Mundo em que Vivemos. Por outro lado, com a sua singular capacidade de antecipação e permanente intencionalidade da descoberta, dá-nos continuamente soluções e caminhos para um Mundo do Futuro e para um Portugal independente e soberano.

Termino esta minha intervenção reiterando as minhas felicitações ao General Loureiro dos Santos por mais este legado. Tenho a certeza de que o meu General vai continuar a refletir, a debater, a comentar, e sobretudo a escrever e a publicar.

Portugal precisa e os portugueses agradecem.

A Revista Militar felicita o autor pela publicação desta obra e agradece o volume que foi ofertado para a Biblioteca.

Coronel Tirocinado João Jorge Botelho Vieira Borges
Vogal Efetivo da Direção da Revista Militar,
na apresentação da obra, em 7 de maio de 2014,
no Instituto de Estudos Superiores Militares

Bibliografia

Publicações recebidas por permuta e oferta

Periódicos Portugueses

– **Anais do Clube Militar Naval** *(CMN)* – Ano 143º, Volume 143, Tomos 7 a 12, jul/dec2013.

– **Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa** – Série 130, Nº. 1-12, jan-dec2012.

– **Boletim Informativo da Sociedade Histórica da Independência de Portugal** *(SHIP)* – Ano 30º, Nºs. 326/28, jan/fev/mar2014.

– **Combatente** *(Liga dos Combatentes)* – Edição Nº. 367, mar2014.

– **Elo** *(Boletim da ADFA, Associação dos Deficientes das Forças Armadas)* – Ano 39º, Nº. 449, 450 e 451, mar/abr/mai2014.

– **Jornal do Exército** *(JE)* – Ano 54º, Nº. 634 e Nº. 635, jan e fev/mar2014.

– **Mais Alto** *(Revista da Força Aérea)* – Ano 52º, Nº. 408, mar/abr2014.

– **Notas Económicas** *(Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra)* – Nº. 38, dec2013.

– **Nova Cidadania** (Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica) – Ano XIV, Nº. 50, Verão 2013.

– **Polícia Portuguesa** *(Órgão de Informação e Cultura da PSP)* – 4ª Série, Nº. 3, jan/dec2012.

– **Querer é Poder** *(Revista dos Alunos do Instituto dos Pupilos do Exército)* – Ano 30º, Nº. 70, mai2014.

– **Revista Boina Verde** (*Escola de Tropas Paraquedistas*) – Nº. 238, 2014.

– **Revista da Armada** – Ano 43º, Nº. 484, abr2014.

– **Revista da ASMIR** *(Associação dos Militares na Reserva e Reforma)* – Ano 25º, Nº. 141, mar2014.

– **Revista da Cavalaria** (*3ª Série)* – Ano 8º, Nº. 30, mai/ago2013.

– **Revista de Artilharia** – Nº. 1061 a 1063, jan/mar2014.

– **Revista de Marinha** – Ano 77º, Nº. 978, fev/mar2014.

– **Revista "O Colégio Militar"** – Nº. 232, set/dec2013.

– **Revista do Ar** – *(Aero Club de Portugal)* – Ano 76º, Nº. 621, jan/fev/mar2014.

– **Segurança e Defesa** – Nº. 28, mar/mai2014.

– **ZacatraZ** – *(Revista da Associação dos Antigos Alunos do Colégio Militar)* – Nº. 194, jan/mar2014.

Periódicos Estrangeiros

– **Ejército** *(Madrid)* – Ano 75º, Nº. 874, 875, 876 e 877, jan/fev, mar, abr e mai2014.

– **Revista do Clube Naval** *(Brasil)* – Ano 122º, Nº. 369, jan/fev/mar2014.

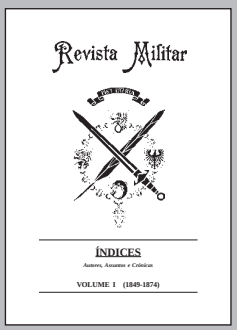
– **Revue Défense Nationale** – Nº. 769 e 770, abr2014 e mai2014.

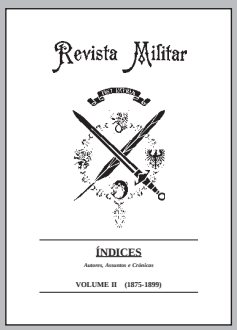
– **Revue Militaire Suisse** – Nº. 2 e 3, mar/abr e mai2014.

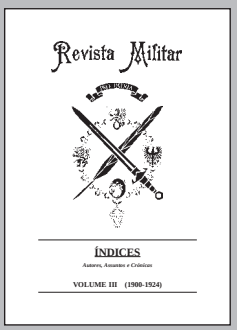
– **Revue Militaire Suisse** – Nº. Thématique Aviation, 2013.

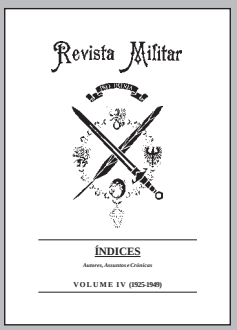
– **Sanidad Militar** *(Revista de Sanidad de Las Fuerzas Armadas de España)* – Vol. 70, Nº. 1, jan/mar2014.

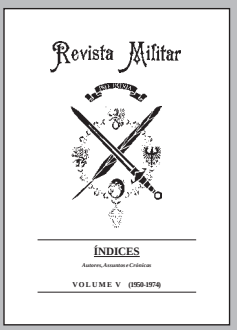
À venda na Revista Militar

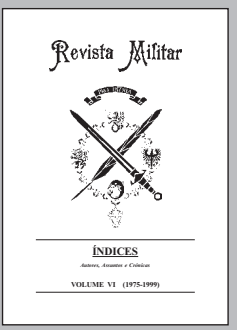




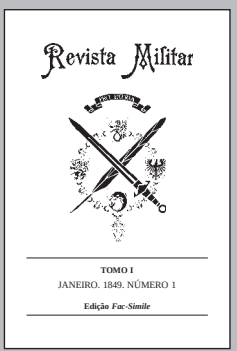








12,50 € cada



10 €

Revista Militar



Fundada em 1848 2ª Época 1905
Publicação iniciada em Janeiro de 1849

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

II Século – 66º Volume – N.º 8/9

N.º 2551/2552 – Agosto/Setembro de 2014

FICHA TÉCNICA

Título: *Revista Militar*
Publicação mensal, N.º 2551/2552, agosto/setembro de 2014
Direção: Presidente: General José Luiz Pinto Ramalho
Diretor-Gerente: Major-general Adelino de Matos Coelho
Diretor-Administrador: Coronel Alfeu Raul Maia da Silva Forte
Serviços Administrativos: Chefe da Secretaria: Maj Paulo José Belo Furtado
Adjunto da Secretaria: SCh António José dos Santos Candeias
Tesoureiro: 1Sar Jorge Manuel Jesus Henriques
Auxiliar: Sold Diogo Alexandre da Cunha Nunes
Propriedade/Edição: Empresa da Revista Militar – NIPC 501417370
Redação e Administração: Campo de Santa Clara, 62 – 1100-471 LISBOA
Correio electrónico: rm@revistamilitar.pt
Telefone/Fax: 218 870 754

Internet: www.revistamilitar.pt
Administrador do Portal: CFR Armando José Dias Correia

Composição, impressão e distribuição:
EUROPRESS, Editores e Distribuidores de Publicações, Lda.
Praceta da República, N.º 15, Póvoa de Santo Adrião
2620-162 PÓVOA DE SANTO ADRIÃO
Telef: 219381450 • Fax: 219381452 • LISBOA – PORTUGAL
ISSN: 0873-7630
Depósito legal: 110304/97
Tiragem: 900 exemplares
Registo ERC Nº 109323

CONDIÇÕES DE ASSINATURA (IVA 6%)

• **Assinaturas anuais (9 números)**	**Euros**
- Militares	10,00
- Civis	15,00
- Entidades	17,00
- Estrangeiro (acrescem portes de correio)	34,00
• **Número avulso**	7,00

DEFESA

Montepio

100 ANOS 1914 1918
GRANDE GUERRA

Comissão Coordenadora das Evocações
do Centenário da I Guerra Mundial

Revista Militar

Encontros da Revista Militar: I Guerra Mundial – Portugal em África (1914-1918) 677

NOTA DE ABERTURA 679

General José Luiz Pinto Ramalho 681

1º Painel – AS CONTRADIÇÕES DA "NEUTRALIDADE" DE PORTUGAL 685

O expansionismo alemão em África 687
Major-general Adelino de Matos Coelho

Portugal, a Grã-Bretanha e África (1914-1918): cooperação e tensão 703
Prof. Doutor Pedro Aires Oliveira

2º Painel – O "ESFORÇO DE GUERRA" PORTUGUÊS 719

A Marinha na mobilização militar para África 721
Capitão-de-mar-e-guerra José António Rodrigues Pereira

A República Portuguesa e a questão colonial 741
Coronel Aniceto Afonso

CONCLUSÕES 749

Nota Introdutória 751
Tenente-coronel Luís Manuel Brás Bernardino

Síntese 759
Prof. Doutor José Damião Rodrigues

APRESENTAÇÃO DO NÚMERO TEMÁTICO DA *REVISTA MILITAR* 765

Nota Introdutória 767
Prof. Doutor José Varandas

Apresentação 769
Tenente-general Mário de Oliveira Cardoso

Sínteses Curriculares dos Oradores 775

Crónicas

I – Crónicas Militares Nacionais 783
Coronel Nuno Miguel Pascoal Dias Pereira da Silva

Jornal de Letras: »A I Guerra Mundial na cultura portuguesa» 789

Bibliografia 791

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores.
A Direção agradece a colaboração segundo as normas tradicionais da *Revista Militar*

Corpos Gerentes – 2014

Assembleia Geral

Presidente: *General* José Manuel da Silva Viegas
Vice-Presidente: *Tenente-general PilAv* António de Jesus Bispo
Secretários:
Coronel Nuno Miguel Pascoal Pereira da Silva
Tenente-coronel Francisco Miguel G. P. Proença Garcia

Direção

Presidente: *General* José Luiz Pinto Ramalho
Vogais Efetivos:
Tenente-general João Carlos de Azevedo Araújo Geraldes
Major-general Manuel António Lourenço de Campos Almeida
Major-general Adelino de Matos Coelho
Major-general PilAv Manuel Fernando Rafael Martins
Contra-almirante António Manuel Fernandes da Silva Ribeiro
Coronel Alfeu Raúl Maia da Silva Forte
Coronel Nuno António Bravo Mira Vaz
Coronel João Jorge Botelho Vieira Borges
Vogais Suplentes:
Tenente-coronel Paulo Fernando Viegas Nunes
Tenente-coronel PilAv João Paulo Nunes Vicente
Tenente-coronel Manuel Alexandre Garrinhas Carriço

Conselho Fiscal

Presidente: *Major-general* Luís Augusto Sequeira
Vogais Efetivos:
Capitão-de-mar-e-guerra José António Rodrigues Pereira
Tenente-coronel Luís Manuel Brás Bernardino
Vogal Suplente:
Major PilAv Nuno Gonçalo Caseiro Miguel

I GUERRA MUNDIAL
PORTUGAL EM ÁFRICA (1914-1918)

Das contradições da «neutralidade» de Portugal ao «esforço de guerra» português

C O L Ó Q U I O

14.00 **Sessão de Abertura**

14.30/15.45 **AS CONTRADIÇÕES DA «NEUTRALIDADE» DE PORTUGAL**
Profª Doutora Ana Leal de Faria (FLUL) – Moderadora

O expansionismo alemão em África
Maj-general A. Matos Coelho (RM)

Portugal, a Inglaterra e a Guerra em África (1914-1918): cooperação e tensão
Prof. Doutor Pedro Aires Oliveira (IHC/FCSH-UNL)

Intervalo

16.00/17.15 **O «ESFORÇO DE GUERRA» PORTUGUÊS**
General Gabriel Augusto do Espírito Santo (RM) – Moderador

A Marinha na mobilização militar para África
Capitão de Mar-e-Guerra José António Rodrigues Pereira (RM)

Grande Guerra – a República e a questão colonial
Coronel Aniceto Afonso (IHC/FCSH-UNL)

17.15 **CONCLUSÕES**
Prof. Doutor José Damião Rodrigues (FLUL)
Ten-coronel Luís Bernardino (RM)

17.45 **APRESENTAÇÃO DO NÚMERO ESPECIAL DA REVISTA MILITAR**

Organização
Revista Militar
Centro de História da Universidade de Lisboa

19 de Junho de 2014
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Anfiteatro 1

ENTRADA LIVRE


ANUNCIE
NA
Revista Militar
GRANDE EXPANSÃO
EM PORTUGAL
E NO ESTRANGEIRO

NOTA DE ABERTURA



CAVE, 2014

Revista Militar
N.º 8/9 – agosto/setembro 2014
pp. 681-684

Nota de Abertura



General José Luiz Pinto Ramalho*

A *Revista Militar*, em ligação com a Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da I Guerra Mundial, lançou o encontro anual, os 'VI Encontros da Revista Militar', subordinado ao Tema do empenhamento militar nacional em Angola e em Moçambique, dedicando igualmente um número temático à participação dos militares portugueses, do Exército e da Marinha naqueles Teatros.

Esse número temático da *Revista Militar* teve o seu lançamento após a apresentação das Conclusões e encerramento do Colóquio relativo aos VI Encontros, estando a sua distribuição a cargo, quer da Direção da Revista quer da Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da I Guerra Mundial.

A *Revista Militar* congratula-se pela parceria estabelecida com a Universidade de Lisboa que permite, pela segunda vez, a realização dos Encontros nas suas instalações e a participação ativa da Faculdade de Letras; um agradecimento especial a todos os Conferencistas e Moderadores dos vários Painéis, num Tema cuja atualidade se revela cada vez mais inequívoca, quer em termos militares quer políticos.

Atualidade, porque é importante aprender com os erros para, pelo menos, os não repetir. Lembro as recentes palavras de S. Exa o Presidente da República, na Cerimónia Militar do dia 10 de junho, e passo a citar: "Lançado inesperadamente numa Guerra que estava longe de prever, o país viu-se em dificuldade, com um Exército desprovido de organização apropriada, sem uniformes, sem armamento, sem munições sem transportes e sem dinheiro (…) Houve incúria na preparação, alheamento na execução e esquecimento

* Presidente da Direção da Revista Militar.

no regresso. As decisões tomadas nos corredores de Lisboa não se revelaram ajustadas, ignoraram os avisados pareceres militares, interferindo abusivamente na acção de Comando".

Infelizmente, na atualidade, perante uma atitude reducionista, persistente, de efetivos e de capacidades, relativamente às Forças Armadas, sob a capa reformista, tornam estas afirmações como percepções premonitórias de uma indesejável realidade, objeto de múltiplos alertas, mas não tida em conta, nem discutida, fruto de uma opacidade justificativa, no mínimo, escudada numa perigosa indiferença.

Atualidade, porque se assiste na Europa a um conjunto de acontecimentos perturbadores da paz e estabilidade internacionais, ao não atendimento de importantes questões ligadas à Segurança, quer sejam os conflitos abertos quer os radicalismos políticos ou de qualquer natureza, as tendências separatistas, os nacionalismos xenófobos, ao racismo e a uma maior expressão política dos partidos políticos extremistas. A indiferença europeia, leia-se dos seus estados membros, relativamente às questões de segurança que lhe dizem diretamente respeito é, no mínimo, preocupante.

Tal como no período que antecedeu a I GM, hoje, a insegurança e a alteração do protagonismo de certos países na Europa, embora não de cariz militar, levantam os mesmos receios do passado e materializa uma outra ordem social, económica e política, que percepciona uma alteração qualitativa e o desfazer de uma previsibilidade da ordem em que se vivia.

A I GM foi um laboratório de ideias e de experiências, quer no plano e exercício da política quer no domínio militar, e teve dois pólos de exercício e execução, que são conhecidos de forma desigual, mas cuja relação estratégica não deve ser ignorada e constitui, ainda hoje, campo de investigação a estimular.

Na Europa, a avaliação do conflito, das causas e consequências políticas e da atuação militar estão profusamente documentadas, contudo, nos "campos de operações exteriores", assim eram designados os teatros de operações extraeuropeus, o mesmo não acontece, seja em termos internacionais seja, em particular, no caso nacional. A opção da *Revista Militar* pela realização deste Colóquio e pelo Tema escolhido é também uma maneira de despertar o interesse para uma investigação mais profunda, seja no domínio político seja nos aspetos militares de índole doutrinária, operacional e logística.

Referi em Editorial da *Revista Militar*, distribuída no final dos VI Encontros, na edição dedicada ao esforço militar de Portugal nos teatros africanos de Angola e de Moçambique, que a pouca divulgação destas campanhas constituiu lições esquecidas, que irão surpreender os poderes coloniais, a partir da década de cinquenta, do século passado.

De entre os objetivos políticos e estratégicos da Alemanha, na I GM, para África e para o Médio-Oriente, constava, a partir das palavras do Kaiser, "que era necessário inflamar o nacionalismo do mundo islâmico e africano, contra essa nação odiada de mercadores (leia-se a Inglaterra) e empatar os exércitos coloniais, dividindo forças e evitando o reforço da Europa com aqueles meios – esta situação permitiria compensar o impasse europeu e procurar sucessos e vitórias nos territórios extraeuropeus.

Da informação disponível, o empenhamento militar nacional nos teatros de Angola e de Moçambique materializou-se num esforço que fez passar uma guarnição militar, basicamente de recrutamento ultramarino, enquadrada por quadros provenientes do continente, de cerca de 1500 soldados, para um reforço de efetivos naqueles territórios de quase 50 000 militares, durante todo o período da guerra. Destes efetivos, estão contabilizados, segundo as estimativas mínimas, um total de mais de 5500 militares mortos, (2757 europeus e um número indiscriminado de indígenas, militares, guias, carregadores e auxiliares, que certamente excedem as estimativas referidas), em Angola e em Moçambique, durante o período do conflito.

Durante os primeiros anos da I GM, e em particular durante o ano de 1918, as forças portuguesas, juntamente com ingleses e belgas, irão combater as forças coloniais germânicas, designadamente as comandadas pelo Coronel Paul Von Lettow-Vorbeck, em Moçambique, na África Oriental Alemã e no norte da Rodésia.

O envolvimento militar de Portugal na I GM, e sua preocupação em garantir a soberania em Angola e em Moçambique, tem razões políticas bem conhecidas, ligadas, em primeiro lugar, à legitimação do regime, nascido a 5 de Outubro de 1910, mas também à presença colonial naqueles territórios, assim como alguma expectativa de que, no final do conflito, a mesma pudesse ser, inclusive, ampliada. São conhecidas as movimentações nacionais, embora não atendidas, relativamente à África Oriental Alemã, antigo Tanganica e a atual Tanzânia, que faz fronteira com Moçambique; dessas pretensões serão apenas respeitadas as nossas legítimas reclamações relativas ao triângulo de Kionga, no norte, junto ao Rovuma.

O Colóquio realizado constituiu uma excelente oportunidade de reflexão sobre estes temas e fica, desde já, o compromisso da Direção da *Revista Militar* para, em 2016, nos cem anos da entrada formal de Portugal na I GM, para a realização de novo Colóquio, virado para o empenhamento na Europa no Teatro de Operações da Flandres, assim como a edição de um número temático da Revista sobre essa realidade.

Uma realidade traduzida, em termos nacionais, na mobilização de cerca de 60 000 militares para França, com quase 2000 mortos em combate e nas características do próprio conflito que, em termos operacionais e tácticos,

fazia uma utilização da infantaria de forma massiva e temerária, que a metralhadora massacrava, que criou o impasse da guerra de trincheiras e passou a utilizar os sapadores para construírem túneis e minas, criando uma nova vertente tática daquele combate, de minas e contra-minas, escavando de ambos os lados dos contendores, quilómetros de galerias; também a guerra química, o uso de gases a partir da batalha de Ypres, pelos alemães, tornou ainda mais diferente, qualitativamente, o combate. Serão o avião e o carro de combate, no final da guerra, que farão a diferença e determinarão o término e o resultado do conflito de 1914-18.

Na perspetiva da Direção da *Revista Militar*, continuam a ser necessárias, e sempre muito úteis, as iniciativas que trazem ao conhecimento das opiniões públicas, quer internacional, mas em particular em termos nacionais, o que se passou com o País e com as Forças Armadas, nos momentos, nas circunstâncias e nas consequências, sempre que foi necessário utilizá-las para garantir e defender o interesse nacional.

Quando se prefere ignorar os factos, aqueles que elegem as suas opções em função do compromisso político, em detrimento da coerência estratégica e, relativamente à estratégia militar, privilegiam o que "querem fazer" em vez de responderem às exigências da conjuntura, criam irresponsavelmente condições para os desastres e, tal como ontem, hoje, perante a conflitualidade atual e a sua dimensão política e estratégica, "não há milagres de Tancos", que os possam atenuar.

A Direção da *Revista Militar* agradece, uma vez mais, a colaboração e apoio da Universidade de Lisboa na realização dos 'VI Encontros da Revista Militar', a presença de todos os Convidados, assim como a vossa atenção e, em particular, as intervenções dos nossos Conferencistas e a ação dos Moderadores, que estimularam e deram vida a um excelente debate.

1º PAINEL

AS CONTRADIÇÕES DA «NEUTRALIDADE» DE PORTUGAL



CAVE, 2014

Revista Militar
N.º 8/9 – agosto/setembro 2014
pp. 687-701

O expansionismo alemão em África



Major-general Adelino de Matos Coelho*

Introdução

As origens da Primeira Guerra Mundial continuam a gerar interessantes debates entre historiadores e especialistas em história diplomática, designadamente no que concerne à intervenção da Alemanha, tendo em conta os diversos fatores que contribuíram para desestabilizar o equilíbrio de poderes europeus, entre o momento da unificação da Alemanha (1871) e o início da campanha europeia (1914), e de que se destacam o imperialismo adotado pelos países europeus, designadamente em África, a ascensão do poderio alemão que fomentou o desenvolvimento de alianças entre Estados e o incremento e expansão dos movimentos nacionalistas[1].

No início da Grande Guerra a situação militar era favorável às forças militares alemãs que, na segunda quinzena de agosto de 1914, já tinham averbado vitórias, tanto na Frente Ocidental, em Lorraine (a 20, na Batalha de Morhange) e na Bélgica (de 21 a 23, nas Ardenas, em Charleroi e em Mons), como na Frente Leste, na Polónia (de 26 a 29, Batalha de Olsztyn – apelidada de Tannenberg para "vingar" a derrota dos Cavaleiros Teutónicos pela União Polaco-Lituana, em 1410).

Estes foram os primeiros desenvolvimentos do "Plano Schlieffen", o plano militar do exército alemão para a Guerra de 1914, concebido pelo general Alfred von Schlieffen, chefe do Estado-Maior alemão, entre 1892 e 1906, e que foi posto em prática, com algumas alterações, pelo seu sucessor, o general Helmuth von Moltke.

* Diretor-Gerente da Revista Militar.

1 A presente comunicação, com novos desenvolvimentos, tem por base o artigo do autor na *Revista Militar* II Século – 66º Volume-n.º 5, Maio de 2014, pp. 365-392.

Este plano previa resolver uma questão que preocupava os alemães em caso de conflito – uma guerra em duas frentes: contra a França e, muito provavelmente, contra o Reino Unido), na frente ocidental, e, simultaneamente, contra a Rússia, na frente oriental. Tendo em consideração o volume de efetivos russos e as suas capacidades de recompletamento, Schlieffen calculava que a Rússia ainda poderia levar mais de seis semanas mobilizar, organizar e treinar operacionalmente as suas forças, pelo que entendia que a estratégia alemã deveria passar por aniquilar a França neste período de tempo.

Para conseguir tal objetivo, a maior parte das forças germânicas deveriam deslocar-se para ocidente, num ataque avassalador, com a missão de se aproximarem de Paris, deixando apenas forças suficientes para, mais tarde, conter os russos. Neutralizada a França, os exércitos alemães deveriam deslocar-se para o leste, a fim de enfrentarem a ameaça russa. Porém, o plano falhou no seu principal objetivo de obter uma vitória rápida e decisiva a ocidente para, em seguida, transferir forças para oriente e ali obter outra vitória decisiva.

Da Mitteleuropa à Mittelafrika

Aquelas vitórias iniciais ajudam a compreender as razões que levaram o *Reichskanzler* Theobald von Bethmann Hollweg[2], apenas cinco semanas após o início da Guerra, a aprovar o "September programme", um plano político com os fundamentos para uma "Grande Europa" que preconizava, com base na "vitória alemã na guerra", a criação de uma rede de relações internacionais, liderada pela Alemanha, mas aparentemente de Estados igualitários, que deveria constituir a base de uma união económica e aduaneira na Europa Central, incluindo parte da Áustria-Hungria e a Polónia, que passaria a ser designada por *Mitteleuropa*, um conceito já introduzido na geopolítica alemã, em 1848, por Karl Ludwig von Bruck e Lorenz von Stein[3].

O "September programme", anunciado a 9 de setembro de 1914, considerava os franceses como os principais adversários do *II Reich*, pelo que deveriam ser desmanteladas as capacidades militares da França, com a imposição

2 Ocupou o cargo de Chanceler do Império Alemão, de 7 de julho de 1909 até 13 de julho de 1917.

3 V.: GARCÍA-PELAYO, Manuel (1949), *La Teoria de la sociedad en Lorenz von Stein*, Madrid, Instituto de Estudios Políticos, pp. 43-88; LUTHAR, Oto, LUTHAR, Brenda (2004), «Marking the Difference of Looking for Common Grounds? South East Central Europe», in WINGFIELD, Nancy Merriwether (coord.), *Australian Stidies – Creating the Other Ethnic Conflict & Nationalism in Habsburg Central Europe*, Col. Austrian and Habsburg Studies, Volume 5, pp. 231244.

de sanções, nomeadamente, o pagamento de uma indemnização de guerra durante vários anos, impedindo ou dificultando o rearmamento do País.

Este plano alemão, a par da anexação de territórios europeus (na França, Bélgica, Luxemburgo, Holanda e Polónia), também previa a expansão do império colonial em África, com a criação de uma colónia alemã na África Central – a *Mittelafrika* –, com a inclusão das colónias francesas e belgas, mesmo deixando em aberto a opção para futuras negociações, designadamente, com a Grã-Bretanha, acerca de outros territórios.

Com a França e a Bélgica na estrita dependência da Alemanha, ficando aberto o caminho para a consagração simultânea da hegemonia alemã nos continentes europeu e africano, a *Mittelafrika* deveria incluir Angola, a metade norte de Moçambique, o Congo Belga, as minas de cobre de Katanga, a África Equatorial Francesa até à altura do lago Chade, do Benin e do Níger. Por isso, os altos comandos alemães incluíram a *Mittelafrika* nos seus objetivos de guerra[4].

A ideia de *Mittelafrika* (o sonho de um "império alemão em África"), remonta aos anos que se seguiram a 1884, após o chanceler alemão Leo von Caprivi, ter obtido a região de Caprivi Strip, no Sudoeste Africano, o que foi confirmado na assinatura do Tratado de Heligoland-Zanzibar (1 de julho de 1890)[5].

O império colonial alemão em África

Apesar dos contatos comerciais estabelecidos nos Séculos XVI e XVII, a relação germânica com o Continente africano não se sustentava em raízes de "colonização"[6], uma vez que a Alemanha só ali passou a administrar colónias, após a Conferência do Congo (mais conhecida por Conferência de Berlim),

4 O "September plan" (http://www.dhm.de/lemo/html/dokumente/hollweg/) foi delineado por Kurt Riezler, um dos membros do gabinete do Chanceler alemão, tendo por base os desenvolvimentos da Alemanha nos domínios da indústria, da economia e das capacidades militares. Neste contexto, a expansão do império colonial alemão ou, o mais importante, a criação de uma colónia alemã contínua através de África central, em detrimento das colónias francesas, belgas e portuguesas, deixando a opção aberta para futuras negociações com a Grã-Bretanha.

5 BELTRAME, Fernando M. Navarro (2010), «Mittelafrika: Canarias y la geopolitica alemana en el Africa subsahariana y en el Maghreb (1871-1919)», Vector Plus, n.º 35 (janeiro-junho), pp. 63-76. Cf. CORREA, Silvio Marcus (2010), «A "Partilha da África" pela imprensa teuto-brasileira», *Revista do Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS)*, Uberlândia (Minas Gerais), Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, volume 23, n.º 2, julho/dezembro, pp. 459-480.

6 COELHO, *Revista Militar* II Século – 66º Volume-n.º 5, Maio de 2014, pp. 365-392.

de 1884-1885, e perdeu-as com a sua derrota na Guerra Mundial, entre 1914 e 1918[7]. Os pontos principais da agenda da Conferência eram: a liberdade de comércio em toda a bacia do Zaire e sua foz; a aplicação dos princípios do Congresso de Viena quanto à navegação nos rios internacionais, incluindo o Níger; a definição de "regras uniformes nas relações internacionais relativamente às ocupações que poderão realizar-se no futuro nas costas do continente africano"; e a abolição do tráfico de escravos.

Naquela época, gozando a Alemanha de um claro prestígio que lhe provinha da sua vitória sobre a França e da sua crescente hegemonia no continente europeu, os responsáveis políticos portugueses orientavam a política nacional num sentido pró-germanófilo, deslocando-a da tradicional orientação diplomática pró-britânica[8].

Bismarck dizia que "da expansão da Alemanha, não podem advir perigos internacionais". Isto fez com que política colonial alemã obedecesse ao princípio geral da política externa do País – *Die Flagge folgt dem Handel* ("A Bandeira segue o comércio"). Sem querer utilizar dinheiros públicos na fundação de colónias, com a relutância do Parlamento (*Reichstag*) em autorizar despesas para expedições longínquas, sem apoio popular, e os receios de conflitualidade internacional, dada a fraqueza naval da Alemanha, Bismarck delineava uma política colonial discreta. Por isso, os empresários com êxitos comerciais no ultramar deveriam participar no desenvolvimento colonial, apesar das reconhecidas dificuldades individuais que suscitavam a necessidade da sua agremiação em companhias[9].

Assim, o governo alemão não fundava colónias, não conquistava territórios, nem instalava organizações administrativas pesadas, limitando-se a dar pro-

7 WONDJI, Christophe (2010), *Os Estados e as culturas da costa da Alta Guiné* in «História geral da África: África do séc. XVI ao XVIII, Vol. V, ed. Bethwol Allan, Brasília, UNESCO., p. 463. Inspirado no modelo estabelecido pelos Países Baixos com a *Verenigde Oostindische Compagnie* («Companhia Unida das Índias Orientais»), também conhecida por «Companhia Holandesa (Neerlandesa) das Índias Orientais», foi uma companhia majestática formada, em 1602, em Amsterdão (dois anos depois da formação da «Companhia Inglesa das Índias Orientais»). Para apoiar o comércio colonial, enquanto fonte de metais preciosos, foi criado, em 1609, o Banco de Amsterdão. O atual conceito de "ações" surgiu na dinâmica financeira desta companhia holandesa, a qual, devido aos bons resultados, se tornou cada vez mais um organismo estatizado, com autoridade militar e poder bélico, para administrar ou impor os seus direitos e pretensões nos mares.

8 GUEDES, Armando Marques (1938), *A Aliança Inglesa (Notas de História Diplomática)*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, p. 319. Representantes de Portugal na Conferência: António Serpa Pimentel, António José da Serra Gomes (Marquês de Penafiel) e Luciano Cordeiro.

9 PETER Wolfgang (2007), *Die Kolonialpolitik des Deutschen Kaiserreichs in Afrika*, http://www.mgfa.de/html/einsatzunterstuetzung/downloads/meuhva07petteru.pdf.

teção aos seus súbditos e a auxiliar companhias de iniciativa privada, sem se envolver em guerras com os indígenas ou com outros Estados. Mas, se num primeiro momento, os comerciantes europeus não estavam interessados na partilha formal, isto é, no colonialismo, porque este poderia significar despesas com direitos alfandegários e outras limitações, a crescente concorrência acabou por alterar o cenário, isto é, os mesmos comerciantes, com o aumento do interesse europeu sobre o continente, passaram a pedir a interferência do Estado.

A seguir à Conferência de Berlim, o império colonial alemão em África foi constituído por três colónias:

– África Oriental Alemã [*Deutsch-Ostafrika*, que incluía os territórios do Tanganica (hoje, parte continental da Tanzânia), o Ruanda-Urundi (hoje, Ruanda e Burundi), o Wituland (integrado no Quénia, desde 1890) e o Triângulo de Quionga (em Moçambique)];

– Sudoeste Africano Alemão [*Deutsch-Südwestafrika* (atual Namíbia) e o sul da Faixa de Caprivi, no Botswana];

– África Ocidental Alemã [*Deutsch-Westafrika*, que integrava os Camarões e a Togolândia (hoje, o Gana e o Togo)].

Com exceção da Togolândia e dos Camarões, as colónias alemãs foram administradas por "companhias privilegiadas", a par de "sociedades" que, não tendo um fim tão amplo, também investiam os seus capitais em determinadas empresas coloniais. Estas organizações de investimentos, também designadas por "companhias majestáticas" "companhias de carta (*chartered company*)", tinham natureza privada, sendo portadoras de carta de concessão governamental, que lhes conferia privilégios comerciais.

Nas colónias administradas por concessão, o poder público não se exercia diretamente por meio dos órgãos do Estado soberano, mas era confiado pelo Estado às sociedades comerciais, que o exerciam sob fiscalização do governo. Assim, foram constituídas: a Companhia Alemã da África Oriental (*Deutsch-Ostafrikanische Gesolschaft*), a Sociedade Colonial Alemã da África do Sudoeste (Deutsche Kolonialgesolschaft für Südwestafrika) e a Sociedade Alemã da África Ocidental (*Deutsch-Westafrikanische Gesechschaft*), esta para exploração nos protetorados alemães do Togo e dos Camarões, mas que não chegou a governá-los, tendo sido absorvida pelo Império Alemão, em, 1903.

As companhias concessionárias, como empresas internacionais privadas, pagavam impostos ao governo, com direito a cobrar taxas em dinheiro ou em trabalho dos africanos, importar e exportar, realizar comércio, criar e gerir grandes plantações, construir infraestruturas e garantir a ordem e os serviços de comunicações.

Para proteger os cidadãos e os bens nas suas colónias africanas, o governo alemão organizou três tipos de forças: força de polícia («*polizeitruppen*»),

Exército colonial («*schutztruppe*») e força imperial de proteção («*Kaiserliche schutztruppe*»).

A ocupação alemã da Togolândia, que fazia desta "um modelo de colonização", foi apoiada por uma «*polizeitruppen*» que integrava «*hauçás*» (do Gana) e «*mossis*» do Alto Volta (Burkina Faso), do Daomé e da Libéria, com efetivos reduzidos, mas bem equipados, incluindo metralhadoras.

Nos Camarões, empresários alemães que se estabeleceram com plantações e armazéns, exigiram segurança e proteção militar. Para o efeito, em 1891, foi criada uma «*polizeitruppen*», com indígenas da etnia «*kru*» (da Libéria), «haúças» (do Gana) e «daomenses» (escravos comprados ao "rei" do Daomé). Em 1895, após um motim dos «daomenses», os alemães criaram um «*schutztruppe*», que coexistiu com a «*polizeitruppen*».

No Sudoeste Africano, a Sociedade Colonial Alemã, embora não quisesse ter encargos nem assumir direitos soberanos, monopolizou a exploração mineira. Pouco depois, intrigas inglesas fomentaram revoltas indígenas e os alemães acolheram-se à Baía das Baleias (*Walvis Bay*), sob controlo inglês. Tendo sido organizada uma «*polizeitruppen*», que dominou a insurreição, esta não conseguiu evitar a destruição das instalações mineiras e agrícolas. Em 1886, o Comissário Imperial Heinrich Göring estabeleceu-se em Otjimbingwe, apoiado pela «*kaiserliche schutztruppe*».

Na costa índica, em 1888, a Companhia da África Oriental colapsou e pediu ajuda a Bismarck que, de início, recusou. No ano seguinte, o capitão Hermann Wissmann, nomeado Comissário Imperial, contratou mercenários sudaneses, na sua maioria, de unidades de intervenção do exército anglo-egípcio a quem, mais tarde, se juntou um grupo de «zulus» da África do Sul, organizando a «*schutztruppe*», conhecida pelos "*askari*", recrutados num rigoroso processo de seleção, sujeitos a duras regras de disciplina militar, bem pagos, treinados e comandados por oficiais alemães.

Em 1890, a Companhia Alemã da África Oriental entregou a administração do Tanganica ao governo alemão.

Interesses portugueses em África – o «mapa cor-de-rosa»

Face ao crescente interesse das potências europeias pela África, ao final do século XIX, tornou-se claro que Portugal deveria também definir uma nova política africana já que a crescente presença inglesa, francesa e alemã naquele continente ameaçava a tradicional hegemonia portuguesa nas zonas costeiras de Angola e Moçambique.

Apesar do seu reduzido peso político internacional, Portugal mantinha grandes esperanças nos seus territórios ultramarinos, tanto mais que a independência do Brasil, em 1822, privara o País da sua mais importante colónia, obrigando-o a olhar com renovado interesse para as suas possessões africanas, onde, à semelhança do resto do continente, apenas o litoral era efetivamente ocupado. Tornou-se claro que Portugal deveria também definir uma nova política africana já que as crescentes presenças inglesa, francesa e alemã, naquele continente, ameaçavam a tradicional hegemonia portuguesa nas zonas costeiras de Angola e Moçambique.

Com base no chamado «direito histórico», alicerçado na primazia da "ocupação de terras", Portugal reclamava vastas áreas do continente africano, embora, de facto, apenas dominasse feitorias costeiras e pequeníssimos territórios ao redor destas. A partir da década de 1870, ficou claro que apenas o «direito histórico» não seria suficiente e que a presença portuguesa dependia do alargamento territorial para o interior e do correspondente controlo das possessões reclamadas.

Para tal, começaram a ser organizados planos destinados a promover a exploração do interior da África. Em 1877, foi lançado um conjunto de iniciativas exploratórias, destinadas a conhecer os territórios compreendidos entre Angola e Moçambique, que levaram às famosas expedições de Serpa Pinto e de Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens. O primeiro fez, entre 1877 e 1879, a ligação entre Benguela (Angola) e Durban (África do Sul). Os segundos partiram de Moçâmedes (Angola), em 1884, e atingiram Quelimane (Moçambique), cerca de um ano depois. Posteriormente, foram enviadas algumas expedições militares, entre 1885 e 1890, a fim de reclamar esses territórios à luz do princípio da «ocupação efetiva do território»[10].

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, José Vicente Barbosa du Bocage, personalidade muito ligada à Sociedade de Geografia, desejava efetivar o projeto do «mapa-cor-de-rosa», o "velho" sonho de ligar Angola a Moçambique, com a consciência de que esse plano interferia com os interesses britânicos na África Central, designadamente, com o projeto inglês, liderado por Cecil Rhodes, da construção de uma linha de caminho-de-ferro, ligando a Cidade do Cabo ao Cairo, estendendo a influência britânica, através da Bechuanalândia (atual Botswana), dos territórios da Matabelândia e da

10 Henrique Dias de Carvalho (1884-1888), ao território da Lunda (Nordeste de Angola) para estabelecer relações de amizade com o potentado local, Francisco Newton (1880-1907), à região de Moçâmedes, e José Pereira do Nascimento, a Benguela e Moçâmedes (1888-1911).

Mashonalândia (no Zimbabwé) e do Barotze (Zâmbia), até à região dos Grandes Lagos[11].

Para a execução do seu plano, oposto ao plano realista da década de 1870, Barbosa du Bocage iniciou negociações com a França e a Alemanha, em 1886, que vieram a ser concluídas pelo seu sucessor, Henrique de Barros Gomes.

Em resposta ao «mapa cor-de-rosa», a Inglaterra surpreendeu com o «Ultimato», de 11 de janeiro de 1890, exigindo a retirada das forças portuguesas desses territórios[12].

A ação do Kaiser no período pós-Bismark

Quando a Alemanha, em 1898, ouviu o *Kaiser* proferir a famosa frase "o futuro da Alemanha está sobre a água", percebeu o anúncio de uma nova política externa (*Weltpolitik*), apoiada no desenvolvimento das marinhas de guerra e mercante, que dava a Berlim capacidades para intervir em questões internacionais, com possibilidade de obter compensações coloniais. No mesmo ano, o parlamento alemão aprovou a Primeira Lei Naval que deu início à construção acelerada de uma marinha de guerra que contribuiu para desencadear uma rivalidade naval com a Grã-Bretanha[13].

O criador da marinha alemã de alto mar, almirante Alfred von Tirpitz, dizia, ao discursar no parlamento: "Os interesses marítimos da Alemanha cresceram de uma forma completamente inesperada desde a fundação do Império. A sua defesa tornou-se, para Alemanha, numa questão de sobrevivência. Se se interferir ou prejudicar esses interesses marítimos, o país enfrentará a decadência, primeiro, económica e, depois, política".

À demissão de Bismark, em 18 de março de 1890, por divergências com Guilherme II, seguiu-se uma reformulação do conceito estratégico alemão. À época, a nova política externa berlinense seguiu a doutrina dos intelectuais

11 Lago Niassa (Moçambique, Malawi e Tanzânia), Lago Tanganica (República Democrática do Congo, a Tanzânia e o Burundi), Lago Kivu (Ruanda e República Democrática do Congo), Lago Eduardo e Lago Alberto (Uganda e República Democrática do Congo), Lago Vitória (Quénia, Uganda e Tanzânia) e Lago Turkana (Quénia e Etiópia).

12 A reação antibritânica na opinião pública portuguesa e o esfriamento das relações diplomáticas luso-britânicas, resultantes deste incidente, esfumaram-se durante a Guerra Anglo-*boer*, de 1899-1902. Portugal manifestou disponibilidade para se reaproximar e colaborar com a Grã-Bretanha. A historiografia portuguesa tem dado mais ênfase ao episódio do "ultimato" do que à reaproximação diplomática anglo-lusa.

13 SCHECK, Raffael M. (1998), *Alfred Von Tirpitz and German Right-wing Politics, 1914- 1930*, Humanities Press International, New Jersey, pp. 2-5 e 21-34.

germânicos, segundo a qual "o Mar" era um fator de poder determinante da política mundial. Segundo esta conceção geopolítica, desenvolvida essencialmente por Friedrich Ratzel, "as poderosas nações continentais teriam, necessariamente, que tornar-se também potências navais, pelo que só assim seria possível a uma nação adquirir supremacia mundial".

Ratzel introduziu também, no pensamento político alemão, a noção de "espaço vital" (*Lebensraum*), segundo a qual todo o Estado está "necessariamente" em luta para defender o "seu espaço". Um grande Estado seria concebido como um ser vivo que crescia, retirando espaço aos pequenos países, que não teriam possibilidade de viver. A geopolítica ratzeliana fornecia assim o suporte ideológico justificativo da expansão territorial do Império Alemão[14].

Por seu lado, a Liga Pangermânica defendia que só se podiam expandir as nações que possuam uma "história com raízes culturais, de valor incontestável" (*kultur*), pelo que as "nações dominantes", como a Alemanha, deveriam expandir-se à custa de pequenos povos "inaptos à vida e incapazes de formar um Estado". Esta Liga, que teve uma grande aceitação nos meios académicos e militares da Alemanha, apoiava a "colonização" como ideia cultural da «missão civilizadora do *II Reich*»[15].

Assim, a partir da década de noventa do século XIX, sob impulso de Guilherme II, os governos da Alemanha passaram a apoiar planos de expansão em África, estimulados pelo crescimento económico do País e pela doutrina social-darwinista, pelo que o *Kaiser* se sentia compelido a intervir com mais determinação em questões não europeias, mesmo que para tal tivesse de entrar em rotura, ou mesmo em conflito, com a Grã-Bretanha[16].

14 SMITH (1980), pp. 51-68. Ratzel, que deixou bem claro na *Antropogeografia* que é contra o "determinismo simplista", defendia colónias ultramarinas para a Alemanha, na Ásia e África, mas não uma expansão em terras eslavas.

15 Criada em 1890, exaltava o nacionalismo alemão, "devendo ser combatida qualquer nação contrária a este objetivo, para não prejudicar o orgulho alemão". Este ideal deveria ser difundido na sociedade, nas leis nacionais e nas escolas. Os seus membros, amparados na lei alemã, buscavam a educação das crianças de acordo com os seus objetivos ideológicos. Eram extremamente favoráveis à expansão militar, com a finalidade de trazer benefícios, "custasse o que custasse", para o desenvolvimento da Alemanha.

16 Em 1859, Charles Darwin (1809-1882) publicou *Origem das Espécies*. A ideia de que os seres vivos evoluem já estava formulada desde meados do século XVIII e início do século XIX. Lamarck (1744-1829) foi o primeiro a fazer uma sistematização dessa ideia concluindo que o organismo se adapta ao meio onde está inserido e acaba por se modificar.

A "querela luso-britânica do Ultimato" e dívida externa portuguesa

Entre 1898 e 1899, tiveram lugar os incidentes conhecidos por "crise de Fachoda, quando a França e a Grã-Bretanha decidiram construir linhas de caminho-de-ferro destinadas a ligar as respectivas colónias africanas, de Dakar (Senegal) a Djibouti (Costa Oriental de África) e do Cairo (Egito) à Cidade do Cabo (África do Sul). A pequena cidade de Fachoda[17], situada no entroncamento das duas linhas, converteu-se em palco da confrontação.

Uma expedição militar francesa chegou a Fachoda antes da volumosa força expedicionária britânica, procedente do Egipto. Os franceses tiveram de se retirar, devido à sua inferioridade numérica. A resolução deste incidente e o aumento da influência alemã na zona levaram à assinatura da «*Entente Cordiale*» (1904): a França reconhecia o domínio britânico no Egipto em troca do direito de atuar livremente em Marrocos e o domínio anglo-egípcio sobre o Sudão[18]. A «*Entente Cordiale*» constituiu uma série de acordos entre Grã-Bretanha e a França (8 de abril de 1904). Além das preocupações imediatas de expansão colonial, o acordo marcou o fim de quase um milénio de conflitos intermitentes entre as duas nações, formalizando a coexistência pacífica que já existia desde o fim das guerras napoleónicas (1815). O acordo resolveu muitos problemas de longa data. A França reconhece o controlo britânico sobre o Egito, enquanto a Grã-Bretanha é recíproca a respeito da França em Marrocos. A França desistiu de seus direitos exclusivos de pesca nas margens de Terra Nova e em troca recebeu uma indenização e territórios na Gâmbia (Senegal) e na Nigéria. A Grã-Bretanha retirou reclamações relativas ao regime aduaneiro francês em Madagáscar.

Em 20 de novembro de 1889, com vista a manter os portugueses afastados da expansão inglesa na Zambézia, o governo inglês também abriu um conflito em relação aos territórios africanos sob bandeira portuguesa, alegando que "os Macololos [povo da região no Alto Zambeze] foram atacados pelo Major Serpa Pinto, depois de o Cônsul Britânico lhe ter declarado que estavam

17 Fachoda, atual Kodok, situa-se no Alto Nilo, no nordeste do Sudão do Sul. É conhecida pelo Incidente de Fachoda em 1898, que levou França e Reino Unido bem próximo de uma guerra para unir seus territórios coloniais na África no final no século XIX. A *Entente Cordiale* de 1904 levou aos britânicos trocar o nome do povoado com a esperança de apagar o incidente da memória.

18 Cf. EMBRY, Kristi N., "The Entente cordiale between England and France, 8 April 1904", http://www.branchcollective.org/?ps_articles=kristi-n-embry-the-entente-cordiale-between-england-and-france-8-april-1904.

sob a proteção da Inglaterra, de que o Major com uma força de 4.000 homens, 7 metralhadoras e 3 vapores se achava em Ruo [bacia hidrográfica na margem leste do Chire] e que tinha declarado oficialmente que era sua intenção tomar posse de toda esta região até ao lago Nyassa. Avisou, além disso, as estações inglesas de Blantyre [Malawi] de que terão de colocar-se sob a proteção de Portugal ou de sofrer as consequências que poderiam resultar de assim o não fazerem. (…). George G. Petre [Ministro plenipotenciário e extraordinário do Governo britânico em Lisboa][19]".

Um mês depois, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Henrique de Barros, justificava que "o Governo Português organizara uma expedição de carácter puramente técnico, sem recursos de pessoal para empreender uma guerra, da qual foi dado conhecimento ao Governo de S. M. B. e a ela se referiam, em tempo, todos os jornais, incluindo, os ingleses, sem que suscitasse o mínimo reparo o local onde ela devia operar; que ao bom êxito dessa expedição se opuseram as perturbações ocorridas no Chire e, mais tarde, os boatos espalhados e os manejos no intuito expresso de a contrariar, tendo a expedição portuguesa sido, durante a ausência do Major Serpa Pinto, atacada e que (este) não atacou[20]."

Tais acontecimentos e os correspondentes desenvolvimentos diplomáticos culminaram no "Ultimato" inglês, de 11 de janeiro de 1890, cuja querela a Alemanha se disponibilizou para mediar, através do seu embaixador na Áustria, tendo dado instruções ao seu embaixador em Londres, para dar sinal ao Primeiro-ministro britânico acerca dos interesses germânicos em África. Em face da promessa de secretismo alemão, o governo inglês aceitou a proposta alemã, que o ministro português dos Negócios Estrangeiros também viu com agrado (ou ingenuidade?), em abril de 1891.

Em junho, foi assinado um do Tratado Luso-britânico, com duras exigências a Portugal. Aqui, o fator determinante, que levou Berlim a interferir, foi a Revolta de 31 de janeiro de 1891, pois a instauração do regime republicano, em Portugal, com reflexos em Espanha, podia aliar ambos Estados à França. A pretexto da situação financeira do País, o embaixador alemão em Lisboa tentou sensibilizar outras potências para uma «demonstração naval» no Tejo.

Portugal, em grave crise financeira, necessitava de desenvolver os territórios africanos. Em maio de 1898, o Governo negociava um empréstimo com Londres. A Alemanha, desejosa de consolidar a sua ideia de *Mittelafrika*, propôs à Inglaterra um empréstimo a Portugal, em comum, garantido pelos rendimen-

19 GUEDES, Armando Marques (1938), *A Aliança Inglesa (Notas de História Diplomática)*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, pp. 320-321.

20 Idem.

tos das alfândegas coloniais. Pois, no caso de Portugal não pagar ou em caso de queda do Império, cada país assumiria as responsabilidades por «esfera de influência». Por seu lado, a Inglaterra pretendia garantir a neutralidade da Alemanha, em África, mas esta só deixaria de apoiar os *Boer* com a assinatura de um acordo de "divisão" da África Austral em «esferas de influência».

A 30 de agosto de 1898, ingleses e alemães assinaram três documentos: convenção sobre o possível empréstimo a Portugal; convenção secreta para a hipótese de Portugal não poder manter as suas colónias africanas ao Sul do Equador e a ilha de Timor; e nota secreta sobre concessões nas «esferas de influência».

Ambos os países se comprometiam a um empréstimo comum, dividindo os rendimentos das alfândegas de Angola, Moçambique e Timor. Mas os acordos secretos não alteravam nada aos ingleses, uma vez que, pelo Tratado de 1891, estes já detinham o direito à preferência do território a Sul do Zambeze. Portugal acabou por obter o auxílio financeiro da França, o que lhe permitiu recusar aquele "presente envenenado". Numa declaração secreta Luso-Britânica, de 14 de outubro de 1899, Portugal comprometeu-se a não deixar passar armamento e munições para o Transval e a não declarar neutralidade em caso de guerra, entre este último e a Inglaterra, garantindo esta a segurança das colónias portuguesas.

Em 1912, com Portugal fragilizado pela conjuntura pós-revolucionária da Primeira República, a Inglaterra pôs em causa a aliança, iniciando uma revisão formal do acordo secreto de 1898, com a Alemanha, retomando a ideia do empréstimo mútuo. Desta vez, as promessas e facilidades oferecidas pela Inglaterra procuravam desencorajar os alemães de prosseguirem o seu programa naval, para a partilha da Ásia.

Na versão alemã, o preâmbulo da Convenção deveria prevenir e obviar as "complicações internacionais de uma possível crise financeira em Portugal, mantendo a sua integridade e independência e preservando os interesses das colónias alemães e inglesas contíguas às portuguesas." Os trabalhos para a revisão decorreram em 1913, nunca tendo sido publicado um texto final, entre outros motivos, porque a França teve conhecimento das negociações.

Seguiu-se a Grande Guerra, o que impediu a conclusão do "famigerado" acordo. Por esta época e a propósito do "plano estratégico alemão", já em 1911, na sua obra "A Alemanha e a próxima Guerra", o general Friedrich Von Bernhardi, adepto das ideias nacionalistas extremistas da Liga Pangermânica, referia-se Portugal e às colónias, nos seguintes termos:

> "(…). Um desastre financeiro ou político de Portugal poderia dar-nos ocasião de adquirir parte das colónias portuguesas. Podemos inclusive supor que existem, entre Inglaterra e Alemanha, certos acordos sobre a eventual divisão das ditas colónias, ainda que não tenha sido dada publi-

cidade aos mesmos. Se realmente existem tais acordos e se a Inglaterra estará disposta a honrá-los, quando chegar a hora, o futuro o dirá. A Inglaterra poderia até encontrar meios de tornar o convénio ineficaz, e, a dizer a verdade, após troca de informações com a Alemanha, a respeito deste ponto, sabe-se que o governo inglês garantiu a Portugal, em convénio separado, a posse das suas colónias".

O fim do império colonial alemão em África

Após o eclodir das declarações de guerra, na Europa, no verão de 1914, os alemães foram perdendo as suas colónias africanas.

A Togolândia rendeu-se aos ingleses, em 24 de agosto, após terem autodestruído a estação de rádio de Kamina.

Nos Camarões, no início de 1916, o comandante da «*schutztruppe*» ordenou a retirada das unidades alemãs, bem como dos civis, para Rio Muni, na Guiné Espanhola (atual Guiné Equatorial).

No Sudoeste Africano, o último comandante da «*kaiserliche schutztruppe*», rendeu-se perto de Knorab, a 9 de julho, e os prisioneiros alemães foram transportados para campos de concentração perto de Pretória e, posteriormente, transferidos para Pietermaritzburg, na região oriental, a 80 km de Durban.

Na África Oriental Alemã, as operações tiveram mais desenvolvimentos. Desde o início de 1914, Paul von Lettow-Vorbeck comandava, ali, as forças alemãs. Quando a guerra eclodiu na Europa, este ignorou a ordem de neutralidade e aprontou-se para combater. Por isso, evitou a ocupação de Tanga, em novembro de 1914, repelindo os ingleses.

O seu plano consistia em afrontar e capturar o maior número possível de tropas britânicas, mantendo a máxima pressão sobre as forças remanescentes, para forçar a *Entente* a desviar o efetivo do teatro de guerra na Europa. Para minorar as perdas de pessoal, Lettow-Vorbeck evitou confrontos com forças britânicas, desencadeando ações de guerrilha no Quénia e na Rodésia. Para o efeito, aproveitou tudo o que encontrava disponível, sendo disso exemplo paradigmático a utilização do pessoal e armamento, incluindo o material de artilharia, do cruzador alemão *SMS Königsberg*, afundado no delta do Rio Rufiji, em 11 de julho de1915.

Como a possibilidade de reforçar e manter os efetivos, por parte da Grã-Bretanha, era real e decisiva, Lettow-Vorbeck fez uma incursão para sul e atravessou o rio Rovuma, em novembro seguinte, penetrando em Moçambique, até perto da costa, entre Angoche e Quelimane, onde desenvolveu atividade operacional, durante cerca de nove meses, com ataques a guarnições portuguesas para capturar pessoal e subsistências.

Reentrou no território da África Oriental Alemã, em 28 de setembro de 1918, para rumar para sudoeste, em direção a Kasama, e atacar os ingleses na Rodésia do Norte, evitando a armadilha que os britânicos, entretanto, lhe haviam preparado na África Oriental Alemã.

A 12 de novembro de 1918, um dia após a assinatura do Armistício de Compiègne, tomou Kasama, que os britânicos haviam evacuado, naquela que foi a "última vitória alemã" no conflito. Daí continuou para sul, em direção ao Katanga, tendo chegado às margens do rio Chambeshi, na manhã de 14 de novembro, onde o inimigo o informou de que "a Alemanha manifestara a rendição incondicional de todas as tropas que operavam na África Oriental". Aceitou então as instruções dos britânicos para se dirigir com as suas forças para norte, até Abercorn (Mbala) para aí formalmente se render, o que ocorreu a 23 de novembro.

Conclusão

De uma forma geral, a colonização dos territórios africanos, visando o monopólio do comércio internacional, não foi um processo pacífico, confrontado mais com a resistência dos povos do interior, uma vez que os do litoral, ainda não totalmente saneados dos vícios do tráfico negreiro, estavam em transição para outras atividades comerciais. Nesta conformidade, a exploração colonialista alemã assumiu fórmulas violentas de relacionamento com diferentes comunidades africanas tentando exercer uma pretensa superioridade racial e cultural sobre as maiorias nativa materialmente inferiores.

A assinatura de Tratados de protetorado deveria tranquilizar o processo de ocupação, comprovando a extensão dos domínios. Porém, este formalismo provocou frequentes conflitos entre os colonizadores (na África oriental, entre alemães e ingleses, e, na África ocidental, entre franceses e ingleses), pela corrida às povoações (para "chegarem primeiro" e "venderem proteção e exclusividade de comércio"), os quais, nunca redundando em conflitos militares, foram sempre resolvidos, na Europa, pela via político-diplomática.

Bibliografia

ALMADA, José de (1946), *Convenções anglo-alemães relativas às colónias portuguesas*, Lisboa, Estado-Maior do Exército.

ARRIFES, MARCO FORTUNATO (2004), *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa: Angola e Moçambique (1914-1918)*, Lisboa, Edições Cosmos e Instituto de Defesa Nacional.

BELTRAME, Fernando M. Navarro (2010), «Mittelafrika: Canarias y la geopolitica alemana en el Africa subsahariana y en el Maghreb (1871-1919)», Vector Plus, n.º 35 (janeiro-junho).

COELHO, Adelino de Matos (2014), *Revista Militar* II Século – 66º Volume-n.º 5 (Maio), pp. 365-392.

CORREA, Silvio Marcus (2010), «A "Partilha da África" pela imprensa teuto-brasileira», *Revista do Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS)*, Uberlândia (Minas Gerais), Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, volume 23, n.º 2, julho/dezembro, pp. 459-480.

EMBRY, Kristi N., "The Entente cordiale between England and France, 8 April 1904", http://www.branchcollective.org/?ps_articles=kristi-n-embry-the-entente-cordiale-between-england-and-france-8-april-1904.

GARCÍA-PELAYO, Manuel (1949), *La Teoria de la sociedad en Lorenz von Stein*, Madrid, Instituto de Estudios Políticos.

GARCIA, Francisco M. Proença, *Análise Global de uma Guerra (Moçambique 1964-1974)*, http://www.triplov.com/miguel_garcia/mocambique/capitulo1/grandes_poderes.htm.

GUEDES, Armando Marques (1938), *A Aliança Inglesa (Notas de História Diplomática)*, Lisboa, Editorial Enciclopédia.

GUEVARA, Gisela (2006), *As relações entre Portugal e a Alemanha em torno da África: finais do século XIX e inícios do século XX*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros.

LUTHAR, Oto, LUTHAR, Brenda (2004), «Marking the Difference of Looking for Common Grounds? South East Central Europe», in WINGFIELD, Nancy Merriwether (coord.), *Australian Stidies – Creating the Other Ethnic Conflict & Nationalism in Habsburg Central Europe*, Col. Austrian and Habsburg Studies, Volume 5.

PETER Wolfgang (2007), *Die Kolonialpolitik des Deutschen Kaiserreichs in Afrika*, http://www.mgfa.de/html/einsatzunterstuetzung/downloads/meuhva07petteru.pdf.

SCHECK, Raffael M. (1998), *Alfred Von Tirpitz and German Right-wing Politics, 1914-1930*, Humanities Press International, New Jersey, pp. 2-5 e 21-34.

SMITH, Woodruff D. (1980), "Friedrich Ratzel and the Origins of Lebensraum", *German Studies Reviev*, vol. 3, n.º 1 (fevereiro), pp. 51-68.

WONDJI, Christophe (2010), *Os Estados e as culturas da costa da Alta Guiné*, in «História geral da África: África do séc. XVI ao XVIII, Vol. V, ed. Bethwol Allan, Brasília, UNESCO.


À VOLTA DE UM DELTA
HÁ SEMPRE LUGAR PARA MAIS UM.
DELTA
CAFÉS
votado pelos leitores
MARCA DE CONFIANÇA
2014
Seleções do Reader's Digest
Eleito café de confiança há 13 anos consecutivos.
Este é o café dos amigos. O café da família. O café dos momentos de partilha.
O café à roda do qual giram as nossas histórias, as nossas conversas e os nossos sonhos. Há 13 anos consecutivos que este é o café em que mais confiamos.
Delta, marca de confiança dos portugueses.
DELTA
CAFÉS
O CAFÉ DA SUA VIDA

Revista Militar
N.º 8/9 – agosto/setembro 2014
pp. 703-718

Portugal, a Grã-Bretanha e África (1914-1918): cooperação e tensão



Prof. Doutor Pedro Aires Oliveira

O tema do painel onde esta comunicação foi originalmente apresentada, no colóquio *I Guerra Mundial – Portugal em África* (Junho de 2014)*, referia-se, muito apropriadamente, às "contradições da neutralidade portuguesa" e foi com essa ideia em mente que procurámos organizar o presente artigo, o qual terá como principal foco a interacção entre Portugal e Grã-Bretanha nas vésperas e no decurso do primeiro conflito mundial. Dois países que, como é bem sabido, não obstante se congratularem frequentemente pela antiguidade da sua aliança, estavam afinal longe de apresentar um registo muito harmonioso no seu relacionamento recente – algo que em boa parte se explica pelos atritos que se foram sucedendo em torno de questões suscitadas pela projecção imperial de ambos, desde a abolição do tráfico de escravos transatlântico à competição comercial e geopolítica na África Austral em finais de oitocentos.

1. A República e a Aliança Inglesa

Com efeito, a forma como a questão colonial/africana emergiu nos debates suscitados pela conflagração mundial é bem elucidativa da atitude ambivalente que o regime republicano, e uma parte da sua elite política, manteve para com a Grã-Bretanha. Cremos que será desnecessário destacar a relevância que um acontecimento como o Ultimato britânico de 1890 assumiu para

* O autor deseja agradecer ao Major-general Adelino de Matos Coelho o convite para a participação neste colóquio, bem como a sua amável insistência para que a comunicação aí apresentada fosse passada a escrito. Partes da primeira secção deste texto foram originalmente publicadas em OLIVEIRA (2012).

toda uma geração de jovens republicanos que, vinte e cinco anos mais tarde, se viria a encontrar em posições-chave na governação do país. Isso é sobejamente conhecido. Supomos também que os leitores estarão devidamente familiarizados com a moderação da "anglofobia" que se foi insinuando nas fileiras republicanas na fase final da Monarquia[1]. Como já foi assinalado, na viragem do século, os dirigentes do PRP tinham-se apercebido de que a sobrevivência da monarquia espanhola ao "desastre" de 1898 (perda de Cuba e das Filipinas no contexto da guerra hispano-americana) liquidara as hipóteses de um movimento revolucionário republicano na Península, a partir de uma implosão do poder dos Bourbons em Madrid[2]. Por conseguinte, os dirigentes do PRP foram-se rendendo à evidência de que, para ser bem-sucedida, uma estratégia de assalto ao regime monárquico teria de contar, se não com o encorajamento, pelo menos com a aquiescência ou não interferência, da velha aliada.

Em Julho de 1910, quando esse assalto estava já numa fase adiantada de preparação, uma missão mandatada pelo Congresso Republicano do Porto deslocou-se a Londres com o intuito de sossegar o *Foreign Office* (FO) quanto às linhas gerais de um futuro governo republicano, o qual estaria na disposição de manter a aliança inglesa como o pilar fundamental da política externa de Portugal (uma aliança "entre povos" e não entre regimes). Sem se comprometerem com nada, os dirigentes britânicos não ignoravam de facto as dificuldades crescentes com que os governos de D. Manuel II se debatiam e, em diversas ocasiões, não deixaram de notar aquilo que lhes parecia ser a tibieza da classe dirigente monárquica face à escalada daqueles que apostavam no seu derrube. Sintomaticamente, um memorando interno do FO, datado de Junho desse ano, contemplava já a possibilidade de uma instauração da República em Portugal – desenvolvimento tido como aceitável desde que levasse ao estabelecimento de um regime "ordeiro" e aceite pela maioria da população[3].

Dos contactos feitos no FO e nas redacções de alguns jornais britânicos influentes, a delegação republicana, constituída por José Relvas, Magalhães Lima e Alves da Veiga, recolheu a impressão de que a "não-interferência" seria provavelmente a atitude do governo de Londres face a um cenário de mudança política em Portugal. E, de facto, numa primeira fase, não se enganaram. Em Outubro de 1910, nenhum vaso de guerra da *Royal Navy* interferiu com as movimentações militares que conduziram ao derrube da Monarquia,

1 TEIXEIRA (2011).
2 RAMOS (2009).
3 TORRE GÓMEZ (2002), pp. 193-195.

ao exílio de D. Manuel II e à proclamação da República. Depois, como é sabido, as coisas complicaram-se.

Com efeito, apesar de todas as garantias oferecidas quanto ao respeito pelos compromissos internacionais do Estado, as vicissitudes da política republicana portuguesa perturbaram enormemente o processo de reconhecimento internacional do novo regime. Neste capítulo, a atitude de Londres foi crítica. A agressiva política secularista do Governo provisório assumiu, aos olhos de muitos observadores britânicos, um aspecto "anti-cristão" que não podia também deixar de afectar as igrejas protestantes estabelecidas em Portugal, incluindo a Anglicana. Por outro lado, a aparente incapacidade das novas autoridades em assegurarem a ordem pública, e disciplinarem as actividades de organizações como a "Formiga Branca", deram argumentos àqueles que pretendiam retardar o reconhecimento *de jure* do regime, na expectativa de um colapso das autoridades republicanas. Em Londres, figuras influentes como Winston Churchill, Primeiro Lorde do Almirantado, chegariam mesmo a admitir como vantajosa, para os interesses britânicos, uma absorção de Portugal pela Espanha de Afonso XIII[4].

Ao manter em suspenso o reconhecimento do regime, o governo liderado pelo liberal Herbert Asquith bloqueava, na prática, a normalização das relações internacionais da República, pelo menos no contexto europeu. Apenas em meados de 1911, com a aprovação da nova Constituição, a eleição do primeiro Presidente da República e o fiasco das "incursões" de Paiva Couceiro, é que Londres se conformou com a irreversibilidade da situação criada em Portugal, avançando então para o reconhecimento do novo regime[5].

Todo este processo acidentado acentuou o sentimento de insegurança das elites republicanas, desejosas de restaurar os laços com a aliada para contarem com o seu concurso para uma série de iniciativas que tinham em preparação, a começar pelo lançamento de um ambicioso programa de modernização da sua marinha de guerra[6]. Sucede, porém, que esta normalização de relações ocorreu num período peculiar da diplomacia europeia, uma época de pactos secretos, alinhamentos instáveis e crescente ansiedade quanto à possibilidade de uma nova conflagração geral. Neste contexto, o desprendimento ou, se preferirmos, o cinismo das grandes potências tornava-se ainda mais inquietante para pequenas potências como Portugal.

Um episódio sintomático deste estado de coisas foi a reactivação das negociações entre Londres e Berlim, em 1912-13, para uma possível partilha dos

4 Sobre o atribulado processo do reconhecimento da República, cf. TEIXEIRA (1996), pp. 84-99.
5 RAMOS (2011).
6 Cf. TELO (2010b).

territórios coloniais portugueses, algo que figuras em ambas as chancelarias acreditavam poder contribuir para travar a escalada nas tensões anglo-germânicas, desencadeada pelos programas navais do almirante Tirpitz. Em 1898, recorde-se, face a um novo cenário de bancarrota iminente do Estado português, Londres e Berlim haviam chegado a acertar os termos de uma divisão do império ultramarino de Portugal em esferas de influência, um cenário não concretizado devido à eclosão da guerra Anglo-Boer (1899-1902), a qual, entre outras coisas, tornara os britânicos mais desconfiados acerca das reais intenções do Kaiser Guilherme e da sua *Weltpolitik*[7].

Essas conversações de 1912-13, aliás, correram paralelas a um debate travado entre o Almirantado e o FO sobre o real valor da aliança com Portugal para a estratégia naval britânica. Com a nova divisão de tarefas acordada com a França, em 1912, relativamente à defesa das posições da Entente no Atlântico e no Mediterrâneo, alguns responsáveis em Whitehall vão preconizar um abandono dos compromissos para com Portugal, em benefício de uma aproximação à Espanha, tornada apetecível pelo seu programa de modernização naval. Para Winston Churchill, uma vez mais, a aliança com Portugal era um empecilho relativamente a um estreitar de laços com a Madrid, na medida em que eram conhecidas as aspirações hegemónicas de Afonso XIII face ao seu vizinho peninsular. Numa série de memorandos datados de Dezembro de 1912, o Almirantado procurará fazer vingar a tese do superior valor estratégico da amizade espanhola, e minimizar os custos resultantes de uma revogação dos tratados com Portugal. Esta perspectiva acabaria, todavia, por ser refutada graças à intervenção de Sir Eyre Crowe, um influente diplomata e estrategista do FO, para quem a ideia de uma negação de facilidades à Alemanha pelos portugueses, uma vez denunciada a aliança, pudesse ser dada por adquirida[8].

Este debate demonstra bem como Londres mantinha uma interpretação altamente flexível dos seus compromissos para com Portugal. Tal como em 1898, a avaliação que alguns sectores das elites diplomáticas britânicas faziam das vantagens de manter a soberania portuguesa em África acabariam por "salvar" a aliança e o império; mas o desejo de manter uma "segunda via" em aberto, tendo em vista uma conciliação com a Alemanha, nunca foi inteiramente abandonado por alguns sectores do poder britânico. Assim, é sabido como até 1914 decisores em Whitehall se absteriam de pôr termo a uma

7 Sobre o expansionismo alemão em África e o seu aspecto ameaçador para o domínio português, veja-se COELHO (2014). Acerca dos acordos anglo-germânicos, veja-se, entre outros, TELO (1993), capítulo 1 e p. 66.

8 Veja-se TORRE GOMÉZ (2002) e STONE (1975).

série de contactos entre empresários britânicos e banqueiros alemães acerca do financiamento do Caminho de Ferro de Benguela, contactos esses realizados muito dentro do espírito das convenções de 1898 e 1913[9].

2. A República e a Guerra

Tudo isto nos traz a um dos episódios cruciais da governação republicana: a questão da atitude de Portugal perante a Grande Guerra. Por questões de espaço, e porque se trata de um tema amplamente glosado e debatido pela historiografia da Primeira República, não nos deteremos aqui no exame às principais teses relativas às motivações por detrás da beligerância portuguesa, nem à forma como esta se efectivou, em Março de 1916, a pretexto do apresamento dos navios alemães fundeados em portos nacionais.

Limitar-nos-emos a assinalar que parece hoje existir algum consenso, construído a partir da abordagem revisionista dos anos 1990, acerca da preponderância dos cálculos de natureza doméstica na decisão dos governos republicanos de "forçarem" uma participação de Portugal na guerra, através do envio de um corpo expedicionário para a frente ocidental[10]. Embora possamos aceitar que esses cálculos não seriam incompatíveis com uma certa visão do "interesse nacional", parece inquestionável que uma apreciação mais fria, racional e ponderada dos recursos de que o país dispunha para dar conta de um desafio dessa magnitude foi relegada para segundo plano.

Quer dizer, entre os principais chefes das correntes e partidos republicanos era relativamente consensual que, se certas circunstâncias se conjugassem – desde logo, por via de um pedido de auxílio formulado pela Entente, através da aliança luso-britânica –, Portugal muito dificilmente poderia conservar-se numa posição de neutralidade.

No entanto, essa convergência transpartidária terminava quando chegava a altura de determinar as modalidades *concretas* de um envolvimento português ao lado da Entente. Para os sectores mais impacientes e voluntariosos do Partido Democrático (os "guerristas"), a beligerância portuguesa seria não apenas inevitável, mas eminentemente desejável. Através dela, o país afirmar-se-ia perante as nações com as quais possuía maiores afinidades e, participando activamente na frente ocidental, seria credor da solidariedade destas numa futura conferência de paz. Prestar "bons serviços", no âmbito de uma

9 Cf. KATZELLENBOGEN (1973), pp. 75-79.

10 Esse consenso baseia-se fundamentalmente nas contribuições de VALENTE (1992), TEIXEIRA (1996) e MENESES (2000) e RAMOS (2001).

mera neutralidade não-declarada, dificilmente seria uma opção satisfatória[11]. Isso equivaleria a deixar os destinos do país nas mãos de potências que, embora aliadas, já haviam dado provas de serem exímias praticantes da mais fria *Realpolitik*.

Para outros sectores da elite republicana, estas apreensões não seriam destituídas de fundamento, mas a lógica dos intervencionistas confundia-os. Não entendiam como é que uma beligerância feita *contra* os desejos dos aliados pudesse predispô-los a favor de Portugal num futuro acerto de contas. E, não menos importante, se um dos grandes desígnios nacionais passava pela salvaguarda das colónias, então porquê dispersar esforços, apostando num teatro de guerra, o europeu, que exigiria meios que estavam muito para além daquilo que o país poderia mobilizar. No limite, o que estes sectores preconizavam era uma espécie de beligerância "à japonesa", ou seja circunscrita apenas aos teatros de guerra onde houvesse um interesse vital claramente definido e fosse possível coordenar esforços com as potências aliadas.

Com o benefício da distância temporal, não é difícil ver até que ponto a insistência numa beligerância europeia se viria a revelar uma opção totalmente desastrosa, até sob o ponto de vista daquilo que seriam os interesses do regime republicano. A realidade, nua e crua, é que Portugal estava longe de reunir as condições mínimas – financeiras, económicas, logísticas, materiais e morais – para um desempenho satisfatório na frente ocidental. Entre outros factores, foi a insistência nessa participação que agravou dramaticamente a situação financeira do país (endividamento externo, inflação galopante) criando, em última análise, as condições para o advento de soluções de cariz extra-parlamentar. Como escreveu António Telo, "a estratégia diplomática falhou em larga medida porque se baseava na ideia de forçar o aliado a fazer uma coisa que ele não queria efectivamente fazer, sem que houvesse força para sustentar esse torcer de mão" [12].

Pondo agora de parte as já amplamente dissecadas motivações de cariz doméstico/partidário que impeliram Afonso Costa e outras figuras cimeiras do Partido Democrático para uma beligerância europeia, haveria, ainda assim, algum fundamento nos seus receios em relação às consequências de uma intervenção exclusivamente confinada ao teatro de guerra colonial/africano?

Para responder a esta questão, talvez seja útil ter presente algumas facetas da atitude britânica relativamente ao império português. Desde as grandes

11 Até por razões mais práticas, nomeadamente a assistência económica e financeira que poderia mitigar o impacto que a intensificação da guerra no Atlântico, a partir de meados/finais de 1915 (por via dos raides dos *U-boats* alemães), começou produzir nas condições de vida dos portugueses. Sobre isto veja-se FRAGA (2001).

12 TELO (2010b), p. 441.

controvérsias relacionadas com o arrastar de pés lusitano no tocante à abolição do tráfico de escravos no Atlântico que uma nota de reprovação moral, muito ao jeito de uma certa *self-righteousness* vitoriana, informava as percepções britânicas acerca do imperialismo português. Em finais de oitocentos, a incapacidade portuguesa de fazer evoluir as suas modalidades de administração e exploração económica em África e noutros locais para figurinos mais eficientes, racionais e "modernos" reforçou ainda mais essa sobranceria britânica. Num discurso proferido em 1898, o marquês Salisbury, fazendo eco das opiniões social-darwinistas da época, incluía Portugal, a par dos impérios otomano e chinês, no lote das "nações moribundas"[13], ao passo que, alguns anos mais tarde, Sir Edward Grey, o Secretário de Estado dos Estrangeiros, numa minuta interna, referir-se-ia às colónias portuguesas como "poços de iniquidade"[14].

O significado de apreciações tão negativas não deverá, contudo, ser exagerado. Em última análise, e apesar do impacto desagradável de alguns escândalos envolvendo as condições de trabalho em certos territórios portugueses (o caso do "cacau escravo", em S. Tomé), a política externa permanecia ainda uma esfera em que diplomatas e governantes formavam as suas decisões a partir de uma avaliação ponderada dos "interesses de Estado". Ora, em 1914, nos círculos decisórios em Londres a opinião maioritária inclinava-se para aceitar a continuidade do moralmente dúbio, mas estrategicamente útil, império ultramarino português. Eyre Crowe tinha sido bastante eloquente acerca desse ponto no debate de 1912 e a abertura das hostilidades com Berlim, em 1914, encarregara-se de liquidar as veleidades dos elementos mais favoráveis a uma estratégia de "apaziguamento" da Alemanha com base em barganhas coloniais. O conflito europeu rapidamente evoluiu para uma conflagração mundial em que as grandes potências se batiam essencialmente pelo enfraquecimento mútuo, com a margem para a negociação e compromisso a tornar-se virtualmente inexistente.

Apesar de não dispor dos mesmos trunfos, e de ter a sua marinha de guerra bloqueada pela esquadra britânica no Mar do Norte, nem por isso a Alemanha deixou de procurar pontos vulneráveis do império britânico. Para além do encorajamento a uma *Jihad* global contra os seus inimigos, e do consequente arrastamento do Império Otomano para o seu campo, Berlim não deixaria de explorar ao máximo as possibilidades de flagelação e desestabilização das rotas imperiais britânicas que um punhado de cruzadores

13 VINCENT-SMITH (1975), p. 30.

14 A expressão foi usada em 1911, numa minuta interna do FO, e depois publicada numa colectânea oficial de documentos diplomáticos (por razões de cortesia, porém, a referência depreciativa a Portugal seria omitida da publicação). Cf. LOUIS (1967), p. 33

ainda lhe permitia, do Atlântico Sul ao Pacífico. Impedir que alguns dos territórios coloniais alemães se pudessem articular com esses *raiders* tornou-se, como não podia deixar de ser, uma das prioridades dos estrategas britânicos em relação ao continente africano[15].

Enquanto Portugal se conseguisse conservar à margem do conflito, Londres entendia que os seus desígnios estariam bem servidos por uma política de neutralidade não-declarada, ou se quisermos, de não-beligerância, por parte de Lisboa. Portugal ficaria isento dos deveres e obrigações dos estados neutros e continuaria a prestar bom auxílio, à semelhança, do que sucedera na Guerra Anglo-Boer. Em concreto, isto poderia traduzir-se na concessão de facilidades para reabastecimento de vasos de guerra aliados, desembarque ou transporte de material militar em territórios coloniais portugueses (designadamente Moçambique, cujos corredores ferroviários e portos eram críticos para a movimentação militar britânica na metade oriental da África Central-Meridional), intercepção de comunicações telegráficas e postais de súbditos inimigos e outras formas de cooperação no domínio da *intelligence*.

Nos primeiros meses do conflito, isto foi suficiente para a Grã-Bretanha. A preocupação de Londres em garantir as condições da sua supremacia no ultramar implicou a neutralização da estação de TSF alemã em Kamina, no Togo, que assegurava as ligações entre as restantes colónias alemãs e o centro de comunicações de Nauen, na Alemanha, o que foi conseguido em 25 de Agosto de 1914. Também entre 1914-15, os britânicos foram capazes de localizar e abater o *Königsberg*, um dos últimos cruzadores alemães que poderia causar estragos à navegação comercial de franceses e britânicos no Índico, e que tinha procurado refúgio no delta do rio Rufiji, na Tanzânia (muito embora não lograssem impedir que a tripulação desmontasse as suas peças de artilharia e se juntasse às forças do general Paul von Lettow-Vorbeck nessa colónia alemã)[16].

No entanto, como a estratégia seguida pelos alemães foi a de recolher e concentrar forças no *hinterland* e viver dos recursos locais, isso exigiu a Londres a mobilização de consideráveis efectivos militares para garantir, pelo menos, o completo controlo das zonas costeiras. Foi aqui que as coisas correram menos de feição aos britânicos, nomeadamente na África Oriental, onde uma tentativa de assalto a Tanga, entre Mombaça e Dar-es-Salaam, com tropas indianas, resultou num completo fiasco.

Até que lhe fosse possível transferir alguns regimentos da África Ocidental para esse teatro de guerra, Londres precisava de contar com o apoio de alia-

15 Sobre isto veja-se STRACHAN (2003), capítulos 3 e 4 e NASSON (2014).

16 Veja-se STRACHAN (2004), pp. 83-84.

dos, nomeadamente os sul-africanos e os portugueses. Entre outras razões, isto explicará o desinteresse britânico na contribuição militar portuguesa na Flandres, vista como uma diversão desnecessária em relação a um outro objectivo para o qual se pensava que os portugueses estariam aptos a prestar um auxílio mais relevante. Em Julho de 1915, como é sabido, as autoridades alemãs no Sudoeste Africano haviam-se rendido aos sul-africanos, o que aliviou as preocupações portuguesas em relação ao sul de Angola e lhes permitiu concentrar esforços no norte do Moçambique, na fronteira do Rovuma, onde tinham uma reivindicação muito concreta: a recuperação de Quionga, um pequeno território que lhes havia sido subtraído pelos alemães em 1894 (e que, com algum exagero, René Pélissier designaria de "a Alsácia e Lorena" de Portugal em África)[17].

No entanto, mais do que o imperialismo alemão, aquilo que verdadeiramente deveria tirar o sono às autoridades republicanas em Lisboa e Moçambique era o "sub-imperialismo" dos sul-africanos[18].

A África do Sul, recorde-se, tinha completado há pouco um importante ajustamento político interno: a unificação das antigas colónias britânicas num estado unitário, um domínio da Coroa britânica investido de um elevado grau de autonomia política – a União Sul-Africana. Tendo perdido a guerra em 1902, os bóeres conseguiam, através deste compromisso constitucional, reequilibrar os termos do seu relacionamento com os elementos anglófonos da minoria branca. Figuras influentes desta elite africâner estavam animadas de um sentido expansionista e nem faziam grande segredo dos contornos desses propósitos. Pretendiam, entre outras coisas, converter o rio Zambeze numa das fronteiras da União, para assim ganharem o controlo do sul de Moçambique, cujos portos e corredores ferroviários da Beira e Lourenço Marques eram cruciais para o desenvolvimento do Transvaal. Este tipo de ambições, aliás, merecia a simpatia dos elementos do aparato imperial britânico mais empenhados na consolidação das forças políticas africâner que se haviam revelado mais conciliadoras no rescaldo do conflito de 1899-1902. Em 1915, o Secretário de Estado das Colónias, Lewis Harcourt, especulava se, no fim da contenda, encontrando-se o Sudoeste Africano alemão sob o controlo da União, esta não poderia equacionar uma permuta desse território com aqueles dois portos moçambicanos[19]. Os sul-africanos, porém, alegaram que, muito provavelmente, os portugueses revelariam pouca ou nenhuma abertu-

17 Citado em MARQUES (2012), p. 41.

18 Sobre essas apreensões e o relacionamento entre Portugal e União Sul-Africana, veja-se ARRIFES (2004), pp. 260-277.

19 HYAM (1972), p. 27.

ra a tal barganha e puseram em cima da mesa outra proposta. Sabendo o quão impopular uma confrontação com a Alemanha ainda seria para várias secções da opinião pública da União, o seu ministro da Defesa, Jan Christian Smuts, estava interessado em reconfigurar os planos expansionistas de Pretória de modo a que estes pudessem ser o menos ofensivos possível para as sensibilidades africâner. Nesse sentido, era mais apropriado envolver a União numa campanha na África Oriental, distante dos percursos míticos dos *treks* bóeres, da qual pudessem ser obtidos ganhos significativos. O que Smuts tinha em mente era isto: uma conquista da África Oriental alemã que, numa futura conferência de paz, poderia ser partilhada entre britânicos (o norte, amalgamado com o Quénia) e os portugueses (o centro e o sul, fundidos com Moçambique); em troca, aqueles permitiram uma adesão da Rodésia à União e estes abdicariam da Beira e Lourenço Marques. As fronteiras da União teriam assim como limites setentrionais os rios Cunene e Zambeze[20].

Estes desígnios, suspeitados pelos portugueses, ajudaram sem dúvida a "concentrar as mentes" em Lisboa e foram um estímulo para as sucessivas expedições de considerável envergadura, quer em termos de oficiais e soldados europeus quer em termos de meios militares que, entre 1914 e 1917, foram despachadas para Moçambique. A preocupação com a condução política das campanhas deverá também explicar a nomeação de uma influente personalidade republicana, Álvaro de Castro, antigo chefe de gabinete do ministro da Guerra Correia Barreto, e duas vezes ministro em executivos democráticos, para o cargo de governador-geral de Moçambique em 1915.

Não iremos aqui elaborar muito acerca das vicissitudes dramáticas destas campanhas no norte de Moçambique, já extensamente abordadas por autores como René Pélissier[21], John P. Cann[22], António Telo[23], entre outros. O inventário de erros e incúrias que é imputado às autoridades republicanas, e que estaria na base de desaires militares verdadeiramente embaraçosos nas regiões de Cabo Delgado e Niassa (a ponto de em 1918 o general Jaap van Deventer ter exigido que todas as forças portuguesas estacionadas no Niassalândia fossem postas às suas ordens[24]), não foi até hoje desafiado por qualquer abordagem revisionista no quadro da história militar.

Deve observar-se, contudo, para colocar as coisas em perspectiva, que o desempenho das forças da *Commonwealth* terá também deixado muito a desejar. Conforme nota o historiador Hew Strachan, Smuts revelou-se um

20 HYAM (1972), pp. 28-29.
21 PÉLISSIER (2000).
22 CANN (2001).
23 TELO (2010a).
24 MENESES (2014), p. 350.

general pouco inspirado, todo o aparato logístico da campanha foi mal concebido e gerido, e a percentagem de baixas resultantes de uma dieta inapropriada e de uma má coordenação médico-sanitária foi muitíssimo elevada[25].

Quando, em Janeiro de 1917, antes de partir para Londres para tomar o seu lugar no Gabinete Imperial de Guerra, Smuts reclama vitória, as forças imperiais combinadas envolvidas na campanha contra Lettow-Vorbeck estavam ainda longe de exercer um domínio efectivo sobre áreas significativas da colónia alemã. Os muito desprezados "cafres", i.e., os *askaris* (tropas suaílis) comandados pelos alemães tinham-se afinal revelado um adversário bem mais temível do que aquilo que a propaganda sul-africana estava disposta a admitir, circunstância que, a breve trecho, abriria caminho para a "africanização" da campanha na África Oriental, com a deslocação de contingentes dos *King's African Rifles* da Costa do Ouro e Nigéria.

Fosse como fosse, até praticamente à assinatura do armistício, em Novembro de 1918, o general alemão e a suas forças de *askaris* continuariam a operar quase a seu bel-prazer tanto em território alemão como português, capturando víveres, equipamento e munições em grandes quantidades, e tendo, a dada altura, chegado mesmo a ameaçar tomar o porto de Quelimane, bem no centro de Moçambique. De acordo com Strachan, Lettow-Vorbeck, um oficial prussiano impiedoso, brilhante em muitos aspectos, mas convencional noutros, só não terá conseguido causar maiores estragos em Moçambique porque não soube, ou não quis, explorar a lógica da guerra de guerrilha até às suas últimas consequências – ou seja, convertê-la numa verdadeira "guerra revolucionária" junto das populações que se ressentiam do domínio colonial português[26]. E, deve dizer-se, oportunidades não lhe faltaram. Um dos aspectos mais terríveis das campanhas africanas da Grande Guerra foi o recurso massivo que os exércitos europeus fizeram dos carregadores africanos, elementos imprescindíveis devido à impossibilidade de se usarem cavalos e mulas, demasiado vulneráveis à mosca tsé-tsé. Estima-se que só os britânicos terão recrutado 1 milhão de africanos para este serviço no Congo Belga, Ruanda, Uganda, Quénia, Rodésia do Norte, Niassalândia e Moçambique. Portugal, além de fornecer 30 mil carregadores aos britânicos, terá recrutado 90 mil homens para dar apoio às suas operações. O fortíssimo descontentamento que isto provocou em várias comunidades africanas (nomeadamente povos do norte e centro de Moçambique, como os ajauas, macuas, angoches e macondes), escusa de ser enfatizado[27].

25 STRACHAN (2003), pp. 86-88.
26 STRACHAN (2004), p. 177.
27 STRACHAN (2004), pp. 5-6.

Em parte, esse facto e outros abusos sistematicamente ocorridos nos territórios da Companhia do Niassa e de Moçambique, estariam na origem de várias revoltas nativas, e em especial aquela que foi uma das últimas grandes insurreições contra a autoridade portuguesa em Moçambique, a revolta de Makombe, ou do Barué, em Março de 1917, na região da Zambézia, um território com um largo historial de resistência local às práticas mais intrusivas do poder colonial luso. A dada altura, os portugueses tiveram mesmo de enfrentar uma força de aproximadamente 20 mil homens de várias origens étnicas, sofrendo um cerco em Tete e defendendo Sena a muito custo. O levantamento seria apenas reprimido com o concurso de 10 a 15 mil tropas auxiliares de origem angune, a quem foi dada rédea solta em matéria de saque e pilhagem, incluindo a permissão para tomarem mulheres e crianças como escravos[28]. O desmantelamento da revolta, aliás, daria pretexto a mais uma situação de atrito entre portugueses e britânicos, porquanto estes se revelaram pouco cooperantes nos esforços empreendidos para pôr cobro à insurreição, contrariamente ao que se havia verificado em 1915, quando as autoridades portuguesas enviaram um pequeno destacamento para colaborar na supressão da rebelião encabeçada pelo reverendo John Chilembwe, no sul do Niassalândia, em Janeiro de 1915[29].

Assim sendo, Portugal chegava ao fim do conflito numa situação, no mínimo, ambivalente. Por um lado, a situação de emergência e excepção provocada pela guerra criara um ambiente mais permissivo para o exercício de acções de "pacificação" que envolviam métodos e práticas de puro terror. E, nesse sentido, tanto em Moçambique como no sul de Angola, e ainda na Guiné, a República foi singularmente eficaz na liquidação dos últimos focos de resistência africana à ordem colonial que se vinha afirmando desde o último quartel do século XIX[30]. Mas, no embate com as *Schütztruppen* de Lettow-Vorbeck, o desempenho nacional foi visto como inteiramente insatisfatório pelos comandantes das forças do Império-*Commonwealth* – não só pelos brindes oferecidos ao inimigo em inúmeras ocasiões (o abandono de posições e depósitos de mantimentos, material médico, armas e munições, veículos), como pelos ressentimentos que alguns dos seus métodos acabavam por incutir nas populações autóctones, tornando a vida difícil aos aliados quando estes procuravam proceder à arregimentação de carregadores.

28 PÉLISSIER (2000), vol. 2, pp. 379-382.
29 PÉLISSIER (2000), vol. 2, p. 407.
30 Veja-se balanço geral em PÉLISSIER (2006).

3. Uma vitória pírrica

Na Conferência de Paz de Paris, os britânicos mantiveram em xeque as ambições sul-africanas em relação a Moçambique. Tendo justificado a sua entrada na guerra, em 1914, com referência à liberdade das pequenas nações (a violação da soberania belga pelos alemães foi o *casus belli* invocado pelo governo de Londres), a Grã-Bretanha teria muita dificuldade em explicar porque estaria disposta a caucionar amputações territoriais a uma potência, Portugal, que entrara em hostilidades com a Alemanha para responder a um pedido feito ao abrigo da aliança luso-britânica. Depois, apesar de todas as reservas que os portugueses lhes poderiam merecer no que concerne ao cumprimento da sua "missão civilizacional" em África, a verdade é que as suspeitas de Londres em relação à lealdade das autoridades sul-africanas no âmbito do Império-*Commonwealth* nunca se dissiparam por completo – e isso, em 1919, e nos anos seguintes, funcionaria como um obstáculo a uma aceitação britânica dos desígnios sul-africanos de engrandecimento tidos por "excessivos" [31].

Posto isto, é importante sublinhar, uma vez mais, que esse esforço de contenção não se poderá atribuir a um sentido de reconhecimento pelo contributo português para o esforço de guerra britânico na África Oriental. Os incidentes de toda a ordem que se foram acumulando, entre 1916 e 1918, entre responsáveis britânicos e as autoridades portuguesas, não criaram um clima muito propício para a satisfação de algumas pretensões destes últimos em Paris, geralmente tidas como impertinentes e extravagantes (compensações por "baixas africanas" ocorridas não em recontros com os alemães, mas em acções punitivas; reivindicação de um mandato sobre o Ruanda-Burundi).

Com algum cinismo, ao mesmo tempo que iam conduzindo conversações para a distribuição dos despojos dos impérios derrotados em África, no Próximo Oriente e na Ásia-Pacífico, os diplomatas britânicos não deixaram de explorar o ambiente moral que a retórica do presidente Wilson e todas as organizações humanitárias haviam ajudado a criar para manter Portugal sob pressão. Já depois de Afonso Costa ter assumido a presidência da delegação portuguesa à Conferência de Paz (Março de 1919), e ter procurado subir a parada no tocante às reivindicações de Portugal em matéria colonial (a procura de um mandato em África), os britânicos insistiram em que se esclarecessem e apurassem responsabilidades em relação a algumas das atrocidades ocorridas em Moçambique durante a guerra – interpelação que viria, inclusivamente, a suscitar o envio de um magistrado da metrópole, o juiz Bernardo

31 Veja-se HYAM (1972), pp. 31-46.

Botelho da Costa, incumbido de proceder à verificação dos factos compilados pelas autoridades britânicas ao longo de vários anos[32]. Como esse inquérito apenas se concluiu uma vez terminada a conferência de Paz, o melindre das alegações britânicas terá certamente contribuído para minar a autoridade moral dos representantes portugueses em todas as discussões envolvendo uma reconfiguração das áreas de influência e domínio europeus em África. Sem surpresa, quando as colónias africanas da Alemanha foram distribuídas, no âmbito do recém-criado sistema dos mandatos da SDN, britânicos, franceses, belgas e sul-africanos emergiram como os únicos beneficiários. A Portugal restava a consolação da restituição de Quionga (por "uma questão de conveniência e graciosidade", nas palavras de Lorde Milner, o Secretário de Estado das Colónias britânico[33]), facto que a imprensa afecta a Afonso Costa e ao Partido Democrático tentou apresentar como uma retumbante vitória diplomática, mas que, vistas bem as coisas, era um prémio assaz modesto para o enorme dispêndio de vidas, material e dinheiro que resultara do envolvimento português no conflito – tanto no teatro europeu como no africano[34].

Bibliografia citada

ARRIFES, Marco Fortunato (2004), *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa. Angola e Moçambique (1914-1918)*, Lisboa, Cosmos/IDN, 2004.

CANN, John P. (2001), "Mozambique, German East Africa and the Great War", *Small Wars & Emergencies*, Vol. 12, Nº 1, pp. 114-143.

COELHO, Adelino Matos (2014), "O Expansionismo Alemão em África", *Revista Militar*, Vol. 66, Nº 5, pp. 365-392.

HESPANHA, António Manuel (2010), "Um relatório inédito sobre as violências portuguesas na frente moçambicana da I Grande Guerra", *Africana Studia*, Nº14, 163--197.

HYAM, Ronald (1972), *The Failure of South African Expansion 1908-1948*, London, MacMillan.

FRAGA, Luís Alves de (2001), *O Fim da Ambiguidade: a estratégia nacional portuguesa de 1914 a 1916*, Lisboa, Universitária.

LOUIS, William Roger (1967), *Great Britain and Germany's Lost Colonies*, Oxford, Clarendon Press.

32 Cf. HESPANHA (2010).
33 Lord Milner citado em LOUIS (2006), p. 221.
34 Cf. MENESES (2010).

LOUIS, William Roger (2006), *Ends of British Imperialism. The Scramble for Empire, Suez and Decolonization*, London, I. B. Tauris.

MARQUES, Ricardo (2010), *Os Fantasmas do Rovuma. A epopeia dos soldados portugueses em África na I Guerra Mundia*l, Lisboa, Oficina do Livro.

MENESES, Filipe Ribeiro de (2000), *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra 1916-1918*, Lisboa, Cosmos.

MENESES, Filipe Ribeiro de (2010), *Afonso Costa*, Lisboa, Texto Editores.

MENESES, Filipe Ribeiro de (2014), "O Império Português", in GERWARTH, Robert; MANELA, Erez (org.), *Impérios em Guerra 1911-1923*, Lisboa, Dom Quixote, pp. 331-360.

NASSON, Bill (2014), "A África Imperial Britânica", in GERWARTH, Robert; MANELA, Erez (org.), *Impérios em Guerra 1911-1923*, Lisboa, Dom Quixote, pp. 247-284.

OLIVEIRA, Pedro Aires (2012), "As relações entre Portugal e a Grã-Bretanha no quadro da Primeira República" in Presidência do Governo Regional dos Açores/DG de Cultura, *Os Açores, a I Guerra Mundial e a República Portuguesa no Contexto Internacional*, Presidência do Governo Regional dos Açores/DG de Cultura, pp. 347-365.

PÉLISSIER, René (2000), *História de Moçambique. Formação e Oposição*, 2 volumes, Lisboa, Estampa, 3ªed. [edição original: 1984].

PÉLISSIER, René (2006), *As Campanhas Coloniais de Portugal 1844-1941*, Lisboa, Estampa [edição original: 2004].

RAMOS, Rui (2001), *A Segunda Fundação (1890-1926)* in José Mattoso (dir), *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa, Estampa [edição original: 1994].

RAMOS, Rui (2009), "Medo e Expectativas. Portugal e a Guerra Hispano-Americana de 1898*", Relações Internacionais*, Nº 24, Dezembro, pp. 29-46

RAMOS, Rui (2011) "Aparências e realidades: os republicanos perante a Aliança Inglesa até à Primeira Guerra Mundial" in MENESES, Filipe Ribeiro de; OLIVEIRA, Pedro Aires (eds.), *A 1ª República Portuguesa. Diplomacia, Guerra e Império*, Lisboa, Tinta-da-China, pp. 81-109.

STONE, Glyn (1975), "The official British attitude to the Anglo-Portuguese Alliance 1910-1945", *Journal of Contemporary History*, Vol. 10, Nº 4, pp. 729-746.

STRACHAN, Hew (2003), *The First World War*, London, Simon & Schuster.

STRACHAN, Hew (2004), *The First World War in Africa*, Oxford, Oxford University Press.

TEIXEIRA, Nuno Severiano (1996), *O Poder e a Guerra, 1914. Objectivos nacionais e estratégias políticas na entrada de Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Estampa.

TEIXEIRA, Nuno Severiano (2011), "A República e a política externa, in MENESES, Filipe Ribeiro de; OLIVEIRA, Pedro Aires (eds.), *A 1ª República Portuguesa. Diplomacia, Guerra e Império*, Lisboa, Tinta-da-China, pp. 23-33.

TORRE GOMÉZ, Hipolito de la (2002), *El império del rey. Alfonso XIII, Portugal y los Ingleses (1907-1916).* Mérida: Editora Regional de Extremadura.

TELO, António José (1993) *Os Açores e o controlo do Atlântico,* Porto, Asa.

TELO, António José (2010), "Campanha de Moçambique 1914-1915"; "Campanha de Moçambique 1916-1918" in AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos (coord.), *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918*, Lisboa, Quidnovi, pp. 147-149; 427-436.

TELO, António José (2010), *Primeira República. Do sonho à realidade I*, Lisboa, Presença.

VALENTE, Vasco Pulido (1992), "Revoluções: A 'República Velha' (ensaio de interpretação política)", *Análise Social*, Vol. XXVII, Nº 115, pp. 7-63.

VINCENT-SMITH, John (1975), *As Relações Políticas Luso-Britânicas, 1910-1916*, Lisboa, Livros Horizonte, 1975.

2º PAINEL
O «ESFORÇO DE GUERRA» PORTUGUÊS



CAVE, 2014

Revista Militar
N.º 8/9 – agosto/setembro 2014
pp. 721-740

A Marinha na mobilização militar para África



Capitão-de-mar-e-guerra José António Rodrigues Pereira*

Preâmbulo

O Século XX iniciou-se sob o espectro do confronto entre o Império Britânico e o Império Alemão, pela hegemonia mundial.

Numa tentativa para acalmar os ímpetos germânicos, a Grã-Bretanha negociara a divisão do Império Ultramarino Português, caso Portugal não conseguisse pagar os empréstimos concedidos pela banca internacional, e que a instabilidade política nacional fazia prever.

Mas estes factos não foram suficientes para que os sucessivos governos portugueses (da Monarquia e da República) pusessem em execução, apesar das muitas propostas elaboradas, um programa de reequipamento naval que dotasse o país de uma força naval compatível com os seus extensos e dispersos domínios ultramarinos.

É neste contexto que se inicia, em Agosto de 1914, o primeiro grande conflito mundial.

1. A Marinha no Início do Conflito

Com a excepção do combate da patrulha de alto-mar[1] *Augusto de Castilho* com o cruzador-submarino alemão *U-139*, a actuação da Marinha na Grande Guerra é praticamente desconhecida.

* Sócio Efetivo da Revista Militar.

1 Embora habitualmente referido como *caça-minas*, o *Augusto de Castilho* – *ex*-arrastão *Elite* –, mobilizado para o serviço naval, foi oficialmente classificado como *Patrulha de Alto-Mar* e utilizado na escolta de navios mercantes.

Devo ainda esclarecer que, neste trabalho, a palavra Marinha abrange a Armada e a Marinha de Comércio que, então, estavam na dependência do mesmo ministério, e representaram o que os britânicos chamam o *Serviço Silencioso* realizado longe das vistas do público.

Quando, em Agosto de 1914, rebentou o conflito que ficaria conhecido como a *Grande Guerra*, Portugal tinha grandes extensões de fronteira com a Alemanha. Recordemos que eram colónias alemãs os actuais territórios da Tanzânia, na fronteira Norte de Moçambique, e da Namíbia, na fronteira Sul de Angola.

Nessa época, a Armada Portuguesa contava com um conjunto de unidades navais bastante heterogéneas, e que a rápida evolução dos armamentos navais verificada nos primeiros anos do Século XX, tornara obsoletos; delas se destacavam cinco cruzadores, três contratorpedeiros, três canhoneiras e um submersível (Quadro I).

Quadro I – Navios da Armada em 1914

Tipo	Nome	Data Aquisição	Deslocamento (Ton)	Potência (CV)	Armamento (mm)	Guarnição (Homens)
Cruzador	*D. Carlos I* (depois *Almirante Reis*)	1898	4.253	12.730	4 peças de 150 8 de 120 14 de 47 2 de 37 3 metr 5 tubos lança-torpedos	318
	Adamastor	1896	1.757	4.000	2 peças de 150 4 de 105 2 de 65 3 metralhadoras 3 tubos lança torpedos	237
	São Gabriel	1898	1.838	3.000	2 peças de 150 4 de 120 8 de 47 2 de 37 2 metralhadoras 1 tubo lança-torpedos	242
	Rainha D. Amélia (depois *República*)	1899	1.683	5.000	4 peças de 150 2 de 100 4 de 47 2 de 37 2 tubos lança-torpedos	263
	Vasco da Gama	1876 1902	3.030	6.000	2 peças de 203 1 de 150 1 de 76 8 de 47 4 metralhadoras	259

→

Tipo	Nome	Data Aquisição	Deslocamento (Ton)	Potência (CV)	Armamento (mm)	Guarnição (Homens)
Iate Real (depois Aviso de Esquadra)	*Amélia* (depois *Cinco de Outubro*)	1900	1.365	1.800	2 peças de 47 4 de 37	74
Contratorpedeiro	*Douro*	1913	670	11.000	1 peça de 100 2 de 76 2 tubos lança-torpedos	73
	Liz [1]	1914	550		4 peças de 76 2 tubos lança-torpedos	75
Submersível	*Espadarte*	1912	300	650	1 peça de 76 2 tubos lança-torpedos	58
Canhoneira torpedeira	*Tejo*	1901	536	7.000	1 peça de 100 1 de 65 1 metralhadora 2 tubos lança-torpedos	111
Canhoneira	*Rio Sado*	1875	645	500	2 peças de 105 2 de 65 1 de 37 1 metralhadora	107
	Zambeze	1886	616	510	3 peças de 100 1 de 37 1 metralhadora	107
	Zaire	1884	558	500	2 peças de 100 2 de 37 1 metralhadora	107
	Limpopo	1890	288	523	2 peças de 47 1 metralhadora	48
	Açor	1886	335	360	1 peça de 47	53
	Chaimite	1898	341	480	2 peças de 47 2 metralhadoras	31
	Lúrio	1907	305	500	2 peças de 47 1 metralhadora	55
	Save	1908	305	500	2 peças de 47 1 metralhadora	
	Pátria	1903	636	1890	4 peças de 100 6 de 47 1 metralhadora	157

[1] Este navio seria cedido ao Reino Unido. →

Tipo	Nome	Data Aquisição	Deslocamento (Ton)	Potência (CV)	Armamento (mm)	Guarnição (Homens)
Lancha Canhoneira	*Sena*	1904	70	100	2 peças de 37 1 metralhadora	7
	Tete	1904	70	100	2 peças de 37 1 metralhadora	7
	Zagaia	1909			3 metralhadoras	27
	Flecha	1909			3 metralhadoras	27
	Macau	1909	135	250	2 peças de 57 3 metralhadoras	28
	Cacheu	1901	40	100	2 peças de 37 1 metralhadora	7
	Infante D. Manuel (depois *Rio Minho*)	1904	38	64	1 peça de 37	49
Torpedeiro	*Nº 1*	1882	54	450	1 peça de 37 2 tubos lança-torpedos	15
	Nº 2	1886	66	700	1 peça de 37 2 tubos lança-torpedos	17
	Nº 3	1886	66	700	1 peça de 37 2 tubos lança-torpedos	17
	Nº 4	1886	66	700	1 peça de 37 2 tubos lança-torpedos	17
Navio Escola	*D. Fernando II e Glória*	1843	1.849	à vela	1 peça de 120 2 de 105 2 de 76 4 de 47 1 de 37 2 metralhadoras	91
	Duque de Palmela	1869	750	à vela	1 peça de 76 1 peça de 47	66
Transporte	*Salvador Correia*	1895	300	450	1 peça de 75 2 de 37	47
Rebocador	*Lidador*	1884	252	400	1 peça de 37 1 metralhadora	35
	Bérrio	1898	408	1070		42
Vapor	*Vilhena*	1882	159	80	1 peça de 80	21
	Dilly	1909	[2]	[2]	[2]	
	Vulcano	1910	179	412	1 tubo lança-torpedos	27
	Lince	1911	151	412	2 peças de 37	17

[2] Desconhecido.

Algumas das unidades de menor porte e mais obsoletas, utilizadas nas Estações Navais do Ultramar, tinham sido transferidas para a *Marinha Colonial* – criada em 1910 – e, apesar de guarnecidas por pessoal da Armada, actuavam sob as ordens dos Governadores dos territórios onde se encontravam. Eram os casos da canhoneira *Chaimite* e das lanchas da *Esquadrilha do Zambeze*, em Moçambique.

Para suprir a falta de meios materiais, requisitaram-se ainda trinta pequenos vapores e lanchas que, sem grave prejuízo das actividades comerciais, podiam ser armados; no ultramar mobilizaram-se cinco embarcações que foram utilizadas nos serviços de transporte e de vigilância da costa.

Os efectivos da Armada rondavam os 4.000 homens (cerca de 300 oficiais e 3.700 sargentos e praças)[2].

A situação de neutralidade nunca foi assumida oficialmente pelo Governo Português, no início do conflito, e a Armada teve de enfrentar, de imediato, a organização de escoltas para os navios mercantes portugueses, tarefa que se iniciou muito antes de Portugal se tornar uma nação beligerante. Foram empenhados na escolta dos transportes de tropas os mais poderosos meios navais da Armada – os cruzadores e os contratorpedeiros.

Em África, no entanto, e apesar da neutralidade portuguesa, as forças militares alemãs hostilizavam as guarnições portuguesas nas fronteiras.



Desenho do Autor/José Cabrita

Figura 1 – A fronteira do Rovuma

A 25 de Agosto de 1914, forças alemãs atravessam o rio Rovuma (Moçambique) e atacam o posto de Maziua, massacrando a pequena guarnição: seis

2 Segundo a Lista da Armada de 31 de Dezembro de 1909, o quadro de pessoal embarcado era de 274 oficiais e 3515 sargentos e praças; na mesma data de 1914 eram 218 oficiais e 2794 sargentos e praças.

soldados africanos, comandados pelo sargento de Marinha Eduardo Rodrigues da Costa, que seria o primeiro militar português morto no conflito.

A 31 de Outubro de 1914, o posto de Cuangar (Angola) foi atacado e a sua guarnição chacinada.

2. O Transporte de Tropas

O Governo Português mandou preparar duas expedições militares com destino aos territórios, onde existiam extensas fronteiras com a Alemanha: Angola e Moçambique (Quadro II).

Quadro II – Transportes de Tropas para África 1914-1918

Data	Navio	Passageiros	Destino
11 de Setembro 1914	*Moçambique*	1300 homens	Moçâmedes
11 de Setembro 1914	*Durban Castle*	1527 homens	Lourenço Marques
11 de Setembro 1914	*Cabo Verde*	Carga e gado	Moçâmedes
1 de Outubro 1914	*África*	Reforços para Angola	Moçâmedes
5 de Novembro 1914	*Beira*	Batalhão de Marinha	Moçâmedes
22 de Novembro 1914	*Cazengo*	Força Expedicionária de Marinha	São Vicente
1 de Dezembro 1914	*Ambaca*	Reforços para Angola	Moçâmedes
20 de Janeiro 1915	*Moçambique*	Reforços para Angola	Moçâmedes
20 de Janeiro 1915	*Zaire*	Reforços para Angola	Moçâmedes
3 de Fevereiro 1915	*Ambaca*	Reforços para Angola	Moçâmedes
3 de Fevereiro 1915	*Portugal*	Reforços para Angola	Moçâmedes
3 de Fevereiro 1915	*Britannia*	Reforços para Angola	Moçâmedes
20 de Setembro 1915	*Zaire*	Regresso do Batalhão de Marinha	Lisboa
7 de Outubro 1915	*Moçambique*	Segunda Expedição a Moçambique	Porto Amélia
1 de Fevereiro 1916	*Portugal*	Segunda Expedição a Moçambique	Palma
Março 1916	*Luabo*	Navio-Hospital	Palma
28 de Março 1916	*Portugal*	Terceira Expedição a Moçambique	Palma
5 de Junho 1916	*Moçambique*	Terceira Expedição a Moçambique	Palma
24 de Junho 1916	*Zaire*	Terceira Expedição a Moçambique	Palma
28 de Junho 1916	*Machico*	Terceira Expedição a Moçambique	Palma
8 de Julho 1916	*Amarante*	Terceira Expedição a Moçambique	Palma
3 de Setembro 1916	*Luabo*	Companhia de Indígenas	Palma
6 de Setembro 1916	*Beira*	Material de guerra	Palma
28 de Setembro 1917	*Gaza*	20 viaturas *Kelly*	Palma
18 de Outubro 1917	*África*	Pessoal e munições	Palma
18 de Outubro 1917	*Machico*	14 viaturas	Palma
Novembro 1917	*Portugal*	Prisioneiros alemães	Ilha de Moçambique
Dezembro 1917	*Mossamedes*	Feridos e doentes	Lourenço Marques
17 de Junho 1918	*Lourenço Marques*	Batalhão de Marinha	Lourenço Marques
25 de Agosto 1918	*Luabo*	Batalhão de Marinha	Quelimane
21 de Setembro 1918	*Lourenço Marques*	Militares evacuados	Lisboa
Abril 1919	*Lourenço Marques*	Batalhão de Marinha	Lisboa

A 11 de Setembro largaram de Lisboa os paquetes *Moçambique* e *Durban Castle*[3] e o vapor *Cabo Verde* com os Corpos Expedicionários do Exército destinados a Angola e a Moçambique, escoltados pelo cruzador *Almirante Reis* e pelas canhoneiras *Beira* e *Ibo*.

No *Moçambique* seguiam os 1300 homens e alguma carga da expedição comandada pelo Tenente-Coronel Alves Roçadas com destino ao Sul de Angola; o gado e a restante carga seguiriam no vapor *Cabo Verde*, que largou no mesmo dia. As tropas desembarcaram em Moçâmedes, a 1 de Outubro, pouco antes dos incidentes de Naulila (18 de Outubro de 1914) e do Cuangar (31 de Outubro de 1914).

Recordemos que os alemães dispunham, no Sudoeste Africano Alemão (Namíbia), de 16.000 militares, para além das tribos Cuanhamas e Cuamatos que tinham equipado e armado com o mais moderno armamento ligeiro para lutarem contra os portugueses.

No *Durban Castle* embarcaram os 1500 homens da *Primeira Expedição Militar para Moçambique* comandada pelo Coronel Massano de Amorim; chegados a Lourenço Marques, em 16 de Outubro, os militares são transferidos para o *Moçambique* (28 de Outubro) que os levou para Porto Amélia, onde chegaram a 1 de Novembro.

Os alemães tinham, na África Oriental Alemã (Tanganica), cerca de 1.600 militares europeus e 13.000 *Askaris* (tropas nativas bem treinadas) sob o comando do General Paul von Lettow.

A 1 de Outubro partiu o paquete *África* com mais militares do Corpo Expedicionário para Angola, sendo o navio escoltado pelo cruzador *São Gabriel*.

Um *Batalhão de Marinha Expedicionário a Angola* destinado a operar em terra, composto por 545 militares (18 oficiais, 33 sargentos e 512 praças), embarcou a 5 de Novembro, no paquete *Beira*, chegando a Moçâmedes, a 23 de Novembro.

Em 22 de Novembro de 1914, a Marinha enviou para Cabo Verde, embarcado no vapor *Cazengo*, o seu segundo contingente para o Ultramar; a *Força Expedicionária de Marinha para Cabo Verde*, de 90 homens (1 oficial, 9 sargentos e 80 praças), para efectuar a vigilância e defesa dos cabos submarinos e do porto do Mindelo.

A 1 de Dezembro de 1914 largaram de Lisboa os paquetes *Ambaca* e *Peninsular* com as restantes forças destinadas a Angola, sob a escolta do cruzador *Vasco da Gama*. Nas Canárias, a escolta passou para o cruzador *São Gabriel*.

É extensa a lista dos transportes de tropas para África nos anos de 1915 e 1916. No primeiro, partiram para Angola cinco navios e para Moçambique dois (expedição do Major Moura Mendes).

3 Os paquetes *Durban Castle* (britânico) e *Britannia* (francês) foram os únicos navios estrangeiros utilizados no transporte de tropas para África.

A 20 de Janeiro de 1915 largou de Lisboa o cruzador *Vasco da Gama* escoltando os paquetes *Moçambique* e *Zaire* com tropas para Angola, onde chegaram a 5 de Fevereiro.

A 3 de Fevereiro de 1915 largaram de Lisboa os paquetes portugueses *Ambaca* e *Portugal* e o francês *Britannia*[4], com tropas para Angola, escoltados pelo cruzador *Adamastor*.

A 20 de Setembro de 1915, o *Batalhão de Marinha Expedicionário a Angola*, reduzido a metade dos seus efectivos, foi retirado da área de operações, regressando a Lisboa a bordo do *Zaire*, a 15 de Outubro de 1915.

Em 7 de Outubro de 1915 largou de Lisboa o paquete *Moçambique* com a *Segunda Expedição Militar para Moçambique*, sob o comando do Major Moura Mendes; seguia também no mesmo vapor o novo Governador-Geral, Capitão Álvaro de Castro. Chegaram a Lourenço Marques cerca de um mês depois.

No ano de 1916 partiram dois navios para Angola (onde as operações tinham praticamente terminado) e cinco para Moçambique (com a expedição do General Ferreira Gil).

Reforços de pessoal e material para a expedição do Major Moura Mendes foram enviados depois de Lisboa, em 1 de Fevereiro de 1916, no paquete *Portugal*, tendo chegado a Moçambique em Março de 1916.

O vapor *Luabo* foi enviado para o Norte de Moçambique, em apoio das forças militares onde serviu como transporte e navio-hospital.

Em 28 de Maio de 1916 largou de Lisboa o paquete *Portugal* com as primeiras forças da expedição do General Ferreira Gil, com destino a Moçambique. Seguiram-se o *Moçambique* (3 de Junho), *Zaire* (24 de Junho), *Machico* (28 de Junho) e *Amarante* (8 de Julho), cujas chegadas a Palma se iniciaram a 5 de Julho. Era a *Terceira Expedição Militar para Moçambique*, com 4.650 homens, 945 solípedes e 159 viaturas.

Em 9 de Setembro de 1916, o cruzador *São Gabriel* foi mandado largar de Cabo Verde para Luanda, acompanhando dois transportes de tropas: o *Peninsular* e o *Moçambique*.

O *Machico* (ex-alemão *Belmar*) de 6.118 toneladas, fora apresado no Funchal e trazido para Lisboa sob o comando de Afonso Vieira Dionísio, em Março de 1916, para integrar a frota dos *Transportes Marítimos do Estado*. Em Julho de 1916 partiria com destino à baia de Palma (Moçambique) com homens e material para a expedição do General Ferreira Gil. Naquele vulgar cargueiro transformado em transporte de guerra, a viagem tornava-se difícil pela especial missão que lhe fora confiada, e os seus tripulantes tiveram os maiores trabalhos. Sem embarcações ou jangadas para efectuar o desembarque,

4 Os paquetes *Durban Castle* (britânico) e *Britannia* (francês) foram os únicos navios estrangeiros utilizados no transporte de tropas para África.

afastados da praia largas centenas de metros, o *Machico* protagonizou o famoso desembarque de 625 solípedes, atirados ao mar para nadarem para terra, e que desapareceram no mato, mal chegaram à praia.

Tudo era improvisado, na terra e no mar e, melhor do que ninguém, sentiam-nos os marinheiros.

Nos finais de 1916, o paquete *Portugal* transportou, de Lourenço Marques para a ilha de Moçambique, prisioneiros alemães e diverso material de guerra, sob a escolta do cruzador *Adamastor*.

Após a evacuação de Nevala (Dezembro de 1916), o *Mossamedes* evacua feridos e doentes da zona de operações.

Em 1917, ano da partida do Corpo Expedicionário para França, o envio de militares é efectuado maioritariamente através dos navios da Carreia de África, não utilizados exclusivamente como transportes de tropas.

O *Lourenço Marques* levando a bordo o *Batalhão de Marinha Expedicionário a Moçambique*, largou de Lisboa a 17 de Junho de 1918, escoltado pelo contratorpedeiro *Tejo* até às Canárias, e chegou a Lourenço Marques a 22 de Julho, sendo o único navio mobilizado, em 1918, como transporte de tropas.

3. A Marinha de Comércio

Não se pode deixar de fazer uma referência ao notável serviço desempenhado pela Marinha de Comércio durante a guerra; para além de conduzir as forças militares, transportou também passageiros e mercadorias, que representaram muitas horas de inquietação e de perigo no cumprimento da missão, a qual era encarada sem desfalecimento ou hesitação.

A Marinha de Comércio portuguesa, desenvolvida a partir da década de 1870, com a criação da *Empresa Nacional de Navegação* (20 de Dezembro de 1880) e *da Mala Real Portuguesa* (27 de Junho de 1888) possuía, no virar do século, quarenta e seis navios a vapor com 57.000 toneladas de arqueação bruta; existiam ainda numerosos navios de vela como a barca *Ferreira* (ex-*Cutty Sark*) e a galera *Viajante* (construída em Damão, em 1850).

Em Agosto de 1914, a frota de vapor compunha-se de cerca de cinquenta unidades com 73.000 toneladas, onde se incluíam catorze paquetes e três cargueiros de longo curso, valor manifestamente insuficiente para garantir as necessidades de abastecimento do país e as ligações entre os seus territórios insulares e ultramarinos.

Esta escassez de transportes contrastava com a situação que se vivia nos principais portos portugueses onde se encontravam imobilizados setenta navios alemães e dois austro-húngaros, que ali se acolheram no início do conflito, evitando o seu apresamento pela *Royal Navy*.

Apesar das dificuldades, a Marinha Mercante garantiu o abastecimento das províncias e das ilhas, além do transporte e abastecimento das forças militares deslocadas para Cabo Verde, Angola e Moçambique (Quadro III).

Quadro III – Navios da Carreira de África e do Oriente (1914-1919)

Ano	(Navios/Ton)						
	Angola	**Cabo Verde**	**Estado da Índia**	**Guiné**	**Macau**	**Moçambique**	**São Tomé**
1914	15 / 65.000	4 / 2.006	1 / 1.524	3 / 3.400		12 / 37.000	2 / 893
1915	45 / 133.000	8 / 1.997	1 / 2.305	12 / 11.242		30 / 125.000	4 / 3.108
1916	20 / 65.000	13 / 5.580		8 / 6.449		18 / 92.000	4 / 2.958
1917	13 / 45.000	9 / 8.385		14 / 12.416	1 / 93	17 / 90.000	2 / 3.200
1918	16 / 47.800	6 / 5.178		14 / 9.628		17 / 88.700	
1919	13 / 45.000					16 / 50.000	

Nos últimos cinco meses de 1914 (Agosto a Dezembro), partiram para Angola quinze navios, totalizando 47.000 toneladas, e para Moçambique doze, representando 37.000 toneladas; estatisticamente, representam, respectivamente, 3 navios/9400 toneladas e 2,5 navios/7400 toneladas por mês.

O ano de 1915 assistiu a um movimento de navios para Angola e Moçambique de, respectivamente, quarenta e cinco navios (3,75/mês) e trinta navios (2,5/mês), totalizando 133.000 toneladas e 125.000 toneladas, respectivamente.

No ano de 1916, ano da entrada de Portugal na Guerra, os movimentos foram de vinte navios (1,7/mês) para Angola e dezoito navios (1,5/mês) para Moçambique, representando, respectivamente, 65.000 e 92.000 toneladas. Uma diminuição provocada pelo esforço de ligação a outras rotas e que se agravaria, ainda, no ano seguinte (1917), com a mobilização para França e a participação de navios portugueses – agora reforçados com os navios apresados – nas rotas do Mediterrâneo.

Em 1917, foram para Angola treze navios (1,08/mês) com 45.000 toneladas e para Moçambique dezassete navios (1,41/mês) com 90.000 toneladas; era em Moçambique que ainda se desenrolavam operações militares contra os alemães. No último ano de guerra foram enviados, de Lisboa para Angola, dezasseis navios (1,25/mês) e quatro, apenas, para Luanda, com 47.861 toneladas; para Moçambique seguiram dezassete navios (1,41/mês) correspondendo a 88.674 toneladas.

Também para São Tomé, Índia e Macau largaram navios durante aquele período (1914-1918).

No ano do repatriamento – 1919 – seguiram para Angola treze navios e para Moçambique dezasseis.

Mas, este esforço de transporte esbarrou na falta de infra-estruturas nos portos próximos das frentes das operações militares: Sul de Angola e Norte de Moçambique.

Mesmo depois do início das operações militares, nunca os governadores se empenharam na criação de condições logísticas para o esforço militar.

Em Moçambique, por exemplo, os homens eram desembarcados para pangaios (pequenas embarcações locais), em grupos de vinte ou trinta e, depois, já próximo de terra, levados às cavalitas dos nativos, até porem o pé em seco.

Os animais eram atirados ao mar esperando-se que nadassem para terra; a maioria perdia-se depois, ao fugir para o mato!

As perdas em material eram assustadoramente elevadas! Conta-nos o General Gomes da Costa que um esquadrão de cavalaria ficou apeado porque o caixote onde eram transportados todos os arreios, caiu ao mar no transbordo!

Da acção da Marinha de Comércio merecem ser citados os casos do *Machico* e do *Moçambique*.

De regresso à Europa, saiu o *Machico* do porto de Manjuga (Madagáscar) carregado com 6.000 toneladas de conservas para o Exército Francês, em meados de Outubro. Com escalas previstas na cidade do Cabo e Lisboa, o destino da carga era Marselha. Quando atingiu a região das Canárias, o *Machico* navegava 45 milhas adiante do *Portugal* que regressava com militares em licença.

Pelas 09h00 do dia 13 de Novembro, já a Norte daquele arquipélago, o oficial de quarto avistou, pela amura de bombordo, uma pequena embarcação, subindo e descendo na vaga e que lhe pareceu um submersível. O Capitão Dionísio mandou carregar todo o leme a estibordo e pediu toda potência da máquina. Quando o navio iniciou a guinada ouviram-se dois disparos. Um caiu no mar a bombordo e o outro, depois de passar sobre o navio, caiu no mar a estibordo. Pela popa passara também um torpedo que a rápida guinada fizera errar o alvo. Todo o pessoal – passageiros e tripulantes – sob a orientação do imediato, ocuparam os postos de abandono; excepto o pessoal da máquina, a quem era pedido que desse toda a potência possível ao navio. A única fuga possível era correr mais do que o submarino, até ficar fora do alcance dos seus torpedos e das suas peças, tentando vencer o inimigo pela velocidade e impedindo-o de alcançar o seu objectivo: destruir o navio, os passageiros e a carga.

Fora, entretanto, lançado um S.O.S. alertando para o ataque, enquanto, sobre o navio, eram lançadas sucessivas granadas que, felizmente, não o atingiram. O *Machico* navegava agora a 15 nós em direcção ao canal que separa as ilhas Lanzarote e Alegranza, que alcançou ao final de mais de uma hora de ataque[5].

5 Notar que estávamos em águas territoriais de uma nação neutra.

O *Portugal*, ao receber o S.O.S. do *Machico* alterou o rumo, passando pelo Sul das ilhas Fuenteventura e Lanzarote, ficando a salvo do inimigo e atingindo Lisboa sem problemas.

Tendo fundeado durante o resto do dia, ao abrigo daquelas ilhas, o *Machico* suspendeu, ao anoitecer, em direcção a Marrocos, e depois para Norte e atravessando de noite e de luzes apagadas, a zona ao largo do cabo de São Vicente.

Só pelas 04h00 do dia 19, já a navegar a Norte do cabo de São Vicente, foi comunicado para terra que o navio estava bem e chegaria a Lisboa pelas 11h00 desse dia.

Por esta acção, o Capitão Dionísio, o segundo-piloto e o maquinista foram agraciados com a medalha da Torre e Espada.

O paquete *Moçambique* largou de Lisboa para Lourenço Marques em 13 de Julho de 1918 e, na sua viagem de regresso, iniciada a 25 de Setembro, com cerca de 1.085 pessoas a bordo (952 passageiros e 133 tripulantes), ocorreu um surto de pneumónica que vitimou 191 passageiros e dois tripulantes; o navio viajou, sem escalas, da cidade do Cabo até Lisboa, onde chegou a 20 de Outubro, ficando de quarentena em São José de Ribamar.

4. Os Navios Mercantes Alemães e Austro-Húngaros

O início da guerra surpreendeu no mar numerosos navios da marinha mercante alemã, levando-os a procurar abrigo em portos neutros, evitando ser apresados pela *Royal Navy*. Como já referimos, nos portos portugueses encontravam-se setenta navios alemães e dois austro-húngaros representando cerca de 250.000 toneladas de arqueação; só nos portos do Ultramar encontravam-se imobilizados, vinte e três navios de comércio alemães e um austro-húngaro, totalizando 110.500 toneladas.

A falta de navios mercantes para garantir a manutenção do comércio marítimo, não só pelas perdas provocadas pela acção da guerra submarina como ainda pela necessidade de mobilização de elevado número de navios para fins militares, levou o Governo Português a encarar a requisição daqueles navios para suprir as faltas, utilizando-os para a navegação comercial nacional ou integrados na Armada.

A partir de 1915, o Governo Português tentou negociar com os armadores alemães o afretamento daqueles navios para suprirem as necessidades nacionais; não se tendo chegado a qualquer acordo – Portugal não dava garantias de não ceder os navios aos britânicos – os navios foram requisitados, após pressão do Governo Britânico que também necessitava daquela *tonelagem disponível*.

A requisição, decretada a 23 de Fevereiro de 1916, significou o aumento de 250.000 toneladas de arqueação da frota mercante nacional e provocou a *Declaração de Guerra* da Alemanha, a 9 de Março de 1916, tornando-se aqueles navios como presas de guerra.

Em Angola foram requisitados três navios (Quadro IV).

Quadro IV – Navios apresados em Angola

Nome Original	Nome Português	Porto onde se encontrava
Adelaide	*Cunene*	Luanda
Ingbert	*Porto Alexandre*	Luanda
Ingraban	*Congo*	Luanda

Em Moçambique a requisição recaiu sobre oito navios (Quadro V).

Quadro V – Navios apresados em Moçambique

Nome Original	Nome Português	Porto onde se encontrava	OBS.
Admiral	*Lourenço Marques*	Lourenço Marques	
Hessen	*Inhambane*	Lourenço Marques	
Hof	*Gaza*	Lourenço Marques	
Kalif	*Fernão Veloso*	Moçambique	
Kronsprinz	*Quelimane*	Lourenço Marques	Navio-hospital
Linda Woermann	*Pungué*	Beira	Entregue à Marinha Colonial
Zieten	*Tungué*	Moçambique	
Salvador	*Salvador*	Rio Zambeze	Lancha que pertencia à missão jesuíta austríaca de Boror

No Estado da Índia foram requisitados seis navios (Quadro VI).

Quadro VI – Navios apresados no Estado da Índia

Nome Original	Nome Português	Porto onde se encontrava
Brisbane	*Damão*	Mormugão
Kommodore	*Mormugão*	Mormugão
Lichtenfels	*Goa*	Mormugão
Marienfels	*Diu*	Mormugão
Numantia	*Pangim*	Mormugão
Vorwaertz	*Índia*	Mormugão

Em Cabo Verde foram apresados oito navios (Quadro VII).

Quadro VII – Navios apresados em Cabo Verde

Nome Original	Nome Português	Porto onde se encontrava	Tonelagem
Beta	*Maio*	Mindelo	2.179
Burgmeister-Hachmann	*Ilha do Fogo*	Mindelo	4.314
Dora Horn	*São Nicolau*	Mindelo	2.679
Heimburg	*Santo Antão*	Mindelo	4.196
Santa Barbara	*Santiago*	Mindelo	3.763
Theoder Wille	*Boavista*	Mindelo	3.667
Fogo	*Brava*	Mindelo	3.184
Wurzburg	*São Vicente*	Mindelo	5.085

Foram ainda apresadas, no rio Zambeze, a lancha *Salvador,* pertencente à missão de jesuítas austríacos de Boror, e, na Guiné, as pequenas motoras *África* e *Diu*, pertencentes a companhias alemãs ali sediadas.

Mas, este súbito aumento do número de navios criou problemas no recrutamento de tripulações, porque não as havia disponíveis para tão grande número de navios; foi necessário recorrer a profissionais de pesca e à formação intensiva de novos tripulantes.

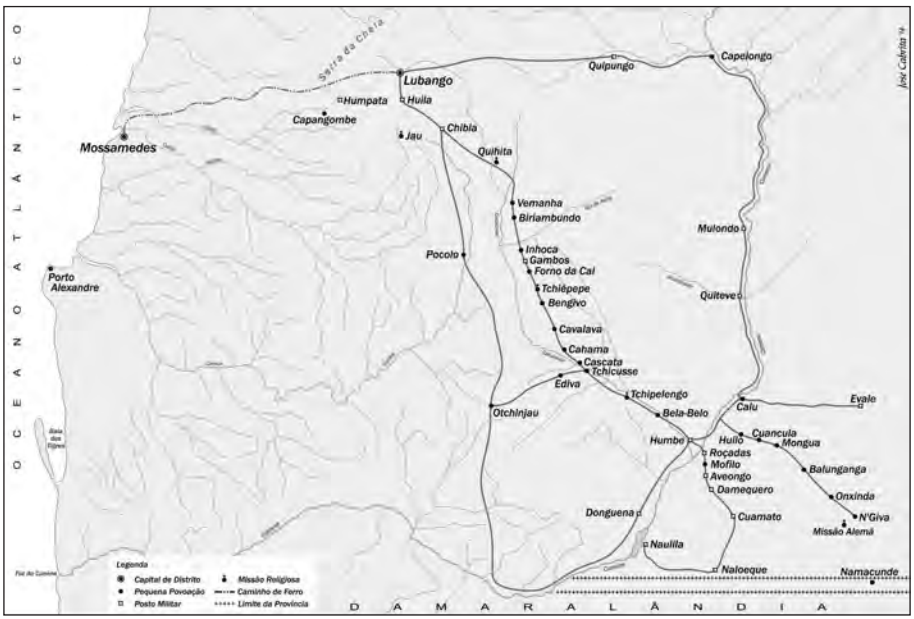
Dos setenta e dois navios apresados, cinco foram aumentados ao efectivo da Armada e os restantes incorporados nos *Transporte Marítimos do Estado*, garantindo um *superavit* de tonelagem disponível. Destes últimos, quarenta e dois seriam cedidos – com tripulação e bandeira portuguesas – à Grã-Bretanha.

5. Participação nas Operações Militares

Foi preparado, logo em 1914, um *Batalhão de Marinha Expedicionário a Angola*, composto por 545 militares (18 oficiais, 33 sargentos e 512 praças), destinado a operar em terra. O Batalhão embarcou a 5 de Novembro, no paquete *Beira*, com destino a Angola.

Chegado a Moçâmedes, a 23 de Novembro, seguiu de imediato para o interior, integrando-se nas forças do General Pereira d'Eça, primeiro, por caminho-de-ferro até à serra da Quilamba; e dali, numa penosa marcha sob sol abrasador e com falta de água, carregando um equipamento individual que pesava 37 kg. A subida daquela serra marcou o início da dura campanha

e provocou um enorme desgaste nos homens e nos animais, registando-se as primeiras baixas.



Desenho do Autor/José Cabrita. Adaptado de "O Batalhão de Marinha Expedicionário a Angola", F. Oliveira Pinto, Anais do CMN, Abr 1918, pág. 280

Figura 2 – Mapa das Operações no Sul de Angola

Durante seis meses, os homens do *Batalhão de Marinha* foram dispersos pelos vários postos avançados. Foi da base de Tchicusse que partiu o ataque ao Tchipelongo por um destacamento constituído por um pelotão de Marinha e outro de landins, comandados pelo Primeiro-Tenente Afonso de Cerqueira, em defesa da Missão francesa que, assim, pode ser evacuada em segurança com os seus haveres. Esta acção obrigou as forças portuguesas a uma marcha, quase sem descanso, de 54 km.

Para além do inimigo, o Batalhão teve de enfrentar as difíceis condições da campanha, com temperaturas a variar entre os 39º C (de dia) e os 4ºC (de noite), a falta de abrigos apropriados, a deficiente alimentação e, muito especialmente, a falta de água ou a má qualidade da existente que provocou numerosas baixas – o tifo, a disenteria e o paludismo reduziram os efectivos a 15 oficiais e 314 praças[6].

6 Destes, destacam-se o Comandante Coreolano da Costa e o Primeiro-Tenente Carvalho Araújo.

A pequena, mas importante, vitória de Tchipelongo, moralizou as forças portuguesas que decidiram avançar para Sul em direcção ao Cuamato e Cuanhama.



Óleo de Pedro Cruz. Museu de Marinha (PN-I-136)

Figura 3 – Combate de Môngua

Após penosas marchas onde se perdeu muito gado, por sede e cansaço – obrigando a abandonar os carros com munições –, a coluna acampou, a 17 de Agosto, na pequena *chana* da Môngua, com a mata a apenas 300 metros do quadrado português.

No dia 18, a força portuguesa é atacada por 12.000 guerreiros –- que dispunham de mais de 5.000 modernas espingardas *mauser* – e que lançavam sobre os portugueses toda a espécie de projécteis, desde zagalotes até balas *dum-dum*.

Rechaçados pelas forças portuguesas – que além das espingardas dispunham de dezasseis metralhadoras e oito peças de artilharia – o inimigo afastou-se.

Voltaram no dia seguinte (19 de Agosto) e voltaram a ser rechaçados; mas a situação no quadrado português começava a mostrar-se dramática pelo cansaço, a sede e a perspectiva da falta de munições. Nessa noite, um pelotão de Marinha participou num assalto que desalojou o inimigo das cacimbas próximas, permitindo o abastecimento de água.

Na manhã do dia 20, o soba Mandimba lança novo ataque sobre a face do quadrado onde estava o Batalhão de Marinha. O combate durou das 7h00

até às 15h00 e tornava-se necessária uma acção que o terminasse; foi decidido efectuar uma carga à baioneta por um pelotão de Marinha e outro de Infantaria 17. Mas toda a 2ª Companhia do Batalhão saltou do quadrado[7]. O inimigo, surpreendido pelo arrojo da iniciativa portuguesa, recusou a luta corpo-a-corpo e debandou definitivamente.

O *Batalhão de Marinha* teve, neste combate, 74 feridos ficando reduzido agora a metade dos militares que o compunham inicialmente. A 20 de Setembro, o Batalhão foi retirado da área de operações, regressando a Lisboa a bordo do *Zaire*, a 15 de Outubro de 1915.

Quanto aos alemães, tinham-se rendido às forças britânicas e sul-africanas, em 9 de Julho de 1915.

A Marinha teve também intervenção importante na defesa dos portos que, no caso do Ultramar, teve especial importância o Mindelo, na ilha de São Vicente (Cabo Verde).

O porto do Mindelo era um importante ponto de amarração dos cabos submarinos, fundamentais, na época, para as comunicações telegráficas da Europa com a América e a África; o Mindelo era também, naquela época, um estratégico porto abastecedor de carvão para a navegação e, então, especialmente para a esquadra britânica em serviço naquela área do Atlântico.

Para ali foram deslocados, primeiro, o cruzador *São Gabriel* e, depois, as canhoneiras *Beira* e *Ibo* que, com dois vapores armados, e utilizados como patrulhas, garantiram a defesa marítima daquele porto.

Foram também montadas, sucessivamente, duas peças Krups 76mm, duas peças de 150 mm (desmontadas da fragata *D. Fernando II e Glória* e da *Zambeze*), três peças Htochkiss 47mm e uma de 90 mm guarnecidas por pessoal da Armada e quatro peças de montanha Canet de 47 mm, guarnecidas por pessoal do Exército.

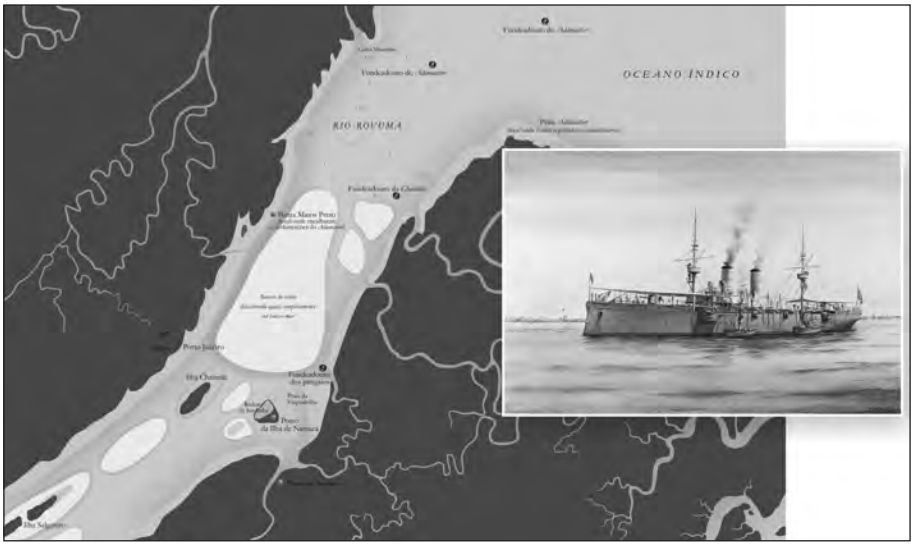
Quando, em Fevereiro de 1916, se procedeu à requisição dos navios alemães e austríacos estacionados em portos portugueses, a *Beira* participou nessas operações, no porto do Mindelo, onde se encontravam oito navios alemães[8]; a sua guarnição ficou ainda com a responsabilidade da guarda daqueles navios e da escolta das suas tripulações até à ilha de São Nicolau, onde ficaram internados.

O cruzador *Adamastor* partiu de Lisboa, em 15 de Dezembro de 1915, a caminho da Índia; mas, em Março de 1916, quando da declaração de guerra

7 E só não saiu todo o Batalhão, porque Cerqueira energicamente se opôs.

8 Eram os vapores *Beta* (depois *Maio*, 2.179 ton), *Burgmeister-Hachmann* (*Ilha do Fogo*, 4.315 ton), *Dora Horn* (*São Nicolau*, 2.679 ton), *Heimburg* (*Santo Antão*, 4.196 ton), *Santa Barbara* (*Santiago*, 3.763 ton),*Theoder Wil*le (*Boavista*, 3.667 ton), *Fogo* (*Brava*, 3.184 ton) e *Wurzburg* (*São Vicente*, 5.085 ton).

alemã, o navio encontrava-se em Lourenço Marques e foi decido que ali ficaria; iria juntar-se à canhoneira *Chaimite*, aos vapores *Luabo*, *Pebane* e *Punguê*[9] e às lanchas canhoneiras *Salvador*[10], *Sena* e *Tete*, da *Esquadrilha do Zambeze*. A *Tete* seria afundada, em 20 de Fevereiro de 1917, por uma explosão na caldeira provocada, segundo se julga, por explosivos colocados a bordo, misturados na lenha, por agentes alemães. Morreram doze pessoas, incluindo a esposa e dois filhos do comandante e ficaram feridas mais nove pessoas[11].



Desenho de José Cabrita, segundo esboço da esquadrilha de embarcações do *Adamastor*. Cruzador *Adamastor*, aguarela de Fernando Lemos Gomes. Museu de Marinha

Figura 4 – Operações no Rovuma.

No dia 27 de Maio de 1916, depois de um intenso bombardeamento pela artilharia do *Adamastor*, da *Chaimite* e do posto da Namaca (guarnecido por pessoal da Armada), uma força do Exército Português, incluindo soldados africanos, embarcados nos escaleres dos navios, iniciou a travessia do rio Rovuma para ocupar a margem Norte[12].

9 Era o ex-alemão *Linda Woermann*.

10 Era a lancha ex-austríaca *Salvador* da Missão jesuíta austríaca de Boror.

11 Estas baixas não foram contabilizadas como resultantes de campanha.

12 Estavam presentes, a bordo do *Adamastor*, o Governador-Geral de Moçambique Capitão Álvaro de Castro e o comandante militar, Major Moura Mendes.

Recebidas por intenso fogo de metralhadoras, as forças portuguesas foram rechaçadas com elevadas baixas. A Armada teve, nesta acção, onze mortos e nove feridos.

Ficou ainda prisioneiro dos alemães o Primeiro-Tenente Matos Preto, comandante da *Chaimite*, quando tentava, no rescaldo da acção, resgatar possíveis sobreviventes portugueses nos bancos de areia da margem alemã. Matos Preto seria libertado a 29 de Setembro de 1917.

Três meses mais tarde conseguiu-se ocupar a margem alemã.

Pelas 03h00 do dia 19 de Setembro, o *Adamastor* e a *Chaimite* iniciaram o bombardeamento das posições alemãs para preparar a travessia do Rovuma pelas forças portuguesas que ocuparam as posições alemãs da margem Norte daquele rio.

Em 26 de Abril de 1918 partiu do Tejo o cruzador *São Gabriel* com destino a Moçambique e que, 100 milhas a Noroeste da Madeira, teve um encontro com um submersível alemão que, atacado a tiro, submergiu. Dias mais tarde aportaria a Las Palmas um submersível alemão danificado num *recontro com um cruzador inglês*.

Na cidade do Cabo, e a pedido das autoridades locais, o navio português colaborou durante quatro dias na defesa da cidade, onde se esperavam levantamentos dos indígenas e lá haver apenas cinquenta polícias.

Os alemães perderam para os britânicos e belgas a sua África Oriental, em Outubro de 1917, após a batalha de Mahiva; no entanto, von Luttow continuou a combater nas florestas, invadiu Moçambique e avançou para o Katanga onde lhe foi comunicado a assinatura do Armistício; o mítico general acabaria por se entregar, sem ter sido derrotado.

Os navios britânicos tinham largado para o mar em perseguição de alguns submarinos alemães avistados nas proximidades e o porto estava sem defesa em caso de quaisquer tumultos. Desembarcaram 112 marinheiros e quatro oficiais, com armamento individual e as metralhadoras do navio para garantir a defesa do porto – a única área que podia ser defendida – até ao regresso dos navios.

Na sequência do golpe militar que levou ao poder o Major Sidónio Pais (8 de Janeiro de 1918), foram deportadas para Moçambique 240 praças da Armada que tinham lutado contra aquele movimento.

O Ministro da Marinha, Comandante Carlos da Maia, entendeu preparar um *Batalhão de Marinha Expedicionário a Moçambique*, força sempre útil em qualquer situação de emergência, como a que então se vivia, e a que se juntariam aquelas praças que, assim, voltariam ao serviço da Armada[13].

13 Esta atitude de Carlos da Maia foi mal aceite por alguns sectores políticos e terá sido uma das causas que concorreram para a tragédia que o vitimou.

O Batalhão era constituído por três companhias e uma bateria de seis metralhadoras, com 18 oficiais e 746 praças a que se juntariam, em Moçambique, mais quatro Guardas-Marinhas dos cruzadores *Adamastor* e *São Gabriel* e as 240 praças ali deportadas.

Embora sem o entusiasmo do precedente, o *Batalhão de Marinha Expedicionário a Moçambique* foi organizado, em Abril de 1918, maioritariamente com voluntários, e embarcado no paquete *Lourenço Marques*.

Como já se afirmou, o *Lourenço Marques* largou de Lisboa com o Batalhão de Marinha, a 17 de Junho de 1918, sob a escolta do contratorpedeiro *Tejo*, e chegou a Lourenço Marques a 22 de Julho. Seguiu o Batalhão para Quelimane, a 25 de Agosto, a bordo do *Luabo*, por se aguardar um ataque dos alemães à cidade, cuja defesa era garantida apenas pelos marinheiros do *Adamastor*.

Uma companhia comandada pelo Primeiro-Tenente João Capelo embarcou no vapor *Capitania*, a 23 de Setembro, em direcção a Regone e Gilé, onde a passagem dos alemães deixara as populações sublevadas. Ali permanecerem durante cerca de três meses, pacificando toda a região, e regressando a Quelimane a 22 de Dezembro. Nesta cidade, onde grassava um surto de pneumónica, o Batalhão sofreu vinte e três mortos, incluindo dois oficiais.

Regressou o Batalhão a Lisboa, muito reduzido pelas numerosas baixas provocadas pela pneumónica e a malária, em Abril de 1919, a bordo do paquete *Lourenço Marques*.

Conclusões

A guerra tinha chegado ao fim. A 11 de Novembro de 1918 assinou-se o Armistício.

Os serviços do Estado estavam desorganizados e o material estava desgastado pelo esforço de guerra.

O esforço desenvolvido pela Marinha durante a guerra passou muito despercebido devido, entre outras causas, ao ambiente político interno que envolveu a nossa participação no conflito.

A sua acção foi – como em outros períodos da história – fundamental para a defesa dos interesses nacionais e os marinheiros portugueses podiam orgulhar-se do trabalho realizado.

Sem o caminho do mar não teria sido possível a defesa do Ultramar, afinal, a razão da nossa participação no conflito.

Revista Militar
N.º 8/9 – agosto/setembro 2014
pp. 741-748

A República Portuguesa e a questão colonial



Coronel Aniceto Afonso

O ano de 1415 marca o início da aventura ultramarina de Portugal, é o ano da conquista de Ceuta. O ano de 1975 (560 anos depois!) marca o fim da aventura, com o «regresso definitivo das caravelas»[1]! A discussão sobre a expansão, a conquista, os mitos e a questão colonial prossegue e alarga-se.

Depois do Império do Índico ou do Oriente, vieram os domínios americanos, o imenso Brasil. Quando o Brasil se tornou independente, em 1822, ficou a África e os problemas que lhe eram inerentes.

O terceiro império, em África, só se "construiu" depois da Conferência de Berlim, em 1884-85, no contexto europeu da corrida para África e da sua partilha.

E o que fez a Conferência de Berlim em relação a Portugal?

Primeiro, retirou-lhe o controlo da foz do rio Congo, apesar de lhe deixar o enclave de Cabinda; segundo, talvez o mais importante, recusou o direito histórico (que Portugal invocava) como critério de posse do território, e estabeleceu o princípio da livre circulação nos rios internacionais; terceiro, confirmou a França e a Alemanha como potências coloniais, com o apoio da Inglaterra[2].

As consequências são tremendas! Portugal, pequena potência, com escassos recursos, vai ser obrigado a tomar opções!

Há ainda fronteiras por demarcar. No tratado de fronteiras com a Alemanha, em 1887, fica apenso um mapa que une, como território português, a

1 René Pélissier escreveu um estudo intitulado *Le Naufrage des Caravelles – Étude sur la fin de l'Émpire Portugais (1961-1975)*, publicado em 1979, analisando sobretudo os anos de 1974 e 1975 e o fim da administração portuguesa sobre os cinco territórios africanos (Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola).

2 Ver o texto de Fernando Pereira Marques, "A questão do Zaire e a Conferência de Berlim" in Luís de Albuquerque, *Portugal no Mundo*, Lisboa, Alfa, 1989, Vol. VI, pp. 210-221.

costa ocidental de África (Angola) à costa oriental (Moçambique). Está pintado de cor-de-rosa! Estava criada a questão do Mapa Cor-de-Rosa! A Inglaterra não podia deixar de reagir e fê-lo violentamente, porque o corredor central de África, entre o Cabo e o Cairo, eram da sua esfera. Daí ao célebre Ultimato inglês de 1890 foi um passo[3].

A monarquia do Rotativismo, que vem de 1851, afunda-se! O Partido Republicano afirma-se, em especial a partir dos seus primórdios, em 1880, no rescaldo das comemorações do Tricentenário de Luís de Camões. A primeira revolução republicana vem logo a seguir ao Ultimato, em 31 de Janeiro de 1891, na cidade do Porto. A sua derrota não lhe retira importância. Os republicanos preparam-se para a revolução e a tomada do poder[4].

As duas décadas seguintes, entre 1890 e 1910, vão contribuir para a definição da herança colonial que a Monarquia deixa à República.

Em primeiro lugar, em termos territoriais. O Império português tinha já a configuração que manteve até ao fim. As ilhas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, no Atlântico; a Guiné e Angola, na costa ocidental de África; Moçambique, na costa oriental; e a Índia Portuguesa (Goa, Damão e Diu), Macau e Timor-Leste, no Oriente.

Foi nesta época que se desenhou uma mudança no sistema de relações internacionais, em que a Inglaterra viu ameaçado o seu estatuto de potência dominante. Tanto os Estados Unidos da América como a Alemanha começavam a pôr em causa o *status quo* da época, pelo alargamento dos seus interesses, pela persistência na expansão das suas esferas de influência e, em especial, no que diz respeito à Alemanha, pela determinação na construção da sua frota naval.

3 O texto do Ultimato, que não deixa margens para dúvidas, é o seguinte: "O Governo de Sua Majestade Britânica não pode aceitar, como satisfatórias ou suficientes, as seguranças dadas pelo Governo Português, tais como as interpreta. O Cônsul interino de Sua Majestade em Moçambique telegrafou, citando o próprio major Serpa Pinto, que a expedição estava ainda ocupando o Chire, e que Katunga e outros lugares mais no território dos Makololos iam ser fortificados e receberiam guarnições. O que o Governo de Sua Majestade deseja e em que mais insiste é no seguinte: Que se enviem ao governador de Moçambique instruções telegráficas imediatas para que todas e quaisquer forças militares portuguesas actualmente no Chire e nos países dos Makololos e Mashonas se retirem. O Governo de Sua Majestade entende que, sem isto, as seguranças dadas pelo Governo Português são ilusórias. Mr. Petre ver-se-á obrigado, à vista das suas instruções, a deixar imediatamente Lisboa, com todos os membros da sua legação, se uma resposta satisfatória à precedente intimação não for por ele recebida esta tarde; e o navio de Sua Majestade, Enchantress, está em Vigo esperando as suas ordens. Legação Britânica, 11 de Janeiro de 1890".

4 No rescaldo da revolta foram julgados, por Tribunal de Guerra, mais de 500 militares. Por ter sido o palco dos principais acontecimentos, a Rua de Santo António foi depois batizada como Rua 31 de Janeiro, nome que ainda hoje tem. Aliás, o 31 de Janeiro é agora o Dia do Sargento e, no Porto e em outros locais, continua a comemorar-se a lembrança da primeira revolução republicana.

Por outro lado, a Alemanha não descuidou as oportunidades. Foi ocupando zonas que estavam suficientemente disponíveis – Togo, Camarões, Damaralândia (Sudoeste Africano), Tanganica. A diplomacia alemã lançava olhares para lá destes espaços, sobretudo dirigidos aos territórios portugueses e ao acordo da Inglaterra. Esta, queria dilação na construção da esquadra alemã, conseguiu um compasso de espera com a convenção secreta anglo-alemã de 1898 sobre a partilha das colónias portuguesas. Portugal negociou, ao mesmo tempo, o Acordo de Windsor com a mesma Inglaterra, em 1899, também secreto[5]. As teias diplomáticas enredavam as relações anglo-portuguesas! Esta iria ser uma das heranças mais difíceis de gerir pelo novo regime republicano, a partir de 1910.

Depois, em termos económicos. As colónias europeias entraram, na segunda metade do século XIX, no sistema capitalista europeu como fonte essencial de matérias-primas e como modesto, mas crescente, destino de mercadorias. A partilha de África tinha essa justificação.

Portugal nunca foi uma potência industrial. As matérias-primas coloniais eram exportadas directamente e os mercados das colónias nunca foram um destino substancial das mercadorias portuguesas. A administração colonial nunca conseguira gerar riqueza, e só São Tomé e Príncipe era um território lucrativo, porque exportava cerca de dois milhões de toneladas de cacau, seu único produto. A escravatura manteve-se para lá de todos os limites, por mais leis que a extinguissem; acabaria por terminar lentamente, com a mudança do modelo económico, sendo substituída pelo trabalho forçado. A República herdou esta prática, profundamente arreigada nas relações económicas coloniais.

O regime de terras é outro enigma da administração colonial portuguesa. A tradição é múltipla e muitas vezes incompreensível, variando de território para território e entre regiões do mesmo território – sesmarias, aforamento, *enfiteuse*, prazos, venda directa, licitação, concessões, arrendamento, tudo teve lugar na partilha da terra. Só em 1894 foi publicada uma lei, o chamado "decreto-travão", que obrigou à revisão de todas as anteriores concessões de terras[6]. O último regulamento colonial do regime de terras foi publicado em Setembro de 1961, para Angola, Guiné e Moçambique, já depois do início da Guerra Colonial!

Restam agora as relações coloniais. Entre pretos e brancos, entre patrões e trabalhadores, entre a administração e os indígenas. Em qualquer caso, os conflitos são inúmeros, intensos e persistentes. Muitos deles só se vão acal-

5 Ver o texto de Luís Alves de Fraga "A Alemanha e as Colónias Portuguesas" in Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *Portugal e a Grande Guerra*, QuidNovi, 2010, pp. 14-16.

6 Ver o texto de Maria Cândida Proença "A Questão Colonial" in Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China, 2009, pp. 205-228.

mando pela política de "pacificação", baseada em expedições militares, muito custosas e raramente conclusivas. A década de 1890 representa o ponto mais alto desse empenhamento, com várias grandes expedições militares, tanto a Angola (Dembos, no Norte, e Cuamato, no Sul) como em Moçambique (Gaza, Zambézia, Barué).

O que herdou, então, a República?

A República recebeu um "Império" turbulento, conflituoso e desregulado, onde os abusos são persistentes, admitidos e naturais.

Mas a República não recebeu apenas um espaço territorial imenso, no contexto de uma aguda crise internacional percursora da Grande Guerra. Os territórios herdados são pouco desenvolvidos, têm uma diminuta presença de população branca, uma incipiente rede de transportes, formas ancestrais de trabalho, populações nativas em revolta, fronteiras não completamente demarcadas, imensa falta de quadros coloniais e um nível civilizacional atrasadíssimo.

A República recebeu também um Portugal atrasado, ignorante, fraco e dependente, com 76% de analfabetos, dos quais 62% na agricultura, poucas indústrias, pouco comércio, poucas elites.

Alguns mitos relacionados com a aventura ultramarina sustentam um certo imaginário colectivo português. Em primeiro lugar, Portugal tem dificuldade em aceitar-se pequeno, pelo que a posse de um "Império" preencheu uma certa ideia de grandeza. A posse de um Império moldou o carácter português e, nisso, os republicanos e os grupos sociais seus apoiantes são porventura mais significativos do que as camadas sociais do suporte monárquico. E é nessa ideia, transversal à sociedade portuguesa, que se baseia a ideia da herança sagrada ou do imperativo histórico, em relação à posse dos territórios coloniais. Só mais tarde, já para além da República, e para além da Carta das Nações Unidas, no início da década de cinquenta do século XX, é que o Estado Novo virá a construir um novo mito – o da nação pluricontinental e multirracial, que transformará a Guerra Colonial numa questão sem saída!

Podemos também dizer que a política portuguesa estava condicionada por três factores principais, as relações com a Inglaterra, a questão colonial e as relações com a Espanha, sendo que estes dois se sustentam no primeiro[7].

Não seria de esperar que, implantada a República, a "herança ultramarina" fosse esquecida pelo novo poder. Antes pelo contrário. Os republicanos incorporaram no seu discurso político e cultural a defesa, a manutenção e o desenvolvimento dos territórios coloniais. Mas houve algumas evoluções importantes.

A República precisava de vitórias. Conquistado o poder, a República herdava um país, mas era imperioso criar um Estado, desejava edificar um regi-

7 Ver o texto de Aniceto Afonso, "A Primeira Guerra Mundial e a situação das colónias portuguesas. A intervenção de Portugal no conflito" in Luís de Albuquerque, *op.cit.*, Vol.VI, pp. 282-294.

me, queria consolidar um partido, precisava de um exército. Estado-regime-partido-exército: eis o percurso da República. O Exército, apesar do esforço legislativo anterior, só se começou a construir a partir das operações contra as incursões monárquicas de 1911 e 1912, que concretizavam algumas das ameaças necessárias – o regresso dos monárquicos e o perigo da intervenção de Espanha.

Cabe por isso perguntar, o que fez a República?

Em relação aos territórios coloniais, a República continuou o caminho anterior. O discurso republicano mudou, mas a dura realidade colonial manteve-se. O novo regime, pelo formato ideológico que o envolve e pelos apoios sociais que o suportam, transporta um modelo diferente de relações económicas, nele incluindo os territórios coloniais. Por isso, a descentralização administrativa, que uma facção monárquica também preconizava, passou a ser a forma republicana de ver a questão colonial. A nova Constituição, aprovada em 1911, no seu artigo 67, consagra o princípio: "Na administração das províncias ultramarinas predominará o regime da descentralização, com leis especiais adequadas ao estado de civilização de cada uma delas". Pode parecer pouco, mas era a primeira vez que Lisboa o punha em letra de lei.

Definido o princípio, tornava-se necessário discutir o modelo de organização. E a grande questão foi esta: devia o poder central aprovar os estatutos de cada colónia, ou o poder central devia apenas definir linhas gerais e deixar que os poderes de cada colónia definissem o seu próprio estatuto?

Era cedo para ir mais longe. As primeiras leis descentralizadoras foram aprovadas em Lisboa, em 1914, já para além do início da Grande Guerra, e quando se preparavam duas grandes expedições militares para Angola e Moçambique. As Cartas Orgânicas só viram a luz do dia em 1917, quando a I República já ia a meio do tempo que durou. Mas como tudo foi efémero na República Portuguesa, Sidónio Pais, o ditador anunciador da ditadura, anulou-as logo em 1918.

Porém, a Nova República Velha, regressada ainda nesse ano, reformulou as leis, confirmou a descentralização administrativa e também financeira e previu a nomeação de altos-comissários. Dois republicanos de notável prestígio assumiram o poder em Angola e Moçambique, respectivamente, Norton de Matos e Brito Camacho, levando a efeito uma administração de linha republicana, mais Norton de Matos do que Brito Camacho, sob uma chuva de críticas de quase todas as elites que se foram afastando da República e que alimentavam, a partir do início dos anos 20, a conspiração conservadora que sustentou a ditadura militar implantada em 1926, depois do triunfo do movimento de 28 de Maio.

Voltemos à Grande Guerra.

Depois do seu início, o governo português considerou que havia uma séria ameaça militar às suas colónias de Angola e Moçambique, por parte da

Alemanha, e, por isso, independentemente da resolução da questão da beligerância, o governo entendeu que devia mobilizar duas forças expedicionárias, que partiram de Lisboa no dia 11 de Setembro de 1914.

A que se destinava a Angola era comandada pelo Tenente-coronel Alves Roçadas, oficial conhecedor da região de destino da expedição, por ter sido governador do distrito da Huíla, no Sul da Angola. Desembarcou em Moçâmedes e deslocou as suas tropas para a fronteira sul, deixando claro que o inimigo eram as tropas alemãs do Sudoeste Africano, situação que o incidente de Naulila, em 19 de Outubro, e o ataque alemão a Cuangar, em 30 do mesmo mês, esclareciam completamente. A expedição tinha um efectivo total superior a 1.500 homens[8].

Depois de uma longa e penosa marcha para o interior, as tropas portuguesas instalaram-se nas zonas de mais provável penetração inimiga, procedendo à organização da sua defesa. As instruções de Lisboa eram rigorosas e, embora contrárias à situação local, obedeciam aos imperativos da política geral adoptada pelo Governo português – Portugal não estava em guerra com a Alemanha! É assim que a iniciativa do ataque pertenceu ao lado alemão, que em 18 de Dezembro o executou em direcção a Naulila[9].

Ainda antes do final do ano, pensou o Governo em reforçar as forças expedicionárias, de forma a opor-se a qualquer outra acção dos alemães e levar a cabo operações contra os povos revoltados do sul da colónia. Aliás, o reforço do dispositivo português tinha-se iniciado ainda antes dos acontecimentos de Naulila, com o embarque de um Batalhão de Marinha, em meados de Novembro, seguindo depois novos reforços que elevaram para mais de 9.000 o número de militares presentes no Sul de Angola.

No início de 1915, o novo Governo atribuiu o comando destas forças ao General Pereira de Eça, a quem igualmente nomeou governador-geral. Chegado a Angola, iniciou desde logo a ocupação do Baixo Cunene. Mas, no Verão do mesmo ano, a 9 de Julho, as tropas alemãs da Damaralândia renderam-se perante o avanço das tropas sul-africanas, cabendo às forças portuguesas, a partir desse mês, executar apenas acções contra as revoltas no interior da colónia[10].

Tal como em Angola, também em Moçambique as tropas coloniais eram diminutas e mal preparadas. A missão da primeira expedição militar a Moçambique tinha sobretudo a ver com a melhoria das defesas do território. Foi o que a expedição levou a cabo, na margem direita do Rovuma, através da

8 Sobre as estatísticas da Grande Guerra ver em especial o texto de Luís Alves de Fraga, "Portugal e a Grande Guerra, Balanço Estatístico" in Aniceto Afonso, *op.cit.*, pp. 520-525.

9 Ver J.A. Alves Roçadas, *Relatório sobre as operações no Sul de Angola em 1914*, Lisboa, 1919.

10 Ver *Campanha do sul de Angola em 1915; relatório do general Pereira de Eça.* Lisboa, Imprensa Nacional, 1923.

construção de vias de comunicação, ligações telegráficas e instalação de postos de vigilância. O comando foi atribuído ao Tenente-coronel Massano de Amorim, que fora governador do distrito de Moçambique. O seu efectivo rondava os 1.500 homens, que as doenças tropicais haviam de dizimar. Este facto, aliás, estender-se-ia a todas as outras expedições[11].

Foi, entretanto, organizada uma segunda expedição, que embarcou em Lisboa na companhia do novo governador-geral, Álvaro de Castro, sendo o seu comando atribuído ao Major Moura Mendes, oficial sem experiência colonial. Chegando ao Norte de Moçambique, nos princípios de Novembro de 1915, logo se verificou continuarem as tropas expedicionárias a enfermar de grandes deficiências – problemática mobilização, má instrução, fraco equipamento, insuficiente acção de comando e péssimo apoio sanitário.

Ocorria, entretanto, uma substancial alteração de situação com a declaração de guerra da Alemanha, o que permitiu a Álvaro de Castro estabelecer para as forças militares objectivos concretos. Tais acções iniciam-se com a reocupação de Quionga, no extremo Nordeste de Moçambique, levada a efeito a partir dos primeiros dias de Abril, após a guarnição alemã ter abandonado a zona. A soberania portuguesa nesta pequena faixa de terreno viria a ser reconhecida pelo Conselho Supremo das Potências Aliadas e Associadas, e restituída a Portugal, considerado seu proprietário originário e legítimo.

Para além da ocupação de Quionga, Álvaro de Castro estabeleceu como objectivos a cooperação com as tropas inglesas, por forma a bater as forças alemãs e a conquista urgente de uma parcela de terreno no Sul da colónia alemã. Foram por isso levadas a efeito algumas operações, na tentativa de as tropas portuguesas atravessarem o Rovuma, operações apoiadas por algumas unidades da Marinha de Guerra. Mas o empreendimento mostrou-se demasiado custoso para as forças portuguesas, que se viram constrangidas a regressar às suas bases, com baixas significativas.

Organizou-se então, em meados de 1916, a terceira expedição com destino a Moçambique, constituída por mais de 4.000 homens, comandados pelo General Ferreira Gil.

Após a chegada ao Norte de Moçambique, retomou esta expedição os objectivos da anterior. O período da ofensiva portuguesa, protagonizado por estas tropas, ficou assinalado pela travessia do Rovuma e por uma penetração em território alemão, com a tomada de Nevala. Contudo, a situação criada com o avanço das tropas portuguesas não resistiria à contra-ofensiva alemã, obrigando ao abandono dos postos conquistados e à retirada para a margem sul do Rovuma, ainda antes do fim do ano.

11 Ver os seguintes textos de António Telo in Aniceto Afonso, *op.cit.*: "Campanha de Moçambique, 1914-1915", pp. 147-149; "Campanha de Moçambique, 1916-1918", pp. 427-436.

Entretanto, desenvolvera-se uma grande ofensiva das tropas inglesas e belgas, a norte e a oeste da colónia alemã, que empurrou os efectivos germânicos mais para sul e os obrigou a voltar os olhos "para o território português, para além do Rovuma", como recordará von Lettow, comandante das forças alemãs. É nesta altura, já no ano de 1917, que nova expedição é organizada, com mais de 5.000 homens comandados pelo Coronel Sousa Rosa.

Antes do fim do ano, a 25 de Novembro, as tropas alemãs dão início a uma ofensiva de grande envergadura que visava, não apenas os postos fronteiriços mas tinha como objectivo o seu próprio internamento em território português, com o fim de se libertarem da ofensiva inglesa, preservarem as forças para futuras acções e procederem ao reequipamento em armas e munições através de material capturado. A acção das tropas alemãs no interior de Moçambique iria estender-se até aos finais de Setembro de 1918, tendo a sua penetração ficado às portas de Quelimane. As tropas portuguesas, em cooperação com forças inglesas, opuseram-se aos movimentos inimigos, tanto quanto lhes foi possível, travando alguns combates de maior relevância, como o de Negomano, da serra Mecula e de Nhamacurra.

Von Lettow acabou por abandonar Moçambique e internar-se de novo na colónia alemã da África Oriental, em 28 de Setembro de 1918, ficando assim o território português livre da presença de tropas inimigas.

O Armistício aproximava-se e com ele o fim da guerra, que tão penosa e difícil se tornara para as tropas portuguesas, vítimas das condições de que se revestiu a sua preparação, a sua organização e o seu emprego militar.

Em resumo, os contingentes militares portugueses que combateram nos teatros de operações da Primeira Guerra Mundial, tanto na Europa como em África, não estavam convenientemente preparados para participar na Guerra. Careciam de instrução, de material, de armamento, de organização e de disciplina. Também careciam de apoio político e de reconhecimento do seu estatuto e da sua importância. Neste campo, e porventura noutros, os republicanos não estiveram à altura das responsabilidades que assumiram e das expectativas que criaram. Também os militares, habituados a um longo período de paz, não estavam preparados para compreenderem a profundidade da mudança e para participarem na reformulação do sistema militar da República.

Tanto na Flandres como em Angola e Moçambique, a acção dos contingentes militares portugueses está repleta de incapacidades, de improvisações e de fragilidades, com divisão de responsabilidade entre as autoridades políticas e administrativas e os comandos militares.

Os actos de coragem, as acções militares conduzidas com dedicação e sabedoria, que muitas existiram, não podem deixar na sombra o grande falhanço da acção militar da República nas várias frentes de combate em que as tropas portuguesas estiveram presentes.

CONCLUSÕES



CAVE, 2014

Revista Militar
N.º 8/9 – agosto/setembro 2014
pp. 751-757

Nota Introdutória



Tenente-coronel Luís Manuel Brás Bernardino*

Em boa hora a *Revista Militar* decidiu realizar o Colóquio "*I Guerra Mundial – Portugal em África (1914-1918). Das contradições da «neutralidade» de Portugal ao «esforço de guerra» português*", integrando, numa sessão realizada no passado dia 19 de junho de 2014, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, um conjunto de especialistas que convergiram, quase que instintivamente, ao analisarem a beligerância portuguesa no espaço continental africano ultramarino, numa homenagem a todos quantos combateram na I Grande Guerra, e especialmente aqueles que perderam a sua vida nos teatros africanos na defesa da Pátria neste período da nossa história.

Reflectindo sobre a política externa portuguesa e a conjuntura geoestratégica da época, o colóquio permitiu um interessante e muito participado debate académico sobre a intervenção militar portuguesa nos dois principais teatros de operações além-mar no período da Grande Guerra – Moçambique e Angola.

Este resumo, e em jeito de conclusões, que se apresentam, procuramos modestamente contribuir para um melhor entendimento do que foi dito e discutido, na impossibilidade de se transcrever todas as comunicações, permitindo assim ao leitor entender as ideias principais das intervenções e fazer a ligação entre essas comunicações. Ainda assim, a *Revista Militar* apresenta neste número as comunicações escritas e detalhadas para uma melhor e mais completa análise de tão ricas participações.

* Vogal Efetivo do Conselho Fiscal da Revista Militar.

1º Painel – As contradições da «neutralidade» de Portugal

Neste painel, moderado pela Prof. Doutora Ana Leal de Faria, assistiu-se a duas interessantes intervenções, do Major-general Matos Coelho e do Prof. Doutor Pedro Aires Oliveira que se complementaram sobre a política externa alemã e inglesa em face da intervenção beligerante lusa por terra africanas[1] na defesa das suas colónias.

O Major-general Matos Coelho, na sua comunicação intitulada "*O expansionismo alemão em África*", começa por nos situar na transição da Alemanha do século XIX para o século XX, num enquadramento em que os "Planos de Guerra" empregues nas campanhas germânicas em África viriam a sofrer influências da Estratégia Militar alemã de Bismark para África (1890), em que o *Mitteleuropa* [como conceito e doutrina] se estendia ao *Mittelafrica* como forma de justificar o expansionismo alemão em África.

Lema como a "…*a Bandeira segue o comércio*…" proferidas no contexto da política externa alemã no período pós-Conferência de Berlim (1984/1985) viria, não só a permitir a proteção ao comércio através da criação e do apoio às Companhias Coloniais Alemãs como possibilitou a criação do "Exército Colonial" e da designada "Força Imperial de Proteção". A Estratégia Naval assente também na Ideologia de Friedrich Ratzel, viriam a permitir a Guilherme II os argumentos para as intenções expansionistas alemães em África (1890/1898).

O acordo secreto Anglo-Alemão (1898) e a reunião de 1912 levariam a Alemanha a optar por uma postura mais ofensiva e militarmente mais interventiva nas províncias a sul de Angola[2], e mais tarde nas famosas expedições

1 O interesse nacional era a manutenção dos vastos espaços do ultramar, com ênfase para os situados na metade sul de África, cobiçados e ameaçados, desde o tempo de paz, por amigos e inimigos europeus. A evolução político-estratégica na Europa, no início do seculo XX, os confrontos de interesses das Grandes Potências nos espaços coloniais na sequência da Conferência de Berlim, as exigências inglesas e francesas, as nossas vulnerabilidades endémicas e conjunturais e, no limite, o imperativo nacional ditado pela defesa de Angola e de Moçambique (especialmente) aconselharam e obrigaram à entrada de Portugal na Grande Guerra com o estatuto de potência beligerante.

2 Esta ideia é reforçada por Armelle Enders, que refere «*...Para ter hipótese de conservar as suas colónias, Portugal abandona a sua neutralidade em Abril de 1916 e alinha com os Aliados. Infelizmente, porém, para os Portugueses, o principal teatro de operações situa-se na África Oriental, onde os Britânicos desde 1914 que tropeçam na resistência obstinada do responsável militar do Leste africano alemão, Paulo von Lettow-Vorbeck (1870-1964). Assim que entram em guerra as tropas portuguesas atravessam o Rovuma, caminho que voltarão a fazer em sentindo inverso, alguns meses mais tarde, abandonando o seu material, prosseguí-*

de Paulo von Lettow-Vorbeck em Moçambique. Explicadas detalhadamente pelo conferencista, onde procura justificar que a Alemanha não manteve a neutralidade, tendo assumido uma Estratégia Expansionista em África que teve consequências para Portugal, para a Alemanha e para África.

O Prof. Doutor Pedro Aires Oliveira, na sua comunicação intitulada "*Portugal, a Inglaterra e a Guerra em África (1914-1918): cooperação e tensão*", na mesma linha do orador que o antecedeu, abordou o contexto que precedeu a proclamação da I Grande Guerra, salientando que, de acordo com o pedido feito pelos ingleses, logo no início da guerra, e transmitido ao governo português pelo ministro inglês em Lisboa, Lancelot Carnegie, em nome do ministro dos negócios estrangeiros britânico, Eyre Crowe, Portugal absteve-se de se declarar neutral. Portugal colocou-se, assim numa posição muito ambígua de "…*aliado não beligerante*…".

O governo republicano de João Chagas era a favor da participação de Portugal na Grande Guerra. Esta foi-nos declarada unilateralmente pela Alemanha, em 9 de março de 1916, na sequência da requisição pelas autoridades nacionais, e a pedido da Inglaterra, de todos os navios mercantes alemães refugiados em portos portugueses, quer continentais, insulares ou ultramarinos, que constituiu uma clara provocação.

A política externa na relação Portugal-Inglaterra, assente segundo o conferencista, numa aposta republicana na cooperação com o Reino Unido, referindo que consistia numa "…*aliança entre Povos e não entre Regimes*…", um pouco à imagem do rescaldo da transição da Monarquia para a República (1910) em Portugal, que veio no período pós 1910 a permitir uma aproximação Anglo-Alemã e que contribuiu, segundo o orador, para uma legitimação internacional das pretensões expansionistas Alemãs em África. O Almirantado e Winston Churchill pretendiam uma interpretação mais flexível dos seus compromissos com Portugal, mas o desejo de manter uma segunda via em aberto com a Alemanha viria a permitir uma aproximação da Alemanha a África e a contribuir para a intenção germânica de expandir as suas fronteiras a sul de Angola.

A soberania portuguesa em África viria assim a ser pressionada e questionada, sendo que a República, nomeadamente o sector mais democrático, procurou não dispersar esforços e apostou na beligerância onde havia mais interesses de Portugal, criando uma predominância da beligerância europeia

das por uma companhia Schutztruppe, de Novembro de 1917 a Setembro de 1918, vários colunas alemãs jogam às escondidas com as forças aliadas…». «…Por seu lado os, os Portugueses perdem tantos homens (cerca de 2000) nesta guerra africana, quantos os que morreram na frente europeia. Para os Africanos, o balanço das vítimas é, por vezes calculado em cerca de 130.000…», In "História da África Lusófona", Editora Inquérito, 1977, p.71.

em detrimento da beligerância africana, que ficou conhecida para a história como "…*a Frente esquecida da Grande Guerra*…". Neste contexto, em 19 de maio de 1915, a perspectiva inglesa apontava para uma não-beligerância portuguesa em África (consistindo numa neutralidade não-declarada), pois que a estratégia militar inglesa para África previa um ajustamento com autonomia política em face do expansionismo alemão a sul de Angola. Pretendia-se, assim, afastar a influência alemã no continente, ressaltando, o orador, a neutralização da estação de comunicações alemãs e a tentativa de impedir uma hegemonia naval alemã, levando a uma mobilização e transferência de tropas inglesas para África, apostando também em alianças com a África do Sul e ganhando assim o controlo do Transval e dos portos da costa oriental africana.

A campanha portuguesa em Moçambique no apoio às forças inglesas levou a revoltas nativas no norte de Moçambique e ao envolvimento de tropas mercenárias com apoio da Inglaterra, que originou algum descontentamento dos locais. Assim, a posição de Portugal era considerada ambivalente, em que a situação de emergência da pressão alemã e inglesa neste continente levou à intensificação da beligerância em África, pois considera o orador que a República não teve o apoio que se poderia esperar da Inglaterra na beligerância ultramarina.

2º Painel – O Esforço de Guerra Português

Neste painel, moderado pelo General Augusto do Espírito Santo, numa perspectiva mais operacional e dedicado às operações militares em África, foram apresentadas duas comunicações que elaboram a participação da Marinha Portuguesa na beligerância africana no contexto da Grande Guerra e as operações militares terrestres na perspectiva republicana de intervenção neste continente.

O General Espírito Santo apresentou o enquadramento político-militar da época (1914) referindo a reestruturação militar em curso e na resposta às ameaças expansionistas em África, salientando que seriam, entre 11 de setembro 1914 e 1918, enviados para Angola 12.430 efectivos e 203 viaturas, um esforço que nos viria a custar 14.493 baixas. Por outro lado, no mesmo período seriam organizadas em Moçambique quatro expedições militares envolvendo cerca de 20.000 efectivos e 16.000 tropas africanas e indianas (e ainda milhares de carregadores locais) resultando num total de 60.395 baixas, que representou um esforço de guerra considerável para Portugal, neste período.

O Capitão-de-mar-e-guerra José António Rodrigues Pereira desenvolveu na sua intervenção a temática "*A Marinha na mobilização militar para África*",

começando por apresentar o conjunto e tipologia de meios militares navais que Portugal dispunha em 1914 e considerando que, nesse ano, a Força Naval nacional não estava dimensionada nem preparada para a intenção republicana de intervir no Teatro de Operações africano no contexto da Grande Guerra.

Os meios navais, à base de cruzadores, contratorpedeiros e canhoneiras, apresentavam dificuldades na operacionalidade e o armamento utilizado era também obsoleto. A Marinha tinha, em 1914, cerca de 4.000 homens (300 oficiais e 3700 sargentos e praças) e empregava uma média de cinco navios ano para fazer transporte de tropas e material para Angola e Moçambique, valor que seria multiplicado por quatro em 1915 e mantido no período da Grande Guerra, resultando num esforço enorme para a Marinha Portuguesa neste período, que foi evidente na exposição do Capitão-de-mar-e-guerra José António Rodrigues Pereira.

Os parcos meios da Marinha Colonial (criada em 1910 e sob alçada dos Governadores Gerais) da época estariam, segundo o orador, envolvidos no transporte de tropas (incluindo os Corpos Expedicionários para Angola e Moçambique) e na constituição de escoltas, operando também em apoio das operações terrestres, nomeadamente no Teatro Sul angolano e na região do Rovuma, no norte de Moçambique. Enquanto a Marinha de Comércio (desenvolvida através da Companhia Real de Navegação) constituía um reforço dos meios navais de transporte de pessoas e logístico, sendo, contudo, manifestamente insuficiente para as necessidades de apoio às operações que se vinham desenvolvendo na beligerância africana[3].

Em torno de um conjunto de histórias épicas da Marinha Colonial da época, envolvendo o célebre ataque aos submarinos alemães por parte dos navios Machico e Moçambique[4], e da ação do Batalhão de Marinha, o Capitão-de-mar-e-guerra Rodrigues Pereira apresentou a intervenção da Marinha Portuguesa no apoio às operações militares navais e terrestres no território colonial, referindo um vasto conjunto de dados que constituem importante elemento de estudo para historiadores que se debruçam sobre esta temática e que podem ser consultados na sua comunicação escrita.

Para fazer face ao número insuficiente de meios navais de Portugal, o governo republicano viria a determinar a apreensão, nesse período, de vinte

3 [http://www.momentosdehistoria.com/MH_02_05_Marinha.htm].

4 MARTINS, Ferreira (1934), "Portugal na Grande Guerra", Vol. II, Lisboa, 1ª edição, Empresa Editorial Ática; SILVA, Henrique Corrêa da (Paço d'Arcos), (1931), "Memórias de Guerra no Mar", Coimbra, editora Imprensa da Universidade de Coimbra; INSO, Jaime Correia do (2006), "A Marinha Portuguesa na Grande Guerra", Lisboa, Edições Comissão Cultural da Marinha, ISBN:976-8004-86-9.

e três navios alemães em África e a requisição forçada de mais meios navais alemães que contribuíram também para os "Transportes Marítimos do Estado", alguns cedidos à Grã-Bretanha para apoio às suas operações militares em África.

Em suma, a Marinha de Guerra Portuguesa, com parcos meios e em condições difíceis, participou na beligerância portuguesa em África, tendo, inclusive, sofrido a primeira baixa no Teatro de Operações angolano (em 25 de agosto de 1914, o Sargento de marinha Eduardo Rodrigues da Costa). As operações de transporte de/e para a Metrópole, incluindo a realização de escoltas navais, a segurança dos portos e a participação em operações terrestres por parte do Batalhão de Marinha são alguns exemplos dessa gloriosa participação que foram detalhadamente expostos pelo Capitão-de-mar-e-guerra José António Rodrigues Pereira.

Na sequência, o Coronel Aniceto Henrique Afonso desenvolveu o tema "*Grande Guerra – A República e a Questão Colonial*", começando por abordar como enquadramento internacional os desenvolvimentos da Conferência de Berlim 1884/85, quais as consequências para Portugal e os reflexos para as fronteiras nacionais em África, especialmente referindo-se ao expansionismo alemão e aos conflitos de fronteira no sul de Angola.

Por outro lado, fazendo uma caracterização de Portugal na sequência da "*…herança republicana…*", o Coronel Aniceto Afonso evidenciou os aspectos da economia colonial, do regime de terras e o factor cultural como elementos chave de uma política de pacificação em África, que tinha como ideário fundamental a defesa e manutenção dos territórios colonias e a manutenção de todos os benefícios e proveitos para Portugal.

Assim, a estratégia republicana para África assentava, nesta época, segundo o orador, em quatro eixos principais: o envio de expedições militares (assente na mobilização em Portugal, pois as tropas coloniais não eram suficientes), tendo em vista a pacificação das inúmeras revoltas locais; a descentralização administrativa e financeira dos territórios coloniais; a descentralização da organização e adequação para cada território colonial, conferindo maiores poderes ao Governador-Geral, e a nomeação de Altos-Comissários que seriam os representantes da administração central republicana nos territórios ultramarinos.

As operações militares em Angola, nas quatro expedições desenvolvidas neste período, quer totalmente vindas da Metrópole (duas) quer em reforço do dispositivo no território, quer a participação do Batalhão de Marinha, envolveram mais de 9.200 militares. Na sequência do expansionismo alemão na fronteira sul de Angola (e da iniciativa bélica), levou a um reforço do dispositivo militar e das operações militares na região. No início de 1915, sob o comando do General Pereira d'Eça, na qualidade de Governador-Geral,

seriam levadas a efeito importantes operações militares no sul de Angola, no baixo Cunene, acabando por manter as fronteiras, a pacificação das populações e as pretensões lusas em Angola.

As tropas coloniais envolvidas em operações, em Moçambique, eram "(…) *diminutas e mal preparadas (…)*". A primeira expedição portuguesa na região do Rovuma, com cerca de 1.550 homens, teve como intenção a pacificação indígena; a segunda expedição viria a afirmar todas as dificuldades sentidas pelas tropas portuguesas em África, referindo-se o orador à pouca instrução militar, deficiente equipamento e à falta de liderança (devido à inexperiência colonial de alguns dos seus oficias que vinham combater para África, sem conhecimento do terreno e das difíceis condições no território) que viria a ter consequência no número de mortos neste teatros, mais de 30.000 militares, dos quais cerca de 20.000 indígenas.

Em suma, o Coronel Aniceto Afonso termina a sua comunicação fazendo uma homenagem aos soldados portugueses que participaram na beligerância africana no contexto da Grande Guerra, afirmando os ideais republicanos e a defesa dos interesses nacionais nas colónias, que foram o objeto deste Colóquio e do número especial da Revista Militar: *I Guerra Mundial – Portugal em África (1914-1918).*


ANUNCIE
NA
Revista Militar
GRANDE EXPANSÃO
EM PORTUGAL
E NO ESTRANGEIRO

Revista Militar
N.º 8/9 – agosto/setembro 2014
pp. 759-763



Prof. Doutor José Damião Rodrigues*

Boa tarde a todos![1]

Depois desta sistematização do senhor Tenente-coronel Luís Bernardino, e contando com a excelente síntese que o senhor Coronel Aniceto Afonso apresentou, lembrando a ideia chave, eu queria começar por fazer duas afirmações.

Em primeiro lugar, não sou especialista dos séculos XIX e XX, muito menos da I Guerra Mundial. Estou aqui como historiador dos impérios, historiador da história comparativa, e é nessa perspetiva que vou falar. E isto significa, obviamente, lembrando a todos e pensando na pergunta que foi feita e numa resposta que foi dada, que, se todos os processos históricos e todos os acontecimentos têm uma multiplicidade de fatores que os explicam, para tentar dar-lhes coerência, para tentar dar sentido à complexidade do real, nós temos de escolher. Escolher significa simplificar. Quando nós propomos linhas de força, quando propomos uma tentativa de sistematização, nós estamos obviamente a simplificar. Apresentamos uma ideia forte, mas simplificamos. Estamos, de algum modo, a retirar toda a complexidade, toda a riqueza da trama, para incidir em linhas de força. E são algumas dessas linhas de força que eu aqui pretendo apresentar, isto é, são a minha seleção.

Em segundo lugar, eu convidava-vos a relembrar duas imagens que foram apresentadas pelo meu colega e amigo Prof. Doutor Pedro Aires Oliveira. Desde logo, a imagem inicial da sua comunicação, aquela em que aparece

* Investigador integrado e Prof. Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

1 O presente texto foi revisto pelo autor. Sendo, na sua génese, um comentário oral, a revisão limitou-se a eliminar repetições e a introduzir notas que possam orientar os leitores, sem que as linhas de força e os argumentos expostos fossem modificados.

um enorme John Bull face a um pequeno Zé Povinho, que diz: "Eu gostava, mas sou tão pequeno…!". Isto remete-nos para um subtítulo da comunicação do senhor Major-general Matos Coelho, "Portugal nos jogos mundiais". Primeira questão: se nós queremos perceber a diplomacia e, se quisermos, a geopolítica portuguesa, devemos sempre considerar a dimensão de Portugal e o seu lugar no quadro internacional. Isto significa pensar, não apenas nos nossos recursos, os nossos escassos recursos, na nossa pequenez, mas também no que os outros actores pensam de nós, o que é que os outros concedem que nós possamos fazer. Nós não estamos sós na cena internacional e isto significa que a diplomacia portuguesa não é apenas aquilo que Portugal pretende fazer, é aquilo que Portugal pode fazer, por um lado, e é aquilo que deixam que Portugal faça. Neste sentido, obviamente, estamos muito dependentes daquilo que a Grã-Bretanha concede que nós possamos fazer, já não falando da nossa escassez de recursos. As contradições e as relações que aqui foram expostas e aquilo que, por muitos, pode ser lido como a "tibieza" inglesa ou o "cinismo" inglês tem a ver, no fundo, com a própria evolução dos acontecimentos e com o contexto internacional da competição imperial e imperialista.

Convém não esquecer, foi bem lembrado, que estamos numa competição direta por matérias-primas e por recursos e, portanto, que as matérias-primas e os recursos das possessões ultramarinas portuguesas ou, pelo menos, daquelas que Portugal reivindicava como suas, são disputados, e daí os acordos secretos entre a Grã-Bretanha e a Alemanha. Falou-se aqui de 1898, de 1913. Veja-se o caso dos paralelismos que podemos estabelecer entre o projeto português do "mapa cor-de-rosa" e o projeto alemão da *Mittelafrica*. O projeto alemão da *Mittelafrica* é muito mais grandioso, mas teve materialização em três espaços, porque existiam recursos e existia uma dinâmica para o poder fazer e nós não tínhamos esses recursos.

Eu gostava de lembrar algo que, aqui, foi apenas aflorado, não propriamente nas comunicações, mas a partir depois de uma pergunta no debate. Falou-se das missões e isto permite-me fazer a ponte para uma segunda linha de força que me parece importante. Falámos de guerra, de ocupação no território; foi lembrado que, na Conferência de Berlim negou-se o direito histórico e colocou-se em cena a obrigatoriedade da ocupação do território. Pois bem, Miguel Bandeira Jerónimo escreveu que as missões eram uma "força de ocupação preventiva"[2] e este é um aspeto extremamente importante e até tem vindo a ser, felizmente, explorado nos últimos tempos. As missões,

2 Cf. Miguel Bandeira Jerónimo, *A Diplomacia do Império: política e religião na partilha de África (1820-1890)*, "Lugar da História, 82", Lisboa, Edições 70, 2012, p. 270.

como "força de ocupação preventiva", estão, por vezes, muito para além da fronteira efetiva que Portugal controla e, neste quadro, coloca-se o problema importante da relação das missões católicas com as missões protestantes. Há muito tempo que as missões protestantes são estudadas e há toda uma importante historiografia sobre essa matéria[3]. Esta é ainda uma área a explorar em articulação com a construção do território, com o processo de tentativa de conquista de populações e perceber essa associação entre uma "violência doce" da catequização e, depois, toda a outra dinâmica da ocupação territorial da violência administrativa, seja a violência do imperialismo através da escravatura ou do trabalho forçado. Este é um outro aspeto que, não tendo aqui sido claramente explorado, me parece fundamental que venha a ser tratado.

E colocaria uma segunda questão, que é importante em termos da reflexão, porque aparece de forma explícita ou de forma subterrânea. A pergunta foi formulada e, como eu já tinha essas anotações aqui, lembrava agora uma segunda imagem e uma citação, que também já foi aqui focada, de Sir Edward Grey, Secretário de Estado do *Foreign Office*, quando disse, a propósito das ex-colónias portuguesas, que essas colónias eram "poços de iniquidade"[4]. Não é que outras não o fossem, mas tem a ver com a representação do que nós somos e do que nós fazemos. Eu não quero aqui fazer política, mas existe, obviamente, um discurso que é preciso saber analisar, que é preciso ser desmontado.

A diplomacia faz-se, não apenas em função dos recursos de que se dispõe, do poder efetivo de que se dispõe, do poder material, do poder militar, do poder económico, mas também a partir do discurso, da construção de representações. Para períodos anteriores, existem estudos disponíveis que contrastam e que estudam a construção progressiva de uma oposição entre as potências católicas e as potências protestantes[5], as potências protestantes como tendo sido aquelas que chegaram mais cedo à "modernidade". As potências, sobretudo calvinistas, chegaram primeiro à "modernidade" e as potências

3 Veja-se, a título de exemplo, Norman Etherington, "Missions and Empire", in Robin W. Winks (ed.), *Historiography*, *The Oxford History of the British Empire*, vol. V, Oxford-New York, Oxford University Press, 1999, pp. 303-314; Francisco A. Gallego e Robert Woodberry, "Christian Missionaries and Education in Former African Colonies: How Competition Mattered", *Journal of African Economies*, Centre for the Study of African Economies (CSAE), vol. 19 (3), 2010, pp. 294-329.

4 Sobre a política externa britânica sob a direcção de Sir Edward Grey, ver F. H. Hinsley (ed.), *British Foreign Policy under Sir Edward Grey*, Cambridge, Cambridge University Press, 1977.

5 Cf. Jorge Cañizares-Esguerra, *Católicos y puritanos en la colonización de América*, "Ambos Mundos", Madrid, Fundación Jorge Juan, Marcial Pons Historia, 2008 [edição original: 2006].

católicas foram ultrapassadas, porque, precisamente, são mais atrasadas. É um discurso que vale para o passado e que vale para o presente; quando eu digo "o presente", vale para o presente de alguns historiadores e de alguns políticos que produzem este mesmo discurso e tende-se também a projetar, no passado, uma interpretação dessa clivagem, com reflexos na interpretação do que aconteceu: as missões protestantes são umas, as missões católicas são outras.

A situação dos territórios ultramarinos portugueses resulta do facto de serem territórios com missões católicas, que pactuam com aquela visão e "eles" têm uma outra visão do inimigo. Isto, de facto, aparece em textos de pastores protestantes ingleses, em sermões que são pregados nas igrejas inglesas e existem estudos notáveis sobre isso, no século XIX, em que se diz "Bom, não são os católicos, não são sequer os calvinistas, somos nós, anglicanos! O anglicanismo é a forma mais esclarecida e mais racional de cristianismo que existe e, portanto, somos nós que estamos em condições de poder levar a todos a civilização", o que obviamente justifica também todo um conjunto de práticas, todo um conjunto de opções políticas, todo um conjunto de leituras e obviamente toda uma mobilização da opinião pública[6].

Neste sentido, parece-me que, às vezes, o que falta é uma análise do discurso que muitas vezes é apresentado, esquece-se toda a camada subterrânea de cultura, de auto-representação e de representação dos outros que aqui aparece. Isto está, obviamente, subjacente nas negociações diplomáticas e está subjacente no modo como a diplomacia britânica lida com alguns dos políticos portugueses; como alguns dos políticos portugueses, em privado, nos relatórios que fazem, produzem discursos sobre Portugal ou sobre Espanha, sobre os territórios ultramarinos, e nós não podemos dissociar essas representações, que estão presentes em relatórios privados, em relatórios confidenciais, da política oficial e de entender todas essas tensões e aparentes contradições que, no fundo, apresentam este quadro complexo, esta imbricação colonial que nós acabamos aqui de analisar.

Em suma, isto foi exposto de forma muito clara, numa análise dos recursos da marinha; foi dito, também de forma muito clara, na comunicação do senhor Coronel Aniceto Afonso. Nós eramos e somos – independentemente de discutirmos se, no quadro europeu, somos um país de média dimensão –, em termos de recursos, um pequeno país, temos uma pequena dimensão, independentemente do que possamos pensar de nós. Temos que perceber

6 Sobre esta questão, ver, entre outros, os estudos reunidos em Tony Claydon e Ian McBride (eds.), *Protestantism and National Identity: Britain and Ireland c. 1650-c. 1850*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998.

que é assim que olham para nós e que, em função do modo como nos olham, agem consequentemente. Portanto, independentemente de visões mais nacionalistas, independentemente de visões teleológicas, a realidade é esta, não podemos querer interpretar o passado, reescrever o passado fazendo juízos de valor em função do que nós pretendemos ser.

É o que nós somos, é o que nós queremos ser, mas o que somos, o que fomos, não pode ser apagado. Podemos tentar transformá-lo, mas aquilo que somos, para transformá-lo, obviamente teremos que o querer transformar, mas aquilo que somos e aquilo que fomos tem que ser analisado de forma fria, sem juízos de valor, sem valorações positivas ou negativas, nomeadamente, sem nacionalismos: pequenos e sem recursos, obviamente expostos, vamos chamar-lhe, às "flutuações de humor", aos jogos entre as grandes potências e ao lugar que nos concedem no xadrez internacional. Foi assim no passado e é assim no presente, não temos que nos sentir menosprezados por isso, temos a nossa história, temos a nossa identidade, temos muito ainda por onde caminhar em termos de estudos, há que "separar as águas" entre o que queremos ser como país, o que queremos ser como cidadãos, e o nosso trabalho como historiadores. Os historiadores não podem fazer discursos nacionalistas, não podem fazer juízos de valor.

A *Revista Militar* está de parabéns pela organização deste evento. A Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e o seu Centro de História estão sempre de braços abertos para colaborar com as Forças Armadas e com a *Revista Militar* na organização de novos eventos para refletir sobre a nossa história, em geral, e sobre a história militar, em particular, de forma que possamos enriquecer a nossa perspetiva do passado. Não pretendendo ser quem não fomos e quem não somos, mas procurando, com esse conhecimento do passado, ganhar melhor conhecimento sobre o que somos e o que podemos vir a ser.

Muito obrigado a todos pela vossa presença!

Estabelecimento de ensino desde 1900

O Instituto de Odivelas, dependente do Estado-Maior do Exército, proporciona às suas alunas, a partir do 5.º ano de escolaridade, em regime de internato ou semi-internato os Planos Curriculares fixados pelo Ministério da Educação acrescidos das disciplinas de **Puericultura**, **Culinária**, **Drama Educativo**, **Higiene**, **Francês Prático** e **Inglês Prático**.

As alunas têm ainda à sua disposição diversas actividades:

- Circum-escolares:
  Instrução Militar,
  Esgrima, Equitação,
  Classe Especial de Ginástica,
  Teatro, Fotografia,
  Informática.
- Complemento Curricular:
  Actividades desportivas,
  Colónia de Férias,
  Intercâmbio escolar
  com **França.**



INSTITUTO DE ODIVELAS
Largo D. Dinis – 2675-336 ODIVELAS
Tel. 219 349 030
www.institutodivelas.com
io@mail.exercito.pt

APRESENTAÇÃO DO NÚMERO TEMÁTICO DA *REVISTA MILITAR*



CAVE, 2004

Revista Militar
N.º 8/9 – agosto/setembro 2014
pp. 767-768

Nota Introdutória



Prof. Doutor José Varandas*

Senhor Presidente da Direção da Revista Militar

Está a terminar mais um dia de intenso trabalho académico, aqui na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Concluiu-se um Colóquio organizado pela *Revista Militar* e onde se falou, se discutiu, se apresentaram teses e problemas acerca da participação militar portuguesa no contexto das operações militares nos teatros de operações africanos durante a I Guerra Mundial. Falou-se de História. Falou-se sobre processos, dinâmicas, transformações, em muitas das intervenções, pela primeira vez, o que determinará novas perspectivas para o futuro no campo da investigação. E, como esta está ainda por fazer! Trouxe a *Revista Militar* novas perspectivas de abordagem sobre um aspeto tão interessante e pouco conhecido como é este.

Falou-se de História Militar, e bem. E a Faculdade de Letras, ouviu.

Termina o dia com outro momento. O lançamento de mais um número da *Revista Militar*. Exemplar tarefa da instituição militar na contribuição para o conhecimento da história dos portugueses e de Portugal. Esta Revista é um sólido marco na investigação da História Militar. É fundamental. Nela se agregam várias perspectivas, das quais destaco a importante contribuição para a problematização e para a abertura de novos caminhos de investigação; a sistematização da informação disponível e a manutenção, através de gerações de militares muito competentes, de um processo de construção historiográfico. Este novo número trouxe à Faculdade de Letras a possibilidade de se poder associar à celebração de um momento muito importante na história da sociedade portuguesa, o das comemorações sobre a I Guerra Mundial.

* Subdiretor do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Saudamos a *Revista Militar*, mas também a presença, nesta Faculdade, da Comissão para essas mesmas comemorações. Talvez daqui a cem anos outros estejam a comemorar o mesmo evento, tendo como base o que sabiamente aqui, hoje, se disse e que ficarão expressas para sempre no próximo número da *Revista Militar*.

Não queria terminar já sem agregar a tudo aquilo que disse algo que é matéria intrínseca da minha profissão (a de professor) e, se quiserem, da essência dos investigadores do Centro de História, junto aos sócios da *Revista Militar* e ao público mais variado que preencheu este anfiteatro, neste dia tão especial. Gostava de, ao saudar o público presente, juntar um outro que cá está e que é fundamental para os próximos cem anos, um conjunto de jovens que estão a ser formados nesta Faculdade, na perspectiva do trabalho sobre estas memórias. E, Senhores Generais, se me permitem, queria saudar, na pessoa do Senhor General Adelino de Matos Coelho, a notável coordenação de um grupo de jovens investigadores que estão integrados num projeto de investigação sobre a presença militar portuguesa em África durante a I Guerra Mundial e que decorre no Centro de História da Universidade de Lisboa.

Esta Cerimónia, este Colóquio, esta Revista, é também um elemento formativo e um elemento prospectivo naquilo que pode ser a construção do saber ouvir e do saber falar, mas na construção de uma rede de saber entre esta Faculdade de Letras e as Forças Armadas Portuguesas, virada para o Futuro.

Muito obrigado a todos, sobretudo à *Revista Militar*, e contem com o Centro de História e com esta Faculdade para esse trabalho em comum sobre o Futuro.

Muito Obrigado!

Revista Militar
N.º 8/9 – agosto/setembro 2014
pp. 769-773

Apresentação



Tenente-general Mário de Oliveira Cardoso*

Um agradecimento muito especial é devido aos colaboradores que fizeram este número temático da *Revista Militar*: Major-general Matos Coelho, Coronel Tirocinado Vieira Borges, Coronel Nuno Lemos Pires, Capitão-de-mar-e-guerra Rodrigues Pereira e Tenente-coronel Luís Manuel Bernardino.

Uma homenagem é devida aos autores dos artigos consultados e publicados na época, e é meu dever referir os nomes do Coronel Henrique Pires Monteiro, Capitão Gastão de Sousa Dias, General José César Ferreira Dias, General Vitoriano José César e Coronel Eduardo Alfredo Araújo Barbosa.

São objetivos da Comissão Coordenadora para a Evocação da Participação de Portugal na Grande Guerra:

– Evocar o sacrifício dos combatentes, mas também do Povo português de onde saíram e a quem chegaram; muitos com mazelas e traumas permanentes; muitos, cerca de 8000, só com a recordação da sua existência. Mas evocar, sempre de forma verdadeira, autêntica, descomplexada, com a vontade firme de querer contribuir para uma memória coletiva que se afirme como de todos;
– De estudo, e não apenas o de natureza militar. Gostaríamos de ser capazes de abordar a Grande Guerra (GG) no âmbito da Estratégia Nacional, o que nos leva a estar abertos a todos os saberes necessários para a sua materialização. Esta forma de partilha do saber entre a *Revista Militar* e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa é disso um exemplo, como o vai ser o Seminário Internacional a realizar pelo IDN, nos finais de Setembro, e outro em Novembro, resultante da colaboração da Universidade Católica de Lisboa e a *Comissão Portuguesa de História*

* Presidente da Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da I Guerra Mundial.

Militar e, ainda em Novembro, um outro organizado pela Academia Militar, assim como o que vai resultar do protocolo estabelecido com o Ministério da Educação e Ciência e que vai permitir um envolvimento da Escola para melhor dar a conhecer este dramático mas importante facto histórico para o mundo, para o espaço europeu e, particularmente, para Portugal;

– De divulgação, e a forte presença da prestigiada Liga dos Combatentes por todo o País e junto dos núcleos de imigração mais marcantes espalhados pelo mundo é um importante parceiro; como vai ser, também, importante o resultado do protocolo já estabelecido entre a Comissão e a RTP e as atividades dos nossos Regimentos, espalhados pelo País, muitos deles mobilizados para os Teatros de Operações (TO) de África e também da Europa e que, ao longo destes próximos quatro anos associarão os seus dias festivos à evocação da sua história homenageando todos os seus Soldados e, em particular, os seus Soldados da Grande Guerra.

A *Revista Militar*, de publicação ininterrupta há 165 anos, com todo o seu acervo e com a esclarecida orientação do seu Presidente de Direção, o Senhor General Pinto Ramalho, propôs-se abordar a GG e a participação de Portugal em dois momentos distintos. Este ano de 2014, orientando a sua reflexão para o TO africano; em 2016, para o TO europeu, considerando, nos dois casos, a importância do TO atlântico.

Assim sendo, este número temático que hoje é apresentado vai permitir conhecer o pensamento estratégico alemão em relação ao continente africano, compreender o nosso, dar conta das reflexões feitas na altura sobre o desenvolvimento da guerra nas colónias portuguesas, em particular em Angola e Moçambique e a procura da sua interpretação, à luz dos dias de hoje, o que os colaboradores que a conceberam e que atrás referi fizeram, recontando os artigos então publicados ou ampliando o seu entendimento com oportunas anotações.

Temos, então, todo o gosto em que levem convosco um exemplar deste número especial e temático da *Revista Militar* de 2014.

Cremos que agradará aos movidos pela curiosidade do saber; aos investigadores; aos que a utilizarão para difundir conhecimento; como forma de meditar e fazer meditar sobre a história deste pequeno mas importante País em todo o passado século XX, que todos nós aqui presentes vivemos, parcialmente.

Portugal lutou no início do século XX pela sua integridade, na Europa e em África, fazendo-o umas vezes sozinho outras contando com o apoio, quase sempre afastado e nem sempre perfeitamente claro, de Aliados.

Não tendo sido capaz de acompanhar as consequências das I e II Guerras Mundiais, acabou por lutar sozinho para continuar a defender o sonho do Império.

Lutou pela sua própria liberdade e como consequência entregou o Império.

Voltou a juntar-se aos seus Aliados e há mais de duas décadas mantém uma presença ativa em vários pontos do Mundo para garantir e proporcionar segurança e apoiar a criar bem-estar.

É muita história para um pequeno País, e que não é rico. Mas também é sinal que não é um País velho, do passado, abúlico, que já não vive, que só sobrevive.

Por vezes, nos dias de hoje, parece não termos consciência da nossa grandeza como Povo e da nossa afirmativa participação na construção de um Mundo melhor.

Também esse é um objetivo da Comissão e este número da *Revista Militar* contribuirá para isso. E não fugindo à verdade histórica! Pelo contrário, relatando-a sem complexos, para que, com esse saber de experiências já vividas (e que nem sempre foram transformadas em lições aprendidas), possamos ser melhores.

E a Revista? O que vão poder encontrar nela?

Desde logo, e no início, uma síntese do pensamento estratégico alemão da altura em relação a África:

- Que todo o Estado está necessariamente em luta para defender o seu espaço vital;
- Que as poderosas nações continentais teriam que, necessariamente, tornar-se também potências navais, por só assim ser possível a uma nação adquirir supremacia mundial;
- Que o futuro da Alemanha de então estava sobre a água;
- Que a Bandeira seguia o comércio;
- Que, por isso, a Alemanha não fundava colónias, não conquistava territórios, não instalava organizações administrativas pesadas, limitava-se a dar proteção aos seus súbditos;
- Que os povos débeis não têm o mesmo direito à existência como os fortes e poderosos e serão estes que terão o direito de impor a sua civilização aos pequenos;

Procurando agora fazer-vos uma pequena síntese do que podem encontrar sobre os artigos da época que davam conta do pensamento das autoridades portuguesas e do povo português em relação à defesa das suas colónias, em particular de Angola e Moçambique diria:

- Que a intervenção militar em África foi uma afirmação do direito de Portugal;

– Que o discurso oficial e patriótico correspondia a um sentimento nacional, pese embora a profunda crise económica e financeira e as divisões políticas existentes no que diz respeito à participação de Portugal no TO europeu;
– Que a importância da frente de Angola acabou por se ver ultrapassada pela frente do Norte de Moçambique devido à sua extensão, à intensidade e frequência dos combates, às dificuldades logísticas, ainda mais adversas e, muito especialmente, pelo valor militar do Tenente-coronel Emil Vow Lettow Vonberk, que tão bem soube aplicar os princípios da guerra moderna num TO em que os opositores (Exércitos Português, Inglês e Belga) não estavam preparados para tal;
– Que havia a plena consciência que, sendo fundamental fazer a guerra em África, a sorte da guerra e as consequências do seu desfecho jogava-se na Europa;
– Daí o sentimento que existia na alma dos Soldados e que foi difícil, se não impossível, contrariar:

"A guerra das trincheiras tinha a morte gloriosa;
A guerra colonial foi o martírio obscuro"

– O reconhecimento do valor do inimigo. O tradicional quadrado das recentes campanhas de pacificação, para as quais o Exército estava treinado, era vencido pela manobra superiormente comandada por Emil Lettow Vonberk, que interpretou com soldados indígenas, bem treinados e enquadrados por quadros alemães, as máximas de Napoleão de dividir para viver e concentrar para combater, o que requereu a montagem e organização de um eficaz sistema de informações, que o exército português nunca conseguiu igualar. O valor militar de Lettow Vonberk, falecido em 1964, com o posto de General, foi de tal modo reconhecido que a *Revista Militar* escreveu em sua homenagem e deu conta de que, tendo perdido a sua pensão após a II Guerra Mundial, foi socorrido pelo seu inimigo Inglês em África, o General Smith e por alguns oficiais portugueses;
– Que a falta de preparação técnica, de estruturas logísticas e sanitárias das forças nacionais para atuarem naquele ambiente operacional era uma evidência;
– Que o sistema de recrutamento para a constituição de unidades com base em nativos era injusto, desigual para brancos e negros, quando a experiência de guerra vinha a demonstrar poder ser a solução mais eficaz. A solução passou pela necessidade de recorrer a sucessivas expedições vindas da metrópole para fazer face a situações que ultrapassassem o exercício normal da soberania, caras, de difícil sustentação, pouco capazes de alcançarem os níveis de operacionalidade necessários;

– A participação da Marinha nos TO Africanos e Atlântico, a exigir uma Força Naval compatível em número e especificação com os extensos e dispersos domínios, o que o poder politico nunca considerou, quando a exigência da situação obrigava à escolta dos transportes, ao apoio às forças de terra no reabastecimento, no apoio de combate, e também ao facto de ter sido utilizada como Infantaria, quer em Angola quer em Moçambique;

– A indiferença com que o desvario político, no Continente, tratou os seus soldados, que se manifestava na frieza com que os recebia no final das comissões. Deixo dois testemunhos:

  – do Primeiro-tenente Afonso Cerqueira, do Batalhão de Marinha, organizado em 1914 para o TO de Angola e regressado em 1915. Diz que "viu triste e com surpresa a indiferença com que o Batalhão de Marinha foi recebido à chegada a Lisboa. No Quartel dos Marinheiros só se encontrava o Oficial de Serviço para o receber";
  – do Tenente Costa quando, a 29 de Agosto de 1916, no Norte de Moçambique, em Negonamo, após se ter ouvido o último tiro dos atacantes que retiravam vencidos, exclamou "É que nesta campanha da África Oriental, por pior que se diga, ainda houve quem se batesse".

A terminar e esperando que vos tenha despertado a vontade de ler este número especial da *Revista Militar*, deixem-me dar conta da coerência, da verticalidade de muitos combatentes da GG, alguns que se bateram em África e na Europa e que, quando a paz foi alcançada, se viram perseguidos em Portugal, primeiro pela ditadura militar e depois pelo Estado Novo, expulsos das Forças Armadas, presos e deportados, só por que, como diz o Capitão Augusto Castilho no seu livro "Nas Trincheiras da Flandres", o ânimo que sempre os moveu foi lutar contra todas as formas de ditadura.



CAVE, 2004

Revista Militar
N.º 8/9 – agosto/setembro 2014
pp. 775-781

Sínteses curriculares dos oradores

Intervenientes no 1º Painel

Major-general Adelino de Matos Coelho

Habilitado com os Cursos de Infantaria, da Academia Militar e Geral de Comando e Estado-Maior e Superior de Comando e Direção, do Instituto de Altos Estudos Militares, possui outros Cursos de que se destacam o de Oficial de Informação Pública do Comando Aliado da Europa da OTAN (Bélgica), o Curso Militar de Direito Internacional dos Conflitos Armados, do Instituto de Direito Humanitário de Sanremo (Itália) e o Diploma de Pós-Graduação em Estudos Europeus, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Ao longo da sua carreira, prestou serviço em várias Unidades e Órgãos do Exército, nomeadamente no Regimento de Infantaria de nº 3, em Beja, que comandou, e no Estado-Maior do Exército, onde desempenhou o cargo de Chefe da Divisão de Pessoal. Além disso, também desempenhou cargos na Divisão de Informação e Relações Públicas do Estado-Maior-General das Forças Armadas e do Ministério da Defesa Nacional, no Gabinete do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e no Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército.

Cumpriu uma comissão de serviço em Angola, no ano de 1975.

De julho de 2003 a outubro de 2005, foi o Comandante da Zona Militar dos Açores, após o que preencheu, sucessivamente, os cargos de Diretor da Direção de Justiça e Disciplina, de Inspetor-adjunto, na Inspeção-geral do Exército e de Diretor da Direção de História e Cultura Militar do Exército.

É Sócio da Revista Militar, integrando a atual Direção.

Tem participado em Encontros, Colóquios e Congressos e publicado trabalhos nas áreas da História Militar, da preservação e conservação do património e do Direito Internacional dos Conflitos Armados.

É Académico Honorário da Academia Portuguesa da História.

É investigador associado no Grupo de Investigação de História Militar e das Relações Internacionais, do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, integrado nos Projetos "Militares Portugueses na Guerra da Sucessão de Espanha" (1702-1714) e "Portugal em África – da Conferência de Berlim aos «Soldados Desconhecidos» (1864-1921)".

Prof. Doutor Pedro Aires Oliveira

É Professor Auxiliar do Departamento de História da FCSH-UNL e Doutor em História Institucional e Política Contemporânea pela FCSH-UNL (2007). Tem Licenciatura em História pela FCSH-UNL (1994) e Mestrado em História dos Séculos XIX e XX (secção século XX) pela mesma universidade (1998). Foi Docente convidado no curso de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (1997-2000) e Colaborador no Departamento de Estudos Políticos da FCSH-UNL (2006-2008). Entre 1999 e 2003 foi Chefe de redacção da revista *Política Internacional e entre 2004 e 2008 foi* Chefe de redacção da revista *Relações Internacionais*.

Nos seus interesses de investigação incluem-se a História Contemporânea, a História das Relações Internacionais, o Colonialismo e Descolonização, a História Contemporânea de Portugal e a Política Externa Portuguesa.

De entre as publicações mais recentes contam-se *Longo Curso. Estudos em Homenagem a José Medeiros Ferreira* (coordenação com Maria Inácia Rezola), 2010 e *Os Despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa, 1945-1975*, 2007.

Publicações – *Livros:*

A Primeira República. Diplomacia, Guerra e Império (coord. com F. R. de Meneses), Lisboa, Tinta da China, 2011.

Longo Curso. Estudos em Homenagem a José Medeiros Ferreira (coordenação com Maria Inácia Rezola), Lisboa, Tinta da China, 2010 [e autoria da "Introdução", pp. 9-19].

Os Despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa, 1945-1975, Lisboa, Tinta-da-China, 2007.

Co-editor (com Fernando Rosas), *As Ditaduras Contemporâneas*, Lisboa, Colibri, 2006.

Co-editor (com Fernando Rosas), *A transição falhada. O marcelismo e o fim do Estado Novo*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004.

Co-editor (com Fernando Martins), *As Revoluções Contemporâneas*, Lisboa, Colibri, 2005.

Daniel Barbosa, Salazar e Caetano. Correspondência Política 1945-1974, 2 volumes, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002 (com Fernando Rosas e Rita Almeida Carvalho).

Armindo Monteiro: uma biografia política 1896-1955, Venda Nova, Bertrand, 2000.

Armindo Monteiro e Oliveira Salazar. Correspondência Politica 1926-1955 (com Fernando Rosas e Júlia Leitão de Barros), Lisboa, Editorial Estampa, 1996.

Capítulos de livros:

"A República e a Guerra, 1914-1918" in AMARAL, Luciano (ed.), *A Revolução Republicana em Portugal*. Lisboa. Ed. 70, 2011.

"Generosa Albion? Oposicionistas portugueses no Reino Unido, c. 1960--1974" in BORGE, Julio Hernández e LOPO, Domingo L. González – *Exilios en la Europa*.

Mediterránea. Actas del Coloquio Internacional. Cátedra UNESCO 226 sobre Migracions. Santiago de Compostela, 12-13 de noviembre de 2009. Santiago de Compostela. USC Publicacións, 2010, pp. 211-249.

"Franklin D. Roosevelt: senhor da guerra, arquitecto da paz" in Mário Mesquita et allia (coord.), À Procura da Grande Estratégia. De Roosevelt a Obama", Lisboa, Tinta da China, 2010, pp. 149-165.

"Continuidade e Mudança na política externa portuguesa após o 28 de Maio", in Rui Ramos e João Marques de Almeida (coord.), *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal*, Lisboa, IDN/Cosmos, 2008, pp. 123-152.

"A Revolução Francesa" in Fernando Martins e Pedro Aires Oliveira (eds.), *As Revoluções Contemporâneas*, Lisboa, Colibri, 2005, e autor do capítulo "A Revolução Francesa", pp. 49-69.

"Política Externa" in Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira (eds.), *A transição falhada. O marcelismo e o fim do Estado Novo*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004, pp. 303-337.

"Social Democracia e Democracia-Cristã no Mundo Bipolar, 1945-1989" in António Reis (coord.), *As Grandes Correntes Políticas e Culturais do Século XX*, Lisboa, Colibri, 2003.

"A política externa do marcelismo: a questão africana" in Fernando Martins (ed.), *Diplomacia e Guerra. Política Externa e Política de Defesa em Portugal do Fim da Monarquia ao Marcelismo*. Lisboa, Colibri, CIDEHUS, 2001, pp. 233-265.

"As eleições portuguesas de 1958: um olhar inglês" (com Marta Duarte), in Iva Delgado, Telmo Faria e Carlos Pacheco, *As Eleições de 1958*, Lisboa, Vega, 1998, pp. 391-426.

Artigos em revistas científicas

"The Contemporary Era", *E-Journal of Portuguese History*, 8, 2, Winter 2010, pp. 1-6 (http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/)

"'Grocer meets Butcher': Marcello Caetano's London visit of 1973 and the last days of Portugal's *Estado Novo*", (com Norrie MacQueen), *Cold War History*, Volume 10, 1, Fevereiro 2010, pp. 29-50 (http://www.informaworld.com/smpp/content~content=a913437865).

"O Flanco Sul sob Tensão. A NATO e a Revolução Portuguesa, 1974-1975", *Relações Internacionais*, 21, Março 2009, pp. 61-78 (http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/ri/n21/n21a04.pdf).

"Adrian Hastings e Portugal: Wiriyamu e outras polémicas", *Lusitania Sacra*, 2007-2008, pp. 379-398.

"Entregue aos lobos: o Reino Unido e a invasão de Timor-Leste", *Relações Internacionais,* 13, Março de 2007, pp. 139-156 (http://www.ipri.pt/publicacoes/revista_ri/artigo_rri.php?ida=132).

"Anthony Eden: o delfim que esperou demais", *Relações Internacionais,* 12, Dezembro de 2006, pp. 131-135.

"Suez: Breve Guia de Leitura", *Relações Internacionais,* 12, Dezembro de 2006, pp. 163-166.

"O Corpo Diplomático e o Regime Autoritário (1926-1974)", *Análise Social*, 178, 2006, pp. 145-166 (http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218712975G1bBH0ye3Jd16SZ7.pdf).

"Calvet de Magalhães e o Acordo Luso-Americano de 1971", *Relações Internacionais*, 8, Dezembro de 2005, pp. 141-151.

"Hitler e os Alemães. Crime e Castigo", *Relações Internacionais*, 6, Junho de 2005, pp. 155-160.

"Augusto de Vasconcelos e a crise da SDN", *Relações Internacionais*, 1, Março de 2004, pp. 113-115.

"Versalhes redimido?", *Nação e Defesa*, 105, Verão 2003, 2ª série, pp. 13-44.

"Uma mão cheia de nada? A política externa do marcelismo", *Penélope*, 26, 2002, pp. 93-122.

"Portugal e a Crise Italo-Abissina", *Ler História*, 42, 2002, pp 5-28.

"Lições dos Massacres: a „intervenção humanitária nos Balcãs durante a crise do Oriente e a Guerra da Bósnia", *Política Internacional*, 24, Outono-Inverno, 2001, pp. 263-283.

"Os EUA, a Grã-Bretanha e a crise do Estado Novo em 1961" (com Luís Nuno Rodrigues), *Política Internacional*, 23, Primavera-Verão, 2001, pp. 145-162.

"Kosovo: o legado da história", *Política Internacional*, 20, Outono-Inverno, 1999, pp. 71-113.

"Armindo Monteiro e a política externa do Estado Novo, 1935-1943", *Política Internacional*, 14, Primavera-Verão, 1997, pp. 115-167.

Intervenientes no 2º Painel

Capitão-de-mar-e-guerra José António Rodrigues Pereira

Oficial de Marinha, nasceu em Lisboa em 7 de Junho de 1948, entrou para a Escola Naval em 1 de Setembro de 1966, sendo promovido a Capitão-de--mar-e-guerra em 27 de Julho de 1999, e passado à Reserva, por limite de idade, em 7 de Junho de 2005. Reformou-se, a seu pedido, em 30 de Dezembro de 2010.

Prestou serviço em diversas unidades navais, destacando-se os NRP *Brava* (1970), NRP *Porto Santo* (1970), NRP *Boavista* (Açores, 1970-71), NRP *Velas* (1971), NRP *Jacinto Cândido* (Moçambique, 1973-75), NRP *Afonso Cerqueira* (Timor, 1975-76), NRP *Hermenegildo Capelo* (1977), NE *Vega* (1984-85), NE *Polar* (1985-86) e NRP *São Miguel* (Golfo Pérsico, 1990-91); comandou os NRP *Zaire* (1979-82), e NE *Polar* (1986-88).

Para além de diversos cursos de curta duração, frequentou o Curso de Especialização em Electrotecnia, no Grupo Nº 1 de Escola da Armada (1971--72), o Curso Geral Naval de Guerra, no Instituto Superior Naval de Guerra (1982) e o curso conducente ao mestrado e Estratégia, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (1988-90).

Foi professor efectivo de História Naval da Escola Naval, de 1982 a 1990. Esteve colocado na Direcção do Serviço de Manutenção (1977-78), na Direcção de Infra-Estruturas Navais (1978-79), no Departamento de Relações Bilaterais da Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional (1991-95) e desempenhou os cargos de Capitão do Porto de Aveiro (1995-98), Chefe do Gabinete do Superintendente dos Serviços do Pessoal (1998-2000), Secretário da Comissão Cultural da Marinha (2000-2005), tendo sido, nessa qualidade, o responsável pelas Exposições do Dia da Marinha, em 2001 (Cascais), em 2003 (Ílhavo), em 2004 (Viana do Castelo) e em 2005 (Figueira da Foz). Desempenhou, desde Fevereiro de 2006 até Dezembro de 2010, as funções de Director do Museu de Marinha.

Entre 2006 e 2010, foi também professor da Universidade Autónoma de Lisboa, no mestrado em Arqueologia Náutica e História Marítima, da Escola Naval, na pós-graduação em História Marítima e do Instituto de Estudos Superiores Militares. Desde 2012, é colaborador do Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração.

Possui diversos louvores e condecorações (entre elas duas medalhas de Mérito Militar, a medalha de *vermeil* da Câmara Municipal de Ílhavo e a Medalha Naval Vasco da Gama) e proferiu conferências em instituições e organismos no país e no estrangeiro, tendo publicado cerca de uma centena de artigos em jornais e revistas.

É académico emérito da Academia de Marinha e Académico Honorário da Academia Portuguesa de História. É membro da Comissão de Estudos Côrte-Real e da Secção de História da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Sociedade Histórica da Independência de Portugal. É ainda membro do conselho consultivo da Comissão Portuguesa de História Militar, sócio da *Associação Amigos do Museu de Ílhavo*, da *Associação Wenceslau de Moraes* e da *Revista Militar* e membro fundador da *Confraria Marítima de Portugal*. É confrade de honra das Confrarias Gastronómicas do Bacalhau (Ílhavo), do Arroz e do Mar (Figueira da Foz) e do Bucho (Arganil). Recebeu os prémios *Almirante Augusto Osório* do Clube Militar Naval, em 1969, e *Revista Militar,* em 1991, e uma Menção Honrosa no *Prémio Defesa Nacional de 2010*.

Publicou *Wenceslau de Moraes. O Marinheiro e a Armada do Seu Tempo* (Edições Culturais da Marinha, 2004), *A Marinha Portuguesa no Tempo de Napoleão (1793-1823)*, 2 volumes (Tribuna da História, 2005), *As Fortalezas Marítimas da Figueira da Foz* (Câmara Municipal da Figueira da Foz, 2005), *Grandes Batalhas Navais Portuguesas* (Esfera dos Livros, 2009), *Marinha Portuguesa Nove Séculos de História* (Edições Culturais de Marinha, 2010), *Batalha Naval do Cabo de São Vicente. A Marinha Portuguesa nas Guerras Liberais* (Tribuna da História, 2011) e *Grandes Naufrágios Portugueses (1194--1991)* (Esfera dos Livros, 2013). Tem para publicação *Portuguese Men of War (1793-1823)* e *Portugal at Sea Nine Centuries of History*. Está a preparar, para a Academia de Marinha, o volume da *História da Marinha Portuguesa: Viagens e Operações Navais (1139-1499)* e para a Esfera dos Livros a obra *Heróis do Mar* com 50 biografias de personalidades ligadas ao mar.

Coronel Aniceto Afonso

É Coronel do Exército na situação de Reforma e nasceu em Vinhais, em 1942.

Fez os estudos secundários em Bragança e concluiu o curso de Artilharia da Academia Militar em 1963. Cumpriu comissões em Angola (1969-1971) e em Moçambique (1973-1975).

Fez a licenciatura em História pela Faculdade de Letras de Lisboa, em 1980, e o Mestrado em História Contemporânea de Portugal pela mesma Faculdade, em 1990.

Foi professor de História na Academia Militar de 1982 a 1985 e de 1999 a 2005. Foi director do Arquivo Histórico Militar (Lisboa) de 1993 a 2007, integrando vários grupos de trabalho e comissões relacionadas com os arquivos militares, a documentação e a História. Foi responsável pelo Arquivo da Defesa Nacional de 1996 a 2007.

É membro da Comissão Portuguesa de História Militar e do Comité dos Arquivos da Comissão Internacional de História Militar, desde 1998; é investigador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa.

Autor de: *Alcora, a Aliança Secreta do Colonialismo,* 2013; *Portugal e a Grande Guerra,* 2010 (1ª ed., 2003); *Anos da Guerra Colonial,* 2009; e *Guerra Colonial – Angola, Guiné, Moçambique,* 1997-1998 (todos com Carlos de Matos Gomes); *A Hora da Liberdade,* 2012 (com Joana Pontes e Rodrigo de Sousa e Castro); *O Meu Avô Africano,* 2009; *As Transmissões Militares – da Guerra Peninsular ao 25 de Abril,* 2008 (Coordenador); *Portugal e a Grande Guerra, 1914-1918,* 2006; *História de uma conspiração. Sinel de Cordes e o 28 de Maio,* 2001; e *Diário da Liberdade,* 1995. Colaborou na História de Portugal, 1993; e na História Contemporânea de Portugal, 1986 (ambas dirigidas por João Medina).



CAVE, 2004

Revista Militar
N.º 8/9 – agosto/setembro 2014
pp. 783-788



Coronel Nuno Miguel Pascoal Dias Pereira da Silva*

Crónicas Militares Nacionais

Exercício REP 14 da Marinha Portuguesa

O exercício da Marinha Portuguesa, "*Recognized Environmental Picture – Atlantic*" 2014 (REP14-Atlântico), decorreu entre 7 e 24 de julho de 2014, nas áreas marítimas a sul de Sesimbra e de Sines.

O REP 14 é um exercício conjunto da Marinha, do *NATO Centre for Maritime Research and Experimentation* (CMRE) e da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), e conta já quatro edições.

Neste exercício são operados diversos veículos autónomos, tendo especial relevância a capacidade submarina, uma vez que são apresentadas as enormes potencialidades na sua utilização, em áreas tão vastas como sejam a exploração do fundo do mar, ou a busca e salvamento marítimo.

A capacidade de guerra de minas tem particular interesse para a OTAN, e as parcerias estabelecidas com a dimensão de investigação e desenvolvimento de novas tecnologias, colocam este evento e a Marinha Portuguesa na vanguarda desta temática.

O Ministro da Defesa Nacional, Dr. José Pedro Aguiar-Branco, assistiu a este exercício no dia 16 de Julho, acompanhado pelo Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Luís Manuel Fourneaux Macieira Fragoso e demais convidados, tendo visitado os navios de investigação da Marinha e da OTAN, nomeadamente o NRP Gago Coutinho e o NRV Alliance.

* Secretário da Assembleia Geral da Revista Militar.

Exercício "HOTBLADE" realizado em Portugal

Pelo terceiro ano consecutivo, na região de Ovar e Linhares da Beira, o Comando Aéreo da Força Aérea foi o órgão responsável pelo planeamento e conduta do exercício HOTBLADE 2014, exercício que contou com a participação das Forças Armadas Portuguesas, da Bélgica, Alemanha, Holanda, Áustria e Reino Unido, no período de 16 a 30 de julho de 2014.

O HOTBLADE é um exercício multinacional de helicópteros, integrado no programa da Agência Europeia de Defesa (EDA), tendo em vista contribuir para a mitigação de uma das mais importantes lacuna da União Europeia (UE) respeitante ao treino.

O objetivo do exercício visa permitir que as tripulações dos helicópteros da UE possam executar missões num ambiente operacional quente, montanhoso e empoeirado, simulando o desafio e as condições dinâmicas que as forças participantes poderão encontrar num teatro de operações real.

Da Força Aérea Portuguesa participaram três mil militares, vinte e sete helicópteros, dez F-16, um avião de vigilância e reconhecimento P3C Cup+ e dois aviões de transporte tático C295M.

Seis municípios açorianos cooperam com a Defesa

A Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional, Dra. Berta Cabral, assinou, no dia 27 de julho de2014, cinco protocolos de cooperação no âmbito do Dia da Defesa Nacional com os municípios açorianos de Horta (Faial), Santa Cruz da Graciosa, Velas (São Jorge), São Roque (Pico) e Lajes (Flores). Idêntico protocolo será assinado com a Câmara Municipal de Vila do Porto (Santa Maria), cujo representante esteve ausente na cerimónia, realizada nos Paços do Concelho da Horta, por indisponibilidade de transporte.

Os protocolos preveem uma série de medidas de cooperação entre os municípios onde exista um porto com capacidade de operação da corveta da Marinha, em missão nos Açores, a bordo da qual decorrerão as atividades do Dia da Defesa Nacional para os jovens de cada uma destas seis ilhas.

A adoção desta unidade móvel para realizar as atividades do Dia da Defesa Nacional permite poupanças significativas, evitando a deslocação por via aérea dos jovens destas seis ilhas para a Terceira (Base das Lajes) ou São Miguel (Campo Militar de São Gonçalo). No conjunto das seis ilhas, residem mais de 600 dos cerca de 3500 jovens açorianos convocados para as atividades do Dia da Defesa Nacional este ano. Os três jovens do Corvo que, em 2015, completarão dezoito anos serão integrados no grupo das Flores.

Além de contribuir para a formação cívica dos jovens, a nova versão do Dia da Defesa Nacional, implementada desde o início do ano, permite uma maior aproximação entre a sociedade civil e a instituição militar, constituindo, atualmente, a única ocasião de contacto direto da maior parte da juventude com as Forças Armadas.

Reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional

O Conselho Superior de Defesa Nacional reuniu-se, em 30 de julho de 2014, sob a presidência do Presidente da República, Professor Aníbal Cavaco Silva, tendo no final da reunião, sido divulgada a seguinte Nota Informativa:

"O Conselho Superior de Defesa Nacional reuniu em sessão ordinária, tendo, no âmbito das suas competências consultivas, analisado e debatido as propostas do Governo sobre o empenhamento de Forças Militares em missões no estrangeiro. Deu parecer favorável às seguintes novas missões:

1. No Afeganistão: ocorrendo no final do ano em curso a missão da Força Internacional de Segurança e Assistência e estando prevista a transição para uma Missão de Apoio, a participação nacional ficará, nessa altura, reduzida a dez militares, para exercerem funções de estado-maior no Quartel-General das Forças Aliadas.

2. No Mali: participação de uma aeronave C-130 e respetivo Destacamento de Apoio, para, durante três meses, operar em proveito de missões de manutenção de paz da ONU na região.

O Conselho debruçou-se sobre medidas que a OTAN pretende desenvolver no quadro da situação resultante das ocorrências na Ucrânia, tendo sido informado sobre a hipótese de participação nacional de uma aeronave de patrulhamento marítimo, para atuação no Mar Báltico.

No âmbito das suas competências administrativas, o Conselho analisou as propostas apresentadas pelo Ministro da Defesa Nacional, Dr. José Pedro Aguiar-Branco, tendo confirmado o Conceito Estratégico Militar e aprovado as Missões das Forças Armadas e o seu Sistema de Forças. Estes documentos representam a atualização dos anteriores, em vigor desse 2004".

Dia da Arma de Infantaria

Comemorou-se, no dia 14 de agosto de 2014, o dia festivo da Arma de Infantaria, com a realização de uma Cerimónia Militar no Campo Militar de S. Jorge, em Aljubarrota, que integrou forças de todas as Unidades de Infantaria do Exército.

Usaram da palavra General Chefe do Estado-Maior do Exército, Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo, que presidiu à Cerimónia, bem como o Diretor Honorário da Arma de Infantaria, Tenente-general António Noé Pereira Agostinho, com mensagens alusivas à efeméride.

Integrada na cerimónia, a Fundação Batalha de Aljubarrota fez a entrega formal ao Exército de uma réplica da Bandeira do Condestável, que esteve desfraldada no Campo de Batalha de Aljubarrota, junto às forças comandadas por D. Nuno Álvares Pereira, Condestável do Reino, Santo da Igreja e Patrono da Arma de Infantaria, a qual ficará à guarda do Regimento de Infantaria n.º1.

NRP Figueira da Foz, no âmbito da agência "Frontex", colabora com autoridades espanholas no resgate de treze imigrantes

No dia 28 de agosto, o NRP Figueira da Foz, que se encontra numa missão de combate à imigração irregular na Operação "Índalo 2014" da agência da UE "FRONTEX", no sul de Espanha, colaborou com as autoridades espanholas no resgate de uma embarcação com treze imigrantes irregulares oriundos do norte de África.

Ao chegar ao local, pelas 20h10, a cerca de 24 milhas náuticas a oeste do Cabo de Gata, conjuntamente com uma lancha da *Guardia Civil*, ambos aguardaram a chegada da embarcação do SASEMAR que recolheu os treze imigrantes irregulares, presumivelmente todos argelinos, do género masculino.

O Navio Patrulha Oceânico português manteve-se em apoio próximo e acompanhou o resgate dos imigrantes, que foram transportados pela embarcação do SASEMAR, para o porto de Almeria.

O NRP Figueira da Foz prossegue a sua missão nesta operação da UE, efetuando patrulha no mediterrâneo até final do corrente mês.

Participação de Portugal em Missões Internacionais

Dois contingentes militares portugueses partiram de Portugal, no dia 29 de agosto de 2014, para cumprir duas missões internacionais.

O Ministro da Defesa Nacional, Dr. José Pedro Aguiar-Branco a este propósito, afirmou:

«Estas são duas missões que se inserem no âmbito das responsabilidades de Portugal no campo internacional, uma no âmbito da aliança NATO, a outra no âmbito das Nações Unidas (…) o policiamento aéreo no Báltico, nomeadamente na Lituânia, é no âmbito da OTAN e começa a partir de 1 de setembro (…) nesta missão, Portugal contribui com seis F16 e um efetivo de 70 militares (…)».

Já na missão de manutenção de paz no Mali, que terá uma duração de três meses, «(…) o País contribui com um C130 e 47 militares, dos quais 41 da Força Aérea e 6 do Exército».

Acrescentou, ainda que «(…) estas duas missões são muito importantes, porque mostram, por um lado, a capacidade operacional que as Forças Armadas portuguesas têm, e isto é importante quando às vezes há uma perceção de que essa dimensão operacional está mais fragilizada, (…) além disto, a participação é importante para a visibilidade, reconhecimento e competência dos militares portugueses, além de ser uma resposta aos compromissos internacionais que Portugal está vinculado e mostra esta capacidade operacional (…) como é óbvio, permite que esta visibilidade e reconhecimento, no contexto internacional, tornem a visão em relação a Portugal a de um país que conta para a segurança coletiva, nomeadamente, numa altura em que esses temas são tão relevantes, dada a crise na Ucrânia».

Tomada de posse do novo Diretor do Hospital das Forças Armadas

O novo diretor do Hospital das Forças Armadas, Contra-almirante José de Gouveia de Albuquerque e Sousa, tomou posse, no dia 30 de agosto de 2014, nas instalações do hospital, numa cerimónia presidida pelo Ministro da Defesa Nacional, Dr. José Pedro Aguiar-Branco, e na qual estiveram presentes todos os chefes militares e várias entidades civis e militares de que destacamos a presidente da Fundação Champalimaud, Dra. Leonor Beleza.

O Ministro da Defesa Nacional, no seu discurso, afirmou que este era um «momento histórico» por ser a «concretização de uma ambição que já vinha de há décadas».

A fusão dos hospitais dos ramos está concretizada, bem como a «aprovação do plano diretor que levará à expansão, ampliação e regulação de todas estas instalações».

Sublinhou ainda que as perturbações que existiram durante o processo de fusão foram ultrapassadas e a «relação custo-benefício é altamente vantajosa»,

tendo o financiamento de 18 milhões de euros para obras de remodelação a decorrer nos próximos três anos foi sido assegurado.

Proposta de Referencial em Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz

O Ministério da Educação e Ciência, através da Direção-Geral da Educação (DGE), em parceria com o Ministério da Defesa Nacional, através do Instituto da Defesa Nacional (IDN), elaborou, no contexto das Linhas Orientadoras de Educação para a Cidadania e na sequência da celebração de um Protocolo de Colaboração entre o Ministério da Educação e Ciência (MEC) e o Ministério da Defesa Nacional (MDN), uma proposta de Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário.

A Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz é um dos domínios da Educação para a Cidadania, componente transversal do currículo, de acordo com os princípios orientadores consagrados no Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10 de julho.

Revista Militar
N.º 8/9 – agosto/setembro 2014
pp. 789-790

Jornal de Letras: *«A I Guerra Mundial na cultura portuguesa»*



A edição do *Jornal de Letras*, de 20 de Agosto de 2014, dedica oito páginas ao tema «A I Guerra Mundial na cultura portuguesa».

Considerando o acontecimento histórico como o "início de uma nova Era que mudou a geopolítica internacional e teve um enorme impacto em todos os países envolvidos no conflito", o *Jornal de Letras* "em ano de centenário, recorda a sua presença na cultura portuguesa: na literatura, jornalismo, artes plásticas e música", com a publicação de um "dossier" coordenado pela Prof. Doutora Maria Fernanda Rollo, historiadora, professora universitária, responsável pelo portal "Portugal 1914-18" (www.portugal1914.org) e diretora do Instituto de Historia Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (IHC/FCSH/UNL).

Os textos apresentados, cujos autores se indica, são os seguintes:

– O Mundo é de quem não sente», Maria Fernanda Rollo;
– «Escritores da guerra: da Renascença ao modernismo», Ricardo Revez;
– «O conflito na opinião pública: a voz dos intelectuais», Luis Augusto Costa Dias;
– «Imprensa militar: no centro da informação», José Luis Assis;
– «Jornalismo de Guerra: Entre a censura e a propaganda», Noémia Malva Novais;

– «A pintura na frente de batalha: Cenários apocalípticos», Carlos Silveira;
– «Banda desenhada: Uma vitória aos quadradinhos», Cristina Gouveia;
– «A música popular: Cantar a desgraça», Pedro Félix.

Neste conjunto de artigos publicados, o texto de José Luis Assis (também colaborador da *Revista Militar*) destaca o papel da "generalidade da imprensa periódica militar" durante o conflito mundial, referindo que a *Revista Militar*, "sem dúvida o mais interessante periódico militar, dedicou à IGM um espaço relativamente contido se comparado com outros temas, com uma grande parte dos textos focalizados na Guerra no sul de Angola, na intervenção de Portugal no conflito europeu, nos estudos comparativos entre o poder naval inglês e alemão e na guerra de trincheiras, tendo acompanhado ainda, tal como a Revista de Artilharia, o progresso técnico e cientifico desencadeado pela guerra ao nível dos submarinos, dos aeroplanos e dos hospitais, mas também da medicina, da saúde militar e do transporte de doentes e feridos dos campos de batalha para os hospitais de retaguarda (pp. 8-9)".

A *Revista Militar* cumprimenta os autores e felicita o *Jornal de Letras* pela publicação deste "dossier" que constitui uma forma sensível e muito digna de evocar e homenagear a memória de quantos sofreram e morreram no Conflito Mundial que ocorreu nos teatros de operações africano e europeu.

Major-general Adelino de Matos Coelho
Diretor-Gerente da Revista Militar

Bibliografia

Publicações recebidas por permuta e oferta

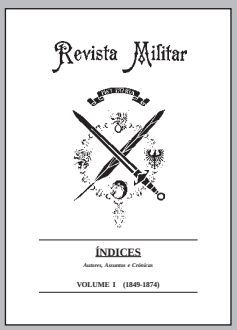
Periódicos Portugueses

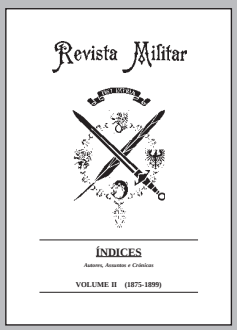
– **Atoleiros** *(Revista Militar da Brigada Mecanizada)* – Ano 16º, Nº. 28, abr2014.
– **Boletim da Associação dos Pupilos do Exército** *(APE)* – Ano 70º, Nº. 233, abr/jun2014.
– **Elo** *(Boletim da ADFA, Associação dos Deficientes das Forças Armadas)* – Ano 39º, Nº. 452 e 453, jun e jul2014.
– **Jornal do Exército** *(JE)* – Ano 55º, Nº. 636 e Nº. 637, abr/mai2014.
– **Mais Alto** *(Revista da Força Aérea)* – Ano 52º, Nº. 409, mai/jun2014.
– **Notas Económicas** *(Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra)* – Nº. 39, JUN2014.
– **Nova Cidadania** (Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica) – Ano XV, Nº. 53, Verão 2014.
– **Referencial** *(Associação 25 de Abril)* – Nº. 113, jan/jun2014.
– **Relações Internacionais** *(Revista do IPRI-UNL)* – Nº. 41, mar2014.
– **Revista da Armada** – Ano 43º, Nº. 486 e 487, jun e jul2014.
– **Revista da ASMIR** *(Associação dos Militares na Reserva e Reforma)* – Ano 25º, Nº. 142, jun2014.
– **Revista de Artilharia** – Nº. 1064 a 1066, abr/jun2014.
– **Revista de Marinha** – Ano 77º, Nº. 979, mai/jun2014.
– **ZacatraZ** – *(Revista da Associação dos Antigos Alunos do Colégio Militar)* – Nº. 195, abr/jun2014.

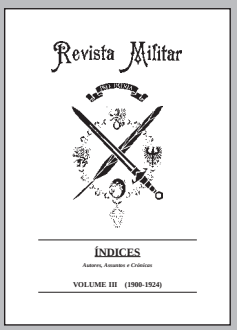
Periódicos Estrangeiros

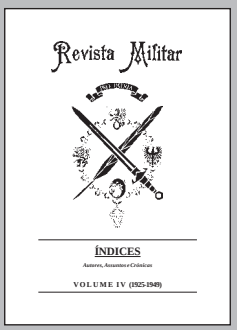
– **Ejército** *(Madrid)* – Ano 75º, Nº. 878, extra, mai2014.
– **Parameters** *(US Army War College Quarterly)* – Volume 44, Nº. 1, Spring 2014.
– **Revue Défense Nationale** – Nº. 771, jun2014.
– **Sanidad Militar** *(Revista de Sanidad de Las Fuerzas Armadas de España)* – Vol. 70, Nº. 2, abr/jun2014.

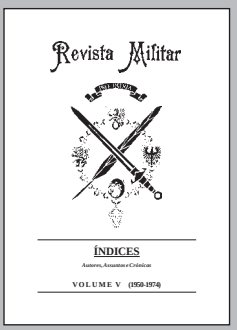
À venda na Revista Militar

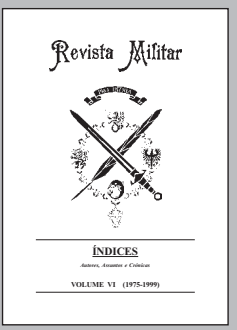




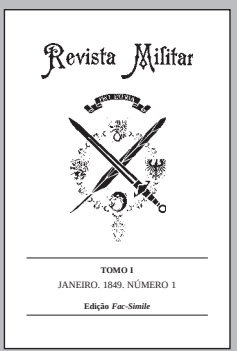








12,50 € cada



10 €

Revista Militar



Fundada em 1848 2ª Época 1905
Publicação iniciada em Janeiro de 1849

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

II Século – 66º Volume – N.º 10

N.º 2553 – Outubro de 2014

FICHA TÉCNICA

Título: *Revista Militar*
Publicação mensal, N.º 2553, outubro de 2014
Direção: Presidente: General José Luiz Pinto Ramalho
Diretor-Gerente: Major-general Adelino de Matos Coelho
Diretor-Administrador: Coronel Alfeu Raul Maia da Silva Forte
Serviços Administrativos: Chefe da Secretaria: Maj Paulo José Belo Furtado
Adjunto da Secretaria: SCh António José dos Santos Candeias
Tesoureiro: 1Sar Jorge Manuel Jesus Henriques
Auxiliar: Sold Diogo Alexandre da Cunha Nunes
Propriedade/Edição: Empresa da Revista Militar – NIPC 501417370
Redação e Administração: Campo de Santa Clara, 62 – 1100-471 LISBOA
Correio electrónico: rm@revistamilitar.pt
Telefone/Fax: 218 870 754

Internet: www.revistamilitar.pt
Administrador do Portal: CFR Armando José Dias Correia

Composição, impressão e distribuição:
EUROPRESS, Editores e Distribuidores de Publicações, Lda.
Praceta da República, N.º 15, Póvoa de Santo Adrião
2620-162 PÓVOA DE SANTO ADRIÃO
Telef: 219381450 • Fax: 219381452 • LISBOA – PORTUGAL
ISSN: 0873-7630
Depósito legal: 110304/97
Tiragem: 600 exemplares
Registo ERC Nº 109323

CONDIÇÕES DE ASSINATURA (IVA 6%)

• **Assinaturas anuais (9 números)**	**Euros**
- Militares	10,00
- Civis	15,00
- Entidades	17,00
- Estrangeiro (acrescem portes de correio)	34,00
• **Número avulso**	7,00

Apoio:

DEFESA

Montepio

Revista Militar

IN MEMORIAM 797
Tenente-general Adelino Rodrigues Coelho

Editorial 801
General José Luiz Pinto Ramalho

Nota da Direção 805

A Reforma do Ensino Superior Militar em Portugal 811
Gabinete de Apoio Técnico do Modelo de Governação Comum dos Estabelecimentos de Ensino Superior Público Universitário Militar

A irresistibilidade política do uso de Drones 825
Tenente-coronel PilAv João Vicente

A Nigéria no Shatterbelt da África Subsariana: uma análise geopolítica e geoestratégica 833
Mestre Samuel de Paiva Pires

Exercício NATO TRIDENT JAGUAR 2014 857
Capitão-de-fragata Manuel Amaral Mota

A Segurança no Golfo da Guiné: Uma Visão Marítima Angolana 863
Manuel Correia de Barros

Portugal na I Guerra Mundial 879
Tenente-coronel PilAv João J. Brandão Ferreira

A arma que mudou a guerra 893
José A. Matos
Dr. Matthew M. Hurley

Crónicas

I – Crónicas Militares Nacionais 909
Coronel Nuno Miguel Pascoal Dias Pereira da Silva

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores.
A Direção agradece a colaboração segundo as normas tradicionais da "Revista Militar".

Corpos Gerentes – 2014

Assembleia Geral

Presidente: *General* José Manuel da Silva Viegas
Vice-Presidente: *Tenente-general PilAv* António de Jesus Bispo
Secretários:
Coronel Nuno Miguel Pascoal Pereira da Silva
Tenente-coronel Francisco Miguel G. P. Proença Garcia

Direção

Presidente: *General* José Luiz Pinto Ramalho
Vogais Efetivos:
Tenente-general João Carlos de Azevedo Araújo Geraldes
Major-general Manuel António Lourenço de Campos Almeida
Major-general Adelino de Matos Coelho
Major-general PilAv Manuel Fernando Rafael Martins
Contra-almirante António Manuel Fernandes da Silva Ribeiro
Coronel Alfeu Raúl Maia da Silva Forte
Coronel Nuno António Bravo Mira Vaz
Coronel João Jorge Botelho Vieira Borges
Vogais Suplentes:
Tenente-coronel Paulo Fernando Viegas Nunes
Tenente-coronel PilAv João Paulo Nunes Vicente
Tenente-coronel Manuel Alexandre Garrinhas Carriço

Conselho Fiscal

Presidente: *Major-general* Luís Augusto Sequeira
Vogais Efetivos:
Capitão-de-mar-e-guerra José António Rodrigues Pereira
Tenente-coronel Luís Manuel Brás Bernardino
Vogal Suplente:
Major PilAv Nuno Gonçalo Caseiro Miguel

IN MEMORIAM

Manuel Carlos Teixeira do Rio Carvalho
Coronel Tirocinado de Infantaria
28Junho1935 – 25Setembro2014



O falecimento do Coronel Tirocinado de Infantaria Rio Carvalho, no passado dia 25 de Setembro, ocorreu após um longo sofrimento, que foi mais uma prova das muitas que marcaram a sua longa vida de lutador.

Militar brilhante e muito estimado, viveu uma longa e muito apreciada carreira, altamente considerada pelos amigos e por todos os que serviram sob as suas ordens. A sua inteligência, dedicação ao serviço, afabilidade, espírito de servir e o bom senso que o caracterizavam faziam com que fosse excecionalmente apreciado e tido como exemplo a seguir.

Estudioso e sempre interessado em desenvolver e aprofundar os assuntos, nomeadamente o ensino militar, a sua vida distinguiu-se em múltiplas facetas, de que enuncio algumas: o seu cuidado por uma permanente FORMAÇÃO; a sua dedicação ao ENSINO; o seu empenho nas ACTIVIDADES OPERACIONAIS; e o seu importante trabalho na REVISTA MILITAR.

A sua FORMAÇÃO militar pessoal iniciou-se bem cedo, na frequência, durante sete anos, do Colégio Militar (124/1945) onde apurou a sua vivência da camaradagem, lealdade, espírito de corpo e desenvolveu valores morais e humanos, como o sentido de dever e espírito de sacrifício, que ao longo da vida o vimos concretizar em acções.

Transitou, em seguida, para a então Escola do Exército que concluiu, em Abril de 1955, depois do Tirocínio de Aspirante a Oficial.

No início da sua carreira militar, o Coronel Rio Carvalho foi colocado no Regimento de Infantaria nº 2, em Abrantes, unidade SHAPE, que integrava a 3ª Divisão de Infantaria (Nun'Álvares) tendo feito um longo "tirocínio" de manobras militares em Santa Margarida.

Em Abril de 1960, frequentou, em Lamego, o Curso de Operações Especiais. Na sua busca da excelência, frequentou diversos outros Cursos e Estágios de valorização de que destaco, pela relevância do contexto da situação do Exército Português, o de Contra-Insurreição e de Interforças.

Concluiu, ainda, o Estágio para Oficial Superior a que se seguiu, em 1984/85, o importante Curso Superior de Comando e Direção. Por último, seria selecionado para participar, no Instituto de Defesa Nacional, no Curso

de Auditor de Defesa Nacional, tendo coordenado diversas conferências no âmbito dos Cursos de Defesa Nacional.

As suas múltiplas qualificações e as suas qualidades profissionais e humanas determinaram que fosse selecionado para funções de ENSINO como Segundo-comandante do Curso da Formação de Sargentos, em Lamego. Nessa função, foi-lhe reconhecida a elevada capacidade de trabalho, o sentido de lealdade e competência profissional, revelando as suas qualidades morais, de bom senso, inteligência e espírito de bem servir.

Por escolha, foi designado Subdiretor do Colégio Militar, onde já havia sido Chefe do Gabinete de Estudos, Comandante do Corpo de Alunos e Secretário Escolar, perfazendo mais de quatro anos ao serviço do Colégio, onde teve a oportunidade de reafirmar as suas qualidades de educador, baseando a sua acção numa exemplar e sólida formação moral e humanística, desempenhando em muitas ocasiões as funções de Diretor Interino.

Participou activamente no ensino nos Cursos de Infantaria na Academia Militar, onde esteve colocado por diversas vezes, e na Escola Prática da Arma.

Para ATIVIDADES OPERACIONAIS, de campanha, o Coronel Rio Carvalho foi mobilizado por quatro vezes por imposição.

A primeira para Angola, para onde seguiu ainda antes dos acontecimentos, nos princípios de 1961. Efetivamente, em junho de 1960, ainda subalterno, integrou a 4ª Companhia de Caçadores Especiais, destinada ao Norte e integrada num Batalhão que foi condecorado com a Medalha de Ouro de Valor Militar, cujo distintivo foi autorizado a usar, por lhe ter sido "reconhecido o espírito de sacrifício e a valentia, coragem e audácia, nas missões mais difíceis".

Voltaria a ser mobilizado para Angola, nos finais de 1963, onde se manteria até fevereiro de 1966, levando a cabo muitas ações que mereceram justo reconhecimento, sendo apontado como oficial de grandes qualidades morais, militares e de comando em campanha. Lê-se num dos numerosos louvores que recebeu: *«oficial inteligente, sabedor, muito leal e trabalhador (…) mantendo, mercê das suas qualidades, a sua companhia com elevado nível moral. Nas imensas operações que comandou, demonstrou sempre valentia, coragem e audácia».*

Menos de um ano após o seu regresso, em setembro de 1967, foi novamente mobilizado, uma vez mais para Angola, de onde regressaria, em Janeiro de 1970. Cerca de um ano depois, é novamente mobilizado, desta vez para Moçambique, de onde regressou no fim do ano de 1973.

Uma nota curiosa: o Coronel Rio Carvalho foi também mobilizado por imposição para a Índia, em setembro de 1958, ainda Alferes, sendo desmobilizado uma semana depois; em maio de 1963, igualmente, mas para a Guiné, para onde também não seguiu; mais tarde seria destinado a Timor, também sem concretização… É caso para dizer que, teoricamente, "esteve" em quase todas as Províncias Ultramarinas.

Em novembro de 1982, assumiu o Comando do Regimento de Infantaria de Abrantes, onde se manteve até marchar para a frequência do Curso de Promoção a Oficial General.

Quando terminou as funções de assessor do IDN passou a dirigir o "Jornal do Exército" que dinamizou com mais e melhores colaborações, pondo em prática um excelente ambiente de trabalho com muito entusiasmo, competência e dedicação (fevereiro de 1991 a junho de 2000).

LOUVORES E CONDECORAÇÕES

O Coronel Rio Carvalho tem averbados mais de duas dezenas louvores de que destacarei: uma referência elogiosa do Comandante da Academia Militar; do Brigadeiro Diretor do Colégio Militar; três do General Chefe do EME; do General Diretor do Departamento de Instrução do EME; do General Comandante da Região Militar de Moçambique; do General Diretor do IDN. Das condecorações salientamos: Medalha de Prata de Serviços Distintos; Medalhas de Mérito Militar de 1ª e 2ª classe; Medalhas de Prata e Ouro de Comportamento Exemplar; e as Medalhas Comemorativas das Campanhas das Forças Armadas Portuguesas com as seguintes legendas: Angola 1961; Angola 1963--64-65-66; Angola 1967-68-69; Moçambique 1971-72-73.

Da REVISTA MILITAR era o Sócio 261, desde 17 de Dezembro de 1999, tendo nela mantido colaboração de grande qualidade, fazendo parte, durante dez anos, da sua Direção, como Vogal Efetivo. Nesta importante e delicada função – apreciação e seleção de artigos a publicar, entre outros pareceres e iniciativas –, o Coronel Rio Carvalho enriqueceu-nos sempre com considerações de muito bom senso, construtivas, com evidente qualidade e profundidade de análise.

Colaborou pessoalmente na Revista com diversos artigos, de que vale a pena salientar os seguintes:

– *"Associação de Editores Ibero-Americanos de Publicações Militares"*, de que foi membro efetivo, tendo organizado a VII Conferência, em Lisboa, em 1994, a segunda a ter lugar fora do Continente Americano (a primeira tinha sido em Madrid, três anos antes). O artigo, escrito em 1999, condensa e analisa os problemas colocados em reuniões anteriores, defende fundamentadamente o grande interesse da Associação e enuncia as vantagens das diferentes propostas colocadas pelos diversos países, bem como os problemas que acarretavam, a sua exequibilidade, interesses e prioridades. O artigo mantém toda a atualidade e a sua leitura continua a ser proveitosa.

– O artigo a propósito das *"Comemorações do bicentenário do Colégio Militar"*, do qual não resistimos a transcrever um trecho: *«a necessidade atual da continuação do culto dos valores cívicos que sempre foi seu timbre, da preparação no domínio da liderança sempre proporcionada e incentivada nos seus educandos, do sentido da responsabilidade individual que lhes é incutida desde tenra idade e dos resultados práticos que o culto dessas virtudes, a par de sólida formação intelectual e física, são evidenciadas pela vivência cívica e profissional de muitos dos seus antigos alunos»*.

– O seu último artigo data de 2005, e integra-se no seu permanente interesse pelo ensino: *"O Ensino Superior Militar e o 'Processo de Bolonha'"*. Dele

respigamos o seguinte: *«Este enunciado (constante do documento que adota o processo em Portugal) torna óbvio que apenas parte dos princípios por ele aprovados são susceptíveis de cumprimento pelos Estabelecimentos de Ensino Militar (estrutura de três ciclos (adaptada), sistema de créditos e princípios de avaliação, classificação e qualificação) que não outros. É que, na realidade, o Ensino Superior Militar tem especificidades que não deve, nem pode, perder, porque também é específica a função para que prepara os seus alunos)»*.

O Coronel Rio de Carvalho foi um exemplo de Homem e de Militar, no serviço à Pátria, na amizade leal e dedicada, no amor à Família. Para mim foi um Amigo.

A sua memória exemplar permanece entre nós.

Tenente-general Adelino Rodrigues Coelho
Sócio Efetivo da Revista Militar

Revista Militar
N.º 10 – outubro 2014
pp. 801-803

Editorial



General José Luiz Pinto Ramalho*

Começaram a vir a público as várias declarações nacionais, relativamente ao fim da participação nas operações de combate no Afeganistão e à passagem para as autoridades afegãs, quer da responsabilidade primária pela segurança do país, quer das diversas infraestruturas militares que, ao longo dos anos, ali foram construídas; concretiza-se assim a estratégia de saída, delineada pelos EUA e assumida pela OTAN, com o fim da ISAF no próximo mês de dezembro.

Este foi um dos pontos mais significativos da Cimeira da OTAN, no Reino Unido, em 4 e 5 de setembro onde, para além de uma homenagem aos homens e mulheres das diversas forças militares internacionais que ali intervieram, ao longo dos anos, se salientou também a preocupação e a necessidade de encontrar formas de manter o contacto e a coesão entre aliados e parceiros que conjuntamente combateram naquele Teatro e que agora, com o fim das operações militares, devem continuar a encontrar formas de treinar e cooperar entre si.

Mas na realidade este foi apenas um dos 113 pontos referidos na Declaração Final da Cimeira, "*Walles Summit Declaration*" que, pela sua extensão e detalhe, pode ser considerada como uma reavaliação e atualização do Conceito Estratégico da Aliança, face às atuais realidades da conjuntura estratégica, designadamente a situação na Europa, face aos acontecimentos na Ucrânia e à posição da Rússia, às ameaças presentes no Médio Oriente e norte de África e, em particular, o Terrorismo e a emergência e expansão do "Estado Islâmico" (ISIL – *Islamic State of Iraque and the Levant*), para além da Síria. Paralelamente, foram salientados os desafios à segurança internacio-

* Presidente da Direção da Revista Militar.

nal colocados pela pirataria, pela proliferação das armas de destruição massiva e pela disseminação das tecnologias dos mísseis balísticos.

Uma situação de Segurança Internacional que foi objecto de uma chamada de atenção aos países membros para que dediquem aos seus orçamentos de Defesa 2% do PNB e que 20% do orçamento sejam orientados para a modernização dos grandes sistemas de armas, e à Pesquisa e Desenvolvimento em matéria de defesa; particularmente, para os Aliados, cujos orçamentos estão abaixo daqueles valores, foi aprovado (assim consta da Declaração) que devem parar com a redução dos orçamentos de defesa, aumentar os gastos com a defesa, em termos reais, à medida que o PNB cresça, atingir o nível dos 2% do PNB, no prazo de uma década e, nesse mesmo prazo, atingir os 20% na modernização de novos sistemas de armas que respondam aos *NATO Capability Targets* e eliminem as insuficiências das capacidades operacionais da Aliança.

Mas a Declaração faz igualmente referência a um conjunto de medidas e decisões, no sentido de aumentar a capacidade de resposta e prontidão das Forças militares à disposição da Aliança, da *NATO Response Force* (NRF) em geral e da, então criada, *Very High Joint Task Force* (VJTF) em particular, uma nova Força Terrestre, com o apropriado apoio aéreo e marítimo, além de uma componente de operações especiais, com prontidão de alguns dias, capaz de ser projectada e empregue nas periferias da área geográfica da Aliança, perante desafios ou ameaças que ali possam ocorrer.

A Declaração desta última Cimeira da Aliança, talvez pela sua extensão, não foi objecto de grande divulgação pelos "*media*" e passível de uma sensibilização das opiniões públicas do seu impacto na responsabilização dos Aliados na resolução das insuficiências operacionais e preocupações de segurança da Aliança; na realidade, o documento percorre todas as missões, presentes e futuras, constitui uma inequívoca responsabilização dos países membros nas missões e compromissos assumidos, assim como um renovado apelo à solidariedade e cooperação transatlântica, como um pilar fundamental da coesão entre europeus e americanos e canadianos.

A Aliança chama ainda a atenção dos países membros para os novos desafios à segurança e estabilidade internacional, constituídos pelo Cyberterrorismo, pela necessidade de garantir a segurança energética, para a problemática das alterações climáticas, para a escassez de recursos estratégicos, designadamente a água, e para o permanente aumento da procura de energia.

Mas a Aliança fez questão de salientar nesta Declaração da Cimeira que se mantêm atuais os princípios do Tratado de Washington, assim como as tarefas fundamentais do Conceito Estratégico aprovado, a defesa coletiva, a capacidade de gestão de crises e a segurança cooperativa, e que a dissuasão continua a ser garantida por uma combinação de capacidades militares,

nucleares, convencionais e de defesa anti-míssil. Aos Aliados foi mais uma vez referido que a coesão da Aliança se baseia na solidariedade política e multidisciplinar, entre todos, numa equitativa divisão de partilha de riscos e de custos (*burden-sharing*), e na determinação e disponibilidade política e material para o cometimento de forças militares nas operações assumidas.

A próxima Cimeira, em 2016, na Polónia, fará certamente uma avaliação das decisões agora assumidas e aprovadas por todos os países membros, colocando-se para todos o desafio do seu cumprimento e as consequências políticas dessa realidade. No caso nacional, estamos mais uma vez perante a opção política de cumprir ou encontrar mecanismos perversos para dizer que se fez o que não foi feito, e que era nossa responsabilidade fazer – o resultado poderá ser o de tornar Portugal num país membro irrelevante no seio da Aliança e as suas Forças Armadas dispensáveis.

Nota da Direção

Tivemos conhecimento, com surpresa e tristeza, do falecimento do antigo Presidente da Direção, General Gabriel Augusto do Espírito Santo, que ocorreu no dia 17 do presente mês de outubro, já no decurso dos trabalhos de tipografia deste número.

Em nome dos Órgãos Sociais e dos Sócios Efetivos, apresentamos à sua Família enlutada o sentido pesar pelo infausto acontecimento.


ANUNCIE
NA
Revista Militar
GRANDE EXPANSÃO
EM PORTUGAL
E NO ESTRANGEIRO

Resumo do Acervo Articular da Revista fornecido pelos autores

1. A Reforma do Ensino Superior Militar em Portugal
Gabinete de Apoio Técnico do Modelo de Governação Comum dos Estabelecimentos de Ensino Superior Público Universitário Militar

O Ensino Superior Militar, em Portugal, tem vindo a ser integrado no sistema de ensino superior, com o seu início na criação do Instituto de Estudos Superiores Militar, em 2005, o qual passou a ficar na dependência direta do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

Decorrente do "Processo de Bolonha", os Estabelecimentos de Ensino Superior Público Universitário Militar adaptaram os seus ciclos de estudos e alteraram as suas estruturas, em consonância com os diplomas legais, entretanto publicados.

Mais recentemente, a legislação que aprovou a reforma estrutural da Defesa Nacional e das Forças Armadas ("Defesa 2020"), criou um Modelo de Governação Comum para aqueles estabelecimentos, preservando-lhes a autonomia e a especificidade no respeito pela sua natureza, valores, missão e autonomias exclusivas cometidas ao ensino superior militar.

2. A irresistibilidade política do uso de Drones
Tenente-coronel PilAv João Vicente

Cem anos depois do início da I Guerra Mundial, a utilização de meios aéreos não tripulados no campo de batalha cria novas oportunidades no emprego das capacidades militares num conflito, facilitando o processo de decisão política no uso da força, mas, por sua vez, traz responsabilidades acrescidas para planeamento e execução da estratégia militar.

A estes factores não pode, contudo, escamotear-se o poder da opinião pública, como força condicionante e reguladora das ambições políticas, nos regimes democráticos, com consequências no concerto das relações entre os estados.

3. A Nigéria no Shatterbelt da África Subsariana: uma análise geopolítica e geoestratégica
Mestre Samuel de Paiva Pires

Localizada na África Ocidental, possuindo vastos recursos naturais e uma população de cerca de 170 milhões de pessoas, a Nigéria é uma das economias que mais tem crescido nos últimos anos, tendo-se tornado um país atractivo, tanto para o sector privado como para as grandes potências mundiais, que procuram obter um aliado estratégico na região.

Este contexto suscita o interesse de analisar a sua situação geopolítica. Recorrendo ao quadro teórico de Saul Bernard Cohen, procuramos analisar esta situação tendo em especial consideração a inserção regional do país no que Cohen designa por *Shatterbelt* da África Subsariana e examinando as características, potencialidades, problemas e desafios que caracterizam a Nigéria enquanto Estado nacional.

4. Exercício NATO TRIDENT JAGUAR 2014
Capitão-de-fragata Manuel Amaral Mota

A capacidade logística da OTAN teve que adaptar-se às restrições dos seus recursos humanos, decorrente da recente alteração das estruturas dos Comandos e das suas Forças.

Para testar essas capacidades, decorreu o exercício TRIDENT JAGUAR 2014, a bordo de um navio da marinha norte-americana, com a participação de 253 efetivos, entre os quais 26 portugueses (militares e civis).

Baseando-se num cenário fictício (tipo CAX), no âmbito do artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte, pretendeu garantir a certificação da *Naval Striking and Support Forces NATO* para operações marítimas expedicionárias conjuntas de pequena escala (*Maritime Expeditionary Small Joint Operation*).

5. A Segurança no Golfo da Guiné: Uma Visão Marítima Angolana
Manuel Correia de Barros

Integrada na Conferência Internacional "A Segurança do Golfo da Guiné" que decorreu no Ministério dos Negócios Estrangeiros, no dia 11 de julho de 2014, o autor discorre sobre a importância desta área da costa ocidental de África, dos seus problemas estruturantes que, generalizadamente, afetam os países que a circunscrevem e as vulnerabilidades que os impedem de tirar

partido das imensas potencialidades, essenciais para o desenvolvimento de cada um.

Angola, fazendo parte desse conjunto de países, poderá, também, contribuir para essa cooperação de esforços necessários, através da Organização Marítima da África Ocidental e Central e do Centro de Troca de Informações sobre o Comércio Marítimo.

6. Portugal na I Guerra Mundial
Tenente-coronel PilAv João J. Brandão Ferreira

O conflito, na altura, o de maiores proporções a nível mundial, é retratado através do seu enquadramento geopolítico e geoestratégico e dos antecedentes que conduziram Portugal a participar, quer em África, para combater os alemães e defender as possessões ultramarinas, quer na frente europeia, através do CEP, na Flandres, para combater ao lado dos ingleses.

As consequências foram pesadas pela falta de preparação atempada das nossas Forças Armadas, devido ao mau julgamento político do Governo de então.

7. A arma que mudou a guerra
José A. Matos
Dr. Matthew M. Hurley

A evolução da guerra colonial na Guiné tomou um rumo dramático em 1973-74, quando o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) adquiriu a última versão do míssil terra-ar soviético SA-7 (*Strela*-2M). A utilização pela guerrilha de mísseis terra-ar provocou profundas alterações no emprego da aviação e na eficácia das operações aéreas.

Além do impacto na Força Aérea, esta nova arma criou também um sentimento de derrota nas forças militares portuguesas. Aproveitando os efeitos tácticos do míssil, que tiveram reflexos estratégicos, os guerrilheiros lançaram várias operações de grande envergadura e a guerra entrou numa fase muito delicada que provocou mudanças no próprio comando militar em Bissau, incluindo a saída e substituição do general António Spínola. A escalada da guerra provocou também uma reposta do regime em Lisboa, que apostou na continuação da guerra e no reforço do poder militar português no território.

8. Elementos de informação constantes dos capítulos das crónicas:

a) Crónicas Militares Nacionais:

- Cimeira da OTAN
- O Chefe do Estado-Maior da Armada anunciou que Portugal vai comprar novos navios patrulha
- Programa das Viaturas Blindadas de Rodas 8x8 *Pandur II* renegociado
- Ministro da Defesa Nacional em exercício sobre o "vírus ébola"

Revista Militar
N.º 10 – outubro 2014
pp. 811-824

A Reforma do Ensino Superior Militar em Portugal[1]

1. Introdução

O Ensino Superior Militar (ESM) tem sido alvo de uma crescente e harmoniosa integração no sistema de ensino superior português, mantendo a prioridade na formação de excelência dos oficiais dos quadros permanentes dos três ramos das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana, assim como na valorização das ciências militares enquanto vetor de afirmação estratégica.

Neste âmbito, os Estabelecimentos de Ensino Superior Público Universitário Militar (EESPUM)[2] têm efetuado, ao longo dos últimos anos, uma reforma profunda, tanto ao nível das estruturas que os integram, como dos ciclos de estudo que proporcionam. Esta reforma tem tido como pressupostos, entre outros, a excelência da formação, a evolução do Processo de Bolonha, a "transformação" da segurança e defesa, a avaliação e certificação por parte da Agência para a Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), a otimização dos recursos humanos e materiais, e a necessidade da criação de mais e melhores sinergias ao nível do ESM.

Depois de um período em que se publicaram vários artigos sobre o ESM, designadamente nos anos que antecederam a criação do IESM, poucas notícias

1 Elaborado pelo Gabinete Apoio Técnico (GAT) do Modelo de Governação Comum (MGC), constituído pelos seguintes membros: Coronel Tirocinado de Artilharia João Vieira Borges (AM – secretário da Comissão Coordenadora); Coronel ENGEL Hélio Soares Fernandes (AFA); Coronel GNR Francisco Martins Rodrigues (AM – representante da GNR); Capitão-de-mar-e-guerra João Ramalho Marreiros (EN); Tenente-coronel Nuno Antunes Pires (IESM).

2 Que inclui a Escola Naval (EN), a Academia Militar (AM), a Academia da Força Aérea (AFA) e o Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM).

têm sido publicadas sobre as reformas em curso, para além da referência aos diplomas legais mais ou menos relacionados com a matéria. Na prática, constata-se que existe um desconhecimento generalizado, inclusivamente entre os militares, relativamente a todo o processo da reforma em curso no ESM. Muito para além da integração das alunas do sexo feminino, da formação de oficiais da Guarda Nacional Republicana (GNR) na AM (desde 1991) ou da presença de alunos dos países de língua oficial portuguesa nos EESPUM, a reforma tem sido mais estruturante, ao evoluir para níveis mais avançados de ensino, designadamente: assegurando o mestrado integrado aos novos oficiais dos quadros permanentes das Forças Armadas e da GNR, sustentado por um novo tipo de ensino, mais exigente ao nível técnico e pedagógico para os docentes e mais responsabilizante para os alunos (mas sem deixar de cuidar da formação militar e comportamental – estandartes da especificidade); garantindo mestrados e doutoramentos (em associação com universidades) abertos a alunos militares e civis em áreas estratégicas das ciências militares.

Com a publicação deste artigo pretende fazer-se um ponto de situação da reforma em curso, informando e opinando sobre os aspetos essenciais, de modo a que o público em geral e os militares em particular possam ter uma visão mais correta, transparente, construtiva e abrangente do trabalho já desenvolvido e muito especialmente do trabalho em desenvolvimento.

2. Reformar o Ensino Superior Militar, no respeito da respetiva especificidade

Podemos considerar que a reforma mais recente do ESM teve início com a criação do IESM (através do DL nº 161/2005, de 22 de setembro), na sequência da relevância atribuída às "operações militares de natureza conjunta e combinada" e à necessidade de maior "normalização da doutrina, instrução e treino". Esta "reforma necessária", que já tinha sido objeto de trabalhos de preparação iniciados em legislaturas anteriores, teve também como pressuposto, de acordo com o disposto no referido diploma "a necessidade de sustentação orçamental das Forças Armadas, introduzindo racionalidade económica nos recursos a afetar à formação dos oficiais, sem prejuízo da qualidade do ensino e da sua adequação à modernização das Forças Armadas e à sua capacidade de desempenho, designadamente no quadro da Organização do Tratado do Atlântico Norte e da União Europeia".

No âmbito deste artigo não nos vamos referir aos vários "trabalhos de preparação anteriores", que passaram inclusivamente por um projeto mais

vasto de criação de uma "Universidade das Forças Armadas"[3] e pela integração do subsistema do ensino militar no processo global da avaliação do ensino superior universitário público. Foi efetivamente um processo complexo[4], que teve como "estandarte" permanente o respeito pela especificidade do Ensino Superior Militar.

Na prática, a reforma mais recente teria o seu início com as sucessivas alterações legislativas que se verificaram em Portugal, na sequência da opção do sistema de ensino superior nacional pelo Processo de Bolonha[5]. Através da Lei nº 49/2005, de 30 de agosto, relativa à "Lei de Bases do Sistema Educativo", concretizou-se a implementação do Processo de Bolonha, com a transição de um sistema de ensino passivo, baseado na ideia da transmissão de conhecimentos, para um sistema baseado no desenvolvimento das competências dos estudantes, em que as componentes de trabalho experimental ou de projeto, entre outras, e a aquisição de competências transversais passaram a desempenhar um papel decisivo no desenvolvimento das capacidades de conceção, de inovação, e de análise crítica.

No ano seguinte, foi adotado (pelo DL nº 74/2006, de 24 de março, relativo ao "Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do Ensino Superior") o mo-

3 Foi nomeada uma comissão para elaborar um projeto, em fevereiro de 1998. Pelo Despacho n.º 6817/2002, de 3 de abril, foi solicitado um parecer sobre o anteprojeto do DL que criaria (o que não viria a concretizar-se) a Universidade das Forças Armadas. Pelo mesmo despacho seria considerada a criação de um Conselho Coordenador do Ensino Superior Militar (CCESM), cuja principal tarefa consistia na implementação de um ano de formação geral comum e na integração dos institutos de altos estudos dos ramos (o que viria a concretizar-se com o DL nº 161/2005, de 22 de setembro).

4 Para uma melhor compreensão da evolução do Ensino Superior Militar nesse período, sugerimos a consulta dos seguintes artigos, da autoria de João Vieira Borges: A Reforma do Ensino Superior Militar em Portugal, Revista Militar, nº 1, Janeiro 2003, pp.47-77; Subsídios para um Novo Modelo de Ensino Superior Militar Universitário em Portugal, Revista Nação e Defesa, IDN, Lisboa, nº 107, Primavera 2004, 2ª Série, pp. 115-143; & Canas, António, Uma Cronologia da História do Ensino Superior Militar em Portugal, Revista Militar, nº 2440, Maio 2005, Lisboa, pp. 445-453; Subsídios para a Reforma do Ensino Superior Militar em Portugal, Revista Militar, nº 2440, Maio 2005, Lisboa, pp. 465-512. Ver ainda Guerreiro, Álvaro Sabino, O Ensino Militar e Desenvolvimento, Revista Militar, n.º 2542, Novembro 2013, Lisboa, pp. 997-1010.

5 A dinâmica criada pela Declaração de Bolonha, subscrita, em 19 de junho de 1999, por vinte e nove estados europeus (entre os quais Portugal), teve continuidade e aprofundamento nas reuniões realizadas em Praga (2001), Berlim (2003), Bergen (2005) e Londres (2007). Os principais objetivos passavam pela construção de um Espaço Europeu de Ensino Superior atrativo e competitivo no plano internacional, mas também pela mobilidade e empregabilidade no espaço europeu. Foi na linha deste (denominado) "Processo de Bolonha" que foi definida a Estratégia de Lisboa Renovada (2005), cujos ideais se viriam a consolidar na Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto.

delo de organização do ensino superior em três ciclos (1º ciclo – licenciatura; 2º ciclo – mestrado; 3º ciclo – doutoramento), assim como o sistema europeu de transferência e acumulação de créditos (ECTS[6]), baseado no trabalho efetivo dos próprios estudantes. Este diploma estabeleceu, ainda, que a sua aplicação (e dos seus princípios) aos estabelecimentos de ensino superior público militar seria feita através de legislação própria, que se materializaria no DL nº 37/2008, de 5 de março. Cerca de seis meses antes deste diploma, foi então publicada a Lei nº 62/2007, de 10 de setembro, que aprovou o "Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior" (RJIES). Este regime, que regula a constituição, as atribuições e a organização, o funcionamento e a competência dos diferentes órgãos das instituições de ensino superior e ainda a tutela e a fiscalização pública do Estado sobre as mesmas, no quadro da sua autonomia, constitui um documento estruturante de qualquer reforma do ensino superior em geral e do militar em especial, encontrando-se em fase de revisão.

Entretanto, foi também criada a A3ES pelo DL nº 369/2007, de 5 de novembro, no sentido de garantir a existência de um sistema de qualidade do ensino superior. A criação desta agência, enquanto fundação de direito privado, credibilizou o ensino superior. Na realidade, passou a existir uma entidade independente, devidamente integrada no sistema europeu de garantia da qualidade do ensino superior, como responsável pela avaliação e acreditação das instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudos.

Com este enquadramento foi finalmente publicado o DL nº 37/2008, de 5 de março, relativo à aplicação aos estabelecimentos de ensino superior público universitário e politécnico militares dos princípios consagrados no DL nº 74/2006, de 24 de março, a que atrás fizemos referência. Este diploma estabeleceu a revisão dos estatutos e regulamentos dos respetivos estabelecimentos de ensino, em conformidade com o novo ordenamento jurídico. Visava assegurar que, no ano letivo 2009/2010, todos os ciclos de estudos estivessem organizados de acordo com o referido regime jurídico, devendo ser objeto de avaliação quanto ao seu funcionamento (o que veio a concretizar-se). Criou também um Conselho do Ensino Superior Militar (CESM)[7], na

6 *European Credit Transfer and Accumulation System.*

7 Com a seguinte composição (tomaria posse a 26 de junho de 2012): *a*) Um representante do Ministro da Defesa Nacional, individualidade de reconhecido mérito que preside (Vice-almirante Álvaro Sabino Guerreiro); *b*) Um representante da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional; *c*) Um representante do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (diretor do IESM); *d*) Um representante do Chefe do Estado-Maior da Armada (Comandante da EN); *e*) Um representante do Chefe do Estado-Maior do Exército (Comandante da AM); *f*) Um representante do Chefe do Estado-Maior da

dependência do Ministro da Defesa Nacional (MDN), enquanto órgão colegial que passou a assegurar a conceção e coordenação e a acompanhar a execução das políticas que, no domínio do ensino superior militar, cabiam ao MDN. Salvaguardou também a especificidade do ensino superior público militar, caracterizada de modo particularmente simples (a complexidade da "condição militar" está ali imbuída nas várias alíneas) no seu art.º 3º [8]. Determinou, ainda, que o regime do IESM seria fixado em diploma próprio (pelo DL nº 28/2010, de 31 de março) e extinguiu as diferentes escolas politécnicas dos ramos das Forças Armadas, a saber: Escola Superior de Tecnologias Navais; Escola Superior Politécnica do Exército; Escola Superior de Tecnologias Militares Aeronáuticas.

A evolução do Processo de Bolonha levou os EESPUM, e em particular a EN, a AM e a AFA, a adaptarem, com grande celeridade, os seus ciclos de estudos (da licenciatura com cinco anos para o novo mestrado integrado com cinco anos) e a alterarem as suas estruturas, no sentido de continuarem a prestigiar a carreira, a dignificar o estatuto dos oficiais das Forças Armadas e da GNR e a acompanhar os seus pares universitários, cuidando das respetivas especificidades. Deu-se, então, a necessária e adequada prioridade à promoção da investigação e à criação de saber, no sentido de assegurar uma sólida preparação científica, técnica e cultural, a par da formação militar e comportamental, determinantes para o "ser" Oficial.

Foi depois imposta (pelo DL nº 107/2008, de 25 de junho, que altera o DL nº 74/2006) a elaboração, por parte das instituições de ensino superior, de um relatório anual, público, acerca do progresso da concretização do Processo de Bolonha e introduzidos alguns "aperfeiçoamentos" (simplificação de procedimentos), em jeito de dispositivo transitório, até à entrada em fun-

---

Força Aérea (Comandante da AFA); *g*) Um representante do Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana (Comandante da Doutrina e Formação da GNR); *h*) Um representante do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; *i*) Três individualidades, civis ou militares, de reconhecido mérito e competência no âmbito de ensino superior militar, a designar pelo membro do Governo responsável pela área da Defesa Nacional.

8 Que se caracteriza por: "*a*) Visar a preparação de quadros altamente qualificados com competências e capacidade para comandar em situações de risco e incerteza típicas do combate armado, em resposta às exigências da segurança e da defesa nacionais; *b*) Uma formação científica de base e índole técnica e tecnológica, destinada a satisfazer as qualificações profissionais indispensáveis ao desempenho de funções técnicas no âmbito de cada uma das especialidades; *c*) Formação comportamental consubstanciada numa sólida educação militar, moral e cívica tendo em vista desenvolver nos alunos qualidades de comando, direção e chefia inerentes à condição militar; *d*) Preparação física e de adestramento militar, visando conferir aos alunos o desembaraço físico e o treino imprescindíveis ao cumprimento das suas missões".

cionamento da A3ES. No ano seguinte, foram aprovados os estatutos das carreiras docentes universitária e politécnica (DL nº 205/2009, de 31 de agosto e DL nº 207/2009, da mesma data), a que se seguiria a alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo, que aprovou também, pelo DL nº 230/2009, de 14 de setembro, o novo regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior, adequando-o ainda melhor ao Processo de Bolonha.

No âmbito do ESM foi, pouco depois, publicada a Portaria nº 1099/2009, de 24 de setembro, que aprovava as especialidades e as áreas de formação da EN/AM/AFA. Entretanto, a Portaria nº 1110/2009, de 28 de setembro[9] estabelecia as normas relativas ao funcionamento, orçamento e pessoal do Conselho do Ensino Superior Militar[10]. No ano seguinte, foram então aprovados os Estatutos dos Estabelecimentos de Ensino Superior Publico Militar (EN, AM, AFA e IESM) pelo DL nº 27/2010, de 31 de março, o qual remeteu as especificidades próprias de cada estabelecimento para os respetivos regulamentos, prevendo a sua aplicação subsidiária ao IESM, cujo estatuto era fixado em diploma próprio. Este diploma alterava, assim, o estruturante DL nº 37/2008 e, de acordo com o disposto no preâmbulo, implementava, desse modo, "a reforma do Ensino Superior Público Militar". De acordo com o mesmo diploma, os EESPUM, para além de conferirem o grau de mestre após ciclos de estudos integrados, podiam associar-se com universidades para a realização de ciclos de estudos conducentes ao grau de doutor (caso do Doutoramento em "História, Defesa e Relações Internacionais", numa associação entre a Academia Militar e o Instituto Universitário de Lisboa).

No mesmo dia e pelo DL nº 28/2010, de 31 de março, era redefinido o quadro legal do IESM (que alterava o DL nº 161/2005, de 22 de setembro) e aprovado o estatuto do IESM, numa perspetiva integrada e coerente com os restantes EESPUM e em estreita ligação com o CESM. O IESM passou então a ser um Estabelecimento de Ensino Superior Publico Universitário Militar, na dependência do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA).

Entretanto, procedeu-se à terceira alteração ao DL nº 74/2006, de 24 de março (alterado pelos DL nº 107/2008, de 25 de junho, e nº 230/2009, de 14 de setembro), pelo DL nº 115/2013, de 7 de agosto, que aprovou um novo regime jurídico dos graus académicos e diplomas do ensino superior ainda mais exigente para as instituições de ensino superior e para os seus docentes.

A RCM nº 26/2013, de 11 de abril, que implementou a reforma Estrutural da Defesa Nacional e das Forças Armadas, designada por «*Defesa 2020*»,

9 Seria alterada pela Portaria n.º 100/2014, de 12 de maio.

10 A sua constituição foi recentemente publicada pelo Despacho nº 10574/2014, de 14 de agosto.

estabeleceu as linhas de ação para a implementação (da reforma no âmbito do ESM), numa fase de transição a partir do ano letivo 2014-2015, de um novo modelo de governação dos Estabelecimentos de Ensino Superior Público Universitário Militar e, a médio prazo (a partir de 2016), da criação de um Instituto Universitário Militar (IUM). A mesma resolução, que teve em elevada consideração as propostas do CESM, refere que a Escola do Serviço de Saúde Militar deverá ser extinta enquanto Estabelecimento de Ensino Superior Militar[11].

Esta reforma – *«Defesa 2020»* – foi então trabalhada com especial cuidado pelo CESM, no âmbito do ESM, tendo o Vice-almirante Sabino Guerreiro coordenado diversos Grupos de Trabalho e trabalhado intensamente com todos os atores envolvidos, desde os EESPUM aos Chefes de Estado-Maior dos Ramos, passando pelo Ministério da Defesa e pelo Comando Geral da GNR. Na sequência desses trabalhos, que salvaguardaram a especificidade do ESM em Portugal[12], foi então publicada a Portaria nº 60/2014, de 27 de janeiro, que visa a criação do Modelo de Governação Comum entre os EESPUM. Na prática, este diploma estruturante cria os mecanismos de cooperação reforçada nas matérias relativas aos recursos humanos e materiais, oferta formativa e investigação, desenvolvimento e inovação entre os EESPUM regulando, designadamente, a sua organização e constituição, funcionamento e competências, no pleno respeito pela natureza, valores, missão e autonomias exclusivas cometidas ao ensino superior militar. O documento preservou, de modo particularmente explícito, a autonomia e a especificidade do ESM ao nível dos três ramos das Forças Armadas e do IESM.

Na sequência da progressiva integração dos EESPUM no Processo de Bolonha, os regulamentos da EN, da AM e da AFA foram trabalhados em estreita coordenação com o Ministério da Defesa Nacional (Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar), tendo sido aprovados por diferentes portarias de 31 de janeiro de 2014, a saber: Portaria nº 21/2014, Regulamento da Escola Naval; Portaria nº 22/2014, Regulamento da Academia Militar; Portaria nº 23/2014, Regulamento da Academia da Força Aérea. Os novos regulamen-

11 A mesma orientação consta do Despacho nº 2943/2014, de 21 de fevereiro, relativo à reforma do Sistema de Saúde Militar.

12 Materializados no "Relatório do Presidente do CESM sobre o Despacho nº 229/MDN/02Out2012", de 12 de junho de 2013. O Despacho nº 229/MDN/02Out determinou que fossem criados quatro Grupos de Trabalho (GT) e uma Comissão Especializada, constituídos por docentes e investigadores dos EESPUM que trataram as seguintes áreas: caracterização do sistema ESM/pós-graduações e reorganização do ESM; investigação, desenvolvimento e inovação (este GT trabalharia ainda a problemática das Ciências Militares); avaliação e acreditação; cooperação internacional, designadamente cooperação técnico-militar; formação na área da saúde militar.

tos, particularmente abrangentes, definem, entre outras matérias, a participação de docentes nos aspetos científicos e pedagógicos, a forma de participação dos alunos nos aspetos pedagógicos, o processo de autoavaliação, os direitos e deveres dos alunos, o aproveitamento escolar, o regime interno dos alunos, as condições de acesso e ingresso, as condições de frequência e de avaliação dos alunos e ainda os direitos e deveres do pessoal docente. Contém, ainda, as normas relativas à finalidade, organização, composição, competências e funcionamento dos órgãos que constituem a estrutura orgânica da EN, da AM e da AFA.

Entretanto, a Lei Orgânica nº 6/2014, de 1 de setembro, procedeu, mais recentemente, à primeira alteração da Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA – aprovada pela LO nº 1-A/2008, de 7 de julho), destacando que o Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) tem como missão garantir as condições para o funcionamento do ensino superior militar (e da saúde militar) nos termos da lei. Sublinha que, no âmbito do EMGFA, o "Instituto Universitário Militar" se insere na dependência direta do CEMGFA, regulada por legislação própria.

Estamos, deste modo, em pleno processo de consolidação da reforma do ESM, com o CESM em pleno funcionamento e com os EESPUM empenhados no funcionamento eficiente e eficaz do Modelo de Governação Comum. O objetivo é comum, ou seja, trabalhar em parceria para formar melhores e mais capazes oficiais das Forças Armadas e da GNR e para melhor servir Portugal, numa conjuntura particularmente (e esperamos que conjunturalmente) adversa em termos económico-financeiros.

Vejamos, então, alguns dos trabalhos já desenvolvidos pelo Modelo de Governação Comum nos seus curtos meses de vida.

3. O Modelo de Governação Comum como base do Instituto Universitário Militar

Como atrás referimos, foi criado pela Portaria n.º 60/2014, de 27 de janeiro, um novo modelo de governação dos Estabelecimentos de Ensino Superior Público Universitário Militar, que, a médio prazo (a partir de 2016), levará à criação de um Instituto Universitário Militar.

O novo Modelo de Governação Comum, sustentado pela figura do consórcio, constante no art.º 17.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro[13], foi

13 De acordo com o disposto no n.º 1 do referido artigo, "Para efeitos de coordenação da oferta formativa e dos recursos humanos e materiais, as instituições públicas de ensino su-

criado na sequência do trabalho desenvolvido em sede do CESM, pelo Grupo de Trabalho A2 (GTA2), coordenado pelo respetivo Presidente e que incluiu delegados dos EESPUM (IESM, EN, AM, AFA), da DGPRM/MDN e um representante da GNR (na sequência do trabalho desenvolvido por outros Grupos de Trabalho sectoriais, que fizeram um levantamento rigoroso do ponto de situação dos EESPUM). Concorrentemente com a apresentação da proposta de MGC, que seguiria os trâmites formais até à sua publicação, no dia 27 de janeiro de 2014, o mesmo GTA2 elaborou um projeto de IUM que, depois de discutido em sede de CESM, foi apresentado pelo respetivo Presidente ao MDN, a que se seguiram outros trâmites legais, designadamente, a consulta pelo Conselho de Chefes de Estado-Maior (CCEM). Este projeto de IUM constitui uma mera referência de trabalho, que será naturalmente influenciada (e alterada), ao longo dos próximos anos, pela legislação relativa ao ensino superior (nomeadamente o RJIES – em especial no que concerne às autonomias dos institutos), pela avaliação dos EESPUM e acreditação dos respetivos ciclos de estudos por parte da A3ES, em 2015/16, e também pelas lições aprendidas no âmbito do próprio funcionamento do MGC em curso. Tal como no caso do diploma de criação do MGC, o projeto de IUM salvaguardou a autonomia e a especificidade do ESM ao nível dos três ramos das Forças Armadas e do IESM.

O MGC dispõe de uma Comissão Coordenadora (CC – constituída pelo diretor do IESM, pelos comandantes da EN, da AM e da AFA e pelo comandante da Doutrina e Formação da GNR[14] – e dispondo de um secretário, designado entre os membros do Gabinete de Apoio Técnico) que tem reunido mensalmente, e que tem por objetivos, entre outros: promover a cooperação reforçada na oferta formativa, eliminando redundâncias e potenciando as áreas do saber de interesse para a Defesa Nacional; aumentar a eficiência na utilização dos recursos disponíveis, bem como das redes de investigação, desenvolvimento e inovação e da cooperação internacional, sem deixar de salvaguardar as especificidades próprias de cada área de formação. O MGC inclui, ainda, um Gabinete de Apoio Técnico (GAT) para apoio da CC, que

perior podem estabelecer consórcios entre si e com instituições públicas ou privadas de investigação e desenvolvimento". Segundo o disposto no n.º 4 do mesmo artigo, os consórcios "não prejudicam a identidade própria e a autonomia de cada instituição abrangida".

14 Constituição da CC: Tenente-general Rui Manuel Xavier Matias (diretor do IESM); Tenente-general José António Carneiro Rodrigues da Costa (comandante da AM); Contra-almirante Edgar Marcos de Bastos Ribeiro (comandante da EN); Major-general PILAV Joaquim Manuel Mendes Borrego (comandante da AFA); Major-general Rui Fernando Baptista Moura (comandante da Doutrina e Formação da GNR). O secretário é o Coronel Tirocinado de Artilharia João Vieira Borges (AM).

dispõe de representantes de cada um dos EESPUM e de um representante da GNR, coordenando ainda Comissões Especializadas nomeadas para trabalhos específicos, designadamente, relativos à análise dos ciclos de estudos das engenharias ou da administração, ao levantamento de sinergias nos processos de admissão e ao estudo dos troncos comuns das diferentes áreas científicas.



Figura 1 – Fotografia de grupo por ocasião da apresentação da Bolsa de Docentes do MGC, na Escola Naval, no dia 18 de Setembro de 2014

Na prática, o MGC constitui um instrumento de cooperação reforçada entre os EESPUM, visando a excelência do ensino superior militar e promovendo a eliminação de redundâncias e a contínua evolução dos saberes específicos. Neste sentido, tem constituído um privilegiado ambiente de validação de soluções a implementar no futuro Instituto Universitário Militar.

Entre as atividades já desenvolvidas ou em curso destacam-se:

– O levantamento do ponto de situação dos docentes dos EESPUM e de todos os doutorados e doutorandos em serviço nas Forças Armadas/GNR;
– A harmonização de ciclos de estudos não integrados dos EESPUM e o levantamento de um ciclo de estudos de doutoramento na área das ciências militares;
– A harmonização da legislação, como a "Regulamentação dos princípios aplicáveis ao processo de atribuição da qualidade de Especialista", os "Concursos públicos para contratação de docentes", os "Regulamentos de serviço docente e de avaliação do desempenho dos docentes", o "Regime de patrocínio de ciclos de estudos de doutoramento a militares" e de outras ações, como o apoio ao presidente do CESM enquanto membro do Conselho Consultivo da A3ES ou a realização de eventos conjuntos no âmbito do MGC, caso do Colóquio Internacional "A Grande Guerra: Um século depois";
– A partilha de instalações, designadamente para os alunos da AFA que se encontram a estudar em Lisboa e que passaram a utilizar as instalações da AM ao Paço da Rainha, ou para os alunos das mesmas áreas científicas no âmbito de determinadas Unidades Curriculares (caso da Gestão Financeira I – ministrada na AM pelo mesmo docente a alunos da EN/AM/AFA);
– A partilha de recursos docentes, com a criação de uma "Bolsa de Docentes do MGC" constituída por vinte e dois docentes doutorados (quinze no âmbito das comissões especializadas das engenharias e da administração e sete em apoio do IESM), o que racionaliza recursos docentes e elevados recursos financeiros, já a partir do ano letivo 2014/15.

Estas ações, incluídas no plano de atividades do MGC aprovado pela CC, têm repercussões visíveis já durante o ano letivo 2014/2015, estando a promover a cooperação reforçada na oferta formativa e a aumentar a eficiência na utilização dos recursos disponíveis, designadamente, no âmbito do corpo docente, com consequências muito positivas ao nível da avaliação e acreditação dos EESPUM pela A3ES. A consequente redução de dezasseis convénios (e dos custos associados), a melhoria da qualidade dos recursos disponíveis por todos os EESPUM no seu conjunto e o reforço dos correspondentes *ratios* relativos à avaliação e acreditação por parte da A3ES, são frutos importantes em fase de crescimento que todos saberemos cuidar.

No dia 18 de Setembro de 2014, pelas 10h30, teve lugar, na Escola Naval (Alfeite), a cerimónia de apresentação da referida "Bolsa de Docentes do Modelo de Governação Comum". Neste evento estiveram presentes todos os membros da CC-MGC, bem como os do Gabinete de Apoio Técnico da CC-MGC, das Comissões Especializadas das Engenharias e da Administração e os professores que, no ano letivo 2014/15, estão já a colaborar nas atividades docentes em mais do que um dos EESPUM.

Na prática, o MGC está a funcionar em pleno, criando sinergias e eliminando redundâncias a vários níveis, cuidando da especificidade de cada um e de todos os EESPUM no seu conjunto e continuando a formar, com saber e com carácter, os oficiais das Forças Armadas e da GNR.

Por outro lado, o CESM continua a desenvolver os trabalhos de cariz mais estruturante do ESM, designadamente contribuindo para a conceção e coordenação das politicas no domínio do ESM, para a coordenação da investigação, desenvolvimento e inovação, para o reconhecimento das "ciências militares", para a coordenação com outras entidades ao nível legislativo ou para o acompanhamento dos trabalhos inerentes à operacionalização do MGC como base da organização e funcionamento de um Instituto Universitário Militar que se torne numa instituição muito mais "valiosa" do que a soma das partes constituintes.



Figura 2 – Primeira aula da Unidade Curricular de Gestão Financeira I, ministrada na Academia Militar a alunos de administração da EN/AM – Exército e GNR/AFA, no dia 25 de Setembro de 2014

4. Considerações Finais

A reforma do ESM em Portugal tem sido feita de forma sustentada e paulatina, salvaguardando a sua especificidade, em geral, e a dos EESPUM, em particular, de modo a reforçar a qualidade do ensino, adequando-o ao ensino superior em geral e, muito especialmente, às novas missões das Forças Armadas e da GNR.

Apesar da pressão imposta pela evolução do Processo de Bolonha e pela conjuntura desfavorável em termos económico-financeiros, as reformas do ESM têm constituído uma oportunidade, no sentido em que têm ido ao encontro dos aspetos relativos à alteração do paradigma militar, sejam eles decorrentes da natureza crescentemente conjunta e combinada das operações militares, dos novos sistemas de armas, das novas ameaças e das consequentes estratégias e táticas, ou ainda da necessária "normalização da doutrina, instrução e treino".

Mesmo considerando que processos semelhantes de reforma do ESM estão em desenvolvimento nos países aliados (em especial no que respeita aos da dimensão de Portugal) e que o sucesso decorrente da criação do IESM constitui uma excelente referência para a construção do MGC enquanto base do futuro IUM, existe muito caminho para trilhar em conjunto, no sentido do ESM continuar a ter prestígio, credibilidade e especificidade.

Nesse sentido, a cooperação reforçada do MGC, que se tem materializado numa ligação privilegiada entre os diretores/comandantes dos EESPUM, tem constituído um instrumento importante para a melhoria da eficiência do ESM e um facilitador da evolução do processo relativo à implementação do futuro IUM.

Com esta partilha de saberes, de metodologias, de docentes, de alunos e de instalações, será possível garantir a qualidade, será também possível racionalizar recursos humanos e financeiros, e será ainda possível formar os oficiais do futuro com maiores capacidades de conceção, de inovação, e de análise crítica, sem descurar os valores militares e a História centenária de Instituições que ajudaram, ajudam e ajudarão a construir Portugal.

Temos sabido e saberemos encontrar os melhores caminhos, de modo a continuarmos, com respeito pelas especificidades de cada ramo, a formar oficiais das Forças Armadas e da GNR com saber e com carácter, preparados para enfrentarem, com os devidos enquadramentos legais, as novas ameaças e riscos que se colocarão a Portugal no concerto das Relações Internacionais.

A reforma em curso no ESM, considerada estruturante para as Forças Armadas e para a GNR, continuará a dar os seus passos de modo sustentado, com saber, empenho e coragem, e necessariamente com o apoio de todos

os atores envolvidos, desde os EESPUM ao MDN e ao CESM, passando pelo EMGFA, pelos Ramos das Forças Armadas e pela GNR.

Portugal e os portugueses agradecem. Nós continuaremos a trabalhar nesse sentido.

Revista Militar
N.º 10 – outubro 2014
pp. 825-832

*A irresistibilidade política do uso de Drones**



Tenente-coronel PilAv João Vicente**

Nenhum outro sistema de armas transformou de forma mais significativa a capacidade americana de combate nas últimas décadas do que a introdução operacional dos *drones*. Isto é, a capacidade de manter aeronaves sobre um determinado objetivo durante mais de 24 horas, executando atividades de vigilância, mas transportando mais de uma tonelada de armamento de precisão, pronto a ser largado sobre alvos de oportunidade. Ao abrigo deste novo modelo operacional, os *drones* proliferam no espaço de batalha, numa miríade de atividades essenciais, aliviando o homem de missões monótonas ou demasiado perigosas, sem qualquer risco para o piloto, que permanece a milhares de quilómetros de distância num cubículo refrigerado, visionando a Guerra num monitor de alta definição.

Nesta comunicação pretendemos encontrar algumas pistas que revelem possíveis alterações na natureza do debate político em virtude do emprego generalizado dos *drones*. Isto é, aquilatar de que forma é que os *drones* afetam a cultura estratégica dos Estados em recorrer à força coerciva para alcançar objetivos políticos e em particular a sedução política, quase irresistível, de empregar o Poder Aéreo como resposta militar primordial. Neste âmbito,

* Comunicação efetuada pelo autor, sob o título *"A Guerra como a continuação da Política por outros meios…não tripulados"*, no II Congresso Internacional do OBSERVARE: Guerra Mundial e Relações Internacionais – 100 anos depois de 1914, organizado pela Universidade Autónoma de Lisboa e que decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian, nos dias 2 e 3 de julho de 2014.

** Chefe da Repartição de Planos da Divisão de Planeamento do Estado-Maior da Força Aérea. Doutor em Relações Internacionais. Investigador integrado no Centro de Investigação de Segurança e Defesa do Instituto de Estudos Superiores Militares (CISDI). Sócio Efetivo da Revista Militar.

procuramos também indagar se a Guerra Aérea Remota contribui para reforçar a capacidade de dissuasão e compulsão de futuros adversários, ou se, em contrapartida, baixa a fasquia para o uso da força, tornando a conflitualidade hostil mais frequente. Importa também questionar se, ao remover os custos humanos para o ofensor, o emprego recorrente de *drones* armados se torna uma expressão suficiente da vontade política de fazer a Guerra.

Iremos centrar a discussão tendo como argumento que os *drones* oferecem a possibilidade de empregar capacidades militares num conflito, sem necessidade de construir um amplo consenso político e público, tornando o processo de decisão política mais facilitado e impulsivo no sentido de usar a força, dificultando, por outro lado, o planeamento e execução da estratégia militar.

À medida que aumenta a imprescindibilidade operacional, somos confrontados com uma proliferação tridimensional da Guerra Aérea Remota. Ou seja, na diversidade de formas e tamanhos, no alargamento do espetro de missões e de base de utilizadores, e nos níveis crescentes de autonomia a par com a perspetiva de armamentização. É exatamente a irresistibilidade do carácter cirúrgico, não apocalíptico, a custos reduzidos, que torna irreversível a sua proliferação, e que tem efeitos desestabilizadores para as Relações Internacionais.



Figura 1 – Proliferação Tridimensional da Guerra Aérea Remota

Considerando a Guerra como a continuação de relações políticas, com uma mistura de outros meios, pretendemos demonstrar que a preeminência da Guerra Aérea Remota poderá contribuir para alterar a cultura estratégica dos Estados em recorrer à força coerciva, para alcançar objetivos políticos.

Na realidade, a irresistibilidade política, fruto da redução de custos associados ao uso da força, é expressa, por um lado, no aumento da intensidade, ao nível da discriminação individual dos alvos, por outro lado, na maior frequência dos ataques e, por fim, numa maior amplitude geográfica do emprego seletivo de força letal. Contudo, esta irresistibilidade política provoca efeitos *boomerang* que, ao democratizarem e civilinizarem ainda mais a Guerra, ameaçam transformar a forma como Estados, organizações não estatais, e o próprio indivíduo, encaram a conflitualidade, alterando o seu limiar, a sua frequência, os seus atores e os seus efeitos, fazendo aumentar a hostilidade e perigosidade do ambiente futuro, por natureza complexo e adverso.

Vejamos, então, qual o impacto da Guerra Aérea Remota no processo de decisão política.

Nos momentos que precedem a decisão política de fazer a Guerra, deparamo-nos com dois fatores motivacionais essenciais: os interesses em jogo e o custo do esforço despendido, expresso em "sangue" e "tesouro".

Também não podemos esquecer que a opinião pública é, nos Estados democráticos, uma força condicionante, e reguladora, das ambições políticas do regime. Contudo, a tolerância às baixas em combate torna-se um indicador primordial do risco que a sociedade está disposta a assumir. Esta aversão ao risco é reforçada pela emergência da Guerra Aérea Remota, porventura até um ponto extremo, em que o combate direto entre homens esteja banido.

Quando, outrora, a Guerra estava reservada para a consecução dos interesses vitais dos Estados, ao diminuir os constrangimentos políticos, militares e humanos, a Guerra Aérea Remota promove o alargamento dos interesses dos Estados democráticos, favorecendo a opção de resposta militar para concretizar interesses periféricos. Desta forma, e no que diz respeito aos custos da ação política, constatamos que esta modalidade pode tornar o processo de decisão política mais facilitado, uma vez que é possível empregar capacidades militares num conflito sem necessidade de construir um amplo consenso político e escrutínio público.

Para além disso, o uso de *drones* em combate traduz um aumento do controlo político sobre a oportunidade e ritmo das operações como consequência de menor interferência externa, ao mesmo tempo que instigam uma maior intromissão política na condução da Guerra, desde o nível estratégico ao tático. A tendência de interferência política numa campanha que não implique baixas amigas, onde o custo de uma Guerra é medido apenas em dólares, pode criar maiores dificuldades aos militares para planearem e exe-

cutarem a estratégia aérea. Contudo, a tentação de micro-gestão da guerra futura poderá ser atenuada se considerarmos que a maior granularidade da informação significará um conhecimento mais preciso e relevante, aumentando dessa forma a compreensão do ambiente operacional.

A liberdade de manobra política é também aumentada, uma vez que estes sistemas oferecem mais alternativas estratégicas e a flexibilidade de empregar o instrumento militar sem o pesado ónus de destacamento de soldados para um território hostil. Ao diminuírem as necessidades de bases avançadas para suportar destacamentos militares, reduzem também o valor estratégico de certas parcerias regionais. Assim, os incentivos estratégicos e morais para tornar esta modalidade cada vez mais precisa e exercida de forma remota, vão aumentando à medida que a opção por guerras de larga escala decresce em número e intensidade. É esta redução de custos da ação política que poderá propiciar ações militares preventivas, em áreas de interesse estratégico.



Figura 2 – Bases de operação de *drones*

Relativamente à eficácia estratégica da Guerra Aérea Remota contra atores não estatais, ela estará dependente, como qualquer outro instrumento militar, da amplitude dos objetivos dos atores. A aventura americana no Iraque e no Afeganistão afastou o apetite de invadir regiões tribais no Paquistão, ou de ocupação de países como a Somália, Iémen ou Líbia. No entanto, a necessidade de substituir a opção convencional por uma solução política e publicamente mais aceitável, catapultou os *drones* para um patamar de requisito operacional urgente.

Nesta perspetiva, existem poucas opções viáveis para lidar com grupos terroristas refugiados em lugares desgovernados ou com estados patrocinadores destes grupos. A contabilização de insurgentes mortos e o constrangimento psicológico imposto aos seus contatos e movimentos demonstram a eficácia tática de tais ações. Isto porque, a aniquilação sucessiva dos dirigentes terroristas dificulta a ascensão de elementos experientes e, como tal, diminui a ameaça de concretização de ações terroristas de grande escala. Assim, a *Al-Qaeda* está severamente afetada, após uma década de "execuções seletivas", na sua esmagadora maioria através de bombardeamento aéreo remoto.

Ataques efetuados por Militares
Teatros de Operações ativos (US/UK)
Afeganistão: 1.015, desde 2008
Iraque: 48, desde 2008
Líbia: 145, entre 21ABR-21OUT 2011

Ataques efetuados pela CIA
"Execuções Seletivas" (*Targeted Killings*)
Paquistão: 373, desde 2004
(343, desde JAN 2008 - Obama)
Iémen: 109, desde 2002
Somália: 3-9, desde 2007

Fonte: http://securitydata.newamerica.net/drones/pakistan/analysis (04JUL2014)

Tabela 1 e 2 – Número de ataques de *drones* efetuados por militares e pela CIA

Mortos	**Total**	**Civis**	**Militantes**	**Outros**
Paquistão	2.097-3.449	258-307	1.640-2.808	199-334
Iémen	781-1.024	81-87	669-887	31-50

Fonte: http://securitydata.newamerica.net/drones/pakistan/analysis (04JUL2014)

Tabela 3 – Número de baixas resultantes de ataques de *drones* no Paquistão e no Iémen

Estas visões otimistas encaram o uso de *drones* como a forma mais eficaz e precisa de empregar a força militar contra insurgentes. Contudo, a sustentação oficial americana para a condução desta modalidade de operação enferma de alguns paradoxos. Em primeiro lugar, transmite uma interpretação expansiva do enquadramento legal, enquanto, simultaneamente, sustenta critérios limitados. Em segundo lugar, procura justificar legalmente uma modalidade de ação que se desenrola de forma secreta. Finalmente, tenta advogar uma imagem de transparência, ao mesmo tempo que se escusa a fornecer detalhes factuais acerca do processo de decisão e da conduta dos serviços de informações.

Numa perspetiva de síntese estratégica, a modalidade de "execuções seletivas" induz uma panóplia de efeitos "*boomerang*", que se traduzem numa maior possibilidade de retaliação terrorista, no recrutamento de novos insur-

gentes, numa maior complexidade do relacionamento político e estratégico dos Estados Unidos nas áreas geográficas dos ataques, assim como numa maior desestabilização regional em países como o Paquistão ou Iémen. Independentemente de se conseguir estabelecer uma relação direta de causa-efeito, é possível antecipar uma erosão da credibilidade americana na região, que gradualmente se vai expandindo a nível mundial.

O alastramento desta modalidade a novos teatros e a uma gama de alvos de nível tático poderá fazer acelerar a oposição, local, nacional e internacional, contribuindo para um maior enfraquecimento interno dos governos em cujo território ocorrem os ataques. Assim, poderá contribuir para diminuir a vontade e a capacidade desses governos em tomarem ações efetivas contra os insurgentes. Nessa perspetiva, a focalização da campanha nos alvos de interesse estratégico, em detrimento da eliminação generalizada de operacionais, oferecerá menores efeitos indesejados. De igual forma, a transferência do controlo deste programa, da CIA para as Forças Armadas, poderá fornecer a tão necessária transparência e responsabilização a uma modalidade ainda envolta em secretismo.

Devido à relativa infância dos *drones*, por ora, apenas os Estados Unidos dispõem de capacidade para sustentar tais campanhas com impacto global. Em breve, com a crescente democratização da Guerra Aérea Remota, assistiremos a uma maior probabilidade destas ações militares se replicarem.

Pelos benefícios operacionais e políticos apontados, os *drones* constituirão uma capacidade essencial para aumentar a consciência situacional do espaço de batalha, ao mesmo tempo que possibilitam a aplicação letal da força de forma discreta e precisa. Isto poderá implicar uma alteração das dinâmicas de poder regional, proporcionando às pequenas e médias potências uma capacidade acessível para colocar em risco os Centros de Gravidade adversários, sem os custos, tradicionalmente proibitivos, associados à projeção de poder. Assim, poderemos assistir a uma valorização das posturas ofensivas, em certa medida preventivas, em virtude do custo reduzido de emprego destas capacidades, fazendo perspetivar um aumento da conflitualidade regional, e com ela maiores danos civis.

Ao invés de dissuadir potenciais agressores, parece-nos mais verosimil a perspetiva duma corrida aos armamentos na procura do nivelamento da assimetria, aumentando a proliferação dos *drones* em modalidades de emprego potencialmente mais gravosas. Neste caso, os efeitos adversos da vigilância persistente e da precisão criam uma presunção de infalibilidade que motiva decisões políticas mais arriscadas, como os ataques em zonas urbanas.

A armamentização dos *drones*, como consequência da proliferação tecnológica, é uma das áreas que pode, a médio prazo, estar facilmente disponível aos pequenos poderes. Atendendo ao número de países, e mesmo organiza-

ções, que dispõem de *drones* com alcance e capacidade de carga substanciais para transportar armamento convencional ou de destruição massiva, é possível antecipar a disseminação de riscos no panorama internacional. Esse natural alargamento da base de utilizadores a grupos terroristas, organizações criminosas e mesmo ao próprio individuo, poderá fazer alastrar a perigosidade das ameaças que confrontam os Estados.

Ao contrário de outras ocasiões em que os Estados dispuseram do monopólio de emprego das inovações, reforçando a vantagem militar sobre outros atores, atualmente, a proliferação desregulada dos *drones* parece confirmar a tendência no sentido da perda do monopólio estatal do uso da força, fazendo alastrar estas capacidades a outros atores do sistema internacional, multiplicando o poder do próprio individuo.

A concretizar-se esta tendência, é possível antecipar uma transferência de risco do combatente para a sociedade, alargando métodos, armas e alvos, fazendo transbordar o carácter limitado da Guerra. Perspetiva-se, por isso, que a perigosidade de tais ameaças aumente, antecipando-se a generalização da conflitualidade hostil, à distância, incentivando a comercialização de serviços privados de segurança e defesa. Este fenómeno de transferência tecnológica, catalisado pela eficácia operacional dos *drones* e a resultante corrida desenfreada a sistemas de combate, pode acentuar a democratização e civilinização da Guerra Aérea Remota, tornando, em particular os pequenos poderes, mais expostos e indefesos a uma panóplia alargada de ameaças.

É possível, então, compreender que a dimensão psicológica e política da Guerra Aérea Remota é, porventura, tão ou mais importante do que o impacto físico dos ataques, uma vez que, ao fornecer aos seus proponentes a possibilidade de vigilância perpétua e ataque seletivo em qualquer parte do globo, de forma discreta e sem risco para a vida humana do ofensor, permite que um estado possa assumir mais facilmente posturas militares preventivas em situações de conflitualidade.

Ao contrário das armas nucleares que, pelos seus efeitos, dissuadem o seu uso, o custo de empreender a Guerra Aérea Remota é relativamente baixo, incentivando as nações mais desenvolvidas a coagirem e imporem a sua vontade a outras nações, com riscos cada vez mais limitados. A confirmação da prolixidade de intervenções em locais remotos do globo fazem vislumbrar, de forma embrionária, o esboço da estratégia aérea do futuro, obrigando-nos a revisitar o relacionamento entre a Guerra e Paz e as sociedades democráticas. Assim, a combinação invulgar de características como a distância entre combatentes, a assimetria de combate, a possibilidade de autonomia no uso da força, assim como a minimização de risco humano e político, confirmam a modalidade de Guerra Aérea Remota como politicamente irresistível.

Em conclusão, podemos afirmar que a Guerra Aérea Remota não é um fim em si mesmo, mas, antes de mais, um instrumento primordial para alcançar determinados fins políticos. Por isso, esta modalidade não pode ser vista como uma solução mágica para a exiguidade política na determinação dos objetivos de emprego do instrumento militar.

Tal como as aeronaves foram um dos artefactos tecnológicos que permitiram equilibrar a assimetria imposta pelo aumento do poder de fogo e do entrincheiramento, característicos da I Guerra Mundial, também os *drones* se afiguram como uma possível solução para os problemas táticos contemporâneos impostos pela dificuldade de localizar, identificar e atacar alvos de reduzida assinatura em zonas remotas do planeta. Daí a antecipar que estes sistemas se transformem na solução estratégica para as Guerras atuais e futuras, será certamente uma falácia. E, com ela, virão consequências profundas para acentuar a erosão da soberania dos Estados e no consequente aumento da instabilidade das Relações Internacionais.

Revista Militar
N.º 10 – outubro 2014
pp. 833-855

A Nigéria no Shatterbelt da África Subsariana: uma análise geopolítica e geoestratégica



Mestre Samuel de Paiva Pires*

Introdução

Localizada na África Ocidental, possuindo vastos recursos naturais e uma população de cerca de 170 milhões de pessoas, a Nigéria é uma das economias que mais tem crescido nos últimos anos, tendo-se tornado um país atractivo, tanto para o sector privado como para as grandes potências mundiais que procuram obter um aliado estratégico na região. O dinamismo que tem caracterizado o desenvolvimento do país, desde 1999, quando se deu a transição democrática do regime militar para a actual Quarta República, tem contribuído para que a Nigéria possa cada vez mais assumir-se como a principal potência da África Ocidental. Ademais, a par da África do Sul, a Nigéria é um dos países que pode vir a tornar-se uma efectiva potência regional na África Subsariana e a sua projecção de poder tem-se feito notar, quer pela sua elevada contribuição em termos de soldados para a Organização das Nações Unidas quer pelas intervenções militares em conflitos em países vizinhos, nomeadamente, na Libéria e na Serra Leoa.

Este quadro suscita o interesse de analisar a situação geopolítica da Nigéria, tendo em especial consideração a sua inserção regional na África Subsariana e a importância desta para as grandes potências mundiais, e examinando as características, potencialidades, problemas e desafios que caracterizam a Nigéria enquanto Estado nacional. Somos, nesta análise, efectivamente tributários de Saul Bernard Cohen e da sua visão do mundo dividido em

* Doutorando em Ciência Política no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa e investigador no Centro de Administração e Políticas Públicas do mesmo Instituto.

domínios geoestratégicos – o nível macro –, regiões geopolíticas – o nível meso – e Estados nacionais e unidades subnacionais – o nível micro[1].

Cumpre-nos, todavia e antes de mais, por uma questão ética, informar que o nosso propósito de analisar geopoliticamente a Nigéria não é meramente casual ou desinteressado, tendo surgido, em larga medida, em virtude da nossa actividade profissional desenvolvida no âmbito da Associação de Amizade e Negócios Nigéria Portugal[2]. A criação desta, aliás, atesta o interesse que a Nigéria tem para Portugal e os esforços que estão a ser desenvolvidos para aprofundar as relações entre os dois países. A este respeito, cumpre-nos também agradecer à Associação, em particular na pessoa do Presidente da Direcção, Dr. Pedro Hipólito, por nos ter providenciado bibliografia essencial para a realização desta análise.

Esta situação não obsta, contudo, a uma análise científica do nosso objecto de estudo, na medida em que reconhecemos e assumimos desde logo, em linha com Adriano Moreira, que subjaz às ciências sociais o eterno dilema entre subjectivismo e objectivismo, cujo verdadeiro problema "diz respeito ao observador que não pode ele próprio alhear-se de uma certa concepção do mundo e da vida que faz parte da sua circunstância pessoal e que condiciona necessariamente a sua relação com os factos a observar e avaliar"[3].

Procuraremos, por isso, a devida distância em relação ao objecto de estudo a observar, desde logo evitando cair em qualquer um dos dois principais pontos de vista sobre África que o Nobel da Literatura nigeriano Wole Soyinka caracteriza, nomeadamente, o dos que encaram África como um desejo, principalmente pelos seus recursos naturais, e o daqueles para quem África é um pesadelo[4]. Efectivamente, o continente africano parece estar condenado a oscilar entre a esperança e o desespero[5]. Procuraremos também esta distância estando cientes de que, segundo José Adelino Maltez, para alcançar o carácter científico torna-se necessária uma "intenção de rigor e de objectividade que implica um esforço racional para substituir a opinião (*doxa*) pelo conhecimento (*episteme*) (…) procurando o verdadeiro, através da elaboração de um relato (*logos*) que, neste sentido, contrasta com o mítico (*mythos*)"[6].

Naturalmente, o objecto de estudo decorre da formulação de uma pergunta de partida à qual pretendemos dar resposta, pelo que iremos inquirir sobre *como se caracteriza a situação geopolítica da Nigéria?*

Considerando que este projecto requer uma metodologia de cariz qualitativo, o desenho de pesquisa não será estruturado em torno de hipóteses, mas através da formulação da questão acima que guia a investigação e através da qual o objecto de estudo é circunscrito e interpretado dentro das áreas científicas das Relações Internacionais e da Ciência Política, e, mais concretamente, no âmbito dos ramos da Geopolítica e da Geoestratégia.

O nosso objectivo geral será o de entender e caracterizar a Nigéria do ponto de vista da Geopolítica e da Geoestratégia, tendo em particular consideração o corpo teórico e conceptual de Cohen. Isto implica, naturalmente, que nos debrucemos resumida e sistematizadamente sobre este autor, pelo que a primeira secção deste ensaio será dedicada, precisamente, ao enquadramento teórico.

Por seu lado, os objectivos específicos, que se reflectem na restante estrutura que preside a este ensaio, serão, em primeiro lugar, analisar a região na qual a Nigéria está inserida, ou seja, como veremos, o *Shatterbelt* da África Subsariana, e a importância que esta tem para as grandes potências mundiais, e, em segundo lugar, considerar as características da Nigéria enquanto Estado nacional, evidenciando as suas potencialidades, desafios e problemas.

No que à metodologia diz respeito, optaremos por recorrer a uma metodologia de índole interpretativa, "baseada num método qualitativo intensivo (…) assente em técnicas de interpretação documental e na intuição e julgamento do investigador"[7], que terá na pesquisa bibliográfica a sua principal fonte de dados e na esquematização e sistematização teórica o seu instrumento primordial para responder à pergunta de partida.

Enquadramento teórico

Conforme referimos, a análise a que nos propomos é tributária dos ensinamentos de Cohen, pelo que importa salientar o corpo teórico e conceptual deste autor. Em primeiro lugar, cumpre sublinhar que o mundo está organizado em estruturas geopolíticas formadas através da interacção entre forças geográficas e políticas e dos processos que subjazem às mudanças que ocorrem nestas estruturas, que são compostas por padrões e características geopolíticas[8].

Em termos espaciais, estas estruturas estão organizadas em três níveis, conforme mencionámos na introdução. O primeiro nível, o nível macro, é o do domínio geoestratégico; o segundo, o nível meso, é o da região geopolítica, que é uma subdivisão do domínio geoestratégico; por último, o nível micro é o dos Estados nacionais, regiões autónomas, quási-estados e subdivisões territoriais dentro dos Estados ou através destes. Fora destas estruturas, existem regiões ou grupos de Estados que não estão no âmbito de um domínio ou de uma região, como é o caso dos *Shatterbelts*, Zonas de Compressão e *Gateways*. Existem ainda Zonas de Convergência entre domínios geoestratégicos, cujo estatuto, para Cohen, não está ainda definido. Cada uma destas estruturas pode ser avaliada em termos de maturidade geopolítica, ou seja, o grau de coesão política que os seus padrões e características lhe con-

ferem[9]. Nesta secção, iremos ver em detalhe como são conceptualizadas e definidas estas estruturas geopolíticas e como se afere o seu grau de maturidade geopolítica.

Naturalmente, qualquer observação do mapa-mundo conclui pela clássica divisão entre terra e mar, ou seja, continentalidade e maritimidade. Estas duas grandes categorias influenciam de forma determinante o desenvolvimento das estruturas geopolíticas, sendo possível constatar diferenças civilizacionais, culturais, económicas, sociais e políticas entre as potências situadas em territórios caracterizados pela proximidade do mar e as potências cuja vocação para o exercício do poder é de matriz essencialmente continental. Conforme salienta Philippe Moreau Defarges, o conhecimento do espaço é "indissociável das evoluções económicas, culturais e políticas"[10].

Vale a pena sublinhar, na senda de Políbio Valente de Almeida, que é comummente aceite que a geografia gera poder, quer pelos recursos que um Estado detém, quer pela sua localização, que se constituem, naturalmente, como componentes estruturais do poder de um Estado[11]. Não surpreende, por isso, que a geografia tenha "sido sempre considerada como a geratriz básica do poder"[12], estando no centro das preocupações de vários autores desde Sun Tzu. Entre os pensadores modernos, e conforme também salienta Políbio Valente de Almeida[13], Montesquieu terá sido dos primeiros a notar a influência do relevo e do clima sobre os povos e o poder político:

> Plutarco diz-nos que, «quando a sedição ciloniana em Atenas foi aquietada, a cidade recaiu nas suas antigas dissensões, e se dividiu em tantos partidos quantos tipos de território havia na região da Ática. As pessoas da montanha queriam à viva força o governo popular; as da planície exigiam o governo dos homens principais; os que viviam perto do mar eram por um governo que misturasse os dois».
>
> Os países férteis são planícies onde não se pode disputar nada ao mais forte: portanto, submete-se a ele; e, quando e lhe está sujeito, o espírito da liberdade não pode regressar; os bens do campo são uma garantia da fidelidade. Mas, nos países montanhosos, pode conservar-se o que se tem, e há pouco a conservar. A liberdade, isto é, o governo de que se usufrui, é o único bem que merece defesa. A liberdade reina, pois, mais nos países montanhosos e difíceis do que naqueles que aparentemente a natureza mais favoreceu[14].

Também Defarges efectua uma distinção entre o *homem de terra* e o *marinheiro*, que não encaram o espaço da mesma forma. Enquanto o primeiro obedece a uma lógica de apropriação, o segundo sabe que o mar escapa a esta lógica, perspectivando-o como um espaço de liberdade, de livre circulação[15].

Para Cohen, os territórios caracterizados pela maritimidade encontram-se expostos ao mar e acedem-lhe facilmente através da costa ou de vias de

acesso a partir do interior. Usufruindo de um clima com temperaturas e precipitação moderadas, as populações destes espaços contactam facilmente com outras partes do mundo, pelo que não surpreende o florescimento do comércio marítimo e a imigração nestes territórios, o que não só contribui para a sua diversidade étnica, cultural e linguística como também permite acelerar o processo de especialização económica[16]. Segundo Karl Popper, o desenvolvimento do comércio marítimo está intrinsecamente relacionado com a democracia[17]:

> Não tenho qualquer interesse pessoal em assuntos comerciais, ou em pessoas com uma mentalidade de comerciante. Mas a influência da iniciativa comercial parece-me muito importante. Dificilmente será um acidente que a mais antiga civilização conhecida, a da Suméria, fosse, tanto quanto sabemos, uma civilização comercial com fortes características democráticas; e que as artes da escrita e da aritmética, e os princípios da ciência, estejam intimamente relacionados com a sua vida comercial.[18]

Já os territórios com uma vocação de poder continental, caracterizados por condições climáticas extremas e grandes distâncias em relação ao mar, segundo Cohen, tendem a desenvolver-se de forma fechada e autocrática – embora as suas economias sejam normalmente mais auto-suficientes do que as marítimas –, visto que pouco se relacionam com outras partes do mundo, quer devido a barreiras naturais quer simplesmente em virtude das grandes distâncias[19].

Qualquer estrutura geopolítica está sujeita a forças centrífugas e centrípetas. As primeiras promovem a separação política, ao passo que as segundas fomentam a unidade. As duas estão interligadas, podendo prevalecer uma delas num dos níveis, e outra a outro nível. Por exemplo, forças centrífugas podem prevalecer a nível nacional, levando um povo a separar-se de outro Estado para proteger a sua identidade, e forças centrípetas podem dominar a nível regional, animando um movimento no sentido da unidade de acção regional em áreas como o comércio, defesa ou até a integração política com outro(s) Estado(s)[20].

A comunicação e a circulação de pessoas, bens, capital e armas têm lugar nos diferentes níveis, podendo os Estados mover-se entre estes, reflectindo os desenvolvimentos e, de acordo com Cohen, a "interligação entre o poder político e forças ideológicas, económicas, culturais, raciais, religiosas e nacionais, bem como as preocupações quanto à segurança nacional e as ambições territoriais". Estas dinâmicas estão patentes em qualquer reestruturação geopolítica. Para este autor, e a título de exemplo destas dinâmicas, o colapso da República Democrática do Congo abriu espaço para a Nigéria expandir o seu poder a nível regional[21].

Independentemente das dimensões, todas as estruturas têm determinadas características geopolíticas, nomeadamente: *centros históricos ou nucleares*, i.e., a área na qual um Estado é originado e a partir da qual a ideia do Estado se desenvolveu; *capitais ou centros políticos*, que desempenham o papel de centro simbólico e político das actividades governamentais; *ecumenes*, que são as áreas de maior densidade populacional e actividade económica; *território nacional efectivo e território regional efectivo*, áreas com uma densidade populacional moderada, com recursos que lhes conferem um alto potencial de desenvolvimento, sendo a sua extensão um indicador do poder que o Estado pode vir a ter no futuro; *áreas vazias*, que não têm população e nem se perspectiva que possam vir a ter, podendo, no entanto, servir propósitos defensivos e/ou ser uma fonte de recursos minerais; *fronteiras*, que demarcam áreas políticas e podem ser uma fonte de conflito; e, por último, *sectores não conformes*, que podem ser áreas separatistas num Estado ou *rogue states* numa região e que, normalmente, são zonas minoritárias na periferia de um país, distantes das vantagens económicas providenciadas pela *ecumene* ou *partes do território nacional efectivo*, não sendo também despiciendo salientar que, mesmo nos casos em que estes *sectores não conformes* possuem recursos naturais, os resultados da sua exploração tendem a deslocar-se para o centro do Estado[22].

O grau de desenvolvimento destas características e os padrões resultantes das suas interconexões são as bases para determinar em que fase de maturidade geopolítica se encontra uma estrutura[23]. Partindo de uma abordagem desenvolvimental inspirada no evolucionismo e organicismo de Herbert Spencer combinado com os ensinamentos do psicólogo Heinz Werner e do psicobiólogo Ludwig von Bertalanffy, Cohen afirma que as estruturas geopolíticas se desenvolvem ao longo de quatro fases: *indiferenciação ou atomização*, em que as partes do território não estão interligadas e as suas funções são idênticas, como foi característico do período feudal; *diferenciação*, em que as partes já possuem características que as distinguem mas permanecem isoladas, como no caso dos Estados europeus pós-Vestefália ou dos Estados pós-coloniais, entre 1950 e 1970; e *especialização*, como no caso actual da América do Norte, a que se segue a *especialização integrada,* como acontece com a Europa marítima, em que as diferentes produções complementares das diversas partes territoriais levam a uma integração do sistema[24].

Conforme já assinalámos, as estruturas geopolíticas encontram-se distribuídas por três níveis. O primeiro é o domínio geoestratégico, que se constitui como o nível macro, o mais elevado na hierarquia espacial global. Os domínios geoestratégicos constituem-se como "partes do mundo suficientemente grandes para possuir características e funções globalmente influentes

e que servem as necessidades estratégicas das principais potências, Estados e regiões que as compõem". O principal factor na definição de um domínio é o grau de influência das condições de maritimidade e continentalidade, podendo observar-se, actualmente, a existências de três domínios geoestratégicos: o domínio dependente do comércio marítimo que se estende pelo Atlântico e o Pacífico; o domínio continental Euroasiático ancorado no *heartland* russo; e o domínio misto, continental e marítimo, da Ásia Oriental[25].

O segundo nível é o da região geopolítica. Na sua maioria, as regiões são subdivisões dos domínios, embora algumas estejam entre domínios ou sejam independentes de qualquer domínio. Políbio Valente de Almeida assinala que as regiões geopolíticas "expressam uma certa unidade de características geográficas que lhes dão unidade e exploram a sua capacidade para certos tipos de acção política ou económica tendo por base a sua contiguidade e complementaridade de recursos"[26].

O domínio marítimo é composto pelas regiões da América do Norte, do Centro e do Sul, da Europa marítima, do Magreb e do *rim* da Ásia-Pacífico. O domínio euroasiático, por seu lado, consiste apenas no *heartland* russo, que se estende até à Bielorrússia e à província moldava da Transnístria. Por último, o domínio da Ásia Oriental é integrado pela China continental e a Indochina (composta pelo Vietname, Camboja e Laos). O Sul da Ásia permanece uma região independente destes domínios, ao passo que o Médio Oriente e a África Subsariana são, segundo Cohen, *Shatterbelts*[27].

Estas regiões variam em termos de maturidade geopolítica, existindo algumas altamente coesas e integradas e outras atomizadas. Enquanto a Europa marítima é uma região integrada, já a África Subsariana não tem coesão geopolítica, permanecendo atomizada desde o fim do colonialismo e da Guerra Fria[28].

Os *Shatterbelts* são regiões muito fragmentadas, assoladas por conflitos internos e cuja fragmentação aumenta em virtude da intervenção de potências externas que pretendem aumentar o seu grau de influência nestas regiões[29]. Este conceito foi desenvolvido desde o início do século XX, sendo denominado por James Fairgrieve como *Crush Zone* e por Richard Hartshorne como *Shatter Zone*. A definição operacional de Cohen é a de "regiões estrategicamente orientadas que são em simultâneo profundamente divididas a nível interno e alvo da competição entre grandes potências dos domínios geoestratégicos"[30]. Políbio Valente de Almeida enuncia de forma exaustiva, a partir de Cohen, as características dos *Shatterbelts:*

1 – Comandam pequenas áreas marítimas estratégicas;
2 – Distinguem-se pelas suas riquezas agrícolas e minerais;
3 – São, por isso, de vital importância para o «Trade Dependent Maritime World»;

4 – Dada a sua situação são também importantes para o «Eurasian Continental World»;
5 – São áreas politicamente fragmentadas;
6 – São áreas economicamente fragmentadas;
7 – Pelas suas diferenças internas – físicas, ambientais, históricas, culturais e políticas – parecem incapazes de conseguir uma unidade efectiva, tanto no plano político como económico;
8 – O alinhamento dos «*shatterbelts*» é errático: pode, uma parte, procurar a rentabilidade e outra o compromisso, tudo dependendo dos interesses nacionais e das pressões económicas e militares dos centros de poder estranhos à área;
9 – Pela sua situação e características, é impossível o seu completo controlo por qualquer dos grandes poderes;
10 – Servem de apoio às grandes potências em épocas de conflito;
11 – São áreas tampões, i.e., impedem o afrontamento directo entre as grandes potências;
12 – Oferecem opções para as várias formas de contenção[31].

A uma escala geográfica menor encontramos as Zonas de Compressão, pequenas áreas atomizadas e ainda mais divididas que se encontram no seio ou entre regiões geopolíticas e são palco de guerras civis e de acções intervencionistas de países vizinhos[32]. Um exemplo de uma Zona de Compressão é a que se estende da África Ocidental ao Corno de África, passando pela África Central e Oriental[33], encontrando-se, portanto, no *Shatterbelt* da África Subsariana.

Existem também as chamadas Zonas de Convergência, situadas entre domínios estratégicos e cujo estatuto, conforme já referimos, para Cohen, ainda não está definido[34]. É o caso da Zona de Convergência Euroasiática, composta pela Ásia Central e Mongólia[35].

Finalmente, temos o terceiro nível de estruturas geopolíticas, o nível micro, no qual se encontram os Estados nacionais. Se alguns autores preconizam a emergência de um sistema mundial de governação em resultado da globalização, onde os Estados nacionais deixam de ser determinantes, a verdade é que os Estados nacionais permanecem os principais actores das Relações Internacionais. A globalização influencia as políticas dos Estados, mas não os mina e só ao nível regional é que os Estados têm concordado em limitar a sua independência de acção, conforme Cohen assinala. De acordo com este, "repudiar o poder do Estado nacional é ignorar o peso político e económico, bem como as capacidades de tomada de decisão, dos maiores Estados e corpos regionais nas arenas económica, política, militar e cultural". Subscrevemos a visão deste autor de "um mundo organizado

em áreas nucleares hierarquicamente dispostas no espaço e cujas funções variam consoante o poder e alcance do núcleo"[36], tendente, por isso, em linha com Adriano Moreira, para a formação de grandes espaços, dominados, naturalmente, por Estados. Aliás, "em última análise, o Estado nacional permanece a cola do sistema internacional, o principal mecanismo que permite a um povo alcançar uma auto-realização inextricavelmente ligada ao seu sentido de territorialidade"[37].

Na realidade, conforme José Adelino Maltez faz notar, "o Estado soberano pode ver-se ameaçado pela globalização mas é através dele que esta se tem fomentado"[38], embora importe realçar que, se no plano abstracto os Estados soberanos são todos iguais, na realidade, segundo o mesmo autor, "o uso e o abuso dessa categoria abstracta acaba por desfocar uma realidade na qual, apesar de sermos todos iguais, há sempre alguns que são mais iguais que outros"[39]. Não será surpreendente, portanto, que as desigualdades substanciais em termos de geratrizes básicas do poder se reflictam na hierarquia que preside ao sistema internacional, na qual os Estados podem ser classificados, de acordo com Cohen, em cinco ordens de poder. A primeira consiste nas grandes potências, nomeadamente, os EUA, a União Europeia, o Japão, a Rússia e a Índia. A segunda ordem é composta por potências regionais cujo poder se projecta muito para além das suas regiões geopolíticas. As restantes ordens são integradas por Estados cuja projecção se limita a partes das regiões onde se encontram. É de sublinhar que, entre os países que estão no topo da segunda ordem, encontramos a Nigéria[40].

Para finalizar o enquadramento teórico, cumpre-nos ainda salientar a existência de Estados que se podem caracterizar como sendo *Gateways*. Estes servem de ponte e facilitam a circulação de pessoas, bens e ideias entre várias partes do mundo. Embora as suas características variem em detalhe, no geral são pequenos em área e população, cultural e politicamente distintos, têm elevados níveis de educação, acesso favorável a áreas externas por terra ou mar e, normalmente, possuem recursos naturais ou humanos especializados sobre os quais se podem construir economias direccionadas para a exportação, embora não tenham auto-suficiência, dependendo do comércio com outros países para obter bens e serviços. Para além dos Estados soberanos, Cohen identifica também quási-estados, com tendências separatistas, que classifica como *Gateways*. Entre estes encontra-se a região do sudeste da Nigéria, rica em petróleo e gás[41], que foi palco da Guerra do Biafra.

O Shatterbelt da África Subsariana



Mapa 1 – África[42]

Dividida em cinco sub-regiões – Ocidental, Oriental, Central, Sul e Corno de África –, após o fim do colonialismo europeu, a região da África Subsariana serviu de palco às disputas das duas grandes potências que se opunham na Guerra Fria, os EUA e a União Soviética. Em resultado das acções soviéticas, a região, tradicionalmente ligada ao domínio marítimo, emergiu nesta fase, precisamente, como um *Shatterbelt*[43]. Neste contexto, muita energia foi direccionada para a África Subsariana por parte dos domínios marítimo e continental, com o principal objectivo de proteger ou obter fontes de recursos materiais, aceder a mercados e impedir o estabelecimento de bases militares inimigas[44].

Com o fim da Guerra Fria e o colapso da União Soviética, os EUA e a Europa deixaram de percepcionar a região como uma mais-valia geopolítica, pelo que reduziram a assistência económica e militar que lhe providenciavam,

tornando-se esta uma zona de marginalidade geoestratégica[45]. Todavia, no século XXI, a África Subsariana reemergiu como um *Shatterbelt*, em virtude da crescente procura mundial pelos recursos naturais que a região encerra. Hoje em dia, porém, a disputa dá-se entre a China e o Ocidente[46], ou mais precisamente, entre os EUA e a Europa[47], e centra-se nos recursos energéticos, mas também na procura de mercados e oportunidades de investimento, uma vertente que não se verificou noutras eras[48].

A crescente influência chinesa na região constitui-se como uma preocupação para os EUA, que inclusivamente decidiram instalar um novo comando, o AFRICOM, algures na zona do Golfo da Guiné, com o principal propósito de assegurar o acesso às reservas de petróleo aí existentes[49]. Os principais interesses da potência norte-americana prendem-se com o combate a grupos terroristas islâmicos cujos membros se infiltram no Iraque, Afeganistão, Golfo Pérsico e Europa, garantir a segurança das rotas marítimas, expandir o acesso às reservas de petróleo angolanas e proteger as suas importações de petróleo da Nigéria. A China, por seu lado, tem vindo a penetrar o continente africano por via do aumento das trocas comerciais e programas de ajuda ao desenvolvimento sem as condicionantes que a ajuda internacional Ocidental impõe[50]. Para muitos africanos, esta competição, apesar de estimular o desenvolvimento económico, é reminiscente do período colonial[51].

Após o fim do colonialismo europeu, a região permaneceu num estado de subdesenvolvimento económico e atomização geopolítica, sendo atravessada por diversos conflitos entre os seus Estados e também guerras civis. Existe um largo consenso sobre a relação entre estes conflitos e a herança colonial do traçado das fronteiras dos Estados soberanos que não têm em consideração as diferenças étnicas, tribais e religiosas das populações africanas[52]. Esta herança, resultante da Conferência de Berlim de 1884, é questionada por muitos, que advogam a fragmentação das unidades nacionais existentes, embora exista quem, como Soyinka, sugira a aglutinação de várias unidades em federações[53].

Nos países desta região têm prevalecido forças centrífugas, tentativas de secessão que frequentemente resultaram em guerras. É o caso da região do sudeste da Nigéria, que se declarou como o Estado independente do Biafra em 1967, sete anos após a independência da Nigéria, espoletando uma guerra que durou até 1970 e que teve como resultado a derrota do Biafra[54]. Todavia, também se têm verificado forças centrípetas: em 1959, o Mali e o Senegal formaram uma federação, dissolvida no ano seguinte; a Guiné e o Gana formaram uma união, em 1958, que expandiram ao Mali, em 1961, embora esta não tivesse efeitos práticos e acabasse por ser dissolvida, em 1966; ainda sob o domínio britânico, na década de 1950, a ideia de uma federação entre o Uganda, Quénia e Tanganica foi promovida mas não im-

plementada, embora os três viessem a formar a Comunidade da África Oriental, em 1967, após as independências, que seria dissolvida, em 1977, e revitalizada, em 2001, como um bloco económico; a Rodésia do Sul (actual Zimbabwe) foi um dos membros da Federação da Rodésia e Niassalândia, que se dissolveria em 1963; em 1980, falhou uma tentativa de unir Cabo Verde e Guiné-Bissau; e, em 1981, foi criada a Senegâmbia, uma confederação entre o Senegal e a Gâmbia que terminaria em 1989. Apenas algumas tentativas de união entre ex-colónias tiveram sucesso, destacando-se a formação do Gana a partir da colónia britânica da Costa do Ouro e da Togolândia britânica; a integração do sul dos Camarões britânicos com os Camarões franceses, que resultou na formação dos Camarões, ao passo que a parte norte dos Camarões britânicos passou para a Nigéria; e ainda a criação da Tanzânia a partir da fusão entre Zanzibar e Tanganica[55].

Por outro lado, existem também diversas tentativas de integração regional e continental, devendo destacar-se, em particular, a União Africana, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (em inglês, *Southern Africa Development Community,* SADC), cujo membro mais poderoso é a África do Sul, e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (conhecida como ECOWAS, ou seja, *Economic Community of West African States*), da qual faz parte a Nigéria. Em relação a esta última, embora o seu âmbito de actuação seja predominantemente no que concerne à integração económica entre os diversos Estados, Cohen salienta que também se tornou uma cobertura política ao abrigo da qual a Nigéria e outros Estados da África Ocidental enviaram forças de manutenção de paz para a Libéria e a Serra Leoa[56].

Apesar de a Nigéria e a África do Sul serem os Estados mais proeminentes neste *Shatterbelt*, actualmente composto por cerca de 800 milhões de pessoas, não têm, para Cohen, a capacidade populacional e económica para se tornarem poderes regionais dominantes. Embora a Nigéria seja o país mais populoso da região, com cerca de 170 milhões de habitantes, e não obstante a sua economia estar em rápido crescimento, enfrenta conflitos étnicos e religiosos e desafios vários, que evidenciaremos[57].

Ademais, no continente africano encontramos milhares de subdivisões etnolinguísticas, o que se reflecte na sua atomização, e a população encontra-se muito dispersa, quer devido aos conflitos, quer em virtude das condições geográficas do continente, ou seja, poucos terrenos aráveis, uma densa floresta tropical, muitos solos secos, desertos e estreitas linhas costeiras que não permitem o desenvolvimento de economias urbanas modernas, salvo algumas excepções. Uma delas é a do Delta do Níger, onde encontramos vastas reservas de petróleo e gás natural[58].

Embora este *Shatterbelt* seja rico em recursos naturais, a região continua a ser a mais pobre a nível mundial, sendo assolada por doenças, guerras

civis, conflitos étnicos e religiosos e desadequados investimentos de capital. Ainda que nos últimos anos o Produto Interno Bruto (PIB) dos vários países tenha crescido a um ritmo médio de 5 a 6%, a África Subsariana permanece numa condição de dependência económica e geopolítica do exterior. Este crescimento económico assente principalmente na exploração de recursos naturais não é suficiente para suportar a maioria da população, que continua a depender de uma agricultura de subsistência. Além do mais, "oscilações de preços nos mercados internacionais de produtos minerais e tarifas elevadas aplicadas aos produtos agrícolas contribuem para a instabilidade económica" e "a corrupção desvia muito do rendimento obtido através das exportações para os bolsos da elite política e económica"[59].

No que concerne às características geopolíticas desta região, há vários elementos a salientar. Desde logo, segundo Cohen, a África Subsariana é a região com menor maturidade geopolítica do mundo, sendo pouco provável que as suas estruturas geopolíticas venham a evoluir no sentido de ultrapassar a atomização que a caracteriza[60].

Não possuindo nenhum *centro histórico ou nuclear* regional, alberga várias *capitais políticas* importantes, nomeadamente, Abuja, Pretória, Nairobi e Adis Abeba, mas nenhuma possui o potencial para se tornar num núcleo político regional[61].

A região também não possui nenhuma *ecumene*, e as que existem a nível nacional são pouco desenvolvidas, à excepção da existente na África do Sul[62].

Em termos de *territórios regionais efectivos*, existe o potencial para que dois territórios venham a adquirir este estatuto, a savana do Sul de África que se estende do norte da África do Sul ao Zimbabwe e à Zâmbia, e o Sahel na África Ocidental, que atravessa o Senegal, a Mauritânia, o Mali, o Burkina Faso, o Níger, o norte da Nigéria, o Sudão e a Etiópia. Todavia, existem obstáculos à concretização deste potencial, nomeadamente, a escassez de precipitação, doenças que afectam seres humanos e animais e a distância de acesso ao mar. No caso do Sahel, fenómenos de seca e fome afectaram severamente a região nas décadas de 1970 e 1990, o que resultou na desertificação de muitas zonas, ao invés da absorção de população que é suposto ocorrer em *territórios regionais efectivos*[63].

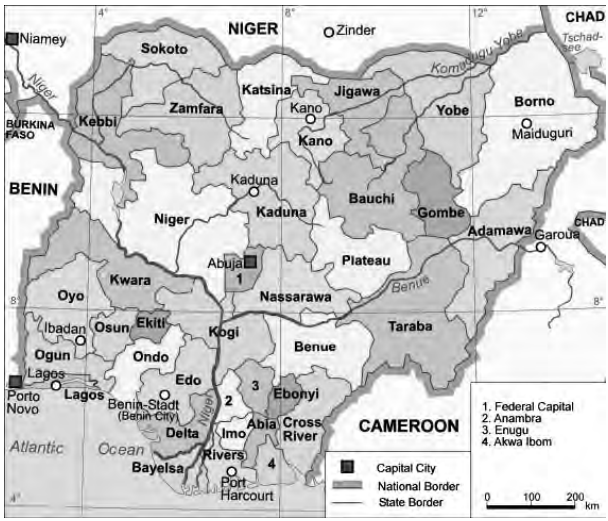
Conforme já mencionámos, outra característica geopolítica de suma importância e responsabilidade quanto à atomização deste *Shatterbelt* é a das inúmeras disputas relativas às *fronteiras* existentes. Estas atravessam diversidades étnicas, tribais, linguísticas e religiosas, estando na origem de disputas pelo controlo de recursos naturais, acesso ao mar e reunificação de povos[64].

Por último, cumpre ainda realçar uma característica geopolítica única, a existência de um elevado número de países *encravados*, ou seja, sem costa marítima, quinze no total, o que se reflecte na dependência externa em relação ao acesso ao mar. Para além desta dependência, estes países vêem-se na con-

tingência de ter de pagar taxas sobre importações e exportações aos Estados com orlas costeiras, e a falta de acesso directo ao mar impede o processo de especialização económica, fragilizando ainda mais as suas economias[65].

Cohen, como já anteriormente assinalámos, acredita que nenhum Estado tem o potencial para se tornar uma potência regional dominante em todo o continente, embora possam emergir potências que dominem as sub-regiões a que pertencem. A este respeito, o autor afirma que apenas a África Ocidental e o Sul de África têm o potencial para se tornarem unidades geopolíticas coesas lideradas por uma potência regional, a Nigéria e a África do Sul, respectivamente[66], eventualmente passando a integrar o domínio geoestratégico marítimo. Isto depende da capacidade destes dois países para atingirem um elevado grau de coesão interna e liderarem processos de robustecimento económico e político da ECOWAS e da SADC[67].

A situação geopolítica da Nigéria



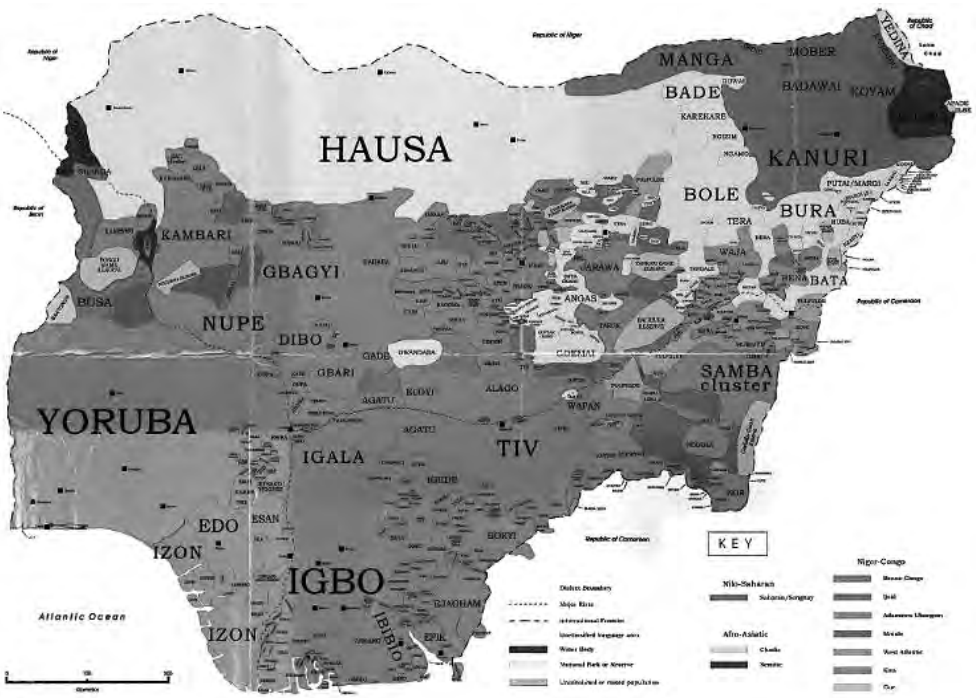
Mapa 2 – Nigéria: os 36 estados e a capital federal[68]

Situada na já mencionada Zona de Compressão que se estende do Corno de África até à África Ocidental, mais concretamente no Golfo da Guiné, a Nigéria é o maior Estado africano em termos populacionais, com cerca de 170 milhões de pessoas que se dividem por mais de 250 grupos etnolinguísticos. É composto por trinta e seis estados federados que se dividem por seis zonas geopolíticas (Sudeste, Sul-Sul, Sudoeste, Nordeste, Noroeste e Norte Central), a que acresce a capital federal, Abuja, que, segundo Kalu N. Kalu,

dada a parca força e efectividade política dos estados federados, é de onde emana a maior parte das políticas públicas, pelo que o federalismo nigeriano acaba por "reflectir um estranho híbrido entre consentimento popular, ditadura benevolente e arregimentação autoritária"[69].

A geografia do país é bastante diversificada, com planícies no norte e sul e planaltos e colinas no centro, o que se reflecte também no clima, que varia entre árido e equatorial, sendo geralmente o característico de uma zona tropical, com épocas de chuvas e secas. A Nigéria possui também uma extensa rede de rios, sendo os principais o Níger e o Benue[70].

Em termos demográficos, apesar de existirem cerca de 250 grupos etnolinguísticos, três etnias compõem a maioria da população: os Hausa, localizados no Norte, que representam cerca de 21% da população; os Yoruba, situados no Sudoeste, que totalizam 21%; e os Igbo, do Sudeste, que contabilizam 17%. Naturalmente, estas divisões reflectem-se também a nível religioso, embora a vasta maioria da população nigeriana se divida entre o Cristianismo e o Islamismo. Enquanto os que professam o Islão se encontram concentrados no Norte, os cristãos estão principalmente no Sul e no *Middle Belt*, i.e., a região central que atravessa longitudinalmente a Nigéria[71].



Mapa 3 – Distribuição dos grupos étnicos da população nigeriana[72]

Esta divisão resulta do processo de colonização e cristianização que se concentrou na região do Sul, acessível pelo mar, e reflecte-se nos conflitos entre o Norte o Sul, que têm também uma componente económica[73]. O país tem sido atravessado por vários episódios de conflitos armados, bem como a nível da competição pelo poder político que, por uma razão de economia de espaço não podemos explorar neste ensaio[74], embora importe salientar como casos mais proeminentes a já referida tentativa de secessão por parte do Sul, concretizada na declaração de independência do Biafra e na guerra que se lhe sucedeu, e, mais recentemente, os conflitos no Delta do Níger e o surgimento de um grupo terrorista islâmico no Norte, o Boko Haram.

Kalu salienta que a questão do Delta do Níger já existia, antes mesmo de a exploração do petróleo se tornar a principal indústria da economia nigeriana, envolvendo a crise nesta região vários factores, nomeadamente, a competição por autonomia territorial, oportunidades económicas, a degradação ambiental, a representação política e a autodeterminação. Actualmente, o principal problema resulta do subdesenvolvimento, desemprego e pobreza que se verificam numa região onde vastas reservas de petróleo e gás natural são exploradas, acabando por se tornar evidente a desigual distribuição dos frutos desta exploração[75].

Esta exploração, de acordo com Kunle Sehinde Benson, tem contaminado os solos e as águas, prejudicando a actividade de agricultores e pescadores[76] numa região cuja população depende destas para a sua subsistência. Trata-se de uma região que é um vasto pântano, cobre nove estados nigerianos, é habitada por 33 milhões de pessoas de cerca de quarenta grupos étnicos, sendo o mais numeroso o dos Ijaw, com 14 milhões de pessoas[77].

Segundo John Campbell, ex-embaixador dos EUA na Nigéria, o petróleo tornou-se a cola que une a Nigéria, motivando a preservação da federação e gerando a maior parte das receitas do governo e do comércio externo do país, permitindo-lhe, portanto, ser um dos principais actores globais no sistema internacional. Todavia, os residentes da região têm beneficiado pouco com a exploração do petróleo, quer em termos económicos quer no que concerne às exigências de autonomia política local, que procuram fazer notar em Abuja, sem sucesso[78].

Perante este cenário, vários grupos têm-se insurgido, desde a década de 1990, atacando instalações petrolíferas e fazendo reféns expatriados que trabalham nestas, com o intuito de pressionar Abuja no sentido de atender às suas exigências[79], acabando também por se estabelecerem milícias e grupos criminais na região que afectam a segurança das populações. A crise, segundo Benson, "produziu várias consequências contraditórias, com impactos a

longo prazo na paz, segurança, desenvolvimento e governação democrática na região, e efeitos que se fazem sentir em todo o país"[80].

Campbell salienta que, desde a eleição do actual Presidente da Nigéria, Goodluck Jonathan, um Ijaw cristão, a hostilidade da região em relação a Abuja diminuiu. Todavia, o mesmo autor prevê que, caso não ocorram mudanças nas políticas relativas à região, a violência poderá regressar, especialmente à medida que se aproximam as eleições de 2015[81].

Um fenómeno mais recente é o surgimento do grupo fundamentalista islâmico denominado por Boko Haram. No que ao nome do grupo diz respeito, convencionou-se generalizadamente que *boko* é a palavra Hausa para "livro", referindo-se comummente à educação Ocidental, ao passo que *Haram* é a palavra arábica para "proibido." Todavia, o linguista Paul Newman evidencia que a interpretação da palavra *boko* está incorrecta, significando esta algo como fraude, engano ou decepção, sendo geralmente associada a todos os escritos e interpretações que não estão ligados ao Islão[82]. De qualquer das formas, Boko Haram é uma denominação que foi aplicada aos seguidores de Mohammed Yusuf, um professor islâmico. Este grupo era inicialmente bastante pequeno e integrava-se no movimento islâmico de contestação não-violenta na região do Norte da Nigéria. Todavia, o grupo evoluiu para uma revolta violenta contra o poder político, quer secular quer Islâmico, pretendendo implementar a Lei da Sharia, empreendimento que os políticos islâmicos, para o Boko Haram, falharam, pelo que se tornaram alvos preferenciais do grupo. Em 2009, Yusuf foi assassinado e o grupo resguardou-se na clandestinidade, surgindo em força a partir de 2011, com várias operações terroristas visando edifícios governamentais e igrejas, assaltos a bancos e assassinatos. Embora já tenha vitimado milhares de pessoas, só com o recente rapto de 276 raparigas é que o mundo ficou a conhecer melhor esta organização, em particular devido ao foco mediático que incidiu sobre este episódio. Actualmente, muito se especula sobre as suas reais intenções, mas certo é que se tornou uma ameaça séria que levou ao reforço da presença militar na região. Isto, no entanto, acabou por estimular o recrutamento de membros para o Boko Haram entre a população. Este embate entre militares e o Boko Haram tem levado, segundo Campbell, a um processo de bifurcação do país entre Norte e Sul, entre muçulmanos e cristãos, que a continuar poderá significar um futuro difícil para os cerca de 70 milhões de pessoas no Norte, que poderão ver-se privadas de usufruir das receitas do petróleo para o desenvolvimento da região[83].

A estas duas forças centrífugas, junta-se ainda a instabilidade no *Middle Belt* que Cohen sublinha. Também esta região se vê a braços com conflitos étnicos e religiosos agravados pela fome e pobreza. Pode perspectivar-se, por isso, uma separação entre o Norte e o Sul[84].

Todavia, os problemas internos não têm impedido a Nigéria de projectar o seu poder na região. Dois casos particularmente notórios a este respeito foram as intervenções militares na Libéria e na Serra Leoa. No primeiro caso, a intenção inicial era a de impedir a rebelião iniciada por Charles Taylor, em 1989, e que durou até 1997, quando a Nigéria decidiu apoiar Taylor, que impôs um cessar-fogo e conseguiu ganhar as eleições presidenciais. No segundo, a Nigéria ajudou a defender o governo de grupos rebeldes, no seguimento de um golpe militar que depôs Joseph Momoh, em 1992, e promoveu uma tentativa de resolução do conflito, convencendo o governo e os rebeldes a negociarem, em 1999. As tréguas foram quebradas quando os rebeldes fizeram cinco soldados das Nações Unidas reféns, pelo que a Nigéria acabaria por retirar as suas tropas do país[85].

Segundo Cohen, a Nigéria só poderá tornar-se uma potência regional quando se "reunir em torno de objectivos nacionais amplamente aceites, estabilizar o seu governo, e aprender a utilizar as receitas do petróleo sabiamente"[86].

A este respeito, cumpre destacar os esforços dos governos nigerianos na última década, em especial no que concerne às reformas económicas e a luta contra a corrupção protagonizadas principalmente por Ngozi Okonjo-Iweala, Ministra das Finanças, entre 2003 e 2006, Ministra dos Negócios Estrangeiros, em 2006, e actual Ministra Coordenadora da Economia e Ministra das Finanças. Okonjo-Iweala é uma prestigiada personalidade internacional, que foi vice-presidente do Banco Mundial e chegou a ser candidata à presidência do mesmo. No seu primeiro mandato como Ministra das Finanças foi responsável por diminuir o grau de dependência da despesa pública em relação às voláteis receitas do petróleo, baseando o orçamento federal numa perspectiva conservadora quanto à evolução futura dos preços do petróleo e colocando qualquer excedente numa conta à parte, o que reduziu a ameaça da inflação, que diminuiu de 26 para 11%, tendo ainda contribuído para a acumulação de reservas externas e introduzido procedimentos que elevaram o grau de transparência no que concerne à despesa pública. Foi também durante este mandato que conseguiu renegociar a dívida externa do país com o Clube de Paris, de forma a permitir à Nigéria tornar-se o primeiro país africano a pagar a sua dívida externa, tendo, desta forma, ganho acesso aos mercados financeiros internacionais[87].

No actual mandato, Okonjo-Iweala tem procurado reduzir o nível de despesa corrente do governo e expandir as obras públicas com o intuito de diminuir o desemprego[88], apontado pelo Banco Mundial como um dos principais desafios que o país enfrenta, a par com a necessidade de promover o crescimento do sector privado, para que se possa efectivamente reduzir o nível de pobreza[89]. Precisamente tendo estes desafios em mente,

Okonjo-Iweala implementou diversas reformas visando diminuir a volatilidade macroeconómica e promover o crescimento do sector privado através de privatizações e esforços de desregulamentação e liberalização do sector[90].

Segundo Okonjo-Iweala, a luta contra a corrupção deve permanecer no centro da agenda reformista nigeriana. Uma das formas de a combater, para a Ministra, é precisamente melhorando o ambiente de negócios e atraindo fontes de investimento, especialmente nas áreas de infra-estruturas, agricultura, produção industrial, construção e serviços, o que, em conjunto com as reformas estruturais que estão em curso, será essencial para melhorar a situação nigeriana no que ao desenvolvimento humano concerne[91].

O caminho para a total transformação da economia nigeriana é longo, mas tem vindo a ser percorrido, merecendo particular destaque a iniciativa *Nigeria 20:2020*[92], cujo objectivo é colocar a Nigéria entre as vinte maiores economias do mundo até 2020. O caminho para este objectivo foi recentemente encurtado, em resultado da revisão da fórmula de cálculo do Produto Interno Bruto do país, que não era actualizada desde 1990. A nova fórmula, elaborada com a assistência do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, reflecte uma imagem mais realista da economia do país e permitiu determinar que o actual PIB se cifra em cerca de 510 mil milhões de dólares. Isto significa que a Nigéria se tornou a maior economia africana, ultrapassando a África do Sul, continuando a prever-se um crescimento assinalável do PIB, conforme fica patente no gráfico e na tabela infra retirados do *paper* sobre a Nigéria elaborado por Barbara Barungi, do Banco Africano para o Desenvolvimento, para o *African Economic Outlook*.[93]

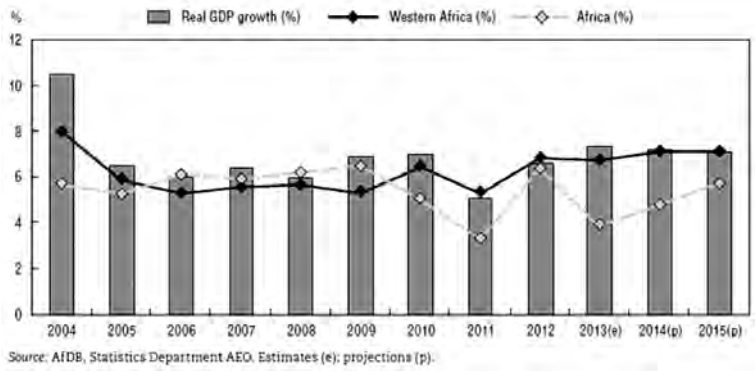


Gráfico 1 – Evolução do crescimento do Produto Interno Bruto da Nigéria, da África Ocidental e de África[94]

	2012	2013(e)	2014(p)	2015(p)
Real GDP growth	6.7	7.4	7.2	7.1
Real GDP per capita growth	3.9	3.6	4.4	4.7
CPI inflation	12.2	8.5	8.1	8.2
Budget balance % GDP	-1.4	-1.8	-1.2	-2.0
Current account balance % GDP	2.6	4.4	5.6	5.1

Source: Data from domestic authorities; estimates (e) and projections (p) based on authors' calculations

Tabela 1 – Indicadores macroeconómicos da Nigéria[95]

Okonjo Iweala acredita que "quando a Nigéria alcançar o sucesso na sua transformação, irá transformar África e a visão desta como um grupo de nações economicamente emergentes com um rápido crescimento económico, comparável aos BRIC, tornar-se-á uma realidade"[96].

Conclusão

Neste ensaio procurámos cumprir o objectivo geral de evidenciar e analisar a situação geopolítica e geoestratégica da Nigéria à luz do corpo teórico e conceptual de Cohen, tendo em especial consideração a inserção internacional e regional do país, assim respondendo à pergunta de partida, o que passou também pelo cumprimento dos objectivos específicos, nomeadamente a caracterização do *Shatterbelt* da África Subsariana e da Nigéria.

Concluímos, em primeiro lugar, que o *Shatterbelt* da África Subsariana é a região com menor coesão e maturidade geopolítica do mundo, encontrando-se altamente fragmentada em virtude de guerras e conflitos vários, devendo destacar-se, em particular, os que advêm do traçado de fronteiras políticas que não respeitam a diversidade étnica, cultural e religiosa do continente.

Por outro lado, e daí a sua classificação como *Shatterbelt*, a região é hoje uma das mais disputadas do mundo entre a China, por um lado, e os EUA e Europa por outro, focando-se a competição essencialmente nos recursos naturais e nas oportunidades de investimento em países que estão a procurar desenvolver-se economicamente.

É também de assinalar que apenas dois países possuem o potencial para se tornarem potências regionais dominantes, a África do Sul e a Nigéria, líderes da SADC e da ECOWAS, respectivamente, embora tenham de ultrapassar diversos obstáculos.

No que à Nigéria concerne, os desafios prendem-se com o desenvolvimento económico que permita reduzir a pobreza, o que passa, em larga medida, por reformas macroeconómicas, o combate à corrupção e a sábia utilização das receitas obtidas com a exploração dos recursos naturais, especialmente o petróleo e o gás natural, mas também com a necessidade de

minorar os efeitos das forças centrífugas que emanam dos conflitos étnicos, que têm um particular relevo no Delta do Níger e no Norte, onde prevalece a ameaça terrorista do Boko Haram.

Para que a Nigéria possa ultrapassar estes desafios e concretizar o seu imenso potencial, importa que seja sedimentado o consenso interno, num país etnicamente muito diversificado, em torno de objectivos nacionais que contribuam para o desenvolvimento económico e humano de todo o país (como pode ser o caso da mencionada iniciativa *Nigeria Vision 20:2020*). Esta é a chave para que a Nigéria possa tornar-se uma potência regional com ainda maior capacidade de projecção internacional que a que possui actualmente.

---

1 Saul Bernard Cohen, *Geopolitics: The Geography of International Relations*, 2.ª ed. (Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2009), 6.

2 Fundada em Setembro de 2012 na Embaixada da Nigéria em Lisboa, a Associação de Amizade e Negócios Nigéria Portugal resulta dos esforços de várias empresas e entidades para promover e aprofundar as relações entre os dois países. Entre os associados contam-se, naturalmente, empresas portuguesas e nigerianas como a SIBS INTERNATIONAL (cujo Director-Geral é também o Presidente da Direcção da Associação, Dr. Pedro Hipólito), a Novabase, a NIBSS – Nigeria Inter-Bank Settlement System, o Union Bank, o Keystone Bank, o Sterling Bank, a PharSolution, a FHC Farmacêutica, a Jaba Recordati, a Raposo Bernardo & Associados, a KPMG, entre outras, sendo ainda de salientar que a Associação tem como sócios honorários a Embaixadora da Nigéria em Portugal, o Embaixador de Portugal na Nigéria e o Vice-Governador do Banco Central da Nigéria. Mais informação pode ser consultada no site http://nigeriaportugal.org/.

3 Adriano Moreira, *Teoria Das Relações Internacionais*, 5.ª ed. (Coimbra: Almedina, 2005), 59.

4 Wole Soyinka, *Of Africa* (New Haven: Yale University Press, 2012), viii.

5 Ibid., 4.

6 José Adelino Maltez, *Princípios de Ciência Política: Introdução à Teoria Política*, 2.ª ed. (Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1996), 41.

7 José Pedro Teixeira Fernandes, *Teorias Das Relações Internacionais* (Coimbra: Almedina, 2004), 36.

8 Cohen, *Geopolitics: The Geography of International Relations*, 33.

9 Ibid.

10 Philippe Moreau Defarges, *Introdução À Geopolítica*, 2.ª ed. (Lisboa: Gradiva, 2012), 23.

11 Políbio Valente de Almeida, *Do Poder Do Pequeno Estado: Enquadramento Geopolítico Da Hierarquia Das Potências* (Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1990), 87.

12 Ibid., 88.

13 Ibid., 97.

14 Montesquieu, *Do Espírito Das Leis* (Lisboa: Edições 70, 2011), 440.

15 Defarges, *Introdução À Geopolítica*, 21-22.

16 Cohen, *Geopolitics: The Geography of International Relations*, 34.

17 Karl Popper, *The Open Society and Its Enemies,* vol. 1, *The Spell of Plato* (London: Routledge, 2003), 190.

18 Ibid., 331.

19 Cohen, *Geopolitics: The Geography of International Relations*, 34.

20 Ibid.

21 Ibid., 35.
22 Ibid., 36.
23 Ibid.
24 Ibid., 56-57.
25 Ibid., 37.
26 Almeida, *Do Poder Do Pequeno Estado: Enquadramento Geopolítico Da Hierarquia Das Potências*, 176.
27 Cohen, *Geopolitics: The Geography of International Relations*, 40-42.
28 Ibid., 42.
29 Ibid., 5.
30 Ibid., 44.
31 Almeida, *Do Poder Do Pequeno Estado: Enquadramento Geopolítico Da Hierarquia Das Potências*, 177.
32 Cohen, *Geopolitics: The Geography of International Relations*, 5.
33 Ibid., 413.
34 Ibid., 33.
35 Ibid., 41.
36 Ibid., 46.
37 Ibid., 47.
38 José Adelino Maltez, *Curso de Relações Internacionais* (São João do Estoril: Principia, 2002), 169.
39 Ibid., 165.
40 Cohen, *Geopolitics: The Geography of International Relations*, 47-49.
41 Ibid., 50-54.
42 "Africa," *World Atlas*, 2014, consultado em 13 de Julho de 2014, http://www.worldatlas.com/webimage/countrys/af.htm.
43 Cohen, *Geopolitics: The Geography of International Relations*, 76.
44 Ibid., 25.
45 Ibid., 418.
46 Ibid., 7.
47 Ibid., 418.
48 Ibid., 393.
49 Ibid.
50 Ibid., 418.
51 Ibid., 393.
52 Ibid., 394.
53 Soyinka, *Of Africa*, 11.
54 Cohen, *Geopolitics: The Geography of International Relations*, 395.
55 Ibid., 396-397.
56 Ibid., 398.
57 Ibid.
58 Ibid., 398-399.
59 Ibid., 400.
60 Ibid., 403.
61 Ibid., 403-404.
62 Ibid., 404.
63 Ibid., 404-405.
64 Ibid., 405-406.
65 Ibid., 408.
66 Ibid., 409.
67 Ibid., 419.

68 "Nigeria," *Wikipedia*, 2014, consultado em 13 de Julho de 2014, http://en.wikipedia.org/wiki/Nigeria.
69 Kalu N. Kalu, *State Power, Autarchy, and Political Conquest in Nigerian Federalism* (Lanham: Lexington Books, 2008), 33.
70 Toyin Falola, *Culture and Customs of Nigeria* (Westport: Greenwood Press, 2001), 2-3.
71 Toyin Falola and Matthew M. Heaton, *A History of Nigeria* (Cambridge: Cambridge University Press, 2008), 4-5.
72 Mobolaji E. Aluko, "MID-WEEK ESSAY: On the Important Matter of the National Conference (NC)," *Nigerian Muse*, 2013, consultado em 13 de Julho de 2014, http://www.nigerianmuse.com/20131010152622zg/sections/essays/mid-week-essay-on-the-important-matter-of-the-national-conference-nc-bolaji-aluko/.
73 Cohen, *Geopolitics: The Geography of International Relations*, 408-409.
74 A este respeito vide Kalu, *State Power, Autarchy, and Political Conquest in Nigerian Federalism*, 65-87; Samuel Egwu, "Ethno-Religious Conflicts and National Security in Nigeria: Illustrations from the 'Middle Belt'," in *State, Economy, and Society in Post-Military Nigeria*, ed. Said Adejumobi (New York: Palgrave Macmillan, 2011), 49-83; John N. Paden, *Muslim Civic Cultures and Conflict Resolution: The Challenge of Democratic Federalism in Nigeria* (Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2005), 183-199; e Rotimi T. Suberu, *Federalism and Ethnic Conflict in Nigeria* (Washington, D.C.: United States Institute of Peace Press, 2001).
75 Kalu, *State Power, Autarchy, and Political Conquest in Nigerian Federalism*, 173.
76 Kunle Sehinde Benson, "The Niger Delta Crisis and Nigerian Democracy," in *Nigeria's Democratic Experience in the Fourth Republic Since 1999*, ed. A. Sat Obiyan and Kunle Amuwo (Lanham: University Press of America, 2013), 228.
77 John Campbell, *Nigeria: Dancing on the Brink* (Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2013), 65.
78 Ibid., 66.
79 Ibid.
80 Benson, "The Niger Delta Crisis and Nigerian Democracy," 229.
81 Campbell, *Nigeria: Dancing on the Brink*, 80.
82 Paul Newman, *The Etymology of Hausa Boko* (Mega-Chad Research Network, 2013), consultado em 13 de Julho de 2014, http://www.megatchad.net/publications/Newman-2013-Etymology-of-Hausa-boko.pdf.
83 Campbell, *Nigeria: Dancing on the Brink*, 131.
84 Cohen, *Geopolitics: The Geography of International Relations*, 414.
85 Ibid., 413.
86 Ibid., 414.
87 Campbell, *Nigeria: Dancing on the Brink*, 18–19.
88 Ibid., 21.
89 Giuseppe Iarossi, Peter Mousley, and Ismail Radwan, *An Assessment of the Investment Climate in Nigeria* (Washington, D.C.: The World Bank, 2009), 1-9.
90 Ngozi Okonjo-Iwela, *Reforming the Unreformable: Lessons from Nigeria* (Cambridge: The MIT Press, 2012), x.
91 Ibid., 133-143.
92 Ibid., 133.
93 Barbara Barungi, "Nigeria 2014" (African Economic Outlook, 2014), consultado em 13 de Julho de 2014, http://www.africaneconomicoutlook.org/fileadmin/uploads/aeo/2014/PDF/CN_Long_EN/Nigeria_EN.pdf.
94 Ibid., 3.
95 Ibid.
96 Okonjo-Iwela, *Reforming the Unreformable: Lessons from Nigeria*, 143.


À VOLTA DE UM DELTA
HÁ SEMPRE LUGAR PARA MAIS UM.
DELTA
CAFÉS
votado pelos leitores
MARCA DE CONFIANÇA
2014
Seleções do Reader's Digest
Eleito café de confiança há 13 anos consecutivos.
Este é o café dos amigos. O café da família. O café dos momentos de partilha.
O café à roda do qual giram as nossas histórias, as nossas conversas e os nossos sonhos. Há 13 anos consecutivos que este é o café em que mais confiamos.
Delta, marca de confiança dos portugueses.
DELTA
CAFÉS
O CAFÉ DA SUA VIDA

Revista Militar
N.º 10 – outubro 2014
pp. 857-862

Exercício NATO TRIDENT JAGUAR 2014



Capitão-de-fragata Manuel Amaral Mota*



Desafios logísticos em operações marítimas expedicionárias

MARITIME EXPEDITIONARY OPERATIONS (MEO)

O exercício *Trident Jaguar 2014* (TRJR14) da OTAN decorreu no período entre 2 a 16 de maio, a bordo do *USS Mount Whitney*, sob o Comando do Vice-almirante Phillip Davidson, da Marinha dos EUA e atual Comandante da *Naval Striking and Support Forces NATO* (SFN), localizada no Reduto Gomes Freire, em Oeiras. Contou com uma participação nacional de vinte

* Chefe da Divisão de Logística STRIKFORNATO.

e três militares dos três ramos das Forças Armadas (FA) e três civis, o que constituiu 10,7% do total de 253 elementos do Estado-maior embarcado, distribuídos pelas seguintes áreas funcionais: operações, logística operacional, apoio, planeamento operacional, avaliação operacional, informações, protocolo, aconselhamento de género, engenharia militar e inativação de engenhos explosivos, cooperação civil-militar e operações especiais. Destes, há a destacar o *DCOS Support* (*Deputy Chief-of-Staff Support*), cargo ocupado por um Capitão-de-mar-e-guerra, e o *ACOS Logistics* (*Assistant Chief-of-Staff Logistics*), atualmente ocupado por um Capitão-de-fragata, embora este último seja um cargo atribuído à Itália e à Espanha, em regime de rotatividade.



Figura 2 – Participação nacional nas áreas funcionais do Estado-Maior da SFN

O TRJR14 teve como objetivo final a certificação da SFN, como o primeiro Comando da Estrutura de Forcas da OTAN, para poder planear e conduzir uma operação marítima expedicionária conjunta de pequena escala (*Maritime Expeditionary Small Joint Operation*)[1].

Depois da sua fase de planeamento, a execução do exercício foi antecedida por uma série de eventos preparatórios ao longo de oito meses e que incluiu treinos diversos, formação nos vários domínios das operações na Escola da OTAN, em Oberammergau, na Alemanha, e dias de estudo temáticos. O planeamento para resposta a crises (*Crisis Response Planning*) decorreu no princípio do ano ao longo de cinco semanas, ininterruptamente. Antes do embarque do Estado-maior no navio de Comando e Controlo, *USS Mount*

1 MEO – *Maritime Expeditionary Operations: NATO's ability to project maritime forces that can deliver decisive joint effects in the different domains, at ranges up to strategic distance, with little or no Host Nation Support, sustained by embedded logistics and communications, and with a minimum military footprint ashore.*

Whitney, atracado em Lisboa, a fase de execução já havia sido antecedida pelo *Battle Staff Training*[2]. O navio largou de Lisboa, no dia 2 de maio, tendo ficado ao largo para, posteriormente, embarcar por helicóptero o último contingente de participantes, que entretanto foram chegando ao Aeroporto da Portela. O navio prosseguiu a sua missão em direção ao Mediterrâneo, tendo o exercício terminado a 16 de maio, em Gaeta, Itália, onde atracou para desembarcar os participantes.



Figura 3 – Vice-almirante Phillip Davidson, atual Comandante da *Naval Striking and Support Forces NATO*

O TRJR14 teve como pano de fundo um cenário fictício que decorreu em ambiente de exercício assistido por computador, vulgarmente designado por CAX[3]. O cenário com o nome *Skolkan* é uma operação no âmbito do Artigo 5 do Tratado do Atlântico Norte[4] face a uma agressão militar e ocupação parcial da Estónia por um país beligerante, Bothnia, situado a norte do primeiro. Decorrente de disputas históricas relativas à soberania sobre as águas territoriais, de recentes descobertas de jazidas de petróleo e de tensões étnicas, Bothnia, também a atravessar uma crise económica, agiu unilateralmente com o recurso a meios militares invadindo a Estónia continental e posteriormente as suas ilhas próximas.

Por decisão do Conselho do Atlântico Norte (NAC)[5], a OTAN é convocada a prestar assistência à Estónia no âmbito do Artigo 5 do Tratado. A SFN recebe a missão de defender a Estónia, repor a sua integridade territorial e contribuir para o restabelecimento da estabilidade na região. Para tal efeito, são geradas as forças consideradas necessárias, de acordo com as capacidades que o planeamento operacional de resposta a crise definiu. Num total de quase 60 000 militares, 90 navios agrupados em Forcas Tarefa Anfíbias, de Porta-aviões e Expedicionárias (*Amphibious, Carrier and Expeditionary Strike Groups*), 229 aeronaves, uma Brigada Terrestre Lituana e forças espe-

2 *Battle Staff Training*, na sua expressão mais simples, é o ensaio dos diversos eventos que compõem o ritmo da batalha e que informam o ciclo do processo de decisão operacional do Comandante.

3 *CAX – Computer Assisted Exercise*.

4 O Artigo 5 do Tratado do Atlântico Norte requer que os Estados-membro auxiliem qualquer membro, que assim o expresse, e que esteja sujeito a um ataque armado, compromisso que foi invocado pela primeira e única vez após os ataques de 11 de Setembro de 2001 contra os EUA.

5 *NAC – North Atlantic Council*. Órgão principal de decisão política da OTAN.

ciais, entre outras, a SFN assumiu o Comando da Força do Báltico (BALFOR) em apoio a Estónia executando as tarefas decorrentes da missão militar atribuída.



Figura 4 – Participação portuguesa no exercício *NATO TRIDENT JAGUAR 2014*

Decorrente da recente alteração das estruturas dos Comandos e das Forças da OTAN, a capacidade logística da organização sofreu uma significativa redução com o encerramento dos Comandos de Força de Madrid, Espanha e de Heidelberg, Alemanha[6]. Em cada um destes comandos operavam dois elementos nucleares do *Joint Logistics Support Group* (JLSG)[7], num total de 100 pessoas. A arquitetura do JLSG, com esta reestruturacao, ficou com apenas dois elementos nucleares – quatro oficiais em cada Comando Operacional Conjunto de Nápoles, Itália, e Brunssum, Holanda. Os restantes vinte e um estão noutros cargos, acumulando funções nessas duas organizações.

No âmbito das MEO e face ao condicionalismo anterior que a OTAN enfrenta, a SFN desenvolveu um conceito logístico para operações expedicionárias marítimas conjuntas e que o exercício TRJR14 também serviu para testar.

De acordo com a definição, uma MEO refere-se à capacidade da OTAN projetar forças marítimas, a fim de desencadear efeitos conjuntos decisivos

6 *Force Commands Madrid and Heidelberg.*

7 JLSG – *Joint Logistics Support Group* é o braço executor do Comandante Operacional do plano logístico no teatro de operações.

nos diversos domínios, operando a distâncias estratégicas, com pouco ou nenhum apoio de nação hospedeira, logística integrada e com uma pegada terrestre mínima.

O apoio logístico a distâncias estratégicas é complexo e dispendioso. Contudo, uma das inerentes virtudes das forças marítimas é a sua capacidade para se manterem autossustentáveis por prolongados períodos. Uma operação MEO, que seja predominantemente organizada com forças marítimas, poderá dispensar o requisito tradicional e doutrinário como o JLSG. Mesmo numa operação com um pendor conjunto mais forte, em que haja Comando sobre forcas terrestres e elementos anfíbios, a principal função da logística em terra para receber e sustentar as forças pode ser limitada ou mesmo inexistente, porque as forças embarcadas trazem consigo um elevado grau de capacidades orgânicas, o que fornece ao Comandante Operacional Conjunto um poderoso instrumento de entrada marítima sem ter que depender excessivamente num apoio logístico de retaguarda para manter a sustentabilidade das operações da sua força.

Importante também a realçar é o facto de as forcas marítimas multinacionais serem muito interoperáveis e estarem muito familiarizadas com as diversas modalidades de apoio multinacional. Não menos importante é que o mar continuará a ser o meio principal de transporte de todo o tipo de cargas. Os navios são, por conseguinte, excelentes meios logísticos conjuntos e a sua disponibilidade determinará, em última análise, quando e onde operações militares poderão ter viabilidade.

Não menos relevante é a existência de navios polivalentes logísticos que encerram todas as capacidades exigidas no emprego no ambiente conjunto, em unidade de esforço e de uma forma ímpar maximizando os recursos disponibilizados.

Voltando ao cenário do exercício TRJR14, e não obstante este não se predispor totalmente aos pressupostos das MEO (por existir muita disponibilidade de apoio de nações hospedeiras na região), não deixou de levantar enormes desafios. A projeção e a subsequente sustentação logística da força em operações contínuas no Mar Báltico, grande parte proveniente da costa leste dos EUA, exigiu o estabelecimento de uma robusta infraestrutura logística em terra e outra no mar. Em terra, a edificação de bases logísticas avançadas na Dinamarca e na Lituânia, espaços de armazenamento dos quantitativos necessários para as várias classes de abastecimento[8], portos e aeroportos

8 Na OTAN existem cinco Classes de Abastecimento (*Classes of Supply*): I – Água e comida; II – Equipamento diverso, vestuário, medicamentos, etc.; III – Combustíveis e lubrificantes; IV – Sobressalentes e materiais de construção; V – Munições.

de desembarque[9], estabelecimento de áreas de estacionamento das forças, da sua movimentação por vias rodo e ferroviárias, da sua proteção de força, de contratação local dos diversos serviços necessários, etc., encerraram inúmeros fatores de planeamento com um elevado grau de complexidade.

Não fosse a existência de vários países da OTAN na região, toda esta estrutura em terra não teria sido possível. Num ambiente agravado por não ser permissivo, lembrando um pouco a Guerra das Falklands, em 1982, a força teria que dotar os seus meios com mais capacidades logísticas embarcadas garantindo a sua plena capacidade conjunta de combate. Nos dias que correm, isso é uma realidade pelo uso de forças marítimas pré-posicionadas para servirem de bases logísticas no mar[10].

Um significativo efetivo de quase 60 000 militares, 90 navios, 229 aeronaves, 1 Brigada Terrestre Lituana, dispersos por uma área geográfica extensa trouxe naturais desafios.

O conceito logístico flexível, robusto, contingente, protegendo as infraestruturas logísticas face às ameaças presentes, com uma eficiente unidade de esforço e sob uma organização de comando e controlo efetiva, permitiu atingir, muito satisfatoriamente os objetivos de treino pretendidos tendo sido considerado pela equipa de avaliação do SHAPE[11] uma "*best practice*" para a OTAN.

Em tom conclusivo, e regressando às *Maritime Expeditionary Operations*, o correto posicionamento e a cuidadosa sequenciação da logística maritima na resposta a crises exige uma perfeita sincronização entre os planeadores das operações e da logística. Forças marítimas expedicionárias são, e serão sempre, um forte instrumento de poder flexível e logisticamente sustentável à disposição do Comandante Operacional Conjunto, para ele desencadear efeitos conjuntos nos diversos domínios com uma cadência operacional ininterrupta e com menor exposição ao risco.

9 A/SPOD – *Air/Sea Ports of Debarkation.*

10 *Military Sealift Command (MSC)* é o exemplo americano com os S*ea Based Maritime Pre-positioned Units.*

11 *Supreme Headquarters Allied Powers Europe.*

Revista Militar
N.º 10 – outubro 2014
pp. 863-878

*A Segurança no Golfo da Guiné: Uma Visão Marítima Angolana**



Manuel Correia de Barros**

Agradecimentos

Começaria por agradecer o honroso convite do Dr. Severiano Teixeira, extensível a S. Exa. o Dr. Rui Machete, Ministro dos Negócios Estrangeiros, mas também ao IPRI e ao Instituto Diplomático, para falar sobre um tema que me é caro e ao qual, há anos, venho dedicando atenção e trabalho.

Para além da honra de estar presente em tão importante fórum, gostaria de manifestar o prazer de falar neste local, onde o meu falecido pai trabalhou, cinco anos, como Director Geral de Negócios Económicos e Consulares, nos idos 50 do século passado.

Seguidamente, gostaria de agradecer a preciosa ajuda que me foi dada pelos meus camaradas de armas, os senhores Almirante Martinho, Director dos Serviços de Hidrografia e Navegação da Marinha Nacional Angolana, e do Senhor Brigadeiro Gilberto Veríssimo, atualmente a prestar serviço na Comissão do Golfo da Guiné.

Também o prazer de rever velhos amigos, como o "filho da escola" nos fuzileiros especiais, o Almirante Reis Rodrigues, e outros que venho encontrando nestas andanças das conferências, como o Dr. Carlos Gaspar, a embaixadora Florentina Ukonga, o Dr. Peter Pham e o Dr. Ricardo Soares de Oliveira. A todos o meu abraço.

* Conferência proferida no Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 11 de Julho de 2014.

** Manuel Correia de Barros, Brigadeiro (ref.) das Forças Armadas Angolanas, fundador e Vice-Presidente do Conselho Executivo do Centro de Estudos Estratégicos de Angola (CEEA). Tem produzido estudos, conferências, artigos e entrevistas, em diferentes lugares e fóruns, sobre política, estratégia, segurança humana, DDR, conflitos e resolução de conflitos.

Introdução

O presente trabalho pretende mostrar uma visão de alguém preocupado com um assunto que considera de extrema importância para a sua pátria – Angola – e para a região onde esta está inserida, neste caso, o Golfo da Guiné.

Mas, esta opinião não é efectivamente a da maioria das autoridades angolanas que, só muito recentemente, se começaram a preocupar com o problema. A história das dificuldades vividas desde a independência, em parte, justifica esse atraso. Uma guerra interminável, os interesses dos seus opositores internacionais, mas também de alguns dos seus aliados, a falta de visão marítima de quase todos, constituem os principais argumentos para este estado de coisas.

Analisaremos a importância crescente da região, as deficiências e perigos existentes, algumas dificuldades e vulnerabilidades e, de seguida, algumas ideias que podem ajudar a resolver parte do problema.

Termino, à laia de conclusões, com algumas ideias, que podem parecer estranhas, de um âmbito muito mais lato que o deste trabalho, que se aplicam a muitas outras regiões marítimas do mundo, mas que considero poderem vir a ter importantes reflexos negativos no mundo do futuro. Depois de as ouvirem ou lerem, muitos me darão razão.

Importância

Os mares, há muito, são considerados como de importância vital para o desenvolvimento dos países, das regiões e do mundo. O seu controle foi, e é, fundamental para aqueles que pretendem somente manter livres as rotas que permitem o acesso aos seus portos, como para a protecção das suas águas territoriais e das suas zonas económicas exclusivas. Por outro lado, é também importante para aquelas potências que, de acordo com as teorias de Alfred T. Mahan, consideram que o comando dos mares lhes pertence e que, sem ele, os seus interesses não estão a ser defendidos, por muito longe que estejam colocados, mesmo nas costas de outros, a milhares de quilómetros das suas próprias costas. Se não, como se explica, por exemplo, a existência de um AFRICOM?

A história deu-nos, e continua a dar-nos, exemplos desta triste realidade e que vai aumentar com o controle das plataformas continentais, até agora distribuídas de uma forma altruísta, porque ainda não são economicamente rentáveis. Logo que isto deixe de ser real, Mahan e as suas teorias vão regressar. Vejamos.

Continuemos com um escrito do Prof. Adriano Moreira que bem explica a importância do tema em análise. Diz o seguinte: "*Hoje temos conhecimento*

detalhado da importância global do Mar nesta época de teologia de mercado, dos perigos e da criminalidade que atinge o livre e seguro trânsito marítimo, dos recursos vivos indispensáveis das águas, da valia dos recursos das plataformas continentais, dos novos saberes e saber fazer indispensáveis para mobilizar segurança e recursos num globo em que os recursos não renováveis escasseiam, de tudo resultando que o tempo social vai explodindo em conflitos com o tempo político e com o tempo internacional"[1].

Entremos então no Golfo da Guiné. Em geografia "*um golfo é uma grande e acentuada reentrância marinha na costa com uma abertura bastante grande* [...] *Nestes termos, o Glossário Geológico define o Golfo da Guiné como uma grande reentrância na costa ocidental de África, na parte sul do Oceano Atlântico, naquilo a que os europeus denominaram: Baixa Guiné*"[2].

Apesar de continuar a haver uma indefinição dos seus limites, nós consideramos que ele é integrado pelos países ribeirinhos, desde a Libéria até Angola. Para a diferenciação da região foi importante a assinatura do "Tratado da Comissão do Golfo da Guiné", em 2001, e, doze anos mais tarde, a "Declaração de Luanda sobre a Paz e Segurança na Região do Golfo da Guiné".

"*14.000 quilómetros mais perto que o Médio Oriente das costas norte-americanas e por via oceânica aberta, sem canais ou estreitos, conferem uma localização invejável a este golfo, o que poderá servir de argumento válido e pesado em negociações*"[3].

Logicamente que, ao falarmos deste golfo, devemos falar da totalidade dos países que o circunscrevem e dos outros que dele dependem, e não só da área marítima, mas também daquilo que a rodeia. Um conjunto de treze países costeiros[4] e outros cinco[5] longe da área marítima; 6.263 quilómetros de linha de costa, umas águas territoriais que se estendem por uma área de mais de 676 mil milhas quadradas; vários portos importantes, como são os de Abidjan, na Costa do Marfim, Accra, no Ghana, Lagos e Port Harcourt, na Nigéria, Douala, nos Camarões, Port Gentil, no Gabão, e Luanda e Lobito, em Angola; mas, mais importante do que tudo, uma imensa população dedicada ao mar ou dele dependente, na actividade marítima, na pesca e indús-

1 Prefácio "*A Segurança no Mar: Uma Visão Holística*", Mar Iberum, Lisboa, Agosto de 2012, pág. 16.

2 "*Elementos de Geopolítica e Geostratégia*", Gilberto Veríssimo, Ler Devagar, Lisboa, pág. 150.

3 "*Existe alguma possibilidade de no Golfo da Guiné se desenvolver uma política regional de petróleo?*", Manuel Correia de Barros, conferência da Fundação Friedrich Ebert, Yaoundé, Camarões, 1.10.2003.

4 Libéria, Costa do Marfim, Ghana, Benin, Togo, Nigéria, Camarões, S. Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial, Gabão, Congo, RDC e Angola.

5 Mali, Burkina Faso, Níger, República Centro Africana e Tchade.

trias a ela ligadas, e também na exploração de petróleo e gás, e no turismo e desporto ligados ao mar.

Actualmente, "*é a primeira região petrolífera da África Subsaariana com a presença dos principais países produtores do continente: a Nigéria, Angola e a Guiné Equatorial*. [...] *Produz por si próprio cerca de 5 milhões de barris dos 9 milhões, produzidos quotidianamente na África Subsaariana*. [...] *Tornou-se um dos principais pontos de partida dos fluxos petrolíferos e de gás para a Europa, os Estados Unidos, a China, a Índia e o Brasil*"[6].

Dele fazem parte países, como:

– Angola – É o segundo maior produtor de petróleo da África Subsaariana que pretende atingir, em 2015, uma produção de 2 milhões de bpd, à medida que novos campos no *offshore* profundo comecem a produzir. Angola é, desde 2005, o segundo maior fornecedor de petróleo para a China, a seguir à Arábia Saudita. Os Estados Unidos, a União Europeia e a Índia são também grandes destinos para o petróleo angolano. Começou a exportar LNG[7], em 2013, ainda que esta esteja parada, por avaria grave nas suas instalações no Soyo. No interior do país, o sector hidráulico de produção de electricidade, depois de sofrer grandes danos durante a guerra, já duplicou a sua capacidade desde o fim desta.

– República do Congo – Está entre os cinco maiores produtores da África Subsaariana, e a sua produção vem na quase totalidade do *offshore*. Está numa fase de decrescimento da produção. A produção de electricidade depende da capacidade hídrica, em mais de 60%, e novos projectos hídricos estão a ser considerados.

– Nigéria – É o maior produtor de petróleo de África e o quarto exportador mundial de LNG. Apesar dos grandes volumes que produz, a sua produção de petróleo é marcada pela instabilidade e desvios de produção, enquanto o sector do gás está restringido por falta de infra-estruturas. A instabilidade na região também tem levado alguns dos principais parceiros a vender os seus interesses nos projectos *onshore*. Após um pico de 2,44 milhões de bpd, em 2005, a produção tem-se mantido abaixo desses valores, rondando agora os 2 milhões de bpd. Apesar de uma capacidade de refinação instalada de 445.000 bpd, superior ao consumo interno, a Nigéria continua a importar derivados, devido à baixa taxa de produção refinada.

– Gabão – É um produtor de petróleo maduro, mas que tem vindo a descer, desde há mais de uma década. Está entre os cinco maiores pro-

6 "*Le Golfe de Guinée: La Nouvelle Zone a Haut Risque*", International Crisis Group, Rapport Afrique nº 195, 12.10.2012, pág. 3.

7 *Liquified Natural Gas* (Gás natural liquefeito).

dutores da África Subsaariana. Em fins de 2013, o governo gabonês entregou para exploração treze blocos de petróleo e gás natural a onze companhias. O país tem uma produção de 2,2 mil milhões de m^3 de gás natural, mas só consome cerca de 10% dessa quantidade.

– Gana – Após a descoberta, em 2007, do bloco *Jubilee* o sector petrolífero neste país expandiu-se grandemente. A produção saltou dos 7.000 bpd, em 2009, para os 78.000 bpd, em 2011, e para os 80.000 bpd, em 2012. As reservas confirmadas atingem os 600 milhões de barris, mas há a ideia de que pode vir a aumentar. Apesar de ainda não estarem em exploração, as reservas de gás natural confirmadas são de 22,6 mil milhões de m^3.
– Guiné Equatorial – Tem reservas de petróleo que a colocam no oitavo lugar na região e em décimo lugar na de gás natural, sendo que a maioria está no *offshore*. A produção de 318 mil bpd, em 2012, está abaixo dos 369 mil, de 2007. A maioria do gás natural do país é exportado como LNG que, em 2012, atingiu um valor de 4,9 mil milhões de m^3, dos quais, 77% foi para o Japão. O país tem também um grande potencial hídrico, sendo já o maior fornecedor interno de energia eléctrica.
– Tchade – No seu solo existe a décima maior reserva africana de petróleo, com cerca de 1,5 mil milhões de barris. A sua produção foi estimada em 115.000 bpd, em 2011, e 105.000, em 2012, quase toda exportada pelo *pipeline* Tchade-Camarões. Em Djamena foi construída uma refinaria com capacidade para 20 mil bpd, já que os derivados de petróleo são praticamente a única fonte de energia disponível no país[8].

Como dizia um congressista norte-americano, em 2002, o petróleo "*fornece uma fonte de rendimentos que deve criar o capital necessário para fazer crescer as economias africanas e quebrar o ciclo de pobreza que aflige o continente*"[9]. Infelizmente não tão depressa como todos desejaríamos. Já o Departamento de Estado, na mesma altura, afirmava que "*o petróleo da África Ocidental é de grande qualidade, é facilmente acedido no offshore e está bem posicionado para abastecer o mercado norte-americano*"[10].

Muitos dos países são, actualmente, grandes produtores de outras matérias-primas, nas áreas dos minérios, da agricultura, da água e das florestas.

Não esquecer as imensas potencialidades, ainda por explorar, nos domínios da produção de alimentos, de minerais e de energia, nas áreas oceânicas, próximas e, especialmente, na plataforma continental. Para não falar nas po-

8 Todos os dados dos vários países foram retirados do site da *U.S. Energy Information Administration,* in http://www.eia.gov/countries.

9 Relatório do simpósio do *Institute for Advanced Strategic & Poltical Studies,* 25.01.2002.

10 Idem.

tencialidades ligadas ao turismo – o clima, as praias, o surf, a vela, a motonáutica, mas também os navios de cruzeiro de grande dimensão, que podem aportar com milhares de turistas aos portos da região.

Mas também as vias marítimas abertas e seguras são essenciais para permitir o desenvolvimento de cada um dos países. "*Ainda que África represente só 2,9% das importações globais e 3,5% das exportações, isto significa que, em 2008, mais de um bilião de dólares americanos, e mais de 85% do total fosse e viesse de fora do Continente, e como África parece mais uma ilha que um continente, a grande maioria teve de usar alguma rota marítima*"[11]. Mas, também é verdade que a "*maioria dos 10.000 a 12.000 navios que entram no Golfo da Guiné, cada ano, estão a trabalhar com os países do oeste de África, muito dependentes do comércio marítimo, para a exportação do petróleo e de outras matérias-primas e para a importação de produtos acabados. Os navios muitas vezes esperam um longo período para entrarem nos portos*"[12].

Outra utilização do oceano é o de suportar, no seu leito, cabos submarinos de comunicação, forma antiga que permitiu uma comunicação rápida a longa distância, e que ainda se mantém válida, através da fibra óptica, apesar dos progressos, entretanto conseguidos, nas comunicações hertzianas e via satélite.

Deficiências e perigos

Os estados da região, na sua generalidade, sofrem de problemas estruturantes, nomeadamente a pobreza da grande maioria da sua população, as desigualdades na distribuição da riqueza, um baixo nível de educação de grande parte da população e de altíssimas taxas de desemprego, que são responsáveis por grande número de problemas e, ao mesmo tempo, criam uma grande apetência para a ilegalidade que afecta directamente os índices de criminalidade. Aliado a este estado de coisas, não podemos esquecer que a situação ainda piora com a opacidade que envolve o destino dos imensos lucros obtidos na indústria petrolífera, em muitos estados da região.

Por outro lado, "*na maioria dos países, a extracção de hidrocarbonetos é acompanhada, nas zonas costeiras, por uma degradação contínua do ambiente, tornando difícil a agricultura, a pecuária e a pesca, que constituem os meios de subsistência tradicionais das populações*"[13]. "*Uma parte importante dos abundantes recursos marinhos e costeiros de África está sobre explorada*

11 "*A Maritime Vision for a Real Security in Sino-African Relations*", Manuel C. Barros, 1st China-Africa Think Tank Forum – CATTF, Jinhua, China, 27.10.2011.

12 "*West Africa tops world's maritime crime league*", Xan Rice, no Financial Times, 10.10.2013.

13 International Crisis Group, op. cit., pág. 4.

e degradada. [...] *Os mangais* [...] *estão em declínio devido à exploração incontrolada de madeira para a construção e* [para a preparação de alimentação]*, da construção de hotéis e salinas, e da poluição causada pelos dejectos industriais e petrolíferos, em particular à volta dos principais portos*"[14].

Também "*a concentração urbana ao longo das costas favorece igualmente o fenómeno criminal. O Golfo da Guiné concentra numerosas cidades e capitais portuárias entre as mais densamente povoadas do continente, onde a desordem urbana é acentuada pelas disparidades económicas e os conflitos políticos recorrentes*"[15], como é o caso de Lagos (mais de 10 milhões de habitantes), Luanda (5 milhões), Douala e Accra (cerca de 3 milhões, cada).

A má governação cria também práticas ilícitas, que atraem ladrões e encobridores, que facilitam a venda dos produtos roubados. E, por outro lado, a corrupção e a falta de eficácia da administração e das forças de ordem dos estados diminui a sua capacidade na luta contra este tipo de criminalidade.

Daí, a profusão de crimes classificados de acordo com a sua especificidade. Iremos de seguida analisar os principais aspectos desses crimes:

– Pesca IUU – De acordo com a Convenção das Nações Unidas da Lei do Mar – UNCLOS, a pesca é considerada I (*illegal*), U (*unreported*) e, novamente, U (*unregulated*), se feita:
  - Em local errado – águas territoriais ou zonas económicas exclusivas, se não de acordo com o respectivo estado costeiro ou fora das "*áreas de pesca*"[16];
  - De maneira errada – "*não obedecendo às medidas* [...] *termos e condições da conservação do estado costeiro*"[17], ou usando "*tipos, dimensões e quantidade de material e ou tipos, dimensões e número dos barcos de pesca*"[18] não acordados;
  - Em altura errada – fora das "*estações do ano*"[19] previstas ou apanhando peixe e outras espécies com a idade errada[20]; e, por último,
  - Não obedecendo às regras aprovadas – isto é não obtendo "*licenças para os pescadores, barcos e equipamento*"[21]; "*não prestando a informação requerida* [...] *incluindo capturas e estatísticas de esforço e*

14 Op. Cit. "Table ronde...", pág. 6.
15 International Crisis Group, op. cit., pág. 5.
16 UNCLOS, art. 62-4 c).
17 Idem, art. 62-4.
18 Idem, art. 62-4 c).
19 Idem, idem.
20 Idem, art. 62-4 d).
21 Idem, art. 62-4 a).

relatórios da posição dos barcos"[22]; e a não "*descarga de toda ou parte da apanha* [...] *nos portos do Estado costeiro*"[23].

Esta pesca é responsável por perdas em África estimadas em mil milhões de dólares/ano, e tem um impacto negativo no desenvolvimento e na segurança alimentar;

– *Bunkering* – O roubo de petróleo, muito ligado à pirataria, é um fenómeno antigo no Golfo da Guiné, mas, mais especificamente, no delta do Níger, mas hoje em dia já a espalhar-se por outros países da região, nomeadamente Angola. Um negócio próspero, principalmente em países exportadores de petróleo bruto, mas, simultaneamente, importadores de produtos refinados e, melhor ainda, se com preços de venda subsidiados;
– Despejo de resíduos tóxicos e nucleares – Um negócio de muitos milhares de milhões de dólares envolvendo estados, instituições e empresas, principalmente de países produtores desses resíduos, sem quaisquer escrúpulos e que são uma séria ameaça contra o ambiente marítimo com a destruição do *habitat* natural de animais e plantas, dos países onde os mesmos são despejados, com ou sem conivência local;
– Pirataria – um fenómeno em crescimento no Golfo da Guiné. "*Análises da Organização Marítima Mundial, do Banco Mundial e da CIA, de dados da década passada indicam que cerca de 90 por cento de todos os ataques piratas tiveram lugar em países com baixos níveis de governação e de qualidade institucional, e altos níveis de pobreza e instabilidade social.* [...] *Na sua globalidade a pirataria aumenta o risco operacional e de investimento e é um travão ao desenvolvimento*"[24]. É um fenómeno que tem vindo a decrescer noutras partes do mundo, nomeadamente nas costas da Somália, mas o mesmo não se pode dizer do outro lado de África.

Um relatório do *Ocean Beyond Piracy*, do *ICC*[25] *Maritime Bureau*, nota que, apesar de menos custosos do que no outro lado de África:

- "Primeiro, os armadores e operadores estão incapazes de usar tácticas de autoprotecção de reencaminhamento ou de aumento das velocidades que custaram 2 mil milhões de dólares – um terço do custo total – na África Oriental, em 2012;
- Segundo, o Golfo da Guiné é muito mais pequeno que o Oceano Índico, tanto em termos de área geográfica e tráficos;
- Terceiro, existe um significativamente menor envolvimento internacional na África Ocidental do que na África Oriental"[26].

22 Idem, art. 62-4 e).
23 Idem, art. 62-4 h).
24 "*Guest post: grappling with maritime piracy*", Charles Okeahalam, Financial Times, 04.12.2013.
25 Câmara Internacional de Comércio.
26 Relatório citado no artigo "*Piracy shifts from Somalia to Ni*geria", de Rob Minto, Financial Times, 18.06.2013.

O *The Economist* indica que, números compilados pelo *International Maritime Bureau (IMB)*, "*indicam que a frequência dos ataques na região tem sido amaciada ou mesmo diluída. Mas especialistas em segurança dizem que a pirataria na África ocidental se está a tornar pior. Incidentes informados saltaram de 44, em 2011, para 62, em 2012*"[27].
"Em 2013 o número de ataques, incluindo os falhados e os com sucesso, caiu para o nível mais baixo desde 2007. [...] *Enquanto o número de incidentes parece não estar a subir muito rápido, evidência anedótica sugere que isto se deve a menores taxas de informação dos incidentes ocorridos*"[28].
O último Relatório de Pirataria do IMB, publicado recentemente, mostra quarenta e nove incidentes de pirataria, no primeiro trimestre de 2014.
Também a sofisticação dos piratas é desconcertante, e alguns assaltos a navios já são levados a cabo a mais de 140 milhas náuticas da costa. "*As companhias de segurança estão a reforçar a segurança nos navios. As taxas de seguros estão a subir, bem como os pedidos de resgate.* [...] *Cerca de 40% do petróleo consumido na Europa e 29% do consumo norte-americano diz-se que passa através do Golfo da Guiné*"[29].

– Tráficos Ilegais – Todas as principais formas de tráfico ilegais aparecem e constituem problema sério no Golfo da Guiné. É verdade que a imigração ilegal e o tráfico de pessoas não têm a dimensão a que se assiste nas costas sul da Europa, mas não deixam de ser preocupantes. As razões que levam as pessoas a emigrar prendem-se, principalmente, com a má situação económica ou com a insegurança no seu país de origem. Sendo essa a situação vigente em alguns países da região ou na sua vizinhança, é normal que migração e tráficos proliferem, já que isso continua, para alguns, a constituir um muito próspero negócio.
O tráfico de drogas também utiliza a região como ponto de passagem da América Latina para a Europa. Pensa-se que "*27 por cento da cocaína consumida anualmente na Europa transite pela África Ocidental. Estima-se que isso signifique 1.8 mil milhões de dólares, a nível de venda a grosso*"[30].
Por último, o tráfico de armas é diferente, porque tem o seu ponto de partida nos países ricos do Norte e o ponto de chegada no Sul pobre, incluindo a região que analisamos, alimentando conflitos, internos ou entre estados, a criminalidade e a insegurança, em cidades e países. Apesar de diferente, a sua organização mistura-se com a dos outros

27 "*Nigerian pirates go further afield – Angola in their sights*", by G. P:, em Abuja, the Economist, 02.02.2014.
28 "*Maritime piracy: not so bad in 2013*", Verity Ratcliffe, Financial Times, 31.12.2013.
29 Idem.
30 "*Maritime Development in Africa*", pág. 2.

tráficos, usando a mesma infra-estrutura para "*movimentar seres humanos como migrantes ilegais, drogas ou outros. É como o bom camionista. Não quer fazer a viagem de retorno com o camião vazio*"[31].

Dificuldades e Vulnerabilidades

Para além dos perigos, devemos analisar algumas das dificuldades e vulnerabilidades, que os países do Golfo da Guiné ainda não encontraram a forma correcta de as diminuir ou de erradicar. Vejamos as que consideramos mais importantes:

– Falta de uma visão marítima – Um problema comum a quase todos os países africanos, explicável pela importância que os assuntos ligados à terra têm na mentalidade da esmagadora maioria dos africanos. É na terra que nascemos, é na terra que vivemos, é nesta que temos as nossas riquezas, é nesta que estão sepultados os nossos antepassados e é nesta onde repousaremos no fim da vida. Pelo mar chegavam os que nos exploravam e por mar seguiam os nossos irmãos escravos. O mar é um lugar perigoso para viver ou mesmo para visitar, pelo menos para os não-nadadores. Esta uma boa desculpa para deixar para segundo plano os problemas marítimos;

– Falta de vontade política – Se se trata de um assunto de segundo plano, para quê dedicar-lhe muito tempo e vontade de resolver problemas. Deixá-los para serem resolvidos há medida que se agudizam e através de canais e instituições que se mostrem interessadas em resolvê-los. A dispersão de esforços e a entrega da coordenação a órgãos hierarquicamente mal posicionados, que muito complicam e nada resolvem, pois ninguém se importa com as suas decisões. Mas esta falta de vontade política também leva a que os orçamentos para a vertente marítima da segurança "*estejam muito longe das grandes verbas, normalmente dadas pelos governos africanos para esse sector do Estado*"[32];

– Partilha e gestão da informação – Um dos aspectos mais importantes para a luta contra as ameaças que afligem todos os países da região. Devido a factores inexplicáveis, existe uma enorme dificuldade em a pôr a funcionar correctamente e, principalmente, a bem a coordenar, a todos os níveis:

31 "*The nexus among terrorists, narcotics traffickers, weapons proliferators, and organized crime networks in Western Europe*", Federal Research Division, Library of Congress, Dec. 2002.

32 "*Problems arising from maritime safety and security in Southern Africa*", MCB.

• internamente: a nível local e nacional; e
• externamente: a nível regional, continental e global.

"*A recolha de informação é cara mas se boa, confiável e chegando a tempo ao órgão de decisão certo, o combate às ameaças será mais efectivo e menos dispendioso*"[33];

– Legislação inaplicável e desactualizada – Um problema comum a muitos países ligados ao mar, como tem sido provado recentemente pelas dificuldades em levar a julgamento piratas, mesmo apanhados em flagrante. A cópia de legislação de outros países, mesmo mais desenvolvidos, nem sempre é uma solução pacífica ou eficaz;
– Insuficiente capacidade de protecção marítima – "*África está num beco sem saída no que respeita às suas responsabilidades marítimas. Depois de mais de 40 anos de independência* [...] *ainda não existe uma verdadeira marinha ou guarda costeira suficientemente grande para assegurar a soberania das suas águas territoriais*"[34]. Visto em conjunto, "*estima-se que os estados do ocidente e centro africano possuam menos de 25 grandes navios de segurança disponíveis para reforço da interdição*"[35].
O *International Crisis Group*, em estudo de Dezembro de 2012, afirmava que "*o sector naval mantém-se embrionário, tanto a nível das frotas mercantes como militares, que são a maioria das vezes essencialmente simbólicas*"[36]. Mas também a dispersão de esforços devido ao grande número de instituições dedicadas ao trabalho de patrulha (marinhas, guardas costeiras, polícia, alfândegas, pesca, etc.) ainda mais complicam o problema e criam muitas vezes uma autêntica cacofonia institucional;
– Arranjos Logísticos – Uma grande dispersão de esforços, devido a burocracia, corrupção e incompetência, é normal em muitos países africanos. Um problema não exclusivo de África, mas importante de ser resolvido, já que o crime, principalmente o das grandes organizações transnacionais, actua mais rápida e eficientemente do que a legalidade;
– Portos inseguros e ineficientes – África sofre deste problema, já que a maioria dos seus terminais marítimos tem insuficiências, no próprio porto ou nas infra-estruturas auxiliares, nos serviços a ele ligados (alfândegas, transportes e outros) e isso resulta em demoras, mais despesa (transporte, seguros, etc.) para além de outros constrangimentos. "*O esforço de conseguir bons resultados e receber produtos rapidamente e*

33 "*Maritime Vision*", M. C. Barros, op. cit..
34 Idem.
35 "*Countering Piracy in the Gulf of Guinea*", James Bridger, US Naval Institute, 12.06.2013.
36 *International Crisis Group,* op. cit., pág. 6.

mais baratos pode ser «sabotado» por terminais insuficientes, inseguros, altamente burocratizados e caros[37]."

Como Resolver

Ameaças, perigos, problemas, dificuldades, insuficiências existentes que há muito são combatidos e que poucas ou nenhumas melhoras têm vindo a ter; outros que se mantém estacionários; mas também alguns que vêm melhorando ou mesmo a serem, em parte, resolvidos. Alguns que dependem de maiores ou menores alterações estruturais, de gestão e forma de agir; outros que obrigam a grande esforço, compromissos entre diferentes e difíceis parceiros; e também alguns que necessitam de alteração das, já tradicionais, formas de agir e de comportamento; e mesmo alguns que não melhorarão sem a alteração da mentalidade e da forma de pensar dos principais protagonistas, não só da região, mas também daqueles que, mesmo de longe, aqui têm grande influência e, de uma forma ou outra, continuam a interferir nos problemas da região.

Muito se tem feito, mas ainda muito falta fazer. Vejamos algumas ideias de possíveis soluções para tão vasto e complicado problema. Não me debruçarei sobre os problemas cuja solução é mais do que óbvia, como é o caso da necessidade do reforço de meios marítimos de vigilância ou a necessidade de minimizar os constrangimentos financeiros existentes.

Problemas que, duma forma ou outra, com maior ou menor acuidade, se estendem hoje a todo o mundo, que muito provavelmente terão de ter uma resposta global, mas que, por circunstâncias várias e do conhecimento de todos, são mais visíveis e pesados em África. Falo do problema da pobreza, da má distribuição da riqueza, da má governação, da corrupção, das limitações na educação e na saúde, enfim, de segurança humana. Como disse um analista: "*acima de tudo, uma solução sustentável pede suportes institucionais, de governação, de desenvolvimento económico e de segurança humana cuidadosamente calibrados*"[38]. Algo que deixo para outra ocasião e principalmente para outros mais preparados do que eu.

Sendo assim, embarquemos em matérias menos complicadas ou, na realidade, mais dentro da minha "*expertise*", isto é, mais especificamente ligadas à segurança marítima. Começaria por lembrar a necessidade da preservação dos ecossistemas dos litorais marítimos como forma de manter activas as indústrias marítimas, principalmente a pesca e garantir o ganha-pão tradicional das populações ribeirinhas. Em fórum internacional realizado em Luanda, no ano

37 MCB, op. cit..
38 Charles Okehalam, op. cit.

passado, recomendava-se que "*África deve tomar disposições para instalar uma gestão costeira integrada e uma exploração durável dos recursos. É essencial que estes sejam promulgados e dotados de capacidades e fundos suficientes para pôr em execução e fazer respeitar as recomendações. Isto garantirá a manutenção do potencial de produção dos sistemas costeiros e marítimos no longo prazo*"[39].

O estímulo da pesca artesanal, que emprega milhares de pessoas e representa uma fonte importante de alimentação, não só para essas pessoas, mas também é importante para impedir a utilização das áreas mais perto da costa de serem exploradas pela pesca industrial de grande dimensão, nacional ou estrangeira. Mas isso não deve impedir o estímulo às indústrias transformadoras de peixe que trarão efeitos benéficos para todos.

Não sendo possível, por razões óbvias, evitar a exploração nessa área de outros recursos, como o petróleo e o gás, deve fazer-se um esforço para que as companhias exploradoras beneficiem mais as populações ribeirinhas, evitando a poluição, impedindo derrames, mas também através da criação de emprego ou de outras acções como a da construção de infra-estruturas de apoio a programas de apoio social – educação, saúde, e outras –, e que esses apoios financeiros saiam dos seus lucros e não, como é usual, de desconto em impostos a pagar ao Estado onde realizam as explorações.

Por muito que em África não se sinta, se despreze ou se tente esconder a importância do Oceano Atlântico, para a vida actual e futura dos países africanos, a realidade é completamente diferente. As suas potencialidades, os perigos e as dificuldades devem ser conhecidos, enfrentados e vencidos. "*No seguimento de várias iniciativas nacionais, regionais e internacionais, a quantidade de informação disponível sobre os oceanos e as zonas costeiras de África aumentou nestes últimos anos.* [...] *Mas falta ainda muito para gerar dados e informações em quantidade suficiente, e para analisar estes dados e preparar os produtos necessários a uma gestão integrada e durável do ambiente e dos recursos marinhos e costeiros*"[40].

Também essencial para este trabalho é o aumento, por parte dos países ribeirinhos, da fiscalização extensiva das suas zonas económicas exclusivas, a fim de melhor conhecerem as actividades que aí se realizam, as lícitas, as ilícitas ou mesmo aquelas que o poderão vir a ser. Para além dos meios normais para essa actividade, das marinhas, guarda-costeiras, força aérea, bem como de outra entidades e organizações também ligadas às áreas marítimas

39 *"Table ronde: L'enjeu des ressources naturelles: source de conflits ou opportunité d'un développment durable"*, in Fórum Pan-Africano para uma Cultura de Paz, em Luanda, 26-28.03.2013, pág. 3 e 4.

40 "*Table ronde: L'enjeu des ressources naturelles: Source de conflits ou opportunité d'un développment durable*", vários especialistas, in Fórum Pan-Africano para uma cultura de Paz, Luanda, 26-28.03.2013, pág. 9.

e portos, como a polícia, as alfândegas, a hidrografia e as pescas, mas também, e muito importante, a colaboração dos pescadores artesanais para a denúncia das infracções por parte dos navios de pesca de grande porte, estrangeiros e mesmo nacionais, a pescarem em águas proibidas.

Mas para que isto tenha efectividade é fundamental a partilha de informação por todas as entidades envolvidas e a criação de uma estrutura de alto nível, que recolha, supervisione, analise e distribua, atempadamente, os resultados e as novas medidas a tomar, por todos os intervenientes. Exemplo positivo disso é a recente criação, em Angola, do Sistema Nacional de Vigilância Marítima, com o seu Centro Operacional de Coordenação dessa actividade, em fase de implementação.

Importante é a adaptação da legislação de cada estado à lei internacional, acabando com a confusão resultante da definição de alguns crimes marítimos, nomeadamente a pirataria, porque "*a lei internacional é falível já que depende em última instância do princípio do consentimento; se as nações não se querem apoiar umas às outras ou conformar-se com os princípios legais internacionais, pouco se pode fazer para obrigar à participação*"[41].

Um outro aspecto a analisar é o da ajuda internacional. Esta deve ser coordenada, a nível nacional e regional, por comité ou agência específica, a cada um dos níveis, de forma a evitar a dispersão de esforços e de financiamento que não obedeçam a planos ou estratégias de cada país e da região. Logicamente que, para isso funcionar, os planos e estratégias, ao respectivo nível, já terão que existir, o que hoje, na maioria dos países, não se verifica.

Mas como todos estes problemas não se circunscrevem a cada um dos países, pois que, como disse o embaixador Bellamy, há já alguns anos, em Luanda: "*os desafios de segurança são sentidos no interior de cada país* [mas] *as redes ilícitas (pessoal, financiamento, suporte organizacional) por detrás* [das] *ameaças são tipicamente transnacionais. Assim, a resposta a estas ameaças requer uma coordenação internacional dramaticamente reforçada*"[42].

Há que reforçar os bons exemplos de cooperação, como é o caso da Organização Marítima da África Ocidental e Central – OMAOC –, assinada entre vinte e cinco países da região, desde a Mauritânia a Angola, dos quais vinte são costeiros e os outros cinco não têm fronteiras marítimas. Outro exemplo é o do novo Centro de Troca de Informações sobre o Comércio Marítimo – MTISC –, em vias de ser estabelecido no Gana, que, além da colheita e difusão de informação, abarca também a formação em segurança marítima, no seu centro de formação regional.

41 "*Maritime security and international law in A*frica", John Gibson, African Security Review, 18.3, Institute for Security Studies, pág. 69.

42 "*The United States and South Atlantic Security*", conferência do Embaixador William Bellamy, na altura director do Africa Center for Strategic Studies, em Luanda, 25.03.2010.

Conclusões

Vimos as realidades existentes, os perigos, as limitações, e possíveis formas de resolver o problema actual. Mas, será que este continuará a ser o mais importante no futuro? Não sei. Por isso irei um pouco mais longe do que analisar exclusivamente a situação de segurança no Golfo da Guiné, e colocarei ideias que me parecem pertinentes e actuais a curto prazo, mas que estão longe de serem exclusivas desta área marítima.

Que prodígios da natureza ou caprichos de Deus levaram à criação do planeta Terra tal como o conhecemos. Contrariamente à sua denominação, este, felizmente, em mais de dois terços da sua superfície são constituídos por água salgada. E, também, felizmente, o Homem nasceu ou foi criado como ser terrestre. E, em ambos os casos, digo, felizmente, porque caso contrário o mesmo Homem já teria dado cabo da maior parte do planeta, assim limitou-se ao terço que lhe é mais fácil.

Durante milhares de anos na terra viveu e, com o que nela encontrava, sobreviveu. O exemplo máximo dessa sobrevivência – o dilúvio – mostrou que, sem a Arca de Noé, a civilização humana, e mesmo a fauna terrestre, ali terminaria. Mas mostrou também que, com os meios apropriados, os mares e os oceanos eram uma via de comunicação perfeita.

Demorou mais uns séculos para explorar verdadeiramente esta via, e foi bem perto daqui, onde nos encontramos hoje – "*a ocidental praia lusitana*", como lhe chamou o poeta, que se iniciou a mais ousada tentativa de utilizar essa extraordinária e imensa via de comunicação, sempre disponível e sem necessidade de manutenção.

E com mais uma vantagem e contrariando aquilo que, baseado no seu espírito egoísta, era já uma característica do Homem – a delimitação da propriedade, fosse essa do estado, da nação, do soberano, da tribo, da família, do indivíduo. Difícil de neles se definirem limites, marcarem-se propriedades, delimitarem-se fronteiras, os oceanos tiveram de ser considerados propriedade de todos. As teorias do "*mare nostrum*" e do "*rule the waves*" acabaram por constituir excepções. À medida dos avanços tecnológicos, que permitiram maiores capacidades de carga e velocidade dos navios, e armas mais eficientes, as coisas foram-se alterando.

Logo se inventaram as águas territoriais, depois as zonas económicas exclusivas e, mais recentemente, as plataformas continentais. Na realidade, alterando a ideia inicial e começando a limitar a propriedade da humanidade para a atribuir somente a alguns. Os que estavam mais perto dos mares e oceanos, e principalmente daqueles cujos vizinhos estão mais afastados, como é o caso de ilhas ou arquipélagos isolados no meio dos oceanos, por ex., Açores, S. Helena, Havai e outras.

Como pouco se podia aproveitar desses imensos espaços, para além do direito de livre passagem e assim, enquanto esse fosse preservado, tudo era fácil. E fomos assistindo à distribuição gratuita dos espaços oceânicos, com o aval ou, pelo menos, com o silêncio dos grandes que, em alguns casos, eram, ou são, os mais prejudicados com esta distribuição. Seria possível? A mentalidade do Homem teria mudado?

Em conferência recente, em Luanda, o Senhor Almirante Silva Ribeiro, Director do Instituto Hidrográfico português, numa interessantíssima conferência, falou sobre a forma como se vinha processando a delimitação das plataformas continentais e, no meu espírito, se criaram algumas dúvidas, sobre as quais o interroguei e a sua resposta me deu alguma razão.

Mais recentemente, ao reler como fora estabelecida a UNCLOS vi que, "*de 1983 a 1990, os Estados Unidos aceitaram tudo, excepto a Parte XI, como direito consuetudinário internacional, enquanto tentavam estabelecer um regime alternativo para a exploração de minérios no leito profundo os oceanos*"[43]. Acordos foram estabelecidos entre grupos divergentes, mas *"um declínio na procura de minerais do fundo do mar tornou este regime menos relevante*"[44]. E se essa procura voltar a subir?

Mas, se algumas dúvidas ainda subsistiam na minha mente foram desfeitas com a leitura do escrito de Victor Carajabille, onde diz que "*as pressões políticas far-se-ão igualmente sentir no campo da exploração de recursos, relativamente àqueles com menores capacidades tecnológicas e de investimento para proceder à pesquisa e extracção de materiais ou de organismos marinhos. Com o argumento de que a incapacidade não aproveita a ninguém, poderão surgir oportunidades para forçar acordos ou prejudicar de algum modo os mais favorecidos em potencial, mas menos influentes no panorama internacional*"[45].

Resta-nos então esperar, a breve trecho, por uma reedição do célebre Congresso de Berlim de 1884-85, com outro nome, mas talvez no mesmo local, que venha a definir as novas regras para a exploração e ocupação desse imenso território, baseado em argumentos que só aos grandes beneficiam, mas que podem trazer compensações para os prejudicados, como o de transferências tecnológicas e de *know-how* ou mesmo, porque não, com o perdão de dívidas soberanas. Desde logo e mais uma vez estão condenados a serem espezinhados os mapas dos sonhos e das pretensões dos mais fracos, por muito bem que estejam pintados em cor-de-rosa ou, neste caso, em azul-bebé.

Muito obrigado.

43 "*United Nations Convention on the Law of Seas*", Wikipedia.

44 Idem.

45 "*Enquadramento Estratégico*", Victor Lopo Carajabille, in "*Segurança no Mar; uma Visão Olística*", pág. 34.

Revista Militar
N.º 10 – outubro 2014
pp. 879-892

Portugal na I Guerra Mundial



Tenente-coronel PilAv João J. Brandão Ferreira*

Introdução

"A primeira lição que a história
E a vida nos ensinam é a transitoriedade
Dos mitos, dos regimes e sistemas"
Jaime Cortesão

A "Grande Guerra" – conhecida como a guerra que ia acabar com as guerras – teve início em 28 de Julho de 1914 e terminou com a assinatura do Armistício, em 11 de Novembro de 1918 (mais propriamente, às onze horas do dia onze, do mês onze, depois de ter sido protelado onze dias…).

Portugal combateu nesta guerra em quatro frentes, ou teatros de operações, a saber e por ordem cronológica:

– Angola (Sul), desde 1914;
– Moçambique (Norte), desde 1914;
– No mar, mais propriamente, no Atlântico Central e Sul, e no Índico, desde 1914;
– Na Flandres (França/Bélgica), desde 1917.

Sem embargo, aquilo que a generalidade do público conhece por, sobre tal, ter havido a maior incidência discursiva e histórica, é o que se passou na frente europeia, o que descontextualiza e desvirtua a análise sobre todo o conflito.

Conflito, note-se, que, na altura, foi o que maior extensão teve a nível mundial e mais mortos e destruição provocou, desde que a invenção da escrita permitiu a origem da História.

Vamos elaborar um pouco sobre tudo isto.

* Sócio Efetivo da Revista Militar

Enquadramento geopolítico e geoestratégico

"É necessário que ao chegarmos ao fim da guerra possamos manter intacto, se não aumentado, o nosso domínio colonial em África, e por toda a parte bem assinalado o nosso prestígio de Nação autónoma de Nação livre"
António José de Almeida

O equilíbrio geopolítico e a "nova ordem internacional" que o Congresso de Viena, de 1815, determinou manteve-se praticamente por todo o século XIX. Mas este equilíbrio rompeu-se nos alvores do século seguinte, dado que a posição e o poder relativo das principais potências se alterou.

A "Santa Aliança" que reunia a Rússia, a França e a Áustria-Hungria era já e apenas nominal.

A França estava economicamente debilitada e a recuperação da Alsácia-Lorena, perdida na Guerra de 1870, para o Império Alemão, constituía quase uma obsessão política. A França apostava, também, na balcanização da Europa central, a partilha da Alemanha e o desmembramento do Império Austro-húngaro, sonho que vinha, pelo menos, desde Luís XVI.

A Inglaterra ainda era a maior potência naval do mundo, com uma economia sólida, o mais vasto império ultramarino e uma coesão interna elevada, apesar do grave diferendo que lavrava na Irlanda.

Porém, a Inglaterra sentia-se ameaçada pelo extraordinário crescimento económico alemão – que já quase dominava todo o todo o Continente –, o enorme aumento da Marinha Alemã, sobretudo depois do plano do Almirante Tirpitz (vislumbrando-se a possibilidade de também passar a usar os portos holandeses e belgas), e o expansionismo germânico em África e no Oriente – que tinha visto o seu fulcro na Conferência de Berlim de 1884/85, sob os auspícios de Bismark.

O vasto Império Russo atravessava uma crise gravíssima, derivada da desagregação moral da sociedade – com realce para a decadência das classes dirigentes – e do grande atraso económico, especialmente na indústria e, ainda, no fenómeno revolucionário fomentado pelos bolcheviques, cujo chefe, Lenine, dirigia a partir da Suíça.

No plano externo, a Rússia mantinha vários objectivos de sempre, a saber: a saída para os mares quentes através da livre passagem nos Estreitos Otomanos do Bósforo e Dardanelos, o que lhes permitia a manutenção de uma esquadra no Mediterrâneo; o enfraquecimento da Alemanha e o alargamento da sua esfera de influência na Checoslováquia e nos Balcãs, nomeadamente, na Sérvia.

Eram muitos objectivos em simultâneo, alguns contraditórios e que desagradavam a várias potências ocidentais. As suas deficiências e vulnerabilidades, sobretudo em material e equipamento, tornavam a maioria destes objectivos inviáveis.

O Japão iniciava o seu expansionismo na China e pelo Sudoeste Asiático e, aproveitando-se da aliança entretanto feita com a Inglaterra, vai dar os seus primeiros passos imperiais.

Surgem em cena, todavia, com todo o seu peso, os EUA, expandindo-se e ultrapassando as potências europeias em toda a América Central e Sul, e lançando o seu olhar para África.

A Guerra de 1898, contra a Espanha, sob o pretexto da libertação de Cuba e das Filipinas, marca, indelevelmente, o início do imperialismo *Yankee*. E quebra de vez o isolacionismo recomendado por Washington e Jefferson, e consubstanciado na Doutrina Monroe, de 1893.

Do choque de todas estas forças e interesses – entretanto agrupados em dois grandes blocos antagónicos a *"Entente Cordial"*, que reunia a França, a Inglaterra e a Rússia, e a "Tripla Aliança" que juntava a Alemanha, a Áustria-Hungria e a Turquia – resultou a primeira guerra à escala mundial.

O atentado de Serajevo, em 28/6/1914, perpetrado pelo estudante sérvio Gravilo Príncip – pertencia à sociedade secreta os "Mão Negra" –, que custou a vida ao Arquiduque Fernando, herdeiro do trono Austro-Húngaro, foi apenas o pretexto que a iniciou.

Os antecedentes que levaram Portugal à guerra

"Vivia-se n'uma atmosfera de ódios,
De enredos e de intrigas, em que mal
Se podia respirar"
Manuel de Arriaga

A República foi implantada a 5 de Outubro de 1910, mas nunca se chegou a consolidar.

Não se pode negar a muitos dos próceres da República inteligência, boa-fé, idealismo, cultura e, até, isenção e patriotismo.

Mas cedo se desentenderam, cometeram erros e macularam-se com perseguições, originando a decomposição rápida do novo regime.

Dado que a política ultramarina sempre foi nacional, não foi alterada na passagem da Monarquia à República, ou seja, a manutenção da integridade territorial e o combate a tudo o que a pudesse pôr em causa, continuaram a ser objectivos primordiais. E todos os esforços diplomáticos e militares

necessários a estes desideratos nunca foram contestados por toda a Nação, até aos anos 60 do século XX (salvo com a criação do PCP, em 1921).

Faltava, porém, aos novos dirigentes republicanos, qualquer experiência no campo das relações internacionais e, para além do respeito pela Aliança Inglesa – afiançando, sem embargo, que não desejavam qualquer tipo de protectorado –, não lhes ocorria mais nada.

A piorar as coisas, as paixões partidárias obliquaram as mentes fazendo com que toda a notável acção diplomática desenvolvida por D. Carlos I fosse menosprezada e todas as iniciativas dos últimos governos monárquicos (como, por ex., a concepção do mapa cor-de-rosa) fossem tidos como devaneios, erros ou absurdos.

As querelas internas de partido consumiam todas as energias e tornavam estéril qualquer acção concertada e objectiva, num exacerbamento nunca visto, que tinha origem recuada, em 1820, e fizera o seu caminho por todo o século XIX.

Numa altura em que maior discernimento e união nacional eram necessários, quando se acastelavam perigos enormes sobre o Ultramar Português, o menor dos quais não seria, certamente, o acordo secreto negociado, em 1913, entre a Alemanha e a Inglaterra, em que estes países repartiam os nossos territórios, a fim de dirimir os conflitos entre ambos – na sequência do que já tinha acontecido, em 1898, e viria a ocorrer novamente, em 1938!

Em Novembro de 1913, o ministro alemão em Lisboa, Barão de Rosen, transmitia ao seu governo o seguinte: "o país está tão dividido em lutas partidárias e conspirações internas que nem dá pelo perigo que ameaça o Ultramar".

Muitos republicanos também tinham o devaneio de pensarem que viviam numa era nova, que tudo iria ser melhor e que o futuro iria ser baseado na fraternidade humana e no altruísmo dos países. Ideias que, por mais erradas que possam estar, continuam recorrentes, o que podemos observar em muito do que se passou desde o 25 de Abril de 1974, para cá, por exemplo.

Outro erro de que não nos conseguimos curar resulta de nos dividirmos constantemente, entre apoiantes de facções em luta, que deslumbram: ora admiramos a Inglaterra, ora a França, ora a Espanha, ora a Alemanha, ora os EUA, até a Rússia, etc..

O período que antecedeu a I GM não foi excepção a esta regra, num esquecimento que já começa a ser estúpido, que a única facção que interessa, o único partido importante, se chama Portugal! E, como a estupidez é congénita, muitos acharam que a I GM seria a última, a guerra para acabar com as guerras…

Na altura, havia ainda uma condicionante de peso: nada se fazia sem se perguntar à Inglaterra que, por sua vez, não nos queria impor nada e apenas receava precipitações ou asneiras do governo em Lisboa.

Tal ambiente levou Teixeira Gomes, então nosso embaixador em Londres, a dizer esta coisa extraordinária: "Toda a nossa vida social, a nossa estabilidade política, a nossa nacionalidade, a conservação das nossas colónias, tudo depende absolutamente da Inglaterra!".

Portugal na guerra

"Não digo que tem pouco, digo que não tem nada"
Ministro da Guerra, no Parlamento,
referindo-se ao Exército (28/6/1914)

As hostilidades tiveram início em 28 de Julho de 1914 e o Governo Português, logo a 7 de Agosto de 1914, apressou-se a reafirmar a Aliança Inglesa perante o Parlamento, apesar da Inglaterra nada ter solicitado e, numa atitude equívoca, não declarou a neutralidade, tão pouco a beligerância.

O país dividiu-se entre os adeptos da beligerância, reunidos à volta do Partido Democrático – de Afonso Costa – e os da não intervenção, que reunia praticamente o restante espectro político e a grande maioria da população.

Deve acrescentar-se que esta questão da beligerância apenas se colocou relativamente à participação em qualquer frente de batalha europeia, já que, em relação à defesa das parcelas ultramarinas o consenso era geral.

Os desentendimentos políticos sucediam-se, ao passo que a situação económica, financeira e social se degradava, apesar de chegarem a Lisboa insistentes pedidos para que nos abstivéssemos de qualquer declaração ou de beligerância.

Os grandes argumentos defendidos pelos adeptos da intervenção militar na Europa, eram:

– Cumprir com os deveres da Aliança Inglesa;
– A defesa do património ultramarino;
– A garantia de participação nas conversações de paz, e no futuro organismo internacional que delas resultasse;
– Prevenir alguma intervenção espanhola.

E ainda um outro, não verdadeiramente explicitado, que tinha a ver com a consolidação do novo regime, tanto na vertente externa – só a França apoiava francamente a República – como interna, provocando uma espécie de "união nacional" em torno da guerra.

Todas estas razões, como mais tarde se veio a verificar, estavam erradas.

Mais avisado se mostrava Sir Eduard Grey, o Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, que aconselhava prudência e que guardássemos as nossas forças para defendermos o Continente e o Ultramar.

E quando a Inglaterra e a França nos solicitaram a cedência de alguma artilharia, respondemos que só o faríamos se seguisse também o respectivo pessoal, e a mesma fosse acompanhada de uma divisão de Infantaria.

Entretanto, os alemães, sem qualquer declaração de guerra, atacaram o posto de Maziua, na fronteira norte de Moçambique, a 25 de Agosto de 1914; e, no Sul de Angola, atacaram Naulila, a 17 e 18 de Outubro, e Cuangar, a 30 do mesmo mês.

As autoridades portuguesas já contavam com ataques alemães desde 1913 e alguma preparação local foi feita.

Para Angola, foi enviada uma expedição militar sob o comando do Tenente-coronel Alves Roçadas, a qual desembarcou em Moçâmedes, em 1 de Outubro de 1914.

A primeira das quatro expedições enviadas para Moçambique desembarcou em Porto Amélia, a 1 de Novembro, sob o comando do Tenente-coronel Massano de Amorim.

Em 10 de Outubro, o governo inglês solicitou a Lisboa que se colocasse activamente ao lado da Inglaterra, mas apenas foi enviada a Londres uma missão militar, a fim de conferenciar com o Estado-Maior inglês.

A 23 de Novembro, o Congresso autorizou a intervenção militar.

Os combates com os alemães foram duros e, no mais das vezes, desfavoráveis às armas portuguesas.

Em 1915, deu-se a primeira grande intervenção dos militares na política da I República, dando origem à Ditadura do General Pimenta de Castro. A política intervencionista sofre uma paragem.

Mas, logo em Maio desse ano, ocorre um contra golpe, sangrento, e volta-se à política antiga, formando-se um "governo de guerra".

Pretende-se declarar a beligerância, mas o governo inglês afirma que o devemos fazer sem invocar a Aliança, baseando-se apenas em razões próprias.

Era preciso um pretexto para declarar guerra à Alemanha e esse pretexto foi encontrado com a apreensão dos navios alemães surtos nos portos nacionais, o que fizemos em 23 de Fevereiro de 1916, e que levou à declaração de guerra alemã, a 9 do mês seguinte.

Foi formado o Corpo Expedicionário Português (CEP), composto por duas divisões de infantaria e um Corpo de Artilharia Pesada Independente, num total de 55.000 homens, comandado pelo General Tamagnini de Abreu, e enviado para a Flandres, em 2 de Fevereiro de 1917. Ficou integrado num corpo de exército britânico, debaixo do comando superior do General inglês, Douglas Haig.

Foi preparado à pressa, em Tancos, naquilo que ficou conhecido pelo "milagre de Tancos", que de milagre tinha muito pouco.

Os sacrifícios foram enormes e a maioria do povo, bem como da oficialidade, estava contra esta intervenção na frente europeia, o que originou um novo Golpe de Estado, em 5 de Dezembro de 1917, sendo o poder assumido por Sidónio Pais.

Bernardino Machado, Afonso Costa, Augusto Soares, Norton de Matos, João Chagas e muitos outros foram exilados ou afastados.

Não abandonámos o campo de batalha, mas o CEP deixou de ser reforçado e abastecido. Na prática, foi abandonado e a maioria dos oficiais que vinham de licença, já não regressavam.

Uma situação patética!

A 9 de Abril de 1918, a última grande ofensiva alemã da guerra concentrou o seu esforço de ruptura no sector ocupado pelas duas divisões portuguesas, muito fatigadas e depauperadas (e, até, com problemas disciplinares graves), estando apenas a 2ª Divisão, comandada pelo General Gomes da Costa, na frente.

Esta Divisão foi praticamente esmagada por quatro divisões alemãs (seguidas de outras quatro). O seu sacrifício serviu, no entanto, para retardar consideravelmente o avanço alemão, ajudando a impedir o seu objectivo estratégico de atingir a costa.

Verificaram-se muitos actos de bravura individual e bom comportamento de algumas subunidades, que salvaram a Honra da nossa Bandeira.

Mas o desastre foi extenso e a derrota pesada, dado que a frente colapsou em poucas horas e sofremos cerca de 7.000 baixas, a grande maioria prisioneiros.

O que restou das nossas forças estava destroçado e nenhum valor operacional possuía. E praticamente abandonadas à sua sorte.

Foi preciso muita tenacidade para recuperar e reorganizar o que restava e conseguir, junto dos aliados, voltar a ter unidades na frente, o que se conseguiu, finalmente, com três batalhões de infantaria que, integrados no Exército Britânico, combateram nas linhas da frente até à assinatura do Armistício.

A 24 de Agosto, o General Tamagnini foi substituído no comando do CEP pelo General Garcia Rosado, que defendera, em Londres, a reconstrução do Corpo de Exército Português, superando as objecções inglesas.

O que não foi possível levar a cabo.

A 9 de Fevereiro, o contingente português começou a embarcar em Cherbourg, de regresso à Pátria.

Entretanto, em Angola, parte das forças alemãs renderam-se aos sul-africanos, mas outra parte manteve revoltadas as tribos Cuanhamas e Cuamatos, além do rio Cunene, o que nos obrigou a manter extensas operações de pacificação, sob o comando do General Pereira D'Eça.

Para Moçambique continuaram a seguir tropas, tendo a 2ª expedição chegado a 7 de Novembro de 1915, tendo recuperado Quionga, no extremo Nordeste, a 10 de Abril de 1916.

A 3ª expedição seguiu em Maio/Junho de 1916, sob o comando do General Ferreira Gil, passando as nossas tropas a operar em território da África Oriental Alemã, até Dezembro desse ano.

A 4ª expedição seguiu em Fevereiro de 1917, comandada pelo Coronel Sousa Rosa, a qual teve que enfrentar, a partir de 21 de Novembro, as tropas do notável Tenente-coronel Von Lettow-Vorbeck que invadiram Moçambique. Nestas operações as forças portuguesas sofreram 4.800 mortos em combate e por doença.

Apontamento sobre a participação da Armada e da Aeronáutica militar

É pouco conhecida esta participação, pois a maior parte da análise se concentra nas operações terrestres.

A participação da Marinha de Guerra é, porém, extensa, tendo operado no Atlântico Central e Sul e no Índico. Destacou forças para Angola e Moçambique.

A Marinha entrou na guerra muito debilitada. A esquadra era pequena – em 5 de Outubro de 1910, existiam 47 navios –, heterogénea e a maior parte dos navios estava vocacionada para operar no Ultramar. Os navios tinham uma idade média avançada e sofriam da falta de …. tudo.

A degradação económico-financeira – que se agravara extraordinariamente desde as Invasões Francesas – nunca tinha recuperado, o que frustrou os sucessivos planos de renovação naval.

O mesmo se passou com a República.

Entre 1910 e 1918, foram aumentados ao efectivo quatro contratorpedeiros, quatro submersíveis, cinco canhoneiras, dois vapores e um aviso de esquadra. Mas, antes de a guerra começar, perderam-se dois cruzadores por acidente.

As missões da Armada durante o conflito foram as seguintes:

– Assegurar a escolta aos numerosos transportes de tropas para África e para França;
– Assegurar a escolta de navios mercantes nacionais para o Ultramar e para as ilhas adjacentes;
– Patrulhar e defender o litoral metropolitano, das barras do Tejo, Douro e Leixões e a Baía de Lagos;

– Estabelecer barreiras antissubmarinas, rocega de minas para defesa de portos e lançamento de campos de minas defensivas;
– Patrulhar e defender as águas dos arquipélagos da Madeira, Açores e Cabo Verde;
– Participar na defesa do Ultramar, com meios navais e com batalhões constituídos para actuar em terra, com unidades do Exército.

Das principais acções respinga-se:

– A notável acção do Batalhão de Marinha, no Sul de Angola, em 1915, nomeadamente no combate da Môngua;
– Acção do Cruzador *Adamastor* na fronteira Norte de Moçambique, desde 1916; idem para a Canhoneira *Chaimite* e para o Cruzador *S. Gabriel*, este em 1918;
– A protecção aos transportes de tropas para França, em que a Armada fez 148 comboios, em zonas infestadas por submarinos alemães, representando 500.000 toneladas transportadas e cerca de 60.000 milhas navegadas, sem a perda de qualquer navio;
– Reação a dois ataques à cidade do Funchal por parte de um submarino alemão, que provocou danos, mortos e feridos;
– O afundamento do Caça Minas *Roberto Ivens*, a Sul de Cascais, por ter embatido numa mina;
– A defesa do Porto do Mindelo, em Cabo Verde;
– Reação ao ataque a Ponta Delgada por parte de um submarino alemão, em 7 de Junho de 1917;
– A constituição, em Moçambique, de um Batalhão de desembarque que ajudou na defesa de Quelimane, ameaçada pelos alemães;
– O heróico combate do Arrastão a vapor *Augusto de Castilho*, contra um poderoso submarino alemão de que resultou o seu afundamento e a morte do seu Comandante, Primeiro-tenente Carvalho Araújo.

Uma palavra para a Marinha Mercante que se portou muito bem e sofreu perdas sensíveis: 100 navios, dos quais quinze ao serviço da Inglaterra, o que representou 100.000 toneladas, um quarto do total. Teve 300 baixas, dos quais 100 mortos.

A acção da aviação militar

Quando a I GM teve início, a utilização do avião em operações militares, bem como as unidades combatentes, era incipiente.

A primeira utilização do avião como uma arma ocorreu em 1911, por parte dos italianos, na guerra que os opôs aos turcos.

Foi, contudo, este grande conflito que proporcionou um desenvolvimento tremendo da arma aérea, sendo esta, juntamente com o aparecimento do

"*Tank*", do submarino e da utilização do gaz como arma química, as maiores novidades em armamento e avanço tecnológico dos conflitos armados, até então.

Em Portugal, a Aeronáutica Militar deu os primeiros passos com a criação do respectivo Serviço, no Exército, em 14 de Maio de 1914, e da respectiva Escola, em Vila Nova da Rainha, dois anos depois.

Na Armada, o Serviço da Aviação Naval nasceu em 28 de Setembro de 1917, já a guerra ia avançada, criando-se a Base do Bom Sucesso e comprando-se quatro hidroaviões, que se juntaram aos dois já existentes. Em Maio, receberam-se mais seis, de França.

Estas aeronaves foram de grande valia no reconhecimento da costa e na detecção de submarinos e minas. Perdeu-se uma aeronave em operação.

Da acção da Aviação Militar destaca-se:

– A organização de uma esquadrilha expedicionária, a fim de apoiar as operações militares da quarta expedição, em Moçambique; foram enviados três aviões *Farman F 40*, de reconhecimento e informação, três pilotos, três observadores aéreos e três mecânicos, que partiram de Lisboa a 3 de Julho de 1917. A 7 de Setembro, o Alferes Gorgulho descolou de Mocímboa da Praia fazendo o primeiro voo militar português em terras de África. Infelizmente, por via de acidentes e dificuldades de ordem técnica, esta esquadrilha não chegou a entrar em operações. Apesar dos meios não terem ido a voar, tratou-se de uma das primeiras projecções de Poder Aéreo a grande distância, na História dos conflitos;

– A tentativa de organização de um Grupo Aéreo, a fim de apoiar o CEP (uma esquadrilha de caças e duas de reconhecimento e regulação de tiro de artilharia); o oficial encarregue de tal tarefa foi o Capitão Norberto de Guimarães e o material seria cedido pelos ingleses, o que nunca veio a suceder. O nosso pessoal acabou distribuído por esquadrilhas inglesas e francesas, somando, no fim do conflito, um total de trinta pilotos e mecânicos. A sua prestação mereceu encómios, tendo-se destacado o Capitão Óscar Monteiro Torres, abatido em combate aéreo contra cinco aviões alemães, tendo, antes, abatido um deles. Foi o único aviador português que, até hoje, morreu em combate aéreo;

– A formação, com parte dos meios do frustrado Grupo Aéreo para apoiar o CEP, de uma Esquadrilha expedicionária, com nove aviões *Caudron G-4*, para apoiar as operações em Angola, que chegou a Moçâmedes em 16 de Setembro de 1918. O Comando local decidiu enviá-los para o Lubango, no Planalto Central, onde só chegaram seis meses depois, já a guerra tinha acabado…

Alguns números sobre a guerra

"Morrer na linha "B", defendê-la até ao último homem e ocupar a linha das aldeias"
Missão atribuída à 2ª Divisão, pelo
Comandante do XI Corpo de Exército,
General Hacking

Para África, foram mobilizados 50.150 homens, a que se devem juntar 12.383 para os arquipélagos de Cabo Verde, Açores e Madeira.

Para a frente europeia foram chamados às fileiras cerca de 55.000 homens e enviados dezassete comboios de navios, 117 comboios ferroviários, 7.783 solípedes, 1.501 viaturas e 312 camiões.

Fornecemos aos aliados cerca de 30.000 espingardas, 15 milhões de cartuchos, 56 bocas-de-fogo e 14.400 granadas.

Cedemos à Inglaterra navios que totalizaram 157.233 toneladas e concedemos permissão para a utilização de todos os nossos portos e, ainda, fornecemos géneros alimentícios e matérias-primas.

Entre mortos, feridos e inutilizados perdemos, em França, 14.623 homens e, em África, cerca de 21.000.

No total, foram mobilizados entre 150.000 a 160.000 homens, dos quais: 55.000 para França; 50.000 para África; 12.000 para os Arquipélagos e o restante na Metrópole.

O CEP tinha perdido, até 6 de Abril de 1918 (antes da ofensiva do Lys):

Baixas	**Homens**
Mortos	1.044
Feridos	2.183
Gaseados	1.594
Acidentados	403
Prisioneiros	102
Desaparecidos	94
Total	5.420

Baixas na Batalha de La Lys:

	Mortos	**Prisioneiros**	**Total**
Oficiais	29	270	299
Praças	369	6.315	6.684
Total	398	6.585	6.983

Total do CEP (entre Junho de 1917 e Novembro de 1818):

	Mortos	Feridos	Prisioneiros	Total
Oficiais	74	256	299	600
Praças	2.086	4.968	6.408	13.462
Total	2.160	5.224	6.678	14.062

A Marinha (não inclui doença):

	Mortos	Feridos	Prisioneiros	Total
Oficiais	8	5	1	14
Sargentos	5	5		10
Praças	142	90		232
Total	155	100	1	256

Perdemos ainda cerca de 100.000 homens por invasão ou subversão dos territórios africanos.

Ainda por curiosidade, tivemos o primeiro:

– Morto na Flandres, a 4 de Abril de 1917, o soldado António Curado do BI 28;
– Prisioneiro, um cabo e dois soldados, do BI 34, em 1 de Junho de 1917;
– Gaseado, no dia 12 de Junho de 1917;
– Prisioneiro alemão, patrulha do BI 24, em 16 de Junho de 1917;
– E único fuzilado, o soldado João Almeida (acusado de traição).

Sem embargo, para termos uma verdadeira percepção da dimensão desta guerra basta dizer que, na ofensiva alemã, entre 21 de Março e 29 de Abril de 1918, em que combatemos, a mesma envolveu 143 Divisões alemãs, que sofreram 340.000 baixas; 58 Divisões inglesas e duas portuguesas, com 341.000 baixas; 58 Divisões francesas, com 231.000 baixas.

Sem comentários.

No fim da guerra desfilámos em Paris com uma Companhia e Bandeiras, comandada pelo Major Ribeiro de Carvalho.

Epílogo, consequências e conclusão

Por mais uma vez, na nossa já longa História, os desatinos políticos em que somos férteis obrigaram a que Portugal tivesse que entrar numa guerra sem, para a mesma, estar minimamente preparado.

E se, no Ultramar, a resposta militar não oferecia dúvidas – até por se tratar de legítima defesa –, implicando a manutenção e defesa das nossas linhas de comunicação marítimas, já o envolvimento na frente europeia foi

uma aposta política e estratégica errada, já que a tal nada nos obrigava; não tínhamos forças devidamente equipadas e treinadas para enviar nem capacidade logística para as sustentar – além de dispersar o pouco que tínhamos – e nenhum interesse vital estava em jogo, na Europa.

Mais uma vez, acautelámos mal – neste caso, por nítido interesse partidário – a nossa política de prudência e de neutralidade face aos conflitos europeus. E esquecendo, também, que não é neutro quem quer, mas sim quem tem Poder efectivo para fazer respeitar essa neutralidade.

Erro em que voltámos a cair nestes últimos quarenta anos de desnorte político/estratégico, em que mergulhámos e para os quais não se vê saída…

A Nação, no seu subconsciente centenário e telúrico, percebeu isto durante a I GM e, por isso, nunca regateou esforços para a defesa do seu território, europeu e ultramarino, mas opôs-se, por vezes violentamente, à mobilização para a Flandres.

No fim, lá ganhámos o direito de pertencer à Comissão que organizaria a Sociedade das Nações; à de Portos e Vias; à de Reparações e recebemos a minúscula povoação de Quionga, no Norte de Moçambique, que os alemães nos tinham tomado.

Foi tudo e nada representava.

João Chagas, um dos grandes paladinos da intervenção na Europa e que considerava aquela uma "Aleluia", desiludiu-se e, no fim da guerra, em 1918, escrevia:

> *"Ontem, o Parlamento Francês celebrou já a apoteose dos aliados da França. Falou-se de todos: não se falou de nós. De resto é de toda a evidência que existe o propósito de ocultar o caso de Portugal como um caso triste que é, discordante no conjunto da vitória"*[1]

E, de facto, no fim de todos os sacrifícios beneficiámos, em rigor, de coisa alguma.

*****

Ao custo de oito milhões de mortos directos nos combates – dos 60 milhões de homens mobilizados, só na Europa –, mais de sete milhões de incapacitados e 15 milhões de feridos graves; de uma destruição extensa em campos, vilas e cidades, desfizeram-se quatro Impérios: o Alemão, o Austro-húngaro, o Otomano e o Russo.

Caíram, ainda, as quatro dinastias que os sustentavam e as aristocracias que os apoiavam: os Hohenzollern, os Habsburgos, os Otomanos e os Romanov.

1 João Chagas, Diário, IV, 343, 344.

Não estão contabilizadas as inúmeras mortes de civis (estimadas em mais cinco milhões) e que continuaram a aumentar por todo o lado, após a guerra, em resultado das destruições havidas, pelas fomes e doenças que se seguiram.

Um outro ponto, cujo esquecimento é recorrente, importa salientar: foi na I GM que se lançaram as bases para a criação do estado de Israel.

E de tão mal negociado e elaborado que foi o Tratado de Versalhes, em 28 de Junho de 1919 – mais um "*diktat*" do que outra coisa –, abriu os caboucos e o caminho para a segunda confrontação mundial, ainda de maiores proporções.

*****

Em Portugal, o fim da guerra, ao contrário do que desejavam os mais estrénuos republicanos, de unir o país em torno de uma causa comum e nacional – a guerra – e, por extensão, à República, deixou o país escaqueirado.

A tensão entre os militares e os políticos não mais deixou de subir; a economia afundou-se; a situação política e social anarquizou-se.

A I República acabou a 28 de Maio de 1926, golpe que tem a sua origem remota na decisão de levar o Exército para a Flandres.

Da I GM lembramo-nos hoje pouco, apesar da meritória obra desenvolvida pela Comissão de Padrões, que semeou estátuas evocativas por todo o país.

E surgiu a Liga dos Combatentes, em 1922, notável instituição (que quase se extinguiu nos idos de 1974/75) que todos os anos comemora as datas da Batalha do Lys e do Armistício.

Faz agora 100 anos. Estamos aqui hoje a ajudar a soprar as velas.

Bibliografia

Cardoso, Pedro, "Os Portugueses na Flandres – 1914-1918", Edição do autor, Bruxelas, 1982.

Cardoso, Pedro, "Cronologia Geral", ISCSP e AICP, Lisboa, 1995.

Comissão Técnica da Arma de Infantaria, "Livro de Ouro da Infantaria", Lisboa, 9/4/1922.

Fraga, Luís Alves de, "A Força Aérea na Guerra de África – Angola, Guiné e Moçambique, 1961-1974", Prefácio, Lisboa, 2004.

Henriques, Mendo Castro e Leitão, António Rosas, "La Lys", Colecção Batalhas de Portugal, Prefácio, Lisboa, 2001.

Lousada, Abílio e Escorrega, Luís, "Grandes Comandantes e Batalhas do Exército".

Martins, General Ferreira, "História do Exército Português", Editorial Inquérito LDA, Lisboa, 1945.

Menezes, António, Jornal do Exército Português, Lisboa, 11/1/2011.

Nogueira, Franco, "As Crises e os Homens", Ática, Lisboa, 1971.

INTERNET

http://pt.Wikipedia.org/wiki/Primeira_Guerra_Mundial, (24/3/2014, modificada última vez, 18:20, de 27/1/2014)

Revista Militar
N.º 10 – outubro 2014
pp. 893-907

A arma que mudou a guerra





José A. Matos*
Dr. Matthew M. Hurley**

1. O surgimento do míssil

O poder aéreo na Guiné era a grande vantagem que as forças portuguesas possuíam contra as tropas da guerrilha. Os guerrilheiros não tinham aviação e também não tinham armamento antiaéreo que fosse capaz de impedir a livre circulação dos meios aéreos portugueses na Guiné. Essa vantagem das forças portuguesas desparece, no entanto, em Março de 1973, quando os misseis terra-ar *Strela*-2M de fabrico soviético causam as primeiras baixas na Guiné, com o abate de dois caças Fiat G.91 da Força Aérea Portuguesa (FAP). O primeiro é abatido no dia 25 de Março, na zona de Guileje, no sul da Guiné, muito perto da fronteira com a Guiné-Conakry. O piloto, o tenente Miguel Pessoa, não se apercebe do míssil, mas consegue ejectar-se e é recuperado[1]. Três dias mais tarde, a 28 de Março, outro Fiat, desta vez pilotado

* Investigador independente em história militar, tem feito investigação sobre as operações da Força Aérea na Guerra Colonial, principalmente na Guiné. É colaborador da revista *Mais Alto,* da Força Aérea Portuguesa e tem publicado também o seu trabalho em revistas europeias, em França, Inglaterra e Itália.

** Dr. Matthew M. Hurley, PhD. Coronel na reserva da Força Aérea norte-americana (USAF). Foi Chefe de Divisão da Secção da USAF no Pentágono, em Washington DC. Durante sua carreira militar esteve colocado nos Estados Unidos, Europa, Ásia, Médio Oriente e África, e exerceu também funções de apoio a operações na Bósnia e na Somália. Formou-se com distinção na Academia da Força Aérea dos EUA e no Air Command and Staff College da mesma força. Em 2009, fez o seu doutoramento em História na Universidade Estatal do Ohio. A sua dissertação analisou as operações da Força Aérea Portuguesa durante a guerra colonial, na Guiné. Para além da guerra na Guiné, tem também trabalhos publicados sobre operações da Força Aérea de Israel, a primeira Guerra do Golfo e desenvolvimentos cibernéticos na esfera militar.

1 Informação n.º 218/73-DSInf2 da Delegação da Guiné da DGS, Assunto: Actividade do PAIGC, 3 de Abril de 1973, ANTT, Arquivos da PIDE, Processo 641/61 PAIGC, pasta 9, fls. 102/104.

pelo tenente-coronel Almeida Brito, também é abatido no sul da Guiné. O avião de Almeida Brito explode no ar provocando a morte do piloto[2]. Na semana seguinte, a 6 de Abril, a Força Aérea perde ainda dois aviões ligeiros de transporte DO-27 e um avião de ataque ligeiro T-6G, juntamente com os respectivos pilotos, devido à acção do míssil[3]. Para as tropas portuguesas é uma escalada na guerra com a qual não estavam a contar. Para o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) é a derradeira arma para vencer a guerra.

A gravidade da situação surge bem espelhada numa informação que o Inspector-Adjunto Fragoso Allas, chefe da delegação da Direcção-Geral de Segurança (DGS), na Guiné, envia para Lisboa, a 9 de Abril, sobre a perda de vantagem da Força Aérea.

> *"Não dispomos de meios aéreos que possam constituir uma força de dissuasão ou que nos permitam castigar duramente as bases de apoio, temos que encarar como muito possível que o PAIGC venha num muito curto prazo de tempo a estabelecer novas áreas libertadas, e dificultar ou impedir o tráfego aéreo e até mesmo a aniquilar algumas guarnições que agora passaram a não poder contar com o apoio aéreo para as defender, evacuar os feridos e reabastecer."*

E mais à frente acrescentava: *"Consideramos muito grave a situação resultante do emprego pelo PAICG de novas armas antiaéreas"* [4]. Na mesma data, a DGS, em Lisboa, tem já informação sobre o míssil, obtida através dos Serviços Secretos Alemães (BND), que a envia ao Secretariado-Geral da Defesa Nacional (SGDN)[5]. Pouco tempo depois, esta informação é difundida pelas três frentes de guerra. Entretanto, o Comando da Zona Aérea da Guiné (COMZAVERDEGUINE) começa a tomar as primeiras medidas cautelares para minorar a ameaça da nova arma.

2. A introdução do míssil na Guiné

Não se sabe com precisão a data em que o míssil chegou à Guiné, mas testemunhos de protagonistas do PAIGC envolvidos directamente no proces-

2 Ibidem.

3 Relatório sobre a situação no Ultramar nº4/73, CTI Guiné, Anexo A, ADN SGDN/1690.

4 Informação n.º 247/73-DSInf2 da Delegação da Guiné da DGS, Assunto: Rep. Guiné – Situação do PAIGC, 9 de Abril de 1973, ANTT, Arquivos da PIDE, Processo 641/61 PAIGC, pasta 7, fls. 190/192.

5 Informação Suplementar do Secretariado Geral da Defesa Nacional, Assunto: União Soviética: Míssil Terra-Ar individual GRAIL (SA-7), Fonte: DGS, 9 de Abril de 1973, Lisboa, ADN SGDN/5681/7.

so, como Luís Cabral, apontam no sentido de que os primeiros mísseis chegaram à Guiné depois da morte de Amílcar Cabral, que ocorreu a 20 de Janeiro de 1973[6]. No mesmo sentido, aponta uma análise pericial feita pelas autoridades americanas aos fragmentos de um SA-7 recolhidos na Guiné, que refere Fevereiro de 1973 como data de fabrico do míssil[7]. É interessante registar a este nível a cooperação que se estabeleceu entre os EUA e Portugal com vista à identificação do míssil.

Com efeito, uma parte do míssil encontrada no norte da Guiné é analisada na embaixada dos EUA, em Lisboa, por técnicos americanos que se deslocam à capital portuguesa, em meados de Maio. O exame pericial feito na embaixada americana conclui que os vários fragmentos recolhidos até então correspondem a uma versão aperfeiçoada do SA-7 (*Strela*-2M), desconhecida nos países ocidentais e fabricada em Fevereiro de 1973[8]. Juntamente com esta peritagem é entregue, a 25 de Maio, no SGDN, um manual técnico da *Missile Intelligence Agency* (MIA) sobre o míssil, que permite, finalmente, às autoridades portuguesas, conhecer a fundo as características e performances das versões conhecidas do SA-7[9].

Pouco tempo depois, em Junho, a secção de propulsão do míssil e um dos conjuntos electrónicos são enviados a título definitivo para os EUA, para uma peritagem mais exaustiva, que originará depois um relatório técnico da *Defense Intelligence Agency* (DIA). A 11 de Setembro, a DIA envia, de Washington para o adido de defesa da embaixada americana em Lisboa, as conclusões da peritagem. A agência informa que estamos perante uma versão do míssil com um sistema de propulsão melhorado, que permite aumentar a velocidade do SA-7 em 20-25%, assim como a sua manobrabilidade, o que aumenta a capacidade do míssil dentro do seu envelope de intercepção contra aeronaves de elevada performance[10]. Tudo indica que o modelo analisado era o *Strela-2M* ou *SA-7B Grail Mod. 1*, introduzido na União Soviética, em 1971, e desconhecido no Ocidente[11]. Desta forma, podemos concluir que o

6 Cabral, Luís, *Crónica da Libertação*, Lisboa, Edições o Jornal, 1984, pp. 433-444.

7 Informação n.º 1387/RB c/anexo da 2ª Repartição do Secretariado Geral da Defesa Nacional para o Estado-Maior do Exército, Assunto: Míssil Terra-Ar, 4 de Junho de 1973, Lisboa, ADN, SGDN/5681/7.

8 Informação n.º 1387/RB c/anexo da 2ª Repartição do Secretariado Geral da Defesa Nacional para o Estado-Maior do Exército, Assunto: Míssil Terra-Ar, 4 de Junho de 1973, Lisboa, ADN, SGDN/5681/7.

9 Manual ST-CS-14-232-72, Dezembro de 1972, Missile Intelligence Agency (MIA), ADN, SGDN/5681/7.

10 Defense Intelligence Agency, teletype message, 111808Z SEP 73, to Defense Attache Office, Lisbon, 11 de Setembro de 1973, ADN SGDN 5681/7.

11 KBM Kolomna Strela-2/-2M (SA-7 'Grail') Man-Portable Anti-Aircraft Missile System in *Jane's Electro-Optic Systems 2011*, 19 Janeiro de 2011.

PAIGC foi o primeiro movimento de guerrilha a usar esta nova versão do míssil. No Vietname, de 1972 a 1973, este tipo de míssil só tinha sido usado pelas forças regulares norte-vietnamitas, e não pelos guerrilheiros vietcongues.

3. As primeiras medidas cautelares

Ultrapassada a fase de surpresa inicial, realizada a análise das perdas sofridas e deduzindo, ainda que empiricamente, o funcionamento da nova arma, dada a escassez de informação, o COMZAVERDEGUINE introduz uma série de condicionamentos nas missões realizadas pelas diversas aeronaves. As primeiras medidas cautelares são adoptadas em meados do mês de Abril e implicam uma série de restrições de voo à Força Aérea, que afectam obviamente o apoio que a FAP prestava às unidades do Exército. Neste capítulo, a reacção portuguesa não foi muito diferente da reacção da Força Aérea americana (USAF) e sul-vietnamita no Sudeste Asiático, quando são confrontadas com este míssil, em 1972[12]. Perante a ameaça, os aviões americanos adoptaram novos parâmetros de voo fora do alcance do míssil[13]. A FAP fez a mesma coisa. Podemos ver agora as primeiras medidas cautelares que foram adoptadas pelos pilotos na Guiné em função do tipo aeronave:

- *T-6G* – Cancelamento das missões de apoio próximo às forças terrestres e de ataque ao solo de natureza independente;
- *Fiat G.91* – Execução apenas de missões de bombardeamento a picar (BOP) e de metralhamento a picar (MAP), com entrada a 10 000 pés (3300 m) e saída a 3000 pés (990 m);
- *DO-27* – Cancelamento das missões de Reconhecimento Visual (RVIS) e de Posto de Controlo Volante (PCV). Redução das missões de TGER e de TEVS (Transportes Gerais e Evacuação);
- *Noratlas* – Execução de missões de transporte limitado a 3000 kg de carga, a fim de assegurar a maior razão de subida das aeronaves dentro da zona de segurança garantida pelas forças terrestres. Canceladas as missões de lançamento de cargas aéreas;
- *C-47 Dakota* – Execução de missões de transporte aéreo limitado a 1500 kg de carga;
- *Alouette* III – Execução de missões de TGER e TEVS por duas aeronaves, a baixa altitude, uma limpa e a outra armada para protecção do conjun-

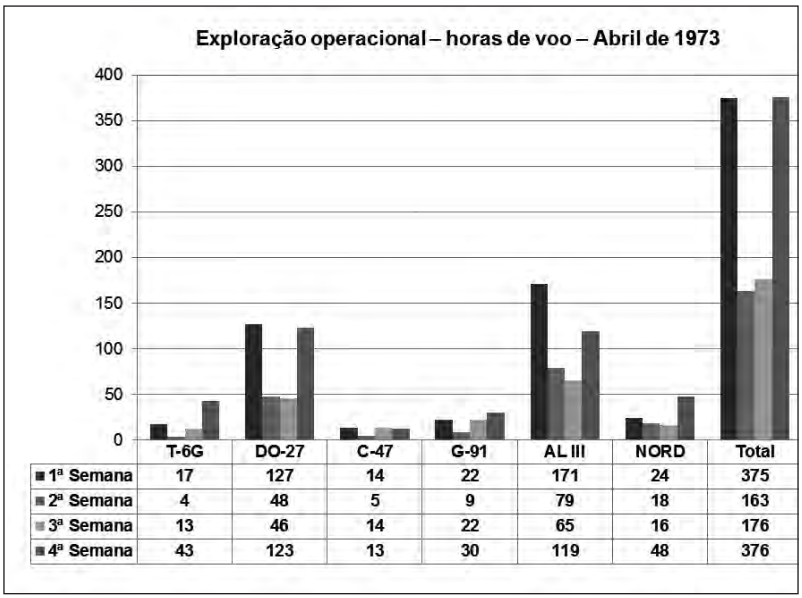
12 New N. Viet Missile Causes Changes in U.S. Pilots' Tactics" (*The Washington Post*, *Times Herald*, 15 July 1972, A12).

13 Oral History Interview of General John W. Vogt, Jr., by Claude G. Morita, Seventh Air Force Historian, 29 November 1973, entitled "Implications of Modern Air Power in a Limited War," typed transcript, in USAF Collection, AFHRA.

to e de apoio de fogo das tropas e do meio aéreo de TEVS, na zona de operações das forças terrestres. Execução de missões de TGER apenas para pistas interditas ao DO-27.

Entretanto, o Comando da Zona Aérea e a DGS na Guiné conseguem obter mais informações sobre o míssil através do testemunho de ex-guerrilheiros que desertaram para o lado português. É o caso de Tcheto Candé, que fornece informações importantes sobre a localização dos vários grupos de mísseis e dos elementos que os comandam[14] e também de Armando Baldé, que dá várias informações sobre o funcionamento do SA-7 e das tácticas usadas pelos grupos de atiradores contra os aviões da FAP[15].

4. A redução da actividade aérea



	T-6G	DO-27	C-47	G-91	AL III	NORD	Total
1ª Semana	17	127	14	22	171	24	375
2ª Semana	4	48	5	9	79	18	163
3ª Semana	13	46	14	22	65	16	176
4ª Semana	43	123	13	30	119	48	376

Gráfico 1 – Exploração Operacional, em Abril de 1973

14 Relatório de interrogatório nº 41/73 anexo à informação 306/73-DSInf 2 da Delegação da Guiné da DGS, 1 de Maio de 1973, ANTT, Arquivos da PIDE, Processo 332-CI (2), pasta 5, fls. 58/62.

15 Relatório Imediato nº 5641/73/DI/3/SC da DGS sobre o míssil solo-ar Strella-2, 31 de Outubro de 1973, ADN/F3/1/1/1.

Além da perda de aviões e de pilotos, o míssil afecta também a actividade aérea da FAP. Através da análise dos SITREP (relatórios de situação) da época verifica-se que a actividade aérea na Zona Aérea de Cabo Verde e Guiné (ZACVG) sofre uma redução muito acentuada na segunda semana de Abril (57% em termos de exploração operacional), embora depois se assista a uma progressiva normalização[16].

Como se pode ver pelo primeiro gráfico relativo à exploração operacional, no final do mês de Abril, as várias aeronaves da ZACVG atingiram já os níveis de actividade do começo do mês, o que significa que a FAP se adaptou à nova ameaça, embora com uma série de restrições operacionais. Pelo gráfico podemos ver que a viragem acontece na terceira semana de Abril, quando as medidas cautelares começam a ser aplicadas. As novas normas de voo e as tácticas defensivas adoptadas são depois objecto de uma directiva do Comandante-Chefe da Guiné, general António Spínola, que, a 29 de Maio, emite a Directiva 20/73, que estabelece definitivamente todos os procedimentos antimíssil a tomar, bem como as normas para os pedidos e acções de apoio aéreo[17].

5. O impacto do míssil nos diferentes tipos de missões

Como já foi dito, através da análise dos SITREP da ZACVG podemos ver facilmente a evolução dos diferentes tipos de missões em qualquer período de 1973[18]. Vamos agora analisar o que aconteceu ao longo do ano. Para uma melhor compreensão dos gráficos apresentados de seguida e elaborados a partir dos dados disponíveis nos SITREP, faz-se aqui uma pequena explicação das abreviaturas utilizadas nos mesmos:

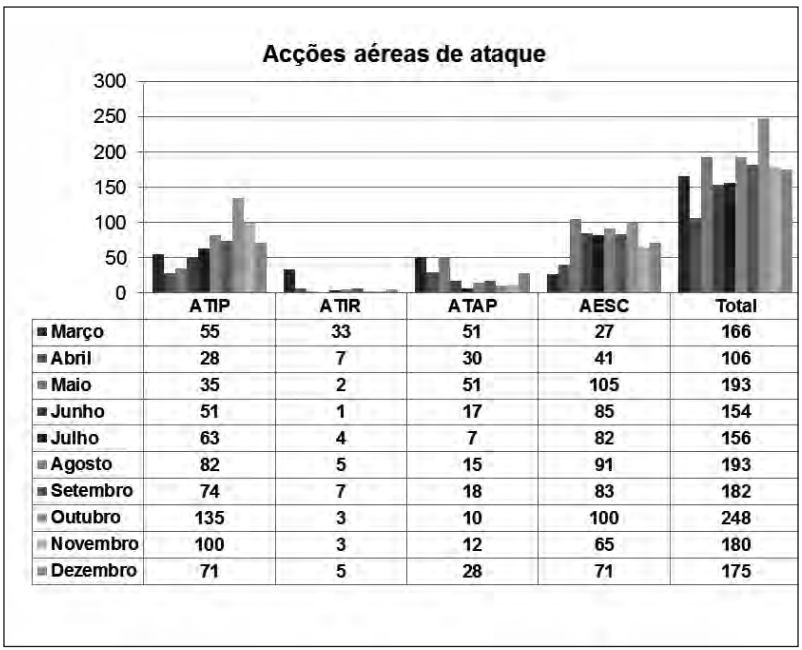
– ATIP – Ataque Independente Preparado
– ATIR – Ataque Independente em Reconhecimento
– ATAP – Ataque de Apoio Próximo
– AESC – Ataque em Escolta
– TMAN – Transporte de Manobra

16 Análise dos SITREPS Circunstanciados n.º 14, 15, 16 e 17/73 do COMZAVERDEGUINÉ, Bissau, ADN/F2/SSR.002/87.

17 Directiva 20/73 do Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné, Bissau, 29 de Maio de 1973, AHM/DIV/2/4/228/2.

18 SITREP circunstanciados do COMZAVERDEGUINÉ, Bissau, ADN/F2/SSR.002/87 e 88.

– TGER – Transportes Gerais
– TEVS – Transporte de Evacuação



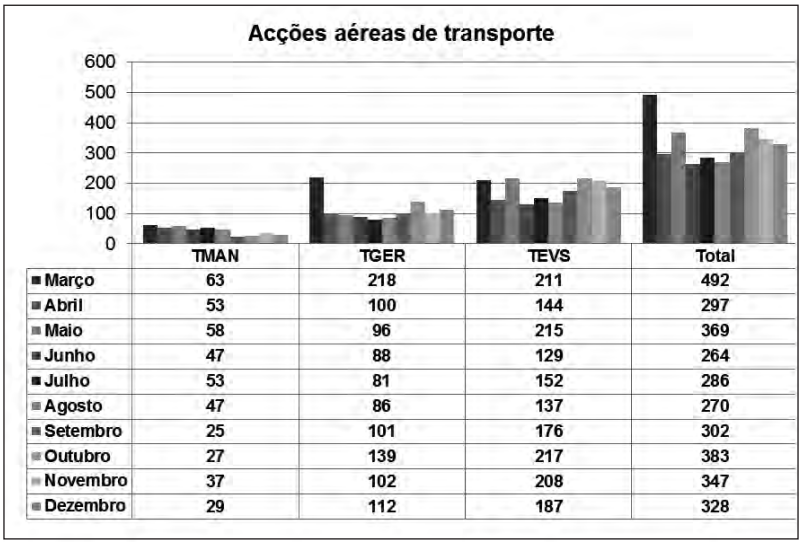
	ATIP	ATIR	ATAP	AESC	Total
Março	55	33	51	27	166
Abril	28	7	30	41	106
Maio	35	2	51	105	193
Junho	51	1	17	85	154
Julho	63	4	7	82	156
Agosto	82	5	15	91	193
Setembro	74	7	18	83	182
Outubro	135	3	10	100	248
Novembro	100	3	12	65	180
Dezembro	71	5	28	71	175

Gráfico 2 – Acções aéreas de ataque, de Março a Dezembro de 1973

Começando pelas missões de ataque, podemos observar no gráfico 2, relativo às acções aéreas de ataque, que há alguma quebra em Abril e nos três meses seguintes, com excepção de Maio, em que se regista um pico de actividade provocado pela crise militar de Guidage e Guileje. De facto, Maio é um mês crítico na Guiné com fortes ataques da guerrilha contra estes dois quartéis. No entanto, como se pode ver pelo gráfico 2, a partir de Agosto, as missões de ataque da FAP aumentam de forma visível atingindo níveis superiores aos de Março. Este aumento deve-se, principalmente, ao uso mais intensivo do *Fiat G.91* a partir de Agosto, que desempenha um papel importante na resposta à guerrilha. De salientar também o pico de actividade em Outubro, um mês em que a guerrilha esteve pouco activa. Por outro lado, além do *Fiat G.91*, um avião *C-47* de transporte é adaptado para missões de bombardeamento nocturno podendo levar bombas de 15 kg, que são depois atiradas à mão por uma abertura na fuselagem na barriga do avião usada habitualmente para instalar máquinas fotográficas. Embora não fossem bom-

bardeamentos de precisão, tinham um efeito psicológico grande sobre a guerrilha. Podemos assim concluir que a Força Aérea manteve e até aumentou as suas acções ofensivas, apesar da presença do míssil.

Vamos agora analisar as missões de transporte muito relevantes no abastecimento dos quarteis do Exército. No que diz respeito a estas missões, a quebra é evidente até Setembro aumentando a partir daí, embora nunca se alcance o número de acções registado em Março. A redução é mais significativa nas missões TGER, importantes no abastecimento das diversas unidades do Exército espalhadas pela colónia.



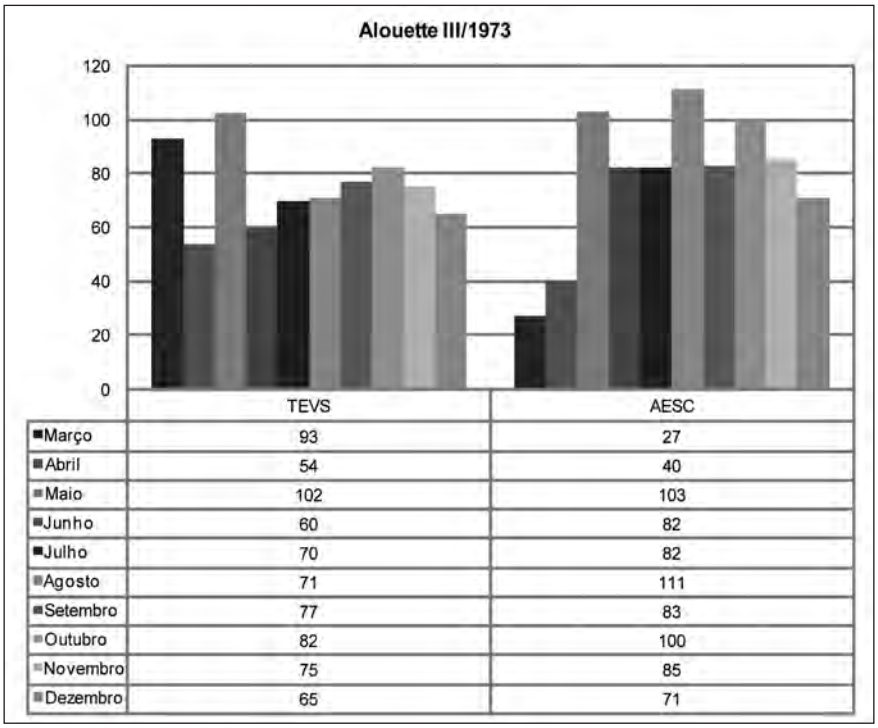
	TMAN	TGER	TEVS	Total
Março	63	218	211	492
Abril	53	100	144	297
Maio	58	96	215	369
Junho	47	88	129	264
Julho	53	81	152	286
Agosto	47	86	137	270
Setembro	25	101	176	302
Outubro	27	139	217	383
Novembro	37	102	208	347
Dezembro	29	112	187	328

Gráfico 3 – Acções aéreas de transporte, de Março a Dezembro de 1973

Relativamente às missões TEVS de evacuação de feridos, convém referir que atingem o pico máximo em Maio, durante a já referida crise militar que ocorreu nesta altura. Os *Alouette* III desempenham, neste âmbito, um papel importante com 102 acções TEVS, no mês de Maio, sendo seguidos pelo DO-27 (87 acções) e pelo *Noratlas* (26 acções)[19]. No entanto, apesar deste pico de actividade em Maio, as unidades mais atacadas pela guerrilha neste período ficam sem evacuação aérea, pois os *Alouette* III experimentam severas dificuldades em actuar nessas zonas, devido à proximidade entre as forças

19 Análise dos Sitreps Circunstanciados n.º 18/73 a 22/73 do COMZAVERDEGUINÉ, Bissau, ADN/F2/16/88.

em confronto, não permitindo que as forças portuguesas assegurem pequenas áreas de aterragem para os helicópteros, livres de tiroteio ou da queda de granadas de morteiro. Além disso, quando os guerrilheiros detectam a presença dos helicópteros, bombardeiam os quartéis ou as pistas. Os aviões ligeiros como o DO-27 também não podem actuar neste cenário, o que provoca graves dificuldades às unidades atacadas.

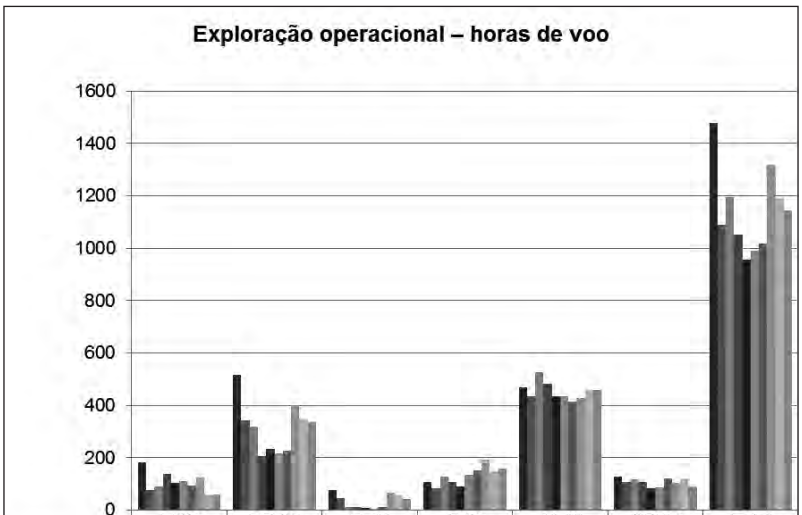


	TEVS	AESC
Março	93	27
Abril	54	40
Maio	102	103
Junho	60	82
Julho	70	82
Agosto	71	111
Setembro	77	83
Outubro	82	100
Novembro	75	85
Dezembro	65	71

Gráfico 4 – Actividade operacional do *Alouette III,* em 1973

Convém, no entanto, referir que a Força Aérea não desistiu da utilização dos helicópteros. Na verdade, para proteger os helicópteros TEVS, decidiu aumentar a protecção armada a estes aparelhos, que começaram a ter dois *Alouette* III armados de escolta (AESC). No gráfico 4, podemos ver uma análise às missões TEVS e AESC do *Alouette* III, ao longo de 1973, revelando que o número de acções de evacuação diminuiu, mas que as acções de escolta aumentaram de forma clara, confirmando o que foi dito anteriormente[20].

20 SITREP circunstanciados do COMZAVERDEGUINÉ, Bissau, ADN/F2/SSR.002/87 e 88.



	T-6G	DO-27	C-47	G-91	AL III	NORD	Total
Março	181	515	78	106	470	129	1479
Abril	77	344	46	83	434	106	1090
Maio	89	319	13	128	528	118	1195
Junho	137	207	13	107	481	107	1052
Julho	105	232	10	92	433	84	956
Agosto	112	215	4	136	434	88	989
Setembro	95	228	11	151	413	120	1018
Outubro	125	400	65	194	427	105	1316
Novembro	59	349	56	149	457	120	1190
Dezembro	58	334	44	158	459	92	1145

Gráfico 5 – Exploração operacional, em 1973

Por último, podemos analisar a exploração operacional das várias aeronaves da ZACVG, através do gráfico 5. O efeito do míssil é evidente, principalmente, nos aviões de hélice e menos significativo no *Alouette* III e no *Fiat G.91*. O caça italiano é mesmo o único meio aéreo que aumenta a sua actividade operacional ao longo do ano em análise. No saldo final, todavia, a exploração operacional do grupo operacional ressente-se com o míssil ao longo do ano, ficando sempre abaixo dos níveis de Março de 1973.

6. A saída de Spínola

Apesar do agravamento da situação militar, principalmente durante a crise militar de Guidage, Guileje e Gadamael, o regime político em Lisboa nunca expressou qualquer interesse em negociar a descolonização com o PAIGC,

apostando na manutenção da guerra e no reforço da capacidade militar das forças no terreno. O primeiro alerta quanto à gravidade da situação é dado por Spínola, a 22 de Maio de 1973, quando escreve uma carta ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), general Costa Gomes, e ao ministro do Ultramar, Silva Cunha, pedindo um reforço de meios para a Guiné *"não tanto em ordem à obtenção do sucesso militar, mas tão-somente à prevenção de um colapso a prazo mais dilatado"*[21]. Spínola alerta Costa Gomes e Silva Cunha para a possibilidade de um colapso militar na Guiné, o que provoca grande preocupação em Lisboa. É então decidido enviar o CEMGFA à colónia para se inteirar da situação[22]. Costa Gomes desloca-se à Guiné, a 6 de Junho, e fala com os diversos sectores militares para diagnosticar a situação. No fim da visita, a 8 de Junho, preside a uma reunião no quartel-general em Bissau, com a presença de Spínola e dos principais comandantes militares no território. Durante a reunião, os oficiais presentes defendem que a situação militar exige um retraimento do dispositivo que evite o aniquilamento das guarnições de fronteira e concentre meios na zona mais interior da província de forma a "*ganhar tempo e consolidar um reduto final que "in extremis" ainda possa permitir uma solução política do conflito*"[23]. Outra preocupação manifestada na reunião é a possibilidade da guerrilha usar meios aéreos e Spínola alerta para a *"extrema gravidade que se revestirá um ataque aéreo a Bissau, dada a vulnerabilidade dos órgãos essenciais de apoio logístico"*[24]. Face a esta análise, Spínola salienta a necessidade urgente de novos meios de combate na Guiné capazes de contrabalançar o crescente poderio militar do PAIGC, mas recebe de Costa Gomes a resposta, de que não é possível reforçar o teatro de operações com os pedidos feitos por Spínola, mas que concorda com a remodelação do dispositivo no sentido da retracção das unidades de fronteira[25].

A impossibilidade de fornecer novos meios de combate e a alteração no dispositivo levam Spínola a pedir ao Governo a sua substituição na Guiné, o que só aconteceria em Setembro de 1973, com a chegada a Bissau do general Bettencourt Rodrigues. É já com Bettencourt Rodrigues que as forças portuguesas na colónia recebem algum reforço militar em homens, material antiaéreo obsoleto e um navio patrulha, mas nada que permita aumentar

21 Spínola, António, *País Sem Rumo*, Editorial SCIRE, 1978, p. 56.
22 Cunha, Silva, *O Ultramar, a Nação e o 25 de Abril*, Coimbra, Atlântida Editora, 1977, p. 53.
23 Acta da reunião de comandos de 8/6/73, Secretariado-Geral da Defesa Nacional, Processo n.º 2202, Pasta A, ADN F3/17/34/4.
24 Ibidem.
25 Ibidem.

substancialmente o potencial de combate na Guiné[26]. No entanto, o Governo de Marcelo Caetano vai preparando secretamente uma série de aquisições militares que passam essencialmente pela compra de novos aviões de combate e de transporte para a Força Aérea e de mísseis antiaéreos para o Exército, além de material de Artilharia. Para isso, efectua um empréstimo considerável junto da República da África do Sul (RAS), o grande aliado que Portugal tem na África austral.

7. O apoio sul-africano

Os contactos com os sul-africanos já tinham vários anos. Na verdade, desde 1972 que o Ministério da Defesa português discutia com o seu congénere sul-africano, a possibilidade de um empréstimo considerável da ordem dos 150-160 milhões de rands para a compra de material militar destinado ao Exército e à Força Aérea[27]. No entanto, as negociações para este grande empréstimo só começam no final de Agosto de 1973, em Pretória, sendo concluídas no final do ano. Finalmente, a 8 de Março de 1974, é assinado um acordo de empréstimo de 150 milhões de rands (6 milhões de contos) entre Portugal e a África do Sul, para a compra de material de guerra, em prestações mensais de 5 milhões de rands[28]. É o dinheiro de Pretória que permite a Lisboa obter os novos meios de defesa para a Guiné. Silva Cunha, que agora é ministro da Defesa, envia, a 4 de Março, ao seu homólogo sul-africano, uma lista com uma série de material de guerra que Portugal pretendia obter ao abrigo do empréstimo sul-africano. A lista é longa, mas estamos a falar, no essencial, de material de artilharia, munições, sistemas de defesa antiaérea e caças supersónicos *Mirage*, além de aviões de transporte e de observação[29].

Estas novas aquisições entusiasmam Bettencourt Rodrigues que, no início de Março de 1974, visita Silva Cunha, em Lisboa, sendo informado pelo ministro dos planos de rearmamento das forças armadas. Depois de regressar a Bissau, Bettencourt Rodrigues escreve a Silva Cunha dando conta que tinha ficado positivamente surpreendido *"com o esforço feito no sector do rearma-*

26 Estudo do CCFAG sobre a área do Boé, Secretariado-Geral da Defesa Nacional, Processo n.º 2202, Pasta A, ADN F3/17/34/4.

27 Informação nº 305/72 do Secretariado Geral da Defesa Nacional, Assunto: Lista de materiais a apresentar à RAS, 19 de Agosto de 1972, ADN F3/25/58/21.

28 Memorial sobre o acordo do empréstimo de 150 milhões de rands firmados com a R.A.S., Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), 18 de Setembro de 1975, ADN F3/20/48/64.

29 Carta do Ministro da Defesa Nacional para o Ministro da Defesa da República da África do Sul, Lisboa, 4 de Março de 1974, AHD, PAA 1140.

mento e reequipamento das forças armadas" e que esperava obviamente que os novos equipamentos chegassem à Guiné o mais breve possível para lhes dar uso na próxima época[30]. Esta carta mostra que a intenção de Bettencourt Rodrigues era obviamente continuar a guerra com um reforço do poder militar português através de novos armamentos.

8. Os contactos de Londres

Sensivelmente, na mesma altura, em finais de Março, o ministro português dos Negócios Estrangeiros, Rui Patrício, envia a Londres um diplomata português, José Manuel Villas-Boas, para encetar contactos com uma delegação do PAIGC e oferecer a independência política da Guiné, todavia, sem estabelecer um calendário. Este contacto, altamente secreto, visava sobretudo obter um cessar-fogo na Guiné e abrir caminho para a independência, que viria numa fase posterior. Depois de um primeiro encontro sem grandes desenvolvimentos, foi marcado um segundo, para Maio de 1974, que nunca chegou a ter lugar devido à Revolução de Abril[31]. Até hoje, ainda não se sabe até que ponto Marcello Caetano tinha conhecimento desta iniciativa, pois não lhe faz qualquer referência nas suas memórias. João Hall Themido, que na altura era embaixador em Washington, conta, nas suas memórias, que Caetano limitou-se a não proibir esse encontro, transferindo todas as responsabilidades para Rui Patrício[32]. Seja como for, não se percebe qual a verdadeira intenção de enviar Villas-Boas a Londres, quando o Governo português tentava desesperadamente reforçar o seu poder militar na Guiné e nas restantes colónias com a aquisição de novos armamentos. O próprio Rui Patrício envolve-se nas negociações para a compra dos *Mirage*, pressionando o Governo francês a vender os caças sem restrições, pois Paris não queria autorizar o estacionamento destes aviões na Guiné[33]. Pressiona também Washington para vender mísseis terra-ar portáteis para serem usados na Guiné[34]. Por ou-

30 Carta do Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné para o Ministro da Defesa Nacional, 12 de Março de 1974, ADN/F1/29/7.

31 Villas-Boas, José Manuel, *Caderno de Memórias*, Lisboa, Editora Temas e Debates, 2003, pp. 100-106.

32 Themido, João Hall, *Dez anos em Washington 1971-1981*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1995, p. 151.

33 Matos, José, *A história secreta dos Mirage portugueses*, 2ª parte, Revista Mais Alto n.º 401, 2013, p. 29.

34 Matos, José, *La psychose des MiGs dans la guerre de Guinée*, Airmagazine n.º 61, 2014, pp. 70-71.

tro lado, a longa lista de material de guerra que Silva Cunha envia ao seu colega sul-africano, em Março de 1974, para ser financiada pelo empréstimo de Pretória, não indica que o Governo português estivesse particularmente interessado em negociar a paz. O ministro do Ultramar, Baltazar Rebelo de Sousa, autoriza na Guiné, em Janeiro de 1974, contactos exploratórios com o Senegal de forma a intermediar um encontro com Luís Cabral do PAIGC, mas sem qualquer intenção de negociar a descolonização[35]. Sendo assim, é lícito concluir que a opção de Marcello Caetano em relação ao Ultramar foi sempre a solução militar e que os contactos de Londres não passaram de uma manobra dilatória para ganhar algum tempo, enquanto não chegavam as novas armas. Só que o rumo da história de Portugal e das colónias africanas estava prestes a mudar às mãos dos capitães de Abril, muitos deles ex-combatentes na Guiné. Cansados da guerra e da falta de soluções políticas, este movimento de jovens oficiais transformou-se, rapidamente, num movimento militar de contestação ao Governo levando a cabo o golpe militar de 25 de Abril[36].

9. Conclusões

Em conclusão podemos salientar alguns aspectos que parecem ser de particular interesse no impacto que os mísseis terra-ar tiveram na guerra da Guiné.

Em primeiro lugar, foi durante a guerra da Guiné que, pela primeira vez, uma força de guerrilha usou este novo tipo de arma. No Vietname, de 1972 a 1973, este tipo de míssil só tinha sido usado pelas forças regulares norte-vietnamitas, e não pelos guerrilheiros vietcongues. Depois da Guiné, estes mísseis aparecem nas mãos de forças irregulares na Europa, no Médio Oriente, América Latina, também em África e em toda a Ásia. A Guiné, no entanto, representou o primeiro teste.

Em segundo lugar, a guerra na Guiné também representou o primeiro uso em combate de uma nova versão do míssil Strela, o *Strela*-2M, conhecido na OTAN como *SA-7B* "*GRAIL Mod. 1*" As forças ocidentais nunca antes tinham visto esta versão em combate e tiveram assim a oportunidade de analisar o míssil a partir de fragmentos recolhidos na Guiné.

Em terceiro lugar, a reacção da Força Aérea Portuguesa foi semelhante à da Força Aérea americana (USAF) e sul-vietnamita, no Sudeste Asiático.

35 Ver Operação Pirada ADN/F3/17/35/12.

36 Lemos, Mário Matos e, *O 25 de abril, uma síntese, uma perspectiva*, Lisboa, Editorial Notícias, 1986, pp. 61-91.

Implementou rapidamente várias contramedidas que reduziram a eficácia do míssil.

Em quarto lugar, a reacção da Força Aérea reduziu o impacto táctico da nova arma. Embora surpreendidos inicialmente, os pilotos conseguiram contornar a ameaça antiaérea e recuperar o controlo sobre a generalidade das acções de apoio que prestavam às forças terrestres.

Em quinto lugar, apesar do agravamento da situação militar, o regime político em Lisboa nunca expressou qualquer interesse em negociar a descolonização com o PAIGC, apostando na manutenção da guerra e no reforço da capacidade militar das forças portuguesas. Para isso, serviu-se do apoio sul-africano que o regime de Pretória dava a Portugal para a manutenção da guerra e valendo-se de um empréstimo considerável tentou reequipar as forças armadas.

No entanto, o falhanço em negociar uma solução política contribuiu para a Revolução de Abril e para o golpe militar que mudaria profundamente a situação política no país e nas colónias.

Bibliografia

Cabral, Luís, *Crónica da Libertação*, Lisboa, Edições o Jornal, 1984.

Cunha, Silva, *O Ultramar, a Nação e o 25 de Abril*, Coimbra, Atlântida Editora, 1977.

Lemos, Mário Matos e, *O 25 de abril, uma síntese, uma perspectiva*, Lisboa, Editorial Notícias,1986.

Matos, José, *A história secreta dos Mirage portugueses*, 2ª parte, Revista Mais Alto n.º 401, 2013.

Matos, José, *La psychose des MiGs dans la guerre de Guinée*, Airmagazine n. º 61, 2014.

Spínola, António, *País Sem Rumo*, Editorial SCIRE, 1978.

Themido, João Hall, *Dez anos em Washington 1971-1981*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1995.

Villas-Boas, José Manuel, *Caderno de Memórias*, Lisboa, Editora Temas e Debates, 2003.

Arquivos consultados

Arquivo da Defesa Nacional (ADN)

Air Force Historical Research Agency (AFHRA)

Arquivo Histórico-Diplomático (AHD)

Arquivo Histórico-Militar (AHM)

Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (ANTT)


ANUNCIE
NA
Revista Militar
GRANDE EXPANSÃO
EM PORTUGAL
E NO ESTRANGEIRO

Revista Militar
N.º 10 – outubro 2014
pp. 909-911



Coronel Nuno Miguel Pascoal Dias Pereira da Silva*

I – Crónicas Militares Nacionais

Cimeira da OTAN

Como resultado da Cimeira da OTAN que decorreu em Cardiff, entre 4 e 5 de setembro de 2014, os 28 países membros da OTAN apoiam a criação de uma força de intervenção rápida.

Portugal esteve representado na Cimeira pelo Primeiro-ministro Dr. Pedro Passos Coelho, pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros Dr. Rui Machete e pelo Ministro da Defesa Nacional Dr. José Pedro Aguiar-Branco.

Em conferência de imprensa e como resposta ao comportamento da Rússia relativamente à Ucrânia e à ameaça do *'jihadismo'*, o secretário-geral da OTAN, Anders Fogh Rasmussen, explicou que as decisões tomadas pelos líderes dos 28 países membros do Conselho do Atlântico Norte, passam pela criação de uma força de intervenção "muito reativa", que possa ser destacada em poucos dias para qualquer lugar do mundo e comandada a partir de uma "presença permanente" no leste europeu.

Sobre a participação de Portugal nessa força de intervenção, o Primeiro-ministro afirmou que "é prematuro" dar agora uma "resposta clara" sobre a mesma, tendo ainda o Ministro da Defesa Nacional declarado que o "trabalho de desenvolvimento em relação às medidas que agora foram aprovadas vai acontecer até fevereiro de 2015", existindo, portanto, "tempo a preencher do ponto de vista da execução das medidas" aprovadas.

* Secretário da Assembleia Geral da Revista Militar.

Na mesma ocasião, o Primeiro-ministro anunciou ainda que Portugal irá contribuir com "material militar não letal" para apoiar a Ucrânia, a partir de uma "lista de necessidades elaborada pelas autoridades de Kiev".

O Chefe do Estado-Maior da Armada anunciou que Portugal vai comprar novos navios patrulha

O Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Luís Manuel Fourneaux Macieira Fragoso, numa longa entrevista à RTP, em 22 de setembro de 2014, afirmou que, até ao final do corrente ano, Portugal vai comprar quatro navios patrulha à Dinamarca.

O Almirante Macieira Fragoso, no decorrer da entrevista, não especificou quais os navios que vão ser adquiridos, embora se saiba que serão os patrulhas das classe "*Flyvefisken"*.

Ao todo, foram construídos catorze navios deste tipo, entre os anos de 1985 e 1995. Três deles foram vendidos à Lituânia e um mantém-se ao serviço da Dinamarca, os dez restantes foram retirados do serviço entre 2006 e 2012, o que significa que têm tempos de serviço que oscilam entre os 15 e os 22 anos.

O Almirante Macieira Fragoso revelou que os navios custarão 30 milhões de euros, o que considerou ser um excelente negócio, muito embora necessitem de algumas atualizações, facto que elevará o custo final dos navios.

Os navios da classe "*Flyvefisken"* precisam entre 19 a 29 tripulantes para operar, consoante as diferentes configurações. Graças ao sistema Modular "StanFlex", os navios podem ser configurados para diferentes missões, com diferentes armamentos, nomeadamente, com mísseis *"Harpoon"* e *"Sea Sparrow",* que já são usados pela Marinha nas suas fragatas.

Programa das Viaturas Blindadas de Rodas 8x8 *Pandur II* renegociado

O Programa inicial de aquisição de viaturas blindadas *Pandur*, assinado em 2005, previa a receção de 240 VBR para o Exército e vinte para a Marinha (Fuzileiros).

O contrato de fornecimento das referidas viaturas conheceu diversos atrasos, tendo-se atingido o ponto de incumprimento, em outubro de 2012, facto que levou o governo português a rescindir o contrato e a pedir uma indemnização ao fabricante.

De acordo com um comunicado, de 26 de setembro de 2014, do Ministério da Defesa Nacional, foi conseguido um acordo com a *General Dynamics, European Land Systems GmbH*, no respeitante ao fornecimento de parte das *Pandur II* que Portugal havia inicialmente contratado.

De acordo com a renegociação, Portugal receberá, ora, mais vinte e duas VBR, o que significa que o Exército ficará com um total de 188, em vez das 240 inicialmente contratadas, e a Marinha sem qualquer VBR das 20 previstas, caindo assim por terra a reconstrução da capacidade blindada do Corpo de Fuzileiros.

Ministro da Defesa Nacional em exercício sobre o "vírus ébola"

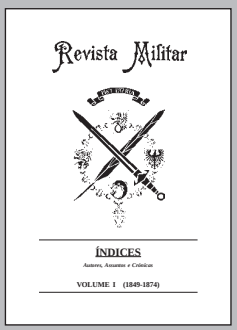
O Ministro da Defesa Nacional, Dr. José Pedro Aguiar-Branco, assistiu, no dia 30 de setembro de 2014, a um exercício de prontidão da Força Aérea Portuguesa para minimizar os riscos do "vírus ébola", que decorreu na Base Aérea do Montijo.

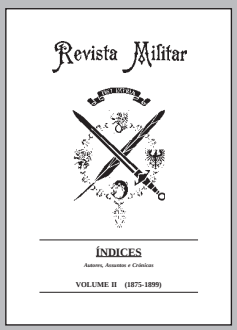
Na ocasião, o Ministro da Defesa Nacional afirmou que "devemos ter uma dimensão preventiva, e sabendo que o risco de propagação é grande, de acautelar e ter o máximo de condições para minimizar os riscos que podem ocorrer".

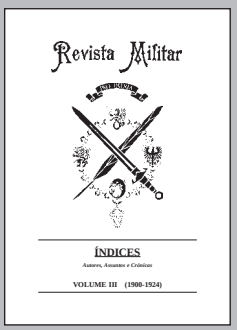
O Ministro da Defesa Nacional, acompanhado pelo Diretor-Geral de Saúde Dr. Francisco George, visitou a aeronave preparada para esta missão, com simulação de doente a bordo, e inteirou-se dos procedimentos seguintes de entrega do doente ao INEM.

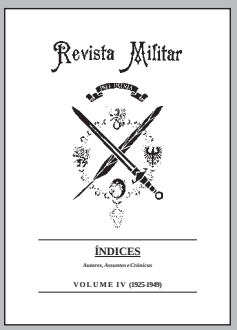
O Ministro da Defesa Nacional afirmou ainda que a prioridade das Forças Armadas portuguesas tem em vista levar a cabo a "evacuação de algum militar nacional que esteja a cumprir alguma operação em teatro de operação de risco", embora o âmbito da missão possa ser alargado.

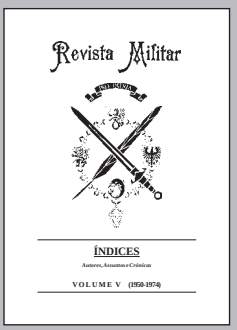
À venda na Revista Militar

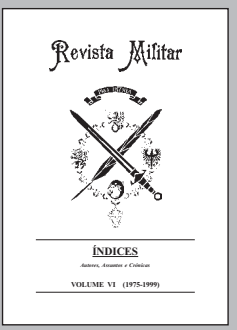




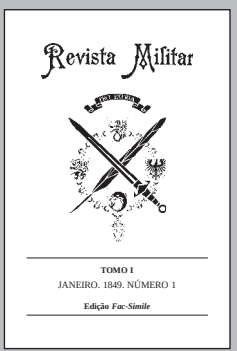








12,50 € cada



10 €

Revista Militar



Fundada em 1848 2ª Época 1905
Publicação iniciada em Janeiro de 1849

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

II Século – 66º Volume – N.º 11

N.º 2554 – Novembro de 2014

FICHA TÉCNICA

Título: *Revista Militar*
Publicação mensal, N.º 2554, novembro de 2014
Direção: Presidente: General José Luiz Pinto Ramalho
Diretor-Gerente: Major-general Adelino de Matos Coelho
Diretor-Administrador: Coronel Alfeu Raul Maia da Silva Forte
Serviços Administrativos: Chefe da Secretaria: Maj Paulo José Belo Furtado
Adjunto da Secretaria: SCh António José dos Santos Candeias
Tesoureiro: 1Sar Jorge Manuel Jesus Henriques
Auxiliar: Sold Diogo Alexandre da Cunha Nunes
Propriedade/Edição: Empresa da Revista Militar – NIPC 501417370
Redação e Administração: Campo de Santa Clara, 62 – 1100-471 LISBOA
Correio electrónico: rm@revistamilitar.pt
Telefone/Fax: 218 870 754

Internet: www.revistamilitar.pt
Administrador do Portal: CFR Armando José Dias Correia

Composição, impressão e distribuição:
EUROPRESS, Editores e Distribuidores de Publicações, Lda.
Praceta da República, N.º 15, Póvoa de Santo Adrião
2620-162 PÓVOA DE SANTO ADRIÃO
Telef: 219381450 • Fax: 219381452 • LISBOA – PORTUGAL
ISSN: 0873-7630
Depósito legal: 110304/97
Tiragem: 600 exemplares
Registo ERC Nº 109323

CONDIÇÕES DE ASSINATURA (IVA 6%)

• **Assinaturas anuais (9 números)**	**Euros**
- Militares	10,00
- Civis	15,00
- Entidades	17,00
- Estrangeiro (acrescem portes de correio)	34,00
• **Número avulso**	7,00

Apoio:

DEFESA

Montepio

Revista Militar

IN MEMORIAM 919
General José Alberto Loureiro dos Santos

Editorial 927
General José Luiz Pinto Ramalho

Quarenta anos de reformas nas Forças Armadas: Uma avaliação 929
General Gabriel Augusto do Espírito Santo

Republicação de Editoriais 977

Revista Militar, Volume 153, nº 1, janeiro de 2001, pp 11-19 979

Revista Militar, Volume 163, nº 12, dezembro de 2011, pp 1493-1495 981

Republicação de Artigos 985

Nação, Estado e Instituição Militar 987
Revista Militar, Volume 159, nº 12, dezembro de 2007, pp 1339-1373

Valores, relações civis militares e cultura para a defesa 1021
Revista Militar, Volume 164, nº 12, dezembro de 2012, pp 1147-1156

Menções de Pesar 1031

Condolências do Presidente da República 1033
Prof. Doutor Aníbal Cavaco Silva

Em memória 1035
Dr. Júlio de Castro Caldas

Gabriel Espírito Santo (1935-2014): o meu Tenente-coronel de abril 1037
Prof. Doutor Jorge Braga de Macedo

Evocação do General Gabriel Augusto do Espírito Santo 1039
General António Eduardo Queiroz Martins Barrento

Condolências da Associação de Comandos 1041
Dr. José Lobo do Amaral

General Espírito Santo: Um Chefe Militar Valoroso 1043
Tenente-coronel PilAv João José Brandão Ferreira

General Gabriel Espírito Santo 1045
Tenente-coronel Abílio Pires Lousada

Bibliografia do General Gabriel Augusto do Espírito Santo, na *Revista Militar* 1047

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores.
A Direção agradece a colaboração segundo as normas tradicionais da "Revista Militar".

Corpos Gerentes – 2014

Assembleia Geral

Presidente: *General* José Manuel da Silva Viegas
Vice-Presidente: *Tenente-general PilAv* António de Jesus Bispo
Secretários:
Coronel Nuno Miguel Pascoal Pereira da Silva
Tenente-coronel Francisco Miguel G. P. Proença Garcia

Direção

Presidente: *General* José Luiz Pinto Ramalho
Vogais Efetivos:
Tenente-general João Carlos de Azevedo Araújo Geraldes
Vice-almirante António Manuel Fernandes da Silva Ribeiro
Major-general Manuel António Lourenço de Campos Almeida
Major-general Adelino de Matos Coelho
Major-general PilAv Manuel Fernando Rafael Martins
Major-general João Jorge Botelho Vieira Borges
Coronel Alfeu Raúl Maia da Silva Forte
Coronel Nuno António Bravo Mira Vaz
Vogais Suplentes:
Tenente-coronel Paulo Fernando Viegas Nunes
Tenente-coronel PilAv João Paulo Nunes Vicente
Tenente-coronel Manuel Alexandre Garrinhas Carriço

Conselho Fiscal

Presidente: *Major-general* Luís Augusto Sequeira
Vogais Efetivos:
Capitão-de-mar-e-guerra José António Rodrigues Pereira
Tenente-coronel Luís Manuel Brás Bernardino
Vogal Suplente:
Major PilAv Nuno Gonçalo Caseiro Miguel



General Gabriel Augusto do Espírito Santo
(8 de outubro de 1935 – 17 de outubro de 2014)

IN MEMORIAM

General Gabriel Augusto de Espírito Santo

(1935-2014)

1. Deixou-nos o General Espírito Santo. Inesperadamente e de repente. Quando convivia com os seus mais próximos, comemorando o aniversário de um dos seus netos.

À medida que íamos tendo conhecimento do seu desaparecimento, ficávamos todos em choque e com a sensação da sua morte ter criado um vazio que ninguém poderá preencher: do familiar extremoso, que idolatrava a família; do camarada e amigo carinhoso sempre pronto para ajudar a resolver qualquer problema que nos apoquentasse; do militar competente em todos os domínios em que se envolvia, ou por dever do serviço ou por iniciativa própria.

O reconhecimento público que lhe foi manifestado demonstra bem a qualidade do militar, do académico e acima de tudo do Homem.

Desde as mais altas individualidades do país, ao português comum que teve a sorte de o conhecer ou com ele privar, particularmente, todos quantos tiveram a honra de servir sob as suas ordens ou de com ele trabalhar, quer como oficial de estado-maior como em funções de comando nos sucessivos graus hierárquicos, bem como nas suas facetas de diplomata, de professor, de investigador e escritor ou conferencista, todos demonstraram reconhecimento pelo que nos deu e pelos serviços que prestou.

Reconhecimento bem sentido durante as cerimónias fúnebres que o acompanharam até ao talhão de combatentes no cemitério de Oeiras.

O General Espírito Santo nasceu na freguesia de Santa Maria, em Bragança, no dia 8 de Outubro de 1935. Filho de Armando Augusto do Espírito Santo e de Irene da Conceição de Sá Pilão. Casou com Maria Antoinette Figueiredo Marcelo, no dia 6 de Maio de 1961. Do casamento nasceram dois filhos, Rui Miguel e João Paulo, e uma filha, Isabel Maria.

Iniciou os estudos do secundário num Colégio de Penafiel, onde vivia na casa de um tio, e conclui-os no Liceu D. Manuel II, onde tive a sorte de ser seu colega e amigo, terminando o então 7º ano do Liceu com as mais altas classificações.

Assentou praça como voluntário na Escola do Exército (atual Academia Militar), em 15 de Outubro de 1953, dia em que começou a sua brilhante carreira militar, durante 49 anos, ao serviço do Exército, das Forças Armadas, portanto do país, que viria a terminar em 8 de Outubro de 2000.

Ao longo da sua longa e excecional carreira militar teve oportunidade de sustentar a sua experiência e os seus feitos em sólida formação teórica e prática, pela frequência de numerosos cursos, todos de grande reputação,

onde se houve sempre com o brilho que lhe era habitual: além do Curso de Artilharia da Escola do Exército, também frequentou os Cursos Geral e Complementar de Estado-Maior, o Curso de Comando e Direção do Instituto de Altos estudos Militares, e ainda o Curso de Comando e Estado-Maior do Exército do Brasil. Assim como o Curso do Colégio de Defesa da OTAN (57º Curso) e os Cursos de Planeamento de Forças e de Armamento *Procurement* no IAGH, OTTOBRUN – Alemanha.

2. Para ficarmos com uma imagem real do modo excecional como sempre cumpriu, a enorme competência que sempre revelou e o elevado grau da sua entrega à Pátria e aos seus mais relevantes interesses, transcrevo os termos do expressivo louvor que lhe foi conferido pelo então Ministro da Defesa Nacional, em 19 de Junho do ano que deixou o serviço ativo, que descreve a apreciação da sua vida ao serviço das armas, depois de ter frequentado e concluído o Curso de Artilharia na Escola do Exército e do correspondente tirocínio na Escola Prática de Artilharia, com as mais elevadas classificações e as melhores referências dos seus superiores.

"Louvado (…) pela forma extraordinariamente exemplar, notável, competente e dedicada com ao longo de cerca de 47 anos de serviço efectivo desenvolveu uma excepcional e brilhante carreira militar. O elevado valor dos serviços prestados torna este cidadão e militar de insigne figura, credor do reconhecimento da Nação e das Forças Armadas, cuja expressão se faz através deste público louvor do Ministro da Defesa Nacional. Ao longo de toda a sua carreira militar, o General Gabriel do Espírito Santo creditou-se com um cidadão de excelente formação moral, de esmerada educação e grande nobreza de carácter. Estes atributos constituíram, em conjugação com a sua sobriedade de atitudes e o seu trato afável, a sintonia perfeita para a exemplar capacidade de relacionamento, o singular poder de comunicação e o entusiasmo com que sempre desenvolveu as suas relações sociais de trabalho, de amizade e camaradagem. As suas capacidades pessoais de inteligência, lucidez e ponderação e espírito de iniciativa foram a base da sua invulgar forma de servir, cuja inesgotável capacidade de trabalho, incondicional disponibilidade e apurada noção do essencial, deram o sentido perfeito ao seu consistente e perseverante esforço pessoal de servir Portugal e os Portugueses.

Como militar, a sua personalidade conta também com muitos atributos e virtudes, de que é legítimo desde logo destacar a extrema lealdade, a devoção do sentido de dever e da disciplina sem subserviência, a sua capacidade de liderança e o elevado sentido de responsabilidade, que caldearam toda uma longa, intensa e diversificada carreira no desempenho de altos e prestigiantes cargos, no domínio militar e da administração do Estado.

Como oficial subalterno, desempenhou funções em unidades da sua arma, em especial na Escola Prática de Artilharia, onde a competência profissional, a sua capacidade de estudo e investigação deram corpo à proficiência nas suas funções, principalmente na área da instrução. Como capitão desempenhou funções de instrutor e de comando, onde se distinguiu pelo dinamismo da

sua acção e pelas capacidades de chefia, zelando permanentemente pela consecução e manutenção do elevado nível moral e material dos seus subordinados. De destacar a sua comissão em Moçambique como comandante de bateria do Grupo de Artilharia de Campanha de Nampula, de 1963 a 1965, onde, em campanha, foram notados o seu desembaraço e o seu espírito de missão.

Habilitado com o Curso Geral e Complementar de Estado-Maior, foi professor no Instituto de Altos Estudos Militares, em acumulação de funções com as de adjunto do Gabinete do General CEME, onde confirmou o seu mérito de militar esclarecido e de pedagogo e onde se tornou notória a sua perseverança na busca de soluções originais, racionais e adequadas às possibilidades reais do Exército, para os vários assuntos e questões que lhe foram sendo cometidas. Já como Major, de 1971 a 1973, desempenhou uma comissão de serviço em Angola, na 5ª Secção do Comando da Zona Militar Leste, com responsabilidade específica na área da acção psicológica. Efectuou a estruturação e dinamizou a actividade desta Secção, tirando o maior rendimento dos meios disponíveis e impondo esta valência como factor multiplicador na conduta da contra-subversão, demonstrando, mais uma vez, a sua capacidade organizativa, método, persistência e entusiasmo.

Desempenhou, como major e tenente-coronel, várias funções de Estado-Maior e de assessoria, sendo de destacar as desenvolvidas no Instituto de Defesa Nacional, na área de planeamento dos cursos de Auditores de Defesa Nacional e as de assessor militar na Casa Militar da Presidência da República, de 1976 a 1978, onde a sua lucidez, coerência e ponderação foram timbre do seu trabalho e creditaram-no como um colaborador de inestimável utilidade. Foram-lhe cometidas várias funções de comando, como oficial superior, primeiro, 2º Comandante da Escola Prática de Artilharia, cuja acção, para além da elevada qualidade que lhe era peculiar, foi reconhecida de notável e oportuna, no âmbito dos critérios e conceitos subjacentes ao seu comando que foram ajustados e realistas e os seus serviços considerados importantes e distintos. Como Comandante do Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea de Cascais, em 1982 e 1983, coube-lhe a missão de dar continuidade à revitalização da Artilharia Antiaérea no Exército, reequipando o Centro, reformulando cursos e instrução para adaptação aos novos materiais e assegurando através de uma notável obra na manutenção, ampliação e modernização das infraestruturas e de um espírito de corpo adequado, as condições necessárias a tão importante tarefa. Estes serviços mais uma vez foram reportados de extraordinários, relevantes e distintos. No posto de Coronel, foi também professor e Chefe da 1ª Secção de Ensino (Táctica) do Instituto de Altos Estudos Militares, como Coronel Tirocinado foi Chefe da 3ª Repartição (Operações) do Estado-Maior do Exército, funções em que os seus dotes intelectuais, a sua experiência profissional e o seu espírito prático e realista, permitiram a tomada de decisões importantes no domínio da definição da operacionalidade e modernização do Exército.

Promovido a Brigadeiro, em Fevereiro de 1987, foi-lhe atribuída a função de Chefe do Gabinete do General CEME. O seu trabalho foi profícuo face à

sua incondicional lealdade e disponibilidade, à percepção clara dos problemas e ao relacionamento salutar com que pautou o apoio ao General CEME no relacionamento com os outros Ramos das Forças Armadas, Estado-Maior General das Forças Armadas e Ministério da Defesa Nacional. A nível internacional, cumpriu uma missão de Conselheiro de estudos no Colégio de Defesa da OTAN e, como General, o importante cargo de representante militar no Comité Militar da OTAN (MILREP), onde se revelou profundo conhecedor da estratégia da Aliança e da sua doutrina militar. Mercê da sua firmeza e sensibilidade diplomática, logrou conseguir um elevado teor de informação oportuna às autoridades nacionais, permitindo a tomada de decisões promotoras da defesa dos interesses nacionais e do prestígio das Forças Armadas e da Nação. Como General, desempenhou, sucessivamente, e durante 4 meses, em regime de acumulação, os cargos de Quartel-Mestre General, Comandante da Logística do Exército e de Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército. Nestas funções, levou a cabo as directivas do Comandante do Exército no respeitante ao levantamento do Comando da Logística e à reorganização das Direcções Logísticas e outros órgãos que lhe estavam afectos, materializando uma estrutura mais concentrada e mais racionalizada para o planeamento de curto prazo e para a execução logística no Exército.

Foi nomeado para o cargo de Chefe do Estado-Maior do Exército, que cumpriu de Abril de 1997 a Março de 1998, vindo a ser nomeado para o actual cargo de General Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas em 16 de Março de 1998. Nestas funções, foi notável a sua acção de comando, no âmbito da resposta das Forças Armadas às várias solicitações do poder político, para a participação das Forças Armadas Portuguesas em missões internacionais de apoio à paz, humanitárias e outras em apoio dos interesses específicos do País, nomeadamente nas operações de recolha de cidadãos nacionais. No comando operacional das forças nacionais destacadas, foi determinante a sua acção para o êxito obtido nas várias missões e para o prestígio das Forças Armadas Portuguesas, mesmo em momentos de particular empenhamento, em que as missões se desenvolveram, simultaneamente, em três teatros de operações, alguns longínquos, como é o caso actual na Bósnia-Herzegovina, no Kosovo, e em Timor Leste, um total de 1.700 efectivos. Portugal é credor, actualmente, de uma notoriedade internacional exemplar face a esta capacidade de respeito cabal e eficiente, que tem sabido dar, sempre que lhe foi solicitada pelas várias instâncias internacionais. As missões no âmbito da OTAN, na Bósnia-Herzegovina e no Kosovo, só foram possíveis mediante o planeamento e conduta articulados, realistas e cuidadosos, dirigidos superiormente pelo General CEMGFA, conseguindo-se assim materializar a vontade política e atingir resultados que engrandecem e prestigiam, no mais elevado grau, a imagem da Nação Portuguesa. Relativamente ao levantamento do contingente nacional em Timor, a sua experiência foi fundamental no aconselhamento ao poder político, no levantamento das várias hipóteses e modalidades de participação, sendo a sua direcção crucial durante a negociação e preparação destas operações. Nestas acções apraz realçar a sua

constante preocupação e empenho de que a execução destas operações decorressem de acordo com os conceitos avançados da doutrina militar, em especial a acção conjunta e que as forças participantes fossem equipadas e treinadas mediante os padrões exigidos para novas missões. A sua actividade doutrinária tornou-se visível e foi determinante ao quadro académico e de reflexão sobre a defesa nacional, por via das comunicações, conferências e artigos para a comunicação social, onde foi feita a apologia de melhores, mais modernas e mais dignas Forças Armadas, sempre mediante uma frontalidade austera e responsável. Prestimoso conselheiro do Ministro da Defesa Nacional, foi todavia um líder que sempre pugnou, de forma justa e adequada, pela dignidade da carreira das armas e disso fez o seu propósito do mandato que ora termina. A participação do seu Estado-Maior General e a coordenação de vários grupos de trabalho integrando elementos dos ramos, no âmbito da preparação de diplomas sobre as Forças Armadas, nomeadamente o Estatuto dos Militares das Forças Armadas e o Sistema Retributivo das Forças Armadas, entre outros, foram marcas deste propósito. O Ministro da Defesa Nacional, no momento em que o General Gabriel Espírito Santo deixa as mais altas funções militares do país, pretende destacar à sociedade nacional o homem e militar distintíssimo de quem reserva grande estima e consideração e assim, enaltecer o elevado apreço pelos serviços desempenhados no exercício das mais altas funções de Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas que reputa de mérito excepcionalmente relevante e dos quais resultou honra e lustre para a instituição militar e para a Pátria".

3. Este louvor, cuja expressão é verdadeiramente excecional e representa as notáveis qualidades que o General Espírito Santo demonstrou ao longo de toda a sua brilhante carreira, incluindo duas comissões em campanha, teria de ter consequências. Como teve.

O Presidente da República, Grão-Mestre das Ordens Honoríficas Portuguesas e Comandante Supremo das Forças Armadas e, nesta qualidade, conhecedor da elevada competência e dos extraordinários méritos do General Espírito Santo – seu principal conselheiro para assuntos militares –, conferiu-lhe a mais elevada e honrosa condecoração nacional: o grau de grã-cruz da ordem militar da Torre Espada, do Valor, Lealdade e Mérito.

Só esta condecoração está à altura dos relevantíssimos serviços que o General Gabriel Augusto do Espírito Santo prestou ao Exército, às Forças Armadas e a Portugal.

4. Além da mais importante condecoração nacional, o General Espírito Santo, que somou 22 louvores ao longo de toda a sua carreira, foi agraciado com mais as seguintes condecorações: 1) nacionais: Grã-Cruz da Ordem Militar de Avis, 3 Medalhas de Ouro de Serviços Distintos, 1 Medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma, Medalhas de Mérito Militar de 1ª e de 2ª Classes, Medalha de Ouro de Comportamento Exemplar, Medalha de D. Afonso Henriques – Patrono do Exército – de 2ª Classe, e Cruz de São

Jorge (1ª Classe); estrangeiras: Grã-Cruz da Medalha de Mérito da República Federal Alemã, Medalha de Mérito Militar do Exército Brasileiro (Grande Oficial), Medalha de Mérito Militar de 1ª Classe do Exército de Espanha, Legião de Mérito dos EUA – Grau de *Chief Commander* –, Grã-Cruz de Oficial da Ordem de Mérito da República da Polónia e a Legião de Honra de França (Grau de Comandante).

5. Conforme se pôde ver anteriormente, foram inúmeras as Unidades, Estabelecimentos e Órgãos onde o General Gabriel do Espírito Santo prestou serviço. Cita-se: Regimento de Artilharia Pesada nº 2 (10/09/1957 a 04/12/1957), como subalterno; Escola Prática de Artilharia (04/12/1957 a 01/05/1963), como subalterno e capitão; Região Militar de Moçambique (01/05/1963 a 16/04/1965), como capitão, comandante de uma bataria de Artilharia de Campanha; Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea de Cascais (16/04/1965 a 15/11/1965), como capitão, comandante de uma bataria de Artilharia Antiaérea; Estado-Maior do Exército (15/11/1965 a 20/08/1971), como capitão – frequência do Curso de Estado-Maior no IAEM – e major – Adjunto da Repartição de Gabinete do CEME, frequência do Curso de Comando e Estado-Maior no Brasil, em 1970, acumulando com funções de Professor no IAEM; Região Militar de Angola (20/08/1971 a 29/08/1973), como major, Chefe da Secção de Operações Psicológicas e Assuntos Civis no Comando da Zona Militar Leste; EME (29/08/1973 a 28/05/1975), como major, Adjunto da 5ª Repartição do EME, mais tarde como professor no IAEM; Quartel-General da Região Militar Centro (28/05 a 10/10/1975), como major, Adjunto do Chefe do Estado-Maior do QG; Direção da Arma de Artilharia (10/10 a 03/12/1975), como major, Adjunto de Repartição; Quartel-General da Região Militar de Lisboa (03/12/1975 a 17/08/1976), como major, Chefe de Repartição; Casa Militar do Presidente da República (17/08/1976 a 13/10/1978), como major, Assessor Militar; Escola Prática de Artilharia (13/10/1978 a 03/01/1980), como tenente-coronel, 2º Comandante da Escola; Estado-Maior General da Forças Armadas (03/01/1980 a 10/08/1981), como tenente-coronel e coronel, Adjunto Militar e, posteriormente, Chefe do Gabinete de Planeamento e Chefe do Gabinete do Instituto de Defesa Nacional; Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea de Cascais (11/08/1981 a 21/12/1982), como coronel, Comandante do Centro; Instituto de Altos Estudos Militares (21/12/1982 a 01/06/1983), como coronel, Chefe da 1ª Secção de Ensino e Professor; EMGFA (01/06/1983 a 06/09/1984), como coronel, Assessor de Estudos no Colégio de Defesa NATO; Direção da Arma de Artilharia (06/09/1984 a 02/09/1985), como coronel, frequentando o Curso Superior de Comando e Direção no IAEM; EME (02/09/1985 a 09/04/1991), como coronel, Chefe da 3ª Repartição do EME e como brigadeiro, Chefe do Gabinete do General CEME; EMGFA (19/04/1991 a 02/05/1994), como brigadeiro e, posteriormente, como general, Representante Nacional Permanente no Comité Militar da OTAN; EME (02/05/1994 a 16/03/1998), como general, Quartel-Mestre General do Exército, até Setembro de 1995, general Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, de 23 de Junho de 1995 a 16 de Abril de 1997, e general de quatro estrelas Chefe do Estado-Maior do Exército, até

16 de Março de 1998; EMGFA (16/03/1998 a 08/10/2000), como general Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, data em que saiu da efetividade do serviço, por ter atingido o limite de idade.

Sintetizando, o ritmo das suas promoções foram as seguintes: em 31/08/1957, alferes; 01/12/1959, tenente; 01/12/1961, capitão; 07/07/1966 major; 01/10/1976, tenente-coronel; 31/03/1981, coronel; 16/02/1987, brigadeiro; 23/01/1991, general; 02/05/1994, general de quatro estrelas.

6. A transição do General Espírito Santo para a situação de reforma (fora da efetividade do serviço militar) não representou o fim dos seus mais altos serviços às Forças Armadas e ao país. Apenas se limitou a alterar a natureza das suas atividades, que passaram a ser mais orientadas para a reflexão e o estudo de temas que sempre lhe foram muito caros – a História, nomeadamente a História Militar, o ensino superior universitário, a participação em organizações académicas e científicas, a escrita de numerosas obras cujos ensinamentos perdurarão.

Foi professor na Universidade Católica de Lisboa, e sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa, admitido em 07/03/1968, da Academia Portuguesa de História, onde ingressou em 19/10/2005, com a categoria de Académico Honorário, "título conferido a personalidades nacionais ou estrangeiras de reconhecido prestígio que hajam prestado relevantes serviços à Academia ou à cultura"; e da Sociedade Portuguesa da Independência Nacional.

Pelo alvará nº 7-A/2011 (Diário da República 2º Série – nº 138 – 29 de Julho de 2011), foi nomeado Vogal do Conselho das Antigas Ordens Militares, pelo Presidente da República.

Publicou inúmeros artigos na *Revista Militar* e presidiu à sua Direção, entre 2001 e 2010, sendo conhecidas as mensagens por si enviadas aos poderes do Estado, através dos seus editoriais. E também em numerosas revistas nacionais e estrangeiras, que beneficiaram dos seus artigos de especialidade.

Deixou-nos as seguintes obras de que foi autor: "Montes Claros – A vitória decisiva" (Edição Tribuna da História, 2005); "Restauração" (Edições Quidnovi, 2006); "A Grande estratégia de Portugal na Restauração" (Edições Caleidoscópio, 2009); "O Combate do Côa" (Tribuna da História, 2010); "Um Testemunho do Presente para o Futuro" (1998-2000); "Logística do Exército Anglo-Luso na Guerra Peninsular: uma introdução", co-autor Pedro de Brito (Tribuna da História, 2012); "Da Arte da Guerra À Arte Militar" (Tribuna da História, 2014).

7. O general Espírito Santo deixou-nos. O Gabriel para os seus mais próximos, que nele se reviam e que ele adorava. O Espírito Santo para camaradas e amigos, e para mim e para os oficiais do nosso curso de Artilharia, simplesmente, o "Espírito".

Foi uma perda para as Forças Armadas e para o País. Mas para todos nós, especialmente para a família, foi doloroso demais. Talvez por ter sido de

repente. Por certo, porque todos viam nele não apenas o homem inteligente e probo, bem como o oficial sempre extraordinariamente competente que olhavam como exemplo a seguir, mas principalmente o líder cuja capacidade de relações humanas a todos cativava e entusiasmava e em quem depositavam toda a confiança.

Até sempre, Espírito Santo.

General José Alberto Loureiro dos Santos
Sócio Efetivo da Revista Militar

Revista Militar
N.º 11 – novembro 2014
pp. 927-928

Editorial



General José Luiz Pinto Ramalho*

Como dissemos no número anterior da *Revista Militar*, que já se encontrava em trabalhos de tipografia, no pretérito dia 17 de outubro, fomos surpreendidos pelo súbito falecimento do General Gabriel Augusto do Espírito Santo, antigo Presidente da Direção, durante dez anos (de janeiro de 2001 a dezembro de 2011).

Durante o seu mandato empenhou-se em abordar os grandes temas que importam às Forças Armadas, nomeadamente a Defesa Nacional, a especificidade da Instituição Militar, a Condição Militar e as "relações civis-militares", sempre de forma esclarecida, profunda e sustentada, com frontalidade e chamando à atenção das responsabilidades da sociedade e da tutela política para com aquelas realidades estruturantes do Estado. Fê-lo através dos seus editoriais, artigos e estudos de História Militar e, também com os *Encontros da Revista Militar*, que iniciou, promoveu e ajudou a desenvolver durante vários anos, assim como procurou fazer da mesma um fórum para os militares, para apresentação de ideias e debate.

A Direção da *Revista* dedica este número de novembro de 2014 à memória do General Gabriel do Espírito Santo, homenageando assim a figura do General, do Académico, do Camarada e do Amigo que foi para todos nós em geral e para mim em particular, que tive a honra e o privilégio de o render na direção da *Revista Militar*. É com esse intuito que se publica o artigo inédito «Quarenta anos de reformas nas Forças Armadas: uma avaliação» que o General Espírito Santo fez chegar à *Revista*, em 8 de outubro, no dia do seu septuagésimo nono aniversário e sobre o qual tive ainda a grata ventura de com ele conversar. Com o mesmo sentido, também se republicam o

* Presidente da Direção da Revista Militar.

primeiro e o último Editorial por si escritos, assim como dois artigos que, pela objetividade, clareza e inequívoca oportunidade, justificam a sua leitura atenta[1].

Sublinhamos, igualmente o reconhecimento que algumas personalidades, incluindo sócios da *Revista*, fizeram chegar à Direção e que também se publicam neste número que lhe é dedicado

Durante os últimos três anos, continuou a ser um colaborador assíduo da *Revista Militar*, quer com os seus artigos e com palavra amiga de incentivo e de apoio, sempre que um novo número era publicado, quer participando nas várias iniciativas da revista, como orador ou moderador.

Ilustre e insigne militar, combatente, intelectual, muito competente e pragmático, humano e grande camarada, honrou a Pátria, prestigiou as Forças Armadas Portuguesas e conferiu acrescida dignidade e prestígio à *Revista Militar*. Olhando a sua Carreira Militar, a obra literária que nos lega e o seu pensamento e clarividência sobre os temas militares, que deixou expressos, por escrito e como professor das várias Escolas Militares e do Colégio de Defesa da OTAN, só nos resta referirmo-nos ao General Espírito Santo como um Grande General das nossas Forças Armadas.

E os Grandes Generais não morrem, deixam de ser vistos fisicamente, mas permanecem vivos na memória dos seus pares e subordinados, são referências das instituições que ao longo da vida dedicadamente serviram e engrandecem o património histórico nacional.

Meu General, meu Comandante, meu Amigo, Até Sempre!

1 «Nação, Estado e Instituição Militar», Volume 159, Dez, 2007, pp. 1339-1373 e «Valores, relações civis militares e cultura para a defesa», Volume164, Dez, 2012, pp. 1147-1156.

Revista Militar
N.º 11 – novembro 2014
pp. 929-976

Quarenta anos de reformas nas Forças Armadas: Uma avaliação

General Gabriel Augusto do Espírito Santo

Enviado pelo autor, à Direção da *Revista Militar*,
em 8 de outubro de 2014.

I

Passam este ano quarenta anos sobre a data de 25 de abril de 1974. As Forças Armadas, naquela data, derrubaram o regime político que regulava a Nação – o *Estado Novo* – e que durava desde 1926. O regime derrubado, não só na perspectiva dos seus opositores, mas também refletido na organização dos executivos de Governo, tinha, mais nominalmente do que substantivamente, como forte base de apoio as Forças Armadas. Os executivos mantinham Ministros e Secretários de Estado para os Ramos das Forças Armadas, com assento no Conselho de Ministros, que detinham competências disciplinares, poder discricionário sobre promoções propostas pelos Conselhos Superiores dos Ramos das Forças Armadas e decisão sobre a nomeação de Comandos. As Forças Armadas estavam subordinadas ao executivo, ainda que o Juramento de Fidelidade dos seus Corpos de Oficiais traduzisse, na sua fórmula, mais uma ligação à Nação do que aos regimes políticos que a governavam.

"Juro servir a minha Pátria e lutar pela sua independência e pela integridade dos seus territórios; respeitar a Constituição e as leis do meu País; observar rigorosamente a disciplina militar; obedecer aos meus chefes; ser fiel aos princípios de honra do Exército Português e cumprir dedicadamente as missões que me forem confiadas, mesmo com sacrifício da vida", era, e é, a fórmula do Juramento que, perante o seu Comandante e seus camaradas de armas, todos os Oficiais do Exército (com as correspondentes adaptações para outros Ramos das Forças Armadas) assumiram e assinaram em ato solene e consta do frontispício da sua Carta Patente de Oficial.

O derrube do regime, como o demonstraram várias tentativas malogradas, só poderia ser feito com o seu repúdio e consequente apoio das Forças

Armadas. E foi assim. Para uma parte dos Oficiais das Forças Armadas, nos postos intermédios da hierarquia, o destino da Pátria sobrepôs-se ao dever de obediência.

O motor desse repúdio foi o denominado "Movimento de Capitães" e o seu sucesso resultou da definição rápida, clara e aceite de uma hierarquia, o que evitou cisões, pelo menos significativas, contrariando exemplos do passado nas Forças Armadas. No Programa do Movimento, onde sobressaíam as ideias força de Democracia, Desenvolvimento e Descolonização, estava também subjacente uma maior ligação das Forças Armadas à Nação, libertando-as da imagem de apoio de regimes, tornando-as mais independentes dos executivos e restituindo-lhes o seu papel histórico de Instituição.

Depois de um período de transição, em que as Forças Armadas desempenharam papel de relevo na consolidação da democracia, com soluções simultaneamente inovadoras e controversas para equilibrar o poder entre os militares e as nascentes instituições democráticas (a institucionalização do Movimento das Forças Armadas (MFA), o Pacto MFA-Partidos Políticos, o Conselho da Revolução, a intervenção militar do 25 de novembro para corrigir desvios, a aprovação de uma Constituição da República, a eleição, por sufrágio directo e universal, de um Presidente da República, militar, que era simultaneamente Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas e Presidente do Conselho da Revolução), a revisão constitucional de 1982 não consolidou o carácter institucional das Forças Armadas na Nação. Carácter institucional que, com o tempo, se foi degradando progressivamente e que se materializa, na atualidade, por uma deficiente ligação da Nação às suas Forças Armadas, por relações civis-militares no Estado que devem caraterizar as sociedades democráticas mal definidas (com excessivo desequilíbrio entre o poder executivo e o poder legislativo nessas relações), pela confusão de conceitos entre a "necessidade de Forças Armadas no estado democrático para a sua estabilidade e defesa" e a "utilidade das Forças Armadas para missões de interesse público ou de apoio à política externa do estado".

Pertencem à História as diferentes conceções políticas e o seu choque para a definição de um texto constitucional do novo regime, bem como as manifestas repercussões que tiveram no Conselho da Revolução. Desconhecemos o diálogo havido entre os Partidos Políticos e o Conselho de Revolução sobre o que a nova Constituição poderia ou deveria expressar sobre a Instituição Militar e as Forças Armadas. Sabemos, por factos observados e vividos na época, que houve grande tentação para adotar, quanto à defesa nacional, um modelo semelhante ao da Roménia. País, à época, integrado no Pacto de Varsóvia e perante o qual adotava um posicionamento próprio de "independência nacional". Havia ideias para que Portugal, inserido na OTAN, adotasse também um posicionamento que o tornasse "um caso especial" nesta

Aliança. Um *nacionalismo estrangeiro*, parecia querer dominar os modelos a adotar.

Passados anos de sucessivas e por vezes desnecessárias reorganizações, pode afirmar-se, sem dúvidas, que a Instituição Militar e o seu instrumento de ação que são as Forças Armadas foram a área do Estado que mais se transformou nos últimos quarenta anos. Intensamente em efetivos, no recrutamento, nos seus códigos de justiça e disciplina, nos estatutos do pessoal que as integra, em organização, no dispositivo de fixação no território, no ensino e instrução. Moderadamente na postura internacional, nos armamentos e equipamentos que operam e na parte que lhes cabe do Orçamento Geral do Estado.

E, passados quarenta anos, é pertinente, representa cidadania responsável e é do interesse nacional perguntar: temos Forças Armadas melhores (mais motivadas, mais prontas para as suas missões, melhor armadas e equipadas) do que há quarenta anos? Há maior ligação da Nação às suas Forças Armadas do que no passado? O que é que a Nação pode esperar das suas Forças Armadas numa grave crise de emergência nacional? As Forças Armadas são mais reguladas pela Assembleia da República, que representa a Nação, ou pelos executivos que em cada momento representam a gestão do Estado?

II

Durante os quarenta anos passados, o conceito de defesa nacional e a missão das Forças Armadas nessa defesa, como a sua inserção na sociedade portuguesa, a sua estrutura e as suas capacidades militares foram-se alterando. Alterações ditadas pela evolução interna, especialmente materializadas pelo Conselho da Revolução, pela Constituição de 1976 e as suas sucessivas alterações (com especial relevo a de 1982), pela evolução económica e social da Nação, pela interpretação do papel e funções do Estado e da organização da sociedade civil. Mas também enquadradas pela evolução do ambiente estratégico global e dos conceitos de emprego da força nas relações internacionais, materializados, especialmente, na Organização das Nações Unidas (ONU), na Organização da Aliança do Atlântico Norte (OTAN), na Organização para a Segurança e Cooperação Europeia (OSCE) ou na União Europeia (UE).

Quando se aborda o fator tempo há sempre a tentação de definir marcos temporais, que materializem as mudanças. E ao abordarmos as mudanças de conceitos e de factos que se verificaram na defesa nacional e nas Forças Armadas nos últimos quarenta anos também há marcos temporais. Por metodologia de sistematização, somos tentados a estabelecer quatro tempos. De

1974 a 1982, de 1982 a 1991, de 1991 a 2001 e de 2001 até à atualidade. Cada um desses tempos ronda a década, parecendo confirmar aquilo que já Napoleão afirmava dizendo "que os conceitos de aplicação da força militar e da sua estrutura, com a modernidade, vão mudar de dez em dez anos". Na modernidade, uma década para a Instituição Militar representa o ciclo médio de vida dos seus armamentos principais.

Alguém já afirmou que o ano de 1974 não foi bem escolhido para iniciar uma revolução na Europa. O ambiente estratégico global mostrava uma depressão económica provocada pelo denominado "primeiro choque petrolífero" de 1973 que iria agravar-se em 1979, as relações Leste-Oeste iniciavam nova fase com os primeiros sinais de uma distensão (*détente*) e o arranjo de *áreas de influência* entre as superpotências, o conflito israelo-árabe agudizava-se como resultado da denominada guerra do Yom Kippur, em 1973, com reflexos no preço do petróleo e os EUA ainda viviam o pesadelo da guerra do Vietname com uma crise interna que iria levar à demissão do presidente Nixon. Iniciava-se, timidamente, uma nova globalização e a idade da informação estava a substituir a era pós-industrial. Num mundo bipolar, na visão das relações internacionais, outros centros de influência geoestratégica procuravam emergir, como a China, o Japão, a Europa Ocidental, os Países Não-Alinhados ou a União dos Países Árabes. O diálogo Norte-Sul, orientado por motivações ideológicas, mas pouco seguido por ações concretas, procurava chamar a atenção para a grande parte da humanidade que ainda vivia com menos de meio dólar americano por dia. Fome, doença e guerra ainda eram cavaleiros descontrolados do Apocalipse.

Os quarenta anos que se seguiram vieram trazer mudanças contínuas, por vezes inesperadas, no ambiente estratégico internacional. Mudanças devidas a uma interação de fatores de natureza económica, da evolução da ciência e da tecnologia, de maior participação dos povos nos seus destinos e da sua emancipação de regras do passado e até de crenças religiosas.

Mudanças que se iniciaram, em meados dos anos setenta do século passado, por aquilo que ficou designado "pela segunda fase da guerra fria", com a distensão das relações EUA-URSS e a aproximação dos EUA à China, a progressiva superioridade militar dos EUA a partir da sua Iniciativa Estratégica de Defesa (1983) e que iriam culminar, em 1991, no desmantelamento do império soviético, na dissolução do Pacto de Varsóvia e na reunificação da Alemanha pondo um primeiro final à Guerra Fria.

O ano de 1991 iria dar início a um novo ciclo nas relações internacionais, com o unipolarismo dos EUA como única superpotência e a Europa a retomar a sua ideia de unidade estratégica, começando pela união económica, procurando retirar os seus dividendos da nova paz em perspetiva, diminuindo orçamentos da defesa e os seus efetivos e prontidão militares. Com a ONU

a retomar a sua missão de regular a ordem internacional, legalizando intervenções armadas sob sua autorização e que, no início da década dos anos noventa, tiveram lugar no Golfo contra o Iraque e na ex-Jugoslávia, onde um conflito entre as suas repúblicas teve um forte suporte em diferendos étnicos. A força militar concebida e utilizada sob a liderança dos EUA no Golfo veio demonstrar a importância do *conjunto* e das novas tecnologias na conceção e utilização da força militar, assim como o conflito na ex-Jugoslávia veio demonstrar a dificuldade de aplicar a força militar em conflitos que se desenvolviam no seio da população. A ONU, a OTAN, a UE e estados, preocupados com a segurança e defesa, repensaram os seus conceitos estratégicos.

A primeira década do século XXI assistiu, em setembro de 2001, a um ataque inesperado e impensável a instalações dos EUA no seu território. Era o início de um hiperterrorismo internacional, concebido e apoiado por motivações ideológicas com base num fundamentalismo islâmico, que marcou de novo todo o ambiente estratégico internacional e os conceitos ligados à força militar e que ainda persiste. Ambiente estratégico internacional que continuou a ser marcado por questões mal resolvidas do passado, como o conflito israelo-árabe e a instabilidade permanente nalgumas áreas consideradas charneiras na geopolítica global (Médio Oriente, Península da Coreia, mar da China, Norte de África e outras regiões desse continente ou da América Central). Ou pela incapacidade de resolver questões como a fome, o subdesenvolvimento, os direitos humanos ou os conflitos e genocídios em partes importantes do continente africano ou do Médio Oriente. O modelo das democracias liberais norte atlânticas fez moda para ser exportada para outras partes do globo como requisito para a estabilidade.

Ambiente estratégico internacional que se encontra de novo em mudança, com novas ameaças à segurança global, com o espaço e o ciberespaço a adquirirem crescente importância como áreas de confronto, com o *acesso* ou a *negação do acesso* a áreas e a recursos a retomarem relevância na geopolítica, com as agressões ambientais, os fluxos migratórios não controlados, a instabilidade nas grandes urbes, a pirataria nas orlas costeiras, o terrorismo internacional e outras instabilidades a ultrapassarem as capacidades das forças policiais para manterem a ordem interna, o que tem conduzido à sua crescente militarização e dúvidas e incertezas sobre essa tendência. A que se junta uma crescente desmilitarização de sociedades do mundo euro-atlântico a par de uma crescente militarização de potências até agora preocupadas com as suas ordens internas (China, Índia, Japão, Turquia, Irão) para se afirmarem nos espaços estratégicos do seu interesse, algumas vezes classificados de vitais. A geopolítica global (interesse por áreas geográficas) está a mudar, voltando a importância dos *rimlands* de Mackinder e dos oceanos, com

relevo para o Atlântico e os recursos nas suas margens ou o Ártico e que parece ir alterar o interesse que vinha crescendo pelo Pacífico. A que se juntam, também, novos atores nas relações internacionais, como movimentos armados dentro de estados ou transnacionais, levando algumas escolas de pensamento a afirmarem que terminou o mundo do estado-nação como tinha aparecido com a paz de Vestefália, no século XVII.

Todas estas alterações e tendências têm condicionado as organizações globais e regionais, preocupadas com a segurança e a paz nas sus políticas, assim como os estados e o papel da força militar organizada na ordem externa e na ordem interna desses estados.

A ONU, na sua tarefa de zelar pela paz e segurança global, durante estes quarenta anos viu o número dos seus estados membros crescer de 138 para 193, além de admitir como observadores permanentes outras organizações sem o estatuto de estado-nação. Após 1991, o seu Conselho de Segurança passou a ter maior autonomia na aprovação das suas Resoluções em apoio da paz, adotou nova *Agenda para a Paz* e as missões de iniciativa própria ou por intermédio de organizações regionais têm aumentado.

Nos últimos quarenta anos, a OTAN viu alargado o número dos seus estados membros de 12 para 28, alterou por três vezes o seu Conceito Estratégico, modificou outras tantas a sua estrutura de comandos e de forças, estabeleceu parcerias de cooperação com a Rússia, Ucrânia e alguns estados da bacia do Mediterrâneo e viu-se envolvida em operações fora da sua tradicional área de responsabilidade.

A OSCE, englobando 57 estados membros, é a única organização regional onde participam estados americanos (EUA e Canada), Rússia, todos os estados europeus e alguns estados centro asiáticos. O seu papel, de que afasta medidas coercivas, tem sido mais de observação e regulação de conflitos e de algumas das suas causas (direitos humanos e de minorias, processos de democratização, desigualdades económicas ou questões ambientais).

A UE viu também consolidado o seu estatuto na cena internacional, com uma adesão progressiva de estados (28 atualmente), com uma forte componente de organização económica em espaço alargado, uma moeda única para grande parte dos seus estados e com ambições, lentamente concretizadas, de uma Política Comum de Segurança e Defesa. Cooperando com a ONU e com a OTAN, tem também assumido protagonismo nas iniciativas para a resolução de conflitos e para preservação e manutenção da paz em áreas do interesse da Europa.

Outras organizações regionais de segurança e cooperação na resolução de conflitos, em África, na Ásia ou Oceânia têm também cooperado com a ONU nas suas iniciativas para manter e promover a paz ou em missões humanitárias.

Condicionados pelo novo enquadramento estratégico e as suas contínuas alterações, os estados tiveram de proceder a frequentes revisões estratégicas para adaptarem as suas políticas externas e o papel das suas forças militares aos novos ambientes. Perante as pressões das suas populações para um melhor nível de vida e menor perceção de ameaças, os orçamentos nacionais refletiram a crescente tendência para *mais manteiga e menos canhões*. Os efetivos e os orçamentos militares decresceram, os equipamentos e armamentos envelheceram e, com especial relevância para a velha Europa, o mundo euro-atlântico descansou na proteção que os EUA com o seu aparelho militar poderiam garantir. Uma das fidelidades dos cidadãos perante o estado, o serviço militar obrigatório, foi-se apagando progressivamente e a paridade, porque politicamente correta, viu aumentar significativamente a presença feminina nas forças armadas. As guerras de necessidade deram lugar às guerras de escolha e alianças – como a OTAN e a UE – apostaram em forças com carácter mais expedicionário – para as projetar para áreas em conflito e a necessitar de estabilização, conforme preconizado pela ONU – mais do que para a defesa de espaços nacionais.

III

No período de guerra em África, de 1961 a 1974, os efetivos orçamentais dos ramos das Forças Armadas tinham sofrido algumas alterações. No Exército, os Quadros Permanentes não tinham aumentado substancialmente. Tinha havido um ligeiro aumento no número de oficiais (2.852 para 3.249, com a criação do Quadro Especial de Oficiais, do Serviço de Assistência Religiosa, do Serviço Postal Militar e maior acesso de sargentos à categoria de oficiais pelo alargamento dos cursos na Escola Central de Sargentos) e de sargentos (de 3.829 para 3.933). Os efetivos autorizados de praças tiveram um aumento substancial (de 27.174 para 42.438) com o tempo de serviço efetivo alargado para dois anos. Algumas reorganizações, no dispositivo territorial, especialmente nas Regiões Militares (4 na Metrópole, em 1962, 5, em 1970, com a criação do Comando Territorial do Algarve, Região Militar de Angola, Região Militar de Moçambique e Comando Territorial Independente de S.Tomé e Príncipe), iriam fixar em 135 as Unidades, Órgãos e Estabelecimentos do Exército no Continente e Arquipélagos dos Açores e Madeira, no ano de 1961.

A 31 de dezembro de 1973, os efetivos do Exército nos três Teatros de Operações (Angola, Guiné, Moçambique) atingiam o número mais elevado de sempre, com 149.090 homens, dos quais 87.274 (59%) eram efetivos metropolitanos de reforço e 61.816 (41%) de recrutamento local. Por cálculos

desenvolvidos em 1965, tinha-se concluído que, naquele ano, a verba necessária por dia e por homem (oficiais, sargentos e praças) em campanha era de 115$00 (incluindo vencimento e subsídio de campanha 35$00)[1]. O "esforço de guerra" da nação era financeiramente suportado pelo Orçamento das Forças Militares Extraordinárias no Ultramar (OFMEU).

Como sempre tinha acontecido na sua História Militar, Portugal mobilizou a sua população masculina para conduzir a sua campanha de proteção do Império. Em 1961, foram recenseados (aos 20 anos) 73.366 indivíduos, tendo sido apurados para o serviço militar 64,8% e faltando 11,6% às suas obrigações (faltosos). Os indivíduos apurados, de acordo com as suas habilitações literárias, foram cumprir o serviço militar no contingente geral (88,5%), frequentar o Curso de Sargentos Milicianos (9,5%) ou de Oficiais Milicianos (2,0%). Em 1971, o recenseamento foi efetuado pela primeira vez aos cidadãos masculinos que completavam 18 anos. Os recenseados atingiram os 91.363 indivíduos, tendo sido apurados 72% e registando-se 20,3% (15.664) faltosos. Os apurados foram distribuídos pelo contingente geral (84,5%), Curso de Sargentos Milicianos (10,1%) e Curso de Oficiais Milicianos (4,7%).

Em 1974, a Despesa Ordinária do Estado com a Defesa Nacional (Forças Armadas) era de 6.401,7 milhares de contos, representando 17,6% da Despesa Ordinária Total do Estado. O Exército (2.861,4 milhares de contos) representava 8,0% dessa Despesa. Nesse mesmo ano, o OFMEU atingiu os 11.848,2 milhares de contos, com um total de 8.477,9 milhar de contos (71%) para o Exército. Situação que se iria inverter, já em 1975, com a despesa Ordinária do Estado com a Defesa Nacional a subir para 9.245,1 milhares de contos (8,1% para o Exército) e a OFMEU a descerem para 6.823,1 milhares de contos.

O novo regime político a implantar, consequência do golpe militar de 25 de abril de 1974, iria ter como elemento inspirador o Programa do Movimento das Forças Armadas e teve de enfrentar, de imediato, três profundas alterações internas, num enquadramento internacional de instabilidade. A descolonização, o aumento da sua população residente em cerca de dez por cento, no curto espaço de dois anos, com o regresso de populações dos territórios descolonizados (fenómeno único no panorama da Europa contemporânea) e um intenso debate político, acompanhado por convulsão social, derivado do choque ideológico entre o conceito de *revolução* e o conceito de *transformação* no novo regime político a implementar e a sociedade a criar para seu suporte.

1 Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), Estado-Maior do Exército, Lisboa, 1988, 2ª edição.

Consequência da Lei Constitucional nº 3/74, de 14 de maio, que estabelece uma Assembleia Constituinte, define órgãos de soberania e o governo provisório, é promulgado o Decreto-Lei nº 400/74, de 29 de agosto, estabelecendo que "o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), na dependência única do Presidente da República, é o responsável pela direcção efetiva do emprego das Forças Armadas, tanto em tempo de paz como em tempo de guerra" e que "a competência para os assuntos de natureza militar, atribuída pela legislação em vigor ao Presidente do Conselho de Ministros, passa a pertencer ao CEMGFA".

No curto prazo de um ano e meio, até 25 de novembro de 1975, a vida política, económica e social da Nação irá viver intensa convulsão que se vai materializar na substituição do Presidente da República, em seis governos provisórios, nas eleições para a Assembleia Constituinte, na descolonização e consequente independência dos territórios em África, na nacionalização de largos setores da economia, e na implementação de medidas sociais de relevo, como a fixação do salário mínimo nacional e a criação do serviço nacional de saúde.

É também um período de anormalidade nas Forças Armadas e de intensa convulsão interna, traduzida em divergências no seio do Movimento das Forças Armadas, saneamentos de Quadros, extinção do Corpo do Estado-Maior no Exército, dificuldades na manutenção da disciplina nas unidades no território metropolitano e nas estacionadas nos territórios a descolonizar. Tentativa de politização das Forças Armadas por parte de forças políticas e a ação do Comando Operacional do Continente (COPCON), criado pelo Decreto-Lei nº 310/74, de 8 de julho, para "manutenção e restabelecimento da ordem", refletiram, também, a divergência de conceitos entre revolução e transformação.

É o primeiro período de transformações na componente militar da defesa da Nação e do seu carácter institucional, com especial incidência no Exército, com os militares a ditarem as suas leis, procurando libertar-se da tutela política que regulava efetivos e administração de pessoal, dispositivo e orçamento. Quadros Aprovados por lei e promoções e contas aprovadas pelo Tribunal de Contas, com as suas secções junto dos Ministérios e Secretarias de Estado próprias, deixaram de ser observados. Os Regulamentos de Disciplina e de Serviço Interno foram adaptados a novos conceitos de vivência. As Unidades iam mudando de nome de acordo com a localização (RALIS, RAB, RIQ…) esquecendo toda a tradição. É um período que vai deixar profundas marcas na instituição castrense e na sua tradicional ligação à Nação, materializada especialmente pelo Exército com o seu dispositivo territorial e o serviço militar. Marinha e Força Aérea, pelas suas características próprias de organização, recrutamento e tecnicismo não iriam sentir tão profundamente essas alterações.

Em 25 de novembro de 1975, retomada a normalidade da transição democrática prometida pelo Movimento das Forças Armadas, inicia-se novo período de transformação da vida política, social e económica da Nação acompanhada por transformações nas Forças Armadas que, vivendo ainda um clima de exceção sob a tutela do Conselho da Revolução, se empenham no reforço da disciplina, retoma das hierarquias e normalização das relações com a OTAN que tinham atingido níveis muito baixos de confiança mútua (Portugal, durante algum tempo, em 1974 e 1975, deixou de receber documentação classificada da Aliança).

Reposta a hierarquia e a disciplina, as Forças Armadas iniciam reestruturações internas, na sua organização, administração de pessoal, dispositivo territorial, ensino, instrução e treino, gestão financeira e inserção na Aliança Atlântica, lançando alguns programas de reequipamento.

Os Comandos das Forças Armadas (CEMGFA e CEM dos ramos), que detinham competências ministeriais, entenderam que a estabilização interna de Quadros deveria passar por uma maior internacionalização e a retoma de contatos com outras Forças Armadas da Aliança Atlântica que se tinha perdido com a longa duração da campanha no Ultramar.

Pouco depois de ter assumido o cargo de Chefe de Estado-Maior do Exército (novembro de 1975), Ramalho Eanes anunciou, em janeiro de 1976, a diminuição de efetivos do Ramo para cerca de 26.000. Esta iniciativa, a primeira de uma série visando a restruturação do Exército, embora se saldasse pelo fracasso, teve o mérito inegável de avançar um número de princípios orientadores. Primeiro, reforçava a ideia de que a hierarquia do Exército estava empenhada em erguer uma instituição profissionalizada e não uma força golpista. Segundo, a reorganização de Eanes pressupunha a estabilidade das alianças internacionais, especialmente a continuação de Portugal na comunidade de segurança da OTAN e o cumprimento das obrigações inerentes à participação nessa organização. Terceiro, pretendia-se incutir uma "disciplina consciente" (distinta da disciplina "tradicional", "imposta" ou "revolucionária"), a fim de assegurar a abertura de canais entre os escalões hierárquicos, ao mesmo tempo que se garantia a unidade e coesão de comando. Ao conceptualizar as Forças Armadas deste modo, privilegiavam-se os seus atributos institucionais, reduzindo assim a probabilidade da instituição vir a degenerar numa força pretoriana disponível para intervir politicamente em períodos de crise[2].

No âmbito da OTAN, também em janeiro de 1976, por decisão do seu Comité de Planeamento da Defesa tinha sido constituído um grupo "*ad-hoc*",

2 RATO, Vasco, *As Forças Armadas e a Democracia Portuguesa, 1974-1982,* Revista *Nação e Defesa,* Nº 94, Verão 2000, 2ª Série.

com o objetivo de coordenar a ação da Aliança em relação aos objetivos de forças de Portugal e Turquia para os quais são exigidos meios externos. Surgia aqui uma forte oportunidade para Portugal, tirando proveito das facilidades que concedia aos EUA, nos Açores, à França, na ilha das Flores nos Açores, e à República Federal da Alemanha (RFA), na Base de Beja, para tentar o reequipamento e modernização das suas forças. Alguns países da Aliança (Bélgica, Canadá, Itália, Holanda, Noruega, Reino Unido) contribuíram modestamente com algum equipamento[3].

As maiores contribuições vieram dos EUA e da RFA.

Entre os anos fiscais de 1977 e 1980, os EUA concederam como "*grants*" (dádiva), a Portugal, 111 milhões de dólares que foram aproveitados pelo Exército (50,1 milhões), Marinha (7,6 milhões) e Força Aérea (53,3 milhões). O Exército utilizou a verba na aquisição de material para 1ª Brigada Mista Independente (1BMI), que tinha começado a levantar, em fevereiro de 1976, no Campo Militar de Santa Margarida, a Marinha adquiriu material de comunicações e eletrónica e a Força Aérea adquiriu 3 aviões C-130 (*Hercules*), 6 aviões T38 A (avião de treino) e iniciou a aquisição da 1ª Esquadra de aviões de combate A7-P (usados)[4].

A partir de 1978, a RFA passou a prestar auxílio militar baseado em acordos, cada um com a duração de 18 meses, designados por *tranches*. A primeira *tranche* (junho de 1978 a dezembro de 1979), no valor de 34 milhões de marcos, foi utilizada totalmente pelo Exército na aquisição de 18 Carros de Combate M48A5 e de viaturas para a 1BMI. A segunda (janeiro de 1980 a junho de 1981), no valor de 45 milhões de marcos, foi gasta pelo Exército (38 milhões, com uma Bateria AA bi-tubo de 20mm, uma ponte de apoios flutuantes, um obus 155c M114A1 e viaturas) e pela Força Aérea (7 milhões). A terceira (julho de 1981 a dezembro de 1982), no valor de 45 milhões de marcos, foi utilizada pelo Exército (15 milhões), Marinha (20 milhões) e Força Aérea (9,5 milhões). Este auxílio iria prolongar-se até dezembro de 1985, por mais duas *tranches*, cada uma no valor de 45 milhões de marcos.

A Constituição da República é aprovada e decretada a 2 de abril de 1976, e, a 14 de julho, toma posse como Presidente da República o General (graduado) Ramalho Eanes, eleito por sufrágio direto e universal, que, por acumulação de funções, é também General CEMGFA e Presidente do Conselho da Revolução. A nova Constituição define como órgão de soberania, a par do Presidente da República, a Assembleia da República, o Governo, os Tri-

3 AREIA, Coronel de Infantaria António F. R., A AJUDA EXTERNA E O REEQUIPAMENTO DO EXÉRCITO, Trabalho Individual de Longa Duração, CSCD, IAEM, 1985, pg. 8.

4 Idem, pg. 21.

bunais e o Conselho da Revolução, responsável por legislar sobre as Forças Armadas. Forças Armadas, cuja missão é definida no art.º 273º da Constituição e diz "As Forças Armadas Portuguesas têm a missão histórica de garantir as condições que permitam a transição pacífica e pluralista da sociedade portuguesa para a democracia e o socialismo".

Os ramos procedem a reorganizações internas na sua estrutura superior e na sua implantação territorial, adaptando-se à nova responsabilidade conferida aos Chefes de Estado-Maior dos ramos na administração e comando dos seus ramos, sendo no Exército que essa transformação é mais profunda, com o Decreto-Lei nº 949/76, de 31 de dezembro, a definir a organização superior em Departamentos (do Pessoal às Finanças), a estabelecer o Conselho Superior das Armas e Serviços, a par do Conselho Superior do Exército e a Comissão de Verificação de Contas e Apuramento de Responsabilidades. Definem-se as responsabilidades das Regiões Militares e Zonas Militares, são extintas algumas unidades (de Caçadores, de defesa contra aeronaves, companhia disciplinar) e órgãos (casas de reclusão, distritos de recrutamento e mobilização) e alienam-se cerca de cem prédios militares sem qualquer contrapartida.

Retomam-se progressivamente os Cursos e Estágios de formação e promoção (capitão, oficial superior, oficial general, sargento ajudante) e a carreira de sargento, com a criação de uma escola própria de formação, é acrescentada com os postos de sargento-chefe e sargento-mor. Implanta-se um tremendo esforço na requalificação dos Quadros, que tinha sido abandonada pelo esforço da guerra e sucessivas comissões de serviço.

Entre 1975 e 1976, foram sensíveis as preocupações sobre a indefinição da política de defesa nacional. Desenvolveram-se, na ocasião, três correntes de pensamento. Uma preconizava que se devia aguardar a definição constitucional; outra considerava que esse assunto era uma responsabilidade da Assembleia da República; e ainda outra que afirmava ser um assunto da competência do Conselho da Revolução[5]. Em 1977, o então Ministro da Defesa Nacional, Tenente-coronel Firmino Miguel, apresentou um projeto de Lei da Defesa Nacional elaborado durante o I Governo Constitucional. Adotava uma conceção ampla de defesa nacional contra todas as formas de ameaça (externa e interna), recorrendo a medidas em todos os setores das atividades do Estado.

Em maio de 1977, o então Ministro da Defesa do IV Governo Constitucional, Tenente-coronel Loureiro dos Santos, apresentou a sua Proposta de Lei

5 RIBEIRO, António Silva, *Organização Superior da Defesa Nacional – Uma visão Estratégica 1640-2004,* Prefácio, Lisboa, 2004.

de Defesa Nacional que foi enviada à Assembleia da República. Adotava também uma conceção ampla de defesa nacional, muito semelhante ao projeto de Firmino Miguel, mas clarificando alguns aspetos. Confere ao Presidente da República a direção superior da política de defesa nacional; garante a separação entre aspetos não militares da defesa a cargo do governo e aspetos militares à responsabilidade das Forças Armadas; persiste na equivalência entre detentores de cargos políticos e militares.

Entretanto, o Instituto da Defesa Nacional, que temporariamente tinha desempenhado as funções de Centro de Sociologia Militar, retoma as suas funções de ministrar Cursos de Defesa Nacional, em 1978. É o tempo de debater conceitos de *Segurança Nacional* e de *Defesa Nacional,* entendendo-se que a *Segurança Nacional* deveria ser uma atitude mais ampla e permanente do Estado na procura de criar e manter liberdade de ação nas suas decisões (conceção anglo saxónica de *National Security*) e que a *Defesa Nacional* deveria ser uma ação ampla do Estado e dos seus setores que mais contribuíssem para se opor a ameaças externas (conceção francesa de *Defense Nationale*) que afetassem a sua independência e soberania.

Nas várias discussões havidas sobre a Defesa Nacional subsistiam algumas certezas e muitas dúvidas. Entre as certezas prevalecia a certeza de Portugal ter de dispor de uma força permanente (sistema de forças) para garantir a presença e impedir o acesso a um Espaço Estratégico do Interesse Nacional (constituído por um território repartido e o espaço interterritorial) e para assegurar os seus compromissos na defesa coletiva da OTAN, contrariando conceitos ultrapassados quando Portugal era detentor de um Império.

As eleições intercalares de 1979 abriram o caminho para uma Revisão Constitucional e a uma nova fase das relações civis-militares no Estado. No novo governo é nomeado um civil (Adelino Amaro da Costa) para Ministro da Defesa Nacional e, após a sua morte prematura, é o novo Ministro, Diogo Freitas do Amaral, que apresenta à Assembleia da República a Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas (Lei nº 29/82, de 11 de dezembro), que o Presidente da República veta e devolve à Assembleia da República, em novembro de 1982, alegando que ela concedia excessivos poderes ao Ministro da Defesa, aumentando assim a possibilidade da "instrumentalização" das Forças Armadas. A Lei é aprovada e promulgada em dezembro de 1982.

Até à revisão constitucional de 1982 e a promulgação da Lei nº 29/82, de 11 de dezembro, as Forças Armadas regulam-se a si próprias, com o Conselho de Chefes de Estado-Maior e depois o Conselho da Revolução a legislar sobre a sua organização, com as promoções a serem aconselhadas por conselhos das armas e serviços ou de especialidades, entretanto criados, e com um Ministro da Defesa nos governos provisórios, que era mais um elemento de ligação entre o governo e as Forças Armadas, mas com mínima interfe-

rência nos seus assuntos. Feita a descolonização, não há grandes alterações no dispositivo militar no Continente e Regiões Autónomas (é criado o Regimento de Comandos, na Amadora). O Estado-Maior General das Forças Armadas vai-se organizando nas suas Divisões e órgãos de apoio, é criado o Serviço de Polícia Judiciária Militar para resolver assuntos específicos e as Forças Armadas preparam-se, lentamente e com interferências várias, para se adaptarem a um novo conceito estratégico do seu emprego, durante séculos regulado pela *defesa do território e proteção do Império*.

Entre 1974 e 1982, os efetivos das Forças Armadas passaram de 175.000 para cerca de 70.000. Foi mantido o Serviço Militar Obrigatório para o pessoal masculino, com o seu tempo diminuído para quinze meses, em julho de 1975, no Exército, e para dois anos, em outubro, para as praças da Armada. A despesa com as Forças Armadas diminui mais acentuadamente do que os efetivos. Representando cerca de 13% da despesa pública, no final de 1974, este valor representava 7% no final de 1982.

As Forças Armadas, envolvidas no controlo do processo de mudança com arranjos de exceção, percorreram o que, algumas vezes, se classificou um *período transitório* que termina em 1982, com a aprovação das Leis da Defesa Nacional e das Forças Armadas e do Tribunal Constitucional[6].

A análise desse *período transitório* tem merecido diversas opiniões, centradas especialmente sobre a sua duração. Para uns, demasiado curto e, para outros, demasiado longo. Quase todos esquecem a tarefa fundamental que representou a estabilização das Forças Armadas como objetivo essencial para consolidar o novo regime constitucional. O período foi o necessário e também o suficiente.

IV

Com a revisão da Lei Fundamental, em 1982, define-se pela primeira vez no ordenamento constitucional português o conceito de defesa nacional, visando, fundamentalmente, demarcar a área normal de intervenção das Forças Armadas e das Forças de Segurança e delimitar esferas de atribuições de ministérios diferentes para aquela função do Estado. Define-se, também, a missão das Forças Armadas – *Às Forças Armadas incumbe a defesa militar da República* (nº 1, art.º 275º da Constituição) – e lançam-se as bases do princípio universalmente aceite nas sociedades democráticas do *controlo civil*

6 VIEGAS, J.M. da Silva, *Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas (Anotada),* Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa, 1988.

sobre as Forças Armadas, expressando o nº 3 do mesmo art.º 275º que *As Forças Armadas obedecem aos órgãos de soberania competentes, nos termos da Constituição e da lei.*

A nova Lei, de acordo com o seu proponente à Assembleia da Republica (Prof. Doutor Freitas do Amaral), tinha sido elaborada seguindo alguns princípios orientadores (doze), uns, explicitamente assumidos pela Assembleia, em termos de revisão constitucional ou dela decorrente de forma explícita ou implícita, e outros, representando opções feitas pelo Governo. Convém recordar esses princípios:

1º – Redução do conceito de defesa e da missão primária das Forças Armadas à garantia da independência nacional perante qualquer ameaça externa;
2º – Subordinação das Forças Armadas ao poder político;
3º – Corresponsabilização dos órgãos de soberania em relação à direção das Forças Armadas;
4º – Concertação institucional através do Conselho Superior da Defesa Nacional;
5º – Inserção das Forças Armadas no Ministério da Defesa;
6º – Nova delimitação de competências dentro do Governo em relação à defesa nacional;
7º – Manutenção da atual delimitação de competências dentro do Comando das Forças Armadas;
8º – Reconhecimento de ampla autonomia interna às Forças Armadas;
9º – Garantias de estabilidade da instituição militar;
10º – Isenção e apartidarismo político das Forças Armadas;
11º – Especificidade da organização da defesa em tempo de guerra;
12º – Nova regulamentação do estado de sítio e do estado de emergência[7].

Com a promulgação da Lei inicia-se um segundo período de reestruturação das Forças Armadas que, de acordo com o quadro temporal estabelecido, vai durar de 1982 até à promulgação da Lei nº 111/91, de 9 de agosto (Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas-LOBOFA). Durante o período, são formados cinco governos constitucionais (do VIII ao XII), assumem a pasta da Defesa sete ministros e três generais (dois do Exército e um da Força Aérea) exercem o cargo de Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas.

O período foi influenciado, externamente, por um ambiente estratégico internacional ainda dominado pelo confronto Leste-Oeste, por um lado, ate-

7 RIBEIRO, António Silva, *Organização Superior da Defesa Nacional- Uma visão Estratégica 1640-2004,* Prefácio, Lisboa, 2004.

nuado com medidas de distensão como a limitação de armamentos nucleares e convencionais, mas, por outro lado, agudizado com o lançamento da Iniciativa Estratégica de Defesa por parte dos EUA (1983) e a intervenção da URSS no Afeganistão (1988). A que se juntaram outras condicionantes para o interesse nacional, como a situação de guerra civil que se vivia em Angola e a presença no território de tropas cubanas e sul-africanas, a evolução da situação em Espanha e o seu interesse para integrar a Aliança Atlântica ou o esforço de adesão de Portugal às Comunidades Europeias (1986).

Internamente, havia fatores que influenciavam favoravelmente a reorganização da força militar da nação, onde sobressaíam um relativa estabilidade política com a consolidação da democracia, e que se refletia na estabilidade nas Forças Armadas, uma progressiva recuperação económica, após o choque petrolífero de 1979 e ao recurso ao Fundo Monetário Internacional para estabilizar as finanças públicas, e um esforço ainda moderado no estabelecimento do estado social, com as despesas de soberania (7% do PIB) a superarem as das funções sociais (4%)[8].

Foi um período em que os efetivos das Forças Armadas estabilizaram em cerca de 65.000 (Marinha, 16.000; Exército, 42.000; Força Aérea, 7.000) e o Orçamento da Defesa, a preços constantes de 1982, cresceu de 140 milhões de contos, 2% do PIB, em 1982, para 170 milhões de contos, 1,7% do PIB, em 1990, com um aumento significativo, em 1986, com a aprovação da Lei da Programação Militar[9]. A reorganização da defesa e das Forças Armadas passou pelas seguintes áreas:

- Adoção de um conceito abrangente de defesa nacional, materializado pelo Conceito Estratégico da Defesa Nacional (a definição dos aspetos fundamentais da estratégia global do Estado adotada para a consecução dos objetivos da política da defesa nacional);
- Materialização, progressiva, do controlo civil sobre as Forças Armadas;
- Manutenção de uma certa autonomia das Forças Armadas quanto à sua organização, com o CEMGFA e o Conselho de Chefes de Estado-Maior a assumirem maior intervenção na definição de um conceito estratégico militar, de um Sistema de Forças Nacional permanente e nomeação dos seus comandos;
- Maior internacionalização das Forças Armadas, na frequência de Cursos no estrangeiro e na presença em Quartéis-generais internacionais;

8 ROSA, Maria João Valente e CHITAS, Paulo, *Portugal: os Números,* Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, 2010.

9 MATOS, Luís Salgado de, A Consolidação, *in Nova História Militar de Portugal,* Direção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Volume 4, Círculo de Leitores, Lisboa, 2004.

– Uma lenta, e nem sempre contínua, modernização das Forças Armadas nos seus equipamentos e armamentos.

O primeiro Conceito Estratégico de Defesa Nacional foi aprovado em fevereiro de 1985, mostrando-se, desde então, com as suas revisões, um documento controverso, mais pendendo para a segurança do que para a defesa, de utilidade duvidosa face à ausência de um Conceito Estratégico Nacional, sujeito ao primado da política de defesa nacional do governo, aprovada pela Assembleia da República, e pouco seguido por departamentos do estado a quem o conceito comete responsabilidades na defesa. Basta pensar nas vias de comunicação e infraestruturas construídas, desde então, sem qualquer atenção às implicações para a estratégia da defesa. Ou aos programas do ministério da educação e a ausência de qualquer componente de "educação para a defesa". A sua elaboração e aprovação, da responsabilidade do governo, com as suas grandes opções só sujeitas a debate na Assembleia da República, pressupondo a interferência por audição do Conselho de Chefes de Estado-Maior e do Conselho Superior da Defesa Nacional (CSDN), dão-lhe pouco carácter vinculativo pela Nação e uma vigência temporal (duração do governo) que não é compatível com uma "visão estratégica". No final, nem sempre constituiu uma orientação fundamentada para um Conceito Estratégico Militar.

A materialização do controlo civil sobre as Forças Armadas vai processar-se em três áreas (a utilização da força, a organização e administração da força e a nomeação das chefias militares e de alguns cargos), pressupondo uma repartição de responsabilidades entre o Presidente da República (que é Comandante Supremo das Forças Armadas e preside ao Conselho Superior da Defesa Nacional), a Assembleia da República e o Governo, com o seu Ministro da Defesa Nacional.

Segundo a Lei (que recebeu críticas por englobar conceitos de defesa e funcionamento das Forças Armadas), a atuação das Forças Armadas "desenvolve-se no respeito pela Constituição e pelas leis em vigor, em execução da política de defesa nacional definida e do conceito estratégico de defesa nacional aprovado, e por forma a corresponder às normas e orientações estabelecidas nos níveis seguintes: a) Conceito estratégico militar; b) Missões das Forças Armadas; c) Sistema de forças; d) Dispositivo. Em todos estes níveis intervém o Conselho de Chefes de Estado-Maior com propostas (conselho militar), o Ministro da Defesa Nacional (direção política) que confirma as propostas ou aprova (no caso do dispositivo) e o CSDN (Presidente da República, governo central, governos regionais, representação militar e representação da Assembleia da República) que confirma propostas do Ministro da Defesa Nacional.

A organização e administração da força foram sendo assumidas, lentamente e com resistências militares, pelo Ministério da Defesa Nacional, "o departamento governativo da administração central ao qual incumbe preparar e organizar a política de defesa nacional". As Forças Armadas inseriram-se na administração direta do Estado, através do Ministério da Defesa Nacional, que passa a ter na sua dependência o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, os Chefes dos Estados-Maiores dos ramos e outras entidades. A Lei, ao não incluir os ramos das Forças Armadas no Ministério, estabelece uma distinção importante entre a direção política (e o conselho militar a essa direção, incluindo os chefes militares) e a linha de comando da exclusividade das chefias militares (ao Ministro da Defesa Nacional não foi atribuída competência disciplinar).

A Lei, querendo também definir restrições às atividades dos militares, estabeleceu normas relativas aos seus direitos (artº 31º) e ao estatuto da condição militar (artº 27º), abrindo o caminho para um debate de aproveitamento por forças políticas, para o associativismo militar e para interpretações da condição militar, com dificuldades na sua regulamentação. Começou a instalar-se uma certa ideia de "funcionalismo militar" desvirtuando o seu estatuto institucional.

A administração das Forças Armadas e os aspetos significativos dessa atividade (orçamento, armamento e equipamento e outras) que mereciam harmonização entre a direção política e o comando foi remetida para um órgão próprio, o Conselho Superior Militar, que juntava a direção política e os comandos militares. O Ministério passou a integrar alguns órgãos, como a Direção Nacional de Armamento e a Autoridade Nacional de Segurança e o EMGFA, consolidando a sua estrutura em Divisões, passou, temporariamente, a centralizar as Informações na Divisão de Informações até à aprovação de legislação sobre o Serviço de Informações e Segurança. Entre Ministério da Defesa, Estado-Maior General das Forças Armadas e Estados-Maiores dos ramos começou a surgir uma sobreposição de funções, com fronteiras mal definidas, na administração de pessoal e de infraestruturas.

A nomeação das chefias militares passa a ser da competência do Presidente da República, sob proposta do governo, assim como a nomeação do Presidente do Supremo Tribunal Militar, de comandantes-chefes e dos comandantes ou representantes militares junto da organização de qualquer aliança de que Portugal seja membro, bem como comandante de brigada ou divisão destinada ao cumprimento de missões naquele quadro, passando pela aprovação de propostas pelo CSDN por iniciativa do CEMGFA. Como se depreende, há pouca interferência da Assembleia da República nas nomeações das chefias militares, ao contrário do que acontece noutros regimes democráticos (ainda que haja representação parlamentar no Conselho Superior da Defesa Nacional por onde passam aquelas nomeações).

No controlo civil sobre os militares, os Chefes de Estado-Maior dos ramos, agora como verdadeiros comandantes dos seus ramos, ainda que mantendo a designação tradicional de Chefes de Estado-Maior, mantêm uma certa autonomia na sua administração, regulando as promoções até coronel ou capitão de mar-e-guerra e propondo a Conselho de Chefes de Estado-Maior, depois de ouvidos os seus conselhos superiores, as promoções a oficial general. Tentando preservar-se esta autonomia do comando, a possibilidade de recurso para o "tribunal competente" dos atos definitivos e executórios que decidam da não promoção de um militar a qualquer posto veio restringir esta autonomia. Legislação promulgada em 1983 permitiu readmitir e reconstituir carreiras a militares dos Quadros Permanentes que tinham sido afastados do serviço ativo pelo Conselho de Revolução. Medida com especial incidência no Exército, quando assumiu as funções de Chefe do Estado-Maior o General Salazar Braga, traduziu-se numa certa pacificação e motivação no ramo.

Aspeto importante deste grau de autonomia passava pela nomeação das chefias militares. Ainda que a proposta de nomeação para o Presidente da República fosse do governo, o Conselho de Chefes de Estado-Maior fazia a sua proposta ao governo em listas de três nomes aprovada pelo conselho superior do ramo. Grau e autonomia que o tempo vai alterar.

O Chefe de Estado-Maior General e Chefes dos ramos possuíam também competências próprias quanto ao recrutamento de efetivos, planos de armamento e equipamento e de autorização de despesas, que podiam subdelegar na sua cadeia de comando.

A nova legislação, na sequência do conceito estratégico de defesa nacional aprovado, pressupunha a definição de um conceito estratégico militar, das missões específicas das Forças Armadas, de um sistema de forças e de um dispositivo. Na sua definição materializava-se a autonomia das chefias militares, traduzida em propostas (conselho militar independente). A definição de um sistema de forças, materializando o conceito de uma força militar permanente para a Nação, tornava-se importante para a elaboração de uma lei da programação militar, que iria materializar um investimento na modernização da força militar.

Havia diferentes conceções dos ramos sobre esse sistema de forças (com a Marinha e a Força Aérea a apostarem num conceito de defesa avançada do território nacional, materializada pela defesa coletiva da Aliança Atlântica e ênfase no espaço interterritorial, e o Exército a enfatizar a defesa territorial do espaço continental e dos arquipélagos, contribuindo para a defesa avançada com uma grande unidade). Estas diferenças traduziram-se em missões específicas para as Forças Armadas e um sistema de forças muito influenciados por visões corporativas dos ramos. Marinha e Força Aérea apostaram no espaço interterritorial, na contribuição de forças para a defesa coletiva e em

missões de interesse público, atribuindo todas as suas forças à estrutura militar integrada da OTAN, e o Exército fixou-se na defesa territorial, tentando levantar um Corpo de Exército com três brigadas de defesa territorial (com base nas Regiões Militares, e a completar por mobilização), dois agrupamentos de defesa territorial nos arquipélagos dos Açores e Madeira (nenhuma destas forças estava cometida à estrutura militar integrada da OTAN) e com a Brigada Mista Independente a contribuir para a defesa avançada na Europa, no âmbito do Comando Regional do Sul (AFSOUTH). No final da década, o Exército empenha-se no levantamento de uma nova Brigada: a Brigada de Forças Especiais, com base em tropas "comando" e de forças especiais do Centro de Lamego, que materializava o conceito de "intervenção rápida". O Comando Administrativo Logístico (CAL) materializava o apoio à força, com efetivos que atingiam 1,6 dos efetivos da força (uma proporção que noutros exércitos chegava a tingir os 2,5). Em setembro de 1986, o CSDN aprovou as Missões das Forças Armadas, as suas missões específicas, incluindo as de interesse público previstas na Lei da Defesa Nacional.

Nas diferentes conceções que estiveram em discussão começaram a ser evidentes as diferenças entre manejar armamentos e equipamentos e armar e equipar homens, que se traduzia nos diferentes efetivos entre os ramos, como sempre se tinha evidenciado na evolução do pensamento militar, nem sempre assim sentida pela Marinha e Força Aérea que reclamavam a "hegemonia do Exército". Uma nova Lei do Serviço Militar, aprovada em julho de 1987, vai abrir o caminho para o debate sobre o serviço militar obrigatório, o serviço militar feminino, o conceito de convocação e mobilização e a materialização do conceito de defesa territorial e resistência.

Terminados os compromissos de Portugal com a defesa do seu Ultramar, as Forças Armadas voltam-se para a Aliança Atlântica. A Marinha, já que se localizava em Portugal o IBERLANT, um comando de área com responsabilidades aeronavais na cadeia de comando do SACLANT, tinha mantido sempre os seus contatos com a Aliança, em matéria de procedimentos, comunicações e alguns exercícios, o que não acontecia com o Exército e com a Força Aérea, muito envolvidos em pessoal e meios nas campanhas de África.

Há pois um esforço grande das Forças Armadas no retomar desta ligação com a Aliança Atlântica, na doutrina, procedimentos, ensino e treino. Aumentou-se a presença militar nos Quartéis-generais da Aliança, no Colégio de Defesa e nas escolas de especialidade e melhorou-se a participação em exercícios e forças. Todo esse esforço traduziu-se num maior profissionalismo dos Quadros, na melhoria da sua qualificação linguística no inglês e no espírito democrático dos militares. Com experiência recente de campanhas, a presença de Quadros portugueses na Aliança foi reconhecida por aliados e amigos como valiosa e prestigiante.

A modernização das Forças Armadas, em equipamentos e armamentos, continua com a promulgação da Lei nº 1/85 (Lei-Quadro das Leis de Programação Militar), de 23 de janeiro. Com suportes financeiros dos EUA, Alemanha e do Orçamento do Estado Português, os primeiros programas incidem sobre programas de defesa antiaérea (Exército), Fragatas *Meko* e comunicações (Marinha) e aviões P-3 *Orion* e completamento da esquadra A-7 P (Força Aérea). Começa aqui uma história de esperanças e frustrações, que as dificuldades económicas e financeiras da Nação, a que se juntam sucessivas indefinições da política e visões corporativas dos ramos das Forças Armadas, conduziram ao estado atual de obsolescência de alguns armamentos e equipamentos e faltas de munições que não permitirão, em caso de emprego, poder combater dez minutos no ar, uma hora no mar ou um dia em terra. A história completa pode ser encontrada em inúmeros alertas e trabalhos de valor que têm sido publicados[10].

A Revisão Constitucional de 1989 apenas produziu duas alterações substantivas em matéria de defesa nacional: uma, resultante da introdução do conceito de lei orgânica associada às matérias de organização da defesa nacional e das bases gerais da organização, do funcionamento e da disciplina nas Forças Armadas; outra, da exclusão do referendo das matérias relativas, entre outros aspetos, à organização da defesa nacional e das Forças Armadas e nos regimes de estado de sítio e estado de emergência[11].

No final deste período, o governo (com Cavaco Silva como Primeiro-ministro) pressionava as Forças Armadas para se modernizarem. Deveriam alcançar a reestruturação, a racionalização e o redimensionamento. Eram os famosos "três erres", que se traduziam em "reduzir", a que o Chefe do Estado-Maior do Exército (general Firmino Miguel) respondia com outro "erre": resistir.

V

A década dos anos noventa do século passado começa com um ambiente estratégico no mundo euro-atlântico influenciado pelo primeiro final da guerra fria (tendo como consequências imediatas a fragmentação da URSS em vária repúblicas independentes e o desmantelamento do Pacto de Varsóvia),

10 Coronel de Engenharia AED Baptista Veloso, Coronel de Artilharia Caetano de Sousa, Capitão-de-mar-e-guerra Oliveira Fuzeta, *O Paradigma da Lei da Programação Militar,* TIG do CPOG 2011/2012, IESM, Pedrouços.

11 RIBEIRO, António Silva, Ob. Cit.

a intervenção de uma coligação de forças, sob o comando dos EUA e a autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas, na libertação do território do Kuwait ocupado por forças do Iraque do regime de Saddam Hussein e o conflito na Europa entre repúblicas que resultaram da fragmentação da ex-Jugoslávia. Estes acontecimentos vão ter grande influência sobre o pensamento militar dominante à época. O emprego da força convencional, desaparecida a ameaça imediata à integridade da Europa, é alterada pelas relações internacionais agora centradas no unipolarismo dos EUA e pelo novo protagonismo das Nações Unidas na sua missão de regular a paz global, abrindo o caminho para outras missões da força para além da guerra. A organização da força, depois da experiência no Iraque, passa a ser orientada pelos conceitos de "expedicionária", "conjunta" e "tecnológica".

Alianças e nações revêm os seus conceitos estratégicos e iniciam um processo de reformulação dos seus sistemas de forças, dando mais ênfase às "capacidades militares da força" e à força conjunta do que aos efetivos. Ao mesmo tempo que se reduzem efetivos, se diminuem orçamentos e os investimentos na defesa, na Europa, onde algumas nações decidem prosseguir o conceito iniciado com as Comunidades Europeias para uma União, paradoxalmente, renasce a União Europeia Ocidental (UEO), procurando dotar a Europa com capacidades militares que o recente conflito na ex-Jugoslávia tinha evidenciado como inadequadas e insuficientes.

Em Portugal, a década vai ser de um aprofundamento da democracia, de uma economia mais dinâmica agora influenciada pela adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) e uma política fiscal e orçamental a preparar o País para a adesão à União Monetária.

Em julho de 1991, o CSDN aprovou o sistema de forças nacional, designado de médio prazo, que não visava satisfazer em unidades e meios as necessidades das Forças Armadas para o cumprimento das missões definidas, mas quantitativos e meios a alcançar durante a vigência da 2ª Lei da Programação Militar que acabou por ser fixada para o período de 1993 a 1997.

Em agosto, é promulgada a Lei nº111/91 (Lei Orgânica das Bases da Organização das Forças Armadas – LOBOFA) que vai introduzir alterações à Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, com reflexos num reforço de competências do Ministro da Defesa Nacional, regulamentação de componentes não militares da defesa, perda de autonomia das chefias dos ramos (quanto ao recrutamento, às infraestruturas e elaboração de planos de armamento e equipamento) e clarificação das competências do CEMGFA. Estabeleceu que o sistema de forças nacional seria constituído por uma componente operacional e uma componente fixa ou territorial.

No quadro dos objetivos fixados pelo XII governo constitucional e na LOBOFA, no ano de 1993 (fevereiro), foi promulgada legislação que estabe-

leceu a organização do MDN, do EMGFA e dos ramos (Leis Orgânicas) que reforça as atribuições e competências do Ministro da Defesa Nacional na elaboração e execução da componente militar da defesa nacional e estabelece uma estrutura superior idêntica para os três ramos das Forças Armadas, esquecendo que cada um tem especifidades históricas próprias. Em março foi promulgada, pelo Ministro da Defesa Nacional, a Diretiva Ministerial de Planeamento Militar (DMPM) que institui, pela primeira vez, em Portugal, um ciclo bienal de planeamento de forças, tentando adaptar-se ao ciclo de planeamento de forças da OTAN e que iria conduzir à definição de objetivos de forças, num método de planeamento e de intervenção político-militar no ciclo da decisão semelhante ao adotado na Aliança Atlântica. Esta Diretiva procurava também responder ao preceituado na LDNFA, que, no seu artº 44º, define como "competência do Ministro da Defesa Nacional a responsabilidade política pela elaboração e execução da componente militar da política de defesa nacional e pela administração das Forças Armadas e preparação dos meios militares e resultados do seu emprego" e que, no seu artº 26º, determina "que a previsão das despesas militares a efetuar pelo Estado no reequipamento das Forças Armadas e nas infraestruturas de defesa deve ser objeto de planeamento a médio prazo, nos termos definidos na Lei nº1/85 (Lei-Quadro da Lei da Programação Militar)".

Em 1993, a par de alguns milhares de pessoal civil em crescente declínio, os efetivos de militares nas Forças Armadas, com a nova Lei do Serviço Militar a estabelecer, além dos Quadros Permanentes (QP), o Serviço Efetivo Normal (SEN, contingente anual) e o serviço nos regimes de voluntariado (RV) ou de contrato (RC), totalizavam 50.087 (Marinha: 13.092, com 9.769 no QP, 2508 RV/RC e 815 SEN; Exército: 24.204, com 6.957 no QP, 6.750 RV/RC e 10.697 SEN; Força Aérea: 12.791, com 4.832 no QP, 4.550 RV/RC, 3.409 SEN). Situação que se iria alterar no início de 1994, entre Exército e Força Aérea, quando o Regimento de Para-quedistas, fazendo parte deste Ramo, passa para o Exército ficando a constituir o Corpo de Tropas Aerotransportadas que vai contribuir para o sistema de forças com a Brigada Aerotransportada Independente.

O Orçamento da Defesa passa a integrar verbas atribuídas à Lei de Programação Militar e verbas do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), destinados a alguns programas de infraestruturas e investigação e desenvolvimento. Em 1993, o Orçamento da Defesa, a preços correntes, era de 229,4 milhões de contos (a preços constantes de 1987 tinha descido de 120,7 milhões de contos para 115,9 milhões) e representava 1,9% do PIB e 4,6% da despesa pública (em 1987, os valores respetivos eram de 2,3% e 6,9%). A análise do Orçamento de 1993 na sua estrutura das despesas mostra que 206,7 milhões de contos

(90,8%) se destinavam a despesas com pessoal e operação e manutenção e 22,6 milhões de contos (9,2%) a despesas de investimento[12].

Um conjunto de incentivos (*Lei dos Coronéis*) leva algumas centenas de Quadros das Forças Armadas a abandonarem o serviço ativo. O sistema de forças vai-se consolidado ao mesmo tempo que o dispositivo se vai racionalizando. O Exército, sob a chefia do General Cerqueira Rocha, vai modificar a sua estrutura operacional e territorial. Como muito importante elimina-se "a cintura explosiva em volta de Lisboa", substituindo o Depósito Geral de Material de Guerra, em Beirolas, que se transfere para Alcochete-Benavente em instalações modernas, e alienando as suas dependências de depósitos de munições. Ao mesmo tempo que um conjunto de unidades dispersas no Continente e Arquipélagos são encerradas, Santa Margarida e Tancos afirmam-se como as localizações, com peso na racionalidade estratégica, para a Brigada Mecanizada Independente, que sucedia à Brigada Mista, e para a Brigada Aerotransportada. A Marinha aliena as suas instalações do 2º Grupo de Escolas em Vila Franca de Xira que transfere para o Alfeite. A Força Aérea ativa a Base de Beja, abandonada pela Força Aérea Alemã e reforça a operação em Cortegaça.

A 2ª Lei de Programação Militar, para vigorar entre 1993 e 1997, previa um investimento no período de 158.318 milhares de contos (45.008 para a Marinha, 58.061 para o Exército e 47.523 para a Força Aérea) e contemplava, além de um programa para uma arma ligeira individual para todos os ramos, programas como a aquisição de cinco helicópteros para a Marinha, o início do levantamento do Grupo de Aviação Ligeira para o Exército e a aquisição de aviões F-16 (20) para a Força Aérea. Programação que foi interrompida, com prejuízo para os programas do Exército (em cerca de 28 milhões de contos), por necessidades financeiras da nação para se preparar para a adesão à moeda única europeia.

Aspetos importantes sobre a Defesa Nacional e Forças Armadas decorridos na década relacionam-se com a definição de um Conceito Estratégico de Defesa Nacional e documentação consequente, desenvolvimentos nas relações civis-militares no Estado, adaptação a novos desenvolvimentos na OTAN e UE, internacionalização das Forças Armadas, intensificação da cooperação técnico-militar com antigas colónias e movimentações para terminar com o serviço militar como dever e adotar o serviço militar por contrato (com abertura a pessoal feminino).

Face às alterações no ambiente estratégico internacional, refletido no conceito estratégico da Aliança Atlântica, de 1991, nas suas estruturas de coman-

12 Ministério da Defesa Nacional, *A Defesa de Portugal,* Lisboa, Jun. 1994.

do e de forças, e nos novos desenvolvimentos de uma componente militar da UE, em fevereiro de 1994, o governo aprovou novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Era um documento aberto (público), não contemplava a definição e tipificação de ameaças e era também vago quanto às ações do estado que contribuíam para defesa, prazos e ritmo, contrastando com o pormenor e orientações no plano militar.

Na sequência deste documento, o EMGFA elaborou uma proposta de Conceito Estratégico Militar (CEM), em julho de 1994, que, embora aprovada pelo Ministro da Defesa Nacional, passado um ano (1995), não foi confirmado pelo Conselho Superior de Defesa Nacional. Nesse mesmo ano, a Lei nº 18/95, de 13 julho, alterou a LDNFA e a LOBOFA. O governo reforçou as suas competências em relação às nomeações para as chefias militares e altos cargos (Supremo Tribunal Militar e Comandantes-Chefes). Com esta lei os militares deixaram de participar ativamente na escolha das suas próprias chefias. A indigitação de identidades para a futura escolha pelo governo foi substituída pela seleção, por este, de entre os que reuniam condições para o desempenho do cargo, de um candidato, submetido a parecer do Conselho de Chefes de Estado-Maior, antes da apresentação formal ao Presidente da República.

Em abril de 1997, é difundida a Diretiva Ministerial de Defesa Militar (DMDM, que já não é de guia para o planeamento mas de execução, retirando autonomia ao Conselho de Chefes de Estado-Maior). Reconhecendo que a revisão do CEDN deveria ocorrer, preferencialmente, no início de 1998, face às condicionantes externas (Conferência Intergovernamental, alargamento da OTAN, reestruturação dos seus comandos e reavaliação do papel da UEO) e ao normal curso da reforma interna (revisão constitucional e apresentação das "grandes opções" pelo governo à Assembleia da República), determina a reavaliação do CEM de 1995 não confirmado pelo CSDN, ponderando a eventual necessidade de modificar conceitos de emprego e constituição das forças à luz das grandes enquadrantes externas e internas.

Dos trabalhos da revisão constitucional de 1997 resultaram alterações para a defesa nacional. A AR passou a dispor de competência para acompanhar o envolvimento de contingentes militares no estrangeiro e adquiriu competência legislativa sobre as bases gerais de reequipamento das Forças Armadas. O CSDN passou a prever a inclusão de membros eleitos da AR. Às Forças Armadas foram cometidas explicitamente duas novas missões: a participação em operações de paz e humanitárias, bem como a cooperação técnico-militar, que materializam o apoio concreto à política externa do Estado.

Em janeiro de 1998, o CSDN confirmou o CEM, com estrutura idêntica ao de 1995, enfatizando o emprego conjunto da força e mantendo o conceito de mobilização. Na mesma sessão foram aprovadas as Missões Específicas das Forças Armadas e o Sistema de Forças Nacional e o dispositivo aprova-

do, pouco tempo depois, pelo MDN. Toda esta legislação foi considerada transitória e intercalar, devido à revisão do CEDN, que será dominada pela desconstitucionalização da natureza obrigatória do serviço militar, o que vem a acontecer com a Lei Orgânica nº 3/99, de 18 de setembro, e com a Lei nº 174/99, de 21 de setembro (Lei do Serviço Militar em tempo de paz).

A Lei nº 46/98, de 7 de agosto, altera a Lei-quadro da Programação Militar e a Lei nº 50/98, de 17 de agosto, aprovou os programas de investimento público no âmbito das Forças Armadas, relativos ao período de 1998-2003, que totalizariam 215, 5 milhões de contos (Serviços Centrais do MDN: 11,45 milhões; EMGFA: 9,01 milhões; Marinha: 68,628 milhões; Exército: 56,824 milhões; Força Aérea: 69,518 milhões), com 198 milhões (94%) destinado à melhoria do Sistema de Forças. Previa ainda um investimento de 263,731 milhões de contos em anos futuros (até 2010).

A década, com as suas grandes alterações geoestratégicas, vai traduzir-se em adaptações das organizações internacionais a novos conceitos de prevenção e resolução de conflitos, com relevo para a ONU, e com maior participação de organizações regionais de segurança e de defesa com aquela organização. No mundo euro-atlântico, a OTAN e a UE, a partir de 1993, vão assumir novo protagonismo nessa participação, o que vai influenciar as políticas de defesa nacional dos estados membros e as suas forças armadas.

A ONU, por iniciativa do seu Secretário-geral, publica, em 1992, *A Agenda para a Paz-Diplomacia Preventiva, Construir a Paz e Manter a Paz,* documento que passa a ser um guia de orientação para as operações de apoio à paz ou humanitárias a cargo da Organização e que vai dar importância acrescida ao seu Departamento responsável pelo planeamento e monotorização daquelas operações.

A OTAN, na sua Cimeira de Roma, em novembro de 1991, aprova um novo Conceito Estratégico para a Aliança, que vigora até à Cimeira de Washington (em abril de 1999), onde novo Conceito é aprovado. Estes novos conceitos, sem alterar os fundamentos da Aliança, vão adotar conceitos alargados de segurança e de maior número de estados membros, dar relevo a formas de diálogo e cooperação e a materializar-se em estruturas de comando e de forças mais adaptados ao novo ambiente estratégico regional. A Aliança vai envolver-se em operações fora da sua área de responsabilidade sem abandonar a sua missão fundamental de defesa coletiva.

A UE, formalmente constituída pelo Tratado de Maastricht, em 1993, decidiu fixar, na reunião do Conselho Europeu, em Helsínquia, em dezembro de 1999, um objetivo para a sua capacidade militar em 2003 (Força de Reação Rápida Europeia), ao mesmo tempo que vinha estabelecendo estruturas militares para planeamento e coordenação das suas atividades militares com a implementação progressiva do seu Comité Militar, desde o ano de constituição da União.

Sem estatuto para aplicar medidas coercivas, a Organização de Cooperação e Segurança Europeia (OSCE) incrementou as suas ações no âmbito da monitorização da segurança, em áreas como a estabilidade, direitos humanos e das minorias, controlo de armamentos, implementação da democracia, ambiente e economia.

As Forças Armadas Portuguesas, com uma sólida experiência nacional em operações de contrainsurreição, não possuíam experiência internacional em operações de apoio à paz. Tinham participado em missões de observação das Nações Unidas, no Líbano (UNOGIL, 1958) e depois do final da guerra fria em missões do mesmo tipo na Namíbia (UNTAG, 1989-90), em Moçambique (COMIVE, 1990-92), em Angola (1991), na ex-Jugoslávia (ECMM, 1991-2000), Mar Adriático (1992-95), Bósnia-Herzegovina (1992-95).

O primeiro desafio para participar numa força em operações de apoio à paz surgiu em abril de 1993, quando o Batalhão de Transmissões nº4 (281 efetivos do Exército) integrou a missão da ONUMOZ, em Moçambique. A essa, seguiram-se outras missões integrando os três ramos das Forças Armadas, com efetivos e meios diversificados, no âmbito da ONU, OTAN, EU, ou só nacionais, na Bósnia-Herzegovina, Croácia, Macedónia, Sara Ocidental, Angola, Kosovo, República Democrática do Congo, Guiné Bissau e Timor Leste. A par destas missões, unilateralmente, ou no âmbito da ONU, e das suas agências, foram executadas diversas missões humanitárias.

Constituindo desafio e incentivo para as Forças Armadas e a sua operacionalidade, o Sistema de Forças Nacional respondeu às várias solicitações, sempre negociadas na base do interesse nacional e na visibilidade, segurança e prestígio das Forças Armadas perante os seus pares e a opinião pública nacional.

Esse Sistema de Forças tinha decrescido em efetivos, desde 1995 (57.325) até 1998 (47.000), materializando uma redução de 17,5% em 3 anos. Compreendia uma componente fixa ou territorial que funcionava com 50% do total dos efetivos em serviço e uma componente operacional que compreendia, genericamente, os seguintes meios. Na Marinha, 45 navios de superfície, 3 submarinos, 5 helicópteros, 1 Batalhão de Fuzileiros e 1 Destacamento de Ações Especiais. No Exército, 3 Brigadas (Mecanizada, Aerotransportada e de Intervenção), 2 Agrupamentos de Defesa Territorial (Madeira e Açores), 1 Grupo de Reconhecimento (Força de cobertura), 2 Companhias de Operações Especiais e Unidades de Apoio de Combate e de Apoio de Serviços. Na Força Aérea, 145 aeronaves (defesa aérea, ataque ao solo, transporte, vigilância marítima, busca e salvamento, treino). Nalguns casos, a obsolescência ou não adequação de alguns equipamentos para as missões foi superada "com engenho e arte".

A execução das Leis de Programação Militar, sujeita a incumprimentos, atrasos e reajustamentos orçamentais, não foi exemplar, na década. Dos 388,9

milhões de contos dotados para os vários programas, foram executados 158,2 milhões de contos (cerca de 40%)[13]. Isso tem-se traduzido em taxas de regeneração de alguns materiais inadequadas à sua operacionalidade, obsolescência de outros e falta de preparação de "reservas de guerra" que materializem a capacidade da força para o combate sustentado.

No final da década, em 1999, o General CEMGFA apresentou ao MDN uma proposta para modernização das Forças Armadas[14], com os seguintes Programas a desenvolver até 2010:

- Dotar as Forças Armadas com um edifício legislativo coerente e integrador;
- Rever o Sistema de Forças Nacional de modo a dotar a Nação com uma força militar permanente; efetivos a atingir: 18.500 QP, 23.500 RC;
- Continuar o esforço de internacionalização das Forças Armadas;
- Reforçar a cooperação técnico-militar no seio da CPLP;
- Empenhar cada vez mais as Forças Armadas em missões de interesse público, sem prejuízo do treino e capacidades próprias;
- Corrigir o Orçamento da Defesa Nacional, atingindo-se em 2003 1,8% do PIB (iniciar desde já estudos para definir o ODN a partir da base 0);
- Dignificar e prestigiar as Forças Armadas (regulamentar o Estatuto do Pessoal Civil, rever os Princípios da Disciplina, rever o Ensino Militar, melhorar infraestruturas, melhorar o apoio social a militares e famílias, continuar a rever o sistema remuneratório dos militares).

Até outubro do ano de 2000, ano em que o CEMGFA abandonou funções, não houve resposta da decisão política àquelas propostas.

No mesmo ano de 1999, uma sondagem à opinião pública conduzida pelos Professores Luís Salgado de Matos e Mário Bacalhau, contém dados relevantes e de interesse para avaliar como os portugueses sentiam a defesa, as Forças Armadas e as suas missões, e o Serviço Militar nas vésperas do século XXI[15]. Focando-nos em dois dados da sondagem – as missões das Forças Armadas e o serviço militar obrigatório –, vale a pena recordar os dados recolhidos. Quanto às missões das Forças Armadas, na sua importância (escala 1 a 10) para a opinião pública, a proteção civil mereceu o maior grau

13 Coronel de Engenharia AED Baptista Veloso, Coronel de Artilharia Caetano de Sousa, Capitão-de-mar-e-guerra Oliveira Fuzeta, *O Paradigma da Lei da Programação Militar,* TIG do CPOG 2011/2012, IESM, Pedrouços.

14 ESPIRITO SANTO, General G., *Um Testemunho do Presente para o Futuro,* EMGFA, Lisboa, 2000.

15 SALGADO DE MATOS, Luís e BACALHAU, Mário, *As Forças Armadas em Tempo de Mudança,* Edições Cosmos-IDN, Lisboa, 2001.

(8,23), seguida da melhoria das condições de vida (8,11), missões internacionais de paz (6,99) e combate ao inimigo externo (6,76). A obrigatoriedade do serviço militar só começou a ser contestada em Portugal a partir dos anos 1980 e sobretudo por organizações de juventude, em particular as partidárias. Nos anos 1980, mantinha-se uma maioria favorável à obrigatoriedade; depois, o regime de voluntariado ganhou alguma vantagem, de início pequena. Até, pelo menos 1994, os portugueses estavam divididos, quase meio por meio, entre a manutenção do serviço militar e o voluntariado como base de recrutamento para as Forças Armadas. Terá começado em 1994 uma mudança mais profunda da opinião que, em 1999, é largamente favorável ao voluntariado: passam a defendê-lo quase dois terços dos inquiridos. Um pouco mais de um quarto continua, porém, a querer a manutenção do serviço militar obrigatório.

No final da década, as Forças Armadas de Portugal mantinham um Sistema de Forças adequado às suas missões constitucionais e permaneciam ligadas à Nação através de um dispositivo e de um conceito de recrutamento adaptado aos seus recursos, mas que a Lei Orgânica nº 3/99, de 18 de setembro, iria alterar ao basear o serviço militar, em tempo de paz, no serviço militar voluntário. O controlo civil sobre as Forças Armadas seguia o modelo das democracias liberais, mantendo alguma autonomia ao comando nas suas atribuições de disciplina, justiça e administração de pessoal e de outros recursos. A condição militar, definida em lei da Assembleia da República, ainda não tinha sido regulamentada. Os vencimentos dos militares tinham sido revistos, especialmente no subsídio que traduzia aquela condição militar. A internacionalização das Forças Armadas materializava-se por maior presença junto das estruturas das organizações internacionais (ONU, OTAN, UE), por uma rede mais alargada de Adidos de Defesa junto de embaixadas de Portugal, por um intenso envolvimento na cooperação técnico-militar com Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde e S.Tomé e Príncipe, onde equipas de militares portugueses auxiliavam na formação de militares e na implementação dos seus sistemas de ensino militar. Portugal organizou as primeiras reuniões dos Chefes de Estado-Maior dos Países da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP, 1999) e dos Chefes de Estado-Maior dos Países Membros da União Europeia (EU, 2000). Contingentes Militares Portugueses participavam em Missões de Apoio à Paz na Bósnia, Kosovo e Timor Leste, envolvendo cerca de 1.500 efetivos.

Durante a década, os efetivos das Forças Armadas tinham-se mantido numa média de 50.000 homens e mulheres (Marinha 11.000; Exército 32.500; Força Aérea 6.500).

O Orçamento da Defesa, em 1990, e a preços correntes, atingia 188,2 milhões de contos (Ministério da Saúde: 228,1 milhões; Ministério da Educa-

ção: 284,6 milhões) o que correspondia a 2,2% do PIB e a 4,6% da Despesa Geral do Estado. No ano 2000, esse orçamento atingia 360 milhões de contos (englobando despesas com investimento de cerca de 28 milhões suportados pela LPM e PIDAAC) correspondendo a 4,32% da despesa do Setor Administrativo e a 1,47% do PIB. Na década, a despesa com a defesa tinha evoluído a um ritmo moderado (3,5%) quando comparado com o crescimento do PIB (5,6%) ou da despesa do Setor Administrativo (12,5%)[16].

VI

O início do milénio marca um novo período de grandes alterações na legislação que enquadra a defesa no regime constitucional português, com consequências nos conceitos que regulam o emprego da força militar e nas normas estatutárias e estruturas das Forças Armadas. Alterações muito influenciadas pelas constantes e imprevisíveis mudanças no ambiente estratégico internacional, mas também pelas condições internas do estado e da sociedade portuguesa.

As grandes e constantes mudanças no ambiente estratégico internacional, que desde então têm ocorrido, podem ter como ponto de partida os ataques terroristas desencadeados por extremistas islâmicos em Nova Iorque e Washington, em 11 de setembro de 2001, a que se seguiram outros em países europeus e outras regiões do globo. O Presidente dos EUA lançou o seu apelo a "uma guerra contra o terror" que serviu de motor e inspiração para as intervenções militares no Afeganistão (2001 até ao presente), no Iraque (2003-2011) e na Líbia (2011). Mas que serviu também para uma quase imediata revisão sobre os conceitos de segurança e de defesa na ordem internacional, da força militar no seu emprego, organização e prontidão, da responsabilidade sobre os atos de guerra (2002, Tribunal Criminal Internacional) e da responsabilidade da comunidade internacional para proteger estados ameaçados.

Revisão em que as organizações internacionais e nações se empenharam desde o início e que continua há mais de uma década, havendo novos dados, trazidos pelos recentes comportamentos da Rússia sobre estados vizinhos ou a formação do Estado Islâmico nas fronteiras da Síria, Iraque e Turquia e que levantam interrogações sobre o estado e a soberania e a norma internacional sobre a *Responsabilidade para Proteger*.

16 Tribunal de Contas, *Relatório Nº1/06, 2ª Secção, Acompanhamento da Lei de programação Militar*.

Em 2004, a ONU, por iniciativa do seu Secretário-Geral, criou um Painel de Alto Nível que apresentou um relatório[17], do qual destacaremos dois pontos: os seis conjuntos de ameaças à segurança internacional no início do século e nas próximas décadas, e os cinco princípios que devem orientar o uso da força militar. Os seis conjuntos de ameaças foram assim descritos: ameaças económicas e sociais, incluindo a pobreza, as doenças infeciosas e a degradação ambiental; conflito entre estados; conflitos internos, incluindo guerras civis, genocídio e outras atrocidades em grande escala; armas nucleares, radiológicas, químicas e biológicas; terrorismo; e o crime organizado transnacional. Os princípios que devem orientar a decisão sobre a utilização da força militar, foram assim enunciados: consistência da ameaça; finalidade pretendida; último recurso; proporcionalidade de meios; avaliação das consequências.

Quanto à *Responsabilidade para Proteger*, o Secretário-Geral da ONU, em 2009, emitiu o primeiro documento sobre o assunto que foi discutido em Assembleia Geral. Até agora, mais três outros se lhe seguiram e Resoluções do Conselho de Segurança, de acordo com os princípios estabelecidos, permitiram até hoje a utilização da força militar nos seguintes estados: Darfur, Líbia, Costa do Marfim, Iémen, Mali, Sudão e Sudão do Sul, República Centro Africana.

A OTAN, quando celebrou o 50º aniversário, em 1999, na sua cimeira de Washington, definiu um conceito estratégico com cinco tarefas fundamentais para a Aliança continuar a desempenhar a sua missão: segurança; consulta; dissuasão e defesa; gestão de crises; e parcerias. Na sequência do que tinha sido acordado no conceito estratégico de 1991, relativamente ao tradicional entendimento sobre agressão a um estado membro, debruçou-se sobre os riscos "mais alargados", à segurança coletiva englobando nesses riscos o terrorismo, definindo-o como "uma séria ameaça a paz, segurança e estabilidade que pode afetar a integridade territorial dos estados". Os ataques terroristas de 11 de setembro, no território dos EUA, levaram os aliados a evocarem, pela primeira vez na história da Aliança, o artº 5º do Tratado do Atlântico Norte.

O envolvimento progressivo da Aliança em missões fora da sua tradicional área de responsabilidade (Europa e depois área Euro-Atlântica), com os consequentes debates sobre se o *out of area* levava a Aliança a um *out of business* para que tinha sido criada, culminou com novo conceito estratégico, em 2010 (cimeira de Lisboa), onde ficou acordado que "a finalidade fundamental e duradoura da OTAN é garantir a liberdade e segurança de todos os seus

17 United Nations, *A more secure world: our shares responsibility,* 2004.

membros por meios políticos e militares. Hoje, a Aliança mantêm-se como uma fonte essencial de estabilidade num mundo imprevisível". Foram definidas três tarefas fundamentais que contribuiriam para aquela garantia: defesa coletiva; gestão de crises; e segurança cooperativa. Tarefas que foram reafirmadas na Cimeira de Chicago, em 2012.

Desde o final da Guerra Fria que as tarefas mais visíveis da OTAN têm sido a gestão de crises e a segurança cooperativa. A materialização de uma visão sobre a segurança cooperativa começou com o Conselho de Cooperação Norte-Atlântico, em 1991, e a gestão de crises não relacionadas com o artº 5, no ano seguinte, quando a Aliança se empenhou no transporte de assistência humanitária à Rússia e a outras ex-repúblicas soviéticas, monitorizou as rotas aéreas para a Líbia e participou no embargo marítimo e policiamento da zona aérea no conflito na ex-federação da Jugoslávia. Desde então, a OTAN tem empenhado forças para a prevenção e resolução de conflitos nos Balcãs e no Mediterrâneo, no Afeganistão, em África e no Índico. Algumas críticas, por parte de alguns membros, às atividades da Aliança são de que elas não têm sido suficientemente equilibradas, esquecendo a defesa coletiva.

A UE, desde a sua implementação, em 1993, com o Tratado de Maastricht, tem procurado afirmar-se no panorama estratégico global, a par de outras realizações importantes, como o mercado e a moeda única e a livre circulação de pessoas e bens no seu espaço, com uma política externa e de segurança. Um ano depois de, na cimeira de Helsínquia (1999), ter sido acordado que a Europa iria constituir uma força militar de 60.000 efetivos, na cimeira de Colónia, no ano 2000, foi lançada a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) e, em 2003, foi publicado o primeiro documento sobre a estratégia de segurança da União (documento Solana). Desde então, diferentes perceções sobre segurança e defesa têm-se sobreposto aos acordos. Em fevereiro de 2010, o Conselho Europeu adotou a Estratégia de Segurança Interna, identificando cinco áreas prioritárias de ameaças: redes internacionais de crime organizado; terrorismo; cibersegurança; segurança de fronteiras; e desastres. Na organização e estrutura dos estados membros, alguns ministérios (defesa, administração interna, justiça, ambiente) repartiram entre si as responsabilidades das respostas. Continuou a separar-se aspetos internos e externos da segurança, dificultando a ação, e embora o Conselho da Europa, no final de 2013, ao ser o primeiro Conselho que se debruçou sobre os assuntos de segurança e defesa da Europa ter dado algumas esperanças para futuro, a UE continua a arrastar os pés nesta área importante. Crise económica e financeira, falta de visão estratégica dos dirigentes, opiniões públicas não preparadas para defesa, a continuação da ideia, entre muitos estados membros, de que segurança e defesa é com a OTAN, má cooperação OTAN-EU, auguram que a UE não conseguirá levantar e aprontar os seus

battlegroups (que ainda não realizaram um exercício) e que pouco fará para diminuir as suas insuficiências nas capacidades militares de que dispõe e que se vão degradando.

Na procura de soluções políticas para uma maior cooperação entre os estados na área da defesa e segurança, adotaram-se conceitos de *smart defense*, por parte da OTAN, ou de *pool and sharing*, por parte da EU, tentando superar deficiências nas capacidades militares próprias.

Todos estes desenvolvimentos têm conduzido a uma crescente e preocupante degradação das forças armadas no mundo euro-atlântico, onde 28 estados se juntam na OTAN e outros tantos na UE, com 22 pertencendo, simultaneamente, às duas organizações. As causas para essa degradação são várias.

Começam pela visão política de dirigentes sobre a situação global atual e a sua perceção sobre o estado e as suas funções, esquecendo os fundamentos do estado-nação e da soberania e privilegiando, para satisfazer opiniões públicas e votos, o estado providência. Como consequência, as despesas com a prontidão das forças armadas têm diminuído dos dois lados do Atlântico. Os EUA gastaram com a defesa, em 2011, 503 mil milhões de euros (4,66% do PIB), enquanto a UE despendeu 193 mil milhões de euros (1,66% do PIB). Dadas as condições que a UE vive económica e financeiramente, estima-se que, até 2017, diminua 12% nos gastos com a defesa. Nos EUA estima-se que essa diminuição, nos próximos dez anos, atinja os 450 biliões de dólares[18]. O reconhecimento deste facto levou a OTAN, na sua Cimeira no País de Gales (Reino Unido), em 4 e 5 de setembro de 2014, a emitir uma Declaração final tentando inverter a situação, criando no seio da *NATO Response Force* uma Força de Reação Imediata e a aconselhar os estados membros para inverterem a tendência de diminuição da despesa com a defesa procurando que atinja os 2% dos seus PIB.

Importa também considerar como as opiniões públicas percebem as ameaças que podem afetar a sua segurança. Na UE, uma sondagem, conduzida em 2008, mostrou que as três ameaças que os europeus mais temem não são ameaças de natureza militar, mas sim o crime organizado (77%), um acidente numa instalação nuclear (75%) e o terrorismo (74%). Sobre os instrumentos militares e as suas funções, a defesa do país recebe a maioria das opiniões (94%), logo seguida pela opinião de 91%, que pensam que devem ter também missões de auxílio no caso de desastres naturais, ambientais ou nucleares. Com menor peso foram também mencionadas como missões dos militares as

18 Daehnhardt, Patrícia, *A Parceria União Europeia-NATO: a Persistência de uma Relação Complexa,* Revista Nação e Defesa, Nº 137, IDN, Lisboa,2014.

operações de apoio à paz (80%) e a defesa de valores tais como a liberdade e a democracia (70%)[19].

O abandono progressivo do serviço militar como dever de cidadania por parte de alguns países europeus, dando voz a crescentes contestações de opiniões públicas e servindo decisões políticas para diminuir despesas públicas consideradas desnecessárias, veio trazer dificuldades na obtenção de recursos humanos, a um maior afastamento dos cidadãos das suas forças armadas e a uma crescente interferência dos executivos nas políticas de defesa com menor responsabilização dos parlamentos.

Os tipos de missões que têm sido cometidas às forças armadas – de apoio à paz, de interesse púbico e humanitárias – têm degradado a prontidão para o desempenho da sua missão principal que é combater. Por outro lado, essas missões, mais de carácter expedicionário e de escolha, têm evidenciado a necessidade de forças conjuntas, agregando capacidades militares específicas dos diferentes ramos das forças armadas, o que tem conduzido a que o "conjunto" seja procurado, desde o tempo de paz, para poupar recursos. Com resultados negativos no espírito de corpo, coesão, motivação e eficiência das forças armadas.

Estas realidades e tendências do ambiente internacional que afetam as políticas de segurança e defesa, desde o início do século, têm influenciado a evolução das mesmas políticas em Portugal, a que se juntam algumas realidades próprias. Realidades próprias que tentaremos sintetizarem em quatro áreas: a defesa nacional e as forças armadas na cultura política; a perceção pública de segurança, defesa e forças armadas; estado, despesa pública e forças armadas; e as progressivas medidas para inserir as Forças Armadas na administração do estado, alterando o equilíbrio de poderes no seu controlo, que passa pelo comando supremo, o parlamento e o executivo.

A cultura política nacional é teorizada e desenvolvida nos partidos políticos e depois materializada pela representação parlamentar. Desde 1976 que o sistema de partidos se carateriza por ser "multipartidário", polarizado em torno de quatro partidos políticos eleitoralmente relevantes (PS, PPD/PSD, PCP e CDS/PP), a que, em 2005, se vai juntar um quinto, o BE, com destaque para a bipolarização entre o PS (centro-esquerda) e o PSD (centro-direita), os partidos alternativos de poder[20]. Sem divergências programáticas sobre a segurança e a defesa, e acordo quanto à participação de Portugal na OTAN

19 Manigart, Philippe, *Opinião Pública e defesa europeia,* Departamento de Ciências Sociais, Real Academia Militar, Bélgica, 2001.

20 Ramalho, Tiago e Mateus, Jorge, *O sistema de partidos em Portugal,* CIES e-Working Papers, ISEG, Lisboa, 2008.

e na UE, a ampla maioria que materializam na Assembleia da República, a que em muitas matérias se junta o CDS/PP em coligações governamentais ou em acordos parlamentares, tem permitido alterações à Constituição e à legislação sobre defesa nacional.

Ainda que os três partidos não divirjam sobre o princípio democrático do "controlo civil" sobre as Forças Armadas, já a sua visão sobre o papel dos militares na sociedade, a condição militar e as suas condicionantes em direitos e deveres, mostra-se por vezes discordante, com o PS mais permissivo aos direitos de associativismo militar e PSD e CDS/PP mais rigorosos no "profissionalismo militar" de não interferência na vida política (história passada e recente dessa interferência, guerra colonial, Conselho da Revolução, são motivos a influenciar essa opinião).

De 1999 até à atualidade (quinze anos), tomaram posse seis Governos Constitucionais (XIV a XIX), com o PS a governar de 1999 a 2002 (XIV), de 2005 a 2009 (XVII) e de 2009 a 2011 (XVIII), e o PSD, em coligação com o CDS/PP, a governar de 2002 a 2004 (XV), em 2004 e 2005 (XVI) e a partir de 2011 (XIX).

Sem um Conceito Estratégico Nacional definido (que materialize um acordo dos Partidos Políticos sobre o destino da Nação, o Estado, a sua organização e as suas funções, como conseguir o desenvolvimento económico que permita uma sociedade mais justa, como vencer os graves problemas quantitativos e qualitativos de uma população em crise) já se alterou por duas vezes um Conceito Estratégico de Defesa Nacional (2003 e 2013), a Lei da Defesa Nacional (2009 e 2013), a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (2009 e 2013) e outra legislação importante. Que tem conduzido a uma progressiva confusão de conceitos simples (o que é que a Nação deve defender, de quem, quando, como e para quê), das relações civis-militares no estado democrático (confusão entre direção política e comando, a especificidade da condição militar e alguma autonomia dos Chefes de Estado-Maior dos ramos na administração de pessoal e recursos), a diluição de responsabilidades quer da decisão política quer do comando na conceção e direção do emprego da força militar e da sua organização.

Sobre a perceção pública de segurança, defesa e Forças Armadas na sociedade portuguesa teremos de considerar estudos de opinião conduzidos por entidades externas às Forças Armadas.

No estudo de opinião conduzido em 1999 e já referido[21], os portugueses consideravam que era então muito baixo o nível de ameaças externas à sua segurança, prevendo que a situação, em 2009, aumentaria esse nível. Podemos

21 Ver Nota 15.

deduzir que a necessidade de Forças Armadas para enfrentar essas ameaças era reduzida, pelo que o Serviço Militar Obrigatório (SMO) deveria ser abolido e substituído por serviço militar voluntário. Nesse ano, a Lei nº174/99, de 21 de setembro, altera a lei do serviço militar vigente, estabelecendo que esse serviço militar compreendia o serviço efetivo, a reserva de recrutamento e a reserva de disponibilidade e que o serviço efetivo compreendia o serviço efetivo nos quadros permanentes, o serviço efetivo em regime de contrato, o serviço efetivo em regime de voluntariado e o serviço efetivo decorrente de convocação ou mobilização. Cerca de 25% dos portugueses consideravam o SMO necessário quando os efetivos de voluntários e contratados não satisfizessem as necessidades da força militar da Nação. Estabelecia um regime de transição e em 2004 terminou o SMO.

No início do século, as ameaças que mais preocupavam os portugueses quanto à sua segurança passaram a contemplar o terrorismo (preocupação reforçada com os acontecimentos de 11 de setembro de 2001), os desastres naturais, as epidemias e o crime organizado. Foram consideradas (com opiniões diversas) ameaças que não caíam no conceito de ameaça externa, cuja responsabilidade primária para as enfrentar, dada as suas caraterísticas "policiais", recaía noutros ministérios que não o Ministério da Defesa (Administração Interna, Justiça, Saúde, Economia). Cresceram os serviços de segurança (de fronteiras, de atividades económicas, prisionais), cresceram efetivos armados das Forças de Segurança e outros, e a direção e coordenação que poderiam ser feitas através de uma lei de Segurança Nacional e de um Conselho Nacional de Segurança foram esquecidas. Foi antes aprovada uma nova Lei de Segurança Interna (Lei nº 53/2008, de 29 e agosto), continuando a insistir-se na divisão entre ameaças internas e externas (por complexos políticos do passado), levando a opinião pública a esquecer que a defesa é o último patamar para conseguir segurança.

O resultado desta confusão de conceitos, materializada em legislação não coerente e desigual atribuição de recursos para a segurança ou para a defesa, traduz-se numa crescente falta de educação e de espírito para a defesa na população portuguesa.

Para que servem as Forças Armadas e que Forças Armadas deve ter a Nação é uma questão que muitos portugueses formulam, mas a que a direção política não tem dado resposta qualificada, que resulte de um debate consistente na Assembleia da República. Em tempos de mudanças de ameaças seria bom que a resposta política não fosse justificar as Forças Armadas da Nação pelas missões externas ou de interesse público. Bastaria afirmar e ensinar, que "as Forças Armadas servem para um combate entre meios aéreos que dura quatro segundos, entre meios navais que não passa de vinte minutos e entre Divisões que não vão para além das setenta e duas horas. Fique claro:

as Forças Armadas servem para os quatro segundos, os vinte minutos e as setenta e duas horas. É para estes ciclos de tempo que têm que ter, a cada momento, Prontidão"[22].

Concluindo com alguns dados quantitativos de um estudo de opinião conduzido pelo Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), em 2009, constata-se que[23]: 83,2 % dos portugueses entendem que as Forças Armadas são necessárias e 82,6% entendem que elas são importantes para a defesa nacional; de entre 13 instituições nacionais, as Forças Armadas são aquela em que mais portugueses (6,98 em 10) têm mais confiança; quanto às missões das Forças Armadas, a defesa do território nacional em caso de agressão ou ameaça externa é a que recebe o maior apoio dos portugueses (8,47 em 10).

Estado, despesa pública e Forças Armadas é outro fator que muito tem influenciado as transformações na força militar da Nação. A um debate que hoje atravessa as sociedades sobre o Estado e as suas funções, onde visões mais conservadoras ou mais liberais traduzem algum confronto entre diferentes ideologias políticas, junta-se a questão sobre o que o estado deve e pode gastar e onde gastar da riqueza produzida nessas sociedades. Há quem fale de *uma quarta revolução*, na sequência das principais ocorridas até agora na sociedade global, que visa definir o estado do futuro[24].

De acordo com dados do Banco Central Europeu, a despesa pública, agregada por cinco funções do estado – Redistribuição (proteção social), Bens públicos puros (defesa, segurança e ordem publica), Saúde e Educação, Serviços Públicos gerais (serviços gerais da administração pública) e Atividades primárias (assuntos económicos, proteção do ambiente, habitação e equipamentos coletivos, recreação, cultura e religião) –, em 2009, representava cerca de 50% do PIB quer na UE quer na zona do euro[25]. As maiores percentagens dessa despesa pertenciam à Proteção Social (18,9), Saúde (6,9) e Educação (4,8) e a menor à Defesa, Segurança e Ordem Pública (2,9). Portugal, no mesmo ano atribuía 46,1% do PIB à despesa pública, com 17,5% destinado à Proteção Social, 6,4% à Saúde, 6,0% à Educação e 3,4% para Defesa, Segurança e Ordem Pública. Desta despesa, 1,5% destinava-se à Defe-

22 Rodrigues, Professor Doutor Fernando Carvalho, *Para que servem as Forças Armadas?*

23 Santos, General J.A. Loureiro dos, Forças *Armadas em Portugal,* Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, 2012.

24 Miclethwait, John e Wooldridge, Adrian, *The Fourth Revolution, The global race to reinvent the state,* Allen Lane, Penguin Books, Reino Unido, 2014.

25 Amaral, Conceição e Oliveira, Ana, *Composição da Despesa Pública e Crescimento Económico,* Artigo 4/2010, Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) do Ministério das Finanças e Administração Pública, Lisboa, 2010.

sa e 1,9% a Segurança e Ordem Pública[26]. De acordo com dados do Tribunal de Contas[27], as despesas com a Defesa registaram, entre 2006 e 2011, um crescimento anual médio de 0,6%, inferior ao registado para o PIB – Produto Interno Bruto (1,8%) e para a Despesa Efetiva do Estado (2,5%). Naquele período, em média, as despesas com a Defesa representaram 4,5% da Despesa Efetiva do Estado e 1,2% do PIB.

A preços correntes, em 2011, o Orçamento da Defesa totalizava 2.063,081 milhões de euros e, para 2014, foram inscritos no orçamento 2.138,7 milhões de euros, representando as despesas com o pessoal 56,8% do total.

Outros dados estatísticos para o ano de 2013 mostram que o custo anual de um militar em Portugal (3.970 euros/ano) ou o que cada português paga para a sua defesa (193,9 euros/ano), são inferiores aos de outros países europeus da sua dimensão. Não impedindo que na opinião pública portuguesa se tenha instalado a ideia (não esclarecida) de que os gastos com a defesa são exagerados ou até desnecessários.

A crise económica e financeira que, desde 2008, afeta a sociedade portuguesa tem obrigado a reduzir e a conter a despesa do Estado, traduzindo-se em programas de reajustamento e racionalização de estruturas da administração (PRACE, PREMAC) implementados pelos XVII e XVIII governos constitucionais. As Forças Armadas, incluídas na administração do Estado, têm sido sujeitas a reduções de efetivos, a alterações estatutárias da competência do comando, a concentração de serviços, encerramento de unidades e cortes orçamentais nas verbas da Lei de Programação Militar por decisões dos executivos sem prévio debate pela Nação no seu Parlamento. Questões constitucionais que levantam dúvidas.

De 1996 a 2013, os Quadros Permanentes das Forças Armadas reduziram 6,8% (18.538, onde contam 4.018 Praças da Marinha) e os militares em RV e RC, de 2010 para 2011, reduziram de 20,6% (17.710)[28]. Reduções que têm trazido dificuldades para o cumprimento da missão e funcionamento.

Sobre as despesas de investimento nas Forças Armadas (modernização, atualização, substituição de armamentos, equipamentos e infraestruturas) transcrevem-se algumas conclusões do Relatório do Tribunal de Contas[29] sobre a execução da Lei da Programação Militar:

26 Liberti , Fabio, *Defense Spending in Europe,* IRIS, Paris, 2010

27 Tribunal de Contas, 2º Seção- *Relatório nº22/2012- Acompanhamento Permanente da Lei da Programação Militar*, Lisboa,2012.

28 IESM, Boletim Ensino | Investigação nº 13, novembro 2012, COR Barreiros dos Santos; COR Basto Damásio; CMG Albuquerque e Sousa.

29 Tribunal de Contas, *Relatório nº22/2012- 2ª Seção, Acompanhamento Permanente da Execução da Lei da Programação Militar,* lisboa, 2012.

– A LPM previa um investimento total, entre 2006 e 2011, de 2.409 milhões de euros, dos quais 2.119 milhões a financiar por receitas do OE e 290 milhões por receitas de alienação de equipamentos, transitando os saldos, no final de cada ano económico, para o orçamento do ano seguinte. As sucessivas leis do OE determinaram a cativação ou dedução de parcelas significativas das verbas afetas à LPM, além de possibilitarem a transferência, até um limite de 10% da dotação disponível, para a cobertura de encargos com POTF – Preparação, Operação e Treino de Forças;
– A LPM incluiu hipotéticas receitas de alienações de equipamento, só marginalmente concretizadas (fragatas "*João Belo*" no montante de 13 milhões de euros – menos de metade do valor previsto);
– Os pagamentos efetuados, entre 2006 e 2011, no âmbito da LPM, totalizaram 1.615 milhões de euros. O grau de execução financeira, em 2011 (86%), foi superior à média daquele período, mas inferior ao apurado nos dois últimos anos;
– Pela relevância dos projetos em execução no período de 2006-2011 e/ou pelos compromissos contratualmente assumidos para os anos seguintes, destacam-se as seguintes fornecimentos:
  • 12 helicópteros EH-101 – pagamentos = 237 milhões de euros; compromissos = 373 milhões de euros;
  • 10 helicópteros NH90 (ainda não fornecidos), em renegociação – pagamentos = 60 milhões de euros; compromissos = 1,6 milhões de euros;
  • 2 submarinos – pagamentos [pelo MFAP] = 1.001 milhões de euros; compromissos = 134 milhões de euros;
  • 2 fragatas – pagamentos = 134 milhões de euros; compromissos: 126 milhões de euros;
  • 240 viaturas blindadas *Pandur II* (entregues 166), em renegociação – pagamentos = 195 milhões de euros; compromissos [2012] = 10,6 milhões de euros;
  • 37 carros de combate *Leopard 2 A6* – pagamentos = 71 milhões de euros; compromissos [2012] = 13 milhões de euros;
  • 40 aeronaves *F-16* (entregues 34) – pagamentos = 482 milhões de euros; compromissos = 30 milhões de euros;
  • 5 aeronaves *P-3C Orion* – pagamentos = 184 milhões de euros; compromissos 26 milhões de euros;
  • 12 aeronaves *C-295M* – pagamentos = 73 milhões de euros; compromissos = 458 milhões de euros.
– As dotações da LPM foram, ao longo dos anos, utilizadas para fins diferentes dos previstos, dificultando um acompanhamento transparente e rigoroso da execução dos projetos/subprojectos.

As extensas e permanentes alterações na sociedade portuguesa que decorrem com a sua modernização política, social e económica, têm-se refletido nas Forças Armadas e no seu caráter institucional na Nação. As relações civis-militares e o conceito do controlo civil sobre as Forças Armadas que se tinha procurado com a primeira Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas (Lei nº 29/82) – e que tinha merecido reservas na sua promulgação pelo Presidente da República por não observar um justo equilíbrio nesse controlo entre o PR, AR e Governo – têm assistido a uma crescente deterioração, nas sucessivas alterações e Leis da Defesa Nacional, com agravamento da "governamentalização" desse controlo e perda de autonomia do comando. A eliminação do SMO e o crescente vazio da presença militar no território tem afastado a Nação do conhecimento e convivência com o seu instrumento de defesa. O tipo de ameaças que mais afetam a segurança dos cidadãos tem assistido a uma crescente militarização de forças de segurança e, paradoxalmente, a uma crescente utilização das Forças Armadas em missões policiais no exterior. As crescentes necessidades para o Estado satisfazer missões sociais obrigam a diminuir recursos para a defesa e para o seu instrumento que são as Forças Armadas, levando a que a defesa seja mais um serviço do que missão e os que a servem mais funcionários do que militares. São estas realidades e tendências que vão deteriorando o caráter institucional das Forças Armadas.

VII

A avaliação das transformações nas Forças Armadas de Portugal nos últimos quarenta anos, que nos propusemos analisar, tem de resultar numa folha de balanço final, evidenciando o que nos parece serem (numa visão subjetiva) aspetos positivos a continuar e aspetos negativos a corrigir.

Como aspetos positivos queremos evidenciar:

– A elaboração de uma legislação relativa à defesa nacional e às Forças Armadas, começando na Constituição da República;
– Portugal passar a dispor de um Sistema de Forças em permanência, com capacidades militares diversificadas, capaz de cooperar com aliados e amigos na vigilância, prevenção e resolução de conflitos que afetem a segurança internacional ou regional. Com capacidades, também, para a realização de missões de interesse público;
– Uma maior integração dos ramos das Forças Armadas nesse Sistema de Forças e nas suas capacidades militares, materializando o conceito de *força conjunta* e abandonando as missões próprias e independentes;

– A entrada em serviço de alguns armamentos e equipamentos que melhoraram as capacidades militares, nomeadamente em áreas como o comando, controlo, comunicações e computadores, a vigilância, a busca e salvamento, o transporte à distância, o potencial de fogo, a ciberdefesa, a capacidade submarina e a mobilidade tática terrestre;
– A consolidação de um "profissionalismo militar" que se materializa nas relações democráticas militar-estado e tem afastado os militares de interferência na vida política;
– Uma progressiva excelência de Quadros Permanentes, decorrente da qualidade do ensino militar nas escolas de formação de oficiais e de sargentos e da sua educação e avaliação contínuas e exigentes;
– A racionalização dos compromissos de Portugal em organizações internacionais e alianças (ONU, OTAN, UE, CPLP);
– Uma maior visibilidade internacional das Forças Armadas, pela sua participação em missões no exterior do território nacional, pela presença em Quarteis-Generais e forças internacionais e pela crescente cooperação técnico militar com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor;
– Racionalização de estruturas e maior rigor na administração de recursos;
– A modernização e substituição de alguns armamentos e equipamentos na força militar, dada a implementação da Lei da Programação Militar e as dotações financeiras que lhe vão sendo atribuídas.

Como aspetos negativos, que devem merecer uma reflexão, desejamos salientar:

– A necessidade de clarificação, face aos desenvolvimentos externos e internos ocorridos, desde os anos oitenta do século passado, dos conceitos de segurança e defesa.

  O conceito de segurança ao nível global, regional e nacional mudou, mercê da globalização, da diversidade e internacionalização das ameaças ou das transferências de responsabilidades para organizações supranacionais entretanto implementadas.

  Mantendo o estado-nação como o principal ator da ordem internacional, segurança para os estados compreende *segurança nacional*, *proteção* e *defesa*. *Segurança nacional,* com as suas componentes *externa* e *interna,* como a capacidade do estado-nação assegurar a sua sobrevivência e liberdade de ação nas suas decisões num ambiente internacional hostil e competitivo e em ambientes internos cada vez mais exigentes na sua organização, difíceis consensos na obtenção de recursos e sua distribuição e crescente organização das sociedades civis para a sua avaliação e escrutínio. *Proteção* de cidadãos, recursos e infraestruturas crescentemente ameaçados por ameaças diversificadas, que cobrem espe-

tros alargados como o crime organizado transnacional, as migrações não reguladas, o terrorismo, os desastres ambientais, as epidemias, as catástrofes naturais ou os ataques no ciberespaço. *Defesa* que se traduz na vontade e ação de se opor, pela força militar, à agressão armada a elementos considerados essenciais da soberania (território, população, recursos).

A Constituição da República Portuguesa define que "a defesa nacional tem por objetivo garantir, no respeito da ordem constitucional, das instituições democráticas e das convenções internacionais, a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaças externas". Seria um conceito de Segurança Nacional se não limitasse as ameaças à sua natureza externa. Compreendem-se as preocupações constitucionais, dado o peso negativo que o conceito de segurança interna trazia do anterior regime. Mas ficou alguma ambiguidade sobre a natureza externa das ameaças. Como referiu, ao tempo, uma pessoa esclarecida, importava "caraterizar o tipo de agressões ou ameaças externas que a política de defesa nacional deve enfrentar para, nos termos precisos da lei, assegurar a defesa nacional tal como é definida no conceito", concluindo que "haverá que associá-la a violência armada, isto é, a agressão ou ameaça externa a que a defesa nacional deve fazer frente é tão só a agressão ou ameaça externa armada"[30].

Dessa clarificação resultará uma definição mais precisa do *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*, que desde a sua primeira definição, em 1985, e as suas sucessivas revisões (1994, 2003 e 2010), tem mais características de um *Conceito Estratégico de Segurança Nacional* (sem o assumir) do que um conceito para preparação e postura da Nação para uma situação de guerra e a utilização da força militar. Aquelas características têm degradado a noção de que a defesa é o último patamar da segurança e, progressivamente, vão dando menos orientações para a defesa militar e o Conceito Estratégico Militar que daquele deve resultar. Seria importante retomar uma clarificação entre um Conceito Estratégico de Segurança Nacional (será ambicioso pensar que ele resulta da definição de um Conceito Estratégico Nacional, mas deverá cobrir as prevenções e respostas às ameaças à segurança, aspetos de segurança cooperativa com aliados e amigos e mecanismos para a gestão de crises) e um Conceito Estratégico de Defesa da Nação, este orientado para o estado de guerra e a preparação e utilização da força militar na vigilân-

30 Rodrigues, Gen, J.M. Bettencourt, *Conceito de Defesa Nacional,* Revista Militar nº5, Maio 1983.

cia, prevenção, dissuasão e combate às ameaças que façam perigar a independência nacional, a soberania, a integridade do território e a liberdade e segurança das populações.

Dessa clarificação resultarão também outros ajustamentos legislativos, como os respeitantes ao CSDN (que deverá evoluir para um Conselho Superior de Segurança Nacional), Lei de Segurança Nacional, Lei da Defesa ou de Preparação da Nação para Guerra e outros;

– A necessidade de redefinição do Sistema de Forças Nacional, nas suas componentes operacional e fixa "identificando os tipos e quantitativos de forças e meios, tendo em conta a sua adequada complementaridade operacional" (Lei Orgânica nº 6/2014, de 1 setembro, – LOBOFA).

Desde o final do, denominado, período da Guerra Fria, com novos desenvolvimentos a partir de 2001, que alianças e nações têm procurado ajustar o nível da força militar necessária aos recursos disponíveis e à perceção das ameaças pelas opiniões públicas. A OTAN evoluiu de um Sistema de Forças baseado em Forças de Reação Rápida, Forças de Defesa e Forças a Mobilizar para um Sistema de Forças assente em Capacidades Militares, abandonando o tradicional conceito de equilíbrio estratégico baseado em unidades e números, para um equilíbrio procurado numa defesa mais inteligente (*smart defense*), com as tecnologias a servirem de multiplicadores de força para efetivos progressivamente reduzidos. E a apostar em Forças de Reação (*NATO Response Force*) como capacidade para a gestão de crises, esquecendo a responsabilidade de defesa coletiva que assenta em forças posicionadas, disponíveis e preparadas para a sua missão principal (evidenciadas na sua última Cimeira, em Newcastle, em setembro de 2014). A EU, quando decidiu melhorar a sua dimensão de defesa, seguiu também a metodologia de desenvolver capacidades militares (partilhadas) e de forças para projetar (*battle groups*) esquecendo a capacidade de aumentar e melhorar a sua capacidade de defesa, negando ou impedindo o acesso a partes do território em disputa. Era mais fácil construir no vago do que disponibilizar recursos para o estrategicamente racional. E para repartir responsabilidades conceberam-se os conceitos de *cooperação reforçada* e de juntar e repartir (*pooling and sharing*) capacidades militares[31].

Portugal seguiu as orientações, esquecendo especificidades próprias históricas e geoestratégicas, e abandonou a sua metodologia de planeamento de forças baseada em subsistemas capazes de cumprirem missões

31 *Declaração de Intenções Conjunta par o Reforço da Cooperação no Âmbito da Defesa*, entre Portugal e Espanha, Madrid, 20 de Novembro de 2012.

militares (vigiar, prevenir, dissuadir, impedir o acesso ou negar, combatendo) para seguir o planeamento de capacidades militares, difíceis de avaliar e quantificar e, consequentemente, mais difíceis de julgar em caso de insucesso.

A consequência traduz-se em Portugal ter perdido, desde o ano 2000, cerca de 50% da capacidade operacional do seu sistema de forças. Os efetivos que o suportam, com o abandono do SMO, no Exército caíram 50%. Os meios operados caíram em navios de combate (50%), batalhões ou unidades equivalentes – que materializam a capacidade de combate terrestre e a capacidade de negar o acesso ou ocupação de território – (50%) e aviões de combate (50%). Houve um desvio das capacidades de combate da Marinha e da Força Aérea para as missões de interesse público (conceito de duplo uso). A capacidade de projetar força em apoio da política externa do Estado, que no ano 2000 atingiu os 1400 efetivos em simultâneo, está reduzida a cerca de 25% desse número. As capacidades de sustentação em combate diminuíram drasticamente com a redução nas indústrias de defesa (capacidade de manutenção de navios, produção de munições, constituição de reservas de guerra) e com a diminuição progressiva de formações de serviços, complemento essencial ao emprego operacional da força.

Com a consequente, e não menos significativa, contração do dispositivo da força, materializada na menor presença nas parcelas num território repartido em parcelas distantes entre si, diminuindo a capacidade de defesa, a ligação da Nação à Instituição Militar e perda do sentido de defesa entre a população nacional.

A preços constantes, de 2001 e até 2013 (num tempo em que as taxas de inflação cresceram a uma média menor do que 2% ao ano, em que o preço de combustíveis triplicou e em que o preço de equipamentos e armamentos cresceu 10%), as despesas com a defesa oscilaram entre 1448,1 milhões de euros (1,1% do PIB e 3,2% da Despesa Pública) e 2188,4 milhões de euros (1,1% do PIB e 4% da Despesa Geral do Estado). Os Serviços Centrais do Ministério da Defesa passaram a gastar tanto como a Força Aérea e o novo sistema de recrutamento, com o RC, aumentou os custos com o pessoal.

Reintroduzir o SMO, com as variantes que a evolução da sociedade portuguesa pode aconselhar, será um debate que irá surgir num futuro próximo. Como irá acontecer com outras sociedades no mundo euro-atlântico, mercê da evolução do enquadramento estratégico internacional da segurança e da defesa;

– A necessidade de redefinir as relações "civis-militares" no estado democrático. Entendemos por relações civis-militares numa sociedade demo-

crática e aberta "o relacionamento, em tempo de paz, da sociedade como um todo (Estado, Instituições, sociedade civil, cidadãos) com a Instituição Militar (força militar e seu emprego, sua formação, organização e condição militar)". De acordo com alguns analistas, vive-se, após o final da Guerra Fria, um segundo tempo nas relações civis-militares. O conceito de relações internacionais mudou, as ameaças à segurança multiplicaram-se, a globalização acarretou modificações no conceito da soberania dos estados e a força militar sofreu também modificações na sua conceção, conceito de emprego e organização. Estas modificações apontam para algumas tendências:

- Uma diminuição progressiva da cultura de defesa em algumas sociedades;
- Abandono progressivo do conceito de conscrição para obtenção de recursos humanos para a força militar, substituindo-o pelo serviço voluntário incluindo pessoal feminino;
- A utilização frequente das Forças Armadas para "outras missões para além da guerra" ou " para missões de interesse público", onde algumas vezes se incluem funções policiais e outras de competências civis e muitas vezes restringem as operações de combate, levando à degradação e treino da função principal da força militar: combater, se necessário;
- Interferência excessiva da direção política na condução de operações que envolvem a força militar, pondo em causa o comando. Crescentes críticas de militares fora da cadeia de comando à forma como são conduzidas as operações;
- Sinais de degradação na institucionalização da força militar no estado, abandono do conceito de profissionalismo militar e tendência para a sua substituição por uma burocracia armada, havendo já força militar organizada fora do controlo político dos estados;
- Permanente adaptação das forças armadas a desafios novos e em constante mudança: novas ameaças, orçamentos restritivos e novas tecnologias, entre outros, obrigam a organizações e conceitos de emprego diferentes do passado;
- Concluindo, pode dizer-se que se vivem tempos de distensão ou afrouxamento das relações entre o Estado-Nação e a Instituição Militar.

Redefinir as relações civis-militares no Estado e na Nação obriga a centrar as questões da defesa nacional na Assembleia da República (recursos e legislação como define a Constituição da República e representa o controlo civil sobre a força militar) e o grau de autonomia dos militares na sua estrutura do comando (que começa no Comandante Supremo – Presidente da República – e se materializa na hierarquia, administração do pessoal, disciplina e

justiça). Tem havido demasiada intervenção dos executivos na administração e funcionamento das Forças Armadas, começada com a Lei da Defesa Nacional e Forças Armadas (Lei nº 29/82, de 11 de dezembro) e continuada e agravada com as Leis Orgânicas da Defesa Nacional (Lei Orgânica nº 1-B/2009, de 7 de julho, e Lei Orgânica nº 5/2014, de 29 de agosto) que tem retirado algumas competências próprias ao comando (administração de pessoal, voltando a condicionar as promoções a oficial general à aprovação do executivo, fixando efetivos, legislando sobre a condição militar que deve ser matéria estatutária). Que força militar quer a Nação, para quê e qual, deve merecer debate orientador e urgente na Assembleia da República.

As recentes alterações à LOBOFA (Lei Orgânica nº 1-A/2009, de 7 de julho, e Lei Orgânica nº 6/2014, de 1 de setembro) vieram dar maiores responsabilidades ao CEMGFA (no comando da força, na saúde militar e no ensino militar) retirando importância ao Conselho de Chefes de Estado-Maior e autonomia dos Chefes dos Estados-Maiores no comando dos seus ramos. A decisão parece ser mais orientada por poupança do que por eficiência, pelo que será avisado seguir com atenção a implementação das medidas para não termos de concordar com o aforismo popular de que "mudou, estragou".

E esse seguir com atenção merece-nos três observações: não esquecendo o que significa, para o emprego da força militar, o Conselho de Chefes de Estado-Maior, que noutras organizações toma o nome de *Junta*, identificando um responsável para o conselho à decisão política, mas deixando autonomia para os comandantes dos ramos na sua perceção de emprego das capacidades que comandam. Não se devem colocar os chefes dos ramos dependentes do CEMGFA quando do emprego operacional da força. Mas, antes, guardar a designação de adjuntos.

A segunda, diz respeito à Saúde Militar e à sua dimensão operacional por cada um dos ramos das Forças Armadas, diferenciada por onde se aplica em primeiro lugar (navio, campo de batalha terrestre ou base aérea). Um Hospital para as Forças Armadas, que faz sentido para economia de recursos, não pode significar a perda de qualidade de valências médicas que são necessárias em campanha. A sua diferenciação de uma instalação do Serviço Nacional de Saúde passa por aí. Estará a ser conseguido?

Quanto ao ensino militar, a LOBOFA refere que, "no âmbito do EMGFA inserem-se ainda na dependência direta do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, regulados por legislação própria, o Instituto Universitário Militar…".

A ideia de criação de uma Universidade das Forças Armadas data de 1999, por iniciativa do então Ministro da Defesa, Prof. Doutor José Veiga Simão. O Decreto-Lei criando a Universidade, definindo a sua natureza, missão e composição e um modelo de governação, apropriado à natureza militar, foi

aprovado, no Conselho de Ministros de 15 de abril de 1999, depois de ter transitado pelo Conselho de Secretários de Estado. O decreto-lei criava, ainda, o Instituto de Altos Estudos das Forças Armadas, cuja forma de associação à Universidade seria definida nos respetivos estatutos, a aprovar por decreto regulamentar.

No entanto, dúvidas subsequentes à sua aprovação, notoriamente artificiais e surgidas à última hora, a propósito da constitucionalidade desse decreto-lei, determinaram que o diploma fosse transformado em proposta de lei e enviado à Assembleia da República, tendo sido registado como Proposta de Lei n.º 281/VII e baixado à 3ª e à 6ª Comissões, em 26 de Maio de 1999. Apesar da promessa de urgência para sua discussão, assumida pelo Primeiro-ministro, a verdade é que a proposta se afundou nas gavetas das comissões parlamentares, perante a indiferença do Governo e o triunfo dos que se lhe opunham.

Sabemos que decorrem estudos para a sua regulamentação e implementação. Esperemos que, com o conselho dos Chefes de Estado-Maior dos ramos, aqueles que são responsáveis pela formação e prontidão das suas forças e consequentemente com a definição das qualificações dos seus Quadros, se atinja o objetivo pretendido pelo seu primeiro impulsionador: "a ideia da Universidade Federativa das Forças Armadas emergiu, como essencial à criação de um espaço aglutinador e integrador da *inteligência militar*, ou seja, como instrumento decisivo para a construção evolutiva de uma visão estratégica para as Forças Armadas, em que o corporativismo natural dos ramos seria complementado por uma cooperação institucionalizada, que substituísse a fragilidade de uma convivência formal, por um *Brain Trust* crítico e criativo, sem perda de especificidade. Ao mesmo tempo a Universidade seria um fórum de pensamento, pilar estratégico da cidadania e da civilidade, contrário ao civilismo negativo, e antimilitar, que tem prevalecido na Democracia portuguesa"[32]. Objetivo que não deve esquecer que o ensino militar se destina, em primeiro lugar, a qualificar indivíduos, em saber e carácter, para comandar.

A necessidade de clarificar questões estatutárias do pessoal militar que serve nas Forças Armadas, a começar pela condição militar, que tem sido tratada por legislação avulsa nem sempre coerente e consistente, inserida numa Lei de Defesa Nacional onde não deve estar. O Estatuto dos Militares deverá passar pela definição precisa do que é a condição militar, nos seus deveres e direitos, e o que a diferencia da função pública no Estado.

32 Simão, Professor Doutor José Veiga, *Qualificação dos Militares- Soberania do Conhecimento,* AIP INFORMAÇÃO, Lisboa, 11 Nov.2010.

Vivem-se tempos de grandes mudanças históricas e, cada dia que passa, aparecem estudos sobre *"megatendências"* (cada vez com prazos mais curtos quanto a futuros), sobre demografia, economia, energia, clima, água ou potenciais conflitos. Portugal não estará isolado nessas tendências e quem governar naturalmente que os seguirá.

A História mostra que, desde a formação da nacionalidade, a Instituição Militar representou para Nação um elemento agregador, de afirmação da soberania, de consolidação e preservação da independência, de estabilidade nas mudanças.

Portugal está atravessar as mudanças esquecendo a Instituição Militar, com alguns tentando eliminá-la e muitos tentando reduzir a sua função na Nação. Mudar sim, mas devagar e com cuidado. O contrário pode acarretar riscos.

Republicação de Editoriais do General Gabriel Augusto do Espírito Santo, Presidente da Direção, de janeiro de 2001 a dezembro de 2011

(Primeiro Editorial: Revista Militar, Volume 153, nº 1, janeiro de 2001, pp 11-19)

(Último Editorial, Revista Militar, Volume 163, nº 12, dezembro de 2011, pp 1493-1495)

Revista Militar
N.º 11 – novembro 2014
pp. 979-980

Primeiro Editorial

General Gabriel Augusto do Espírito Santo*

Continuidade na finalidade, princípios e regras. Protagonismo ao meio académico e aos jovens oficiais das Forças Armadas.

Em Assembleia Geral da Empresa Revista Militar, realizada no dia 15 de Dezembro de 2000, foram eleitos os Corpos Gerentes para 2001. Por convite formulado por Sua Excelência o General Chefe do Estado-Maior do Exército e por vontade expressa naquela Assembleia, aqui me encontro, tal como em outras missões que recebi ao longo da minha carreira militar, para responder perante os Sócios da Empresa e perante a Instituição Militar, como Presidente da Direcção, pela sua continuidade, onde pesam 150 anos de história, e também pelo seu futuro. Desejo saudar todos os Sócios da Empresa, agradecer aos que generosamente integram os seus Corpos Gerentes e a todos os que nos precederam nas nossas funções. Permitam-me que entre todos destaque a anterior Direcção, que nas suas actividades se empenhou pela dignificação dos objectivos da Empresa, e que teve a seu cargo as comemorações do 150º aniversário da Revista Militar. Foram acontecimentos que prestigiaram a Empresa, dignificaram a Instituição Militar e tiveram participação e eventos de destaque. A acção da anterior Direcção e do seu Presidente, Tenente-General José Lopes Alves ficarão nos anais da Revista Militar. Ao Tenente-General Lopes Alves, militar prestigiado e que prestou à Nação feitos ilustres, desejo expressar a minha homenagem e o profundo agradecimento da Revista Militar. Tendo presidido à Direcção da Empresa por mais de dez anos,

* Revista Militar, Volume 153, nº 1, janeiro de 2001, pp 11-19.

deixa as suas funções por vontade própria, mas vai deixar connosco um património de escritos e uma riqueza de conceitos nos seus Editoriais que não passarão com o tempo. Património que vai juntar-se ao legado cultural que o Senhor General já deixou à Instituição Militar nas suas lições, nos seus escritos e nos seus pensamentos sobre assuntos militares, que têm a rara virtude de serem sempre actuais. Muito obrigado, meu General.

Os nossos objectivos de Direcção serão de continuidade; continuidade na finalidade, princípios e regras que, expressos nos Estatutos e Regulamento da Empresa, se têm mostrado correctos e adequados. Sem colidir com aqueles objectivos, propomo-nos tornar a Revista Militar mais conhecida na sociedade, especialmente no meio académico e mais atractiva aos jovens Oficiais dos ramos das Forças Armadas para expressarem as suas ideias sobre assuntos militares e da Defesa Nacional.

Revista Militar
N.º 11 – novembro 2014
pp. 981-983

Último Editorial

General Gabriel Augusto do Espírito Santo*

Um debate que deve ser iniciado

Numa sociedade em profunda mudança como aconteceu noutras épocas da História, as interrogações sobre onde nos conduzirá a mudança e que caminhos serão os mais ajustados para percorrer este tempo de incertezas merece reflexão. No denominado mundo ocidental, que durante séculos ditou leis e regras a outras partes do mundo, tenta defender-se um estilo de vida que tem sido suportado por recursos fictícios e agora os ricos pedem dinheiro aos pobres e fazem protestos de indignação para manter esse estilo de vida. Os clássicos factores produtivos de terra, capital, trabalho e inovação tecnológica encontram-se desajustados no seu equilíbrio e será preciso imaginação para não se continuar a recorrer a modelos do passado para encontrar novos equilíbrios.

O " *Estado herói*" e as suas instituições também se encontram em mudança, tentando ajustar-se a novos conceitos de soberania na ordem externa e a novos ordenamentos jurídicos que satisfaçam os cidadãos. Uma das instituições que está em discussão, e será aceleradamente discutida em futuro próximo, é a Instituição Militar. Há vozes crescentes que questionam a sua exclusividade na produção de força militar, a condição militar e o seu sistema enquadrante, como o comando e a disciplina e os seus sistemas diferenciados de ensino, de saúde e de retribuições. Os modelos de prestação de serviço militar vão-se alterando, as missões da força militar procuram justificação na utilidade de serviço público e os orçamentos para produzir e manter força militar vão-se deteriorando.

* Revista Militar, Volume 163, nº 12, dezembro de 2011, pp 1493-1495.

No seu discurso numa sede da Instituição Militar, no Instituto de Estudos Superiores Militares, no dia …, o Primeiro-ministro de Portugal expressou a sua visão política sobre as Forças Armadas:

"As nossas Forças Armadas foram, são e serão um elemento agregador da nossa vontade colectiva. Representam inquestionavelmente um pilar fundamental da afirmação da nossa soberania, da nossa independência e da nossa identidade…

… Por fim, precisamos de umas Forças Armadas ágeis no uso dos seus recursos humanos e eficientes na aplicação dos seus recursos materiais em todas as actividades, segundo uma lógica de não duplicação dos meios do Estado, e sem perder de vista a disciplina orçamental que, nos nossos dias e em virtude da grave situação que o País atravessa, é pedida a todas as esferas da sociedade portuguesa…

… A reforma e reestruturação das Forças Armadas também apontam para uma estrutura de comando mais reduzida e mais eficiente.

Apontam para a clarificação, num contexto de graves restrições financeiras do Estado e da economia, de quais são os meios e equipamentos militares essenciais, e recomenda a desactivação de tudo aquilo que for acessório e dispensável.

Apontam para o fortalecimento da componente operacional e para a atribuição de efectivos poderes ao general CEMGFA para o seu exercício.

Apontam para a coordenação e exploração das sinergias entre o MDN, o EMGFA e os Ramos.

Apontam para a partilha de tudo o que é, e deve ser, comum, e para a eliminação das duplicações desnecessárias ou eventuais disfunções de sistema.

Apontam para a promoção do reagrupamento geográfico de unidades e comandos.

Apontam para o aperfeiçoamento da prontidão, da capacidade de projecção e da sustentação das capacidades dos meios e dos equipamentos.

Das palavras do Senhor Primeiro-ministro adivinham-se mais reorganizações nas Forças Armadas, por força da conjuntura, que colidem com a sua visão do que a Instituição Militar, e as Forças Armadas que gera, representam para a Nação.

Pensamos ter chegado o tempo, em Portugal, para uma profunda reflexão sobre a Instituição Militar na Nação, que saia das continuadas reorganizações e adaptações, procurando esconder-se o grande problema de fundo que compete aos portugueses discutirem, na sede do poder que os representa que é a Assembleia da República. Debate que poderá ser preparado pela Universidade com o apoio do saber feito na Instituição Militar.

Começando pelo princípio convirá perguntar se a Nação portuguesa necessita de força militar para assegurar a sua soberania e se a missão consti-

tucional das Forças Armadas (a defesa militar da República, art.º 275º da Constituição da República), entendendo-a na sua ambiguidade como a defesa do espaço nacional, da sua população e do interesse nacional, continua a ter sentido ou é só uma figura de retórica. Isto porque o actual modelo das Forças Armadas de Portugal, em recursos humanos e equipamentos, mesmo inseridas num contexto de defesa colectiva, pouco podem assegurar para essa defesa. Duvidamos mesmo que num contexto de conflito regional ou global assegurem a função de "cordão de tropeçar" para que outros mecanismos de defesa funcionem. Para não falar de responsabilidades próprias e em tempo para assegurarem as capacidades militares necessárias a uma defesa que a repartição do espaço nacional requer.

Respondida a esta questão poderemos parar ou prosseguir. Se progredirmos, convirá ir formulando questões sucessivas. Deverão as Forças Armadas continuar a ser uma Instituição, com uma autonomia própria nos seus elementos estruturantes, onde sobressaem o comando e a disciplina próprias e os sistemas funcionais que daí derivam, e que devem responder no seu emprego, funcionamento e responsabilidade perante a Nação (Assembleia da República, a quem compete, de acordo com o art.º 164º da Constituição da República, legislar sobre a organização da defesa nacional, definição dos deveres dela decorrentes e bases gerais da organização, do funcionamento, do reequipamento e da disciplina das Forças Armadas) ou devem evoluir para mais um organismo do Estado que responde perante o executivo para além da responsabilidade administrativa (art.º 199ºda Constituição)? E sobre a condição militar? As suas bases gerais foram aprovadas pela Lei nº 11/89, de 1 de Junho, mas a Lei nunca foi regulamentada. É para manter ou os militares passam a funcionários públicos?

Há, na realidade, indefinições e atropelos à legislação que urge clarificar. A *Revista Militar*, estará sempre disponível para debater estes assuntos. Apresenta como créditos cerca de cento e sessenta anos de existência e de publicação contínua, encontrando-se nas suas páginas muito do pensamento militar da Nação sobre a Defesa Nacional e a Instituição Militar.


À VOLTA DE UM DELTA
HÁ SEMPRE LUGAR PARA MAIS UM.
DELTA
CAFÉS
votado pelos leitores
MARCA DE CONFIANÇA
2014
Seleções do Reader's Digest
Eleito café de confiança há 13 anos consecutivos.
Este é o café dos amigos. O café da família. O café dos momentos de partilha.
O café à roda do qual giram as nossas histórias, as nossas conversas e os nossos sonhos. Há 13 anos consecutivos que este é o café em que mais confiamos.
Delta, marca de confiança dos portugueses.
DELTA
CAFÉS
O CAFÉ DA SUA VIDA

Republicação de Artigos do General Gabriel Augusto do Espírito Santo

Revista Militar
N.º 11 – novembro 2014
pp. 987-1020

Nação, Estado e Instituição Militar

General Gabriel Augusto do Espírito Santo*

I. Uma Reflexão Necessária

Na História de Portugal, Nação, Estado e Instituição Militar constituem os vértices de um triângulo começado a construir na modernidade da Europa, iniciada pela Paz de Vestefália em 1648, num tempo em que Portugal prosseguia uma *Grande Estratégia* nessa Europa, visando ter direito a espaço próprio e voz independente do seu vizinho na Península Ibérica, voltando a ser um Reino *"com monarca próprio e natural".* Assinado o Tratado de Paz com a Espanha, em 1668, Portugal pode prosseguir o seu caminho na construção ou fortalecimento daqueles vértices, não se afastando muito dos modelos de organização do poder, nas suas componentes cultural, organizativa, do Direito, dos instrumentos militares e do seu interrelacionamento seguidos pela parte ocidental da Europa em que se inseria.

Dando corpo a novos conceitos, como o de *soberania,* o Estado-Nação começa o seu longo caminho como principal sujeito nas relações internacionais, o Estado como poder organizado procura ser soberano na ordem interna, regulando as tradicionais funções de *Justiça, Ordem, Fazenda, Graças e Mercês e Milícia* através de ofícios e burocracia crescentes e a força militar organizada, agora com estatuto de instrumento do poder, começa o seu caminho para se institucionalizar, isto é, e seguindo a definição de Max Weber, constituir-se em *«agrupamento cujas regras estatutárias são outorgadas comsucesso no interior de uma zona de acção demarcável para todos os que agem de uma forma definível segundo critérios determinados».*

* Revista Militar, Volume 159, nº 12, dezembro de 2007, pp 1339-1373.

A materialização dos lados desse triângulo ao longo de quase quatro séculos decorridos (menos tempo do que o passou entre o reconhecimento de Portugal como Reino independente e a integração na Coroa de Espanha em 1580) constitui o tempo da *modernidade* nas relações Nação-Estado, Nação-Instituição Militar e Estado-Instituição Militar, que foi de grandes debates, de interrogações e de sobressaltos, mas também de grande produção intelectual e de conceptualização. Em Portugal e na sociedade portuguesa, e até 1974, nesse debate esteve sempre presente uma realidade: o *Império* e as suas sucessivas transformações e mutações para a realidade da Nação, quer se focalizassem no Oriente, no Brasil ou em África. O Império, em mais de cinco séculos, atravessou a Nação, o Estado e a Instituição Militar. Negar essa evidência será negar a História.

Estamos em tempo de mudança nos conceitos, emoções e relações que constituem o legado da civilização para nós denominada ocidental e do mundo atlântico, com o seu sistema de *crenças* e *valores* e fala-se numa nova era, designada por alguns de *pós-modernidade*. A data para o seu início tem sido sucessivamente alterada conforme acontecimentos e conveniências de perspectiva: a invenção da arma nuclear, a chegada do homem à Lua, a queda do muro de Berlim, a globalização da ecomomia ou da comunicação, os acontecimentos terroristas nos Estados Unidos da América em 11 de Setembro de 2001, o reconhecimento de casamentos de homossexuais ou outros que virão. A fixação simplista nos acontecimentos leva a esquecer, algumas vezes, a floresta em favor da árvore, não dando a importância devida aos arranjos que se estão a processar no campo das emoções.

Como elas influenciam novos arranjos da geopolítica (O mundo ocidental vive a emoção do *medo,* o mundo árabe e muçulmano vive a emoção da *humilhação,* grande parte do mundo asiático vive a emoção da esperança e o mundo africano, com crescentes assimetrias na sua inserção numa sociedade global, vive a emoção da *solidão*[1]) ou novos arranjos no relacionamento entre *grupos* da Nação quando aparecem e se alimentam emoções de *privilegiados* ou *rejeitados*.

Os vértices do triângulo em análise e as relações que os unem estão em mudanças aceleradas. Há quem fale em *falhas (gaps)*[2] nessas relações, e algumas sociedades ricas em meios e capacidades de estudo e avaliação desde há alguns tempos que se debruçam sobre o assunto, inserindo-o no contex-

1 MOISI, Dominique, THE CLASH OF EMOTIONS, *Foreign Affairs,* Jan /Feb 2007, (www.foreignaffairs.org).

2 SNIDER, Don, AMERICA'S POSTMODERN MILITARY, *World Policy Journal,* Spring 2000 (www.worldpolicy.org/ journal).

to mais amplo das relações *civis-miltares* que têm constituído um catecismo das sociedades democráticas e *relação de influência mútua* na formulação das *Grandes Estratégias Nacionais,* na paz e na guerra, mas que tem primado pela ênfase no *controlo civil dos militares.* Essas falhas com crescente importância no início de um novo milénio, são sistematizadas em quatro grupos:

- Uma *falha cultural* que prejudica significativamente a comunicação e o entendimento entre os dirigentes políticos e os comandos militares;
- Uma *falha na percepção do papel de cada um* que origina uma falsa distinção entre as responsabilidades civis e militares baseada numa visão distorcida das relações civis-militares;
- Uma f*alha conceptual* que enfatiza a perspectiva militar e o seu conjunto de critérios restritivos mas que subverte a afirmação de Clausewitz de que os fins da política originam os seus meios;
- Uma *falha nos valores* que hoje cria tensões entre o ideal do profissional militar e a perspectiva de muitos quadros militares sobre as suas obrigações e deveres.

Temos de reconhecer que este debate, com raras excepções que deviam ser mais ouvidas[3], não tem preocupado o pensamento político em Portugal nem merecido o interesse das opiniões públicas, como já foi publicamente expresso[4]. Quebrado o ciclo do Império, tem-se dada demasiada importância à *Transformação das Forças Armadas,* conceito entendido mais como o seu redimensionamento de acordo com a Missão, o seu reequipamento mais adequado aos requisitos operacionais do seu emprego muito influenciados pelas capacidades militares exigidas por sistemas colectivos de segurança e defesa em espaços alargados do que por capacidades militares próprias. O conceito alargado das relações *civis-militares* nas sociedades democráticas neste período de *pós-modernidade* não tem sido devidamente estudado, continuando a limitar-se o seu entendimento ao *controlo político dos militares,* materializado, talvez em demasia, como a progressiva inserção dos militares na administração central do Estado. Esse caminho, conduzindo a uma ten-

3 BELCHIOR VIEIRA, Ten-General Guilherme de S., QUE MODELO DE MILITAR PARA A NOVA ARTE DE GUERRA E PAZ?, *Nação e Defesa,* Nº 98, Verão de 2001.

4 Discurso do General CEMGFA, no Dia do Exército e das Forças Armadas, proferido na cidade de Lamego em 25 de Julho de 2000 "… Sobre a Instituição Militar o debate não tem sido tão intenso e inovador. Na sociedade portuguesa, em profunda mudança, parece que o debate também tem sido mais centrado na quantidade e qualidade da força militar organizada de que se pode dispor, do que sobre a Instituição Militar que a Nação deve merecer. As vozes de alerta oportunas, para evitar esta tendência, têm de ser mais ouvidas, pelo que o debate político, nas sedes próprias, sobre estas questões deve debruçar-se sobre o essencial e deixar aos utilizadores a responsabilidade da definição dos requisitos operacionais dos armamentos e equipamentos que irão utilizar".

dência para ver de novo as Forças Armadas como um instrumento, esquecendo-as como Instituição, reduz a *condição militar* ao estatuto de mais um *ofício* da burocracia, confunde as funções distintas, na formulação das estratégias, de aprontar meios com o comando desses meios e tem degradado aspectos estruturantes institucionais como *organização, comando e hierarquia, disciplina, profissionalismo militar e espírito de corpo.*

Têm surgido recentemente no mundo académico português alguns estudos sectoriais sobre o relacionamento dos militares com a sociedade, focalizados na vida política, na modernização, na vida comunitária e outros. Concordando com alguns autores[5] na constatação de que *"as grandes mudanças em Portugal começam pelo aparelho político e transmitem-se aos restantes a partir dele em vagas sucessivas»* e que *«o papel interno dos militares na sociedade portuguesa recente está directamente relacionado com a forma de entrada do país no contemporâneo»,* pretendemos seguir um caminho diferente na análise do tema a que nos propusemos. Com sinais evidentes e crescentes de que a cultura da Instituição Militar segue melhores caminhos na adaptação às revoluções que se processam na sociedade actual (de novos conflitos, da globalização, da informação, da crise nas identidades nacionais e da crise do Estado)[6], do que as culturas do Estado e da Nação, tentaremos evidenciar a necessidade de uma reflexão sobre as relações civis-militares, com particular incidência na sociedade portuguesa, partindo de uma análise da evolução da Instituição Militar e da sua árvore genética de elementos estruturantes, que nos permitam corrigir rumos nos caminhos que se configuram de perigosos e multiplicadores dos riscos que se evidenciam.

II. Elementos Estruturantes da Instituição Militar

Os instrumentos armados aparecem para fazer a guerra e combater e é a *organização* que lhes confere o p*rimeiro elemento estruturante* para a sua passagem para *instrumentos militares.* Essa organização é inicialmente ditada pelas funções a desempenhar no combate e é essa *funcionalidade,* condicionada pelo tipo de combate a desenvolver e a natureza da guerra a enfrentar *(Para quê? Onde? Quando?)* que mais tem influenciado, a par dos desenvolvimentos tecnológicos, o binómio homem-armamento e o seu peso no elemento organizativo dos instrumentos militares. Factor a que através da His-

5 TELO, António José, O PAPEL DOS MILITARES NAS GRANDES MUDANÇAS EM PORTUGAL – UMA PERSPECTIVA DE CONJUNTO, *Nação e Defesa,* Nº 112, Outono/Inverno 2005.

6 Os exemplos materializam-se na facilidade de integração de Forças Armadas nacionais em estruturas militares de Alianças ou "coligações de vontades".

tória outros se juntaram, com pesos relativos e algumas vezes conjunturais, tais como os de *atacar, defender, dissuadir, prevenir ou resolver; defender o solo pátrio ou contribuir par a paz global; defender fronteiras ou espaços alargados; combater ou desempenhar missões para além da guerra; combater só ou com amigos e aliados; enfrentar ameaças externas e internas ou só ameaças externas* e outros, a que não são estranhas as querelas entre as pretensas hegemonias dos potenciais *terrestre, naval ou aéreo* que a diferente adaptação dos meios militares ao seu ambiente preferencial de emprego foi naturalmente desenvolvendo.

É esta *organização funcional,* a que vem juntar-se um elemento organizativo *territorial,* que faz da *hoste* medieval a *milícia* e depois o *exército,* e que vai servir de modelo organizativo na modernidade para o Estado e para outras actividades da sociedade.

A finalidade da guerra e a organização dos meios para a enfrentar conduziram a uma diferenciada, progressiva e extensa codificação do seu conhecimento e sistematização das regras que as poderiam tornar em *arte* ou em *ciência*, esquecendo por algum tempo a questão filosófica da sua justificação. A invenção da imprensa e a sua rápida e progressiva divulgação permitiram o conhecimento alargado de textos antigos, com ênfase, entre outros, aos de Cornélio Tácito (autor dos *Annales* e *Historias*) e Flavius Vegetius Renatus, *"o consagrado Vegésio, o qual, vindo dos finais do século IV da nossa era, se manteve no domínio da teoria da guerra, ao fim de quase mil anos, como o auctor, a auctoritas por excelência"*[7] e a um crescente interesse pelas relações entre o poder e a guerra, sendo considerado o *"Libro della arte della guerra",* (1521) de Niccolò Machiavelli, como a primeira obra composta para impressão sobre estratégia e táctica militares, a que se seguirá a publicação de abundante literatura de didáctica militar, primeiro em Itália, mas também em Espanha, França., Alemanha, Países Baixos e Inglaterra[8].

Dessa obra, relacionando o poder com a força armada, é importante guardar a seguinte transcrição:

"Todas as artes que se estabelecem numa Cidade para o bem comum dos homens, todas as instituições que aí são fundadas para fazer reinar as leis e o temor de Deus, não servirão de nada se não se criarem também armas para as defender, as quais, se forem bem dirigidas, podem salvaguardar essas instituições, mesmo aquelas que se encontrarem pior orientadas. E sem o apoio dessas armas, a melhor ordem arruína-se bem rapidamente,

7 BEBIANO, Rui, A PENA DE MARTE, Minerva, Coimbra, 2000.

8 BRITO, António Pedro M. de, INTRODUÇÃO E NOTAS, à POLÍTICA MILITAR EN AVISOS DE GENERALES, de D. Francico Manuel de Melo, Granito Editores e Livreiros Lda., Águeda, 2000.

tal como aconteceria às divisões de um soberbo palácio real, todas revestidas de ouro e de pedras preciosas, mas não cobertas por algo que as protegesse da chuva"[9].

É a organização, associada a conceitos de *autoridade* e *responsabilidade,* que vai orientar a evolução de outros elementos estruturantes para o caminho institucional da força militar, como o *comando* e os seus *princípios* e correspondente autoridade concedida e reconhecida numa *hierarquia,* a *disciplina* com os seus elementos objectivos de *sanções* e *recompensas* e o seu elemento subjectivo de *competência disciplinar,* o *profissionalismo militar* envolvendo competências, código de conduta e culto valores e mesmo *o espírito de corpo,* aquele sentimento de pertença a um grupo e que desenvolve entre os seus membros sentimentos particulares de comunicação tais como o de *camaradagem de armas.*

Naquela evolução, registada pela História Militar, não atingimos o ponto de chegada. Estamos num alto da marcha e teremos de ajustar azimutes para prosseguir caminho, atentando a alguns sinais de conjuntura.

A *organizações* verticais e rígidas, diferenciadas pela especificidade própria de cada uma das componentes da força militar e seu ambiente próprio de actuação em terra, no mar ou no ar, sucedem-se organizações variáveis e flexíveis, mais orientadas pela missão que têm de desempenhar do pela ameaça que têm de enfrentar. As organizações "modulares", temporárias e em rede sobrepuseram-se às organizações funcionais e de espaço. Organizar a força militar para *"missões expedicionárias",* com as consequentes capacidades de *aligeiradas, de projecção à distância* e *duração temporária* veio colocar em plano secundário organizações orientadas para defesa dos espaços nacionais e as suas organizações territoriais. Encontramo-nos em tempo de reflexão, dado que novas ameaças e riscos voltam a favorecer o conceito de segurança e defesa dos *solos pátrios* como o demonstram novas doutrinas estratégicas militares com ênfase na *homeland security.* A distribuição de áreas e pontos sensíveis a novas ameaças deve continuar a merecer a atenção da presença militar na organização dos espaços nacionais, agora sem muralhas de castelos materializando individualidade própria mas mais interpenetradas por e com outras organizações.

O *comando* e as suas competências materializadas no conceito de *comando completo* e consequente responsabilidade total pelos seus subordinados e *por tudo o que bom ou de mau fazem,* assumem hoje formas variadas relacionadas com o grau de controlo *(span of control)* que o comandante pode

9 *In* Ob. Cit. 7. Existe tradução em português da obra, A ARTE DA GUERRA, Tradução e Notas de David Martelo, Edições Sílabo, Lisboa, 2006.

conseguir no combate, com crescentes efectivos, diversidade de funções, capacidades de comunicação e respeito pelo princípio da iniciativa. Hoje existem diversas formas de comando e de controlo, passando pelos comandos operacionais e comandos administrativos logísticos, assim como diversas formas de controlo, desde o operacional ao táctico. Mais efémeros no tempo, pelo que o comando completo deve continua a caracterizar-se pelo monopólio na atribuição da missão e no exercício da disciplina.

A *disciplina* nascida muito ligada ao conceito de *justiça* é tão antiga como a organização dos instrumentos militares e a sua necessidade e os seus conceitos orientadores aparecem nos textos mais antigos que tratam da guerra. A sua evolução segue de perto a evolução da Justiça e do Direito, merecendo especial atenção a área do *comportamento* do militar no seu relacionamento com os seus comandantes, com os seus *camaradas* (o grupo que vivia na mesma *camerata* de alojamento) e com a população com quem convivia e a área da *situação* na paz ou na guerra. Progressivamente vai-se diferenciando da Justiça, por diferente entendimento do que constitui *infracção* ou *crime* e correspondente diferenciação entre *sanção disciplinar* e *pena criminal,* no campo da punição, e *louvor* ou *mercê,* no campo da recompensa. Ligada na sua observância ao conceito de hierarquia de comando e correspondente *competência disciplinar, recentes* desenvolvimentos na área dos direitos humanos e ideia inerente de liberdade obrigam a uma reflexão de conceitos, sem abdicar de que *comando* e *disciplina* são elementos estruturantes da Instituição Militar.

A necessidade de sistematização de conhecimentos para poder empregar exércitos cada vez com maiores efectivos e diferentes capacidades militares conduz ao aparecimento de Escolas Militares a partir do século XVIII e de um *ensino militar* diferenciado e mais generalista, já anteriormente iniciado para algumas especializações como a artilharia e a fortificação, destinado a formar *profissionais militares,* com qualificações requeridas para combater e para comandar. O *profissionalismo militar* e o conceito de *obediência* irão influenciar a teorização das relações civis-militares na modernidade, com especial ênfase no século XX e nos regimes democráticos[10]. O *profissionalismo militar,* desenvolvido por um ensino específico e complementado pelo *exemplo,* onde se desenvolvem competências técnicas, tácticas de comando e de código de conduta, tem sido estudado como um dos factores que mais influencia o comportamento dos militares perante o poder e as suas atracções.

O *espírito de corpo* entendido como o forte sentimento de pertença a um grupo e tudo o que isso significa na moderna ciência de *Dinâmica de Grupos,*

10 HUNTINGTON, Samuel, THE SOLDIER AND THE STATE.

nasce com medidas materiais simples e distintivas, tais como o *guardar a mesma bandeira,* usar o *mesmo uniforme,* ou o habitar no *mesmo quartel permanente*. Considerado como influenciador no desenvolvimento e manutenção do *moral* constitui também elemento importante na dinâmica de *coesão* e estímulo a utilizar na dinâmica da sua *motivação*. A Instituição Militar tem desenvolvido estas motivações através da sua simbologia e dos ritos que constituem um cerimonial próprio na Apresentação do Estandarte da Unidade, no Juramento de Bandeira ou nas Honras Fúnebres. A continuada repartição de simbologia ou de ritos com outras Corporações, a progressiva mas necessária extinção de Unidades e a descaracterização territorial da Instituição Militar têm afectado esse espírito de corpo, pelo que é importante a atenção aos sinais do seu funcionamento para manter o ponteiro na posição de normalidade.

III. Evolução em Portugal

O Coronel Nuno Valdez dos Santos, na sua obra *"As raízes das Instituições Militares Portuguesas"*[11] afirma que em Portugal a Idade Média terminou, praticamente, com o reinado de D. Afonso V. Foi este monarca que entreabriu a porta para a Idade Moderna que D. João II viria a abrir completamente. O recontro de Alfarrobeira foi *«uma revolução social na vida do Reino… o triunfo da corrente senhorial sobre o princípio da centralização régia, à primazia do interesse privado sobre uma linha política que já anuncia a Idade Moderna»*[12]. As *«Tapeçarias de Pastrana»,* evocando os feitos de Arzila e Tânger, que D. Afonso V teria mandado executar na Flandres, ao que parece segundo desenhos de Nuno Gonçalves, estudadas pelo Professor Reynaldo dos Santos e outros, foram acrescentadas pela descoberta recente de mais dois panos relacionados com a expedição a Alcácer Ceguer, em 1457, e estudados pelo Coronel Nuno Varela Rubim[13]. Este registo visual não só exalta a acção guerreira de D. Afonso V – o último rei cavaleiro de Portugal – como parece retratar, na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, o desabrochar da Instituição Militar em Portugal: a força armada ao serviço do poder para cumprir objectivos considerados do interesse nacional e já com elementos estruturantes de um Exército do Reino, onde sobressaem a *organização* por

11 Separara da REVISTA MILITAR, 1986.

12 SERRÃO, Joaquim Veríssimo, HISTÓRIA DE PORTUGAL, II Vol.

13 RUBIM, Nuno J. Varela, NOVO CONJUNTO DE TAPEÇARIAS DE D. AFONSO V NA IGREJA DE PASTRANA EM ESPANHA, Ed. Autor, Lisboa 2005.

funções no combate, agora acrescidas da arma de fogo individual, por divisões territoriais de responsabilidade resultantes de uma melhor organização do espaço e a *estrutura de comando* adaptada a essa organização.

D. Afonso V, o 12º Rei de Portugal, foi o primeiro monarca português a incluir nas suas Ordenações (1444 a 1446) o *Regimento da Guerra* e a regulamentar na *Hoste Real,* onde recentemente tinha sido introduzida a arma de fogo[14], funções e hierarquia de comando, algumas que já vinham da nacionalidade, como as de *condestável, marechal ou mestre de campo.* Criou os *postos de capitão de ginetes, adaíl ou capitão de campo (que governava os almoçadens* e *almogaváres* e toda a outra gente com que se faziam as correrias no campo do adversário), *alcaide-mór, fronteiro-mór* e, por causa da introdução da pólvora e artilharia, o cargo de *vedor-mór da artilharia*[15]. Foi também este monarca que determinou, em 1478, *"que se impuzesse a pena de morte ao que desertasse em qualquer expedição militar".*

É também D. Afonso V que, na defesa dos direitos sucessórios de sua sobrinha e esposa, D. Joana, a *Beltraneja,* decide invadir o território vizinho de Castela e trava a batalha de Toro (1476), onde é derrotado. Até 1580 e ao combate na ribeira de Alcântara para enfrentar as forças do duque de Alba na sua invasão de Portugal, aquele foi o último combate dos portugueses com forças europeias num intervalo de tempo que durou mais de um século.

Durante esse século a atenção voltou-se para as conquistas e Império, embarcando a força em meios navais repartidos entre a coroa e privados, pelo que a organização da *armada* é difícil de avaliar. Está documentado que no tempo de D. Manuel I Portugal atingiu o número de 971 navios de vela, de diversa natureza e crescentes tonelagens, e o apogeu nos tempos de D. João III, com galeões deslocando as 1 000 toneladas (o famoso galeão *S. João,* apelidado de *bota-fogo*). Em 1522, o Rei D. João III com seu cunhado o Imperador Carlos V, ajustaram, para defesa de Espanha, de Portugal continental e dos Açores, face à ameaça berbere, uma convenção pela qual o monarca português se obrigou a armar vinte navios latinos (*fustas* e *caravelas*) de 25 e 30 toneladas para guarda permanente da costa, ao largo de Caminha, Atouguia da Baleia, Cascais, Sesimbra ou Sines, Lagos e Vila Nova

14 BRITO, Pedro de, A ARTE DA GUERRA NO PORTUGAL DO HUMANISMO RENASCIMENTAL, Publicação do Círculo Dr. José de Figueiredo, Porto 2006. Na documentação da Chancelaria de D. Afonso V aparece pela primeira vez a referência a uma nova arma, a espingarda, e os seus utilizadores *os espingardeiros* (Carta de brasão de 12.11.1471, concedida a António Leme, filho do mercador flamengo Martim Leme. O brasão é-lhe concedido porque "… veo de framdres servir em a tomada da nossa uilla darzila e cidade de tamger com certos *espingardeiros…2.*

15 Regimento de 13 de Abril de 1449 e Carta de 20 de Abril de 1450 (Torre do Tombo).

de Portimão. A armada de guarda aos Açores deveria sair do Tejo todos os anos a 10 de Abril, com 3 naus e 3 caravelas.

É também um século em que se inicia uma *Revolução nos Assuntos Militares (1560-1660)*[16], talvez com afloramentos precoces em Portugal, com a expedição de D. Jaime, 4º duque de Bragança para conquistar Azamor (1513), o Primeiro Exército português em termos modernos mas pouco estudado[17], que continua a merecer alguma reflexão pelos historiadores quando se debruçam sobre as reais capacidades que permitiram a um Reino pouco povoado e com escassos recursos económicos construir um Império marítimo tão vasto. Parece existir consenso de que essas capacidades se repartiram entre alguma superioridade tecnológica na utilização da força militar, proporcionada pelo poder de fogo de uma artilharia mais desenvolvida e uma habilidade diplomática e capacidade negocial com populações e poderes locais demonstrada por Vasco da Gama, Álvares Cabral, Afonso de Albuquerque ou Francisco de Almeida[18]. Como se diria actualmente, o uso equilibrado de *hard power* e *soft power*.

É ainda um século em que Portugal, aproveitando a *oportunidade estratégica* de o seu vizinho estar mais interessado no processo de unificação interna dos seus reinos, concebe uma estratégia de *détente* com a sua ameaça próxima e imediata materializada por uma hábil política externa assente em *casamentos* e *repartição de esferas de influência* (Tratado de Tordesilhas), interrompida por um *conceito estratégico de expansão e conquista* sobre o outro vizinho que era o Norte de África e concebido por D. Sebastião, coroado Rei aos 14 anos (1568). A sua tentativa de *militarizar* o Reino, através de novas leis de *Ordenanças* decretadas em 1570 para servir o seu conceito estratégico de conquistar o Norte de África reflecte, segundo Belisário Pimenta[19], *«o caso curioso de ser o rei que mais abstractamente tratou dos assuntos da guerra, aquele que procurou dar organização mais consentânea, na época, com as necessidades do País»*. Isto porque as Ordenações visaram mais do que uma organização, já que tiveram o intuito, sem muita aceitação na população, de interessar todo o País na sua própria defesa.

O conselho do tio D. Filipe II, apoiado pela experiência militar do duque de Alba e o seu conhecimento dos recentes desenvolvimentos militares na

16 THE MILITARY REVOLUTION DEBATE, Edited by Clifford J. Rodgers, Westview, Oxford, 1995.

17 Ob. Cit. 14., que cita Jean Aubin e o seu artigo "Le capitaine Leitão – un sujet insatisfait de D. João III", in *Revista da Universidade de Coimbra,* 1984, Vol. 30, 1ª Parte, p. 92.

18 JOHN F. GUILMARTIN Jr, Ob. Cit. 15.

19 PIMENTA, Belisário, ESBOÇO DA EVOLUÇÃO DAS IDEIAS MILITARES EM PORTUGAL, Comunicação apresentada ao Congresso de História da Actividade Científica portuguesa realizado em Coimbra (Nov. 1940).

Europa, no encontro de Guadalupe (1576) ou no envio de uma embaixada do Rei Católico a Lisboa, não conseguem demover o jovem monarca do seu intento. Nem D. Jerónimo Osório, bispo de Silves, que na sua obra *De Regis Institucione et Disciplina,* publicada em 1572 e dedicada ao Rei, aconselha que *"guerras só as inevitáveis"*. Para a expedição ao Norte de África planeada com quatro *Terços* de Infantaria de 3 000 homens cada (um conceito de organização recentemente introduzido em Espanha por Gonzalo de Córdoba, o *Grande Capitán*), além de alguma cavalaria e artilharia, só são conseguidos três, recorrendo a importante número de estrangeiros. Os navios para o transporte, armados na maioria pela nobreza do Reino, reflectem a decadência que se tinha atingido. A derrota de Alcácer Quibir (1578), se na Europa não constituiu surpresa, no Reino causou dor e luto, pelo desaparecimento do Rei.

O tempo da dualidade das Coroas de Espanha e Portugal (1580-1640) traduz-se numa degradação das estruturas de defesa de Portugal (As *Leis das Ordenanças* são abolidas nas Cortes de Tomar, a pedido do Povo e Filipe II regulamenta a criação de cavalos no Reino. Ambas as medidas serviam os seus desígnios de incorporação de Portugal. Só em 1623 é que Filipe III reintroduz as *Ordenanças,* medida materializando a preparação do Reino para a defesa militar). Uma progressiva ameaça aos domínios e conquistas portuguesas além-mar, movida por franceses, ingleses e, especialmente, holandeses obrigam a uma defesa local com as poucas forças e populações nas fortalezas e a alianças com os naturais, desenvolvendo um tipo de *guerra lenta* de resistência. Projectar força militar à distância era difícil, quer por falta de gente armada quer pela falta de navios. O Atlântico, como área de operações anfíbias iniciadas com a resistência do Prior do Crato nos Açores (1582) e as tentativas de expulsão dos holandeses no Brasil (1625, 1639) retira a importância secular do Mediterrâneo. A empresa da *Invencível Armada,* na tentativa de Espanha invadir a Inglaterra (1588) tinha afectado a frota de mar de Portugal que, progressivamente e até 1622, considerado o ano de maior carência de meios neste período, ficou reduzida a 12 navios (representando 3 413 toneladas, com 565 tripulantes, 925 soldados e 168 canhões)[20]. As dificuldades crescentes da coroa em Madrid para sustentar guerras prolongadas com a França, os Países Baixos e na Itália, enquanto decorria a Guerra dos Trinta Anos na Europa, leva a tentar organizar unidades militares em Portugal, as *coronelias,* que são mais uma das causas para o golpe militar do 1º de Dezembro de 1640 reiniciando o direito dos portugueses a terem *Rei próprio e natural*.

20 MAURO, Frédéric, LE PORTUGAL, LE BRÈSIL ET L'ATLANTIQUE AU XVII SIÈCLE, Fondation Calouste Gulbenkian, Paris.

Para a *Grande Estratégia* concebida e começada a executar pelo novo Rei, D. João IV, com o objectivo de manter Portugal independente, as falhas estruturais e operacionais para conduzir uma acção militar defensiva face a Castela e ofensiva além-mar para expulsar ocupantes, eram grandes. Portugal não possuía nem experiência militar nem meios para conduzir uma campanha que se adivinhava prolongada no tempo (durou vinte e oito anos). Retirando alguma experiência militar nas poucas praças do Norte de África, que continuavam a ser o *seminário* da arte militar para alguma nobreza, quem desejava seguir a carreira das armas procurava juntar-se às forças de Espanha e aos seus combates na Flandres e Itália.

A *Revolução nos Assuntos Militares* prosseguia, com a Guerra dos Trinta Anos a influenciar o aparecimento de diversas escolas de pensamento militar, com Maurício de Nassau nos Países Baixos, com Gustavo Adolfo na Suécia ou Turenne em França. A batalha, desenvolvida à sombra ou proximidades das praças-fortes, tendia para o campo aberto; as formações pesadas de infantaria e dos *Tercios,* armadas principalmente de piques, ia dando lugar a formações mais ligeiras e com crescente número de armas de fogo individuais; a cavalaria a diferenciar-se de acordo com o armamento utilizado e as missões primárias a desempenhar; a artilharia de sítio começava a dar lugar a uma artilharia de acompanhamento e a engenharia a diferenciar-se como arma no combate ou no seu apoio. Os exércitos crescem em efectivos, a saída *em campanha* exige funções logísticas mais aperfeiçoadas e os custos crescentes destes instrumentos só podem ser encontrados com impostos lançados sobre os povos. Obras sobre temas militares, escritas na Antiguidade mas guardadas nos manuscritos dos conventos, começam a ser difundidas pala imprensa recentemente inventada Em Portugal, o Padre Fernando Oliveira publica a *Arte da Guerra no Mar* (1555)[21] Luís Mendes de Vasconcelos manda imprimir em Alenquer (1612) a sua *Arte Militar* e João de Brito de Lemos, fidalgo da casa real e que foi militar, publica (1631) e oferece ao Príncipe D. Teodósio, o *Abecedário Militar do que o soldado deve fazer.*

É com a Restauração que se inicia em Portugal a modernidade da Instituição Militar, que seguindo a par da consolidação e fortalecimento do Estado, se vai reflectir nos seus elementos estruturantes de organização, de comando e hierarquia, de disciplina, de profissionalismo militar e de espírito de corpo. Os autores que se têm debruçado sobre essa evolução até à actualidade descrevem-na, principalmente, recorrendo a períodos temporais. São

21 FONSECA, Quirino da, A ARTE DA GUERRA NO MAR, Memórias da Academia de Ciências de Lisboa-Classe de Letras, Tomo II, Lisboa, 1937.

as visões de António Joaquim de Gouvea Pinto[22], Carlos Selvagem[23], General Ferreira Martins[24], e, mais recentemente e para a contemporaneidade, Ramires de Oliveira[25] ou Pires Nunes[26]. Outros autores procuram relacionar a cronologia de acontecimentos com outros aspectos da História, tais como a influência dos militares na modernização da sociedade portuguesa[27], o papel dos militares nas grandes mudanças em Portugal[28], os militares e o poder[29,30], ou a relação político-militar no e após a mudança do regime político e consequente abandono do Império em 1974[31,32].

Analisando cronologias e perspectivas somos inclinados a concluir que os elementos estruturantes da Instituição Militar, durante os quase quatro séculos decorridos entre 1668 – ano em que foi ratificado o Tratado de Paz com a Espanha, após os vinte e oito anos da Campanha da Restauração, que reconfirmou a independência e fortaleceu a identidade nacional – e a actualidade, foram condicionados e influenciados pelas mudanças, muitas vezes lentas e outras verdadeiramente revolucionárias, de que se destacam:

- *O desenvolvimento do pensamento militar na Europa moderna, acompanhado pela evolução tecnológica dos armamentos e sua influência nas componentes genética, organizacional e operacional da estratégia militar;*
- *A organização do poder e do Estado e o seu controlo sobre os instrumentos militares, acompanhado pelo desenvolvimento dos conceitos de obediência e de disciplina;*
- *A percepção e materialização das ameaças à soberania no conceito alargado do Império e consequente conceito estratégico de resposta materializado nas Grandes Estratégias de Guerra e Paz;*

22 GOUVEA PINTO, António Joaquim de, MEMÓRIA, Estatístco-Histórico-cultural, Revista Militar, 1862.

23 SELVAGEM, Carlos, PORTUGAL MILITAR.

24 MARTINS, General Ferreira, HISTÓRIA DO EXÉRCITO PORTUGUÊS.

25 OLIVEIRA, General Nuno A. Ramires de (Coord), HISTÓRIA DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, 1910-1945.

26 NUNES, Ten-Coronel, António, QUADROS DA VIDA MILITAR – DAS ORDENAÇÕES SEBÁSTICAS ÀS INVASÕES FRANCESAS, *in* NOVA HISTÓRIA MILITAR DE PORTUGAL, Vol 5, Círculo de Leitores. Lisboa.

27 MARQUES, Fernando Pereira, EXÉRCITO MUDANÇA E MODERNIZAÇÃO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX, Edições Cosmos, Lisboa, 1999.

28 Ob. Cit. 5.

29 CAEIRO, Joaquim Manuel Croca, OS MILITARES NO PODER, Hugin, Lisboa, 1997.

30 VALENTE, Vasco Pulido, OS MILITARES E A POLÍTICA (1820-1856), INCM, Lisboa, 1997.

31 MARTINS, Fernando (ed.), DIPLOMACIA & GUERRA, Edições Colibri, Lisboa, 1991.

32 POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA DE DEFESA DO PORTUGAL DEMOCRÁTICO, II Curso Livre de História Contemporânea, Edições Colibri, 2001.

- *Os meios humanos e financeiros disponíveis e atribuídos para a segurança e defesa e seu enquadramento nas Grandes Estratégias concebidas;*
- *O progressivo desenvolvimento do profissionalismo militar e o seu acompanhamento pelo ensino militar.*

Portugal entrou na modernidade com a materialização de uma direcção estratégica militar e um órgão superior para regular a justiça e disciplina militares (Conselho de Guerra, 1641), uma organização militar da força terrestre diferenciada entre o Exército de Linha, Ordenanças e Tropas Auxiliares e as Cortes (1641 e posteriores) a deliberarem, sucessivamente, sobre os efectivos permanentes a manter em *soldados pagos* e a verba a despender anualmente com essa manutenção (inicialmente 20 000 infantes e 4 000 cavaleiros, calculando a verba de 1 800 000 cruzados – 720 contos de reis – para a sua manutenção anual). O Reino foi dividido em Províncias militares, num conceito de organização territorial de defesa onde se incluíram as fortalezas e suas guarnições permanentes, bem como Ordenanças e Tropas Auxiliares. O Terço de Infantaria passou a ser a unidade táctica fundamental, com 20 aquartelamentos fixos distribuídos por todo o espaço nacional. O Terço da Armada Real do Mar Oceano (1641) representava a força a embarcar nos poucos navios da Armada para a defesa da costa e protecção da navegação.

A defesa do Império era assegurada pelas fortalezas e suas guarnições diminutas materializadas em Capitanias-móres, no Brasil, nas praças do Norte de África, em S. Tomé e Príncipe, em S. Paulo de Luanda. O Vice-rei da Índia tinha a responsabilidade pelas fortalezas do Índico, Golfo, costas do Malabar e Indostão, Ceilão, Malaca (que seria perdida em 1641) e Extremo Oriente, incluindo Macau. Uma pequena esquadra de 4 navios de guerra e outras embarcações locais era considerada a «esquadra de socorro».

A Linha de Comando começava no Rei, aconselhado pelo Conselho de Guerra e depois pelo Conselho Ultramarino e os comandos subordinados estavam entregues à nobreza de sangue e, progressivamente, a uma *nobreza de toga* (D. João da Costa, Matias de Albuquerque, Pedro Jaques de Magalhães, Joane Mendes de Vasconcelos, Sancho Manuel de Vilhena, André de Albuquerque Ribafria e outros) que se iam distinguindo na Campanha da Restauração[33]. Novos postos, tais como os de General, Tenente-General, Marechal de Campo, Comissário ou Sargento-mor da batalha, no comando ou em funções de apoio, tais como vedor-mor, vedores e pagadores, iam completando uma estrutura onde a ascensão ou descida de postos eram reguladas pela autoridade real. Tropas e quadros estrangeiros (holandeses, franceses, esco-

33 ESPÍRITO SANTO, Gabriel, A CAMPANHA DA RESTAURAÇÃO, Academia Portuguesa da História, Ed. Quidnovi, Matosinhos, 2006.

ceses, alemães) vagueavam pelos exércitos da Europa, com as principais nações envolvidas na Guerra dos Trinta Anos, e também foi um recurso a que a nova monarquia portuguesa lançou mão. A vinda do conde Friedrich Schomberg para Portugal, em 1660, militar experimentado e a conselho do marechal Turenne de França, influenciou procedimentos e a doutrina de emprego de meios, evidenciados nas batalhas do Ameixial (1663) e Montes Claros (1665).

O progressivo uso da artilharia e as necessárias medidas defensivas na arquitectura das fortificações começam a ser objecto de conhecimentos especializados e o seu ensino é ministrado pelos jesuítas. Em 1641 é criada em Lisboa uma Academia de Artilharia a que se segue, em 1647, a Academia de Fortificação e de Arquitectura.

Estavam lançados os alicerces de uma Instituição em que o espírito de corpo, com o uso progressivo do uniforme, se materializava também com a camaradagem de armas entre soldados velhos e novos, e a pertença a um comando, como são descritas no Manuscrito de Matheus Roiz[34].

Este modelo organizacional do Exército vai manter-se, na sua essência até aos tempos actuais, com a diferenciação entre um exército de campanha e um exército territorial representando a Nação em Armas, seja pelo sistema de Ordenanças, abolidas em 1834, seja pelo de Reserva introduzido em 1839 e progressivamente abandonado desde 1974. O exército de linha ou de campanha, com escalões diferenciados de comando, começado pelo sistema Regimental em 1707, esteve orientado sucessivamente, para a defesa da base territorial do Continente face a invasões com concentração em volta de Lisboa (Guerra da Sucessão de Espanha, Guerra dos Sete Anos, Guerra das Laranjas, Invasões Francesas, 2ª Guerra Mundial, período da denominada Guerra-Fria), para a defesa dessa base territorial e para poder ser projectado para o exterior para combater com aliados e amigos (Campanha do Roussilhão, Guerra Peninsular, 1ª Guerra Mundial, OTAN, Nações Unidas e União Europeia) ou para defender interesses nacionais no Império (Brasil, 1822; África, 1894,1917; Estado da Índia, 1953-1961; África 1961-1975). As necessidades de projecção de forças do Exército para o exterior, quer durante a Monarquia quer depois de implantação da República, e até mudança do regime em 1974, eram satisfeitas pelo recurso a forças mobilizáveis.

Nas cerca de dezoito reorganizações do Exército ocorridas até à implantação da República, em 1910, a par da influência da evolução das doutrinas

34 MORAIS, Coronel A. Faria de, O MANUSCRITO DE MATHEUS ROIZ (1617-1691), Lisboa, *Separata do Boletim Nº 22 do Arquivo Histórico-Militar,* 1952.

militares que se iam verificando na Europa (Latino Coelho[35] dizia que o *Portugal nunca foi muito lesto em madrugar para as proveitosas invenções e descobrimentos da ciência militar)* e do armamento disponível que condicionavam, naturalmente, a organização para a campanha, os efectivos e as verbas orçamentais disponíveis eram os factores que mais condicionavam a implantação territorial. Por exemplo, os efectivos do Exército em 1762, com a reorganização introduzida pelo conde de Lippe[36], atingiam 48 040; em 1812, com a reorganização influenciada por William Carr Beresford esses efectivos atingiam os 52 006 – o máximo em mais de um século – e a despesa calculada era de 6 042 340 mil reis e em 1849 (final da segunda Guerra Civil), os efectivos eram 24 000, incluindo 6 000 reservistas, e a despesa atingia os 2 730 488,77 mil reis.

Até ao final da Monarquia, o peso relativo que a Marinha e o Exército vão tomando na constituição da força militar da Nação oscila, condicionado pelo que o Professor António José Telo designa por «vagas de *modernização*»[37], as ameaças ao Império e as disponibilidades financeiras. Na primeira vaga e até às revoluções liberais, a Marinha que se tinha transferido quase na totalidade com a Corte para o Brasil e tinha aderido à causa de D. Pedro em 1822, chega a 1824 com a sua frota reduzida a um terço do que era em 1807. Se a vitória liberal tinha partido do mar para terra graças a uma marinha organizada com meios estrangeiros, a Marinha nacional permanecia fiel a D. Miguel e a uma mentalidade tradicional. Estabilizada a vida interna nacional e definida como prioridade a viragem para África, a Marinha absorve o que a segunda revolução tinha trazido para a guerra naval com a máquina a vapor, apoiada pelo programa político da *Regeneração*. Em 1854 a Marinha cria o corpo de maquinistas navais e entre 1858 e 1873 chega ao país a primeira geração de canhoneiras, com a *Barão de Lazarim,* lançada à água no Arsenal de Lisboa em 1858. Em sete anos (1858-1865) a Armada passa de 24 navios com menos de 16 000 toneladas para um número não muito superior (26), mas agora com 24 000 toneladas[38].

A guerra Franco-Prussiana e a vitória da Prússia em 1870, o Congresso de Viena e a formação do Império Alemão em África levam Andrade Corvo (Ministro dos Estrangeiros em 1871-1887 e em 1878-1879, quando acumula com a pasta da Marinha), a escrever o seu livro *Perigos* (1870). Conclui que

35 LATINO COELHO, J.M., HISTÓRIA MILITAR E POLÍTICA DE PORTUGAL DESDE OS FINS DO SÉCULO XVIII ATÉ 1814, Imprensa Nacional, Lisboa, 1874-1891.

36 Wilhelm von-Schaumburg-Lippe.

37 TELO, António José, *in* NOVA HISTÓRIA MILITAR DE PORTUGAL, Volume 3, Círculo de Leitores, Lisboa.

38 Ob. Cit. 35 – A SEGUNDA VAGA DE INOVAÇÃO EM PORTUGAL.

era vantajoso aprofundar a aliança com a Inglaterra, fazer uma aproximação aos EUA e desenvolver um poder naval próprio.

O ano de 1875 marca o início da *«corrida para África»,* com programas de organização e de armamentos e equipamentos que a incipiente industrialização do País tem dificuldade em acompanhar e a *«ocupação efectiva dos territórios»,* incitada pelo *Ultimatum* de 1890, dá início a um conjunto de campanhas expedicionárias e de pacificação, desenvolvidas por um nova geração de oficiais que ficaram a ser designados por *«africanistas»*. Os militares ocupam-se na defesa do Império, mal guarnecido militarmente (entre 1894 e 1914 cerca de um terço dos oficiais do Exército passa pelo menos uma das muitas campanhas, que podem durar entre três meses e um ano)[39], enquanto que em Lisboa sociedades secretas como a *Maçonaria* e a *Carbonária* vão conspirando para o derrube da Monarquia ou o controlo da organização militar.

A implantação da República em 1910, logo seguida de grandes reorganizações militares que voltaram ao conceito de Nação em Armas, teve de enfrentar convulsões internas à sua estabilidade e ameaças externas aos interesses da Nação, a que a Organização Militar respondeu com a mobilização para a 1ª Guerra Mundial, quer no Teatro de Operações Europeu quer às ameaças ao Império.

O *«Longo Século XX da Instituição Militar em Portugal»*, que se inicia com os acontecimentos do 31 de Janeiro de 1891 no Porto e termina com a abolição efectiva do Serviço Militar Obrigatório, em 2005, representa para a Organização Militar um século de sucessivas e pouco duradouras modificações estruturais. Destacam-se como as mais importantes as de 1911, 1926, 1937 (a mais duradoura), a de 1958, a de 1974 e a de 1993. Essas modificações estruturais permitiram responder a desafios como mudanças na concepção e organização política da Nação (Monarquia, 1ª, 2ª e 3ª Repúblicas), no Quadro Constitucional e Missões das Forças Armadas (do combater para defender a missões de prevenção de conflitos e de utilidade pública), no Enquadramento Estratégico Mundial (1ª e 2ª Guerras Mundiais, Guerra Civil em Espanha, adesão à OTAN, Guerra-Fria, descolonização, União Europeia, novas concepções de Paz e Guerra) e consequente Conceito Estratégico de Resposta (ameaças internas ou externas, em espaços nacionais e próprios ou alargados).

Permitiram ainda resposta adequada à inclusão na Instituição Militar, com identidade própria e diferenciada da Força Aérea (1953), a novas concepções dos meios postos à sua disposição (meios humanos voluntários com pessoal feminino, orçamentos de sobrevivência e quase total dependência do exterior

39 Ob. Cit. 35 – A TERCEIRA VAGA DE INOVAÇÃO EM PORTUGAL.

para armamentos e equipamentos) e a novas concepções de operações militares conjuntas entre Ramos e Combinadas com Aliados ou amigos.

A Instituição Militar, e a sua organização, enfrentaram os maiores desafios na era contemporânea com a adesão de Portugal à OTAN e o seu conceito de defesa colectiva, em 1949, com o seu empenhamento na defesa do Império de 1961 a 1975 (ano em que a sua estrutura chegou a englobar 200 000 efectivos, espalhados num espaço alargado e descontínuo, representando uma despesa de cerca de 7% do PIB e 11% do Orçamento Geral do Estado) e com a sua adaptação contínua e progressiva desde 1975 a novos parâmetros de missões e meios (os efectivos rondam os 40 000 e a despesa situa-se em cerca de 1,2% do PIB e 3% do OGE).

Essa adaptação tende para organizações menos verticais e distintas entre Ramos das Forças Armadas e a diminuírem a sua componente territorial para dar lugar a estruturas mais horizontais e federadas entre os Ramos, desde o tempo de paz, integradas ao nível de comandos, estados-maiores e funções de ensino, instrução e treino e logísticas, permitindo assim uma mais fácil transição para as situações de combate. Experiências recentes aconselham a tendência para organizações militares para o combate temporárias, com ligação e comunicação permanente com outras organizações dedicadas a outras funções mais especializadas na resolução de conflitos, permitindo ao combatente dedicar-se à sua missão primária de combater.

Esta evolução e tendência do elemento organização da Instituição Militar para não perder o seu carácter estruturante, tem de ser encarado com dois cuidados. Por quem define missões e meios, não caindo na tentação da gestão empresarial de custo-eficácia pensando que reduções se traduzem em efi-cácia, esquecendo a componente institucional da Missão que, perdida, não se readquire com facilidade. Por quem vive na Instituição, esquecendo que a organização distintiva e diferente de cada Ramo das Forças Armadas lhes confere um carácter estruturante com forte influência noutros elementos: o profissionalismo militar e o espírito de corpo.

A organização vai influenciar outros elementos estruturantes de Instituição Militar, onde critérios de modernidade se iniciam, também, no período mais longo de guerra (28 anos) que Portugal tem de enfrentar no seu caminho de Estado-Nação: a Restauração.

O comando e a hierarquia, assentes numa *nobreza de sangue* e baseado num critério de *escolha,* com ênfase em factores subjectivos de lealdade, obediência absoluta ao poder real e factores objectivos de coragem, valentia e valor demonstrado no combate mas também de hereditariedade[40], vai dan-

40 SOUSA PINTO, Ten-General Alexandre, CARGOS MILITARES HEREDITÁRIOS – ESCOLAS MILITARES DE ESPECIALIZAÇÃO, XV Colóquio de História Militar, Lisboa, 2005.

do lugar, progressivamente, a um critério de nomeação baseado em competências e observância de virtudes que, por inerentes à Instituição, começam a distinguir-se como *virtudes militares*. Nesse percurso progressivo são factores de influência as reorganizações levadas a cabo nos séculos XVIII e XIX (para fazer face a ameaças directas ao Território Nacional), a presença e comando de militares estrangeiros (Schomberg, Lippe e Beresford)[41], o crescente profissionalismo militar pelo desenvolvimento do ensino militar, as campanhas militares que envolvem a Nação e a tendência, com intensidades variáveis, da não interferência de critérios políticos na promoção aos postos superiores da hierarquia. A evolução do Exército e da Marinha, na segunda metade do século XVIII, aponta para uma maior profissionalização dos seus corpos de oficiais e para uma cada vez maior integração de indivíduos não nobres na carreira das armas chegando a haver rivalidade entre oficiais de armas combatentes, cavalaria e infantaria, cujos quadros provinham mais da fidalguia e os das armas de apoio, artilharia e engenharia, cujos oficiais tinham menos propensão para serem *parentes dos Meneses*[42]. Investigações e estudos mais recentes, desenvolvidos pela Professora Dr.ª Maria Carrilho vieram evidenciar essa tendência[43].

Por dificuldades e tempo para proceder a uma investigação alargada à Marinha e, depois, à Força Aérea, passarei a referir o que investiguei relativamente ao Exército durante a contemporaneidade[44] que, espero, seja desenvolvida pelos outros Ramos das Forças Armadas.

A reorganização do Exército introduzida pela República e publicada em 26 de Maio de 1911, manteve o Conselho de Promoções, criado pela carta de lei de 1901, mas agora com nova composição com maior participação da hierarquia superior do Exército. A selecção dos Oficiais para promoção a General passou a fazer-se num sistema misto de antiguidade e escolha, entre os Coronéis, devendo a promoção ser sancionada pelo Ministro da Guerra. Os factores de avaliação, introduzidos na lei, que passavam por dotes de carácter, coração, educação e instrução, foram sucessivamente alargados e aperfeiçoados durante o século, reflectindo-se, actualmente, em Folhas Individuais de Avaliação, de carácter normal e temporal ou de carácter excepcional sempre que termina o desempenho de uma função. Universal para todos

41 Ob. Cit. 26.

42 ROCHA PINTO, João da, DO SOLDADO DO BARROCO AO SOLDADO ILUMINISTA: MARCHA DE APROXIMAÇÃO AO DISPOSITIVO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS DURANTE O SÉCULO XVIII, XV Colóquio de História Militar, Lisboa, 2005.

43 CARRILHO, Maria, A ORIGEM SOCIAL DO CORPO DE OFICIAIS DO EXÉRCITO.

44 ESPÍRITO SANTO, General Gabriel do, O EXÉRCITO E OS SEUS GENERAIS NO LONGO SÉCULO XX PORTUGUÊS – O DIFÍCIL CAMINHO DO PROFISSIONALISMO, no Prelo.

os Quadros do Exército, em Oficiais e Sargentos, com força estatutária, cobre áreas diferenciadas de avaliação tais como a condição física, o carácter, o espírito de missão, o sentido de disciplina, a sociabilidade, o interesse pelos subordinados, a inteligência, a capacidade de comunicação oral e escrita.

Depois de 1974 foram institucionalizados os Conselhos das Armas e dos Serviços, constituídos por oficiais e sargentos eleitos e nomeados, para avaliarem as virtudes militares e o desempenho de funções dos seus camaradas de armas. Elaboram listas anuais de oficiais a promover, a manter nos postos ou abandonar o serviço activo que submetem ao Chefe do Estado-Maior do Exército que sobre elas ouve o Conselho Superior do Exército. Até à promoção a Oficial General a competência para promoção é do General Chefe do Estado-Maior do Exército.

Após a promulgação da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas (1982), o Conselho Superior do Exército tem sido o Órgão onde se faz a avaliação dos méritos absoluto e relativos de Coronéis para a frequência do Curso Superior de Comando e Direcção e, depois da sua conclusão com sucesso, para apresentação de uma lista ordenada ao Chefe do Estado-Maior do Exército para a sua promoção de acordo com o número de vagas no Quadro. Ainda que o Conselho de Chefes de Estado-Maior tenha funções decisórias na sua confirmação, e o Conselho Superior da Defesa Nacional te-nha responsabilidades administrativas na sua confirmação, pode concluir-se que o poder político perdeu, progressivamente ao longo do século, a sua influência na escolha dos generais. Aspecto que procurou compensar, depois da revisão da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, em 1993, com a escolha das chefias militares.

De 1857 (a data de entrada dos primeiros cadetes na Escola do Exército) a 1910 (53 anos) ascenderam a Oficial 4 333 indivíduos, tendo atingido o posto de General 183 (menos de 5%); de 1910 a 1945 (35 anos) ascenderam 3 717, com um número substancial de oficiais milicianos que participaram na 1ª Guerra Mundial ou foram mobilizados no segundo conflito e atingiram o generalato 280 oficiais (cerca de 7%); de 1945 a 2000 (55 anos) num universo de 5 482 ex-cadetes da Escola do Exército/Academia Militar que ascenderam a Oficial, 204 (4%) foram promovidos a General.

A *Disciplina Militar,* concebida inicialmente como «a *habilidade de aguentar firme diante do inimigo sem conceder mecanismos para impulsos naturais de mêdo ou pânico*»[45], na sua evolução conceptual e de codificação seguiu de muito perto o conceito e codificação da justiça. Os instrumentos militares

45 PARKER, Geoffrey, THE WESTERN WAY OF WAR, *in* THE CAMBRIDGE HISTORY OF WARFARE, Cambridge University Press, 2005.

eram activados para fazer face a um inimigo, as faltas eram consideradas crimes porque cometidas na frente do inimigo e julgadas e punidas pelo direito como crimes. Todos estes conceitos evoluíram com a força militar a tornar-se permanente e a viver em conjunto em guarnições e a disciplina militar passou a constituir mais um código de conduta e de comportamento, com a diferenciação entre infracção disciplinar e crime.

Na sequência de conceitos fixados na legislação de 1643, com a Nação em guerra, e em que os magistrados locais deviam arbitrar e julgar as questões de carácter militar, enquanto auditores, sob a supervisão de um Auditor-Geral que funcionava como instância de apelo, a exemplo do Conselho de Guerra, as Ordenanças de 1708 procuram estabelecer diferença entre a *Justiça Militar* (em que se definem as regras que deviam presidir à constituição de conselhos de guerra, a sua composição, o papel dos auditores aos diferentes níveis, as vias de recurso e as condições para a execução de penas, entre outros aspectos) e a *Disciplina Militar,* onde um capítulo das Ordenanças, articulado em setenta e sete artigos, procura iniciar a sistematização de um código de disciplina.

Na fase de modernização do exército com o marquês de Pombal e a acção do conde de Lippe, um alvará de 21 de Outubro de 1763 marca algumas inovações. No campo da Justiça, um auditor passa a estar adstrito a cada Regimento, cabendo-lhe desempenhar o papel de juiz relator nos conselhos de guerra. São definidas competências e punições no sentido de serem bem demarcadas as esferas respectivas das jurisdições civil e militar, de modo a que «nem *a mesma Jurisdição Militar dos referidos auditores, e Conselhos de Guerra, implique com a Jurisdição Civil dos Magistrados dos lugares, onde ambos concorrem; nem pelo contrário a segunda das ditas Jurisdições implique com a primeira delas…*». Na área da disciplina, Lippe procura remodelar os denominados *artigos de guerra,* tentando regular código de conduta dos militares. Entre a tentação da magistratura entrar na área da disciplina e a tentação dos militares em manter uma justiça própria começou um longo caminho que nem a legislação saída da Revolução liberal, nem a publicação do Código Penal em 1853 e a abolição das penas corporais, nem a República resolveram convenientemente.

Com a Constituição de 1976, e suas alterações subsequentes, foram abolidos os Tribunais Militares e alterado o Código de Justiça Militar, mas a Assembleia da República ainda não legislou sobre as Bases da Disciplina Militar, necessárias para uma Condição Militar já definida, ainda que não regulamentada, e para novas condições para o Serviço Militar.

No que entendemos por *profissionalismo militar* – um misto de formação, conduta e comportamento nas relações com o poder e com a Nação – a sua evolução tem sido condicionada pelo ensino militar e a sua especificidade,

o comportamento dos militares e as relações da Instituição Militar com o Estado e a Nação.

Debruçando-nos sobre a evolução do ensino militar teremos de reconhecer que várias tentativas iniciadas mesmo antes da Restauração, em Vila Viçosa e na Baía, no Brasil, visando o ensino dos procedimentos especializados no uso da arma de fogo e de explosivos, para a acção da artilharia e da engenharia, a que se seguiram reformas sob a orientação do marquês de Pombal, uma política de ensino para a formação de Oficiais só foi iniciada em 1837 e a formação específica de Sargentos teve de esperar até 1978.

Em 1641, numa das salas do Paço da Rainha, foi instituída a *Lição de Artilharia e Esquadria* que foi substituída, em 1647, pela *Aula de Fortificação e Arquitectura Militar,* tendo sido nomeado seu lente o cosmógrafo do Reino, Luís Serrão Pimentel.

O desenvolvimento do pensamento militar no século XVIII e os principais conflitos que o atravessaram obrigaram à evolução do ensino e preparação de Quadros. Em 1752 a *Aula de Fortificação* foi transferida para o Terreiro do Paço, com a designação de *Academia Real da Corte,* em 1761 foi criado o *Real Colégio dos Nobres* para a formação de oficiais de infantaria e cavalaria e, em 1762, junto dos Regimentos de Artilharia foram organizadas *Escolas de Preparação de Artilheiros.* A preparação de Oficiais para a Marinha, de guerra e mercante, levou à criação da *Real Academia dos Guardas-Marinhas* (1757) e da *Academia Real de Marinha* (1779). Nos Açores, em 1797, foi criada uma *Aula de Matemática* para os oficiais do batalhão aquartelado no forte de S. João Baptista, na Ilha Terceira[46].

Em 1790 é criada a *Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho* e que pode ser considerado como o primeiro estabelecimento de ensino superior dos oficiais do Exército, que iria durar até à sua transformação em Escola do Exército, em 1837. Durante a sua vigência de 43 anos, dos 2 715 alunos inscritos só 462 terminaram a sua escolaridade, o que representa uma percentagem pequena (17) e também uma média anual baixa de conclusão dos cursos (10), mesmo considerando o período de não funcionamento durante a Guerra Peninsular[47].

Em 1837, o marquês Sá da Bandeira cria a Escola do Exército no dia seguinte à criação da Escola Politécnica de Lisboa. Considerada como herdeira da *Academia Real,* a sua finalidade é expressa nas palavras de Sá da Bandeira. *"…A verdadeira reforma desta academia era impossível, enquanto não*

46 LEITÃO, Cor Eng., António M. Rosas, O ENSINO SUPERIOR MILITAR E OS SEUS PLANOS DE ESTUDOS, Actas VIII Colóquio de História Militar, Lisboa 1997.

47 Ob. Cit. 27.

se criasse uma escola de ciências físicas e matemáticas, na qual os alunos adquirissem todos os princípios necessários para poderem entrar com o indispensável desenvolvimento no estudo da difícil ciência da guerra e suas vastíssimas aplicações».

Em 1845, o Ministro Joaquim José Falcão cria a Escola Naval, que representou também um compromisso entre as duas tendências que mantinham uma acesa polémica na Marinha: a perspectiva politécnica e a marítima.

Sucessivas reformas de conceitos e de estrutura vão atravessar estes estabelecimentos de ensino militar e, mais recentemente, a Academia da Força Aérea. Representam o conceito abrangente da formação inicial do Oficial na Instituição Militar e o compromisso estatutário de formação contínua ao longo da carreira. A uma formação inicial de aptidão física e preparação moral, a que se juntavam as necessidades de cultura geral e competências técnica e táctica, vieram juntar-se necessidades de formação em áreas tão diversificadas como a humanística (psicologia, sociologia, economia, ciência política, direito, relações internacionais) e de gestão (de recursos humanos, materiais e financeiros). A formação contínua materializou-se em cursos de especialização ou promoção, preparando Oficiais e Sargentos para funções novas de Comando resultantes da hierarquia que vai sendo atingida e assiste-se a uma tendência para cursos de especialização ou de promoção comuns para os diferentes Ramos das Forças Armadas, resultantes do emprego conjunto da força militar. Novas tendências no Ensino Superior, lançadas no âmbito da União Europeia, levam à tentação de levar o Ensino Militar a seguir essas tendências, o que pode constituir um erro irreparável no conceito abrangente de profissionalismo militar.

O *espírito de corpo* é o sentimento que ao longo dos tempos se desenvolveu entre camaradas de armas de pertença a um grupo. Desenvolvido por sinais simples que se foram sucedendo, como a partilha da mesma *camarada*[48], o uso do mesmo uniforme, o alojamento e a pertença ao mesmo Regimento ou à mesma unidade, o seu fortalecimento deveu-se à partilha de perigos comuns e ao compromisso de *não deixar para trás nenhum dos nossos*. Constituindo-se como um factor que muito influencia o moral, a acção de comando procura permanentemente manter e desenvolver esse espírito de corpo com simbologias, ritos e cultos, dos heróis e dos mortos, que se

48 Ob. Cit.14. Na Infantaria espanhola do século XVI, a Companhia era subdividida em dez esquadras, cada uma do comando de um cabo de esquadra. Para efeitos logísticos, as esquadras ainda se subdividiam em *camaradas* de cinco ou seis soldados que compartilhavam tendas e utensílios de cozinha, bem como os locais de aboletamento – os membros de uma *camarada* designavam-se entre si por camaradas.

constituíram na simbologia e cerimónias militares e que constituem um legado cultural de gerações. A partilha de uma condição, a *condição militar,* foi-se estendendo à família e a *família militar* passou a ser incluída nesse espírito de corpo, que algumas correntes de pensamento tentam criticar apelidando-o de *corporativismo militar,* esquecendo a importância que tem para a Instituição Militar. Foi o espírito de corpo e o sentido de entreajuda que levou a instituir, em 1790, o *Monte Pio,* constituído com fundos iniciais resultantes da contribuição voluntária de um dia de soldo de cada oficial e destinado a pagar pensões e filhos órfãos, à criação do Asilo de Runa para ex-militares e as Companhias de Veteranos para manter na dignidade os que se tinham sacrificado na defesa da Nação[49].

Em tempos de grandes modificações da sociedade, a Instituição Militar adquire o estatuto de *instituição de sobrevivência* em que o espírito de corpo que a distingue tem funcionado como sentinela de alerta para os sinais que podem afectar as raízes históricas da unidade nacional e dos seus valores. Não é por acaso que as tentativas de conquista começam por avaliar e destruir o espírito de corpo que caracteriza as instituições militares do sistema a conquistar.

IV. O Estado e a Instituição Militar

O desenvolvimento do estado-nação levou a seu lado o desenvolvimento dos instrumentos militares que serviam os seus interesses. As guerras, progressivamente, deixaram de ocorrer devido a interesses pessoais para se desenvolverem no sentido de atingirem fins visando o interesse do estado-nação. Nesse acompanhamento, os instrumentos militares evoluíram para se tornarem mais permanentes e cada vez mais caros e o Estado começou a encará-los na sua finalidade primária de combater na guerra e também, com algumas variações resultantes de concepções que iriam conduzir ao aparecimento de corpos para manterem a segurança e protecção dos cidadãos, designados por polícias, para a manutenção da lei e ordem nas sociedades de que os estados emanavam. No Estado, a par das burocracias crescentes que se encarregavam da justiça, da fazenda e da representação internacional, começam a aparecer burocracias encarregadas de manterem os instrumentos militares e tratarem dos seus assuntos como funções do Estado. Em Portugal, e reinava D. João V, um alvará de 28 de Julho de 1736 cria a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (assumida por Marco António de Azevedo Coutinho), ao mesmo tempo que as outras Secretarias de Estado

49 Ob. Cit. 28.

passam a ser designadas por Negócios Interiores do Reino e Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. Os Conselhos de Estado e Ultramarino perdem competências e funções. Esta evolução – que reflecte o peso crescente dos assuntos militares no quadro do Estado moderno e a complexidade burocrática inerente à centralização dos poderes – será acompanhada por legislação que se vai sucedendo, no que diz respeito à organização dos diversos serviços e à sua racionalização. A Secretaria de Estado dividir-se-á em várias direcções e secções, onde trabalhava um grande número de funcionários civis que podiam ascender até ao lugar de director[50], e esta organização vai manter-se até 1821. Durante o absolutismo pombalino, em 1760, é criada a Intendência-Geral da Polícia da Corte e do Reino e a Guarda Real da Polícia, o que vem afastar o Exército, temporariamente, de interferência nos problemas da lei e da ordem.

A evolução do conceito do Estado moderno, depois da queda do Antigo Regime com a Revolução Francesa e até à contemporaneidade, relaciona-se com as funções que entende desempenhar perante a sociedade e que ciclicamente tem alargado ou diminuído, não só por questões ideológicas mas também pelos vários períodos de relações económicas e sociais que têm atravessado a humanidade e que hoje merecem debate alargado. A tremenda burocratização do Estado e a despesa progressiva que tem representado face a economias em crescimento moderado levam a que hoje se discutam as suas funções essenciais. A um diagnóstico da sua evolução e à sua fundamentação política e necessária numa sociedade organizada[51], algumas vozes clamam pela sua maior eficiência[52] e outras vêem com apreensão o seu desmantelamento como perigo para o sistema democrático[53].

A construção do Estado contemporâneo em Portugal está muito ligada à Instituição Militar e aos militares que, conforme é demonstrado por muitos historiadores[54], tiveram influência decisiva nas transformações bruscas de «quebra com o passado», desde o movimento liberal de 1820 até 25 de Abril de 1974 e 25 de Novembro de 1975. Essas grandes mudanças, seguidas da reorganização do Estado e consequente definição do sistema constitucional, contrariamente a outras Constituições que só se preocuparam com a defesa, tiveram sempre a intenção de definir as relações da força militar com o Estado. A Constituição de 1822, de curta duração, no seu capítulo VIII ocupava-

50 *Ibidem.*

51 CREVELD, Martin van, THE RISE AND DECLINE OF THE STATE, Cambridge University Press, 6ª Ed, 2006.

52 FUKUYAMA, Francis, STATE BUILDING, Cornell University Press,2004.

53 SULEIMAN, Ezra, LE DÉMANTÈLEMENT DE L'ÉTAT DÉMOCRATIQUE, Ed. Seuil, 2005.

54 Ob. Cit.28.

-se da «Força Militar», definindo nos seus artigos «que haveria uma força permanente, nacional, cabendo às Cortes determinar o número de tropas e vasos», que a principal função atribuída era a de «manter a segurança externa e interna do Reino, com sujeição ao Governo, a quem compete empregá-la como lhe parecer conveniente» e que essa força devia ser «essencialmente obediente». Esses princípios vão estar em debate nos anos conturbados que se seguem, com especial ênfase sobre a quem compete empregar a força e a quem obedece a força (Rei ou Governo) levando à criação da força governamental representada pela Guarda Nacional (1838), ainda que incluída na força, que viria a ser extinta com a República. Em 1842, com a reposição da Carta Constitucional, os princípios reguladores manter-se-íam até à República, em 1910. O regime republicano, mantendo o conceito de força militar permanente como instrumento do Estado, nos vários sistemas constitucionais vividos tem mantido o debate ainda não terminado sobre o emprego da força face a ameaças externas e internas, sobre o monopólio da força militar nas Forças Armadas ou repartida com outros Corpos Militares e sobre o conceito de obediência, com o Presidente da República a desempenhar o cargo de Comandante Supremo das Forças Armadas mas com a Assembleia da República e o Governo a repartirem competências no emprego da força[55].

A evolução do conceito de guerra e a sua natureza, as ameaças percebidas à soberania nacional e os falhanços do Estado no desempenho das suas funções e a forma como foi entendida pelos militares, têm sido, no nosso ponto de vista, os factores que mais têm influenciado as relações Estado-Instituição Militar na sociedade portuguesa após o movimento liberal de 1820.

O conceito de guerra, desde a percepção e teorização de Clausewitz como a continuação da política por outros meios, sofreu tremendas e contínuas evoluções quer nas suas finalidades quer na procura dos meios mais eficientes para a conduzir, com a sua influência no desenvolvimento das tecnologias. Marcos nesse desenvolvimento foram, entre outros, as I e II Guerras Mundiais, o aparecimento da arma nuclear, as Guerras de Libertação e sua teorização na China de Mao Tse Tung e seus seguidores, a Guerra-fria conduzida na era dos Pactos, novos conceitos de prevenção e resolução de conflitos e o papel da comunidade internacional nessas tarefas e, mais recentemente, um conceito de guerra pré-emptiva e todas as dúvidas que suscita. Das guerras de necessidade, na defesa de espaços ou interesses nacionais, evolui-se para guerras de opção, com os estados a envolverem-se nesses conflitos menos pela necessidade de defesa e mais pela opção de segurança.

55 RIBEIRO, António Silva, ORGANIZAÇÃO SUPERIOR DA DEFESA NACIONAL, Ed. Prefácio, Lisboa, 2004.

A Instituição Militar em Portugal seguiu essa evolução e as necessárias adaptações no seu elemento *organizativo,* nem sempre de uma maneira pacífica e sem convulsões. Terminadas as Invasões Francesas, e a subordinação a comandos estrangeiros, a Instituição Militar e a sua materialização objectiva que são as Forças Armadas, na sua organização, adaptaram-se para participarem na I Grande Guerra, contribuíram para que Portugal mantivesse uma neutralidade na II Grande Guerra, defenderam os interesses nacionais no Império, integraram-se em estruturas militares de defesa colectiva, participam em missões de estabilização de conflitos. Cumprindo interesses e directivas do Estado e dos seus princípios constitucionais, que nem sempre estiveram em consonância com a Nação, o seu elemento estruturante entendido como o *profissionalismo militar* foi-se enraizando progressivamente na Instituição depois de consolidado o regime democrático saído do movimento militar do 25 de Novembro de 1975.

A percepção do Estado sobre as ameaças que podem afectar a soberania, e a sua tipificação em ameaças externas ou internas é um outro factor que tem, ciclicamente, afectado as relações do Estado com a Instituição Militar, ciclos que de algum modo corresponderam às mudanças do regíme político na Nação e ao papel que à Instituição Militar é atribuído na manutenção da ordem interna, materializado nos textos constitucionais. Soluções de compromisso têm sido algumas vezes procuradas em forças militarizadas, dispondo de funções policiais e de força armada, tais como a Guarda Nacional saída do Liberalismo ou a Guarda Nacional Republicana criada com a República, mas que na sua evolução e nas tentações de se constituírem como força armada do Governo, conduziram a experiências mal sucedidas. A práticas abandonadas pelos estados democráticos de respeitar o *profissionalismo militar,* mantendo a força militar como exclusividade do Estado e não envolver a Instituição Militar naquilo que para muitos é qualificado como a *dirty job,* o Estado, em Portugal, tem mostrado algumas vezes desrespeito por aqueles princípios.

Finalmente, e como factor que mais tem destabilizado as relações Estado--Instituição Militar, teremos de abordar a questão *do falhanço do Estado no desempenho das suas funções* e a forma como foi entendida pelos militares e que conduz a um assunto mais complexo mas bastante estudado sobre as intervenções dos militares nos assuntos do Estado[56,57].

As percepções dos militares sobre as funções do Estado e os seus falhanços e consequente intervenção em assuntos da política nos dois últimos séculos em Portugal foram ligados ao insucesso da governação civil, que não

56 FINER, S.E., THE MAN ON HORSEBACK, Peregrine Books, 1976.
57 CAEIRO, Joaquim Manuel Croca, Ob. Cit. 30.

poucas vezes se traduziu *"em crise económica, incapacidade de manutenção da ordem pública, desaire da política externa"*[58]. A justificação da intervenção militar é sempre definida pela tentativa de prover *"salvação nacional e deriva sempre de uma valoração negativa do aparelho e pessoal político no poder. Acha-se que este não quer, não é capaz, ou não tem meios de cumprir os objectivos essenciais da comunidade que dirige"*[59].

Nas cerca de sessenta intervenções militares no poder, entre 1817 e 1871 (com a consequente participação de militares no Estado), dos 170 indivíduos que sobraçaram pastas ministeriais 61 foram militares. Na Assembleia Constituinte de 1911, que se seguiu à implantação da República, dos 228 deputados, 50 foram militares, com preponderância para o Exército (31%). Até 1982, a participação de militares nos assuntos de Estado, quer em cargos do Governo Central, quer nos Governos de Distrito, quer nos Governos Ultramarinos foi intenso, demonstrado por dados estatísticos, de que salientamos um: entre 1911 e 1925, o Exército esteve sob a autoridade política de 50 Ministros da Guerra, dos quais 27 foram militares (e vieram a atingir o posto de General…).

O *profissionalismo militar* desenvolvido na Instituição, depois de adesão de Portugal à OTAN e consolidado nas Campanhas de África, retirou aos militares a apetência pelo poder, que ficou demonstrado pela intervenção de 25 de Abril de 1974. Nenhum militar foi eleito para a Assembleia Constituinte e poucos militares tiveram participação nos Governos provisórios. A institucionalização do Movimento das Forças Armadas dentro da própria Instituição Militar foi um exemplo de inteligência política e de profissionalismo militar que alguns ainda pretendem ocultar e outros não têm sabido estudar. A vigência do Conselho da Revolução e o exercício cumulativo dos cargos de Presidente da República e de Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas permitiu a ligação Estado-Forças Armadas e a supervisão da acção governativa só quebrada quando um militar assumiu a chefia do Governo, com consequências que se mostraram desastrosas, evidenciando que as tentativas de construção de um Estado absoluto ou totalitário não estão de acordo com a idiossincrasia da Nação portuguesa.

Na outra via da estrada que representam as relações Estado-Instituição Militar, isto é, no sentido Estado-Instituição, o trânsito não tem sido sem engarrafamentos, representando um fluir aos solavancos, grandemente influenciado pela alternância no poder próprio do regime democrático mas com programas de Governo que nem sempre observam o carácter institucional da força militar. Uma burocratização crescente, que acrescenta a despesa

58 *Ibidem*.

59 CARRILHO, Maria, FORÇAS ARMADAS E MUDANÇA POLÍTICA.

e torna mais lento o processo de decisão, tem adulterado o princípio indiscutível do controlo civil sobre a força militar, tentando criar estruturas de eficiência duvidosa, interferindo em áreas do Comando da exclusividade da função comando, e implementando disposições legislativas que, disfarçadamente apelidadas de Reestruturação ou Modernização das Forças Armadas, têm vindo a afectar os elementos estruturantes da Instituição Militar, privilegiando factores de conjuntura face a princípios de estrutura.

Se representarmos o Estado por um círculo e a instituição Militar por outro círculo, a sua ligação em tempo de paz, materializada pela intersecção dos dois círculos, deve ser a menor possível. O Estado tem o direito indiscutível de fixar Missões, estabelecer Orçamentos e produzir legislação, mas deve permitir espaço e procedimentos próprios que garantam a autonomia do Comando e a independência ao conselho militar na decisão. Decidir o armamento ou equipamento que os requisitos operacionais do Comando aconselham face a um critério de contrapartidas financeiras é mau; decidir um dispositivo da força militar no território, baseado em critérios economicistas completa o mau caminho que se trilha.

V. A Nação e a Instituição Militar

A missão primária da Instituição Militar materializada nas Forças Armadas é a defesa da Nação, dos seus cidadãos e da herança cultural comum que constitui a Pátria. Essa missão não é discutida em tempos de conflitos e de ameaças que exigem aquela defesa, mas a existência de instrumentos militares permanentes, começou a merecer contestação das populações, especialmente pelos recursos que consomem, considerados não reprodutivos. O recurso ao serviço militar obrigatório para alimentar permanentemente as Forças Armadas, recorrer à mobilização para fazer face a situações de emergência, utilizar parcelas crescentes dos orçamentos para manter, equipar e treinar forças militares, têm merecido contestações cíclicas das opiniões públicas e de correntes de pensamento que reclamam paz.

As respostas das administrações dos estados a estas contestações, com especial ênfase no mundo euro-atlântico, têm variado, passando pelo empenho das Forças Armadas, em tempo de paz, em missões de apoio ao desenvolvimento e obras públicas em condições ou áreas difíceis ou atribuindo-lhes *«outras missões de interesse público»*. A alteração das formas de serviço militar em tempo de paz, recorrendo a formas de voluntariado, tem sido outra resposta.

A natureza das ameaças e o tipo previsível de conflitos levou as Nações a procurarem em alianças colectivas de defesa as respostas mais adequadas para essa função da soberania, e mais recentemente para a sua segurança,

como sejam a NATO ou a União Europeia, mas que obrigam a contribuições nacionais exigentes em recursos e prontidão e, mais recentemente, em critérios de convergência de despesas públicas com a defesa e segurança, tentando fixar padrões para quanto cada um deve gastar. A utilização das Forças Armadas em acções de apoio à paz por parte das Nações Unidas, a coope ração civil-militar em acções humanitárias ou de reconstrução em áreas afectadas por conflitos ou acções de cooperação técnico-militar, têm vindo a atenuar as contestações à *necessidade* de força militar contrapondo-lhe argumentos de utilidade.

Tentar avaliar a relação da Nação com a sua Instituição Militar, identificando fenómenos de aceitação ou de repulsa, tem merecido a atenção de analistas, recorrendo a critérios subjectivos ou, mais recentemente, a métodos mais objectivos com o recurso a sondagens de opinião pública.

Os critérios subjectivos para avaliar sentimentos de aceitação basearam-se mais em fenómenos de comportamento dos militares, quer por sinais exteriores de aparência, quer por sinais de relacionamento com as populações das comunidades onde se inseria o seu quartel e do papel desempenhado pelos quadros na vida dessas comunidades, quer pelo seu passado em campanhas, quer ainda pelos sinais que os que serviam na Instituição levavam para casa da vida no quartel. Os sistemas e métodos de recrutamento, com as levas e sortes, criaram da condição militar a imagem popular de *«antes morte que tal sorte».* A permanência de militares em áreas de conflito, aboletando-se em casas e vivendo de recursos escassos, levou muitas vezes o sentimento de repúdio a sobrepor-se ao sentimento de segurança entre as populações. Correntes mais recentes de pensamento, advogando a paz universal e o fim da violência armada, com raízes filosóficas ou religiosas, motivadas pelos efeitos do nuclear, pelos custos dos complexos militares-industriais ou pelos efeitos colaterais dos conflitos sobre as populações, têm relacionado o fenómeno guerra com a existência de instrumentos militares permanentes ainda que o pensamento não seja isento quando se discute a violência armada conduzida por instrumentos militares for a dos estados.

Os mais recentes critérios objectivos, recorrendo a sondagens de opinião para avaliação da aceitação das instituições militares e da exclusividade da força militar pelo Estado, têm-se debruçado mais sobre o tipo de missões a atribuir à força militar do Estado, à sua eficiência, aos seus custos face a outras despesas do estado, à necessidade de uma defesa militar própria ou em cooperação com aliados.

Na História de Portugal, a defesa e segurança da Nação foram sempre mais encaradas como um sacrifício (*tributo do sangue*) do que como um dever de cidadania, sendo esse sacrifício, no subconsciente colectivo, muito

ligado à existência do Império. Na Restauração, muito do esforço de defesa foi feito com soldados pagos, estrangeiros. Na última invasão do solo pátrio pela França de Napoleão, há cerca de dois séculos, a defesa foi feita sob a direcção inglesa. O Império obrigou a expedições depois do Congresso de Viena, em 1870, e os *africanistas* foram recebidos em triunfo, celebrados como heróis, recordados com monumentos e toponímias de arruamentos por todo o espaço nacional. A República tomou a defesa do Império como um desígnio nacional, mobilizando a força militar para a Flandres, onde defendia interesses e para África, onde defendeu espaços. As populações portuguesas não sofreram os horrores sentidos por outros europeus durante a 2ª Grande Guerra. A defesa do Império dividiu os portugueses na segunda metade do século XX. A estes dados objectivos para avaliar o sentimento da Nação face à Instituição Militar como seu instrumento de defesa e segurança, teremos de acrescentar alguma subjectividade, resultante dos sistemas e métodos de recrutamento militar que foram adoptados pela Nação em tempos de necessidade de defesa[60], da implantação do dispositivo militar no território e da sua contribuição directa e indirecta para sentimentos de segurança e acções de desenvolvimento e da forma como os Quadros da Instituição, foram encarados por *outras* elites da Nação.

Tem falhado na educação portuguesa a educação para a defesa, levando a sentimentos cíclicos e mistos de repulsa ou de aceitação da Instituição Militar por parte da Nação, que se tem traduzido negativamente na Instituição Militar por sentimentos cíclicos de corporativismo resistente a mudanças ou intervencionismos na vida pública, resultando de um e outros dificuldades na ligação.

Retomando a analogia dos dois círculos, um representando a Nação e o outro a Instituição Militar, a sua sobreposição é desejável não só para tempos de defesa mas também para os denominados tempos de paz (se é que hoje se pode fazer a distinção…).

Essa sobreposição deve materializar-se pelas formas do serviço militar, motivo por que algumas Nações não terminam o serviço militar obrigatório, argumentando a quebra da ligação da Instituição Militar com a Nação. Outra materialização é o dispositivo da Instituição Militar no território, com alguns argumentos a condenarem os campos militares como redutos de isolamento e causa de repúdio e outros a lamentar o final dos Juramentos de Bandeira ou Dias da Unidade por todo o território como simbologia importante para materialização daquela ligação. A actual proliferação de encontros de ex-

60 COSTA, Fernando Dores, CONDICIONANTES SOCIAIS DAS PRÁTICAS DE RECRUTAMENTO MILITAR (1640-1820), *in* Actas do VII Colóquio de História Militar, Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa, 1996.

-combatentes na defesa dos interesses de Portugal, durante as últimas campanhas, organizados por uma sociedade civil que se mostra activa, são também sinais subjectivos que nos obrigam a meditar sobre essa ligação.

Alguns estudos publicados sobre os sentimentos da população portuguesa perante a sua Instituição Militar não têm sido objectivas na distinção entre Instituição e a sua materialização, as Forças Armadas. Os resultados mostram resultados positivos e lisonjeiros para as Forças Armadas. Mas as questões que se colocam na pós-modernidade é se a Nação deseja uma Instituição Militar, como garantia da sua soberania, e, se sim, que acções deseja tomar para a manter e dignificar.

VI. Algumas Conclusões

Vivemos tempos de pós-modernidade e ainda não nos chegaram ideias inovadoras que apontem para um caminho de *novíssimo regime* capaz de dar respostas a diferentes questões da nossa vivência em sociedade, originadas em novos conceitos que passam pelas causas e modelos de novos conflitos, de uma pretendida ordem internacional, de modelos para gerar e distribuir bem-estar a todos, de encontrar um paradigma de convivência em que se eliminem diferentes emoções. Parece que a necessidade de um *espaço próprio* continua a condicionar, como no passado e através da História, o conceito de *Nação e a identidade nacional*. Parece também que a organização da Nação continua a requerer a figurado Estado, reconhecido interna e internacionalmente como a sede do poder e a materialização da soberania, ainda que a proliferação de organizações supranacionais ponham em causa a sua sobrevivência na ordem externa e a progressiva tendência para a exiguidade das suas funções na regulação das sociedades continue a reclamar o seu desmantelamento progressivo evocando a *boa governação*. A exclusividade da detenção e uso da força militar, por parte do Estado e regulada por um conceito institucional dessa força, encontram-se também em período de mudanças. Transferir a utilização da força da defesa do solo pátrio para a segurança global, concebê-la para outras missões que não o combater e morrer se necessário, organizá-la com recursos humanos que não se fundamentem no conceito de cidadania, afectam os factores estruturantes da Instituição Militar e o conceito de *cidadão-soldado*.

As respostas a estas questões, num período de transição e ainda sem respostas fundamentadas, obrigam a reflexão e cuidado, não precipitando decisões condicionadas por factores de conjuntura. Respostas que devem merecer especial cuidado a Nações com raízes históricas muito consolidadas, em espaços regionais frágeis e muito dependentes numa globalização crescente.

Defendemos a tese de que neste período de transição é no triângulo Nação, Estado e Instituição Militar que deveremos encontrar as respostas de espera para a transição que decorre. Concebendo uma *Grande Estratégia de Portugal* para essa transição que passará pelo fortalecimento de cada um dos vértices daquele triângulo bem como a materialização das suas ligações atendendo às falhas que actualmente as caracterizam.

O conceito de Nação e correspondente identidade nacional encontram-se em mudança por influências externas relacionadas com a concepção de espaços supranacionais, com novos conceitos de mobilidade de pessoas, bens e ideias provocados pela globalização, com a aspiração de nações ainda sem o seu espaço consolidado tentarem organizar esses espaços, mesmo com o recurso à força militar. Mas também por influências internas, provocadas pela crescente urbanização, pelos desejos de arranjos regionais que eliminem as emoções de rejeitados e privilegiados e pelo crescente desejo de serem os povos a decidirem pelos seus destinos. O conjunto de causas de potenciais conflitos que se vão acumulando irá conduzir à violência urbana e problemas consequentes que devem merecer atenção cuidada para prevenir esses conflitos.

A prevenção terá que passar, necessariamente, pela educação, com as componentes de cidadania, de partilha, de tolerância e da inclusão que não têm sido inseridas, com pragmatismo e sem paixões ideológicas, nos programas educativos da Nação. Encontrar, para esses programas, ideias novas e sem tendências de *nacionalismos exacerbados,* será um desafio para a geração actual.

Reforçar a identidade nacional nas suas duas vias tradicionais constituídas pela percepção daquilo que nos *distingue* e no reforço daquilo que tradicionalmente constitui a tendência do povo português para a *aculturação* com outras culturas seria um programa nacional de investigação e de consolidação a propor pela Nação europeia, talvez com o maior forte sentimento de unidade numa Europa que procura identidade, que se chama Portugal. Creio que a Nação portuguesa aceitaria o projecto com gosto e como desafio, desde que não seja dividido pela paixão ideológica de elites que cada vez mais se afastam dos sentimentos comuns da nossa antropologia cultural.

Acreditamos que na *Grande Estratégia* a definir por Portugal, nesta fase de transição e espera, a questão da identidade nacional e do seu reforço, em termos de pós-modernidade, seria uma questão a considerar.

A figura jurídica do Estado, na ordem interna e na ordem internacional, encontra-se sujeita a dúvidas e pressões, a que tenta resistir com o estatuto de estado-herói. Internamente acusa-se o Estado de obstáculo às iniciativas da sociedade civil, de dirigismo flutuante nas actividades económicas, de fragmentação face aos interesses dos partidos políticos, de burocracia asfixiante nos tempos e processos, de campo privilegiado para a corrupção, de consumidor de recursos exagerados das nações, de alimentador de situações

entre privilegiados e descontentes. Funções tradicionais da sua competência, como Justiça, Fazenda, Graças e Mercês transferiram-se para outras sedes de poder. Na ordem internacional o Estado resiste às tentativas de ser afastado da condição de principal sujeito no direito internacional, perdendo a individualidade perante o colectivismo de organizações supranacionais, perante a tendência de hierarquização de Estados de acordo com o seu potencial de influência e perante a proliferação de outros movimentos que acedem ao estatuto de sujeitos do direito internacional, apresentando como argumentos a posse de força militar.

Uma larga corrente de pensamento continua a lutar pela existência da figura do Estado. A sua sobrevivência passará pela redefinição das suas funções, pela redução da sua burocracia, pelo emagrecimento dos recursos que consome. Naturalmente que tudo isso passará por arranjos constitucionais de um novíssimo regime e da redefinição de novos contratos sociais entre Estado e sociedade. As contabilidades nacionais, no caso português velhas de quase um século, têm de ser repensadas, com imaginação e trabalho, dando lugar a novas concepções de receitas e despesas do Estado. Na ordem internacional ao pensamento idealista do diálogo e da cooperação terá de ser contraposto um pensamento realista de quem aceita e de quem rejeita, retomando a figura do Estado como o principal sujeito de uma ordem que se procura. Não valerá a pena dialogar com quem não tem estatuto de dialogante credível.

Naturalmente que em tempos de mudança a Instituição Militar tem de adaptar-se aos novos condicionamentos que regulam a força militar permanente ao serviço do estado e da segurança internacional, na sua concepção, na sua utilização e nos seus elementos estruturantes. Encontrar o ponto de equilíbrio entre os factores estruturantes que distinguem essa força como Instituição dos factores conjunturais para onde a querem acantonar como instrumento, reside a credibilidade das políticas e do seu sentido de Estado face aos internacionalismos emergentes de espaços supranacionais.

A Instituição Militar, no seu seio, pois só ela o conhece, terá de encontrar a vontade e dinâmica de adaptação para os seus elementos estruturantes nos novos ambientes estratégicos e da sociedade. Independentemente das políticas de defesa, que definem modos e tempos de actuação da força militar, obtenção e disponibilidade de recursos para a defesa, fronteiras entre a segurança e a defesa. O Comando não deve abdicar da sua função de conselho independente no que se refere à Instituição, à adaptação dos seus elementos estruturantes às políticas e à definição do seu espaço próprio de actuação. No seu diálogo com a direcção política, o Comando tem de definir e defender fronteiras entre aquilo que é seu e aquilo que é direcção política. Só neste diálogo e pedagogia se conceberão estratégias de sobrevivência para uma Instituição que serve a Nação e o Estado. Com direito a espaço próprio e não repartido que deve ser permanentemente recordado às políticas.

Revista Militar
N.º 11 – novembro 2014
pp. 1021-1030

Valores, relações civis militares e cultura para a defesa

General Gabriel Augusto do Espírito Santo*

Valores, Nação e Defesa

Nesta exposição procurarei abordar as temáticas "Valores, Nação e Defesa" e "Relações Civis-Militares e Defesa" na sociedade portuguesa atual.

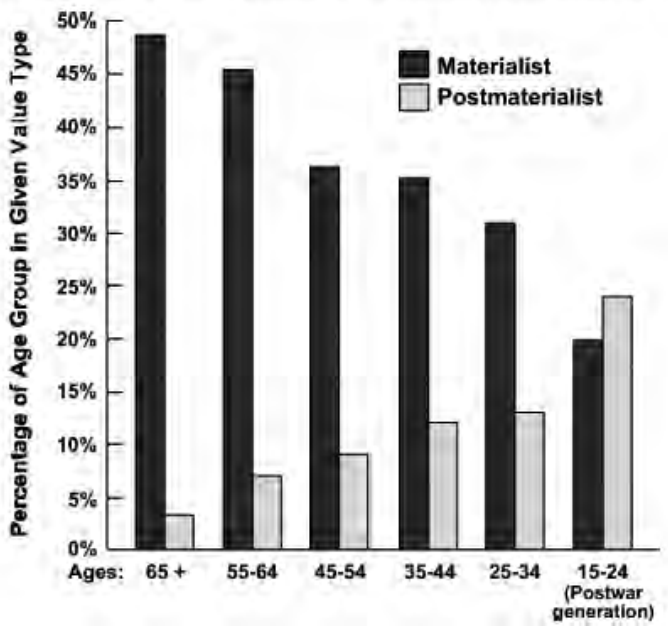
O mundo continua a girar e a sociedade está em profunda mudança, como o relatam diariamente analistas. Resumindo as suas diferentes perspetivas, cobrindo um espetro variado de tendências que vão da economia à demografia, passando por questões de segurança, de recursos ou de estruturas, passou a ser frase feita dizer que o mundo está *mais plano, mais quente e mais povoado*.

Mas, a sociedade está também em profunda mudança. E se nos situarmos na sociedade que se foi construindo no denominado mundo ocidental ou euro-atlântico, fundada na cultura judaico-cristã e num sistema de valores e regras de conduta expressas nas *Tábuas da Lei*, as mudanças são evidentes e têm merecido observação atenta das comunidades académicas internacionais e nacionais. No âmbito da Nações Unidas foi criado, em 1994, o fórum *Values Caucus,* que focando a sua atenção mais em valores universais como a Paz, os Direitos Humanos, o Ambiente ou o progresso da Democracia, tem esquecido a alteração de valores em comunidades, família ou instituições. Mas outros estudos tentam colmatar essa falha. Uma observação conduzida, em 1970, em seis sociedades europeias, revelou grandes diferenças na prioridade de valores entre gerações mais velhas e mais novas. Nas gerações mais velhas, valores "*materialistas*", valorizando a *segurança*

* Revista Militar, Volume 164, nº 12, dezembro de 2012, pp 1147-1156.

física e *económica*, mostraram-se dominantes, enquanto os valores predominantes entre gerações mais novas se focaram em valores "*pós materialistas*", dando relevo a *autonomia* e *expressão própria*.

VALUE TYPE BY AGE GROUP AMONG THE PUBLICS OF BRITAIN, FRANCE, WEST GERMANY, ITALY, BELGIUM AND THE NETHERLANDS IN 1970



As diferenças são evidentes. Entre os que tinham mais de 65 anos, os valores *materialistas* ultrapassavam doze vezes os *pós materialistas*. Entre os que tinham nascido após a II Guerra Mundial (que tinham menos de 25 anos em 1970), os que aderiam a valores *pós materialistas* eram ligeiramente superiores aos que aderiam a valores *materialistas*. O estudo veio a revelar que, em 2006, os *pós materialistas* eram ligeiramente superiores aos *materialistas* na Europa Ocidental e duas vezes superiores nos EUA. Apesar de substanciais e rápidas flutuações e condições económicas desfavoráveis nos anos recentes, houve uma nítida transferência de valores *materialistas* para *pós materialistas*.

Focando-nos no valor segurança, e no espetro largo de situações que cobre e que tem como limites a paz ou a guerra, assistimos a algumas realidades:

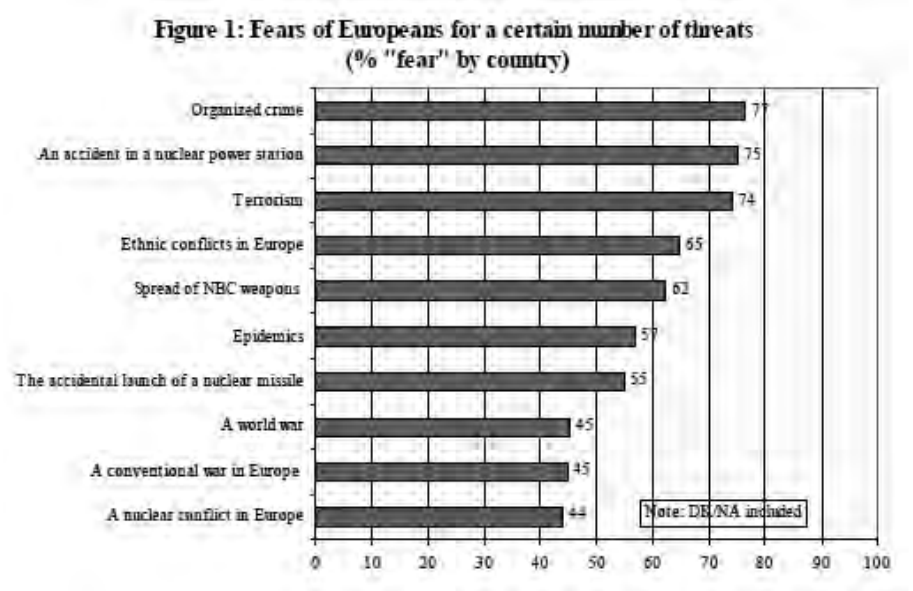
- A uma crescente cultura da paz, mais alargada do que os diferentes pacifismos do século passado e a uma crescente condenação da guerra como forma de resolução de conflitos. Entre estas duas tendências, como

um paradoxo, surge uma crescente cultura de espírito guerreiro e de jogos de guerra, que fascinam jovens e adultos como passatempo e são alimentados por uma indústria em expansão de filmes e videojogos que orquestram a violência;

- A uma proliferação de ameaças à segurança das ordens estabelecidas, políticas, económicas e sociais e à segurança de pessoas, instalações e bens, que tem conduzido, por um lado, a um clima generalizado de insegurança e medo, e, como resposta, à crescente procura de medidas e órgãos que restabeleçam a confiança e mantenham a segurança a níveis admissíveis. A ONU, organizações regionais de segurança, estados e sociedade civil procuram, aos seus níveis, estabelecer segurança, privilegiando estratégias de prevenção e apostando na cooperação. Paradoxalmente, também, apesar de todas as tecnologias, diálogo, centros de prevenção de conflitos e cooperação, parece que a segurança tem diminuído, levando a concluir que é difícil conciliar segurança com base em valores com segurança baseada em interesses;
- À continuidade de guerras, porque envolvem combates, com formas diferentes do passado, em finalidades, atores e palcos, meios a utilizar e formas de a conduzir;
- Uma opinião pública que cada vez mais privilegia a segurança, favorecendo medidas preventivas, esquecendo a defesa e a coação, como forma limite de conseguir segurança. Uma sondagem de opinião pública, recente, na Europa, mostra-nos o que os europeus mais temem para a sua segurança. Como se verifica, de dez ameaças que se relacionam com segurança e defesa as três coisas que os europeus mais temem, numa sondagem recente, são riscos não militares (crime organizado, 77%, um acidente com uma instalação nuclear, 75%, e o terrorismo, 74%). Os riscos menos percebidos são um conflito nuclear na Europa (44%), uma guerra convencional na Europa ou uma guerra mundial (45%).

Esta nova perceção de ameaças, a par de arranjos regionais que procuram estabelecer políticas comuns de Segurança e de Defesa, afetando soberanias, têm conduzido a esquecer a defesa como valor nacional para a preservação da soberania. E que se tem traduzido, no mundo ocidental, a uma alteração generalizada do sistema do serviço militar, a redução dos orçamentos de defesa e à procura de novas missões para as forças armadas, para as justificar perante opiniões públicas mais conscientes dos impostos que pagam.

Não existem sondagens recentes à opinião pública portuguesa sobre o valor que atribuem à defesa, no ambiente geral de segurança que por todos é desejado, pelo que teremos de recorrer a abordagens indiretas da questão, procurando, por um lado, saber a sua perceção das ameaças que podem

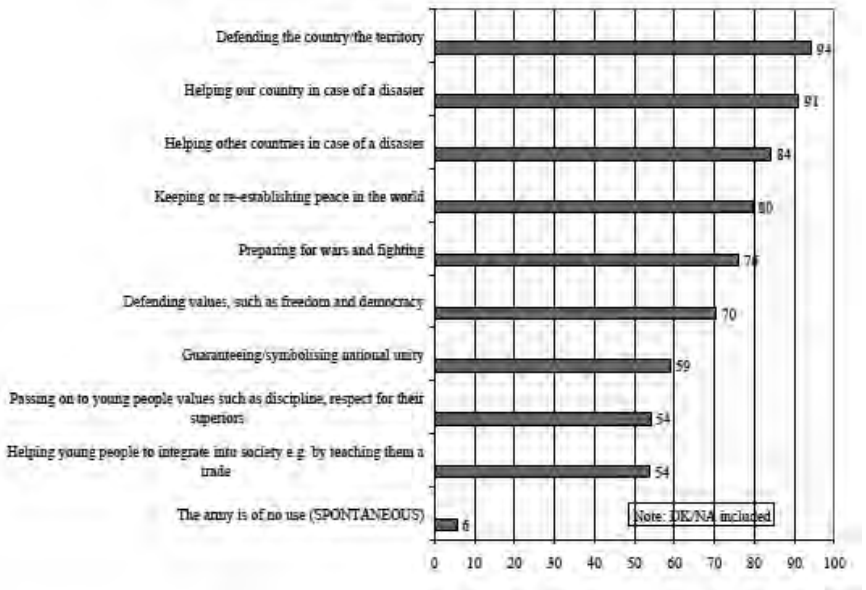


afetar a segurança e, por outro lado, qual o seu grau de aceitação do instrumento principal para a defesa que serão as forças armadas da Nação.

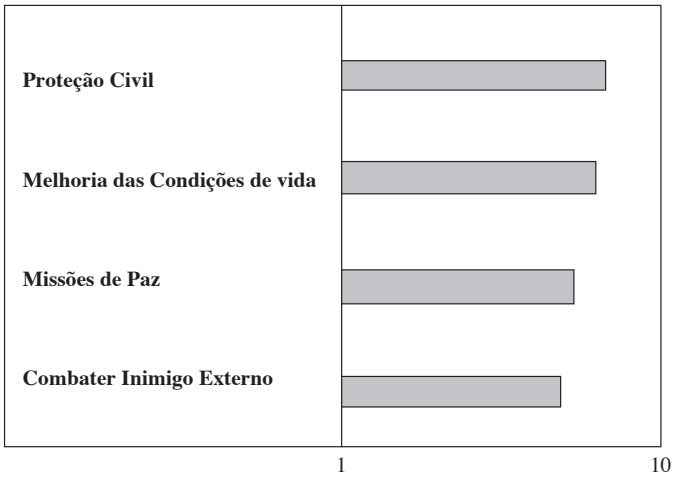
Num estudo conduzido pelos Professores Luís Salgado de Matos e Mário Bacalhau, em 1999, e publicado pelo Instituto da Defesa Nacional, os portugueses consideravam que era então muito baixo o nível de ameaças externas à sua segurança, prevendo, a maioria dos inquiridos, que a situação em 2009 se alteraria para um nível mais elevado. No último inquérito efetuado à população portuguesa sobre Defesa e Forças Armadas, pelo ISCTE, em 2009, conduzido pela Professora Helena Carreiras, 83,2% dos portugueses entendiam que as Forças Armadas são necessárias e 32,4% consideram que "a situação mais adequada para assegurar a defesa de Portugal" são Forças Armadas próprias sob o controlo do Estado com participação em alianças de defesa.

De acordo com estudos recentes de sociologia militar a ligação das forças armadas à nação é influenciada por dois fatores principais: o sentimento de identidade nacional (patriotismo) e a perceção das ameaças. O quadro seguinte, baseado na mesma sondagem, mostra-nos como os europeus sentem a função da sua força armada. Das quinze nações europeias consultadas, 94% das suas populações consideram que a sua missão primária é a defesa do território, seguida da missão de auxiliar em desastres nacionais (91%), colaborar em missões humanitárias (84%), auxiliar a manter a paz global (80%), defender valores tais como a liberdade e a democracia (70%), ou garantir a identidade nacional (59%).

Figure 2: Opinions of Europeans about the roles of the army (% "yes" by country)



Recorrendo ao estudo já mencionado e publicado pelo IDN, a opinião dos portugueses entrevistados sobre as missões a cometer às Forças Armadas nacionais, mostra o seguinte resultado:



Num campo de 1 a 10, a proteção civil merece a preferência (8,23) e combater o inimigo externo só merece 6,76.

Pelos resultados apurados (que podem sofrer alguns ajustamentos quando se analisa a amostra dos inquiridos) somos levados a concluir que a população portuguesa não sente muito o imperativo da defesa, combatendo se necessário, para preservar a sua segurança.

Julgamos estar perante uma questão que merece alguma reflexão. Como estamos no sentimento nacional de ser português e no orgulho de ser português? Esta é uma questão que tem merecido, como tantas outras, o oscilar entre o politicamente correto e o politicamente incorreto, considerando que os orgulhos nacionais levam a nacionalismos exarcebados e naturalmente a situações conflituais. Recordemos o grande mestre em antropologia cultural, o Professor Jorge Dias, que definiu assim o português, nos anos cinquenta:

"Ao contrário do que muitos disseram, o Português não degenerou; as virtudes e os defeitos mantiveram-se os mesmos através dos séculos, simplesmente as suas reações é que variam conforme as circunstâncias históricas. No momento em que o Português é chamado a desempenhar qualquer papel importante, põe em jogo todas as suas qualidades de ação, de abnegação, sacrifício e coragem e cumpre como poucos. Mas se o chamam a desempenhar um papel medíocre, que não satisfaz a sua imaginação, esmorece e só caminha na medida em que a conservação da existência o impele. Não sabe viver sem sonho e sem glória…".

Citando, mais uma vez, o estudo dos Professores Salgado de Matos e Mário Bacalhau, nele é referido que Portugal é um dos países da União Europeia cujos cidadãos têm mais elevado orgulho nacional. À nossa frente estavam, em 1999, a Grécia, o Reino Unido, a Finlândia e a Dinamarca, com uma diferença não estatisticamente significativa, pelo que poderemos concluir que Portugal seria o terceiro país *ex aquo* cujos cidadãos têm mais elevado sentimento de orgulho nacional. O que se passa então com o sentimento de defesa? Haverá razões variadas. Portugal, foi invadido por um agressor pela última vez há mais de 200 anos. Portugal para defender os seus interesses, desde então, teve sempre de combater fora do berço da Pátria. A guerra distante deixou traumas e sofrimentos. O sentimento de defesa foi-se diluindo com o tempo, acentuado nos últimos anos pela cultura e difusão de valores universais politicamente corretos, esquecendo valores nacionais que a família, a escola, a igreja e a instituição militar iam transmitindo entre gerações e constituíam uma cultura nacional, mas que não são considerados politicamente corretos. Mas que terão de ser reavivados em tempos difíceis e lembrando o que o Professor Adriano Moreira escreveu há mais de vinte anos:

"O conceito de país pobre, que precisa de trabalhar mais e gastar menos, sob um regime de justiça social possível, parece o único que consentirá man-

ter viva a convicção de que há diferença entre ser pobre e ser politicamente subdesenvolvido, e que a independência de governo próprio é um valor que compensa outros sacrifícios".

Seria de muito interesse que, a par das inúmeras sondagens de opinião que vão proliferando pelo País, o Ministério da Defesa Nacional promovesse um inquérito à opinião pública nacional sobre o que pensa sobre defesa e o seu instrumento principal, as Forças Armadas, colmatando a falta do debate que a Assembleia Nacional deveria fazer sobre o Art.º 275º da Constituição da República, sobre quais as capacidades militares que a Nação deve manter para a sua defesa militar. Capacidades que se vão reduzindo de acordo com as perceções do governo que chega ao poder, se vão ajustando ao que se entende por mais útil e menos enfadonho para a população, menos pesado para o orçamento e privilegiando aquilo que as Forças Armadas podem fazer esquecendo aquilo que devem fazer, que é a capacidade de combater para defender quando necessário.

Relações Civis-Militares e Defesa

Entendemos por relações civis-militares numa sociedade democrática e aberta o relacionamento entre a direção e a organização política da sociedade, o Estado, e a Instituição Militar e os seus comandos. A história desse relacionamento acompanha a evolução da sociedade e da própria instituição militar e, de acordo com os recentes estudos de sociologia militar, podemos distinguir nessa evolução dois tempos:

- Um primeiro tempo, que decorre da paz na Europa, em 1815, quando a ameaça napoleónica deixa de ameaçar as coroas reinantes e se estende até aos tempos atuais e que se caraterizou por um progressivo controlo político da força militar do estado, evidenciado na II Grande Guerra, e que se materializou nos textos constitucionais, na organização do estado com os Ministérios da Defesa a substituírem os Ministérios da Guerra, com a administração e os orçamentos das forças armadas mais inseridos na administração e nos orçamentos dos estados. O controlo objetivo da força armada pelo estado afastava-a de outros controlos subjetivos e a sua interferência na vida política. Esse controlo político foi acompanhado pelo desenvolvimento do conceito de profissionalismo militar entre os quadros das forças armadas, especialmente pelos seus corpos de oficiais. Profissionalismo que foi entendido como uma via de dois sentidos. Por um lado, significava o total cometimento daqueles corpos a uma ocupação que servia a nação, que requeria uma prepa-

ração contínua e uma disponibilidade permanente e que obrigava a compromissos de honra, dever e vida. Por outro lado, significava o compromisso do militar profissional de não interferência na vida política da sociedade e o respeito pelas suas opções políticas. Subjacentes a este conceito de profissionalismo militar foram sendo desenvolvidos dois outros conceitos: o da condição militar, reconhecendo o Estado e a sociedade um conjunto de direitos e deveres àqueles que aceitavam esta maneira de servir a sociedade, materializado no juramento de servir até com o sacrifício da vida, e o reconhecimento pelo poder político de alguma autonomia aos militares para regularem pelo estatuto de comando, problemas específicos da instituição militar, como disciplina, justiça, organização, armamento e equipamento.

Quando o denominado mundo ocidental viveu tempos de uma ameaça concreta ao seu sistema de valores e estilo de vida foi assinado o Tratado do Atlântico Norte. A sua organização, a OTAN, refletiu na sua estrutura, e de um modo exemplar, as relações civis-militares, quer no processo de tomada de decisão sobre o uso da força militar com a direção política do Conselho do Atlântico e o Comité Militar a dar o seu conselho independente, quer na sua estrutura integrada de forças, com o respeito pelo Comando e sua responsabilidade na condução de operações militares. Estrutura que a União Europeia tem procurado imitar, mas com dificuldades inerentes a uma direção política mal definida e uma estrutura de forças a que falta coesão e unidade de doutrina.

- O segundo tempo das relações civis-militares no nosso mundo ocidental começa com o novo tempo estratégico que se vive com o desvanecer de uma ameaça concreta e visível na Europa, com a queda do império soviético e o desmantelamento do Pacto de Varsóvia. As Nações Unidas retomaram o seu papel na segurança e paz globais e assumiram que a força militar poderia desempenhar outras missões para além da guerra no apoio à resolução de conflitos. Essas missões, com maior controlo político e partilhando o resultado a obter com outros instrumentos e atores, com regras de empenhamento da força restringindo a sua capacidade genética que é o combate, têm levantado outros tipos de reação dos militares levando, essencialmente, ao contestar da direção política na gestão da guerra e ao seu progressivo envolvimento em áreas da responsabilidade do comando. Proliferam artigos de opinião, do outro lado do Atlântico, sobre a revolta dos generais e os comentários dos generais de poltrona e, na Europa, cresce a preocupação dos parlamentos sobre quais as funções dos militares e o seu envolvimento com outros tipos de ameaças que se situam, claramente, em funções de forças policiais.

Neste período coetâneo das relações civis-militares nas sociedades ocidentais vivem-se tempos de afrouxamento e distensão dessas relações. Está a perder-se o contrato da condição militar e do profissionalismo militar, por razões variadas, em que sobressai uma crise económica e financeira e o debate mais uma vez reiniciado sobre a prioridade entre manteiga ou canhões vai continuar. As despesas com a defesa diminuem enquanto noutras áreas crescem.

O serviço militar vai sendo progressivamente entregue a um voluntariado e a guerra tende a ser privatizada. As sociedades debatem-se entre o dilema de serem pobres ou independentes. E a situação que garante independência vai-se agravando.

A situação das relações civis-militares em Portugal, naqueles dois tempos que caraterizámos, não pode classificar-se de exemplar. Foi a vida, justificarão alguns.

Mas, depois de 1975, e do denominado tempo do regresso dos militares a quartéis, essas relações merecem alguma reflexão, especialmente quando olhamos para a via de dois sentidos que deve caraterizar essas relações. Da parte do profissionalismo militar houve notáveis progressos: no afastamento dos militares da vida política da Nação, na sua qualificação que hoje torna os militares portugueses dos mais qualificados no mundo ocidental (ombreando com os médicos nesse mérito), na observância da democracia e da sua adesão ao controlo político. Não há generais nem almirantes em conselhos de administração, nem a concorrer a cargos políticos, e muito poucos se prestam a colaborar em *lobbies* de pressão às decisões políticas. Os militares, maioritariamente, assumiram a grandeza e a servidão da sua condição militar, desde a situação do serviço efetivo até à situação de reforma.

No outro sentido da via relações civis-militares na Nação portuguesa tem havido uma progressiva deterioração no sentido de perceber o profissionalismo militar e a sua componente da condição militar. Em tempos de mudança de ameaças e do adequado tipo de resposta, de declínio da perceção da defesa e de restrições financeiras para organizar e manter um instrumento de defesa, ainda não houve um debate esclarecedor na Assembleia da República, sobre o que a Constituição prescreve e o que a Nação aceita e pode ter como instrumento de defesa. A governamentalização da defesa, retirando-a da Assembleia da República, tem-se caraterizado por reduções, restrições, elaboração de textos que passam a arquivo sem serem implementados e a uma degradação progressiva da vontade dos portugueses se defenderem. Uma deficiente perceção do que é o controlo civil sob a força armada (fruto de uma direção politica que cultiva valores mais universais do que nacionais) tem conduzido à progressiva perda de autonomia da Instituição Militar em assuntos de Comando, como a justiça, a disciplina, o ensino militar ou a

criação e manutenção do moral da força, que passa por serviços de apoio e que, tradicionalmente, são da competência do comando. Encarar a condição militar como funcionalismo do Estado conduz a que se assista na rua a um tipo de contestação que pode ser normal e moderna, mas não é da árvore genética da Instituição Militar.

Poderemos concluir que as relações civis-militares na sociedade portuguesa, sem serem conflituais, merecem séria atenção. Direção política e militares têm de perceber que se vivem tempos diferentes e o diálogo para se encontrar o caminho certo nas relações civis-militares na Nação deve ser iniciado com urgência e com firmeza. É que caminhamos para tempos imprevisíveis e que serão perigosos. Políticos e militares correm o risco de, quando olharem para trás, não verem ninguém.

A ligação das populações e nações europeias às suas forças armadas pode materializar-se pela confiança que depositam nessas forças armadas, construída ao longo de séculos, materializada pela presença no território, o recrutamento e instrução militares e expressa pela aceitação e prestígio dessas forças armadas.

Menções de Pesar

Revista Militar
N.º 11 – novembro 2014
p. 1033

Condolências do Presidente da República

Prof. Doutor Aníbal Cavaco Silva*

"Ao tomar conhecimento do falecimento do General Gabriel Augusto do Espirito Santo, envio à Família enlutada as minhas sentidas condolências.

O General Espírito Santo foi um militar distintíssimo e dos mais prestigiados da sua geração, tendo ao longo da sua brilhante carreira desempenhado funções da mais elevada responsabilidade na Instituição Militar de que se destacam as de Chefe do Estado-Maior do Exército e Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

Militar de exceção, de vasta cultura e cativante afabilidade no trato, o General Espírito Santo deixa obra de referência no Campo da Estratégia e da História Militar, áreas sobre as quais desde sempre se interessou e que constituem importante legado para as jovens gerações de militares.

Ao longo da sua vida distinguiu-se pela sua conduta exemplar, grande nobreza de carácter, elevado sentido de Estado e, sobretudo, pela notável dedicação e patriotismo com que serviu o País."

* http://www.presidencia.pt/?idc=18&idi=87537.

Revista Militar
N.º 11 – novembro 2014
pp. 1035-1036

Em memória

Dr. Júlio de Castro Caldas*

Nestes dias de chumbo, escrever umas palavras simples, que contudo sirvam para documentar a História de vida do General Gabriel Augusto do Espírito Santo, não é tarefa fácil; é ousadia de quem não tem mérito suficiente para este relato.

Conheci o General Gabriel do Espírito Santo em finais de 1975.

O meu pessimismo activo não embaraçava uma fidelidade democrática e coincidia com o seu optimismo crítico, criativo e organizador.

Cultivámos as mesmas simpatias e o gosto pelo memorialismo histórico; sobretudo fizemos frutificar uma Amizade no mútuo respeito pelos mesmos Valores.

Conversar com o General Gabriel do Espírito Santo, peripateticamente nos Jardins do Palácio de Belém ou em qualquer parada de unidade militar, não se esquece!

Coincidíamos na análise crítica dos períodos da decadência da História Portuguesa, e na busca de soluções para gerir uma crise ou resolver um problema.

Mais tarde, as reuniões matutinas com que iniciávamos os dias de trabalho intermináveis no Ministério da Defesa eram um estímulo motivador para o dia seguinte.

Não é possível esquecer como se conseguiu resistir e recompor o desastre criminoso da destruição dos Serviços de Informações Militares, ou organizar e aprontar o transporte das nossas tropas para a operação das Nações Unidas em Timor, usando aviação civil portuguesa, com encargos não cabimentados no Orçamento, ou transportar e instalar o dispositivo da operação da Bósnia, sempre com falta de meios …

* Ministro da Defesa (1999 a 2001).

Para o efeito, usávamos a ironia "cifrada" que repetíamos múltiplas vezes… "botas do Rossilhão!"

Ou como se transformou o modelo de recrutamento militar de obrigatoriedade, em voluntariado e contratação!

Ou como se reajustou financeiramente sustentado o modelo da Lei da Programação Militar e reequipamento militar que outros posteriormente incumpriram.

Como é melancólico pensar hoje que com ele nunca mais irei à caça, ou nunca mais visitarei as linhas de Elvas, ouvindo e vendo onde foi colocada a Infantaria, ou as Bocas de Fogo …

Nunca mais poderei repetir uma paragem no local do Campo da Batalha do Ameixial e ver o prodígio da Infantaria Portuguesa, surpreendendo a Cavalaria de D. João D'Áustria.

Não voltarei a sentir esse calafrio de orgulho, no valor desses Generais, que, sem meios, minados pela Calúnia e pela Inveja, sustentaram o pensamento Soberanista, que deslegitimou o poder da Casa D' Áustria, e consolidou a independência da Nação Portuguesa.

O General Gabriel Augusto do Espírito Santo, agora que se foi da Lei da Morte libertado, ficará ao lado deles, na memória que teremos que preservar.

Revista Militar
N.º 11 – novembro 2014
pp. 1037-1038

Gabriel Espírito Santo (1935-2014): o meu Tenente-coronel de abril

Prof. Doutor Jorge Braga de Macedo*

Chamam-lhes "anos definidores" na história das nações onde substituem com vantagem o termo mais vulgar de "revolução", sempre preso a uma descontinuidade exagerada na cabeça dos revolucionários. Do mesmo modo, mas em tempo diverso, contam-se "momentos definidores" na vida das pessoas, por referência ou não a alterações súbitas na sua circunstância.

Foi assim que, na tarde de 25 de abril de 1974, o General Espírito Santo proporcionou, no Estado-Maior do Exército, onde eu prestava serviço como aspirante, um momento definidor da minha vida.

O horário era das treze às dezanove e lá estava naquele dia, tendo tomado o elétrico, direto da Rua Primeiro de Maio até Santa Apolónia. No gabinete onde trabalhava, além dos Majores Gomes dos Santos e Vicente (citando os nomes de memória), estava o chefe, Tenente-coronel Espírito Santo, e o Capitão Barros, que eu não conhecia. Este pretendia saber quem era a favor da revolução e começou por mim. Logo atalhou o chefe: "então pergunta a um miliciano? Ele não sabe! "Mas o capitão insistiu: "a favor ou contra? "E eu, tendo tido aqueles segundos para refletir, respondi convicto: "a favor".

Naqueles dias de brasa, toda a família estava esfusiante com duas exceções cautelosas, meu pai, historiador, e a avó de minha mulher, que se lembrava das revoluções dos anos 1920. O próprio Tenente-coronel me diria uns dias depois que estava a ver foices e martelos a mais nas ruas, mas que tudo iria correr bem. Fui mobilizado para a Região Militar de Angola, em Luanda, pouco depois e, tendo votado nas primeiras legislativas, por sinal também na presença do Capitão Barros, enquanto estava colocado no Estado Maior das Forças Armadas em Angola, Fortaleza de São Miguel, chega um pedido de

* Professor Catedrático na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

requisição para a 2ª Repartição do EMGFA, onde estava o Coronel Espírito Santo. Estava na altura envolvido com a restruturação do Curso Superior de Economia e tinha o curso a meio, não fui capaz de interromper, o que muito surpreendeu o meu comandante, Coronel Carretas. No Verão, fui o primeiro a assinar o chamado Documento dos Nove, porque ia de licença para o Brasil, onde estava já minha mulher. Todos me diziam para desertar, mas também não fui capaz e terminei a comissão em outubro.

Voltei a conviver com o meu antigo chefe em Bruxelas, quando era representante militar na OTAN e eu diretor das economias nacionais na Comissão Europeia. Com as suas tarefas na *Revista Militar* surgiram outras oportunidades, através da Academia das Ciências de Lisboa. Assim, quando lançou o seu último livro *Da arte da guerra à arte militar*, voltamos a encontrar-nos no Instituto de Estudos Superiores Militares, onde, desde o tempo do General Pinto Ramalho, ia todos os anos dar uma aula no curso de estudos africanos. Aqui está o livro, dedicado ao casal "com elevada estima", em 3 de fevereiro de 2014, quarenta anos e umas semanas depois de ter feito o último juramento de bandeira do regime anterior.

Soube da sua morte súbita por Alexandre Patrício Gouveia, mas não pudemos ir ao enterro. Reencaminhou-me a mensagem do General Pinto Ramalho sobre a missa de 7º dia e lá estava no Centro Social Paroquial de Oeiras, antes das onze horas, mas não era ali, era em Nova Oeiras, disseram-me, chega lá num instante. Só que também não era aí, mas o padre tinha ideia que seria nos militares, onde cheguei passado o meio-dia e encontrei o General Pinto Ramalho a sair. Generoso, como sempre, levou-me à viúva. Eu sorri ao dar-lhe os pêsames, porque tinha sido capaz de ser fiel aquele momento definidor! Estavam também os dois filhos e o General Pinto Ramalho a quem prometi escrever uma breve homenagem para a *Revista*. Com este "sol nulo dos dias vãos, cheios de lida e de calma" de que fala Fernando Pessoa, imploro: "senhor já que a dor é nossa / e a fraqueza que ela tem / dá-nos ao menos a força / de a não mostrar a ninguém". Por mim, não fui capaz de fazer outra coisa antes de escrever isto.

Revista Militar
N.º 11 – novembro 2014
pp. 1039-1040

Evocação do General Gabriel Augusto do Espirito Santo

General António Eduardo Queiroz Martins Barrento*

Dedicar um número da *Revista Militar* ao Senhor General Gabriel do Espirito Santo, revista em que ele colaborou ao longo de tantos anos e de que foi Presidente da Direção durante mais de uma década é, certamente, muito mais do que uma demonstração de amizade e sã camaradagem, para com um camarada que infelizmente nos deixou. É um acto de plena justiça e reconhecimento, que nos dá também a possibilidade de, mais de uma vez, sentirmos a sua presença.

Entre muitas outras coisas, não podemos deixar de lembrar a sua dedicação à Instituição Militar, durante o serviço activo e mesmo depois dele; a sua luta contra a ignorância, alheamento e incúria de parte significativa da nossa classe politica em relação à "coisa" militar; o seu interesse pela dignificação da condição militar, elemento distintivo, por excelência, de quem jurou defender o nosso País; a sua actividade profícua no aprofundamento do saber militar; a sua permanente preocupação com a segurança do nosso País; o prestígio que adquiriu para Portugal nos altos cargos que desempenhou na OTAN e no comando das nossas Forças Armadas.

Não podendo nem querendo ficar fora desta iniciativa da Revista, de reconhecimento e saudade, mas por ser para mim penoso repetir palavras e sentimentos sobre o General e amigo Gabriel do Espirito Santo que, a pedido do Senhor General João Carlos Geraldes, já expressei, junto a evocação que fiz na Secção de Ciências Militares da Sociedade de Geografia de Lisboa, no dia 23 de Outubro de 2014.

* Antigo Presidente da Assembleia Geral da Revista Militar.

Faço-o sem prazer algum, mas com muita honra. Sem prazer, por razões óbvias; com muita honra, porque evocá-lo é trazê-lo ao nosso convívio, lembrar a sua palavra respeitada, sentir o espírito de servir que nos irmana, relembrar a amizade com que nos distinguia, desfiar recordações, apresentar o nosso respeito, a nossa admiração, a nossa amizade.

Mas não gostaria de evocá-lo lembrando a sua folha de serviço (isso, alguém o fará), mas recordando, de forma muito breve, alguns dos nossos encontros. Outros lembrar-se-ão dos seus, e assim, por esta forma, todos o evocaremos.

Eu não conhecia o Major Espírito Santo, antes de, no início da década de 1970, ele ter sido meu professor no IAEM. Mas logo me impressionou o seu saber, a sua aptidão didática e a sua proximidade. Ele sabia aliar o conhecimento e a cátedra com a camaradagem.

Já na década de 1980 fui chefe de uma secção da Repartição de Operações do EME, de que ele foi um chefe dinâmico e muito respeitado. E mais uma vez pude admirar o seu amor ao Exército, aliado à frontalidade e inteligência que eram seu timbre.

Anos mais tarde, quase no virar do século, substituí-o no Comando do Exército e vi-o, quase diariamente, nas difíceis funções de CEMGFA, procurar com equilíbrio, desassombro e sabedoria, pugnar, junto do poder politico, pela resolução dos problemas das nossas Forças Armadas.

Depois de ele passar à reserva pedi-lhe para assumir a direcção da Revista Militar, cargo que desempenhou durante 10 anos, e onde mais uma vez demonstrou a sua capacidade de iniciativa, de estudo aprofundado e análise, e de formar uma equipa.

Já na Secção de Ciências Militares da Sociedade de Geografia de Lisboa "manobrou" comigo a eleição do actual Presidente da Secção, estando plenamente provado o acerto dessa decisão.

Dos muitos encontros que tive com o nosso General Espirito Santo, dominados pela absorvente vida militar, lembro, com dois apontamentos, a saudade que ele nos deixou.

Primeiro, os livros, os escritos, as palavras que escutámos atentamente, onde se sente em permanência o sentido de servir o seu País e as FA. É legado que nos deixa, que o ilustram, nos honram e nos ensinam. Segundo, estou a ouvi-lo chamar-me "António", e neste chamamento havia algo que nunca esquecerei – a sua camaradagem e a sua amizade.

Enfim, se é com mágoa que vimos partir um camarada ilustre e um amigo, há em nós uma enorme satisfação de termos tido o privilégio de o conhecer e de com ele termos convivido.

Revista Militar
N.º 11 – novembro 2014
p. 1041

Condolências da Associação de Comandos

Dr. José Lobo do Amaral*

Evocando a memória do General Gabriel Augusto do Espírito Santo, em nome a Assembleia Geral da Associação de Comandos e no meu próprio, envio à sua Família os mais respeitosos sentimentos de solidariedade.

Os Comandos guardarão do General Gabriel Augusto do Espírito Santo o seu exemplo de português e de militar integro que soube honrar o juramento que fez perante a Bandeira Nacional.

* Presidente da Direção Nacional da Associação de Comandos.

Revista Militar
N.º 11 – novembro 2014
pp. 1043-1044

General Espírito Santo: Um Chefe Militar Valoroso

Tenente-coronel PilAv João José Brandão Ferreira*

Ultimamente uma parte considerável da minha vida é passada entre hospitais e cemitérios. É, indubitavelmente, um ciclo da própria vida…

Porém, nada agradável.

O meu distinto camarada e historiador militar Tenente-coronel Abílio Lousada, outro bragançano dos quatro costados, escreveu um belo texto (que merecia publicação) sobre o General Espírito Santo, falecido no pretérito dia 16 de Outubro, aos 79 anos de idade.

Este texto diz quase tudo sobre este ilustre militar e académico, ficando muito difícil acrescentar algo mais.

Espírito Santo era um português telúrico que ganhou jus a ficar na História do Exército Português e na memória das várias instituições de que fazia parte.

Artilheiro de origem, era um profundo conhecedor da História Militar Portuguesa e o "ADN" do Exército Português estava-lhe entranhado em todas as fibras do seu ser.

O General Espírito Santo aprendeu muito na "Escola" de dois outros ilustres chefes militares, os Generais Bettencourt Rodrigues e Firmino Miguel. Embora estejamos em crer, que mais na do segundo do que na do primeiro.

Foi um militar completo, com experiência de tempo de paz, crise e guerra, passando pela difícil experiência do 25/4 e "PREC", sem mácula que se conheça.

Foi vasta também, a sua experiência de organizações internacionais de defesa, nomeadamente a OTAN.

* Sócio Efetivo da Revista Militar.

E era conhecido e apreciado pela lhaneza de trato, boa disposição e intimismo que colocava nas relações pessoais.

Era, outrossim, um homem de família e o desvelo com que se empenhava no acompanhamento do crescimento dos netos, era notório.

A sua folha de serviços justifica por si só (independentemente de eventuais injustiças, ainda pendentes), a atribuição da alta condecoração – a Torre e Espada – sem necessitar de qualquer distinção honorífica por exercício de função (neste caso de CEMGFA).

Nunca afrontou também, publicamente – na esfera institucional haverá, todavia, muita coisa para se conhecer –, qualquer figura política, integrando-se naturalmente naquilo que se denominou de Estado de Direito Democrático.

Por tudo isto se percebe mal, porque os órgãos de soberania – Governo, Assembleia da República e Tribunais – não se fizeram representar no funeral de uma alta figura do Estado, que nunca deixou ficar mal a Nação, a República e as Forças Armadas.

O Presidente da República fez-se representar pelo chefe da Casa Militar e escreveu uma mensagem no sítio da Presidência (infelizmente o PR ainda não entendeu que uma mensagem destas só deve ser colocada no éter informático depois de ser assumida de viva voz…).

Cabe aqui perguntar, a talhe de foice, quais são os critérios que levam a que um cidadão português (sublinho o português, não vá um dia destes, colocarem lá um qualquer cidadão do mundo!) tenha direito a ser sepultado no Panteão Nacional. E se um militar também faz parte dos elegíveis.

E devemos regozijar-nos já que não houve nenhum escriba (enfim, que tivesse topado), ou força política que se tenha atrevido a contestar as honras militares dispensadas, nomeadamente pelos custos das salvas de artilharia, ou pela "violência" que representa mobilizar cidadãos soldados, a um domingo, para irem fazer essa coisa paleontóloga que tem o nome de ordem unida, sem sequer lhes pagarem horas extraordinárias.

Deve referir-se que o Exército esteve à altura dos acontecimentos.

Meu General foi um privilégio tê-lo conhecido e o "João" lembrá-lo-á para sempre.

Laus Deo.

Revista Militar
N.º 11 – novembro 2014
pp. 1045-1046

General Gabriel Espírito Santo

Tenente-coronel Abílio Pires Lousada*

A vida num sopro … de quem é ingénito!

A 16 de outubro, 6ª feira à noite e de forma repentina, deixou-nos o General Gabriel Espírito Santo. Tinha 79 anos de idade.

Partiu um ilustre Soldado de Portugal, a Cultura Nacional perde um profícuo militar historiador e Bragança chora o desaparecimento de um dos mais queridos filhos da Terra.

Como Militar, destaca-se o Combatente do Ultramar (Angola e Moçambique), o representante de Portugal na NATO, o Comandante do Exército e das Forças Armadas Portuguesas e o Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito.

Professor insigne, do Instituto de Altos Estudos Militares e da Universidade Católica, e Homem de Letras, com vasta bibliografia de referência no campo da Estratégia e da História Militar, o General Espírito Santo congrega a ancestralidade castrense inscrita na legenda camoniana «não houve forte capitão que não fosse também douto e ciente».

Quanto ao Homem, uma simples palavra bem transmontana define-o: sólido!

Fica a memória do Homem, o legado do soldado e o exemplo do patriota. Apesar destes tempos levianamente fátuos de uma Comunidade mal calibrada, que pouco mais consegue que uma sagração noticiosa em jeito de rodapé. Afinal, quem merece quem?

O General Espírito Santo marcou muitos e eu não fujo à regra, de tal forma que não resisto a três registos pessoais sobre a sua personalidade:

* Sócio Efetivo da Revista Militar.

(i) Teve a simples «ousadia» de aceitar prefaciar e apresentar, no Instituto de Estudos Superiores Militares, o meu livro "*Restauração Portuguesa de 1640. Diplomacia e Guerra na Europa do Século XVII*", em 2011, ele que era só o autor maior do tema em apreço, deixando ficar plasmada a frase "*o Autor, mais por uma amizade de bragançanos que somos, do que por outras razões, pediu-me para escrever algumas palavras de apresentação da obra …*".
A humildade cai sempre bem a uma figura que merecerá sempre a nossa exaltação.

(ii) Um dia, agarrou-me no braço, com aquele seu jeito paternal no ser e firme no estar, e incluiu o meu nome como Sócio Efetivo da Revista Militar, de foi Presidente da Direção durante mais de uma apaixonada década.
Não é que o «título», num meio cheio de currículos muito arredado de conteúdos, seja de somais, mas ser sócio por essa via orgulha;

(iii) Já General, e durante uma conversa ocasional com este Capitão, na Caixa Geral de Depósitos de Bragança, lembro-me de o ver, de repente, rodopiar a cabeça na direcção da porta, avançar alguns passos e dar, quase em jeito adolescente, dois beijos na face de um ancião a quem tratou carinhosamente por … paizinho!
A educação e o respeito precedem e complementam, como sempre devia ser, a formação e as qualificações.

O General Espírito Santo representa a mais recente geração de oficiais generais de craveira, em que a espada, a pena e a eloquência caminhavam juntos. À boa maneira dos seus igrejos avós. Uma geração de «boa colheita», que brilhava como estrelas de um firmamento que orientava, mas que se vai esgotando à medida que cada luz se apaga, o carreiro estreito, a cortina encerra e a plateia, cheia de tédio, vai esvaziando.

De pé e em sentido presto continência, e deixo a minha profunda admiração pelo Cabo-de-Guerra e pelo cidadão Gabriel Espírito Santo, um Militar com Arte, adestrado na Arte da Guerra e um Português de referência.

Deixou-nos uma sentinela de Portugal!

Porque era um Homem de Fé – *ad glorium tute*, meu General!

Revista Militar
N.º 11 – novembro 2014
pp. 1047-1048

Bibliografia do General Gabriel Augusto do Espírito Santo, na Revista Militar

Legenda

APELIDO, Nome, «Título», Volume, Nº (ano), Mês, Ano, páginas

EDITORIAIS (99)

De 153, 1, Jan, 2001, a 163, 12, Dez, 2011.

ARTIGOS (18)

SANTO, Gabriel Augusto do Espírito, «O Colégio de Defesa da Organização do Tratado do Atlântico Norte», 136, 5, Mai, 1984, 299-314.

————————, «Instrumentos militares: concepções e práticas correntes», 139, 4, Abr, 1987, 265-288.

————————, «Pensar o Exército: considerações sobre a concepção, a missão e a organização», 140, 8, Ago, 1988, 475-515.

————————, «Defesa Militar em tempo de desarmamento», 142, 3, Mar, 1990, 99--112.

————————, «A Força Terrestre no século XXI», 150, 1/2, Jan/Fev, 1998, 17-32.

————————, «A Estratégia Militar como componente da Estratégia Total», 153, 6/7, Jun/Jul, 2001, 497-513.

————————, «As Doutrinas Militares no Início do Século XXI e Portugal», 154, 12, Dez, 2002, 913-928.

————————, «Diplomacia e Guerra na Restauração: A Batalha de Montes Claros (17 de Junho de 1665)», 155, 8/9, Ago/Set, 2003, 753-769.

————————, «O Comando num Exército em Mudança», 157, 10, Out, 2005, 1099--1109.

————————, «Nação, Estado e Instituição Militar», 159, 12, Dez, 2007, 1339-1373.

————————, «O Orçamento da Defesa e o Orçamento das Forças Armadas», 160, 11, Nov, 2008, 1219-1232.

————————, «Cooperação Civil-Militar na Contra-Insurreição: Leste de Angola, 1971--1973», 161, 4, Abr, 2009, 337-368.

————————, «O Novo Conceito Estratégico da OTAN e os Interesses de Portugal», 162, 10, Out, 2010, 965-977.

————————, «As Capacidades Militares da Nação», 164, 10, Out, 2012, 907-910.

————————, «Valores, relações civis militares e cultura para a defesa», 164, 12, Dez, 2012, 1147-1156.

————————, «As Resistências em Portugal à Revolução Militar Quinhentista», 165, 6/7, Jun/Jul, 2013, 599-644.

————————, «A Grande Guerra e a Arte Militar», 166, 2/3, Fev/Mar, 2014, 137-184.

————————, «Quarenta Anos de Reformas nas Forças Armadas», 166, 11, Nov, 2014, 929-976.

CRÓNICAS BIBLIOGRÁFICAS – RECENSÕES (6)

SANTOS, Eduardo Eugénio Silvestre dos, «A NATO no século XXI – O Passado, o Presente e o Futuro da Aliança Atlântica», 161, 5, Mai, 2009, 759.

BOYD, Douglas, «A Legião Estrangeira», 161, 8/9, Ago/Set, 2009, 1143.

SANTOS, José Alberto Loureiro dos, «As Guerras que já aí estão e as que esperam se os políticos não mudarem», 162, 2/83, Fev/Mar, 2010, 299-300.

AMARAL, Manuel, «A luta política em Portugal nos finais do antigo regime», Vol. I, 162, 5, Mai, 2010, 613-614.

AMARAL, Manuel, «A luta política em Portugal nos finais do antigo regime», Vol. II, 162, 12, Dez, 2010, 1417-1418.

SANTOS, José Alberto Loureiro dos, «História concisa de como se faz a guerra», 163, 2/3, Fev/Mar, 2011, 387-388.

NOTA DA DIREÇÃO

————————, «Doutoramento do Tenente-coronel Paulo Fernando Viegas Nunes», 162, 6/7, Jun/Jul, 2010, 785-786.

Revista Militar



Fundada em 1848 2ª Época 1905
Publicação iniciada em Janeiro de 1849

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

II Século – 66º Volume – N.º 12

N.º 2555 – Dezembro de 2014

FICHA TÉCNICA

Título: *Revista Militar*
Publicação mensal, N.º 2555, dezembro de 2014
Direção: Presidente: General José Luiz Pinto Ramalho
Diretor-Gerente: Major-general Adelino de Matos Coelho
Diretor-Administrador: Coronel Alfeu Raul Maia da Silva Forte
Serviços Administrativos: Chefe da Secretaria: Maj Paulo José Belo Furtado
Adjunto da Secretaria: SCh António José dos Santos Candeias
Tesoureiro: 1Sar Jorge Manuel Jesus Henriques
Auxiliar: Sold Diogo Alexandre da Cunha Nunes
Propriedade/Edição: Empresa da Revista Militar – NIPC 501417370
Redação e Administração: Campo de Santa Clara, 62 – 1100-471 LISBOA
Correio electrónico: rm@revistamilitar.pt
Telefone/Fax: 218 870 754

Internet: www.revistamilitar.pt
Administrador do Portal: CFR Armando José Dias Correia

Composição, impressão e distribuição:
EUROPRESS, Editores e Distribuidores de Publicações, Lda.
Praceta da República, N.º 15, Póvoa de Santo Adrião
2620-162 PÓVOA DE SANTO ADRIÃO
Telef: 219381450 • Fax: 219381452 • LISBOA – PORTUGAL
ISSN: 0873-7630
Depósito legal: 110304/97
Tiragem: 600 exemplares
Registo ERC Nº 109323

CONDIÇÕES DE ASSINATURA (IVA 6%)

• **Assinaturas anuais (9 números)**	**Euros**
- Militares	10,00
- Civis	15,00
- Entidades	17,00
- Estrangeiro (acrescem portes de correio)	34,00
• **Número avulso**	7,00

Apoio:

DEFESA

Montepio

Revista Militar

Editorial | 1053
General José Luiz Pinto Ramalho

O sentimento estratégico de D. João I | 1061
General António Eduardo Queiroz Martins Barrento

Cristãos do Médio Oriente: vítimas abandonadas ou fermento útil? | 1069
General Luís Valença Pinto

O Projecto NH90 e a capacidade aeromóvel no Exército Português | 1077
Tenente-general António Carlos de Sá Campos Gil

O Governo Provisório da República e a Cultura em Portugal | 1093
Coronel Luís Alves de Fraga

Ciberguerra | 1109
Mestre Manuel Oliveira Luz de Almeida

Sargento-mor de Infantaria, com exercício de engenharia, José António Caldas (1725/1782) | 1117
Tenente-coronel João José de Sousa Cruz

Crónicas

I – Crónicas Militares Nacionais | 1143
Coronel Nuno Miguel Pascoal Dias Pereira da Silva

II – Crónicas Bibliográficas | 1149
Major-general Manuel de Campos Almeida

Bibliografia | 1153

Índices | I

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores.
A Direção agradece a colaboração segundo as normas tradicionais da "Revista Militar".

Corpos Gerentes – 2014

Assembleia Geral

Presidente: *General* José Manuel da Silva Viegas
Vice-Presidente: *Tenente-general PilAv* António de Jesus Bispo
Secretários:
Coronel Nuno Miguel Pascoal Pereira da Silva
Tenente-coronel Francisco Miguel G. P. Proença Garcia

Direção

Presidente: *General* José Luiz Pinto Ramalho
Vogais Efetivos:
Tenente-general João Carlos de Azevedo Araújo Geraldes
Vice-almirante António Manuel Fernandes da Silva Ribeiro
Major-general Manuel António Lourenço de Campos Almeida
Major-general Adelino de Matos Coelho
Major-general PilAv Manuel Fernando Rafael Martins
Major-general João Jorge Botelho Vieira Borges
Coronel Alfeu Raúl Maia da Silva Forte
Coronel Nuno António Bravo Mira Vaz
Vogais Suplentes:
Tenente-coronel Paulo Fernando Viegas Nunes
Tenente-coronel PilAv João Paulo Nunes Vicente
Tenente-coronel Manuel Alexandre Garrinhas Carriço

Conselho Fiscal

Presidente: *Major-general* Luís Augusto Sequeira
Vogais Efetivos:
Capitão-de-mar-e-guerra José António Rodrigues Pereira
Tenente-coronel Luís Manuel Brás Bernardino
Vogal Suplente:
Major PilAv Nuno Gonçalo Caseiro Miguel

Revista Militar
N.º 12 – dezembro 2014
pp. 1053-1056

Editorial



General José Luiz Pinto Ramalho*

Para os militares e para a instituição Militar, o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), constitui documento estruturante, não só porque rege a vida institucional dos seus servidores em matéria de deveres e direitos, como também o seu relacionamento funcional com a Instituição; é igualmente muito importante na caracterização da Condição Militar, na categorização hierárquica dos militares e na definição e progressão das suas carreiras.

Naturalmente que um documento deste âmbito organizacional, dadas as implicações que tem para os militares e para a Instituição, deve ser um instrumento legislativo que estimule e favoreça a estabilidade de todos, tendo em conta as idiossincrasias da instituição e do elemento humano que a compõe. Esse objetivo consegue-se, fazendo intervir os órgãos de planeamento do pessoal, através da cadeia de comando, dispondo esta também de instrumentos funcionais para fazer disseminar e obter uma informação descendente e ascendente, que permita esclarecer, mas também conhecer os anseios, expectativas e problemas reais que afectam ou podem afectar o pessoal.

Como é conhecido, sejam reformas ou revisões, quer estruturais quer legislativas, ou são devidamente participadas e colhem uma adesão maioritária e criam condições para o seu êxito ou, pelo contrário, alheiam-se

* Presidente da Direção da Revista Militar.

da realidade e vão encontrar resistências, provavelmente criar mal-estar, afetar a coesão institucional e, mais do que isso, não servir a finalidade a que se propõem, por desajustamento das decisões e dos objectivos.

Em face do desconhecimento dos desenvolvimentos da anunciada revisão do atual EMFAR, parece estarmos perante esta última indesejável situação, tendo em conta, por um lado, as interrogações, incertezas e desconhecimento, manifestado pela generalidade dos militares, por outro, a posição pública de queixa ao Provedor de Justiça, por parte das Associações de Militares, quanto ao incumprimento da Lei Orgânica nº 3/2001, de 29 de agosto, quanto ao dever de audição e, ainda mais surpreendente, a referência pela comunicação social, a uma reunião das Chefias Militares sobre esta matéria, conferindo-lhe um carácter de urgência e de anormalidade.

Neste contexto, fica a interrogação de como é possível chegar a esta situação, insistindo num processo, que não favorece a transparência, causa instabilidade institucional, cria naturais dificuldades à cadeia de comando, trazendo ainda para a praça pública aquilo que deveria ser conduzido em articulação e cooperação com os estados-maiores dos Ramos e com o EMGFA.

Numa altura em que, no plano internacional, se procura encontrar explicações para a situação de crise que se tem vivido, identificando os chamados "activos tóxicos", como resultados de procedimentos altamente incorrectos e geradores de prejuízos indesejáveis, merece reflexão o estudo conduzido a nível da defesa nos EUA, relativamente à Liderança, caracterizando aquilo que é designado por "líder tóxico" e as consequências que pode provocar, quer nas organizações quer nos comportamentos individuais.

Esse tipo de liderança é caracterizado por atos marcados pelo interesse pessoal, por agendas próprias, desinseridas das realidades e necessidades das organizações ou instituições que pretendem dirigir, por um fraco processo de decisão, que aposta no "*micro-managenment*", na obtenção da informação para esse processo, fora da estrutura formal das organizações, na falta de transparência das decisões, por uma evidente falta de preparação e cultura organizacional, por uma ausência de estratégia de médio e longo prazo, privilegiando o imediatismo dessas decisões, mesmo que as mesmas sirvam outros objetivos, que não os necessários à organização.

Estes comportamentos, por vezes também conduzidos pelo preconceito, pela ignorância, pelo provincianismo, pela vaidade e pela adulação, provocam nas organizações, prejuízos profundos, com repercussões que perduram no tempo, afetando acentuadamente a produtividade, a adequabilidade e a flexibilidade de resposta das mesmas, às novas situações e desafios do futuro, assim como a coesão e o moral do pessoal, com inequívocos efeitos negativos na eficácia e eficiência nos desempenhos que se prospectivam.

A bem da sanidade organizacional, é urgente apontar esse tipo de "liderança", designadamente, quando estão em causa instituições que são estruturantes do Estado, que têm de perdurar para além de uma gestão conjuntural, sendo importante que, mais do que minorar danos se impeça que possa continuar a acontecer.


ANUNCIE
NA
Revista Militar
GRANDE EXPANSÃO
EM PORTUGAL
E NO ESTRANGEIRO

Resumo do Acervo Articular da Revista fornecido pelos autores

1. O sentimento estratégico de D. João I
General António Eduardo Queiroz Martins Barrento

Este artigo lembra as dúvidas que Zurara diz terem sido apresentadas por D. João I antes de decidir sobre a tomada de Ceuta. Através dessas dúvidas esboça-se aquilo que poderá ter sido o sentimento estratégico do primeiro rei da dinastia de Avis.

2. Cristãos do Médio Oriente: vítimas abandonadas ou fermento útil?
General Luís Valença Pinto

No âmbito de um seminário organizado pelo Instituto de Direito Canónico, foram analisadas as questões das comunidades cristãs do Médio Oriente, a nível demográfico, e a compreensão do êxodo que se tem verificado e das suas causas, visto os cristãos serem, cumulativamente, vítimas das querelas entre judeus e muçulmanos e entre sunitas e chiitas.

3. O Projecto NH90 e a capacidade aeromóvel no Exército Português
Tenente-general António Carlos de Sá Campos Gil

O projeto *NH90* inseria-se num programa global de modernização do Exército Português, através da aquisição de helicópteros, passando a dispor de uma capacidade aeromóvel, como qualquer exército moderno.

Com a denúncia do contrato, perdeu-se a oportunidade dessa modernização, devido não só a uma falta de interesse e vontade política real e consistente, mas, também, à crónica incapacidade de planeamento, a prazo e de forma global.

4. O Governo Provisório da República e a Cultura em Portugal
Coronel Luís Alves de Fraga

Procura-se, neste texto, relacionar a influência da corrente literária realista-naturalista com as medidas revolucionárias adoptadas pelo Governo Provisório da República, em Portugal, nos poucos meses de 1910 e no ano de 1911, evidenciando que o desmantelar da influência da Igreja Católica na sociedade nacional e a necessidade de se desenvolverem, entre nós, os diferentes níveis de ensino estavam intimamente ligados, formando as bases de uma revolução cultural que se pretendia levar o mais longe possível, de modo a erguer os conhecimentos de todos até à modernidade europeia de então.

A prova das intenções republicanas faz-se por recurso à leitura do preâmbulo – quando existe – dos decretos mais importantes da revolução levada a cabo nesse ano de governação provisória.

5. Ciberguerra
Mestre Nuno Manuel Oliveira Luz de Almeida

As ameaças do mundo digital passaram a ser consideradas com a mesma preocupação das ameaças de carácter físico.

No artigo, procura-se contribuir para a reflexão da 'ciberguerra', no âmbito do sector bancário, enquadrado na Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia.

6. Sargento-mor de Infantaria, com exercício de engenharia, José António Caldas (1725/1782)
Tenente-coronel João José de Sousa Cruz

Em Portugal, a cartografia deu os primeiros passos no início do séc. XIX, com a criação do Real Arquivo Militar.

Para ela contribui decisivamente o Sargento-mor José António Caldas, nascido no Brasil, em 1725, com os seus trabalhos nas áreas de engenharia e topografia, ao serviço do império português, em África e no Brasil.

7. Elementos de informação constantes dos capítulos das crónicas:

a) Crónicas Militares Nacionais:

- Instituto da Defesa Nacional
- Jornada de Estudos sobre a participação Portuguesa na I Grande Guerra, na Universidade de Toulouse
- Exercício "Ciber Perseu – 2014"
- Adesão dos Museus Militares de Elvas e do Porto à Rede Portuguesa de Museus
- Assinatura de Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa Nacional e Timor Leste
- O Navio "Viana do Castelo", na Operação FRONTEX
- Forças Armadas Portuguesas apoiam população em Cabo Verde
- Cooperação Técnico Militar com Angola
- Chegada de militares da Força Aérea

b) Crónicas Bibliográficas:

- Castelo de Penedono: Mil Anos de História

Major-general Manuel de Campos Almeida


ANUNCIE
NA
Revista Militar
GRANDE EXPANSÃO
EM PORTUGAL
E NO ESTRANGEIRO

Revista Militar
N.º 12 – dezembro 2014
pp. 1061-1068

O sentimento estratégico de D. João I



General António Eduardo Queiroz Martins Barrento*

Ao pretendermos falar do sentimento estratégico de D. João I, devemos previamente chamar a atenção para dois pontos que tornam talvez mais inteligível o título desta comunicação.

O primeiro é o de que não existia, ao tempo, no princípio do séc. XV, com qualquer carácter científico, aquilo que hoje designamos por estratégia. O saber estratégico ia-se adquirindo empiricamente, no conhecimento e na experiência, caldeado por ideias variadas surgidas da inteligência e do senso.

À semelhança com aquilo que se passou com a história, que nasceu quando o homem tomou consciência da sua importância para o seu devir, a estratégia apareceu, certamente há muito tempo, quando o homem começou a sentir a necessidade da segurança e da defesa, da sobrevivência do seu "chão", da sua tribo, da sua cidade. Mas, em relação à sua prática, pode dizer-se que se passou algo semelhante com aquilo que sucedeu ao Mr. Jourdain do *Bourgeois Gentilhomme*, do Molière que, quando, face à sua inaptidão para fazer poesia, o Mestre lhe disse que ainda havia a prosa e lhe indicou o que ela era, ele concluiu que toda a vida havia feito prosa sem o saber. No séc. XV era de facto assim: a estratégia como ciência ainda não existia; aqueles que a praticavam não sabiam que era estratégia o que estavam fazendo.

O segundo ponto é o de que não podemos ir para além daquilo que designámos por sentimento estratégico de D. João I. Há alguns anos, escrevemos um pequeno livro sobre o pensamento estratégico de D. Afonso Henriques, no qual produzimos algumas considerações estratégicas e outras, que, certamente por termos lido e meditado sobre as mesmas fontes, vão

* Sócio Efetivo da Revista Militar.

surgir também, mais tarde, no livro do professor Freitas do Amaral sobre Afonso Henriques (por isso ofereci-lhe um exemplar do meu livro que ele não conhecia). Mas, para esse livro, analisei a acção do nosso primeiro rei, desde Zamora até ao final do seu reinado. Esta acção, ao longo desses longos anos, permitiu-nos apresentar o que deve ter sido o seu pensamento estratégico.

Mas aqui é diferente, porque analisaremos apenas as dúvidas que Zurara nos indica terem sido apresentadas por D. João I, para decidir sobre uma única acção – a tomada de Ceuta. Não podemos pois apresentar o que teria sido o seu pensamento estratégico, mas apenas o que parece ser o sentimento estratégico que as dúvidas apresentadas pelo rei contêm. Além disso, e como o Dr. João Abel da Fonseca aqui nos lembrou, em Junho, Zurara poderia ter apresentado aquele texto para louvar a sabedoria do rei e a dinastia de Avis. É possível, mas, apesar de Zurara usar com frequência o louvor nas suas crónicas, como é bem evidente em relação ao Infante D. Henrique, na *Crónica dos Feytos de Guiné*, e do gosto de alardear cultura, na descrição dessas dúvidas de D. João I há uma lógica, que indicia terem sido aquelas as dúvidas que surgiram a quem teve de decidir, dando-nos assim traços do seu sentimento estratégico.

Lembremos então Zurara:

"… Quando D. João I pretendeu realizar as cerimónias para armar cavaleiros os seus filhos – D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique – estes propuseram-lhe que, em vez disso, se lançassem num feito digno desse nome, a conquista de Ceuta. Apresentada esta ideia ao rei, este duvidando que tal empresa fosse serviço de Deus pediu parecer ao seu Conselho."

Mas, tendo o Conselho sido favorável à acção militar, o rei voltou com mais cinco perguntas:

"Disse, outro dia, como antes de dar nenhuma resposta com este feito queria saber se era serviço de Deus, porque sobre isto devemos fazer nosso alicece quanto à primeira intenção.

E quanto à segunda devemos de saber se o podemos fazer ou não, cá muitas cousas são boas e desejadas em algumas vontades dos homens e falece-lhe porém o poderio para as poder acabar… Mas é agora de ver, quanto eu sou poderoso para o fazer, sobre a qual consideração eu achei muitas e grandes dúvidas, das quais principalmente direi cinco… primeiramente, considero como para semelhante feito se requerem mui grandes despesas, para as quais hei mister muito dinheiro, o qual eu não tenho… Considero como a cidade de Ceuta é tão alongada de nós… havemos mister artilharias de muitas maneiras e mantimentos em grande abastança porque não sabemos camanho

tempo estaremos sobre aquela cidade. Ora, para todas estas cousas serem passadas, além, é necessária uma mui grande frota de muitos navios e grandes, afora os pequenos de que não faço grande conta. Os quais não há em meus reinos, nem posso achar caminho como os de fora possa haver nem por que guisa.

E a terceira cousa acho que é abastança da gente que não tenho… e com as minhas gentes me convém somente fazer todo o meu feito. Mas que será porque eu tenho grande dúvida e pouca segurança no reino de Castela, cá pode ser que sentindo como sou fora de minha terra, poder-se-ão mover contra o meu senhorio …

E a quarta dúvida que tenho é considerando que, posto que me Deus desse a vitória que em Ele confio, o filhamento desta cidade me pode fazer maior dano, do que proveito…

É a quinta cousa me parece que é muito para duvidar por todo sages ou discreto, antes que comece a cousa… não se deve tão somente considerar as cousas presentes, mas as que hão de vir… Ora sendo assim que Deus nos queira fazer tanto bem que cobremos esta cidade a nosso poder, que nome ou que honra nos vem se, ao diante…, a não pudermos manter ou defender, não nos fica nenhuma cousa de que nos razoadamente possamos louvar"[1].

As cinco dúvidas que D. João I levantou, em relação à aventura de Ceuta, referem-se à capacidade económica do reino, por se tratar de uma empresa muito dispendiosa; ao poder naval existente, por serem precisos muitos navios; às disponibilidades em potencial humano, sem afectar a segurança do próprio reino; às reais vantagens de levar a cabo tal empreendimento; e, caso tivesse sucesso a tomada de Ceuta, se haveria possibilidade de a manter e defender ("*the day after*", dir-se-ia hoje).

Vejamos então cada um destes pontos que Zurara nos apresenta como sendo as dúvidas do primeiro rei da dinastia de Avis, para tentar descobrir o seu sentimento estratégico.

> "Disse outro dia que antes de dar nenhuma resposta com este feito queria saber se era serviço de Deus, porque sobre isto devemos fazer nosso alicece quanto à primeira intenção."

Sendo, ao tempo, a Igreja de Roma, na Europa, uma referência fundamental da ética e daquilo que poderíamos designar como um esboço do "Direito Internacional", D. João I queria saber se tal empresa era serviço de Deus.

1 ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, Mem Martins: Publicações Europa-América, 1992, pp. 68, 69 e 70.

Afastando-se de Tito Lívio ou, *avant la lettre*, de Maquiavel, ou de Hitler, já no século passado, ou ainda da administração americana, já neste século, aquando da invasão do Iraque, o rei coloca-se na posição correcta, sobre a qual já a escolástica se debruçara, de saber se aquela guerra era justa. Ou seja, não pondo em dúvida que houvesse vontade em a realizar, achava que esse desejo deveria conformar-se com aquilo que deve ser o *serviço de Deus*, não ferindo assim a moral e a ética.

"E quanto à segunda devemos de saber se o podemos fazer ou não, cá muitas cousas são boas e desejadas em algumas vontades dos homens e falece-lhe porém o poderio para as poder acabar…"

Neste segundo ponto, o rei julga que deve ser feito o confronto entre a vontade de realizar aquela empresa e o poder de que ele dispõe para a concretizar. É claramente o confronto entre o poder e o querer.

Não estando já em dúvida o querer, acha que só a análise do poder, do potencial estratégico, poderá avalizar a realização dessa conquista. Isto é bem a consciência de que só a analise dos elementos do potencial estratégico lhe poderão indicar se a tomada de Ceuta deverá ser feita ou não.

E Zurara prossegue com as dúvidas de D. João I:

"… achei muitas e grandes dúvidas… primeiramente considero como para semelhante feito se requerem muy grandes despesas, para as quais hei mister muito dinheiro, o qual eu não tenho…"

Esta dúvida resulta da noção que D. João I tem de a tomada de Ceuta ser uma empresa muito dispendiosa, para a realização da qual julga não ter meios financeiros suficientes. Caso esta insuficiência não fosse resolvida, julgava dever ser posta de parte a realização da empresa.

Porém, os seus filhos, muito desejosos de adquirir o estatuto de cavaleiros nessa conquista, explicaram-lhe que as cerimónias da investidura, mesmo que feitas no reino, também seriam dispendiosas e que se poderia pedir empréstimos aos mercadores e também racionalizar as despesas. Dois argumentos simples e de peso.

O pedido de empréstimos aos mercadores deve ter subjacente a ideia de que se poderia beneficiar financeiramente com a Conquista, por forma a, depois dela, se poder pagar esses empréstimos. Talvez por isso, o Vedor da Fazenda era muito favorável à realização da tomada de Ceuta, dizendo-se que fora ele quem entusiasmara os infantes a propor a seu pai esta forma de serem armados cavaleiros.

Quanto à racionalização das despesas, o que isso quer dizer é que há despesas que se fazem que não são racionais ou que é irracional a maneira

de fazer certas coisas, já que haveria poupança se fossem feitas de outra forma. Esta é uma observação intemporal.

> "Considero que a cidade de Ceuta é tão alongada de nós… havemos mister artilharias de muitas maneiras em grande abastança porque não sabemos camanho tempo estaremos sobre aquela cidade…"

Aqui o rei mostra ter a noção daquilo de que precisaria em poder de fogo e das grandes necessidades logísticas resultantes da distância "alongada" a que estava Ceuta e se desconhecer durante quanto tempo elas seriam necessárias. "Não sabemos camanho tempo estaremos sobre aquela cidade…", obrigava a somar às necessidades logísticas de sustentação da força no deslocamento e na operação de conquista (cujo tempo era também uma incógnita) as necessidades para a sobrevivência da força que, depois da conquista, ficasse a guarnecer a defesa da praça.

> "É necessária uma grande frota de muitos navios e grandes, afora os pequenos de que não faço grande conta, os quais não há em meus reinos, nem posso achar caminho como os de fora possa haver nem por que guisa."

Aqui está presente a ideia de projecção da força que também hoje é tão importante, sempre que os Teatros de Operações são longe dos países geradores das forças.

Sendo necessária uma volumosa operação de transporte marítimo, D. João I confronta-se com o seu reduzido poder naval, pois, se é certo que o transporte marítimo não era uma novidade, já há muito praticado por razões de comércio, e se usava meios navais para combater a pirataria, o reino não dispunha de navios suficientes para uma operação de tal envergadura.

Também aqui os infantes, desejosos de realizar a empresa, argumentaram que seria fácil obter esses navios, na Galiza, na Biscaia, em Inglaterra e na Alemanha. Curiosamente, solução semelhante à por eles proposta tem sido utilizada nos nossos dias, no âmbito das operações de apoio à paz, porque, tendo sido destruídas as nossas companhias de navegação, têm-se fretado navios noutros países para o transporte das forças.

> "… e a terceira cousa acho que é abastança da gente que não tenho… e com as minhas gentes me convém somente fazer este meu feito…"

Com esta dúvida o rei coloca dois problemas. O primeiro é "abastança da gente que não tem", a escassez de potencial humano para realizar aquela operação. Tanto assim era que, anos mais tarde, em 1426, o Infante D. Pedro, na célebre Carta de Bruges, reitera esta preocupação, referindo que Ceuta era um "sorvedoiro de homens". E, ainda mais tarde, quando do parecer de

D. Pedro a D. Duarte, sobre a empresa de Tânger, o Infante referiu que "suponhamos que tomásseis Tânger, Alcácer, Arzila, quereria saber que lhe farias, povoá-lo com o reino tão minguado de gente como o vosso é impossível"[2]. E note-se que, hoje, caminhamos para uma escassez populacional semelhante, dada a baixa taxa de natalidade e o "sorvedoiro" que é a emigração.

O segundo problema que o rei coloca nesta dúvida é o da nacionalidade dos elementos da força. E com isso ele pretende dizer que, diferentemente daquilo que se passara na primeira dinastia, em que nos servimos dos cruzados para a Reconquista, a conquista do Algarve de Além-mar não deveria ser feita por uma força multinacional, mas apenas com portugueses. Isto estava ligado às dificuldades financeiras, mas denuncia também que seria vantajoso a acção ser feita por portugueses, para que constituísse uma afirmação da independência do reino e da nova dinastia face a Castela e também a obtenção de um exclusivo de glória, importante para as relações com o Papado.

> "Mas que será porque eu tenho grande dúvida e pouca segurança no reino de Castela, cá pode ser que, sentindo como sou fora da minha terra, poder-se-ão mover contra o meu senhorio."

O que está expresso neste parágrafo é uma preocupação que pode surgir em resultado do vazio de poder – o rei ausente e a maior parte do poder militar fora do reino poderiam levar Castela a se "mover contra o meu senhorio…"

Trata-se de uma sábia consideração estratégica, que é ainda válida nos nossos dias, pois, quando parte do poder militar de qualquer potência está empenhado fora do território nacional, este passa a ficar mais vulnerável a ameaças que possam ser desencadeadas sobre ele.

Também esta preocupação do rei foi objecto de argumentação por parte dos infantes, que, bem mais jovens e crendo na boa-fé dos homens, acreditavam que a "firmeza das pazes com Castela" indiciava não haver receio quanto à segurança do reino. Ou seja, os infantes achavam que a ameaça de Castela era improvável. O rei, mais cauteloso, tem "grande dúvida e pouca segurança no reino de Castela", achando por isso que esta ameaça poderia acontecer e era bem mais perigosa.

> "A quarta dúvida que tenho é considerando que, posto que me Deus desse a vitória, que em Ele confio, o filhamento desta cidade me pode fazer maior dano do que proveito…"

2 Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João I*, Lisboa: Guimarães Editora, 1953, pp. 170-171.

Esta outra dúvida de D. João I tem a ver com as vantagens e inconvenientes, com o custo/benefício, elementos que devem ser avaliados cuidadosamente, por forma a justificar ou não a realização da acção estratégica.

> "E a quinta cousa me parece que… não se deve tão somente considerar as cousas presentes mas as que hão-de vir… ora sendo assim… que cobremos esta cidade a nosso poder, que nome ou que honra nos vem se ao diante a não pudermos manter ou defender…"

Esta última dúvida resume-se naquilo que, em termos actuais, leva a dizer: como vão ser os "*day after*"? Trata-se de uma manifestação de um apurado sentido estratégico, da procura de uma visão sobre o futuro. "… que honra nos vem se ao diante a não pudermos manter ou defender…"

Estas duas últimas dúvidas do rei, sobre o custo/benefício e o futuro, diz-nos Zurara que "ficaram aquela vez sem determinação" e, por se terem desconsiderado estas duas dúvidas aquando da decisão da conquista de Ceuta, o futuro veio mostrar como elas eram lógicas e as consequências gravosas que tiveram para o reino.

Poder-se-á dizer que o rei pensou bem, mas não decidiu em conformidade com o seu pensamento. Mas também é verdade que só muito raramente se conhece em antecipação tudo o que é importante para a tomada de uma decisão estratégica. Qualquer decisão envolve sempre riscos e aqui foi a avaliação do custo/benefício e os "*day after*".

Deve notar-se que a desconsideração ou menos consideração por estas duas dúvidas tem sucedido muitas vezes ao longo da nossa história. Foi a malograda tentativa da conquista de Tânger pelo Infante D. Henrique e que resultou no cativeiro e morte do Infante D. Fernando; a política levada a cabo em relação aos judeus, que os fez sair do reino para outros países que "muito lucraram com isso" em saberes, iniciativa e riqueza; a política de conquistas e ocupação territorial que sucedeu à das feitorias e do comércio; a decisão impensada que levou à derrota de Alcácer Quibir e à perda da independência.

É também de notar que, ao longo da nossa história, após níveis de empenhamento estratégico elevado, por desinteresse, alheamento, incúria ou desconsideração por estas duas dúvidas de D. João I, as forças armadas, como vector estratégico de elevada importância, foram esquecidas, obrigando a começar de novo a sua organização e levantamento quando se tornava mais uma vez evidente a sua necessidade. Basta lembrarmos a Guerra dos Sete Anos, a Campanha do Rossilhão, a Guerra Peninsular e, mais modernamente, o desinteresse e alheamento da direcção política em relação às forças armadas, nos períodos de paz.

Já no nosso tempo também são exemplos de desatenção sobre o custo/benefício e os "*day after*" a preservação do Império até à década de 70 do

século passado, quando se tornou demasiadamente evidente a impossibilidade de o mantermos; o 25 de Abril, que não pesou convenientemente o que seria fazer uma descolonização sem força, os dramas que gerou, as guerras civis com milhares de mortos a que deu origem, e que levou Melo Antunes a dizer, numa entrevista à televisão pouco antes da sua morte, a "descolonização foi uma tragédia".

E já nos últimos decénios, depois da adesão à Europa, o dinheiro que foi gasto, tendo em menor consideração o custo/benefício e os "*day after*" e, mais recentemente, apesar de ainda ser cedo para se fazer a história deste período e por poder não ser resultante de um esquecimento, mas de uma intenção, o demasiado exagero com que foi praticada a austeridade com as consequências que são por todos conhecidas. Parece que "não nos fica nenhuma cousa de que nos razoadamente possamos louvar".

Em conclusão, julgamos poder dizer, sem violência intelectual, que as dúvidas de D. João I, que, conforme Zurara, "ficaram aquela vez sem determinação", mais parece terem ficado até aos nossos dias sem determinação. Ou seja, tem-se perpetuado a indeterminação.

Será que, nas grandes decisões estratégicas, em Portugal, a desconsideração pelo custo/benefício e pelos "*day after*" é uma quase constante? Se assim for, esta reflexão sobre a Tomada de Ceuta, além de nos falar sobre o sentimento estratégico de D. João I, também pode, pedagogicamente, dizer-nos que temos de mudar.

Revista Militar
N.º 12 – dezembro 2014
pp. 1069-1076

*Cristãos do Médio Oriente: vítimas abandonadas ou fermento útil?**



General Luís Valença Pinto**

Participar neste encontro é-me muito agradável, tanto pessoal como intelectualmente. E naturalmente também como cristão.

Mas não deixa de constituir, para mim e sobretudo para os presentes, um desafio apreciável porque, se é um facto que, por dever de ofício e por interesse próprio, tenho dedicado atenção à temática do Médio Oriente, não é menos verdade que nunca analisei detalhadamente a problemática das comunidades cristãs da região.

Foi isso mesmo que disse ao senhor Padre João Seabra quando amavelmente me convidou. Mas ele entendeu fazer-vos correr o risco e a mim cumpre-me registar, agradecer e tentar honrar esse sinal de confiança.

A esta minha intervenção dei como título "Cristãos do Médio Oriente: vítimas abandonadas ou fermento útil?": o meu propósito é contribuir para que melhor se responda a essa pergunta.

O Médio Oriente

No tratamento da questão há alguns pontos prévios, matriciais, que por isso me parecem de sublinhar.

O primeiro, consiste em ter presente que as dificuldades israelo-palestinianas, sendo particularmente dominantes no subconjunto Síria, Líbano, Jordânia, Israel e Palestina, são omnipresentes na totalidade da região, de algum modo se transformando em dificuldades israelo-árabes.

* Conferência proferida, em 14 de maio de 2014, na Universidade Católica Portuguesa, no âmbito de um seminário organizado pelo Instituto do Direito Canónico e também publicada em *Forum Canonicum*, Revista daquele Instituto.

** Sócio Efetivo da Revista Militar.

O segundo, é frisar o meu entendimento que, pelo menos no tempo que me atrevo a tentar antever, o chamado problema do Médio Oriente é insusceptível de uma solução, no sentido de uma solução tranquilizadoramente definitiva, e tanto quanto a História nos permite o definitivo. As suas inúmeras imbricações não o permitem.

Por essa razão, penso que aquilo a que a comunidade internacional, e sobretudo os povos e países da região, podem e devem aspirar, é à procura, à identificação e à materialização do melhor "*modus vivendi*" possível. Isto é, de uma mútua acomodação, assente no reconhecimento e respeito mútuos e nos critérios da Justiça, da Paz e da estabilidade e que seja suficientemente assumida e robusta para conseguir não ser interferida por atores externos. Optar por esta aproximação parece-me realista, pragmático e construtivo.

Sob esta ótica de acomodação, porventura menos ilusória, há um manifesto espaço e função para uma ação informada por valores, princípios e pelas inerentes exigências. Este é um contexto onde claramente se inscrevem e podem inscrever esforços e iniciativas conduzidas pela Santa Sé.

A enorme complexidade da problemática do Médio Oriente conduz-me a uma terceira observação, a de que, no Médio Oriente, não é provavelmente possível e certamente não é fácil agir por partes. Nenhum nó pode ser desfeito sem que se disponha de uma visão concertada e partilhada sobre como se pretende desatar todos os nós.

Uma quarta consideração tem que ver com o que antes designei como "*modus vivendi*". Não será viável defini-lo sem o fazer assentar no inequívoco reconhecimento do direito à individualidade em independência e segurança tanto de israelitas como de palestinianos.

O que, no plano das soberanias políticas, só é traduzível pela existência dos Estados de Israel e da Palestina. Sendo sabido que afirmar estes dois Estados é um exercício muito difícil. Para ser simples, lembraria somente a questão da definição de fronteiras, difícil pelos antagonismos, ressentimentos e desconfianças entre ambos e que em termos contemporâneos, remontando no fundamental a 1947, foi adensada em fases posteriores, particularmente após a Guerra dos Seis Dias, de 1967, que gerou o enorme pomo de discórdia que são os designados territórios ocupados.

Acresce que uma efetiva evolução neste sentido tem que assentar em diversos pressupostos, designadamente numa visão extensamente partilhada pela comunidade internacional, no abandono por uns e por outros de práticas discriminatórias e violentas (e no Médio Oriente a violência tem tido múltiplas faces) e, obviamente, no compromisso sério e firme das partes.

Quinto aspeto, para dizer que a complexidade que a vida gerou na região leva à constatação da obrigatoriedade de excluir a ideia, em si mesma pobre, de Estados "puros", homogéneos tanto no sentido étnico como no confessional.

A bem da Paz, Israel e a Palestina têm que se perceber e ser percebidos como entes de várias comunidades. É essa a realidade da vida social, cultural e religiosa da região. Ainda que de modo limitado, é também assim no plano económico. Urge dar correspondência a essa realidade no plano psicológico e no plano político.

No passado, em particular, no período do confronto Leste-Oeste, um enunciado deste tipo era manifestamente quimérico. Hoje, talvez possa não ser inteiramente assim.

E isto porque, apesar das muitas tensões que vemos existirem e de processos tão difíceis e perigosos, como por exemplo o da Ucrânia, vivemos um tempo em que, num registo sem precedente, valorizamos e procuramos afirmar vidas, bens e direitos. Um tempo em que a Segurança, continuando atenta às fronteiras e aos territórios, está igualmente atenta e obediente à dimensão humana, às pessoas e aos seus requisitos de dignidade, de liberdade, de Paz, segurança e estabilidade. Um tempo em que a Segurança dos indivíduos se pode sobrepor à segurança dos Estados.

É nesta visão que deve radicar a compreensão de Israel e da Palestina como Estados de diferentes comunidades. Em que minoria não quer dizer parte secundária, negligenciável ou descartável. E é aqui que, talvez, se deva encontrar o espaço legítimo e próprio para a salvaguarda e para a afirmação perene das comunidades cristãs da região. Que, naturalmente, também carecem de entender os outros desta mesma maneira.

As comunidades cristãs

Não é fácil fazer uma leitura rigorosa e atualizada do que representam, hoje, em termos demográficos, as comunidades cristãs do Médio Oriente.

Por um lado, porque tanto na sua natureza como na sua obediência religiosa, elas são múltiplas e diversas.

Com o insuficiente rigor que espero que me seja tolerado, lembraria que na cristandade da região estão a igreja católica de rito romano, igrejas particulares (ditas de *sui iuris,* com ritos próprios, mas em comunhão de fé e obediência com Roma), igrejas ortodoxas, protestantes e outras igrejas identicamente separadas de Roma. E recordaria que há expressões cristãs no Egito, no Iraque, em Israel, na Jordânia, no Líbano, na Palestina, na Síria e na Turquia. Isto para não nos determos num segundo arco em que se incluem a Eritreia, a Etiópia, a Índia, o Irão e o Iraque.

Por outro lado, porque nas últimas décadas elas têm sofrido um processo de emigração muito intenso e de difícil controlo demográfico, orientado em particular para a América Latina e para a América do Norte. Em anos próxi-

mos, os conflitos do Iraque, do Líbano, do Egito e da Síria acentuaram muito esta dinâmica negativa. Registe-se, por exemplo, que, no Iraque, antes eram 1,4 milhões e são agora 100.000, que, no Egito, mais de 100.00 abandonaram o país após a queda de Mubarak e as mortes e perseguições de que então foram vítimas, e que, na Síria, a situação pode ser descrita como "só não tendo saído quem ainda não o pode fazer".

Claro que não é a expressão demográfica aquilo em que nos devemos deter. O que nos deve mobilizar é a compreensão do êxodo que se tem verificado e das suas causas.

Os cristãos têm sido cumulativamente vítimas das oposições entre judeus e muçulmanos e entre sunitas e chiitas.

Este processo é também estimulado por práticas de descriminação negativa e de coação social e psicológica, nomeadamente de iniciativa e responsabilidade israelita, frequentemente dificultando por via administrativa a prática das organizações cristãs e dos cristãos ou desenvolvendo projetos urbanísticos que impõem a demolição de zonas residenciais tradicionalmente habitadas por cristãos que assim são induzidos a partir. Há nisto um certo paralelismo com a trágica política dos colonatos.

Alguma imigração recente de cristãos originários da Etiópia, da Eritreia, das Filipinas, da Índia, da Nigéria, da Roménia, do Sudão e da Tailândia não consegue promover um reequilíbrio demográfico, além de, evidentemente, em nada poder contribuir para a correcção do processo de alienação das comunidades cristãs locais que tem fundamentado a visão intolerável, mas muito espalhada, que as comunidades cristãs do Médio Oriente estão em extinção e que não adianta tentar interromper e inverter essa tendência.

No conjunto das várias denominações, estima-se que a população católica do Médio Oriente se situe, hoje, entre os 2 e os 3 milhões de pessoas, representando cerca de 3 a 4% da população da região, sendo que, há um século, correspondia a 20%. E avalia-se que um contingente de dimensão pelo menos idêntica esteja na diáspora.

É no Egito e no Líbano que a presença cristã é mais expressiva. A igreja copta do Egito compreende cerca de 6 a 7 milhões de fiéis e no Egito há ainda aproximadamente 100 000 coptas católicos. Os cristãos maronitas libaneses ainda são hoje 1,3 milhões, havendo um efectivo análogo na diáspora.

Vivem em Israel aproximadamente 300.000 cristãos, metade autóctones e metade imigrantes, neles se contando os que habitam Jerusalém, a Cisjordânia e a Faixa de Gaza. Na Terra Santa, os cristãos, que em 1948 representavam 28% da totalidade da população, são agora 2 a 3%. Em Jerusalém eram, em 1949,16% de toda a população, hoje são 12%, mas somente 2% autóctones.

É uma situação dolorosa e difícil de entender e muito menos de aceitar. Os cristãos têm sido literalmente uma parte esquecida e alienada de uma

equação que integram *de facto* e por direito próprio, mas que tem vindo a ser artificialmente reduzida a israelitas e árabes.

Os cristãos não são intrusos no problema do Médio Oriente. E, seja qual for a ponderação dos diferentes efectivos em questão, também não são uma parte menor. Não há menoridade nem diferenciação quando estão em causa a dignidade, a identidade e a própria sobrevivência das pessoas.

Sob uma certa leitura, o problema colocar-se-ia diferentemente para cristãos, israelitas e palestinianos. Nessa leitura, a israelitas e palestinianos importariam as dimensões política (afirmação do Estado próprio) e religiosa, enquanto para os cristãos só a perspetiva religiosa existiria.

Talvez essa leitura, que é francamente insatisfatória, seja largamente responsável pela situação que hoje existe. Não é assim. A cristãos, judeus e muçulmanos assistem os mesmos direitos cívicos, políticos e religiosos.

É preciso não consentir que os cristãos do Médio Oriente continuem a ser discriminados e esquecidos por serem "árabes entre judeus" e "árabes cristãos entre árabes muçulmanos". E é preciso também que deixem de ser percebidos como "parte menor da sociedade cristã".

Uma nova via

Esta é a plataforma ética e de princípio a partir da qual se deve procurar encontrar uma nova via para a Paz e estabilidade no Médio Oriente. Sabendo que sem Justiça e Verdade não é possível que haja Paz autêntica.

Perante as animosidades e os receios existentes, não será fácil aceitar essa nova via. Mas, porventura mais importante é que é não é fácil negá-la.

Em nome da moral e do Direito e com um claro propósito político, o seu reconhecimento e sobretudo a sua afirmação e a correspondente exigência, cabem em primeiro lugar à Organização das Nações Unidas, como câmara da consciência mundial e, a essa luz, como responsável primacial pela promoção e salvaguarda da Paz e da concórdia.

Mas é indispensável que, aderindo a isso no quadro das Nações Unidas, atores com particular relevância e influência na região, como os Estados Unidos, a União Europeia, a Rússia e a Liga Árabe, informem pelo mesmo entendimento as suas práticas políticas, diplomáticas e de ajuda económica e social. E que o façam de modo exigente e sem concessões.

Isso obtido, será então mais viável conseguir que os atores locais aceitem e observem esta visão, o que necessariamente tem também que incluir o abandono de uma retórica que tende a sacralizar a violência a coberto de ideias como a de "Povo eleito" ou a de "Partido de Deus" (Hezbollah). Mas, para a materialização dessa visão, é igualmente necessária a correção das

posturas de entes que têm estimulado ódios e exacerbado os medos e as dificuldades, como sejam as expressões islâmicas fundamentalistas, o Irão, os judeus ortodoxos e a comunidade judaica da América do Norte. Nesse contexto é legítimo aspirar a que as comunidades cristãs locais possam verdadeiramente ser e agir como "sal na terra e luz no mundo".

Será a partir de uma nova abordagem deste tipo que, a meu ver, se pode esboçar com uma razoável expectativa de apoio e durabilidade um novo *modus vivendi*, que antes enunciei como objectivo.

Num caminho desta natureza cabe um papel ao Vaticano. Pela pastoral e pela diplomacia. Em primeiro lugar, usando a sua autoridade moral e a sua influência para afirmar critérios e princípios comuns: a Paz, os Direitos Humanos, os Direitos das Minorias, o Direito Humanitário, a Liberdade Religiosa.

Mostrando caminhos e definindo exigências. Percebendo que, no Médio Oriente, é artificial e ilusório pretender separar o religioso do político, e que talvez só por esta nova e diferente via seja possível assegurar a legítima e necessária proteção das comunidades cristãs locais, a sua plena afirmação e a sua liberdade de vida no quadro das diferentes nacionalidades a que naturalmente pertencem.

Questão muito importante é a da definição do âmbito das preocupações da Santa Sé.

Penso que, no que toca aos princípios, elas devem, com universalidade, cobrir todas as partes e, consequentemente, as diferentes expressões cristãs. E serem construídas e afirmadas no contexto das relações ecuménicas e do diálogo inter-religioso. Desejavelmente de modo ativo e explícito.

E que idêntica perspetiva deve nortear a ação vaticana tendente à protecção de Jerusalém e dos Lugares Santos.

À Santa Sé importa também um outro plano. O que de modo mais temporal, e mais diretamente ligado à Igreja de Roma, respeita à protecção e liberdade de atuação das instituições católicas locais, de que relevam as estruturas do tipo diocesano e afins, a Universidade de Belém e a Pontifícia Missão para a Palestina.

A posição da Santa Sé relativamente a Jerusalém tem que continuar a ser a de entender a cidade como um lugar de simbolismo essencial e idêntico para cristãos, judeus e muçulmanos e, portanto, uma posição de firme recusa de qualquer pretensão de exclusividade sobre Jerusalém.

Recorde-se que a Resolução 181 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, datada de 1947, e versando sobre a partilha da Palestina, define Jerusalém como um *corpus separatum,* que *a* Lei Fundamental de Israel considera que Jerusalém, "completa e unida", é "a eterna capital de Israel" e que é lá que estão o Presidente, a sede do Governo, o Parlamento e o Supremo

Tribunal israelitas e que, para os palestinianos, Jerusalém é parte integrante da Palestina, ao mesmo tempo que reivindicam controlo sobre a parte oriental da cidade.

Mas não deixe de se registar que as representações diplomáticas acreditadas em Israel, portanto também a do Vaticano, estão em Tel-Aviv, em linha com uma Resolução (478, de 1980) do Conselho de Segurança, que identicamente rejeita a interpretação expressa na Lei Básica israelita.

Como encontrei escrito com propriedade, "Jerusalém tem que ser uma cidade também com vida cristã e não um mero museu da História cristã".

Ocorre-me a imagem de "Jerusalém, capital da Humanidade" que, com grande sentido espiritual e do simbólico, o Senhor Patriarca Latino de Jerusalém recentemente invocou.

E Portugal?

Que olhar e que conduta pode Portugal ter sobre toda esta problemática?

Acima de tudo, um posicionamento responsável, em linha com os valores que nos informam como Nação, que estão consagrados no nosso ordenamento político e jurídico e que em tudo são conformes à tese que antes enunciei.

O que deve ser assumido e praticado de modo próprio, tanto em contexto bilateral, como também no seio das organizações que integramos, nomeadamente a ONU e a União Europeia, e com grande ênfase para esta última. Agindo a favor do reconhecimento desses valores e do imperativo da sua observância concreta.

Não se trata de neutralidade ou de equidistância entre partes desavindas. Trata-se de promover valores universais a favor da Paz, da estabilidade e da harmonia no Mundo.

A natureza laica do Estado Português não deve ser pretexto para uma posição de indiferença ou afastamento perante o que se está a passar com as comunidades cristãs do Médio Oriente. Exigem-no os nossos valores civilizacionais e éticos, ao mesmo tempo que a matriz e a prática tão maioritariamente cristãs da sociedade portuguesa o estimulam.

Num terreno mais temporal é necessário que, em Portugal, se perceba que o Médio Oriente faz parte da nossa vizinhança próxima, do *near abroad* nacional e europeu e que, independentemente da proximidade geográfica, nele se entrecruzam linhas de tensão fundamentais do nosso tempo, designadamente, para a afirmação europeia, para as relações transatlânticas, para o relacionamento com a Rússia, para a controlo da proliferação nuclear, para a segurança energética e para a irradicação do terrorismo, questões a que, sem exceção, Portugal deve dedicar atenção e interesse.

Finalmente, é bom que em Portugal se tenha plena consciência que em todo o mundo muçulmano a questão israelo-árabe afeta decisivamente a perceção relativa a europeus e norte-americanos, o que implica que, tendo uma posição de demissão ou de omissão na temática do Medio Oriente, é ilusório pensar que se podem tecer laços fortes com os Estados do Maghreb ou do Golfo, como, a meu ver justamente, é proclamado ser pretensão e prioridade do Estado português.

Conclusão

A minha convicção é de que o esquecimento a que as comunidades cristãs do Médio Oriente têm sido votadas e o modo como têm sido negligenciados os seus mais básicos e essenciais direitos e expectativas, decorre da estreita e errada perspetiva como toda a questão do Médio Oriente tem sido encarada.

Com essa perspetiva, a única forma possível de olhar para situação dessas comunidades estará resumida à preocupação com a sua sobrevivência. O que é manifestamente injusto e insatisfatório e dificilmente as retirará da condição de parte menor e abandonada.

Isto convida a que se olhe para o Médio Oriente sob um novo ângulo, conforme à Moral e ao Direito e certamente mais virtuoso para o tratamento político de toda a problemática da região.

Acredito que nessa mutação as comunidades cristãs podem ter uma função de cidadania a desempenhar, como evidência viva das atuais perversões e insuficiências e como exemplo e estímulo de um novo caminho.

Revista Militar
N.º 12 – dezembro 2014
pp. 1077-1091

O Projecto NH90 e a capacidade aeromóvel no Exército Português



Tenente-general António Carlos de Sá Campos Gil*

1. Introdução

A recente divulgação da resolução do Conselho de Ministros, autorizando uma despesa até 37M€ de indemnização pela denúncia do contracto *NH90*, e o que isso significa de poupança para o Estado, suscitou um convite da *Revista Militar* para que, sobre o projecto *NH90*, escrevessemos algo, a título de reflexão, o que aceitámos.

É, pois, sobre a capacidade aeromóvel para o Exército Português que nos propomos reflectir, de forma breve, com uma visão meramente pessoal de quem viveu de perto, durante onze anos, este e outros aspectos de um programa global de modernização do Exército, onde deixaremos interrogações, porventura duras e críticas, mas sempre numa perspectiva do interesse nacional.

Que qualquer exército moderno, de um País que se preze independente e soberano, disponha de uma capacidade aeromóvel nas suas forças terrestres, é um facto incontornável. Assim o Exército Português teria que pugnar, e fê-lo sempre, para dispor dessa capacidade.

Mas uma coisa é a manifestação de uma necessidade estratégica e a sua justificação, outro desafio é a sua concretização.

O programa da capacidade aeromóvel do Exército Português, de que o projecto dos helicópteros *NH90* constitui o paradigma, é talvez um bom exemplo em torno do qual poderemos reflectir sobre os meandros da modernização, as dificuldades que isso acarreta, sobre as crónicas incapacidades nacionais de planear de forma global e a prazo e, quiçá, sobre os interesses

* Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército (setembro de 2011-dezembro de 2014).

que se atravessam, entrecruzam e chocam, com um saldo final negativo do qual Portugal sai a perder.

Sem recorrer a dados técnicos, porque especialista não somos, nem pretendendo entrar em detalhes específicos do projecto *NH90* pelas mesmas razões, procuraremos abordar, de uma forma sintética, numa primeira parte, o projecto *NH90* propriamente dito, as suas raízes, o porquê da opção pela aeronave *NH90* face ao *EH101*, os principais aspectos e custos do mesmo, e o seu fim, com os custos que isso também implicou.

Numa segunda parte, que designaremos «Porque falhou o projecto?», interrogar-nos-emos, entre outros aspectos, sobre o planeamento de defesa e as prioridades na partilha dos recursos financeiros e a Empresa de Meios Aéreos (EMA) e sua influência no projecto global.

Por último, nas conclusões, deixaremos algumas interrogações quanto ao futuro e quanto à capacidade aeromóvel, como uma capacidade conjunta.

2. O Projecto NH90

a. As Razões do Projecto

A importância dos helicópteros para as forças terrestres está bem patente nos ambientes operacionais contemporâneos pelo permanente recurso ao seu emprego. Neste contexto, a versatilidade, agilidade e rapidez de actuação conferida por estes meios permite que uma unidade de helicópteros se constitua num facilitador da manobra terrestre e num multiplicador da força.

Com efeito, a unidade de helicópteros reforça a capacidade de actuação das forças terrestres, assegurando a mobilidade táctica aérea, no contexto da manobra terrestre, e o combate de precisão na profundidade do campo de batalha, através da capacidade de execução de operações aeromóveis, em que um eventual heli-assalto constituiu o ponto mais crítico.

Mais do que assegurar o deslocamento de tropas, é no âmbito das operações aeromóveis que reside o principal foco da necessidade deste projecto, pois nenhuma força terrestre, de quaisquer forças armadas de nível médio e que se prezem, pode prescindir desta capacidade, em particular para as suas forças ligeiras. Assim foi durante a «*Guerra do Ultramar*», e assim deverá continuar a ser, tendo em conta os exemplos do que se tem passado nos diferentes teatros de operações em que Portugal tem estado envolvido, e nas mais recentes operações de combate ou de resgate de cidadãos levadas a cabo por exércitos de países aliados.

Cenário mais simples e concreto, que ilustra a imprescindibilidade desta capacidade, está implícito na execução de missões de resgate de cidadãos nacionais, que se encontram previstas no Conceito Estratégico Militar e nas Missões das Forças Armadas com um grau de probabilidade de ocorrência elevado, e para as quais o Exército tem que dispor dos meios e estar preparado e treinado para actuar.

Cenários deste tipo, em que a probabilidade de executar uma operação aeromóvel é elevada, implicam que a força terrestre tenha que ser completamente autónoma e dispor de todos os meios necessários e adequados para lhe conferirem a máxima flexibilidade e a máxima mobilidade. São principalmente os helicópteros médios os meios que melhor garantem esse desiderato.

De forma complementar e numa perspectiva de duplo uso, também no âmbito das designadas "outras missões de interesse público", uma unidade de helicópteros do Exército está vocacionada para a execução de actividades de apoio às autoridades de Protecção Civil em situações de emergência e catástrofe, tais como evacuação médica, auxílio ao transporte de populações e equipas em situações de cheias ou incêndios, entre outras.

b. A Dimensão da Capacidade Aeromóvel

A definição do tipo de aeronaves e o seu quantitativo decorre de requisitos de natureza operacional, impostos pelo tipo e características das missões superiormente determinadas e não de especulação momentânea. Implica um estudo aturado relativamente a essas mesmas missões a cumprir e aos cenários de actuação, para os quais se equacionam os meios que devem estar ao dispor da força. Nesta avaliação há que ter em conta como factores decisivos os que são impostos pelos cenários mais exigentes. Assim, elegeu-se a operação aeromóvel com um possível heli-assalto como a operação mais exigente e, consequentemente, como base para a definição dos requisitos operacionais.

Uma operação aeromóvel é normalmente executada atrás das linhas inimigas e exige algum grau de autonomia e sustentação. Embora com uma capacidade reduzida e num curto espaço de tempo, a Companhia é o escalão mínimo necessário capaz de desempenhar este tipo de operação, pois é o primeiro escalão onde é possível congregar manobra (Pelotões de atiradores) e apoio de combate (Pelotão de Apoio – Armas Anti-carro e Morteiros).

Os requisitos operacionais que o Exército estabeleceu para o helicóptero utilitário assentam na capacidade de transporte no Campo de Batalha e

a capacidade de conduzir um heli-assalto, numa só vaga e em condições de segurança, de uma Companhia de Atiradores (CAt) (cerca de 120 militares) conferindo, designadamente à Brigada de Reacção Rápida, um elevado grau de mobilidade táctica.

Uma aeronave do tipo helicóptero médio como o *NH90* conferiria a capacidade de transportar 16 a 20 militares armados e equipados. Contudo, no cálculo dos aparelhos necessários, dever-se-ia ter em consideração que não bastava contabilizar o número de homens, mas que também era necessário ter em conta o transporte do armamento e equipamento orgânico da própria subunidade, bem como dos abastecimentos que lhe garantissem alguma autonomia de combate e sustentação. Utilizou-se, assim, como dado inicial de planeamento 14 militares, 70% da capacidade total.

Em função dos efectivos da companhia de atiradores e de acordo com esses pressupostos, e adoptando uma taxa de prontidão de 80%, verificou-se que dez helicópteros *NH90* era o número mínimo possível, já com restrições operacionais, pelo que a redução do número a adquirir careceria de qualquer lógica operacional.

Face aos requisitos operacionais globais, necessários para a condução de uma operação aeromóvel, o Grupo de Helicópteros do Exército teria que contemplar, também, um esquadrão de helis ligeiros para reconhecimento/observação e segurança, que garantisse protecção e escolta aos helis médios, durante as operações aeromóveis, para além de permitir missões de infiltração de tropas, bem como evacuação médica, concorrendo também para a execução de "outras missões de interesse público".

No estudo inicial de necessidades de helicópteros ligeiros concluiu-se que, para o número de helis médios em operação, seriam necessários nove helis ligeiros, o que, conjugado com uma exigente taxa de prontidão de 90%, implicaria um mínimo de dez helis ligeiros a adquirir.

c. Porquê o *NH90* e não o *EH101*?

Portugal aderiu ao programa *NH90* em 2001, tendo em vista a obtenção de dez helicópteros numa versão táctica terrestre, destinados a equipar a Unidade de Aviação Ligeira do Exército.

Durante os estudos que precederam a adesão ao programa *NH90*, foram equacionados vários tipos de aeronaves, com as características adequadas, de entre as quais se analisou o *EH101*, não tendo sido esta aeronave a opção.

Na fase final do projecto (finais de 2011, princípios de 2012), e quando já se afigurava o eventual abandono do mesmo, surgiram questões sobre a

real necessidade duma aeronave do tipo *NH90*, quando a Força Aérea Portuguesa já dispunha de aeronaves que cumpririam, para o Exército, as necessárias missões com vantagens, nomeadamente por implicar um menor número de aeronaves para a mesma missão, face à maior capacidade desses meios, e assim já não serem necessários mais custos para aquisição de novas aeronaves. Essas alegações referiam-se, naturalmente, aos helicópteros *EH101*.

Analisando os *EH101*, verifica-se que estes foram adquiridos para efectuar, como missão primária, operações de busca e salvamento e luta anti-submarina, e não transporte de tropas.

Diferentemente do *NH90*, o *EH101* é uma aeronave que se enquadra na gama de helicópteros pesados, com capacidade para transportar 35 militares que, quando se considera 70% desta capacidade para efeitos de planeamento, permite o transporte de cerca de 25 militares. Assim, e com a mesma taxa de prontidão de 80% que estipulámos para o *NH90*, seriam necesários oito helis, admitindo ausência de riscos para a segurança e autonomia da força a transportar.

Apesar de ter a capacidade de desenvolver perfis de missão genericamente semelhantes aos dos modelos médios, pela sua natureza de helicóptero pesado, o *EH101* apresenta um limitado desempenho operacional, nomeadamente, quando manobrando em cenários operacionais em conjugação com os helicópteros ligeiros.

Pelo facto de ser significativamente mais comprido, mais alto e mais largo do que o *NH90*, a sua maior silhueta leva a que exista naturalmente um maior grau de exposição e, consequentemente, em campanha, o transporte táctico de tropas envolve riscos muito mais elevados. Por outro lado, a sua maior capacidade de transporte constitui uma desvantagem, ao contrário do que se poderia pensar, por constituir um alvo mais remunerador, pois no caso de ser atingido provoca de imediato muito mais baixas, com a consequente perda de um potencial de combate significativo numa fase crucial de uma operação.

Pelos elementos anteriormente apresentados, constata-se que o *EH101* é um helicóptero que apresenta sérias limitações operacionais para o Exército e uma elevada vulnerabilidade a ameaças terrestres e aéreas, factores que se traduzem em riscos insuperáveis quando os meios são utilizados na linha da frente, exigindo, caso tenham que ser utilizados como recurso, condições excepcionais de segurança e protecção.

Em Teatros de Operações, como o do Afeganistão, comprovou-se que o emprego operacional dos *EH101* no transporte de tropas só era aconselhavel fazer-se mediante um enorme esforço de protecção, apenas conseguido

através da utilização de helicópteros de ataque Apache, meios que, como se sabe, só por excepção estão disponíveis e com custos de aquisição e manutenção elevadíssimos.

d. Principais Aspectos e Custos do Projecto

O projecto *NH90* constituiu um processo complexo, desde logo, pelas suas características de projecto cooperativo. Dispunha de partes comuns e de específicas para cada país, decorrentes das configurações que cada membro do consórcio elegia para as suas aeronaves.

Para se ter uma ideia geral, apresentaremos de seguida, e de forma muito sucinta, os vários aspectos do projecto e os respectivos custos indicativos e alguns deles estimados:

– Produção das dez aeronaves (Contrato PI/P) – cerca de 250 M€[1];
– Motores sobressalentes – 4,5 M€[2];
– *General Purpose Automatic Test Equipment* (GPATE) – 9 M€[3];
– *Ground Based Logistic Information System* (GLIMS) – 0,5 M€[4];
– Equipamentos de Comunicações – 8,6 M€[5];
– Equipamentos a fornecer por Portugal (GFE) – 12,3 M€[6];
– Contrato de Manutenção – para dez anos, cujo valor global se estimava entre 250 a 260 M€, cerca de 25,5 M€/ano, para a manutenção de toda a frota.

Para além destes custos, existiam despesas de natureza administrativa e com o funcionamento do grupo de projecto.

Não contabilizamos aqui as despesas com a formação de pilotos e mecânicos, nem as que se foram, entretanto, efectuando nas infraestruturas da base de Tancos para receberem as aeronaves.

1 Este valor aproximado do contrato, em vigor em 2012, constitui a base de cálculo, para a determinação do custo base de cada aeronave. Exclui os itens (ECP) inerentes à configuração nacional e outros relacionados com aspectos específicos das ferramentas, testes e equipamentos de comunicações, e não contempla as penalizações decorrentes de atrasos de pagamentos.

2 Custo indicativo de dois motores.

3 Contrato não assinado.

4 Contrato não assinado.

5 Este contrato não chegou a ser assinado e não incluía o sistema MIDS *Link 16*. Valor estimado em 2011.

6 Não foram adquiridos quaisquer equipamentos. Valor estimado em 2010.

Importa, por último, salientar que este contrato traria para a indústria nacional a partilha de tarefas para a produção das aeronaves, com as inerentes vantagens de inovação tecnológica, bem como benefícios financeiros. Este «*Work Share*» correspondia a 1,2% do custo final da totalidade das aeronaves a construir no âmbito do projecto cooperativo e que se estimava na ordem dos 130 M€.

e. O Fim do Projecto e os Custos Associados

O actual Governo decidiu, logo em 2012, sair do projecto *NH90*, por razões de ordem financeira, pois tratando-se de um projecto muito dispendioso, dificilmente seria sustentável numa situação de crise como a que então se instalou em Portugal. Nesse sentido, a condução do projecto regressou ao controlo centralizado do Ministério da Defesa Nacional, através da Direcção Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa (DGAIED) e iniciaram-se negociações com as entidades europeias competentes para o efeito, tendo em vista minimizar os custos que tal decisão acarretaria.

Sair do programa *NH90* implicou, primeiro que tudo, um custo sério, intangível, mas naturalmente não despiciendo para a credibilidade nacional nos «*fora*» internacionais, para além dos custos financeiros decorrentes do contrato de produção assinado com a *NATO Helicopter Industries* (*NHI*). E este aspecto – da credibilidade nacional – parece ter sido esquecido, quando se pretende fazer um balanço apenas na perspectiva dos eventuais dividendos positivos de tal decisão.

Os custos financeiros de penalização por eventual saída do programa, calculados de acordo com o contrato de produção e obedecendo a determinados prazos e cláusulas, foram inicialmente estimados na ordem dos 255M€, nos quais já estavam incluídos cerca de 90M€[7] entretanto despendidos. Os custos efectivos de indemnização ficaram-se por 37M€, segundo resolução do Conselho de Ministros de 23 de Outubro do corrente ano, em que autoriza esta despesa com a denúncia do contrato de compra de dez helicópteros *NH90*. Este valor de 37M€, largamente publicitado na imprensa, quando comparado com as estimativas iniciais, constitui sem dúvida um sucesso negocial, que legitimamente é realçado.

7 Valor pago até final de 2020. Neste valor encontram-se incluídas despesas com os orçamentos administrativos da NAHEMA e NAMSA, bem como de funcionamento do Grupo de projecto.

Outro aspecto, também amplamente salientado, é o da poupança global que a decisão de denúncia do contrato terá proporcionado ao país, num valor estimado de cerca de 500M€, o que, numa situação de crise como a que vivemos, assume expressão significativa. Contudo, importa salientar que não estamos perante uma verdadeira poupança, mas sim de uma não despesa futura, pois as verbas para este projecto há muito tempo que já não estavam disponíveis e já não constavam dos Orçamentos de Estado mais recentes, como iremos ver mais adiante.

Mas, caso se queira ser profundo num balanço de consequências da decisão de denúnicia deste contrato, importa ponderar também os aspectos negativos, pois eles são tão ou mais importantes, se deste balanço quisermos tirar lições para o futuro. Ora esta vertente parece estar também, e mais uma vez, esquecida na gestão política deste processo.

Assumindo-se como custo global aproximado do projecto o valor de 500M€, repartidos em cerca de 50% para o custo base das dez aeronaves e outros 50% para o programa de manutenção e respectivos sobressalentes e ferramentas, verificaremos que o custo final de cada aeronave rondaria os 25M€.

O valor entretanto já despendido, cerca de 90M€, acrescido da indemnização a pagar pela saída – 37M€ –, num total de 127M€, corresponde ao custo aproximado de produção de cinco aeronaves, metade do objecto de contrato.

Após todo o esforço de planeamento que foi feito, um projecto entendido como um símbolo catalisador para a nossa indústria, agora olhado apenas como despesa incomportável, e após um desperdício inglório de 127M€, no final ficamos com ZERO aeronaves e um conjunto de pilotos e mecânicos qualificados e sem aproveitamento directo e imediato nas Forças Armadas, e cujos custos morais, de qualificação e desenvolvimento das respectivas carreiras não foram aqui quantificados, tendo ficado também esquecidos. E isto não conta?

Pois… mas estes aspectos não devem, melhor, não podem, passar em branco.

3. Porque falhou o Projecto?

a. Generalidades

Como referimos, durante os estudos que antecederam a adesão a este projecto, vários tipos de aeronaves foram equacionados, dos quais destacamos a eventual opção pelos helicópteros médios «*Black Hawk*» americanos.

A sua aquisição esteve prevista e inscrita na Lei de Programação Militar que entrou em vigor em 2001 (Lei nº 5/2001, de 14 de Novembro), com um valor necessário para dez aeronaves, a um custo unitário de cerca de 10 M€ a 12 M€. Se esta opção tivesse vingado, será que o Exército já disporia da capacidade aeromóvel? É uma primeira interrogação que se afigura pertinente e que julgamos que carece de reflexão.

A questão subsequente que se nos afigura lógica é, porquê a opção pelo *NH90*? A resposta parece-nos simples. O *NH90* é um projecto cooperativo europeu. A entrada num projecto desta natureza constituiria uma importante forma de gerar oportunidades e benefícios para a indústria, em particular a de defesa. Portugal tinha aqui uma oportunidade, com um grande potencial catalisador para o almejado salto tecnológico que a nossa indústria necessitava, e que nos proporcionaria, entre outros benefícios financeiros, direitos de propriedade na proporção da nossa participação. Assim, os responsáveis políticos, à época, legitimamente, tudo fizeram para se aderir ao programa.

Mas, estava Portugal globalmente preparado para este desafio?

Quando surgiram os primeiros sinais da crise e os recursos financeiros começaram a escassear, o castelo de cartas começou a desmoronar-se.

Na nossa perspectiva não estávamos efectivamente preparados para tão grande desafio. Em primeiro lugar, devido a uma falta de interesse e vontade política real e consistente, o que tem contornos quase históricos, diríamos, no que toca aos assuntos de defesa. Neste domínio, como em muitos outros, se algum plano verdadeiramente de interesse nacional existe, a sua coerência e continuidade têm ficado, invariavelmente, confinadas ao período de uma legislatura, morrendo ou entrando em morte lenta nas legislaturas seguintes. Quantas reformas se fizeram nas Forças Armadas, desde 2004, após o fim do serviço militar obrigatório? Fiquemos por aqui, pois não é este o objecto do nosso tema.

Em segundo lugar, devido à nossa crónica incapacidade de planear a prazo e, acima de tudo, planear de forma global, congregando todos os sectores num projecto verdadeiramente nacional e sairmos do muito nosso peculiar corporativismo.

Por outro lado, não poderemos deixar de nos interrogar sobre os «*interesses paralelos*» que quase sempre surgem, camuflados, mas com força suficiente para condicionarem as grandes decisões e opções que se desejavam estratégicas.

Já se reparou que, quase invariavelmente, quando estamos perante um projecto de envergadura e que envolva verbas avultadas, há sempre «*sarilho*»?

Vamos evitar o caminho do «*sarilho*», mas abordemos dois pontos que nos parecem elucidativos para exemplificar o que acima referimos: a questão do planeamento de defesa e a constituição da Empresa de Meios Aéreos (EMA) e a sua influência neste projecto.

b. O Planeamento de Defesa e as prioridades na partilha dos recursos financeiros

A Lei de Programação Militar (LPM) ainda em vigor (Lei nº 4/2006, de 29 de Agosto) enferma, desde a sua concepção, de dois problemas estruturais, que naturalmente, e desde logo, condicionaram a sustentação de programas importantes para as Forças Armadas, ao que se juntou um terceiro factor agravante, já no período da sua execução.

Em primeiro lugar, esta LPM prevê, como fonte de financiamento adicional, verbas eventualmente resultantes da alienação de alguns equipamentos militares[8], o que constituiu uma novidade que, *de per si*, parecia ser ajustada, mas na prática cedo se veio a revelar inadequada. Desde logo, porque não se estabeleceu uma relação directa entre quais os programas específicos que seriam dessa forma financiados e qual a parte das receitas estimadas que lhes ficaria afecta.

Ao querer incluir-se nesta LPM, e logo no primeiro sexénio, o programa de aquisição de duas fragatas, à Holanda, para o qual não estava previsto qualquer financiamento[9], e simultaneamente manter programas significativos, cujos compromissos já vinham do antecedente, surgiu este modelo de alienação de equipamentos, como solução milagrosa de financiamento[10].

A receita estimada era de 290M€, inscrita no período de 2006 a 2011, da qual só se realizaram 13M€, com a venda de duas fragatas ao Uruguai. O resultado foi um «*buraco*» de 277M€, ficando desde logo comprometidos, em parte ou completamente, programas importantes, como, por exemplo,

8 Dos quais salientamos pela sua importância: duas fragatas e os helicópteros *PUMA*.

9 Dentro do horizonte temporal implícito para se aproveitar a oportunidade que se tinha entretanto configurado com um possível acordo com o governo holandês, que envolveu, não só a aquisição das duas fragatas, mas também os programas dos *P3 Orion,* da Força Aérea Portuguesa (FAP), e os Carros de Combate *Leopard,* do Exército. É importante salientar que estes dois últimos dispunham do financiamento necessário previamente comprometido.

10 Uma vez que o montante global a disponibilizar pelo governo não poderia sofrer qualquer aumento.

a aquisição dos helicópteros e viaturas tácticas ligeiras, da arma ligeira e do equipamento NBQ.

Por outro lado, a distribuição temporal do financiamento de alguns programas não correspondia ao que estava contratado ou em negociação, como era o caso do projecto *NH90*. Para este, foi inscrita uma verba total de 415,434M€, distribuída da seguinte forma: 1º sexénio (2006-2011) – 136,42M€; 2º sexénio (2012-2017) – 252,85 M€; 3º sexénio (2018-2023) – 26,164M€. Ora acontece que estava em curso uma renegociação de adiamento dos prazos de produção das aeronaves e que apontavam para um novo calendário de entregas e respectivos custos, para o período de 2009 a 2012, no valor de 167,2M€, para o qual não haveria verba disponível suficiente.

Adicionalmente, importa referir que, à época da elaboração da anterior LPM[11] (finais de 2001 e com a entrada de novo governo), já se tinha manifestado a intenção política de abandonar o recém assinado contrato *NH90* e a sua substituição pela aquisição de dez *Black Hawk*, o que não chegou a concretizar-se. Como esta situação coincidiu com a revisão da LPM, originou a inscrição de uma verba para os *Black Hawk* que foi insuficiente para satisfação dos encargos relativos à aquisição dos *NH90*, cujos contratos não chegaram a ser anulados e se mantiveram em execução. Esta situação de insuficiência e desfasamento de financiamento, nunca recuperados, afectaram todo programa *NH90*, desde o seu início.

Como factor agravante, há que juntar as sucessivas e cada vez mais pesadas cativações que foram sendo aplicadas à LPM, tendo chegado a valores de 45%, no período referente ao primeiro sexénio, e mais recentemente aos 75%. Todos estes aspectos conjugados acabaram por inviabilizar vários projectos importantes e descapitalizar outros[12].

E que fazer com a discrepância de financiamento que existia e entretanto se agravou? A resposta foi… «*logo se vê*»…, muito característica do nosso planeamento nacional!

Pois é,… foi neste contexto de financiamento, ou mais adequadamente de ausência de financiamento, que vivemos a aventura de procurar honrar os compromissos financeiros correspondentes a este projecto, com um misto de frustração e vergonha, ao vermos a nossa credibilidade externa ficar

11 Lei de Programação Militar de 2001 (Lei nº 5/2001, de 14Novembro).

12 Outros programas foram também sucessivamente afectados neste quadro geral, como acabou por ser o das *VBR 8X8*, do qual foram sendo retiradas verbas, descapitalizando-o, para fazer face a outros compromissos. Deram muito jeito os atrasos que entretanto se foram verificando, na entrega das viaturas… se deram!

degradada, a cada reunião com os nossos parceiros, ou a cada compromisso, cujo pagamento sucessivamente se ia adiando, inventando-se «*piedosas*» desculpas.

c. A EMA – sua influência no Projecto Global

Que tem a ver a Empresa de Meios Aéreos (EMA), criada no âmbito do Ministério da Administração Interna, em 2007, para fazer face à problemática dos incêndios florestais, com a questão de um projecto de helicópteros, para o Exército? Directamente nada, mas de forma indirecta tem, e a nosso ver, muito.

Quando as Forças Armadas se debatiam com o quadro, anteriormente descrito, de falta de financiamento para os seus projectos de modernização, foi possível criar-se a EMA. Para a criação desta empresa, e consequente aquisição de seis helicópteros *Kamov* e mais três *Ecoureille* com elevados custos de manutenção, houve dinheiro, numa clara opção imediatista, também muito no estilo da nossa forma nacional de planear. Para a criação de uma estrutura de administração e de gestão de toda uma nova frota de aeronaves, foi possível encontrar-se, e de forma pronta, financiamento.

Quando se discutia e se pretendia criar uma estrutura conjunta para gestão dos helicópteros das Forças Armadas, numa perspectiva de optimização de recursos, cria-se uma estrutura autónoma de meios aéreos noutro ministério!?

Quando se propalava a necessidade de actuação das Forças Armadas em apoio das autoridades de Protecção Civil, numa lógica de duplo uso, cria-se a EMA? Então, a nossa Força Aérea já não servia para gerir e operar os meios aéreos para esse efeito, quando já o tinha feito bem no passado e com naturais vantagens[13]?

Esta empresa veio buscar pilotos ao Exército, pagando-lhes os vencimentos e horas extra[14]. Não seria mais económico que estas missões fossem

13 Não teria sido preferível e mais económico, por exemplo, reabilitar os helicópteros *PUMA* da FAP?

14 Com o intuito de ilustrar a dimensão dos custos com os honorários dos pilotos que operavam na EMA, refira-se que os seus salários poderiam chegar aos 7.000 euros, com horas extra incluídas, nas alturas de maior incidência de incêndios. Quando confrontados, em 2010, com o regresso ao Exército, alguns dos nossos pilotos hesitaram, tendo dois optado pelo abate ao quadro. Um ordenado de Primeiro-sargento comparado com 7.000 euros… está tudo dito!

entregues à Força Aérea, executadas com as aeronaves militares existentes e as novas a adquirir, e pilotadas por pilotos desse ramo, bem como os do Exército entretanto disponíveis, aos quais, nessas circunstâncias, não se tornaria necessário pagar horas extra?

Aliás, o actual Ministro da Defesa Nacional chegou a manifestar a intenção de resolver esta questão com a eventual transferência desta responsabilidade para a FAP, o que naturalmente aplaudimos para logo ficarmos desiludidos, pois tal desiderato não foi concretizado. Finalmente, e após alguns milhões de euros de prejuízo para o Estado, o Ministro da Administração Interna (MAI) extinguiu a EMA, não se sabendo, por enquanto, se as aeronaves ainda se vão manter na alçada do MAI.

Perante este quadro, é caso para se perguntar, não se aplicaria aqui a mesma lógica da abordagem conjunta? Que «*interesses*» se cruzaram e que conduziram a esta situação? Não terá a problemática dos incêndios florestais sido transformada num «*negócio*» dos incêndios? E isto não mereceria ponderação, num balanço global e final? Parece, «*dá a ideia*», que não.

4. Conclusões

Abandonar um programa, por mais ajustadas que sejam as razões invocadas, não tem somente aspectos positivos, como vimos, e julgamos que ninguém assim pensará. Contudo, quando na hora de se colherem dividendos políticos duma decisão desta natureza só se fala das vantagens, escamoteando-se os custos e prejuízos colaterais, não estaremos seguramente a prestar um bom serviço ao país.

A decisão de denunciar o contrato dos helicópteros *NH90*, que Portugal assinou em 2001 no âmbito de um projecto cooperativo europeu, constitui o paradigma do que afirmamos. Não se esqueça que o resultado final de todo o processo de aquisição dos helicópteros *NH90* é de 5-0. Isto é, despenderam-se verbas correspondentes à aquisição de cinco aeronaves e ficámos com zero.

Para além dos custos meramente materiais importa salientar, também, aqueles que, sendo intangíveis, afectam a nossa credibilidade externa e, o que é pior, a Dignidade Nacional.

Que lições importam tirar daqui para o futuro, se queremos ir além da eterna incapacidade para projectar global e no longo prazo, envolvendo sectores mais alargados e que rompam definitivamente com os corporativismos?

Quando é que a estratégia genética para as nossas Forças Armadas deixa de ser uma mera «*estratégia a metro*», que se vai construindo aos «*solavancos*» e impulsos das sensibilidades políticas do momento e na medida da disponibilidade de recursos, que nas horas de crise escasseiam mas parece que nunca faltam para determinados sectores? É urgente uma mudança de atitude, é urgente que se acabe de vez com os sempre presentes «*interesses camuflados*», que tudo condicionam e «*contaminam*».

É certo que, nesta reflexão, outros aspectos, também eles merecendo ponderação, ficaram por abordar, se quiséssemos avaliar um quadro completo. Referimo-nos, por exemplo, aos permanentes choques de interesses corporativos internos das Forças Armadas, que muitas situações têm condicionado.

Posto isto, que futuro, perguntar-se-á?

Apesar de «*extinto*» o projecto *NH90*, apesar das muito propagandeadas poupanças que esta acção possa ter originado, a necessidade estratégica de uma capacidade aeromóvel para o nosso Exército não se extinguiu. Pelo contrário, mantém-se bem mais premente do que ontem quando se iniciou este projecto, e por muitas derrogações que se queiram fazer não a apagam de um quadro urgente de necessidades, se é que queremos ter, enquanto País soberano, umas Forças Armadas modernas e credíveis.

Contudo, a edificação desta capacidade terá que ser encarada em moldes diferentes, tendo em consideração as lições que deveremos retirar desta aventura falhada do projecto *NH90*.

Na nossa opinião, esta capacidade terá que ser conjunta, aliás como já foi admitido pelas chefias militares, podendo mesmo ser gerida pela FAP, por dispor do conhecimento e das necessárias estruturas de manutenção, aeronavegabilidade, etc.. Mas funcionando com aeronaves primariamente atribuídas ao Exército para as suas missões específicas e operadas por pilotos que conheçam a manobra terrestre e a vivam, logo com pilotos do Exército. As aeronaves militares, cuja configuração principal terá que ser desenhada para as missões mais exigentes de natureza militar, podem e devem ser utilizadas em outras missões de interesse público, numa perspectiva de duplo uso.

Neste contexto e numa lógica de interesse nacional, julgamos que todos os meios aéreos do Estado deveriam ser colocados sob responsabilidade primária das Forças Armadas, na FAP, actuando em prol do País e em duplo uso. Não mais deveria haver lugar a soluções EMA. Já agora, seria bom ver a conclusão da medida de extinção dessa empresa e a transferência de todos os meios que restarem para a FAP, que os iria gerir e

operar com eficiência e sem prejuízos para todos nós. Será que haverá coragem?

Em suma, perante o panorama de modernização das nossas Forças Armadas, nos últimos anos, e em jeito de desabafo final, apetece dizer, como dizia Jô Soares, no seu programa «Viva o Gordo», «*deixem-me aplaudir*», naturalmente com a mesma ironia com que ele o fazia, já que não há nada para aplaudir, muito pelo contrário, melhor se adequaria dizer, complementando, que «*tudo isto é triste, tudo isto é fado*».


ANUNCIE
NA
Revista Militar
GRANDE EXPANSÃO
EM PORTUGAL
E NO ESTRANGEIRO

Revista Militar
N.º 12 – dezembro 2014
pp. 1093-1107

*O Governo Provisório da República e a Cultura em Portugal**



Coronel Luís Alves de Fraga**

1. Introdução

Embora a distância temporal que nos separa da proclamação da República e, por conseguinte, das primeiras medidas ditadas pelos novos próceres da política portuguesa, não seja, em termos históricos, excessiva, parece-nos conveniente recordar a profunda alteração que se preconizou para a cultura nacional[1] logo após a abolição das instituições monárquicas.

Esta preocupação justifica-se com base no facto de julgarmos que houve, ao nível dos políticos responsáveis de então, uma relação, por vezes difusa, entre o fundamento ideológico da República e as linhas orientadoras, ou programáticas, das correntes literárias que foram designadas por Realismo e

---

* Este trabalho foi realizado para fazer parte de um livro de homenagem à memória do Prof. Doutor Lucas Pires, concebido pela Universidade Autónoma de Lisboa. Ficou inédito, porque o livro nunca se chegou a escrever, morrendo a homenagem antes de ter sido feita. Optou-se pelo descerramento de uma placa com o busto em baixo relevo do malogrado Mestre.

** Doutor em História; Professor na Universidade Autónoma de Lisboa – Departamento de Relações Internacionais e de Direito; Sócio Efetivo da Revista Militar; antigo Diretor do Ensino da Academia da Força Aérea; antigo Professor Efetivo Titular do Instituto de Altos Estudos da Força Aérea; antigo Professor Efetivo da Academia da Força Aérea.

1 É difícil, como tal o dá a entender Oliveira Marques (*Nova História de Portugal. Portugal da Monarquia para a República.* Lisboa: Editorial Presença, 1991, p. 577), encontrar os contornos precisos que definem a cultura de uma Nação. No presente ensaio, na linha da sugestão de António José Saraiva (*Cultura.* Lisboa: Difusão Cultural, 1993, p. 11-12), preferimos, quando conveniente, restringir, dentro do possível e do razoável, o conceito de cultura àquela que usualmente se considera erudita e, dentro desta, à cultura literária. Não quisemos enveredar por um estudo quantitativo da mudança cultural, mas pelo estudo do significado da mudança política sobre a cultura.

Naturalismo. Por outras palavras, admitimos que a revolução cultural que o Governo Provisório da República pretendeu iniciar sofreu influências das concepções idealistas que suportavam o Realismo e o Naturalismo.

Para, de forma coerente e válida, conseguirmos resumidamente atingir o nosso objectivo convirá perspectivar, ainda que a traços largos, a evolução das condicionantes sociais e económicas que influenciaram as correntes literárias da centúria passada em Portugal, ao mesmo tempo que as cotejamos com a situação europeia.

Olhando de relance o século XIX, verifica-se que foi, na Europa, um tempo de mudança, de abertura sobre si próprio e sobre o mundo. As alterações políticas que a Revolução Francesa introduziu, os novos mecanismos e as novas técnicas que a Revolução Industrial evidenciou, os novos grupos sociais que surgiram da interacção destes contextos definiram caminhos culturais de ruptura que já se haviam esboçado – pelo menos teoricamente – na segunda metade do século XVIII. Uma aristocracia terratenente toda-poderosa foi sendo lenta mas, seguramente, substituída por uma grande burguesia financeira e industrial que gerou uma média e pequena burguesia que viviam do comércio e dos serviços; a par desta transformação, mas no outro extremo do quadro social, o século XIX foi o período da transferência dos excedentes de proletariado agrícola, transmutado em proletariado industrial, para os centros fabris.

A cultura aristocrática do século XVIII – fortemente influenciada pelo Neoclassicismo literário então em voga – foi, na viragem da centúria, confrontada com as mudanças sociais já referidas e com os novos desejos e hábitos que os grupos possidentes e dominantes impunham. Curiosamente, se este facto esteve na origem de um novo género literário e artístico – o Romantismo – o certo é que foram precisos mais de cinquenta anos para que a outra franja social do novo contexto (o proletariado industrial) fosse fonte de inspiração e análise dos autores da época.

Se Portugal, durante a primeira metade do século XVIII, em consequência da descoberta e exploração das minas de ouro e diamantes no Brasil, não esteve na periferia cultural da Europa, já o mesmo se não pode dizer do período pombalino e mariano, porque as carências do precioso metal recolocaram-no nos limites geográficos, políticos e económicos do Velho Continente. A concomitância e sequência temporal da Revolução Industrial, da Revolução Francesa e das Invasões Napoleónicas empurraram Portugal para um protagonismo secundário na Europa do século XIX, levando-o a ser, do ponto de vista cultural e, em especial, literário também periférico.

2. A estruturação social portuguesa, a cultura e a literatura no século XIX

O Portugal do século XIX, do ponto de vista social, pode ser dividido em dois grandes períodos que correspondem sensivelmente a cada uma das respectivas metades[2]. Na realidade, até aos anos cinquenta e, por conseguinte, antes do fontismo, a chamada *província* era, se assim se pode dizer, mais fechada sobre si própria (basta pensar que a forma mais rápida e segura de ir de Lisboa ao Porto era por mar!) fazendo com que os horizontes, no interior do país, fossem estreitos e limitados: esquematicamente, quase se podia dizer que os do *lugar* acabavam na aldeia, os desta na vila e os do concelho na cidade mais próxima. A uma situação desta natureza correspondia uma economia agrária de subsistência cujos excedentes não se escoavam para além do aglomerado urbano mais cercão. Claro que, também, como resultado desta limitação, as relações laborais – em especial no Centro e Norte – eram do tipo *familiar*, fazendo-se o pagamento em géneros de toda a natureza e muito raramente havendo lugar a liquidação a dinheiro. A ausência de complexos industriais, ou de simples fábricas, reduzia a valores pouco significativos a migração interna, fixando os agregados familiares à terra. No máximo, a emigração fazia-se do *lugar* para a aldeia ou para a vila e poucas vezes para a cidade, e mesmo estes movimentos estavam ligados ao exercício exclusivo de certas actividades[3].

A grande alteração verificou-se com a abertura de estradas e o lançamento das ferrovias, logo nas primeiras décadas da segunda metade do século. Na verdade, este novo tipo de trabalhos gerou dois efeitos quase simultâneos: em primeiro lugar, absorveu os excessos de mão-de-obra existentes nos pequenos aglomerados urbanos por onde as redes viárias iam passar e introduziu, forçadamente, o pagamento a dinheiro, desfazendo, ou contribuindo para desfazer, as antigas relações laborais existentes no campo; em segundo lugar, a ligação rápida e segura das aldeias às cidades, efectuada por rodovia ou por ferrovia, fez desaparecer o conceito de produção agrícola de subsistência e introduziu o de produção para venda. Quer dizer, a agricultura

2 Sobre esta temática pode consultar-se com vantagem Irene Maria Vaquinhas, Rui Cascão e Fernando Taveira da Fonseca, *História de Portugal* (dir. José Mattoso), quinto volume, Lisboa: Círculo dos Leitores, 1993, p. 441-491 e, também, segundo uma abordagem mais económica, pode articular-se os trabalhos anteriores com os de Eugénia Mata e Nuno Valério, *História Económica de Portugal – Uma perspectiva global*. Lisboa: Editorial Presença, 1993, p. 129-161.

3 Era o caso dos rapazes que iam servir como moços em certos ofícios – marçanos, carvoeiros, aguadeiros, azeiteiros – ou o das moças que se empregavam como serviçais domésticas.

passou a ser uma fonte real de rendimento, levando a que o empregador escolhesse os assalariados mais baratos e rompesse com as formas tradicionais de tratamento. Poder-se-ia dizer que a rede viária criou em Portugal a agricultura capitalista ou de produção para o mercado.

Do ponto de vista urbano – e aqui temos de estabelecer que grandes cidades com clara diferenciação das da *província*, só eram Lisboa, Porto e Coimbra – as mudanças acompanharam sensivelmente os mesmos períodos antes mencionados. É na segunda metade do século XIX que se dá a explosão da imprensa[4] periódica, a qual corresponde, de facto, ao aparecimento nas cidades de uma grande e média burguesias letradas. A importância desta burguesia está naturalmente associada ao aumento do comércio interno e urbano, ao crescimento do volume de negócios de importação e exportação e à ampliação do aparelho de Estado como resultado de uma política de compadrio.

Também do ponto de vista da cultura, em particular na da vertente literária, houve dois períodos que, com ligeiras diferenças, acompanharam as duas metades do século XIX. O primeiro foi o do Romantismo e o segundo foi o do Realismo-Naturalismo.

No estrangeiro, o Romantismo surgiu como «[...] uma revolta, uma contestação e uma refutação à *modernidade* burguesa e capitalista, [...]»[5] a qual se estabelece «contra a racionalidade instrumental, contra o princípio da eficiência produtiva, contra o desencantamento do mundo, contra o utilitarismo e o conformismo, contra a mecanização da vida e da sociedade». Tudo isto «exprime tanto a nostalgia de um paraíso perdido como o anseio utópico de um futuro mundo ideal»[6].

Ora, olhando para as condições objectivas, tanto sociais como económicas, do Portugal de 1825[7] concluímos que estavam longe de ser semelhantes ao

4 Muito embora José Tengarrinha (*História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2.ª ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1989, p. 131 e 183) refira que o grande surto de desenvolvimento da imprensa em Portugal tenha sido no pós Revolução de 1820 – mais exactamente em 1821 –, também dá a indicação que o maior número de jornais criados em Portugal se inicia no ano de 1851, com o fim da «Lei das Rolhas», atingindo o seu máximo em 1885.

5 V. M. de Aguair e Silva – Romantismo. In *Dicionário do Romantismo Literário Português*. (coord.) Helena Carvalhão Buescu. Lisboa: Editorial Caminho, 1997, p. 489.

6 Idem, *op. cit.,* p. 490.

7 Data usualmente tomada como introdução do género literário romântico, com a publicação, em Paris, do poema *Camões*, de Almeida Garrett. Evidentemente que estamos a considerar aqui o Romantismo literário com a plenitude de características que o individualizam e não levamos em conta os esboços pré-românticos de um Filinto Elísio, de uma Marquesa de Alorna, nem mesmo de um José Maria Barbosa du Bocage; esse seria o possível quadro evolutivo para o Romantismo português, se não tivesse acabado por ser o fruto da adopção de um modelo.

quadro que acabámos de traçar para o estrangeiro. O Romantismo entra em Portugal, por conseguinte, pela *porta* da política, ou seja, como uma consequência do exílio, em Inglaterra e França, dos liberais, nomeadamente Almeida Garrett. Este chega a confessar que, no poema *Camões*, houve uma preocupação de trabalhar o estilo de forma desconhecida em Portugal e à maneira de alguns românticos da época[8]. O facto de ter havido uma «importação» de modelo não invalida que a temática do introdutor do Romantismo tenha sido sempre na busca das raízes portuguesas, na identificação de um nacionalismo caro aos românticos.

Poder-se-ia admitir que só na fase primitiva do Romantismo em Portugal teria existido desconformidade entre os objectivos gerais da corrente literária e o desenvolvimento social e económico, no entanto, assim não foi, porque, durante o desenrolar do segundo quartel do século XIX, os outros dois cultores do Romantismo «inicial» – Alexandre Herculano e António Feliciano de Castilho –, que vão consolidar a ligação da obra à origem nacional[9], continuam a fazer sobressair o que era já uma evidência: o novo estilo, mesmo até 1865, não traduziu «uma revolta, uma contestação e uma refutação à *modernidade* burguesa e capitalista» semelhante à que lhe deu origem no estrangeiro, porque, mesmo depois de 1834, isto é, após a consolidação do liberalismo, a *modernidade* portuguesa era limitadamente política.

Quando, no começo da segunda metade do século XIX, os Regeneradores impulsionam Portugal para a senda do desenvolvimento capitalista e, entre nós, se começam a fazer sentir os efeitos sociais e económicos dessa acção política imaginada por Fontes Pereira de Melo, estala a célebre Questão Coimbrã seguida a curta distância temporal pelas não menos célebres Conferências do Casino. Neste caso, tal como anteriormente referimos, embora toda a inspiração estética e temática defendida pelos contestatários tenha resultado de uma inspiração recebida do estrangeiro, o certo é que já começavam a existir condições socioeconómicas objectivas no contexto nacional para que, como disse Hernâni Cidade, urgisse «revolucionar costumes e instituições, processos pedagógicos e técnicos, a arte e a literatura, a ciência e a filosofia, a política, a moral, a religião»[10]. Esta revolução era, afinal, o fruto do pensamento científico que se desenvolvia e

8 Veja-se, por exemplo, de Jacinto do Prado Coelho, Camões. In *Dicionário de Literatura*. 1.º vol. Porto: Mário Figueirinhas Editores, 1994, p. 139.

9 A propósito do nacionalismo destes dois autores, veja-se a opinião de Álvaro Manuel Machado, *Dicionário de Literatura Portuguesa*. (org. e dir. Álvaro Manuel Machado). Lisboa: Editorial Presença, 1996.

10 Hernâni Cidade – *Século XIX – A Revolução Cultural em Portugal e Alguns dos Seus Mestres*. Lisboa: Editorial Presença, 1985, p. 61.

aceitava, na Europa do terceiro quartel do século XIX, procurando encontrar as justificações científicas para os fenómenos sociais. A literatura assume para si a ultrapassagem do objectivo meramente ficcional para, tomando certos aspectos da realidade, as explicar, com base científica, à própria sociedade.

Entre nós, as fronteiras do Realismo[11] e do Naturalismo não foram indelevelmente traçadas[12], compreendendo-se, mais uma vez, este facto através da correlação existente entre a tentativa de assumir com alguma plenitude as novas correntes e o desfasamento desta posição com o atraso social e científico que ainda se vivia em Portugal.

Realmente, foi à volta do núcleo de jovens estudantes que originou a Questão Coimbrã e que, pouco após, lançou as Conferências do Casino, se desenvolveram duas ideias fundamentais para o avanço do pensamento científico social: o socialismo[13] e o republicanismo[14]. Ora, com efeito, durante cerca de quarenta anos, as ideias de República, de ciência, de materialismo e de anticatolicismo – mais vincadamente de anticlericalismo – vão andar em quase perfeita comunhão, porque se completam e justificam[15]. Assim, se por um lado, as correntes literárias do Realismo e Naturalismo não corresponderam a uma verdadeira explosão capaz de apagar toda a influência eminentemente romântica[16] que ainda subsistia na sociedade portuguesa foi porque,

11 Note-se que o Realismo é um movimento literário, antes do mais, de clara contestação do Romantismo, porque tenta recriar o real sem a paixão romântica, por isso faz a sua aproximação à temática através da crítica, embora usando nesta atitude o posicionamento científico que observa e propõe leis, enquanto que o Naturalismo avança destemidamente para a assunção de uma atitude cientificamente comprometida com o positivismo e, em particular, com o determinismo. A este propósito vejam-se os respectivos artigos de Carlos Reis no *Dicionário de Literatura Portuguesa*. (org. e dir. Álvaro Manuel Machado), p. 543-545 e 528-530.

12 Veja-se de A. Machado Pires, Romantismo, Realismo e Naturalismo (Fronteiras e Contactos). In *Dicionário do Romantismo Literário Português*. (coord. Helena Carvalhão Buescu), p. 515--519.

13 Pode consultar-se de João Medina, *As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984.

14 Consulte-se de Amadeu Carvalho Homem, *A Ideia Republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989, em especial p. 221-309 e, também, *A Propaganda Republicana 1870-1910*. Coimbra: [s.n.], 1990, p. 11-39.

15 Veja-se de Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*. 2.º vol. Coimbra: Faculdade de Letras, 1991, em especial p. 167-174, 206-256. Pode consultar-se, também, de Rui Ramos, *História de Portugal*. (dir. José Mattoso). 6.º volume. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 401-416.

16 Claro que aqui não estamos a considerar o Romantismo – mesmo que só literário – dentro dos limites amplos de José-Augusto França (*O Romantismo em Portugal – Estudo de factos socioculturais*. 2.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1993).

de facto, existia um abismo cultural entre as elites consumidoras de literatura e a grande massa da média e pequena burguesia urbana quase analfabeta[17]. Ou seja, havia uma «cultura republicana» que resultava da propaganda do Partido Republicano Português (PRP) – e das outras organizações que o antecederam – que encontrou eco nas camadas populacionais que compreendiam o sentido da mudança política, mas a quem faltava educação literária para lerem as obras que veiculavam a cultura «superior científica» do republicanismo. A consciência deste desnível terá ditado – pelo menos indirectamente – em boa medida, as grandes decisões de importância cultural do Governo Provisório da República.

3. A proposta cultural republicana do Governo Provisório

O facto do Governo Provisório ter assumido, quase imediatamente após a proclamação da República, uma atitude hostil contra a Igreja Católica, embora hoje possa parecer despropositada, não podia deixar de assim acontecer em 1910.

Com efeito, numa perspectiva genérica, pode afirmar-se que o século XIX foi, na Europa, o tempo do desequilíbrio entre a sociedade civil e a Igreja. Vejamos os motivos.

Em primeiro lugar esteve o resultado do desenvolvimento científico – e, consequentemente, o desenvolvimento do capitalismo associado à revolução técnica – o qual, cada vez mais veio contestar as explicações dogmáticas da Criação; como contrapartida, a Igreja foi, lentamente e com grande dificuldade, aceitando como válidas as razões da Ciência e da modernidade[18]. Em segundo lugar, a unificação da Itália acabou com o poder temporal do Papa, colocando-o na verdadeira dimensão que contemporaneamente lhe competia: a de dirigente máximo de uma Igreja. Em terceiro lugar, a República, em França e em Espanha, vieram evidenciar a importância da mudança em paí-

17 Deve ter-se em conta que, em 1910, cerca de 75% da população portuguesa era analfabeta.

18 Tomemos como exemplo as seguintes transcrições da obra de R. P. A. Belliot, *Manuel de Sociologie Catholique*. 4.ª ed. Paris: P. Lethieulleux, Libraire-Éditeur, 1911: «[...] l'on peut dire que le Capitalisme moderne, envisagé dans sont élément prépondérant, est nettement antichrétien.» (p. 64); «Toutefois, c'est en France par-dessus tout que cette irréligion inhérente à la pseudo-civilisation moderne approche le plus de son paroxysme.» (p. 394); «Aujourd'hui tout est médiocre, excepté le mal: voilà par quelle formule on peut résumer la situation au point de vue général, sur le terrain religieux e moral tout ensemble.» (p. 396).

ses que haviam sido baluartes do catolicismo. Por fim, e numa escala talvez menor, a vitória liberal, em 1834, em Portugal, e a expulsão das ordens religiosas e respectivo confisco dos bens, acabou provando que o Vaticano estava a ser inexoravelmente ultrapassado como força dominante na sociedade[19].

Por conseguinte, foi este confronto – umas vezes, vivo, outras, silencioso – que obrigou o clero católico a tornar-se socialmente combativo e intolerante, levando-o a defender o conservantismo e a tradição. Em cada aglomerado populacional o templo era a linha da frente de um combate sem tréguas contra as ideias novas, viessem elas donde viessem. O clero católico tornou-se obscurantista, pese embora a acção cautelosa e digna de apreço do Papa Leão XIII[20].

Em Portugal, no último quartel do século XIX e na primeira década do século XX, o posicionamento da Igreja não andou longe daquele que tinha em França ou em Espanha. Deste modo, também genericamente, é possível situar essa acção de combate a dois níveis: nas paróquias e nas instituições de ensino e assistência.

Nas primeiras, o padre assumia a posição de orientador político e conselheiro familiar, aproveitando-se, de acordo com a terminologia republicana, do púlpito e do confessionário para instilar as ideias que, julgava, impediriam o avanço da mudança e da modernidade; tratava-se de uma acção quase sempre tosca, porque destinada à grande massa dos crentes. Nas segundas, em especial nas escolas dos diferentes níveis, a acção do clero era mais subtil e competente[21]. Na verdade, quer nos estabelecimentos de ensino privado – onde predominavam os Jesuítas que educavam os filhos das melhores e mais abastadas famílias – quer nas escolas e liceus públicos, o ensino da religião católica era obrigatório e com ele toda a conformação aos princípios de uma prática que, em cada dia, mais se via contestada pela filosofia positivista e materialista. Quer dizer, a Igreja Católica em Portugal enquadrava, moral e culturalmente, de alto a baixo, toda a estrutura social[22] e ao fazê-lo também servia, em parte, de esteio ao poder político monárquico que vinha sendo fortemente atacado, desde os anos de 1890, pelos republicanos.

19 Veja-se, na perspectiva portuguesa e católica, P.e Miguel de Oliveira – *História Eclesiástica de Portugal – Edição revista e actualizada.* Mem Martins: Publicações Europa-América, 1994, p. 231-237 e 245-250.

20 Recordemos que foi a este Sumo Pontífice que se ficou a dever a chamada Doutrina Social da Igreja expressa na encíclica *Rerum Novarum.*

21 Sobre as diferentes reformas do ensino em Portugal, desde 1870 a 1910, consulte-se Rómulo de Carvalho – *História do Ensino Em Portugal.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, p. 559-650.

22 Veja-se A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 489-491.

Em uma conjuntura tal como a que acabamos de genericamente identificar, o Governo Provisório da República tinha mais a temer a reacção do clero – que olhava o novo regime como a vitória do livre-pensamento – do que a dos monárquicos[23], motivo pelo qual se vê coagido a lançar um conjunto de decisões legislativas que, reduzindo à subordinação a Igreja, remetesse a reacção eclesiástica para o domínio da ilegalidade e, ainda, provocasse uma verdadeira revolução cultural não só junto dos seus aderentes como, também, em todo o tecido social; é, por conseguinte, segundo esta óptica, que se podem juntar e articular, formando o edifício da mudança cultural republicana, os decretos anticlericais e os relativos à instrução pública.

Consideremos os principais desses instrumentos e analisemo-los para aquilatar da profundidade da mudança desejada.

Seleccionámos treze dos mais importantes decretos que tinham em vista a subordinação da Igreja Católica. Deste conjunto de diplomas preparador das estruturas fundamentais da República, dez não têm qualquer preâmbulo explicativo, começando pela fórmula clássica «manda o Governo da República...»; dos três restantes nenhum se refere em exclusivo à questão religiosa. Parece, pois, poder concluir-se que a subordinação da Igreja à vontade do Governo não carecia de qualquer explicação prévia, sendo um dado adquirido e inquestionável. Passemos à identificação dos Decretos, por ordem cronológica:

1. A 8 de Outubro, publicado a 10, determina-se que passam a estar em vigor as Leis de 3 de Setembro de 1759, de 28 de Agosto de 1767 e de 28 de Maio de 1834, que expulsavam os Jesuítas, encerravam conventos e anulava-se o Decreto de 18 de Abril de 1901 que autorizara a existência de congregações religiosas;
2. A 12 de Outubro, foram estabelecidos como feriados nacionais os seguintes dias: 1 de Janeiro, dedicado à fraternidade universal, 31 de Janeiro, para comemorar o sacrifício dos mártires da República, 5 de Outubro, para lembrar os heróis da República, 1 de Dezembro, dedicado à autonomia da Pátria e, por fim, 25 de Dezembro, como dia festivo da família;
3. A 18 de Outubro, foi determinada a abolição do juramento religioso sob qualquer forma;

23 Como elemento confirmativo desta afirmação repare-se que, pelo menos até 1914, o apoio que Paiva Couceiro esperava para conseguir com êxito voltar a aclamar a Monarquia se situava na área geográfica da forte implantação e influência da Igreja. Pode, ainda, consultar-se de Hipólito de la Torre Gomez – *Contra-Revolução. Documentos para a História da Primeira República Portuguesa.* Lisboa: Perspectivas & Realidades, [s. d.] (1985).

4. A 22 de Outubro, foram proibidas as matrículas no primeiro ano do curso de Teologia da respectiva Faculdade, em Coimbra; este facto correspondeu, na prática, à extinção daquele departamento;
5. A 26 de Outubro, foi decretada a extinção de todos os feriados nos dias que, até àquela data, eram considerados santificados, com exclusão dos domingos;
6. A 3 de Novembro, foi aprovado o Decreto que determinava a possibilidade do casamento se dissolver pelo divórcio;
7. No dia 4 de Novembro, foi aprovado o Decreto que, publicado no *Diário do Governo* de 5, concedia a amnistia a presos condenados por diversos crimes, figurando em primeiro lugar os previstos nos artigos 130º e 135º que se referiam a crimes contra a religião católica apostólica romana. Dizia-se no preâmbulo: «Desejando solenizar o acontecimento mais notável da história pátria com um acto de clemência, tão amplo quanto seja compatível com a segurança comum, e mais extenso e profundo do que qualquer outro semelhante de que haja registo na nossa legislação, [...]». Ou seja, porque não se tratava de uma medida exclusivamente subordinadora da Igreja, houve explicação para a decisão;
8. A 10 de Novembro, mas com publicação a 17, foi decretada a criação de Comissões de Saúde nos concelhos das províncias que não as tinham e, no preâmbulo, invocando a ameaça de proliferação de uma epidemia de cólera em Portugal, diz-se, a dado passo: «Deparou-se ao novo regime um *agravo intolerável contra a higiene nacional*, porque não só representa a *negação de toda a higiene*, como acusa os *prejuízos do fanatismo*: *em alguns pontos do país subsiste ainda a prática bárbara e repugnante dos enterramentos nas igrejas*. [...]. *A República*, esperando que todos os cidadãos concorram para pôr termo breve a uma situação ofensiva de todos os sentimentos e conveniências, *levará a cabo*, *com prudência e firmeza*, *essa instante reforma*»[24].
   Mais uma vez, porque não se tratava de uma medida claramente subordinadora da Igreja ela é explicada no preâmbulo do diploma legal. Curiosamente, deve reparar-se na cautela que se prevê na aplicação da acção repressiva; não estava ainda esquecida a Revolta da Maria da Fonte!
9. No dia 28 de Novembro, decreta-se, sem mais explicações, a proibição das forças militares participarem em actos religiosos;

24 O presente sublinhado e todos os que lhe seguem, aquando da análise dos Decretos do Governo Provisório da República, são da nossa autoria e pretendem pôr em destaque os aspectos mais significativos da orientação adoptada.

10. A 31 de Dezembro, um Decreto, também sem justificações iniciais, regulamenta a confiscação dos bens da Igreja em Portugal;
11. No dia 21 de Janeiro de 1911, o Governo Provisório tomou a decisão de extinguir a prática do culto na capela da Universidade de Coimbra e no preâmbulo justifica-se a atitude da seguinte maneira: «Atendendo a que *as ciências entraram definitivamente no período da sua emancipação de todos os elementos estranhos à razão*, porque só desta emanam e só dela dependem, e atendendo também a que *estão destinadas a imperar pelo poder incruento e irredutível da verdade demonstrada, a qual acabará com as desinências das escolas dogmáticas que têm até hoje dividido os indivíduos e os povos*; [...]».
    Neste diploma houve o cuidado de justificar a medida, em nossa opinião, por duas razões: por um lado, na decisão não estava envolvida exclusivamente a Igreja; por outro, sendo a Universidade um centro de cultura, não se podia perder a oportunidade de evidenciar o papel reformador do novo regime neste domínio.
12. A 20 de Fevereiro, foi publicado o Decreto de 18 que, sem qualquer explicação, instituía o registo civil;
13. Por fim, a 21 de Abril, da forma mais lacónica que a prática legal vulgarizou, publicou-se o Decreto de 20 que separava as Igrejas do Estado.

Como se verifica, uma vez mais o enfatizamos, sempre que se tratou de subordinar a Igreja ao Estado houve, por parte do Governo Provisório, uma sobranceria que, parece, encontrava fundamento em certezas «indiscutíveis», tal como se neste aspecto particular não estivesse a acontecer nem uma revolução, nem uma reforma; o que se fazia era uma correcção ditada pela força da Lógica. Curiosamente, nos quatro decretos que julgámos mais significativamente importantes, relativos ao ensino, porque se pretende levar a cabo uma revolução cultural, foram elaborados longos preâmbulos que fundamentam as medidas adoptadas. Tratou-se, afinal, do traço distintivo que complementou a «lógica» da subordinação da Igreja; ou seja, não haveria revolução cultural sem silenciar ao máximo a Igreja – facto que já nem carecia de explicação – e sem reforma do ensino – facto que «obrigava» a todas as explicações. Vejamos os respectivos diplomas, também por ordem cronológica, e o conteúdo dos preâmbulos:

1. A 22 de Outubro de 1910, foi aprovado o Decreto que extinguia o ensino da doutrina católica nas escolas primárias. No preâmbulo dizia-se: «Para *satisfazer ao espírito liberal e às aspirações dos sentimentos republicanos* da Nação Portuguesa:
    Tendo em vista que *o Estado não pode obrigar as famílias, e*, portanto, *as crianças a determinada crença religiosa*;

Considerando que *o ensino dos dogmas é incompatível com o princípio que deve regular a instrução educativa das escolas primárias* [...]».

É clara aqui a intenção de evidenciar que se considera a prática da religião, tal como vinha sendo seguida, um impedimento da reforma das mentalidades que possibilitasse a revolução cultural republicana. Mas o esboço mais completo do sentido dessa reforma vai aparecer na introdução explicativa do diploma seguinte.

2. A 22 de Março de 1911, publicado no *Diário do Governo* de 24, foi aprovado o Decreto que criava as Universidades de Lisboa e do Porto. Lê-se no preâmbulo: «Considerando que *a frequência regular da Instrução Secundária e Superior* demanda tal sacrifício de tempo e dinheiro, que a *constitui em privilégio de ricos e remediados*, *tornando-a inacessível*, de facto, *a muitos estudiosos com méritos e aptidões*, *mas desprovidos de recursos*;

Considerando que *um dos primeiros deveres do Estado democrático é assegurar a todos* os cidadãos, *sem distinção de fortunas*, *a possibilidade de se elevarem aos mais altos graus de cultura*, quando disso sejam capazes, por forma a que a Democracia constitua, segundo a bela definição do imortal *Pasteur*, aquela forma de estado que permite a cada indivíduo produzir o seu máximo esforço e desenvolver, em toda a plenitude, a sua personalidade; [...]».

Como consequência do que foi dito, refere-se a necessidade de se criarem bolsas de estudo para auxílio dos estudantes mais dotados, mas sem recursos financeiros, em especial os que vivem na província. Chega-se mesmo ao ponto de preconizar que os mais brilhantes vão ao estrangeiro para se aperfeiçoarem e afirma-se: «Atendendo, com efeito, a que *a transformação e desenvolvimento da cultura nacional*, *no sentido moderno*, e para a organização científica da vida económica do País, *não basta importar como*, *até aqui*, *na sua expressão livresca e em fórmulas já feitas*, *os resultados obtidos nas nações mais adiantadas e progressivas*, mas *se faz mester que a juventude portuguesa assimile*, *directamente* e *in loco*, *os métodos de ensino*, *de criação e de aplicação das ciências*, *para os implantar entre nós e criar centros autónomos de cultura nacional*; [...]».

Nesta última transcrição fica claro que havia uma bem definida vontade de actuar sobre a cultura nacional, dinamizando-a e, por isso, transformando-a de modo a que Portugal conseguisse perder o atraso que a segunda metade do século XVIII e o século XIX haviam gerado.

Mas os traços mais marcantes da reforma, tendo em vista a revolução cultural, estão, segundo o nosso parecer, no preâmbulo do diploma seguinte.

3. No dia 30 de Março foi publicado o Decreto que havia sido aprovado na véspera e que reorganizava a instrução primária. O preâmbulo é bastante longo e não resistimos à tentação de transcrever na íntegra as partes que nos pareceram mais importantes para justificar e fundamentar o nosso ponto de vista. Dizia-se:

«*O homem vale*, sobretudo, *pela educação que possui*, porque só ela é capaz de desenvolver harmonicamente as suas faculdades, [...];

A educação exerce-se, como que automaticamente, durante toda a vida, [...];

Educar uma sociedade é fazê-la progredir, torná-la um conjunto harmónico das forças individuais, por seu turno desenvolvidas em toda a plenitude. *E só se pode fazer progredir e desenvolver uma sociedade, fazendo com que a acção contínua, incessante e persistente de educação, atinja o ser humano, sob tríplice aspecto: físico, intelectual e moral.* [...].

A República libertou a criança portuguesa, subtraindo-a à influência jesuítica, *mas precisa agora de a emancipar definitivamente de todos os falsos dogmas*, sejam os de moral ou de ciência, *para que o seu espírito floresça na autonomia regrada*, que é a força das civilizações. [...].

Ora *o laboratório da educação infantil está para as camadas populares*, sobretudo, *na escola primária*, e *é lá que verdadeiramente se há-de formar a alma da pátria republicana.* [...].

A moral moderna é diferente da antiga. Ela traz, à hora presente, uma porção de revolta tal, que o velho mundo de preconceitos oscila nos seus alicerces seculares. *Para a interpretar e seguir, é preciso comparar os sentimentos dos homens, analisar o carácter dos povos e perscrutar os próprios desígnios da História.* E *para isso é preciso saber ler, conhecer* de maneira elementar, ao menos, *esse alfabeto maravilhoso, onde se estratifica a notícia dos acontecimentos e se agita a opinião dos homens.* [...].

[...] a criança cria, desde a escola infantil, hábitos fortes de energia e pureza, habilitando-se praticamente para a conquista do pão e da virtude. *Ao terminar o seu curso obrigatório, o jovem português amará, de um amor consistente e raciocinado, a região onde nasceu, a pátria em que vive, a humanidade a que pertence.* [...].

A religião foi banida da escola. Quem quiser que a dê à criança, no recanto do lar, porque o Estado, respeitando a liberdade de todos, nada tem com isso. *A moral das escolas*, depois que a República se fundou, *só tem por base os preceitos que regulam a justiça entre os homens e a dignidade dos cidadãos.* Varreu-se da pedagogia nacional todo o turbilhão de mistérios, de milagres e de fantasmas que regulavam, até então, o destino mental das crianças.

A escola vai ser neutra. Nem a favor de Deus, nem contra Deus. Dela se banirão todas as religiões, menos a religião do dever, que será o culto eterno desta nova igreja cívica do Povo.

A moral de agora firma-se no exemplo prático da solidariedade. [...]. [...]».

4. Finalmente, o Decreto de 19 de Abril, que punha em execução as bases da nova constituição universitária não tinha preâmbulo, nem carecia, porque toda a doutrina orientadora da acção do Estado já estava definida nos anteriores diplomas.

Conclusão

Poder-se-ão extrair algumas conclusões gerais da análise sumária que fizemos, em especial na perspectiva do relacionamento do Governo Provisório com a literatura Realista-Naturalista? Julgamos que sim[25], embora salvaguardemos desse contexto os aspectos mais decadentes e desequilibrados, como por exemplo aqueles que são explorados por Abel Botelho.

Comecemos pela identificação dos grandes princípios orientadores: a *emancipação da Ciência relativamente à Religião* e a *aceitação de que a Verdade só existe quando comprovada cientificamente*. Sobre estes dois pilares constróem os primeiros governantes republicanos o seu terceiro princípio: *o Estado deve ser isento e situar-se equidistantemente dos cidadãos*.

Se formos mais profundos na interpretação destas três ideias fundamentais verificamos que também elas obedecem à objectividade que caracteriza a postura científica. No entanto, havia que passar do plano teórico à prática e, tal como aceitavam que a Ciência existia para o bem-estar do Homem, também *competia ao Estado um papel providencial na criação de igualdade de oportunidades de desenvolvimento dos cidadãos perante a cultura*, de modo a que se tornasse possível a *autonomização e geração de uma cultura científica portuguesa*. É nesta manifestação da necessidade de um «nacionalismo científico» que se apoia um outro princípio que era muito querido aos repu-

25 Deve atentar-se no facto de que, quando colocamos a questão e lhe respondemos afirmativamente, estamos a tentar situarmo-nos na perspectiva dos governantes e não na dos escritores que surgiram por volta da data do Ultimato (1890), porque, se assim fosse, teríamos de concordar com Oscar Lopes (*História da Literatura Portuguesa*. 16.º ed. Porto; Porto Editora, [s. d.], p. 1012) quando afirma ter existido uma certa falta de coerência própria entre os autores portugueses no pós-1910; esta – se foi ultrapassada – só se inverteu à volta dos ideais da Renascença Portuguesa e da sua revista *A Águia* (1912). Aliás, entre nós, mesmo antes do começo da segunda década do século XX, já se fazia sentir a corrente decadentista como contestação da Naturalista.

blicanos de 1910: *a dignificação do grupo social existe quando houver dignidade para o cidadão e esta fundamenta-se na Justiça e na Solidariedade.* Ora, tal desiderato obriga à *consciencialização de pertença ao grupo social* a qual é mais amplamente conseguida quando tem por fundamento a alfabetização e a divulgação da cultura, razão por que os esteios da nova cultura republicana, em última instância, eram a juventude e a escola.

Depois de exposto este encadeado percebe-se que a estética literária Realista-Naturalista tenha impressionado e inspirado a tal ponto os políticos do primeiro ano de República em Portugal que os levou a legislar no sentido de, segundo o seu ponto de vista, por um lado, tentar erradicar as condições sociais que possibilitavam alguns dos fundamentos desse tipo de ficção e, por outro, adoptarem a objectividade e a isenção científicas como geratriz de uma nova cultura.


À VOLTA DE UM DELTA
HÁ SEMPRE LUGAR PARA MAIS UM.
DELTA
CAFÉS
votado pelos leitores
MARCA DE CONFIANÇA
2014
Seleções do Reader's Digest
Eleito café de confiança há 13 anos consecutivos.
Este é o café dos amigos. O café da família. O café dos momentos de partilha.
O café à roda do qual giram as nossas histórias, as nossas conversas e os nossos sonhos. Há 13 anos consecutivos que este é o café em que mais confiamos.
Delta, marca de confiança dos portugueses.
DELTA
CAFÉS
O CAFÉ DA SUA VIDA

Revista Militar
N.º 12 – dezembro 2014
pp. 1109-1116

Ciberguerra



Mestre Nuno Manuel Oliveira Luz de Almeida*

Problemática

É objeto deste pequeno "*paper*" contribuir para uma reflexão relacionada com a chamada ciberguerra no que ao seu perímetro diz respeito, nomeadamente, quanto à necessidade do setor bancário dever ou não nele ser incluído.

Enquadramento

Com a saída do Despacho nº 13692/2013, publicado em Diário da República, 2ª série, no dia 28 de Outubro, relativo à "Orientação Política para a Ciberdefesa", vindo na sequência de um conjunto de outras resoluções[1] e despachos[2], enquadrados pela Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia[3], é dado mais um passo no sentido de preencher o vazio existente no nosso país relativamente à prevenção e resposta às ameaças cibernéticas que ponham em risco a soberania e a segurança nacional (ciberguerra).

Envolvendo o conjunto de sistemas informáticos, redes de comunicação e informação neles processada e armazenada, o ciberespaço distingue-se,

* Licenciado em Economia, com especialização na vertente de Economia Matemática (ISEG), onde desenvolveu atividade docente, e em Ciência das Religiões (ULHT). É pós-graduado em Filosofia Oriental (FLUL), em História e Cultura das Religiões (FLUC e UCP) e em História Militar (FLUL, UC, Academia Militar, Academia da Força Aérea e Escola Naval), onde prepara teses de Mestrado e é investigador. Profissionalmente, tem exercido vários cargos técnicos e de administração, nomeadamente no sistema bancário nacional e internacional, enquanto responsável, de entre outras, pelas áreas de Sistemas e Tecnologias de Informação. Tem, adicionalmente, formação em Matemática Aplicada (FCUP) estando, ainda, envolvido em vários grupos de trabalho, relacionados com as matérias referidas.

conceptualmente, quando comparado com as ameaças ditas convencionais, por não dispor de fronteiras físicas ou lógicas, possibilitar o tráfego "booleano" a uma velocidade quase igual à da luz (tempo zero), atomizar os atores do ciberespaço com objetivos de vida muitas vezes conflituantes entre si, tornar imprevisível os mecanismos de causa-efeito e, com isso, alterar por completo o paradigma da guerra e seus subconceitos de ataque, defesa, criminalidade e segurança, de entre outros.

Se, até ao início do nosso século, eram, essencialmente, de cariz físico as principais ameaças, de que o ataque às torres gémeas, por ser o mais terrível na sua espetacularidade recente, constitui o seu exemplo mais acabado, hoje, devido ao exponencial desenvolvimento dos chamados sistemas e tecnologias de informação, há que lhes adicionar as ameaças lógicas, do mundo digital (veja-se, a esse propósito, o caso Edward Snowden).

A complexização do chamado "*internet time*" ao caminhar para uma convergência tecnológica materializada em telecomunicações digitais suportadas em elevadíssimas larguras de banda por onde tudo passa (texto, imagens, vídeo), equipamentos miniaturizados de facílimo transporte (telemóveis, *pens*) e "media" com acesso em *real time* a todo e qualquer recurso informativo (*Google Earth*), assim como a proliferação de serviços, aplicações, ferramentas, bases de dados, sistemas e protocolos usados, ao mesmo tempo que os *experts* nestas matérias são jovens com natural menor maturidade, obriga a olhar transversalmente para todos os intervenientes no ciberespaço, independentemente de pertencerem à sociedade militar ou civil.

A desmilitarização da informação (*Wikileaks*, espionagem setorial e institucional), se não for gerida de forma local, e mesmo individual, por cada cidadão, impossibilitará uma verdadeira cultura de segurança no ciberespaço. Na sociedade civil tornou-se clássico, talvez até pelo imediatismo cinematográfico, apontar-se o setor elétrico como aquele que, sendo objeto de uma disrupção, poderia conduzir uma sociedade da ordem ao caos num ápice. Também sem comunicações, a era da eletrónica em que vivemos desapareceria e, com ela, todo e qualquer sistema de transporte físico ou lógico. Sem que se negue a sua importância gostaríamos, contudo, de relevar um outro setor, o bancário, para o qual, neste âmbito da ciberdefesa, se tem olhado de forma bem menos exuberante quando não mesmo descuidada.

Para que não haja dúvidas, a afirmação feita não se refere ao trabalho que cada instituição tem vindo a desenvolver – coordenado pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSP) – que se considera notável a todos os títulos podendo e devendo, até, ser exportável enquanto conhecimento específico, mas sim à importância que lhe tem sido dedicada pelas altas esferas governativas.

Alguém disse que a sociedade é uma rede de redes e um sistema de sistemas em que cada cidadão é um nó dessa rede. Imagine-se, pois, um

cidadão que acorda pacatamente e se dirige para um supermercado para comprar o almoço e no ato do pagamento lhe dizem que o cartão não está ativo. Nesse mesmo momento vai ocorrendo a mesma situação com todos os clientes. Daí, o "nosso" homem dirige-se ao multibanco mais próximo e verifica que o saldo da sua conta não corresponde, minimamente, ao que esperaria apresentando-se a negativo. Quer telefonar para o banco mas, verifica que não o consegue fazer pela falta de saldo. A pé, dirige-se ao seu balcão pois começa a desconfiar que poderá haver um problema sério. Já no balcão, dizem-lhe que o sistema está com problemas e que deverá voltar mais tarde. Dirigindo-se à sua empresa começa a verificar que existe algum nervosismo, dado as contas da mesma se encontrarem em situação precária ou por falta de saldo ou por mensagem de encerramento. Como é fim do mês não poderão ser pagos os salários dos seus colaboradores nem honrar o pagamento aos fornecedores. Ao mesmo tempo, repara num som ensurdecedor que vem da bomba de gasolina fronteiriça ao prédio da sede da empresa. Abeira-se da janela e constata haver discussões entre os automobilistas e o responsável da gasolineira. Apercebendo-se das conversas conclui não estar só na desdita. Uns anos antes, lembrava-se do apagão da EDP devido a uma cegonha. Agora, o apagão era do seu banco. E se não conseguissem reparar a situação? Regressar a um mercado de troca direta não seria solução.

Este cenário relatado poderia ser bem real se houvesse da parte de um governo ou de um conjunto de ciberterroristas fundamentalistas a vontade explícita de "emudecer" de forma aparentemente pacífica os cidadãos de um outro país ou parte de um setor chave desse mesmo estado. Sabe-se hoje que uma situação continuada de caos numa instituição bancária causará, ao fim de cinco dias, danos irreparáveis que a obrigarão a encerrar as portas causando, com isso, um impacto sistémico de dimensão superior ao da sua quota de mercado.

É importante, neste ponto, dizer que todos os anos há bancos que fecham por gestão danosa conducente à bancarrota, não havendo, contudo, nota de algum que o tenha feito devido a uma disrupção terrorista. Até hoje, há muitos ataques ao setor, mas sempre dominados pelos perímetros de segurança estabelecidos e controlados pelos profissionais da cibersegurança. Significa isso que deveremos estar tranquilos? Não, significa apenas que a banca tem encabeçado, com altíssimo aproveitamento, a luta contra essa cibercriminalidade não havendo nota de movimentos envolvendo ciberterrorismo concertado a uma escala de média/grande dimensão. Enquanto os primeiros procuram abrir brechas no sistema através de uma aplicação *web* escrita recorrendo a ASPs[4] e configurada no *Internet Information Services* acessível através de um endereço HTTP[5] instalado num servidor remoto que possibilita pesquisar, ou alterar conteúdos localizados numa base de dados por ligação OLEDB[6] e ODBC[7] e,

com isso, desviar quantias das contas de um cliente para as suas próprias, os segundos procuram destruir a disponibilidade, a integridade, a sincronicidade e a confidencialidade dos dados através da destruição física de um ou vários equipamentos, da criação de um resíduo na frequência da transmissão destes, ou por intrusão, de um vírus nas aplicações, com isso prejudicando a sua recuperação.

Proposta

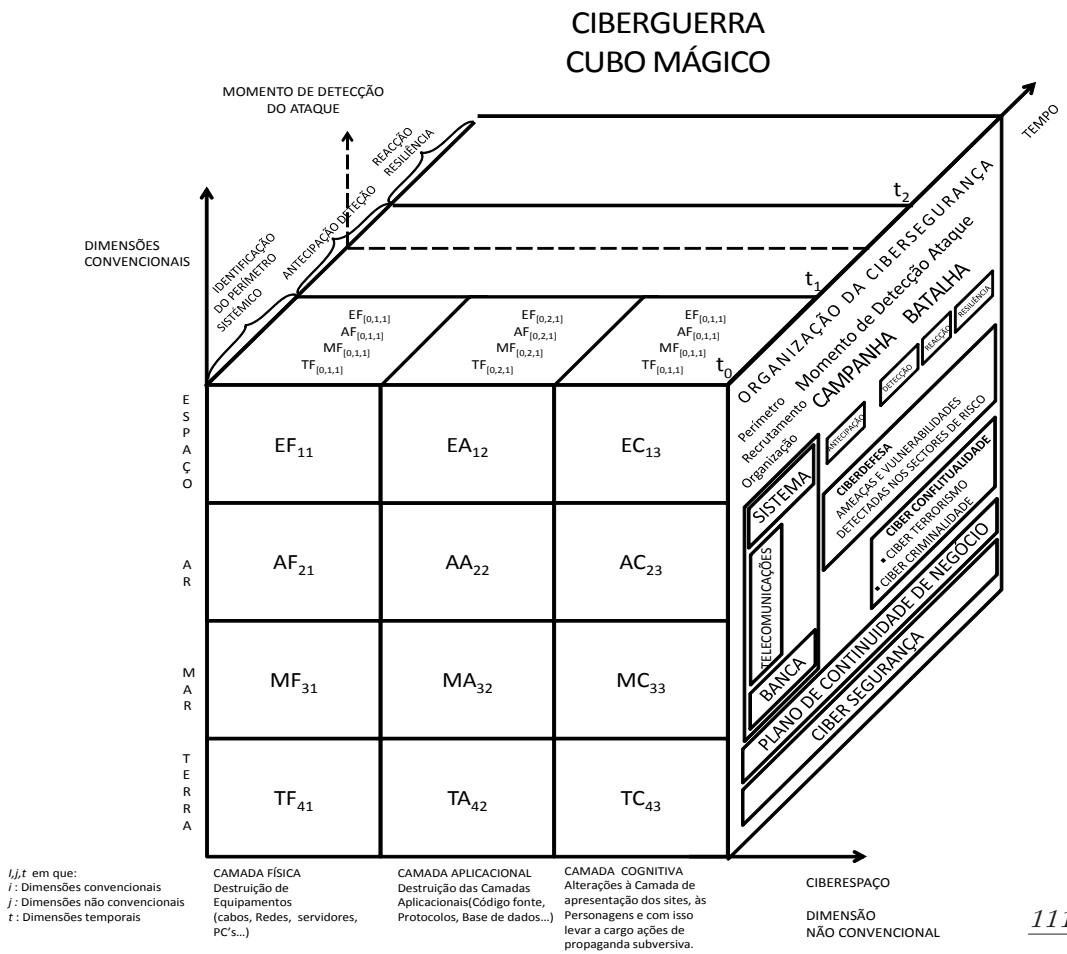
Sendo um perigo real, a banca, já há muito tempo[8] que se vem preparando para situações desta natureza, através do que se convencionou chamar Plano de Contingência de Negócio (PCN), o qual entronca no chamado Risco Operacional que é uma das três matérias que se encontra consignada, por sua vez, num dos três pilares que configuram o Acordo de Capital de Basileia II[9]. Para que o capital exigido ao nível de cada banco seja minimizado, deverá cada instituição mitigar o seu risco operacional através da comprovação da existência de um PCN devidamente testado. A gestão da continuidade de negócio compreende, assim[10], "o conjunto integrado de políticas e procedimentos que visam assegurar o funcionamento contínuo de uma organização, ou a recuperação atempada de uma atividade, no caso de ocorrência de eventos suscetíveis de perturbar o normal desenrolar do negócio, nomeadamente, por implicarem a indisponibilidade das infraestruturas físicas, dos sistemas informáticos ou dos recursos humanos, de forma isolada ou em simultâneo.

Este tipo de eventos abrange, entre outros, cenários como catástrofes naturais, pandemias, atos de terrorismo, falhas nos sistemas informáticos". Significa isto que o setor detém na sua cultura, no seu ADN, uma filosofia de vida envolvendo os seus quadros e colaboradores, suportada na planificação de situações de risco antecipando-as, simulando cenários, medindo consequências sobre clientes, fornecedores e acionistas, hierarquizando tarefas de recuperação e mitigação, garantindo a existência de infraestruturas alternativas incluindo as físicas, as informáticas e as de comunicação, reportando à entidade de supervisão, possibilitando a auditabilidade a entidades terceiras e, sobretudo, imputando responsabilidades a cada um dos intervenientes. Os testes, sistematicamente efetuados com esse propósito, comprovam-no.

Este agregado de aspetos torna clara a importância que o setor financeiro detém quer enquanto alvo a atingir pelo ciberterrorismo, pela forma cirúrgica como se pode fazer parar um país, sem sangue, sem uma generalizada destruição física e às mãos de uma equipa "pequena e civil", quer enquanto

conhecimento prático, detido e continuado, há já vários anos, que pode contribuir para o enriquecimento da Política de Ciberdefesa.

Atento ao propósito inicial e confirmando-se pela afirmativa a sua dupla importância, conclui-se o presente tema com uma sugestão de modelo macro integrador de atuação face a ataques no ciberespaço.



Por definição (ver figura), o ciberespaço varre um espetro eletrónico que é comum às chamadas dimensões convencionais da guerra, na sua geografia física – a terra, o mar, o ar e o espaço – mas numa nova variante, a dos sistemas de informação, que se encontram por facilidade académica

subdivididos nas camadas: cognitiva ou do utilizador onde o cidadão comum navega através de *écrans*; física, onde se acomodam os programas, as ferramentas e os serviços usados; e na técnica ou aplicacional onde se recolhem as funcionalidades, se transformam os dados através do desenho técnico e da programação e se descarregam, devidamente formatados, os resultados obtidos.

É destas quatro por três dimensões que nasce o "nosso" ciberespaço constituído por doze nós sobre os quais se deve atuar de forma orquestrada, planeada, no tempo. Definida a estratégia de ciberdefesa, há que saber recrutar os profissionais, organizá-los, armá-los, desenhar taticamente a campanha e a batalha a travar, perspetivando as consequências.

É, exatamente, nesta sucessão de passos, aquilo a que chamamos o desenrolar da ação, que sugerimos a participação do setor bancário, à semelhança das elétricas e das *telco*[11]. Se estas últimas são consideradas parte integrante dos meios logísticos que importa salvaguardar, o primeiro deverá ser visto como o "grude" do sistema. Podemos "ver" com geradores alternativos, comunicar com equipamentos portáteis mas, sem moeda, invenção com mais de dois mil anos, retrocederíamos à Idade da Pedra. Integrada no seu conjunto, permitirá ao comando da ciberdefesa incrementar o seu poder de decisão, enquadrar, de forma homogénea, a abordagem de cada um dos setores civis (banca, elétricas e *telcos* em t=1), coordenar o sistema de um ponto de vista militar como um todo (i, j, t=2), identificar quem é quem na cadeia de responsabilidades do plano de continuidade em cada um dos setores e estabelecer o perímetro de risco de destruição (momento i, j, t=1) e respetiva defesa.

Postas as vantagens, o que fazer em primeiro lugar? Construir uma taxonomia de incidentes, de acordo, na componente civil, com o "*National Institute of Standards and Technology*" (interdição de acessos, código malicioso, "*denial of service*" e usos inapropriados), escolher ferramentas de classificação de dados de acordo com níveis de risco de perdas (classificação de ativos), identificar KPI's (*Key Performance Indicators*) a atingir em caso de perdas (serviços, aplicações, infraestruturas de base classificadas por grau de importância), definir modelos e equipas de ação a integrar na sala de guerra (papéis a desempenhar individual e coletivamente, escalonamento de problemas, protocolos da "*war room*", (...)), identificar os pontos de falha robustecendo-os e implementar, como corolário, o plano de continuidade.

Nova pergunta se impõe. Em que deve consistir o P.C.[12]? Sugerem-se oito fases: uma introdução, com o propósito, âmbito e pilotagem do próprio plano; um segundo bloco, de como o usar, explicando o modo de funcionamento da sala de guerra de acordo com as diversas escalas de problemas às crises; um terceiro capítulo, com a caracterização de problemas e respetiva

atuação em função da sua dimensão; uma quarta parte, com a classificação dos ativos por níveis de risco de perda; uma quinta subdivisão, com as equipas envolvidas e suas respetivas responsabilidades, e formas de organizar os processos de trabalho; uma sexta, com os subplanos por tipologia de incidente, de ativos implicados e processos atingidos pelo ciberataque; um sétimo, capaz de efetuar o rescaldo da guerra tratando da documentação dos detalhes dos incidentes e respetivas ações de mitigação; culminando num oitavo, com as lições aprendidas, de molde a serem incorporadas em semelhantes situações futuras, no pressuposto de se ter sobrevivido (i, j, t=3). O que se acabou de descrever não é teoria, mas antes uma prática continuada no setor bancário que se acredita seja útil integrar neste processo.

Conclusão

A ciberguerra travada no ciberespaço, obrigando a uma aproximação diferenciada não convencional, obriga-nos a considerar cada vez mais "*players*" no tabuleiro das Políticas de Defesa Nacional. A banca, em particular, com o seu histórico, de quase vinte anos, de Planos de Contingência ao nível das TIC, deverá inserir-se nessa operacionalização sistémica, quer enquanto alvo quer enquanto prestador de experiências a que se encontra sujeito no seu dia-a-dia combatendo a cibercriminalidade. De que forma? Passando a fazer parte do perímetro definido pela Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia.

---

1 Resolução do Conselho de Ministros nº 19/2013, de 21 de março, que refere a necessidade de identificar o ciberterrorismo e a cibercriminalidade como ameaças e riscos prioritários num ambiente de segurança global; Resolução do Conselho de Ministros nº 26/2013, de 19 de abril, relativa à Reforma "Defesa 2020", onde se fala dos passos necessários à criação de um Centro de Ciberdefesa.

2 Despacho nº 5590/2012, de 11 de abril, relativo à definição e implementação da Estratégia Nacional da Informação englobando a criação, instalação e operacionalização de um Centro Nacional de Cibersegurança.

3 Comunicação Conjunta ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité de Regiões [Join (2013) 1 final], relativa à Estratégia da União Europeia para a Cibersegurança, de 7 de fevereiro de 2013.

4 *Active Server Pages* – Estrutura de bibliotecas para processamento de linguagens de *"script"* capazes de gerar conteúdos dinâmicos ao nível da *Web*.

5 *Hypertext Transfer Protocol* – Protocolo de comunicação ao nível da camada de aplicação de acordo com o modelo OSI *(International Organization for Standardization)* e que serve para transmitir dados da WWW *(World Wide Web)*.

6 *Object Linking and Embedding Database* – Interface de Programação de Aplicações que permite aceder de forma universal a diversas fontes de dados.

7 *Open Database Connectivity* – Modelo de acesso padronizado a sistemas de gestão de bases de dados (SGBD).
8 Carta Circular nº 75/2010/DSB, de 3 de dezembro, que revogou as recomendações publicadas por Carta-Circular nº 100/2005/DSB, de 26 de agosto.
9 O Acordo de Capital de Basileia II, ou simplesmente chamado de B II, assente em três pilares, o de Capital, o de Mercado e o de Supervisão.
10 Citação da página 2 da Carta Circular nº 75/2010/DSB, de 3 de novembro.
11 Companhias de telecomunicações.
12 Plano de Contingência.

Revista Militar
N.º 12 – dezembro 2014
pp. 1117-1141

Sargento-mor de Infantaria, com exercício de engenharia, José António Caldas (1725/1782)



Tenente-coronel João José de Sousa Cruz*

1. Na cidade de Salvador, e Bahia de Todos os Santos

O Sargento Mor do exército português José António Caldas, ocasionalmente nascido no Brasil, no ano de 1725[1], foi, na época, um dos mais brilhantes engenheiros militares que serviram nas nossas fileiras e, não sendo de origem nobre, teve de percorrer todas as escalas até atingir o posto militar que corresponde ao actual posto de Major, ou seja, já oficial superior, bem como o lugar de "professor" na Aula Militar da Bahia. Consta que nasceu em Salvador, filho de Pedro da Silva Caldas, calafate, oficial escrevente e requerente de papéis, e de D. Maria da Natividade Cavalcante[2], e faleceu em 31 de Outubro de 1782, com a idade de cinquenta e sete anos. Atravessou uma época histórica



Figura 1 – Oficial do Terço de Ordenanças, na Bahia, Brasil, em 1787

* Tenente-coronel de Artilharia. Professor Efectivo de Topografia e Geodesia da Academia Militar, Lisboa, Professor e Criador do Curso de Engenharia Topográfica no Instituto Politécnico de Beja, Professor de Topografia e Desenho Topográfico da Escola de Formação e Aperfeiçoa-mento do Instituto Geográfico e Cadastral em Lisboa, Professor Convidado da Universidade dos Açores para as cadeiras de Topografia e Desenho Topográfico, em Ponta Delgada, e Professor de Topografia da Universidade Lusófona em Lisboa.

1 Gina Marocci; Bahia séc. XVIII.

2 Cristina F.L. Ximenes-Bahia e Angola, Redes comerciais e tráfico de escravos, 1750/1808.

sob os governos de D. João V (1707/1750), de D. José I (1750/1777) e de D. Maria I (1777/1792).

Na impossibilidade de obter uma imagem do Sargento Mor José Caldas, tomamos a liberdade de juntar uma imagem curiosa elaborada por um militar português, referindo os fardamentos em uso no século dezoito e que poderia ser o utilizado na Bahia. Notar que no século XVIII a fotografia era obtida normalmente por pintura.

No reinado de D. João V, com a acção do Marechal General Conde de Lippe na organização militar portuguesa, e com influência na vida do Sagento Mor Caldas, há a determinação importante da inclusão, em cada regimento de infantaria, de uma companhia enquadrada por engenheiros de profissão, originando a criação de uma corporação especial de engenheiros militares, na época, ligados à Artilharia.

Desde 1699 que, por carta régia de D. Pedro II, na Bahia, funcionava a Escola de Artilharia e Arquitectura Militar, para diminuir a escassez de profissionais aptos a fazer a manutenção das fortificações e promover a construção civil no Brasil[3]. Esta escola esteve instalada no Forte de S. Pedro, na cidade de Salvador, entre 1710 e 1829. Para esta escola, o recrutamento era feito entre jovens com menos de dezoito anos, sendo, ou não, já militares, a quem era atribuída uma bolsa de estudos.





Figuras 2 e 3 – Forte de S. Pedro, em Salvador, onde funcionou a Escola de Artilharia e Arquitectura Militar. Porta de armas e imagem obtida por satélite

O ensino no Brasil, e também em Portugal, era ministrado essencialmente pela ordem dos jesuítas, que mantinham colégios para os filhos da elite portuguesa e escolas públicas para os alunos sobrantes, onde apenas apren-

3 As raízes do ensino da Arquitectura e Urbanismo no Brasil; Vol. X Arquitectura e Urbanismo.

diam a ler, escrever e contar. Era desta massa que era feito o recrutamento para as aulas de engenharia militar.

No entanto, Caldas recebeu anteriormente formação erudita no colégio de Jesus, em Salvador.

Durante muito tempo, em Portugal, o ensino apoiava-se na experiência dos mestres, como nas "cartas de marear" na Aula de Astrologia em 1514. Sabe-se que Pedro Nunes ensinou na Aula de Matemática, em 1547, e Miguel de Arruda, na Aula de Arquitectura Militar, em 1550, quando era Mestre de Obras e das Fortificações do Reino, Lugares de Além e Índia. O termo Aula, só por si leva-nos a pensar num tempo lectivo, como actualmente se usa, mas, naquela era, designava um curso completo. Por exemplo, na Aula do Paço, em Lisboa, ensinava-se geometria, cosmografia e arquitectura militar. Esta Aula, em 1559, mudou de nome para Escola Particular dos Moços Fidalgos do Paço da Ribeira, com a finalidade de ensinar arquitectura militar.

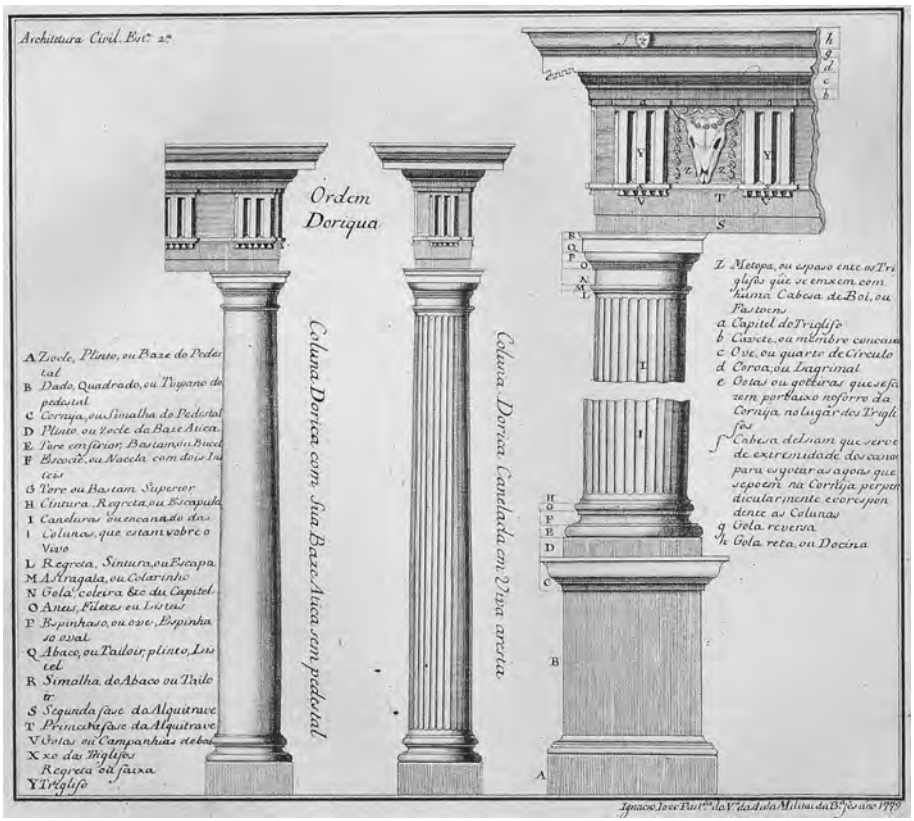


Figura 4 – Desenhos de Ignacio José, aluno de José A. Caldas

Já no período dos Filipes, esta Aula foi levada para Madrid e deu lugar à Academia das Matemáticas e Arquitectura, voltando a deslocar-se para Lisboa, onde Filipe Terzi, arquitecto, reabriu a Aula do Paço da Ribeira. Estes cursos formavam arquitectos e medidores por conta do erário real e com garantia de trabalho após o final dos mesmos.

Foi em 1590 que foi criada, em Lisboa, pelos jesuítas, a famosa "Aula da Esfera", no Colégio de Santo Antão, aproveitando a transferência da Aula do Paço da Ribeira para Madrid.

Com estas habilitações, em 1603, Francisco Frias de Mesquita foi escolhido para Arquitecto Mor do Brasil, e tinha apenas vinte e cinco anos de idade. Luis Serrão Pimentel, em 1641, montou a Aula de Artilharia e Esquadria (cantaria de pedras) que, em 1647, se denominou Aula Régia (Fortificação e Arquitectura Militar).

É certo que, no séc. XVII, Portugal se empenhou na formação de arquitectos no Ultramar, destinando-os para a construção de fortificações, cartografia e organização de serviços públicos, nomeadamente no Brasil.

Era notório que militares com formação superior na ciência da construção eram considerados quase "um oásis" de conhecimentos e desenvoltura de procedimentos, no meio da grande maioria do pessoal que constituía o exército colonial, no qual muitos oficiais eram analfabetos. O próprio "Marechal General das Tropas de Sua Majestade Fidelíssima", Conde de Lippe, determinou, em 16 de Fevereiro de 1764, *"(…) Que de ora em diante, todo o sargento que nas mostras responda pela Companhia e que pela natureza do seu encargo deve saber ler e escrever correctamente porque o oficial Comandante da mesma pode não o saber, por ser fidalgo"*[4].

Foi o mesmo Conde de Lippe que, aproveitando as reformas pombalinas, reformou o exército, criou bibliotecas em todas as unidades militares e criou o Real Colégio dos Nobres[5].

A Carta Régia de 15 de Janeiro de 1699 institui no Brasil o ensino regular da Arquitectura Militar, onde constava[6]: *"(…) aí* (no Brasil) *deveria ser aberta uma Aula em que ele (*o formador*) possa ensinar a fortificar, havendo nela três discípulos do partido (bolsistas), os quais serão pessoas que tenham capacidade necessária para poderem aprender e se aceitarem terão ao menos 18 anos de idade, os quais sendo soldados se lhes dará além do soldo meio tostão por dia (…) e todos os anos serão examinados para ver se adiantam os estudos e se têm génio para eles".*

4 Lagos Militar.blogspot.pt/2008/conde-lippe-o-sargento-mor-e-o-fidalgo.html.

5 As raízes do ensino…

6 As raízes do ensino…

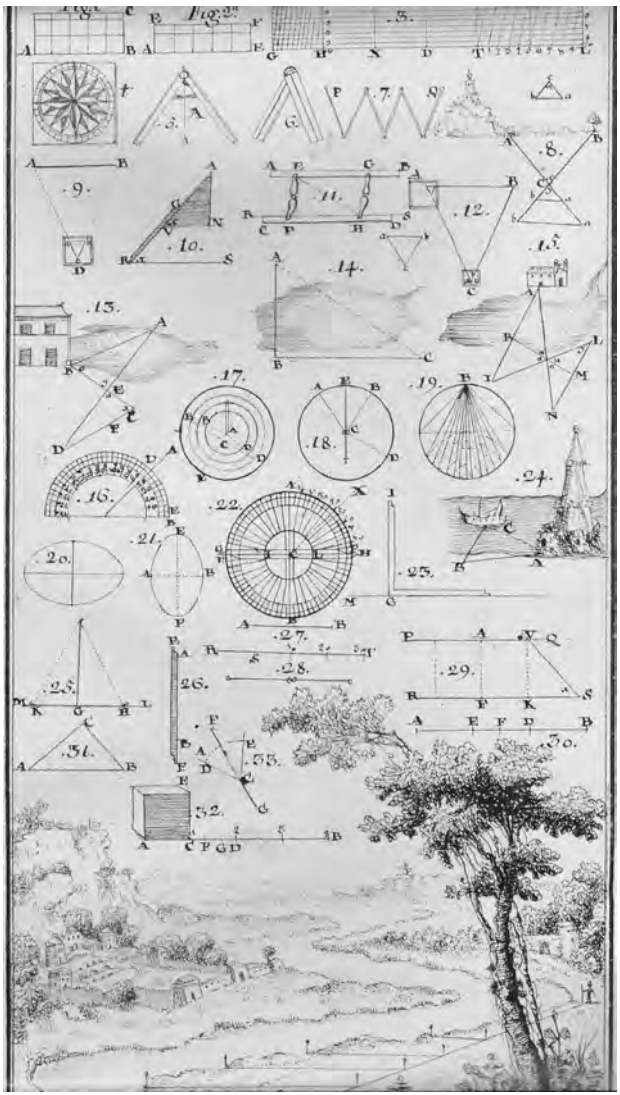


Figura 5 – Desenhos de Ignacio José,
partidista da Aula Militar da Bahia e aluno de José A. Caldas

Em Salvador, foram implantadas as primeiras aulas regulares de fortificação, em 1699. O conteúdo programático destas Aulas acompanhava a orientação geral que se seguia em Lisboa, onde se aprendia de tudo em geral, mas o principal da instrução incidia no estudo dos tratados de arquitectura militar,

incluindo aritmética, geometria, trigonometria, fortificação, ataque e defesa de praças, modos de desenhar e artilharia. Também incluía estudos de longimetria, altimetria, planimetria, estereometria, geodesia, e pantometria, bem como obras de cantaria e alvenaria. Em geral, os militares com exercício de engenheiros, planeavam e marcavam os arruamentos e serviam de medidores (topógrafos) na implantação de novas fundações e alinhamentos nas ruas, largos, praças e edifícios. Em regra, cada curso tinha a duração de seis anos e incluía a execução de cópias de gravuras de tratados franceses ou holandeses e também de portugueses, cópias estas elaboradas a tinta da china.

E foi assim que, em 1745, José António Caldas "sentou praça" como soldado de infantaria, pensando nós que, pela sua arte desenhista e arquitectural, tenha sido encaminhado para a Aula de Fortificação da Bahia, onde, quando saiu, foi promovido a Cabo de Esquadra. O Coronel Cardoso de Saldanha, que estava em Salvador, desde 1749, foi um mestre insigne de muitos engenheiros brasileiros, nomeadamente de José Caldas. Faleceu em 1767.

2. Em África, S. Tomé e Príncipe

Foi Saldanha que indicou o Caldas para trabalhos de engenharia em África, então portuguesa.

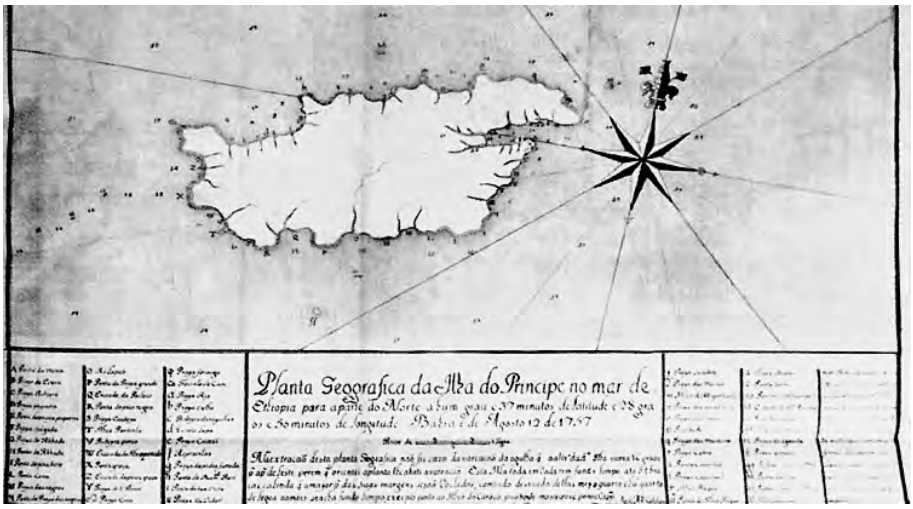


Figura 6 – Planta Geográfica da Ilha de Príncipe, desenhada por José A. Caldas, em 1757

E foram estes trabalhos no golfo da Guiné, onde trabalhou como Cabo de Esquadra, que permitiram que, em 1761, tomasse a patente de "Capitão com exercício de engenharia", nomeação feita por Sua Majestade o Rei D. José I. Transcreve-se agora um documento sobre o tema, de autoria do Tenente Coronel de Artilharia Raymundo José da Cunha Matos que foi governador da Ilha de S. Tomé, até 1816, e que, depois da independência do Brasil, foi Marechal brasileiro.



Figura 7 – A Ilha de Príncipe, em 1924, depois dos trabalhos geodésicos de Gago Coutinho

"Em 21 de Agosto de 1755 foi ordenado ao Vice Rei da Bahia que escolhesse um engenheiro dos melhores que houvesse na Aula Militar daquela cidade e o mandasse em companhia do governador da dita ilha (Príncipe) que ali se achava, para que visse e desenhasse a Fortificação que se devia fazer na mesma ilha. Em 8 de Novembro do mesmo ano foi escolhido para essa missão José António Caldas, por ter sido considerado o único com suficiente desembaraço para executar o desenho e planta da ilha de Príncipe".

Em 15 de Outubro do ano seguinte, de S. Tomé, José António Caldas escrevia ao Vice Rei do Brasil, Conde de Arcos, dizendo que:

"(…) levara na viagem até essa ilha, 44 dias. Ao fim de 35 dias tinham avistado a ilha de Príncipe, mas os oficiais da corveta e o ouvidor entenderam que seguissem rota para S. Tomé. Aí esperava há 22 dias barco para o Príncipe, que não há menos de Novembro". E acrescenta Caldas,*"(…) nestes dias procurei saber quais eram os rendimentos da real fazenda e sua despesa e negócio dos habitantes".*

Em 1759, Caldas publicou o seguinte sobre S. Tomé:

"Esta ilha em altura de 6 minutos da Equinocial para o Norte, é cabeça de três que formam o seu governo, ainda que de presente por ordens de Sua Majestade de 1755, é a ilha de Príncipe cabeça de Governo, onde reside o governador debaixo de cujo mando estão as outras.

Tem esta ilha de norte a sul dezoito léguas de comprido e em circunferência mais de cinquenta e oito.

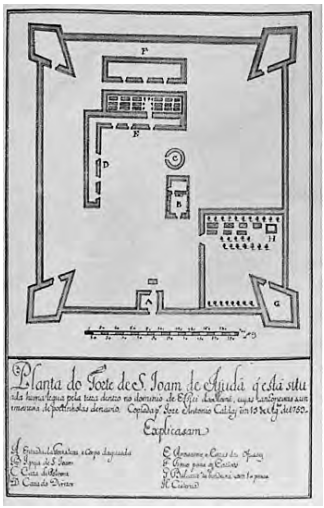
O seu porto e ancoradouro olham para leste. A cidade assenta sobre uma pequena planície que terá de comprimento oitocentos passos e de largura pouco mais de duzentos e cinquenta.

A direcção das ruas e situação das casas guardam muito pouca ordem, e são estas todas de madeira e muito poucas cobertas de telhas".

E depois de explicar a constituição do governo, da câmara, das oito freguesias, do corpo eclesiástico, do corpo secular, analisa:"

As despesas são:	*Corpo eclesiástico*	*3708$649 réis*
	Corpo secular	*3852$266 réis*
O rendimento é:	*Direitos sobre escravos em navio português*	*6984$856 réis*
	Direitos sobre navios estrangeiros	*406$600 réis*
	Outros direitos	*7683$766 réis*

Tais rendimentos não cobrem a despesa, mas como normalmente não há governador nem bispo e como os oficiais militares não são confirmados por Sua Majestade, e por isso não cobram soldo, sempre chega a receita para a despesa".





Figuras 8 e 9 – Planta do Forte de S. João Baptista de Ajudá, em 15 de Agosto de 1759, desenhado por José A. Caldas, e a visão actual do interior do mesmo forte, onde existe um museu histórico.

E a terminar a sua opinião pessoal sobre as ilhas: *"O país é nefando e a sua intempérie de tal forma má, que não só os estrangeiros mais ainda os naturais, padecem de violentas febres a que dão o nome de carneirada, que as mais das vezes inutilizando os remédios, matam ao quarto dia".*

Nesta missão José Caldas executou levantamentos, plantas e projectos nas ilhas de S. Tomé e Príncipe alguns dos quais são a seguir apresentados:

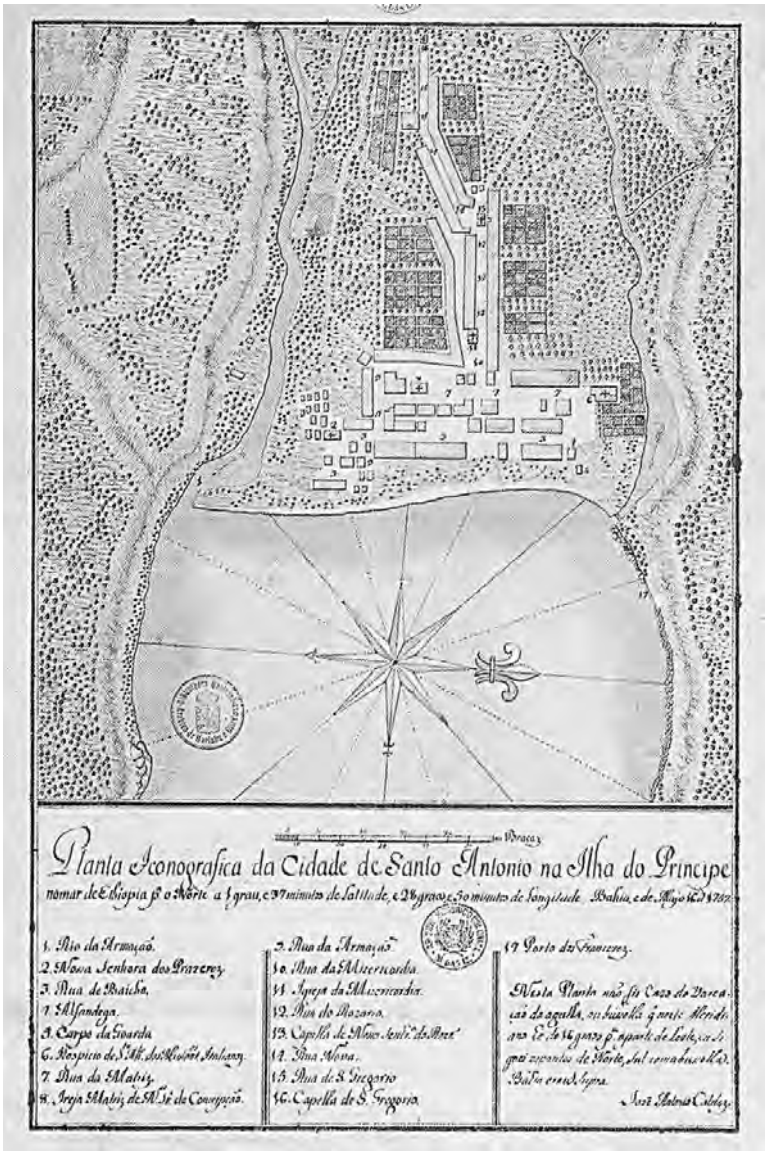


Figura 10 – Planta topográfica da cidade de S. António de Príncipe. Desenho de José A. Caldas

Referindo-se a Ajudá, Caldas escreveu também:

"Este porto de Ajudá he avultado em negócio de escravos e mais frequentado de todas as nasoes (nações) que navegam para aquela costa. Nele há três fortalezas, a saber inglesa, francesa e portuguesa distantes da praia hua (uma) légua e por esta razão sujeitas aos insultos do rei de Homé. Corre a costa a lesnordeste surgese no dito porto em nove brazas, fundo de lama."

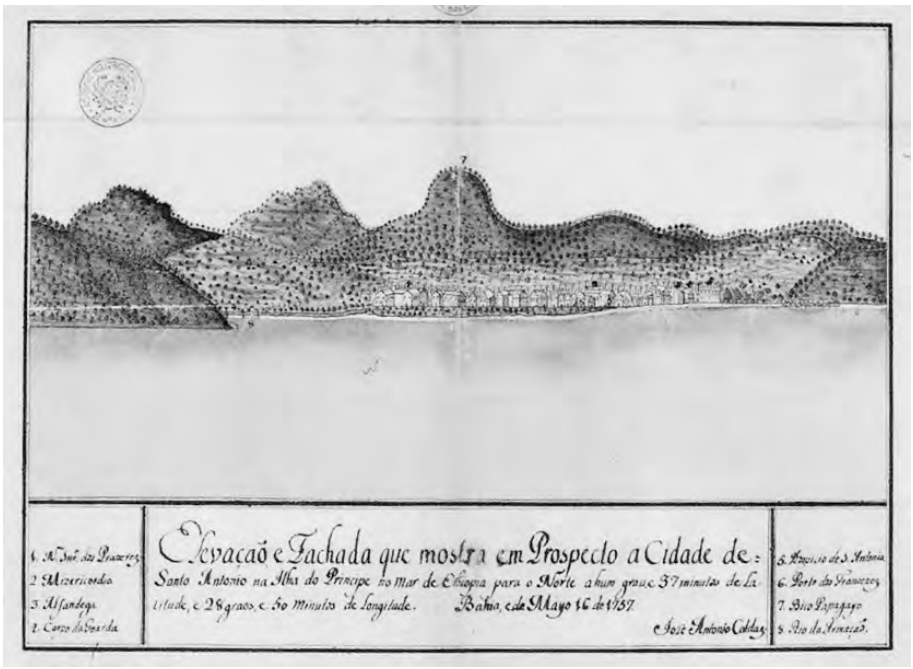


Figura 11 – Perspectiva (Elevação e fachada) da Cidade de S. António de Príncipe, desenhada já na Bahia, por José A. Caldas, em 1757. Ao centro o Pico do Papagaio

Em 1816, Cunha Matos[7] refere que as fortalezas que defendem S. António do Príncipe eram: Fortaleza da Ponta da Mina, com vinte e nove peças; o Forte de Santa Ana, na outra entrada da baía; e o Forte de S. João, já dentro do porto. Quanto à fortaleza que Caldas ia projectar ou mandar construir na ilha de Príncipe, em 1756, para a defesa desta ilha, temos as nossas dúvidas

7 Brigadeiro Raymundo José da Cunha Matos, referenciado como historiador de S. Tomé e Príncipe, onde permaneceu dezanove anos, e executante de "Mapa de uma parte das províncias de Mato Grosso, S.Paulo e Goiás", indicado no catálogo da "Exposição dos Trabalhos Históricos, Geográphicos e Hidrográphicos", do Barão da Ponte Ribeiro, em 1875.



Figura 12 – O Pico do Papagaio em foto recente, tirada no interior do porto de S. António, na Ilha de Príncipe.

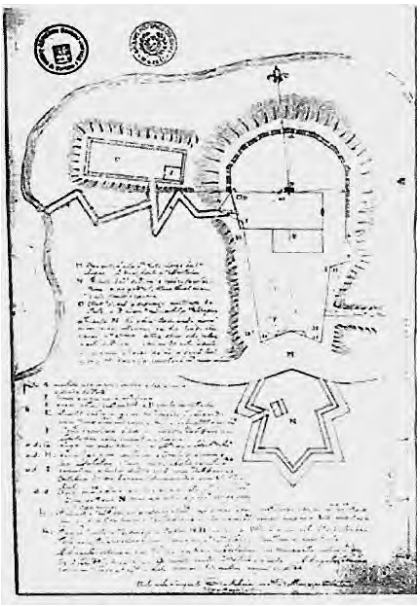


Figura 13 – A Fortaleza no seu conjunto

a que fortaleza se referia, porquanto, desde 1695, que foi deslocada de Lisboa uma companhia de infantaria para guardar a Fortaleza da Ponta da Mina, a qual parece já existir, em 1626 (Labat), no reinado de Filipe III. Entre 1706 e 1709, a ilha sofreu vários ataques de piratas franceses que sempre destruíam as fortalezas existentes.

Nesta primeira planta (Figura 13), pode ver-se a Fortaleza da Ponta da Mina no seu conjunto, aproximadamente virada a Norte, com uma Bateria redonda, a Real, e a rectangular à sua esquerda, a chamada de Príncipe, ligadas por caminho entrincheirado em ziguezague, que na altura da execução desta planta seguia até ao nível do mar.

A Fortaleza mais importante era, sem dúvida, a da Ponta da Mina, a qual constava de dois pontos fortes:

A Bateria Real, em posição superior, apresentando a parte convexa de um parapeito circular de alvenaria, onde se acham assentadas dezasseis peças de artilharia de calibre 3 a 14. A Sul desta Bateria, encontrava-se um paiol numa espécie de moinho.

A Bateria do Príncipe é um rectângulo de pedra e cal, junto da Real e a oeste da mesma, e tem assentadas oito peças.

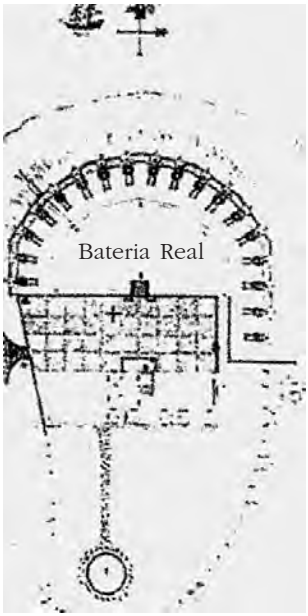


Figura 14 – A Bateria Real



Figura 15 – Ruínas da Porta de Armas da Fortaleza

No perfil acima, feito por Cunha Matos, nota-se a diferença de cotas das duas posições, pois a Bateria Real está 150 metros acima do nível do mar, e a de Príncipe só a 60 metros da linha de água. Em resumo, desconhece-se qual das fortalezas foi modificada e se o foi.

Em 1759, Caldas informa que *"tem esta ilha hua Fortaleza, na qual se acham vinte e seis pesas de bronze, e onze de ferro, com duas mil novecentas e vinte e hua bala com os mais petrechos de guerra necessários."* Admite-se que Caldas se estava a referir à fortaleza da ilha de Príncipe.

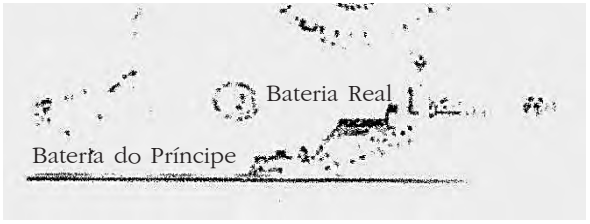
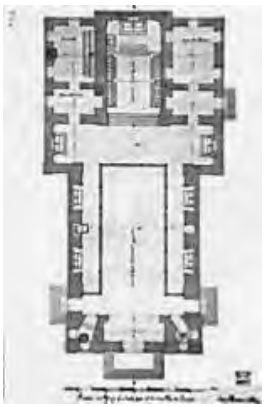


Figura 16 – O perfil



Figura 17 – A Bateria de Príncipe

Não consta nenhum projecto de fortaleza de autoria do então Cabo de Esquadra com exercício de engenheiro, José Caldas, e mesmo a fortaleza de S. Sebastião na ilha de S. Tomé foi iniciada em 1566 e acabada de construir em 1575, portanto muito antes da sua visita deste engenheiro a S. Tomé e Príncipe.





Figuras 18 e 19 – Planta e Alçado da Sé, de José A. Caldas



Figura 20 – Foto da Sé, em 2009

Enquanto esteve na Ilha de S. Tomé executou o projecto, com planta e alçado, da Sé dessa cidade. Pela fotografia, pode verificar-se que o projecto não foi seguido com exactidão, mas que a traça inicial foi seguida, embora tenha sido "*riscada*" em 1757.

3. Novamente no Brasil

Numa deslocação a Lisboa, autorizada por provisão Real de 29 de Janeiro de 1775, além dos conhecimentos acumulados com o seu mestre Saldanha, ainda na Bahia, procurou um mestre reputado na Aula de Fortificação e Arquitectura Militar para receber os seus ensinamentos e obteve o apoio do coronel de engenheiros Filipe R. Oliveira, que tinha sido discípulo de Manuel Azevedo Fortes.

De volta ao Brasil, em 1779, Caldas executou diversos projectos de urbanização na Ribeira das Naus e outros na cidade baixa da Bahia, e desenhou a planta monumental da cidade de Salvador, de que se pode ter uma ideia nas imagens seguintes:

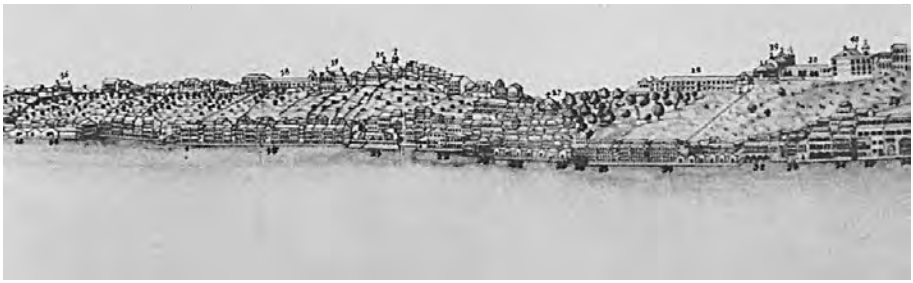


Figura 21 – Fachada da cidade de Salvador, parte Norte.
Tirada por José A. Caldas, em 24 de Junho de 1756



Figura 22 – Fachada da cidade de Salvador, parte Sul.
Tirada por José A. Caldas, em 24 de Junho de 1756

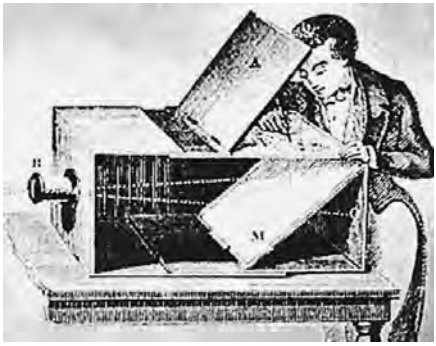


Figura 23 – A câmara óptica, que José A. Caldas usou muitas vezes a perspectivar localidades[8]

Desenhou ainda o antigo colégio dos jesuítas no Terreiro de Jesus e cadastrou o Seminário de Belém no Pará.

Também publicou livros como: "*A Expedição ao Maranhão"* (1753); nesta obra tratou da utilização de "*câmaras ópticas*" para "*fotografar manualmente"* as fachadas dos edifícios, fortalezas, localidades, etc..

Não tivemos possibilidade, até ao momento, de consultar a sua obra indicada, e as referências que encontrámos apenas se referiam ao emprego, por José A. Caldas de "câmaras ópticas".

8 Carlos F. Moura – Da Bahia às ilhas do golfo da Guiné e a Contra Costa Africana.

Acontece que esta Expedição ao Maranhão, realizada em meados do século XVIII, e comandada pelo Governador Mendonça Furtado, era composta por astrónomos e engenheiros que dispunham de imenso material científico, nomeadamente geodésico, topográfico e cartográfico, jamais reunido no hemisfério sul, com a finalidade de demarcar as fronteiras entre países rivais – Portugal e Espanha –, segundo os tratados de Tordesilhas e de Madrid.

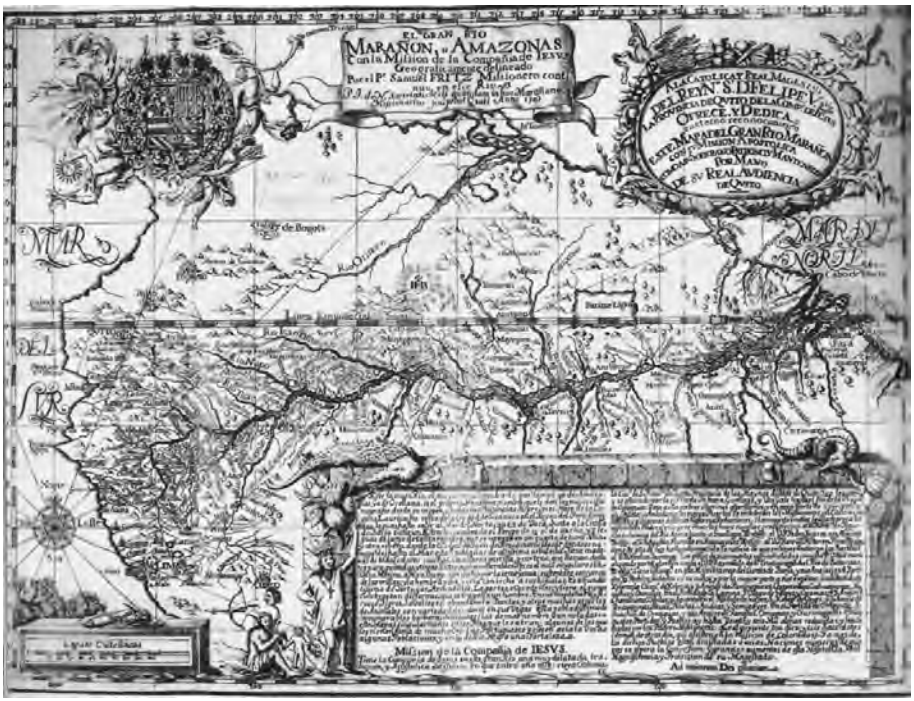


Figura 24 – Mapa do Amazonas ou Maranhão, elaborado por frei Samuel Fritz

É esta a primeira carta hidrográfica da bacia do rio Amazonas, que posteriormente La Condamine corrigiu e publicou em 1744[9].

Que nos conste. José A. Caldas não esteve presente na "Expedição do Maranhão" (de 1753). Esta, comandada pelo governador Mendonça Furtado, era composta por astrónomos e engenheiros e dispunha de imenso material geodésico, topográfico e cartográfico, penso que jamais reunido no hemisfério sul. Embora não tenha sido todo utilizado, constava de telescópios, mi-

9 Exposição de trabalhos históricos geográficos e hidrográficos – Barão da Ponte Ribeiro, 1876.

crómetros, óculos, relógios, quadrantes, bússolas, teodolitos, grafómetros, pranchetas, barómetros, termómetros, microscópios, níveis, réguas e também "câmaras escuras" e estojos de matemática. A finalidade era demarcar fronteiras entre o Brasil e as vizinhas colónias espanholas segundo os diversos tratados, desde o de Tordesilhas, de Madrid e de S. Hildefonso.

Os terrenos que existem ao longo do rio Amazonas ou Maranhão eram completamente desconhecidos dos europeus, e mesmo o mapa de frei Samuel Fritz, de 1707, feito numa escala pequeníssima (1/17.000.000) nada ajudava ao seu conhecimento. Na própria imagem cartográfica, Fritz informa:

"Este famoso rio, o maior da nossa descoberta (espanhola) que chamam já de Amazonas e de Orellana, é o próprio Maranhão. Nasce no Peru … e corre 800 léguas até sair no mar do Norte, com 84 léguas de boca".

Relata depois a flora e a fauna existente, e afirma ainda que os portugueses possuem docas em algumas povoações e no rio Negro, uma Fortaleza.

A quantidade de pessoal que tomou parte da frota de demarcação, em 1754, pode ser avaliada na imagem seguinte, notando o número de "velas" utilizadas no transporte.

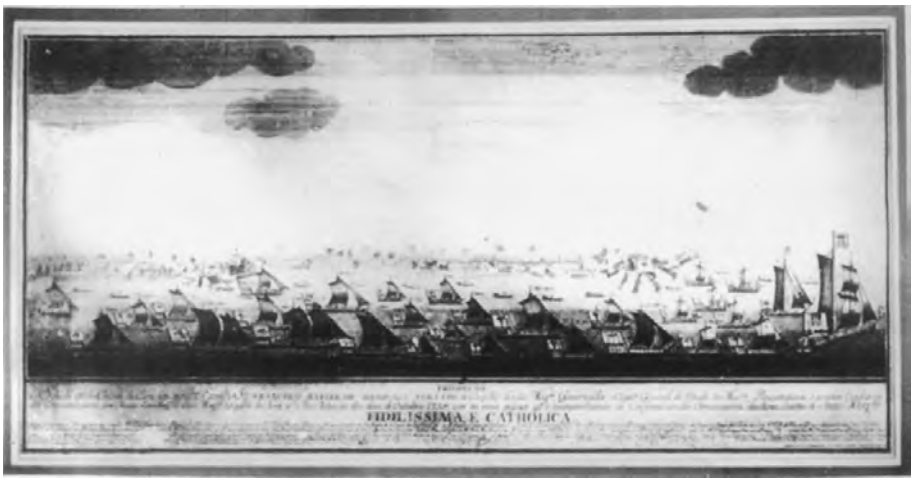


Figura 25 – Saída de Belém da expedição para o rio Amazonas

Um outro livro ou obra manuscrita por José A. Caldas foi:

"Notícia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até ao presente ano de 1759", de que apresentamos a lombada[10].

10 História de Salvador.

Esta obra é um importante documento descrevendo a história de Salvador e da Bahia de Todos os Santos.

O autor debruça-se sobre diversos aspectos da vida da cidade, separando os pontos de vista políticos, dos militares, dos administrativos e principalmente incidindo sobre os aspectos da economia da região. Assim, inclui descrições geográficas, inventários administrativos (civis e eclesiásticos), mapas de populações e rendimentos da Fazenda Real, catálogos de autoridades (bispos, governadores, capitães mores) e colecção de tratados e cópias de legislação vigente[11].



Figura 26 – " Notícia geral….

A obra inclui também estudos sobre a produção da agricultura colonial, das minas, do aproveitamento de madeiras e dos lucros de Portugal (Continente) sobre o comércio português, obtido nas relações entre a Bahia e as restantes colónias portuguesas, entre 1756 e 1759. Ainda nesta obra, informa sobre os malefícios do clima de São Tomé para os holandeses, que conquistaram a ilha no século XVII, os quais podem ser calculados pelo seguinte:

"Dentro de catorze dias pereceram mil soldados com dores de cabeça e cólicas. Abertos por isso os cadáveres, achou-se no abdómen uma gordura liquefeita como água. Finaram-se em três ou quatro dias"[12].

Embora ultrapassando a sua ligação à cartografia e à engenharia de construção, esta publicação salienta as possibilidades intelectuais deste militar português que ocupou outros cargos, além de professor da "Aula da Bahia". Foram muitas as missões desempenhadas por Caldas ao serviço do Senado da Câmara, do Governo Geral e de Sua Majestade o Rei de Portugal, e só em 1768 conseguiu entrar na Ordem de Cristo. Foi também inspector de obras públicas da Fazenda Real.

A vida de Caldas evidencia, assim, o lugar social a que tinha direito, não só como professor e engenheiro, mas também pelas funções e missões que desempenhou ao serviço do Império Português.

Esta obra, foi encomendada pela Academia dos Renascidos, composta por elites coloniais e metropolitanas, que visavam a criação de uma história geral

11 Iris Kantor, "*Esquecidos e renascidos*", Historiografia Académica Luso-Americana 1724-1759, S. Paulo.

12 História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo de João Maurício Conde de Nassau.

e, de acordo com as reformas pombalinas, assegurar o controlo português nos territórios ameaçados em terras da América Portuguesa[13].

José A. Caldas, atendendo às especificidades da Academia, publica, além de um mapa geral da América, mapas particulares de "capitanias" e de "bispados" e "plantas de fortificações"[14].

Por ter sido escolhido pela Academia, José A. Caldas foi muito prestigiado e foi-lhe atribuída autoridade para historiar à sua vontade, eliminando as notícias que não interessassem às elites portuguesas e ao controlo do Mundo Português de então.

As plantas que apresentamos como desenhos dos projectos de fortalezas que defendiam a cidade de Salvador na Bahia de Todos os Santos e seu recôncavo por mar e por terra, foram elaboradas, em 1764, por José A. Caldas, e ao lado apresentamos as imagens actuais dos mesmos fortes, obtidas por satélite.

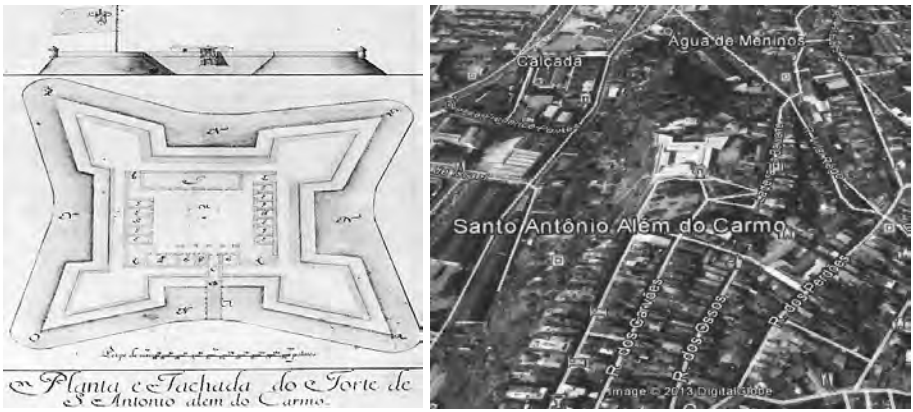


Figura 27 – Forte de S. António Além do Carmo

No Catálogo da Exposição dos Trabalhos Históricos, Geográphicos e Hidrográphicos que serviram de base à Carta Geral do Império (Brasileiro), exibida na Exposição Nacional de 1875, executado pelo Barão da Ponte Ribeiro, consta que, no ano de 1798, foi elaborada uma carta do Brasil abonada por trinta e quatro técnicos cartógrafos, astrónomos e engenheiros que observaram e configuraram, entre os quais o Dr. Miguel António Ciera e o Capitão Engenheiro José A. Caldas (este, na data referida, já falecido).

13 Iris Kantor, id. id.
14 Iris Kantor, id. id.

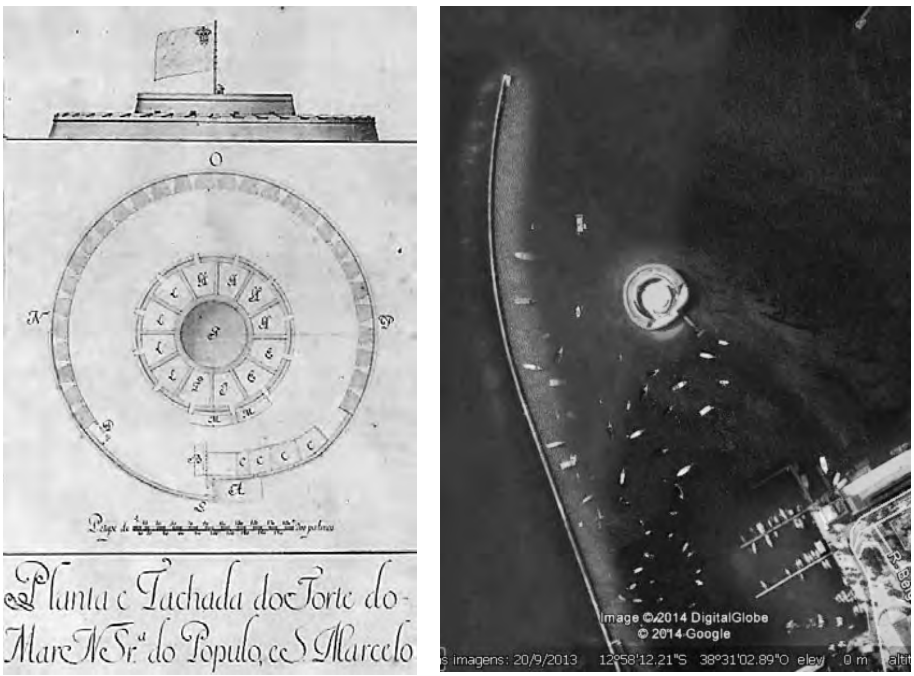


Figura 28 – Forte do Mar, semelhante ao Bugio, em Lisboa

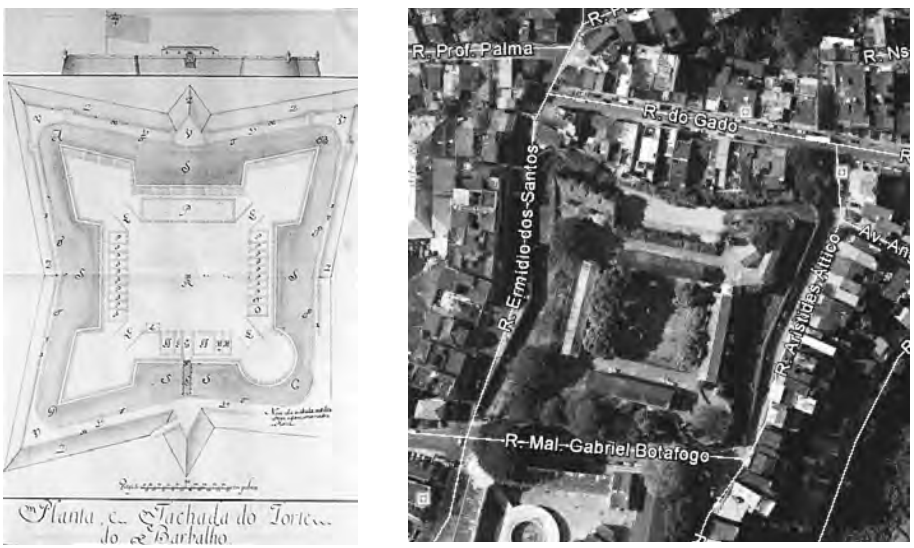


Figura 29 – Forte do Barbalho

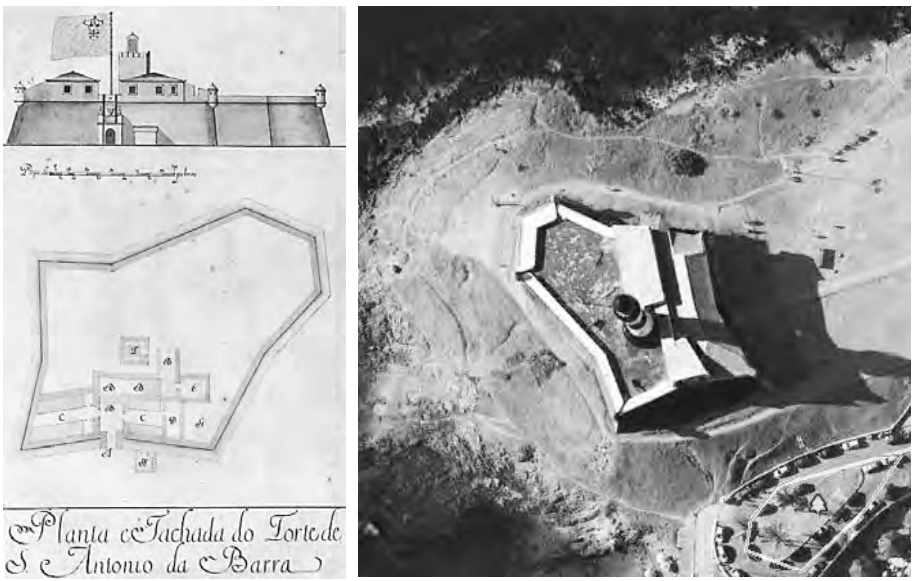


Figura 30 – Forte S. António da Barra

Estas plantas encontram-se no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa. Existem também algumas plantas de projectos de obras, como a da figura 31.

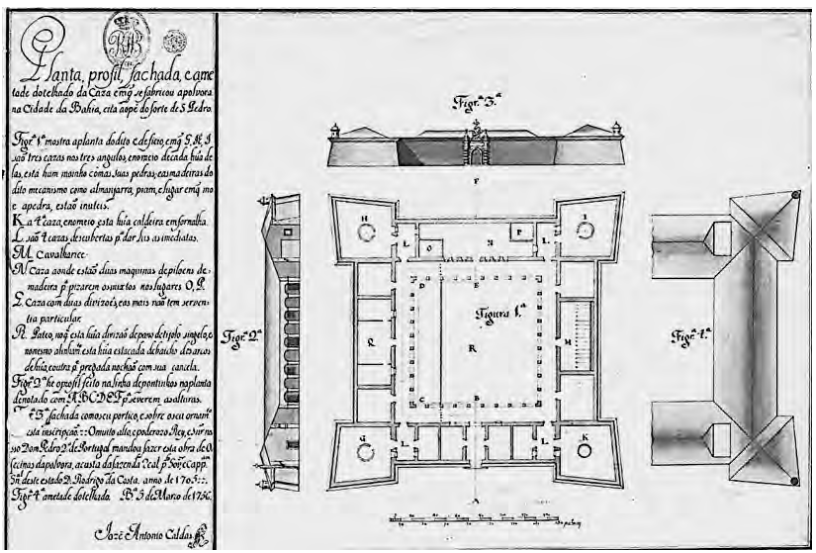


Figura 31 – Casa da Pólvora, situada junto do Forte de S. Pedro, em Salvador

Além de projectos de obras, que foram os principais documentos deixados por Caldas, e das obras reais que dirigiu e que chegaram até hoje, também se projectou na execução de uma cartografia elementar, como o desenho da figura 32, onde a altimetria se pode notar pelo emprego de normais, dando assim a noção do relevo do terreno levantado.

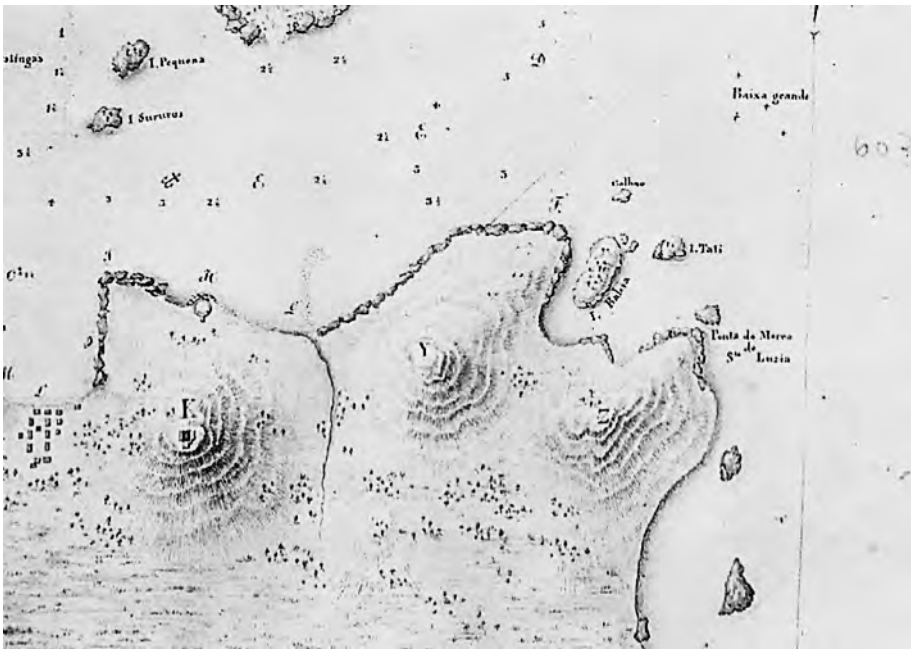


Figura 32 – Levantamento topográfico de José A. Caldas, com o relevo indicado por normais (achures), na zona da então Vila da Victória

E desenhou muitos outros, como, por exemplo, este extraordinário prospecto da mesma Vila de Victória, em 1767 (figura 33).

Em 3 de Outubro de 1768, por carta patente real, foi nomeado para o posto de Sargento Mor de infantaria com exercício de engenharia[15]:

"D. José (...) faço saber aos que esta minha carta patente virem que atendendo ao que me representou José António Caldas, Hey por bem fazerlhe mercê de o nomear (como por esta nomeyo) no posto de sargento mor de infantaria com exercício de engenheiro na Praça da Bahia, e vencerá as honras, privilegios, liberdades, isenções e franquezas, que em rezão

15 http://fortalezas.org/index.php?ct=personagem id pessoa=1341.

dele lhe pertencerem. Dada na cidade de Lisboa a 13 de outubro de 1768. ElRey"[16].

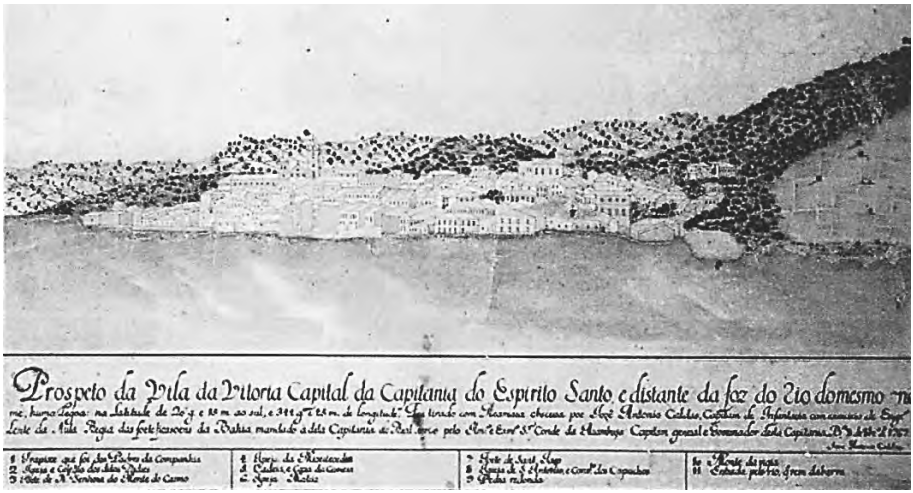


Figura 33 – Vila de Victória, capital da capitania do Espírito Santo, na foz do rio do mesmo nome. Esta imagem foi tirada com câmara óptica, por José A. Caldas

José A. Caldas não foi promovido a Tenente Coronel, permanecendo como Sargento Mor do Reino, embora no Brasil fosse o mais antigo nesse posto. Também, embora tivesse ministrado formação a diversos cursos de engenheiros militares, nunca foi considerado "lente" da "Escola de Artilharia e Arquitectura Militar da Bahia" nem recebeu a paga a que tinha direito.

Caldas trabalhou quase até aos seus últimos dias na Aula Militar da Bahia, a qual, em 1770, mudou de nome para Academia Real de Marinha e, em 1790, já depois da morte de Caldas, para Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho.

Deixou imensos seguidores na área da cartografia e planeamento de obras, bem como na preparação de "oficiais artilheiros" e "oficiais para o exercício de engenharia".

Parece não haver dúvida quanto à habilidade, ao rigor e ao senso artístico de José A. Caldas na definição de elementos topográficos e cartográficos que sempre utilizou nos seus trabalhos, quer de engenharia, quer de cartografia, quer ainda de topografia, com a ajuda de instrumentos rudimentares nos seus levantamentos (figuras 34 e 35), os quais, possivelmente, na época

16 Arquivo do Conselho Ultramarino, livro 40 de Ofícios, fol.47.

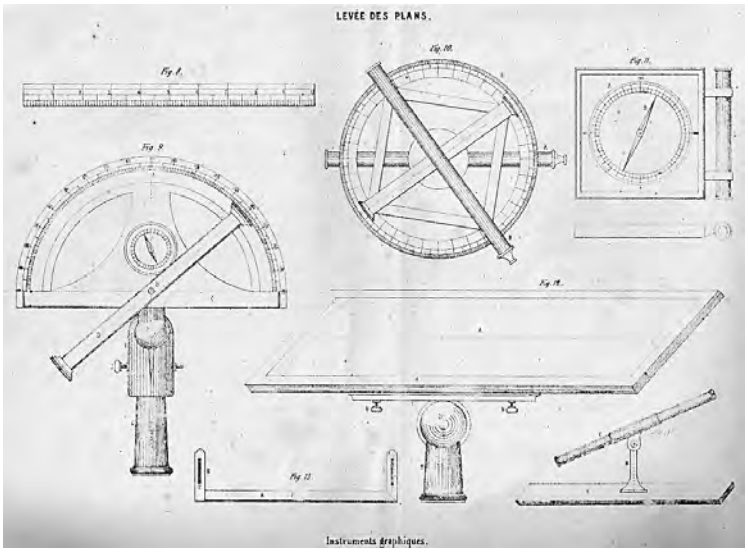


Figura 34 – Grafómetros, bússolas, pranchetas e alidades

de Caldas já existiam. Também utilizava astrolábios, octantes e sextantes o que lhe veio a permitir determinar coordenadas dos locais de trabalho, tanto no Brasil como em África.

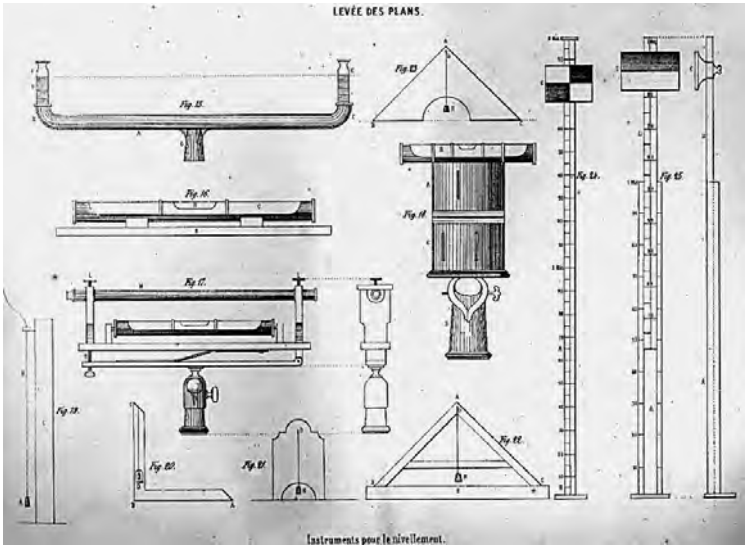


Figura 35 – Níveis de pedreiro e de bolha de ar, prumos, esquadros, réguas, etc.

Algumas outras referências a Caldas vamos encontrando, tais como:

"A já referida Aula de Fortificação e Arquitectura Militar da Bahia, teve como professores Miguel Pereira da Costa (1709), o Sargento Mor Manuel Cardoso de Saldanha (meados do século) que formou excelentes desenhistas, o seu discípulo Capitão engenheiro José António Caldas (1761). Caldas e Saldanha fizeram a planta da estrada de Montes Claros à Cachoeira (1756) e em 1758, a carta da serra de Montes Altos. [Guardam-se no Arquivo Histórico Colonial (Lisboa) excelentes desenhos clássicos dos alunos dessa academia, referentes a 1778-1779] [17].

E no livro "O Império luso-brasileiro 1750-1822", a páginas 492, consta:

"*Na Bahia a arquitectura militar desenvolveu-se no âmbito da Aula Militar, cujo lente era desde 1761 José António Caldas. Ele e os seus discípulos dedicavam-se a fazer desenhos de mapas topográficos e geográficos e também de obras de arquitectura civil como trapiches (*armazéns grandes*)"*[18].

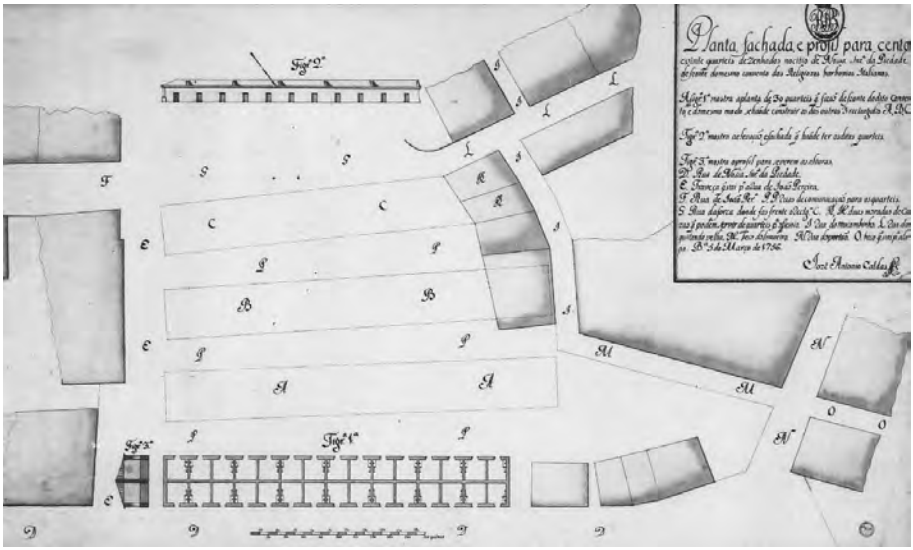


Figura 36 – Outro projecto para aquartelamento executado em 1756, e assinado por José A. Caldas

17 Cartas Históricas da Mapoteca da Directoria do Serviço Geográfico, Major Sebastião da Silva Furtado; Anuário de 1956 do Serviço Geográfico.

18 Maria B. Niza da Silva, 1986, Nova História da Expansão portuguesa, Joel Serrão e A.H. Oliveira Marques.

4. Conclusões

Analisando a sua vida profissional, talvez possamos considerar o Sargento Mor José António Caldas, um dos precursores da cartografia de Portugal Continental, que começou a nascer em Lisboa, em 1802, com a criação do Real Arquivo Militar, entidade que ajudou o Dr. Francisco António Ciera[19] na tentativa da medição do meridiano em Portugal, entre o Algarve e a Galiza. Estes trabalhos incompletos, interrompidos por motivos de incidentes militares, como as três invasões francesas, vão ser aproveitados e permitir que, em 1835, o Dr. Filipe Folque desenvolva a geodesia portuguesa e a carta Corográfica de Portugal na escala 1/100.000.

Também permitem que, em 1926, a Secção de Cartografia Militar do Estado Maior do Exército inscrevesse no seu programa de acção a execução da carta militar 1/25.000, sucedânea da 1/20.000, dos arredores de Lisboa.

Daí nasceu o Serviço Cartográfico do Exército, posteriormente transformado em Instituto Geográfico do Exército, essencialmente militar, e o Instituto Geográfico e Cadastral, essencialmente civil, e que infelizmente já desapareceu da cena cartográfica nacional.

19 Filho do Padre Miguel António Ciera, matemático italiano, astrónomo, que fez parte da comissão portuguesa demarcadora das fronteiras luso-espanholas na América do sul em 1751-Anuário 1956 do SGE.


ANUNCIE
NA
Revista Militar
GRANDE EXPANSÃO
EM PORTUGAL
E NO ESTRANGEIRO

Revista Militar
N.º 12 – dezembro 2014
pp. 1143-1147



Coronel Nuno Miguel Pascoal Dias Pereira da Silva*

I – Crónicas Militares Nacionais

Instituto da Defesa Nacional

Entre 3 e 7 de novembro, teve lugar, nas instalações do IDN, em Lisboa, o segundo módulo do 10º Curso de Alto Nível do Colégio Europeu de Segurança e Defesa da União Europeia, dedicado ao tema "*EU's Crisis Management Capabilities*", organizado pelo Instituto da Defesa Nacional, em parceria com o instituto congénere espanhol, o Centro de Estudios de la Defensa Nacional (CESEDEN).

Jornada de Estudos sobre a participação Portuguesa na I Grande Guerra, na Universidade de Toulouse

Decorreu, no dia 7 de Novembro de 2014, na Universidade Jean Jaurès, de Toulouse, a Jornada de Estudos *Le Portugal dans La 1ère Guerre Mondiale*. O Arquivo Histórico Militar (AHM) esteve representado neste encontro pelo Técnico Superior João Moreira Tavares que apresentou uma comunicação intitulada "O Fundo do Corpo Expedicionário Português: memória da presença portuguesa em França (1917/19)".

Na mesma ocasião foi inaugurada uma exposição fotográfica alusiva à participação do Exército Português na I Guerra Mundial.

* Secretário da Assembleia Geral da Revista Militar.

Exercício "Ciber Perseu – 2014"

No período de 10 a 13 de novembro, decorreu o exercício "Ciber Perseu – 2014", que teve por objetivos testar e validar, no Exército, procedimentos na área de ciberdefesa e disponibilizar ao País uma estrutura de exercício a que se puderam associar instituições, organizações e empresas que pretenderam aproveitar esta oportunidade para treino interno e cooperativo.

Tendo consciência de que a eficácia das ações de defesa do ciberespaço depende, fundamentalmente, da atuação sinérgica e colaborativa da sociedade portuguesa, o Exército decidiu disponibilizar esta oportunidade de treino a um conjunto alargado de entidades que têm um papel relevante na proteção do ciberespaço e que tiveram a possibilidade de participar no exercício na qualidade de "Jogador" ou de "Observador".

A participação na qualidade de "Jogador", permitiu às diversas entidades o desenvolvimento do seu plano de treino interno, integrado com o cenário geopolítico criado para o exercício, possibilitando o treino sincronizado de todas as entidades participantes, dando assim um acrescido realismo aos incidentes criados e aos respetivos planos de mitigação expectáveis.

Com o estatuto de "Jogador", participaram diversas entidades, nomeadamente: Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), Compta, Eletricidade de Portugal (EDP), Edisoft, EID, Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), Força Aérea, Guarda Nacional Republicana, Instituto Politécnico de Beja, Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores (INESC), Marinha, NOS, Polícia Judiciária, Portugal Telecom, Redes Energéticas Nacionais (REN), Rede Ferroviária Nacional (REFER), Universidade do Minho, Unisys, TEKEVER, Vieira de Almeida Associados e a Vodafone. Com o estatuto de "Observador" participaram 19 entidades.

O último dia do exercício contou com a presença do Ministro da Defesa, Dr. José Pedro Aguiar-Branco, que ressalvou a importância da cibersegurança e da ciberdefesa no mundo atual, bem como a necessidade de se ter quadros preparados para responder a este tipo de ameaças.

Adesão dos Museus Militares de Elvas e do Porto à Rede Portuguesa de Museus

O Museu Militar de Elvas e o Museu Militar do Porto, da Direção de História e Cultura Militar do Exército, foram distinguidos em cerimónia pública, realizada em 14 de novembro, no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, com

a atribuição do diploma e da placa de credenciação à Rede Portuguesa de Museus (RPM).

Terminou, assim, com sucesso, um longo processo que se iniciou com a apresentação das respetivas candidaturas no final de 2010, seguindo-se posteriormente as visitas técnicas, os relatórios preliminares e os relatórios finais, elaborados pela equipa da RPM, que sustentaram o parecer favorável de adesão a esta rede, pela Secção Especializada dos Museus, da Conservação e Restauro e do Património Imaterial, do Conselho Nacional de Cultura, e que culminou com a publicação do Despacho Nº 6946/2014, do Secretário de Estado da Cultura, em Diário da República, IIª Série, Nº 102, de 28 de maio de 2014.

Assinatura de Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa Nacional e Timor Leste

O Ministro da Defesa Nacional, Dr. José Pedro Aguiar-Branco, reuniu com o Primeiro-ministro e Ministro da Defesa e Segurança de Timor-Leste, Xanana Gusmão, no Palácio do Governo, em 25 de novembro de 2014, para discutir matérias na área da defesa e para assinar um Memorando de Entendimento entre os dois Países.

No final do encontro, o Ministro da Defesa Nacional afirmou que "na área da Defesa temos ajudado a construir Timor, numa área estruturante", reforçando ainda que "essa construção conjunta que temos feitos há doze anos não poderia deixar de se manter".

Durante a reunião bilateral foram também abordados temas como os desafios e ameaças à segurança, à estabilidade e à paz, a identidade de segurança e defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e a cooperação técnico-militar entre as F-FDTL (Forças de Defesa de Timor-Leste) e as Forças Armadas Portuguesas.

O Navio "Viana do Castelo", na Operação FRONTEX

O Navio da República Portuguesa "Viana do Castelo" participou, na madrugada de 26 de novembro, numa ação de salvamento marítimo no Mediterrâneo, tendo sido recolhidas 89 pessoas que se encontravam à deriva num bote de borracha.

O navio, que integra a Operação TRITON 2014 da agência FRONTEX, em colaboração com as autoridades italianas no controlo dos fluxos migratórios a Sul da Sicília, foi direcionado para o local onde, por volta das 02h30 (hora local), iniciou a recolha das 89 vidas de diversas nacionalidades centro-africanas.

Várias das pessoas socorridas apresentavam sinais evidentes de debilidade física, tendo-lhes sido prestado todos os cuidados médicos e humanitários necessários.

Após a recolha das 89 pessoas, o navio patrulha recebeu uma nova missão de salvamento marítimo, a 27 milhas a noroeste de Trípoli. Tinha sido detetada uma embarcação de borracha à deriva, com cerca de 7 metros de comprimento, com 93 pessoas a bordo, todas também de nacionalidades centro-africanas.

Foram prestados todos os cuidados médicos e sanitários durante o trajeto de 210 milhas até à chegada ao porto de desembarque.

O patrulha oceânico "Viana do Castelo", com dois elementos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e um Oficial de Ligação italiano da "Guardia de Finanza" embarcados, salvou até ao momento, 585 pessoas em dificuldades que tentavam atravessar o Mediterrâneo.

Forças Armadas Portuguesas apoiam população em Cabo Verde

A Fragata "Álvares Cabral" largou, no dia 28 de novembro, da Base Naval de Lisboa, para participar nas operações de apoio à população de Cabo Verde, afetada pela erupção do vulcão Pico do Fogo, na ilha do Fogo.

A Fragata "Álvares Cabral" leva a bordo um meio aéreo e uma equipa de comunicação via satélite. Na largada do navio estiveram presentes o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, General Artur Pina Monteiro e o Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Luís Manuel Fourneaux Macieira Fragoso.

Cooperação Técnico Militar com Angola

Os ministros da Defesa de Portugal e Angola assinaram, no dia 1 de dezembro de 2014, na Fortaleza de S. Julião da Barra, em Oeiras, um Programa Quadro de Cooperação Técnico-Militar para o triénio 2015-2017.

O Ministro da Defesa Nacional, Dr. José Pedro Aguiar Branco, afirmou que o Programa Quadro, ora assinado, visava "reforçar a cooperação nalgumas

áreas específicas das componentes "naval, aeronáutica e terrestre", mas dando continuidade ao "bom relacionamento" que existe, desde há muito tempo, entre os dois países.

O Ministro da Defesa angolano destacou, por sua vez, "a vontade política de continuar a trabalhar em conjunto e de forma cada vez mais estreita", até porque "as relações entre Portugal e Angola são históricas", tendo ainda realçado que "as Forças Armadas angolanas têm interesse particular na cooperação com Portugal, sobretudo no domínio da formação e do ensino militar, dos mais diferentes níveis (básico, intermédio e superior)". A experiência da marinha portuguesa "no controlo das fronteiras marítimas" e a oferta de Portugal ao nível das indústrias de Defesa são outros dos aspetos com interesse para Angola.

Chegada de militares da Força Aérea

Regressaram, no dia 1 de dezembro, os militares que estiveram integrados nas Forças Nacionais Destacadas ao serviço das Nações Unidas e da OTAN na realização de operações no Mali e na Lituânia, respetivamente.

O destacamento aéreo em Bamako, Mali, foi constituído por uma aeronave *C-130H Hércules*, respetiva tripulação, pessoal de apoio e seis militares do Exército, num total de 47 militares. Durante os cerca de três meses de operação, os militares da Força Aérea realizaram missões que contribuíram enquanto pilar no processo de estabilização e de manutenção de paz na região, destacando-se o transporte de militares, ajuda humanitária, água potável e mantimentos, perfazendo um total de 234 horas de voo no transporte de 1568 pessoas e 216.325 Kg de carga.

Sob a égide da OTAN, a Esquadra 601 "Lobos", realizou, durante um mês, missões de patrulhamento marítimo no âmbito das *Immediate Assurance Measures* (IAM) 14, sediados na Base Aérea em Siauliai, Lituânia.

Durante a operação, foram empenhados 27 militares das áreas funcionais de operações, logística, manutenção, comunicações e sistemas de informação e de apoio tendo sido realizadas 13 missões, totalizando cerca de 90 horas de voo.

Na área de operações, foram identificados e classificados vários meios, aéreos e marítimos, de nacionalidade russa, tendo sido os seus movimentos e operação monitorizados e reportados.


ANUNCIE
NA
Revista Militar
GRANDE EXPANSÃO
EM PORTUGAL
E NO ESTRANGEIRO

Revista Militar
N.º 12 – dezembro 2014
pp. 1147-1150

II – Crónicas Bibliográficas

Castelo de Penedono
Mil Anos de História

"Os castelos sempre sedutores e misteriosos não oferecem caminhos claros à História e, como verdadeiras fortalezas que são, escondem os seus segredos de forma, tantas vezes insondável. Por serem construções militares, sujeitas a forte destruição, grande parte da sua história permanece anónima, suplantada nas suas ruinas".

(Citação do autor, Dr. João Ferreira da Fonseca)



Este estudo sobre o castelo de Penedono é, como todos os trabalhos desta natureza, fruto de uma investigação aturada feita, ao longo dos anos, em arquivos e bibliotecas mas, acima de tudo, resultado de uma observação minuciosa do monumento, em todas as suas vertentes, muralha a muralha, pedra a pedra, espaços, aberturas, ameias, seteiras, janelas,

cisterna, marcas onde assentavam travejamentos, escadarias, adarves e torreões. Trabalho que só com amor e paixão pode ser realizado.

Foi isto mesmo que o historiador João Ferreira da Fonseca concretizou ao dissecar a estrutura castelar, melhor conservada em todo o distrito de Viseu, entre os numerosos castelos medievais que nesse espaço foram erguidos.

As imagens dos castelos são as mais concretas memórias da longínqua e por vezes esbatida Idade Média, construções erguidas em períodos inseguros e violentos, destinadas a garantir a segurança e tranquilidade de pessoas, territórios e bens. Mas estas edificações são o fruto de um aperfeiçoamento constante das técnicas de edificação e da necessidade de adaptação a novas estratégias e táticas militares, bem como à evolução dos armamentos.

Primeiro, castelos roqueiros localizados em pontos elevados, construídos de uma forma apressada e com recurso a materiais simples, existentes no local, pois o inimigo muçulmano progredia rapidamente no terreno. Depois, a partir do século IX e X, a nobreza condal iniciou o levantamento de castelos mais aperfeiçoados, de que é paradigma o castelo de Guimarães, fundamentais para assegurar o poder senhorial e real e possibilitar o avanço da Reconquista.

Penedono tem um castelo com mais de mil anos de história, construído numa elevação fragosa e áspera, onde homens determinados fincaram as primeiras pedras de uma obra sem fim, que foi sendo remodelada e ajustada aos tempos, vontades e técnicas. Segundo o autor, à semelhança da torre de menagem do castelo de Trancoso, identificada como antigo castelo condal do século X, também o castelo de Penedono teria começado por ter uma única torre, edificada nos penhascos, depois ampliada após as campanhas do rei leonês Fernando Magno, nos fins do século XI, princípios do século XII.

A existência dos traçados mais antigos, com muros de altura mais reduzida, cerca de metade dos atuais, de recorte ameado de secção rectangular e com aberturas de pequena dimensão, é denunciada pela observação atenta das paredes das muralhas. A muralha antiga acompanhava e contornava o terreno fragoso, formando um pequeno pátio interior, capaz de abrigar uma pequena hoste.

Após a crise de 1383-85, o castelo de Penedono foi muito beneficiado por obras de remodelação, dotando-se de melhores condições de defesa e de habitabilidade. Sobre as muralhas ancestrais foram erguidos novos muramentos, elevando a cota da altura da fortaleza. Para suportar e melhor distribuir o peso das novas muralhas, as paredes do castelo foram alargadas e coroadas com ameias, terminadas em forma pentagonal, intercaladas por aberturas. Nas arestas foram construídos cinco torreões de planta diversa.

Outra das inovações introduzidas foi a barbacã, estabelecendo um perímetro muralhado, contornando a formação rochosa onde assenta o castelo,

a partir do preenchimento das falhas entre os rochedos, e que passou a ser uma primeira linha de defesa. A planta pentagonal irregular do castelo advém da preocupação em se adaptar à morfologia do esporão granítico em que assenta.

Os castelos condais serviram também como moradias das elites nobiliárquicas, mas, com o advento de tempos mais pacíficos, estes nobres mandaram construir novas residências, edifícios mais amplos e confortáveis, o que também aconteceu com os senhores de Penedono, Gonçalo Vasques Coutinho e seus descendentes, que passaram a privilegiar a comodidade dos paços da sua linhagem, em vez do desconforto e singeleza dos diversos castelos que possuíam.

Assim, o castelo de Penedono passou a estar mais voltado para funções estritamente militares e nele estaria uma pequena guarnição formada por escudeiros, besteiros e peões, comandada por um alcaide, homem de boa linhagem e de confiança. Indispensáveis ao castelo eram ainda alguns mesteirais como carpinteiros, ferreiros e armeiros, que zelavam pela sua conservação e funcionamento.

Os diversos cunhos abertos nas paredes do castelo atestam e evocam os fortes caibros que suportavam o interior, entretanto desaparecido. Essas marcas sugerem que o castelo possuía três pisos interiores: – rés-do-chão, primeiro andar e segundo andar, pelos quais se distribuíam os espaços habitáveis.

O piso térreo, ao qual se acedia pela porta principal, incluiria o cárcere, um pequeno estábulo e ainda algumas arrecadações para palhas, lenhas, adega e tulha de cereais.

Por uma escadaria interior talhada em pedra, acedia-se ao primeiro andar, onde se encontraria o salão principal, munido de janelas, que era o espaço mais importante, onde o senhor ou o seu alcaide recebiam e tratavam da administração e dos negócios, tomavam decisões e festejavam com visitas e amigos. Neste piso poderiam ainda existir pequenas câmaras e antecâmaras, separadas por paredes de madeira ou de taipa e, para se sobreviver às invernias, ali se encontrava a lareira.

Uma outra escada dava serventia ao segundo andar, construído aquando da ampliação das muralhas. Aí se encontravam acomodações mais privadas, limitadas por paredes de madeira ou de taipa, acessíveis por estreitos corredores.

Do último andar acedia-se ao caminho da ronda ou adarve, que circundava todo o castelo e era palmilhado pelas sentinelas.

Há mais de mil anos que o castelo de Penedono domina, do alto do seu esporão, os montes, planuras e vales circundantes daquela região, tarefa esta que já cumpria antes de Portugal ter nascido. Coube ao historiador João Ferreira da Fonseca, homem da terra, traçar o percurso histórico deste mo-

numento, introduzindo o leitor na caracterização dos castelos, suas tipologias e funções desempenhadas, quer no domínio militar, quer na contribuição para o ordenamento do território e para a afirmação de poder.

De seguida, enquadra os vestígios arqueológicos existentes e faz-nos entrar no castelo-paço da poderosa família dos Coutinhos. Convida-nos a penetrar na intimidade da fortaleza, num trabalho de reconstituição notável, feito a partir da observação aquilina dos vestígios materiais agora existentes. Ao autor, nada escapa, e num estudo extraordinário, baseado também na documentação disponível nos arquivos e na comparação com outros monumentos coevos, leva-nos consigo numa viagem mágica. Começando nos tempos medievos da pujança castelar, passando pelas obras de expansão executadas a partir dos fins do século XIV, até à sua decadência nos séculos XVIII e XIX e, finalmente, à redescoberta e ao carinho com que os penedonenses dos nossos dias cuidam do seu *ex-libris*.

Obra apresentada num volume de 187 páginas ricamente ilustrado e documentado com fotografias, mapas, estampas, iluminuras, desenhos, plantas, etc., em co-edição Quartzo Editora e Município de Penedono, *O Castelo de Penedono-Mil anos de História*, constitui um valioso contributo para a História dos Castelos em Portugal e é um motivo de orgulho para as gentes de Penedono.

A *Revista Militar* agradece a oferta deste livro e felicita o historiador João Ferreira da Fonseca, que o escreveu, e o Presidente da Câmara Municipal de Penedono, Carlos Esteves de Carvalho, que em boa hora lançou o repto e fez a obra nascer.

Major-general Manuel de Campos Almeida
Vogal Efetivo da Direção da Revista Militar

Bibliografia

Publicações recebidas por permuta e oferta

Periódicos Portugueses

– **Anais do Clube Militar Naval** *(CMN)* – Ano 144º, Volume 144, Tomos 1 a 6, jan/jun2014.
– **Boletim da Associação dos Pupilos do Exército** *(APE)* – Ano 70º, Nº. 234, jul/set2014.
– **Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa** – Série 131, Nº. 1-12, jan-dec2013.
– **Boletim Informativo da Sociedade Histórica da Independência de Portugal** *(SHIP)* – Ano 30º, Nºs. 329/31 e 332/34, abr/mai/jun e jul/ago/set 2014.
– **Brigada de Intervenção** *(Revista da Brigada de Intervenção)* – Ano 8º, Nº. 12, jun2014.
– **Cidadania e Defesa** *(Boletim Informativo da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional – AACDN)* – Nº. 51, ago2014.
– **Combatente** *(Liga dos Combatentes)* – Edição Nº. 368 e 369, jun e set2014.
– **Elo** *(Boletim da ADFA, Associação dos Deficientes das Forças Armadas)* – Ano 39º, Nº. 454, 455 e 456, ago, set e out2014.
– **Jornal do Exército** *(JE)* – Ano 55º, Nº. 638, 639,640 e 641, jun, jul, ago e set, out2014.
– **Mais Alto** *(Revista da Força Aérea)* – Ano 52º, Nº. 410 e 411, jul/ago e set/out2014.
– **Nação e Defesa** *(IDN, Instituto de Defesa Nacional)* – 5ª. Série, Nº. 137 e 138, 2014.
– **Nova Cidadania** (Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica) – Ano XV, Nº. 54, Outono 2014.
– **Querer é Poder** *(Revista dos Alunos do Instituto dos Pupilos do Exército)* – Ano 30º, Nº. 70, nov2014.
– **Referencial** *(Associação 25 de Abril)* – Nº. 114, jul/set2014.
– **Revista da Armada** – Ano 44º, Nº. 488, 489 e 490, ago, set/out e nov2014.
– **Revista da ASMIR** *(Associação dos Militares na Reserva e Reforma)* – Ano 25º, Nº. 143, set2014.
– **Revista de Artilharia** – Nº. 1067 a 1069, jul/set2014.
– **Revista de Marinha** – Ano 77º, Nº. 980 e 981, jul e ago/set2014.
– **Revista "O Colégio Militar"** – Nº. 233, jan/abr2014.
– **Revista do Ar** – *(Aero Club de Portugal)* – Ano 76º, Nº. 622 e 623, abr/mai/jun e jul/ago/set2014.
– **ZacatraZ** – *(Revista da Associação dos Antigos Alunos do Colégio Militar)* – Nº. 196, jul/set2014.

Periódicos Estrangeiros

– **Ejército** *(Madrid)* – Ano 75º, Nº. 879,880, 881 e 882, jun/jul, ago, set e out2014.
– **Parameters** *(US Army War College Quarterly)* – Volume 44, Nº. 2, Summer 2014.
– **Revista do Clube Naval** *(Brasil)* – Ano 122º, Nº. 370 e 371, abr/mai/jun e jul/ago/set2014.
– **Revue Défense Nationale** – Nº. 772, 773 e 774, jul, out e nov2014.
– **Revue Militaire Suisse** – Nº. 4, jul/ago2014.
– **Revue Militaire Suisse** – Nº. Thématique 1914-1944, 2013.
– **Sanidad Militar** *(Revista de Sanidad de Las Fuerzas Armadas de España)* – Vol. 70, Nº. 3, jul/ago/set2014.


ANUNCIE
NA
Revista Militar
GRANDE EXPANSÃO
EM PORTUGAL
E NO ESTRANGEIRO

ÍNDICES DA "REVISTA MILITAR"

Volume – LXVI – Século II – 2014

I
ÍNDICE ONOMÁSTICO

Aguiar-Branco, José Pedro
– NÚMERO TEMÁTICO – PORTUGAL NA I GUERRA MUNDIAL, OPERAÇÕES EM ÁFRICA (1914-1918) 357

Afonso, Aniceto
– A República Portuguesa e a questão colonial – Encontros da *Revista Militar:* I Guerra Mundial – Portugal em África (1914-1918) 741

Almeida, Manuel Oliveira Luz de
– Ciberguerra 1109

Alves, José Lopes
– Uma figura da Resistência Anti-colonial em Angola no século XVII – Dona Ana de Sousa Njinga Mbanda, Rainha Njinga 319

Amaral, José Lobo do
– Condolências da Associação de Comandos 1041

Barbosa, Eduardo Alfredo Araújo

– Sul D'Angola os alemães invadindo a província o massacre de Cuangar e a retirada em Naulila (republicação RM, 67, jan, 1915, pp. 19-41) – NÚMERO TEMÁTICO – PORTUGAL NA I GUERRA MUNDIAL, OPERAÇÕES EM ÁFRICA (1914-1918) 489

Barrento, António Eduardo Queiroz

– Evocação do General Gabriel Augusto do Espírito Santo..... 1039

– O sentimento estratégico de D. João I..... 1061

Barroso, Luís Fernando Machado

– A Inovação Militar no período entre guerras e o início da II Guerra Mundial. O desenvolvimento da Blitzkrieg, a tradição germânica e os contactos germano-russos nos anos 1920 629

Barros, Manuel Correia de

– A Segurança no Golfo da Guiné: Uma Visão Marítima Angolana..... 863

Bernardino, Luís Manuel Brás

– Somália – a esperança na paz e no desenvolvimento. A participação militar da União Europeia e de Portugal..... 21

– A defesa de Angola: A estratégia militar Portuguesa no período da Grande Guerra, do Capitão Gastão de Sousa Dias – NÚMERO TEMÁTICO – PORTUGAL NA I GUERRA MUNDIAL, OPERAÇÕES EM ÁFRICA (1914-1918) 403

– Conclusões (Nota Introdutória) – Encontros da *Revista Militar*: I Guerra Mundial – Portugal em África (1914-1918) 751

Borges, João Vieira

– Reviver "A Grande Guerra na África Portuguesa", de Henrique de Pires Monteiro – NÚMERO TEMÁTICO – PORTUGAL NA I GUERRA MUNDIAL, OPERAÇÕES EM ÁFRICA (1914-1918) 393

Caldas, Júlio de Castro

– Em memória 1035

Cardoso, Mário de Oliveira

– NÚMERO TEMÁTICO – PORTUGAL NA I GUERRA MUNDIAL OPERAÇÕES EM ÁFRICA (1914-1918) 363

– Apresentação do Número Temático da *Revista Militar* (Nota Introdutória) – Encontros da *Revista Militar*: I Guerra Mundial – Portugal em África (1914-1918) 769

Carvalho, Rui Pires de

– Factos Relevantes da Saúde Militar nos últimos 200 anos 49

César, Vitoriano

– O livro do general Bernhardi: A Alemanha e a próxima guerra (republicação RM, 68, jan, 1916, pp. 65-82) – NÚMERO TEMÁTICO – PORTUGAL NA I GUERRA MUNDIAL, OPERAÇÕES EM ÁFRICA (1914-1918) 473

Coelho, Adelino de Matos

– O Expansionismo alemão em África – NÚMERO TEMÁTICO – PORTUGAL NA I GUERRA MUNDIAL, OPERAÇÕES EM ÁFRICA (1914-1918) 365

– O expansionismo alemão em África – Encontros da *Revista Militar:* I Guerra Mundial – Portugal em África (1914-1918) 687

Cruz, João José de Sousa

– Tenente Eduardo Valadim, Herói ou Mártir 81

– A Defensão de Moçambique. Sua evolução 201

– Sargento-mor de Infantaria, com exercício de engenharia José António Caldas (1725/1782) 1117

Daróz, Carlos Roberto Carvalho

– As Revoltas Liberais de 1842: o Império consolidado 565

Daniel F. Gomes

– 50 anos da Operação Tridente 617

Ferreira, João J. Brandão

– Portugal na I Guerra Mundial 879

– General Espírito Santo: Um Chefe Militar Valoroso 1043

Fraga, Luís Alves de

– O Governo Provisório da República e a Cultura em Portugal 1093

Gabinete de Apoio Técnico do Modelo de Governação Comum dos Estabelecimentos de Ensino Superior Público Universitário Militar
– A Reforma do Ensino Superior Militar em Portugal 811

Gil, José César Ferreira
– A invasão da África Oriental Alemã pelos portugueses. O esforço da expedição de 1916 (republicação RM, 71, jun/jul, 1919, pp. 331-352) – NÚMERO TEMÁTICO – PORTUGAL NA I GUERRA MUNDIAL, OPERAÇÕES EM ÁFRICA (1914-1918)... 509

Gil, António Carlos de Sá Campos
– O Projecto NH90 e a capacidade aeromóvel no Exército Português..... 1077

Hurley, Matthew M.
– A arma que mudou a guerra..... 893

Lousada, Abílio Pires
– General Gabriel Espírito Santo 1045

Macedo, Jorge Braga de
– Gabriel Espírito Santo (1935-2014): o meu Tenente-coronel de abril..... 1037

Matos, José A.
– 50 anos da Operação Tridente..... 617
– A arma que mudou a guerra..... 893

Monteiro, Joaquim Formeiro
– Hospital das Forças Armadas (uma capacidade ameaçada)..... 243

Mota, Manuel Amaral
– Exercício NATO *Trident* Jaguar 2014..... 857

Natário, Rui Manuel Piteira
– Risco Social no Ciberespaço. A Vulnerabilidade das Infraestruturas Críticas 249

Oliveira, Pedro Aires
– Portugal, a Grã-Bretanha e África (1914-1918): cooperação e tensão – Encontros da *Revista Militar:* I Guerra Mundial – Portugal em África (1914-1918)..... 703

Nunes, António Lopes Pires

– Os assaltos de 4 de fevereiro em Luanda e o massacre de 15 de março no norte de Angola – antecedentes 185

Nunes, Paulo Viegas

– Risco Social no Ciberespaço. A Vulnerabilidade das Infraestruturas Críticas 249

Pereira, José António Rodrigues

– A Marinha na Grande Guerra o Teatro de Operações de África – NÚMERO TEMÁTICO – PORTUGAL NA I GUERRA MUNDIAL, OPERAÇÕES EM ÁFRICA (1914-1918) 459

– A Marinha na mobilização militar para África – Encontros da *Revista Militar:* I Guerra Mundial – Portugal em África (1914-1918) 721

Pinto, Luís Valença

– Cristãos do Médio Oriente: vítimas abandonadas ou fermento útil? 1069

Pires, Nuno Correia Barrento de Lemos

– Recordar o esforço Português e, Moçambique durante a Grande Guerra (1914--1918) através da *Revista Militar* – NÚMERO TEMÁTICO – PORTUGAL NA I GUERRA MUNDIAL, OPERAÇÕES EM ÁFRICA (1914-1918) 429

Pires, Samuel de Paiva

– A Nigéria no *Shatterbelt* da África Subsariana: uma análise geopolítica e geoestratégica 833

Ramalho, José Luiz Pinto

– Nota de Abertura – Encontros da *Revista Militar:* I Guerra Mundial – Portugal em África (1914-1918) 681

Rodrigues, José Damião

– Conclusões (Síntese) – Encontros da *Revista Militar:* I Guerra Mundial – Portugal em África (1914-1918) 759

Santo, Gabriel Augusto do Espírito

– A Grande Guerra e a arte militar 137

– Quarenta anos de reformas nas Forças Armadas: Uma avaliação 929

– Republicação de Editoriais – *Revista Militar,* Volume 153, nº 1, janeiro de 2001, pp 11-19 979
– Republicação de Editoriais – *Revista Militar,* Volume 163, nº 12, dezembro de 2011, pp 1493-1495 981
– Nação, Estado e Instituição Militar (Republicação – *Revista Militar,* Volume 159, nº 12, dezembro de 2007, pp 1339-1373) 987
– Valores, relações civis militares e cultura para a defesa (Republicação – *Revista Militar,* Volume 164, nº 12, dezembro de 2012, pp 1147-1156) 1021

Santos, Marco Pais Neves dos
– O luso-tropicalismo enquanto modelo ideológico da gestão colonial portuguesa 577

Sequeira, Jorge Manuel Dias
– As Teorias Geopolíticas e Portugal 287

Silva, Aníbal Cavaco
– Condolências do Presidente da República 1033

Silva, Nuno Miguel Pascoal Pereira da
– As "Primaveras Árabes", suas principais consequências, e a Política Europeia de Vizinhança 605

Varandas, José
– Apresentação do Número Temático da *Revista Militar* – Nota Introdutória – Encontros da *Revista Militar:* I Guerra Mundial – Portugal em África (1914-1918) ... 767

Vicente, João
– A irresistibilidade política do uso de *Drones* 825

II
ÍNDICE SISTEMÁTICO

Ensino Militar
– A Reforma do Ensino Superior Militar em Portugal 811

Forças Armadas

– Quarenta anos de reformas nas Forças Armadas: Uma avaliação 929
– O Projecto NH90 e a capacidade aeromóvel no Exército Português 1077

Geoestratégia/Geopolítica

– As Teorias Geopolíticas e Portugal 287
– As "Primaveras Árabes", suas principais consequências, e a Política Europeia de Vizinhança 605
– A Nigéria no *Shatterbelt* da África Subsariana: uma análise geopolítica e geoestratégica 833
– A Segurança no Golfo da Guiné: Uma Visão Marítima Angolana 863
– Cristãos do Médio Oriente: vítimas abandonadas ou fermento útil? 1069

História/História Militar

– Tenente Eduardo Valadim, Herói ou Mártir? 81
– A Grande Guerra e a arte militar 137
– Os assaltos de 4 de fevereiro em Luanda e o massacre de 15 de março no norte de Angola – antecedentes 185
– A Defensão de Moçambique. Sua evolução 201
– Uma figura da Resistência Anti-colonial em Angola no século XVII – Dona Ana de Sousa Njinga Mbanda, Rainha Njinga 319
– O Expansionismo alemão em África 365
– Reviver "A Grande Guerra na África Portuguesa" de Henrique de Pires Monteiro 393
– A defesa de Angola: A estratégia militar Portuguesa no período da Grande Guerra, do Capitão Gastão de Sousa Dias 403
– Recordar o esforço Português e, Moçambique durante a Grande Guerra (1914-1918) através da *Revista Militar* 429
– A Marinha na Grande Guerra o Teatro de Operações de África 459
– O livro do general Bernhardi: A Alemanha e a próxima guerra 473
– Sul D'Angola os alemães invadindo a província o massacre de Cuangar e a retirada em Naulila 489
– A invasão da África Oriental Alemã pelos portugueses. O esforço da expedição de 1916 509
– As Revoltas Liberais de 1842: o Império consolidado 565
– 50 anos da Operação Tridente 617
– A Inovação Militar no período entre guerras e o início da II Guerra Mundial. O desenvolvimento da Blitzkrieg, a tradição germânica e os contactos germano-russos nos anos 1920 629

– Nota de Abertura – Encontros da *Revista Militar:* I Guerra Mundial – Portugal em África (1914-1918) 681
– O expansionismo alemão em África – Encontros da *Revista Militar:* I Guerra Mundial – Portugal em África (1914-1918) 687
– Portugal, a Grã-Bretanha e África (1914-1918): cooperação e tensão – Encontros da *Revista Militar:* I Guerra Mundial – Portugal em África (1914-1918) 703
– A Marinha na mobilização militar para África – Encontros da *Revista Militar:* I Guerra Mundial – Portugal em África (1914-1918) 721
– A República Portuguesa e a questão colonial – Encontros da *Revista Militar:* I Guerra Mundial – Portugal em África (1914-1918) 741
– Conclusões (Nota Introdutória) – Encontros da *Revista Militar:* I Guerra Mundial – Portugal em África (1914-1918) 751
– Apresentação do Número Temático da *Revista Militar* – Nota Introdutória – Encontros da *Revista Militar:* I Guerra Mundial – Portugal em África (1914-1918) 769
– Portugal na I Guerra Mundial 879
– A arma que mudou a guerra 893
– O sentimento estratégico de D. João I 1061
– O Governo Provisório da República e a Cultura em Portugal 1093
– Sargento-mor de Infantaria, com exercício de engenharia José António Caldas (1725/1782) 1117

OTAN/NATO

– Exercício NATO *Trident* Jaguar 2014 857

Relações Internacionais

– A irresistibilidade política do uso de *Drones* 825

Saúde Militar

– Factos Relevantes da Saúde Militar nos últimos 200 anos 49
– Hospital das Forças Armadas (uma capacidade ameaçada) 243

Segurança/Segurança Militar

– Risco Social no Ciberespaço. A Vulnerabilidade das Infraestruturas Críticas 249

Sociologia

– O luso-tropicalismo enquanto modelo ideológico da gestão colonial portuguesa 577

Tecnologia

– Ciberguerra 1109

União Europeia

– Somália – a esperança na paz e no desenvolvimento. A participação militar da União Europeia e de Portugal..... 21

III
ÍNDICE DO EDITORIAL
(Presidente da Direção General José Luiz Pinto Ramalho)

– Janeiro..... 11
– Fevereiro/Março..... 127
– Abril..... 237
– Maio – NÚMERO TEMÁTICO – PORTUGAL NA I GUERRA MUNDIAL, OPERAÇÕES EM ÁFRICA (1914-1918)..... 359
– Junho/Julho..... 557
– Outubro..... 801
– Novembro 927
– Dezembro 1053

IV
ÍNDICE DAS CRÓNICAS

Defesa Nacional e Forças Armadas

– Prémio "Defesa Nacional e Ambiente 2012" 103
– Protocolo entre o Ministério da Defesa Nacional e o Ministério da Agricultura e do Mar 223
– Tomada de posse do novo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas 224
– Portugal e Espanha preparam novo acordo bilateral na área da defesa 653
– Seminário "O desenvolvimento de capacidades na Força Aérea Portuguesa e as potenciais oportunidades para a Indústria Portuguesa" 654
– Exercício "*HOTBLADE*" realizado em Portugal 784
– Reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional..... 785
– Tomada de posse do novo Diretor do Hospital das Forças Armadas 787

– Proposta de Referencial em Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz..... 788
– Programa das Viaturas Blindadas de Rodas 8x8 *Pandur II* renegociado..... 910
– Ministro da Defesa Nacional em exercício sobre o "vírus ébola"..... 911
– Assinatura do Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa Nacional e Timor Leste..... 1145
– Forças Armadas Portuguesas apoiam população em Cabo Verde..... 1146
– Cooperação Técnico Militar com Angola..... 1146

Diversos

– Tomada de posse do Diretor do IDN..... 104
– IDN promove iniciativas de divulgação do CEDN 2013 junto de instituições do ensino secundário e superior..... 105
– Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas visitou unidades militares..... 107
– Seminário Internacional "Security Challenges in the Sahel"..... 108
– O Exército na consolidação da costa portuguesa..... 224
– Visita da Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional à Academia da Força Aérea..... 343
– Visita da Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional à Academia Militar. 344
– Visita da Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional à Escola Naval..... 344
– Curso de Cibersegurança e Gestão de Crises no Ciberespaço..... 345
– FINABEL – Reunião do Comité de Chefes de Estado Maior/Reunião do Comité de Peritos Militares Principais em Chipre..... 649
– "Strategic Decision Making Course & Exercise on Cyber Crisis Management"..... 650
– Visita do Ministro da Defesa da República da Tunísia ao Instituto Geográfico do Exército..... 651
– 250º Aniversário de Francisco António Ciera..... 651
– Integração dos Museus Militares do Porto e de Elvas na Rede Portuguesa de Museus..... 652
– XV Reunião de Ministros da Defesa da CPLP, sob a presidência Portuguesa..... 653
– Cerimónia Militar comemorativa do Dia de Portugal, 10 de junho de 2014..... 655
– Seis municípios açorianos cooperam com a Defesa..... 784
– Instituto da Defesa Nacional..... 1143
– Jornada de Estudos sobre a participação Portuguesa na I Grande Guerra, na Universidade de Toulouse..... 1143

Exército

– Tomada de posse do novo Chefe do Estado-Maior do Exército 224
– Exercício "Morsa 14", da Zona Militar da Madeira 652
– Dia da Arma de Infantaria 785
– Exercício "Ciber Perseu – 2014" 1144
– Adesão dos Museus Militares de Elvas e do Porto à Rede Portuguesa de Museus. 1144

Força Aérea

– Chegada de militares da Força Aérea 1147

Intervenções fora do Território Nacional

– Viaturas blindadas "PANDUR" no Kosovo 105
– A Força Aérea Portuguesa coopera com a Agência "FRONTEX" 223
– Fragata portuguesa integrada na EUROMARFOR 655
– NRP Figueira da Foz, no âmbito da agência "FRONTEX", colabora com autoridades espanholas no resgate de treze imigrantes 786
– Participação de Portugal em Missões Internacionais 786
– O Navio "Viana do Castelo", na Operação FRONTEX 1145

Marinha

– "NRP Figueira da Foz" aumentado ao efetivo da Marinha 104
– Balanço dos trabalhos Hidro-oceanográficos do "NRP Almirante Gago Coutinho", na Madeira 107
– Tomada de Posse do Chefe do Estado-Maior da Armada 108
– Comemorações do Dia da Marinha 650
– Exercício REP 14 da Marinha Portuguesa 783
– O Chefe do Estado-Maior da Armada anunciou que Portugal vai comprar novos navios patrulha 910

OTAN

– Governo holandês aceitou prorrogar a missão do General Knud Bartels como Chefe do Comité Militar da OTAN 106
– Designação do novo Secretário-geral da OTAN 345
– Exercício "*TRIDENT* JAGUAR 14" 650
– Cimeira da OTAN 909

V
DIVERSOS

Crónicas Bibliográficas

– Guerra Aérea Remota – A revolução do poder aéreo e as oportunidades para Portugal 111
– Álvaro Gonçalves Coutinho, "O *Magriço*" O cavaleiro e o seu tempo 116
– Alpoim Calvão, Honra e Dever 229
– O terrorismo transnacional e o planeamento estratégico de segurança nacional dos Estados Unidos da América 347
– Da Arte da Guerra à Arte Militar 659
– Reflexões sobre Estratégia VII: Tempos de Crise 665
– Castelo de Penedono 1149

In Memoriam

– General "Comando" António da Silva Osório Soares Carneiro (1928-2014) 125
– Coronel Tirocinado de Infantaria Manuel Carlos Teixeira do Rio Carvalho 797
– General Gabriel Augusto do Espírito Santo 919

Outros Assuntos de Atualidade

– Prémio "Almirante Teixeira da Mota"/2014 227
– Jornal de Letras: *«A I Guerra Mundial na cultura portuguesa»* 789

Nota da Direção

– Janeiro 15
– Fevereiro/Março 131
– Outubro 805

VI
ÍNDICE DA BIBLIOGRAFIA

Ao longo de 2014 foram recebidas, por permuta ou oferta, as seguintes publicações:

Nacionais

(1) Anais do Clube Militar Naval; (2) Atoleiros (Revista Militar da Brigada Mecanizada); (3) Boletim da Associação dos Pupilos do Exército; (4) Boletim da Sociedade de

Geografia de Lisboa; (5) Boletim Informativo da Sociedade Histórica da Independência de Portugal; (6) Brigada de Intervenção (Revista da Brigada de Intervenção); (7) Cidadania e Defesa (Boletim Informativo da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional; (8) Combatente (Liga dos Combatentes); (9) Elo (Boletim da ADFA, Associação dos Deficientes das Forças Armadas); (10) Jornal do Exército (JE); (11) Mais Alto (Revista da Força Aérea); (12) Nação e Defesa (IDN, Instituto de Defesa Nacional); (13) Notas Económicas (Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra); (14) Nova Cidadania (Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica; (15) *Proelium* (Revista da Academia Militar); (16) Querer é Poder (Revista dos Alunos do Instituto dos Pupilos do Exército); (17) Referencial (Associação 25 de Abril); (18) Relações Internacionais (Revista do IPRI-UNL); (19) Revista Boina Verde (Escola de Tropas Paraquedistas); (20) Revista da Armada; (21) Revista da ASMIR (Associação dos Militares na Reserva e Reforma); (22) Revista de Artilharia; (23) Revista de Marinha; (24) Revista "O Colégio Militar"; (25) Revista do Ar – (Aero Club de Portugal); (26) Segurança e Defesa; (27) ZacatraZ – (Revista da Associação dos Antigos Alunos do Colégio Militar).

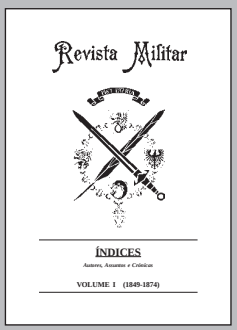
Estrangeiras

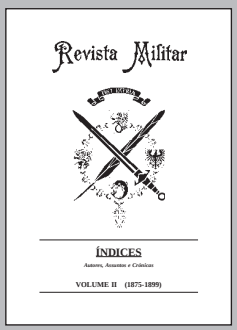
(1) Ejército (Madrid); (2) Parameters (US Army War College Quarterly); (3) Revista Aérea (Ex-Aero-Digest); (4) Revista do Clube Naval (Brasil); (5) Revue Défense Nationale; (6) Revue Militaire Suisse; (7) Sanidad Militar (Revista de Sanidad de Las Fuerzas Armadas de España).

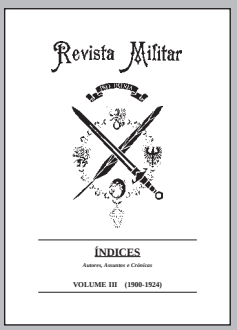
Monografias

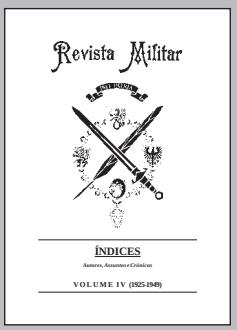
(1) Da Arte da Guerra à Arte Militar; (2) Pátria e Liberdade; (3) Castelo de Penedono: Mil Anos de História; (4) Uma Figura da Resistência Anti-colonial em Angola no Século XVII – Dona Ana de Sousa Njinga Mbanda, Rainha Njinga; (5) Indústrias e Tecnologias de segurança e Defesa – Desafios e Oportunidades, Caderno 6; (6) Colégio Militar: Berço de Grandes Portugueses; (7) O Terrorismo Transnacional e o Planeamento Estratégico de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América; (8) O Casamento de D. Afonso Henriques e outras Histórias; (9) O Trabalho, uma Visão de Mercado; (10) O Futuro do Estado Social; (11) Pela sua Saúde.

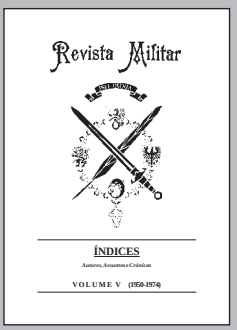
À venda na Revista Militar

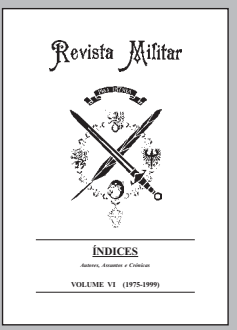




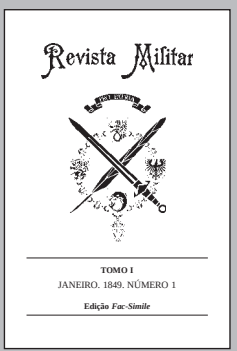








12,50 € cada



10 €